A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

I

NOSSA HERANÇA ORIENTAL

WILL DURANT

A História da Civilização no Egito e no Oriente Próximo
Até a Morte de Alexandre; e na Índia, China e Japão
dos Seus Primórdios Até Nossos Dias; com Uma Introdução
Sobre a Natureza e as Fundações da Civilização

RECORD

I
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO
NOSSA HERANÇA ORIENTAL
WILL DURANT

RECORD
28821·7

NOSSA HERANÇA ORIENTAL

Há muitos anos, antes da publicação de *The Story of Philosophy*, Will Durant planejou escrever uma história do século XIX. Começou a trabalhar nesse projeto, mas logo compreendeu que o assunto poderia ser compreendido somente em termos do que havia acontecido antes. Suas pesquisas levaram-no gradualmente à formação de um plano de uma história de toda a civilização, antiga e moderna, ocidental e oriental. Seu entusiasmo cresceu mais ainda após a realização de duas viagens em volta ao mundo e pelo estudo intensivo que fez da história do Extremo Oriente.

Aqui, portanto, está o primeiro volume de *A História da Civilização*, *Nossa Herança Oriental*, um estudo completo. Dr. Durant trabalhou nele, ininterruptamente, de 1927 a 1933, e o livro representa a terceira redação, que foi a redação definitiva. *Nossa Herança Oriental* trata primeiro do início da civilização, abordando depois, não uma revista rápida, mas em ricos e fascinantes detalhes, os dramas vívidos e complexos do Oriente Próximo, da Índia e seus vizinhos, e do Extremo Oriente. A história é trazida até a nossa era.

Cada um dos milhares de fatos de *Nossa Herança Oriental* foi conferido e reconferido, mas como garantia contra possíveis erros, foram feitas cópias do original manuscrito e enviadas a especialistas, entre outros ao Professor Harry Wolfson, da Universidade de Harvard, Dra. Ananda Coomaraswamy do Museu de Belas-Artes de Boston, Professor H. H. Gowen, da Universidade de Washington, etc.

Este volume, então, começa com um capítulo sobre a natureza e as condições da civilização; apresenta uma longa Introdução intitulada "Como se Criou a Civilização" — uma tentativa de atender à exigência de Voltaire: "Quero saber que caminho o homem trilhou para passar do barbarismo à civilização." E prossegue com o registro da história cultural — a organização econômica e política, a ciência e a arte, a religião e a moral, a literatura e a filosofia, os costumes e as maneiras — do Egito, Suméria, Babilônia, Assíria, Judéia e Pérsia até sua conquista por Alexandre; narra a história da civilização na Índia desde os Vedas até Gandhi, na China desde Confúcio até Chiang Kai-shek e no Japão dos tempos imemoriais aos dias presentes.

Aqueles que leram *Nossa Herança Oriental* em fase de manuscrito comparam-na, tanto quanto a série de que faz parte, ao grande trabalho dos enciclopedistas franceses do século XVIII. *A História da Civilização* compreende, no total, 11 volumes e representa o mais completo ensaio escrito em nossos tempos, abrangendo o vasto panorama da história e da cultura do homem.

Por WILL e ARIEL DURANT
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Vol. I — Nossa Herança Oriental
Vol. II — Nossa Herança Clássica
Vol. III — César e Cristo
Vol. IV — A Idade da Fé
Vol. V — A Renascença
Vol. VI — A Reforma
Vol. VII — Começa a Idade da Razão
Vol. VIII — A Era de Luís XIV
Vol. IX — A Era de Voltaire
Vol. X — Rousseau e a Revolução
Vol. XI — A Era de Napoleão

WILL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO
I

NOSSA HERANÇA ORIENTAL

Uma história da civilização do Egito e do Oriente Próximo, até a morte de Alexandre, e da Índia, China e Japão, dos seus primórdios aos nossos dias; com uma introdução sobre a natureza e os elementos da civilização.

Tradução de Mamede de Souza Freitas

3ª EDIÇÃO

Prefácio

PROCUREI neste livro realizar a primeira parte da tarefa que me impus vinte anos atrás: escrever a história da civilização. Meu desejo é dizer, no menor espaço possível, o mais que possa sobre as contribuições que o gênio e o trabalho trouxeram para a herança cultural da humanidade — expor em seu caráter, causas e efeitos a marcha das invenções, a variedade da organização econômica, as experiências de governo, as aspirações religiosas, as mutações da moral e dos costumes, as obras-primas da literatura, o desenvolvimento da ciência, a sabedoria da filosofia e as realizações da arte. Desnecessário acentuar o absurdo de semelhante empresa e o quanto de imodéstia que representa o simples fato de concebê-la; porque muitos anos de trabalho a levaram apenas a um quinto do que deve ser, e tornaram evidente que um só espírito, no decurso de uma vida humana, não pode desincumbir-se dela. Não obstante, admiti que, apesar dos muitos erros inevitáveis, poderia tal obra ser de utilidade para todos aqueles que a paixão filosófica induz a ver as coisas em seu todo, ou em perspectiva, unidade e compreensão da história no tempo e da ciência no espaço.

Desde muito tempo senti que o método comum de escrever história em seções longitudinais autônomas — história econômica, história política, história da ciência, história da música, história da arte — impede a visão da unidade humana; que a história deve ser escrita não só colateralmente, como sintética e analiticamente; e que o ideal seria retratar, em cada período, o complexo da cultura de uma nação, suas aventuras, instituições e processos. Mas o acúmulo de conhecimentos dividiu a história, como também a ciência, em mil especialidades isoladas; e os estudiosos prudentes coíbem-se de tentar visões de conjunto, seja a matéria universal, seja apenas a do passado da nossa raça. Porque as probabilidades de erro aumentam com a amplitude do objetivo e o homem que vende a sua alma à síntese serve de alvo a todas as setas da crítica especializada. "Considerai", disse há cinco mil anos Ptah-hotep, "como vos receberá a oposição de um especialista no conselho. É loucura falar de todos os assuntos." A história da civilização comparticipa do pretensioso que há em todas as empresas filosóficas: oferece o grotesco espetáculo de uma parte que tenta visualizar o todo. Como na filosofia, semelhante aventura não tem justificativa racional, não passa de tolice; mas esperamos que, como na filosofia, ela nunca deixe de preocupar os espíritos irrequietos.

O plano da obra é narrar a história da civilização em cinco partes independentes:

I — *Nossa Herança Oriental:* uma história da civilização no Egito e no Oriente Próximo até a morte de Alexandre, e na Índia, China e Japão até os dias atuais; com uma introdução sobre os elementos e a natureza da civilização.

II — *Nossa Herança Clássica:* uma história da civilização na Grécia e em Roma, e no Oriente Próximo durante o período da dominação greco-romana.

III — *Nossa Herança Medieval:* a Europa católica e feudal, a civilização bizantina, as culturas maometana e judaica na Ásia, África e Espanha, e o Renascimento italiano.

IV — *Nossa Herança Européia:* a história dos Estados europeus, da Reforma Protestante até a Revolução Francesa.

V — *Nossa Herança Moderna:* a história da invenção européia e do estadismo, da ciência e da filosofia, da religião e da moral, da literatura e da arte, desde o surgimento de Napoleão até hoje.

Nossa história começa com o Oriente, não porque tosse a Ásia palco das mais velhas civilizações conhecidas, mas porque tais civilizações formaram o fundo e a base daquela cultura greco-romana que Sir Henry Maine, erradamente, supôs ser a fonte originária do espírito moderno. É com surpresa que verificamos o quanto das nossas invenções, da nossa organização econômica e política, da nossa ciência e literatura, da nossa religião e filosofia tem raízes no Oriente e no Egito. Neste instante histórico — em que a ascendência da Europa vai tão rapidamente se aproximando do fim, quando a Ásia inturgesce de vida nova e o tema do século XX parece ser o generalizado conflito entre o Ocidente e o Oriente — a ingenuidade da nossa história tradicional, que começa com a Grécia e concede à Ásia apenas uma linha, torna-se não somente um erro acadêmico, mas também um deslize de perspectiva e inteligência. O futuro volta-se para o Pacífico, e temos de compreender o Oriente.

Mas como poderá a mentalidade ocidental compreender o Oriente? Oito anos de viagens e estudos fizeram-me ver que nem uma vida inteira bastará para a iniciação de um estudioso ocidental no sutil caráter e no segredo das coisas orientais. Cada capítulo, cada palavra neste livro irá ofender ou divertir alguma alma patriótica ou esotérica: o judeu ortodoxo necessitará de toda a sua antiga paciência para perdoar nossas páginas sobre Jeová; o metafísico hindu lamentará o nosso superficialismo ao arranharmos a filosofia indiana; e os sábios chineses e japoneses sorrirão indulgentemente diante das breves e impróprias citações que fazemos da riqueza literária e do pensamento orientais. Alguns dos erros no capítulo sobre a Judéia foram corrigidos pelo Prof. Harry Wolfson, de Harvard; o Dr. Ananda Coomaraswamy, do Instituto de Belas-Artes de Boston, reviu cuidadosamente a parte sobre a Índia, mas não é responsável pelas minhas conclusões ou os erros que ficaram; o Prof. H. H. Gowen, o sábio orientalista da Universidade de Washington, e Upton Close, homem de inesgotáveis conhecimentos sobre o Oriente, eliminaram os defeitos mais flagrantes dos capítulos sobre o Japão e a China; e Mr. George Sokolsky, com suas informações de primeira mão, melhorou as páginas sobre o atual Extremo Oriente. Caso o público venha a se mostrar indulgente a ponto de exigir uma segunda tiragem desta obra, tê-la-emos com todas as correções lembradas pelos críticos, especialistas e leitores. Entretanto, o autor, cansado, se declara em simpatia com Tai-T'ung, que no século XIII lançou com estas palavras a sua *História da Escrita Chinesa*: "Se eu esperasse a perfeição, este livro não seria terminado nunca."

Desde que os nossos apressados tempos não são propícios à popularidade de livros caros sobre assuntos de interesse remoto, é possível que a continuação desta série seja retardada por força de injunções econômicas. Mas se a aceitação tornar exeqüível o remate da empreitada, o segundo Volume estará pronto pelo outono de 1940 e os seguintes aparecerão, se houver saúde, com intervalos de cinco anos. Nada me faria

mais feliz do que libertar-me de qualquer outro trabalho para dedicar todo meu tempo unicamente a este. Prossegui-lo-ei, tão depressa quanto as circunstâncias assim o permitirem, esperando que os primeiros volumes ajudem nossos filhos a compreender e tirar prazer da infinita riqueza do que herdaram.

WILL DURANT

Great Neck, N. Y., Março, 1935.

NOTA SOBRE COMO USAR ESTE LIVRO

Para reduzir o volume deste livro, certas passagens técnicas, que podem oferecer dificuldades para o leitor médio, foram impressas em corpo menor (tal como este parágrafo). A despeito da compressão feita no texto, o livro ainda está longo e o corpo reduzido não foi suficiente para indicar as passagens de leitura mais pesada. Espero que o leitor não cubra mais de um capítulo por vez.

As citações estão impressas não só em corpo menor como em composição entrada. O Glossário define todas as palavras estrangeiras usadas no texto.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meu agradecimento aos seguintes autores e editores pela permissão dada para citar trechos de seus livros:

Leonard, W. E., *Gilgamesh;* Viking Press.
Giles, H. A., *Uma História da Literatura Chinesa;* D. Appleton-Century Co.
Underwood, Edna Worthley, *Tu Fu;* Mosher Press.
Waley, Arthur, *170 Poemas Chineses;* Alfred A. Knopf.
Breasted, Jas. H., *O Desenvolvimento da Religião e do Pensamento no Antigo Egito;* Scribner's.
Obata, Shigeyoshi, *Obras de Li Po;* E. P. Dutton.
Tietjens, Eunice, *Poesia do Oriente;* Alfred A. Knopf.
Van Doren, Mark, *Antologia da Poesia Mundial;* Literary Guild.
"Upton Close", traduções não publicadas de poemas chineses.

Índice

INTRODUÇÃO

COMO SE CRIOU A CIVILIZAÇÃO

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO XII

CAPÍTULO XIII

LIVRO SEGUNDO

A ÍNDIA E SEUS VIZINHOS

CAPÍTULO XV

CAPÍTULO XVI

LIVRO TERCEIRO

O EXTREMO ORIENTE

A) CHINA

CAPÍTULO XXIV

CAPÍTULO XXV

CAPÍTULO XXVI

B) JAPÃO

INTRODUÇÃO

COMO SE CRIOU A CIVILIZAÇÃO

"Eu queria saber quais foram os
passos que o homem deu na passagem
da barbárie para a civilização."
VOLTAIRE[1]

CAPÍTULO I

As Condições da Civilização

Definição — Condições geológicas — Geográficas — Econômicas — Raciais — Psicológicas — Causas da decadência das civilizações

A CIVILIZAÇÃO é a ordem social promovendo a criação cultural. Compõe-se de quatro elementos: provisão econômica, organização política, tradições morais e acúmulo de conhecimentos e artes. Seu início se dá quando o caos e a insegurança chegam ao fim. Porque, logo que o medo é dominado, a curiosidade e a construtividade se vêem livres, e por impulso natural o homem procura a compreensão e o embelezamento da vida.

Certos fatores condicionam a civilização, podendo estimulá-la ou embaraçá-la. Primeiramente temos as condições geológicas. A civilização é um interlúdio entre as eras glaciais: a qualquer momento a corrente de congelação pode voltar a encurralar a vida num segmento da Terra. Ou o demônio do terremoto, com cuja licença construímos nossas cidades, pode sacudir seus ombros e destruir-nos com a maior indiferença. Em seguida, temos as condições geográficas. O calor dos trópicos e os inumeráveis parasitas que os infestam revelam-se hostis à civilização; a letargia, a doença e a precoce maturidade desviam das coisas não-essenciais as energias que produzem a civilização e as absorvem unicamente na alimentação e na reprodução; nada sobeja para pábulo das artes e do espírito. A chuva é necessária; porque a água é o médium da vida, mais importante ainda que a luz do sol; o incompreensível capricho dos elementos pode condenar à seca regiões outrora florescentes, como Nínive e Babilônia, ou pode dar força e riqueza a cidades aparentemente à margem das principais linhas de transporte e comunicação como as da Grã-Bretanha ou do estreito de Puget. Se o solo é fértil em produtos agrícolas e minerais, se os rios oferecem fácil via de transporte, se a linha costeira é provida de portos bem abrigados, e se, acima de tudo, uma nação está situada no trajeto de uma rota comercial, como Atenas ou Cartago, Florença ou Veneza, então a geografia sorri e nutre a civilização — embora não a crie.

As condições econômicas são mais importantes. Um povo pode possuir excelentes instituições, um nobre código moral, e mesmo o senso das artes, como os índios americanos; mas, se se perpetua no estádio da caça, se para a existência depende da precariedade dos animais nativos, esse povo nunca passará da barbárie à civilização. Um povo nômade, como os beduínos da Arábia, pode ser excepcionalmente vigoroso e inteligente, pode revelar qualidades de caráter, como a coragem, a generosidade, a nobreza; mas sem a condição básica da cultura, que é a continuidade da alimentação, essa inteligência será desperdiçada nos perigos da caça e nas tricas mercantes, e nada sobrará para as amenidades, as artes e os requintes da civilização. A agricultura constitui a primeira forma da cultura. É quando se fixa e cultiva o solo, e acumula provisões para o incerto dia futuro, que o homem acha tempo e razão para civilizar-se. Dentro deste limitado círculo de segurança — bom suprimento de água e alimento — ele

constrói sua cabana, seus templos e escolas, inventa instrumentos de trabalho, domestica o asno, o cão, o porco e por fim a si mesmo. Aprende a trabalhar com regularidade e ordem, vive mais tempo e transmite mais completamente aos filhos a herança mental e moral da raça.

A cultura sugere a agricultura, mas a civilização sugere a cidade. Sob um aspecto, a civilização é o hábito da civilidade; e civilidade é o refinamento só possível na *civitas*, ou cidade. (A palavra "civilização" [do latim *civilis* — pertencente aos *civis*, cidadãos] é comparativamente nova. Apesar das sugestões de Boswell, o Dr. Johnson não a fez entrar em seu dicionário de 1772, preferindo usar a palavra *civility* — civilidade.)[2] Porque, para bem ou para mal, para a cidade refluem a riqueza e o cérebro produzidos pelo campo; na cidade a invenção e a indústria multiplicam o luxo, a comodidade, o lazer; na cidade os mercadores se encontram e trocam mercadorias e idéias; nessa mútua fecundação dos espíritos, a inteligência se apura e é compelida a criar. Na vida urbana alguns homens se conservam fora do campo material e produzem ciência e filosofia, literatura e arte. A civilização começa na cabana do camponês mas só floresce nas cidades.

São estas as condições da civilização que independem da raça. Podem aparecer em qualquer continente e em qualquer cor: em Pequim ou Délhi, em Mênfis ou na Babilônia, em Ravena ou Londres, no Peru ou no Iucatã. Não são as grandes raças que produzem a civilização; é a grande civilização que produz as raças; as circunstâncias geográficas e econômicas criam a cultura, e a cultura cria o tipo. Os ingleses não fizeram a civilização inglesa — esta é que fez o inglês; se ele a leva para onde vai, e se veste o *smoking* para um jantar no Tumbuctu, não é porque pretenda impor lá a sua civilização, mas porque admite que ainda lá é ela que lhe dirige os atos. Qualquer outra raça, beneficiada pelas mesmas condições materiais que beneficiaram os ingleses, faria o mesmo; o Japão reproduz no século XX a história da Inglaterra no século XIX. A civilização se liga à raça unicamente no sentido de ser com freqüência precedida pela fusão de vários troncos, que gradualmente se assimilam num povo relativamente homogêneo. (O sangue, tomado como algo distinto de raça, pode afetar uma civilização no sentido de que uma nação pode retardar-se ou desenvolver-se pela criação de cepas biologicamente [não racialmente] piores ou melhores no seio da população.)

Tais condições físicas e biológicas não passam de pré-requisitos da civilização; não a constituem, não a geram. Entram em jogo fatores psicológicos muito sutis. É preciso haver ordem política, mesmo que quase se aproxime do caos, como em Florença e Roma durante o Renascimento; os homens devem sentir que há mais alguma coisa no mundo além da morte e das taxas. E é preciso que haja alguma unidade de língua, para médium do intercâmbio mental. Por meio da Igreja, da Família, da Escola ou do que seja, cumpre existir um código moral unificador, algumas regras do jogo da vida — aceitas inclusive pelos que as violam — que dêem à conduta alguma ordem e regularidade, alguma direção e estímulo. Talvez também seja preciso unidade de fé — uma fé qualquer, sobrenatural ou utópica, que eleve a moralidade de mero cálculo à devoção, e que, a despeito da sua brevidade, dê à vida nobreza e significado. E, finalmente, deverá haver educação, que é o meio de transmitir a cultura. Graças à iniciação, imitação ou instrução, transmitidas pelos pais, professores ou sacerdotes, a herança mental da tribo transfere-se às novas gerações, como o instrumento que elevou o homem acima da pura animalidade.

O desaparecimento de tais condições pode destruir uma civilização. Um cataclismo geológico ou uma profunda mudança climática; uma epidemia impossível de ser controlada, como a que abateu metade da população do Império Romano sob o reinado dos Antoninos, ou a Peste Negra, que pôs fim à Era Feudal; a exaustão das terras ou a ruína da agricultura devida à exploração dos campos pelas cidades, resultando em precária dependência da importação de víveres do exterior; a escassez de recursos naturais, combustíveis e matérias-primas; uma mudança nas rotas comerciais, deixando uma nação em desvantajosas condições de tráfego; a decadência mental e moral causado pelo urbanismo, conseqüente à queda da disciplina; o enfraquecimento do tronco étnico devido a uma desordenada vida sexual ou a uma filosofia pessimista ou quietista; a inferiorização da elite dirigente por força da esterilidade dos mais aptos, e a relativa pequenez das famílias que melhor poderiam contribuir para a elevação da raça; uma patológica concentração da riqueza que determine guerra de classes, revoluções e exaustão financeira — eis alguns dos caminhos que levam as civilizações à morte. Pelo fato de não ser a civilização nenhuma coisa ingênita e imperecível, mas algo que tem de ser novamente adquirido em cada geração, qualquer colapso no seu custeio ou na sua transmissão pode levá-la ao fim. O homem difere dos animais unicamente pela educação, a qual podemos definir como a técnica de transmitir a civilização.

As civilizações são gerações da alma racial. Como a família e a escrita ligam as gerações e passam a herança dos velhos para os moços, assim também a imprensa o comércio e os meios de comunicação ligam as civilizações entre si, e preservam para as culturas vindouras todos os valores adquiridos. Antes que a morte sobrevenha, reunamos nossa herança e ofereçamo-la a nossos filhos.

(Daqui para a frente, usaremos, ocasionalmente, tipos menores, como estes, para aquelas matérias que, por serem técnicas ou apenas ilustrativas, poderiam ser dispensadas no conhecimento geral do assunto.)

CAPÍTULO II

Elementos Econômicos da Civilização

EM certo sentido também o "selvagem" é civilizado, porque cuidadosamente transmite aos filhos a herança da tribo — o complexo dos hábitos morais, econômicos e políticos, bem como as instituições que desenvolveu em seus esforços para subsistir e gozar a terra. Impossível neste ponto sermos científicos; porque, denominando outros seres humanos de "selvagens" ou "bárbaros", não estamos exprimindo nenhum fato objetivo, mas apenas nossa ternura por nós mesmos e nossa reserva na presença de formas de viver diferentes das nossas. Parece fora de dúvida que julgamos mal esses povos simples, que muito nos têm a ensinar em matéria de hospitalidade e moral; se examinamos as bases constituintes da civilização, vemos que esses povos nus criaram-nas todas, nada nos deixando a acrescentar além da beleza e da escrita. Devemos ser cuidadosos no uso das expressões "selvagem" e "bárbaro" quando as aplicamos a nossos antepassados. Muito melhor seria dizemos "primitivos". Primitivas, pois, chamaremos a todas as tribos que não sabiam utilizar os dias desocupados e não dispunham da escrita. Em contraste, poderemos definir os civilizados como "literários". (A despeito das demonstrações em contrário,[1] a palavra *civilização* será usada nesta obra para significar organização social, ordem moral e atividade cultural; já a palavra *cultura*, dependendo do contexto, significará quer a prática das boas maneiras e das artes quer a soma total das instituições de um povo, seus costumes e artes. Neste último sentido a palavra *cultura* será empregada com referência às sociedades primitivas ou pré-históricas.)

I. DA CAÇA À AGRICULTURA

A primitiva improvidência — Começos de provisão — Caça e pesca — Criação e domesticação dos animais — Agricultura — Alimento — Cozimento — Canibalismo

"Três refeições por dia constituem uma instituição muito adiantada. Os selvagens ou entopem-se de tanto comer ou jejuam."[2] As mais atrasadas tribos dos índios americanos consideravam absurdo guardar alimento para o dia seguinte.[3] Os nativos australianos são incapazes de qualquer trabalho que não implique uma recompensa imediata; cada hotentote é um fidalgo da ociosidade; e os boximanes da África ou "estão em festins ou padecendo fome".[4] Há uma certa sabedoria nesta improvidência, como em muitos outros aspectos da vida "selvagem". Quando o homem começa a pensar no dia de amanhã, deixa o Jardim do Éden e penetra no Vale da Ansiedade; surge a cobiça, a propriedade começa, e a antiga *insouciance* desaparece. O negro americano passa hoje por essa transição. "Em que está pensando?" perguntou Peary a um dos

seus guias esquimós. "Não preciso pensar em nada. Temos carne em abundância", foi a resposta. Em resumo, eles só pensam quando é preciso — e talvez esteja nisto a suprema sabedoria.

Não obstante, essa vida descuidosa encerra perigos, e os organismos que a transcendem adquirem sérias vantagens na luta pela sobrevivência. O cão que enterra o osso depois de bem saciada a fome, o esquilo que esconde bolotas de carvalho para "comer depois", as abelhas que acumulam mel, as formigas que armazenam alimento para os maus dias figuram entre os primeiros criadores da civilização. Foram eles, e outras sutis criaturas do mesmo tipo, que ensinaram aos antepassados do homem a arte de guardar o excesso de hoje para o consumo de amanhã, ou de reservar para o inverno o que o verão nos dá com abundância.

Com que habilidade esses ancestrais forrageavam, por terra e mar, os alimentos que constituíam a base de suas primitivas sociedades! Com suas mãos nuas recolhiam da terra o comestível; imitavam ou usavam as garras ou presas dos animais e afeiçoavam instrumentos de marfim, osso ou pedra; faziam redes e toda sorte de armadilhas para apanhar os animais ou pescá-los. Os polinésios possuíam redes de mil metros de comprimento, para cujo manejo era necessário o esforço de 100 homens; dessa maneira a provisão econômica cresceu de mãos dadas com a organização política, e a coletiva caça ao alimento ajudou na formação do Estado. Os pescadores do Tlingit vestiam uma carapuça com forma de foca, ocultavam-se entre os rochedos apenas com esse disfarce à mostra, e latiam como as focas; estas se aproximavam, incautas, e eram fisgadas. Muitas tribos lançavam ervas narcóticas aos rios para tontear os peixes; as do Taiti empregavam uma mistura preparada com a planta *hora* e a castanha *huteo*; os peixes intoxicados boiavam e eram então colhidos com facilidade. Os nativos da Austrália mergulhavam, respirando por um canudo, e iam apanhar os patos pelos pés. Os tarahumaras caçavam pássaros por meio de iscas presas a fios semi-enterrados no chão — os pássaros comiam as iscas e os tarahumaras comiam os pássaros.[5]

A caça ainda é hoje, para a maioria dos homens, um divertimento, cujo prazer se radica na necessidade de caçar que naquele tempo era questão de vida ou de morte. Porque a caça não era unicamente o meio de procurar alimento, mas também guerra para a obtenção da segurança e do domínio — e guerra tão extensa que a seu lado todas as outras da história não passam de insignificâncias. Nas florestas de hoje o homem ainda luta pela vida, porque, embora praticamente não haja um animal que o ataque, a não ser impelido pelo desespero da fome ou da defesa, o alimento não chega para todos, e às vezes só o bom lutador consegue o que comer. Em nossos museus vemos as relíquias da guerra das espécies, na qual as facas, os tacapes, as espadas, as flechas, os laços, as bolas, os mundéus, as armadilhas e os bumerangues permitiram ao homem tomar posse da terra, e preparar e transmitir à posteridade ingrata o dom da segurança contra todos os animais — menos o próprio homem. Ainda hoje, depois de todas estas guerras de eliminação, quantas populações diferentes não existem na Terra! Às vezes, quando passeamos pelas florestas, somos surpreendidos pela variedade de línguas ali faladas, pelos milhares de espécies de insetos, répteis, carnívoros e aves existentes; sentimos que o homem é um intruso naquele palco, e objeto de universal e incessante hostilidade. Algum dia, talvez, esses inumeráveis quadrúpedes, as sinuosas centopéias e os microscópicos bacilos acabarão devorando o homem e destruindo-lhe todas as obras; libertarão assim o planeta de um bípede depredador, dono de misteriosas armas não-naturais.

A caça e a pesca não foram estádios do desenvolvimento econômico, e sim modos de atividade que iriam sobreviver mesmo nas mais altas formas das sociedades civilizadas. Base da vida no começo, ainda subsistem em nossos alicerces de hoje; atrás da nossa literatura e filosofia, dos nossos rituais ou da arte, estão os matadouros. A diferença é que fazemos nossas caçadas por procuração, desde que não temos estômago para a honesta e leal matança em campo aberto; mas a memória da caça primitiva entremostra-se na nossa alegre perseguição ao que é fraco ou fugidio, e nos brinquedos das crianças, onde em inglês até a palavra se conserva a mesma. (*Game*, em inglês, é "caça" e também "brinquedo".) A catedral e o capitólio, o museu e a sala de concertos, a biblioteca e a universidade são as fachadas; o matadouro está nos fundos.

Viver da caça não era coisa original; se o homem houvesse permanecido nessa atividade, teria sido apenas mais um animal carnívoro. Sua humanização teve início quando, em vista das incertezas da caça, ele passou a desenvolver a criação. Isto trazia vantagens da mais alta importância: a domesticação dos animais, a reprodução do gado e o uso do leite. Não sabemos quando e como teve início a domesticação — talvez tenha sido quando os filhotes das presas mortas foram poupados e trazidos para o acampamento como brinquedo das crianças.[6] Esses animais continuaram a ser comidos, mas não imediatamente; antes disso eram usados como bestas de carga, e democraticamente aceitos na sociedade do homem; tornavam-se seus companheiros de vida. O milagre da reprodução foi controlado, e de um casal de cativos saía todo um rebanho. O leite dos animais libertou as mulheres da amamentação muito prolongada, diminuiu a mortandade infantil e forneceu aos grupos um alimento novo e confiável. As populações humanas cresceram, a vida se tornou mais estável e ordenada — e a dominação do tímido *parvenu* chamado homem foi se acentuando.

Enquanto isso as mulheres faziam a maior descoberta econômica de todas as épocas — a da produção do solo. Enquanto o homem caçava, a mulher esquadrinhava as imediações da cabana em busca de tudo quanto fosse comestível e pudesse ser apanhado com as mãos. Na Austrália estava subentendido que enquanto o macho estivesse na caça a fêmea teria de cavar à procura de raízes, colher frutas e nozes, descobrir mel e juntar as sementes comestíveis.[7] Ainda hoje, em certas tribos australianas, os grãos que crescem espontaneamente são colhidos sem nenhuma idéia de serem multiplicados pela plantação; os índios do vale do rio Sacramento jamais ultrapassaram esse estádio.[8] Nós nunca saberemos quando o homem primitivo atentou pela primeira vez para a função da semente e se lembrou de plantá-la; esses começos constituem mistérios da História; podemos induzir a respeito, mas certamente nada saberemos de forma concreta. É possível que quando o homem começou a colher grãos silvestres algumas sementes caídas pelo caminho germinassem e lhe dessem idéias. Os *juangs* lançavam as sementes a granel pelos campos, deixando que elas cuidassem de si mesmas. Os nativos de Bornéu punham-nas em covas feitas com paus apontados, enquanto iam caminhando pelos campos.[9] A mais simples cultura conhecida é essa. Há cinqüenta anos passados, em Madagáscar, os viajantes ainda podiam ver mulheres enfileiradas como soldados, furando o solo com paus pontudos, lançando dentro as sementes, enterrando-as e passando a outra fileira.[10] O segundo estádio da agricultura veio com o surgimento da enxada: o pau pontudo recebeu na extremidade um osso chato. Quando os Conquistadores chegaram ao México, os astecas não possuíam outro instrumento agrícola. Com a domesticação dos animais e a forjadura dos metais, a enxada mudou de substância e aumentou de peso; também se transformou em arado,

e o revolvimento mais profundo do solo revelou uma fertilidade que iria mudar o mundo. Plantas silvestres foram domesticadas, novas variedades se desenvolveram, velhas variedades melhoraram.

Finalmente a natureza ensinou ao homem a arte da provisão, a virtude da prudência (note-se a identidade última entre *provisão, providência* e *prudência*), o conceito do tempo. A observação dos pica-paus que enceleiram nozes nas árvores e das abelhas que acumulam o mel deu ao homem a idéia de guardar alimentos para o dia seguinte. E ele descobriu meios de secar a carne à fumaça, salgá-la ou congelá-la: e melhor ainda, de construir celeiros à prova de chuva e umidade, de insetos e ladrões, e em tais abrigos acumular o que pudesse para uso durante as estações de carestia. Lentamente verificou que a agricultura possuía elementos para lhe assegurar a subsistência de modo mais consistente que a caça. Com a compreensão de tal fato deu o homem um dos três passos que o levariam da bestialidade à civilização — a fala, a agricultura e a escrita.

Não podemos conceber que o homem passasse repentinamente da caça à agricultura. Muitas tribos, como as dos índios americanos, deixaram-se ficar permanentemente na transição — os homens entregues à caça e as mulheres à agricultura. A mudança não somente foi gradual, como também nunca chegou a termo. O homem simplesmente adicionou ao velho modo de obter alimentos um sistema novo, e a História nos mostra que ele sempre deu preferência ao primeiro. Podemos representar-nos o homem repetindo experiências com milhares de produtos para conhecer aqueles que poderia comer com vantagem; misturando-os mais e mais às frutas e nozes, à carne e ao peixe a que estava acostumado, mas sempre com muito interesse na caça. Os povos primitivos eram caninamente gulosos de carne, mesmo quando viviam de cereais, vegetais e leite.[11] Se conseguiam uma carcaça de animal recentemente morto, a ela se atiravam com a fúria antiga. Sequer perdiam tempo em passá-la pelo fogo; comiam-na crua. Tribos inteiras gastavam dias na devoração de uma baleia dada à costa.[12] Os fueguinos podiam cozinhar, mas preferiam a carne crua; quando apanhavam um peixe, matavam-no com uma dentada na cabeça e o devoravam sem mais cerimônias.[13] A incerteza do alimento transformou esses homens em onívoros; comiam de tudo — moluscos, rãs, sapos, cobras, caramujos, ratos, aranhas, minhocas, cavalos, cães, centopéias, gafanhotos, raízes, piolhos, insetos, ovos de répteis e aves; tudo era regalo para o homem primitivo.[14] Algumas tribos deliciavam-se com formigas; outras secavam insetos ao sol e os enceleiravam; outras catavam piolhos e os comiam com prazer; e se grande número de piolhos podia ser juntado de modo que desse para uma *petite marmite*, devoravam-nos com as maiores demonstrações de contentamento, como inimigos da raça humana.[15] O *menu* de certas tribos dificilmente se diferenciava do dos grandes macacos.[16]

A descoberta do fogo veio limitar essa indiscriminada voracidade, e cooperou com a agricultura para elevar o homem acima do estádio da caça. O cozimento veio tornar assimiláveis a celulose e o amido de milhares de plantas não digeríveis em estado natural e o homem voltou-se decididamente para os cereais e vegetais. Com o amaciamento pelo fogo das durezas do alimento em estado natural, a necessidade da mastigação diminuiu — e começou a decadência dos dentes, uma das características da civilização.

A todos os variados comestíveis que enumeramos, o homem adicionou o mais apreciado de todos — a carne do próprio homem. O canibalismo foi por muito tempo

universalmente praticado; encontramo-lo em quase todas as tribos primitivas, e mesmo entre povos como os irlandeses e ibéricos, os pictas e os dinamarqueses do século XI.[17] A carne humana se tornou gênero de comércio entre muitas tribos; não havia funerais. No Alto Congo, homens, mulheres e crianças eram negociados livremente como artigos de alimentação;[18] na ilha da Nova Bretanha a carne humana era vendida em casas próprias, como nós vendemos nos açougues a dos bois; e nas ilhas Salomão engordavam-se vítimas humanas, de preferência mulheres, como nós engordamos porcos.[19] Entre os fueguinos a mulher era colocada acima dos cães, porque, diziam eles, os "cães têm gosto de lontra". No Taiti um velho chefe polinésio explicou sua dieta a Pierre Loti nestas palavras: "O homem branco, bem assado, tem gosto de banana madura". Os fijianos, entretanto, queixavam-se de que a carne dos brancos era muito rija e salgada; um marinheiro europeu era duro de roer; muito melhor a carne dos polinésios.[20]

Qual a origem desta prática? Não podemos assegurar que o costume viesse, como já se aventou, da escassez de outros alimentos; se acaso foi assim, o gosto permaneceu, mesmo depois de finda a escassez, e a carne humana tornou-se um apreciadíssimo regalo.[21] Por toda parte entre os povos naturais o sangue é considerado uma *délicatesse*; nunca é visto com horror; mesmo os vegetarianos primitivos o tomavam com prazer. O sangue humano era constantemente bebido por tribos que no mais se revelavam generosas; às vezes como remédio, às vezes como rito, às vezes pela convicção de que transmitia ao bebedor a força vital da vítima.[22] Nenhum horror vinha do fato de preferir a carne humana; não havia distinção moral entre comer carne humana ou de qualquer outro ser vivo. Na Melanésia o chefe que banqueteava seus amigos com carne humana elevava-se no conceito público. "Quando eu mato um inimigo", explicou um filosófico chefe de tribo do Brasil, "acho melhor comê-lo do que deitá-lo fora. (...) O pior não é ser comido, é morrer; e se eu for morto, pouco se me dá que meus inimigos me comam ou não. Mas acho que carne de caça nenhuma vale a do homem... Vocês brancos são na realidade muito saborosos."[23]

Não há dúvida de que esse costume encerrava certas vantagens sociais. Antecipava o plano de Swift para a utilização das crianças supérfluas e dava aos velhos o ensejo de morrerem com utilidade. O enterramento é uma extravagância desnecessária. Montaigne, por exemplo, achava mais bárbaro torturar um homem até a morte, como era costume em seu tempo, do que assá-lo e comê-lo depois de morto. Temos de respeitar as nossas recíprocas ilusões.

II. AS BASES DA INDÚSTRIA

O fogo — Instrumentos primitivos — Tecelagem e cerâmica — Construção e transporte — Comércio e finanças

Se o homem começou com a fala, e a civilização com a agricultura, a indústria teve início com o fogo. Não se trata de invenção humana; provavelmente a natureza produziu a maravilha diante dos olhos do homem pela fricção de dois galhos secos, ou pelo raio, ou por alguma ocasional reação química; o homem limitou-se a conservar o fogo e a imitar a natureza. E deu-lhe mil empregos. O primeiro, talvez, foi a tocha com que dominou o seu mais terrível inimigo — o escuro; usou-o depois para aquecer-se; pôde assim passar-se dos trópicos para zonas menos enervantes e lenta-

mente conquistar o planeta. Aplicou-o aos metais, para amolecê-los, temperá-los e confeiçoá-los em formas diferentes daquelas em que os obtinha no estado natural. Tão benéfico e estranho se apresentava o fogo ao homem primitivo, que ele naturalmente o adorou como deus; cultuava-o com inúmeras cerimônias de devoção e dele fazia o centro ou o *focus* (palavra latina para fogão, lareira) da vida no lar; levava-o cuidadosamente consigo nas mudanças de um ponto para outro, atento a que nunca se apagasse. Mesmo entre os romanos punia-se com a morte a descuidosa vestal que deixava extinguir-se o fogo sagrado.

Entrementes, ainda no estádio da caça, da criação e da agricultura primevas, o espírito de invenção ia se apurando, e o cérebro do homem esforçava-se por encontrar respostas mecânicas aos enigmas econômicos da vida. No começo contentou-se o homem em aceitar o que a natureza lhe oferecia — os frutos e demais alimentos da terra, a pele dos animais para o vestuário, as cavernas das montanhas para abrigo. Depois, *talvez* (porque a maior parte da História é suposição e o resto é preconceito), o homem passou a imitar os instrumentos e a indústria dos animais: viu o macaco lançar pedras e frutas contra os inimigos, ou abrir ostras e nozes com uma pedra; viu o castor construir diques, o pássaro fazer ninhos, os chimpanzés erguerem abrigos muito semelhantes a cabanas; e pôs-se ao trabalho para afeiçoar instrumentos e armas que rivalizassem com os que via. Como disse Franklin, o homem é um animal que usa instrumentos,[24] mas isso, como também as outras distinções da animalidade que apresentamos, não passa de mera questão de grau.

Nas plantas que rodeavam o homem primitivo, muitos instrumentos se revelavam em estado potencial. Do bambu tirou ele dardos, facas e vasilhas; dos galhos de árvores fez tenazes, pinças e tornos; da casca e das fibras teceu cordas e panos de inúmeras variedades. E acima de tudo fez o bordão. Foi um invento modesto, mas de uso tão variado que sempre foi olhado pelo homem como o símbolo da autoridade; era a varinha mágica das fadas, o cajado do pastor, a vara de Moisés e Aarão, a bengala de marfim do cônsul romano, o *lituus* dos áugures, a maça dos magistrados, o cetro dos reis. Na agricultura o bordão se tornou a enxada; na guerra, a lança, o dardo, a seta, a espada, a baioneta.[25] De novo recorreu o homem ao mundo mineral e talhou a pedra numa variedade de armas e instrumentos: martelos, bigornas, panelas, raspadores, pontas de flechas, serras, cunhas, alavancas, machados e brocas. Do mundo animal tirou colheres, vasos e vasilhas, pratos, taças, navalhas e anzóis — utilizando-se de conchas da praia, de marfim ou chifre, de dentes e ossos; também utilizou-se da pele e do pêlo dos animais. Muitos desses artigos tinham cabos de pau, amarrados de maneiras curiosas, com embiras ou tendões; ocasionalmente eram colados com estranhas misturas de sangue. A engenhosidade dos homens primitivos provavelmente igualou — talvez tenha mesmo excedido — à da média do homem moderno; deles nós diferimos apenas pelo acúmulo de conhecimentos, materiais e utensílios, não pela superioridade do cérebro. Na realidade o homem natural dominava as situações com muito espírito inventivo. Era um jogo dileto aos esquimós irem para um ermo e fazerem apostas sobre qual deles dava melhor solução aos problemas surgidos.[26]

A habilidade primeva revelou-se muito inventiva na arte de tecer — e também aqui os outros animais e as plantas forneceram ao homem as indicações indispensáveis. A teia da aranha, o ninho dos pássaros, o envoltório de fibras recruzadas dos coqueiros forneciam tão bons exemplos, que o provável é ter sido a arte de tecer uma das primeiras desenvolvidas pelo homem.

Embiras de certas árvores, folhas e fibras eram trançadas para roupas e tapetes, e às vezes com perfeição inigualada pela tecelagem mecânica. As mulheres das ilhas Aleútas levavam um ano para tecer um vestido. Os cobertores e demais peças feitas pelos índios americanos eram ricamente ornamentados de franjas, bordados a fios de cabelo, e tingidos com a bela cor das amoras; "tons tão vivos", diz o padre Teoduto, "que distanciam os nossos."[27] Novamente a arte começava onde a natureza acabava; ossos de pássaros e peixes e fibras de bambu eram transformados em agulhas; e os tendões dos animais se afilavam de modo a passar pelo buraco das nossas mais finas agulhas de hoje. Certas cascas eram macetadas para colchões e roupas, peles eram secadas para calçados e peças de vestuário, fibras eram tecidas em resistentes filaças, e lascas vegetais ou vimes eram trançados em cestos de todas as formas, algumas mais belas que as de hoje.[28]

Lado a lado com a arte do cesto, surge a arte da cerâmica. A argila aplicada sobre o vime para defendê-lo contra o fogo endurecia numa casca, mantendo a forma do cesto mesmo depois de desaparecido o vime;[29] *deve ter sido* este o primeiro estádio do desenvolvimento que iria culminar nas admiráveis porcelanas da China. Ou talvez algumas placas de argila secas ao sol sugerissem a arte da cerâmica; teria sido o primeiro passo; o segundo foi substituir o sol pelo fogo. E surgiu a fabricação de vasos de mil formas, para fins utilitários e finalmente para ornamento. Desenhos feitos com os dedos, as unhas ou qualquer corpo duro sobre a argila mole foram as primeiras formas de arte — e talvez os primeiros vagidos da escrita.

Com a argila seca ao sol as tribos primitivas fizeram adobes e telhas. Isto sobreveio em estádios posteriores; mas foi da cabana de barro do "selvagem" que saíram, através de rememorados desenvolvimentos, as belas telhas e ladrilhos da Babilônia e de Nínive. Alguns povos primitivos, como os vedas do Ceilão, não tinham moradia de espécie alguma, contentavam-se com a terra e o céu; outros, como os da Tasmânia, dormiam em ocos de árvores; outros, como os da Nova Gales, viviam em cavernas; outros, como os boximanes, construíam abrigos de ramos que os protegessem dos ventos, ou, mais raramente, fincavam paus e os recobriam de galhaça e musgos. De tais abrigos contra o vento, quando foram adicionadas as paredes, surgiu a cabana, que encontramos em todos os estádios entre os nativos da Austrália, desde a de galhos e barro para três pessoas apenas, até as grandes, para 30 pessoas e mais. O caçador nômade ou o criador de rebanhos preferia a tenda, removível de um ponto para outro. Povos mais adiantados, como os índios americanos, usavam a madeira em suas construções; os iroqueses, por exemplo, erguiam com paus roliços construções de 200 metros de comprimento, para abrigo de numerosas famílias. Temos finalmente os nativos da Oceânia, que levantavam casas de tábuas — e assim se completa a evolução da casa de madeira.[30]

Apenas três passos tinham os primitivos de dar para a criação dos fundamentos essenciais à civilização: os mecanismos de transporte, os processos comerciais e um meio para a troca dos produtos. O carregador que transporta ao ombro as caixas trazidas por um avião mostra o primeiro estádio do transporte na presença do mais moderno. No começo, sem dúvida nenhuma, era o homem a sua própria besta de carga — exceto quando casado; e ainda hoje na maior parte da Ásia o homem é o carro e o animal. Mas o homem inventou a corda, as alavancas e as rodas; domesticou os animais e pôs-lhes cargas ao lombo; construiu o primeiro trenó depois de haver feito os animais arrastarem pelo campo galhos de árvores com sua bagagem em cima (os índios americanos, satisfeitos com este dispositivo, jamais usaram a roda); o trenó apenas se arrastava, mas se sob ele se pusessem roletes, deslizaria com mais facilidade — e daí surgiram as rodas e o carro. Lançou troncos à água, uniu-os, fez a jangada; cavando os troncos, fez canoas — e os rios se tornaram estradas móveis. O caminhar pela terra fez nascer a trilha, e da trilha saiu a estrada. O homem estudou as estrelas e passou a guiar as caravanas no deserto, e, através das montanhas, por meio das luzes do céu. E remou e navegou de ilha para ilha, e por fim devassou os mares, espalhando sua mo-

desta cultura por todos os continentes. Os principais problemas já estavam resolvidos quando a escrita entrou em cena.

Desde que a habilidade dos homens e os recursos naturais estavam diversa e desigualmente distribuídos, um povo podia, com a aplicação da destreza manual e o uso dos materiais que tinha à mão, produzir certas coisas melhor e mais facilmente que os vizinhos. Desses artigos obtinha mais que o necessário ao consumo local e oferecia o excedente aos vizinhos em troca de produtos que a estes igualmente sobravam — e aqui está a origem do comércio. Os índios chibchas da Colômbia exportavam o sal abundante em seus territórios e recebiam em troca os cereais não produzidos ali. Certas aldeias de índios americanos devotavam-se quase que exclusivamente à fabricação de pontas de flecha; outras, da Nova Guiné, ao fabrico de vasos de barro; outras, da África, à indústria do ferreiro, ou à construção de botes e lanças. Algumas tribos especializadas ou aldeias, às vezes, recebiam o nome de suas indústrias (Smith, Fisher, Potter... — Ferreiro, Pescador, Oleiro), e esses nomes passaram a certas famílias.[31] O intercâmbio dos excedentes foi inicialmente uma troca de presentes; mesmo na calculista época atual um presente qualquer (nem que seja um almoço ou um drinque) precede a qualquer transação. A troca era facilitada pela guerra, pelo roubo, pelos tributos, pelas multas ou pela compensação: os artigos tinham de manter-se em movimento! Aos poucos um ordenado sistema de trocas emergiu, e foram aparecendo postos de traficância, mercados e bazares — primeiro, ocasional e periodicamente; depois, fixa e permanentemente — onde os que possuíam artigos em excesso trocavam-nos pelos de que tinham necessidade.[32]

Por longo tempo o comércio não passou dessa simples *troca*, e séculos decorreram antes que fosse inventado um meio circulante, representativo do valor. Um *dyak* rondava durante dias o bazar, com uma bola de cera na mão, à espera de que aparecesse alguém que lhe oferecesse em troca qualquer coisa de que ele necessitasse.[33] Os primeiros instrumentos de troca foram os artigos de procura mais geral, que todos aceitavam em pagamento: tâmaras, sal, peles, couro, ornamentos, instrumentos, armas; em tal tráfico duas facas valeriam um par de meias, os três valeriam um lençol, os quatro valeriam uma espingarda, os cinco valeriam um cavalo; dois dentes de alce valeriam um cavalo, e oito cavalos, uma mulher.[34] Tudo foi empregado como dinheiro, por algum povo, em certo tempo: feijão, anzóis, conchas, pérolas, contas, sementes de cacau, chá, pimenta e por último carneiros, porcos, vacas e escravos. O gado constituía um bom padrão de valor e um meio de troca entre os caçadores e criadores; proporcionava renda com a procriação e movia-se com os próprios pés. Mesmo no tempo de Homero homens e coisas eram apreçados em relação ao gado: a armadura de Diomedes valia nove cabeças, um bom escravo valia quatro. Os romanos usavam as palavras *pecus* e *pecunia* para designarem gado e moeda, e nos cunhos mais antigos figurava um boi. As palavras inglesas *capital, chattel* e *catle* ligam-se, através do francês, ao latim *capital*, significativo de propriedade; esta palavra, por sua vez, vem de *caput*, cabeça — isto é, gado. Quando começou a mineração, lentamente os metais substituíram os velhos padrões, pelo fato de sob pequena massa representarem muito valor — e a prata e o ouro tornaram-se a moeda da humanidade. Essa mudança não cabe aos primitivos: surgiu já no decurso das civilizações históricas, e, facilitando grandemente a troca dos excedentes, veio aumentar a riqueza e o conforto dos homens.[35]

III. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

Comunismo primitivo — Causas de seu desaparecimento — Origens da propriedade privada — Escravidão — Classes

O comércio foi o grande perturbador do mundo primitivo, porque até que ele sobreviesse, trazendo consigo a moeda e o lucro, não havia propriedade e, portanto, quase nada do que chamamos governo. Nos mais antigos estádios do desenvolvimento econômico a propriedade era limitada, na maior parte, às coisas de uso pessoal; o senso de propriedade mostrava-se tão forte em relação a essas coisas que freqüentemente elas eram (inclusive as esposas) enterradas com o possuidor; já nas coisas do uso não pessoal esse senso revelava-se fraco; teve de ser inculcado e constantemente fortalecido — não era inato.

Por toda parte, entre os povos primitivos, a posse da terra cabia à comunidade. Os índios norte-americanos, os nativos do Peru, as tribos do Chittagong, na Índia, e as de Bornéu parecem ter cultivado o solo em comum, repartindo depois as colheitas. "As terras", diziam os índios de Omaha, "são como a água e o vento, que não podem ser vendidos." Na Samoa a idéia de vender o solo era desconhecida antes do advento do homem branco. O professor Rivers encontrou o comunismo territorial na Melanésia e na Polinésia; e no interior da Libéria vigora até os nossos dias.[36]

Embora menos definidos, temos também o comunismo dos víveres. Era costume entre os "selvagens" que o homem que dispusesse de víveres os partilhasse com quem não tinha, ou com os viajantes que pediam pouso; as comunidades vítimas da seca eram alimentadas pelas vizinhas.[37] Se um homem se sentava no campo para comer e avistava outro, chamava-o para a refeição.[38] Quando Turner contou a um samoano a tragédia dos pobres de Londres, o "selvagem" encheu-se de espanto: "Como isso? Sem alimentos? Sem amigos? Sem casa em que morarem? Como vivem, então? Não possuem casa os amigos dessa gente?"[39] Ao indiano faminto basta que peça para receber; por menos comida que haja, tem ela que ser repartida com ele; ninguém deve sentir falta de comida enquanto houver trigo em alguma parte da cidade.[40] Entre os hotentotes era costume repartirem-se os víveres de modo que todos ficassem com partes iguais. Os viajantes brancos que penetravam na África antes do advento da civilização notaram que, quando uma dádiva de víveres ou outras coisas valiosas era feita a um "homem negro", imediatamente sobrevinha a divisão; assim, se o presente consistia num vestuário completo, lá ia o chapéu para um, as calças para outro, a camisa para um terceiro. O caçador esquimó não tinha direitos exclusivos sobre os animais apanhados; dividia-os entre os habitantes do vilarejo; e os instrumentos e as provisões constituíam propriedade comum. Os índios norte-americanos foram descritos pelo capitão Carver como "estranhos a todas as distinções da propriedade, exceto quanto aos objetos de uso pessoal. Eram extremamente liberais uns com os outros, e supriam as deficiências dos amigos com o que detinham em excesso". "Parece-me estranho", diz um missionário, "vê-los se tratarem entre si com uma doçura e uma consideração que não existem no povo comum das mais civilizadas nações. Isto, sem dúvida, decorre do fato de serem ignoradas destes selvagens as palavras 'meu' e 'teu', que segundo S. Cristóvão extinguem em nossos corações o fogo da caridade e acendem o da cobiça." "Eu os observei", diz outro comentador, "dividindo a caça entre si, e não me recordo de nenhuma disputa ou queixa na repartição.

Preferiam dormir de estômagos vazios a deixar de satisfazer um necessitado... Tratavam-se entre si como uma grande família.''[41]

Por que, à medida que os homens foram entrando no que chamamos civilização, este primitivo comunismo desapareceu? Sumner acredita que o comunismo se revelou antibiológico, um embaraço na luta pela existência, proporcionador de pouco estímulo à inventiva, à indústria, à poupança; e que o fato de não dar mais ao mais hábil, e de não castigar o menos hábil, trazia um nivelamento de capacidade, o que é contrário ao desenvolvimento dos grupos, ou os prejudica na competição com outros.[42] Loskiel encontrou algumas tribos de índios do norte ''tão indolentes que nada plantavam por si mesmos; viviam à custa dos que nada lhes recusavam. Desde que os industriosos não gozam dos frutos de seu trabalho e ficam equiparados aos não-industriosos, a tendência é para plantar cada ano menos''.[43] Para Darwin a perfeita igualdade entre os fueguinos impediu-os de se civilizarem;[44] ou, como poderiam dizer os fueguinos, a civilização seria fatal a sua igualdade. O comunismo trazia uma certa segurança a todos os sobreviventes das doenças e acidentes da pobreza e ignorância da primitiva sociedade; mas não os arrancava à pobreza. O individualismo trouxe a riqueza, mas trouxe também a insegurança e a escravidão; estimulou as forças latentes do homem superior, mas intensificou a luta pela vida e fez o homem sentir amargamente uma pobreza que, sob o regime do comunismo, todos compartilhavam sem se sentirem oprimidos.

(Uma das razões de o comunismo aparecer no começo das civilizações talvez seja o fato de que ele floresce mais vivamente nos tempos de carestia, quando o perigo comum da fome funde o indivíduo no grupo. Se a abundância sobrevém e o perigo é afastado, a coesão social afrouxa e aumenta o individualismo; o comunismo acaba onde o luxo começa. À medida que a sociedade se torna mais complexa e a divisão do trabalho diferencia os homens em diversas ocupações e tráficos, torna-se cada vez menos provável que todos esses serviços possam ser igualmente valiosos para o grupo; inevitavelmente, aqueles cuja maior habilidade os capacita a realizar as funções mais importantes tomam mais que a sua parte na crescente riqueza do grupo. Cada civilização em crescimento é um palco de multiplicação das desigualdades; as naturais diferenças do indivíduo unem-se às diferenças de oportunidade para criar diferenças artificiais de poder e riqueza; e onde nem as leis nem os déspotas suprimem estas desigualdades artificiais elas se acentuam até chegarem ao ponto de explosão, em que o pobre, nada tendo a perder com a violência, promove o caos da revolução — e o comunismo de novo nivela os homens na pobreza.

Por isso o sonho do comunismo subsiste em todas as modernas sociedades como uma recordação racial de vida mais simples e mais igualitária; e onde a desigualdade ou a insegurança chegam aos extremos, os homens aceitam o retorno a uma condição já conhecida no passado — lembrando-se da igualdade que nela reinava, mas esquecidos da pobreza que a afligia. Periodicamente as terras foram redistribuídas, legalmente ou não, ora pelos Gracos em Roma, ora pelos jacobinos na França, ora pelos comunistas na Rússia; periodicamente a riqueza tem sido redistribuída, ora pelo confisco violento, ora pela agravação das taxas sobre a renda e as heranças. E então a corrida para a riqueza começa de novo; e vence o mais hábil. Sob qualquer lei a que esteja submetido, o mais hábil acaba se apossando do melhor solo, do melhor ponto — fica com a parte do leão; e breve se sente com a força necessária para dominar o Estado e refazer ou interpretar a seu modo as leis; e a desigualdade retorna ainda mais forte que antes. Sob este aspecto toda a história econômica não passa do lento pulsar do coração do organismo social, uma vasta sístole e diástole da natural concentração da riqueza e da natural revolução explosiva.)

O comunismo podia sobreviver mais facilmente nas sociedades em que o homem estava sempre em movimento e os perigos eram mais constantes. Caçadores e cuidadores de rebanhos não sentiam necessidade da propriedade em terras, mas, quando a agricultura sobreveio, o homem verificou que o solo era mais bem cuidado e produzia mais sempre que o produto revertia para o lavrador e os seus. Conseqüentemente, a

passagem do regime da caça para o da agricultura trouxe uma mudança da propriedade — da tribo para a família.

Quando a família vai mais e mais assumindo a forma patriarcal, com a autoridade centrada no homem mais velho, a propriedade individualiza-se. Com freqüência um homem de espírito empreendedor abandona o remanso da família e aventura-se para além das fronteiras tradicionais, e com o rijo trabalho conquista solo às florestas ou aos pântanos; tais terras ele as guarda ciosamente para si, e por fim a sociedade reconhece seus direitos — e outra forma de propriedade tem início.[45] Com o aumento da população e o cansaço do solo muito usado, esse processo de conquista de terras novas cresce, até que nas sociedades mais complexas a propriedade individual vem para a ordem do dia. A invenção da moeda cooperou com estes fatores para facilitar o acúmulo, o transporte e a transmissão da propriedade. Os velhos direitos tribais reafirmam-se na propriedade técnica do solo pela comunidade ou pelo rei, e em periódicas redistribuições de terras; mas, depois de um período de oscilação entre o velho e o novo, a propriedade privada estabelece-se definitivamente como a base econômica e histórica da sociedade.

A agricultura, enquanto gera a civilização, conduz não só à propriedade privada como à escravidão. As comunidades caçadoras desconheciam a escravidão; as mulheres e os filhos dos caçadores bastavam para a realização do trabalho manual. Depois das excitações da caça ou da guerra, os homens caíam no lazer da paz. A indolência característica dos primitivos tinha suas fontes, presumivelmente, nesse hábito de longos descansos entre duas caçadas ou duas guerras. Para transformar a atividade espasmódica em trabalho regular, duas coisas se faziam necessárias: a rotina da lavoura e a organização do trabalho.

Essa organização se conserva frouxa sempre que o homem trabalha para si mesmo; onde trabalha para outrem, a organização depende, em última análise, da força. O surto da agricultura e a desigualdade dos homens levam ao emprego dos socialmente fracos pelos socialmente fortes; o canibalismo diminui, a escravidão avança.[46] Foi um grande melhoramento moral que o homem deixasse de matar e comer o seu semelhante, apenas reduzindo-o à escravidão. Similar desenvolvimento, e em mais larga escala, pode ser visto hoje, quando uma nação vitoriosa na guerra não extermina os inimigos, mas exige o pagamento de grandes indenizações — escraviza-os, portanto. Logo que a escravidão se estabeleceu e provou ser lucrativa, foi estendida aos condenados da justiça e aos devedores insolventes: também começaram os assaltos sistemáticos, destinados à captura de escravos. A guerra ajudou a criar a escravidão e a escravidão ajudou a obra da guerra.

Foi provavelmente através de séculos de escravidão que nossa raça adquiriu suas tradições e hábitos de trabalho. Ninguém realizaria um trabalho duro e contínuo senão pelo temor de castigos físicos, econômicos e sociais. A escravidão fez parte da disciplina através da qual o homem se preparou para a indústria. Indiretamente, portanto, o escravo trabalhou para a civilização — aumentando as riquezas e criando para as minorias o lazer; Aristóteles achava a escravidão natural e inevitável, e S. Paulo deu a bênção ao que parecia em seu tempo uma instituição divina.

Gradualmente, por meio da agricultura e da escravidão, da divisão do trabalho e da inerente diversidade dos homens, a comparativa igualdade da sociedade natural foi substituída pela desigualdade e pelas divisões de classes. "Nos grupos primitivos normalmente não encontramos nenhuma distinção entre o chefe e seus seg-

dores.''[47] Lentamente a complexidade sempre crescente dos instrumentos e das atividades submeteu os mais fracos e inábeis aos mais hábeis e fortes; cada invenção constituiu uma nova arma nas mãos do forte, aumentando o seu poder de dominação sobre o mais fraco. (Assim, em nosso tempo, aquilo a que chamamos a Revolução Industrial tem intensificado enormemente a desigualdade natural dos homens.) O regime da herança fortaleceu-se e estratificou as sociedades outrora homogêneas numa série de classes e castas. Ricos e pobres tornaram-se mais cônscios da respectiva riqueza e pobreza; a guerra de classes começou a fluir como um fio vermelho através da História; e o Estado ergueu-se como o indispensável instrumento para a regularização do jogo das classes, para a proteção da propriedade, para a condução da guerra e a organização da paz.

CAPÍTULO III

Elementos Políticos da Civilização

I. ORIGENS DO GOVERNO

O instinto insocial — Anarquismo primitivo — O clã e a tribo — O rei — A guerra

SÓ involuntariamente é o homem um animal político. O macho humano associa-se a seus companheiros menos pelo desejo do que pelo hábito, pela imitação ou força das circunstâncias. Associa-se porque o isolamento o põe em perigo e porque existem muitas coisas que só podem ser feitas através da cooperação; mas no fundo não deixa de ser um animal solitário que heroicamente se retesa contra o mundo. Se o homem médio houvesse predominado, nunca teríamos a formação do Estado. Ainda hoje ele se ressente dessa instituição e anseia por um "Estado que governe menos". Se clama por novas leis, é porque está seguro de que seu vizinho delas necessita; a sós consigo é um anarquista pouco filosófico, e acha que no seu caso pessoal as leis são desnecessárias.

Nas sociedades mais simples havia um mínimo de governo. Os primitivos caçadores só aceitavam regras quando reunidos em bando para a ação conjunta. Os boximanes vivem divididos em famílias solitárias; os pigmeus da África e os nativos da Austrália só temporariamente admitem a organização política, dela refugindo para o isolamento familial; os tasmanianos não tinham chefes, nem leis, nem governo regular; os vedas do Ceilão formavam pequenos grupos de acordo com as relações de família, mas sem governo; os *kubus* da Samatra "vivem sem autoridades", cada família governando-se a si mesma; os fueguinos raro se reúnem em número acima de 12; os *tungus* associam-se em grupos de 10 tendas, mais ou menos; a "horda" australiana raro excede de 60 almas.[1] Em tais casos a associação e a cooperação se realizam com propósitos especiais, como uma caçada; não erigem qualquer ordem política permanente.

A mais primitiva forma de organização social contínua foi o clã — um grupo de famílias aparentadas, vivendo num mesmo trato de terra, com o mesmo totem, os mesmos costumes, as mesmas leis. Quando certo número de clãs se reuniu sob um chefe, formou-se a tribo — o segundo passo para o Estado. Mas o desenvolvimento foi demorado; muitos grupos não tinham chefes,[2] e outros só os toleravam em tempo de guerra.[3] Em vez de ser um distintivo de nossa época, a democracia aparece sob a melhor forma nos vários grupos primitivos em que o governo não passa do conselho dos pais de família do clã e nenhuma autoridade arbitrária é permitida.[4] Os índios iroqueses e do Delaware não reconheciam leis ou restrições além das decorrentes do clã; seus chefes dispunham de poder bem limitado, e que ainda podia ser cassado pelos mais velhos da tribo. Os índios do Omaha eram governados pelo Conselho dos Sete, o qual só emitia ordens em caso de acordo completo; temos ainda a famosa Liga dos Iroqueses, reunião de muitas tribos com o objetivo de manter a paz — como os Estados modernos se uniram na Liga das Nações.

É a guerra que faz os chefes, o rei e o Estado, como é o Estado que faz a guerra. Na Samoa o chefe dispõe de poder durante a guerra, mas na paz ninguém lhe dá atenção. Os *dyaks* não possuíam outro governo além do que cada chefe de família exercia sobre esta; em caso de luta escolhiam o melhor guerreiro para chefiá-los e obedeciam-lhe estritamente; cessado o conflito, destituíam-no das funções.[5] Nos intervalos de paz, era no sacerdote, ou no mágico, que residiam a influência e a autoridade; e quando, afinal, uma realeza permanente se desenvolveu como o sistema de governo da maioria das tribos, ela se formou de um conjunto composto pelo guerreiro, o pai da família e o sacerdote. A sociedade era governada por meio de duas forças: a palavra, na paz, e a espada, nas crises. A espada entra em cena quando a palavra perde a força. Lei e mitos têm andado de mãos dadas através dos séculos, cooperando ou revezando-se na direção da humanidade; até hoje nenhum Estado ousou separar-se do mito.

Como a guerra conduziu o homem ao Estado? O homem não é naturalmente inclinado à guerra. Alguns povos dos primeiros degraus da escada são completamente pacíficos; os esquimós não podem compreender por que os europeus da mesma fé religiosa — e fé pacífica — caçam-se uns aos outros e roubam-se mutuamente as terras. "Que bom sejas assim", dizem eles para o solo, "que bom sejas coberto de gelo e neve, e que em tuas rochas não haja o ouro e a prata de que os cristãos se revelam tão ardentemente cobiçosos! Tua esterilidade faz a nossa felicidade e impede que eles nos molestem."[6] Sem embargo, a vida primitiva era atormentada pela intermitência da guerra. As tribos caçadoras disputavam os melhores campos de caça, as tribos pastoras disputavam novas pastagens, os agricultores disputavam as terras novas; e todos, a espaços, lutavam para vingar um crime, ou para endurecer e disciplinar os moços, ou para interromper a monotonia da vida, ou para saquear e raptar — e só raramente por motivo de religião. Havia instituições e costumes com vistas à militação na chacina, como os há entre nós; havia certas horas, dias, semanas ou meses durante os quais nenhum selvagem podia matar; certos funcionários eram invioláveis, certas estradas eram neutras, certos mercados e asilos eram postos de lado para a paz; e a Liga dos Iroqueses manteve a "Grande Paz" durante três séculos.[7] Geralmente, contudo, a guerra era o instrumento favorito da seleção natural entre os primitivos grupos humanos.

Suas conseqüências foram intermináveis. Agiu como um impiedoso eliminador dos povos fracos e levantou o nível da raça, dando-lhe coragem, crueldade, violência, inteligência e habilidade. Estimulou a invenção, criou armas, que depois se tornaram instrumentos úteis, e as artes da guerra, que depois se tornaram artes da paz. (Quantas estradas de ferro de hoje não foram construídas com fins estratégicos, isto é, de guerra!) E, acima de tudo, a guerra dissolvia o comunismo e o anarquismo, introduzia a organização e a disciplina, determinava a escravização dos prisioneiros, a subordinação das classes e o crescimento do governo. A propriedade foi a mãe do Estado, e a guerra, o pai.

II. O ESTADO

Como organização da força — A comunidade-aldeia — Os suportes psicológicos do Estado

"Um rebanho de louros animais de presa", disse Nietzsche, "uma raça de conquistadores e senhores, que com toda a sua organização guerreira e todo o seu poder

crava as terríveis unhas sobre uma população tremendamente superior em número, mas sem forma... tal é a origem do Estado."[8] "O Estado, distinto da organização tribal, tem início com a conquista de uma raça por outra",[9] diz Lester Ward. "Por toda parte", diz Oppenheimer, "encontramos alguma tribo guerreira invadindo as fronteiras de um povo mais pacífico, estabelecendo-se em seu território com 'a nobreza' e fundando o seu Estado."[10] "A violência", diz Ratzenhofer, "é o agente que cria o Estado."[11] "O Estado", diz Gumplowicz, "é o resultado da conquista, o estabelecimento dos vitoriosos como casta dominante sobre os vencidos."[12] "O Estado", diz Sumner, "é o produto da força e subsiste pela força."[13]

Essa violenta sujeição usualmente parte de uma tribo de caçadores e se exerce sobre um grupo agrícola já fixado.[14] Porque a agricultura ensina aos homens os meios pacíficos, forma-os na rotina prosaica e exaure-os na perpétua faina do solo; tais homens acumulam riquezas, mas perdem o sentimento das artes e da guerra. O caçador e o criador, acostumados ao perigo e afeitos à matança, olham para a guerra como para uma caçada de outro tipo e não mais perigosa que a cinegética; quando as florestas deixam de dar-lhes caça em abundância, ou os rebanhos decrescem devido ao estrago das pastagens, eles olham com inveja para os prósperos campos das aldeias, e com desplante perfeitamente moderno inventam alguma razão plausível para o ataque — invadem-nos, conquistam-nos, escravizam os vencidos e passam a governar. (É uma lei que é válida somente para as sociedades primitivas, desde que sob condições mais complexas uma variedade de outros fatores — maior riqueza, melhores armas, mais inteligência — contribui para determinar o resultado. Assim, o Egito foi conquistado não somente pelos nômades hicsos, etíopes, árabes e turcos, mas também por civilizações estabelecidas da Assíria, da Pérsia, da Grécia, de Roma e da Inglaterra, conquanto estas nações não se tenham tornado caçadoras ou nômades em escala imperialista.)

O Estado é um desenvolvimento tardio que mal transparece antes da escrita. Porque o Estado pressupõe uma mudança no princípio da organização social — a passagem do parentesco para a dominação. A dominação mostra-se mais bem-sucedida quando une diversos grupos naturais num conjunto vantajoso para a ordem e o comércio. Mas tal conquista só é duradoura quando o progresso da invenção fortalece os fortes por meio de novos instrumentos e armas, adequados à supressão da revolta. Nas conquistas permanentes o princípio da dominação tende a ocultar-se e tornar-se quase inconsciente; os franceses rebelados em 1789 dificilmente compreendiam, antes que Camille Desmoulins lhes explicasse, que a nobreza que os subjugara durante mil anos procedia da Alemanha e os havia dominado pela força. O tempo tudo santifica; mesmo o mais vergonhoso roubo se transforma, nas mão dos netos do ladrão, em sagrada e inviolável propriedade. Cada Estado se forma através da compulsão; mas os hábitos de obediência naturalizam-se na consciência, e depois de algum tempo cada cidadão vibra de lealdade diante da bandeira.

O cidadão está certo; porque, seja como for o seu início, o Estado logo se torna indispensável à manutenção da ordem. À medida que o comércio une as tribos e os clãs, as relações daí advindas já não dependem do parentesco, mas da continuidade, e por isso requerem um princípio artificial de ordem. A comunidade-aldeia pode servir de exemplo: representou a deslocação da tribo ou do clã como modo de organização local e realizou um governo simples, quase democrático, exercido pelos chefes de família dentro da área da aldeia; mas a existência e o número de tais comunidades criam a necessidade de um poder sobrepairante que lhes regule as relações mútuas, conjugando-as numa teia mais ampla. O Estado, embora seja um ogro em suas origens, satisfaz a essas necessidades; torna-se não só uma força organizada como um ins-

trumento para o ajuste dos interesses dos milhares de grupos em conflito que constituem a sociedade. Espalha os tentáculos do seu poder e da lei sobre áreas cada vez mais amplas e, conquanto aumente o grau destruidor das guerras, dilata e mantém a paz interna; o Estado pode ser definido como paz interna para bem da guerra externa. Os homens decidiram que era melhor pagar taxas do que lutar entre si; melhor pagar tributo a um magnificente salteador do que subornar *todos* os seus colegas. O que sucede quando uma sociedade acostumada ao governo fica sem ele podemos verificar no caso de Baganda, onde, quando o rei morreu, todos os homens tiveram de armar-se; o assalto e o roubo tornaram-se permanentes.[15] "Sem governo autocrático", disse Spencer, "a evolução da sociedade nunca teria começado."[16]

Um Estado que quisesse basear-se apenas na força não se sustentaria; porque, se os homens são naturalmente suscetíveis de serem enganados, também são obstinados, e o poder, assim como os impostos, assegura-se melhor quando é indireto e invisível. Daí o Estado, para manter-se, forjar muitos instrumentos de doutrinação — Família, Igreja, Escola — a fim de construir na alma dos cidadãos a lealdade patriótica e o orgulho. Isto economiza uma infinidade de agentes compressores e prepara o público para aquela dócil coerência indispensável na guerra. Acima de tudo, a minoria dominante procura mais e mais transformar a força de dominação num corpo de leis que, ao mesmo tempo que lhe consolida a dominação, dá segurança e ordem ao povo, e reconhece os direitos do "súdito" (observe como esta palavra revela a origem do Estado) — num grau suficiente para levá-lo a aceitar a lei e a aderir ao Estado.

III. LEI

Ilegalismo — Lei e costume — Vingança — Ordálio — O duelo — Castigo — Liberdade primitiva

A lei vem com a propriedade, o casamento e o governo; as mais baixas sociedades procuram passar sem ela. "Vivi em comunidades de selvagens na América do Sul e no Oriente", diz Alfred Russel Wallace, "que não possuem outra lei além da opinião pública da aldeia livremente manifestada. Cada homem respeita escrupulosamente os direitos dos outros, e nunca sobrevêm infrações. Em tais comunidades todos são iguais."[17] Herman Melville diz o mesmo dos índios das ilhas Marquesas: "Durante o tempo em que vivi entre os *tipees* não vi nenhum submetido à justiça por motivo de violência contra o próximo. Tudo corria suave e perfeito, como nas mais perfeitas associações pias cristãs."[18] O velho governo russo criou tribunais nas ilhas Aleútas, que durante 50 anos não tiveram o que fazer. "Crimes e faltas", conta Brinton, "eram tão raros no sistema social dos iroqueses que nem sequer havia código penal."[19] Tais são as condições ideais — ou talvez idealizadas — que o anarquismo pretende fazer voltar.

Certas correções têm que ser feitas aqui. As sociedades naturais parecem relativamente livres das leis, primeiro, porque são governadas por costumes dotados da mesma rigidez e inviolabilidade da lei; e, segundo, porque os crimes de violência eram, no início, considerados matéria privada, objeto de vingança, não de justiça.

Sob todos os fenômenos sociais subsiste a *terra firme* do costume, esse leito de rocha que dá firmeza à sociedade a despeito da ausência, mudança ou interrupções da lei. O costume permite ao grupo a mesma estabilidade que a hereditariedade permite à espécie e o hábito ao in-

divíduo. A rotina é que mantém o homem; porque, se não houvesse canais em que ele se movesse com inconsciente facilidade, seu espírito se mostraria perpetuamente hesitante, e breve ele iria para o hospício. Uma lei de economia age no instinto e no hábito, no costume e na convenção: o mais conveniente modo de reação a um repetido estímulo ou a situações tradicionais é a resposta automática. Pensamento e inovação constituem perturbações da regularidade, e só são tolerados por causa das indispensáveis readaptações e das promessas de ouro.

Quando a esta base natural do costume a religião acrescenta a sanção sobrenatural, e os meios dos nossos antepassados também passam a ser o que os deuses querem, o costume se torna mais forte que a lei. Violar a lei é conquistar a admiração de metade da populaça, que secretamente inveja quem quer que se ponha acima da velha inimiga; violar o costume é incorrer em hostilidade quase universal. Porque o costume emerge do povo, ao passo que a lei é imposta pela classe dominante; a lei é usualmente o decreto do senhor, mas o costume não passa da seleção natural dos modos de ação que pela experiência do grupo foram julgados mais convenientes. Em parte a lei substitui o costume quando o Estado substitui a ordem natural da família, do clã, da tribo e da comunidade-aldeia; e ainda mais plenamente substitui o costume quando a escrita aparece e a lei se fixa em código escrito. Mas jamais é completa a substituição; na determinação e julgamento da conduta humana o costume permanece até o fim a força oculta atrás da lei — o "último magistrado da vida dos homens".

A vingança pessoal é o primeiro estádio da evolução da lei.

"A vingança me pertence", diz o homem primitivo. Entre os índios da Baixa Califórnia cada qual era o seu próprio polícia, e administrava a lei sob forma de vingança. Desse modo, em muitas sociedades antigas o assassínio de *A* por *B* levava ao assassínio de *B* pelo filho de *A* ou pelo seu amigo *C*; e ao de *C* pelo filho de *B* ou pelo amigo *D* — e assim até a última letra do alfabeto. Encontramos exemplo disto entre as famílias de mais puro sangue da América. Este princípio da vingança persiste através da história da lei; aparece na *lex talionis* (expressão aparentemente inventada por Cícero) — ou na lei da retaliação — corporificada na Lei Romana; desempenhou largo papel no Código de Hamurabi e no de Moisés, onde há o "olho por olho, dente por dente"; e ainda transparece no fundo de todos os castigos atuais.

O segundo passo rumo à lei e à civilização no tratamento do crime foi a substituição da vingança por danos infligidos ao criminoso. Freqüentemente um chefe, a fim de manter a harmonia interna, usava do seu poder ou influência para induzir a família da vítima a contentar-se com ouro e bens em vez de sangue. Breve uma tarifa regular apareceu, determinando o que devia ser pago por um olho, um dente, um braço ou uma vida; Hamurabi legislou extensamente nesses termos. Os abissínios eram tão meticulosos neste ponto, que quando um rapaz caía de uma árvore sobre um companheiro e o matava, os juízes mandavam que um irmão da vítima subisse à árvore e por sua vez caísse sobre o culpado.[20] As penalidades variavam em função do sexo, idade e posição do réu e da vítima; entre os selvagens de Fiji, por exemplo, os pequenos furtos de um homem comum eram considerados mais odiosos que o homicídio praticado por um chefe.[21] A história da lei mostra que a magnitude do crime pode ser reduzida pela magnitude do criminoso. Com o advento das multas e dos arranjos em substituição da vingança, um terceiro passo foi dado com a formação dos tribunais; os chefes ou os mais velhos ou os sacerdotes reuniam-se para julgar os casos. Tais cortes de justiça nem sempre justificavam sua finalidade; muitas vezes não passavam de tribunais de conciliação. Por muitos séculos o recurso à justiça ou à conciliação permaneceu opcional, e quando a parte não se satisfazia com o julgamento, podia recorrer à vingança.[22]

Em muitos casos as disputas eram decididas por meio de uma prova pública, que variava de grau, indo até o duelo de morte. Freqüentemente a mentalidade primitiva recorria ao ordálio, não com a idéia medieval de que a deidade revelaria o culpado, mas com a esperança de que a prova, por injusta que fosse, pusesse termo a uma briga que em caso contrário tinha elementos para prolongar-se por gerações. Às vezes o acusador e o acusado tinham de escolher entre duas taças, uma inócua e outra envenenada; era muito possível que a parte inocente perecesse envenenada, mas a disputa chegava ao fim, já que os dois lados admitiam a retidão daquele processo. Entre algumas tribos era costume o culpado confesso apresentar a perna e permitir que a parte ofendida a atravessasse com uma lança. Ou então que lhe arremessasse dardos; se não fosse atingido, era declarado inocente; caso contrário, estava punido e a questão encerrada.[23] O ordálio persistiu até a Idade Média. O duelo, que é uma das suas formas, ainda está em vigor — tão curto é o espaço que separa o homem civilizado do primitivo.

O quarto passo no surgimento da lei foi a atribuição ao chefe do Estado do poder e obrigação de prevenir e punir os delitos. Há pouca distância entre acalmar disputas ou puni-las e fazer algum esforço para evitá-las. Assim o chefe se torna, além de juiz, legislador; e ao corpo das "leis comuns", derivadas dos costumes do grupo, junta-se o corpo das "leis positivas", derivadas dos decretos do governo; num caso a lei cresce como planta, no outro é outorgada. Em ambos, as leis trazem a marca da ancestralidade, e recendem à vingança que procuraram substituir. As primitivas punições eram cruéis[24] porque a sociedade primitiva era insegura; com a estabilização da ordem a severidade vai declinando.

De um modo geral o indivíduo tem menos "direitos" na sociedade natural do que na civilizada. Por toda parte os homens nascem encadeados — pela hereditariedade, pelo ambiente, pelo costume e pelas leis. Os homens primitivos moviam-se numa teia de regulações incrivelmente constritoras e minuciosas; mil tabus os enleavam, mil terrores lhes limitavam a vontade. Os nativos da Nova Zelândia viviam aparentemente sem leis, mas na realidade a rigidez dos costumes governava-lhes todos os passos na vida. Convenções imutáveis indisputadas regulavam o andar, o comer, o beber, o dormir dos nativos de Bengala. O indivíduo não era considerado parte integrante da sociedade natural; só existiam a família e o clã, a tribo e a aldeia; estas entidades é que possuíam a terra e detinham o poder. Só com o advento da propriedade privada, que lhe deu autoridade econômica, e do Estado, que lhe deu direitos definidos, é que o indivíduo começou a ser uma realidade distinta.[25] Os direitos não nos vêm da natureza, a qual só reconhece os do mais forte ou do mais apto; são privilégios que a comunidade assegura aos indivíduos por serem vantajosos ao bem comum. A liberdade é o luxo da segurança; no indivíduo livre temos o produto e a marca da civilização.

IV. A FAMÍLIA

Sua função na civilização — O clã versus *a família — Crescimento do zelo paternal — Pouca importância do pai — Separação dos sexos — Direitos maternos — Posição da mulher — Suas ocupações — Suas realizações econômicas — O patriarcado — Sujeição da mulher*

Assim como as necessidades básicas do homem são a fome e o amor, assim também as funções básicas da organização social se resumem na provisão econômica e na so-

brevivência biológica; uma caudal de crianças é tão necessária como a continuidade do alimento. Às instituições que objetivam o bem-estar material e a ordem política, a sociedade sempre acrescenta instituições cujo fim é a perpetuação da espécie. Até que o Estado se tornasse a fonte central e permanente da ordem, o clã tomou a si a delicada tarefa de regular as relações entre os sexos e as gerações; e mesmo depois de estabelecido o Estado, o governo essencial da humanidade continuou radicado na mais profunda de todas as instituições históricas — a família.

É de todo improvável que as primeiras criaturas humanas vivessem em famílias isoladas, mesmo no estágio da caça; porque a inferioridade do homem quanto aos órgãos de defesa teria deixado tais famílias entregues à voracidade das feras. Em regra, na natureza, os organismos mais pobremente dotados de defesa individual vivem em grupos, e tiram da ação conjunta os meios de sobreviver num mundo enxameante de garras, presas e couros impenetráveis. Evidentemente foi assim com o homem; salvou-se pela solidariedade do grupo. Quando as relações econômicas e a dominação política substituíram o parentesco como princípio de organização social, o clã perdeu sua posição na subestrutura da sociedade; embaixo foi suplantado pela família e no alto pelo Estado. O governo tomou a si o problema de manter a ordem, e a família assumiu a tarefa de reorganizar a indústria e assegurar a perpetuidade da raça.

Entre as mais baixas espécies animais não há cuidados com a progênie; os ovos são postos em grande número, pequeníssima parte sobrevive e se desenvolve, a grande maioria é comida ou destruída. Muitos peixes deitam um milhão de ovos por ano; algumas espécies revelam certa solicitude pela prole, e nelas a postura logo se reduz a 100 ovos por ano.[26] Já os pássaros cuidam bastante dos filhos e só chocam de cinco a vinte ovos por ano; os mamíferos, nos quais o nome está indicando o cuidado com a prole, dominaram a Terra com uma média de três filhos por fêmea e ano. Na série animal, a fecundidade e a destruição decrescem à medida que o cuidado com a prole aumenta; no campo humano, o índice de nascimento baixa quando a civilização se desenvolve. A boa situação das famílias torna possível prolongar a adolescência dos filhos, dando-lhes melhor educação antes que passem a viver por si mesmos; o baixo índice de nascimentos liberta a energia humana para outras atividades que não as reprodutoras.

Como desempenhasse a mãe a maior parte das funções paternais, a posição do homem na família era a princípio superficial e incidental; a da mulher, fundamental e suprema. Em algumas tribos de hoje, e provavelmente em todos os antigos grupos humanos, o papel do homem na reprodução parece ter escapado à percepção; também os animais não percebem a ligação de causa e efeito entre o intercurso sexual e o advento da prole. Os nativos de Trobriand atribuem a prenhez à entrada de um *baloma*, ou fantasma, no corpo da mulher; não à união dos sexos. Em regra o *baloma* entra quando a mulher está no banho; "um peixe me mordeu", diz ela. "Quando eu perguntava", conta Malinowski, "quem era o pai de uma criança ilegítima, a resposta era sempre a mesma — não havia pai, porque a moça não era casada. E se, então, em termos crus, eu indagava sobre o pai fisiológico, ninguém compreendia a pergunta... 'Foi o *baloma* que lhe deu o filho.'" Aqueles selvagens admitiam que o *baloma* entrava de preferência nas mulheres que viviam intimamente com os homens; não obstante, ao tomar precauções contra a prenhez, as moças preferiam evitar os banhos de maré alta a abandonar as relações com os homens.[27] É uma história deliciosa,

que deve ter provado grande conveniência nas gravidezes extemporâneas; seria mais deliciosa ainda se tivesse sido inventada para antropólogos, bem como para maridos.

Na Melanésia, o intercurso sexual era reconhecido como o causador da prenhez, mas se uma solteira engravidava, o fato ia à conta de algo que houvesse comido.[28] Mesmo quando, admitida a função do macho, a irregularidade de relações sexuais não permitia a determinação de quem fosse o pai. A mãe primeva raro se interessava por isso; o filho pertencia-lhe, e ela não pertencia ao marido, mas ao pai, ou a um irmão, ou ao clã; era com estes que ela morava e eram estes os únicos machos que seu filho iria conhecer.[29] Os laços de afeto entre irmão e irmã mostravam-se mais fortes que aqueles entre marido e mulher. Em muitos casos o marido ficava na família e no clã de sua mãe, e só a espaços, e clandestinamente, tinha contato com a esposa. Mesmo nas civilizações clássicas o irmão era mais caro à irmã do que o marido: foi a seu irmão, e não a seu marido, que Intafernes salvou da cólera de Dario, e também foi ao irmão, e não ao marido, que Antígona se sacrificou.[30] "A idéia de que o esposo é a pessoa mais chegada à esposa constitui noção relativamente moderna, e mesmo assim restrita a uma pequena parte da espécie humana."[31]

Tão escassas se mostravam as relações entre pai e filhos nas sociedades primitivas, que em grande número de grupos os sexos viviam separados. Na Austrália, na Nova Guiné, na África, na Micronésia, em Assã, na Birmânia, nas ilhas Aleútas, entre os esquimós e samoiedos, e aqui e ali, em muitos outros pontos da Terra, encontram-se ainda hoje tribos em que não há vida familial; os homens moram afastados das mulheres, e só as visitam a intervalos; mesmo as refeições são à parte. Na Papuásia do norte não se admite que um homem seja visto com mulheres, nem mesmo com a mãe de seus filhos. No Taiti a vida de família é ignorada. Desta segregação dos sexos emergem irmandades secretas — usualmente de machos — com função de refúgio contra as mulheres.[32] Assemelham-se ainda às nossas modernas irmandades em outro ponto — a organização hierárquica.

Temos, portanto, que a mais simples forma familial foi a da mulher com seus filhos, vivendo juntos no clã, ou com um irmão; tal arranjo era um natural desenvolvimento da família animal — mãe e filhotes — dentro da biológica ignorância do homem primitivo. Aparece uma forma especial de casamento, em que o marido deixa o seu clã e vai viver no da mulher, trabalhando para ela ou trabalhando com ela a serviço de seus pais. Em tais casos, a progênie era traçada pela linha materna; a herança vinha pelo lado da mãe; às vezes, mesmo a sucessão dos chefes ou reis se fazia pela linha feminina, não pela masculina.[33] Este "direito da mãe" não era um "matriarcado" — não implicava o governo do homem pela mulher.[34] Mesmo quando a propriedade se transmitia pelo lado feminino, a mulher exercia pouco poder sobre ela; apenas usavam essa linha como meio de traçar a descendência, num regime de paternidade sempre obscura.[35] É verdade que em qualquer sistema social as mulheres sempre exercem uma certa autoridade, elevando-se de importância no lar, em virtude da necessidade que delas tem o homem. É também verdade que, a espaços, surgem mulheres na chefia de alguma tribo sul-africana; e nas ilhas Pelew o chefe nada faz de importante sem consultar um conselho das mulheres mais velhas; nos conselhos tribais dos iroqueses a mulher tinha direito de falar e votar, em igualdade com os homens;[36] entre os índios de Seneca as mulheres possuíam grande poder, mesmo para a escolha dos chefes. Mas são casos excepcionais. Em todas as sociedades primitivas a regra foi a su-

jeição feminina — e sujeição muito próxima da escravidão. A periódica perturbação uterina, o não manejo das armas, a absorção das energias nos trabalhos da maternidade e assistência aos filhos sempre prejudicaram as mulheres na luta dos sexos, condenando-as à subordinação. E sua posição não iria necessariamente elevar-se com o desenvolvimento da civilização; encontramo-la mais baixa na Grécia de Péricles do que entre os índios norte-americanos; melhoraria ou pioraria de acordo com a importância estratégica da mulher no momento, não de acordo com a marcha da cultura e da moral do homem.

No estádio da caça a mulher tinha a seu cargo quase todo o trabalho caseiro da tribo. Como recompensa pela exposição aos perigos cinegéticos, o macho descansava magnificamente nos intervalos das expedições. A mulher dava-lhe filhos, criava-os, mantinha a cabana em ordem, lenhava, cozinhava, lavava e fazia-lhe as vestes e o calçado.[37] A necessidade de estar sempre pronto para o ataque e a defesa fazia que nas marchas o homem só levasse consigo as armas; as mulheres conduziam todo o restante da bagagem. As mulheres dos boximanes eram usadas como servas e bestas de carga; se se revelavam muito débeis para acompanhar o bando, eram abandonadas pelo caminho.[38] Quando os nativos do Baixo Murray viram chegar uma expedição de brancos seguida de bois com carga ao lombo, julgaram que os bois fossem as mulheres daqueles estranhos homens louros.[39] A diferença em força física que hoje divide os sexos não existia naqueles tempos — são diferenças circunstanciais, não inatas: a mulher, à parte sua perturbação mensal, igualava o homem na estatura, na resistência, na habilidade e na coragem; não era um ornamento social, um objeto de beleza ou um brinquedo sexual, mas um robusto animal, com capacidade para realizar durante horas os mais rijos trabalhos e, se preciso fosse, lutar até a morte, pela progênie e pelo clã. "As mulheres", disse um cacique dos *chippewas*, "foram criadas para o trabalho. Podem carregar tanto quanto dois homens. Elas armam nossas tendas, fazem nossas roupas, remendam-nas, conservam-nos quentes durante a noite... Absolutamente não podemos dispensá-las numa viagem. As mulheres fazem tudo e custam pouco; e porque passam a vida cozinhando, quando chega o tempo de escassez contentam-se em lamber os dedos."[40]

Muitos progressos econômicos nas sociedades primitivas devem-se mais à mulher do que ao homem. Enquanto por séculos este se ateve aos tradicionais processos de caça e pastoreio, a mulher desenvolveu a agricultura ao redor do acampamento e as artes caseiras, que iriam tornar-se mais tarde importantes indústrias. Da "árvore que dá lã", como chamavam os gregos ao algodoeiro, a mulher primitiva confeccionou fios e teceu panos.[41] Aparentemente foi ela quem desenvolveu a costura, a tecelagem, a arte do cesto e da esteira, a cerâmica, a carpintaria e a construção da cabana; e em muitos casos conduziu o primitivo comércio.[42] Foi ela quem desenvolveu o lar, lentamente adicionando o homem à lista dos seus animais domésticos, educando-o na sociabilidade e nas amenidades que constituem os alicerces psicológicos da civilização.

Como, porém, a agricultura se tornasse mais complexa e produzisse mais amplas recompensas, o sexo forte breve a tomou para si.[43] A criação de rebanhos deu ao homem uma nova fonte de riqueza, além de estabilidade e poder; a plantação de sementes, que aos poderosos Nimrods da antigüidade devia ter parecido coisa prosaica, foi por fim aceita pelo macho nômade; e o comando econômico, que o trabalho dos campos dera por algum tempo à fêmea, foi assim conquistado pelo macho. A aplicação à agricultura daqueles animais que a mulher havia domesticado induziu o ho-

mem a pô-los na labuta dos campos em substituição à mulher; o advento do arado, como evolução da primitiva enxada, exigindo mais força física, habilitou o homem a impor a sua supremacia. O crescimento da propriedade transmissível sob forma de gado e produtos da terra trouxe a subordinação sexual da mulher, porque agora o macho exigia dela fidelidade, a fim de que a herança só se transmitisse a filhos presumivelmente seus. Começa a ascendência do homem: a paternidade sobrepuja a maternidade, a linha de sucessão torna-se masculina; os direitos da mãe cedem aos direitos do pai; e a família patriarcal, com o macho mais velho à frente, torna-se a unidade econômica, moral, legal e política da sociedade. Os deuses, que tinham sido sobretudo femininos, tornam-se grandes patriarcas barbados, metidos em haréns como nunca os sonhou o homem comum.

O advento do patriarcalismo foi fatal à mulher. Ela e os filhos passavam a escravos do pai ou do irmão mais velho, e depois do marido. A mulher era levada ao casamento exatamente como um escravo à feira. Figurava como parte da herança quando o marido morria; e em alguns lugares (Nova Guiné, Novas Hébridas, ilhas Salomão, Fiji, Índia, etc.) era estrangulada e em seguida enterrada com o marido morto, ou tinha de suicidar-se, a fim de servi-lo no outro mundo.[44] O pai gozava do direito de vender ou dar de empréstimo suas mulheres e filhas; a única barreira era a condenação social por parte de outros pais que exerciam o mesmo direito. Enquanto o macho reservava para si o privilégio de exercitar o sexo fora de casa, as mulheres tinham de ater-se à mais perfeita castidade antes do casamento, e à mais completa fidelidade depois. E nasceu assim a moralidade dupla que até hoje perdura.

A geral sujeição da mulher, que existiu no período da caça e persistiu, embora atenuada, durante a fase dos "direitos da mulher", tornou-se mais completa e impiedosa do que nunca. Na velha Rússia, por ocasião do casamento das filhas, o pai davalhes levemente de chicote, e depois entregava o chicote ao noivo,[45] numa transmissão de poder. Entre os índios americanos os "direitos da mulher" sempre subsistiram, mas elas eram tratadas com dureza, chamadas "cães"[46] — e incumbia-lhes todos os trabalhos grosseiros. Por toda parte a vida da mulher tinha menos valor que a do homem; quando nascia uma menina, nenhum festejo alegrava a casa. Muitas mães destruíam as filhas para livrá-las da miséria futura. Nas ilhas Fiji as mulheres eram vendidas livremente, e não valiam mais que um mosquete.[47] Em algumas tribos o marido e a esposa não dormiam juntos, porque o "bafo da mulher enfraquece o homem"; na Nova Caledônia a mulher dormia num puxado fora da casa. Em Fiji, os cães tinham acesso aos templos; as mulheres, jamais;[48] essa exclusão ainda hoje sobrevive nos serviços religiosos do Islã. Não há dúvida de que em todos os tempos a mulher gozou das vantagens de falar incessantemente; o homem era insultado, atormentado com palavras, e de quando em quando espancado.[49] Mas sempre se conservava o senhor. O cafre compra esposas como quem adquire apólices de seguro; quando as reúne em número suficiente, está garantido pelo resto da vida; tem quem trabalhe para ele. Algumas tribos da velha Índia nivelavam a mulher aos animais domésticos, nos casos de herança;[50] e o último mandamento de Moisés é explícito no assunto. Por todo o continente africano as mulheres raro diferem dos escravos, exceto quando dão prazer ao homem ou satisfação econômica. O casamento começou como forma da lei de propriedade e parte de instinto da escravidão.[51]

CAPÍTULO IV

Elementos Morais da Civilização

DESDE que não pode haver sociedade sem ordem, nem ordem sem regulação, podemos tomar como regra que o poder do costume varia na razão inversa da multiplicidade das leis, do mesmo modo que o poder do instinto varia inversamente em relação à multiplicidade dos pensamentos. Algumas normas são necessárias ao jogo da vida; podem diferir de acordo com os grupos, mas dentro de um grupo têm forçosamente de ser as mesmas. Essas normas podem ser convenções, costumes, moral ou leis. Convenções são modos de conduta considerados bons pelo povo; costumes são convenções aceitas por sucessivas gerações, após a natural seleção da experiência; moral é o conjunto de regras de conduta que o grupo considera indispensáveis ao seu bem-estar e desenvolvimento. Nas sociedades primevas, em que não há leis escritas, esses costumes vitais, ou morais, regulam toda a existência humana e dão estabilidade e continuidade à ordem. Através dos tempos e pela continuada repetição se tornam a segunda natureza do indivíduo; se ele os viola, sente um certo medo, incômodo e vergonha; temos aqui a origem daquela coincidência, ou senso moral, que Darwin considerava como a mais impressionante diferença entre os animais e o homem.[1] Em seu mais elevado desenvolvimento a consciência é consciência social — o senso de que o indivíduo pertence ao grupo e lhe deve lealdade e consideração. Moralidade é cooperação da parte com o todo, e de cada grupo com um grupo maior. Sem isto a civilização se torna impossível.

I. CASAMENTO

Significação do casamento — Origens biológicas — Comunismo sexual — Casamento de experiência — Casamento de grupos — Casamento individual — Poligamia — Seu valor eugênico — Exogamia — Casamento por serviço — Por captura — Por compra — Amor primitivo — Função econômica do casamento

Desde que as relações sexuais são uma permanente fonte de discórdia, de violência e de possível degeneração, a primeira tarefa dos costumes que constituem o código moral de um grupo é regulá-las. A forma básica do controle está no casamento, que pode ser definido como a associação do macho e da fêmea para fins de proliferação. É um instituto variável e flutuante, que já passou por todas as formas possíveis, desde o simples cuidado da prole sem a associação dos pais até a moderna associação dos sexos sem o cuidado dos filhos.

O casamento foi inventado pelos animais. Alguns pássaros parecem viver em monogamia sem divórcio. Entre os gorilas e orangotangos a associação dos pais continua depois de findo o trabalho com a prole, e ainda apresenta outros aspectos humanos.

Qualquer deslize por parte da fêmea é severamente punido pelo macho.[2] "Os orangotangos de Bornéu", diz Crespigny, "vivem em família: o macho, uma fêmea e um filho"; e dos gorilas Savage conta que "não é raro ver os 'velhos' sentarem-se sob uma árvore, conversando e comendo frutas, enquanto os filhotes saltam de galho em galho na maior alegria."[3] O casamento, portanto, é mais velho que o homem.

As sociedades sem casamento são raras; mas o diligente investigador encontrará muitos casos representativos da transição entre a promiscuidade dos mamíferos inferiores e o regime de casamento dos homens primitivos. Em Futuna e no Havaí a maior parte dos nativos não se casa;[4] os de Lubus ligam-se indiscriminadamente, sem nenhuma concepção de casamento; certas tribos de Bornéu são sexualmente livres, como os pássaros; e na primitiva Rússia "o homem se utilizava das mulheres sem distinção, de modo que nenhuma tinha um macho fixo". Os pigmeus africanos desconhecem o casamento, "seguem seus instintos sem nenhuma restrição."[5] Esta "nacionalização da mulher", correspondente ao primitivo comunismo da terra e dos víveres, já passou completamente. Alguns resíduos dessa nacionalização, entretanto, subsistiram e subsistem: no sentimento, em muitos povos naturais, de que a monogamia (para eles o monopólio de uma mulher por um homem) é contra a natureza e imoral;[6] nas festas periódicas de "licença" (que ainda vemos hoje no *Mardi Gras*), em que as restrições sexuais são momentaneamente abandonadas; nas cerimônias do tempo de Milita, na Babilônia, em que, a fim de habilitar-se para o casamento, uma mulher tinha de dar-se ao homem que a quisesse; no costume de emprestar a mulher, essencial em muitos antigos códigos de hospitalidade; e no *jus primae noctis*, ou direito à primeira noite, que autorizava o barão feudal a deflorar a noiva de seus servos antes que ela passasse às mãos do noivo.[7]

Uma variedade de uniões experimentais veio substituir a ligação indeterminada. Entre os nativos de Orang-Sakai a moça permanecia algum tempo com cada homem da tribo, passando de um para outro até voltar ao primeiro.[8] Entre os iacutos da Sibéria, os botocudos da América do Sul, as classes baixas do Tibete e outros povos, o casamento era completamente experimental, e rompia-se por vontade de qualquer dos cônjuges, sem que fossem necessárias justificações. Entre os boximanes "qualquer desacordo punha fim à união, e cada um que se ligasse adiante com quem quisesse". Entre os damaras, segundo Francis Galton, "a esposa era trocada semanalmente, e eu nas raras vezes que conheci uma mulher" — diz ele — "jamais o fiz sem perguntar antes quem era o marido *pro tempore* de cada mulher casada em qualquer ocasião". Nos bailes a "mulher passava de homem a homem, e por sua própria vontade deixava um marido por outro. Jovens, ainda meninas de pouco mais de 10 anos, tinham, muitas vezes, quatro ou cinco maridos, e todos ainda vivos".[9] A palavra original para casamento, no Havaí, significa experiência.[10] Entre os taitianos, há um século, quando não havia filhos, as uniões eram livres e dissolúveis à vontade; e se vinha prole, os pais ou a destruíam sem nenhuma condenação social, ou criavam-na e ficavam morando juntos; o homem comprometia-se a sustentar a mulher em troca dos trabalhos maternais que ela iria ter.[11]

Marco Polo escreve sobre uma tribo da Ásia Central (Peyn, hoje Keriya): "Se um homem casado se ausenta por mais de 20 dias, sua mulher tem o direito, caso queira, de tomar outro marido; e o marido também é livre de tomar outra mulher".[12] Bem velhas são as mais recentes inovações da moral e do casamento...

Letourneau diz que "todas as formas de casamento compatíveis com a duração das sociedades bárbaras foram experimentadas ou são ainda praticadas entre vários povos, sem sombra das preocupações morais que prevalecem na Europa".[13] Além das experiências quanto à duração do enlace, havia as que punham à prova o interesse de um pelo outro. Em alguns casos encontramos o "casamento de grupos" — um grupo de homens casados com um grupo de mulheres.[14] No Tibete, por exemplo, era costume um grupo de irmãos desposar um grupo de irmãs, cada qual coabitando livremente com qualquer das esposas.[15] César fala de igual costume na Bretanha.[16] E sobrevivências disso aparecem no "levirato", um costume que existiu entre os velhos judeus: o homem era obrigado a casar-se com a viúva do irmão[17] — costume que tanto irritou Onan.

Que levou o homem a substituir a semipromiscuidade primitiva pelo casamento individual? Desde que não havia óbices às relações sexuais, torna-se claro que não foi o desejo físico o que deu origem à instituição do casamento. Porque o casamento, com suas restrições e irritações psicológicas, não pode competir com o comunismo sexual como meio de satisfazer ao erotismo do homem. Nem podia o casamento individual, em seus começos, oferecer um processo de criar os filhos superior ao então existente — através da mãe, da família, do clã. Isto quer dizer que o motivo foi o econômico — e fatalmente se ligou ao desenvolvimento da instituição da propriedade.

O casamento individual veio do desejo do macho de dispor de escravos baratos e de evitar que suas propriedades fossem ter às mãos de filhos de outros homens. A poligamia, ou o casamento de uma pessoa com diversas outras, aparece aqui e ali sob a forma da poliandria — casamento de uma mulher com diversos homens, como entre os todas e algumas tribos do Tibete;[18] o costume ainda sobrevive hoje onde o número de fêmeas é maior que o de machos.[19] Mas este costume foi logo suprimido pelo macho opressor, passando a poligamia a significar hoje o que diríamos melhor com a palavra poliginia — posse de várias mulheres por um só homem. Julgavam os teólogos medievais que a poligamia fora inventada por Maomé, mas vemo-la já no mundo primitivo.[20] Muitas causas contribuíram para generalizá-la. Nas sociedades antigas, as violentas atividades da caça e da guerra tornavam a mortandade dos homens maior que a das mulheres. As mulheres em excesso, portanto, se viam forçadas a escolher entre a poligamia e o estéril celibato; mas não sendo o celibato admissível entre os povos sempre necessitados de mais homens, a mulher sem prole via-se desprezada. Há ainda o fato de gostar o homem da variedade ou, como dizem os negros de Angola, "não gostar de comer sempre o mesmo prato". E há também a circunstância de querer o homem companheira nova — e nas comunidades primitivas as mulheres envelhecem muito cedo. Muitas vezes elas mesmas estimulavam a poligamia; isso permitia-lhes amamentar os filhos por mais tempo e assim aumentar o intervalo entre um e outro, sem prejudicar o erotismo do macho. Algumas vezes a primeira mulher, sobrecarregada de trabalho, ajudava o marido a conseguir uma segunda, com a qual pudesse repartir a carga e proporcionar à família o aumento da prole, e conseqüentemente o poder produtivo e a riqueza da família.[21] As crianças constituíam valores econômicos; tomando uma nova mulher, era como se o homem investisse um capital para lhe render juros. No sistema patriarcal as mulheres e as crianças não passavam de escravas do homem; e quanto mais esposas e filhos tinha um homem, mais rico se considerava. O pobre se via forçado a permanecer na monogamia, sempre atento ao instante em que a sorte lhe permitisse ascender ao paraíso poligâmico.[22]

Desde que as mulheres eram superiores em número aos homens, não há dúvida de que a poligamia era bem adaptada às necessidades maritais da sociedade primitiva. Revelava maior valor eugênico do que a monogamia; porque, enquanto nas sociedades modernas os homens hábeis e prudentes casam o mais tarde possível, e só admitem um mínimo de filhos, no regime poligâmico os homens presumivelmente se apossavam das melhores companheiras e tinham o maior número possível de filhos. Daí ter a poligamia sobrevivido em quase todos os povos, e mesmo na maioria dos civilizados; só em nossos tempos começa ela a decair no Oriente. Opuseram-se-lhe certas condições. O decréscimo de perigo e da violência, conseqüente à vida agrícola, igualara o número de homens ao de mulheres; e nestas circunstâncias a poligamia franca só se fazia viável para uma escassa minoria próspera.[23] A massa do povo praticava a monogamia à força, e temperava-a com o adultério; e os celibatários equilibravam a poligamia dos ricos. O ciúme no macho e o instinto de posse na mulher começavam a influir na situação, à medida que os sexos se aproximavam em número; porque onde os fortes não podiam dispor de muitas mulheres, a não ser tomando as que naturalmente cabiam a outros, a poligamia se tornava difícil, coisa só de muito poucos. Com o acúmulo da propriedade sobreveio o interesse em não deixá-la repartir-se; tornou-se, pois, desejável diferenciar as mulheres em "esposa principal" e concubinas, de modo que só os filhos da primeira herdassem; essa situação perpetuou-se na Ásia até nossos dias. Gradualmente a esposa principal se tornou a única; as concubinas foram conservadas à parte ou desapareceram; e quando o cristianismo entrou em cena, a monogamia na Europa tomou o lugar da poligamia como a forma legal da associação dos sexos. Mas a monogamia, como as letras e o Estado, é coisa artificial; pertence à História, não às origens da civilização.

Qualquer que fosse a forma assumida pela união dos sexos, o casamento era obrigatório entre quase todos os povos primitivos. O homem solteiro era considerado meio homem.[24] Também a exogamia se fizera compulsória, isto é, o homem tinha de tomar esposa em outro clã, não no seu. Se este costume surgiu de qualquer suspeita quanto aos males das uniões consangüíneas, ou porque tal forma de união aproximava politicamente os grupos, melhorava a organização social e diminuía o perigo da guerra, ou porque a captura de mulher de outro grupo se tornara signo de máscula maturidade, é ponto sobre o qual só podemos formar suposições. Em qualquer hipótese, a restrição era coisa mais ou menos generalizada nas sociedades primitivas; e embora fosse violada, sem más conseqüências, pelos faraós, ptolomeus e incas, que favoreciam o casamento entre irmão e irmã, sobreviveu entre os romanos e nas leis modernas e, consciente ou inconscientemente, molda nossa conduta de hoje.

Como conseguiam tomar mulher de outra tribo? Onde a organização matriarcal era forte, o pretendente ia viver no clã da pretendida. Sobrevindo o regime patriarcal, o pretendente tinha permissão, depois de uma temporada a serviço do pai da pretendida, de casar-se e levá-la para seu clã; assim fez Jacó para obter Lia e Raquel.[25] Às vezes o pretendente lançava mão da força. Era uma vantagem, e também distinto, o pretendente raptar a esposa; não só lhe saía mais barato, como novos escravos podiam brotar da raptada, e essas crianças a radicariam à escravidão. Tais casamentos por captura, embora não fossem a regra, foram muito freqüentes nas sociedades antigas. Entre os índios norte-americanos era tão comum as mulheres serem incluídas nos despojos de guerra, que em algumas tribos os maridos e suas esposas falavam línguas mutuamente ininteligíveis. Até o século passado os eslavos da Rússia e da Sérvia ainda

praticavam o casamento por captura,[26] que Briffault considera uma transição entre o casamento matrilocal e o patriarcal.[27] Já Lippert acredita que a exogamia adveio como pacífica substituta da captura.[28] E vemos vestígios do costume entre os civilizados, na prática de os convivas estimularem o noivo a "pegar" a noiva.[29] Tudo isso são aspectos lógicos da incessante guerra entre as tribos e da eterna luta entre os sexos, a qual só conhece tréguas quando o sono empolga os cônjuges.

À medida que a riqueza cresceu, tornou-se mais conveniente ao noivo oferecer ao pai um presente, ou uma soma em dinheiro, em troca da filha, em vez de ir servi-lo, como fez Jacó, ou de arriscar-se ao casamento por captura. E o casamento por compra e arranjos de família generalizou-se.[30] Surgem formas de transição; os melanésios raptam suas mulheres e depois legalizam o rapto com uma indenização à família. Entre os nativos da Nova Guiné o homem rapta e esconde a pretendida, e enquanto a mantém oculta manda os amigos negociarem com o pai o preço.[31] A facilidade com que nesses casos a indignação moral se apazigua financeiramente é algo bastante curioso. Certa mãe maori, que chorava alto e rudemente maldizia o raptor de sua filha, recebe dele um cobertor. "Era o que eu desejava", diz ela; "eu só queria um cobertor e por isso fiz tanto barulho."[32] Em geral uma noiva custa mais que um cobertor: entre os hotentotes o preço é uma vaca ou um boi; entre os croos, três vacas e um carneiro; entre os cafres, de seis a 30 cabeças de gado, conforme a importância da família da noiva; e entre os togos, 60 dólares em moeda e seis em mercadorias.[33]

O casamento por compra prevalece na África, e ainda é normal na China e no Japão; floresceu na velha Índia, na Judéia, e na América Central e no Peru anteriores a Colombo; e também aparece na Europa de nossos dias.[34] Constitui o natural desenvolvimento das instituições patriarcais; o pai é dono da filha, pode dispor dela como lhe convém. Os índios do Orenoco exprimiam a situação dizendo que o noivo tem que pagar ao pai a criação da moça que ele vai usar.[35] Às vezes a moça era exibida a vários pretendentes, para ver qual deles oferecia mais; na Somália conduziam-na a cavalo ou a pé, muito enfeitada e a trescalar perfumes estimuladores dos pretendentes.[36] Não há notícias de mulher que fizesse objeções ao sistema; ao contrário, todas se orgulhavam quando bem pagas, e riam-se das que se casavam de graça;[37] achavam que no "jogo do amor" o malvado macho estava recebendo muito em troca de nada.[38] Por outro lado, era de uso o pai retribuir o pagamento do noivo com presentes que, no fim, correspondessem à soma recebida.[39] Os pais ricos, ansiosos de melhorar a vida das filhas, gradualmente foram aumentando o valor desses presentes — e surgiu a instituição do dote; e a compra do marido pelo pai substituiu a compra da mulher pelo noivo.[40]

Em todas estas formas e variedades de casamento dificilmente delineamos o amor romântico. Poucos casos de casamento por amor são observados entre os papuas da Nova Guiné; entre outros povos primitivos encontramos exemplos de amor (no sentido de devotamento, não no de desejo mútuo), mas em regra isso não tinha qualquer relação com o casamento. Neste o homem objetivava o trabalho barato da mulher, uma proveitosa ligação de família e refeições regulares. "No Iariba", diz Lander, "o casamento é celebrado com a maior despreocupação possível; o homem pensa tão pouco para tomar mulher como para colher uma flor — a afeição absolutamente não entra ali."[41] Já que as relações pré-maritais são abundantes nas sociedades primitivas, a paixão não intervém na escolha da mulher. A ausência de intervalo entre o desejo e a satisfação impede o surgimento do amor romântico. Tal amor só aparece nas civili-

zações elevadas, em que a moral opõe barreiras ao desejo e a riqueza dá a alguns homens elementos para viver a vida dos romances; os povos primitivos eram muito pobres para isso. Raramente encontramos o amor em seus cantos. Ao verterem a Bíblia para a língua dos índios algonquinos, os missionários não descobriram um equivalente para a palavra "amor". Os hotentotes são descritos como "frios e indiferentes um para o outro", no casamento. Na Costa do Ouro, "nem sequer a aparência de afeição existe entre marido e mulher"; e o mesmo se dava na primitiva Austrália. "Perguntei a Baba", diz Caillié, falando de um negro senegalês, "por que não se divertia com suas mulheres. Ele respondeu que, se assim fizesse, não poderia depois governá-las." Um nativo da Austrália, perguntado por que desejava casar-se, honestamente respondeu que era para ter cozinha, água e lenha, e quem lhe carregasse a bagagem nas marchas.[42] O beijo, aparentemente indispensável na América, é desconhecido por completo dos povos selvagens — e escarnecido, quando vêm a conhecê-lo.[43]

Em regra o "selvagem" toma o caso do sexo filosoficamente, à moda animal; não remói naquilo, nem se apaixona por ele; é como a comida ou outra qualquer coisa. Não o idealiza. O casamento não constitui nenhum sacramento, nenhum ato que exija cerimônia; mas uma simples transação comercial. Nunca lhe ocorre subordinar considerações práticas a sentimentalidades; ao contrário, até se envergonharia e nos interpelaria sobre o nosso costume de amarrar um homem e uma mulher pela vida inteira só porque em dado momento o desejo sexual os colheu num *coup de foudre*. O macho primitivo não olhava para o casamento como licença sexual, mas como cooperação econômica. Em vez de beleza preferia na mulher a industriosidade; queria-a como um valor que proporciona renda, em vez de algo que impõe despesas; do contrário o espírito positivo do "selvagem" nunca pensaria em casamento. As uniões eram uma associação utilitária e nunca um *debauche* privado; eram um meio de cooperação para a propriedade. Sempre que na História a mulher cessou de ser um valor econômico no casamento este decaiu — e, muitas vezes, com ele, a civilização.

II. MORALIDADE SEXUAL

Relações pré-maritais — Prostituição — Castidade — Virgindade — A moral dupla — Pudor — Relatividade da moral — Papel biológico do pudor — Adultério — Divórcio — Aborto — Infanticídio — Infância — O indivíduo

O maior trabalho da moral sempre foi a regulação sexual, porque o instinto reprodutor cria problemas não apenas dentro do casamento, como antes e depois dele, e a cada instante ameaça perturbar a ordem social com sua persistência, sua intensidade, seu desprezo à lei e suas perversões. O primeiro destes problemas diz respeito às relações pré-maritais — devem ser livres ou restritas? Mesmo entre os animais o sexo não é completamente livre; a rejeição do macho por parte da fêmea, exceto nos períodos do cio, reduz o sexo a um papel muito mais modesto do que aquele que exerce em nossa espécie. Como disse Beaumarchais, o homem difere do animal por comer sem ter fome, beber sem ter sede e fazer amor em todas as estações. Entre os povos primitivos encontramos algo análogo às restrições animais no tabu da mulher durante o período menstrual. Fora daí, o intercurso pré-marital é quase sempre livre

nas sociedades mais simples. Entre os índios norte-americanos os jovens uniam-se livremente, sem que mais tarde esse fato constituísse impedimento para o matrimônio. Entre os papuas a vida sexual começava muito cedo e a promiscuidade pré-marital era a regra.[44] A mesma coisa entre os *soyots* da Sibéria, os *igorots* das Filipinas, os nativos da Alta Birmânia, os cafres e boximanes da África, as tribos de Níger e de Uganda, da Nova Geórgia, das ilhas Murray, das Andamanes, do Taiti, da Polinésia, do Assã, etc.[45]

Sob tal regime não seria de esperar muita prostituição. A "mais velha das profissões" é relativamente nova; só aparece com a civilização, com o advento da propriedade e o desaparecimento da liberdade pré-marital. Aqui e ali encontramos moças que se vendem por algum tempo a fim de reunir dote, ou levantar fundos para os templos; mas isto só ocorre onde o código moral o aprova, como um piedoso sacrifício com a finalidade de ajudar os pais pobres ou os deuses famintos.[46]

A castidade vem depois. O que a moça primitiva mais temia não era perder a virgindade, mas adquirir a fama de estéril;[47] freqüentemente a prenhez pré-marital constituía uma ajuda, em vez de um embaraço para o casamento, porque provava a fecundidade da mulher. Antes do advento da propriedade as tribos mais simples conotavam negativamente a virgindade achando-a indicativa de impopularidade. O noivo *kamchadal* que encontrava sua noiva virgem enfurecia-se, e "insultava-lhe a mãe pela maneira negligente com que educara a filha".[48] Em muitos lugares a virgindade era considerada como barreira ao casamento, porque punha a cargo do noivo a desagradável tarefa de violar o tabu que lhe proibia derramar o sangue da tribo. Às vezes a moça se oferecia a um estrangeiro, como meio de livrar-se desse tabu. No Tibete, as mães ansiosamente procuravam um homem que lhes quisesse deflorar as filhas; no Malabar as moças cercavam nas estradas os passantes e lhes pediam o grande favor, porque "enquanto fossem virgens não encontrariam casamento". Em algumas tribos a noiva era obrigada, no dia do casamento, a dar-se aos hóspedes vindos à festa, antes de entregar-se ao marido; em outras, o noivo alugava um homem para lhe desvirginar a noiva; entre certas tribos das Filipinas havia um funcionário, muito bem pago, incumbido de poupar aos noivos esse incômodo.[49]

Que foi que transformou a virgindade, de um defeito que era, em virtude, e tanto a elevou nos códigos morais das mais altas civilizações? Indubitavelmente, a instituição da propriedade. A castidade pré-marital surgiu como extensão às filhas do sentimento de propriedade com que o macho patriarca olhava para sua mulher. A valorização da virgindade sobreveio quando, no casamento por compra, a noiva virgem começou a alcançar melhor preço que a não-virgem; trazia um atestado referente a seu passado e uma promessa da fidelidade marital, agora tão cara para os homens receosos de que seus bens se fossem para filhos sub-reptícios.[50]

Os homens, porém, nunca pensaram em aplicar essas restrições a si mesmos; a História não registra nenhuma sociedade que estabelecesse a castidade pré-marital do macho; língua nenhuma ainda cunhou palavra designativa do homem virgem.[51] A aura virginal era reservada exclusivamente para as moças. Os tuaregues puniam com a morte a irregularidade das filhas ou irmãs; os negros da Núbia, da Abissínia, da Somalilândia, etc. praticavam nas meninas a cruel arte de infibulação, isto é, a colocação de um anel nas partes genitais, de modo a impedir a cópula; na Birmânia e no Sião essa prática subsistiu até nossos dias.[52] Formas de separação surgiram, por meio das quais as meninas eram impedidas de ser tentadas. Na Nova Bretanha os pais ricos confina-

vam as filhas, durante os cinco anos perigosos, em cabanas guardadas por velhos negros; dali não podiam sair e só os parentes as visitavam. Algumas tribos de Bornéu também guardavam as moças solteiras em rigoroso confinamento.[53] Destes primitivos costumes ao *purdah* dos muçulmanos e hindus, vai apenas um passo — o que mostra quão perto da "selvageria" está a "civilização".

O pudor sobrevém com a virgindade e o patriarcado. Ainda hoje vemos muitas tribos em que não há o menor vexame na exposição do corpo nu;[54] mas envergonham-se de usar roupas. A África inteira rolou de rir quando Livingstone pediu aos negros que o hospedavam para porem alguma tanga por ocasião da vinda de Mme. Livingstone. A rainha de Balonda apresentou-se completamente nua ao receber esse explorador.[55] Em certas tribos os pares copulavam publicamente, sem o menor pensamento de vergonha.[56] No começo o pudor é para a mulher o sentimento de que ela é tabu nos seus períodos. Quando surge o casamento por compra e a virgindade das filhas começa a dar lucro aos pais, a separação e a compulsão à virgindade começam a criar nas meninas o senso do dever de castidade. Novamente o pudor mostra-se como sentimento na mulher, que, comprada, sente-se em obrigação financeira para com o marido e refreia-se de gratuitas relações sexuais com outros. O vestuário surge neste ponto, caso motivos de proteção ao corpo já não o tenham engendrado; em muitas tribos as mulheres só passam a andar vestidas depois do casamento,[57] como sinal do seu estado e como meio de afastar a galanteria; o homem primitivo não concorda com o autor de *Ilha Pingüim*, Anatole France, quando ele diz que é o cobrir o corpo que produz a luxúria. A castidade, entretanto, não revela nenhuma necessária relação com a roupa; contam alguns viajantes que na África a moral varia na razão inversa da quantidade das roupas.[58] É claro que o que envergonha os homens depende unicamente dos tabus e costumes locais do grupo. Até recentemente a chinesa envergonha-se de mostrar o pé; a mulher árabe, de mostrar o rosto; e a tuaregue, de mostrar a boca; mas as antigas egípcias, as hindus do século XIX e as mulheres de Bali do século XX (antes que ardentes turistas começassem a aparecer por lá) nunca sentiram a menor vergonha em andar com os seios à mostra.

Não devemos concluir que a moral perde o valor pelo fato de assim variar no tempo e no espaço, que seria revelação da nossa cultura em História desembaraçar-nos dos costumes morais do grupo em que vivemos. Antropologia em doses muito pequenas é coisa perigosa. Não há a menor dúvida de que a moralidade, como diz Anatole France, "é a soma dos preconceitos de um grupo";[59] e que, como disse o grego Anacarsis, se juntássemos todos os costumes considerados sagrados em algum grupo, retirando depois tudo quanto fosse considerado imoral em outro grupo, nada restaria no monte. Mas isto não prova a desvalia da moral; prova apenas de quantas maneiras diferentes pode a ordem social ser preservada. Essa ordem é indispensável à vida dos grupos; não há jogo que possa ser conduzido sem regras; o homem necessita saber o que lhe pode vir de outro, nas circunstâncias ordinárias da vida. Daí a unanimidade com que os membros de uma sociedade praticam o código moral, coisa tão importante como o conteúdo desse código. Nossa heróica rejeição dos costumes e da moral de nossa tribo, quando na adolescência descobrimos a relatividade da moral, apenas revela imaturidade de julgamento; mais uma década que se passe e começamos a perceber a muita sabedoria do código moral que condenávamos, pois que ele consolida a experiência de gerações e gerações anteriores. Cedo ou tarde nos vem a percepção de que mesmo aquilo que para nós é incompreensível pode ser verdadeiro. As insti-

tuições, convenções, costumes e leis que formam a complexa estrutura de uma sociedade provêm do trabalho de centenas de séculos e de milhões de espíritos; um só espírito não pode esperar compreendê-lo durante apenas uma vida — e muito menos aos vinte anos de idade. Temos de concluir que a moral é relativa, mas indispensável.

Desde que os velhos costumes básicos representam a seleção natural de uma série de modos de agir durante séculos de experiência e erro, podemos esperar descobrir alguma utilidade social, ou valor de sobrevivência, na virgindade e no pudor, a despeito da histórica relatividade dessas instituições, da sua associação ao casamento por compra e das suas contribuições para as neuroses. O pudor era a retirada estratégica que permitia à moça melhor escolha do companheiro, ou o forçava a mostrar as suas mais belas qualidades antes de vencê-la; os embaraços que o pudor levanta contra o desejo do homem geram aqueles sentimentos de amor romântico que elevam a mulher a seus olhos. A inculcação da virgindade destruiu a naturalidade da primitiva vida sexual; mas, com diminuir a precocidade do sexo e a maternidade muito prematura, diminui também o espaço entre a maturidade sexual e a econômica. É provável que isso tenha servido para fortalecer o indivíduo física e mentalmente, prolongando a adolescência e a educação, e desse modo elevando o nível da raça.

À medida que a instituição da propriedade se desenvolveu, o adultério foi passando de pecado venial a pecado mortal. Metade dos povos primitivos não lhe atribui nenhuma importância.[60] Mas o surgimento da propriedade não só levou à exigência da completa fidelidade feminina como gerou no homem o senso de domínio em relação à esposa; mesmo quando o marido emprestava a esposa a um hóspede, o que vemos é o uso de um ser que lhe pertence de maneira absoluta. O costume do *suttee* veio completar esta concepção; a mulher era sacrificada e enterrada no túmulo do marido, com todos os pertences deste. Durante o regime do patriarcado o adultério equiparou-se ao furto;[61] equivaleria hoje à transgressão de um dispositivo legal. O castigo variava de grau, indo da indiferença, nas tribos mais simples, ao estripamento da adúltera, observado em certas tribos da Califórnia.[62] Após séculos de punição, a nova virtude da fidelidade da esposa estabeleceu-se firmemente e gerou uma consciência no coração feminino. Muitas tribos de índios surpreenderam os conquistadores com a incomparável conduta das esposas; e certos viajantes lamentam que as mulheres da Europa e da América não se possam igualar em fidelidade marital às da Papuásia e da Zululândia.[63]

Essa fidelidade era mais fácil para as papuas, desde que entre suas tribos, como na maioria dos povos primitivos, poucos embaraços se levantavam contra o divórcio. Entre os índios da América, as uniões raramente duravam mais que alguns anos. "Inúmeros homens velhos ou maduros", diz Schoolcraft, "contam das muitas mulheres que tiveram, e dos muitos filhos espalhados pelo mundo, que lhes são desconhecidos".[64] Eles se "riem dos europeus por terem uma só mulher, e por toda vida; admitem que o Espírito Bom os formou para serem felizes e não para permanecerem amarrados, salvo os que o desejem por força da congenialidade".[65] Os índios *cherokees* mudavam de mulher três ou quatro vezes por ano; os samoanos, tão conservadores, conservavam-nas por três anos em média.[66] Com o advento da vida agrícola, as uniões tornaram-se mais permanentes. Sob o sistema patriarcal o homem considerava antieconômico divorciar-se, porque de fato isso significava perder uma escrava.[67] Como a família se tornara a unidade de produção social, o progresso vinha do tamanho e da

coesão das famílias; era vantajoso que a união se prolongasse até que o último filho estivesse criado. E chegada essa época, já nenhuma energia restava aos cônjuges para mais um romance. O surto da indústria urbana e a conseqüente redução do tamanho e da importância econômica da família é que trouxeram de novo o divórcio ao mundo.

Em geral, através da História, os homens sempre quiseram muitos filhos, e por essa razão declaravam sagrada a maternidade; mas as mulheres, às quais cabia todo o peso da reprodução, secretamente se rebelavam, e usavam todos os meios para escapar à carga. Os homens primitivos não cuidavam de restringir a população: as crianças eram elementos aproveitáveis, e os homens lamentavam apenas não fossem todas do seu sexo. Foi a mulher que inventou o aborto, o infanticídio e o repúdio da concepção — embora nas sociedades primevas isso só ocorresse esporadicamente.[68] Parece-nos espantosa a verificação da similaridade de motivos entre o "selvagem" e o "civilizado" quanto ao ato de evitar filhos: fugir aos trabalhos da criação, preservar a frescura da mocidade, evitar a desgraça da maternidade extramarital, medo da morte, etc. O processo mais simples de reduzir a maternidade consistia em negar-se a mulher ao homem no período da amamentação, a qual pode ser prolongada por anos. Às vezes, entre os índios *cheyennes*, as mulheres adotavam o costume de se recusarem a ter novo filho antes que o primeiro completasse 10 anos. Na Nova Bretanha as mulheres não tinham filhos até dois e três anos do casamento. Os guaicurus do Brasil foram diminuindo de número porque as mulheres se recusavam a ter filhos antes dos 30 anos. Entre os papuas o aborto era freqüente; "filhos são carga pesada", disse uma mulher; "nós andamos cansadas de filhos". Algumas tribos maoris usavam ervas, ou alteravam a posição do útero para evitar a concepção.[69]

Quando falhava o aborto, vinha o infanticídio. Muitos povos admitiam a matança do recém-nascido, se este aparecia disforme ou doente, ou se era bastardo, ou se a mãe morrera no parto. Outras tribos matavam os dados à luz sob más circunstâncias; os naturais de Bondei estrangulavam os que nasciam de cabeça; os *kamchadals* matavam as crianças nascidas por ocasião de tempestades; os de Madagáscar abandonavam, afogavam ou enterravam vivas as crianças que nasciam em março ou abril, ou nas quintas e sextas-feiras, ou na última semana de cada mês. Se uma mulher procriava gêmeos, isso era em algumas tribos prova de adultério, já que um mesmo homem não podia ser ao mesmo tempo pai de duas crianças; e por isso uma delas ou ambas eram condenadas à morte. A prática do infanticídio prevalecia sobretudo entre os nômades, aos quais o nascimento de crianças constituía embaraço durante as marchas. A tribo dos *bangerangs* matava no nascedouro metade dos filhos; os *lenguas* do Chaco paraguaio só permitiam uma criança por família, em cada espaço de sete anos; os abipões faziam como os franceses: duas crianças em cada casa, matando as excedentes. Quando ameaçadas de carestia, muitas tribos estrangulavam as crianças de peito — outras as comiam. Em regra as meninas era mais expostas ao infanticídio; às vezes torturavam-nas até a morte a fim de induzir a alma, quando de novo se reencarnasse, a escolher o sexo masculino.[70] O infanticídio era praticado sem crueldade e sem remorso, porque logo que dá à luz a mãe não sente pelo filho nenhum amor instintivo.

Se a criança vivia algum tempo, estava liberta desse destino; surgia o amor dos pais em sua primitiva simplicidade; e em muitos casos a dedicação das mães igualava a das mulheres modernas.[71] Por falta de leite de vaca e outros alimentos adequados a mãe amamentava o filho até os dois anos, às vezes até os quatro, às vezes até os 12;[72] um

viajante fala de um menino que já fumava e ainda não desmamara;[73] muitas vezes uma criança abandonava o brinquedo — ou o trabalho — para ir agarrar-se ao peito materno.[74] A mãe negra no trabalho traz o filho novo às costas, e amamenta-o jogando para trás o comprido seio.[75] A disciplina primitiva era indulgente, mas não ruinosa; a criança ficava entregue a si mesma, tendo de enfrentar as conseqüências de sua estupidez, insolência ou pugnacidade; o aprendizado vinha passo a passo. O amor filial e o paternal mostravam-se muito desenvolvidos na sociedade natural.[76]

Perigos e doenças abundavam, de modo que a mortandade infantil sempre foi alta. O período da mocidade era breve, porque as responsabilidades maritais e marciais começavam muito cedo, e os rapazes tinham de enfrentar os trabalhos de defesa dos grupos. Consumiam-se as mulheres na tarefa de carregar crianças, e os homens na de prover alimentos. Quando o filho mais velho estava criado, os pais já nada valiam; pouco tempo sobrava para a vida individual, no começo ou no fim de uma existência humana. Individualismo, como liberdade, constitui luxo da civilização. Somente com o albor da História encontramos homens e mulheres livres das cargas da fome, da reprodução e da guerra, aptos, portanto, para criar os valores do lazer, da cultura e da arte.

III. MORALIDADE SOCIAL

Natureza da virtude e do vício — Gula — Desonestidade — Violência — Homicídio — Suicídio — Socialização do indivíduo — Altruísmo — Hospitalidade — Maneiras — Limites tribais da moralidade — Moral primitiva versus *moral moderna — Religião e moral*

Parte da função da família consiste na transmissão do código moral. Porque a criança é mais animal que humana; a "humanidade" tem que lhe ser dia a dia embutida. Biologicamente, a criança aparece mal equipada para a civilização, desde que os instintos só proporcionam reações para as situações tradicionais ou básicas, e reações mais próprias para a vida nas florestas do que nos agrupamentos urbanos. Cada vício já foi uma virtude indispensável na luta pela existência; a virtude passa a vício depois que as condições que a tornam indispensável desaparecem; um vício, portanto, não constitui nenhuma adiantada forma de conduta, mas em geral um retorno atávico a situações que deixaram de existir. O propósito de um código de moral consiste em ajustar os impulsos humanos que não mudam — ou mudam muito lentamente — às mudanças ocorridas na vida social.

Durante tantas gerações a gula, a cobiça, a desonestidade, a crueldade, e a violência foram impulsos tão úteis aos animais e aos homens, que todas as nossas leis, e toda a nossa educação, e todas as nossas morais e religiões não conseguem abafá-los completamente; e alguns deles revelam ainda hoje algum valor de sobrevivência, isto é, revelam-se favoráveis à vitória do indivíduo. O animal entope-se de alimento porque não sabe se vai comer no dia seguinte; esta incerteza dá origem à cobiça. Os *yakuts* comiam 20 quilos de carne num dia; e semelhantes façanhas também são atribuídas aos esquimós e australianos.[77] A segurança econômica é muito recente para já ter eliminado este impulso natural; vemo-lo na moderna avidez com que os nossos homens e mulheres acumulam ouro e coisas que em dado momento possam transformar em alimentos. A avidez por bebidas não é tão espalhada como a avidez por alimento,

porque os grupos humanos sempre se formam em torno de um bom suprimento de água. Não obstante, a ingestão de álcool é quase universal; não por motivo de alguma antiga avidez pela bebida, mas porque os homens procuram no álcool o calor, ou o esquecimento das mágoas — ou porque a água que lhes dão não presta para beber.

A desonestidade não é tão antiga como a voracidade, porque a fome é mais velha que a propriedade. Os "selvagens" mais simples parecem ser os mais honestos.[78] "Sua palavra é sagrada", diz Kolben dos hotentotes, "eles nada sabem da corrupção e da má fé da Europa."[79] A medida que as comunicações internacionais melhoraram, essa ingênua honestidade africana desapareceu; a Europa ensinou a arte da má fé aos hotentotes. Em geral a desonestidade emerge com a civilização, porque nesta há mais lugar para a "diplomacia", mais coisas para roubar — e a educação torna os homens mais hábeis. Quando a propriedade se desenvolve entre os primitivos, a mentira e o furto entram em cena.[80]

Os crimes de violência são velhos como a voracidade. A luta por alimento, por terras ou companheiras ensopou de sangue o planeta e oferece um fundo bem negro à débil luz da civilização. O homem primitivo era cruel porque tinha de ser cruel; a vida ensinava-lhe a manter a arma sempre pronta para desferir golpes, e o coração afeito à "matança natural". A mais negra página da antropologia é a história da tortura primitiva, e do prazer causado pela dor alheia.[81] Grande parte desta crueldade estava associada à guerra; no âmbito da tribo os homens revelavam-se menos ferozes, e tratavam-se uns aos outros — e mesmo aos escravos — com civilizada bondade.[82] Mas desde que na guerra tinham de matar vigorosamente, aprendiam também a matar na paz; porque, para a mentalidade primitiva, nenhuma disputa chega ao fim antes que um dos disputantes caia morto. Entre muitas tribos o homicídio causava menos horror do que causa hoje a nós. Os fueguinos castigavam o homicida com o exílio até que seus companheiros de tribo ou clã esquecessem o crime. Os cafres consideravam o assassino "sujo", e obrigavam-no a andar com a cara preta de carvão; mas depois de algum tempo, se ele se lavava, era de novo recebido na sociedade. Os selvagens de Futuna (como também na América) olhavam para o homicida como para um herói.[83] Em várias tribos nenhuma mulher se casava com um homem que já não houvesse matado outro; daí a prática da "caça às cabeças", que ainda sobrevive nas Filipinas. Entre os *dyaks* aqueles que caçavam maior número de cabeças tinham preferência na escolha das melhores moças da tribo; estas se mostravam ansiosas de seus favores, sentindo que com tal marido podiam tornar-se mães de filhos valentes.[84]

Onde o alimento é escasso a vida tem pouco valor. Os filhos dos esquimós matam os pais quando estes ficam velhos e inúteis; e se o não fazem, isso é considerado falta de cumprimento do dever filial.[85] Mesmo a sua própria vida parece sem valor para o homem primitivo, que se mata com a facilidade com que se matam os japoneses. Se um homem ofendido por outro mata-se ou mutila-se, o ofensor tem de fazer o mesmo ou tornar-se um pária;[86] muito antigo é o haraquiri. Qualquer pretexto justifica o suicídio; algumas índias norte-americanas matavam-se quando seus homens as repreendiam asperamente; e um jovem nativo da ilha de Trobriand suicidou-se porque a mulher gastou todo o seu fumo.[87]

Transformar voracidade em poupança, violência em argumento, matança em litígio e suicídio em filosofia constitui uma das tarefas da civilização. O fato de consentir o forte em comer o fraco de acordo com a lei representava um grande progresso. Nenhuma sociedade pode sobreviver, se permite que seus membros se conduzam em

relação uns aos outros como se comportam com os membros dos grupos inimigos; a cooperação interna é a primeira lei da competição externa. A luta pela existência não termina com o auxílio mútuo, mas incorpora-se, transfere-se ao grupo. A capacidade de competir com grupos rivais será proporcional à capacidade de se combinarem os indivíduos e famílias entre si. Daí o fato de cada sociedade inculcar um código moral e de instilar no coração do indivíduo disposições sociais mitigadoras do furor da luta pela vida; a sociedade encoraja-o, considerando virtudes as qualidades individuais que redundam em vantagens para o grupo, e deixam de estimular as qualidades contrárias — que passam a ser vícios. Deste modo o indivíduo se socializa de fora para dentro, e o animal se faz cidadão.

Foi menos difícil gerar sentimentos sociais na alma do "selvagem" do que é elevá-los no coração do homem moderno. A luta pela vida alenta o comunalismo, mas a luta pela propriedade intensifica o individualismo. O homem primitivo mostrou-se talvez mais disposto a cooperar com seus companheiros do que o faz o homem moderno; a solidariedade social ganhou-o mais facilmente; desde que ele tinha mais interesses e perigos em comum com o grupo e menos posses para separá-lo do resto.[88] O homem natural foi voraz e violento; mas também bondoso e generoso, pronto a compartilhar com estranhos o que tinha, e a presentear seus hóspedes.[89] Todos sabemos que a hospitalidade primitiva chegava ao ponto de oferecer ao hóspede a esposa ou uma filha.[90] A recusa de tal oferta constituía ofensa grave, não só para o hospedeiro como para a mulher; foram estes os maiores perigos que defrontaram os missionários. Muitas vezes o mau tratamento dado aos hóspedes originava-se destas recusas.[91] O homem primitivo tinha senso de propriedade, mas nenhum ciúme sexual; não se perturbava com o fato de sua mulher "ter conhecido" outros homens antes do casamento, ou de dormir com seus hóspedes; mas, como dono dela, não tolerava vê-la coabitar com outro homem sem seu consentimento.[92]

Em muitos povos, as regras da cortesia eram bastante complexas, ou tão complexas como nas nações mais adiantadas.[93] Cada grupo tinha modos especiais de saudar e dizer adeus. Dois indivíduos ao se encontrarem esfregavam-se os narizes, ou cheiravam-se, ou mordiam-se amavelmente;[94] desconheciam o nosso beijo. Algumas tribos mostravam-se mais polidas que a média dos homens modernos; os *dyaks*, caçadores de cabeças, eram "amáveis e pacíficos" na vida do lar, e os índios da América Central consideravam o falar alto e os modos bruscos do homem branco como sinais de má educação.[95]

Quase todos os grupos concordavam em considerar os demais grupos como inferiores a si próprios. Os índios americanos olhavam-se como o povo eleito, especialmente criados pelo Grande Espírito como exemplo para o gênero humano. Uma tribo se chamava a si mesma "Os Homens Únicos"; outra, "Os Homens dos Homens"; os caribes diziam: "Só nós somos gente." Os esquimós acreditavam que os europeus iam à Groenlândia para aprender boas maneiras e virtudes.[96] Conseqüentemente, raro ocorria ao homem primitivo estender a outros grupos as restrições morais em vigor no seu; francamente admitiam que a função da moral era fortalecer o seu grupo contra os outros. Mandamentos e tabus aplicavam-se unicamente aos membros da tribo; aos outros, exceto quando hóspedes, era permitido agir segundo a vontade de cada um.[97]

O progresso moral na História não está tanto no melhoramento do código moral como no alargamento da área em que ele é aplicado. As morais dos homens modernos não são superiores às dos primitivos, embora os dois grupos de código difiram consideravelmente no conteúdo, na prática e no emprego; mas as morais modernas são, em tempos de normalidade, estendidas — embora com menos intensidade — a muito maior número de criaturas do que antes. (Observe-se, contudo, que o alcance do código moral tem diminuído depois da Idade Média, em conseqüência do surto do nacionalismo.) À medida que as tribos se reuniram em unidades mais amplas, denominadas Estados, a moralidade extravasou dos limites tribais; e, à medida que as comunicações — ou o perigo comum — reuniram e assimilaram Estados, as morais atravessaram as fronteiras e começaram a aplicar seus mandamentos a todos os euro-

peus. a todos os brancos e por fim a todos os homens. Talvez sempre tenha havido idealistas desejosos de estender o amor a todos os homens, e talvez em cada geração se ergam vozes, clamadoras no deserto, contra o nacionalismo e a guerra. O número desses homens provavelmente tem crescido. Não há moral na diplomacia e *la politique n'a pas d'entrailles;* e se existe ética no comércio internacional é simplesmente porque semelhante atividade não pode viver sem umas tantas restrições, regulamentações — e sem a confiança. O comércio surge com a pirataria e culmina em moralidade.

Poucas sociedades se contentam em repousar sua moral sobre bases econômicas e utilitárias. Porque o indivíduo não é por natureza dotado de qualquer disposição para subordinar os interesses particulares aos do grupo, ou para obedecer a irritantes regulações que não vê apoiadas na força. A fim de dar à moral um invisível "compelidor" e fortalecer os impulsos sociais contra os impulsos individualistas por meio de compreensão abstrata, as sociedades valeram-se das religiões. O antigo geógrafo Estrabão expressou idéias muito adiantadas a este respeito, há 1.900 anos:

> Lidando com uma multidão de mulheres, ou com uma massa promíscua, o filósofo não consegue influenciá-las pela razão, exortando-as à reverência, à piedade, à fé; não; faz-se necessário o medo religioso, e este medo não pode ser criado sem mitos e maravilhas. Porque trovões, escudos, tridentes, archotes, cobras, lanças, tirsos — armas dos deuses — são mitos, e isso em toda a velha mitologia. Mas os fundadores de Estados deram sua sanção a essas coisas, como a fantasmas que amedrontam os espíritos simples. E como esta é a natureza da mitologia, e como ela tem seu lugar no plano da vida social, bem como na história dos fatos reais, os antigos apegavam-se aos seus sistemas de educação de crianças e aplicavam-nos aos homens de idade madura; e por meio da poesia supunham poder satisfatoriamente disciplinar todos os períodos da vida. Mas agora, depois de longo tempo, a escrita da história e da filosofia veio para a frente. A filosofia, entretanto, é coisa para poucos, ao passo que a poesia é própria para as massas.[98]

As morais, portanto, passaram a ser apoiadas pelas sanções religiosas, porque o mistério e o sobrenatural fornecem um suporte que por si mesmas não possuem as coisas empiricamente conhecidas e geneticamente compreendidas; os homens são mais facilmente governados pela imaginação do que pela ciência. Mas seria essa utilidade moral a fonte ou a origem da religião?

IV. RELIGIÃO

Os ateus primitivos

Se definirmos religião como o culto de forças sobrenaturais, temos de observar, de início, que alguns povos nunca a tiveram. Não há sinal de religião entre as tribos dos pigmeus africanos; eles enterravam seus mortos sem nenhuma cerimônia e parece que não lhes davam mais atenção; nem tinham qualquer superstição, se podemos acreditar nos incríveis viajantes que os descrevem.[99] Os anões dos Camarões só reconheciam deidades malevolentes, nada fazendo para aplacá-las, por ser inútil. Os vedas do Ceilão apenas admitiam a possibilidade de deuses e almas mortais; não lhes ofereciam sacrifícios nem orações. Perguntados sobre Deus, respondiam como os filósofos modernos: "Ele está nas rochas? Num cupim? Numa árvore? Nós nunca vimos um deus"![100] Os índios norte-americanos concebiam um deus, mas não o adoravam; co-

mo Epicuro, consideravam-no muito remoto para preocupar-se com os negócios da Terra.[101] Um índio abipão rebateu uma metafísica à moda de Confúcio: "Nossos avós e bisavós estavam acostumados a ver apenas a terra, sempre solícitos em verificar se os campos tinham bons pastos e boa água para os cavalos. Nunca se preocuparam com o que pode acontecer nos céus, ou quem era o criador e o governador das estrelas." Os esquimós, se perguntados sobre quem fizera o mundo, respondiam: "Não sabemos."[102] A essa pergunta: "Quando você vê o Sol se erguer ou se pôr, e as árvores crescerem, não pensa em quem os fez?" um zulu respondeu, com simplicidade: "Não, nós vemos isso, mas não podemos dizer nada a respeito; achamos que apareceram por si mesmos".[103]

Tais casos são excepcionais, e a velha crença de que a religião é universal parece-nos substancialmente certa. Para o filósofo constitui um fato importante da História e da psicologia; fascina-o a antigüidade e a persistência da fé. Quais as fontes dessa indestrutível piedade do homem?

1. As Fontes da Religião

Medo — Admiração — Sonhos — A alma — Animismo

O medo, disse Lucrécio, foi o grande criador dos deuses. Medo sobretudo da morte. A vida primeva era rodeada de mil perigos, raro ocorrendo morte natural; antes que a velhice chegasse, a violência ou a doença levava a maioria das criaturas. Daí não crer o primitivo que a morte fosse natural;[104] atribuía-a a manobras de agentes sobrenaturais. Na mitologia dos nativos da Nova Bretanha a morte veio para os homens de um erro dos deuses. O bom deus Cambinana dissera a seu tonto irmão Korvouva: "Desce até os homens e dize-lhes que mudem a pele. E diz às serpentes que elas terão de morrer." Korvouva trocou os recados; deu o segredo da imortalidade às serpentes e a morte aos homens.[105] Muitas tribos acreditavam que a morte era devida ao enrugamento da pele, e que o homem escaparia dela se pudesse mudar de pele como as serpentes.[106]

Medo da morte, admiração diante da causa das coisas e dos acontecimentos ininteligíveis, esperança de auxílio divino e gratidão pelo bom que acontece, tudo isso contribui para gerar a fé religiosa. Admiração e mistério ligavam-se em especial ao sexo e aos sonhos, e à misteriosa influência dos corpos celestes sobre a Terra e o homem. Os primitivos maravilharam-se diante dos fantasmas que viam durante o sono e aterrorizavam-se quando lhes aparecia em sonhos a imagem de parentes e amigos mortos. Enterravam os mortos a fim de que não voltassem à Terra; com eles enterravam seus pertences e víveres, de medo que viessem persegui-los; às vezes deixavam o cadáver na casa e mudavam-se; em alguns lugares o corpo era retirado por um buraco aberto na parede e conduzido rapidamente, por três vezes, ao redor da casa, para que o espírito esquecesse a entrada e nunca viesse assombrá-la.[107]

Tais experiências convenceram o homem primitivo de que cada criatura possuía uma alma, ou vida secreta dentro de si, a qual se separava do corpo na doença, no sono ou na morte. "Não desperteis ninguém abruptamente", diz um dos *Upanishads* da antiga Índia, "porque pode acontecer que a alma não encontre meio de voltar ao corpo."[108] Não só o homem, mas todas as coisas tinham alma; o mundo externo não era insensível ou morto, mas intensamente vivo;[109] se não fosse assim, pensava

a antiga filosofia, a natureza seria incompreensível, no movimento do Sol, no raio; no murmúrio das árvores. O meio pessoal de conceber objetos e eventos precedeu o impessoal e abstrato; a religião veio antes da filosofia. Tal animismo constitui a poesia da religião, e a religião da poesia. Podemos vê-lo no olhar pasmo de um cão que admira um papel levado pelo vento, e talvez suponha que é o espírito do papel que o conduz; e o mesmo sentimento encontramos, sublinhado, na linguagem dos poetas. Para a mentalidade primitiva do poeta de todos os tempos, montanhas, rios, rochas, árvores, estrelas, Sol, Lua, céu são coisas sacramentalmente sagradas — exterioridades visíveis da invisível alma interior. Para os antigos gregos o céu era o deus Urano; a Lua, Selene; a Terra, Gea; o mar, Possêidon, e por todas as florestas andava o deus Pã. Para os antigos germânicos a floresta era povoada de gênios, elfos, duendes travessos, gigantes, anões e fadas; esses seres silvanos sobrevivem na música de Wagner e nos dramas poéticos de Ibsen. Os mais simples campônios da Irlanda ainda crêem em fadas, e nenhum poeta ou dramaturgo irlandês foge disso. Há sabedoria e beleza neste animismo; todas as coisas devem ser tratadas como vivas. Para os espíritos sensíveis, o mais sensível dos escritores contemporâneos diz o seguinte:

> A natureza começa a apresentar-se como uma vasta congênie de formas de vida, algumas visíveis, outras invisíveis, mas todas dotadas de espírito e matéria e todas misturando espírito e matéria no mistério básico do ser... O mundo está cheio de deuses! De cada planeta e de cada pedra emana uma presença que nos perturba com o senso da multiplicidade dos poderes divinos, fortes e fracos, grandes e pequenos, a moverem-se entre o céu e a Terra em seus secretos propósitos.[110]

2. *Os Objetos da Religião*

O Sol — As estrelas — A Terra — O sexo — Animais — Totemismo — Transição para os deuses humanos — Culto dos fantasmas — Culto dos antepassados

Desde que todas as coisas têm alma ou encerram em si deuses ocultos, os objetos de adoração não têm fim. Caem em seis classes: celestes, terrestres, sexuais, animais, humanos e divinos. Um dos primeiros objetos de adoração foi certamente a Lua, embora não o possamos afirmar com convicção. Assim como nosso folclore fala do "homem na Lua", assim também as primitivas lendas concebiam a Lua como um valente macho que seduzia as mulheres, fazendo-as menstruar. Foi a deidade favorita das mulheres, que a adoravam como a uma protetora. Era igualmente uma medida de tempo; à Lua cabia o governo da chuva e da neve; até os sapos coaxavam para a Lua, pedindo chuvas.[111]

Não podemos saber quando o Sol substituiu a Lua na adoração dos homens. Talvez tenha sido quando a agricultura substituiu a caça; quando o trânsito do Sol determinava as estações de semear e colher; quando o calor foi reconhecido como bênção para o solo. A Terra tornou-se deusa fertilizada pelos raios do Sol e o homem passou a adorar o grande astro como o pai de todas as coisas vivas.[112] Deste simples começo passou o culto do Sol para as fés pagãs da antigüidade; muitos deuses foram apenas a personificação do Sol. Atenas exilou Anaxágoras porque este se atreveu a dizer que o Sol não era um deus e sim uma bola de fogo mais ou menos do tamanho do Peloponeso.

A Idade Média conservou uma relíquia do culto do Sol na auréola dos santos, [113] e nos dias atuais o imperador do Japão é considerado pelos seus súditos como a encarnação do deus Sol.[114] Isto significa que essa superstição, a mais velha de todas, ainda subsiste. A civilização é coisa de uma pequena minoria; a grande massa humana dificilmente muda, por mais séculos que passem.

Como o Sol e a Lua, cada estrela continha — ou era — um deus, e movia-se sob o comando do espírito que a habitava. Sob o cristianismo esses espíritos tornaram-se anjos, pilotos das estrelas, por assim dizer. O próprio céu era um grande deus, adorado com devoção como o proporcionador da chuva. Entre muitos povos primitivos a palavra correspondente a "deus" era "céu"; entre os lubaris e os dincas, "deus" significava "chuva". Na Mongólia o supremo deus era *Tengri* — céu; na China, *Ti* — o céu; na Índia védica, *Dyaus pitar* — o "pai do céu"; na Grécia, *Zeus* — o céu; na Pérsia, *Ahura* — o "céu azul";[115] entre nós mesmos ainda é comum o apelo para "os Céus". O ponto central da maior parte das mitologias antigas estava no fecundo casamento do Céu com a Terra.

Porque a Terra também era deus, com cada um dos seus aspectos presidido por alguma deidade. As árvores possuíam almas como os homens, sendo crime cortá-las; os índios americanos atribuíam as suas derrotas ao fato de terem os brancos derrubado as árvores protetoras do Homem Vermelho. Nas Molucas as árvores em flor eram tratadas como mulheres grávidas, não sendo permitido que barulho nenhum, nem fogo, ou o que fosse, lhes perturbasse a quietude; e, como as mulheres, também podiam abortar — derrubar as frutas antes do tempo. Em Ambóina nenhum rumor era admitido perto do arroz cacheado — para que não abortasse em palha.[116] Os antigos gauleses adoravam as árvores de certas florestas sagradas; e os sacerdotes druidas da Inglaterra reverenciavam o *viscum* pendente dos carvalhos — o mesmo que ainda figura em nosso Natal. A veneração das árvores, fontes, rios e montanhas constitui a mais antiga religião que podemos rastrear na Ásia.[117] Muitas montanhas eram lugares sagrados, sede dos deuses tonantes. Os terremotos não passavam de sacudidelas de ombros dos deuses irados; os fijianos atribuíam-nos a movimentos dos deuses no sono; e os samoanos, quando o solo tremia, agarravam-se ao chão e imploravam ao deus Mafuie que se aquietasse, que não destruísse o planeta.[118] Quase por toda parte era a Terra a Grande Mãe; nossa linguagem, que não passa do precipitado de primitivas e inconscientes fés, sugere ainda hoje o parentesco entre *matéria* e *mater* — mãe.[119] Istar e Cibele, Deméter e Ceres, Afrodite, Vênus e Freia são comparativamente modernas formas da antiga deusa Terra, cuja fertilidade constituía bênção dos campos; o nascimento e o casamento, a morte e ressurreição triunfante dessas deusas eram símbolos, ou causas do brotar, do murchar e secar, e do primaveril retorno da vegetação. Tais deidades revelam pelo seu sexo a primitiva associação da agricultura com a mulher. Quando a agricultura se tornou dominante na vida da humanidade, as deusas da vegetação reinaram supremas. Os primitivos deuses, em sua maior parte, eram femininos; talvez fossem substituídos pelos deuses masculinos quando o patriarcalismo da família passou a dominar.[120]

Do mesmo modo que a profunda poesia da mente primitiva enxergava uma divindade secreta no crescimento de uma árvore, via também um agente sobrenatural na concepção e no nascimento de uma criança. O "selvagem" nada sabe do óvulo e do esperma; vê apenas as estruturas externas do sexo e as diviniza; o sexo também encerra espíritos e deve ser adorado — e não é esse poder criador o mais maravilhoso de to-

dos? Ainda mais do que no solo, nos órgãos sexuais aparece o milagre da fecundidade e do crescimento; devem ser, portanto, materializações de uma potência divina. De uma forma ou de outra, quase todos os povos antigos adoravam o sexo, inclusive os mais adiantados; vemos esse culto no Egito, na Índia, na Assíria, na Grécia e em Roma. O caráter sexual das deidades primitivas era tido em alto respeito;[121] havia paixão pela fertilidade na mulher e na terra. Certos animais, como o touro e a serpente, recebiam adoração por simbolizarem em alto grau o poder divino da reprodução. A serpente do Éden é sem dúvida um símbolo fálico, que representa o sexo como a origem do mal e sugere seu despertar como o começo da ciência do bem e do mal; talvez também insinue a proverbial ligação entre a inocência mental e a bem-aventurança.

Poucos animais há na natureza, do escaravelho ao elefante, que já não fossem adorados como deuses. Os índios de Ojibwa davam o nome de "totem" a seu animal sagrado, ao clã que o adorava e a qualquer membro do clã; e essa confusa palavra entrou na antropologia como "totemismo", para designar a vaga adoração de um objeto qualquer, animal, ou planta, sagrado para um grupo. Variados totemismos encontram-se em muitos pontos da Terra, sem ligação entre si — das tribos norte-americanas aos nativos da África, aos dravidianos da Índia e às tribos da Austrália.[122] O totem como objeto de religião ajudava a unificar a tribo cujos membros se consideravam como seus descendentes; os iroqueses supunham ser filhos da mulher com lobos, ursos e veados. O totem, como objeto e símbolo, tornou-se útil sinal de parentesco entre os povos primitivos, passando depois a mascote ou emblema, como o leão ou a águia das nações, o alce de nossas congregações, e o elefante e o asno — estes honestos símbolos dos dois grandes partidos políticos norte-americanos. A pomba, o peixe e o cordeiro, no nascente simbolismo cristão, eram relíquias da adoração totêmica; mesmo o degradado porco havia sido totem dos judeus pré-históricos.[123] Em muitos casos o totem animal era tabu, isto é, proibido, intocável; sob certas condições podia ser comido, mas religiosamente, equivalendo ao ritual do deus que serve de alimento. Freud, com característica falta de imaginação, crê que o totem foi um transfigurado símbolo do pai, reverenciado e odiado pela sua onipotência e morto e comido pelos filhos rebelados.[124] Durkheim considerava o totem o símbolo do clã, reverenciado e odiado por sua onipotência e irritante despotismo; e achava que a atitude religiosa era na origem o sentimento do indivíduo para com o grupo autoritário.[125] Os galas da Abissínia comiam, em solene cerimônia, o peixe que adoravam, e diziam: "Sentimos o espírito mover-se dentro de nós, quando o comemos." Os bons missionários que evangelizavam esses nativos impressionavam-se de ver ali algo tão semelhante à cerimônia central da missa.[126]

Provavelmente o medo está na origem do totemismo, como de tantos outros cultos; os homens cultuavam os animais porque estes eram poderosos e tinham de ser apaziguados. À medida que o caçador limpou de feras as matas e deu segurança à vida agrícola, essa adoração foi declinando, embora nunca desaparecesse; e a ferocidade dos primeiros deuses humanos não passa de herança advinda dos animais-deuses por eles substituídos. A transição é visível nas histórias de metamorfoses, como as vemos nos Ovídios de todas as línguas, histórias que nos contam como os deuses procedem dos animais. As qualidades do animal aderiam aos deuses dele saídos, como o cheiro dos estábulos adere a um Casanova rural; mesmo no complexo espírito de Homero, a *glaucopis Athene* possuía olhos de coruja, e *Here boöpis* (Juno) tinha olhos de vaca. Os deuses do Egito, da Babilônia e da Assíria — ogros com cabeça de gente e corpo de

animal — revelam a mesma transição e fazem a mesma confissão: que muitos deuses humanos são evoluções de deidades animais.[127]

Temos depois os deuses que inicialmente não passaram de homens mortos e idealizados. O aparecimento dos mortos nos sonhos constituía motivo bastante para estabelecer a adoração do morto, porque se não é filha é, pelo menos, irmã do medo. Homens que haviam sido poderosos em vida e, por isso, temidos passavam a ser adorados depois de mortos.[128] Entre muitos povos primitivos a palavra "deus" queria dizer "homem morto"; mesmo hoje a palavra inglesa *spirit* e a alemã *Geist* significam "fantasma" e "alma". Os gregos invocavam seus mortos exatamente como os cristãos invocam os santos.[129] Tão forte era a fé na continuidade da vida dos mortos que os primitivos lhes mandavam mensagens de um modo muito racional: o chefe da tribo recitava a mensagem a um escravo e depois o decapitava; e se porventura esquecia alguma coisa, mandava um *post-scriptum* por outro escravo.[130]

Gradualmente o culto do fantasma transformou-se na adoração dos antepassados. Todos os mortos eram temidos e tinham de ser propiciados para que não viessem perturbar a vida dos vivos. Esta adoração dos antepassados de tal modo se adaptava à manutenção da autoridade social, que breve se espalhou por toda a Terra. Floresceu no Egito, na Grécia, em Roma, e ainda sobrevive robusta na China e no Japão de nossos dias e se representa no Ocidente pelas visitas aos mortos no dia de Finados, pelas orações e pela missa de defuntos. Muitos povos adoravam os antepassados e não os deuses.[131] A instituição mantinha as famílias unidas e proporcionava uma indivisível estrutura para a sociedade. À medida que a compulsão ia sendo substituída pela consciência o medo se elevava a amor; o ritual da adoração dos antepassados, provavelmente gerado pelo terror, sublima-se por fim em devoção. A tendência dos deuses é começarem como papões e terminarem como pais. O lento progresso da civilização se reflete na senil amabilidade dos deuses.

A idéia de um deus humano representa o derradeiro passo de um longo desenvolvimento; esse deus se foi diferenciando lentamente, através de muitos estágios, saído da concepção de um mar de espíritos e fantasmas. Do medo e da adoração de espíritos sem forma, os homens passaram à adoração dos astros, da vegetação, do sexo, dos animais e dos antepassados. A noção de Deus como Pai provavelmente deriva da adoração dos antepassados; e originalmente significaria que os homens eram fisicamente gerados pelos deuses.[132] Nas teologias primitivas não há definida distinção entre deuses e homens; para os gregos os deuses eram antepassados, e todos os antepassados eram deuses. Um passo a mais foi dado quando, naquele mosaico de avós, certos homens e mulheres, que se haviam distinguido na Terra, apresentavam-se como que marcados para a deificação; assim os grandes reis tornaram-se deuses, e muitas vezes antes da morte. E com este desenvolvimento chegamos às civilizações históricas.

3. *Os Métodos da Religião*

Mágica — Ritos da vegetação — Festivais orgíacos — Mitos da ressurreição dos deus — Mágica e superstição — Mágica e ciência — Sacerdotes

Havendo concebido um mundo de espíritos, cuja natureza e propósitos ignorava, o homem primitivo procurou propiciá-los, para captar-lhes a benevolência. Ao animis-

mo, que é a essência da religião primitiva, foi adicionada a mágica, que é a essência dos primeiros rituais. Os polinésios admitiam um verdadeiro oceano de mágica, a que chamavam *mana*; o mágico, supunham eles, apenas tocava de leve na infinita massa da magia. Os modos pelos quais os espíritos, e depois os deuses, eram subornados pelos homens baseavam-se na "simpatia" — na sugestão da deidade. Para que o deus fizesse a chuva cair, era derramada água no chão, de cima de uma árvore. Os cafres ameaçados pela seca pediram a um missionário que passeasse pelo campo de guarda-chuva aberto.[133] Em Samatra a mulher estéril fazia um boneco de pano e o mantinha ao colo, esperando com isso conceber. No arquipélago de Babar, levava esse boneco ao seio, como para mamar, e repetia uma fórmula mágica; depois espalhava pela aldeia que estava grávida, e seus conhecidos vinham dar-lhe parabéns. Entre os *dyaks* de Bornéu, o mágico, para aliviar a parturiente das dores, fazia contorções, como se estivesse parindo, para que com essa sugestão o feto se movesse; às vezes o mágico punha uma pedra na barriga e a fazia cair, também para que o feto a imitasse. Na Idade Média havia o feitiço dos alfinetes enfiados na figura de cera, representando o inimigo do qual alguém queria vingar-se;[134] os índios peruanos queimavam gente em efígie — era o "queimar a alma".[135] A plebe moderna ainda está nesse estágio.

Esses métodos de sugestão pelo exemplo eram aplicados especialmente à fertilização do solo. Os curandeiros zulus fritavam os órgãos genitais de um homem morto no vigor da idade, reduziam a fritada a pó e espalhavam-no pelos campos.[136] Alguns povos escolhiam um Rei e uma Rainha de Maio e casavam-nos publicamente, para que o solo, estimulado, se abrisse em flores. Em outros lugares esse rito incluía a pública consumação do casamento, para que a natureza não pudesse alegar ignorância das intenções do rito. Em Java os campônios e suas mulheres copulavam com o mesmo fim nos campos de arroz.[137] Porque o homem primitivo não concebia a fertilidade como obra do nitrogênio; e sem conhecer o sexo das plantas, imaginava-as como seres humanos.

Festivais orgíacos eram freqüentes por ocasião das semeaduras, e serviam, parte como moratória da moral (recordando a antiga liberdade sexual), parte como meio de fecundar as esposas dos homens estéreis, e parte como sugestão ao solo. Tais festas aparecem em muitos povos, principalmente entre os camarões do congo, os cafres, os hotentotes e os bantos na África. As festas agrícolas dos bantos, diz H. Rowley,

> são, no caráter, afins das de Baco... Impossível assistir a elas sem nos envergonharmos... Não só a plena liberdade sexual é permitida aos neófitos, e mesmo estimulada, como qualquer visitante acaso presente é convidado a tomar parte. A prostituição torna-se livre e o adultério tolerado. Nenhum marido nessas ocasiões pode conjugar-se com a esposa.[138]

Semelhantes festas reaparecem nas civilizações históricas: nas celebrações báquicas da Grécia, na *Saturnalia* de Roma, na *Fête des Fous* da França medieval, no *May Day* da Inglaterra bem como no *Carnaval* e no *Mardi Gras* de nossos dias.

Aqui e ali, como entre os *pawnees* e os índios de Guaiaquil, os ritos de vegetação assumem forma menos atrativa. Um homem — e mais tarde um animal — era sacrificado à terra no tempo de semeadura, para que a fertilizasse com o seu sangue. O advento da colheita significava a sua ressurreição; por isso recebia a vítima, antes de ser sacrificada, as honras de um deus; e desta origem saiu, sob mil formas, o quase uni-

versal mito do deus que morre por seu povo e depois ressuscita.[139] A poesia enfeitou a mágica e transformou-a em teologia. Os mitos solares misturam-se harmoniosamente com os da vegetação, e as lendas de um deus morto e renascido aplicam-se não só à morte do inverno e ao surgimento da primavera, como aos equinócios vernal e outonal — e à alternação do dia e da noite. Porque o advento da noite era simples parte do drama; o deus-sol nascia e morria; cada crepúsculo era uma crucificação e cada arrebol uma ressurreição.

Os sacrifícios humanos parecem ter sido honrados em quase todas as épocas e por todos os povos. Na ilha Carolina, no golfo do México, foi encontrada uma grande estátua de metal, oca, onde eram queimadas as vítimas oferecidas aos deuses.[140] Todos sabemos do Moloc ao qual os fenícios sacrificavam vítimas. Em nossos próprios dias esse costume tem sido praticado na Rodésia.[141] Provavelmente se liga ao canibalismo; os homens acham que os deuses possuem gostos idênticos aos seus. Como as fés religiosas mudam mais lentamente que os outros credos, o canibalismo divino sobreviveu ao humano.[142] Lentamente, porém, a moral em evolução foi mudando os ritos; os deuses imitavam a crescente desbarbarização dos seus adoradores, e resignavam-se em aceitar sacrifícios de animais em vez de sacrifícios humanos; uma corça tomou o lugar de Ifigênia, e um cordeiro substituiu o filho de Abraão. Mais tarde, nem animais os deuses recebiam; os sacerdotes comiam a carne boa e levavam aos altares apenas os ossos e as tripas.[143]

O homem primitivo acreditava adquirir a força do organismo ingerido, e chegou naturalmente à concepção de comer o deus. Em muitos casos comia a carne e bebia o sangue do ser humano que ele deificava e engordava para o sacrifício. Quando, com o aumento da fartura no mundo, o homem se tornou menos feroz, veio a substituição da vítima por imagens — e só estas eram comidas. No antigo México os astecas faziam de milho e outras sementes uma imagem de deus e banhavam-na em sangue de meninos sacrificados — e com isso realizavam a cerimônia de comer o deus. Usualmente o participante tinha de jejuar antes de ingerir a sagrada imagem, e por meio de palavras mágicas o sacerdote operava a transformação da imagem em deus.[144]

A mágica principia na superstição e finda na ciência. Uma multidão de crenças mágicas saiu do animismo, dando origem a inúmeras fórmulas e ritos. *Os kukis* animavam-se na guerra com a idéia de que os inimigos mortos iriam ser seus servos na outra vida. Por outro lado, o banto que mata um inimigo rapa a cabeça e unge-se de excremento de cobra, para evitar que o espírito do morto o persiga. Quase todos os povos primitivos acreditavam no efeito das maldições e do mau-olhado.[145] O australiano admitia que a ação de um poderoso mágico matava à distância de 100 milhas. A crença na feitiçaria começou cedo na história humana, e nunca desapareceu. O fetichismo — adoração de ídolos e objetos de poder mágico — é ainda mais antigo e indestrutível. Desde que existe um amuleto para cada fim, algumas pessoas trazem consigo muitos, a fim de enfrentarem várias emergências.[146] As relíquias constituem um exemplo contemporâneo do velho fetichismo; metade da população da Europa usa talismãs. A cada passo a história da civilização nos ensina como é ela superficial, e como é precário o seu equilíbrio sobre o vulcão nunca extinto do barbarismo, da superstição e da ignorância. A modernidade não passa de um chapéu sobre a cabeça da Idade Média.

O filósofo aceita resignado e de bom grado esta humana necessidade do auxílio ou conforto sobrenatural, e consola-se observando que, assim como o animismo criou a

poesia, assim também a mágica gerou a ciência. Frazer demonstrou como as glórias da ciência se radicam nos absurdos da mágica. Porque, como a mágica falhasse muito, o mágico esforçou-se por descobrir causas naturais, a fim de colocá-las a serviço de seus propósitos. Lentamente os meios naturais predominaram, embora o mágico, para preservar sua posição diante do povo crédulo, ocultasse as causas naturais e tudo atribuísse ao milagre. Disso saiu o médico, o químico, o metalurgista e o astrônomo.[147]

Outro filho da mágica foi o sacerdote. Gradualmente os sacerdotes foram suplantando o homem comum em conhecimento e habilidade, até que passaram a constituir uma classe especial apta a conduzir as cerimônias religiosas. Por meio da inspiração, do transe ou da prece esotérica, o sacerdote mágico influenciava os espíritos ou deuses e os adaptava aos propósitos humanos. E como esse conhecimento e essa habilidade pareciam aos primitivos a mais valiosa de todas as coisas, o poder dos sacerdotes passou a ser tão grande quanto o do Estado; e até nos tempos modernos o sacerdote se vem alternando com o guerreiro na dominação e disciplina do homem comum. A história do Egito, da Judéia e da Idade Média constituem os melhores exemplos.

O sacerdote não criou a religião, apenas utilizou-se dela, como o estadista se utiliza dos impulsos e costumes da humanidade; a religião não emerge da invenção, ou da chicana sacerdotal, mas da persistente admiração, do medo, da insegurança, da fraqueza do homem na Terra. O sacerdote causou males, tolerando a superstição e monopolizando certas formas do conhecimento; mas deu aos povos os rudimentos da educação, agiu como repositório e veículo da herança cultural da raça, consolou os fracos explorados pelos fortes e tornou-se o agente através do qual a religião nutriu a arte e deu um auxílio sobrenatural à precária estrutura da moralidade humana. Se o sacerdote não aparecesse, o povo o inventaria.

4. *A Função Moral da Religião*

Religião e governo — Tabu — Tabus sexuais — O atraso da religião — Secularização

A religião suporta a moralidade principalmente através de dois meios: o mito e o tabu. O mito cria a fé sobrenatural da qual decorrem sanções para normas de condutas socialmente (ou sacerdotalmente) desejáveis; as esperanças do céu e os terrores do inferno levam o indivíduo a tolerar as restrições que lhe são impostas pelos seus dominantes ou pelos grupos. O homem não é de natureza obediente, nem dócil, nem casto; e antes da formação da consciência nada o refreia tanto como o medo dos deuses. As instituições da propriedade e do casamento repousam, em boa medida, sobre as sanções religiosas, e tendem a perder o vigor quando a incredulidade sobrevém. O próprio governo, que é o mais antinatural e necessário de todos os mecanismos sociais, requer o apoio da piedade e do padre, como argutos heréticos, do tipo de Napoleão e Mussolini, sem demora descobriram; daí a "tendência para a teocracia de todas as constituições".[148] O poder dos chefes primitivos era aumentado com os recursos da mágica e da feitiçaria; e mesmo o governo americano tira alguma santidade de sua anual admissão do Deus dos peregrinos do *Mayflower*.

Os polinésios criaram a palavra "tabu" para as proibições sancionadas pela religião. Nas sociedades primitivas de maior desenvolvimento esses tabus tomavam o lugar do que sob a civilização passou a tornar-se lei. Sua forma era usualmente negati-

va: certos atos e objetos eram declarados "sagrados" ou "impuros"; e as duas palavras sugeriam o mesmo aviso — aquelas coisas eram *intocáveis*. Assim, a Arca dos judeus era tabu e Oza, diz a Bíblia, foi fulminado por tê-la segurado no momento em que ia cair de um carro em movimento.[149] Diodoro nos diz que os antigos egípcios antes se comeriam uns aos outros durante as fomes do que tocariam no animal totêmico da tribo.[150] Nas sociedades primitivas muita coisa era tabu; certas palavras nunca se pronunciavam e certos dias e estações eram tabus para o trabalho. Preceitos de alimentação expressavam-se pelo sistema do tabu; a higiene era mais inculcada pela religião à força de tabus do que pela ciência ou medicina secular.

A mulher foi sempre o objeto favorito do velho tabu. Mil superstições faziamna, de quando em quando, intocável, perigosa e "impura". Os modeladores dos mitos mundiais parecem ter sido os esposos desastrados, porque admitiam ser a mulher a raiz de todos os males; isto foi uma opinião sagrada, não só da tradição judia e cristã, como de cem mitologias pagãs. O mais rigoroso dos primitivos tabus foi lançado sobre as mulheres menstruadas; qualquer homem ou coisa que nesse período as tocasse perdia a virtude ou a utilidade.[151] Os macuxis da Guiana Inglesa proibiam-lhes banhos nessa época, de medo que envenenassem as águas; e proibiam-lhes o penetrar nas florestas, para não serem mordidas por serpentes enamoradas.[152] Mesmo o parto era "impuro"; depois dele a mulher tinha de purificar-se por meio de complicados ritos. Em muitos povos as relações sexuais tornavam-se tabus quando a mulher estava menstruada, ou grávida, ou amamentando.

É provável que essas proibições se tenham originado das próprias mulheres, por força do bom senso e da conveniência pessoal; mas as origens dos tabus são facilmente esquecidas — e breve a mulher encontrou-se "impura"; e, esquecendo-se das origens daquilo, aceitou o ponto de vista do homem e passou a envergonhar-se dos seus "períodos", e mesmo da gravidez. Desses tabus nasceu, em parte, o pudor, e também o senso do pecado, a "impureza" atribuída ao sexo, o ascetismo, o celibato sacerdotal e a sujeição da mulher.

A religião não é a base da moral, mas ajuda-a; a moral pode existir sem ela, e não poucas vezes tem progredido contra a obstinada resistência religiosa. Nas mais antigas e nas mais recentes sociedades a moral muitas vezes aparece completamente desligada da religião; esta fica então adstrita à mágica, ao ritual, aos sacrifícios, e o "homem perfeito" é considerado o que cumpre seus "deveres" religiosos e financia o sacerdotalismo. Essa perfeição nada tem que ver com a moral. Em regra a religião não sanciona nenhum bem absoluto (coisa aliás que não existe), mas sim as normas de conduta que a criaram e a sustentam financeiramente. Como a lei, a religião procura sua justificação no passado, e atrasa-se quando as condições mudam, e com ela a moral do grupo. Os gregos já condenavam moralmente o incesto, ao passo que sua mitologia ainda honrava os deuses incestuosos; os cristãos praticavam a monogamia, ao mesmo tempo que juravam sobre a autoridade de um livro legalizador da poligamia — a Bíblia; também a escravidão já estava abolida, apesar de ser justificada por esse mesmo livro sagrado; e em nossos dias a Igreja luta heroicamente pela manutenção de um código moral que já foi destruído pela Revolução Industrial. No fim de tudo, o que prevalece são as forças terrenas; a moral lentamente se ajusta às invenções econômicas, e a religião, com relutância, acaba se ajustando às mudanças da moral. (Exemplo moderno disto é a causação contemporânea do controle da natalidade pelo industrialis-

mo urbano e a gradual aceitação de tal controle pela Igreja.) A função moral da religião é conservar os valores estabelecidos, não criá-los.

Por esse motivo surge a tensão entre a Igreja e a sociedade, nos estágios mais altos de cada civilização. A religião começa pelo oferecimento da ajuda mágica do homem cansado e desnorteado; culmina dando a um povo aquela unidade de moral e crenças que tanto favorece o governo e a arte; e acaba lutando inutilmente pela causa perdida do passado. Crescendo e se alterando continuamente, o conhecimento choca-se de encontro à mitologia e à teologia, que mudam com lentidão geológica. O controle sacerdotal sobre as artes e as letras torna-se uma opressão odiosa, e a história da intelectualidade humana assume o aspecto de um "conflito entre a religião e a ciência". Instituições a princípio nas mãos do clero, como a lei e os castigos, a educação e a moral, o casamento e o divórcio, tendem a fugir a esse controle e a tornar-se seculares, e mesmo profanas. As classes intelectuais abandonam a velha teologia e também — depois de alguma hesitação — o código moral por ela apoiado; a literatura e a filosofia tornam-se anticlericais. O movimento de libertação expande-se numa exuberante adoração da razão, e por fim tomba numa paralisante desilusão de todos os dogmas e de todas as idéias. A conduta, privada de seus esteios morais, rola para um caos epicurista; e a própria vida, podada da fé consoladora, torna-se uma carga — tanto para a pobreza consciente como para a riqueza saciada. No fim, a sociedade e sua religião tendem a cair juntas, como corpo sem alma, numa harmoniosa morte. Entrementes, novos mitos surgem no seio dos oprimidos, dando novas formas à esperança humana, novas coragens ao esforço humano — e, depois de séculos de caos, emerge outra civilização.

CAPÍTULO V

Elementos Mentais da Civilização

I. LETRAS

Linguagem — O fundo animal da linguagem — Suas origens humanas — Desenvolvimento — Resultados — Educação — Imitação — Escrita — Poesia

NO começo está a palavra, porque com ela o homem se tornou homem. Sem essas estranhas vibrações a que chamamos sons, o pensamento ter-se-ia limitado unicamente a objetos e experiências sensoriais, recordadas ou concebidas; presumivelmente o cérebro não poderia "pensar classes de objetos" como coisa distinta dos objetos, nem "pensar qualidades" distintas dos objetos, ou objetos separados das suas qualidades. Sem palavras para indicar concepção de classe podemos pensar deste homem, daquele homem, ou daquele outro, mas não do Homem porque nossos olhos não vêem o Homem, e sim homens, não vêem classes, e sim objetos individuais. O começo da humanidade veio quando algum atormentado animalejo, meio animal, meio homem, acocorado numa caverna ou refestelado numa árvore, espremeu os miolos para inventar o primeiro nome comum, o primeiro sinal sonoro que significasse um *grupo* de objetos iguais: *casa*, significando todas as casas; *homem*, significando todos os homens; *luz*, significando todas as luzes que brilham na Terra. A partir desse instante, o desenvolvimento mental da raça tomou uma senda nova e sem fim. Porque as palavras estão para o pensamento como os instrumentos estão para o trabalho; o produto depende em larga escala da quantidade e qualidade dos instrumentos.[1]

Desde que a origem de todas as coisas não passa de suposições, *de fontibus non disputandum*, a imaginação tem o caminho livre para pintar os começos da linguagem. Talvez a primeira forma da linguagem, a qual pode ser definida como comunicação por meio de sinais, fosse o apelo amoroso entre dois animais enamorados. Neste sentido a floresta e os campos aparecem-nos cheios de ardente linguagem. Gritos de aviso e terror, o apelo da mãe à prole, o gemido eufórico no êxtase do amor, a tagarelice que vai de uma árvore a outra correspondem aos passos preliminares do que iria ser no homem a fala. A menina selvagem que cresceu entre os animais numa floresta de Châlons, na França, não tinha outra fala senão guinchos e uivos. A nossos ouvidos ineducados esses sons das florestas parecem não ter sentido; diante deles comportamo-nos como o cãozinho filósofo *Riquet*, de Anatole France, que diz do seu dono, Mr. Bergeret: "Tudo o que é pronunciado pela minha voz significa qualquer coisa, mas da boca de meu dono saem muitos sons sem significação." Whitman e Graig notaram uma estranha correlação entre as ações e as exclamações dos pombos; Dupont aprendeu a distinguir 12 sons específicos usados pelas galinhas e pombas, 15 pelos cães, 22 pelo gado de chifre; Garner verificou que os macacos realizam intermináveis tagarelices com, pelo menos, 20 sons diferentes e todo um repertório de gestos; e destes humildes vocabulários chegamos às 300 palavras que bastam como língua a um homem comum e sem pretensões.[2]

O gesto deve ter precedido a palavra; e quando a palavra falha, o gesto se apressa a socorrê-la. Entre os índios norte-americanos, divididos por incontáveis dialetos, muitas vezes eram realizados casamentos entre membros de tribos diferentes, e a língua dos cônjuges era mais de gestos do que de palavras; um casal conhecido de Lewis Morgan comunicava-se por meio de gestos, havia já três anos. Tão importante era entre os índios o papel do gesto que os *arapahos* não podiam conversar no escuro — como se dá com muita gente moderna.[3] Talvez as primeiras palavras humanas fossem interjeições, ou expressões emotivas entre os animais; depois vieram palavras demonstrativas, adjutórias a gestos de direção, e sons onomatopaicos, para indicar objetos ou ações. Mesmo hoje, após milênios de crescimento lingüístico, não há língua que não encerre centenas de palavras imitativas — *roar, rush, murmur, tremor, giggle, groan, hiss, heave, hum, cackle,* etc. (A onomatopéia ainda é nosso recurso nos apertos lingüísticos. Um inglês, em sua primeira refeição na China, desejoso de saber que comida lhe serviam, perguntou, com a dignidade e a reserva anglo-saxônicas: "*Quack, quack*?" Ao que o chinês respondeu, sacudindo a cabeça alegremente: "Bow-*wow*".)[4] O tecuna do Brasil antigo possuía um excelente verbo para o espirro: *haitschu*.[5] Talvez a língua viesse desses princípios. Renan reduziu todas as palavras hebraicas a 500 raízes; e Skeat, quase todas as européias a cerca de 400. (Exemplo: *divino* vem do latim *divus*, que vem de deus, do grego *theos*, que vem do sânscrito *deva*; na língua dos ciganos a palavra para deus torna-se *devel*. Historicamente, *saber* liga-se à raiz sânscrita, *vid* [saber]; grego, *oida*; latim, *video* [ver]; francês, *voir* [ver]; alemão, *wissen* [saber]; inglês, *wit*. A raiz sânscrita *ar*, arar, dá o latim *arare*, o russo *orati*, o inglês *to ear*; a terra arável, *art*, *oar* — e talvez a palavra *Aryan*: aradores.)[6]

As linguagens dos povos naturais não são necessariamente primitivas no sentido de simplicidade; muitas se mostram simples no vocabulário e na estrutura, mas outras têm a complexidade das nossas, e são mais altamente organizadas que o chinês.[7] Quase todas as línguas primitivas, entretanto, limitam-se ao sensorial e ao particular, mostrando-se em regra pobres de termos abstratos. O australiano tem um nome para a cauda do cachorro e outro para a da vaca; mas não tem nenhum para cauda em geral.[8] O mesmo se dá com os tasmanianos; têm nomes para cada árvore, mas não para árvore em geral; os índios *choctaws* têm nomes para o carvalho negro, branco e vermelho, mas nenhum para o carvalho apenas, e tampouco para árvore. Sem dúvida, muitas gerações se passaram antes que o nome próprio descaísse para nome comum. Em muitas tribos não há palavras distintas para a cor destacada de um objeto colorido; nem palavras para abstrações como sexo, espécie, espaço, espírito, instinto, razão, quantidade, esperança, medo, consciência, etc.[9] Esses termos parece que sobrevêm, numa recíproca relação de causa e efeito, com o desenvolvimento do pensamento; tornam-se os instrumentos da sutileza e os símbolos da civilização.

Trazendo tantos benefícios ao homem, as palavras parecem-lhe uma bênção divina e algo sagrado; fazem-se a matéria das fórmulas mágicas, tanto mais reverenciadas quanto menos inteligíveis; e ainda vivem como sagradas em mistérios onde, por exemplo, o Verbo se faz Carne. As palavras não só ajudam a clareza do pensamento como a melhor organização social; cimentam mentalmente as gerações, provendo um melhor meio de educação e transmissão de conhecimentos e artes; criam um novo órgão de comunicação, por meio do qual uma doutrina ou fé dá unidade homogênea a um povo. Abrem novas estradas para o transporte e tráfico das idéias e dilatam o alcance e o conteúdo da vida. Que outra invenção jamais igualou em poder e glória a do "nome comum"?

Depois dessa extraordinária invenção da linguagem, a imediata foi a da educação A civilização é um acúmulo, um entesouramento de artes e sabedoria, costumes e

éticas, por meio dos quais os indivíduo, em seu desenvolvimento, nutre a vida mental; sem essa periódica reaquisição da herança racial, feita pelas novas gerações, a civilização morreria de morte súbita. À educação deve ela a vida.

Entre os primitivos a educação consistia na transmissão de habilidade e no treino do caráter; era uma sadia relação do aprendiz com o mestre, quanto aos meios e processos da vida. Essa tutela direta e prática promovia o rápido desenvolvimento da criança primitiva. Nas tribos dos *omahs*, o menino de 10 anos já havia aprendido todas as artes conhecidas do pai e estava pronto para a luta; entre os aleútes, o menino de 10 anos já se estabelecia e muitas vezes tomava mulher; na Nigéria, crianças de seis e oito anos saíam da casa dos pais, construíam a sua cabana e entregavam-se à caça e à pesca.[10] Usualmente o processo educativo chegava ao fim com o início da vida sexual; à precoce maturidade sobrevinha precoce estagnação. Em tais condições o rapaz tornava-se adulto aos 12 anos e velho aos 25 anos.[11] Isto não quer dizer que o "selvagem" tivesse mentalidade de criança, mas sim que não tinha as necessidades nem as oportunidades da criança moderna; não gozava a longa e protegida adolescência de hoje, permissora de uma transmissão mais prolongada da herança cultural e uma variedade maior de reações adaptativas ao ambiente artificial e instável.

O ambiente do homem natural quase não mudava, e exigia mais coragem e caráter do que agilidade mental. O pai primitivo punha sua confiança no caráter do filho, como a moderna educação a põe no intelecto; preocupava-se em fazer dele um homem, não um pequeno sábio. Daí os ritos de iniciação que, entre os povos naturais, assinalavam a entrada do jovem na maturidade e na "cidadania" da tribo; esses ritos dirigiam-se à coragem, não ao conhecimento; sua função consistia em preparar o jovem para as durezas da guerra e as responsabilidades do matrimônio. Alguns dos testes eram bárbaros demais para "serem vistos ou contados".[12] Entre os cafres sul-africanos (para tomar o exemplo mais suave) os jovens candidatos à emancipação eram postos a trabalhar de dia e impedidos de dormir de noite, até que caíssem de exaustão; e, ainda por cima, flagelados impiedosamente até que o sangue escorresse. Em considerável proporção os jovens não suportavam as provas e morriam, o que pelos mais velhos era olhado filosoficamente, talvez como antecipação de seleção natural.[13] Em regra essas cerimônias iniciatórias marcavam o fim da adolescência e da preparação matrimonial; a noiva exigia que o noivo provasse a sua capacidade de sofrimento. Em muitas tribos do Congo o rito central consistia na circuncisão; se o jovem pestanejava ou gritava, os pais e parentes eram chibatados, e a prometida, assistindo à cena, rejeitava-o com desprezo, alegando que não queria "uma moça" para marido.[14]

Pouco ou nenhum uso da escrita vemos na educação primitiva. Nada surpreende tanto o homem natural como ver a habilidade dos europeus em comunicar-se uns com os outros, de grandes distâncias, por meio de garranchos de tinta em pedaços de papel.[15] Muitas tribos aprenderam a escrever imitando os seus civilizados exploradores; mas algumas permaneceram iletradas, como as do norte da África, a despeito de cinco mil anos de intermitente contato com povo já no uso da escrita. As tribos que viviam isoladas não sentiam necessidade disso. Aprendiam pela transmissão oral e passavam adiante o aprendido, sem o menor pensamento de fixar aquilo. Sem dúvida a invenção da escrita encontrou longa e sagrada oposição, como algo que vinha destruir a moral e a raça. Conta uma antiga lenda egípcia que, quando o deus Thoth revelou a arte da escrita ao rei Thamos, este o denunciou como inimigo da civilização. "As crianças e os moços", disse o bom monarca, "que até aqui tinham sido forçados a concentrar-se diligentemente na aprendizagem e retenção do que lhes é ensinado, deixarão de aplicar-se, e assim negligenciarão o exercício da memória."[16]

Sobre as origens do maravilhoso brinquedo da escrita não podemos fazer mais do que simples conjeturas. Talvez viesse como um subproduto da cerâmica, começando com as "marcas da fábrica" das panelas de barro. O sistema de comunicação por meio de sinais foi se tornando necessário com o aumento do tráfico entre as tribos, e a primeira forma seriam rudes representações dos objetos comerciais, e de sua quantidade. Como o tráfico ligava tribos de línguas diversas, um sistema de sinais inteligíveis a todas se fazia necessário. Presumivelmente, os números foram os primeiros símbolos escritos, com riscos paralelos representando os dedos; nós ainda dizemos "dedos" quando deles falamos como dígitos. Palavras como o inglês *five*, o alemão *fünf* e o grego *pente* relacionam-se a uma raiz significando *mão*;[17] o "V" romano, cinco, representava a mão aberta; e o "X" era um duplo "V", com ligação nos vértices. Em seus começos, a escrita, como o é ainda entre os chineses, não passava de uma forma de desenho, uma arte. Assim como os homens usavam gestos quando não podiam usar palavras, assim também usavam desenhos para transmitir seus pensamentos, no espaço e no tempo; cada palavra e cada letra foi no princípio um desenho, como as marcas de fábrica e os signos do zodíaco o são ainda em nossos dias. Os primitivos desenhos da China eram chamados *ku-wan* — literalmente, "gestos-desenhos". Os pilares totêmicos eram escrita pictográfica, ou, como Mason sugere, autógrafos tribais. Algumas tribos usavam pedaços de pau entalhados para ajudar a memória, ou transmitir mensagens; outras, como os algonquinos, além dos entalhes desenhavam figuras, transformando-os em totens em miniatura. Os índios do Peru conservavam a memória das coisas por meio de nós e laçadas em cordas diversamente coloridas; e, como isso também aparece na Polinésia, a identidade sugere uma origem comum aos dois povos. Lao-Tsé, no apelo aos chineses para o retorno à vida simples, propõe-lhes a volta da primitiva corda de nós.[18]

Formas de escrita mais adiantadas aparecem de modo esporádico entre os homens naturais. Nas ilhas Carolinas foi descoberta uma escrita de 51 sinais silábicos hieroglíficos para a numeração e representação de idéias.[19] A tradição mostra como os chefes e sacerdotes da ilha da Páscoa procuravam conservar-se no uso da escrita, e como o povo se juntava anualmente para ouvir a leitura das tabuinhas; obviamente a escrita foi em seus primeiros estágios uma coisa misteriosa e sagrada, um *hieróglifo*, ou entalhe sagrado. Não podemos ter certeza de que essa escrita polinésica não fosse derivada de alguma das civilizações históricas. Em geral a escrita é um signo de civilização.

A literatura é coisa de palavras, não de letras, apesar do nome; nasce com os cantos e fórmulas mágicas dos sacerdotes transmitidos oralmente de memória em memória. *Carmina*, como os romanos chamavam à poesia, significa versos, e *charms*, encantos; *ode*, entre os gregos, significava originalmente encantamento; o mesmo com as palavras inglesas *rune* e *lay* e o alemão *lied*. A cadência e o metro, sugeridos talvez pelos ritmos da natureza e da vida corporal, foram provavelmente desenvolvidos por mágicos, ou *shamans*, para preservar, ressaltar e transmitir "a magia de seus versos".[20] Os gregos atribuíram os primeiros hexâmetros aos sacerdotes délficos, inventores desse metro para uso dos oráculos.[21] Gradualmente, destas origens sacerdotais, o poeta, o orador e o historiador se diferenciaram e se secularizaram: o orador, como o alto-falante do rei ou o solicitador da divindade; o historiador, como o arquivista dos feitos; e o poeta, como o cantor dos cantos originalmente sagrados, o formulador e preservador das lendas heróicas e o músico que punha suas histórias em sons para instrução da plebe e dos reis. Em Fiji, no Taiti e na Nova Caledônia havia narradores oficiais especialmente incumbidos de falar ao povo por ocasião das cerimônias e incitar os guerreiros da tribo com a recordação dos feitos dos antepassados, ressaltando a inigualada glória da nação. Quão pouco diferem destes ho-

mens muitos dos nossos mais recentes historiadores! Na Somália havia poetas profissionais do verso, que andavam de aldeia em aldeia a recitar, como os trovadores medievais. Só excepcionalmente apareciam cantos de amor; geralmente costumavam cantar o heroísmo, ou as batalhas, ou as relações entre filhos e pais. Numa tabuinha da ilha da Páscoa existe o lamento de um pai separado da filha pelo infortúnio da guerra:

A nave de minha filha
Jamais quebrada pela força de estranhos clãs;
A nave de minha filha
Não atingida pela conspiração do Honiti!
Sempre vitoriosa em todas as lutas,
Ela não foi tentada a beber água venenosa
Em taças de obsidiana.
Cessará acaso a minha dor
Enquanto estivermos separados pelas águas do mar?
Ó minha filha, ó minha filha!
O caminho é vasto e todo águas,
E some-se no horizonte,
Minha filha, ó minha filha![22]

II. CIÊNCIA

Origens — Matemáticas — Astronomia — Medicina — Cirurgia

Na opinião de Herbert Spencer, esse supremo perito na coleta de provas *post judicium*, a ciência, como as letras, teve início com os sacerdotes; organizou-se como observação astronômica, como economia dos festivais religiosos, e foi preservada nos templos e transmitida através das gerações como parte da herança sacerdotal.[23] Não podemos afirmar que fosse assim; podemos apenas supor. Talvez a ciência, do mesmo modo que a civilização em geral, começasse com a agricultura; a geometria, como o nome está indicando, era a medição do solo; e o cálculo das colheitas e estações impunha a observação das estrelas e a organização de um calendário — o que pode ter gerado a astronomia. A navegação fez progredir a astronomia, o tráfico desenvolveu a matemática e as artes industriais lançaram os alicerces da física e da química.

As contas foram provavelmente uma das mais antigas formas da linguagem, e em muitas tribos de hoje ainda apresentam uma sugestiva simplicidade. Os tasmanianos só contam até dois, *Parmery, calabawa, cardia*, isto é, "um, dois, muitos"; os guaranis da América do Sul iam mais longe: "Um, dois, três, quatro, muitos". Os nativos da Nova Holanda não tinham palavras especiais para "três" ou "quatro"; a palavra "três" era "dois-um"; "quatro" era "dois-dois". Os de Damara não trocavam dois carneiros por quatro bastões, mas de boa vontade trocavam um carneiro por dois bastões e depois repetiam o negócio. O ato de contar nasceu dos dedos, e daí o sistema decimal. Quando a idéia do "doze" apareceu, esse número tornou-se favorito porque era agradavelmente divisível por cinco dos primeiros seis dígitos — e nasceu o sistema duodecimal que obstinadamente sobrevive nas medidas inglesas: doze meses para um ano, doze dinheiros no xelim, doze unidades na dúzia, doze dúzias na grosa, doze polegadas no pé. Já o "treze" se recusava a ser dividido, e tornou-se mal visto para sempre. Os dedos dos pés acrescentados aos das mãos deram a idéia do "vinte" ou da vintena; o uso desta unidade subsiste no francês *quatre-vingt*, oitenta.[24] Ou-

tras partes do corpo serviram como padrões de medidas: a mão para o palmo, o polegar para a polegada, o antebraço para o "cúbito", o braço inteiro para a "alna", o pé para o "pé". Em tempos primitivos adicionavam-se pedrinhas aos dedos nas contagens, como auxiliares; a sobrevivência do *abacus* e do *calculus* (pedrinha) transparece na palavra "calcular" e nos mostra quão perto ainda estamos dos primitivos. Thoreau sonhava com essa simplicidade antiga: "Um homem honesto raramente tem necessidade de contar além dos seus dez dedos, ou, em casos extremos, desses e mais os dedos dos pés — ao resto amontoará. Reduzam-se os nossos negócios a dois ou três, em vez de cem e mil; em vez de um milhão, contemos até seis, e façamos nossa escrita na unha do polegar."[25]

A medida do tempo pelo movimento dos corpos celestes foi provavelmente o começo da astronomia; a palavra *measure*, do mesmo modo que a palavra *month* (e talvez também a palavra *man* — o medidor), aparentemente, desce a uma raiz denotando *moon* — a Lua.[26] Antes de medir o tempo por anos, os homens o mediam pelas luas; o Sol, como o pai, foi descoberta relativamente nova; ainda hoje a Páscoa é assinalada de acordo com as fases da Lua. Os polinésios tinham um calendário de 13 meses, regulados pela Lua; quando o seu ano lunar divergia muito flagrantemente do movimento das estações, eles eliminavam uma lua e assim restauravam o equilíbrio.[27] Mas esses honestos usos do céu eram excepcionais; a astrologia antedatou a astronomia; as almas simples interessam-se mais por adivinhar o futuro do que por medir o tempo. Milhares de surperstições surgiram sobre a influência das estrelas nos destinos humanos e muitas ainda florescem em nossos dias, basta ver a difusão dos chamados "horóscopos". Talvez não sejam superstições, mas uma certa qualidade de erro.

O homem natural não formulou a física, mas praticou-a; não podia delinear a trajetória de um projétil, mas arremessava muito bem a flecha com seu arco; não conhecia símbolos químicos, mas de relance distinguia as plantas venenosas das alimentares e usava certas ervas como medicamentos. Talvez tenhamos de empregar aqui o gênero feminino, porque muito provavelmente os primeiros "curadores" foram mulheres, não só por serem as naturais enfermeiras do homem, e também parteiras — esta, sim, a mais velha das profissões — mas porque sua íntima ligação com o solo lhes proporcionava mais conhecimentos das plantas e habilitava-as a desenvolver a arte da medicina como algo diverso das mistificações sacerdotais. Desde os tempos mais remotos foi sempre a mulher a curandeira. Só quando fracassava é que os doentes recorriam ao *shaman*.[28]

É espantoso o número de curas realizadas pelos curadores primitivos a despeito das suas teorias sobre as doenças.[29] Para aquela gente simples, a doença era a posse de um corpo efetivada por um poder estranho, ou espírito — concepção bem próxima da teoria microbiana de hoje. O método de cura mais popular consistia na cerimônia mágica de convite ao intruso para largar o doente. Na Bíblia, vemos a expulsão dos espíritos do corpo dos possessos,[30] e mesmo atualmente a epilepsia é considerada por muitos como possessão; algumas das religiões contemporâneas prescrevem exorcismos como remédio para a doença. Por toda a parte a oração é tida como excelente auxiliar das pílulas e xaropes. Talvez a prática primitiva fosse baseada, como muitas modernas, no poder da sugestão. Os truques dos antigos doutores eram mais dramáticos que os dos seus colegas de hoje; procuravam assustar o espírito "encostado" ao doente por meio de caretas e máscaras terrificantes, e gritos, barulho, etc., ou aspiravam o demônio por um canudo. Como diz um velho adágio, "a natureza cura o doente, en-

quanto o remédio distrai o paciente". Os bororos do Brasil aperfeiçoaram o sistema, fazendo o pai tomar o remédio destinado à criança — e invariavelmente o doentinho sarava.[31]

Ao lado das ervas medicinais encontrávamos na vasta farmacopéia do homem primitivo um grande sortimento de drogas soporíferas, destinadas a aliviar as dores dos pacientes. Venenos como o curare, e drogas como a linhaça, o ópio, o eucalipto são mais velhos do que a História; um dos mais populares anestésicos é a coca dos índios peruvianos. Cartier conta como os iroqueses curavam o escorbuto com a casca e os brotos do conio.[32] A cirurgia primeva realizava muitas operações e dispunha de vários instrumentos. O parto era bem conduzido; fraturas e feridas eram bem tratadas.[33] Por meio de facas de obsidiana, ou sílex aguçado, ou ossos e dentes de peixe, faziam-se sangrias, abriam-se tumores, escarificavam-se tecidos. A trepanação do crânio foi praticada pelos antigos índios do Peru e pelos melanésios, estes com um único insucesso em cada dez operações — mas em 1786 essa mesma operação era invariavelmente fatal no Hospital de Paris.[34]

Nós nos rimos da primitiva ignorância do homem, mas ansiosamente nos submetemos à dispendiosa terapêutica dos nossos tempos. Como, depois de uma vida inteira de prática da medicina, escreveu Oliver Wendell Holmes:

> Nada há que os homens não façam, nada que não tenham feito para recobrar a saúde e salvar a vida. Eles se têm submetido a quase ser afogados em água ou a quase ser sufocados por gases, a ser enterrados até o queixo em lamas, a ser queimados com ferros candentes, como galerianos, a ser retalhados com facas, como fazem aos bacalhaus, a ver agulhas penetrarem nas suas carnes, a engolir toda sorte de abominações, e a pagar por tudo isso, como se ser esfolado ou assado vivo fosse um grande privilégio, como se vesicatórios fossem uma bênção e as sanguessugas um requinte de luxo.[35]

III. ARTE

A significação da beleza — Da arte — O primitivo senso da beleza — A pintura do corpo — Cosméticos — Tatuagem — Escarificação — Vestuário — Ornamentos — Cerâmica — Pintura — Escultura — Arquitetura — Dança — Música — Sumário do preparo primitivo para a civilização

Depois de cinco mil anos de realizações artísticas o homem ainda tem dúvidas sobre as origens da arte, no instinto e na História. Que é beleza? Por que a admiramos? Por que nos esforçamos para criá-la? Em resumo, e precariamente, responderemos que beleza é qualquer qualidade pela qual um objeto ou forma agrada a quem o contempla. Principal e originalmente, o objeto não agrada a quem o contempla pelo fato de ser belo; é tido como belo porque agrada. Qualquer objeto que satisfaz um desejo será belo; para um esfomeado, o alimento é mais belo do que Taís. O objeto agradável pode ou não ser o próprio contemplador: no imo dos nossos corações nenhuma forma é tão bela como a nossa, e a arte começa com o adorno do nosso próprio corpo. Ou pode ser uma companheira desejada; e então o senso estético ou o senti-

mento da beleza assume a intensidade e a criatividade do sexo, espalhando a aura da beleza sobre tudo que diz respeito à amada — às formas que a lembram, às cores que a adornam, a tudo o que lhe vai bem, a todas as formas e movimentos que lhe lembram a graça e a simetria. Ou o objeto agradável pode ser masculino; e da atração que da fragilidade passa para a força advém o senso da sublimidade — satisfação na presença do poder — que cria a mais elevada forma da arte. E, finalmente, a própria natureza — com nossa cooperação — pode tornar-se sublime e bela; não só porque sugere e estimula toda a ternura das mulheres e toda a força dos homens, como porque nela projetamos nossos próprios sentimentos, nosso amor aos outros e a nós mesmos — saboreando as cenas de nossa juventude, gozando como um refúgio sua calma solidão, vivendo com ela todas as estações e vagamente reconhecendo-a como o seio que nos dá vida e nos recebe depois da morte.

Arte é a criação da beleza; é a expressão do pensamento ou do sentimento em formas que nos parecem belas ou sublimes e por isso provocam em nós alguma reverberação do deleite primordial que a mulher dá ao homem e o homem à mulher. O pensamento pode ser qualquer captação do significado da vida; o sentimento pode ser qualquer exaltação ou liberação das tensões da vida. A forma pode satisfazer-nos pelo ritmo, que agradavelmente acompanha o pêndulo da nossa respiração, ou pela pulsação cardíaca, ou pela majestática oscilação de primavera e inverno, maré enchente e vazante, dia e noite; também a forma pode satisfazer-nos pela simetria (ritmo estático) que nos é lembrada pelas proporções das plantas e animais, do homem e da mulher; ou pode agradar-nos pela cor, que dá brilho ao espírito e intensidade à vida; ou finalmente pode agradar-nos pela veracidade — porque a sua lúcida e transparente imitação da natureza ou da realidade esconde alguma perecível beleza da planta ou do animal ou alguma transitória significação de circunstância, e fixa-a para a nossa contemplação. De todas estas fontes nos advêm as nobres superfluidades da vida — o canto e a dança, a música e o drama, a cerâmica e a pintura, a escultura e a arquitetura, a literatura e a filosofia. Que é a filosofia senão uma arte — mais uma tentativa para dar significação ao caos de nossa experiência?

Se o sentido da beleza não se revela forte na sociedade primitiva, isso talvez se deva ao fato de que a falta de intervalo entre o desejo sexual e a satisfação não dá tempo para que a imaginação exalte o objeto desejado. Raramente o primitivo pensa em escolher a mulher com base no que chamamos beleza; ele pensa apenas na utilidade da companheira. Um chefe índio, a quem perguntaram qual de suas mulheres considerava a mais bela, respondeu nunca ter pensado nisso. "Os rostos delas", disse ele com a sabedoria de Franklin, "podem ser mais ou menos belos; mas no resto são todas iguais." E quando o senso da beleza aparece no primitivo, apresenta-se sob forma para nós desconhecida. "Todas as raças negras que conheço", diz Richard, "consideram bonita a mulher sem cintura, ou cujo corpo, das axilas às ancas, tem a mesma largura — como uma escada", disse um negro da Costa. Orelhas elefantinas e ventre caído são encantos para alguns machos da África; e em todo o continente a mulher gorda é a mais bela. Mungo Park refere que na Nigéria "corpulência e beleza são sinônimos. Mulher de alguma beleza é a que não pode andar sem que um escravo a sustente de cada lado; e perfeitamente bela é a que constitui sozinha a carga de um camelo". "A maioria dos selvagens", diz Briffault, "tem preferência pelo que consideramos a coisa mais feia da mulher: seios pendurados."[36] "É sabido", diz Darwin, "que muitas mulheres hotentotes têm o posterior estranhamente protuberante..."; e

Sir Andrew Smith afirma que essa particularidade é muito apreciada pelos homens. Viu ele uma vez uma mulher, considerada bela, tão desenvolvida de nádegas que quando se sentava não conseguia levantar-se; para isso tinha de mover-se até alcançar uma inclinação do terreno... De acordo com Burton, os homens da Somália escolhem suas mulheres alinhando-as e separando aquela cujo traseiro mais se projeta. E nada é mais detestável para um negro do que a magreza.[37]

É muito provável que o homem natural imaginasse a beleza mais relacionada a si próprio do que à mulher; a arte começa em casa. O primitivo igualava o moderno em vaidade — por mais que isto pareça incrível às mulheres. Entre os povos simples, como entre os animais, é o macho, não a fêmea, que se orna ou mutila o corpo para fins de beleza. Na Austrália, diz Bonwick, "os adornos são completamente monopolizados pelos homens"; assim também na Melanésia, na Nova Guiné, na Nova Caledônia, na Nova Bretanha e entre os índios norte-americanos.[38] Em certas triboso adorno do corpo consome mais tempo do que qualquer outra coisa.[39] Aparentemente a primeira forma de arte foi a pintura do corpo — às vezes para atrair as mulheres, às vezes para atemorizar os inimigos. Os nativos da Austrália, como nossas belas de hoje, traziam consigo uma provisão de colorantes vermelhos, amarelos e brancos, com os quais de quando em quando se retocavam. Nos dias comuns contentavam-se com um pouco de cor nas faces, ombros e peito; nos eventos festivos, porém, consideravam-se vergonhosamente nus se não tinham todo o corpo sarapintado.[40]

Em algumas tribos os homens se reservavam o direito da pintura do corpo; em outras, as mulheres casadas eram proibidas de pintar o pescoço.[41] Mas as mulheres não se retardaram na aquisição da mais velha das artes — os cosméticos. Quando o capitão Cook aportou na Nova Zelândia, viu que seus marinheiros, quando voltavam de aventuras em terra, traziam os narizes vermelhos ou amarelos: a pintura das Helenas indígenas os carimbava.[42] As *felatas* da África Central despendiam horas no toalete; para deixar as unhas vermelhas conservavam-nas durante a noite aderidas a folhas de hena; pintavam os dentes de amarelo, azul e vermelho; coloriam o cabelo de anil e sombreavam as pálpebras com sulfureto de antimônio.[43] Cada mulher de Bongo trazia consigo a caixa de pintura das pálpebras e sobrancelhas, e grampos, anéis e guizos, botões e broches.[44]

A alma primitiva, não satisfeita com o transitório da pintura, inventou a tatuagem, a escarificação e as roupas, como adornos mais permanentes. Homens e mulheres se submetiam à tortura da tatuagem, até nos lábios. Na Groenlândia as mães tatuavam as filhas muito cedo, para que se casassem logo.[45] Mas a própria tatuagem não era às vezes considerada suficiente e muitas tribos recorreram a algo mais forte — a escarificação. "Não tendo roupas para bordar, bordavam a pele", disse Théophile Gautier.[46] Com lascas de sílex ou conchas, cortavam-na, às vezes introduzindo enchimentos de terra para dilatar a escara. No estreito de Torres os nativos usavam grandes escaras como dragonas; o *abeokuta* produzia-as em forma de lagartos, jacarés ou tartarugas.[47] "Parte nenhuma do corpo", diz George, "deixava de ser decorada, desfigurada, pintada, branqueada, tatuada, reformada, alargada, ou comprimida, tudo em conseqüência da vaidade ou do desejo de ornamento."[48] Os botocudos derivaram seu nome de um "batoque" que lhes era inserido aos oito anos de idade no lábio inferior e nas orelhas, repetidamente mudado por um maior até que as aberturas chegassem a quatro polegadas de diâmetro.[49] As mulheres hotentotes treinavam os pequenos lábios até tê-los de enorme extensão, produzindo o chamado "avental das hotentotes", tão grandemente admirado pelos seus machos.[50] Brincos de orelha e de nariz eram de rigor; para os nativos de Gippsland os que mor-

riam sem brinco no nariz estavam condenados a horrorosos sofrimentos em outra vida.[51] Que coisa bárbara!, diz a mulher moderna, enquanto no toucador pinta os lábios e as faces, depila as sobrancelhas, escurece as pálpebras, põe brincos nas orelhas, empoa rosto e colo e comprime o pé. O marinheiro tatuado discorre com superior simpatia sobre os "selvagens" que viu em suas excursões; e o estudante alemão, horrorizado com as mutilações primitivas, ostenta com orgulho suas cicatrizes de honra.

Aparentemente o vestuário foi nas origens uma forma de ornamento, mais atrativo sexual do que defesa contra o frio.[52] Os címbrios andavam nus sobre a neve.[53] Quando Darwin, condoído da nudez dos fueguinos, lhes deu um cobertor vermelho, eles o fizeram em tiras, que usaram como ornamento; como já dissera Cook, "sentiam-se satisfeitos da nudez, mas ambiciosos de parecer belos".[54] As mulheres do Orenoco cortavam em tiras os panos que os padres lhes davam para roupas e usavam-nas ao pescoço; mas "tinham vergonha de andar vestidas".[55] Um velho autor descreve os índios do Brasil como usualmente nus e acrescenta: "Agora alguns já usam roupas, mas dão-lhes tão pouca estima que as usam antes por moda do que por pudor e porque são intimados a usá-las;... às vezes aparecem com roupa que só chega até o umbigo, e nada mais daí para baixo; outros limitam as vestes a qualquer coisa na cabeça, deixando o resto da roupa em casa."[56] Quando a roupa se tornou mais que adorno, servia em parte para dizer que uma mulher era casada e em parte para acentuar suas formas e sua beleza. Em geral, as primitivas usavam roupas exatamente pelas mesmas razões das atuais — menos para cobrir a nudez do que para realçar os encantos. Tudo muda, exceto o homem e a mulher.

Desde o começo ambos os sexos preferiam ornamentos a roupa de abrigo. O comércio primevo era sobretudo o comércio de "artigos de luxo".[57] A jóia é um dos mais velhos elementos da civilização; em túmulos de 20.000 anos foram encontrados dentes e conchas enfiados em colar.[58] Desses simples começos chegaram os ornatos a impressionantes proporções e desempenharam um destacado papel na vida. As mulheres galas usavam anéis do peso de três quilos, e algumas de Dinka traziam consigo 50 quilos de enfeites. De tal modo as pulseiras de cobre usadas por certas belas africanas se aqueciam ao sol, que elas tinham de manter uma serva a abaná-las o tempo todo. A rainha dos *wabunis*, no Congo, trazia um colar de bronze de 10 quilos; e amiúde se deitava para descanso. As mulheres pobres, que só podiam usar jóias leves, imitavam o modo de andar e o mais das que se derreavam sob grandes cargas de ornamentação.[59]

A primeira fonte de arte, portanto, é afim da exibição de cores e plumas por parte do macho animal, ao tempo das núpcias; nasce do desejo de adornar e embelezar o corpo. E do mesmo modo como o amor à sua pessoa ou à companheira derrama-se sobre a natureza, assim também o impulso do adorno se transfere da pessoa para o mundo externo. A alma procura exprimir seus sentimentos de maneira objetiva, por meio da cor e da forma; a arte começa quando o homem tenta embelezar as coisas. Talvez a sua primeira expressão fosse a cerâmica. O torno do oleiro, como a escrita e o Estado, pertence às civilizações históricas; mas mesmo sem ele os primitivos elevaram essa antiga indústria à posição de arte, realizando unicamente com a argila, a água e os dedos muita beleza de simetria, como vemos na cerâmica dos barongas, na África do Sul,[60] ou dos índios *pueblos*.[61]

Quando nos vasos modelados o oleiro aplicou desenhos coloridos, ele estava dando origem à arte da pintura. Entre os primevos esta nova arte não adquire independência; conserva-se como

adjunto à cerâmica e à estatuária. O homem natural obtinha cores da terra; os nativos de Andaman chegaram à mistura dos ocres com a gordura animal ou os óleos vegetais.[62] Tais cores eram usadas para o adorno das armas, dos utensílios, das vestes e da casa. Muitas tribos caçadoras da África e da Oceânia pintavam, nas paredes das cavernas ou nos rochedos próximos, vivas representações dos animais caçados.[63]

É provável que a escultura, como a pintura, também haja nascido da cerâmica: o oleiro descobriu que além dos objetos de uso podia modelar figuras para amuletos — e começaram a surgir objetos de beleza. O esquimó entalhava chifres de caribu e marfim de *walrus* em forma de figurinhas de animais e homens.[64] De novo o homem primitivo procurou marcar a sua cabana, ou o pau-totem, ou a sepultura, com alguma imagem que indicasse o objeto adorado ou o morto; a princípio entalhou apenas uma face, depois o topo e, finalmente, o totem inteiro — e estava nascida a escultura.[65] Os nativos da ilha da Páscoa plantavam enormes estátuas monolíticas sobre o túmulo dos seus mortos; dezenas dessas estátuas, algumas de vinte pés de altura, foram encontradas lá; outras, já por terra, mediam aparentemente 60 pés.

Como surgiu a arquitetura? Impossível aplicar esta magnificente palavra à construção das primitivas cabanas; porque a arquitetura não é apenas a construção utilitária, mas a construção com beleza. Ela começou quando pela primeira vez o homem teve a idéia de construir de modo que, além de atender à utilidade, também agradasse aos olhos. Provavelmente este esforço foi em primeiro lugar dirigido aos túmulos, e só depois passou às casas; enquanto o pau-totem evoluía para a estatuária, o túmulo se desenvolvia em templo: Na mentalidade primeva os mortos eram mais importantes e poderosos do que os vivos; além disso os mortos ficavam parados num mesmo ponto, enquanto os vivos, sempre errantes, não impunham construções permanentes.

Em dias muito recuados, e provavelmente muito antes dos primeiros entalhes e primeiros túmulos, o homem sentiu prazer no ritmo e começou a desenvolver em canto e dança as vozes e a agitação dos animais. Talvez, como animal, o homem cantasse antes de falar, e dançasse ao cantar.[66] Arte nenhuma caracteriza melhor o primitivo do que a dança. Ele a desenvolveu até uma complexidade irrivalizada pela civilização, e variou-a de mil formas. As grandes festas das tribos eram celebradas principalmente por meio de danças em grupos ou individuais; as guerras se abriam com danças marciais e cantos; as grandes cerimônias da religião eram uma mistura de danças, canto e drama. O que hoje nos parece simples forma de diversão constituía provavelmente coisa muito séria para os homens primitivos; eles não dançavam apenas para expressar-se, mas para oferecer sugestões à natureza e aos deuses; a periódica incitação à fertilidade era feita através do hipnotismo e da dança. Spencer derivou a dança do ritual de acolhida aos chefes que retornavam vitoriosos; Freud entroncou-a na natural expressão do desejo sensual; se com igual estreiteza um terceiro afirmasse que ela teve origem nos ritos e momices sagradas, poderíamos fundir as três teorias e obter uma boa concepção da origem da dança.

Da dança podemos admitir que se originassem a música instrumental e o drama. Tal música parece emergir do desejo de marcar e acentuar com sons o ritmo da dança, intensificando com gritos ou notas rítmicas a excitação necessária ao patriotismo ou à procriação. Os instrumentos eram limitados em alcance e realização, mas de uma infinita variedade; o engenho nativo exauriu-se em afeiçoar cornos, trombetas, gongos, tantãs, castanholas, matracas, flautas e tambores, feitos de chifres, peles, conchas, marfim, bronze, cobre, bambu e madeira. A corda esticada do arco se tornou origem de cem instrumentos, desde a velha lira até o violino e o piano. Cantores profissionais surgiram entre as tribos; e a escala, predominantemente em tom menor, se desenvolveu.[67]

Canto e dança combinaram-se com a música — e o "selvagem" criou a semente do drama e da ópera. Porque a dança primitiva era freqüentemente devotada à mímica; imitava o movimento dos animais e do homem, e dessa imitação individual passou à das ações e acontecimentos. Tribos australianas dançavam ao redor de um buraco ornamentado de galhaça, representando a vulva, e depois de muito pinoteamento erótico espetavam as lanças no buraco, simbolicamente. Outras tribos representavam o drama da morte e da ressurreição, que só diferia dos mistérios medievais e da cerimônia da Paixão de hoje pela maior simplicidade: os dançarinos lentamente pendiam para o chão, ocultavam as cabeças nos ramos trazidos e simulavam morte;

depois, a um sinal do chefe, erguiam-se abruptamente e, num canto de triunfo, anunciavam a ressurreição da alma.[68] Em inúmeras formas de pantomima descreviam os acontecimentos da história da tribo ou ações individuais importantes. Quando o ritmo desapareceu dessas representações, a dança passou a drama — e mais uma nova forma de arte emergiu.

Naqueles dias pré-civilizados os homens criaram as formas e bases da civilização. Olhando para trás, neste resumo que fazemos dos primórdios da cultura, encontramos todos os elementos de civilização, exceto a escrita e o Estado. Todos os modos de vida econômica os primitivos os inventaram para nosso bem: a caça, a pesca, a criação, o plantio, o transporte, a construção da casa, a indústria, o comércio, as finanças. Todas as estruturas mais simples da vida política: o clã, a família, a comunidade-aldeia e a tribo; liberdade e ordem — esses dois extremos entre os quais a civilização oscila — encontram nas eras primitivas os seus primeiros ajustamentos; a lei e a justiça começam. Os fundamentos da moral são estabelecidos: o treino das crianças, a regulação dos sexos, a inculcação da honra e da decência, das maneiras e da lealdade. Assentam-se as bases da religião, cujos terrores e esperanças se aplicam ao fortalecimento da moral e do grupo. A fala se desenvolve numa grande variedade de línguas, aparecem a medicina e a cirurgia, e os modestos inícios da ciência, da literatura e da arte. O quadro é o de uma espantosa criação emergindo do caos, com todos os caminhos traçados, que vão do animal ao filósofo. Sem esses "selvagens" e seus milhares de anos de tateios e experiências, a civilização não existiria. Devemos-lhes quase tudo — como um afortunado e possivelmente degenerado jovem deve os meios de cultura, de segurança e de vida fácil ao longo, árduo e ininterrupto trabalho de um pai analfabeto.

TIPOS DE CULTURAS DO

Divisões Geológicas			*Divisões Antropológicas*	*Tipos Humanos*
Período		***Estádio***		
Quaternário	Plistoceno ("muito recente")			Pequim (*Sinantnropus Pekinensis*)
		1º Interglacial		*Pithecanthropus*
		2º Interglacial		Heidelberg
				Piltdown (*Eoanthropus*)
		3º Interglacial	Peleolítico ou Idade da Pedra Lascada	
		4º Idade Glacial		Neanderthal
		Pós-glacial		Cro-Magnon
			Período Mesolítico (transição)	
			Neolítico ou Idade da Pedra Polida	
	Holoceno ("recente")		Idade do Bronze (4000-1800 a.C., Oriente; 2000-1000 a.C., Europa) Idade do Ferro (1800 a.C. Oriente; 1000 a.C., Europa)	

HOMEM PRÉ-HISTÓRICO

Descoberta	*Culturas*	*Locações*	*Altura*	*Capacidade Craniana*	*Idade Presumida a.C.*
1929		Chou-Kou-Tien, China			1.000.000
1891		Trinil, Java	1,70m	950 cm^3	475.000
1907		Heidelberg, Alemanha			300.000
1911	Pré-cheliana	Sussex, Inglaterra		1.300	125.000
	Cheliana	Chelles, França			100.000
	Acheuliana	St.-Acheul, França	1,60m	1.600	75.000
1857	Mousteriana	Le Moustier, França	1,60m	1.600	40.000
	Aurignaciana	Aurignac, França	1,60m		25.000
1868	Solutriana	Solutré, França			20.000
	Magdaleniana	La Madeleine, França	1,83m	1.590	16.000
	Aziliana	Mas-d'Azil, França			10.000
	Kitchen-Middens	Dinamarca, etc.			7.000
	Lacustres	Robenhausen, Suíça			5.000
	Primeiras civilizações	Mesopotâmia, Egito, etc.			4.500
		(Homem moderno)	1,60m	1.450	

CAPÍTULO VI

Os Começos Pré-históricos da Civilização

I. CULTURA PALEOLÍTICA

O propósito da pré-história — Os romances da arqueologia

ESSAS primitivas culturas, aqui esboçadas como meio de estudar os elementos da civilização, não eram necessariamente nossas ancestrais; podem tê-lo sido os degenerados remanescentes de culturas mais altas, que decaíram quando, depois da era glacial, o homem refluiu dos trópicos para o norte da zona temperada. Procuramos compreender como a civilização em geral começa e adquire forma; temos ainda de traçar as origens pré-históricas (esta palavra será empregada para todas as idades anteriores a qualquer registro histórico.) do momento de civilização em que nos encontramos. Cumpre-nos indagar ligeiramente por meio de que passos o homem, antes da História, preparou a civilização histórica: como o homem das florestas ou das cavernas se tornou o arquiteto egípcio, o astrônomo da Babilônia, o profeta hebreu, o governador persa, o poeta grego, o engenheiro romano, o santo hindu, o artista japonês, o sábio chinês. Para chegar à História, temos de passar pela arqueologia.

Por toda a superfície da Terra os investigadores estão cavando: alguns, em busca de ouro; outros, em busca de prata, ferro ou carvão; mas há ainda os escavadores em busca de conhecimento. Que estranha tarefa a dos homens que exumam instrumentos paleolíticos das margens do Somme, que estudam, com dor de pescoço, as pinturas dos tetos das cavernas pré-históricas, que desenterram antigos crânios em Chou-Kou-Tien, que revelam as enterradas cidades de Mohenjo-daro ou do Iucatã, que extraem cestas e cestas de destroços dos túmulos egípcios, que abrem ao mundo os palácios de Minos e Príamo, que descobrem as ruínas de Persépolis, que perfuram o solo da África à procura de um sinal de Cartago, que reconquistam à floresta os majestosos templos de Angkor! Em 1839, Jacques Boucher de Perthes encontrou os primeiros sílices da Idade da Pedra em Abbeville, na França; e por nove anos o mundo se riu desse investigador como de um tolo. Em 1872, Schliemann, com seu próprio dinheiro, praticamente com suas próprias mãos, desenterrou a mais recente das várias Tróias; mas o mundo continuava incrédulo. Nunca nenhum século se mostrou tão interessado na História como o que se seguiu à viagem do jovem Champollion, em companhia do jovem Napoleão, ao Egito, em 1796; Napoleão voltou de mãos vazias, mas Champollion trouxe nas suas todo o misterioso passado do Egito. Cada geração, a partir desse momento, descobriu novas civilizações e culturas, afastando para mais longe as fronteiras do conhecimento da marcha do homem na Terra. Poucas coisas haverá mais altas em nossa facinorosa espécie do que esta insaciável paixão do compreender.

1. *Os Homens da Idade da Pedra Lascada*

O fundo geológico — Os tipos paleolíticos

Imensas obras têm sido escritas para expor o nosso conhecimento e ocultar a nossa ignorância sobre o homem primitivo. Vamos deixar a outras ciências a tarefa de descrever os *homens* das Idades da Pedra Lascada e Polida; nossa preocupação aqui será traçar as contribuições dessas culturas paleolíticas e neolíticas à vida atual.

O quadro que temos de nos representar como fundo da História é uma Terra consideravelmente diversa da que hoje nos tolera; uma Terra presumivelmente tiritante com as intermitentes congelações que nos criaram as zonas temperadas e amontoaram massas de rochas, como os Himalaias, os Alpes e os Pireneus, à frente do avanço dos gelos. (Estamos hoje em dia no Estádio Pós-glacial[1], cujo prazo para término não foi ainda determinado com precisão. A respeito das teorias geológicas mais correntes, para sua compreensão, bem como de outros pormenores, volte ao quadro existente no início deste capítulo, onde tudo está disposto de um modo mais objetivo.) Se aceitarmos as precárias teorias da ciência atual, a criatura que se tornou Homem quando aprendeu a falar foi uma das mais adaptáveis espécies sobreviventes às sucessivas congelações. Nos Estádios Interglaciais, enquanto o gelo se retirava (e, por tudo quanto sabemos, bem antes disso), esse estranho animal descobriu o fogo, desenvolveu a arte de afeiçoar a pedra e o osso em armas e instrumentos, e assim foi abrindo o caminho da civilização.

Vários remanescentes encontrados têm sido atribuídos ao homem pré-histórico. Em 1929 um jovem paleontologista chinês, W. C. Pei, descobriu numa caverna de Chou-Kou-Tien, a 37 milhas de Pequim, um crânio humano, na opinião de peritos como o abade Breuil e G. Elliot Smith. Junto ao crânio havia traços de fogo e pedras obviamente afeiçoadas por mão humana; mas misturado com aquilo havia ossos de animais que o consenso dos paleontólogos estima datarem da Primeira Era Plistocênica, um milhão de anos atrás.[2] Este crânio de Pequim passou a ser considerado o mais velho fóssil humano que a ciência conhece; e os instrumentos foram tidos como os primeiros artefatos humanos da História. Em Piltdown, na Inglaterra, Dawson e Woodward encontraram em 1911 restos de ossos possivelmente humanos, hoje conhecidos como o "Homem de Piltdown", ou o *Eoanthropus* (Homem Auroral); a data em que viveu esse homem oscila entre 1000000 a 125000 anos a. C. Vemos a mesma incerteza em relação ao crânio e ao fêmur encontrados na ilha da Java em 1891, e ao maxilar encontrado em Heidelberg em 1907. Os mais antigos e incontestáveis fósseis humanos foram descobertos em Neanderthal, perto de Düsseldorf, na Alemanha, em 1857; aparentemente datam de 40.000 anos a.C. e de tal modo se assemelham aos fósseis encontrados na Bélgica, na França e na Espanha, e também nas praias do Mar da Galiléia, que daí veio a admissão de toda uma raça do "homem Neanderthal", de posse da Europa há uns 40.000 anos antes da nossa era. Eram homens baixos, mas com 1.600 cm^3 de capacidade craniana — ou 200 mais que a nossa.[3]

Esses antigos habitantes da Europa, por volta de 20000 a. C., parecem ter sido deslocados pela nova raça do Cro-Magnon, cujos fósseis foram encontrados na caverna desse nome, na Dordogne, ao sul da França. Outros foram exumados em diversos pontos da França, da Suíça, da Alemanha e de Gales, indicando um povo de magnífico porte, de aproximadamente dois metros de altura, com capacidade craniana[4] de 1.590 a 1.715 cm^3. Como o Neanderthal, o Cro-Magnon nos é conhecido como um "homem de caverna", porque seus remanescentes são sempre encontrados em cavernas; mas pode ser que só os que por acaso vivessem em cavernas houvessem chegado até nós. De acordo com a teoria moderna, essa esplêndida raça veio da Ásia, através da África, pela ligação de terra que uniria a África à Itália e à Espanha.[5] A distribuição de seus fósseis sugere que por muitos anos eles lutaram com os Neanderthal pela posse da Europa; bem velho é o conflito entre a França e a Alemanha! Seja como for, o Neanderthal desapareceu e o Cro-Magnon sobreviveu, tornou-se o principal progenitor do moderno europeu ocidental e lançou as bases de nossa civilização.

Os fósseis culturais destes homens e outros europeus da Idade da Pedra Lascada têm sido classificados em sete grupos, de acordo com os primeiros encontrados na França. Todos se caracterizam pelo uso da pedra lascada. Os primeiros três tomam forma nos precários intervalos entre a terceira e quarta glaciação.

I. *Cultura Pré-cheliana* (125 000 a.C.). A maioria dos sílices encontrados nesta camada mostra pouco afeiçoamento artificial; mas a presença de muitas pedras lascadas e pontudas e de tamanho favorável ao manejamento dá ao pré-cheliano a honra de ter conhecido o primeiro instrumento do homem europeu: o *coup-de-poing* de pedra.

II. *Cultura Cheliana* (100 000 a. C.). Melhorou esse instrumento, aguçando os lados, apontando-o em forma de amêndoa e adaptando-o ainda mais ao uso manual.

III. *Cultura Acheuliana* (75 000 a.C.). Deixou abundantes vestígios na Europa, Groenlândia, Estados Unidos, Canadá, México, Oriente Próximo, Índia e China; não só deu ao *coup-de-poing* a melhor forma como produziu grande variedade de outros instrumentos — martelos, bigornas, raspadores, plainas, pontas de flecha, pontas de lança, facas; já temos aí um começo da multifária indústria humana.

IV. *Cultura Mousteriana.* Aparece em todos os continentes em especial associação com o homem Neanderthal (40000 a..C.). Entre os sílices da época o *coup-de-poing* é relativamente raro, coisa já passada. Predominam sílices mais leves, mais cortantes e mais bem afeiçoados. Nas últimas camadas do Plistoceno do sul da França aparecem remanescentes da Cultura Aurignaciana.

V. *Cultura Aurignaciana* (25000 a.C.). Com os primeiros indícios das indústrias pós-glaciais e os primeiros sinais da cultura do Cro-Magnon. Instrumentos de osso — furadores, bigornas, polidores, etc. — juntam-se aos de pedra; e a arte aparece em rudes entalhes nas rochas, com figuras em alto-relevo, sobretudo mulheres nuas.[6]

VI. *Cultura Solutriana.* Aparece no estágio mais alto do Cro-Magnon, (20 000 a. C.), na França, na Espanha, na Tchecoslováquia e na Polônia: pontas, furadores, serras, dardos e lanças se juntam aos instrumentos e armas dos tempos aurignacianos; agulhas já bem finas eram feitas de ossos; e há muitos instrumentos trabalhados em chifre de rena, nos quais também aparecem gravações artísticas superiores às até então encontradas.

VII. *Cultura Magdaleniana.* Aparece na Europa em 16 000 a. C. Caracterizada por amplo desenvolvimento de delicados utensílios de marfim, osso e chifre, culminando em humildes mas perfeitos alfinetes e agulhas, e na arte nos desenhos de Altamira, a melhor realização do homem do Cro-Magnon.

Nessas primitivas culturas da Idade da Pedra Lascada o homem pré-histórico lançou os alicerces das artes manuais que iriam manter-se como parte da herança européia até o advento da Revolução Industrial. A transmissão para as civilizações clássicas foi facilitada pela ampla expansão das indústrias paleolíticas. O crânio e os entalhes em cavernas encontrados em 1921 na Rodésia, os sílices descobertos por Morgan em 1896 no Egito, os restos paleolíticos de Seton Karr, na Somália, os depósitos da Idade da Pedra Lascada da bacia do Faium (um oásis ocidental do Médio Nilo), perto do Nilo, e na África do Sul indicam que o Continente Negro encontrava-se no mesmo grau de desenvolvimento do europeu;[7] e talvez os resíduos encontra-

dos em Tunes e na Argélia, "quase aurignacianos", fortaleçam a hipótese da origem africana do Cro-Magnon, ou pelo menos de que essa raça chegou até ali.[8] Instrumentos paleolíticos foram encontrados igualmente na China, Sibéria e Índia e outras partes da Ásia;[9] Andrews e seus predecessores jesuítas desenterraram-nos na Mongólia;[10] esqueletos Neanderthal e sílices mousterianos aparecem com abundância na Palestina, e já falamos dos restos antiqüíssimos encontrados em Pequim. Utensílios de osso foram achados no Nebrasca (500.000 a.C.), e pontas de flecha no Oklahoma (350.000 a.C.). Tudo isto mostra como foi larga a ponte pela qual o homem pré-histórico transmitiu ao histórico as bases da civilização.

2. *Artes da Idade da Pedra Lascada*

Utensílios — Fogo — Pintura — Escultura

Com base nos rudes instrumentos do homem paleolítico, só à força de imaginação podemos formar idéia de como vivia o homem da época. Era natural que a pedra fosse o seu primeiro instrumento. Pontuda numa extremidade e roliça na outra para adaptar-se à palma da mão, tornou-se o primeiro instrumento do homem primevo — a um tempo martelo, formão, raspador, faca e serra; ainda hoje a palavra *hammer* (martelo) etimologicamente significa pedra.[11] Gradativamente outros instrumentos foram saindo desse; abriram-lhe buraco para adaptação de cabo, inseriram-lhe dentes para a formação da serra; e dele ainda fizeram a picareta, a ponta de flecha e de lança. A pedra de raspar, que tinha a forma de concha, tornou-se pá e enxada; a pedra de superfície plana mas rugosa tornou-se a lima; e a pedra arremessável pela funda chegou até a idade clássica. Com o osso, o marfim e ainda a pedra, o homem paleolítico fez um sortimento de coisas: polidores, almofarizes, machados, raspadores, furadores, lâmpadas, facas, cinzéis, cortadores, lanças, bigornas, buris, adagas, anzóis, arpões, cunhas, alfinetes e outros.[12] Cada dia ele adquiria um novo conhecimento, e às vezes lhe ocorria a idéia de desenvolver como invenção as sugestões do acaso.

A sua grande realização, porém, foi o fogo. Darwin sugere que a lava candente dos vulcões pode ter ensinado ao homem a arte do fogo; de acordo com Ésquilo, Prommeteu produziu o fogo acendendo um galho de assa-fétida no vulcão da ilha de Lemnos.[13] Entre os achados da era Neanderthal encontram-se pedaços de carvão e ossos calcinados; o homem, pois, dominou o fogo pelo menos há 40.000 anos.[14] O homem do Cro-Magnon escavava pedras para fazer candeeiros de gordura; a lâmpada, portanto, também é dessa idade. Provavelmente foi o fogo que permitiu ao homem enfrentar o frio da congelação; foi o fogo que lhe deu melhores noites de sono, porque as feras temiam aquele elemento adorado pelos homens; foi o fogo que venceu as trevas e fez diminuir os horrores do medo; foi o criador da velha e honrosa arte da cozinha, a qual veio dilatar tremendamente o campo das coisas comestíveis; foi, finalmente, o fundidor dos metais — o único avanço positivo feito pelo homem desde os tempos do Cro-Magnon até a Revolução Industrial.[15]

Os versos de Gautier dizem da arte que sobrevive aos imperadores e Estados — e, de fato, as nossas mais preciosas relíquias do homem da pedra são fragmentos de sua arte. Há 60 anos, Marcelino de Sautuola descobriu uma caverna em Altamira, na Espanha, cuja entrada estivera milhares de anos fechada pela cimentação das estalagmites. A dinamite empregada numa construção abriu por acaso esse tesouro. Sautuola explorou a caverna e descobriu curiosos sinais em suas paredes. Um dia lá entrou acompanhado de uma filha, ainda pequena, que não sendo obrigada, como o pai, a

caminhar curvada, teve oportunidade de olhar para cima e viu no teto o vago lineamento de um grande búfalo, excelentemente desenhado e colorido. Havia ainda na gruta muitos outros desenhos daquele tipo. Quando em 1880 Sautuola publicou um relatório a respeito, os arqueólogos o receberam com grande ceticismo, e alguns que deram a honra de chegar até lá declararam que tudo não passava de mistificação de algum pândego. Essa incredulidade perdurou durante 30 anos. Mais tarde, porém, a descoberta de outros desenhos em cavernas aceitas como pré-históricas veio autenticar o achado de Sautuola — que já estava morto. Afluíram geólogos para Altamira e unanimemente certificaram que a camada de estalagmite, revestindo muitos dos desenhos, era um depósito paleolítico.[16] Hoje a opinião geral coloca os desenhos de Altamira na cultura magdaleniana — 16 000 a. C.[17] Pinturas um pouco mais recentes, mas ainda da Era da Pedra Lascada, foram descobertas em muitas cavernas da França (Combarelles, Les Eyzies, Fout de Gaume, etc.).

Na maioria das vezes o tema desses desenhos são animais — renas, mamutes, cavalos, javalis, ursos, etc.; presumivelmente os grandes luxos da mesa primitiva e, portanto, as caças prediletas. Às vezes os animais aparecem espetados de setas, o que, na opinião de Frazer e Reinach, correspondia a imagens mágicas, tendentes a pôr o animal sob o poder do homem.[18] À parte essa significação, eram pura arte, realizada com a alegria da criação estética; para os simples efeitos da mágica, uma representação mais grosseira bastava; essas pinturas, entretanto, mostravam-se às vezes tão delicadas que nos entristecem — revelam que certas artes não se adiantaram muito no longo curso da história humana. Há nelas vida, ação, nobreza, e tudo realizado com grande economia de traços; uma simples linha acentua o caráter do animal — pode ser que somente essa linha subsistisse dentre as muitas outras que o artista traçasse. Será que a *Última Ceia* de Leonardo ou a *Assunção* de El Greco receberão o mesmo julgamento daqui a 20.000 anos?

A pintura é uma arte requintada, que presume muitos séculos de desenvolvimento mental e técnico. Se aceitarmos a teoria corrente, a pintura provém da estatuária, pela passagem do alto-relevo ao baixo e deste ao mero lineamento e ao adjunto da cor; a pintura é a mesma escultura em menor extensão. A arte pré-histórica de transição está bem representada pelo baixo-relevo, extraordinariamente vivo, de um arqueiro (ou lanceiro) nas rochas aurignacianas de Laussel, na França.[19] Numa caverna de Ariège, Louis Begouën descobriu, entre outras relíquias magdalenianas, diversos cabos ornamentados, feitos de chifres de rena; um deles revela ótimas qualidades artísticas, como se já tivesse atrás de si várias gerações de cultores. Em todo o Mediterrâneo pré-histórico — Egito, Creta, Itália, França e Espanha — foram encontradas inumeráveis figuras de mulherinhas gordas, indicando ou a adoração da maternidade ou uma africana concepção da beleza. Na Tchecoslováquia descobriram-se estátuas de um cavalo selvagem, de uma rena e de um mamute, entre restos datados de 30.000 anos a.C.[20]

A interpretação da História treme, quando consideramos que estas estátuas, baixos-relevos e pinturas, apesar de comparativamente numerosos, podem não ter passado de uma infinitésima fração da arte que exprimiu ou adornou a vida do homem primevo. O fato de terem sido tais obras encontradas em cavernas não significa que os homens pré-históricos eram artistas apenas quando estavam nas cavernas. Devem ter esculpido e desenhado tão abundantemente como os gregos e os japoneses; e pintado não só o teto das cavernas como os tecidos, a madeira, tudo — sem excetuar a

si próprios. Devem ter criado obras-primas muito superiores ao que se salvou. Numa gruta foi descoberto um tubo feito de osso de rena cheio de tinta;[21] em outra, uma palheta de pedra ainda, com um pouco de tinta ocre, apesar da longa passagem dos anos.[22] Aparentemente as artes já estavam muito desenvolvidas e eram largamente praticadas há 18.000 anos atrás. Talvez houvesse uma classe de artistas profissionais entre os paleolíticos; talvez houvesse boêmios famintos, abrigados nas cavernas menos respeitáveis, que denunciavam o burguês dos tempos, conspiravam contra as academias e falsificavam antigüidades.

II. CULTURA NEOLÍTICA

As Kitchen-Middens *— A gente lacustre — O advento da agricultura — A domesticação dos animais — Tecnologia — Tecelagem neolítica — Cerâmica — Construção — Transporte — Religião — Ciência — Sumário*

Por várias vezes, no último século, grandes amontoados de lixo pré-histórico foram encontrados na França, na Espanha, na Sardenha, em Portugal, no Brasil, no Japão, na Manchúria, mas acima de tudo na Dinamarca, onde receberam o estranho nome de *Kjokken-möddinger*, ou sambaquis. Esses montes de resíduos são compostos de conchas de mariscos, em especial ostras, de ossos de vários animais terrestres e marinhos, instrumentos e armas de chifre, osso e pedra; e também restos minerais, como carvão, cinzas e cacos de panelas. Tais humildes relíquias são aparentemente sinais de uma cultura formada no oitavo milênio a.C., no fim do paleolítico e começo do neolítico, porque ainda não denunciam o uso da pedra polida. Nada sabemos do homem que as deixou, mas elas tinham um certo sabor católico. Esses sambaquis representam um período de transição entre a idade paleolítica e a neolítica; são pois do "mesolítico".

No ano de 1854, durante um inverno particularmente seco, o nível dos lagos da Suíça baixou muito, e isso veio revelar outra época pré-histórica. Em cerca de 200 pontos desses lagos apareceram pilares que estiveram imersos de 30 a 70 séculos. Estavam dispostos de modo a indicar que pequenas aldeias haviam sido erguidas sobre eles, talvez com intuito de defesa; cada aldeia ligava-se à terra por uma ponte estreita, cujas bases em alguns pontos ainda subsistem; aqui e ali o arcabouço das casas suportou a ação demolidora das águas. (Encontraram-se restos de semelhantes habitações lacustres na França, Itália, Escócia, Rússia, América do Norte, Índia, etc. Tais aglomerados habitacionais ainda existem em Bornéu, Nova Guiné, Samatra, etc.[23] O nome "Venezuela", pequena Veneza, foi lembrado por Alonso de Ojda, quando lá descobriu, em 1499, índios habitando em casas sobre estacas, no lago Maracaibo.)[24] No meio dessas ruínas encontram-se instrumentos de osso e *pedra polida*, a qual se tornou para os arqueólogos a marca distintiva da Idade da Pedra Polida, florescente há uns 10.000 anos a.C. na Ásia e 5.000 anos a.C. na Europa.[25] Iguais achados foram feitos na França, na Itália, na Escócia, na Rússia, na América do Norte, na Índia e outros pontos. Afins desses restos são os gigantescos túmulos do vale do Mississípi, construídos pela estranha raça a que chamamos *Mound-Builders*, e da qual nada sabemos. Nesses túmulos, modelados em forma de altar, de figuras geométricas ou de animais totêmicos, foram encontrados objetos de pedra, concha, osso e metal batido, o que vem colocar essa misteriosa raça no fim do período neolítico.

Se de tais remanescentes tentamos deduzir um quadro da Idade da Pedra Polida, defronta-se-nos imediatamente uma grande inovação — a agricultura. No sentido exclusivamente humano, a História gira em torno de duas revoluções: a neolítica (passagem da caça para a agricultura) e a moderna (passagem da agricultura para a indústria). Nenhuma outra revolução foi tão básica como estas. Os remanescentes mostram que os homens lacustres se alimentavam de trigo, centeio, cevada e aveia, além de 120 qualidades de frutas e muitas variedades de nozes.[26] Nenhum arado foi descoberto em tais ruínas, provavelmente porque as relhas fossem de pau — uma forquilha de árvore com um sílex encastoado no vértice; mas um entalhe em pedra da era neolítica nos mostra um homem guiando um arado de dois bois.[27] Isto revela a aparição de uma das mais momentosas invenções humanas. Antes da agricultura, a Terra (segundo os cálculos de Sir Artur Keith) havia suportado apenas uns 20 milhões de habitantes, de vida muito curta em conseqüência dos riscos da caça e da guerra;[28] depois da agricultura começou a multiplicação da espécie, a ponto de espalhar-se por todo o planeta.

Enquanto isso os homens da Idade da Pedra Polida estabeleciam outro alicerce da civilização: a domesticação e criação de animais. Isto deve ter sido, sem dúvida, um lento progresso, anterior à era neolítica. Uma certa sociabilidade pode ter contribuído para a associação do homem com o animal; sabemos do gosto primitivo pelos filhotes de animais selvagens, e de como enchiam a casa de macacos, papagaios e similares.[29] Os mais velhos ossos dos resíduos neolíticos (8000 a. C.) são os do cão — companheiro predileto da raça humana. Séculos depois (6000 a.C.) vieram a cabra, o carneiro, o porco e o boi.[30] Finalmente apareceu o cavalo, que nos tempos paleolíticos, ao que se deduz dos desenhos nas cavernas, não passava de caça; o cavalo foi capturado, amansado e transformado em querido servo;[31] de mil maneiras puseram-no a trabalhar, de modo a aumentar o tempo de folga do homem, sua riqueza e poder. O novo senhor da Terra já enchia os seus celeiros não apenas com os produtos da caça mas também com os da criação; e talvez haja, nesta mesma idade neolítica, aprendido a utilizar-se do leite da vaca como alimento.

Os inventores da época neolítica gradativamente melhoraram e aumentaram o número de instrumentos e armas. Entre os restos fósseis foram encontrados polias, alavancas, mós, sovelas, pinças, machados, enxadas, alfinetes e broches.[32] Aparece a roda, outra invenção básica, ainda hoje essencial em todas as indústrias modernas e essencial à civilização; na idade neolítica já estava a roda sob a forma de disco e de arco radiado. Pedras de toda sorte, mesmo o duro diorito, eram desbastadas, perfuradas e finalmente polidas. O sílex passou a ser usado em larga escala. Nos escombros da mina neolítica de Brandon, Inglaterra, foram encontradas oito picaretas de chifre de gamo, em cuja superfície estavam as marcas digitais dos que as manejaram 10.000 anos antes. Na Bélgica foi descoberto o esqueleto de um mineiro neolítico, esmagado por um desabamento, em cujas mãos se encontrava uma dessas picaretas;[33] depois de tantos séculos ainda o sentimos como um de nós, e figuramos na imaginação o seu terror e agonia. Há quantos milênios vem o homem explorando as entranhas da Terra, em busca dos minerais-base da civilização!

Depois de fabricar agulhas e alfinetes, o homem começou a tecer; ou, começando a tecer, teve que inventar agulhas e alfinetes. Já não satisfeito apenas com o uso de peles de animais para

o vestuário, teceu a lã dos carneiros e as fibras das plantas — e temos a origem da veste hindu, da toga dos gregos, da camisa dos egípcios e de toda a fascinante gama do vestuário moderno. Substâncias coloridas foram extraídas das plantas e dos minérios, e o vestuário alegrou-se de novo brilho. A princípio o homem devia ter trançado as fibras como se trançasse palha, entrelaçando um fio noutro; depois abriu furos nas peles animais e ligou-as por meio de cordéis de embira, como fazemos hoje com os coletes femininos e sapatos; gradualmente as fibras foram afinando até chegar à linha, e a costura se tornou a mais importante arte da mulher. As rocas de pedra encontradas nos restos neolíticos são indicativas de uma das grandes origens da indústria humana. Até espelhos aparecem nesses restos;[34] tudo estava pronto para a civilização.

Nenhuma cerâmica foi encontrada nos túmulos dos paleolíticos: os primeiros fragmentos começam a aparecer na cultura magdaleniana, na Bélgica,[35] mas só nos sambaquis mesolíticos encontramos abundantes sinais dela. A origem dessa arte nos é desconhecida. Talvez algum primevo, de espírito observador, haja notado que o molde aberto por seu pé na argila mole receptava água;[36] talvez alguma acidental queima de um bloco de barro numa fogueira sugerisse idéias a respeito do aproveitamento de um material tão abundante, tão maleável e de tão fácil endurecimento ao sol ou ao fogo. Antes disso o vasilhame era vegetal — cuias, cabaças, cocos; depois viriam taças e colheres de pau e de pedra, e cestos de vime e palha; por fim recorreu o homem à argila e criou uma das maiores indústrias da humanidade. Os restos neolíticos não revelam o uso do torno do oleiro; era com as mãos que ele modelava a argila — e já a adornava, criando, pois, além de uma indústria, uma arte.[37]

Aqui também encontramos as primeiras manifestações de outra grande indústria — a da construção. O homem paleolítico não deixou traço de outra moradia além da caverna; mas no neolítico encontramos coisas como a escada, a polia, a alavanca, a dobradiça.[38] Os homens lacustres eram bons carpinteiros; com cavilhas de madeira fixavam traves sobre os esteios, ou as encaixavam nas extremidades, ou sustentavam os esteios com travessas cruzadas. O chão era de terra; as paredes, de ripas cobertas de barro; os tetos, de cascas ou palha, ou vime. Com a ajuda da polia e da roda, o material de construção era levado de um ponto para outro, inclusive grandes lajes. O transporte também se tornou uma indústria: foram construídas canoas, e o tráfego nos lagos devia ter sido intenso; o comércio se espalhou pelas montanhas e pelos continentes.[39] O âmbar, o diorito, a jadeíta e a obsidiana vinham de longe para a Europa.[40] Palavras similares, letras, mitos, cerâmica e desenhos visivelmente afins traem os contatos culturais de diversos grupos de homens pré-históricos.[41]

Além da cerâmica, o neolítico não nos deixou nenhuma arte, nada que se compare à pintura e à estatuária paleolíticas. Aqui e ali, entre as cenas da vida neolítica, encontramos acúmulos circulares de pedra, chamados *dólmens*, altos monólitos, chamados *menires*, e gigantescas estruturas de pedra — os *cromlechs* — de uso desconhecido, como os de Stonehenge e do Morbihan. É provável que jamais venhamos a saber quais as funções e significação desses megalitos; a presunção é de que tenham sido altares e templos.[42] Porque o homem neolítico certamente teria religião ou mitos com que dramatizava a diária tragédia e vitória do Sol, a morte e a ressurreição do solo e as estranhas influências da Lua; não podemos compreender as fés históricas a não ser que concebamos suas origens pré-históricas.[43] Pode ser que o arranjo das pedras fosse determinado por considerações astronômicas, e sugerisse, como pretende Schneider, a noção do calendário.[44] Algum conhecimento científico já devia ter-se formado naquela época, porque certos crânios encontrados revelam trepanação e em muitos esqueletos há ossos quebrados e ressoldados.[45]

Não podemos expandir-nos sobre as realizações do homem pré-histórico porque o caso não é de recorrer à imaginação -- trata-se de uma evidência proporcionada pelos remanescentes chegados até nós. Ainda assim, o progresso revelado pela Idade da Pedra é impressionante: instrumentos paleolíticos, fogo e arte; agricultura neolítica, criação de animais, tecelagem, cerâmica, construção de casas, transporte e medicina

— e expansão do domínio do homem na Terra. Todas as bases da civilização estavam lançadas; tudo estava preparado, exceto (*talvez*) o metal, a escrita e o Estado. Logo que o homem encontrasse os meios de fixar na matéria o pensamento, a fim de transmiti-lo através das gerações, a civilização começaria.

III. A TRANSIÇÃO PARA A HISTÓRIA

1. O Advento dos Metais

O cobre — O bronze — O ferro

Quando começou na humanidade o uso dos metais? Não sabemos. Supomos que sobreveio acidentalmente no fim da era neolítica. Pondo este fim em 4000 a.C., temos uma perspectiva de 6.000 anos apenas para a Idade dos Metais, em contraposição aos 40.000 da Idade da Pedra, e ao milhão de anos da Idade do Homem. (Se aceitarmos o "Homem de Pequim" como início do Plistoceno.) Isto nos mostra como é nova e curta a substância da nossa História.

O mais velho metal conhecido é o cobre. Encontramo-lo nas habitações lacustres de Robenhausen, na Suíça, em 6000 a.C.;[46] na Mesopotâmia pré-histórica (4500 a.C.); no Egito (4000 a.C.); nas ruínas de Ur e nos *Mound-Builders* da América do Norte.[47] A Idade dos Metais não teve início com a sua descoberta, mas com a sua transformação para uso humano. Os metalurgistas acreditam que a primeira fusão do cobre ocorreu por acaso, quando uma fogueira cercada de blocos de pedra com veio de cobre fundiu o metal — como ainda hoje acontece em certas zonas nos fogos dos nossos acampamentos. Possivelmente foi esta a sugestão que, muitas vezes repetida, deu ao homem, até então satisfeito com a pedra, a idéia de aproveitar aquele novo material para suas armas e instrumentos.[48] Presumivelmente o primeiro metal aproveitado foi o que aparece em estado quase puro ou ligado a outros. Só muito depois, talvez em 3500 a.C., o homem chegou, na zona mediterrânea, à arte da fundição — ou de extrair o metal dos minérios. E então, em 1500 a.C. (como deduzimos dos baixos-relevos do túmulo de Rekh-mara, no Egito), começou a derramar aquele cobre fundido em moldes de barro com a forma desejada — ponta de lança, machado.[49] Descoberto o processo, aplicou-o a grande variedade de metais — e isso deu ao homem os meios de conquistar o mundo. As terras do Mediterrâneo oriental eram ricas de minérios de cobre; talvez isso explique o surgimento nessa área das culturas de Elam, da Mesopotâmia e do Egito, que depois se espalharam por todo o mundo.[50]

Mas o cobre é um metal mole, muito fraco para o duro serviço da paz e da guerra; uma liga viria endurecê-lo. Embora a natureza sugerisse muitas, devem ter-se passado séculos até o advento da liga de cobre, estanho ou zinco, pois só vamos encontrar o bronze em Creta (3000 a.C.), no Egito de 2800 a.C. e na segunda Tróia do ano 2 000 a.C.[51] Não podemos falar estritamente de uma Idade do Bronze, porque esse metal aparece em diferentes povos e em diferentes épocas;[52] além disso, algumas culturas, como as da Finlândia, Rússia do Norte, Polinésia, África Central, Índia do Sul, América do Norte, Austrália e Japão, passaram diretamente para a Idade do Ferro, sem o intermediarismo do Bronze;[53] e nas culturas em que este aparece seu emprego se restringiu aos requintes dos sacerdotes, aristocratas e reis; o povo comum permaneceu na pedra.[54] As próprias expressões "Velha Idade da Pedra" e "Nova Idade da Pedra" são relativas e descrevem antes condições do que eras: até hoje os esquimós e os polinésios estão na Idade da Pedra; o ferro lhes é um requinte trazido pelos exploradores. O capitão Cook pagou diversos porcos com um prego, quando, em 1778, desembarcou na Nova Zelândia; e outro viajante descreve os nativos da ilha do Cão de tal modo "sequiosos desse metal, que queriam arrancar todos os pregos do navio".[55]

O bronze é forte e durável, mas o cobre e o estanho necessários para liga não se encontravam com a abundância reclamada pelas necessidades. Mais cedo ou mais tarde teria de sobreviver o ferro; e é uma anomalia da História que, sendo tão abundante, o minério de ferro não aparecesse pelo menos tão cedo como o cobre e o bronze. Os homens devem ter começado pela utili-

zação do ferro meteórico, como os *Mound-Builders* parecem ter feito, e como certos povos primitivos ainda hoje o fazem. Depois fundiram o minério e malharam o produto. Fragmentos de ferro, na aparência meteórico, foram encontrados em túmulos egípcios pré-dinásticos; e as inscrições da Babilônia mencionam o ferro como preciosa raridade na capital de Hamurabi (2100 a.C.). Uma fundição de talvez 4.000 anos foi descoberta na Rodésia; a mineração da África do Sul, pois, não é coisa nova. O mais velho ferro batido já encontrado consta de umas facas desenterradas em Gerar, na Palestina, que datam, segundo Petrie, do ano de 1350 a.C. aproximadamente. Um século depois o ferro aparece no Egito, no reinado do Grande Ramsés II; um século ainda e ele entra no Egeu. Na Europa Ocidental surge pela primeira vez em Hallstatt, na Áustria, em 900 a.C. Alexandre levou-o para a Índia; Colombo, para a América; e Cook, para a Oceânia.[56] E assim, lentamente, o ferro foi conquistando o mundo.

2. *Escrita*

Possível origem cerâmica da escrita — A "Sinária Mediterrânea" — Hieróglifos — Alfabetos

O mais importante passo para a civilização foi a escrita. Fragmentos de cerâmica da era neolítica mostram linhas pintadas, que os estudiosos interpretam como sinais.[57] Achamos tal interpretação bastante duvidosa; mas é possível que a escrita começasse com marcas na argila mole, para identificação do produto. Nos primitivos hieróglifos da Suméria a pictografia de pássaros revela sugestiva semelhança com a decoração também de pássaros da antiga cerâmica de Susa, em Elam; e a mais antiga representação pictográfica do grão vem diretamente da geométrica decoração granulada dos vasos de Susa e da Suméria. A escrita linear da Suméria (3600 a.C.) é aparentemente uma forma abreviada dos sinais e pinturas da primitiva cerâmica da Mesopotâmia e de Elam.[58] A escrita, como a pintura e a escultura, foi na origem um produto da cerâmica; começa sob a forma de desenho e gravação, e o material do oleiro, do escultor e do construtor passa a ser usado pelo escriba. Destes começos à escrita cuneiforme da Mesopotâmia, o desenvolvimento aparece lógico e inteligível.

Os mais velhos símbolos gráficos são os que Petrie encontrou nos vasos e pedras dos túmulos pré-históricos do Egito, da Espanha e do Oriente Próximo, aos quais ele dá a idade de 7.000 anos. Esta "Sinária Mediterrânea" compunha-se de 300 sinais, em sua maioria os mesmos em todas as localidades, indicando obrigações comerciais de uma extremidade a outra do Mediterrâneo, por volta de 5000 a.C. Não passavam de marcas mercantis — marca de propriedades, de quantidade e outras; não eram letras, mas representações de palavras inteiras ou idéias; muitas se assemelham extraordinariamente às letras do alfabeto fenício. Conclui Petrie que nos tempos primitivos um "vasto corpo de sinais foi gradualmente entrando em uso para vários fins. O comércio os espalhava de terra em terra... até que um conjunto de 12 sinais triunfou e se tornou propriedade comum de um grupo de comunidades mercantes, enquanto outros permaneceram locais e por fim desapareceram".[59] Que esta "sinária" tenha sido a fonte do alfabeto constitui uma interessante teoria — que o professor Petrie tem a honra de sustentar sozinho.[60]

Qualquer que tenha sido o desenvolvimento dos primeiros símbolos comerciais, deles saiu uma forma de escrita, ramo do desenho e da pintura, destinada a transmitir idéias através de representações gráficas. Os rochedos do Lago Superior ainda conservam restos das rudes pinturas com que os índios americanos orgulhosamente narravam a travessia do grande lago.[61] Uma similar evolução do desenho em escrita parece ter ocorrido no mundo mediterrâneo no fim da Idade Neolítica. Em 3600 a.C., e tal-

vez antes, Elam, Suméria e Egito desenvolveram um sistema de símbolos, idéias ou *hieróglifos*, assim chamados por serem de uso sacerdotal.[62] Sistema semelhante aparece em Creta, em 2500 a.C. Veremos adiante como estes hieróglifos, representando idéias, foram, pela corrupção do uso, esquematizados e reduzidos a silabários, isto é, a uma coleção de sinais indicando sílabas; e como, por fim, os sinais passaram a indicar apenas letras, ou o som inicial da sílaba. Tal escrita alfabética data de antes de 3000 a.C. no Egito, e em Creta aparece em 1600 a.C.[63] Os fenícios não criaram o alfabeto — espalharam-no; levaram-no do Egito a Creta[64] e outros centros do Mediterrâneo. Na época de Homero os gregos estavam assimilando esse alfabeto "fenício", ou aramaico, passando a conhecê-lo pelo nome semítico das duas primeiras letras (*Alfa* e *Beta* ou, hebraico, *Aleph* e *Beth*).[65]

Aparentemente, a escrita é um produto da conveniência comercial; aqui e ali a cultura percebe o quanto deve ao comércio. Quando os sacerdotes organizaram um sistema de desenhos como meio de fixar suas fórmulas mágicas e a isso se restringiram, os seculares, sempre em conflito, uniram-se por um instante e criaram a coisa mais fecunda para os destinos humanos depois da fala. O desenvolvimento da escrita criou a civilização, provendo o meio de fixar e transmitir os conhecimentos, acúmulo de ciência, o crescimento da literatura e a difusão da paz e da ordem entre as diversas tribos que tinham a mesma linguagem e o mesmo Estado. E somente desse modo a civilização poderia empreender sua marcha para a frente.

3. *Civilizações Perdidas*

Polinésia — Atlântida

Antes de nos aproximarmos da história das nações civilizadas, cabe assinalar que iremos escolher apenas uma fração de cada cultura, como também descrever uma minoria das muitas civilizações que provavelmente existiram na Terra. Não podemos deixar sem menção as lendas correntes sobre as civilizações destruídas por catástrofes da natureza ou por guerras, e que não deixaram traço atrás de si; o recente desenterro das civilizações de Creta, Suméria e do Iucatã vem dar apoio a essas lendas.

O Oceano Pacífico encerra em seu bojo as ruínas de, pelo menos, uma dessas civilizações perdidas. A gigantesca estatuária da ilha da Páscoa, a tradição polinésia de poderosas nações que em tempo remotíssimo se formaram na Samoa e no Taiti, a capacidade artística e a sensibilidade poética de seus atuais habitantes indicam uma glória passada, mostram um povo que não se está erguendo para a civilização, mas que decaiu da civilização para um estado inferior. E no Oceano Atlântico, da Islândia ao Pólo Sul, a elevação central marítima dá algum apoio à lenda que Platão[66] de modo tão fascinante nos transmitiu, da civilização florescida num continente situado entre a Europa e a Ásia e que subitamente foi tragado por uma subversão geológica. (Existe um platô submarino, de 2.000 a 3.000 metros de profundidade, que corre pelo meio do Atlântico de norte a sul, ladeado à esquerda e à direita por profundezas de 5.000 a 6.000 metros.) Schliemann, o ressuscitador de Tróia, admitia que a Atlântida fosse a ligação entre as culturas da Europa e do Iucatã, e que a civilização egípcia procedera da Atlântida.[67] Talvez a própria América fosse parte da Atlântida, e alguma cultura pré-maia estivesse em contato com a Europa e a África nos tempos neolíticos. Possivelmente cada descoberta é uma redescoberta.

É também muito provável, como o admitiu Aristóteles, que várias civilizações se tenham formado, com grandes invenções e luxo, e tenham sido destruídas e obliteradas da memória humana. A História, disse Bacon, é um palco de naufrágios; o que se salvou do passado é muito menos que o que se perdeu. Nós nos consolamos com a idéia de que a memória individual precisa esquecer a maior parte das experiências, para se manter sadia; daí a raça humana ter preservado apenas das suas experiências culturais o que era mais vívido — ou mais bem fixado. Mesmo que essa herança racial fosse apenas um décimo mais rica do que é, ninguém poderia absorvê-la em sua totalidade. A História já está demasiado repleta.

4. Berços da Civilização

Ásia Central e Anau — Linhas de dispersão

Este capítulo terminará com uma pergunta irrespondível: "Onde começou a civilização?" A crermos nos geólogos, as áridas regiões da Ásia Central já foram mais úmidas e temperadas, e nutridas por grandes rios e lagos.[68] A recessão da última onda de gelo lentamente ressecou essa área, e a falta de chuvas já não permitiu ali a expansão do homem em cidades e Estados. As cidades existentes foram abandonadas, à proporção que os homens refluíam em várias direções à procura de água; semi-enterradas no deserto jazem ruínas como as de Báctria, que devia ter fervilhado de população dentro de sua área de 22 milhas de circunferência. Em 1868, uns 80.000 habitantes do Turquestão ocidental foram obrigados a emigrar; suas terras estavam sendo inundadas de areia solta.[69] Muitos estudiosos admitem que essas regiões, hoje mortas, assistiram aos primeiros desenvolvimentos do que constitui a civilização.[70]

Em 1907, Pumpelly desenterrou em Anau, ao sul do Turquestão, vasos e outros remanescentes de uma cultura possivelmente datável de 9000 a.C., e também possivelmente exagerada de 4.000 anos.[71] Cultivavam-se lá os cereais, usava-se o cobre, domesticavam-se animais e ornavam-se os vasos em estilo que sugere muita tradição anterior.[72] Aparentemente a cultura do Turquestão já era velha em 5000 a.C. Talvez possuísse historiadores que investigavam o passado, na vã procura das origens da civilização, e filósofos que eloqüentemente lamentavam a degeneração de uma raça decadente.

Deste centro, um povo tangido pela seca emigrou em três direções, levando consigo suas artes e sua civilização. Essas artes acabaram chegando à China, à Manchúria, à América do Norte; ao sul, à Índia; e a oeste, a Elam, à Suméria, ao Egito e mesmo à Itália e à Espanha.[73] Em Susa, na antiga Elam (moderna Pérsia), foram encontrados restos tão semelhantes aos encontrados em Anau que a hipótese da migração praticamente se confirma (*ca.* 4000 a.C.).[74] Um igual parentesco de artes e produtos sugere idêntica ligação histórica entre o Egito e a Mesopotâmia.

Não temos elementos para determinar com certeza qual destas culturas apareceu em primeiro lugar, o que, aliás, pouco importa. Se aqui violarmos honrosos precedentes e colocarmos Elam e a Suméria antes do Egito, não o faremos por espírito de inovação, mas porque a idade destas civilizações asiáticas, comparada com as da África e da Europa, aumenta à proporção que o nosso conhecimento a respeito cresce. Hoje, todas as probabilidades são de que o rico delta dos rios da Mesopotâmia fosse o espectador das mais velhas cenas do drama histórico da civilização.

LIVRO PRIMEIRO

O ORIENTE PRÓXIMO

"Nesse tempo os deuses chamaram-me a mim, Hamurabi, o servo cujos feitos lhes agradavam... que ajudava o povo em tempo de miséria, que trazia para todos a abundância... para impedir que o forte oprimisse o fraco... para iluminar a Terra e propiciar o bem público."

Código de Hamurabi. Prólogo

TÁBUA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA DO ORIENTE PRÓXIMO

EGITO

a.C.	
18000:	Cultura Paleolítica do Nilo
10000:	Cultura Neolítica do Nilo
5000:	Cultura do Bronze do Nilo
4241:	Aparece o Calendário Egípcio (?)
4000:	Cultura Badariana
3500-2631:	(A) *O Velho Reino*
3500-3100:	I-III Dinastias
3100-2965:	IV Dinastia: As Pirâmides
3098-3075:	Khufu ("Quéops" de Heródoto)
3067-3011:	Khafre (Quéfren)
3011-2988:	Menkaure (Miquerinos)
2965-2631:	V-VI Dinastias
2738-2644:	Pepi II (maior reinado conhecido)
2631-2212:	A Idade Feudal
2375-1800:	(B) *O Reino do Meio*
2212-2000:	XII Dinastia
2212-2192:	Amenemhet I
2192-2157:	Senustre I ("Sesostris")
2099-2061:	Senusret III
2061-2013:	Amenemhet III
1800-1600:	A Dominação dos Hicsos
1580-1100:	(C) *O Império*
1580-1322:	XVIII Dinastia
1545-1514:	Tutmés I
1514-1501:	Tutmés II
1501-1479:	Rainha Hatxepsu
1479-1447:	Tutmés III
1412-1376:	Amenotep III
1400-1360:	Era da Correspondência; Tel-el Amarna
1380-1362:	Amenotep IV (Ikhnaton)
1360-1350:	Tutancamon
1346-1210:	XIX Dinastia
1346-1322:	Harmhab
1321-1300:	Seti I
1300-1233:	Ramsés II
1233-1223:	Mernentah
1214-1210:	Seti II
1205-1100:	XX Dinastia: Reis Ramesidas
1204-1172:	Ramsés III
1100- 947:	XXI Dinastia: os Reis Líbios

ÁSIA OCIDENTAL

a.C.	
40000:	Cultura Paleolítica na Palestina
9000:	Cultura do Bronze no Turquestão
4500:	Civilização em Susa e Kish
3800:	Civilização em Creta
3638:	III Dinastia de Kish
3600:	Civilização na Suméria
3200:	Dinastia de Akshak na Suméria
3100:	Ur-nina, primeiro (?) Rei de Lagash
3089:	IV Dinastia de Kish
2903:	O Rei Urukagina reforma Lagash
2897:	Lugal-zaggisi conquista Lagash
2872-2817:	Sargão I une a Suméria e Acad
2795-2739:	Naram-sin, Rei da Suméria e Acad
2600:	Gudea, Rei de Lagash
2474-2398:	Idade de Ouro de Ur; primeiro código de leis
2357:	Saques de Ur pelos elamitas
2169-1926:	I Dinastia Babilônica
2123-2081:	Hamurabi, Rei da Babilônia
2117-2094:	Hamurabi conquista a Suméria e o Elam
1926-1703:	II Dinastia Babilônica
1900:	Aparece a civilização Hitita
1800:	Civilização na Palestina
1746-1169:	Domínio dos Cassitas na Babilônia
1716:	Desenvolvimento da Assíria sob Shamshi Adad II
1650-1220:	Submissão Judia no Egito (?)
1600-1360:	Domínio Egípcio sobre a Palestina e a Síria
1550:	A Civilização de Mitanni
1461:	Burra-Buriash, I Rei da Babilônia Revolta da Ásia Ocidental contra o Egito
1276:	Salmanasar I unifica a Assíria
1200:	Conquista de Canaã pelos Judeus
1115-1102:	Tiglath-Pileser I expande a Assíria
1025-1010:	Saul, Rei dos Judeus
1010- 974:	Davi, Rei dos Judeus
1000- 600:	Idade de Ouro da Fenícia e Síria
974- 937:	Salomão, Rei dos Judeus
937:	Cisão dos Judeus: Judá e Israel
884- 859:	Assurnasirpal II, Rei da Assíria
859- 824:	Salmanasar III, Rei da Assíria

TÁBUA CRONOLÓGICA DA

EGITO		ÁSIA OCIDENTAL	
a.C.		a.C.	
947-720:	XXII Dinastia: os Reis Bubastites	811-808:	Sammuramat ("Semíramis") na Assíria
947-925:	Sheshonk I	785-700:	Idade de Ouro da Armênia ("Urartu")
925-889:	Osorkon I	745-727:	Tiglath-Pileser III
880-850:	Osorkon II	732-722:	A Assíria toma Damasco e Samaria
850-825:	Sheshonk II	722-705:	Sargão II, Rei da Assíria
821-769:	Sheshonk III	709:	Deioces, Reis dos Medos
763-725:	Sheshonk IV	705-681:	Senaquerib, Rei da Assíria
850-745:	XXIII Dinastia: Os Reis Tebanos	702:	O Primeiro Isaías
725-663:	XXIV Dinastia: Os Reis Menfitas	689:	Senaquerib saqueia a Babilônia
745-663:	XXV Dinastia: Os Reis Etíopes	681-669:	Esarhaddon, Rei da Assíria
689-663:	Taharka	669-626:	Assurbanipal ("Sardanapalus"), Rei da Assíria
685:	Renascimento comercial do Egito	660-583:	Zaratustra ("Zoroastro")?
674-650:	Ocupação assíria do Egito	652:	Giges, Rei da Lídia
663-525:	XXVI Dinastia: os Reis Saítas	640-584:	Ciáxares, Rei dos Medos
663-609:	Psamético ("Psammetichos") I	639:	Queda de Susa; fim do Elam
663-525:	Renascimento Saíta da Arte Egípcia	639:	Josias, Rei dos Judeus
615:	Judeus começam a colonizar o Egito	625:	Nabopolasar restaura a independência da Babilônia
609-593:	Niku ("Neco") II	621:	Começos do *Pentateuco*
605:	Niku começa a helenização do Egito	612:	Queda de Nínive; fim da Assíria
593-588:	Psamético II	610-561:	Aliates, Rei da Lídia
569-526:	Ahmose ("Amasis") II	605-562:	Nabucodonosor II, Rei da Babilônia
568-567:	Nabucodonosor II invade o Egito	600:	Jeremias em Jerusalém, moedagem na Lídia
560:	Crescente influência da Grécia no Egito	597-586:	Nabucodonosor toma Jerusalém
526-525:	Psamético III	586-538:	Cativeiro Judeu na Babilônia
		580:	Ezequiel na Babilônia

HISTÓRIA DO ORIENTE PRÓXIMO

EGITO

a.C.

- 525: Conquista Persa do Egito
- 485: Revolta do Egito contra a Pérsia
- 484: Reconquista do Egito por Xerxes
- 482: O Egito une-se à Pérsia na Guerra contra a Grécia
- 455: Fracasso da Expedição Ateniense ao Egito
- 332: Conquista Grega do Egito; fundação de Alexandria
- 283- 30: Os Reis Ptolomeus
- 30: O Egito absorvido pelo Império Romano

ÁSIA OCIDENTAL

a.C.

- 570-546: Creso, Rei da Lídia
- 555-529: Ciro I, Rei dos Medos e dos Persas
- 546: Ciro toma Sárdis
- 540: O Segundo Isaías
- 539: Ciro toma a Babilônia e cria o Império Persa
- 529-522: Cambises II, Rei da Pérsia
- 521-485: Dario I, Rei da Pérsia
- 520: Construção do 2º Templo de Jerusalém
- 490: Batalha de Maratona
- 485-464: Xerxes I, Rei da Pérsia
- 480: Batalha de Salamina
- 464-423: Artaxerxes I, Rei da Pérsia
- 450: O *Livro de Jó* (?)
- 444: Ezra em Jerusalém
- 423-404: Dario II, Rei da Pérsia
- 404-359: Artaxerxes II, Rei da Pérsia
- 401: Ciro, o Moço, vencido em Cunaxa
- 359-338: Ochus, Rei da Pérsia
- 338-330: Dario III, Rei da Pérsia
- 334: Batalha do Granico; Alexandre entra em Jerusalém
- 333: Batalha de Isso
- 331: Alexandre toma a Babilônia
- 330: Batalha de Arbela; o Oriente Próximo torna-se parte do Império de Alexandre

CAPÍTULO VII

Suméria

Orientação — Contribuições do Oriente Próximo para a civilização ocidental

A HISTÓRIA escrita tem pelo menos seis mil anos. Durante metade desse período o centro dos negócios humanos, que sabemos, foi o Oriente Próximo. Por essa expressão queremos aqui significar todo o sudoeste da Ásia ao sul da Rússia e do Mar Negro, e o oeste da Índia e do Afeganistão; e também incluímos o Egito. Nesse palco fervilhante de populações se desenvolveram a agricultura e o comércio, como também o cavalo e o carro, a cunhagem de moedas e as letras de crédito, as artes e as indústrias, a lei e o governo, as matemáticas e a medicina, o calendário, o relógio e o zodíaco, o alfabeto e a escrita, o papel e a tinta, os livros, as bibliotecas e as escolas, a literatura e a música, a escultura e a arquitetura, a cerâmica vidrada e o belo mobiliário, o monoteísmo e a poligamia, os cosméticos e a joalheria, o xadrez e os dados, o jogo da bola e o imposto sobre a renda, as amas de leite e a cerveja. É de onde as culturas européia e a americana derivam, via Grécia e Roma. Os "arianos" não criaram a civilização — tomaram-na da Babilônia e do Egito. A Grécia não começou a civilização — herdou-a, foi o receptáculo de três milênios de arte e ciências trazidas do Oriente Próximo pelo comércio e pela guerra. Estudando e honrando o Oriente Próximo, nós pagaremos a grande dívida contraída com os verdadeiros fundadores da civilização ocidental.

I. ELAM

A cultura de Susa — O torno do oleiro — O carro de rodas

Se o leitor deitar os olhos no mapa da Pérsia e, ao norte, correr o dedo do golfo Pérsico a Amara e, depois, a leste, da fronteira do Iraque à moderna cidade de Shushan, localizará o sítio da antiga cidade de Susa, centro da região conhecida dos hebreus como Elam — a terra alta. Neste angusto território, protegido a oeste por pântanos e a leste pelas montanhas que emolduram o grande platô iraniano, um povo de origens ignoradas desenvolveu a primeira civilização mencionada na História. E lá, uma geração atrás, arqueólogos franceses encontraram remanescentes humanos datados de 200 séculos, além de provas de uma cultura localizada mais ou menos em 4500. a.C.[1] (O Prof. Breasted acredita que a antigüidade desta cultura, e da de Anau, foi exagerada por De Morgan, Pumpelly e outros estudiosos.)[2]

Aparentemente os elamitas emergem de uma tribo nômade de caçadores e pescadores; mas já conheciam o uso das armas e instrumentos de cobre, cultivavam grãos e domesticavam animais, escreviam hieroglificamente, produziam espelhos e jóias, e comerciavam com o Egito e a Índia.[3] Dentre os sílices que nos levam à idade neolítica encontramos vasos elegantemente boleados e delicadamente pintados de or-

namentos geométricos, ou com representação de animais e plantas; parte desta cerâmica figura entre as melhores obras do homem.[4] Aparecem pela primeira vez o torno do oleiro e o carro; este modesto, porém vital, veículo da civilização só será encontrado mais tarde na Babilônia e no Egito.[5] Destes começos já complexos os elamitas passaram ao poder, conquistando a Babilônia e a Suméria, sendo depois por elas conquistados. A cidade de Susa viveu seis mil anos de vida histórica, foi coeva do apogeu imperial da Suméria, da Babilônia, do Egito, da Assíria, da Pérsia, da Grécia e de Roma, e sob o nome de Shushan floresceu até o século IV da nossa era. Em várias épocas Susa alcançou grande riqueza; quando Assurbanipal a conquistou e saqueou em 646 a.C., os cronistas do feito não exageram o butim de ouro e prata, de pedras preciosas e adornos reais, de cosméticos preciosos e carros, e as demais riquezas que o conquistador levou para Nínive. Bem cedo iniciou a História sua trágica alternação de arte e guerra.

II. OS SUMERIANOS

1. *O Fundo Histórico*

A Suméria exumada — Geografia — Raça — O dilúvio sumeriano — Os reis — Um antigo reformador — Sargão de Acad — A Idade de Ouro de Ur

Se voltamos ao nosso mapa e seguimos o Tigre e o Eufrates, do golfo Pérsico até o ponto em que esses rios divergem (na moderna Kurna), e depois acompanhamos o Eufrates rumo oeste, encontraremos, a norte e sul, as enterradas cidades da antiga Suméria: Eridu (hoje Abu Shahrein), Ur (hoje Mukayyar), Uruk (a bíblica Erech, hoje Warka), Larsa (na Bíblia Ellasar e hoje Senkereh), Lagash (hoje Shippurla), Nippur (Niffer) e Nisin. O Eufrates segue a noroeste rumo à Babilônia, outrora a mais famosa cidade da Mesopotâmia (a terra "entre os rios"); e a leste temos Kish, sede da mais antiga cultura da região; 60 milhas rio acima, temos Agade, a velha capital do Reino de Acad. Sob um aspecto, a primitiva história da Mesopotâmia representa a luta dos povos não-semitas da Suméria para preservar a independência contra a expansão dos semitas. Em meio às lutas, esses variados troncos raciais misturavam-se inconscientemente, talvez involuntariamente, e cooperavam para produzir a primeira grande civilização da História — e uma das mais criadoras e originais.

A exumação dessa esquecida cultura é um dos romances da arqueologia. Para os gregos, romanos e judeus era desconhecida. Heródoto não a menciona. Berósio, historiador babilônico de 250 a.C., entreviu a Suméria sob um véu de lenda. Descreve-lhe o povo como uma raça de monstros, chefiada por um Oanes vindo do golfo Pérsico, que introduziu a agricultura, a metalurgia e a escrita; "todas as coisas que melhoram a vida", diz ele, "foram introduzidas por Oanes, e desde esse tempo nenhuma outra invenção apareceu".[6] Em 1850, Hincks admitiu que a escrita cuneiforme proviera de um povo de língua não-semita; e Oppert deu a esse hipotético povo o nome de "Sumerianos".[7] Por esse tempo Rawlinson encontrou nas ruínas da Babilônia tabuinhas com vocabulário da língua sumeriana, com tradução interlinear em velho babilônio.[8] Em 1854 dois ingleses descobriram o sítio de Ur, Eridu e Uruk; e exploradores franceses revelaram os remanescentes de Lagash, com tabuinhas onde era contada a história dos

reis sumerianos. Há pouco tempo o americano Woolley e outros exumaram a cidade de Ur, na qual os sumerianos alcançaram alta civilização em 4500 a.C. Os trabalhos continuam, e é de esperar que a exumação da Suméria se aproxime, em proporções, da do Egito — tão rica em achados.

Apesar de muitas investigações não podemos saber a que raça pertenciam os sumerianos, nem como chegaram à Suméria. Talvez viessem da Ásia Central ou do Cáucaso, ou da Armênia, e marchassem ao longo do Eufrates e do Tigre; talvez, como diz a lenda, aparecessem no golfo Pérsico, vindos do Egito, ou de onde seja, e lentamente fossem subindo esses rios; talvez tenham vindo de Susa, entre cujas relíquias há uma cabeça de asfalto com todas as características do tipo sumeriano; talvez, ainda, fossem de remota origem mongólica, porque há muita coisa na língua sumeriana evocativa do falar mongólico.[9] Nada sabemos.

Através dos remanescentes vemos esse povo como um tipo humano de baixa estatura, nariz reto, não-semita, testa levemente recuada e olhos caídos. Muitos usavam barba, outros barbeavam-se, tiravam até o bigode. Vestiam-se de lã finamente tecida; as mulheres prendiam a veste no ombro esquerdo e os homens atavam-na à cintura, deixando o corpo nu daí para cima. Com o avanço da civilização, a veste dos homens chegou até ao pescoço, mas os servos, machos e fêmeas, quando dentro de casa, continuaram nus até a cintura. Na cabeça traziam usualmente chapéus, e nos pés sandálias; as mulheres de classe alta usavam sapatos de couro macio, amarrados como os nossos. Braceletes, colares, pulseiras, anéis e brincos faziam das mulheres sumerianas, como as nossas da América, vitrinas da prosperidade dos maridos.[10]

Quando a civilização sumeriana chegou a certo ponto (2300 a.C.) seus poetas e historiadores procuraram reconstruir o passado da raça. Os primeiros compuseram histórias da Criação, um primitivo Éden e um terrível dilúvio que os engoliu como castigo pelos pecados de um velho rei.[11] Esse dilúvio passou para a tradição judaica e tornou-se parte do credo cristão. Em 1929 o prof. Woolley, escavando nas ruínas de Ur, descobriu em considerável profundidade uma camada aluvial de oito pés; isto, a crermos em sua interpretação, era o depósito de uma enchente do Eufrates, que mais tarde evoluiu para dilúvio. Abaixo dessa camada encontrou os remanescentes de uma cultura pré-diluviana, descrita pelos poetas como a Idade de Ouro.

Entrementes, os historiadores-sacerdotes procuraram criar um passado bastante amplo para o surgimento de todas as maravilhas da civilização sumeriana. Compuseram róis dos antigos reis, estendendo as dinastias até 432.000 anos[12] e descrevendo tão impressionantes coisas de dois desses reis, Tammuz e Gilgamesh, que este se tornou o herói do maior poema da literatura babilônica enquanto o outro entrou para o panteão da Babilônia e se tornou o Adônis dos gregos. Talvez os sacerdotes exagerassem a antigüidade daquela civilização. Vagamente podemos calcular a idade da cultura sumeriana pela observação das ruínas de Nippur, encontradas a 66 pés de profundidade e datadas de 5262 a.C.[13] Tenazes dinastias de reis parecem ter florescido em Kish, por volta de 4500 a.C., e em Ur, por volta de 3500 a.C. Na competição destes dois centros aparecem as primeiras formas da oposição entre semitas e não-semitas, destinada a ser um dos sangrentos temas históricos do Oriente Próximo, desde a ascendência dos semitas em Kish e das conquistas dos reis Sargão I e Hamurabi até os modernos esforços do governo inglês para pacificar a atual Palestina — passando pela captura da Babilônia pelos generais "arianos" Ciro e Alexandre e pelos conflitos entre cruzados e sarracenos ao redor do Santo Sepulcro.

De 3000 a.C. para diante as tabuinhas de argila encontradas em Ur apresentam a relação dos reis e coroações, as ininterruptas vitórias e as sublimes mortes dos insignificantes reizinhos que governaram as cidades-estados de Ur, Lagash, Uruk e o resto; a historiografia, como a parcialidade dos historiadores, é coisa muito velha. Um rei de Lagash, Urukagina, foi um iluminado reformador, cujos decretos visavam abolir a exploração dos pobres pelos ricos e de todo o mundo pelos sacerdotes. O Sumo Sacerdote, diz um dos seus editos, não deve entrar "no jardim de uma pobre mãe e retirar a

lenha, nem impor taxas sobre as frutas"; os impostos sobre os enterros foram cortados para um quinto; e o clero e os altos funcionários viram-se proibidos de repartir entre si a renda do gado oferecido aos deuses. Esse rei jactava-se de ter "dado liberdade ao povo";[14] e as tabuinhas que se salvaram mostram-nos o mais velho, breve e justo código de leis da História.

Este lúcido intervalo terminou normalmente com a invasão de Lagash por um Lugal-zaggisi, que derrubou Urukagina e saqueou a cidade. Os templos foram destruídos; os cidadãos, mortos nas ruas; e as estátuas dos deuses, levadas como reféns. Num dos poemas que a argila conservou, aparentemente de 4800 a.C., o poeta sumeriano Dingiraddamu lamenta o rapto da deusa de Lagash:

> Minha alma soluça pela cidade, pelos tesouros,
> Pela minha Girsu (Lagash), ai, minha alma soluça!
> Na sagrada Girsu as crianças estão na angústia.
> O santuário foi conspurcado pelo invasor;
> A augusta rainha, tirada de seu templo.
> Ó senhora de minha cidade, quando retornará?[15]

Deixemos o sangüinário Lugal-zaggisi e demais reis sumerianos de poderosos nomes — Lugal-shagengur, Lugal-kigubnidudu, Ninigi-dubti, Lugal-andanukhunga... Entrementes, outro povo de raça semita erguera o reino de Acad sob o cetro de Sargão I e estabelecera a capital em Agade, duzentas milhas a noroeste das cidades-estados da Suméria. Um monólito encontrado em Susa retrata Sargão em majestática atitude, barbado, vestido com todo o orgulho de uma longa autoridade. Sua origem não fora real: a História não pôde encontrar-lhe pai, e como mãe lhe dá uma prostituta do templo.[16] A lenda sumeriana compôs-lhe uma autobiografia perfeitamente mosaica em seus começos: "Minha humilde mãe concebeu-me; em segredo me pôs no mundo. Colocou-me numa cesta de vime; com breu fechou minha porta".[17] Salvo por um operário, Sargão tornou-se copeiro do rei, subiu no favor real, rebelou-se, depôs o amo e subiu ao trono de Agade. Chamou-se a si próprio "O Rei do Universo" e governou uma pequena parte da Mesopotâmia. Os historiadores cognominam-no "o Grande", porque invadiu muitas cidades, saqueou-as e matou muita gente. Entre suas vítimas figura o mesmo Lugal-zaggisi que saqueara Lagash e violara a deusa; Sargão derrotou-o e levou-o acorrentado a Nippur. Leste e oeste, norte e sul, em todas as direções marchou o poderoso guerreiro, e conquistou Elam, lavando suas armas no golfo Pérsico; cruzou a Ásia Ocidental, chegou ao Mediterrâneo[18] e estabeleceu o primeiro grande império da História. Susteve-se no trono durante 55 anos, enquanto as lendas que se lhe formavam em redor iam transformando-o em deus. Seu reinado terminou numa rebelião.

Três filhos o sucederam. O último, Naram-sin, foi um grande construtor, mas de suas obras sobreviveu apenas uma linda estela, ou pedra funerária, recordando a sua vitória sobre um obscuro rei. Encontra-se atualmente no museu do Louvre, levada por Morgan, que a descobriu em Susa, em 1897; nela aparece Naram-sin armado de arco e dardo, pisando com real dignidade os corpos dos vencidos, e aparentemente disposto a responder com pronta morte ao apelo de misericórdia; perto, de pescoço atravessado por uma flecha, um homem agoniza. No fundo da cena aparecem as montanhas de Zagros, em um de cujos montes está gravado, em elegante cuneiforme, a notícia

da vitória de Naram-sin. A escultura já se mostra firme e confiante, como que guiada e fortalecida por uma longa tradição.

Ser queimada até a raiz nem sempre constitui perpétuo infortúnio para uma cidade; muitas vezes se revela coisa vantajosa, do ponto de vista da arquitetura e da higiene. No século XXVI a.C., novamente encontramos Lagash florescente, e agora sob o cetro de um esclarecido monarca, Gudea, cujas estátuas formam o melhor da escultura sumeriana que se salvou. O bloco de diorito no Louvre mostra-o em piedosa postura, com uma verdadeira miniatura do Coliseu na cabeça, mão sobre o colo, ombros e pés nus e as pernas curtas recobertas por uma rígida saia cheia de hieróglifos. As feições fortes, mas regulares, revelam o homem de pensamento e justiça. Gudea foi honrado pelo povo, não como guerreiro mas como o Marco Aurélio sumeriano, devotado à religião, à literatura e às boas obras; construiu templos, promoveu o estudo das antigüidades e moderou a violência dos fortes contra os fracos. Uma das inscrições revela-lhe a política e expõe os motivos pelos quais seu povo o adorou depois da morte, qual um deus: "Durante sete anos a serva era igual à ama, o escravo caminhava lado a lado do senhor e em minha cidade o fraco descansava junto ao forte".[19]

Nesse meio tempo a "Ur dos caldeus" tornara-se uma das mais prósperas cidades da época em sua longa carreira desde 3500 a.C. (a aparente idade de seus mais antigos túmulos) até 700 a.C. Seu maior rei, Ur-engur, havia dominado pacificamente toda a Ásia Ocidental e outorgado a toda a Suméria um extenso código de leis.[20] À proporção que Ur se enriquecia no comércio pelo Eufrates, Ur-engur, à semelhança de Péricles, embelezava a cidade com templos, e construía copiosamente nas cidades submetidas de Larsa, Uruk e Nippur. Seu filho Dungi continuou-lhe a obra, num reinado de 58 anos, e tão bem se conduziu que o povo o divinizou como o rei que lhe trouxera o antigo paraíso.

Mas breve sua glória chegou ao acaso. Os belicosos elamitas e os amoritas que começavam a aparecer lançaram-se sobre a pacífica prosperidade de Ur, capturaram-lhe o rei e saquearam a cidade. Os poetas de Ur cantam tristemente o rapto da estátua de Ishtar, a amada deusa-mãe, arrancada do templo por invasores profanos. A forma desses poemas é pessoal e o estilo não agrada aos ouvidos exigentes; mas através dos séculos ainda sentimos a desolação da cidade.

> A mim o inimigo me assaltou, com suas horríveis mãos;
> A mim suas mãos me roubaram, e fez-me ele morrer de terror.
> Oh, que desgraçada sou! Nenhuma piedade ele mostra!
> Arrancou-me as vestes, e com elas vestiu sua consorte,
> Tirou-me as jóias e pô-las em sua filha.
> (Agora) arrasto-me em sua casa — minha pessoa o procura
> Nos santuários. Ai, eu tremo de pensar em sair.
> Ele me persegue em meu templo; faz-me tremer de horror.
> Aqui dentro do meu recinto; e como a pomba pousada num
> Destroço, como a medrosa coruja na caverna escondida.
> Da minha cidade, como uma ave, ele me expulsou aos soluços
> "Longe, longe de mim está o meu templo"[21]

Assim, por 200 anos, Elam e Amor governaram a Suméria. Depois veio do norte o grande Hamurabi, rei da Babilônia, retomou aos elamitas Uruk e Isin; invadiu Elam e capturou-lhe o rei; estabeleceu o domínio sobre Amor e a distante Assíria, construiu

um império sem precedentes e disciplinou-o com uma lei comum a todos. E por muitos anos, até o surgimento da Pérsia, iriam os semitas governar a Terra-Entre-os-Rios. E nunca mais ouviríamos falar dos sumerianos. O seu capítulo na História encerrou-se.

2. *Vida Econômica*

O solo — Indústria — Comércio — Classes — Ciência

Mas a civilização sumeriana permaneceria. Sumer e Acad ainda produziram artífices, poetas, artistas, sábios e santos; a cultura das cidades do sul passou, ao longo do Eufrates e do Tigre, para a Babilônia e Assíria, como a herança inicial da civilização mesopotâmica.

Na base dessa cultura estava o solo, fertilizado pelo anual extravasamento desses rios. O derrame das águas, embora perigoso, era útil; os sumerianos aprenderam a canalizá-las, da melhor maneira, para a agricultura; e comemoravam os velhos perigos narrados pelas lendas diluviais — e como no fim as terras foram separadas das águas e o mundo salvo.[22] Esse sistema de irrigação, datado de 4000 a.C., constitui uma das grandes realizações da cultura sumeriana, e certamente o seu alicerce. Aqueles campos assim regados abriram-se em colheitas de trigo, espelta, centeio, tâmaras e muitos outros vegetais. O arado veio cedo, puxado por bois e já com um tubo distribuidor de sementes. As espigas eram trabalhadas em grandes malhadeiras de pau, com dentes de sílex, que cortavam a palha para os animais e soltavam os grãos para os homens.[23]

Foi, sob vários aspectos, uma cultura primitiva. Os sumerianos usavam o cobre e o estanho e ocasionalmente os reduziam a bronze; às vezes chegavam a produzir o ferro.[24] Mas o metal ainda era uma raridade. A maioria dos instrumentos eram feitos de sílex; alguns, em forma de foice, para o corte do centeio, eram de argila; e certos artigos mais finos, como agulhas e sovelas, faziam-se de marfim e osso.[25] Os tecidos eram em grande parte fabricados sob a fiscalização de funcionários escolhidos pelo rei;[26] erguiam-se casas de vime, barreadas de "argila armada", isto é, barro misturado com palha. As portas eram de madeira, girantes sobre gonzos de pedra. O chão, de terra batida; os tetos, arqueados, com o vime reunido no alto, ou chatos, como os feitos de argila sobre vime e ripado. Vacas, porcos, cabras e carneiros rodeavam a casa em perfeita camaradagem com o homem. A água de beber era obtida de poços.[27]

O transporte de mercadorias era feito principalmente por água. A pedra, rara na zona, era trazida do golfo ou retirada do fundo dos rios. Mas o transporte por terra também se desenvolveu; em Kish foram exumados os mais velhos veículos de rodas conhecidos pela arqueologia.[28] Aqui e ali, nas ruínas, transparecem sinais do tráfico com o Egito e a Índia.[29] Moeda não existia; o regime era o da troca; mas o ouro e a prata já funcionavam como padrões de valor, e freqüentemente substituíam a troca — às vezes em forma de lingotes e anéis de valor definido, geralmente a granel, pesados em cada transação. Inúmeras tabuinhas trouxeram até nós fragmentos da escrita comercial da época, revelando a intensidade da vida. Uma delas fala do cansaço *fin-de-siècle* e do tumulto das cidades. Os contratos assumiam forma escrita, diante de testemunhas. Existia um sistema de crédito por meio do qual se faziam empréstimos de bens, ouro e prata, com os juros pagáveis na mesma espécie, as taxas oscilando entre

15 e 33 por cento ao ano.[30] Desde que a estabilidade social pode ser medida pela relação inversa ao preço dos juros, podemos dizer que os negócios da Suméria, como os nossos, se desenvolviam em atmosfera de grande incerteza econômica e política.

Sob forma de jóias, vasos, armas, ornatos e instrumentos, o ouro e a prata aparecem abundantemente nos túmulos. Os ricos e os pobres se estratificaram em muitas classes e gradações; havia intensa escravidão, e os direitos de propriedade eram sagrados.[31] Entre os ricos e os pobres formou-se uma classe média, composta de pequenos negociantes, mestres, curandeiros e sacerdotes. A medicina floresceu, com um especialista para cada doença; mas misturava-se muito com a teologia, admitindo que a moléstia vinha da possessão dos espíritos maus e não podia ser curada sem exorcismos. Um calendário de idade e origem incertas dividia o ano em meses lunares, acrescentando mais um a cada três ou quatro anos, para harmonizá-lo com o Sol e as estações. Cada cidade dava seu nome a um dos meses.[32]

3. Governo

Os reis — Modos de guerra — Os barões feudais — Lei

Cada cidade, enquanto podia, mantinha-se em ciosa independência, e permitia-se o luxo de um rei com o nome de *patesi*, ou rei-sacerdote; o governo ligava-se à religião. Em 2800 a.C. o crescimento do comércio tornou inviável semelhante separatismo municipal e gerou "impérios", nos quais uma personalidade dominante sujeitava as cidades e seus *patesis*, e tecia-os em unidade econômica e política. O déspota vivia numa atmosfera de violência e terror evocativa do Renascimento italiano; a qualquer momento podia ser despachado pelos mesmos métodos que o tinham entronizado. Morava em palácios inacessíveis, com entradas tão estreitas que só davam passagem a uma pessoa de cada vez; à direita e à esquerda havia esconderijos de onde guardas secretos examinavam os visitantes ou saíam para atravessá-los com suas adagas.[33] O próprio templo que o rei freqüentava era privado, e bem oculto no palácio, de modo que ele pudesse assistir às cerimônias sem se expor.

O rei ia para a batalha de carro, chefiando hostes armadas de arco, setas e lanças. As razões de guerra consistiam sempre em desavenças por motivo das rotas comerciais, ou coisas do gênero, sem nenhum engodo ideológico. O rei Manishtusu, de Acad, anunciou francamente que ia invadir Elam para recolher as minas de prata e as jazidas de diorito necessárias à sua imortalização pela escultura — o único exemplo que se conhece de guerra com objetivos artísticos. Os vencidos eram vendidos como escravos; se não havia procura, trucidavam-nos no campo da luta. Às vezes um décimo dos aprisionados, vãmente a se debaterem numa rede, eram oferecidos, como vítimas, aos sanguissedentos deuses. Como na Itália do Renascimento o separatismo chauvinista das cidades estimulava a vida e a arte — mas levava a lutas suicidas e acabou por destruir a Suméria.[34]

Nos impérios, a ordem social era mantida por meio de um sistema feudal. Depois de uma guerra bem-sucedida, o rei distribuía as terras entre os seus capitães e isentava-as de taxas; esses homens mantinham a ordem em seus domínios e forneciam elementos para as façanhas dos reis. Recursos para o tesouro advinham de taxas em gêneros, que eram depositados nos armazéns reais e distribuídos como paga aos funcionários públicos.[35]

A este sistema foi adicionado um corpo de leis, já enriquecido de precedentes quando Ur-engur e Dungi codificaram os estatutos de Ur; e temos aqui a fonte do famoso código de Hamurabi. Era uma legislação mais crua e simples que a posterior, embora menos severa; onde, por exemplo, o código semita matava a mulher por adultério, o código sumeriano permitia que o marido tomasse outra esposa e reduzisse a primeira a uma posição subordinada.[36] A lei alcançava tanto o comércio como as relações sexuais, e regulava todos os empréstimos e contratos, todas as compras e vendas, todas as doações e legados. As cortes de justiça reuniam-se nos templos, formadas por sacerdotes-juízes; mas juízes profissionais presidiam uma corte superior. O melhor elemento deste código foi o plano para evitar litígio: cada caso era primeiramente submetido a um arbitrador público, cuja função consistia em reconciliar as partes.[37] Uma pobre civilização da qual nada podemos aprender para aperfeiçoamento da nossa.

4. Religião e Moralidade

O Panteão sumeriano — O alimento dos deuses — Mitologia — Educação — Preces — Prostitutas do templo — Direitos da mulher — Cosméticos

Desde que naquele tempo o governo já havia descoberto a grande utilidade política do céu, o rei Ur-engur proclamou o seu código de leis em nome do grande deus Shamash. Como os deuses se mostrassem úteis, começaram a proliferar; cada cidade ou Estado, cada atividade humana, tinha seu patrono. A adoração do Sol já seria velhíssima quando a Suméria começou, e lá essa adoração se expressou no culto de Shamash, "luz dos deuses", que havia passado a noite nas profundezas do norte até que a Aurora lhe viesse abrir as portas; subiu então ao céu, qual uma chama, guiando seu carro pelas avenidas do firmamento; o Sol não passava de uma das rodas desse carro.[38] Nippur construiu grandes templos ao deus Enlil e a sua consorte Ninlil; Uruk adorava especialmente a virgem deusa da Terra, Innini, conhecida dos semitas de Acad como Ishtar — a versátil Afrodite-Deméter do Oriente Próximo. Kish e Lagash adoravam uma *Mater Dolorosa*, a magoada deusa Ninkarsag, que, condoída da infelicidade dos homens, por eles intercedeu perante as divindades mais severas.[39] Ningirsu era o deus da irrigação, o "senhor dos Dilúvios"; Abu ou Tammuz, o deus da vegetação. O próprio pecado era um deus — da Lua; representavam-no sob forma humana, com um leve crescente na cabeça,ősságio da auréola dos santos medievais. O ar vivia saturado de espíritos, anjos protetores de cada sumeriano e demônios que procuravam sobrepujar os anjos e se apoderar do corpo e da alma das criaturas.

A maior parte dos deuses vivia nos templo, onde eles recebiam oferendas de alimento e mulheres. As tabuinhas de Gudea trazem a lista das oferendas preferidas pelos deuses: bois, carneiros, pombos, galinhas, marrecos, peixes, tâmaras, figos, pepinos, manteiga, azeite e bolos;[40] esta lista nos mostra a excelente cozinha de que dispunham os sumerianos ricos. No começo é provável que os deuses preferissem a carne humana; mas os homens souberam convencê-los a aceitar a dos animais. Uma tabuinha litúrgica diz, com estranha advertência teológica: "O carneiro é o substituto da humanidade; pelo homem o carneiro deu sua vida."[41] Graças a essas beneficências, tornaram-se os padres a mais rica e poderosa classe das cidades sumerianas. Em mui-

tos assuntos eram eles o governo; torna-se difícil determinar em que extensão era o padre rei e o rei padre. Urukagina levantou-se, qual Lutero, contra as exações dos sacerdotes, denunciando-lhes a voracidade, acusou-os de suborno e fixou as taxas a serem pagas aos templos, protegendo assim os fracos contra a extorsão clerical.[42] Já estava velho o mundo e bem firme em processos sempre muito honrados...

É de presumir que os padres recobrassem o poder quando esse rei morreu, a exemplo do que ocorreu no Egito depois da morte de Ikhnaton; os homens não discutem o preço da mitologia. Os grandes mitos da religião estavam tomando forma. Como os sumerianos colocavam alimentos e utensílios nos túmulos, podemos presumir que acreditassem na vida além-túmulo.[43] Mas, ao modo dos gregos, figuravam esse além como uma triste morada de sombras, para a qual iam, indiscriminadamente, todos os mortos. Ainda não haviam concebido a distinção entre céu e inferno, entre recompensas eternas e eternos castigos; as orações que rezavam não eram para a "vida eterna", mas para coisas tangíveis da Terra.[44] Diz uma lenda como Adapa, um sábio de Eridu, foi iniciado por Ea, a deusa da sabedoria; só um segredo lhe recusou a deusa — o conhecimento da vida imortal.[45] Outra lenda narra como os deuses tinham criado o homem para a felicidade; como por livre vontade o homem pecou e foi punido com o dilúvio, do qual um único veio a salvar-se, Tagtug. Esse Tagtug perdeu o direito à longevidade por comer o fruto de uma árvore proibida.[46]

Os padres transmitiam a educação juntamente com a mitologia, sempre orientados pelos seus interesses de classe. Os templos possuíam escolas anexas, onde as crianças aprendiam a ler e escrever, rudimentos de matemática e formavam seus hábitos de patriotismo e piedade, preparando-se algumas para a alta profissão de escriba. Tabuinhas escolares sobreviveram, como tabuadas de multiplicar e dividir, raízes quadradas é cúbicas e exercícios de geometria aplicada.[47] Que a instrução não era muito mais tola que aquela atualmente dada às nossas crianças, vemos da tabuinha que diz: "O homem, quando foi criado, nada sabia de trigo para comer, nem de roupas para vestir. Andava de quatro patas pelo chão, comia ervas ao modo dos carneiros e bebia nas poças."[48]

Há nobreza nesta prece do rei Gudea à deusa Bau, padroeira de Lagash:

> Rainha minha, ó Mãe que fundou Lagash,
> O povo que proteges está rico de poder;
> O adorador para o qual olhas tem a vida longa.
> Não tenho eu mãe — minha mãe és tu,
> Pai não tenho — tu és meu pai...
> Minha deusa Bau, tu sabes o que é bom;
> Tu me deste o alento da vida.
> Sob tua proteção, minha Mãe,
> À tua sombra reverentemente me deixarei ficar [49]

Havia mulheres adstritas aos templos, algumas como servas, outras na qualidade de concubinas dos deuses, ou de seus representantes na Terra. Servir desse modo à religião não constituía desonra para nenhuma moça da Suméria; os pais sentiam-se orgulhosos de que os encantos das filhas aliviassem a monotonia do viver divino, e celebravam-lhes a admissão no templo com grandes cerimônias e a entrega do dote aos padres.[50]

O casamento já era uma complexa instituição regulada por muitas leis. A noiva ficava senhora do dote dado pelo pai e podia legá-lo. Tinha sobre os filhos os mesmos direitos do esposo; e na ausência deste, ou de um filho já emancipado, era a administradora dos bens da família. Podia fazer negócios independentemente da autorização marital, e dispor de seus próprios escravos. Às vezes a mulher, como Shub-ad, ascendia à posição de rainha e governava a cidade com luxuriosa e imperiosa graça.[51] Em todas as crises, porém, o homem era o senhor e amo. Sob certas condições, podia vender a esposa, ou entregá-la como escrava em pagamento de dívidas. A dupla moralidade já estava em vigor, como corolário da propriedade e da herança; o adultério no homem não passava de um capricho sem importância, na mulher era punido com a morte. A esposa tinha o dever de dar muitos filhos ao marido e ao Estado; se estéril, podia o marido divorciar-se sem outra razão; e se meramente adversa à maternidade, podia ser afogada. As crianças não tinham direitos; os pais, por ato público, tinham o direito de renegá-las ou bani-las da cidade.[52]

Não obstante, como em muitas civilizações, as mulheres das classes altas equilibravam com o seu luxo e seus privilégios a inferioridade das irmãs pobres. Cosméticos e jóias figuram com freqüência nos túmulos sumerianos. No da rainha Shub-ad, Woolley encontrou um estojo de malaquita azul-verde, alfinetes de ouro com cabeça de lápis-lazúli, e uma *vanity-case* de concha filigranada de ouro. Esta caixinha, pequena como o dedo mínimo, encerrava uma minúscula cureta, provavelmente para tirar o ruge do *compact*; um bastonete de metal, talvez para recuar a cutícula; e um par de pinças para pêlos; anéis de ouro, um deles incrustado de lápis-lazúli; também um colar de lápis-lazúli e ouro. Nada há de novo sob o Sol; e as diferenças entre a primeira mulher e a última podem passar pelo fundo de uma agulha.

5. Letras e Artes

Escrita — Literatura - Templos e palácios — Estatuária — Cerâmica — Jóias — Sumário da civilização sumeriana

A escrita constitui o fato deveras importante nos remanescentes da Suméria. A maravilhosa arte já se mostrava bastante adiantada, e apta a exprimir pensamentos complexos em todos os campos. As mais velhas inscrições sumerianas são em pedra, e datam, aparentemente, de antes de 3600 a.C.[53] Em 3200 a tabuinha de argila aparece — e aparentemente os sumerianos se deleitavam com a grande descoberta. Foi para nós uma felicidade que não escrevessem em efêmero papel, com tinta delével, e sim na argila úmida, por meio de caracteres cuneiformes, isto é, em forma de cunhas. Nesse maleável material os escribas fixavam a relação dos acontecimentos, passavam escrituras de contratos, etc., e criaram uma cultura em que o "estilo", ou o instrumento com que gravavam os sinais, se tornou tão poderoso como a espada. Depois de concluído o trabalho, o escriba cozia a tabuinha ao fogo, ou a secava ao sol, e desse modo obtinha algo só menos durável que a pedra. Este desenvolvimento do cuneiforme foi a maior contribuição da Suméria para a civilização humana.

A escrita sumeriana se lê da direita para a esquerda; ao que sabemos, os babilônios foram os primeiros a escrever da esquerda para a direita. Aquele sistema de sinais havia saído, em lógico

desenvolvimento, das primitivas marcas de fábrica, e outras, feitas nos vasos de barro. Essas marcas, muito repetidas, foram-se contraindo em sinais simbólicos, e passaram a significar sons, não coisas. Poderíamos ter um análogo processo no inglês, se, por exemplo, o desenho de uma *bee* (abelha) se fosse simplificando com o tempo até representar apenas o som *be*, passando a indicar esta sílaba em qualquer palavra na qual ela aparecesse, como *be-ing, be-come, before.* Mas nem os sumerianos nem os babilônios chegaram ao sinal que representasse apenas uma letra — não eliminaram o *e* da sílaba *be*; iria caber ao Egito, ao que parece, a realização desse simples, mas revolucionaríssimo passo.[54]

Esta transição da escrita para a literatura deve ter exigido muitas centenas de anos. Durante séculos foi a escrita um instrumento de comércio, usada unicamente em contratos e notas; passou depois, talvez, para o uso dos padres, na fixação das fórmulas mágicas ou rituais, das lendas sagradas, orações, etc., com o fim de preservá-las da adulteração. Não obstante, já em 2700 a.C. existiam grandes bibliotecas na Suméria; nas ruínas de Tello, por exemplo, Sarzac descobriu uma coleção de 30.000 tabuinhas empilhadas com muita ordem lógica.[55] Bem cedo, por volta do ano 2000, os historiadores sumerianos começaram a reconstruir o passado da raça e a fixar o presente para uso do futuro; parte desse trabalho chegou até nós sob forma de citações, feitas em tabuinhas babilônicas posteriores. Entre as primitivas, porém, existe uma, encontrada em Nippur, típica da época de Gilgamesh, que analisaremos em outro ponto em sua expressão babilônica desenvolvida.[56] Algumas contêm endechas de muito vigor poético e já em boa forma literária. Estas relíquias salvas à destruição do tempo indicam a origem religiosa da literatura, nos cantos e lamentações dos sacerdotes. Os primeiros poemas não foram madrigais, mas orações.

Atrás desses aparentes começos deviam estar muitos séculos de desenvolvimento, na Suméria e em outros pontos. Nada foi criado, tudo cresceu. Assim como a escrita da Suméria *parece* ter criado o cuneiforme, assim também a sua arquitetura parece ter criado as formas fundamentais dos templos e das casas, a coluna, a abóbada e o arco.[57] O campônio construía sua cabana fincando varas em quadrado, em retângulo ou em círculo, curvando-as para o centro e amarrando-lhes as pontas em forma de arco, de abóbada ou de domo;[58] parece-nos estar aqui a humilde origem destas formas de arquitetura. Entre as ruínas de Nippur encontrou-se uma arcaria de drenagem de 5.000 anos de idade; nos túmulos reais de Ur existem arcos de 3.500 anos, e as portas em arco eram comuns em Ur já no ano 2000 a.C.[59]

Os cidadãos mais abastados construíam palácios sobre elevações de terra, às vezes até de 40 pés acima do nível da planura, e tornavam-nos inacessíveis, exceto por uma passagem; eram como castelos. A escassez da pedra levava-os a utilizar tijolos. A superfície das paredes recebia decorações de terracota de todas as formas — espirais, círculos, triângulos, losangos, arabescos. No interior as paredes eram rebocadas e pintadas em estilo mural. A casa erguia-se ao redor de um pátio, proporcionador de sombra e frescura; pela mesma razão, e também por motivo de segurança, os quartos abriam para esse pátio. As janelas constituíam luxos, ou talvez não fossem necessárias. A água vinha de poços; e um extenso sistema de drenagem levava para longe as águas residuais. Nenhuma complexidade na mobília, nem abundância, mas certo bom gosto. Algumas camas eram embutidas de metal e marfim, e às vezes, como no Egito, as cadeiras repousavam sobre pés com garras de leão.[60]

A pedra para os templos era importada, e adornada com entablamentos de cobre e frisos de material semiprecioso. O templo de Nannar, em Ur, estabeleceu para toda a Mesopotâmia a moda dos ladrilhos azuis vidrados; o interior era forrado de mármore, alabastro, ônix, ágata e ouro. Normalmente o templo de maior importância da cidade se erguia numa elevação e culminava num zigurate — ou torre de três a sete andares, rodeada de escadaria externa em parafuso, e com recuo em cada andar. Ali naqueles altos os deuses podiam morar e o governo encontrava mais segurança contra a invasão e a revolta.[61] (Tais zigurates sugeriram aos americanos o recuo dos andares superiores dos arranha-céus, para melhor distribuição da luz. A história subitamente se contrai, quando aproximamos os zigurates da Suméria, com 5.000 anos de idade, e os modernos zigurates de Nova York.)

Os templos eram às vezes decorados com estatuárias de animais, herois e deuses; figuras simples, brutas e poderosas, mas destituídas de finura e graça. A maioria das estátuas salvas representa o rei Gudea, e o material utilizado foi o diorito. Nas ruínas de Tell-el-Ubaid, do período mais antigo, foi encontrada uma estatueta de cobre representando o boi, muito estragada pelo tempo, mas ainda cheia de vida. Uma cabeça de vaca do túmulo da rainha Shub-ad é obra-prima que sugere arte bem desenvolvida; os estragos do tempo, entretanto, não nos permitem apreciar-lhe o devido valor. Os baixos-relevos se conservaram melhor. A "Estela dos Abutres", erguida pelo rei Eanatum, de Lagash, o cilindro de pórfiro de Ibnishar,[62] a caricaturesca representação de Ur-nina[63] e, acima de tudo, a "Estela da Vitória", de Naram-sin, comparticipam da crueza da arte sumeriana, mas mostram a vitalidade característica das artes jovens e florescentes.

Já da cerâmica não podemos dizer o mesmo. Talvez o tempo haja trazido até nós justamente o pior; talvez houvesse muita coisa bem feita, como os vasos de alabastro de Eridu;[64] mas na maior parte a cerâmica sumeriana, embora feita no torno, não pode comparar-se com a de Elam. Vasos de ouro, de bons desenhos e delicado acabamento, foram achados nos mais velhos túmulos de Ur, alguns de 4000 a.C.[65] O vaso de prata de Entemenu, hoje no Louvre, embora pesado, revela fina gravação de animais.[66] Melhor que tudo, temos a bainha de uma adaga de ouro e lápis-lazúli exumada em Ur;[67] a julgar pelas fotografias, toca as raias da perfeição. (O original encontra-se no Museu do Iraque, em Bagdá.) As ruínas encerravam grande número de selos cilíndricos, feitos de metais preciosos ou de pedra, com relevos bem gravados em superfície de uma até duas polegadas quadradas; parece que serviam de chancela, em lugar de assinatura, e indicam um refinamento de vida que perturba nossa concepção do progresso como linha reta ascendente.

Podemos sintetizar a civilização sumeriana com a acentuação do contraste entre o rude da cerâmica e a perfeição da joalheria; era uma síntese de ásperos começos e ocasionais mestrias. E, ao que sabemos, contribuiu para o mundo com os primeiros Estados e impérios, a primeira irrigação, o primeiro uso do ouro como padrão de valor, os primeiros contratos comerciais, os primeiros sistemas de crédito, o primeiro código de leis, o primeiro desenvolvimento da escrita, as primeiras histórias da Criação e do Dilúvio, as primeiras bibliotecas e escolas, os primeiros cosméticos e jóias, a primeira literatura e poesia, as primeiras esculturas e os primeiros baixos-relevos, as primeiras ornamentações em metal, o primeiro arco, a primeira coluna e a primeira abóbada. Pela primeira vez aparecem na Suméria, em larga escala, alguns dos pecados da civilização: escravidão, despotismo, eclesiasticismo e guerra imperialística. A vida mostra-se já diferenciada e sutil, abundante e complexa. A natural desigualdade dos homens já estava produzindo um padrão de vida para os fortes e uma nova rotina de trabalho, duro e disciplinado, para os demais. Estava lançado o tema sobre o qual a História iria tecer mil variações.

III. PASSAGEM PARA O EGITO

A influência da Suméria na Mesopotâmia — Arábia antiga — Influência mesopotâmica no Egito

Não obstante, estamos ainda tão próximos do começo da história escrita que é difícil determinar a prioridade ou seqüência de muitas civilizações afins que se desenvolveram no Oriente Próximo. Nossos mais velhos documentos são os da Suméria; mas a simples circunstância de serem os únicos até agora encontrados não quer dizer que a primeira civilização fosse a sumeriana. Estatuetas e outros remanescentes aparentados aos da Suméria foram descobertos em Ashur e em Samarra, ou no que se tornou a Assíria; não sabemos, pois, se essa cultura veio da Suméria ou foi dali para a Suméria. O Código de Hamurabi assemelha-se ao de Ur-engur e ao de Dungi, mas ignoramos se evolveu de algum outro anterior. É apenas provável, não certo, que as civilizações da Babilônia e da Assíria tenham sido originárias ou fertilizadas pelas da Suméria e Acad.[68] Os deuses e mitos de Babilônia e de Nínive são, em muitos casos, desenvolvimentos da mitologia sumeriana; e as línguas de todas estas culturas mostram entre si a mesma relação existente entre o francês ou o italiano e o latim.

Schweinfurth chamou a atenção dos sábios para a circunstância de que a cultura do centeio e do trigo, e a domesticação do gado, cabras e carneiros aparecem muito cedo tanto no Egito como na Mesopotâmia. O *habitat* desses animais é na Ásia, especialmente no Iêmen, ou antiga Arábia. Disso conclui ele que a civilização surgiu primeiro na Arábia e depois se espalhou para a "cultura triangular" da Mesopotâmia (Suméria, Babilônia, Assíria), emigrando finalmente para o Egito.[69] Mas o que sabemos da velha Arábia é muito pouco; não nos permite averiguar esta hipótese.

Mais definida é a derivação para o Egito de certos elementos específicos da Suméria e da Babilônia. A corrente do comércio passava entre a Mesopotâmia e o Egito — certamente via istmo de Suez e provavelmente por água, pelas antigas bocas dos rios egípcios abertas para o Mar Vermelho.[70] Um olhar no mapa nos explica por que o Egito, através da sua história, pertence mais à Ásia do que à África; o comércio e a cultura podiam passar da Ásia para o Egito pelo Mediterrâneo, mas logo adiante se viam barrados pelo deserto, que, com as cataratas do Nilo, isolava da África o país dos faraós. Nada mais natural, pois, que encontremos tantas feições mesopotâmicas na primitiva cultura do Egito.

Quanto mais penetramos na linguagem egípcia, mais afinidades encontramos com as línguas semitas do Oriente Próximo.[71] A pictografia dos egípcios pré-dinásticos parece ter vindo da Suméria.[72] O selo cilíndrico, de origem mesopotâmica, entra muito cedo na história do Egito e depois desaparece como se a moda importada fosse desalojada por uma criação local.[73] O torno do oleiro só foi conhecido depois da Quarta Dinastia, isto é, muito mais tarde do que na Suméria; presumivelmente foi trazido da "Terra-Entre-os-Rios", juntamente com a roda e o carro.[74] Na estatuária as cabeças maciças dos mais antigos egípcios e babilônios são perfeitamente idênticas na forma.[75] Uma faca de sílex, finamente trabalhada, encontrada nas ruínas pré-dinásticas de Gebel-el-Arak, mostra enfeites e temas da Mesopotâmia.[76] Quanto ao cobre, a probabilidade é de que se tenha desenvolvido na Ásia, de onde entrou no Egito.[77] A arquitetura egípcia arcaica assemelha-se à da Mesopotâmia no uso do painel reentrante como elemento de decoração das paredes de tijolos.[78] A cerâmica pré-dinástica, as estatuetas e os ornatos são em muitos casos idênticos, ou filiados, à arte mesopotâmica.[79] Há pequenas imagens de uma deusa egípcia de evidente origem asiática. Quando a civilização egípcia parecia estar apenas começando, os artistas de Ur já praticavam a estatuária e os relevos cujos estilo e convenções mostram a antigüidade dessas artes na Suméria.[80] (Um grande estudioso do assunto, Elliot Smith, tentou opor a estas considerações a de que, embora não sejam conhecidos no Egito a cevada, o painço e o trigo em seu estado natural, é aí que encontramos os mais antigos sinais de seu cultivo, e ele acredita que foi do Egito que a agricultura e a civilização se dirigiram para a Suméria.[81] O maior egiptólogo americano, Professor Breasted, igualmente não está convencido da prioridade da Suméria, e rejeita a hipótese de Schweinfurth com base em que se encontraram cereais em seu estado nativo nas terras altas da Abissínia.)

O Egito pode sem demérito ceder a primazia da civilização à Suméria. Porque, seja lá o que for que o Nilo haja tomado ao Tigre e ao Eufrates, sua gente logo o afeiçoou em formas pessoalíssimas, criando uma das mais ricas, das maiores, das mais poderosas e graciosas culturas da História. Nesse ponto a Suméria não foi senão o humilde começo do Egito — e nem mesmo a Grécia e Roma iriam superá-la.

CAPÍTULO VIII

Egito

I. O DOM DO NILO

1. No Delta

Alexandria — O Nilo — As Pirâmides — A Esfinge

O PONTO é perfeito. Para além do quebra-mar as ondas rugem furiosas; aquém, o mar torna-se espelho. Na pequena ilha de Faros, já na velhice do Egito, Sostrato construiu um grande farol de mármore branco, de 500 pés de altura — a luz de todos os navegantes do Mediterrâneo e uma das sete maravilhas do mundo. O tempo e a erosão das águas o destruíram, mas um novo farol foi erguido no mesmo local, guiando os barcos através dos arrecifes até o cais de Alexandria, a metrópole fundada pelo espantoso jovem estadista Alexandre, cidade poliglota que iria herdar a cultura do Egito, da Palestina e da Grécia. Em seu porto César recebeu, sem alegria, a cabeça cortada de Pompeu.

O trem atravessa a cidade; relances de alamedas e ruas descalças; calor intenso no ar; trabalhadores nus até a cintura, mulheres negras carregando fardos, muçulmanos de branco e com turbante na cabeça, cheios de dignidade; e, na distância, espaçosos largos, com palácios que brilham ao sol, talvez tão belos como os que os Ptolomeus ergueram quando Alexandria era a sala de visitas do mundo. Depois, subitamente, a terra nua; e até a linha do horizonte, a planura do Delta — esse triângulo de verde que aparece nos mapas como a copa da palmeira de que o Nilo é o tronco.

Não pode haver dúvida num ponto: que outrora o Delta foi uma baía; pacientemente o largo rio a aterrou com detritos vindos de milhares de milhas de distância. (Os antigos geógrafos, como Estrabão,[1] acreditavam que o Egito tenha estado sob as águas do Mediterrâneo, e que seus desertos eram, então, o fundo do mar.) Ali, naquele triângulo de lama fechado pelas numerosas bocas do rio, seis milhões de homens plantam algodão no valor de cem milhões de dólares por ano. Calmo e espelhante ao sol, bordejando palmeiras esbeltas e barrancas verdes, desliza a mais furiosa de todas as caudais. Não podemos ver o deserto que lhe fica tão perto, ou grande *wadi* — leito vazio — por onde seus tributários outrora correram; não podemos ainda compreender que coisa precariamente estreita é esse Egito que deve tudo ao Nilo e que de todos os lados as areias esvoaçantes acossam.

Passa o trem agora pelo meio de uma planície aluvial. Chão semicoberto de água e trançado de canais de irrigação. Apenas de tanga, os seminus felás trabalham infatigável e ininterruptamente. O rio acaba de sair de uma das suas anuais inundações, que duram 100 dias; depois que as terras recebem a fertilidade, o Egito abre-se em flores, porque, como disse Heródoto, essa terra é um presente do Nilo. Torna-se claro o motivo pelo qual a civilização encontrou ali um de seus mais antigos centros; praticamente em nenhuma outra parte existe uma caudal mais generosa na irrigação e tão controlável; só na Mesopotâmia pode haver coisa igual. Por milhares de anos os cam-

pônios têm aguardado com ansiedade a subida do rio; os progressos da cheia são ainda hoje anunciados nas ruas do Cairo.[2] Assim também o passado, com a calada continuidade deste rio, deflui para o futuro, só de passagem tocando o presente. Os historiadores fazem divisões; o tempo, não.

Mas cada presente tem seu preço; e o campônio sabia que sem o controle das enchentes a força das águas poderia destruir tudo. E para evitá-lo vem desde tempos imemoriais construindo essas valas que cruzam e recruzam a terra; e retendo o excesso de água dos canais; e quando o rio baixa, erguem a água com baldes na ponta de longas varas em gangorra; e cantando os cantos que o Nilo vem ouvindo há cinco mil anos. Porque os campônios de hoje são o que sempre foram, sombrios e sem alegria mesmo em suas canções com toda probabilidade de 50 séculos.[3] Aquele sistema de elevar a água é velho como as pirâmides; e um milhão desse felás, a despeito das conquistas da Arábia, ainda fala a velha língua escrita nos antigos monumentos egípcios.[4]

Ali no Delta, a 50 milhas a sudoeste de Alexandria, ficava a Náucratis, outrora repleta de industriosos gregos; 30 milhas a leste encontramos a sede de Sais, onde, nos séculos anteriores às conquistas persa e grega, a civilização nativa do Egito teve sua derradeira florada; e então, a 129 milhas a sudeste de Alexandria, surge o Cairo. Bela cidade, mas nada egípcia; os conquistadores muçulmanos a fundaram no ano de 968 de nossa era; depois, o brilhante espírito da França sobrepôs-se à tristeza árabe e construiu uma Paris no deserto, exótica e fantástica. O turista tem de atravessá-la de carro, ou no sossegado *fiacre*, para ir encontrar o velho Egito nas Pirâmides.

Como parecem pequenas, a distância, da longa estrada que a elas nos leva! Viemos de tão longe, então, para ver tão pouco? Mas vão crescendo, como erguidas por molas; e depois de uma curva do caminho, a fímbria do deserto nos surpreende e temos, de súbito, diante de nós, nuas e solitárias na areia, as Pirâmides do Egito, gigantescas e silentes sobre a imprimadura azul do céu. Muita gente variegada move-se-lhes aos pés — gordos homens de negócio montados em burricos, damas de carro, rapazes a cavalo, moças desajeitadamente sentadas sobre camelos, os joelhos de seda cintilando ao sol — e, de todos os lados, árabes pilharengos. Estamos onde César e Napoleão estiveram, e lembramo-nos que do alto daqueles monumentos 50 séculos nos contemplam; onde 400 anos antes de César esteve o Pai da História, ouvindo as lendas que iriam impressionar Péricles. Uma nova perspectiva do tempo surge diante de nós; dois milênios parecem fugir da cena, e César e Heródoto surgem-nos então, modernos como nós mesmos, em face daqueles túmulos mais velhos para os gregos do que os gregos o são para nós.

Nas vizinhanças a Esfinge, meio leão, meio filósofo, crava as unhas na areia e olha estática para os efêmeros visitantes da planura eterna. É um monumento selvagem, como que destinado a assustar crianças. O corpo de leão termina em cabeça humana, de mandíbulas prognatas e olhar cruel; a civilização que produziu aquilo ainda não esquecera o barbarismo (*ca.* 2990 a.C.). A Esfinge já esteve coberta pelas areias, pois Heródoto, que viu tanta coisa que já lá não existe, nem sequer a menciona.

Não obstante, que riqueza deviam possuir os velhos egípcios, e quanto poder e habilidade, para, ainda na infância da História, trazer aquelas enormes pedras de 600 milhas de distância, algumas pesando muitas toneladas, e erguê-las à altura de 500 pés; e pagar, ou alimentar, os 100.000 escravos que nelas trabalharam durante 20

anos! Heródoto preservou-nos uma inscrição sobre a quantidade de rabanetes, alho e cebola consumida pelos escravos; esses vegetais também iriam ter a sua imortalidade. (Diodoro Sículo, que se deve ler com certo cepticismo, escreve: "Uma inscrição na grande pirâmide... assenta que em vegetais e purgantes para os trabalhadores pagou-se uma grande soma acima de 1.600 talentos" — ou seja $ 16.000.000).[5] Mas, a despeito de tudo, o desapontamento nos domina: existe algo de barbaramente primitivo — ou barbaramente moderno — naquela bruta sede de tamanho. É a imaginação do observador que, empanturrada de História, torna grandes aqueles monumentos; em si são um tanto grotescos — esses túmulos da vanglória em que as múmias procuram eternizar-se. Talvez a representação gráfica os tenha enobrecido com excesso; a fotografia apreende tudo, menos o pó, e realça objetos feitos pelo homem com a nobreza das passagens de terra e mar. O pôr-do-sol em Gizé é maior do que as Pirâmides.

2. *Rio Acima*

Mênfis — A obra-prima da rainha Hatxepsu — Os "Colossos de Mêmnon" — Lúxor e Carnac — A grandeza da civilização egípcia

O naviozinho que parte do Cairo leva seis preguiçosos dias para chegar a Lúxor e Carnac. A 20 milhas abaixo do Cairo passa por Mênfis, a mais antiga das capitais egípcias. Ali, onde as opulentas Terceira e Quarta Dinastias viveram numa cidade de dois milhões de almas, nada hoje nos atrai os olhos, senão um renque de pequenas pirâmides e um bosque de palmeiras; para além, o deserto infinito, a terrível areia que nos foge sob os pés, nos cai nos olhos, nos enche os poros e recobre tudo, desde Marrocos até a Mongólia; ao longo dessa faixa arenosa duas civilizações continentais já nasceram e morreram, expulsas pela invasão do calor e a cessação das chuvas. Junto ao Nilo, numa faixa de 12 milhas de cada lado, corre a faixa de terra fecunda; do Mediterrâneo à Núbia só ela escapa à aridez. Constitui o fio do qual se dependura o Egito — e, no entanto, como nos parecem breves a vida da Grécia ou o milênio romano, comparados ao pedaço da vida humana que vai de Menés a Cleópatra!

Uma semana depois da partida o naviozinho chega a Lúxor. Neste ponto, hoje coberto de cabanas árabes sobre a areia movediça, já se ergueu a mais opulenta capital do Egito, a mais próspera cidade do mundo antigo, pelos gregos denominada Tebas, e, pela sua própria gente, Wesi e Ne. Na margem ocidental do Nilo fica o famoso Palácio do Inverno de Lúxor, recoberto de buganvília; para além do rio o sol se põe sobre os Túmulos dos Reis, desaparecendo no mar de areia; o céu está todo púrpura e ouro. A oeste vemos os pilares do nobre templo da rainha Hatxepsu, olhando para o mundo inteiro como certas colunatas clássicas.

Pela manhã preguiçosos saveiros conduzem os observadores por um rio tão calmo e despretensioso, que ninguém suspeita estar fluindo daquele modo por incontáveis séculos. Por entre montanhas desnudas e túmulos históricos, vamos vencendo milhas e milhas de deserto, até que a obra-prima de Hatxepsu aparece, silenciosa e branca no ar trêmulo. O artista transformou a natureza e seus morros em algo maior: à frente da massa de rochas levantou aquelas colunas de Ictino; vendo-as, achamos impossível que a Grécia não tomasse a sua arquitetura do povo que ali viveu. Nos muros, os baixos-relevos, tão vivos de pensamento e ação, contam da primeira grande mulher e rainha da História.

Na estrada, dois gigantes de pedra sentados representam o mais opulento soberano egípcio, Amenotep III; o Baedeker da Grécia erradamente os denomina "Colossos de Mêmnon". Cada um deles tem 21 metros de altura e pesa 700 toneladas; foram esculpidos num só bloco. Na base lêem-se as inscrições dos viajantes gregos que o visitaram há dois mil anos — e novamente os séculos desaparecem diante de nós; os gregos nos parecem contemporâneos, tão grande é a antigüidade daquelas ruínas. Uma milha ao norte, surgem os remanescentes de Ramsés II, uma das fascinantes figuras da História, diante da qual Alexandre pouco representa; viveu 99 anos, reinou 67 — e agora ali está por terra, figurado numa pedra de 20 metros, em ruínas, na areia. Os *savants* de Napoleão tomaram-lhe todas as medidas; orelhas, um metro e pouco de comprimento; peso, mil toneladas. Bonaparte o saudou como mais tarde saudaria a Goethe: "*Voilà un homme!*"

Ao redor, na vasta margem do Nilo, a Cidade dos Mortos. A espaços, os egiptólogos furões foram desenterrando túmulos reais. O de Tutancamon está fechado — fechado até para aqueles que julgam que o ouro tudo vence; mas o túmulo de Seti I está aberto, e lá, na terra fria, podemos contemplar os tetos e corredores decorados, e maravilhar-nos com a opulência que podia construir tais sarcófagos e rodeá-los de tanta arte. Num desses túmulos os escavadores viram marcadas na areia as pegadas dos escravos transportadores da múmia — três mil anos antes.[6]

Os melhores remanescentes, porém, são encontrados na margem ocidental do rio. Ali em Lúxor o senhorial Amenotep III empregou os despojos das vitórias de Tutmés III para construir o mais pretensioso dos edifícios; a morte o colheu durante a construção; e, depois de um século de interrupção, Ramsés II a concluiu em seu régio estilo. As qualidades da arquitetura egípcia ressaltam aos nossos olhos: nela há força, não apenas beleza; é masculina a sublimidade. Um pátio amplo, hoje de chão de areia mas outrora pavimentado de mármore; de três lados, majestosas colunatas só equiparáveis às de Carnac: todas as pedras bordadas de baixos-relevos — e a estátua real orgulhosa mesmo daquela desolação. Imaginem-se oito longos caules de papiro, essa planta-máter das letras, mas ali em função artística, poderosamente afeiçoados em forma de colunas de pedra: as colunas papiriformes de Lúxor. Imagine-se um pátio de tais colunas sustentando entablamentos maciços e pórticos; examine-se o conjunto como nos foi deixado pela destruição de 30 séculos; e depois pense-se nos homens que ainda na infância da civilização concebiam e executavam tais monumentos.

Por entre as antigas ruínas e o moderno desalinho, uma senda nos leva aos templos de Carnac. Cinqüenta faraós participaram da sua construção, desde as últimas dinastias do Velho Reino até os tempos dos Ptolomeus; durante gerações e gerações aquelas estruturas cresceram, até recobrirem 60 acres de terra com a mais poderosa oferenda que a arquitetura jamais fez aos deuses. Uma "Avenida de Esfinges" leva ao ponto em que Champollion, o fundador da Egiptologia, esteve em 1828:

> Cheguei afinal ao palácio, ou, antes, à cidade de Carnac. Aqui, toda a magnificência dos faraós apresentou-se-me aos olhos, tudo que os homens imaginaram e executaram na maior de todas as escalas... Nenhum povo antigo ou moderno concebeu a arquitetura tão grandiosamente como os antigos egípcios. Conceberam-na como se fossem homens de 100 pés de altura.[7]

Para compreender esses monumentos são necessários planos e mapas, e conhecimentos arquitetônicos. Um espaçoso recinto de muitos pátios, com 530 metros de cada lado; uma população de 86.000 estátuas;[8] um grupo central de construções — eis em que consiste o templo de Amon. Trezentos e trinta metros por noventa e nove; grandes portões entre um pátio e outros; os perfeitos "Pilares Heráldicos" de Tutmés III, quebrados no topo, mas ainda admiráveis na delicadeza dos entalhes; o Salão de Festas desse mesmo monarca, com suas colunas antecipando aqui e ali a força da coluna dórica na Grécia; o pequeno templo de Ptah, de graciosos fustes, rivais das palmeiras em elegância; o "Passeio", também obra dos arquitetos de Tutmés, com maciças colunatas nuas, símbolo do Egito de Napoleão; e, acima de tudo, o Hipostilo (do qual se pode ver um modelo no Museu Metropolitano de Arte, em Nova York): verdadeira floresta de 140 colunas gigantescas, bastante juntas para resguardo contra o implacável sol, sustenta um teto de enormes lajes de granito, que vão de um capitel a outro. Perto, dois obeliscos, monumentos cortados numa única pedra, perfeitos de simetria e graça, erguem-se como pilares de luz no meio das ruínas das estátuas e dos templos, e anunciam nas inscrições a orgulhosa mensagem da rainha Hatxepsu ao mundo. Estes obeliscos, dizem os entalhes,

> são do duro granito das pedreiras do sul; e os topos, do melhor ouro das terras estrangeiras. Podem ser vistos de muito longe; o esplendor de seu brilho enche as Duas Terras, e quando entre eles surge o disco do Sol, é verdadeiramente como se se erguesse no horizonte do céu... Vós, que depois de longos anos tendes visto esses monumentos, vós que falareis do que eu fiz, direis: "Não sabemos, não sabemos como pode ser feita toda uma montanha de ouro"... Para revesti-las eu dei ouro medido aos alqueires, como se fossem sacos de trigo... pois não ignoro que Carnac é o celestial horizonte da Terra.[9]

Que rainha e que reis! Talvez essa primeira civilização fosse a mais bela de todas, e nós estamos apenas descobrindo a sua glória. Próximo ao lago, em Carnac, homens escavam, pacientemente levando dali a terra em cestos carregados ao ombro na extremidade de paus; um egiptólogo absorve-se curvado sobre os hieróglifos de duas pedras pouco antes desenterradas; é um dos milhares de homens que, a exemplo de Carter Breasted e Maspero, Petrie Capart e Weigall, ali passam a vida, no calor e no pó, procurando decifrar o enigma da Esfinge, desentranhando do solo revel a arte e literatura, a história e a sabedoria do Egito. Contra eles não cessam de conspirar os elementos; a superstição os persegue e embaraça; a umidade e a corrosão atacam os monumentos exumados; e o próprio Nilo que dá pão ao Egito invade nas enchentes as ruínas de Carnac, abala as colunas, derruba-as (como, por exemplo, a 3 de outubro de 1899, 12 colunas do templo de Carnac, derrubadas pelas águas, estavam deitadas por terra), deixando, depois da vazante, um depósito de salitre que, como lepra, corrói a pedra.

Contemplemos mais uma vez a glória do Egito, em sua história e civilização, antes que esses monumentos se desfaçam em areia.

II. OS MESTRES CONSTRUTORES

1. *A Descoberta do Egito*

Champollion e a Pedra de Roseta

A reconstituição do Egito é um dos mais brilhantes capítulos da arqueologia. A Idade Média só conheceu o Egito como colônia romana e cristã; o Renascimento admitia que a civilização havia começado na Grécia; mesmo o Século das Luzes, embora inteligentemente se preocupasse com a Índia e a China, nada sabia do Egito além das Pirâmides. A egiptologia foi um subproduto do imperialismo napoleônico. Quando o corso partiu para a expedição do Egito, levou consigo um grupo de engenheiros e desenhistas para o levantamento topográfico do terreno, além de alguns estudiosos absurdamente interessados na história antiga. Foram estes homens os primeiros reveladores dos templos de Lúxor e Carnac; e a exaustiva *Descrição do Egito* (1809-13) que prepararam para a Academia Francesa constitui a primeira pedra dos estudos sistemáticos daquela esquecida civilização.[10]

Por muitos anos, entretanto, foram incapazes de ler as inscrições ainda existentes nas pedras. Um dos *savants*, Champollion, dedicou-se ao problema da decifração dos hieróglifos, e por fim encontrou um obelisco recoberto de inscrições egípcias, mas trazendo embaixo uma inscrição grega indicadora de que aquilo dizia respeito a Ptolomeu e Cleópatra. Deduzindo que dois hieróglifos muito repetidos, sempre marcados com uma insígna real, significavam os nomes de Ptolomeu e Cleópatra, conseguiu decifrar 11 letras; foi a primeira demonstração de que o Egito tinha possuído um alfabeto. Em seguida o sábio aplicou esse alfabeto à grande laje que as tropas de Napoleão haviam encontrado perto de Roseta, uma das bocas do Nilo. Esta "Pedra de Roseta" (atualmente no Museu Britânico) continha uma inscrição em três línguas: em hieróglifos, em "demótico" — a escrita popular dos egípcios — e em grego. Com o conhecimento que tinha do grego e as 11 letras do obelisco, Champollion, depois de 20 anos de trabalho, decifrou a inscrição inteira da Pedra de Roseta,[11] e, desse modo, com a contribuição do diplomata sueco Akerblad, em 1802, e do versátil físico inglês Thomas Young, em 1814, ressuscitou, em sua integridade, o velho alfabeto egípcio — abrindo as portas para a reconstituição de todo um mundo perdido. Esse fato corresponde a um dos picos da história da História.[12]

2. *Egito Pré-histórico*

Paleolítico — Neolítico — Os badarianos — Pré-dinástica — Raça

Desde que os radicais de uma geração se tornam os conservadores da imediata, não era de es perar que os criadores da Egiptologia fossem os primeiros a aceitar como autênticos os remanescentes da Idade da Pedra Lascada, no Egito; depois dos 40 anos *les savants ne sont pas curieux*. Quando foram desenterrados no vale do Nilo os primeiros sílices, Flinders Petrie classificou-os como oriundos das gerações pré-dinásticas; e Maspero, cuja alta erudição de modo algum fazia mal ao seu belo estilo, colocou a cerâmica neolítica do Egito no Reino Médio. Não obstante, em 1895, De Morgan revelou uma quase contínua gradação de culturas paleolíticas — em correspondência com as da Europa — nos machados de pedra, arpões, pontas de flechas e martelos exumados ao longo do Nilo.[13] Imperceptivelmente os restos paleolíticos passam para o neolítico em profundidades indicativas de dez a quatro mil anos a.C.[14] Os instrumentos de pedra se tornam mais bem acabados e superiores aos descobertos em qualquer outro ponto do mundo.[15] E lá para o fim desse período entra em cena o metal com vasos, cinzéis, pregos de cobre e ornatos de prata e ouro.[16]

Finalmente, como transição para a História, surge a agricultura. No ano de 1901, próximo à pequena cidade de Badari (a meio caminho entre o Cairo e Carnac), restos humanos foram exumados, juntamente com utensílios datáveis de 40 séculos a.C. Nos intestinos desses corpos

preservados durante 6.000 anos pela areia e o calor do deserto, encontraram-se cascas de grão de cevada.[17] Ora, como a cevada não era silvestre no Egito, a conclusão só podia ser a de que os badarianos já tinham aprendido a cultivar os cereais. Desde essa remota idade os habitantes do vale do Nilo se aproveitavam da irrigação, adequavam as florestas e pântanos, tomavam o rio ao domínio dos hipopótamos e crocodilos, e lentamente lançavam as bases de uma civilização.

Esses e outros remanescentes nos dão sinais da vida egípcia antes da primeira dinastia histórica. Foi uma cultura média entre a caça e a agricultura, e que já começava a substituir os instrumentos de pedra pelos de metal. Faziam-se botes, moía-se o trigo, teciam-se panos, domesticavam-se os animais e já se desenhava alguma coisa, sobretudo as presas apanhadas.[18] Na cerâmica, ainda muito simples, aparecem representações de mulheres, animais e homens, e também desenhos geométricos; um dos primores da época é a faca de Gebel-al-Arak. Conheciam-se a escrita pictográfica e os selos cilíndricos que encontramos na Suméria.[19]

Ninguém sabe de onde procederam aqueles primitivos egípcios. As melhores autoridades supõem que resultassem de um cruzamento entre nativos núbios, etíopes e líbios, de um lado, e imigrantes semitas ou armenóides de outro;[20] mesmo naquele tempo não havia raças puras no mundo. Provavelmente os invasores ou imigrantes da Ásia Ocidental trouxeram consigo uma elevada cultura,[21] e pela fusão com o vigoroso tronco local produziram o precipitado étnico que freqüentemente preludia o surgimento de uma nova civilização. Lentamente, de 4000 a 3000 a.C., essa mistura se estabilizou e criou o Egito da História.

3. O Antigo Reinado

Os nomos — O primeiro indivíduo histórico — Quéops — Quéfren — O propósito das Pirâmides — A arte e os túmulos — Mumificação

Já em 4000 a.C. esses povos do Nilo tinham forjado uma forma de governo. A população ao longo do rio estava dividida em nomos (do grego *nomos*, ou lei), espécie de distrito ou província cujos componentes eram da mesma raça, reconheciam o mesmo totem, obedeciam ao mesmo chefe, adoravam o mesmo deus e seguiam os mesmos ritos. Em todo o decurso da história egípcia esses nomos persistiram; seus "monarcas" tinham poder, autonomia, maior ou menor, conforme a força ou a fraqueza do faraó reinante. Uma vez que todas as estruturas que se desenvolvem tendem para a progressiva interdependência das partes, assim o surto do comércio e o aumento do preço da guerra forçaram os nomos a se organizarem em dois reinos, um ao sul e outro ao norte; essa divisão provavelmente refletia o conflito entre os nativos africanos e os imigrantes asiáticos. A perigosa acentuação das diferenças étnicas e geográficas foi atendida por algum tempo, quando Menés, figura semilegendária, reuniu as "Duas Terras" sob um só governo, promulgou um corpo de leis como outorgadas pelo deus Thoth,[22] estabeleceu a primeira dinastia histórica, construiu uma nova capital em Mênfis, "ensinou o povo", como diz um antigo historiador grego, "a usar mesas e camas e... introduziu o luxo e uma extravagante maneira de vida."[23]

A primeira "pessoa" a surgir na História não é nenhum conquistador ou rei, mas um artista-cientista — Imhotep, médico, arquiteto e conselheiro do rei Zoser (3150 a.C.). Tal foi a sua contribuição à medicina, que as gerações posteriores o adoraram como deus da ciência e das artes; parece ter sido o fundador da escola de arquitetura que iria proporcionar à dinastia seguinte os primeiros grandes construtores da História. Foi sob sua administração que as primeiras casas de pedra surgiram; foi ele quem planejou os mais velhos monumentos existentes — a Pirâmide de Sacara, uma

estrutura aterraçada que por três séculos fixou o estilo dos túmulos; e aparentemente também foi ele quem desenhou o templo funerário de Zoser, com as belas colunas de lótus e as paredes de calcário apainelado.[24] Nas velhas ruínas de Sacara, onde primeiro aparecem manifestações da arte egípcia, encontramos colunas elegantes como as dos gregos,[25] relevos cheios de realismo e vida,[26] faiança de belos tons verdes[27] e a poderosa estátua de Zoser, infelizmente corroída nos detalhes pela lima do tempo, mas ainda reveladora de admirável expressão de orgulho.[28]

Desconhecemos os motivos que fizeram da Quarta Dinastia a mais importante do Egito, antes da Décima Oitava. Talvez a prosperidade da mineração no último reinado da Terceira, talvez a ascendência dos mercadores egípcios no Mediterrâneo, talvez a brutal energia de Khufu (o "Quéops" de Heródoto), o primeiro faraó da Quarta Dinastia. Heródoto transmitiu-nos as tradições dos sacerdotes egípcios relativas a este construtor da primeira pirâmide de Gizé (a palavra "pirâmide" vem do egípcio *pi-re-mus*, altitude):

> Disseram-me eles que no reinado de Rampsinitus houvera uma perfeita distribuição de justiça, e que todo o Egito nadava em prosperidade; mas que seu sucessor Quéops se atolara em toda a sorte de infâmias e fechara todos os templos... e ordenara que todos os egípcios trabalhassem para ele. Uns eram mandados tirar pedra nas montanhas arábicas; outros, receber as pedras depois de transportadas pelo rio... E trabalharam 100.000 homens ao mesmo tempo, cada um prestando três meses de serviço. Foi de 10 anos o espaço de tempo em que o povo viveu assim, atormentado de serviço na abertura da estrada por onde levariam as pedras; um trabalho, na minha opinião, não menor que o do erguimento da Pirâmide.[29]

De Khafre (o "Quéfren" de Heródoto), seu sucessor e rival em construções, sabemos alguma coisa quase de primeira mão; porque o retrato em diorito que figura entre os tesouros do museu do Cairo pinta-nos esse faraó da segunda pirâmide, que dominou o Egito por 56 anos, como o imaginamos, embora ele possa ter sido diferente. Em sua cabeça está o falcão, símbolo do poder real; mesmo sem isso, porém, sentiríamos nele um rei integral. Olhos orgulhosos, firmes, intimoratos, penetrantes; um poderoso nariz e sólida corporatura; a natureza já havia aprendido a construir o homem — e a arte sabia representá-lo.

Por que razão ergueram esses homens as pirâmides? O propósito não era artístico, e sim religioso; as pirâmides não passavam de túmulos, vindos em linha reta dos velhos montículos funerários. Aparentemente os faraós admitiam, como qualquer homem comum da época, que os corpos eram habitados por um duplo, ou *Ka*, que não morria com o fim da respiração; e que o *Ka* sobreviveria de modo mais completo se a carne fosse preservada contra a fome, a violência e a dissolução. Pela sua forma, altura e posição as pirâmides procuravam a estabilidade propiciatória da imortalidade; e, a não ser nos cantos, tomavam a forma de um depósito naturalmente caído sobre a terra — a forma de um despejo de areia, por exemplo. Precisavam possuir permanência e força e por isso eram as pedras empilhadas com tamanha abundância, como se tomadas dali mesmo e não trazidas de centenas de milhas longe. Na pirâmide de Quéops contam-se dois e meio milhões de blocos, alguns pesando 150 toneladas;[30] em média pesam duas toneladas e meia; cobrem 108.900 metros quadrados e erguem-se a 158 metros. O todo formava massa contínua; só se omitiam os blocos ne-

cessários para dar passagem à carcaça do faraó. Os guias levam os medrosos turistas a se arrastarem de quatro pés para dentro do cavernoso mausoléu, até o coração da pirâmide; lá, naquele silêncio absoluto, naquele escuro eterno, dormiram os ossos de Quéops e sua rainha. O sarcófago de mármore ainda está no lugar, mas quebrado e vazio. Nem aquelas pedras nem todas as maldições dos deuses conseguiram amedrontar os ladrões.

Como o *Ka* era concebido à imagem do corpo, tinha de ser alimentado, vestido e servido após a morte física. Em alguns túmulos mais havia lavatórios para uso da alma; e um texto funerário exprime o receio de que por falta de comida o *Ka* ingerisse os seus próprios excrementos.[31] Suspeita-se que os costumes funerários egípcios entroncam nas primitivas inumações dos guerreiros com suas armas ou em alguma instituição como o *suttee* dos hindus — o enterro das esposas e servos do morto, para que o servissem na outra vida. Como isto não conviesse às esposas e aos escravos, os pintores e escultores tiveram a idéia de traçar desenhos e fazer estatuetas figurativas desses ajudantes; e por meio de fórmulas mágicas, gravadas sobre as representações, elas se tornavam tão efetivas quanto os modelos. Os herdeiros mostravam-se inclinados à poupança e, embora recebessem legados para o custeio das despesas, freqüentemente se furtavam ao cumprimento das prescrições religiosas do caso. Daí tornarem-se essas pinturas substitutas uma sábia precaução, graças às quais o *Ka* do morto podia dispor de belos campos de trigo, muito boi gordo, inumeráveis servos e diligentes operários — a um custo muito reduzido. Adotado esse princípio, os artistas realizaram maravilhas. Uma pintura nos mostra um campo em trabalhos de arroteamento; outra, em colheita; outra mostra a panificação do trigo; numa vemos um touro cobrindo uma vaca; em outra, o bezerro nascendo; em outra, a matança do gado; em outra, a carne servida quente.[32] Um belo baixo-relevo em calcário no túmulo do príncipe Rahotep retrata o morto refestelando-se com as vitualhas servidas.[33] Nunca, como nesse caso, a arte fez tanto pelos homens...

O meio de sossegar o *Ka* e assegurar-lhe vida longa não consistia apenas no enterro do cadáver em sarcófago de pedra; também o mumificavam. E se tornaram mestres na arte. Heródoto fala da arte do embalsamador egípcio:

> Primeiramente, extraíam os miolos pelas ventas, com um gancho de ferro, e que não saía por esse método era tirado com infusão de drogas. Depois, com uma pedra cortante, faziam uma abertura de lado e extraíam as entranhas; e, tendo limpado o abdome, lavavam-no com vinho de palmeira, e o aspergiam com estudados perfumes. Enchiam depois a cavidade com pura mirra, cássia e outras essências, e costuravam o corte; feito isso, maceravam o defunto em natro (um silicato de sódio e alumínio: $Na_2Al_2Si_3O_{10}2H_2O$) durante 70 dias; não era legal exceder desse prazo. Ao fim dos 70 dias lavavam o corpo, enleavam-no em bandas de pano encerado e o empapavam de goma, que no Egito é usada em vez de cola. Em seguida punham o corpo numa caixa de madeira com a forma de um homem, fechavam-na e guardavam-na em câmara sepulcral, de pé, encostada à parede.[34]

"Toda gente teme o Tempo", diz um provérbio árabe, "mas o Tempo teme as Pi râmides."[35] Apesar disso, a pirâmide de Quéops já perdeu seis metros de altura e todo o seu revestimento de mármore; talvez, em vez de temê-las, o tempo apenas não tenha pressa. Ao lado dessa pirâmide ergue-se a de Quéfren, um pouco menor, mas

com o revestimento ainda não totalmente destruído. Humildemente se levanta mais além a do sucessor desse faraó, Menkaure (o Miquerinos de Heródoto), já não revestida de granito, mas de tijolos, como se anunciasse que quando os homens a ergueram já o apogeu do Velho Reino havia passado. As estátuas de Miquerinos chegadas até nós mostram-se mais refinadas e menos possantes que as de Quéfren. (Basta examinar as estátuas de Miquerinos e sua consorte no Museu Metropolitano de Arte, em Nova York.) A civilização, como a vida, destrói aquilo que já levou à perfeição. Pode ser que o crescimento dos prazeres do luxo e o progresso da moral e dos costumes já tivessem feito os homens mais amigos da paz do que da guerra. E subitamente uma nova figura entra em cena; destitui Miquerinos e põe fim à dinastia dos construtores de pirâmides.

4. O Médio Reinado

Idade feudal — A Décima Segunda Dinastia — Os hicsos

Em parte alguma os reis foram tão abundantes como no Egito. A História os amontoa em dinastias, isto é, em monarcas de uma mesma linha ou família; mas, mesmo assim aos cachos, eles intoleravelmente nos sobrecarregam a memória [Os historiadores, por comodidade, agrupam as dinastias em períodos: 1) O *Antigo Reinado Menfita*, Dinastias I-VI (3500-2631 a.C.), seguido de uma fase intermediária de anarquia; 2) O *Médio Reinado Tebano*, Dinastias XI-XVI (2375-1800 a.C.), seguido de outro período caótico; 3) O *Império*, ou *Novo Império Tebano*, Dinastias XVIII-XX (1580-1100 a.C.), seguido por um período de divisão de capitais rivais; e 4) O Período da *Dinastia Saíta*, Dinastia XXVI, de 663 a 525 a.C. Todas as datas, exceto a da Dinastia Saíta, são aproximadas.] Um dos primeiros faraós, Pepi II, governou o Egito durante 94 anos (2738-2644 a.C.), o mais longo reinado da História. Por sua morte a anarquia e a dissolução irromperam; o controle escapou aos faraós, e os barões feudais passaram a dirigir autonomamente os nomos: esta alternação entre o poder centralizado e o descentralizado é um dos ritmos cíclicos da História, como se o homem tanto se canse da excessiva ordem como da excessiva liberdade. Depois de uma Idade Média de quatro séculos caóticos, um Carlos Magno egípcio apareceu, restaurou a ordem, mudou a capital de Mênfis para Tebas e sob o nome de Amenemhet I inaugurou a Décima Segunda Dinastia, durante a qual todas as artes, exceto, talvez, a arquitetura, iriam alcançar um grau de excelência inigualado no Egito ou em qualquer outra parte. Numa velha inscrição Amenemhet nos fala assim:

> Fui eu quem cultivou o cereal e amou o deus das colheitas;
> O Nilo e todos os vales felicitavam-me;
> Ninguém no meu tempo padeceu fome ou sede;
> Os homens viviam em paz dentro da minha obra, e falavam de mim.

Sua recompensa foi uma conspiração entre os Talleyrands e Fouchés por ele colocados nos mais altos cargos. O faraó os abateu com mão pesada, mas deixou para seu filho, um Polônio de *Hamlet*, um rolo de papiro cheio de admiráveis fórmulas de despotismo:

Ouve com atenção o que te digo,
Para que venhas a ser rei da Terra...
Para que possas prosperar:
Endurece com todos os subordinados —
O povo só dá atenção a quem o aterroriza;
Não te aproximes de ninguém mal guardado.
Não te abras com um irmão,
Não reconheças um amigo...
Quando no sono, guarda para ti mesmo o teu coração,
Porque um homem não tem amigos no dia da desgraça.[36]

Este severo governante, que nos parece tão humano através de 40 séculos, estabeleceu um sistema administrativo que durou meio milênio. A riqueza voltou ao país e com ela a arte: Senusret I construiu um grande canal do Nilo ao Mar Vermelho, repeliu os invasores núbios, erigiu templos em Heliópolis, Ábidos e Carnac, e dez colossais estátuas sentadas, hoje no museu do Cairo, nos conservam a sua imagem. Outro Senusret — o Terceiro — iniciou a conquista da Palestina, igualmente expulsou os núbios recalcitrantes e ergueu uma estela na fronteira sul, "não para que a adoreis, mas para que luteis por ela".[37] Amenemhet III, grande administrador e construtor de canais, pôs fim ao poder dos barões e substituiu-os por delegados de nomeação real. Treze anos após sua morte o Egito entrou em agitação com a disputa do trono por pretendentes rivais e o Reino Médio terminou com dois séculos de desordem. Então os hicsos, um povo nômade da Ásia, invadem a terra desunida, queimam as cidades, arrasam os templos, esbanjam as riquezas acumuladas, destroem inúmeras obras de arte e por duzentos anos conseguem manter em sujeição o vale do Nilo. Eram os "Reis Pastores". As antigas civilizações correspondiam a pequenas ilhas no oceano da barbárie; países prósperos rodeavam-se de povos caçadores e pastores, famintos, invejosos e belicosos; a qualquer momento as muralhas defensoras dessas civilizações podiam ser derrubadas. Assim, os cassitas assaltaram a Babilônia, os gauleses atacaram a Grécia e Roma, os hunos talaram a Itália, os mongóis derramaram-se sobre Pequim.

Breve, porém, os conquistadores engordaram e perderam as rédeas; os egípcios ergueram-se em luta de libertação, expulsaram os hicsos e estabeleceram a Décima Oitava Dinastia, cujos reis elevaram o Egito à maior riqueza e glória.

5. *O Império*

A grande rainha — Tutmés III — O apogeu do Egito

É possível que a invasão houvesse trazido rejuvenescimento, com a injeção de sangue novo; mas ao mesmo tempo a nova era marcou o começo do milênio de lutas entre o Egito e a Ásia Ocidental. Tutmés I não somente consolidou o poder do novo império, como, sob pretexto de controlar a Ásia Ocidental para prevenir invasões, invadiu a Síria, subjugou-a da costa até Carchemish, pô-la bem guardada e retornou a Tebas carregado de despojos e da glória que advém do matar homens em massa. Aos trinta anos de reinado ergueu sua filha Hatxepsu ao trono, juntamente com ele. Por algum tempo o marido da rainha governou como Tutmés II, e por morte nomeou sucessor a Tutmés III, filho de Tutmés I e uma concubina.[38] Mas Hatxepsu afastou esse

rei, assumiu o poder real e provou a sua alta capacidade. Um grande rei em tudo, menos no sexo.

Ainda aqui essa rainha admitiu concessões. Como a tradição exigia que os governantes egípcios fossem filhos do grande deus Amon, Hatxepsu tramou no sentido de ser declarada ao mesmo tempo macho e divina. Logo surgiu uma biografia com a lenda de que Amon havia envolvido Ahmasi, a mãe da rainha, numa nuvem de perfume e luz, e fora aceito; e ao retirar-se anunciou o deus que Ahmasi daria à luz uma filha em quem todo o valor do deus se manifestaria na Terra.[39] Para satisfazer os preconceitos do povo, e talvez o secreto desejo de seu coração, a grande rainha fez-se representar, em todos os monumentos, barbada e sem seios; e embora as inscrições a ela se referissem com o pronome feminino, não hesitaram em dá-la como "Filho do Sol" e "Senhor das Duas Terras". Quando aparecia em público, vinha sempre vestida de homem e com barba.[40]

Tinha o direito de determinar o seu próprio sexo, porque se tornou um dos mais bem-sucedidos e benéficos governantes do Egito. Manteve a ordem interna sem recorrer à tirania, e a paz externa sem fazer sacrifícios. Organizou uma expedição a Punt (possivelmente a costa ocidental da África), abrindo assim novos mercados ao comércio egípcio. Contribuiu para o embelezamento de Carnac, onde levantou dois majestosos obeliscos; construiu em Der-el-Bahri o majestoso templo que seu pai concebera, e reparou muitos estragos feitos pelos hicsos. "Eu restaurei o que estava em ruínas", diz uma das suas orgulhosas inscrições. "Terminei o que fora interrompido desde que os asiáticos penetraram na Terra do Norte."[41] E por fim construiu para si mesma um túmulo secreto entre as montanhas, na margem ocidental do Nilo, no ponto que veio a chamar-se o "Vale dos Túmulos dos Reis"; seus sucessores seguiram-lhe o exemplo; sessenta túmulos reais foram abertos nas montanhas, e a cidade dos mortos começou a rivalizar com Tebas em população. O "Lado Oeste" nas cidades egípcias era a morada dos aristocratas mortos; "ir para o oeste" significava morrer.

Por 22 anos a rainha governou com sabedoria e paz; Tutmés III seguiu-a, com um longo reinado. Aproveitando-se da morte de Hatxepsu, a Síria revoltou-se; sua gente não acreditava que um rapaz de 22 anos tivesse energia para manter o império criado pelo pai. Mas Tutmés pôs-se à frente do exército, fez marchas de vinte milhas por dia e enfrentou os rebeldes em Har-Meggido, pequena cidade sita em ponto tão estratégico entre as montanhas Líbano, na rota do Egito para o Eufrates, que se tornou o Armagedom de incontáveis guerras, desde aquele tempo até os dias do general Allenby. No mesmo passo em que em 1918 os ingleses bateram os turcos, Tutmés III, 3.397 anos antes, derrotou os sírios e seus aliados. Depois disso avançou triunfalmente pela Ásia Ocidental, subjugando povos e impondo taxas; seis meses depois estava de volta a Tebas.[42] (Allenby precisou fazer o dobro para conseguir semelhante resultado, e Napoleão fracassou ao tentá-lo em Acra.)

Foi esta a primeira das quinze campanhas por meio das quais o irresistível Tutmés se apossou do mundo mediterrâneo. Não só conquistava como organizava; por toda parte semeou valentes guarnições e governadores capazes. Foi o primeiro homem na história a reconhecer a importância do poder marítimo; construiu uma frota que efetivamente manteve na trela o Oriente Próximo. Os despojos que arrecadou serviram de base à arte egípcia no período do Império; o tributo drenado da Síria trouxe aos egípcios uma vida epicuriana, e criou uma nova classe de artistas, fecunda em obras notáveis. Podemos avaliar vagamente a riqueza do novo governo imperial observan-

do que em certa ocasião o tesouro continha mais de 9.000 libras (peso) de ouro e prata.[43] O comércio de Tebas floresceu como nunca; os templos regurgitavam de oferendas; e em Carnac o senhoril "Passeio" e o "Salão de Festas" foram construídos para maior glória de Deus e do Rei. Por fim Tutmés afastou-se da atividade bélica e dedicou-se à arte e à administração. Seu vizir ou primeiro-ministro iria dizer o que os exaustos secretários de Napoleão diziam deste: "Sua majestade sabe tudo o que acontece; não ignora coisa nenhuma; é o deus do conhecimento; não há assunto que não o interesse e que ele não resolva."[44] Tutmés faleceu depois de 32 anos de trono, havendo completado a hegemonia do Egito na zona mediterrânea.

Depois dele, outro conquistador, Amenotep II, subjuga novamente os sírios em revolta e reentra em Tebas com sete reis aprisionados, pendurados de cabeça para baixo na proa da galera imperial; seis deles foram pelas próprias mãos do faraó sacrificados a Amon.[45] Depois, outro Tutmés subiu ao trono e nada fez; e Amenotep III inicia, em 1412 a.C., um longo reinado, no qual as riquezas reunidas nos últimos cem anos erguem o Egito ao apogeu do esplendor. Um belo busto no Museu Britânico mostra-o como homem de refinamento e muita força, capaz de manter uno o império e conservar-se numa atmosfera de prazeres e elegância de fazer inveja a Petrônio ou aos Médicis. Só a exumação das relíquias de Tutancamon nos poderia fazer crer na tradição do luxo e das riquezas de Amenotep. Em seu reinado, Tebas apresentou a maior majestade. As ruas cheias de mercadorias, os bazares com produtos vindos de todos os pontos do mundo, as construções "excedendo em magnificência a todas as das antigas e modernas capitais",[46] seus imponentes palácios recebendo tributos de uma infindável cadeia de estados vassalos, seus maciços templos "recobertos de ouro"[47] e adornados dos primores de todas as artes, suas espaçosas vilas e seus opulentos castelos, seus passeios e lagos artificiais fornecendo cenários para as suntuosidades da moda, numa antecipação da Roma Imperial[48] — tal era a capital do Egito, nos dias de sua maior glória e nas vésperas da queda.

III. A CIVILIZAÇÃO DO EGITO

1. *Agricultura*

Atrás desses reis e rainhas, ficavam os peões de xadrez: atrás dos templos, palácios e pirâmides estavam os obreiros das cidades e os trabalhadores dos campos, totalizando uma população egípcia no quarto século antes de Cristo calculada em sete milhões de almas."[49] Heródoto descreve-os de modo otimista, como os encontrou em 450 a.C.

> Eles extraem os frutos da terra com menos labor do que qualquer outro povo... porque estão livres do trabalho de desatar a terra com o arado, ou com a enxada, ou qualquer outro processo que o homem empregue para obter colheitas de cereais; quando o rio entende de irrigar os campos e depois retira as águas, cada homem semeia seu lote e lança os porcos; depois que as sementes estão bem enterradas pelo patinhar dos porcos, eles os retiram e esperam pelo tempo da colheita...[50]

Enquanto os porcos faziam o serviço do enterramento das sementes, macacos eram ensinados a derrubar o fruto das árvores.[51] E o mesmo Nilo que irrigava e fertilizava os campos trazia com a enchente milhões de peixes, que na vazante ficavam presos nas poças rasas; as mesmas redes que os campônios usavam de dia para apanhá-los

serviam-lhes durante a noite de proteção contra os mosquitos.[52] Mas não era o campônio quem se beneficiava com as bênçãos diluviais. Cada palmo de terra pertencia ao rei, só sendo usado pelo campônio por consentimento real e mediante o pagamento de uma taxa anual que ia de 10[53] a 20[54] por cento da colheita. Grandes tratos de terra estavam nas mãos dos barões feudais e outros magnatas; o tamanho de algumas destas propriedades pode ser imaginado sabendo-se que uma delas continha 1.500 vacas.[55] Cereais, peixes e carne eram os alimentos básicos. Um fragmento diz ao menino de escola o que lhe é permitido comer; o rol inclui 33 formas de carne, 48 pratos cozidos e 24 variedades de bebidas.[56] Os ricos acompanhavam as refeições com vinho; os pobres, com cerveja de cevada.[57]

A vida dos campônios era dura. "Os livres" estavam sujeitos ao intermediário e ao coletor de taxas, os quais lidavam com eles segundo os velhos princípios econômicos — "tirando tudo quanto podiam tirar". Eis como um complacente contemporâneo descreve o viver dos homens que sustentavam o antigo Egito:

> Não concebeis a vida do campônio quando os 10 por cento são arrecadados? As pragas já haviam destruído metade do cereal, e os hipopótamos comido o resto; havia legiões de ratos pelos campos, e lá também desciam os gafanhotos, e havia os estragos do gado e dos passarinhos; e se o campônio se descuidava um momento, os ladrões lhe levavam tudo; e as enxadas se estragavam e juntas de bois morriam no trabalho. E eis que surge o escriba no seu bote para calcular o dízimo, e os funcionários do celeiro real com suas medidas, e negros com talos de palmeiras gritando: "Vamos, vamos!" Nada mais resta da colheita? Eles derrubam o campônio no chão, amarram-no, arrastam-no para o canal e lançam-no à água de cabeça para baixo; a mulher vai amarrada com ele, e as crianças são encadeadas. Nesse meio tempo os vizinhos correm para salvar o seu grão.[58]

Este fragmento é um modelo de exageração literária; mas ao autor era ainda lícito acrescentar que o campônio podia a qualquer momento ser chamado à *corvée*, isto é, ao trabalho forçado para o rei, na limpeza dos canais, na abertura de estradas, no preparo das terras reais ou no transporte das grandes pedras necessárias aos obeliscos, pirâmides, templos e palácios. É provável que a maioria dos campônios se mostrasse moderadamente satisfeita e aceitasse com resignação a pobreza. Muitos eram escravos, capturados nas guerras ou acorrentados a dívidas; às vezes organizavam-se reides para a captura de homens e mulheres dos povos vizinhos, que eram vendidos em leilão. Um velho relevo no Museu de Leyde representa uma longa procissão de escravos asiáticos entrando tristemente em terra egípcia, mãos atadas às costas ou ao pescoço, ou metidas em rudes algemas de madeira; os rostos magros e apáticos dizem do desespero e abatimento em que tinham caído.

2. *Indústria*

Mineração — Manufaturas — Operários — Engenheiros
— Transporte —
Serviço Postal — Comércio e finanças — Escribas

Lentamente, produto do trabalho dos camponeses, um excesso econômico se juntava, e havia alimento para os operários ligados à indústria e ao comércio. Privado de

minerais, o Egito procurava-os na Arábia e na Núbia. As grandes distâncias não estimulavam a iniciativa particular, de modo que por muitos séculos a indústria mineira foi monopólio do governo.[59] O cobre era extraído em pequena quantidade[60] e o ferro, importado dos hititas; as minas de ouro ficavam ao longo da costa oriental, na Núbia, e em cada tesouro tributário. Diodoro Sículo (56 a.C.) descreve os mineiros egípcios armados de lâmpada e picareta, seguindo os veios do ouro; as crianças carregavam o minério extraído; em pilões de pedra moíam-no, e as mulheres e os velhos o lavavam.

> Os reis do Egito reúnem condenados, prisioneiros de guerra e também outros que, atacados por falsas acusações, encolerizam-se, agridem e acabam na prisão. Às vezes sós, às vezes com suas mulheres e filhos, são enviados para as minas de ouro... Como não podem cuidar de si e não possuem um trapo para esconder a nudez, não há quem os veja sem apiedar-se de tanta miséria; e não há perdão ou misericórdia nem para os doentes, os aleijados, a velhice, a fraqueza das mulheres; todos são compelidos, a pancadas, a ficar no trabalho até que rebentem — e todos olham para a morte como coisa mais desejável que a vida.[61]

Nas primeiras dinastias o Egito aprendeu a arte de fundir o cobre com o estanho para formar o bronze; e com o bronze fez armas, alavancas, polias, molinetes, cunhas, tornos, parafusos, talhadeiras que furavam o mais duro diorito, serras que cortavam as grandes lajes dos sarcófagos. Os operários egípcios fabricavam tijolos, cimento e argamassa, vidravam a cerâmica, sopravam o vidro e o coloriam. Revelavam-se mestres no entalhe da madeira; faziam tudo, desde botes até carruagens, cadeiras e camas, e caixões mortuários tão belos que convidavam a gente a morrer. Do couro faziam calçado, aljavas, escudos e assentos; todas as artes do curtidor egípcio ainda prevalecem hoje.[62] Do papiro, que é uma planta egípcia, fabricavam cordas, esteiras, sandálias e papel. Outros artífices desenvolveram a arte da esmaltagem e dos vernizes, e aplicavam a química à indústria. Outros teciam os panos mais finos que a história da indústria têxtil refere; amostras de linho fabricado há quatro mil anos revelam hoje, apesar dos estragos do tempo, "uma urdidura tão fina que só por meio de lentes as distinguimos da seda; o melhor produto dos tecidos mecânicos modernos é grosseiro perto do que faziam os teares manuais egípcios".[63] "Se", diz Peschel, "comparamos a técnica dos egípcios com a nossa, é evidente que antes da invenção da máquina de vapor dificilmente nós os excederíamos em alguma coisa."[64]

Os operários eram em regra livres. No geral cada ofício constituía uma casta, como na Índia de hoje, e os filhos continuavam o trabalho dos pais.[65] ("Se qualquer artesão" — diz Diodoro — "toma parte em assuntos públicos é severamente açoitado.")[66] As guerras traziam milhares de escravos, o que tornava possíveis os grandes triunfos da engenharia. Durante o seu reinado, Ramsés III presenteou os templos com 113.000 homens.[67] Os operários livres eram organizados e chefiados por um capataz, ou chefe, que vendia o trabalho em conjunto e pagava a cada um a sua quota. Um "quadro negro" no Museu Britânico traz a anotação feita pelo capataz de 43 operários, marcando as ausências e causas — "doente", "sacrificando ao deus", ou simplesmente "preguiça". As greves eram comuns. Uma vez, por atraso no pagamento, os trabalhadores cercaram o chefe e ameaçaram-no: "Aqui estamos arrastados pela fome e pela sede", disseram-lhe; "não temos roupas, não temos óleo, não temos comida. Escreva ao nosso senhor, o faraó, sobre a situação, e escreva ao governador

(do nomo) que eles precisam dar-nos alguma coisa para nosso sustento."[68] A tradição grega fala de uma grande revolta no Egito, na qual o escravos capturaram uma província e a mantiveram por tanto tempo que acabaram reconhecidos como seus donos legais; esta revolta, entretanto, não vem mencionada nas inscrições.[69] Parece-nos surpreendente que uma civilização assim impiedosa na exploração do trabalho se visse sujeita a tão poucas revoluções.

A engenharia egípcia era superior à dos gregos e romanos, ou à da Europa antes da Revolução Industrial; só foi excedida pela dos nossos tempos. Senusret III, por exemplo, construiu uma muralha de 37 milhas de comprimento para lançar no lago Moéris as águas da bacia do Fayum e por esse meio conquistou aos pântanos 25.000 acres de terras de cultura, além de um grande açude de irrigação.[70] (A palavra "construir", quando empregada com referência aos governantes, é claro que deve ser entendida como um eufemismo.) Extensos canais foram construídos, um deles do Nilo ao mar Vermelho; o caixão hidráulico era usado nas escavações,[71] e obeliscos de mil toneladas eram transportados a grandes distâncias. A darmos créditos a Heródoto, essas imensas pedras vinham sobre vigas engraxadas, puxadas por milhares de escravos, e eram colocadas de pé por meio de planos inclinados.[72] A maquinaria escasseava e o músculo abundava. Num relevo vemos 800 remadores, em 27 barcos, arrastando água acima uma jangada com dois obeliscos;[73] era para esse Éden que deviam voltar-se os nossos românticos inimigos da máquina. Navios de 30 metros de comprimento por 15 de largura navegavam pelo Nilo e Mar Vermelho, e depois pelo Mediterrâneo. O transporte por terra tinha como força propulsora o músculo humano; depois teve o do asno, e o do cavalo, este provavelmente introduzido pelos hicsos; o camelo só aparece no tempo dos Ptolomeus.[74] O homem pobre caminhava a pé ou no seu pequeno bote; o rico, em liteiras carregadas aos ombros dos escravos, e depois em carros com todo o peso colocado adiante do eixo.[75]

Havia serviço postal; um velho papiro fala em "Escreva-me pelo carteiro".[76] As comunicações, entretanto, eram difíceis; estradas poucas e más, exceto a estratégica, através de Gaza, rumo ao Eufrates;[77] a forma serpenteante do Nilo — que sempre foi a grande estrada do Egito — dobrava as distâncias de um ponto a outro. O comércio mantinha-se em relativo primitivismo e na maior parte se fazia por troca nos bazares. O intercâmbio externo cresceu com lentidão, embaraçado por muralhas de tarifas perfeitamente modernas; os vários reinos do Oriente Próximo eram "protecionistas"; as rendas das alfândegas formavam o forte dos tesouros reais. Não obstante, o Egito enriqueceu com a importação de matérias-primas e a exportação de produtos manufaturados; os mercadores sírios, cretenses e cipriotas enchiam os mercados egípcios, e as galeras fenícias subiam o Nilo até os movimentados cais de Tebas.[78]

A cunhagem da moeda ainda não se tinha desenvolvido; os pagamentos, mesmo dos mais altos salários, eram feitos em mercadorias — trigo, pão, fermento, cerveja, etc. Também as taxas eram pagas em mercadorias, e os tesouros dos faraós, em vez de serem caixas fortes, eram armazéns de mil produtos dos campos e das cidades. Após o afluxo de metais preciosos que se seguiu às conquistas de Tutmés III, os mercadores começaram a pagar o que compravam com anéis ou lingotes de ouro, pesados em cada transação; mas não apareceu moeda cunhada e garantida pelo Estado. O crédito se desenvolveu bastante; transferências por escrito substituíam muitas vezes a troca ou o pagamento; os escribas viviam por toda parte ocupados na tarefa da documentação legal e da escrita mercantil.

Quem visita o Louvre vê a estátua do escriba egípcio, sentado de pernas cruzadas, quase completamente nu, com uma pena atrás da orelha, como reserva para a que tem na mão. É ele quem anota o trabalho feito e as mercadorias compradas, os preços de custo, os lucros e perdas; quem conta o gado quando vai para o matadouro, ou o trigo quando o medem para a venda; quem redige os contratos e testamentos, e calcula as taxas de renda a pagar; positivamente não há nada de novo sob o sol. O escriba do Louvre mostra-se muito atento e interessado; e possui bastante inteligência para não se tornar perigoso. Sua vida é monótona, mas ele se consola escrevendo ensaios sobre as durezas da vida do trabalhador e a alta dignidade dos que vivem do papel e da tinta.

3. *Governo*

Os burocratas — Lei — O vizir — O faraó

Servidos pela burocracia formada pelos escribas, o faraó e os nobres das províncias mantinham no Estado a lei e a ordem. Pedras antigas nos mostram escribas levantando o censo ou examinando contas de taxas sobre a renda. Por meio dos *nilômetros*, que mediam a subida das águas, os escribas oficiais calculavam o volume das colheitas e a futura renda do governo; distribuíam as dotações aos departamentos administrativos, fiscalizavam a indústria e o comércio, e de algum modo realizaram, quase no começo da História, uma economia dirigida pelo Estado.[79]

Muito desenvolvida nos aparece a legislação civil e criminal, e já na Quinta Dinastia a lei reguladora da propriedade privada e da herança era intrincada e precisa.[80] Como hoje, havia perfeita igualdade perante a lei — sempre que as partes contendoras tivessem a mesma posição social. O mais velho documento legal do mundo é um breve, hoje no Museu Britânico, no qual se expõe ao tribunal uma complexa questão de herança. Os casos eram apresentados aos juízes e debatidos, sempre sob forma escrita, nunca pela oratória — o que revela superioridade sobre o nosso sistema. Para o perjúrio, a pena de morte.[81] Havia cortes regulares, que iam das locais até as supremas cortes de Mênfis, Tebas e Heliópolis.[82] Às vezes era usada a tortura como parteira da verdade;[83] o espancamento era uma pena usual; e, em casos mais graves, a mutilação pelo corte do nariz ou orelhas, mãos ou língua;[84] ou exílio nas minas, ou a morte por estrangulamento, a empalação, a decapitação, a fogueira. A pena mais severa consistia no embalsamamento em vida, quando o paciente era lentamente devorado por uma camada do corrosivo natro.[85] Os criminosos das classes altas escapavam à vergonha da execução pública; era-lhes permitido o suicídio, como no Japão ao samurai.[86] Não encontramos indícios de nenhuma organização policial;mesmo o exército — sempre pequeno em vista da situação do Egito entre desertos e mares — raramente era empregado para a disciplina interna. A segurança da vida e da propriedade, e a continuidade do governo e da lei repousavam inteiramente no prestígio do faraó mantido pelas escolas e pela Igreja. Nenhuma outra nação, exceto a China, jamais se atreveu a depender tão largamente da disciplina psicológica.

O governo do Egito era bem organizado e teve maior duração do que qualquer outro da História. Na chefia da administração estava o vizir, que funcionava como primeiro-ministro, juiz e diretor do tesouro; era a última instância antes do faraó.

Um relevo tumbal mostra-nos o vizir deixando sua casa de amanhã para ouvir as petições dos pobres; para "ouvir", como reza a inscrição, "o que o povo alegava e não estabelecer distinção entre pequenos e grandes".[87] Um notável rolo de papiro que chegou até nós pretende ser a forma sacramental com que o faraó empossava um novo vizir:

> Atentai no cargo do Vizir; observai tudo que nele se faz. Esse cargo é o sustentáculo de toda a nação... O Vizirato não é coisa suave; amarga, sim... Atentai: não é para exibir respeito pessoal a príncipes e conselheiros; não é para escravisar ninguém... Atentai: quando um postulante vem do Alto ou Baixo Egito... fazei que tudo com ele corra de acordo com a lei, e tudo seja feito segundo o costume, e seja ministrado a cada homem o seu direito... Constitui ofensa ao deus mostrar parcialidade... Olhai para o que vos é conhecido como olhais para o que não vos é conhecido; e para o que está perto do rei com os mesmos olhos com que olhais para o que está longe. Atentai: um príncipe que age assim demorará no cargo. O medo que um príncipe inspira é que ele aplique a justiça... (Atentai no regulamento) em que deveis basear-vos.[88]

O faraó era a suprema corte; consideradas certas circunstâncias, qualquer caso podia ser-lhe submetido — se o queixoso não olhava para despesas. Antigos relevos mostram-nos a "Casa Grande" de onde o faraó governava e na qual as repartições do governo se reuniam; desta Casa Grande, que os egípcios chamavam *Pero* e os judeus traduziram como *Pharaoh*, vinha o título de imperador. Lá levava ele vida de rijo trabalho, às vezes com horários tão rigorosos como os de Chandragupta, de Luís XIV ou Napoleão.[89] Quando em viagem, os nobres saíam ao seu encontro nas fronteiras, escoltavam-no e hospedavam-no, cumulando-o de presentes na altura das posses de cada um; certo nobre, diz uma orgulhosa inscrição, deu a Amenotep II "carruagens, ouro e prata, estátuas de marfim e ébano... jóias, armas, obras de arte, 680 escudos, 140 adagas de bronze e muitos vasos de metal precioso".[90] O faraó retribuiu o presente levando um dos filhos desse nobre a viver na corte — sutil meio de exigir um refém da fidelidade. Os mais veneráveis cortesãos constituíam o Conselho dos Velhos, chamado *Saru*, ou os Grandes, que servia como gabinete conselheiro do rei.[91] Era aliás coisa desnecessária, porque o faraó, com o auxílio dos padres, alegava descendência, sabedoria e poderes divinos; nesta aliança com os deuses estava o segredo do prestígio faraônico. Conseqüentemente, saudavam-no com fórmulas lisonjeiras, às vezes espantosas, como quando, na *História da Sinuhe*, um cidadão o aborda assim: "Ó Rei de longa vida, que o Dourado Um (Hator, a deusa) dê vida ao teu nariz".[92]

Transformado assim em ser divino, o faraó era servido por grande variedade de ajudantes, inclusive generais, lavradores, guardas do imperial guarda-roupa e outros figurões. Vinte oficiais colaboravam na sua toalete; barbeiros, aos quais só era permitido barbear e cortar o cabelo do rei, manicuristas, perfumistas que lhe perfumavam o corpo, pintavam de *kohl* as pálpebras e de ruge as faces e os lábios.[93] Uma inscrição tumular descreve o defunto como o "Superintendente da Caixa dos Cosméticos, Superintendente do Pincel, Portador da Sandália do Rei, para satisfação de sua lei".[94] Assim amimado, o faraó tendia a degenerar, e às vezes quebrava o tédio da corte tripulando a galera imperial com mulheres vestidas apenas de renda de largas malhas. A luxúria de Amenotep III preparou a *débâcle* de Ikhnaton.

4. *Moral*

Incesto real — O harém — Casamento — Posição da mulher — O matriarcado no Egito — Moral sexual

O governo dos faraós assemelhava-se ao de Napoleão, mesmo no incesto. Freqüentemente o rei desposava a própria irmã — e ocasionalmente a própria filha — para preservar a pureza do sangue real. Mas é difícil dizer se isto enfraquecia a raça. Certamente o Egito não pensava assim depois de vários mil anos de experiência; a instituição do casamento com irmãs difundiu-se entre o povo e no século II da era de Cristo dois terços dos cidadãos de Arsinoe estavam nesse regime.[95] As palavras "irmão" e "irmã", na poética egípcia, tinham o sentido de "amante" e "amada".[96] Além de suas irmãs, o faraó mantinha um abundante harém recrutado não só entre as mulheres cativas como entre as filhas da nobreza; e também entre as que lhe mandavam de presente; Amenotep III recebeu do príncipe de Naharina 300 virgens escolhidas.[97] Os nobres procuravam imitar o faraó, adaptando a moral a seus recursos.

Em sua maior parte o povo comum, como pessoas de moderadas rendas, contentava-se com a monogamia. A vida de família era em regra tão bem ordenada, tão sadia no tom moral como nas mais altas civilizações dos nossos tempos. O divórcio era raro. O marido podia abandonar a mulher sem compensação, se a apanhava em adultério; se se divorciava por outros motivos, tinha de lhe dar uma substancial indenização. A fidelidade do marido devia ser o que foi em todas as culturas posteriores; e a posição da mulher mostrava-se muito mais elevada do que em muitos países de hoje. "Nenhum povo, antigo ou moderno", diz Max Müller, "deu à mulher tão elevada situação legal como o que habitou o vale do Nilo."[98] Os monumentos pintam-na comendo e bebendo em público, percorrendo as ruas desacompanhadas e seguras de si, e livremente tratando de negócios. Os viajantes gregos, afeitos a fechar em casa suas Xantipas, admiravam-se dessa liberdade; riam-se dos maridos egípcios governados pelas mulheres, e Diodoro Sículo, talvez piscando o olho, diz que a obediência do marido à mulher era condição exigida para o casamento.[99] As mulheres mantinham propriedades em seu nome e as legavam livremente; um dos mais antigos documentos da História é um testamento da Terceira Dinastia, em que a senhora Nebsent transmite suas terras aos filhos.[100] Hatxepsu e Cleópatra ergueram-se ao trono, governaram e arruinaram-se como reis.

Às vezes uma nota cínica ressoa na literatura. Um antigo moralista adverte:

> Cuidado com a mulher de fora, que não é conhecida na cidade. Não olhes para a que chega, não sabes quem é. Ela é como o vórtice das águas profundas, cujo remoinho é insondável. A mulher cujo marido está longe escreve-te todos os dias. Se ninguém a atrapalha, ela se aproxima e lança sua rede. Oh, o mortal crime de quem a escuta![101]

Mas o mais característico são as instruções de Ptah-hotep ao filho:

> Se és feliz e bem-sucedido, e mobiliaste tua casa, e amas a mulher de teu seio, então enche-lhe o estômago e veste-lhe as costas... Alegra-lhe o coração enquanto a tiveres, porque ela é campo proveitoso para seu dono... Se a contrarias, isso significará a tua ruína.[102]

E o papiro de Boulak adverte a criança com alta sabedoria:

> Não esqueças nunca tua mãe... Porque ela te carregou muito tempo ao seio, e como carga pesada; e depois que teus meses correram, ela te deu à luz. Três longos anos carregou-te ela nos braços, e dava o seu seio à tua boca. Ela te amamentou, e não lhe repugnava a tua sujeira. E quando entraste na escola e foste instruído na escrita, diariamente vinha ela para o mestre com pão e cerveja da casa.[103]

É provável que esta elevada situação da mulher decorresse do caráter matriarcal da sociedade egípcia. Não só era a mulher dona absoluta da casa, como todas as propriedades se transmitiam por linha feminina; "mesmo nos últimos tempos", diz Petrie, "o marido, no contrato do casamento, passava-lhe todos os seus bens e ganhos futuros".[104] O motivo do casamento com irmãs era econômico — o desejo de gozar da herança da família, a qual passava da mãe para a filha.[105] No decorrer do tempo o poder da mulher foi diminuindo, talvez por influência dos costumes patriarcais dos hicsos e da passagem da paz do isolamento agrícola para o imperialismo e a guerra; sob os Ptolomeus foi tão grande a influência dos gregos que a liberdade do divórcio, até en tão privilégio feminino, transferiu-se para os maridos. Mas a mudança só foi aceita nas classes altas; o povo permaneceu no regime matriarcal.[106] Talvez, em conseqüên cia deste regime da mulher como dona dos bens, fosse raro o infanticídio. Diodoro considerava peculiaridade do Egito cada criança que nascia ser criada, e nos diz que os pais acusados de infanticídio eram obrigados a conservar no colo o cadáver da criança durante três dias e três noites.[107] As famílias eram grandes; as crianças enxameavam tanto nos palácios como nas choupanas.[108]

Mesmo no namoro a iniciativa partia da mulher. Os poemas e cartas de amor que chegaram até nós são em geral dirigidos por uma mulher a um homem; é ela quem faz sugestões, quem aperta o pretendente e afinal propõe o casamento.[109] "Ó meu belo amigo", diz uma carta, "o meu desejo é tornar-me, como tua mulher, a dona de todas as tuas posses."[110] Daí o pudor, como coisa distinta da fidelidade, não se salientar no Egito; falavam dos negócios sexuais com muita franqueza, sem ambages, e adornavam os templos com desenhos e baixos-relevos de grande candura anatômica; também supriam os mortos com literatura obscena, para diverti-los no túmulo.[111] O sangue corria cedo no Nilo: as meninas mostravam-se núbeis aos dez anos, e o sexualismo pré-marital era livre e fácil; com as suas economias uma cortesã dos tempos ptolomaicos construiu uma pirâmide; mesmo a sodomia era autorizada.[112] Dançarinas à maneira do Japão viam-se aceitas na melhor sociedade masculina, como proporcionadoras de divertimento e prazer físico; vestiam-se de trajes diáfanos, ou simplesmente de pulseiras e anéis.[113] A prostituição religiosa existia em pequena escala; durante a ocupação romana, as mais belas moças das famílias nobres de Tebas iam para o templo consagrado a Amon. Chegadas à idade de não mais satisfazerem ao deus, recebiam honrosa aposentadoria, casavam-se e passavam a freqüentar os mais altos círculos.[114] Era uma civilização de preconceitos diferentes dos nossos.

5. Maneiras

Caráter — Jogos — Aparência — Cosméticos — Costumes — Jóias

Quem procura apreender o caráter egípcio encontra dificuldade em distinguir entre a moral da literatura e as práticas da vida. Freqüentemente nobres sentimentos se entremostram; um poeta, por exemplo, aconselha:

> Dá pão ao que não possui campo,
> E para ti cria um bom nome eterno;[115]

e os mais velhos davam aos mais novos conselhos muito louváveis. Um papiro do Museu Britânico, conhecido entre os sábios como "A Sabedoria de Amenemope", prepara um estudante de administração pública com advertências que provavelmente influenciaram o autor dos "Provérbios de Salomão".

> Não te mostres cobiçoso de um cúbito de terra
> E não invadas o terreno da viúva...
> Ara o campo que baste às tuas necessidades
> E obtém o teu pão pelo teu próprio trabalho.
> Melhor um alqueire que Deus te dá
> Do que cinco mil ganhos com transgressão...
> Melhor pobreza na mão de Deus
> Do que riquezas no armazém;
> E melhor pão simples de coração alegre
> Do que mundos na infelicidade...[116]

Esta piedosa literatura não impedia a normal expansão da cobiça humana. Platão descreve os atenienses como amigos da ciência e os egípcios como adoradores da riqueza; talvez o patriotismo influísse nesta distinção. De um modo geral, eram os egípcios os americanos da antigüidade; enamorados do tamanho, dados a construções gigantescas, industriosos, aquisitivos, práticos mesmo dentro das superstições. Eram os arquiconservadores da História; quanto mais mudavam, mais permaneciam os mesmos; durante 40 séculos seus artistas copiaram religiosamente as velhas convenções. Através dos monumentos aparecem-nos como um povo realista, pouco dado a sonhos. Não tinham nenhum respeito sentimental pela vida humana, e matavam com clara consciência da natureza; os soldados egípcios cortavam a mão direita e o pênis dos inimigos mortos e os apresentavam ao escriba, para que os lançasse a seu crédito.[117] Nas últimas dinastias o povo, afeito à longa paz interna, perdeu seus hábitos e qualidades militares, o que permitiu a um pequeno número de soldados romanos a conquista do país.[118]

O fato de só conhecermos os egípcios pelo que se salvou nos seus túmulos, templos e inscrições nos leva a exagerar a solenidade egípcia. Mas de algumas esculturas e relevos, e da burlesca história dos deuses,[119] vemos que eram dotados de humor alegre. Mostravam-se muito amigos de jogos públicos ou privados, como o xadrez;[120] as crianças usavam brinquedos modernos, como bolas, pião, arcos; apreciavam as lutas, o boxe e as touradas.[121] Nas festas apareciam ungidos de perfumes, com grinaldas de flores; gostavam do vinho e de dar presentes.

A pintura e a estatuária nos mostram os egípcios como fisicamente fortes, musculosos, de ombros largos, cintura fina, ancas escorridas, lábios carnudos, pés chatos e sempre descalços. Os das classes superiores são representados sob forma esguia, impe-

riosamente altos, rosto oval, testa fugidia, feições regulares, nariz longo e fino, olhos magníficos. A pele, branca no começo (indicando origem mais asiática do que africana), rapidamente escurecia sob o sol egípcio;[122] seus artistas idealizavam-nos, pintando os homens de vermelho e as mulheres de amarelo; talvez estas cores não passassem de moda. O homem do povo, entretanto, aparece diferente: retaco e baixo, como o "Sheik-el-Beled", vítima do trabalho pesado e da alimentação desequilibrada; feições rudes, nariz grosso e chato; inteligente mas grosseiro. Talvez, como em tantos outros casos, fosse o povo de raça diferente da dos governantes; estes provinham da Ásia, aquele da África. Tinham os cabelos escuros, às vezes crespos; nunca, porém, encarapinhados. As mulheres usavam o cabelo cortado na mais moderna moda; os homens escanhoavam o mento e o bigode, mas consolavam-se com magníficas perucas. Freqüentemente, para facilitar a colocação das perucas, rapavam também a cabeça; mesmo a rainha consorte (como Tiy, a mãe de Ikhnaton) rapava a cabeça para usar mais facilmente a real peruca e a coroa. A etiqueta mandava que a maior peruca fosse a do rei.[123]

De acordo com os meios, os egípcios ajudavam a natureza com uma sutil arte cosmética. Ruge nas faces e lábios, unhas coloridas, pele oleada; mesmo nas esculturas as mulheres se mostram de olhos pintados. Os que podiam eram enterrados com sete qualidades de cremes e duas de ruge, para a toalete no outro mundo. Os arqueólogos têm exumado inumeráveis estojos de maquilagem, espelhos, navalhas, frisadores, pentes, caixas de cosméticos, pratos e colheres — feitos de madeira, marfim alabastro ou bronze, e desenhados com as mais deleitosas e adequadas formas. O *kohl*, que as damas de hoje usam para os olhos, procede em linha reta do óleo usado pelas egípcias: chegou até nós através dos árabes, que o denominavam *al-kohl* — de onde saiu a palavra álcool. Perfumes de toda sorte eram usados no corpo e nas roupas; e as casas se aromatizavam com o incenso e a mirra.[124]

O vestuário passou por todas as gradações, desde a primitiva nudez até os suntuosos trajes dos dias imperiais. As crianças de ambos os sexos andavam nuas, trazendo apenas colares e brincos; as meninas,[125] entretanto, usavam à cintura uma tanga de contas. Servos e camponios limitavam-se à tanga. No Velho Reino os homens e mulheres livres andavam nus até o umbigo, cobrindo-se daí até os joelhos com um saiote de linho branco.[126] Desde que a vergonha é filha dos costumes e não da pureza, aqueles simples vestuários satisfaziam a consciência dos egípcios de modo tão completo como as anáguas e coletes vitorianos, ou o traje a rigor dos modernos americanos; "nossas virtudes jazem na interpretação dos tempos". Nas primeiras dinastias, os próprios padres só usavam tangas, como vemos da estátua de Ranofer.[127] Quando a riqueza cresceu, aumentou o vestuário; o Reino Médio adicionou ao primeiro um segundo saiote e o Império introduziu uma cobertura para os seios, e aqui e ali uma capa. Cocheiros usavam vestes espetaculosas, e assim vestidos corriam pelas ruas, para abrir passagem aos amos. Nos períodos de grandeza as mulheres trocaram o saiote apertado por um vestido solto; passava pelo ombro e era preso sob o seio direito. Franjas, bordados e mil enfeites apareceram — e a moda veio, como uma serpente, perturbar o Éden da primitiva nudez.[128]

Ambos os sexos gostavam de adornar com vários tipos de jóias o pescoço, os seios, os braços, os pulsos e os tornozelos. Quando a nação engordou com o tráfico mediterrâneo, o uso das jóias deixou de ser exclusivo dos aristocratas — tornou-se a paixão de todas as classes. Cada escriba ou mercador tinha seu selo de prata ou ouro; cada ho-

mem, o seu anel; cada mulher, a sua corrente ornamental. Estas correntes, como as vemos nos museus de hoje, eram de infinita variedade, algumas até de 1,60m de comprimento; umas eram pesadas, outras, leves "como a mais leve renda veneziana".[129] Durante a Décima Oitava Dinastia, o uso do brinco se fez de rigor; todos traziam as orelhas furadas, tanto os homens como as mulheres.[130] E também os dois sexos se ornavam de braceletes e anéis, *pendentifs* e contas feitas de pedras preciosas. As egípcias bem pouco teriam a aprender com a joalheria e a cosmética de hoje, se acaso ressuscitassem.

6. *Letras*

Educação — Escolas de governo — Papel e tinta — Estágios do desenvolvimento da escrita — Formas da escrita egípcia

Os padres proporcionavam instrução elementar às crianças da gente abastada, nas escolas junto aos templos, como faz hoje a Igreja Católica.[131] Um alto sacerdote, que seria o que chamamos Ministro da Educação, intitulava-se no Egito "Chefe do Real Estabelecimento da Educação".[132] Nas ruínas de uma escola, que aparentemente fez parte do Ramesseum, inúmeras conchas foram encontradas ainda com as lições de um antigo pedagogo. A função do professor era produzir escribas para a administração pública. A fim de estimular os alunos, ele escrevia eloqüentes ensaios sobre as vantagens da educação. "Dá teu coração ao estudo e ama-o como a teu pai e tua mãe", diz um papiro, "porque nada é tão precioso como o saber." "Atende", diz outro escrito, "não há profissão que não seja governada; só o homem de saber governa a si próprio." "Grande infortúnio é ser soldado", escreve um antigo erudito, "cavar a terra exaure; a única felicidade está em lidar com os livros durante o dia e lê-los durante a noite."[133]

Livros de cópia do tempo do Império chegaram até nós, com as correções dos professores nas margens; a abundância de erros consola qualquer menino da escola de hoje.[134] O método principal consistia na cópia de textos sobre pedaços de argila ou lousas.[135] Os assuntos eram abundantemente comerciais, dado o utilitarismo egípcio; mas o principal tema pedagógico era a virtude; e o principal problema, a disciplina. "Não gastes o tempo desejando, pois terás mau fim", lemos num dos livros de cópia. "Deixa tua boca ler o livro em tua mão; toma conselho dos que sabem mais do que sabes" — uma das mais velhas frases em todas as línguas. A disciplina era rígida e baseada em princípios mais simples. "A mocidade tem lombo", diz um manuscrito eufemístico, "atende quando é batida... porque os ouvidos dos moços estão colocados nas costas." Um aluno escreve ao professor: "Tu bateste em minhas costas e tua instrução me penetrou pelo ouvido." Que este treinamento nem sempre dava resultados, concluímos ao examinar um papiro em que o professor se lamenta de seus discípulos gostarem mais de cerveja do que dos livros.[136]

Apesar disso, grande número de estudantes do templo passavam para a escola superior do Estado, onde, como jovens escribas, eram iniciados na administração. Durante o curso eram agregados a funcionários, com os quais "aprendiam a fazer". Talvez fosse um melhor meio de treinar funcionários públicos do que a nossa moderna escolha com base na subserviência, na popularidade e no tumulto dos *meetings* políticos. Desse modo o Egito e a Babilônia desenvolveram mais ou menos ao mesmo

tempo os mais antigos sistemas escolares da história;[137] só no século XIX da nossa era volta a instrução pública a organizar-se assim.

No curso superior os estudantes usavam papel — um dos principais artigos do comércio egípcio e um dos mais duradouros presentes feitos ao mundo. A casca do papiro era cortada em tiras e estas superpostas cruzadamente e depois comprimidas — e assim surgiu a matéria-prima essencial da civilização.[138] E nada atesta melhor a perfeição do fabrico do que o fato de termos manuscritos de 5.000 anos ainda intactos e legíveis. Para obter livros emendavam as folhas uma na outra, formando peças até de 36 metros de comprimento; e se não passavam disso era porque a verbosidade dos seus historiadores era menor que a nossa. A tinta, negra e indestrutível, era feita com dissolução de fuligem e gomas vegetais; a pena consistia de um simples talo vegetal afeiçoado na ponta em forma de pequenino pincel.[139]

Com esses modestos instrumentos os egípcios fixaram a mais velha de todas as literaturas. A língua provavelmente lhes viera da Ásia; os mais antigos espécimes revelam muitas afinidades com o semítico.[140] Os primeiros escritores eram pictográficos, isto é, representavam cada objeto por uma figura; a palavra "casa", por exemplo, era indicada por um pequeno retângulo com uma abertura. Como muitas idéias fossem excessivamente abstratas para a representação literal, a pictografia passou a ideografia: certas pinturas começaram convencionalmente a representar não mais o objeto porém as idéias por ele sugeridas; assim, a cabeça de leão representava "supremacia" (como na Esfinge), uma vespa representava "realeza", e um sapinho de cauda significava "milhares". Nos ulteriores desenvolvimentos, as idéias abstratas, que vinham resistindo à representação, passaram a ser indicadas pela pintura de objetos cujos nomes se assemelhavam a palavras correspondentes a idéias; assim, a pintura de um alaúde veio a significar não só "alaúde" como "bom", porque a palavra falada para "alaúde" era *nefer* e a palavra falada para "bom" era *nefor*. Estranhas combinações enigmáticas saíam desses homônimos — palavras do mesmo som, mas de significação diferente. Como o verbo "ser" fosse expresso na linguagem falada pelo som *khopiru*, o escriba, atrapalhado em achar uma pintura para tão intangível concepção, dividiu-a em três partes, *kho-pi-ru* e exprimiu por uma peneira (*khau*), uma esteira (*pi*) e uma boca (*ru*); o uso e o costume, que santificam tantos absurdos, fizeram que essa estranha associação de caracteres sugerisse a idéia de "ser". E deste modo os egípcios chegaram à sílaba, ou ao sinal silábico, e ao *silabário*, isto é, coleção de sinais silábicos; e pela divisão das palavras difíceis em sílabas, pelo encontro de homônimos para as sílabas e pelo desenho combinado dos objetos sugeridos pelos sons silábicos puderam, no decorrer do tempo, fazer que os sinais hieroglíficos reproduzissem uma idéia.

Faltava um só passo: a criação das letras. O sinal para "casa" significava a princípio a palavra para "casa" — *per*; depois passou a significar o som *per*, ou *p-r*, com qualquer vogal de permeio, como uma sílaba em qualquer palavra. A seguir, a pintura se contraiu e passou a representar o som *po, pa, pu, pe* ou *pi*, em qualquer palavra; e se não entrassem vogais, isto era equivalente a ter um caráter para *P*. Por um igual desenvolvimento o sinal para "mão" (*dot*) passou a *Do, da*, etc., e finalmente *D*; o sinal para "boca" (*Ro* ou *ru*) passou a *R*; o sinal para "cobra" (*zt*) tornou-se Z; o sinal para "lago" (*shy*) tornou-se *Sh*... O resultado foi um alfabeto de 24 consoantes, que com o tráfico egípcio e fenício penetrou por todos os recantos do Mediterrâneo e através da Grécia e Roma veio a construir a mais preciosa parte da nossa herança oriental.[141] Os hieróglifos são velhos como as primeiras dinastias; o alfabeto aparece

primeiramente nas inscrições deixadas pelos egípcios nas minas da península do Sinai, entre 2500 e 1500 a.C.[142] (Sir Charles Marston, baseado em suas recentes descobertas na Palestina, acredita que o alfabeto é invenção semítica, e, imaginosamente, credita-o ao próprio Abraão.)[143]

Acertadamente ou não, os egípcios nunca adotaram uma escrita completamente alfabética; como os modernos estenógrafos, eles misturavam sinais pictográficos, ideográficos e silábicos com as letras do alfabeto. Isto dificulta muito aos estudiosos a leitura da língua egípcia, mas não há dúvida de que o sistema facilitava a escrita para os que não tinham tempo de aprendê-la de modo completo. Assim como a língua falada inglesa não é um bom guia para silabação, nada mais provável que as mesmas dificuldades encontradas por um menino inglês no aprendizado da ortografia inglesa encontrasse o escriba egípcio para decorar quinhentos hieróglifos, e mais a sua secundária significação silábica e mais o seu terciário uso alfabético. No decorrer do tempo um mais rápido processo de escriba se desenvolveu nos manuscritos, distinto dos cuidadosos "entalhes sagrados" dos monumentos. Por ter sido esta corrupção dos hieróglifos feita pelos sacerdotes e escribas dos templos, os gregos a denominaram *hierática*; mas breve passou para o domínio público e entrou nos documentos comerciais e privados. Uma forma ainda mais ligeira e descuidada desta escrita se desenvolveu entre o povo — e por isso conhecemo-la como *demótica.* Nos monumentos, entretanto, os egípcios insistiram em conservar os seus imponentes hieróglifos — talvez a mais pinturesca forma de escrita jamais criada.

7. *Literatura*

Textos e bibliotecas — O Sinbad egípcio — A história de Sinuhe — Ficção — Um fragmento erótico — Poemas de amor — História — Revolução literária

A maior parte da literatura egípcia sobrevivente aparece em escrita hierática. Pouco se salvou e somos forçados a julgá-la apenas através desses fragmentos; talvez o tempo destruísse a obra do Shakespeare do Egito, preservando apenas os poetas laureados.

Uma grande figura da Quarta Dinastia aparece em seu túmulo como o "Escriba da Casa dos Livros";[144] não podemos dizer se essa primeira biblioteca foi um repositório de literatura ou apenas um arquivo de documentos. A mais velha literatura egípcia existente se resume no "Texto das Pirâmides" — matéria piedosa gravada nos muros das cinco pirâmides da Quinta e Sexta Dinastias.[145] (Um conjunto posterior de inscrições funerárias, escritas à tinta na parte interna dos ataúdes de madeira empregados para sepultar nobres e magnatas do Médio Reinado Tebano, foi reunido por Breasted e outros egiptólogos sob o nome de "Textos de Ataúdes".)[146] As bibliotecas vinham de além de 2000 a.C. — rolos de papiros guardados em vasos, rotulados, arrumados em estantes;[147] num desses vasos foi achada a mais velha forma do Sinbad, o Marujo — ou melhor, do Robinson Crusoe.

"A História do Marinheiro Naufragado" é um simples fragmento autobiográfico, todo vida e sentimento. "Quão feliz é", diz esse antigo marujo numa linha que recorda Dante, "aquele que conta suas experiências depois que as calamidades passaram!"

Contar-te-ei alguma coisa do que vi por mim, quando embarquei para as minas do Soberano e naufraguei num navio de 180 pés de comprimento por 60 de largura, no qual estavam 120 marinheiros dos melhores do Egito. Eles devassavam os céus, devassavam a terra e tinham os corações mais (...) do que os dos leões. Eles previram uma tempestade e não erraram.

Um temporal nos colheu no mar (...) Velejamos diante do vento, que levantou uma onda de oito cúbitos de altura (...)

Então o navio soçobrou e todos pereceram. E eu fui lançado a uma ilha por uma onda do mar, e passei três dias sozinho com o meu coração. Dormi sob uma árvore, abraçado com a sua sombra. Pus-me depois a andar à procura do que comer. Encontrei figos e videiras, e toda sorte de finas coisas (....) Havia peixe e aves, e nada havia que não existisse lá (....) Acendi fogo e fiz uma oferenda aos deuses.[148]

Outra narrativa se refere às aventuras de Sinuhe, um funcionário do Estado que foge do Egito por ocasião da morte de Amenemhet I, erra pelo Oriente Próximo de país em país e, a despeito da prosperidade e honra que alcança, sofre de terrível nostalgia Por fim abandona as riquezas e, superando mil dificuldades, retorna ao Egito.

Ó Deus, que ordenastes esta fuga, levai-me de novo a casa (isto é, ao faraó). Fazei que eu reveja o lugar onde o meu coração mora. Que há de mais importante que o enterro do meu corpo na terra em que nasci? Vinde em meu auxílio! mostrai-vos misericordioso!

Na continuação encontramo-lo de novo na pátria, empoeirado e cansado da longa viagem pelo deserto e receoso de que o faraó o condenasse pela longa ausência da terra que, como os outros, ele tinha como a única civilizada no mundo. Mas o faraó o perdoa e o trata *cosmeticamente*:

Fui colocado na casa do filho do rei, onde tudo era nobre e havia banho... Os anos foram tirados do meu corpo; fui barbeado (?), meu cabelo foi penteado (?). A carga (de sujeira?) foi lançada no deserto, e a roupa (suja) dada aos carregadores de areia. E fui vestido do mais fino linho, e ungido com os melhores óleos.[149]

Nos fragmentos egípcios que chegaram até nós abundam histórias de fantasmas, milagres e que tais tão críveis como as histórias de detetives que enlevam os nossos modernos estadistas; romances maravilhosos de príncipes e princesas, reis e rainhas, inclusive a mais velha forma da Cinderela, com o seu precioso pezinho, o sapato que perdeu e o desfecho no casamento com um príncipe;[150] fábulas de animais em que transparecem as fraquezas humanas e surge a lição moral.[151] Típico da mistura egípcia do natural com o sobrenatural, temos o conto de Anupu e Bitiu, o irmão mais velho e o mais moço, muito felizes em suas terras, até que a mulher de Anupu se apaixona por Bitiu, é repelida e vinga-se, acusando-o de tê-la violentado. Deuses e crocodilos vêm em socorro de Bitiu; mas, desgostado da humanidade, ele se mutila para comprovar a inocência e, como Timão de Atenas, vai para a floresta, onde depõe o coração na flor mais alta de uma árvore. Comiserados da sua sorte, os deuses dão-lhe uma mulher de tal beleza, que o Nilo, apaixonado, lhe furta uma mecha de cabelos. Derivando pelas águas abaixo, a mecha é encontrada pelo faraó, e então explode o amor em seu coração; manda o rei que seus guardas lhe descubram a dona da maravilha. Encontrada que foi e levada ao rei, com ele se casa. Mas o rei, mordendo-se de ciúmes de Bitiu, manda cortar a árvore em que ele tinha o coração. Assim foi feito e, quando a flor mais alta tocou no chão, Bitiu faleceu.[152] Este conto mostra como o gosto de hoje se assemelha ao dos nossos antepassados!

A primitiva literatura do Egito é abundantemente religiosa; os mais velhos poemas são os "Textos das Pirâmides". A forma em que foram vazados corresponde igualmente à mais velha forma literária conhecida — aquele "paralelismo de membros", ou a repetição da idéia em frases diferentes, que os profetas judaicos tomaram dos egípcios e babilônios e imortalizaram nos Salmos.[153] Com a entrada no Reino Médio a literatura tende a tornar-se profana. Apreendemos um relance da literatura amorosa no fragmento preservado graças à preguiça do escriba que não completou a tarefa de "limpar" totalmente um velho papiro, deixando 25 linhas que dizem do encontro de um simples pastor com uma deusa. "Essa deusa", diz a história, "encontrando-o a caminho da aguada, tirou-lhe as roupas e desmanchou-lhes os cabelos". O pastor narra cautelosamente a cena:

> "Atendei: quando eu ia para a aguada (...) vi uma mulher no caminho que não parecia criatura mortal. Meu cabelo pôs-se de pé ao ver-lhe eu as tranças, tal o brilho dos seus cabelos. Nunca farei o que ela disse; o medo que me causou não me sai do corpo."[154]

Os cantos de amor abundam e revelam beleza, mas, como celebram sobretudo o amor entre irmão e irmã, chocam-nos ou simplesmente divertem os nossos ouvidos modernos. Há uma coleção chamada "Os Belos e Alegres Cantos da Irmã que teu Coração Ama e que Passeia pelos Campos". Um *ostracon*, ou concha, datado da 19ª ou 20ª Dinastia, aborda um tema moderno nas antigas cordas do desejo:

O amor da minha amada salta à beira do rio.
Um crocodilo espia da sombra;
Mas entro na água e arrosto de peito a corrente.
Minha coragem mostra-se grande
E a água é como a terra aos meus pés.
O amor me torna forte.
Ela é para mim um livro de mágica.
Quando a vejo, meu coração pula,
Meus braços estendem-se para colhê-la;
Meu coração rejubila-se quando minha amada vem.
Se a abraço, sou como quem está na Terra do Incenso,
Como quem carrega perfumes.
Quando a beijo; seus lábios se abrem
E eu me embriago sem vinho.
Eu queria ser a escrava negra que a atende,
Para contemplar o matiz de todos os seus membros.[155]

Aqui a divisão das linhas é arbitrária, desde que a prosa não dá a forma externa dos versos. Os egípcios sabiam que a música e o sentimento são gêmeos indispensáveis à poesia; se tivermos isto em mente, a forma extensa não terá importância. Muitas vezes, entretanto, o ritmo era acentuado, como já observamos, pelo "paralelismo dos membros"; e com freqüência o poeta começava cada estância com a mesma palavra; fazia às vezes como o calemburista, que lança mão de sons semelhantes mas significativos de coisas diversas; e o texto nos mostra claro que o truque da aliteração é velho como as pirâmides.[156] Essas simples formas bastavam; com elas o poeta egípcio expri-

mia quase toda a gama do amor "romântico", que Nietzche supunha invenção dos Trovadores. O Papiro Harris mostra que tais sentimentos tanto podem ser expressos por um homem como por uma mulher:

Sou tua primeira irmã,
E para mim és como o jardim
Que plantei com flores
E todas as plantas cheirosas.
Encaminhei para ele um canal
Em que pudesses mergulhar tua mão
Quando o vento norte escalda.
Oh, o belo sítio por onde passeio
Quando tenho tua mão na minha,
Com a cabeça pensativa, o coração alegre
Porque passeamos juntos!
Embriaga-me ouvir tua voz;
E minha vida depende de ouvir-te.
O ver-te faz-me mais bem
Do que o comer e o beber.[157]

A variedade destes fragmentos não deixa de causar-nos espanto. Cartas formais, documentos, narrativas históricas, fórmulas mágicas, hinos, livros de devoção, cantos de amor e guerra, noveletas românticas, exortações morais, tratados filosóficos — tudo aparece, menos a épica e o drama, e ainda aqui com algum esforço encontraremos exemplos. A história dos ousados triunfos de Ramsés II, pacientemente gravados em verso na grande portada de Lúxor, é um poema épico, pelo menos na extensão e no maçante. Em outra inscrição Ramsés IV jacta-se de ter defendido Osíris contra Set e de tê-lo ressuscitado.[158] Épica também.

A historiografia no Egito é uma velha história; mesmo os reis pré-dinásticos conservavam com orgulho os anais de seus feitos.[159] Os historiógrafos oficiais que acompanhavam os faraós nas expedições nunca viam as derrotas e fixavam ou inventavam os detalhes da vitória; já naquele tempo escrever a História era uma arte "cosmética". Lá por volta de 2500 a.C. os eruditos traçavam o rol dos reis, indicavam os anos com os seus nomes e fixavam a crônica dos acontecimentos principais de cada reinado; no tempo de Tutmés III esses documentos se rechearam de eloqüência e de sentimento patriótico.[160] Os filósofos egípcios do Reino Médio lamentavam a velhice da raça e se mostraram saudosistas da ardente mocidade; Khekheperre-Sonbu, um *savant* do reino de Senusret II, em 2150 a.C., queixava-se de que todas as coisas já estavam ditas, nada restando à literatura além da repetição. Cheio de tristeza murmurava: "Eu quisera dispor de palavras desconhecidas, expressões numa linguagem nova, não desgastada, coisas ainda não ditas e repetidas — nada desse material já de longa data estragado."[161]

A distância apaga para nós a variedade e a mutabilidade da literatura egípcia, como apaga as diferenças individuais dos povos que não nos são familiares. Não há como negar, entretanto, que no curso de um longo evolver as letras egípcias passaram por movimentos e caprichos tão variados como os da literatura européia. Como na Europa, também no Egito a língua do dia-a-dia mudava gradualmente, e por fim afastou-se do que era quando os livros do Velho Reino foram compostos. Por longo tempo os autores continuaram a usar a língua antiga; os estudantes aprendiam-na nas escolas, onde eram compelidos a traduzir os "clássicos", com a ajuda das gramáticas e vocabulários e da ocasional assistência de "interlineares". No século 14 a.C. os auto-

res egípcios se rebelaram contra as peias da tradição e, como Dante e Chaucer, ousaram escrever na língua do povo; o famoso *Hino ao Sol* de Ikhnaton é composto em linguagem popular. A nova literatura apresentou-se realista, jovem, ligeira; divertiu-se zombando das velhas formas e descrevendo a vida nova. Com o tempo essa língua também se tornou literária e formal, refinada e precisa, rígida e impecável dentro das convenções; mais uma vez a língua se afastava da comum e o escolasticismo florescia; as escolas do Egito saíta consagravam metade do tempo ao estudo e à translação dos "clássicos" do tempo de Ikhnaton.[162] Semelhantes transformações da língua observamo-las entre os gregos, romanos e árabes; e o mesmo se dá hoje. *Panta rei* — todas as coisas fluem; só os eruditos não mudam.

8. *Ciência*

Origens da ciência egípcia — Matemática — Astronomia e calendário — Anatomia e fisiologia — Medicina, cirurgia e higiene

Os eruditos da época eram sobretudo sacerdotes que longe do tumulto das ruas gozavam da paz e segurança dos templos; foram esses homens que, a despeito de suas superstições, lançaram as bases da ciência egípcia. De acordo com a lenda, as ciências foram inventadas lá pelo ano 1800 a.C. por Thoth, o deus da sabedoria, durante seu reinado de três mil anos sobre a Terra; e os mais antigos livros de cada ciência figuraram entre os 20.000 compostos pela sábia deidade.[163] (Assim nos assegura Jâmblico por volta de 300 de nossa era. Mâneto, o historiador egípcio, aproximadamente em 300 a.C., teria considerado estes três mil anos uma injustiça para com o deus; o próprio número de trabalho de Thoth, em seu cálculo, era de 36.000. Os gregos celebraram Thoth com o nome de Hermes Trismegistus — Hermes [Mercúrio] o Três Vezes Grande.)[164] Nossos conhecimentos não nos permitem esclarecer o assunto.

Bem no começo da história escrita do Egito já encontramos bastante próspera a matemática; o desenho e a construção das pirâmides requeriam precisão de medidas impossível sem considerável conhecimento matemático. A dependência em que a vida do Egito estava das enchentes do Nilo levou os seus sábios a cuidadosos cálculos sobre a cheia e a vazante; fiscais e escribas viviam demarcando as terras cujos limites as inundações obliteravam — e evidentemente foi daí que saiu a *geo*-metria.[165] Quase todos os escritores antigos concordam em atribuir aos egípcios a invenção dessa ciência.[166] Josefo, entretanto, afirma que Abraão havia trazido a aritmética da Caldéia (*i. e.*, Mesopotânia) para o Egito,[167] e não é possível que essa e outras artes tivessem vindo de Ur ou outros centros da Ásia Ocidental.

Os algarismos usados eram incômodos — um sinal para 1, dois para 2,... nove para 9, com um sinal novo para 10. Dois sinais de 10 valiam 20, três de 10 valiam 30,... nove valiam 90, com um sinal novo para 100. Dois sinais de 100 valiam 200, etc., e nove de 100 com mais um sinal novo valiam 1.000. O sinal de 1.000.000 era o desenho de um homem de braços erguidos como a exprimir espanto de que tal número existisse.[168] Os egípcios ressentiam-se da falta do sistema decimal; não tinham o zero, e nunca chegaram à idéia de exprimir todos os números com os dez dedos; usavam 27 sinais para exprimir 999.[169] Tinham frações, mas sempre com o numerador 1; para exprimir ¾ escreviam ½ + ¼. As tábuas de multiplicação e divisão revelam antigüidade igual à das pirâmides. Temos no Papiro Ahmes o mais velho tratado matemático de nosso conhecimento (2000-1700 a.C.), mas esse documento reporta-se a escritos matemáticos de 500 anos atrás. Nele se ilustram como exemplos o cômputo da capacidade de

um celeiro ou a área de um campo, e o autor chega às equações algébricas do primeiro grau.[170] A geometria egípcia calculava não só a área dos quadrados, círculos e cubos, como também o volume de cilindros e esferas; e determinava 3,16 como o valor de π [171] Em quatro mil anos de progresso tivemos a honra de aperfeiçoar o valor de π para 3,1416.

Da química e física egípcias nada sabemos, como também pouco sabemos da astronomia egípcia. Os observadores do céu dos templos parecem ter concebido a Terra como uma caixa retangular, com as montanhas nas beiradas segurando o céu.[172] Anotavam os eclipses e mostravam-se menos adiantados que os seus contemporâneos da Mesopotâmia. Não obstante, sabiam o necessário para prever o dia em que o Nilo começava a subir e para orientar os templos em relação ao solstício do verão.[173] Talvez soubessem mais do que era publicado, já que a manutenção das superstições populares era algo precioso para o governo; os sacerdotes mantinham os estudos astronômicos como misteriosa ciência esotérica, fechada ao homem comum.[174] Por séculos e séculos anotaram a posição e movimento dos planetas; e distinguiam entre planetas e estrelas; em seus catálogos figuravam até estrelas de 5ª grandeza (praticamente invisíveis a olho nu), e observavam as influências astrais na sorte dos homens. Com essas observações construíram o calendário egípcio — mais um dos grandes presentes dados à humanidade.

Começaram dividindo o ano em três estações de quatro meses cada uma: primeira, a cheia, subida e descida do Nilo; segunda, o período do cultivo; terceira, o período da colheita. Para cada mês atribuíam 30 dias — a mais conveniente aproximação do mês lunar de 29 dias e meio: a palavra usada para mês, como entre nós, era derivada do símbolo referente à Lua. (A clepsidra, ou relógio de água, era tão antiga no Egito que eles a ligavam ao Deus Thoth. O mais velho relógio conhecido data de Tutmés III e está hoje no museu de Berlim. Consiste numa barra de madeira dividida em seis partes, ou horas, sobre a qual uma peça é colocada de modo que a sombra sobre a barra indique o tempo da manhã ou da tarde.)[175] Ao fim do 12º mês, acrescentavam cinco dias para harmonizar o ano com o rio e o Sol.[176] Para começo do ano marcavam o dia em que o Nilo chegava à altura máxima, e em que, originalmente, a grande estrela Sírio (por eles chamada Sothis) se levantava simultaneamente com o Sol. Desde que o calendário egípcio só atribuía 365 dias para o ano, em vez de 365 dias e um quarto, esta "ascensão helíaca" de Sírio (isto é, sua aparição antes do Sol depois de longos dias de invisibilidade) atrasava-se de um dia em cada quatro anos; e desse modo o calendário egípcio divergia de seis horas por ano do real calendário do céu. Os egípcios jamais corrigiram o erro. Muitos anos depois, os astrônomos gregos de Alexandria, sob a direção de Júlio César, melhoraram esse calendário com a adição de um dia extra a cada quatro anos; e apareceu o calendário juliano. Sob o papa Gregório XIII (1582) nova correção foi feita com a omissão desse dia extra (29 de fevereiro) nos anos seculares não divisíveis por 400; é o calendário gregoriano ainda em uso. Nosso calendário é, pois, uma criação do antigo Oriente Próximo.[177] (Como a "ascensão helíaca" de Sírio ocorria de quatro em quatro anos, um dia depois do que exigia o calendário egípcio, essa diferença somava 365 dias em 1.460 anos; ao completar-se este "ciclo sótico" [como o chamavam os egípcios] o calendário teórico e o celestial estavam de acordo. Sabendo pelo autor latino Censório que a "ascensão helíaca" de Sírio coincidiu no ano 139 de nossa era com o início do ano do calendário egípcio, podemos presumir que semelhante coincidência ocorreu a cada 1.460 anos anteriormente — ou seja, em 1321 a.C., 2781 a.C., 4241 a.C. etc. E já que o calendário egípcio estava estabelecido aparentemente em um ano quando tinha lugar a "ascensão helíaca" do Sírio no 1º dia do 1º mês, podemos concluir que este calendário entrou a vigorar em um ano que abriu o ciclo sótico. As primeiras menções do calendário egípcio estão nos textos religiosos inscritos nas pirâmides da Quarta Dinastia. Como está fora de dúvida que esta Dinastia é anterior a 1321 a.C., o calendário deve ter sido estabelecido em 2781 a.C. ou 4241 a.C., ou talvez ainda mais cedo. O Professor Scharff contestou a data mais antiga da História aceita por todos, e é possível que devêssemos ter de aceitar 2781 a.C. como a data aproximada do nascimento do calendário egípcio. Isso exigirá uma antecipação, de 300 a 400 anos, das datas acima assinaladas para as primeiras dinastias e as grandes pirâmides. Como o assunto ainda é muito discutido, nesta obra adotamos a cronologia seguida pela obra *Cambridge Ancient History*.

A despeito das oportunidades oferecidas pelo embalsamamento os egípcios fizeram relativamente poucos progressos no estudo do corpo humano. Supunham que as veias carregavam ar, água e fluidos excretórios, e criam que o coração e os intestinos eram a sede do espírito; talvez, se soubéssemos o que eles significavam com esses termos, não os achássemos muito divergentes de nossas efêmeras certezas. Os egípcios descreviam com certa precisão os ossos e as vísceras, e reconheciam a função do coração como o poder propulsor do organismo e o centro do sistema circulatório: "seus vasos", diz o Papiro Ebers,[178] "governam todos os membros; se o médico põe o dedo na testa, na nuca, nas mãos... ou nos pés, por toda a parte sente o coração". Disto a Leonardo e a Harvey só distava um passo — que levou três mil anos para ser dado.

É na medicina que está a glória da ciência egípcia. Como tudo mais era matéria de cultura, começou com os sacerdotes e teve origens mágicas. Os amuletos tinham entre o povo mais voga do que as pílulas; a doença era a possessão pelos demônios e, desse modo, era tratada com encantamentos. O resfriado, por exemplo, recebia o seguinte tratamento: "Retira-te, resfriado, filho de um frio, tu que quebras os ossos, destróis o crânio, transtornas as sete aberturas da cabeça!... Sai, fedor, fedor, fedor!"[179] — uma cura tão efetiva quanto os nossos modernos remédios para esse mal tão velho. Das profundidades do Egito veio a ética profissional como a temos, com passagem pelo famoso juramento de Hipócrates.[180] Alguns dos médicos especializavam-se em obstetrícia, outros em desordens gástricas; outros eram oculistas de tal fama que Ciro chamou um deles à Pérsia.[181] Os médicos menores curavam os pobres; e ainda tinham de cuidar dos cosméticos, tinturas para cabelo, tratamento de pele, embelezamento e inseticidas.[182]

Vários papiros médicos chegaram até nós. O mais valioso, que recebeu o nome do seu descobridor, Edwin Smith, consta de um rolo de cinco metros de comprimento, datado de 1600 a.C.; descreve 48 casos de cirurgia, desde fratura do crânio até quebradura da espinha. Cada caso recebia tratamento em ordem lógica — diagnóstico provisório, exame, semiologia, diagnóstico, prognóstico, tratamento e paliativos. O autor observa, com clareza só rivalizada no século XIX da nossa era, que o controle dos membros inferiores está localizado no *cérebro* — palavra que pela primeira vez aparece na literatura.[183]

Os egípcios eram vítimas de grande número de doenças, embora delas morressem sem lhes conhecer os nomes gregos. As múmias e os papiros falam da tuberculose, da arteriosclerose, dos cálculos biliares, bexigas, paralisia infantil, anemia, artritismo, epilepsia, gota, mastoidite, apendicite e de maravilhosas doenças como a espondilite deformante e a acondroplasia. Não aparecem sinais de sífilis e câncer; mas a piorréia e a cárie, ausentes nas velhas múmias, tornam-se freqüentes nas mais recentes — indicando os progressos da civilização. A atrofia e a desagregação dos ossos do dedo mínimo do pé eram comuns no antigo Egito, onde quase todos andavam descalços.[184]

Contra as doenças os médicos armavam-se de uma abundante farmacopéia. O Papiro Ebers arrola 700 drogas para tudo, desde mordedura de cobra até febre puerperal. O Papiro Kahun descreve supositórios, aparentemente usados para evitar a concepção.[185] O túmulo de uma rainha da Décima Segunda Dinastia continha uma caixa de remédios com vasos, colheres, drogas secas e raízes. As prescrições oscilavam entre a medicina e a magia, e confiavam sobretudo no repulsivo das beberagens. Sangue de lagarto, orelha e dentes de porco, carne e gordura podres, miolo de tartaruga, livro velho fervido em óleo, leite de mulher parida, urina de virgem, excrementos hu-

manos ou de cães, de leão, de gato — tudo aparece nas receitas. A calvície era tratada com fomentações de gordura animal. Alguns desses tratamentos passaram-se para a Grécia e de lá para Roma e de Roma para nós; também nós tragamos estranhas misturas concebidas há quatro mil anos nas margens do Nilo.[186]

Os egípcios tentaram promover a saúde da população pelo saneamento público (fato comprovado por escavações que revelam locais para as águas pluviais e um sistema de esgotos, com tubos de cobre),[187] pela circuncisão dos homens[188] (prática já denunciada pelos mais antigos túmulos),[189] e pelo ensino ao povo do uso constante do clister. Conta-nos Diodoro Sículo:[190]

> A fim de evitar a doença eles cuidam da saúde do corpo por meio de beberagens, jejuns e eméticos, às vezes diários, às vezes com intervalos de três ou quatro dias. Dizem que a maior parte do alimento ingerido é supérflua, sendo isso que promove a doença. (Antigo é o dito: "Vivemos de um quarto do que comemos e os doutores, do resto".)

Acreditava Plínio que esse hábito do clister fora ensinado pelo íbis, ave que se cura usando o bico como seringa.[191] Heródoto diz que os egípcios "se purgavam mensalmente durante três dias, procurando preservar a saúde com eméticos e clisteres, porque supunham que todas as doenças vinham do alimento que ingeriam". E esse primeiro historiador da civilização coloca os egípcios logo abaixo dos líbios como o povo mais sadio do mundo.[192]

9. *Arte*

Arquitetura — O Antigo Reinado — O Médio Reinado — Império e esculturas saítas Baixo-relevo — Pintura — Artes menores — Música — Artistas

O melhor desta civilização foi a arte. Ali, quase no limiar da História, encontramos uma arte poderosa e madura superior à de qualquer nação moderna e só igualada pela da Grécia. A princípio, o luxo do isolamento e da paz, e depois, sob Tutmés III e Ramsés II, os despojos das guerras e da opressão deram ao Egito oportunidade e meios para realizar a arquitetura maciça, a estatuária possante e cem artes menores, que bem cedo chegaram à perfeição. A teoria do progresso hesita diante da arte desse povo.

A arquitetura foi a mais nobre das artes antigas, porque combinava em formas imponentes de massa e duração a beleza e o uso. Começou humilde, com o adorno dos túmulos e a decoração externa das casas. As moradias eram em geral de barro, com algum trabalho em madeira num ponto ou noutro, sendo o teto sustentado por troncos de palmeira. Ao redor da casa, normalmente, muros cercando um pátio, do qual saía a escada que conduzia ao teto; do teto os moradores passavam para os aposentos. Os ricos dispunham de jardins cuidadosamente tratados; e as cidades, de jardins públicos para os pobres; todas as casas eram ornadas de plantas. As paredes interiores eram recobertas de esteiras coloridas, e o chão, nas casas melhores, de tapetes. Neles os moradores sentavam-se, de preferência às cadeiras; os egípcios do Antigo Reinado comiam em mesas de 16 centímetros de altura, à moda do Japão, e com os dedos, como Sha-

kespeare. No Império, quando os escravos custavam pouco, as classes ricas usavam altas cadeiras estofadas e eram servidas por criados.[193]

A pedra de construção constituía material caro — um luxo reservado para os reis e sacerdotes. Mesmo os nobres não a usavam; e por isso as vilas e palácios, marginais ao Nilo em quase toda a sua extensão, desapareceram tragados pelo tempo; só ficou o que era de pedra. Durante a Décima Segunda Dinastia a pirâmide deixou de ser moda em matéria de sepultura. Khnumhotep (2180 a.C.) adotou em Beni-Hasan a colunata na montanha, motivo que, uma vez consagrado, variou de mil formas nos montes às margens ocidentais do Nilo. Dos tempos das pirâmides ao tempo de Hator, em Denderás — três mil anos — emergiu das areias do Egito uma sucessão de realizações arquitetônicas que nenhuma outra civilização excedeu.

Carnac e Lúxor, orgia de colunas levantadas por Tutmés I, II e III, por Amenotep III, Seti I, Ramsés II e outros monarcas; em Medinet-Habu, um enorme edifício sobre cujas colunas quebradas uma aldeia árabe dormitou durante séculos; em Ábidos, o templo de Seti I, sombrio nas suas ruínas maciças; em Elefantina, o pequeno templo de Khnum, "positivamente grego na precisão e na elegância";[194] em Der-el-Bari, a floresta de colunatas da Rainha Hatxepsu, perto de Ramesseun, outra floresta de colossais colunas e estátuas, erguidas pelo rei Ramsés II; em Philae, o gracioso templo de Ísis (240 a.C.), abandonado depois que a barragem do Nilo em Assuan submergiu as bases de suas colunas perfeitas — eis aqui amostras dos inúmeros monumentos que adornaram o vale do Nilo e nas suas ruínas atestam a força e a coragem da raça que os ergueu. Certamente há um excesso de colunas, no seu amontoamento determinado pela fúria do sol; uma aversão à simetria; uma falta de unidade; uma bárbara adoração do tamanho. Mas também há grandeza, sublimidade, majestade e potência; aqui e ali aparecem o arco e a abóbada,[195] usados com discrição, porque não constituíam necessidade, mas já prontos para passar à Grécia e à Europa moderna; e uma arte decorativa jamais sobrepujada,[196] e as colunas papiriformes, as em forma de lótus, as "protodóricas",[197] as cariátides,[198] os capitéis de Hator, os capitéis de palma, os clerestórios e as magnificentes arquiteturas cheias de vigor e estabilidade — alma e força da arquitetura. Os egípcios foram os maiores construtores da História.

Também há quem os ache os maiores escultores. Lá está a Esfinge, representando em seu simbolismo a leonina qualidade de algum onipotente faraó — talvez Quéfren não seja apenas tamanho, como alguém disse, mas também caráter. Um tiro de canhão dos mamelucos quebrou-lhe o nariz e estragou-lhe a barba; mesmo assim aquelas gigantescas feições retratam a força e a dignidade, a calma, a céptica maturidade de um rei natural. Das feições imóveis emana um sutil sorriso hoje com cinco mil anos, como se o artista, ou o monarca, já soubesse tudo que é possível saber a respeito dos homens. É a Mona Lisa de pedra.

Nada mais fino na história da escultura do que a estátua de diorito representando Quéfren, hoje no museu do Cairo; tão antiga para Praxíteles como Praxíteles é antigo para nós, chegou-nos intacta da erosão do tempo; cortada na mais dura das pedras, transmite-nos a força e a autoridade, a energia e a coragem, a sensibilidade e a inteligência do monarca, ou do artista. Próximo, e ainda mais velho, o faraó Zoser aparece esculpido em calcário; mais longe, o guia acende um fósforo e nos revela o translúcido de um Miquerinos de alabastro.

Tão perfeitas como estes retratos da realeza são as figuras do Sheik-el-Beled e do Escriba. O Escriba nos chegou sob muitas formas, todas de incerta antigüidade; a mais

ilustre é o que hoje se acocora no Louvre. O Sheik não é *sheik*, mas apenas um capataz, armado do bastão da autoridade e em marcha, como sob comando. Seu nome era Kaapiru, mas o trabalhador árabe que o sacou de um túmulo em Sacara impressionou-se com a sua semelhança com o Sheik-el-Beled (isto é, o prefeito da cidade em que ele vivia) — e o nome pegou. Está esculpido em madeira perecível, mas o tempo o respeitou; seu aspecto é o do acomodado burguês de todas as épocas; seu rosto redondo brilha da satisfação do homem contente da vida. A cabeça calva e as roupas soltas dizem do realismo de uma arte já bastante segura de si para rebelar-se contra o hieratismo; mas aqui também revela, com fina simplicidade, um perfeito tom humano, expresso sem amargor e com a facilidade e graça do artista seguro de si. "Se", diz Maspero, "fosse feita uma exposição de obras-primas mundiais, eu escolheria este trabalho para manter a honra da arte egípcia"[199] — ou essa honra caberia melhor à cabeça de Quéfren?

São as obras-primas da velha estatuária egípcia. Mas obras menores abundam; as estátuas sentadas de Rahotep e sua esposa Nofrit, a poderosa figura do sacerdote Ranofer, as estátuas de cobre do rei Phiops e seu filho, uma cabeça de falcão em ouro, a humorística figura do Cervejeiro e do anão Knemhotep — quase todas no museu do Cairo. Obviamente, temos de admitir que existe muita crueza nas obras primitivas, porque o convencionalismo mandava que o rosto humano só se representasse de perfil, assim como as mãos e os pés, mas o corpo e membros de frente; pouca atenção era dada ao corpo, na maioria dos casos estereotipado e nada real — todos os corpos femininos eram jovens, todos os corpos de reis eram fortes; a individualização só aparecia na cabeça. Mas, apesar da rigidez que as convenções sacerdotais impunham à estatuária, pinturas e relevos, esses trabalhos se redimiam pela potência e profundidade da concepção, vigor e precisão da execução, pelo caráter e pelo acabamento. Nunca a escultura foi tão viva; O Sheik exsuda autoridade, as mulheres que moem grãos põem todos os músculos no trabalho, o Escriba "vai escrever". E milhares de estátuas postas nos túmulos eram modeladas com tal vivacidade que podemos supor, como os piedosos egípcios, que os mortos não se sentiriam sós na companhia de tais representações.

Por muitos séculos a escultura egípcia não igualou as realizações das primeiras dinastias. Pelo fato de a maior parte da estatuária ser feita para os templos e túmulos, os sacerdotes determinavam as formas a serem seguidas pelos artistas; e o natural conservantismo da religião paralisava a arte no convencionalismo. Sob os poderosos monarcas da Décima Segunda Dinastia o espírito secular desembaraçou-se das peias, e a arte uniu o vigor antigo e uma maior habilidade. Uma cabeça de Amenemhet III em diorito[200] sugere imediatamente a reconquista da liberdade artística; está ali a calma firmeza de um rei esculpida com mão de mestre. Uma colossal estátua de Senusret III mostra uma cabeça sem paralelo na história da escultura; e o torso de Senusret no museu do Cairo equipara-se ao torso de Hércules no museu do Louvre. Figuras de animais abundam na escultura egípcia de todas as eras, e sempre cheias de humor e vida: aqui um rato roendo uma noz, ali um macaco devotamente tocando harpa ou um porco-espinho arrepiado no *qui-vive*. Mas sobrevieram os Reis Pastores e por 300 anos a arte hibernou.

Na era de Hatxepsu, dos Tutmés, dos Amenotep e Ramsés sobreveio a ressurreição. A riqueza carreada da Síria inundou de arte os templos e a corte. O Colosso de Tutmés III começava a desafiar os céus; estátuas enchiam todos os recantos dos tem-

plos; obras-primas brotavam com abundância daquela raça exultante com o que supunha ser a supremacia mundial. O belo busto de granito da Grande Rainha, hoje no museu de Nova York; a estátua de basalto de Tutmés III, no museu do Cairo; a esfinge de Amenotep III, no museu Britânico, o Ikhnaton sentado, do Louvre; a estátua de Ramsés II, em Turim. (Aqui nos lembramos da exclamação de um estadista egípcio depois que visitou as galerias da Europa: "*Que vouz avez volé mon pays!* — Como vocês roubaram meu país!")[201] A admirável figura deitada desse mesmo incrível rei fazendo sacrifício aos deuses;[202] a meditabunda vaca de Der-el-Bari, que Maspero considerava "igual, se não superior às melhores coisas da Grécia e de Roma no *gênero*";[203] os dois leões de Amenotep III, que Ruskin havia considerado a melhor estatuária animalesca da antigüidade;[204] os colossos cortados na rocha de Abu Simbel pelos escultores de Ramsés II; os admiráveis restos encontrados nas ruínas de Tel-el-Amarna, no próprio ateliê do artista de Tutmés — modelo da cabeça de Ikhnaton cheio de misticismo e da poesia desse trágico rei, o belo busto em calcário da rainha Nefertite e a bela cabeça de granito dessa mesma dama:[205] estes exemplos podem ilustrar as realizações da escultura de tão opulenta era. Em meio às obras-primas o humor sempre encontrava lugar; os escultores brincavam de caricaturar homens e animais, mesmo reis e rainhas, nessa idade iconoclasta.

Depois de Ramsés II a magnificência declina, e por muitos séculos a arte se contenta em repetir formas tradicionais. Sob os reis saítas houve um rejuvenescimento, com retorno à simplicidade e sinceridade dos velhos mestres. Os escultores atacam bravamente as mais duras rochas — basalto, *breccia,* serpentina, diorito — e esculpem-nas com o realismo do retrato de Montumihait,[206] e do desconhecido que figura no museu de Berlim. No bronze fundem a linda figura da dama Tecoschet.[207] Novamente os artistas se deleitam em fixar as feições reais e o movimento dos seres vivos; modelam grotescas figuras de estranhos animais, escravos e deuses; e aparecem aquelas cabeças de gato e cabra atualmente no museu de Berlim.[208] Mas chegam os persas, como um bando de lobos; invadem o Egito, conspurcam os templos, quebram o espírito da raça — e a resultante é um ponto final.

A escultura e a arquitetura são as maiores artes do Egito; mas, se a abundância fosse mérito, os baixos-relevos teriam de emparelhar-se com elas. Nenhum outro povo entalhou mais incansavelmente a pedra, escrevendo história e lenda nos muros. A princípio choca-nos a similaridade dessas glípticas narrativas, o tumulto do excesso, a ausência de proporção e perspectiva — ou a canhestra tentativa de realizar a perspectiva pela representação do distante em cima do próximo; mas surpreende-nos ver quão grande é o faraó e quão pequenos são os seus inimigos; e como na escultura achamos difícil ajustar nossos hábitos artísticos a olhos e peitos que nos defrontam intrepidamente, enquanto os narizes, queixos e pés se voltam de perfil. Mas as linhas perfeitas do falcão e da serpente, esculpidos no túmulo do rei Wenephes,[209] nos empolgam, e também os relevos do rei Zoser, na base da pirâmide de Sacara, e os relevos em madeira do príncipe Hesiré, cujo túmulo também está nesse sítio,[210] e o Líbio Ferido, num túmulo em Abusir[211] — um paciente estudo da dor física. Por fim suportamos com equanimidade os extensos relevos que nos contam como Tutmés III e Ramsés II tudo levaram à sua frente; reconhecemos a perfeição dos relevos sob Seti I, em Ábidos e Carnac; e seguimos com interesse a pitoresca representação em que os escultores da Grande Rainha contam, nos muros de Der-el-Bari, a história da expedição que ela enviou à misteriosa terra do Punt (Somália?). Vemos os navios de velas desfraldadas e

congestionados de remos, no rumo sul, sobre água coalhada de polvos, crustáceos e outros habitantes do mar; observamos a chegada da frota a Punt, onde o rei e a população fascinada a acolhem; vemos os marujos enchendo os navios de mil coisas locais; lemos a brincadeira do trabalhador do Punt: "Cuidado com os pés, vocês aí; cuidado!" E então acompanhamos os navios já de volta, cheios das "maravilhas da terra do Punt, de todas as árvores odoríferas da terra dos deuses, incenso, ébano, marfim, ouro, madeiras de várias espécies, cosméticos para os olhos, macacos, cães, panteras, peles... nunca tais coisas foram trazidas por nenhum rei desde o começo do mundo", como diz uma inscrição. Os navios vieram pelo grande canal entre o Vermelho e o Nilo: vemos a expedição desembarcar nas docas de Tebas e depositar as preciosidades aos pés da rainha. E vemos por fim como todas aquelas importações se transfizeram em beleza para o Egito: por toda parte ornamentos de ébano e ouro, caixas de perfumes e ungüentos, artigos de marfim e couro; enquanto as árvores trazidas do Punt florescem tão bem no solo do Egito que à sua sombra os bois repousam. Esse relevo é uma das obras supremas na história da arte.[212] (Pode-se ver um modelo deste relevo na Sala 12 Egípcia do Museu Metropolitano de Arte, em Nova York.)

O baixo-relevo é uma ligação entre a escultura e a pintura. No Egito, exceto durante o reino dos Ptolomeus e sob a influência da Grécia, a pintura nunca se ergueu ao nível de arte independente; permaneceu um acessório da arquitetura e da escultura — o pintor enchia os espaços abertos pelo cinzel. Mas embora subordinada, fez-se ubíqua; a maioria das estátuas era pintada, como também as superfícies. A pintura é uma arte perigosamente sujeita ao tempo; não tem a persistência da estatuária ou da arquitetura. Muito pouco nos ficou da pintura do Antigo Reinado, mas podemos concluir desse pouco que também essa arte quase alcançou a perfeição; basta ver a notável pintura dos seis gansos em uma tumba no Medo.[213] No Médio Reinado encontramos a "têmpera" (gênero de pintura em que as tintas são misturadas com clara ou gema de ovo), de agradável efeito decorativo nos túmulos de Ameni e Khnumhotep, em Beni-Hasan, e tão excelentes exemplos da arte como as "Gazelas e os Camponeses,"[214] e o "Gato Espreitando a Presa";[215] aqui o artista captou o ponto principal — o movimento e a vida de sua criação. Sob o Império, os túmulos tornam-se uma orgia de pintura. Os artistas egípcios já lidavam com todas as cores do arco-íris e mostravam-se ansiosos de exibir as habilidades. Nas paredes e tetos das casas, templos e túmulos, experimentavam retratar ao vivo os campos ensolarados, os pássaros em vôo, os peixes nadando, os animais ferozes em seus covis. Decoravam os assoalhos de modo a figurar águas transparentes, e nos tetos procuravam rivalizar as jóias do céu. Ao redor dessas pinturas traçavam cercaduras de desenhos geométricos ou florais, que iam do mais simples ao mais complexo.[216] A "Dançarina",[217] tão cheia de originalidade e *esprit*, a "Caça no Bote",[218] a esguia beldade nua, em ocre, a misturar-se com os músicos, no túmulo de Nakht, em Tebas,[219] são exemplos ao acaso das inumeráveis pinturas dos túmulos. Aqui, como nos baixos-relevos, a linha é boa e a composição pobre; os personagens surgem separadamente, em sucessão;[220] a superposição de novo tem preferência sobre a perspectiva; o rígido formalismo e as convenções da escultura egípcia não revelam o humor e o realismo da estatuária dos últimos tempos. Mas através dessas pinturas corre um ar fresco de concepção e execução, a fidelidade ao natural e a alegre exuberância de cores e ornato que a tornam agradável aos olhos e ao espírito. A despeito de todos os seus embaraços, a pintura egípcia não foi excedida por nenhuma outra do Oriente, antes das dinastias médias da China.

A grande arte do Egito era constituída pelas artes menores. A mesma habilidade e energia construtora de Carnac e das pirâmides, tendo enchido os templos de pedras trabalhadas, entregou-se à decoração dos lares, ao adorno do corpo e ao desenvolvimento de todas as graças da vida. Os tecelões faziam tapetes e coxins magníficos de cor e inexcedíveis na textura; os desenhos por eles concebidos passaram-se para a Síria e ainda estão em uso até hoje.[221] As relíquias do túmulo de Tutancamon revelaram o espantoso luxo do mobiliário egípcio, o fino acabamento de todas as partes, as cadeiras ornamentadas de ouro e prata, os leitos suntuosos de desenhos, escrínios de jóias e vasos que só iriam ser sobreexcedidos pelos da China. As mesas ornavam-se de baixelas de prata, bronze ou ouro, taças de cristal e de diorito, tão finos que a pedra se tornava translúcida. Os vasos de alabastro de Tutancamon mostram a que alturas chegou a arte da cerâmica. E, finalmente, os joalheiros do Reino Médio e do Império produziam uma profusão de preciosos ornamentos raramente sobrepujados no desenho e na feitura. Colares, coroas, anéis, braceletes, espelhos, peitorais, cadeias, medalhões; ouro e prata, cornalina e feldspato, lápis-lazúli e ametista — tudo lá aparece. Os egípcios de recursos revelavam o mesmo prazer dos japoneses diante da beleza de pequenos objetos caseiros; a menor caixa de marfim tinha de ser burilada preciosamente. Os egípcios vestiam-se com simplicidade, mas viviam de maneira completa. Quando o dia de trabalho chegava ao fim, recreavam-se com a música dos alaúdes, harpas, sistros, flaütas e liras. Os templos e palácios tinham orquestras e coros, e no estado-maior do faraó havia o "superintendente do canto" — diretor da música real. Mas não encontramos traços da escrita musical — talvez houvesse, mas não sobrevivesse. Snefrunofr e Reimmery-Ptah eram os Carusos da época — e através dos séculos ainda os ouvimos blasonar que "eles satisfaziam todos os desejos do rei com a beleza do seu canto."[222]

Constitui fato excepcional que esses nomes hajam subsistido, porque em regra os artistas imortalizadores dos reis não tinham meios de imortalizarem-se a si mesmos. Sabemos apenas do Imhotep, o quase mítico arquiteto do reino de Zoser; de Ineni, desenhista de grandes monumentos, como o Der-el-Bari; de Puymre e Hapuseneb e Senmut, que trabalharam para a Grande Rainha Hatxepsu. (Senmut foi tão honrado por seus soberanos que disse de si mesmo: "Eu fui o maior dos maiores em toda a terra."[223] Esta é uma opinião muito comumente sustentada, mas não claramente expressa.) Sabemos também do escultor de Tutmés, nas ruínas de cujo ateliê foram encontradas verdadeiras obras de arte; e de Beck, o orgulhoso mestre que proclamava ter salvo Ikhnaton do esquecimento.[224] Amenotep III teve como seu principal arquiteto um artista desse mesmo nome, filho de Hapu; o faraó pôs à sua disposição recursos ilimitados, o que lhe permitiu tornar-se famoso a ponto de ser tido como deus. Em sua maior parte, entretanto, os artistas trabalhavam na obscuridade e na pobreza, não gozando de maior consideração dos sacerdotes e potentados do que os artesões comuns.

A religião cooperou com a riqueza egípcia inspirando e fomentando as artes — e por fim contribuiu para a queda do império. A religião oferecia motivos, idéias e inspiração; mas impunha convenções e restrições que atavam de modo tão completo as artes à Igreja que quando a sinceridade religiosa morreu no coração dos artistas a arte morreu também. Temos aqui a tragédia de quase todas as civilizações: sua alma está na fé e quase nunca sobrevive à filosofia.

10. Filosofia

As "Instruções de Ptah-hotep" — "Advertências de Ipuwer" — "Diálogo de um Misantropo" — O Eclesiastes egípcio

É comum entre os historiadores da filosofia iniciar a narrativa com os gregos. Os hindus, que pretendem ser os inventores da filosofia, e os chineses, que pretendem tê-la aperfeiçodo, riem-se do nosso provincialismo. É possível que todos estejamos enganados; porque entre os mais velhos fragmentos que herdamos dos egípcios existem muitos que cabem, embora frouxamente, sob a classificação de filosofia moral. A sabedoria dos egípcios era proverbial entre os gregos, os quais se confessavam crianças diante de tão antiga raça.[225]

O mais velho trabalho de filosofia que nos chegou é "Instruções de Ptah-hotep", de 2880 a.C., isto é, 2.300 anos antes de Confúcio, Sócrates e Buda.[226] Ptah-hotep foi governador de Mênfis e primeiro-ministro do rei, na Quinta Dinastia. Ao afastar-se do cargo, deliberou deixar a um filho um manual de eterna sabedoria. Começou deste modo:

> Ó Príncipe, meu senhor, o fim da vida está perto; a velhice desce sobre mim; a fraqueza sobrevém e a infantilidade se renova; o velho decai dia a dia. Os olhos diminuem, os ouvidos ensurdecem. Tudo descamba, o coração não tem repouso... Ordena, pois, a teu servo que transfira a seu filho a principesca autoridade. Permite-me dizer-lhe as palavras daqueles que aconselhavam os homens nos tempos antigos, dos que as ouviram diretamente dos deuses. Rogo-te permitir seja isso feito.

Sua Graciosa Majestade deu-lhe a permissão, advertindo-o, entretanto, de que "discorresse sem enfadar", conselho ainda não supérfluo para os filósofos de hoje. E Ptah-hotep instrui o filho:

> Não te mostres orgulhoso pelo fato de seres instruído: trata tanto com sábios como com ignorantes. Porque não há limites para o aprendizado, nem nenhum artífice que possua toda a arte. Linguagem clara é coisa rara como a esmeralda no meio de pedregulho. (....) Vive, portanto, na casa da benevolência e os homens dar-se-ão a ti. (...) Teme fazer inimigos com as tuas palavras (...) Não ofendas a verdade, nem repitas aquilo que qualquer homem, seja príncipe ou camponês, diz quando abre o coração: é aborrível à alma. (....)
>
> Se queres ser homem de sabedoria, gera um filho para o agrado de deus. Se ele leva vida perfeita, segundo o teu exemplo, se conduz teus negócios na devida ordem, faze por ele tudo que for bom. (...) Mas se é desatento e não segue tuas regras de conduta, e é violento; se cada palavra que sai de sua boca é uma palavra vil, então poderás bater-lhe — essa linguagem poderá ser a adequada.(...) Muito preciosa para um homem é a virtude de seu filho; bom caráter é coisa sempre recordada.(....)
>
> Para onde quer que vás, cuidado com o comércio feminino.(....) Se queres ser prudente, cuida da tua casa e ama tua mulher.(....)
>
> O silêncio te valerá mais do que o falar muito. Considera como te comportas no conselho quando um perito discorre. É loucura querer falar de todas as coisas.(....)
>
> Se te tornares poderoso, faze-te honrado pela ciência e pela bondade.(....) Evita responder sob o calor da exaltação; afasta isso de ti; controla-te.

E Ptah-hotep conclui com horaciano orgulho:

> Que nenhuma das palavras aqui colocadas se perca, mas que fiquem como modelos para os príncipes. Minhas palavras ensinarão aos homens como falar... sim, eles se aperfeiçoarão na obediência e se tornarão excelentes na linguagem. Bênçãos cairão sobre eles; (....) serão amados até o fim dos seus dias; e sempre terão o contentamento no coração.[227]

Esta nota de amabilidade não persistirá no pensamento egípcio; a velhice a alcança e a azeda. Outro sábio, Ipuwer, lamenta a desordem, a violência, a fome e a decadência que desabaram sobre o Velho Reino; fala dos cépticos que "fariam oferendas aos deuses se soubessem onde o deus está"; fala do aumento do número de suicídios e diz, qual outro Schopenhauer: "Poderia vir o fim do homem, e nunca mais haver concepção nem nascimento. Cessaria o tumulto e a luta na terra." Era a velhice e o cansaço. No fim Ipuwer sonha com um filósofo-rei que redima os homens do caos e da injustiça:

> Ele arrefecerá a chama (de conflagração social?). Será considerado o pastor de todos os homens. Mal nenhum existirá em seu coração. Quando seus rebanhos são poucos, ele passa o dia a reuni-los, pois estão de coração febril. Ele lhes discernirá o caráter na primeira geração. E destruirá o mal. Suprimirá a semente da herança.(....) Onde está esse homem hoje? Dormindo, por acaso? Atenção, o seu poder é invisível.[228]

Isto já é a voz dos profetas; as linhas são lançadas em formas de estrofes, como os escritos poéticos dos judeus; e Breasted proclama estas "advertências" como o "mais velho exemplo do idealismo social a que chamamos messianismo".[229] Outro papiro do Reino Médio denuncia a corrupção da época em palavras de todas as gerações.

> Para quem falo eu hoje?
> Os irmãos são maus,
> Os amigos de hoje não são amigos de amor.
>
> Para quem falo eu hoje?
> Corações mesquinhos,
> Cada homem tem olhos no alheio.
>
> Para quem falo eu hoje?
> O homem bom perece
> Os audaciosos prosperam...
>
> Para quem falo eu hoje?
> Em vez de má conduta despertar a ira
> Todos sorriem, por mais iníqua que seja...

E agora aparece o Swinburne egípcio cantando louvores à morte:

A morte está hoje diante de mim
Como a convalescença de um homem enfermo,
Como a ida para o jardim depois da doença.

A morte está hoje diante de mim
Como o perfume de mirra,
Como o sentar-nos sob a vela num dia de vento.

A morte está hoje diante de mim
Como o perfume da flor do lótus,
Como o sentar-nos no sólio da ebriedade.

A morte está hoje diante de mim
Como a subida da enchente,
Como a volta de um homem da guerra...

A morte está hoje diante de mim
Como o homem que anseia pelo lar
Depois de anos e anos de cativeiro.[230]

Mais triste ainda é um poema gravado numa laje hoje no museu de Leide, datado de 2200 a.C. *Carpe diem* ..

Ouvir as palavras de Imhotep e Hardedef,
Palavras grandemente celebradas como suas.
Vede a situação!
Paredes em ruínas
Nada mais do que era.
Como se jamais tivessem existido.

Nada vem de lá
Que nos diga como eles eram;...
Que contente os nossos corações
Até que também partamos
Para o lugar aonde eles se foram.

Anima teu coração a esquecer isso,
E alegra-te segundo teu próprio desejo
Enquanto vives.

Põe mirra sobre tua cabeça
E vestes de fino linho sobre teu corpo,
Ornadas de coisas maravilhosas,
Esses genuínos produtos dos deuses.

Intensifica os teus deleites
E não deixes teu coração enlanguescer.
Segue teu desejo e teu bem,
Afeiçoa teus negócios na terra
Como te sugere teu próprio coração
Até que o dia da lamentação sobrevenha.

Quando os mortos não ouvem suas lamentações
Nem o que está no túmulo espera lágrimas.
Celebra o dia alegre;
Não te canses nisso.
Homem nenhum leva consigo o que tem;
E ninguém que daqui se foi retorna.[231]

Este pessimismo e este cepticismo eram o resultado do quebrantamento de ânimo da nação humilhada e sujeita aos invasores hicsos; corresponde ao epicurismo e ao estoicismo da Grécia, depois de perdida a independência. ("Guerra civil", diz Ipuwer, "não dá renda.")[232] Tal literatura representa em parte um desses interlúdios, como o nosso interregno moral de hoje, em que a razão suplanta a fé e os homens ficam sem saber como e por que viver. Semelhantes períodos não duram muito; a esperança renasce; o intelecto é novamente refugado e a mística retorna, dando ao homem o estímulo imaginativo aparentemente indispensável à vida e ao trabalho. Não podemos conceber que tais poemas representem a idéia de grande número de egípcios; atrás da pequena minoria que ponderava sobre a vida e a morte, em termos assim realistas, estavam milhões de criaturas simples, ainda fiéis aos deuses e nunca cépticas quanto ao triunfo do bem, nunca descrentes de que os sofrimentos padecidos na terra seriam recompensados com o céu de felicidade e paz.

11. Religião

O deus-céu — O deus-sol — O deus-planta — O deus-animal — O deus-sexo — Deuses humanos — Osíris — Ísis e Hórus — Deidades menores — Sacerdotes — Imortalidade — O Livro dos Mortos *— A "Confissão Negativa" — Mágica — Corrupção*

Nada havia no Egito que não estivesse marcado pela religião. Encontramo-la em todos os estágios, do totemismo à teologia; vemos-lhe a influência na literatura, no governo, na arte, em tudo, exceto na moral. E não só se apresenta variada, como tropicalmente luxuriante; apenas em Roma e na Índia encontraremos um tão abundoso panteão. Impossível entender o Egito — ou o homem — sem o estudo dos seus deuses.

No começo, disse o egípcio, era o céu; e até o fim o céu e o Nilo permaneceram as principais divindades egípcias. Todas as maravilhas celestes não eram simples astros, mas formas externas de poderosos espíritos, deuses cuja vontade induzia o complexo de seus variados movimentos. O céu, uma abóbada, através de cuja vastidão uma grande vaca se situava — a deusa Hator; a terra lhe jazia aos pés, e seu ventre revestia-se do fulgor de 10.000 estrelas. Ou (porque os mitos e deuses mudam de nome) era o céu o deus Sibu, ternamente deitado sobre a terra, a deusa Noite; dessa cópula gigantesca nasciam todas as coisas.[233] Cada uma das constelações era um deus; Sahu e Sopdit (Órion e Sírio), por exemplo, eram tremendas deidades; regularmente, três vezes por dia, Sahu comia deuses. Ocasionalmente um monstro desse tipo devorava por algum tempo a lua; mas breve as orações dos homens e a cólera dos outros deuses forçavam-no a vomitá-la.[234] Era como a plebe egípcia explicava os eclipses.

A lua era um deus, talvez o mais velho dos deuses adorados no Egito; mas na teologia oficial o maior de todos era o sol. Às vezes adoravam-no como a suprema deidade

Ra ou Re, o ardente pai que fecundava a Mãe Terra com os seus raios de luz e calor; às vezes era um divino bezerro, renascido a cada aurora, e que atravessava o céu num bote celeste e afundava o poente, como um velho entra no túmulo. Ou o sol era o deus Hórus, que tomava a elegante forma de um falcão, e cada dia voava majestosamente nos céus, em fiscalização dos seus domínios, tornando-se um dos símbolos da realeza e da religião egípcias. Ra, ou o sol, era sempre o Criador; no começo, erguendo-se e vendo a terra deserta e nua, inundou-a com os seus potentes raios — e todas as coisas vivas surgiram. Os primeiros homens não passavam de filhos diretos de Ra, e viveram perfeitos e felizes; gradativamente seus descendentes degeneraram, perderam a perfeição e a felicidade: desagradado com aquilo, Ra destruiu a maior parte da raça humana. Sábios egípcios punham em dúvida esta crença popular e afirmavam o contrário: os primeiros homens haviam sido grosseiros, sem fala articulada e sem nenhuma das artes da vida.[235] No conjunto, porém, era uma mitologia inteligente, pois expressava de maneira piedosa a gratidão do homem pela terra e pelo sol.

Tão exuberante era esta piedade que os egípcios adoravam não só a fonte da vida como praticamente todas as suas formas. Muitas plantas se tornaram sagradas; a palmeira que lhes dava sombra no deserto, a fonte que lhes dava de beber nos oásis, o sicômoro que misteriosamente florescia nas areias eram, com excelentes razões, coisas sagradas, e até o fim os egípcios de alma simples faziam oferendas aos pepinos, às uvas e aos figos.[236] Mesmo os mais humildes vegetais tinham os seus devotos; e Taine divertia-se em mostrar que a cebola, tão desagradável a Bossuet, havia sido uma divindade nas margens do Nilo.[237]

Mais populares eram os animais-deuses; tão numerosos que faziam do panteão egípcio um jardim zoológico. Aqui ou ali, nesta ou naquela era, os egípcios sempre adoraram o boi, o crocodilo, o galo, o falcão, o ganso, o bode, o carneiro, o cão, a galinha, a andorinha, o chacal, a serpente; e permitiam a essas criaturas freqüentar os templos com a mesma liberdade da vaca sagrada da Índia dos nossos dias.[238] Quando os deuses se tornaram humanos, ainda retinham seus duplos animais e símbolos: Amon era representado como ganso ou carneiro, Ra como gafanhoto ou boi, Osíris como boi ou carneiro, Sebec como crocodilo, Hórus como falcão, Hator como vaca, e Thoth, o deus da sabedoria, como macaco.[239] Ofertavam-se mulheres como companheiras sexuais desses deuses, e o boi em particular, como encarnação de Osíris, estava afeito a essa honra; em Mendes, diz Plutarco, as mais belas mulheres realizavam o coito com o bode divino.[240] Do começo ao fim este totemismo permaneceu como elemento essencial da religião egípcia; os deuses humanos chegaram mais tarde, provavelmente como um dom da Ásia.[241]

O bode e o touro eram especialmente sagrados, como representativos do poder sexual criador; não menos símbolos de Osíris, mas sua real encarnação.[242] Muitas vezes pintavam Osíris com um enorme membro, como marca do seu poder supremo; imagens com falo tríplice figuravam nas procissões egípcias; em certas ocasiões as mulheres carregavam essas imagens fálicas e as operavam mecanicamente, por meio de cordéis.[243] (O leitor curioso encontrará de novo semelhante prática na Índia.) Sinais de adoração sexual aparecem não só nas pinturas e relevos dos templos, em que figuram os órgãos eretos, como na *crux ansata* — uma cruz com um cabo — signo da união sexual e da vida vigorosa.[244]

Por fim os deuses se tornaram humanos — ou, antes, os homens se tornaram deuses. A exemplo das deidades da Grécia, os deuses humanos do Egito eram superiores

aos homens e às mulheres, concebidas em moldes heróicos, mas sempre de carne e osso; tinham fome e comiam, tinham sede e bebiam, amavam e se acasalavam, odiavam e matavam, envelheciam e morriam.[245] Temos, por exemplo, Osíris, cuja morte e ressurreição eram celebradas todos os anos como símbolos da enchente e da vazante do Nilo. Cada egípcio das últimas dinastias contava a história de como Set, o perverso deus da seca, encolerizou-se com Osíris, por ter este derramado com a enchente a fertilidade sobre a terra, e matou-o, reinando sobre o dessecado reino de Osíris (isto é, sobre a terra privada de uma enchente que não veio) até que Hórus, valente filho de Ísis, o derrubasse e banisse; e então Osíris ressuscitou ao calor do amor de Ísis e governou benevolentemente o Egito, suprimiu o canibalismo, estabeleceu a civilização e subiu ao céu para reinar eternamente como deus.[246] Equivale a um mito profundo; porque a História, assim como a religião oriental, é dualística — um relato de lutas entre a criação e a destruição, entre a fertilidade e a seca, entre a mocidade e a velhice, entre o bem e o mal, entre a vida e a morte.

Profundo também era o mito de Ísis, a Grande Mãe. Não significava apenas a leal irmã e esposa de Osíris; em certo sentido o superava em grandeza, porque — como as mulheres em geral — havia vencido a morte por meio do amor. Nem era apenas o solo negro do Delta, fertilizado pelo toque de Osíris; era acima de tudo símbolo da misteriosa força criadora de todos os seres vivos e da maternal ternura que amamenta as vidas novas. Ísis representava no Egito — como Cali, Ishtar e Cibele na Ásia, Deméter na Grécia e Ceres em Roma — a prioridade e a independência do princípio feminino em criação e transmissão hereditária, e a original função inicial da mulher na agricultura; foi Ísis (diz o mito) quem revelou a Osíris (o homem) o trigo e a cevada nativos no Egito.[247] O povo adorava-a com especial ternura e erguia-lhe imagens, considerava-a a Mãe de Deus; seus tonsurados sacerdotes exaltavam-na em sonoras matinas e vésperas; e no meio do inverno, coincidente com a anual ressurreição do sol, os templos de Hórus, seu divino filho e deus do sol, mostravam-na num estábulo, amamentando um bebê miraculosamente concebido. A teologia e o ritual do Cristianismo foram profundamente afetados por essas lendas poético-filosóficas. Os primitivos cristãos muitas vezes se curvaram diante das estátuas de Ísis com o pequeno Hórus ao seio, vendo nelas outra forma do velho e nobre mito pelo qual a mulher (isto é, o princípio feminino), criando todas as coisas, tornou-se por fim a Mãe de Deus.[248]

Ra (ou Amon, no sul), Osíris, Ísis e Hórus eram os grandes deuses do Egito. Nos últimos tempos Ra, Amon e outro deus, Ptah, combinaram-se como três pessoas distintas de uma suprema e trina divindade.[249] Deidades menores existiam em grande número: Anúbis, o chacal; Shu, Tefnut, Nephethys, Ket, Nut... encheríamos a página se fôssemos mencioná-las todas. O próprio faraó era deus, sempre filho de Amon-Ra; e governava não só por direito divino como por nascimento divino, como deidade de ligação entre o céu e a terra. Em sua cabeça se sentava o falcão, símbolo de Hórus e totem da tribo; de sua testa saía o *uraeus,* ou serpente, símbolo da sabedoria e comunicadora de virtudes mágicas.[250] O rei era o sacerdote supremo da fé e caminhava à frente das grandes procissões religiosas. Foi graças a essa associação com os deuses que os faraós dominaram por tanto tempo no Egito e com tão pouco uso da força.

Daí serem os sacerdotes os sustentáculos do trono e a polícia secreta da ordem social. Era a indispensável ponte ligadora dos homens aos deuses. O cargo sacerdotal passava de pais a filhos, de modo que se foi erigindo em classe, a qual, em virtude da

piedade do povo e da munificência dos reis, acabou se tornando mais opulenta que a aristocracia feudal e a própria família real. Os sacrifícios oferecidos aos deuses proporcionavam aos sacerdotes alimento e bebida; os templos lhes ofereciam espaçosas moradias; as rendas das terras dos templos e dos serviços religiosos eram avultadas; e o fato de serem isentos das taxas, das *corvées* e do serviço militar deixava-os em invejável situação na sociedade. Um pouco deste poder era merecido, pois eles acumulavam os conhecimentos, educavam as crianças e disciplinavam-nas com vigor e zelo. Heródoto os descreve quase com pavor:

> São de todos os homens os mais excessivamente atentos na adoração dos deuses, e observam as seguintes cerimônias... Usam trajes de linho, sempre lavados e frescos... São circuncisos, a bem da higiene, achando preferível serem limpos a serem belos. Depilam o corpo inteiro de três em três dias, de modo que nenhum piolho ou impureza se junte neles... Lavam-se em água fria duas vezes ao dia e três à noite.[251]

A religião egípcia se caracterizava principalmente pela insistência na imortalidade. Se Osíris, o Nilo e toda a vegetação morriam e renasciam, por que não ser assim também com o homem? A admirável preservação dos cadáveres pela secura do ar levava-os a firmar-se nessa fé, que foi dominante no Egito por milhares de anos, e que de lá passou a viver no cristianismo.[252] O corpo, dizia o egípcio, era habitado por um duplo de nome *Ka*, e também por uma alma que pousava no corpo como um passarinho na árvore. Todos três — corpo, *Ka* e alma — sobreviviam à morte, enquanto o cadáver não desaparecesse na dissolução; mas, se chegavam a Osíris limpos de pecados, iam viver eternamente no "Campo Feliz do Alimento" — jardins celestes da maior abundância e segurança. Esses Campos Elísios, entretanto, só eram alcançados por meio do concurso de um barqueiro, o egípcio Charon; mas esse barqueiro só dava passagem às criaturas que tivessem sido boas em vida. Ou então Osíris examinava os mortos, pesando cada coração numa balança em que o peso de um dos pratos era uma pena. Os reprovados no exame tinham de permanecer para sempre em seus túmulos, padecendo fome e sede, sem nunca mais ver o sol.

De acordo com os sacerdotes, havia bons meios de vencer tais testes — e eles se ofereciam para revelá-los. Um era cumular o túmulo de alimentos, bebidas e servos que cuidassem do morto. Outro era enchê-lo de talismãs caros aos deuses: peixe, abutres, serpentes, e acima de tudo o escaravelho — um besouro que, pelo fato de reproduzir-se no esterco, simbolizava a alma ressurreta; se estes talismãs fossem devidamente abençoados pelos padres, afugentariam qualquer assaltante do túmulo e aniquilariam todos os males. Um meio ainda melhor consistia em adquirir o *Livro dos Mortos*, papiros que traziam orações, fórmulas e encantamentos calculados para apaziguar, ou enganar, Osíris. (Título moderno dado por Lepsius a uns dois milheiros de rolos de papiro encontrados em diversos túmulos e que se caracterizam por conter fórmulas para guiar o morto. O verdadeiro título em egípcio do *Livros dos Mortos* seria *Fórmulas para Voltar à Luz*. Esses rolos datam da época das pirâmides, mas alguns são mais antigos. Os egípcios acreditavam que tais textos tinham sido compostos pelo deus da sabedoria, Thoth; o capítulo 54 declarava que o livro fora encontrado em Heliópolis e que era "de verdadeira inspiração divina."[253] Josias fez semelhante descoberta entre os judeus. Quando depois de cem vicissitudes e perigos a alma do morto alcançava finalmente Osíris, tinha de falar deste modo ao grande juiz:

Ó tu que moves as asas do Tempo,
Tu, senhor de todos os mistérios da vida,
Tu, guardião de cada palavra que falo —
Escuta, tu estás envergonhado de mim, teu filho;
Teu coração está cheio de dor e vexame;
Porque muitos foram meus pecados do mundo,
E orgulhosa foi a minha maldade.
Oh, tem misericórdia de mim
E rompe as barreiras que se erguem na minha frente!
Lava todos os meus pecados
E que eles caiam a teus pés!
Sim, limpa-me de minha maldade,
E apaga a vergonha que sentes no coração
Para que eu e Tu possamos existir em paz.[254]

Ou era a alma que declarava a sua inocência numa "Confissão Negativa":

> Salve, Grande Deus, Senhor da Verdade e da Justiça! Apresento-me diante de Ti, meu Senhor; venho deslumbrar-me com a tua beleza... E trago-te a Verdade... Eu não cometi iniqüidades entre os homens. Eu não oprimi o pobre... Eu não acrescentei trabalho ao trabalho que para si faz o homem livre... Eu não delinqüi, não cometi abominações contra os deuses. Não fiz que o escravo fosse punido pelo senhor. Não causei fome a ninguém, nem a ninguém fiz derramar lágrimas, nem assassinei ninguém, nem trai a ninguém. Em nada desfalquei as reservas dos templos; não conspurquei o pão dos deuses... Não realizei ato carnal dentro dos recintos sagrados. Não blasfemei... Não falseei a balança. Não tirei o leite da boca dos infantes. Não cacei com armadilha as aves dos deuses... Sou puro, sou puro, sou puro.[255]

A religião egípcia, entretanto, pouco atendia à moralidade; os sacerdotes ocupavam-se em vender talismãs e fórmulas mágicas e a celebrar ritos; não tinham tempo de inculcar preceitos morais. O próprio *Livro dos Mortos* ensina que os amuletos benzidos pelos padres suprimiam todos os obstáculos deparáveis aos mortos no caminho da salvação; e o principal consistia na repetição das orações, não no fato de levar vida perfeita. Os amuletos e rezas propunham-se a absolver uma infinidade de pecados e a assegurar a entrada no paraíso até ao próprio diabo. A cada instante o piedoso egípcio tinha de murmurar estranhas fórmulas espantadoras do mal e atraidoras do bem. Aqui temos uma com que a mãe ansiosa procura afastar do filho os "demônios":

> *Vade retro,* ó tu que vens das trevas e entras rastejante. Vieste beijar esta criança? Não o deixarei, nunca! Vieste para levá-la? Não deixarei que a tomes de mim. Tenho contra ti a proteção da erva Efet, que causa dor: das cebolas, que te espantam; do mel, que é doce para os vivos e amargo para os mortos; das partes más do peixe Ebdu; da espinha da perca.[256]

Os próprios deuses usavam de mágicas uns contra os outros. A literatura egípcia está cheia de mágicos — que secam lagoas com uma palavra, ou soldam pernas quebradas, ou ressuscitam os mortos.[257] O rei tinha-os na corte para ajudá-lo ou guiá-lo; e

ao próprio rei era atribuído mágico poder sobre as chuvas ou a enchente do rio.[258] A vida andava cheia de talismãs, encantações, adivinhações: em cada porta ficava um deus para afugentar os maus espíritos e os ataques do azar. As crianças nascidas no dia 23 do mês de Thoth iriam seguramente morrer cedo; as nascidas no dia 20 de Choiakh ficariam cegas.[259] "Cada dia e mês", diz Heródoto, "é consagrado a algum deus; e de acordo com o dia do nascimento de cada pessoa o deus determina o que lhe vai acontecer, como vai morrer e que tipo de pessoa será."[260] No fim, a ligação entre a moral e a religião desaparece; o caminho para a salvação não é a vida perfeita, mas a mágica, o ritual, a generosidade para com os sacerdotes. Diz um grande egiptólogo:

> Os perigos do Além multiplicavam-se, e para cada situação crítica os padres tinham um encantamento de efeito infalível. Afora os muitos truques que habilitavam os mortos a alcançar o Além, havia os que não os deixavam perder a cabeça, o coração, a boca; outros que os habilitavam a lembrar-se do nome, a respirar, a comer, a beber, a não comer as próprias dejeções, a impedir que a água de beber se transformasse em fogo, a fazer das trevas luz, a escapar às serpentes e monstros hostis... Assim, o desenvolvimento moral do Egito foi sustado pela ganância e corrupção dos padres.[261]

Tal era o estado da religião no Egito quando Ikhnaton, poeta e herético, subiu ao trono e inaugurou a revolução religiosa que destruiu o Império do Egito.

IV. O REI HERÉTICO

O caráter de Ikhnaton — A religião nova — Hino ao sol — Monoteísmo — O novo dogma — A nova arte — Reação — Nefertite — Colapso do Império — Morte de Ikhnaton

No ano 1380 a. C., Amenotep III, sucessor de Tutmés III, morreu depois de uma vida de grande ostentação, sendo substituído pelo seu filho Amenotep IV — ou Ikhnaton. Um busto desse rei, descoberto em Tell-el-Amarna, mostra um perfil de incrível delicadeza, um rosto de poética expressão feminina. Grandes olhos sonhadores, crânio malformado, estatura delgada: um Shelley no trono.

Mal subiu ao poder, começou a revoltar-se contra a religião de Amon e as práticas dos sacerdotes. No grande templo de Carnac havia um grande harém, pretensamente destinado ao deus, mas na realidade destinado aos sacerdotes.[262] O jovem imperador, cuja vida era um modelo de fidelidade conjugal, não aprovou aquela sagrada prostituição; o sangue dos carneiros sacrificados a Amon ofendia-lhe o olfato; e a traficância sacerdotal dos amuletos e rezas, bem como o uso que faziam do oráculo de Amon para manter o obscurantismo e a corrupção, provocaram-lhe náuseas.[263] "Mais perversidade há nas palavras dos padres", disse ele, "do que em quantas ouvi até o ano IV" (do seu reinado); "Mais perversas são elas do que as que Amenotep III ouviu."[264] Seu espírito jovem voltou-se contra a sordidez em que a religião e o povo haviam caído; Ikhnaton abominava a indecorosa riqueza dos templos, bem como o crescente mercenarismo hierárquico da vida egípcia. Com audácia de poeta, lançou seus compromissos aos vento e corajosamente anunciou que todos aqueles deuses e cerimônias não passavam de vulgar idolatria e o deus era um só: Aton.

Como Akbar na Índia 30 séculos depois, Ikhnaton viu a divindade suprema no sol, fonte do calor e da luz. Não temos elementos para afirmar que adotasse essa idéia da Síria, ou que Aton fosse uma simples forma de Adônis. Qualquer que seja sua origem, o novo deus ocupava a alma do rei; e chegou a fazê-lo mudar de nome; em vez de Amenotep, passou a Ikhnaton, com o significado de "Aton está satisfeito"; e, recorrendo a velhos hinos e poemas monoteísticos publicados no reinado precedente, escreveu cantos apaixonados. (Sob o governo de Amenotep III os arquitetos Suti e Hor inscreveram um hino monoteísta ao sol sobre uma estela que atualmente se encontra no Museu Britânico.[265] Era costume antigo no Egito dirigir-se ao deus sol, Amon-Ra, não somente como ao maior deus,[266] mas simplesmente como o deus do Egito.) O que vamos citar é o mais longo e belo da literatura egípcia sobrevivente.

Bela é a tua aurora no horizonte do céu,
Ó vivo Aton, Começo da Vida!
Quando te levantas no Oriente
Enches todas as terras com tua beleza.

És belo, grande, cintilante, alto sobre todas as terras.
Teus raios dominam tudo que hás criado.
És Rei, e tudo levas cativo;
Tudo unes com teu amor.
Embora sejas tão distante, teus raios estão sobre a terra;
Embora estejas tão alto, tuas pegadas são o dia.

Quando te pões no horizonte ocidental
A terra enegrece como a morte;
Todos dormem em seus aposentos,
As cabeças se cobrem,
As narinas param de vibrar.
Um ser não vê o outro.
Todas as suas coisas são roubadas
Que estão sob sua cabeça
E eles não percebem.
Cada leão sai da sua caverna.
E todas as serpentes...
O mundo cai em silêncio
Enquanto o que o fez descansa no horizonte.

Brilha a terra quando de novo te ergues.
Quando de dia tu brilhas, como Aton.
Expulsas para longe as trevas.
Quando nos mandas teus raios.
As duas Terras entram em festa,
Alerta e de pé
Quando tu as levantas.
Seus membros banham-se, elas se despem,
Erguem os braços em adoração da tua aurora.
E em todo o mundo eles se entregam ao trabalho.

O gado descansa nas pastagens,
As árvores e plantas florescem,
Os pássaros gorjeiam nos pântanos,

As asas erguidas em tua adoração.
Todos os carneiros dançam sobre seus pés,
Todas as coisas aladas voam.
Eles vivem quando sobre eles brilhas.

Os barcos sobem e descem o rio.
Todos os caminhos se abrem, porque brilhas.
No rio o peixe salta para ti.
Teus raios fulgem no grande mar verde.
Criador do germe na mulher.
Criador da semente no homem.
Dás vida ao filho no seio de sua mãe,
Acaricias-lo para que não chore,
Nutres-lo ainda no útero,
Ó criador da alma que anima tudo que fazes!
Quando o ser sai do corpo.... no dia em que nasce,
Tu lhe abres a boca em fala
Tu lhe supres as necessidades.

Quando a avezinha pia no ovo
Tu lhe dás o alento que viva a conserva;
Quando a levas a ponto de romper o ovo
Ela sai para cantar com todo o ímpeto.
E vai sobre seus dois pés
Depois que nasce.

Que variadas são tuas obras!
Elas se escondem diante de nós
Ó deus único, de poderes que ninguém mais tem!
Tu criaste a terra conforme teu coração
Enquanto estavas só:
Homens, todo gado pequeno e grande,
Tudo o que existe sobre a terra,
Que caminha com seus pés;
Tudo que está no alto,
Que voa com suas asas.
Os países de longe, Síria e Kush,
A terra do Egito;
Tu pões cada homem em seu lugar
Tu lhes supres as necessidades...

Tu fazes o Nilo no baixo mundo,
Tu o trazes como desejas
Para dar vida às gentes...

Quão altos são os teus desígnios,
Ó senhor da eternidade!
Há um Nilo em teu céu para os de fora
E para o gado de cada país que está aos teus pés...
Teus raios nutrem todos os jardins;
Quando te levantas eles vivem,
E por ti crescem eles.
Tu fazes as estações
Para que realizem toda a tua obra.
Inverno, para dar-lhes frio,

E calor, para que te sintam.
Tu fizeste o distante céu erguer-se
Para que olhasse tudo que fizeste,
Tu só, brilhando na forma de um vivo Aton,

Cintilante, luminoso, afastando-te e voltando.
Tu fazes milhões de formas
Através de ti somente;
Cidades, aldeias e tribos.
Estradas e rios.
Todos os olhos te vêem diante de si
Porque és o Aton dos dias da terra...

Tu estás em meu coração,
Nenhum outro te conhece
A não ser teu filho Ikhnaton.
Tu o fizeste sábio
Em teus desígnios e em teu poder.
O mundo está em tua mão,
Como tu o fizeste.
Quando te ergues, tudo vive;
Quando desapareces, tudo morre;
Porque tens a vida em ti mesmo
Os homens vivem através de ti,
Enquanto seus olhos estão na tua beleza
Até que desapareças.
Todo trabalho se interrompe
Quando te deitas no ocidente...

Tu formaste o mundo,
E o ergueste para teu filho...
Ikhnaton cuja vida é longa;
E para a esposa real, sua amada,
Senhora das Duas Terras,
Nefer-nefru-aton, Nefertite,
Viva, florescente, por todo o sempre.[267]

Temos aqui, além de um dos grandes poemas da História, a primeira firme expressão do monoteísmo — 700 anos antes de Isaías. E a óbvia semelhança deste hino com o Salmo CIV deixa pouca margem a dúvidas quanto à influência egípcia sobre o poeta hebreu.[268] Como acentua Breasted,[269] esta concepção de um deus único talvez seja o reflexo da unificação do mundo mediterrâneo sob a liderança do Egito, no reinado de Tutmés III. Ikhnaton concebe o deus único para todas as nações e chega a mencionar o nome de outros países, antes do Egito, como dentro do governo de Aton; isto representa um prodigioso avanço para além da idéia do deus tribal até então predominante. Note-se a concepção vitalista: Aton não aparece em batalhas e vitórias, mas nas florestas e árvores, em todas as formas de desenvolvimento vital; Aton é a alegria do cordeirinho que "dança sobre seus pés" e do "pássaro que gorjeia nos pântanos". Também não é um deus limitado pela forma humana; é o criador do *calor* do sol; a glória flamante das auroras corresponde ao emblema de seu poder. Não obstante, por causa da sua influência fecundadora revelada em tudo, o sol, para Ikhnaton, torna-se igualmente o "Deus do Amor", a terna ama que "cria os filhos dos homens na mu-

lher" e "enche as duas Terras do Egito com amor". E por fim Aton simbolicamente evolve para um solícito pai, amoroso e terno; não como Jeová, o Deus das Batalhas, mas como um deus de bondade e paz.[270]

Constitui uma das tragédias da História que Ikhnaton, depois desta elevada visão da unidade universal, não tenha permitido que a sua nobre religião fosse lentamente vencendo os homens. Sua impetuosidade não lhe permitia pensar na *sua* verdade em termos relativos; e, considerando intoleráveis outras formas de concepção da divindade, atacou-as. Subitamente deu ordem para que os nomes de todos os velhos deuses fossem obliterados das inscrições nos monumentos; mutilou neles o nome de seu pai, para elidir a palavra "Amon"; declarou que todos os credos, exceto o culto de Aton, eram ilegais, e mandou fechar os velhos templos. Também abandonou a cidade de Tebas como pervertida, e levantou para si próprio uma nova capital em Akhetaton — "Cidade do Horizonte de Aton".

Rapidamente Tebas decaiu e Akhetaton se tornou rica e próspera, opulenta de uma arte renascida e livre dos tabus sacerdotais e da tradição. O espírito alegre e vital da nova religião veio insuflar a arte nova. Em Tell-el-Amarna, na aldeia moderna hoje existente no local da antiga Akhetaton, Sir Flinders Petrie desenterrou um belo pavimento, adornado de pássaros, peixes e outros animais pintados com a mais fina graça.[271] Ikhnaton proibiu aos artistas representar Aton, com base na elevada idéia de que o verdadeiro Deus não tem forma;[272] quanto ao mais, ficou a arte inteiramente livre; ele só pedia aos seus artistas prediletos, Bek, Auta e Nutmés, que descrevessem as coisas como as viam, esquecendo as convenções dos padres. Alegremente seguiram os artistas o conselho e pintaram ao próprio rei não mais com a truculência convencional antiga, mas como na realidade era — quase tímido de expressão, com uma cabeça estranhamente dolicocéfala. E seguindo nesse rumo pintaram todas as plantas e animais com o maior verismo de detalhes, e com perfeição difícil de ser sobrepujada.[273] E por uns tempos a arte, que sempre vivera sob grilhões, floresceu na maior abundância e felicidade.

Mas a reforma de Ikhnaton, o seu monoteísmo naturalista, era muito avançada para os tempos, e falava sobretudo ao intelecto; vinha, pois, ofender gravemente as velhas superstições politeístas de raízes profundas no povo. Tivesse ele mais maturidade de espírito, e não forçaria a transição. Ikhnaton, porém, era mais poeta do que filósofo; e, como Shelley ao anunciar aos bispos de Oxford a demissão de Jeová, sonhou o Absoluto e tentou destruir de um golpe toda a velha estrutura religiosa do povo. Despojou e afastou a opulenta classe dos sacerdotes e proibiu a adoração das velhas divindades. A raspagem nos monumentos das sílabas *A-mon* no nome de seu pai, Amenotep III, pareceu ao povo a maior das impiedades; porque nada era tão importante para os egípcios como a adoração dos ancestrais. Ikhnaton não avaliou devidamente a força e a pertinácia dos sacerdotes, e admitiu no povo uma capacidade de compreensão do novo credo que não existia. Nos bastidores os padres começaram a conspirar, e às ocultas o povo persistia na adoração dos antigos e inumeráveis deuses. Cem ofícios e profissões parasitários das velhas crenças murmuravam em segredo contra o herético. No próprio palácio, ministros e generais não escondiam seu ódio ao rei, e rezavam pela sua queda. Não estava ele deixando o Império cair aos pedaços?

Enquanto isso o jovem poeta vivia na simplicidade e na confiança. Tinha sete filhas e nenhum filho; e apesar de pela lei estar autorizado a gerar um herdeiro em outra esposa, preferiu-se manter-se fiel a Nefertite. Uma pequenina obra de arte que chegou

até nós mostra-nos Ikhnaton abraçando a rainha; ele permitia que os artistas o representassem andando de carro pelas ruas, recreando-se alegre em companhia da esposa e das crianças; nas cerimônias públicas Nefertite sentava-se ao seu lado, pegando-lhe a mão, enquanto as crianças brincavam aos pés do trono. Ikhnaton falava da esposa como "Senhora da Felicidade, a cuja voz o rei se rejubila"; e para o juramento usava desta fórmula: "Como o meu coração é feliz na Rainha e seus filhos."[274] O reinado de Ikhnaton foi um interlúdio de ternura na epopéia do poder no Egito.

Súbito, chegam notícias alarmantes da Síria. As conquistas dos faraós no Oriente estavam sendo roubadas pelos hititas e outras tribos guerreiras; os governadores nomeados pelo governo egípcio clamavam pela imediata remessa de reforços. Ikhnaton hesitou; que direito tinha o Egito de conservar aqueles povos na sujeição? Também lhe repugnava lançar seus súditos na morte distante por amor a uma causa tão incerta. Quando a Síria e outras nações dependentes perceberam que tinham pela frente um santo, depuseram os governadores egípcios, interromperam o pagamento dos tributos e readquiriram a independência. O Egito deixou de ser um vasto império; confinou-se aos seus limites naturais. Breve, o tesouro, que por séculos dependera dos tributos coletados externamente, esvaziou-se; a taxação doméstica descambou para o mínimo e a exploração das minas de ouro cessou. Sobreveio o caos na administração interna. Ikhnaton viu-se sem dinheiro e sem amigos. Todas as colônias se revoltaram e todas as forças do Egito se puseram contra ele, na expectativa de sua queda.

Estava Ikhnaton nos seus 30 anos quando, em 1362 a.C., faleceu de desgosto diante do fracasso da sua obra e da indignidade da sua raça.

V. DECLÍNIO E QUEDA

Tutancamon — Os labores de Ramsés II — A riqueza do clero — A pobreza do povo — A conquista do Egito — Sumário da contribuição do Egito para a civilização

Decorridos dois anos da morte de Ikhnaton, seu genro Tutancamon, um favorito dos padres, elevou-se ao trono. Mudou o nome de Tutancamon que seu sogro lhe dera, restaurou Tebas como capital e o poder do sacerdócio, e anunciou ao povo jubiloso a volta dos velhos deuses. As palavras "Aton" e "Ikhnaton" foram raspadas dos monumentos: os padres proibiram que os fiéis as pronunciassem; o povo passou a referir-se a Ikhnaton como "O Grande Criminoso". Tudo voltou a ser o que era.

Tutancamon reinou apagadamente, e o mundo raro lhe ouviria o nome se não fossem os maravilhosos tesouros encontrados em seu túmulo. Depois dele um general, Harmahab, então na chefia do exército, lançou-se em guerra de reconquista e restauração do poder externo e interno do Egito. Seti I colheu os frutos da ordem e riqueza restauradas, construiu o hipostilo de Carnac,[275] iniciou a construção de um templo nos rochedos de Abu Simbel, comemorou a sua própria grandeza em magníficos relevos e teve o prazer de dormir milhares de anos num dos túmulos mais suntuosos do Egito.

Em seguida subiu ao trono Ramsés II, o último dos grandes faraós. Raramente a História se refere a um monarca de tanto pitoresco. Belo e bravo, aumentava seus encantos com a juvenil consciência que deles tinha; suas façanhas guerreiras, que ele nunca cessava de comemorar, só foram igualadas pelas suas façanhas amorosas. De-

pois de ter descartado um irmão com inoportunos direitos ao trono, enviou uma expedição à Núbia para restaurar as minas de ouro, e encheu as arcas reais; com esses recursos empreendeu a reconquista das províncias asiáticas que se haviam libertado. Três anos lhe custou a retomada da Palestina; depois defrontou um grande exército de asiáticos em Kadesh (288 a.C.) e graças à coragem e ao engenho transformou uma derrota em vitória. Deve ter sido como resultado desta campanha que inúmeros judeus foram trazidos para o Egito, como escravos ou imigrantes; e Ramsés II é dado como o faraó que a Bíblia refere no Êxodo.[276] Suas vitórias foram comemoradas em dezenas de monumentos; um poeta oficial celebrou-as em versos épicos: centenas de mulheres lhe amenizaram a vida. Quando faleceu, deixou 100 filhos e 50 filhas, como testemunhas da sua força e beleza. Casou diversas filhas, para que também produzissem esplêndidas crianças. Tão copiosa foi a sua descendência que por quatro séculos passou a constituir uma classe especial no Egito, na qual eram escolhidos os dirigentes.

Ramsés mereceu essas consolações, porque parece ter governado muito bem. A abundância com que construiu faz que metade dos edifícios hoje sobreviventes sejam atribuídos ao seu reinado. Completou o *hall* central de Carnac, aumentou o templo de Lúxor, ergueu o seu próprio santuário — o Ramasseum — a oeste do rio, e espalhou pelo país inteiro "colossos" com a sua imagem. Muito prosperou o comércio no seu governo, tanto através do istmo de Suez como no Mediterrâneo. Foi aberto outro canal do Nilo ao mar Vermelho, que depois de sua morte as areias derivantes obstruíram. Ramsés II faleceu aos 90 anos, em 1225 a.C., depois de um dos mais notáveis reinados da História. Um único poder no Egito foi maior do que o seu: o dos sacerdotes; ali, como em toda a História, desdobrava-se a luta sem fim entre a Igreja e o Estado. No reinado de Ramsés e dos seus imediatos sucessores, os despojos de todas as guerras e a parte do leão nos tributos arrecadados foram para os templos e o clero, o qual atingiu o zênite do poder no reinado de Ramsés III. O clero a esse tempo estava na posse de 107.000 escravos, ou seja, um trigésimo da população total do Egito; detinha 750.000 acres de terras — isto é, um sétimo de todas as terras aráveis; e meio milhão de cabeças de gado; recebia as rendas de 169 cidades egípcias e sírias; e todas as suas propriedades eram isentas de impostos.[277] O generoso e tímido Ramsés III doou riquezas sem paralelo aos sacerdotes de Amon, inclusive 32.000 quilos de ouro e um milhão de quilos de prata;[278] cada ano entregava-lhes 185.000 sacos de trigo. Esvaziou assim o tesouro a ponto de não poder pagar os funcionários da administração.[279] O povo ia afundando na miséria para que os deuses engordassem.

Com uma tal política era inevitável a servidão dos reis ao clero. No reino do último raméssida, o Sumo Sacerdote de Amon usurpou o trono e governou como autoridade suprema; o império tornou-se uma teocracia estagnada, em que só floresciam a arquitetura e a superstição; tudo mais decaiu. Manipulavam-se presságios para dar sanção divina a cada interesse do clero. Todas as forças vitais do Egito foram sugadas até o âmago para matar a sede dos deuses, enquanto, fora, os invasores se preparavam para a pilhagem daquela imensa concentração de riquezas.

Nas fronteiras, perturbações começaram a referver. A prosperidade do país provinha em parte da sua posição estratégica na rota comercial do Mediterrâneo; seus metais e sua riqueza deram-lhe o domínio da Líbia, Fenícia, Síria e Palestina. Mas do outro lado da linha comercial novas nações estavam se erguendo — a Assíria, a Babilônia, a Pérsia — cheias de vitalidade e em tudo contrastantes com a estagnação clerical

egípcia. Os fenícios aperfeiçoaram a galera trirreme, com que iriam alijar o Egito do controle do mar. Os dóricos e aqueanos haviam conquistado Creta e o Egeu (1400 a.C.), e também criavam o seu império comercial; o tráfico se fazia cada vez menos com as lerdas caravanas de camelos entre montanhas infestadas de salteadores e o deserto do Oriente Próximo; e cada vez mais, com menores despesas e danos, em embarcações, as quais se dirigiam, através dos mares Negro e Egeu, a Tróia, Creta e Grécia e depois a Cartago, Itália e Espanha. As nações ao norte da costa do Mediterrâneo floresceram e amadureceram, enquanto as do sul entraram em profunda decadência. O Egito perdeu o seu comércio, o seu ouro, o seu poder, a sua arte e, por fim, o seu orgulho; um a um os povos rivais invadiram-lhe o território, conquistaram-no e destruíram-no.

Em 954 a.C. os líbios desceram das montanhas ocidentais e caíram com furor sobre os egípcios; em 722 vieram os assírios e sujeitaram o Egito sacerdotal ao pagamento de tributos. Por algum tempo Psamético (Psamtik), príncipe de Saís, repeliu os invasores. Durante o seu longo reinado, e o dos seus sucessores, operou-se o "Renascimento Saíta" da arte egípcia: arquitetos e escultores, poetas e sábios reuniram as tradições técnicas e estéticas de todas as escolas, e prepararam-se para pô-las aos pés dos gregos. Mas em 525 os persas de Cambises cruzaram o istmo de Suez e novamente puseram fim à independência do Egito. Em 332 a.C. novamente veio da Ásia Alexandre e transformou-o em província macedônia. Em 48 a.C. César apossou-se de Alexandria, a nova capital, dando a Cleópatra o filho e o herdeiro que vãmente eles esperaram coroar como o unificador do maior império da antigüidade.[280] Em 30 a.C. o Egito se tornou província romana e desapareceu da História.

Seu reaparecimento só ocorre mais tarde, quando os santos lhe povoaram o deserto e Cirilo arrastou Hipátia pelas ruas de Alexandria (415); e de novo o invadem os mouros, construindo o Cairo (650) com o material das ruínas de Mênfis e enchendo-o de belas mesquitas e fortes. Mas já eram culturas estrangeiras, não mais egípcias — e também passaram. Hoje há um lugar chamado Egito, onde os egípcios não dominam; de longa data, dobrados pelas conquistas, fundiram-se com os árabes em casamento e língua; suas cidades reconhecem a autoridade dos muçulmanos e ingleses; os peregrinos que viajam milhares de milhas para contemplar as pirâmides encontram apenas um montão de pedras. Talvez a grandeza de tal terra possa ainda ressuscitar, se a Ásia novamente se enriquecer e fizer do Egito o entreposto do seu comércio. Mas do futuro, como cantava Lorenzo, não há certeza, e a única certeza do presente é a decadência. De todos os lados gigantescas ruínas, monumentos e túmulos, memórias da bárbara e titânica energia; de todos os lados pobreza e desolação, e a exaustão do sangue antigo. E de todos os lados as areias hostis, eternamente sopradas por ventos bochornais e firmemente dispostos a sepultar a obra do homem.

Não obstante, as areias só destruíram, até aqui, o corpo do antigo Egito; sua alma sobrevive no saber e na memória da nossa raça. Os melhoramentos da agricultura, da metalurgia e da engenharia; aparentemente a invenção do tecido e do vidro, do papel e da tinta, do calendário e do relógio, da geometria e do alfabeto; o refinamento do vestuário e da ornamentação, do mobiliário e da moradia, da sociedade e da vida; o notável desenvolvimento da administração do censo e do correio, da educação primária e secundária e mesmo do treino técnico e administrativo; o progresso da literatura e da escrita, da ciência e da medicina; a primeira clara fixação da consciência individual e pública, o primeiro grito pela justiça social, a primeira entrada em ponto

grande da monogamia, o primeiro monoteísmo, os primeiros ensaios de filosofia moral; a elevação da arquitetura e das artes menores a um grau de excelência jamais visto antes e pouco igualado depois — essas contribuições não se perderam mesmo quando abafadas pela areia ou destruídas por alguma convulsão da terra. (Tebas foi destruída por um terremoto em 27 a.C.) Através dos fenícios, dos sírios, dos judeus, dos cretenses, dos gregos e dos romanos, a civilização do Egito entrou como legado para o patrimônio cultural da espécie humana. Todas as nações e todas as eras foram influenciadas pelo que o Egito fez na aurora da civilização. "É mesmo possível", diz Faure "que o Egito, por meio da solidariedade, da unidade, da disciplinada variedade de seus produtos artísticos e da enorme duração do poder do seu esforço, ofereça o espetáculo da maior civilização que já apareceu sobre a terra."[281] Muito faremos, se o igualarmos.

CAPÍTULO IX

Babilônia

I. DE HAMURABI A NABUCODONOSOR

Contribuições babilônicas para nossa civilização — A Terra-Entre-os-Rios — Hamurabi — Sua capital — A dominação cassita — Amarna — Conquista assíria — Nabucodonosor — Babilônia no apogeu

A CIVILIZAÇÃO, como a vida, é uma perpétua luta contra a morte. E como a vida só se mantém pelo abandono do velho e o reaparecimento do novo, assim a civilização realiza a sua precária sobrevivência mudando de *habitat* e de sangue. Move-se de Ur para a Babilônia e a Judéia, da Babilônia para Nínive, depois para Persépolis, Sárdis e Mileto, depois para o Egito e Creta, para Grécia e Roma.

Quem olha hoje para o local onde outrora existiu a Babilônia não imagina que aquele quente e triste baldio já foi a rica e poderosa capital de uma civilização que quase criou a astronomia, que muito acrescentou à medicina, que estabeleceu a ciência da linguagem, preparou o primeiro grande código de leis, ensinou aos gregos os rudimentos da matemática, da física, da filosofia,[1] deu aos judeus a mitologia que eles transmitiram ao Ocidente e aos árabes parte do saber científico e arquitetônico com que interromperam o sono da Idade Média. De pé às margens do Tigre e do Eufrates, custa ao viajante compreender que foram aquelas águas que banharam a Suméria a Acad e nutriram os Jardins Suspensos da Babilônia.

De algum modo esses rios não são os mesmos de outrora: não só porque "ninguém penetra duas vezes na mesma corrente",[2] como porque há muito já refizeram os seus leitos e banham outras terras.[3] Como para o Egito fazia o Nilo, aqui o Tigre e o Eufrates deram ao homem, num percurso de milhares de milhas, uma estrada comercial, além de inundações fertilizantes do solo. Porque as chuvas na Babilônia só caem nos meses de inverno; de maio a novembro a estação é de seca; e se não fossem as inundações dos dois rios a terra seria árida como o é hoje ao norte da Mesopotâmia. Graças à abundância trazida pelos rios e ao trabalho de muitas gerações, a Babilônia se tornou o Éden da lenda semítica, o jardim e o celeiro da Ásia Ocidental.

Histórica e etnicamente, a Babilônia era o produto da união dos acadianos e dos sumerianos. Da mistura resultou o tipo babilônico, no qual o sangue semita predominou; a luta teve fim com o triunfo de Acad e o estabelecimento da Babilônia como a capital da Baixa Mesopotâmia. No começo de sua história emerge a grande figura de Hamurabi (2123-2081 a.C.), conquistador e legislador, com um reinado de 43 anos. Selos e inscrições primitivas transmitem-nos o seu vulto — um jovem dotado de gênio, verdadeiro furacão nos combates, esmagador de todos os rebeldes, devassador de montanhas inacessíveis e homem de palavra. Sob sua manopla os pequenos Estados guerreiros do baixo vale viram-se compelidos à unidade e disciplinados na ordem por um código de leis histórico.

O código de Hamurabi foi desenterrado em Susa, em 1902, belamente gravado em diorito, num cilindro levado como troféu de guerra da Babilônia para Elam (1100 a.C.). Como a de Moisés, essa legislação surge como um dom do céu: o cilindro mostra o soberano no ato de receber as leis de Chamac, o próprio Deus-Sol. O prólogo é quase no céu:

> Quando o alto Anu, Rei de Anunaki e Bel, Senhor da Terra e dos Céus, determinador dos destinos do mundo, entregaram o governo de toda a humanidade a Marduk;(....) quando foi pronunciado o alto nome da Babilônia; quando ele a fez famosa no mundo e nela estabeleceu um duradouro reino cujos alicerces tinham a firmeza do céu e da terra — por esse tempo Anu e Bel me chamaram, a mim Hamurabi, o excelso príncipe, o adorador dos deuses, para implantar a justiça na terra, para destruir os maus e o mal, para *prevenir a opressão do fraco pelo forte* (....) *para iluminar o mundo e propiciar o bem-estar do povo.* Hamurabi, governador escolhido por Bel, sou eu, eu o que trouxe a abundância à terra; o que fez obra completa para Nippur e Durilu; o que deu vida à cidade de Uruk; o que distribuiu água com abundância aos seus habitantes;(....) o que tornou bela a cidade de Borsippa;(....) o que enceleirou grãos para a poderosa Urash;(....) o que ajudou o povo em tempo de necessidade; o que estabeleceu a segurança na Babilônia; o governador do povo, o servo cujos feitos são agradáveis a Anunit.[4]

As palavras aqui grifadas têm um sentido moderno; torna-se difícil atribuí-las a um "déspota" oriental de 2100 a.C. ou admitir que as leis introduzidas fossem baseadas em protótipos sumerianos de 60 séculos atrás. Esta antiqüíssima origem combina-se com as circunstâncias babilônicas para dar ao código um caráter composto e heterogêneo. O código principia com homenagens aos deuses, mas deles se esquece logo que começa a formular preceitos, num espírito absolutamente secular. As mais sábias leis misturam-se com os mais bárbaros castigos, e aparecem a primitiva *lex talionis* e o julgamento por meio do ordálio juntamente com disposições judiciárias muito sábias e uma tentativa para limitar a tirania marital.[5] Essas 285 leis, dispostas quase que cientificamente sob as rubricas de Propriedade Privada, Bens de Raiz, Comércio e Negócios, Família, Agravos e Trabalho, formam um código mais adiantado e civilizado do que o da Assíria, feito mil anos depois, e sob vários aspectos "tão bom como o dos modernos Estados europeus".[6] (Aparentemente a "Lei de Moisés" apropria-se dela, ou com ela deriva de uma origem comum. O costume de marcar um contrato legal com um selo oficial vem desde Hamurabi.[7] Poucas palavras haverá na História que valham este fecho:

> As justas leis que Hamurabi, o sábio rei, estabeleceu e (com as quais) deu base estável ao governo. (....) Eu sou o governador guardião. (....) Em meu seio trago o povo das terras de Sumer e Acad; (....) em minha sabedoria eu os refreio, para que o forte não oprima o fraco e para que seja feita justiça à viúva e ao órfão. (....) Que cada homem oprimido compareça diante de mim, como rei que sou da justiça. Deixai-o ler a inscrição do meu monumento. Deixai-o atentar nas minhas ponderadas palavras. E possa o meu monumento iluminá-lo quanto à causa que traz, e possa ele compreender o seu caso. Possa ele folgar o coração (exclamando:) "Hamurabi é na verdade como um pai para o seu povo; (....) estabeleceu a prosperidade para sempre e deu um governo puro à terra." (....)

> Nos dias a virem por todo o tempo do futuro, possa o rei que estiver no trono observar as palavras de justiça que eu tracei em meu monumento.[8]

Esta legislação unificadora, entretanto, não foi tudo o que Hamurabi fez. Ele abriu um canal entre Kish e o Golfo Pérsico, com o qual irrigou uma ampla área de terra, e protegeu as cidades do sul contra as periódicas inundações do Tigre. Em outra inscrição encontrada diz-nos ele, orgulhosamente, como deu água (a água naquele tempo era a coisa mais preciosa), segurança e governo a muitas tribos. Mesmo através da bazófia (maneirismo muito honesto no Oriente) reconhecemos a voz do estadista:

> Quando Anu e Enlil (os deuses de Uruk e Nippur) deram-me a governar as terras de Sumer e Acad, e confiaram a mim este cetro, eu abri o canal *Hamurabi-nukhush-nishi* (Hamurabi-a-abundância-do-povo), que traz água copiosa para as terras de Sumer e Acad. Suas margens de ambos os lados eu as transformei em campos de cultura; amontoei montes de grãos, provi todas as terras de água que não falha... O povo disperso se reuniu; dei-lhe pastagens em abundância e o estabeleci em pacíficas moradias.[9]

A despeito da feição de suas leis, Hamurabi teve a astúcia de dourar a sua autoridade com a aprovação dos deuses. Construiu templos juntamente com fortalezas, e agradou os sacerdotes com a ereção na Babilônia de um gigantesco santuário a Marduk e sua esposa (deidades nacionais), e um enorme celeiro para depósito do trigo dos deuses e padres. Essas e outras realizações do mesmo tipo provinham da astúcia, pois Hamurabi não ignorava que a manutenção do povo no temor faria reverter para o tesouro todas as despesas efetuadas. Com as taxas financiou as forças da lei e da ordem, e ainda teve sobras para o embelezamento da capital. Palácios e templos se ergueram; uma ponte cruzou o Eufrates, de modo que a cidade se expandisse dos dois lados; naus com tripulação de noventa homens subiam e desciam o rio. Dois mil anos antes de Cristo, a Babilônia era já uma das mais ricas metrópoles do mundo antigo.

O homem do povo apresentava aspecto semita, moreno de pele, cabelos escuros, virilmente barbado e às vezes com cabelos postiços. Ambos os sexos usavam cabelos compridos; mesmo os homens os tinham encrespados; e o perfume era bastante usado. Consistia o vestuário dos dois sexos numa túnica de linho branco descida até aos pés; nas mulheres, um ombro ficava nu; nos homens, a túnica se acrescia de um manto. Com o crescer da riqueza, desenvolveu-se no povo o gosto pela cor, e veio a tinturaria com os seus azuis e vermelhos, em listras, círculos, xadrez ou pintas. Pés calçados de sandálias e cabeças cobertas por turbantes eram a tônica no tempo de Hamurabi. As mulheres traziam colares, braceletes e amuletos, e enfeites nos cabelos cuidadosamente penteados; os homens, bengalas de castão esculpido, e, na cintura, os belos sinetes com que autenticavam cartas e documentos. Os padres usavam altos chapéus cônicos, que lhes ocultavam a humanidade.[10]

É quase uma lei da História que a mesma riqueza que gera a civilização anuncia a sua decadência. Porque a riqueza produz lazer e arte, amolece o povo nos luxos da paz e convida à invasão dos povos mais fortes e famintos. Nas fronteiras a oeste do novo Estado uma tribo de montanheses, os cassitas, olhava com inveja as riquezas da Babilônia. Oito anos depois da morte de Hamurabi os cassitas invadiram a terra, saquearam-na e fugiram; voltaram de novo e finalmente dominaram o país,

estabelecendo-se como donos; é este o começo normal de todas as aristocracias. Os cassitas não se filiavam à raça semita, talvez proviessem dos europeus da era neolítica; sua vitória sobre a Babilônia semita representou mais uma oscilação do pêndulo racial na Ásia Ocidental. Por vários séculos a Babilônia viveu num caos político e étnico, que pôs fim ao desenvolvimento das artes e ciências.[11] Temos uma caleidoscópica representação desta desordem nas cartas "Amarna", em que os reizinhos da Babilônia e da Síria, havendo mandado modesto tributo ao imperial Egito depois das vitórias de Tutmés III, pedem auxílio contra rebeldes e invasores, e como o desdenhoso Amenotep III e o absorvido e negligente Ikhnaton disputam sobre o valor das coisas que dariam em troca. (As cartas Amarna constituem uma triste leitura, tão cheias de adulação, de disputa, de intrigas e queixas se mostram. De Burraburiash II, rei de Karduniash, a Amenotep III: "Desde que minha mãe e teu pai travaram relações, eles trocaram valiosos presentes; e nada recusavam um ao outro. Agora meu irmão [Amenotep] mandou-me de presente [só] dois *manehs* de ouro. Manda-me tanto ouro quanto me mandava teu pai; e se há pouco, que venha metade do que teu pai mandava. Por que me mandaste só dois *manehs*?"[12])

Os cassitas foram expulsos depois de quase seis séculos de dominação destruidora, como a dos hicsos no Egito. A desordem continuou por mais 400 anos sob obscuros dirigentes babilônios, até que o poder em ascensão da Assíria pôs a Babilônia sob o cetro dos reis de Nínive. Quando a Babilônia se rebelou, Senaquerib quase a destruiu completamente; mas o genial despotismo de Esarhaddon restaurou-lhe a prosperidade e a cultura. Com a ajuda dos medos, cujo surto enfraquecera a Assíria, Nabopalassar libertou a Babilônia, firmou uma dinastia independente e ao morrer passou esse segundo reino da Babilônia ao seu filho Nabucodonosor II — o "vilão" do lendário "vilão" do lendário *Livro de Daniel*.[13] A fala inaugural de Nabucodonosor dirigida ao deus Marduk revela-nos os objetivos e caráter de um monarca oriental:

> Como à minha preciosa vida, eu estimo a tua sublime aparência! Fora de minha cidade da Babilônia, eu não escolhi entre todos os lugares nenhuma morada. (...) Por tua ordem, ó misericordioso Marduk, que a casa que eu construí perdure para sempre, e possa eu saciar-me com o seu esplendor, chegar à velhice dentro dela, com abundante prole, e nela possa receber o tributo dos reis de todas as regiões, de toda a humanidade.[14]

Esse rei teve tudo quanto esperava, pois, apesar de iletrado e mentalmente mal equilibrado, tornou-se o mais poderoso monarca do seu tempo no Oriente Próximo, o maior guerreiro, estadista e construtor de toda a série dos reis babilônicos depois de Hamurabi. Quando o Egito conspirou com a Assíria para novamente reduzir Babilônia à vassalagem, Nabucodonosor enfrentou as hostes do faraó em Carchemish e quase as aniquilou. A Palestina e a Síria submeteram-se-lhe, e os mercadores babilônicos puderam controlar todo o comércio da Ásia Ocidental desde o Golfo Pérsico até o Mediterrâneo.

As riquezas acumuladas, Nabucodonosor as despendeu no embelezamento da capital e na satisfação da fome dos sacerdotes. "Não é esta a grande Babilônia que eu construí?"[15] Resistindo à tentação de ser apenas um grande conquistador, ocasionalmente saía para ensinar ao seu povo as virtudes da submissão; a maior parte do tempo, entretanto deixava-se ficar na cidade, cuidando que ela se tornasse a suprema ca-

pital do Oriente Próximo, a maior e mais esplendorosa metrópole do mundo antigo.[16] Nabopolassar desenhara planos para a reconstrução, e seu sucessor outra coisa não fez senão realizá-los. Heródoto, que conheceu a Babilônia do século e meic mais tarde, descreve-a como "se estendendo numa planura", rodeada de 66 milhas de muralhas,[17] tão amplas que um carro de quatro animais podia correr em cima; a área circundada era de 200 milhas quadradas, provavelmente incluindo a área agrícola dentro da própria cidade.[18] Pelo centro passava o Eufrates, marginado de palmeiras e cortado de uma bela ponte.[19] (Diodoro Sículo fala de um túnel de 16 metros de largura que ligava as duas margens.)[20] Quase todos os prédios eram construídos de tijolos, raro como era o granito na Mesopotâmia; tijolos freqüentemente recobertos de brilhantes ladrilhos esmaltados de azul, amarelo e branco, e adornados com relevos de animais e outras figuras na realidade notáveis. Quase todos os ladrilhos até hoje desenterrados no local da velha Babilônia trazem a orgulhosa inscrição: "Eu sou Nabucodonosor, Rei da Babilônia."[21]

Ao aproximar-se da cidade o viajante via, principalmente, um alto zigurate de sete andares, esmaltado e com 215 metros de altura; em cima, o santuário onde figurava uma mesa de ouro maciço e o suntuoso leito em que, cada noite, alguma mulher dormia ou esperava o contato do deus.[22] Esta estrutura, mais alta que as pirâmides do Egito, era provavelmente a "Torre de Babel" do mito judaico, a audaciosa construção de um povo desconhecedor de Jeová e que por ele fora confundido por meio da multiplicidade das línguas. ("Babel", entretanto, não quer dizer confusão de línguas, como supõe a lenda; quando usada na palavra "Babilônia", significa "Porta de Deus".)[23] Ao sul da torre erguia-se o gigantesco templo de Marduk, deus tutelar da Babilônia. Ao redor e abaixo desse templo, a cidade espalhava-se em amplas avenidas, e canais de tráfego intensíssimo, e tortuosas ruas formigantes. Ligando os templos havia a espaçosa "Via Sagrada", pavimentada de tijolos asfaltados e revestida de calcários e da vermelha *breccia*; por ali podiam passar os deuses sem macular os pés. Essa avenida era flanqueada por muros coloridamente ladrilhados e com baixos-relevos de 120 leões esmaltados e de dentes arreganhados para meter medo aos ímpios. Num dos extremos aparecia a Porta da deusa Ishtar, maciça e resplandecente, adornada de flores de esmalte e de representações animalescas, de muita vida, cor e linha. (A reconstituição da Porta Ishtar pode ser vista no Museu Asiático de Berlim.)

Seiscentas jardas ao norte da "Torre de Babel", levantava-se a colina de Kasr, sobre a qual Nabucodonosor construiu o mais imponente dos seus palácios. Na parte central ficava a sua residência; paredes de finos tijolos amarelos, chão de pedra amosaicada; relevos de esmalte azul nas superfícies e gigantescos leões de basalto guardando a entrada. Perto, sustentados por uma sucessão de colunas superpostas, viam-se os famosos Jardins Suspensos, considerados pelos gregos como uma das Sete Maravilhas do Mundo. O galante Nabucodonosor os construíra para uma de suas mulheres, a filha de Ciáxares, rei dos medos; desafeita ao sol e ao pó da Babilônia, a princesa não se dispensava da verdura da sua terra natal. O terraço recebera uma camada de vários pés de terra fértil, de modo que ali pudessem vicejar grandes variedades de flores e até enormes árvores. Aparelhos hidráulicos ocultos entre as colunas e manejados por turmas de escravos elevavam a água do Eufrates ao maravilhoso jardim,[24] no qual, a 25 metros de altura, rodeadas de plantas exóticas e à sombra das árvores, as damas do real harém passeavam sem véu, seguras de que nenhum olho indiscreto as espiava;

embaixo, nas ruas e na planície, a gente comum arava, tecia, construía, transportava cargas e multiplicava a espécie.

II. OS TRABALHADORES

Caça — Lavoura — Alimentação — Indústria — Transporte — Perigos do comércio — Capitalistas — Escravos

Parte do país ainda era terreno baldio e perigoso; havia muitas cobras pela macegas; os reis da Babilônia e Assíria fizeram da caça aos leões, abundantes nas florestas, um esporte real. Leões que se deixavam desenhar pelos artistas, mas que fugiam quando homens de armas se aproximavam. A civilização constitui uma ocasional e temporária interrupção da vida nas florestas.

A maior parte do solo era cultivada por meeiros ou escravos; parte menor, pelos agricultores proprietários.[25] Nos primeiros tempos arroteavam a terra com enxadas de pedra, como no sistema neolítico; num sinete datado de 1400 a.C. temos a primeira representação do arado na Babilônia. Provavelmente vinha de longe, mas já era moderno, pois coincide com os dos nossos países: uma junta de bois o puxava e havia um tubo para a distribuição das sementes.[26] As águas dos rios em cheia não inundavam a terra, como no Egito; cada terreno agrícola tinha a sua barragem protetora, cujas ruínas ainda hoje podem ser vistas. A enchente era encaminhada por um engenhoso sistema de canais, ou acumulada em açudes, ou elevada a nível mais alto por meio dos *shadufs* — baldes na ponta de um caibro em gangorra e também móvel para os lados. Nabucodonosor aumentou o número de canais e construiu um grande açude de 150 milhas de circunferência.[27] Suas ruínas ainda aparecem hoje e o *shaduf* continua em uso no vale do Eufrates, no do Loire, na França, e em muitas outras partes do mundo.[28]

Assim irrigada, a terra produzia muitos cereais e legumes, e árvores frutíferas, entre elas a tamareira, que já se beneficiava com a fecundação artificial: os babilônios polvilhavam as flores femininas com o pólen das flores masculinas.[29] Da Mesopotâmia a uva e a azeitona foram introduzidas na Grécia e daí no sul da Europa; da Pérsia veio o pêssego, e das costas do Mar Negro Lúculo levou para Roma a cerejeira. O leite, tão raro no Extremo Oriente, tornou-se vulgar no Oriente Próximo. A carne de gado era escassa e cara; o pobre se alimentava principalmente de peixe. E à tarde, quando podia ser perturbado por pensamentos sobre a vida e a morte, o campônio acalmava a cabeça com vinho de tâmaras e cerveja de cereais.

Outros trabalhadores cavavam a terra, espremiam óleos, mineiravam o cobre, o chumbo, o ferro, o estanho, a prata, o ouro. Estrabão fala da "nafta ou asfalto líquido", tirada do solo da Mesopotâmia, e diz de como Alexandre, ao ouvir que se tratava de um líquido que ardia, mostrou-se incrédulo e quis tirar a prova: untando de nafta um menino, acendeu-o.[30] Os instrumentos, que haviam sido de pedra nos tempos de Hamurabi, começaram, no último milênio antes de Cristo, a ser feitos de metal, bronze e depois ferro; e a arte da fundição apareceu. Iniciou-se a fabricação de tecidos de lã e algodão, tintos e bordados com tal arte que passaram a constituir uma das principais exportações dos babilônios.[31] Por muito que recuemos na história dessa região, sempre encontramos o tear e o torno do oleiro; eram as únicas máquinas existentes. As paredes faziam-se de adobes — argila misturada com palha; tijolos ainda moles eram empilhados sob forma de muros, para que por si se soldassem e se secassem ao sol. A observação da mudança de estado da argila por obra do fogo breve determinou a construção de fornos — e nunca mais parou o fabrico de tijolos na Babilônia. A partir de Hamurabi o trabalho se organizou em corporações (chamadas "tribos") de mestres e aprendizes.[32]

Para o transporte, eram utilizadas carretas de rodas puxadas por jumentos.[33] A primeira menção do cavalo data de 2100 a.C. — o "asno do Oriente" talvez viesse do platô da Ásia Central, durante a conquista dos cassitas, e fosse levado ao Egito pelos hicsos.[34] Com os novos meios de locomoção o comércio passou de local a externo; a Babilônia enriqueceu, na sua qualidade de centro de ligação entre o Oriente Próximo e as nações mediterrâneas. Nabucodono-

sor facilitou o comércio com o melhoramento das estradas; "Transformei sendas inacessíveis em boas estradas",[35] diz ele. Inúmeras caravanas traziam para os bazares da Babilônia os produtos de metade do mundo. Da Índia, via Cabul, Herat e Ecbátana; do Egito, via Pelúsio e Palestina; da Ásia Menor, via Tiro, Sídon e Sárdis, até Carchemisch, e daí pelo Eufrates. Em conseqüência, a Babilônia tornou-se no reinado de Nabucodonosor um barulhento empório, do qual os ricos fugiam, procurando o sossego nos bairros residenciais. Diz um deles, em carta ao rei Ciro da Pérsia (539 a.C.): "Nossa propriedade parece-me a melhor do mundo, porque, próxima como é da Babilônia, me permite gozar todas as vantagens da cidade, e quando estou em casa livro-me do seu tumulto."[36]

O governo da Mesopotâmia jamais conseguiu estabelecer a ordem econômica assegurada no Egito pelos faraós. O comércio se via atormentado por inúmeros perigos e taxas; o mercador não sabia o que mais temer, se os ladrões que o perseguiam nos caminhos ou as aldeias e baronias que lhe cobravam taxas de passagem. O mais seguro, quando possível, era tomar a grande estrada natural, o Eufrates, que Nabucodonosor tornara navegável do Golfo Pérsico a Thapsaco.[37] Suas campanhas na Arábia e a sujeição de Tiro abriram aos babilônios o comércio dos mares Índico e Mediterrâneo, mas tais oportunidades eram aproveitadas apenas parcialmente. Porque também no mar alto os perigos avultavam. Bons vinham se mostrando os navios, mas havia os recifes traiçoeiros; a navegação ainda não se fizera ciência, além de que, a qualquer momento, os piratas no mar, ou os salteadores nas costas, podiam abordar o navio, apropriar-se da carga e escravizar a tripulação.[38] Os mercadores reembolsavam-se das perdas restringindo a honestidade ao estritamente imposto pela situação.

As dificuldades do comércio foram abrandadas por um bem desenvolvido sistema de finanças. Os babilônios não tinham moeda cunhada, mas ainda antes de Hamurabi usavam, além do trigo e da cevada, lingotes de ouro e prata como padrões de valor e instrumentos de troca. O metal era pesado em cada transação. A menor unidade monetária consistia no *shekel* — meia onça de prata do valor de dois e meio a cinco dólares de hoje: sessenta *shekels* faziam uma *mina*; e sessenta *minas*, um *talento* — ou 10 a 20 mil dólares.[39] Empréstimos eram feitos em moeda ou mercadorias, mas a altos juros, fixados pelo Estado em 20 por cento anuais para os primeiros e 33 por cento para os segundos; ficava aos escribas a tarefa de enganar a lei e conseguir taxas mais altas.[40] Não havia bancos; certas famílias poderosas, entretanto, consagravam-se tradicionalmente ao negócio do dinheiro; também negociavam com terras e empresas industriais;[41] e as pessoas que tinham fundos em depósito com tal gente pagavam suas obrigações por meio de saques escritos.[42] Também os sacerdotes emprestavam dinheiro, sobretudo para custeio da lavoura. Ocasionalmente a lei tomava o partido do devedor; se um camponês hipotecava suas terras e as via sem colheita por força de temporais ou "outro ato de Deus", não era obrigado a pagar os juros daquele ano.[43] Mas quase sempre se formulavam as leis com os olhos na propriedade, para garanti-la da melhor maneira; era princípio estabelecido na Babilônia que ninguém tinha o direito de tomar dinheiro sem por ele se responsabilizar, de maneira absoluta; o credor, portanto, podia escravizar o devedor, ou o seu filho, até que o débito fosse saldado — mas não por mais de três anos. A praga da usura assolou a indústria da Babilônia, como nos assola hoje.[44]

Era uma civilização essencialmente comercial. A maior parte dos documentos sobreviventes é de caráter comercial — vendas, empréstimos, contratos, sociedades, comissões, permutas, doações e legados, acordos, notas promissórias, etc. Nessas tabuinhas encontramos abundante prova da riqueza babilônica e um certo espírito materialista que, como em civilizações posteriores, conciliava a ganância com a piedade. Vemos na literatura muitos sinais de vida ocupada e próspera, mas também, a cada passo, reminiscências de escravidão abaixo de todas as culturas. Os mais interessantes contratos de venda são os relacionados a escravos.[45] Estes eram recrutados entre os prisioneiros de guerra ou entre os apresados pelos beduínos errantes em suas incursões pelos Estados próximos — e também produzidos pelo entusiasmo reprodutor dos próprios escravos. O valor oscilava entre o equivalente a 20 a 65 dólares para uma mulher e 50 a 100 para um homem.[46] A maior parte do trabalho físico urbano era feito por eles, e também o serviço doméstico. As escravas viviam completamente à mercê de seus compradores, e tinham de sustentá-los; estava subentendido que o senhor podia extrair delas a prole que quisesse — e

as que não eram assim tratadas sentiam-se desonradas.[47] O escravo, com tudo que dele fosse, pertencia ao senhor; podia ser vendido ou empenhado por dívida; podia ser morto, se o senhor o achasse conveniente; se fugia, a ninguém era dado acoitá-lo, e havia recompensa para quem o apanhasse. Do mesmo modo que o camponês livre, era o escravo sujeito ao serviço militar e à *corvée* — isto é, trabalhos públicos forçados. Em compensação o senhor pagava-lhe a conta do médico e mantinha-o na doença, no desemprego e na velhice. Podia o escravo casar-se com mulher livre: nesse caso seus filhos nasciam livres e, ao morrer, metade de suas propriedades ia para a sua família. Podia ser posto em negócio autônomo, recebendo parte dos lucros, com os quais lhe era permitido resgatar-se; ou o senhor o forrava por motivos de gratidão. Bem poucos tinham tal sorte. A grande massa se consolava com a reprodução, até se tornar mais numerada que a classe livre. Uma grande classe escrava movia-se subterraneamente e em ascensão nos alicerces do Estado babilônico.

III. A LEI

Código de Hamurabi — Poderes do Rei — Ordálio — Pena de talião — Castigos — Códigos de salários e preços — Roubos

Tal sociedade, sem dúvida, nunca cogitou de democracia; seu caráter econômico impunha monarquia sustentada pela riqueza mercantil e pelo privilégio feudal, e protegida por uma judiciosa distribuição da violência da lei. A aristocracia territorial, gradualmente deslocada pela plutocracia comercial, ajudou a manter o controle da sociedade e serviu como intermediária entre o povo e o rei. O rei transmitia o trono a qualquer dos seus filhos, de modo que todos se consideravam pretendentes e mantinham claques de sectários empenhados em seu acesso.[48] Dentro dos limites deste governo arbitrário a administração era conduzida pelos senhores e prepostos nomeados pelo rei. Tais homens recebiam conselhos e eram fiscalizados por assembléias provinciais de velhos ou notáveis, que procuravam manter, mesmo sob a dominação assíria, uma orgulhosa autonomia local.[49]

Cada administrador, e comumente o próprio soberano, reconhecia a autoridade do grande corpo de leis que lhes fora dado por Hamurabi e que, através de 15 séculos, apesar das mudanças, manteve-se nas linhas essenciais. O desenvolvimento legal era da sanção sobrenatural para a secular, da severidade para a leniência, e dos castigos corporais para as multas. Nos primeiros tempos esteve em uso o apelo aos deuses por meio do ordálio. O homem acusado de feitiçaria ou a mulher acusada de adultério tinham de lançar-se ao rio; se se salvavam, eram inocentes — e os deuses se punham sempre do lado dos bons nadadores. Se a mulher emergia viva, era inocente; se o "feiticeito" morria afogado, o acusador herdava os seus bens; caso contrário, era ele quem recebia os bens do acusador.[50] Os primeiros juízes foram os sacerdotes, e até o fim da história babilônica os tribunais se reuniam nos templos;[51] mas já nos dias de Hamurabi se haviam tornado seculares e só responsáveis perante o governo.

A penalidade começou com a *lex talionis* — ou a lei da equivalente retaliação. Se um homem quebrava um dente ou uma perna de outro, também lhe quebravam um dente e uma perna.[52] Se uma casa caía e matava o comprador, o arquiteto tinha de morrer; se o acidente matava o filho do comprador, o filho do arquiteto tinha de morrer; se um homem ofendia uma moça ou a matava, sua filha tinha de passar por idêntica situação.[53] Gradualmente essas punições foram sendo substituídas por multas e pagamentos de danos; um pagamento em dinheiro liberava o culpado da pena

de talião.[54] Assim, um olho podia ser esmurrado por 60 *shekels* de prata, e o de uma escrava pela metade disso.[55] Porque as penas variavam não só com a gravidade do delito mas também com a importância do ofensor e da vítima. Um membro da aristocracia estava sujeito a penas mais severas do que as recaídas sobre o homem do povo, mas a ofensa a um aristocrata custava muito caro. O plebeu que feria outro plebeu pagava 10 *shekels*, ou 50 dólares; a mesma ofensa a um nobre custava-lhe seis vezes mais.[56] Disso passou a lei às bárbaras penas de amputação e morte. O filho que batia no pai tinha as mãos cortadas;[57] o médico cujo paciente morria ou perdia um olho na operação tinha os dedos cortados;[58] a ama que substituía uma criança por outra perdia os seios.[59] A morte era a pena para grande número de crimes: violência carnal, rapto, banditismo, roubo, incesto, morte do marido pela mulher para casar-se com outro, abertura de taverna, ou mesmo a entrada de uma sacerdotisa em taverna, acoitamento de escravo fugido, covardia nas batalhas, malfeitoria nos cargos, desleixo e esbanjamento caseiro,[60] ou mau procedimento na venda da cerveja.[61] Com esses bárbaros processos, através de milhares de anos, aquelas tradições, hábitos de ordem e continência foram estabelecidos de modo a se tornarem base inconsciente da civilização.

Dentro de certos limites o Estado regulava os preços, salários e honorários. O que o médico podia cobrar estava previsto na lei; e no código de Hamurabi foram fixados salários para construtores, alfaiates, pedreiros, carpinteiros, barqueiros, pastores e trabalhadores agrícolas.[62] Os filhos herdavam, não a viúva; esta recebia o seu dote e ficava na chefia do lar enquanto vivesse. Não existia o direito de primogenitura; os filhos herdavam com igualdade, e deste modo os grandes domínios logo se subdividiam — o que embaraçava o acúmulo da riqueza.[63] O código assegurava a propriedade privada de terras e bens.

Não encontramos sinais de advogados na Babilônia; os padres serviam como notários e os escribas como redatores de tudo — madrigais ou testamentos. O queixoso defendia-se a si mesmo, sem nenhum luxo técnico. Nada de estímulo às demandas; o primeiro artigo do código reza com muita simplicidade: "Se um homem acusa outro de crime capital e não o prova, o acusador receberá a morte."[64] Há sinais de suborno e da manipulação de testemunhas.[65] Uma corte de apelação, formada pelos "Juízes do Rei", tinha assento na cidade; a decisão suprema cabia ao rei. Não há qualquer referência no código aos direitos dos particulares contra o Estado; isso iria ser uma inovação européia. Mas os artigos 22 e 24 asseguravam proteção econômica. "Se um homem pratica banditismo e é capturado, que seja morto. Se não é capturado, o prejudicado pode, na presença do deus, declarar a sua perda, e a cidade e o governador, dentro de cuja jurisdição o fato se deu, indenizá-lo-ão da perda. Se houver perda de vida, a cidade e o governador pagarão uma *mina* (300 dólares) aos herdeiros." Que cidade moderna se sente bem governada a ponto de reembolsar as vítimas da negligência pública? Progrediram as leis desde o tempo de Hamurabi ou apenas se multiplicaram?

IV. OS DEUSES DA BABILÔNIA

Religião e Estado — Funções do clero — Deuses menores — Marduk e Ishtar — História da Criação e do Dilúvio — O amor de Ishtar e Tammuz — Descida de Ishtar ao inferno — Morte e ressurreição de Tammuz — Ritual e preces — Salmos de penitência — Pecado — Mágica — Superstição

O poder do rei era limitado não só pela lei e a aristocracia, como também pelo clero. Tecnicamente, o rei era apenas o agente do deus da cidade. As taxas vinham em nome do deus, e iam direta ou indiretamente para os tesouros do templo. Aos olhos do povo o rei só era tido como tal depois de investido na autoridade pelos sacerdotes; "tomava as mãos de Bel" e conduzia a imagem de Marduk em solene procissão pelas ruas. Nessas cerimônias vestia-se sacerdotalmente, como símbolo da união entre a Igreja e o Estado, e talvez da origem sacerdotal da realeza. O temor do sobrenatural era um pálio sobre o trono, que fazia da rebelião a maior das impiedades, castigada com a perda não apenas da vida como também da alma. Mesmo o poderoso Hamurabi recebia suas leis da divindade. Desde o tempo dos *patesis*, ou sacerdotes-governadores da Suméria, até a coroação religiosa de Nabucodonosor, a Babilônia permaneceu um Estado teocrático, permanentemente "nas garras dos padres."[66]

À medida que os ricos, sempre inquietos, repartiam seus dividendos com os deuses, a riqueza dos templos crescia de geração em geração. E os reis, sempre necessitados de especiais indulgências, construíam templos, dotavam-nos de mobiliário, alimento, escravos e grandes áreas de terra, além de subvenções anuais. Quando o exército vencia uma batalha, as primeiras levas de escravos e os primeiros carregamentos de despojos iam para os templos; quando qualquer coisa boa acontecia para o rei, valiosíssimos presentes eram ofertados aos deuses. Grandes áreas de terras tinham de pagar aos templos um tributo anual em trigo, tâmaras e outras frutas; se o não faziam os templos estavam no direito de apossar-se delas — e era o que faziam. As riquezas em ouro, prata, cobre, lápis-lazúli, gemas e madeiras preciosas cada vez mais se acumulavam nas mãos dos sacerdotes.

Não podendo por si mesmos consumir essas riquezas, eles procuravam empregá-las, e assim se tornaram os maiores agricultores, manufatureiros e capitalistas da nação. Além do domínio sobre grandes tratos de terra arável, possuíam inúmeros escravos, ou controlavam inúmeros trabalhadores empregados em suas indústrias, ou que operavam nos templos em seus variados comércios desde os tocadores de música até os preparadores de cerveja.[67] Os padres também eram os maiores negociantes da Babilônia; vendiam os variados produtos ofertados aos templos ou por eles arrecadados e ainda competiam com o comércio privado; muita gente lhes entregava o dinheiro, para que o colocassem em giro; daí, empréstimos feitos em condições mais favoráveis que as comuns; às vezes também emprestavam sem juros aos pobres e doentes, apenas exigindo a devolução do principal, se a sorte do devedor virava.[68] Além disso desempenhavam muitas funções legais: serviam como notários, testemunhas em contratos, redatores de testamentos; ouviam e decidiam sobre demandas, mantinham os arquivos oficiais, faziam as escritas comerciais.

Às vezes o rei requisitava uma parte dessa riqueza dos templos nos casos de emergência, mas era coisa perigosa, porque os sacerdotes lançavam terríveis maldições sobre quem desfalcasse os templos do mínimo que fosse. Além disso, a influência dos sacerdotes no povo era maior que a dos reis, aos quais podiam até depor. Tinham ainda a vantagem da permanência; o rei morria, mas o deus não; o conselho dos padres, livre dos perigos da eleição, da doença, dos homicídios e das guerras, formava uma corporação perpétua, que tornava possível as políticas de longo alcance — como ainda acontece em nossos dias. A supremacia dos sacerdotes era, pois, inevitável. O destino queria que os comerciantes fizessem a Babilônia e os padres a gozassem.

Que deuses formavam a invisível estrutura do Estado? Muitos, porque a imaginação do povo é ilimitada, e, sendo inúmeras as necessidades humanas, inúmeros se tornam os deuses criados para atendê-las. Um recenseamento oficial dos deuses, empreendido no século IX da nossa era, apresentou o número de 65.000.[69] Cada cidade tinha o seu deus tutelar; e, como se dá hoje, as localidades e vilas, depois de uma formal admissão do Ser Supremo, adoravam com especial devoção deuses menores. Esses deuses não se distanciavam grandemente dos homens; muitos viviam nos templos, comiam com excelente apetite e com suas visitas noturnas às damas piedosas proporcionavam inesperada prole aos sempre atarefados maridos da Babilônia.[70]

Os mais velhos de todos eram os deuses astronômicos; Anu, o imóvel firmamento; Shamash, o sol; Nannar, a lua; e Bel, ou Baal, a terra, a cujo seio todos os babilônios retornavam depois da morte.[71] Cada família tinha os seus deuses caseiros, aos quais fazia preces e libações à manhã e à noite; cada indivíduo tinha uma divindade protetora (ou, como nós dizemos, um anjo da guarda), e gênios da fecundidade pairavam beneficamente sobre os campos. Foi talvez desta multidão de espíritos que os judeus tiraram os querubins.

Não encontramos entre os babilônios sinais de monoteísmo, como os vemos em Ikhnaton e em Isaías. Duas forças, entretanto, colaboravam para isso: o alargamento do Estado pela conquista ou crescimento natural punha as divindades locais sob a hegemonia de um deus supremo; e patrioticamente diversas cidades conferiam a onipotência à sua deidade favorita. "Confiai em Nebo e só nele", diz o deus Nebo[72] — o que muito relembra o primeiro mandamento dos judeus. Aos poucos o número de deuses foi decrescendo com a interpretação dos menores como formas ou atributos dos maiores. Desse modo Marduk, originariamente um deus-sol, tornou-se o soberano de todas as divindades babilônicas.[73] Daí o seu título de Bel-Marduk — isto é, Marduk, o deus. A ele e a Ishtar se endereçavam as mais eloqüentes orações.

Ishtar (Astarte para os gregos e Ashtoreth para os judeus) interessa-nos não só como análoga à Ísis egípcia e protótipo da Afrodite grega, mas como símbolo de um dos mais estranhos costumes dos babilônios. Ishtar tanto era Deméter como Afrodite — não apenas a deusa da beleza física e do amor, mas a graciosa diva da generosa maternidade, a secreta inspiração do brotar das plantas, o princípio criador sob qualquer aspecto. Impossível encontrar muita harmonia, do nosso moderno modo de ver as coisas, nos atributos e funções de Ishtar: era a deusa da guerra e do amor, das prostitutas e das mães; chamava-se a si mesma "compassiva prostituta";[74] era representada muitas vezes como deidade bissexual, barbada, às vezes como mulher nua dando os seios a sugar;[75] e embora seus adoradores a chamassem "A Virgem", "A Sagrada Virgem" ou "A Virgem Mãe", isto apenas significava que seus amores eram livres de qualquer laço legal. Gilgamesh rejeitou-lhe o amor porque não a considerava de confiança; já

não havia ela uma vez seduzido, amado e depois matado um leão?[76] Claro que para entendê-la temos de pôr de lado o nosso código moral. Note-se em que fervor os babilônios lhe erguiam preces, só menos esplêndidas que as elevadas à Mãe de Deus.

Eu imploro à Senhora das Senhoras, Deusa das Deusas, Ishtar, rainha de todas as cidades, diretora de todos os homens.
Tu és a luz do mundo, tu és a luz do céu, ó poderosa filha de Sin (o deus da lua). (...)
Supremo é o teu poder, ó Senhora, exaltada acima de todos os deuses.
Tu julgas e tua decisão é justa.
Em ti estão as leis da terra e do céu, as leis dos templos e santuários, as leis do lar e dos quar-
[tos secretos.
Onde o lugar em que não esteja teu nome, e onde o lugar em que teus mandamentos sejam
[desconhecidos?
Ao som do teu nome, o céu e a terra e os deuses tremem.(....)
Tu olhas para o oprimido, e ao caído trazes a justiça.
Quanto tempo, Rainha do céu, quanto tempo,
Quanto tempo, ó Rainha cujos pés não se cansam, tardarás?
Quanto tempo, Rainha das Hostes, Rainha das Batalhas?
Gloriosa aquela que todos os espíritos do céu temem, que subjuga
[todos os deuses coléricos, que detém as rédeas dos reis.
Abridora do útero de todas as mulheres, grande é a tua luz.
Brilhante luz do céu, luz do mundo, iluminadora de todos os sítios em que mora o homem.
Deusa dos homens, divindade das mulheres, teus conselhos estão acima da nossa compreen-
[são.
Quando olhas, os mortos voltam à vida, e os doentes se levantam e andam; o espírito dos de-
[mentes sara quanto tu os olhas na face.
Quanto tempo, ó Senhora, meus inimigos triunfarão sobre mim?
Ordena, e ao teu mando os deuses irados se irão.
Ishtar é grande! Ishtar é Rainha! Minha Senhora é Rainha, Innini, a poderosa filha de Sin.
Nada há que a iguale.[77]

Tendo esses deuses como atores, os babilônios construíram mitos que em boa parte chegaram até nós, através dos judeus, e fazem parte das religiões atuais. Em primeiro lugar, o mito da Criação. No Começo era o Caos. "No tempo em que não havia em cima nada do que é chamado, e não havia embaixo nada que tivesse recebido o nome de terra, Apsu, o Oceano, que primeiro foi seu pai, e Tiamat, Caos, que deu origem a todos eles, misturaram suas águas numa só." As coisas lentamente começaram a crescer e tomar forma; mas de súbito a monstruosa deusa Tiamat empreendeu a destruição de todos os deuses a fim de fazer-se ela mesma, Caos, suprema. Uma poderosa convulsão se seguiu, na qual toda ordem foi destruída. Então outro deus, Marduk, matou Tiamat, lançando para dentro de sua boca um furacão no instante em que ela a abriu para devorá-lo; depois, arremessando a lança contra a deusa cheia de vento, fê-la explodir. "Recobrando a calma", diz a lenda, "Marduk partiu Tiamat ao meio, como se faz ao peixe que se pretende secar; e então pendurou um dos pedaços em cima, que ficou sendo o céu, e desdobrou o outro a seus pés, que ficou sendo a terra."[78] Talvez o poeta criador da lenda quisesse sugerir que a única criação de que podemos saber alguma coisa é a substituição do caos pela ordem, porque no fundo é esta a essência da arte e da civilização. Cumpre, entretanto, não nos esquecermos que a derrota de Caos é apenas um mito. (Esta história da Criação consta de sete tabui-

nhas [uma para cada dia] encontradas nas ruínas da biblioteca de Assurbanipal em Nínive, em 1854; são a cópia de uma lenda vinda da Suméria para a Babilônia e a Assíria.[79])

Havendo colocado o céu e a terra em seus lugares, Marduk empreendeu a tarefa de amassar a terra com seu sangue, e assim fez ele os homens para o serviço dos deuses. As lendas da Mesopotâmia diferem neste ponto; mas concordam que o homem foi feito de um pouco de barro. Usualmente representam-no vivendo num paraíso, em bestial simplicidade e ignorância, até que um estranho monstro, Oannes, meio peixe, meio filósofo, lhe ensina as artes, as ciências, as regras para fundar cidades e os princípios da lei, depois, Oannes mergulha no mar e escreve um livro sobre a história da civilização.[80]

Sem demora, entretanto, os deuses se aborrecem com os homens que haviam criado e mandam uma grande inundação para destruí-los e a todas as suas obras. O deus da sabedoria, Ea, com piedade do gênero humano, resolve salvar pelo menos um espécime — Shamash-napishtim — e sua mulher. A inundação vem; "o mar encheu-se de homens, como de ovos de peixe". E então os deuses choram diante da própria loucura, perguntando-se: "Quem agora nos proporcionará sacrifícios?" Mas Shamash-napishtim, que havia construído uma arca, sobrevive ao dilúvio, no alto da montanha de Nisir, e solta uma pomba para inspeção; e resolve sacrificar aos deuses, os quais se agradam, com surpresa e gratidão. "Os deuses cheiraram o fumo do sacrifício e juntaram-se como moscas ao redor da oferenda."[81]

Melhor que esta vaga memória de alguma inundação catastrófica é o mito da vegetação de Ishtar e Tammuz. Na forma sumeriana da lenda, Tammuz é o irmão mais moço de Ishtar; na forma babilônica é às vezes seu amante, às vezes seu filho; as duas formas parecem ter entrado nos mitos de Adônis e Vênus, Deméter e Perséfone e em uma centena de outras lendas de morte e ressurreição. Tammuz, filho da grande deusa Ea, pastoreia os seus rebanhos sob a grande árvore Erida (que cobre de sombra a terra inteira) quando Ishtar, sempre insaciável, se apaixona por ele e o escolhe para esposo. Mas Tammuz, como Adônis, é assaltado e morto por um javali feroz, descendo, como os mortos, para a morada subterrânea que os babilônios chamavam Aralu, onde reina Ereshkigal, ciumenta irmã de Ishtar. Esta deusa, chorando inconsolavelmente, resolve descer a Aralu para fazer Tammuz retornar à vida, banhando-lhe os ferimentos nas águas de uma fonte curativa. Aparece às portas do Hades em toda a sua imperiosa beleza e pede entrada. As tabuinhas contam a história assim:

Quando Ereshkigal a ouviu
Foi como quando alguém decepa uma tamargueira (ela tremeu?)
Como quando alguém corta um junco (ela estremeceu?)
Que coisa moveu seu coração, que (abalou) seu fígado?
Quererá morar aqui comigo?
Comer terra como alimento, beber (pó) como vinho?
Eu choro pelos homens que deixaram suas mulheres;
Eu choro pelas mulheres já sem o abraço dos maridos;
Choro pelos pequenos (cortados) antes do tempo.
Vai, guardião, abre-lhe a porta,
Trata-a de acordo com o antigo decreto.

De acordo com o antigo decreto, só em estado de nudez alguém podia entrar em Aralu. Por isso, em cada uma das sucessivas portas pelas quais a deusa tinha de passar o guardião a despia de alguma coisa; primeiro, da coroa; depois, dos brincos; depois, do colar; depois, dos ornatos do seio; depois, do cinto; depois, do resto — e Ishtar, protestando graciosamente, cedia.

> Agora, quando Ishtar entrou na terra de onde ninguém volta,
> Ereshkigal reconheceu-a, encolerizou-se.
> Sem refletir, Ishtar lançou-se a ela.
> Ereshkigal abriu a boca e falou para
> Namtar, seu mensageiro. (...)
> — Vai, Namtar (prende-a), em meu palácio.
> Manda contra ela 60 doenças,
> Doença de olho, contra os seus olhos,
> Doença do lado contra os seus lados,
> Doença dos pés contra os seus pés,
> Doença do coração contra o seu coração,
> Doença da cabeça contra a sua cabeça,
> Contra todo o seu ser.

Enquanto Ishtar era detida pela irmã no Hades, a terra, já sem a inspiração da sua presença, esqueceu todas as artes e caminhos do amor: a planta já não fecundava a planta, a vegetação enlanguescia, extinguia-se o calor dos animais, os homens já não palpitavam de desejos.

> Depois que Ishtar se foi para a terra de onde ninguém volta,
> O touro não mais cobria a vaca, o jumento não se aproximava da jumenta;
> À moça na rua nenhum homem se achegava;
> O homem dormia só em seu quarto,
> E só dormia a moça.

As populações começaram a diminuir e os deuses viram com temor um forte declínio nas oferendas da terra. E, em pânico, ordenaram a Ereshkigal que soltasse Ishtar. Assim foi feito, mas Ishtar recusa-se a voltar à terra sem Tammuz. Vence; passa em triunfo pelas sete portas, recebe as vestes, os ornatos, a coroa. Quando ela aparece as plantas crescem e florescem de novo, a terra enche-se de alimentos e os animais retornam a tarefa de propagar a espécie.[82] O amor, mais forte que a morte, é restaurado em seu lugar de senhor dos deuses e dos homens. Para os modernos isto não passa de uma admirável lenda, simbolizando deleitosamente a morte, o renascimento anual do solo e a onipotência da Vênus que Lucrécio iria celebrar em seu poema; para os babilônios era uma história sagrada, na qual acreditavam piamente e que era comemorada todos os anos com lamentações pela morte de Tammuz e, depois, com rumorosa alegria pela sua ressurreição.[83]

Sem embargo, os babilônios não se satisfaziam com a idéia da imortalidade corporal. Tinham uma religião bastante prática; quando rezavam, era para pedir bens terrenos.[84] Não confiavam nos deuses de além-túmulo. É certo que um texto se refere a Marduk como o que "dá vida aos mortos"[85] e a história do dilúvio fala dos dois sobreviventes como dotados de vida eterna. Mas no resto a concepção dos babilônios sobre

a outra vida era como a dos gregos: os mortos — santos ou ladrões, gênios ou idiotas — iam para as sombras nas entranhas da terra e nenhum via mais a luz do sol. Havia um céu, mas só dos deuses; o Aralu para onde desciam os homens era muitas vezes um lugar de castigo — de alegria nunca; lá os mortos conservavam-se para sempre, tiritantes de frio e sujeitos a fome e sede, a não ser que os parentes depositassem alimentos em seus túmulos.[86] Os que na terra haviam sido maus eram lá sujeitos a terríveis lepras.

A maioria dos cadáveres era enterrada em sepulturas; menor quantidade era cremada, as cinzas postas em urnas.[87] Não havia embalsamamento, mas carpidores profissionais lavavam os corpos, perfumavam-nos, pintavam-lhes as faces, punham-lhes anéis nos dedos e vestiam-nos de roupa limpa. Se era mulher, lá ia com seus pentes, vidros de essências, cosméticos e tudo mais, para que no outro mundo se apresentasse com decência.[88] Se não fossem enterrados dessa maneira, os mortos atormentariam os vivos; e se não recebessem sepultura, as almas andariam pelas sarjetas e esgotos à procura de comida, podendo trazer a peste para uma cidade inteira.[89] Tratava-se de um conjunto de idéias não tão coerentes como as de Euclides, suficientes para fazer a gente simples da Babilônia manter bem gordos os seus deuses — por intermédio dos respectivos sacerdotes.

A oferenda usual consistia em alimento e bebida, porque nisto havia uma vantagem: o que não era consumido pelos deuses ia para o lixo. Vítima freqüente dos altares babilônicos sempre foi o carniceiro; e uma velha encantação babilônica estranhamente antecipa o simbolismo judaico e cristão. "O cordeiro como substituto do homem, o cordeiro que por ele dá a vida."[90] O sacrifício era um ritual complicado, que exigia a técnica do padre; cada ato ou palavra da cerimônia estava fixado pela tradição. Em geral a religião babilônica se resumia na estrita observação do ritual, não na vida perfeita. E, para cumprir os seus deveres para com a divindade, era indispensável o sacrifício no templo e a repetição das mesmas orações;[91] quanto ao resto, podia o fiel arrancar os olhos do adversário caído, cortar pés e mãos aos escravos, assá-los vivos em fornalhas.[92] Nada disso ofendia o céu. Tomar parte nas longas e solenes procissões, ungir os ídolos com óleos perfumados (daí Tammuz ser chamado "O Ungido"),[93] queimar diante deles incenso, vesti-los ricamente, adorná-los de jóias, oferecer a virgindade das filhas nas grandes festas a Ishtar, nunca faltar com alimentos e bebidas diante dos altares e ser generoso para os sacerdotes — isso era o essencial para a devota alma da Babilônia.[94]

Talvez nós a julguemos mal; como certamente, com base nos fragmentos salvos da nossa civilização, o futuro nos julgará. Algumas orações babilônicas deixam transparecer profunda piedade. Eis como Nabucodonosor se dirige a Marduk:

> Sem ti, Senhor, que seria do rei que amas?
> Tu abençoas seu título e lhe indicas a senda reta.
> Eu, o príncipe obediente,
> Sou aquilo que de mim fizeste.
> Tu és o meu criador,(...)
> Tu me confiaste as rédeas do governo de legiões de homens.
> Transforma em bondade o teu terrível poder
> E faze brotar do meu coração
> A reverência pela tua divindade.
> Dá-me o que pensas ser o melhor.[95]

A literatura que se salvou é abundante em hinos cheios de apaixonada submissão, com que o semita procurava controlar e ocultar o seu orgulho. Muitos apresentam o caráter de "salmos de penitência" e nos preparam para o sentimento e as imagens de "Davi"; quem sabe se não estão aqui os seus modelos?

Eu, teu servo soluçante, choro em ti.
Aceita a fervorosa prece de quem está cheio de pecados.
Tu olhas para um homem e ele vive.(...)
Olha com fervor para mim, e aceita a minha súplica.(...)

E depois, como se estivesse inseguro do sexo de deus:

Quando, meu deus,
Quando, minha deusa, teu rosto se voltará para mim?
Quando, conhecido e desconhecido deus, a ira do teu coração se apaziguará?
Quando, conhecida e desconhecida deusa, teu coração hostil se abrandará?
Os homens são perversos e carentes de juízo;
De todos os homens vivos, qual o que sabe qualquer coisa?
Ignoram se praticam o bem ou o mal.
Ó Senhor, não afastes de ti o teu servo;
Ele está mergulhado na lama; toma-lhe a mão!
Para o pecado que pequei responde com misericórdia!
Deixa que o vento leve a iniqüidade que pratiquei!
Rasga minhas transgressões, como se fossem uma roupa!
Meu deus, meus pecados são sete vezes sete; perdoa meus pecados!
Perdoa meus pecados, que são sete vezes sete, ó minha deusa!
Perdoa meus pecados e me humilharei diante de ti.
Possa o teu coração alegrar-se, como o da mãe que teve filhos;
Como a mãe que teve filhos, como o pai que os gerou, possa o teu coração alegrar-se![96]

Tais salmos e hinos eram às vezes cantados pelos sacerdotes, às vezes pela congregação, às vezes por ambos, em estrofe e antístrofe. O que há neles de mais estranho é que, como em toda a literatura da Babilônia, aparecem escritos na antiga língua sumeriana, que servia às igrejas da Babilônia e da Assíria exatamente como o latim serve à Igreja católica de hoje. E como no hinário católico, em que a língua viva aparece interlinearmente com o latim, esses hinos sumerianos traziam a tradução interlinear em babilônio e assírio. A forma desses hinos serviu de modelo para os salmos dos judeus e a liturgia católica, e o seu conteúdo pressagiava o tom pessimista e pecaminoso dos judeus, dos primitivos cristãos e dos modernos puritanos. Conquanto não interferisse vitoriosamente na vida da Babilônia, o senso do pecado enchia seus cantos e impunha uma nota que sobreviveu em todas as liturgias semitas e anti-semitas derivadas. "Senhor", clama um hino, "meus pecados são tantos, grandes são os meus desatinos! (...) Eu me afogo na aflição, já não posso erguer a cabeça; volto-me para o meu misericordioso Deus e para ele apelo, e gemo! (...) Senhor, não repilas de ti o teu servo!"[97]

Esse gemer se torna mais sincero pela concepção babilônica do pecado. Não era o pecado um simples estado teórico da alma, como a doença; era, antes, a possessão do corpo por um demô-

nio capaz de destruí-lo. A oração tinha a natureza de uma fórmula mágica destinada a afugentar o demônio. De toda parte esses demônios espiavam as vítimas: escondiam-se nos cantos, esgueiravam-se pelas frestas, pelos buracos das fechaduras, e assaltavam as vítimas sob forma de doenças ou loucura, sempre que o pecado afastava delas a proteção da divindade. Gigantes, anões, aleijados e sobretudo as mulheres tinham às vezes o poder (como no mau-olhado) de fazer esses espíritos destruidores entrarem no corpo das criaturas odiadas. A proteção parcial contra essas invasões obtinha-se com amuletos e recursos semelhantes; a imagem dos deuses, trazida no corpo, quase sempre bastava para manter os espíritos a distância. Pequeninas pedras num fio — o rosário — ou uma cadeia pendente do pescoço eram de muito efeito, contanto que as pedras não fossem as comumente associadas à má sorte, e que o fio fosse preto, branco ou vermelho, conforme o propósito em vista. Fios de lã de cabrito virgem eram particularmente poderosos.[98] Mas em adição a esses meios tornava-se prudente exorcismar o demônio com uma boa encantação ou ritual mágico como, por exemplo, borrifar o doente com água tomada dos rios sagrados, o Tigre e o Eufrates. Ou então fazer uma imagem do demônio, pô-la num bote e soltá-la na água com a fórmula adequada; se o bote afundava, tanto melhor. O demônio podia ser persuadido, também, pelas mágicas, a abandonar o corpo da vítima e a entrar no de um animal — ave, porco e sobretudo carneiro.[99]

Essas fórmulas mágicas contra os demônios, a anulação do mal e a previsão do futuro constituem o tema da maioria dos escritos encontrados na biblioteca de Assurbanipal. Algumas das tabuinhas são manuais de astronomia; outras, listas de presságios celestes e terrestres, com hábeis conselhos; outras, tratados para a interpretação dos sonhos, rivalizando em sua engenhosa incredibilidade com os mais adiantados da moderna psicologia; outras, instruções para adivinhar o futuro pelo exame das vísceras dos animais, ou pela observação da forma e posição de uma gota de óleo deixada cair na água.[100] A hepatoscopia — observação do fígado dos animais — foi um dos sistemas da adivinhação babilônica que passaram para o mundo clássico; o fígado era tido como a sede da alma. Nenhum rei empreendia campanha ou entrava numa batalha, nem nenhum homem comum fazia um negócio, sem primeiramente consultar os adivinhos.

Nunca houve uma civilização mais rica em superstições. Cada fato esquisito e cada anomalia da vida humana eram interpretados do ponto de vista sobrenatural. O movimento dos rios, os aspectos das estrelas, os sonhos, tudo se aproveitava para a interpretação do futuro. O destino de um rei podia ser previsto pela observação dos movimentos de um cachorro.[101] As superstições da Babilônia parecem-nos grotescas apenas porque superficialmente diferem das nossas. Não há, porém, um absurdo do passado que não esteja bem vivo em qualquer parte do mundo moderno. Debaixo da civilização continua a correr o rio da mágica, da superstição e da feitiçaria. E talvez ainda permaneça, depois que toda obra da nossa razão haja passado.

V. MORAL DA BABILÔNIA

A religião divorciada da moral — Prostituição sagrada — Amor livre — Casamento — Adultério — Divórcio — Posição da mulher — Desmoralização

A despeito de todas as suas falhas, esta religião provavelmente ajudou o homem comum da Babilônia a manter-se no caminho da decência e da docilidade cívica; do contrário não poderíamos compreender a generosidade dos reis para com os sacerdotes. Na aparência, entretanto, não exerceu nenhum influxo na moral das classes superiores, porque nos últimos séculos (aos olhos dos seus inimigos) a "prostituta babilô-

nica" era um poço de iniqüidade e um escandaloso exemplo da luxuriosa licenciosidade do mundo antigo. O próprio Alexandre, que quase morreu de bebedeira, impressionou-se com a moral da Babilônia.[102]

Heródoto nos esclarece o assunto:

> Cada mulher da Babilônia era obrigada, uma vez na vida, a postar-se no templo de Vênus e ter relações sexuais com algum desconhecido. Muitas, desdenhando misturar-se com as outras, por serem ricas, vinham em carruagens cobertas, e tomavam lugar no templo rodeadas da comitiva dos servos. Mas em sua maior parte faziam assim: umas sentavam-se no templo, com uma coroa de corda na cabeça; outras entravam e saíam continuamente. Ficava entre elas um corredor por onde passavam os homens que vinham fazer sua escolha. Quando uma mulher se sentava, não podia voltar para casa antes que um homem lhe lançasse ao colo uma moeda de prata — e saísse com ela do templo. Quem lançava a moeda dizia: "Suplico à deusa Milita que te favoreça"; porque para os assírios Vênus era Milita. (Os gregos chamavam "assírios" aos babilônios. "Milita" era uma das formas de Ishtar.) A moeda podia ser das menores e a mulher não tinha o direito de rejeitá-la, porque era sagrada. As mulheres seguiam o primeiro homem que as escolhesse, não se recusando a nenhum. E depois de realizado o ato sexual, e já livres da obrigação para com a deusa, voltavam para casa; e depois disso, por mais alta soma que lhes oferecêsseis, não teríeis os seus favores. As dotadas de beleza de formas livravam-se logo da obrigação, mas as feias ou disformes ali ficavam longo tempo, incapazes de satisfazer a lei, algumas por três ou quatro anos.[103]

Qual seria a origem deste estranho rito? Relíquia do velho comunismo sexual? Concessão dos *jus primae noctis* — direito à primeira noite — feita pelo futuro noivo à comunidade representada por um anônimo qualquer?[104] Proviria do antigo tabu contra o derramamento de sangue na tribo?[105] Preparação física para o casamento, como ainda hoje a vemos entre certas tribos australianas?[106] Ou um simples sacrifício à deusa — a oferta dos primeiros frutos?[107] Não o sabemos.

Tais mulheres, entretanto, não eram prostitutas. Destas havia várias classes vivendo nos templos, onde desenvolveram o comércio do corpo e às vezes juntavam grandes fortunas. As prostitutas do templo eram comuns na Ásia Ocidental; encontramo-las em Israel,[108] na Frígia, na Fenícia, na Síria, etc.; na Lídia e em Chipre era desse modo que as moças juntavam o dote para o casamento.[109] A "prostituição sagrada" só foi abolida na Babilônia pelo imperador Constantino em 325.[110] Mas a prostituição comum, exercida em casas apropriadas para tal fim, essa continuou.[111]

Em regra os babilônios gozavam de considerável experiência pré-marital. Aos dois sexos era permitida a união livre, o "casamento de experiência", rompível à vontade das partes; mas em tais casos a mulher tinha de usar no vestuário uma azeitona de pedra ou terracota como sinal de que era concubina.[112] Algumas tabuinhas mostram que os babilônios compunham e cantavam poemas de amor; mas o que deles veio até nós não passa de linhas ocasionais, como "meu amor é uma luz" ou "meu coração está cheio de alegria e música".[113] Numa carta datada de 2100 a.C. aparece o estilo de Napoleão nas suas primeiras mensagens a Josefina: "A Bibiya:(....) Que Marduk e Shamash te dêem eterna saúde.(....) Eu mandei saber do teu estado; conta-me agora como passas. Cheguei à Babilônia e não te vi; estou muito triste."[114]

O casamento legal era arranjado pelos pais e sancionado pela troca de presentes — reminiscência do casamento por compra. O noivo dava ao pai da moça algo substan-

cial, mas este tinha de retribuir com coisas de muito maior valor, de modo que não podemos afirmar que houvesse compra de nenhum dos lados.[115] Às vezes, entretanto, a compra era real; Shamashnazir, por exemplo, recebeu dez *shekels* (50 dólares) como preço de sua filha.[116] A crermos no Pai da História,

> os que tinham filhas casadouras costumavam trazê-las uma vez por ano a um lugar onde grande número de homens as rodeavam. O leiloeiro aparecia e as vendia todas, uma depois da outra. Começava com a mais formosa e, depois de alcançar por ela o máximo, passava à segunda. Mas só as vendia com a condição de o comprador desposá-las... Este sábio costume já não existe.[117]

A despeito dessas estranhas práticas, o casamento na Babilônia parece ter sido monógamo, e do mesmo padrão moral do casamento cristão de hoje. À liberdade pré-marital seguia-se a rígida fidelidade marital. A mulher adúltera e seu amante, de acordo com o código, eram afogados no rio, a não ser que o marido preferisse desfazer-se da esposa, lançando-a totalmente despida na rua.[118] Hamurabi foi além de César: "Se a mulher for apontada na rua por causa de outro homem, e não houver sido apanhada em flagrante com outro homem, por amor do seu marido deve ela lançar-se ao rio"[119] — talvez a lei intentasse golpear a murmuração. O homem podia divorciar-se de maneira simples: restituindo o dote à esposa e dizendo-lhe: "Já não és minha esposa", mas se ela dissesse "tu não és meu marido", tinha de ser afogada.[120] Esterilidade, adultério, incompatibilidade ou negligência na casa eram razões para o divórcio;[121] "se ela não se mostra boa mulher, se vagueia pela cidade, se abandona a casa ou dá pouca importância aos filhos, eles podem lançar essa mulher à água".[122] Contra esta incrível severidade do código, verificamos que na prática a mulher, embora não pudesse divorciar-se do marido, tinha o direito de abandoná-lo, se ele se mostrasse cruel e ela se houvesse mantido fiel; em tais casos voltava para a família, levando consigo o dote e o mais que houvesse adquirido.[123] (Até o fim do século XIX as mulheres da Inglaterra não gozavam deste direito). Se um marido se afastava de casa por certo tempo, levado pela guerra ou os negócios, a esposa, destituída de meios para manter-se, podia coabitar com outro homem, sem que isso obstasse a reunião com o marido, caso este voltasse.[124]

Na Babilônia, a posição da mulher era geralmente mais baixa do que no Egito ou em Roma, e equivalente ao que ia ser na Grécia e na Idade Média. Para realizar suas funções — gerar e criar filhos, carregar água das fontes públicas, moer os cereais, cozinhar, fiar, tecer, lavar —necessitava ela de movimentos livres e, assim, saía de casa do mesmo modo que os homens.[125] Era dona de suas propriedades, recebia rendas, comprava e vendia, herdava e legava.[126] Algumas mantinham lojas ou se dedicavam ao comércio; outras se tornavam escribas, indicando com isso que tanto um sexo como outro podia receber educação.[127] Mas a prática semita de dar poderes quase ilimitados ao mais velho da família abafou as tendências matriarcais da Mesopotâmia pré-histórica. Nas classes altas — por um costume que levou ao *purdah* do Islã e da Índia — as mulheres viviam reclusas numa parte da casa; só saíam acompanhadas de pajens e eunucos.[128] Nas classes inferiores não passavam de máquinas de produzir filhos e se não tinham levado dote valiam pouco mais que as escravas.[129] A adoração de Ishtar sugere alguma reverência pela mulher e a maternidade, como a adoração de Maria na

Idade Média; mas não percebemos nenhum sinal de cavalheirismo no que nos transmitiu Heródoto sobre os babilônios, quando, ao se verem sitiados, "estrangularam suas mulheres para diminuir o número de bocas".[130]

O Egito olhava para a Babilônia como para um povo ainda não completamente civilizado. E, de fato, não sentimos em sua literatura o refinamento de caráter revelado pela literatura egípcia. E quando esse refinamento chegou, veio sob forma de efeminada degenerescência: os moços encrespavam o cabelo, perfumavam-se, pintavam as faces, enfeitavam-se de colares, brincos, etc. Depois da conquista dos persas, a falta de respeito atingiu o auge; a licenciosidade invadiu todas as classes; mulheres das melhores famílias passaram a considerar como mera cortesia revelar seus encantos indiscriminadamente com a maior facilidade e para o maior número;[131] e diz Heródoto que nas "classes pobres os pais prostituíam as filhas por dinheiro".[132] "Nada há mais extraordinário do que os costumes desta cidade", escreveu Quinto Cúrcio no ano de 42, "e em parte nenhuma as coisas são mais dispostas com vistas ao prazer voluptuoso"[133] A moral relaxou quando os templos se encheram de riqueza; e os cidadãos da Babilônia, entregues ao prazer, suportaram com indiferença a dominação dos cassitas, dos assírios, dos persas e dos gregos..

VI. LETRAS E LITERATURA

Cuneiforme — Sua decifração — Língua — Literatura — A epopéia de Gilgamesh

Seria esta vida de luxúria, piedade e negócios enobrecida pela arte literária? É possível; não podemos julgar uma civilização pelos simples fragmentos que se salvaram do naufrágio. Esses fragmentos são sobretudo litúrgicos, mágicos e comerciais. Seja por acidente, seja por pobreza cultural, a Babilônia, bem como a Assíria e a Pérsia, pouco nos legaram em literatura, em comparação com o Egito e a Palestina: o que dela recebemos confina-se ao campo comercial e às leis.

Não obstante, os escribas enxameavam na Babilônia tão numerosos como em Mênfis ou Tebas. A arte da escrita ainda era muito nova para dar posição social aos seus manejadores; constituía o "abre-te sésamo" para o governo e a profissão sacerdotal; quem escrevia não deixava de realçar essa distinção e freqüentemente gravava em seu sinete os fatos de sua vida, como os modernos imprimem seus títulos nos cartões.[134] Os babilônios escreviam em cuneiformes, sobre tabuinhas de argila mole, com um estilo ou lápis apontado em forma de cunha, ou prisma triangular; depois secavam-nas e coziam-nas, obtendo assim duráveis manuscritos de tijolo. Se o escrito era uma carta, polvilhavam-na e metiam-na em envelopes também de argila, marcado com o selo do remetente. Tabuinhas em vasos classificados e dispostos em prateleiras enchiam numerosas bibliotecas nos templos e palácios da Babilônia. Essas livrarias perderam-se; mas uma das maiores, a de Borsippa, foi copiada e conservada na biblioteca de Assurbanipal, cujas 30.000 tabuinhas formam a principal fonte dos nossos conhecimentos sobre esse povo.

A decifração da língua babilônica quebrou a cabeça dos estudiosos durante séculos, mas em 1802 Georg Grotefend, professor de grego na Universidade de Gottingen, expôs à academia

dessa cidade os seus trabalhos; contou que de muitos anos se impressionara com certas inscrições cuneiformes da antiga Pérsia e que afinal havia identificado oito dos quarenta e dois caracteres usados; pôde desse modo ler o nome de três reis mencionados nessas inscrições. Assim ficaram as coisas até 1835, quando Henry Rawlinson, diplomata inglês a serviço na Pérsia, e desconhecedor dos trabalhos de Grotefend, igualmente leu os nomes de Histaspes, Dario e Xerxes numa inscrição em velho persa, derivada do cuneiforme babilônico; e com essa base conseguiu decifrar o documento inteiro. Mas aquilo não era babilônico; Rawlinson teria, como Champollion, de encontrar a sua Pedra de Roseta — alguma inscrição ao mesmo tempo em língua persa e babilônica. E afinal encontrou-a no alto de uma quase inacessível rocha em Behistun, nas montanhas da Média: Dario I fizera gravar a memória das suas guerras e triunfos em três línguas — persa, babilônica e assíria. Diariamente Rawlinson galgava a rocha por meio de cordas para copiar todos os caracteres e mesmo tirar deles impressões plásticas. *Depois de doze anos de trabalho* conseguiu traduzir os textos babilônicos e assírios (1847). Para tirar a prova desse trabalho e outros semelhantes a Sociedade Real Asiática enviou um documento cuneiforme inédito a quatro assiriólogos diferentes, pedindo a tradução. As quatro respostas vieram iguais, e a partir daí a nossa civilização se enriqueceu de novas perspectivas.[135]

A língua babilônica era um desenvolvimento semita das velhas línguas da Suméria e Acad. Escrevia-se em caracteres originais da Suméria, mas com vocabulário diferente (como no caso do francês e do latim). Os babilônios tiveram de compor dicionários e gramáticas para transmitir o velho "clássico" da Suméria aos jovens eruditos e sacerdotes. Um quarto das tabuinhas encontradas na biblioteca real de Nínive era devotado à língua sumeriana, babilônica e assíria. Segundo a tradição, tais dicionários foram feitos antes do reinado de Sargão. Na Babilônia, como na Suméria, os caracteres, em vez de letras, representavam sílabas; a Babilônia nunca chegou a ter alfabeto próprio; contentou-se com o "silabário" de 300 sinais. A memorização dessas sílabas, com a instrução religiosa e matemática, formava o curso das escolas do templo, em que os sacerdotes transmitiam aos moços o que lhes convinha transmitir. Uma escavação revelou uma classe de escola em que as tabuinhas dos meninos, com cópia de máximas virtuosas, ainda estavam no chão, como se súbito desastre houvesse interrompido a aula — isso uns dois mil anos antes de Cristo.[136]

Os babilônios, como os fenícios, viam na escrita um instrumento para facilitar os negócios; não gastavam muita argila com a literatura. Mas encontramos fábulas em verso, hinos divididos em linhas e estâncias;[137] uns tantos versos profanos; rituais religiosos que pressagiavam o drama, embora não chegassem até ele; e toneladas de historiografia. As crônicas oficiais memoravam a piedade e as conquistas dos reis, as vicissitudes de cada templo, e os acontecimentos notáveis da cidade. Berosus, o mais famoso dos historiadores da Babilônia (280 a.C.), narrou os detalhes da criação do mundo e da primitiva história do homem; o primeiro rei da Babilônia fora escolhido por um deus e reinara 36.000 anos; desde o começo do mundo até o dilúvio, diz Berosus com louvável exatidão e muita moderação, passaram-se 691.200 anos.[138]

Doze tabuinhas quebradas da biblioteca de Assurbanipal, hoje no Museu Britânico, revelam a poesia épica da Mesopotâmia — a *Epopéia de Gilgamesh*. Como a *Ilíada*, é uma concreção de histórias soltas, algumas das quais revertendo à Suméria de 3000 a.C.; ali se conta a história do Dilúvio. Gilgamesh foi um lendário rei de Uruk ou Erech, descendente do Shamash-napishtim que se salvou na arca e ficou imortal. Gilgamesh entra em cena como uma espécie de Adônis-Sansão — alto, maciço, poderosamente belo e forte.

Deus por dois terços
E um terço homem
Ninguém iguala a forma do seu corpo.(...)
Todas as coisas viu, mesmo as dos confins da terra.

Tudo arrostou, tudo aprendeu;
Devassou todos os segredos
Através do manto que os esconde.
Viu tudo que era oculto
E o que era coberto descobriu
Dos tempos antes do dilúvio trouxe notícia;
Foi para muito longe
Dando-se a todos os trabalhos e azares;
E escreveu então numa pedra a história de sua obra.[139]

Os pais se queixavam a Ishtar de que ele lhes punha os filhos em trabalhos exaustivos, como a "construção de muralhas, de dia e de noite"; e os maridos se queixavam de que "ele não deixava uma só mulher para seu esposo, uma só virgem para sua mãe". Ishtar pede a Araru, madrinha de Gilgamesh, para criar outro filho igual a Gilgamesh, capaz de mantê-lo ocupado e desse modo deixar em paz os maridos de Uruk. Araru amassa um pedaço de barro, cospe em cima e molda o sátiro Engidu, um homem com força de javali, juba de leão e velocidade de ave. Engidu não procurava a sociedade dos homens, mas a dos animais; "ele brinca com as gazelas, entretém-se com os seres da água e mata a sede com os animais do campo". Um caçador tenta apanhá-lo na rede e em armadilhas, mas não o consegue; dirige-se então a Gilgamesh e pede uma sacerdotisa que possa enredar Engidu nas teias do amor. "Vai, meu caçador", diz o deus, "leva a sacerdotisa; quando os animais chegarem ao bebedouro, deixa que ela mostre a sua beleza; ele a verá e os animais que o seguem fugirão."

O caçador e a sacerdotisa saem ao encontro de Engidu.

"Ei-lo, mulher!
Abre teu cinto,
Descobre teus encantos
Para que ele te fareje!
Não hesites, apanha-o!
Quando ele te vir, há de aproximar-se.
Abre então tua veste para que ele se deite sobre ti!
Excita-lhe o êxtase, esse o trabalho da mulher.
Então ele se tornará estranho aos seus animais,
Aos que nos campos cresceram com ele.
Seu peito se apertará contra o teu".
Então a sacerdotisa desapertou o cinto,
Desvendou seus encantos
Para que ele a farejasse.
Ela não hesitou, tomou-o.
Abriu as vestes para que ele a cobrisse,
E excitou nele o êxtase, trabalho da mulher.
Seu peito apertou-se contra o dela
E Engidu esqueceu onde havia nascido.[140]

Durante seis dias e sete noites Engidu permanece com a mulher sagrada. Quando se cansa do prazer, procura seus amigos animais e, como não os vê, entristece. Mas a sacerdotisa o censura: "Tu, que és soberbo como um deus, por que vives entre os animais dos campos? Vem, vou conduzir-te a Uruk, onde está Gilgamesh, cujo poder é supremo." Engidu segue-a dizendo: "Leva-me para onde está Gilgamesh. Lutarei

com ele e demonstrarei minha força, para que os deuses e os maridos se agradem." Mas Gilgamesh o vence, primeiro em força, depois em bondade; tornam-se amigos, marcham juntos para proteger Uruk, atacada por Elam; e voltam triunfantes. Gilgamesh "retira seu arnês de guerra, veste-se de branco, enfeita-se com a real insígnia e põe o diadema". É quando a insaciável Ishtar, tomada de amor, ergue para ele os seus grandes olhos e diz:

> Vem, Gilgamesh, vem, meu esposo! Teu amor dá-me como um presente; tu serás meu esposo e eu serei tua esposa. Eu te porei numa carruagem de lápis-lazúli e ouro, com rodas douradas, montadas em ônix; serás puxado por grandes leões e entrarás em nossa casa dentro do incenso do cedro. Toda a terra perto do mar abraçará teus pés, reis se curvarão diante de ti, e te trarão, como tributos, os dons das montanhas e das planícies.

Gilgamesh repele-a, e recorda o duro destino por ela infligido a diversos amantes, inclusive Tammuz, um falcão, um garanhão, um leão e um jardineiro. "Tu me amas agora", diz ele; "depois tu me ferirás como fizeste aos outros." A irada Ishtar pede ao grande deus Anu que crie um touro selvagem que mate Gilgamesh. Anu recusa e repele-a: "Não te calarás, nem agora que Gilgamesh enumerou tuas infidelidades e ignomínias?" Ishtar ameaça-o. Se Anu não a atender, ela suspenderá em todo o mundo o desejo carnal, e assim destruirá todas as coisas vivas. Anu cede e cria o feroz touro; mas Gilgamesh, ajudado por Engidu, vence a fera; e quando Ishtar apostrofa o herói, Engidu lança-lhe ao rosto uma perna do touro. Gilgamesh rejubila-se, orgulhoso, mas Ishtar vinga-se infligindo a Engidu uma doença mortal.

Lamentando-se sobre o corpo do seu amigo, a quem amou mais que a qualquer mulher, Gilgamesh medita sobre o mistério da morte. Ninguém escaparia, então, àquela dolorosa fatalidade? Um homem o conseguiu — Shamash-napishtim; esse homem devia saber o segredo da imortalidade. Gilgamesh resolve procurá-lo, e achá-lo, nem que tenha de varejar o mundo inteiro. O caminho que toma leva a uma montanha guardada por dois gigantes, cujas cabeças tocam o céu e cujos peitos chegam ao Hades. Mas eles o deixam passar e Gilgamesh caminha 12 milhas por um túnel escuro. Emerge na praia de um grande mar e vê nas águas o trono de Sabitu, a deusa virgem dos oceanos. Chama-a para que venha ajudá-lo a transpor as águas; "se não vieres, se eu não puder fazer isso, deitar-me-ei na terra e morrerei". Sabitu, apiedada, permite-lhe que atravesse as águas em 40 dias de tempestade, até alcançar a Ilha Feliz, onde vive Shamash-napishtim, o imortal. Gilgamesh pede-lhe o segredo da imortalidade e Shamash-napishtim responde com a longa história do dilúvio, e de como os deuses, arrefecendo-se da ira destruidora, fizeram-no imortal por ter ele salvo a humanidade. E oferece a Gilgamesh uma planta cujo fruto rejuvenesce a quem o come; e Gilgamesh, feliz, volta da sua longa jornada. Mas, havendo parado no caminho para banhar-se, uma serpente lhe rouba a planta. (A serpente era adorada por muitos povos primitivos como símbolo da imortalidade, por causa de seu aparente poder de escapar à morte com a mudança de pele.)

Desesperado, Gilgamesh chega a Uruk, e em todos os templos pede que Engidu volte à vida, ainda que por um só momento. Engidu aparece, e Gilgamesh indaga da situação dos mortos. Engidu responde: "Não posso dizer; se eu descerrasse a terra diante dos teus olhos, se eu dissesse o que vi, o terror te empolgaria e tu cairias." Gil-

gamesh, símbolo dessa heróica estupidez chamada filosofia, insiste na pergunta. "Sim, o terror me empolgará, eu cairei por terra — mas dize!" Engidu descreve as misérias do Hades — e com essa nota triste o fragmento da epopéia termina.[141]

VII. ARTISTAS

Artes menores — Música — Pintura — Escultura — Baixos-relevos — Arquitetura

A história de Gilgamesh é praticamente a única amostra pela qual podemos fazer idéia da literatura babilônica. Parece não haver dúvida de que na Babilônia um agudo senso estético, se não profundo espírito criador, sobrepairou ao comercialismo, como podemos ver do que se salvou das artes menores. Ladrilhos pacientemente vidrados, finos trabalhos de bronze, pedra, ferro, marfim, prata e ouro, bordados, tecidos de ricas tinturas, luxuosos tapetes, mesas, cadeiras e camas de pés ornamentados[142] — tudo isso empresta graça, se não maiores méritos, à civilização da Babilônia. A joalheria abundava profusamente, mas sem a finura da arte egípcia;[143] a preocupação maior era a da exibição. Havia muitos instrumentos musicais — flautas, harpas, gaita de fole, saltérios, liras, tambores, trompas, trombetas, címbalos e tamborins. Orquestras e cantores tocavam e cantavam, em coro ou individualmente, nos templos e palácios e nas festas dos abastados.[144]

A pintura era uma arte subsidiária; decorava as paredes e as estátuas, sem tentar a independência.[145] Não encontramos nas ruínas da Babilônia sinais da "têmpera", a pintura que aparece nos túmulos egípcios ou nos palácios de Cleta. A escultura babilônica também permaneceu pouco desenvolvida, talvez sufocada pelas convenções sacerdotais trazidas da Suméria: todos os rostos apareciam de perfil, todos os reis tinham a mesma espessa estrutura muscular, todos os cativos provinham do mesmo molde. Os baixos-relevos são melhores, mas também estereotipados e crus; um grande abismo separa-os do vigor dos relevos egípcios, entalhados mil anos antes; só se elevam quando representam animais na silenciosa dignidade da natureza ou enfurecidos pela crueldade dos homens.[146]

A arquitetura babilônica não pode ser julgada, porque o que resta mal se eleva a alguns pés acima do solo; não podemos saber que formas tinham os seus palácios e templos. As casas eram construídas de adobes ou — quando se tratava de pessoas ricas — de tijolos; raramente tinham janelas e as portas não abriam para as ruas estreitas, mas para o interior. A tradição fala em casas de três e quatro andares.[147] Os templos se erguiam com alicerces da altura das casas comuns; usualmente constituíam enormes quadrados com pátio interno, como as casas; nesse pátio realizava-se a maioria das cerimônias. Em muitos casos erguia-se perto do templo o zigurate (literalmente, "lugar alto") — torre de andares progressivamente recuados e rodeada de escadaria externa. Seu uso era em parte religioso, como santuário dos deuses, e em parte astronômico — observatório. O grande zigurate de Borsippa era chamado "A Torre das Sete Esferas"; cada andar dedicado a um dos sete planetas conhecidos na época era de uma cor simbólica. O mais baixo, negro, dedicado a Saturno; o imediato, branco, a Vênus; o terceiro, púrpura, a Júpiter; o quarto, azul, a Mercúrio; o quinto, escarlate, a Marte; o sexto, cor de prata, dedicado à Lua; o último, de ouro, ao Sol. Essas esferas, começando do alto, designavam os dias da semana.[148]

Não havia muita arte nessa arquitetura, ao que podemos depreender; era uma simples massa de linhas retas, procurando a glória do tamanho. Aqui e ali, entre as ruínas, aparecem abóbadas e arcos — formas recebidas da Suméria, negligentemente usadas e inconscientes do seu destino. A decoração interior e exterior resumia-se em esmaltar de vivas cores certas seções dos tijolos. Usavam o esmalte vítreo não só para embelezamento como para proteção dos tijolos contra o sol e a chuva; era um uso pelo menos tão velho como Naram-sin, e continuaria na Me-

sopotâmia até nossos dias. A cerâmica, em vista disso, tornou-se a arte mais característica do antigo Oriente Próximo. Não obstante, a arquitetura babilônica permaneceu pesada e prosaica, condenada à mediocridade em virtude do material usado. Os edifícios eram levantados com a maior rapidez, à proporção que os oleiros preparavam os tijolos — não levavam séculos para serem construídos, como os monumentos de pedra do Egito e da Europa medieval. Mas igualmente depressa desapareciam; 50 anos de negligência esfarelavam-nos em pó.[149] O baixo preço do tijolo corrompeu o senso artístico dos babilônios; com tal material alcança-se tamanho, mas raramente beleza. O tijolo não se presta à sublimidade — e a sublimidade é a alma da arquitetura.

VIII. CIÊNCIA DA BABILÔNIA

Matemática — Astronomia — Calendário — Geografia — Medicina

Mercadores que eram, os babilônios teriam de alcançar mais vitórias nas ciências do que nas artes. O comércio criou a matemática, e esta, unida à religião, trouxe a astronomia. Em suas variadas funções os sacerdotes da Mesopotâmia inconscientemente lançaram as bases das ciências que, nas mãos profanas da Grécia, iriam depor a religião da sua liderança do mundo.

As matemáticas da Babilônia eram baseadas na divisão do círculo em 360 graus, e do ano em 360 dias; desta base emergiu um sistema de cálculo sexagesimal. A numeração só usava três sinais; um sinal para 1, que se repetia até 9; um sinal para 10, que se repetia até 50; e um sinal para 100. A computação se tornava fácil por meio de tábuas, não só de multiplicação e divisão como de meios, quartos, terços, quadrados e cubos dos números básicos. A geometria calculava áreas irregulares e complexas. O sinal para π (relação entre a circunferência e o diâmetro) era 3 — aproximação muito grosseira para um povo de astrônomos.

A astronomia foi a ciência especial dos babilônios, e com isso eles se tornaram famosos no mundo antigo. Cada planeta equivalia a um deus, interessado e vital nos negócios humanos: Júpiter era Marduk; Mercúrio, Nabul; Marte, Nergal; o Sol, Shamash; a Lua, Sin; Saturno, Ninib; Vênus, Ishtar. Cada movimento de estrela determinava, ou prenunciava, algum acontecimento na terra; se, por exemplo, a Lua estava baixa, era sinal de que uma distante nação se submeteria ao rei; se a Lua estava em crescente, o rei venceria o inimigo. Esses esforços para prever o futuro por meio dos astros tornaram-se moda na Babilônia; os sacerdotes hábeis na astrologia recebiam altas recompensas do povo e do rei. Alguns deles eram sinceros, e zelosamente se entregavam ao estudo das velhas obras vindas dos dias de Sargão de Acad; e queixavam-se dos charlatães que, sem tal estudo, liam horóscopos por dinheiro ou prediziam o tempo com um ano de antecedência — como fazem os modernos almanaques.[150]

Foi a partir dessa astrologia e anotação das estrelas que lentamente se desenvolveu a astronomia. Em 2000 a.C. os babilônios já tinham uma cuidadosa fixação dos movimentos do planeta Vênus; haviam determinado a posição de várias estrelas e iam aos poucos levantando o mapa do céu.[151] A conquista cassita interrompeu por mil anos esse desenvolvimento. Depois, no reino de Nabucodonosor, os estudos astronômicos foram retomados; os sacerdotes-cientistas traçaram as órbitas do sol e da lua, notaram suas conjunções e eclipses, calcularam o curso dos planetas e fizeram a primeira distinção entre planetas e estrelas.[152] (Para os babilônios um planeta se distinguia das estrelas "fixas" por ter observável seu movimento ou "aberração". Na moderna astronomia o planeta se define como o corpo celeste que gira regularmente em torno do sol.) Também determinaram as datas dos solstícios do inverno e do verão, dos

equinócios da primavera e do outono, e dividiram a eclíptica (isto é, a marcha da terra em redor do sol) nos 12 sinais do zodíaco. Como haviam dividido o círculo em 360 graus, também dividiram o grau em 60 minutos e o minuto em 60 segundos.[153] Mediam o tempo com a clepsidra ou o relógio de água, ou por meio do relógio do sol — e parece que estes instrumentos foram invenções suas.[154]

O ano se dividia em 12 meses lunares, seis com 30 dias e seis com 29; e como desse 354 dias, acrescentavam ocasionalmente um décimo terceiro mês para harmonizar o calendário com as estações. O mês era dividido em quatro semanas de acordo com as fases da lua. Houve tentativa para estabelecer um calendário mais conveniente, dividindo-se o mês em seis semanas de cinco dias; mas as fases da lua provaram ser mais eficazes do que as conveniências dos homens. O dia não ia de meia-noite a meia-noite, mas de um levantar do sol ao outro;[155] era dividido em 12 horas e cada hora em 30 minutos. Por conseguinte, o minuto da Babilônia tinha a qualidade feminina de ser quatro vezes maior que o nosso. A divisão do nosso mês em quatro semanas, do nosso relógio em 12 horas (em vez de 24), da nossa hora em 60 minutos e do nosso minuto em 60 segundos são vestígios da Babilônia em nossa civilização. (Do mapa do céu os babilônios passaram ao mapa da terra. Os mais velhos mapas que conhecemos são os preparados na Babilônia sobre as cidades e estradas do império de Nabucodonosor.[156] Uma tabuinha encontrada nas ruínas de Gasur [a 200 milhas ao norte da Babilônia] e datada de 1600 a.C. contém, no espaço de uma polegada quadrada, um mapa da província de Shat-Azala: as montanhas são representadas com linhas curvas, a água, com linhas inclinadas, os rios, com linhas paralelas; os nomes das várias cidades estão inscritos e a direção de norte e sul está indicada na margem.)[157]

A dependência da ciência em relação à religião teve efeitos mais desastrosos na medicina do que na astronomia. Não era só o obscurantismo dos padres que mantinha a ciência em atraso, mas também a superstição do povo. Já no tempo de Hamurabi a arte de curar havia-se de algum modo liberado dos sacerdotes, dando margem a uma profissão profana, com honorários fixos por lei.[158] Quem chamava o médico sabia de antemão o que tinha de pagar — e os pobres se beneficiavam com preços menores. Se o médico errava, incorria em multas e castigos; em certos casos consistia a pena em cortarem-lhe os dedos para que não experimentasse novamente.[159]

Mas esta ciência secularizada sentia-se impotente em face da ânsia do povo pelo sobrenatural. Os feiticeiros e nigromantes eram mais populares que os médicos, e impunham métodos de tratamento irracionais. A doença se resumia em possessão, e sobrevinha em conseqüência de pecados; por isso o tratamento consistia em encantações, mágicas e rezas; quando se usavam drogas, a ação visada era espantar o espírito ou demônio. A droga favorita, portanto, constava da mistura de coisas repugnantes — carne crua de cobra e cavacos, misturados com vinho e óleo, coisas podres, ossos moídos, gordura e sujeiras, urina ou excrementos humanos ou de animais.[160] Ocasionalmente esta *Dreckapothek* se via substituída por um esforço para apaziguar o demônio com leite, mel, creme e ervas de cheiro.[161] Se todos os tratamentos falhavam, o doente era em alguns casos levado à praça pública para que todo mundo lhe receitasse qualquer coisa.[162]

Talvez as 800 tabuinhas médicas que chegaram até nós não façam justiça à medicina babilônica. A reconstrução do todo por meio de uma parte é coisa perigosa, e escrever História significa simplesmente reconstruir o todo por meio de uma parte. É possível que essas curas mágicas fossem meros meios de sugestão; talvez as coisas re-

pugnantes fossem eméticos; e talvez a teoria da doença causada pela invasão de demônios valha a nossa da invasão por micróbios. Não devemos insistir muito na ignorância dos nossos antepassados.

IX. FILÓSOFOS

Religião e filosofia — O Jó babilônico — O Koheleth babilônico — Um anticlerical

As nações nascem estóicas e morrem epicuristas. No berço a religião as embala; a filosofia as conduz ao túmulo. Nos inícios de uma cultura, uma forte crença religiosa oculta e atenua a natureza das coisas, dando aos homens coragem para suportar pacientemente a dor; a cada passo os deuses estão ao seu lado, não os deixando perecer até que eles próprios pereçam. Mesmo então a fé explicará que foram os pecados do povo que encolerizaram os deuses; o mal não destrói a fé, antes a fortalece. Se a vitória sobrevém, se a guerra é esquecida no remanso da paz, então a riqueza cresce; a vida do corpo abre caminho, nas classes dominantes, à vida dos sentidos e da mente; o trabalho e o sofrimento são substituídos pelo prazer, pelo lazer, pela comodidade; a ciência enfraquece a fé enquanto o pensamento e o conforto enfraquecem a virilidade e a fortaleza. Por fim os homens começam a duvidar dos deuses; lamentam a tragédia do conhecimento e procuram refúgio em todos os deleites transitórios. Aquiles aparece no começo, Epicuro no fim. Depois de Davi vem Jó e depois de Jó, o Eclesiastes.

Já que só conhecemos o pensamento da Babilônia dos últimos tempos, é natural que o achemos cansado, e com filósofos que procuram os seus prazeres à moda britânica. Numa tabuinha, Balta-atrua queixa-se de que, embora haja obedecido aos mandamentos dos deuses mais estritamente do que qualquer outro, caíram-lhe em cima todos os infortúnios; perdeu os pais e a prosperidade, e o pouco que lhe ficou foi roubado por salteadores de estradas. Seus amigos, como os de Jó, atribuíram o desastre a algum pecado secreto — talvez aquela *hybris*, ou o insolente orgulho da prosperidade, que enfurece mais os deuses do que qualquer outra coisa. Asseguraram-lhe que o mal não passa do bem disfarçado, de algum plano divino entrevisto muito de perto e por mente incapaz de apreender o todo. Se Balta-atrua conservar a fé e a coragem, ver-se-á recompensado no fim; melhor ainda, seus inimigos serão punidos. Balta-atrua pede socorro aos deuses — e a inscrição chega ao fim.[163]

Outro poema encontrado entre as ruínas da biblioteca de Assurbanipal revela idêntico problema, posto de modo mais definido na pessoa de Tabi-utul-Enlil, que parece ter sido um governante de Nippur. Ele descreve suas dificuldades e nós, interpretando, colocamos entre parêntesis as suposições:

> (Meus olhos ele cegou como que os fechando) com uma chave
> (Meus ouvidos ele fechou) como os de um surdo.
> Um rei, que fui, transformado em escravo;
> Como se fora um louco (meus) companheiros me maltratam.
> Manda-me auxílio do poço cavado (por mim)! (...)
> De dia, profundos suspiros; de noite, lágrimas;
> O mês — gritos; o ano — desgraças. (...)

Em seguida diz ele de como fora piedoso e de como era o último homem no mundo a merecer aquilo.

Como se eu nunca houvesse posto de lado a parte dos deuses,
E não houvesse invocado a deusa às refeições,
E não houvesse curvado minha cabeça e pago o meu tributo;
Como se em minha boca as preces não fossem constantes...
Eu ensinei meu país a guardar o nome do deus;
A honrar o nome da deusa acostumei o meu povo. (...)
Julguei que estas coisas fossem agradáveis a deus.

Ferido de doença, a despeito desta piedade formal, ele cisma na impossibilidade de compreender os deuses e na incerteza das coisas humanas.

Quem pode conhecer a vontade dos deuses no céu?
O plano de um deus, cheio de mistério, quem pode compreender? (...)
O que esteve vivo ontem está hoje morto;
Num momento é lançado na dor; num momento é esmagado.
Agora ele canta e brinca,
Mas logo depois se lamenta. (...)
Meus olhos olham e não vêem;
Meus ouvidos põem-se à escuta e não ouvem...
A morte escurece meu corpo inteiro. (...)
O perseguidor persegue-me sem cessar;
Durante a noite não me dá descanso. (...)
Meus membros não agem em conjunto.

Em meu antro passo a noite, como um boi;
Como um carneiro, piso meus excrementos. (...)

Mas, qual outro Jó, ele afirma sua fé:

Espero o dia da cessação de minhas lágrimas,
O dia de graça dos espíritos protetores,
Em que as divindades se mostrarão misericordiosas.[164]

No fim tudo acaba bem. Um espírito aparece e cura os males de Tabi; poderosa rajada expunge todos os demônios da doença que lhe invadira o corpo. Tabi louva a Marduk, oferece-lhe sacrifícios e adverte-nos para que nunca desesperemos dos deuses. (É provável que esta composição, cujos protótipos se encontram na Suméria, tenha influenciado o autor do *Livro de Jó*.[165]

O Eclesiastes começa a transparecer na literatura da Babilônia. Na *Epopéia de Gilgamesh* a deusa Sabitu aconselha o herói a abandonar a sua preocupação da vida depois da morte, e a comer, beber e divertir-se na terra.

Ó Gilgamesh, por que corres em todas as direções?
A vida que procuras jamais a encontrarás.
Quando os deuses criaram o mundo, também criaram a morte;
A vida eles a conservam em suas mãos.
Enche teu estômago, Gilgamesh;
Sê alegre de dia e de noite.
Dia e noite sê alegre e contente!

Veste-te de roupas limpas,
Lava tua cabeça; lava-te com água!
Olha a criança que pega a tua mão;
Goza a esposa em teu seio.[166]

Compare-se, por exemplo, com o *Eclesiastes,* IX, 7-9:

"Vai, pois, e come o teu pão com alegria, e bebe com gosto o teu vinho: porque a Deus agradam as tuas obras.
Os teus vestidos sejam em todo o tempo brancos, e não falte o óleo que unte a tua cabeça.
Goza da vida com a mulher que amas, por todos os dias da tua vida instável, os quais te foram dados debaixo do sol, por todo o tempo da tua vaidade; porque esta é a tua parte na vida e no teu trabalho com que te afadigas debaixo do sol."

Em outra tabuinha ouvimos nota mais amarga, culminando em ateísmo e blasfêmia. Gubarru, o Alcibíades babilônico, cheio de cepticismo, interroga um velho:

Homem sapiente, homem possuidor de inteligência, deixa teu coração gemer!
O coração do deus está longe como a parte mais recuada do céu.
A sabedoria é difícil e os homens não a compreendem.

Ao que o velho responde no tom de Amós e Isaías:

Dá atenção, meu amigo, e entende meu pensamento.
Os homens exaltam a obra dos grandes peritos no matar;
Eles menosprezam o pobre que não cometeu pecados.
Eles justificam o mau cuja falta é grave.
Eles expulsam o justo que procura a vontade de Deus.
Eles deixam o forte tomar a comida do pobre;
Eles ajudam os poderosos;
Eles destroem o fraco — o homem rico o expulsa.

Não obstante, o velho induz Gubarru a agir de acordo com a vontade dos deuses. Mas Gubarru nada mais quer com deuses e sacerdotes que estão sempre do lado dos poderosos:

Eles só oferecem mentiras, e não cessam com as inverdades.
Eles dizem em nobres palavras o que só favorece o rico.
Diminui a riqueza do poderoso? Eles vêm ajudá-lo.
Eles maltratam o fraco, como se fossem um criminoso,
Eles o destroem num tremor, eles o apagam como a uma chama.[167]

Convém não exagerar a prevalência deste estado de alma na Babilônia; o povo atendia com agrado aos sacerdotes e enchia os templos em busca do favor dos deuses. O maravilhoso é que se mostrasse por tanto tempo leal a uma religião que lhe dava tão pouco. Nada podia ser sabido, declaravam os padres, a não ser pela revelação; e

esta só vinha por intermédio dos sacerdotes. O último capítulo dessa revelação contava como a alma, tanto do bom como do mau, descia ao Aralu, ou Hades, para uma eternidade de trevas e sofrimento. Não admira, pois, que a Babilônia se entregasse aos prazeres profanos, enquanto Nabucodonosor, nada compreendendo e tudo receando, descambava para a loucura.

X. EPITÁFIO

A tradição e o *Livro de Daniel*, não verificados por nenhuma prova que nos chegasse, contam que Nabucodonosor, depois de longo reinado e constante prosperidade, caiu na mais estranha loucura: considerou-se animal e, de quatro patas, percorria os campos comendo ervas.[168] Por quatro anos seu nome desaparece da história da Babilônia;[169] surge depois por um momento e, afinal, em 562 a.C., morre.

Trinta anos depois seu império desabava. Nabonido, que se manteve no trono por 17 anos, preferia a arqueologia à governança e devotou-se à escavação das antigüidades da Suméria enquanto seu reino se decompunha.[170] A desordem invadiu o exército; os homens de negócio, esquecidos da pátria, internacionalizaram-se como financistas; o povo, mergulhado nos prazeres, desleixou as artes da guerra. Os padres usurparam o poder real, e tais riquezas se acumularam tanto nos templos que a cobiça externa se pôs atenta. Quando Ciro, à frente de seus disciplinados persas, apareceu diante da cidade, os anticlericais da Babilônia coligaram-se para abrir-lhe as portas e recebê-lo como um libertador.[171] Durante dois séculos a Pérsia governou a Babilônia como parte do maior império que a História conhecia. Depois, aparece Alexandre, o exuberante macedônio, apodera-se da capital que não resiste e embriaga-se de cair r palácio de Nabucodonosor.[172]

A civilização da Babilônia não foi tão fecunda para a humanidade como a do Egito, nem tão variada e profunda como a da Índia, nem tão sutil e madura como a da China. Sem embargo, da Babilônia vieram as famosas lendas que, através da apresentação judaica, se tornaram parte inseparável das concepções religiosas da Europa; foi mais da Babilônia que do Egito que os gregos levaram para suas cidades-estados, e daí para Roma, os fundamentos das matemáticas, da astronomia, da medicina, da gramática, da arqueologia, da História e da filosofia. Os nomes gregos dos metais e das constelações, dos pesos e medidas, dos instrumentos de música e de muitas drogas não passam de traduções, às vezes meras transliterações, de nomes babilônicos.[173] Enquanto a arquitetura grega derivava suas formas das do Egito e de Creta, a arquitetura babilônica, com o zigurate, dava ao Islã a torre das mesquitas, aos medievais os campanários e a nós americanos o *setback* de nossa atual arquitetura — o recuo progressivo dos andares. As leis de Hamurabi tornaram-se para todos os povos antigos um legado comparável àquele que Roma deixou para o mundo moderno. Com a conquista assíria e a apropriação da velha cultura babilônica pelos vencedores, que a disseminaram pelo seu vasto império; com o cativeiro dos judeus e a grande influência sobre eles exercida pelo pensamento babilônico; com as conquistas persa e grega, que abriram estradas de comunicação e comércio entre a Babilônia e as pujantes cidades da Jônia, da Ásia Menor e da Grécia, a civilização da Terra-Entre-os-Rios penetrou no tesouro de cultura geral da raça humana. No fim nada se perde; para bem ou para mal, tudo que o homem cria produz efeitos permanentes.

CAPÍTULO X

Assíria

I. CRÔNICAS

Começos — Cidades — Raça — Os conquistadores — Senaquerib e Esarhaddon — Assurbanipal (Sardanapalo)

ENTREMENTES, trezentas milhas ao norte da Babilônia, outra civilização se fora desenvolvendo. Forçada a manter rija vida militar em conseqüência das ameaças que sentia de todos os lados, essa civilização foi dominando os inimigos — conquistou as cidades de Elam, da Suméria, de Acad e da Babilônia, dominou a Fenícia e o Egito e por dois séculos abafou o Oriente Próximo com a sua mão brutal. A Suméria foi para a Babilônia o que a Babilônia foi para a Assíria, o que Creta foi para a Grécia e a Grécia para Roma: a primeira criou a civilização, a segunda a desenvolveu, a terceira a herdou e, sem quase nada a lhe acrescentar, transmitiu-a como um dom moribundo aos vitoriosos e irresistíveis bárbaros. Porque a barbárie anda rondando permanentemente a civilização como também subsiste dentro dela, sempre pronta para subvertê-la pelas armas, pela imigração em massa ou pela fecundidade sem limites. A barbárie é como o mato; nunca admite derrota; pacientemente espera durante séculos até reconquistar o território perdido.

O novo Estado cresceu de quatro cidades alimentadas pelas águas afluentes do Tigre: Assur, hoje Kahá-at-Sherghat; Arbela, hoje Irbil; Calakh, hoje Nimrud; e Nínive, hoje Kuyunjik — próxima do rio de petróleo, Mosul. Nas ruínas de Assur foram encontradas pré-históricas facas de obsidiana e cerâmica de cor negra, com desenhos geométricos, sugerindo origem radicada na Ásia Central;[1] em Tepe Gawra, perto do local de Nínive, recente expedição desenterrou uma cidade possivelmente de 3700 a.C., com seus numerosos templos e túmulos, seus selos cilíndricos, seus pentes e jóias e o mais velho dado conhecido da História[2] — prova de como é velho o jogo. O deus Assur deu o seu nome à cidade e por fim a toda a Assíria; nela tiveram residência os mais antigos reis assírios, até que o calor do deserto e os ataques dos vizinhos babilônicos levaram seus dirigentes a construir outra capital em ponto de melhor clima, Nínive, que tomou o nome do deus Nina — a Ishtar da Assíria. Ali, no apogeu de Assurbanipal, viviam 300.000 criaturas — e todo o Oriente Ocidental lhe pagava os tributos impostos pelo Rei Universal.

A população de Nínive era uma mistura de semitas do civilizado sul (Babilônia e Acádia) e tribos não-semitas do oeste (provavelmente com afinidades hititas e mitanianas) e das montanhas do Cáucaso.[3] Tomaram a língua comum e as artes da Suméria, modificando-as, porém, mais tarde, por influência da Babilônia.[4] As circunstâncias, entretanto, não deixaram que os ninivitas caíssem na efeminação babilônica; do começo ao fim conservaram-se uma raça de guerreiros, poderosos de músculos, cabeludos, homens de ímpeto e violência. A história dos assírios é uma história de reis e escravos, guerras e conquistas, sangrentas vitórias e súbitas derrotas. Os primeiros reis aproveitaram-se da dominação cassita na Babilônia para estabelecer

sua independência; e em breve um deles inventou o título que viria a ser usado por todos os seus sucessores: "Rei do Reino Universal". Da pesada dinastia desses esquecidos potentados emergem figuras cujos feitos iluminam o desenvolvimento de sua região. (Uma tabuinha recentemente encontrada nas ruínas da biblioteca de Sargão II em Corsabad contém uma lista inteira dos reis da Assíria desde o século XXIII a.C. até Assurnirari em 753-746 a.C.)[5]

Enquanto a Babilônia ainda estava mergulhada na escura era cassita, Salmanasar I reuniu sob o mesmo governo as pequenas cidades-estados do norte e estabeleceu a capital em Calakh. Mas o primeiro grande nome da história assíria é Tiglath-Pileser I. Foi um grande caçador e, a darmos crédito ao que diz, matou 120 leões em caça a pé e 800 de cima do seu carro.[6] Uma das inscrições — traçadas por um escriba mais realista que o rei — conta como ele caçava nações, tanto quanto animais: "No meu feroz valor marchei contra o povo de Qummuh, conquistei-lhe as cidades, saqueei-as de tudo, tomei todos os bens e propriedades, queimei-as com fogo — devastei-as, destruí-as. (...) O povo de Adansh desceu das montanhas e beijou meus pés. Impus-lhe taxas."[7] Ele levou os seus exércitos em todas as direções. Conquistando os hititas, os armênios, e quarenta outras nações; capturando a Babilônia e fazendo o apavorado Egito enviar-lhe ansiosos presentes (entre eles um crocodilo que muito o interessou). Com o resultado dessas conquistas ergueu templos aos deuses e deusas da Assíria, os quais, como debutantes, não indagavam da origem daquela riqueza. Por fim a Babilônia revoltada bateu os exércitos de Tiglath, pilhou-lhe os templos e levou os deuses assírios como prisioneiros. Tiglath morreu de vergonha.[8]

O reino desse rei foi um símbolo e um epítome de toda a história da Assíria: morte e impostos, primeiro para os países vizinhos, depois para a própria Assíria. Assurbanipal II conquistou 12 estados pequenos, trouxe para a capital muita presa de guerra, furou com as próprias mãos os olhos dos cativos principescos, gozou o seu harém e morreu respeitavelmente.[9] Salmanasar III levou suas conquistas até Damasco; travou grandes batalhas, matando 16.000 sírios num recontro; construiu templos, impôs tributos e foi deposto por um filho, em seguida a violenta revolução.[10] Sammuramat governou como rainha-mãe por três anos e forneceu elementos para a lenda grega de Semíramis — meio deusa, meio rainha, grande general, grande engenheiro e grande estadista — como detalhadamente conta Diodoro, o Siciliano.[11] Tiglath-Pileser III reuniu novo exército, reconquistou a Armênia, dominou a Síria e a Babilônia, impôs tributos a Damasco e à Samaria e estendeu o governo assírio desde o Cáucaso até o Egito; cansado de guerra, tornou-se um excelente administrador; ergueu muitos templos e palácios, manteve ferreamente o império e morreu em paz. Sargão II, um oficial de armas, fez-se, ele próprio, rei, como Napoleão com o *coup d'état;* comandava pessoalmente suas tropas e em todas as lutas apresentava-se sempre na vanguarda;[12] derrotou Elam e o Egito, reconquistou a Babilônia e recebeu as homenagens dos judeus, dos filisteus e mesmo dos gregos de Chipre; governou bem o império, incentivou as artes e as letras, os ofícios e o comércio, e morreu vitorioso na batalha que definitivamente preservou a Assíria da invasão das bárbaras hordas cimerianas.

Seu filho Senaquerib abafou as revoltas nas distantes províncias do Golfo Pérsico, atacou Jerusalém e o Egito, sem sucesso. (Uma tradição egípcia atribuía a evasão do Egito ao domínio dos assírios ao fato de um exército de roedores ter simplesmente devorado as aljavas, as cordas de arcos e as correias dos escudos dos assírios que se encontravam acampados diante de Pelúsio, de tal maneira que possibilitou aos egípcios derrotar os invasores facilmente no dia seguinte.)[13] Saqueou 89 cidades e 820 vilas, capturou 7.200 cavalos, 11.000 jumentos, 80.000 bois, 800.000 carneiros e 208.000 prisioneiros;[14] são algarismos oficiais. Depois, irritado com a preocupação da Babilônia em querer libertar-se, sitiou-a, tomou-a e queimou-a totalmente; quase todos os habitantes, moços e velhos, machos e fêmeas, foram massacrados, de modo a se forrarem as ruas de cadáveres; os templos e palácios foram pilhados até o último *shekel*, e os onipotentes deuses babilônicos feitos em pedaços ou levados como reféns para

Nínive; lá Marduk tornou-se um lacaio a serviço de Assur. Os babilônios sobreviventes não aceitaram a derrota de Marduk; diziam — como mais tarde iriam dizer os judeus escravizados na nova Babilônia — que o deus Marduk condescendera em ser derrotado para, dessa forma, punir o seu povo. Com os despojos das pilhagens Senaquerib reconstruiu Nínive, mudou o curso dos rios para melhor protegê-la, restaurou para a agricultura muitas terras e foi assassinado pelos próprios filhos enquanto rezava.[15]

Esarhaddon, seu filho, arrancou o trono aos irmãos assassinos, invadiu o Egito para castigá-lo pelo apoio dado à revolta da Síria, assombrou a Ásia Ocidental com a marcha triunfal de Mênfis até Nínive à frente de um interminável comboio de despojos; estabeleceu o domínio da Assíria em todo o Oriente Próximo; alegrou os babilônios com a libertação dos seus deuses cativos e reconstruiu-lhes a demolida capital; conciliou o Elam alimentando-o durante uma fome — fato sem paralelo na história antiga; morreu quando iniciava a repressão de uma revolta no Egito, depois de dar ao império o melhor e mais justo governo de todos os tempos.

Seu sucessor Assurbanipal (o Sardanapalo dos gregos) colheu os frutos do que ele semeou. Durante o seu longo reinado a Assíria atingiu o apogeu da grandeza; depois dele, porém, arruinado pelo esforço de 40 anos de guerra, o país caiu em decadência e terminou o seu período de prosperidade uma década após a morte de Assurbanipal.[16] Um escriba nos preservou a história desse reinado; é um amontoamento de guerras, saques, cidades lançadas na fome e cativos esfolados. O escriba representa o próprio Assurbanipal contando a destruição de Elam:

> Depois de um mês e vinte e cinco dias de marcha devastei os distritos de Elam. Espalhei na terra sal e espinheiros (para destruir o solo). Os filhos dos reis, membros da família de Elam, moços e velhos, prefeitos, governadores, cavaleiros e artesãos, tantos quantos eram, e habitantes machos e fêmeas, grandes e pequenos, cavalos, jumentos, mulas e rebanhos mais numerosos que nuvens de gafanhotos, tudo levei para a Assíria como despojos de guerra. Levei para a Assíria o pó de Susa, de Madaktu, de Haltemash e outras cidades. Num mês dominei o Elam em toda a sua extensão. Pus fim à voz do homem ao trotar dos rebanhos, aos felizes gritos de alegria ali nos campos — e deixei-os para os jumentos, as gazelas e toda sorte de animais selvagens.[17]

A cabeça cortada do rei de Elam foi trazida para Assurbanipal quando ele e a rainha se banqueteavam nos jardins do palácio; o rei ordenou que a espetassem num pau e a erguessem ali no meio dos convivas — e a festa continuou; depois foi a cabeça pregada sobre a porta de Nínive, onde ficou apodrecendo. O general elamita Dananu foi esfolado vivo, e sangrou como um carneiro; a seu irmão cortaram a garganta, dividindo o corpo em pedaços, distribuídos depois como *souvenirs*.[18]

Assurbanipal e seus homens não tinham consciência de que eram brutais; aquelas barbaridades eram operações cirúrgicas necessárias à sua política de combater as rebeliões e estabelecer a disciplina entre povos heterogêneos e turbulentos, que seus predecessores haviam submetido à Assíria; seu dever se resumia em manter intacta a herança. Assurbanipal gabava-se da paz que estabelecera no império e da boa ordem reinante nas cidades — e não exagerava. Não foi ele apenas um conquistador sedento de sangue, mas também um construtor e protetor das artes. Como certos imperadores romanos, que apelavam para os gregos, atraiu ele à sua Nínive todos os artistas do

império, para o trabalho de construção e adorno dos templos e palácios; comissionou inúmeros escribas para reunir e copiar todos os clássicos da Suméria e da Babilônia, e dispôs estas obras em sua biblioteca em Nínive, onde os estudiosos modernos as encontraram quase intactas depois de 25 séculos de tumulto humano. Como outro Frederico da Prússia, tinha tanta vaidade da sua capacidade literária como dos seus triunfos na caça e na guerra.[19] Diodoro descreve-o como dissoluto e bissexual, à moda de Nero,[20] mas não é isso o que deduzimos dos copiosos documentos chegados até nós. Depois desse interregno literário, Assurbanipal, com "real" confiança e armado apenas de faca e dardo, entregou-se ao esporte de atacar leões peito a peito; e, a darmos crédito às palavras dos seus contemporâneos, era o primeiro a atacá-los e feri-los com o golpe decisivo.[21] Não nos espanta, pois, que Byron se fascinasse com o seu tipo, e sobre ele tecesse um drama, meio lenda, meio história, no qual o poder da Assíria aparece no apogeu e rompe-se na ruína e no desespero.

II. GOVERNO ASSÍRIO

Imperialismo — Guerra assíria — Os deuses conscritos — Lei — Castigos — Administração — A violência das monarquias orientais

Admitindo-se o princípio imperial de que para a ordem e o progresso é indispensável que muitos Estados sejam submetidos a um mesmo governo, teremos de concordar que a Assíria soube aplicar a política certa. O governo de Assurbanipal foi sem dúvida a mais ampla organização administrativa já vista no Mediterrâneo e no Oriente Próximo, pois conglobava a Assíria, a Babilônia, a Armênia, a Média, a Palestina, a Síria, a Fenícia, a Suméria, o Elam e o Egito; somente Hamurabi e Tutmés III disso se aproximaram, e apenas a Pérsia formaria um império de tal porte, antes do advento de Alexandre. De algum modo era um império liberal; as cidades conservavam bastante autonomia, ficando com seus deuses e sua religião, suas leis e governos próprios, contanto que pagassem fielmente os tributos.[22] Numa organização dessas qualquer fraqueza do governo central fomentava logo rebeliões, e a parte rebelada tinha de ser novamente submetida. Para evitar isso, Tiglath-Pileser III inaugurou a política, caracteristicamente assíria, de deportar as populações conquistadas para *habitats* diferentes, onde, misturando-se com os nativos, perdiam a unidade e tinham menos ensejo para a rebelião. Mesmo assim as revoltas foram freqüentes e a Assíria teve de manter-se em pé de guerra.

O exército, portanto, era a parte mais vital da organização. A Assíria reconhecia francamente que o governo significava nacionalização à força, e suas principais contribuições para o progresso humano em geral aparecem no campo bélico. Carros, cavalaria, infantaria e sapadores foram organizados em formações flexíveis; as armas de assédio desenvolveram-se tanto quanto em Roma, e a estratégia e as táticas eram bem assimiladas.[23] As táticas lembram a de Napoleão; rapidez de movimentos e ataque. A metalurgia já se adiantara a ponto de permitir que os guerreiros se guardassem com armaduras, como os medievais; mesmo os arqueiros e lanceiros usavam elmos de cobre ou ferro, couraças acolchoadas, enormes escudos e um saiote recoberto de escamas de metal. As armas eram o arco, a lança, o alfanje, as maças, os tacapes e os machados. A nobreza lutava de cima de carros, na vanguarda, e o rei, no carro real, comandava pessoalmente o exército; os generais ainda não tinham aprendido a arte de mor-

rer na cama. Assurbanipal introduziu o uso da cavalaria como auxiliar dos carros, inovação que se mostrou eficaz em muitos encontros.[24] A principal máquina de assédio era um aríete de cabeça de ferro; às vezes suspendiam-no de um andaime, com cordas, para facilitar o movimento do vaivém, às vezes era levado sobre rodas. Os sitiados lutavam de cima das muralhas, arremessando projéteis, archotes incendiados, alcatrão em fogo, correntes para emaranhar os aríetes e vasos de barro com substâncias fedorentas — antecipação da moderna guerra química.[25] As cidades capturadas eram em regra pilhadas e incendiadas, e o local esterilizado.[26] Para manter a lealdade das tropas dividiam-se com elas os despojos; os vencidos seguiam a regra geral do Oriente: eram escravizados ou massacrados. Os soldados recebiam um prêmio por cabeça cortada que apresentassem, de modo que depois da vitória era grande a faina de cortar cabeças.[27] Freqüentemente os prisioneiros eram totalmente massacrados, em vista das dificuldades de alimentá-los na retaguarda; ajoelhavam-se diante dos vencedores, os quais lhes fendiam o crânio com as maças e depois lhes decepavam a cabeça. Os escribas faziam o lançamento da matança; tomavam nota do número de inimigos mortos por soldado para efeito do rateamento do butim; o rei, se tinha tempo, presidia ao massacre. Os nobres entre os derrotados recebiam tratamento especial: cortavam-lhes o nariz, as orelhas, as mãos e os pés, arremessavam-nos do alto das torres; ou os seus filhos eram decapitados, esfolados vivos ou assados em fogo lento. Parecia não haver qualquer compunção por esse desperdício de vidas humanas; as mulheres preenchiam de novo os claros — e enquanto isso sobrevinha um alívio na pressão alimentar.[28] Talvez fosse em parte pela sua fama de misericordiosos que Alexandre e César minaram o moral do inimigo e conquistaram o mundo mediterrâneo.

Depois do exército, o principal apoio do monarca estava na Igreja, que por isso era generosamente paga. A cabeça formal do Estado era a ficção do deus Assur; tudo se fazia em seu nome; as leis eram emanações da sua divina vontade, todas as taxas eram coletadas para o seu tesouro, todas as campanhas tinham como objetivo cumulá-lo de riquezas e glória. O próprio rei era descrito como um deus, usualmente a encarnação de Shamash, o deus-sol. A religião da Assíria, como a língua, fora importada da Suméria e da Babilônia, sofrendo na passagem as necessárias adaptações a um Estado militar.

A adaptação era mais visível no caso das leis, que se distinguiam pela marcial implacabilidade. Os castigos iam dos trabalhos forçados ao chibatamento, castração, corte das orelhas e do nariz, arrancamento da língua e dos olhos, empalamento e decapitação.[29] As leis de Sargão II prescreviam outros primores, como o veneno, a queima do filho ou filha do ofensor no altar do deus;[30] mas não há prova de que tais castigos fossem aplicados no último milênio antes de Cristo. O adultério, o estupro e outros delitos consideravam-se capitais.[31] O julgamento por meio do ordálio era também usado: lançamento ao rio, cujas águas se encarregavam de provar a inocência ou culpabilidade do réu. Em geral as leis assírias mostravam-se menos seculares e mais primitivas que as do código de Hamurabi, da Babilônia, que aparentemente as precederam no tempo. (As mais antigas leis assírias existentes são 90 artigos contidos em três tabuinhas encontradas em Assur e que datam de 1300 a.C.)[32]

A administração local, exercida originariamente pelos barões feudais, caiu, no decorrer do tempo, nas mãos dos prefeitos e governadores nomeados pelo rei; esta forma de governo foi adotada pela Pérsia e passou para Roma. Os prefeitos tinham de coletar as taxas, organizar as *corvées* para trabalhos que, como a irrigação, não cabiam à iniciativa particular; e acima de tudo tinham de arregimentar tropas e comandá-las na guerra. Enquanto isso, os espiões do rei mantinham-nos sob fiscalização, dando notícia de tudo ao monarca.

O governo da Assíria foi primariamente um instrumento de guerra. Porque com freqüência a guerra se mostrava mais proveitosa do que a paz; cimentava a disciplina, intensificava o patriotismo, fortalecia o poder real e rendia grande quantidade de despojos. Vem daí ser a história da Assíria um grande panorama de cidades saqueadas e campos destruídos. Quando Assurbanipal suprimiu a revolta de seu irmão Shamas-shum-ukin, e capturou a Babilônia depois de longo assédio,

> a cidade apresentava tão terrível espetáculo que impressionou aos próprios assírios. (....) Inúmeras vítimas da fome e da peste jaziam nas ruas e praças, semidevoradas pelos cães e porcos; os homens mais fortes conseguiram escapar para os campos, de modo que só ficaram aqueles aos quais faltavam forças para se arrastarem até as muralhas. Assurbanipal perseguiu os fugitivos e, havendo apanhado quase todos, exerceu sobre eles toda a fúria da sua vingança. Fez arrancar a língua aos que eram soldados e em seguida matou-os a pancadas. Aos outros massacrou diante dos touros alados que já tinham visto essa cena meio século antes, promovida pelo seu avô Senaquerib. Os cadáveres das vítimas ficavam muito tempo desenterrados, servindo de pasto às hienas e aos abutres.[33]

A fraqueza das monarquias orientais tinha origem no excessivo uso da violência. Não só as revoltas das províncias submetidas eram constantes, como dentro da família real a violência procurava destruir o que pela violência fora criado. A aproximação do fim de cada reinado trazia tremendas perturbações ao redor do trono; o velho monarca via as conspirações referverem no palácio, e muitas vezes o seu fim era apressado pelos pretendentes ansiosos. O Oriente Próximo preferia, em vez de corruptas eleições, os violentos levantes, e a forma comum de depor um rei era o homicídio. Algumas das guerras havidas foram sem dúvida necessárias e inevitáveis: os bárbaros enxameavam em todas as fronteiras, e à menor fraqueza os citas, os cimérios ou outra qualquer horda arremetiam. E talvez nós exageremos a freqüência da guerra e da violência nesses Estados orientais pela circunstância de os antigos monumentos e os cronistas modernos terem preservado o drama das batalhas e ignorado as vitórias da paz. Os historiadores sempre tiveram preferência pelo sangue; acham-no — ou julgam que seus leitores o acham — mais interessante que as calmas realizações do pensamento. Pensamos menos na guerra hoje, porque estamos mais conscientes dos lúcidos intervalos de paz. A História, entretanto, só parece ter consciência de uma coisa: as febricitantes crises da guerra.

III. A VIDA ASSÍRIA

Indústria e comércio — Casamento e moral — Religião e ciência — Letras e bibliotecas — O ideal assírio

Em termos de economia, praticamente não havia diferença entre a vida na Assíria e na Babilônia; eram sob muitos aspectos uma mesma civilização dividida em norte e sul. A parte sul do reino era a mais comercial; a norte, a mais dada à agricultura; os babilônios ricos faziam-se comerciantes; os assírios ricos dirigiam suas vastas propriedades e tinham o desprezo romano pelos homens cuja atividade consiste em comprar barato e vender caro.[34] Não obstante, os mesmos rios inundavam-lhes as terras e ambos seguiam os mesmos métodos de construir canais, usavam os mesmos *shadufs*, plantavam o mesmo trigo e o mesmo sésamo. (Outros produtos da

Assíria eram as azeitonas, a uva, o alho, a cebola, a alface, o agrião, a beterraba, o nabo, o rabanete, o pepino e o alcaçuz. Carne de gado — rara — só para os aristocratas;[35] o povo tinha o peixe e os vegetais.) Suas cidades possuíam as mesmas indústrias, o mesmo sistema de pesos e medidas; e embora Nínive e outras cidades ficassem muito ao norte para se tornarem centros de comércio, a riqueza para elas carreada pelos reis encheu-as de artífices e movimento. Os metais eram importados ou extraídos com abundância, e em 700 a.C. o ferro substituiu o bronze como o metal básico.[36] Conheciam a fundição, a fabricação do vidro, dos tecidos (uma tabuinha de Senaquerib traz a mais velha referência que conhecemos do algodão:[37] "A árvore que dá lã." Foi provavelmente importada da Índia) e a tinturaria; a cerâmica era esmaltada, e as casas de Nínive se equipariam às da Europa anterior à Revolução Industrial.[38] Durante o reinado de Senaquerib um aqueduto foi construído para o abastecimento de água à cidade, vindo ela de trinta milhas de distância; o trecho desse aqueduto descoberto pelos arqueólogos é o mais antigo que conhecemos. Casas bancárias promoviam o financiamento da indústria e do comércio — com juros de 25%. O chumbo, o cobre, a prata e o ouro serviam de moeda e por volta de 700 a.C. Senaquerib cunhou em prata moedas de meio *shekel* — um dos mais antigos casos de cunhagem oficial.[39]

Existiam cinco classes: patrícios ou nobres; artífices organizados em corporações profissionais e comerciais; o operário livre das cidades e o camponês também livre; os servos da gleba, como na Idade Média; e os escravos, prisioneiros de guerra ou devedores insolventes, compelidos a denunciar sua situação com um furo na orelha e a cabeça rapada. Num baixo-relevo de Senaquerib vemos feitores de chicote em punho, dirigindo fileiras paralelas de escravos arrastando um pesado bloco sobre trilhos de madeira.[40]

A exemplo de todos os Estados militaristas, a Assíria estimulava nas suas leis a natalidade. O aborto era considerado crime capital; a mulher que o provocava, ainda que disso morresse, era empalada.[41] Embora a mulher adquirisse considerável poder por meio do casamento e da intriga, sua posição era mais baixa do que na Babilônia. Estava sujeita a penas severas por ofensas ao marido, não lhe permitiam aparecer em público sem véu e tinha o dever da mais estrita fidelidade; já os maridos podiam ter quantas concubinas quisessem.[42] A prostituição, tida como inevitável, era regulada pelo Estado.[43]. O rei mantinha um variado harém, cujas internadas se dedicavam à dança, ao canto, aos trabalhos de agulha, a intrigas e conspirações.[44] O marido enganado podia matar o rival, se o apanhava em flagrante delito, costume que sobreviveu em muitos códigos. No resto o regime do casamento seguia o da Babilônia, exceto pelo fato de ser realizado o mais das vezes por compra; ou então a mulher ficava em casa dos pais, sendo a espaços visitada pelo marido.[45]

Em todos os níveis da vida assíria defrontamos a severidade patriarcal de um povo que vivia de conquistas e estava à beira da barbárie. Do mesmo modo que depois da vitória os romanos arrastavam milhares de prisioneiros para a escravidão vitalícia e lançavam outros às feras no Circus Maximus, assim também os assírios encontravam satisfação em torturar os cativos, cegar os filhos diante dos pais, esfolar homens vivos, assá-los em fornos, trancá-los em gaiolas para divertimento do público ou executá-los em massa.[46] Assurbanipal conta que "todos os chefes que se revoltaram eu os esfolei vivos e com suas peles forrei o pilar; a outros emparedei vivos; a outros empalei em estacas; a outros estaqueei ao redor do pilar. (...) Aos mais graduados eu decepei os membros".[47] Assurbanipal gaba-se de ter queimado vivos três mil prisioneiros e de não haver deixado um sequer para servir de refém.[48] Outra inscrição diz: "Esses guerreiros que pecaram contra Assur e conspiraram contra mim... de suas bocas hostis arranquei as línguas. Outros, que haviam ficado vivos, eu os ofereci como sacrifício funerário; (...) seus lacerados membros foram lançados aos cães, aos porcos e aos lobos.

(...) Com esses feitos eu rejubilei o coração dos grandes deuses".[49] Outro monarca manda seus artistas gravarem nos tijolos essas palavras: "Meus carros de guerra esmagaram homens e animais. (...) Os monumentos que erigi são feitos de corpos humanos aos quais cortei a cabeça e os membros. Decepei as mãos de todos os capturados vivos."[50] Relevos em Nínive mostram homens sendo empalados ou esfolados, outros submetidos ao arrancamento da língua; um deles mostra um rei furando os olhos dos prisioneiros com a lança, enquanto mantém a cabeça da vítima segura por uma corda passada através dos lábios.[51] Ao lermos isso reconciliamo-nos com a mediocridade moderna.

Aparentemente a religião nada fez no sentido de atenuar essa tendência para a brutalidade. Exerceu menos influência no governo do que na Babilônia, e orientava-se de acordo com as necessidades e gostos do rei. Assim, a deidade nacional era um deus solar, belicoso e implacável para com os inimigos; criam os fiéis que ele se comprazia com o espetáculo da execução dos prisioneiros diante do seu altar.[52] A principal função do credo assírio consistia em treinar os futuros cidadãos para uma patriótica docilidade e ensinar-lhes a arte de obter favores dos deuses por meio de mágicas e sacrifícios. Os únicos textos religiosos chegados ao nosso conhecimento são de exorcismos e presságios.[53] Os padres descreviam o mundo como recheado de demônios, os quais as criaturas mantinham afastados com amuletos e cuidadosas encantações.

Num tal meio, obviamente, só a ciência da guerra podia florescer. A medicina assíria não passava da medicina babilônica; a astronomia era a mesma astrologia babilônica — o estudo das estrelas para fins divinatórios.[54] Não encontramos provas de especulações filosóficas, nem de nenhuma tentativa secular de explicação do mundo. Os filólogos assírios faziam listas de plantas, provavelmente para uso da medicina, e desse modo deram a sua pequena contribuição para a formação da botânica; outros escribas arrolaram todos os objetos existentes sob o sol, e isso foi um leve começo das ciências naturais da Grécia. Dessas listas algumas palavras chegaram até nós, como *hangar, gesso, camelo, plinto, shekel, rosa, amônia, jaspe, cana, cereja, láudano, nafta, sésamo, hissopo e mirra.*[55]

As tabuinhas memorativas dos feitos dos reis, a despeito de reflexos da horrível sangueira, têm a honra de figurar entre as mais antigas formas de historiografia existentes. No começo eram simples crônicas registradoras das vitórias reais, e nunca admitiam derrotas; mais tarde se tornaram narrativas estilizadas dos acontecimentos importantes. A melhor contribuição assíria dentro da história da civilização temo-la em suas bibliotecas. A de Assurbanipal continha 30.000 tabuinhas classificadas e catalogadas, cada qual com sua etiqueta. Em muitas aparece o *ex-libris* do rei. "Destruído seja pela cólera de Assur e Belit quem esta tabuinha desviar, sejam o seu nome e a sua posteridade varridos da terra."[56] Grande número delas consiste de traduções de obras mais velhas e sem datas; o propósito do rei era preservar do esquecimento a literatura da Babilônia. Mas poucas hoje classificamos como literatura; na maioria são memórias oficiais, observações astrológicas ou augurais, orações, hinos e genealogia de reis e deuses.[57] Entre elas temos uma em que Assurbanipal confessa amor à ciência.

Eu, Assurbanipal, compreendi a sabedoria de Nabu (o deus da sabedoria, correspondente a Thoth, Hermes e Mercúrio), adquiri a compreensão de todas as artes da escrita. Aprendi a atirar com o arco, a guiar cavalos e carros. (....) Marduk, o sábio deus, dotou-me com sabedoria e compreensão. (....) Enurt e Nergal fizeram-me viril e forte, e de incomparável força. Aprendi a arte do sábio Adapa, os ocultos segredos da arte dos escribas; nos monumentos celestes e terrestres eu li e sobre eles

ponderei: às reuniões dos clérigos estive presente, observei os presságios, interpretei os céus com os sacerdotes, recitei as complicadas multiplicações e divisões que não são imediatamente claras. Minha alegria é repetir os belos escritos que na Suméria eram obscuros e na Acádia difíceis de ter na memória. (....) Montei potros, guiei-os com prudência para que não se tornassem violentos; distendi o arco, lancei a seta, o signo do guerreiro. Arremessei o dardo como lança curta. (...) Empunhei as rédeas, como um cocheiro. (...) Dirigi a feitura dos escudos de vime, bem como a dos peitorais, como um artífice. Adquiri o saber que os mestres de todas as classes possuem quando atingem a fase da maturidade. Ao mesmo tempo aprendi a mandar, e segui meu caminho de rei.[58]

IV. ARTE ASSÍRIA

Artes menores — Baixo-relevo — Estatuária — Construções — Uma página de "Sardanapalo"

No campo da arte a Assíria igualou a Babilônia, e no baixo-relevo excedeu-a. Estimulados pelo afluxo da riqueza em Assur, Calakh e Nínive, os artistas começaram a produzir para os nobres e suas damas, para os reis e os palácios, para os sacerdotes e os templos, e apareceram jóias de todos os tipos, trabalhos em metal finamente lavrados, como as portas de Balawat, e luxuosas mobílias entalhadas e embutidas de ouro, prata, bronze ou pedras preciosas.[59] A cerâmica se desenvolveu pobremente e a música, como quase tudo mais, vinha da Babilônia; mas a pintura, a têmpera, de brilhantes cores e recoberta de fina camada de vidrado, tornou-se uma das artes características da Assíria, de onde passou para a Pérsia. Entretanto, como em todo o antigo Oriente, a pintura sempre permaneceu arte secundária e dependente.

No apogeu de Sargão II, Senaquerib, Esarhaddon e Assurbanipal, a arte do baixo-relevo criou novas obras-primas para o Museu Britânico. Um dos melhores exemplos data de Assurbanipal II; representa em alabastro o deus Marduk abatendo Tiamat, o deus do Caos.[60] As figuras humanas desses relevos são rígidas e rudes, e todas iguais, como se um modelo perfeito insistisse em ser eternamente reproduzido; todos os homens apresentam a mesma cabeça maciça, a mesma barba em forma de vassoura, o mesmo pescoço invisível; os próprios deuses não passam de assírios disfarçados. Só aqui e ali a figura humana assume um pouco de vida, como no relevo em alabastro que pinta espíritos em adoração diante de uma palmeira,[61] e a fina estela de calcário de Shamsi-Adab VII, encontrada em Calakh.[62] Em regra são os relevos de animais os que melhor nos impressionam. Os painéis repetem monotonamente cenas de guerras e caçadas; mas nossos olhos não se cansam diante daquele vigor, do movimento, do estilo direto. Era como se o artista, proibido de realismo na representação humana, empregasse todo o seu talento na representação dos animais — leões, cavalos, jumentos, cães, veados, pássaros, gafanhotos, em todas as atitudes, menos na de repouso; freqüentemente eles nos são mostrados na agonia da morte, mas mesmo assim são o centro e a vida de sua pintura e arte. Os majestosos cavalos de Sargão II nos relevos de Corsabad;[63] a leoa ferida do palácio de Senaquerib, em Nínive;[64] o moribundo leão de alabastro do palácio de Assurbanipal;[65] as caçadas de leão de Assurbanipal I e II;[66] a leoa em repouso;[67] o leão saindo da trapa;[68] um leão e uma leoa descansando à sombra de uma árvore, são trabalhos que figuram entre as obras-primas no gênero.[69] Já a representação de objetos naturais mostra-se cruamente estilizada; formas pesadas de linhas duras; não há a preocupação da perspectiva; as coisas distantes são representa-

das em cima das próximas e na mesma escala. Gradualmente, entretanto, a corporação dos escultores do templo de Senaquerib aprendeu a superar esses defeitos com uma melhor técnica e, acima de tudo, com mais vívida percepção da ação, conseguindo obras inigualadas. O baixo-relevo era para os assírios o que a escultura foi para os gregos e a pintura para os italianos do Renascimento — uma arte favorita, que exprimia o ideal e o caráter nacional.

O mesmo não podemos dizer da escultura assíria. O que dela se salvou mostra que os entalhadores preferiam o relevo; muitas poucas obras de verdadeira escultura chegaram até nós, e nenhuma de importância artística. Os animais mostram-se cheios de poder e majestade, como se conscientes de superioridade não só física como também moral sobre o homem — como os touros dos portões de Corsabad;[70] as figuras humanas ou divinas são pesadas e grosseiras, adornadas mas incaracterísticas, eretas mas mortas. A única exceção é a maciça estátua de Assurbanipal II, hoje no Museu Britânico; tudo nela nos mostra um rei: o cetro firmemente seguro, os lábios duros e resolutos, olhos cruéis e alerta, pescoço de touro e duas patas gigantescas pousadas sobre o mundo.

Não têm muito valor os nossos juízos sobre esta escultura; muito provavelmente os assírios consideravam beleza o que consideramos defeito, e teriam olhado com desprezo para a nossa quase feminina esbelteza ou para a macia e voluptuosa graça do Hermes de Praxíteles. E quanto à arquitetura assíria, como poderemos julgar da sua excelência, se as ruínas que restam estão ao nível da areia? À semelhança dos babilônios e dos modernos americanos, os assírios visavam mais à grandeza do que à beleza, e procuravam-na no desenho das massas.

De acordo com as tradições da arte mesopotâmica, os assírios adotaram como material básico na arquitetura o tijolo, embora possuíssem estradas magníficas inteiramente revestidas de pedra. Do sul tomaram a abóbada e o arco, desenvolvendo-os, e fizeram algumas experiências com a coluna, a cariátide e os capitéis persas e gregos.[71] Os palácios estendiam-se sobre grandes áreas e limitavam-se a dois ou três andares;[72] ordinariamente tinham a forma de uma série de salas e comodos ao redor de um pátio sombrio. Os portais das residências dos reis eram guardados por monstruosos animais de pedra; o *hall* revestia-se de relevos e estátuas, com piso de lajes de alabastro e paredes forradas de tapeçaria preciosa ou painéis de madeiras caras; os tetos, reforçados de esteios maciços, eram às vezes cobertos com bolhas de prata ou ouro, e os forros apresentavam pinturas de cenários naturais.[73]

Os seis mais poderosos guerreiros da Assíria também foram seus maiores construtores. Tiglath-Pileser I reconstruiu em pedra os templos de Assur: a um deles deixou por dentro, "cintilante como a abóbada celeste, as paredes decoradas com o esplendor das estrelas, tudo brilhando com o brilho do sol", diz uma tabuinha.[74] Os últimos imperadores generosamente enriqueceram os templos, mas, como Salomão, davam preferência aos seus palácios. Assurbanipal II construiu em Calakh um imenso edifício de tijolo revestido de pedra, ornamentado de relevos calcados em motivos religiosos e guerreiros. Perto de Balawart, Rassam encontrou as ruínas de outra estrutura da qual salvou duas magníficas portas de bronze.[75] Sargão II ergueu o grande palácio de Dur-Sharrukin (Forte Sargão, no sítio da moderna Corsabad), com portal flanqueado de touros alados e paredes ostentando finos relevos, encimadas de rebrilhantes telhas; vastos salões mobiliados com arte delicada e adornados com belíssima estatuária. Cada vitória rendia a Sargão mais escravos para trabalhar naquela cons-

trução, mais mármore, mais lápis-lazúli e bronze e prata e ouro para embelezá-la. À sua volta erigiu uma série de templos, e atrás um zigurate de sete andares. Senaquerib levantou em Nínive a real mansão denominada "A Incomparável", que excedia em tamanho a todos os palácios do mundo antigo;[76] suas paredes e pisos cintilavam de metais preciosos, madeiras raras e pedras; os tijolos refletiam no esmalte as luminárias do dia e da noite; gigantescos touros e leões de cobre, touros alados de alabastro e a clássica sinfonia dos baixos-relevos. Esarhaddon prosseguiu na reconstrução de Nínive e excedeu seus predecessores em grandeza; uma dúzia de províncias fornecia-lhe homens e materiais; de uma viagem ao Egito ele trouxe novas idéias para colunas e decorações; e quando terminou a obra, encheu esses monumentos com o butim artístico de todo o Oriente Próximo.[77]

O pior comentário sobre a arquitetura assíria decorre do fato de que 60 anos depois esse palácio de Esarhaddon estava em ruínas.[78] Assurbanipal conta-nos como o reconstruiu:

> Por esse tempo o harém, o lugar de repouso do palácio... que Senaquerib, meu avô, havia construído para sua real morada, revelou-se velho, com as paredes em ruína. Eu, Assurbanipal, o Grande Rei, o poderoso Rei do Mundo, o Rei da Assíria, (....) porque eu havia sido criado nesse harém, e Assur, Sin, Shamash, Raman, Bel, Nabu, Ishtar, (....) Ninib, Nergal e Nusko me preservaram como príncipe imperial, e estenderam a mim a sua proteção e o pálio da prosperidade, (....) e constantemente me traziam notícias de vitórias sobre meus inimigos; e porque meus sonhos à noite eram agradáveis e de manhã minhas idéias eram vivas, (....) eu derrubei essas ruínas; e para aumentar a área removi tudo. E erigi no sítio uma construção de 50 *tibki* de comprimento. Levantei um terraço; mas tive medo diante dos santuários dos grandes deuses meus senhores e não levei muito alto essa estrutura. Num bom mês, e em dia favorável, lancei os alicerces do terraço e ergui a obra de tijolos. Derramei vinho de sésamo e vinho de uva em seus porões e o espargi também pelas paredes de tijolo. Para a construção desse harém o povo de minhas terras trouxe carros de tijolos de Elam, que eu tomei como despojos por mandamento dos deuses. Fiz os reis da Arábia — que tinham violado os tratados assinados comigo e aos quais por minhas próprias mãos capturei vivos em batalha — carregarem cestos de material e usarem barretes de operário, no trabalho da construção do harém. (....) Eles passaram seus dias moldando tijolos e realizando trabalhos forçados. Com alegria e júbilo eu construí o palácio, dos alicerces ao teto. Tornei-o mais espaçoso que antes, e tornei-o esplêndido. Empreguei grandes madeiros do cedro que cresce em Sirara e Líbano. Fiz as portas da madeira *liaru*, de agradável perfume. (....) Plantei ao redor um bosque de todas as qualidades de árvores e... frutas de cada espécie. Concluí o trabalho da construção e ofereci esplêndidos sacrifícios aos deuses meus senhores, dediquei-o com alegria e júbilo e nele entrei sob um magnífico pálio.[79]

V. FIM DA ASSÍRIA

Últimos dias de um rei — Causas da decadência da Assíria — A queda de Nínive

Não obstante, o "Grande Rei, o Poderoso Rei, o Rei do Mundo", queixava-se na velhice dos infortúnios que lhe choviam em cima. A última tabuinha novamente relembra o Eclesiastes e Jó:

Procedi bem para com os homens e deuses, mortos e vivos. Por que a doença e a miséria caíram sobre mim? Não posso dominar a discórdia em meu país, nem as dissensões em minha família; os escândalos me perturbam constantemente. A doença da cabeça e do corpo curvaram-me; com gritos de dor vejo meu fim chegar. No dia do deus da cidade, o dia da festa, sinto-me inválido; a morte está me agarrando e me mantém no chão. Em lamentações e gemidos eu velo dia e noite, eu exclamo: "Ó Deus, permite ao que é ímpio que ele veja a tua luz."[80]

Diodoro — não sabemos com que base — pinta o rei gastando seus dias em regalos femininos e toda sorte de prazeres; e atribui-lhe este atrevido epitáfio:

Sabedor de que és um ser mortal
Ergue o coração e deleita-te em festas:
Depois da morte cessam teus prazeres. Assim eu,
Que poderoso governei, nada mais sou
Senão pó. Todavia é meu o que me deu alegria na
Vida — o que comi, minha luxúria,
Meus deleites de amor. Tudo mais que
Os homens consideram felicidade fica para trás.[81]

Talvez não haja incoerência entre estas palavras e os textos antes reproduzidos; eles se completam.

Não sabemos como veio a morrer Assurbanipal; a história dramatizada por Byron — de que ele pôs fogo ao palácio e morreu nas chamas — repousa na autoridade de Ctésias,[82] o amigo dos prodígios, e pode ser pura lenda. De qualquer modo, sua morte foi um símbolo e um presságio; breve a Assíria também morreria, em virtude de causas em que Assurbanipal tivera parte. Porque a vitalidade econômica da Assíria vinha sobretudo do exterior; estava na dependência da ferocidade das conquistas; a qualquer momento poderia terminar com a derrota. Aos poucos as qualidades físicas e morais que haviam tornado invencíveis os exércitos assírios foram se enfraquecendo pelo próprio efeito das vitórias; custavam elas os mais valentes, e para a propagação da raça em casa ficavam os menos fortes. Esse processo disgenésico foi minando a superioridade biológica que elevara a Assíria ao poder. A extensão de suas conquistas enfraqueceu-a; não só a obrigou a despovoar os campos para alimentar o insaciável Marte, como trouxe para suas terras milhares de cativos, elementos inferiores que se reproduziam com a fecundidade dos pobres, destruíam a unidade nacional do sangue e do caráter, tornando-se forças desintegradora e hostil. Mais e mais o exército se enchia de homens de outras terras, enquanto os bárbaros atormentavam as fronteiras e exauriam o país empenhado na defesa sem fim desses limites não naturais.

Assurbanipal morreu em 626 a. C. Quatorze anos depois um exército babilônico, sob Nabopolassar, uniu-se ao exército meda de Ciaxares e a uma horda de citas do Cáucaso, apossando-se com extraordinária facilidade das cidadelas do norte. Nínive foi arrasada com a mesma fúria com que seus reis arrasaram Susa e Babilônia; o fogo a devorou, a população foi massacrada ou escravizada, e o palácio recentemente construído por Assurbanipal acabou saqueado e destruído. Num sopro a Assíria viu-se alijada da História. Nada restou dela além de algumas táticas e armas de guerra, da coluna capitelada semijônica e dos métodos de administração que passaram para a Pér-

sia, Macedônia e Roma. Durante algum tempo o Oriente Próximo guardou a memória da implacável unificadora de uma dúzia de Estados menores; e os judeus marcaram Nínive como a "cidade sangrenta, cheia de mentiras e ladroeiras".[83] Dentro em pouco tudo foi esquecido e todos os palácios reais abateram-se em ruínas sobre a areia. Duzentos anos depois da queda de Nínive, os 10.000 de Xenofonte marcharam sobre os montículos de escombros que haviam sido a orgulhosa metrópole de metade do mundo. Nem uma só pedra à mostra, de todos os templos com que os piedosos guerreiros da Assíria procuraram embelezar a grande cidade. O próprio Assur, o deus eterno, estava morto.

CAPÍTULO XI

Um Mosaico de Nações

I. OS POVOS INDO-EUROPEUS

Cenário étnico — Mitanianos — Hititas — Armênios — Citas — Frígios — A Mãe Divina — Lídios — Creso — Cunhagem da moeda — Creso, Sólon e Ciro

PARA quem de longe via o Oriente Próximo no tempo de Nabucodonosor, essa região devia parecer um oceano em que formigueiros de criaturas se agitavam em tumulto, escravizando e sendo escravizadas, formando e desfazendo grupos, comendo e sendo comidas, matando e sendo mortas, numa corrente ininterrupta. Atrás e ao redor dos grandes impérios — Egito, Babilônia, Assíria e Pérsia — enxameavam inúmeras tribos seminômades — cimérios, cilicianos, capadócios, bitinianos, ashkanianos, misianos, meonianos, carianos, licianos, panfilianos, psidianos, licanianos, filisteus, amoritas, canaanitas, amonitas, edomitas, moabitas, e uma centena de outros povos, cada qual se julgando o centro do universo. Através da história do Oriente Próximo esses nômades se revelaram um perigo para os reinos estáveis por eles circundados; periodicamente as secas os arrojavam sobre as regiões mais prósperas, obrigando-as a uma incessante vigilância guerreira.[1] Geralmente a tribo nômade sobrevivia ao reino estabelecido e no fim acabava por destruí-lo. O mundo está pontilhado de áreas em que já floresceram civilizações e onde hoje os nômades acampam.

Nesse mar étnico certos Estados menores se formaram e deram a sua contribuição para a herança da humanidade. Os mitanianos nos interessam menos como antagonistas dos egípcios no Oriente Próximo do que como um dos primeiros grupos de indo-europeus que descobrimos na Ásia e como adoradores de deuses — Mitra, Indra e Varuna — cuja passagem para a Pérsia e Índia nos ajuda e traçar os movimentos da que foi certa vez tão convenientemente chamada a raça ariana. (A palavra "ariano" aparece pela primeira vez entre os harris, uma das tribos de Mitani. Era aplicada geralmente aos povos que viviam perto do Mar Cáspio. Hoje ela é aplicada especialmente aos mitanianos, hititas, medos, persas e hindus védicos, isto é, somente ao ramo *oriental* dos povos indo-europeus, cujo ramo ocidental povoou a Europa.[2])

Os hititas formavam entre os mais poderosos e civilizados grupos indo-europeus. Evidentemente tinham vindo pelo Bósforo, pelo Helesponto, o Egeu ou o Cáucaso, e se haviam estabelecido, como casta militar dirigente, entre os agricultores dessa montanhosa península ao sul do Mar Negro, que conhecemos como Ásia Menor. Por volta de 1800 a.C. vamos encontrá-los perto das origens do Tigre e do Eufrates, de onde espalharam suas armas e influência pela Síria e chegaram a assustar o Egito. Notamos como Ramsés II se viu forçado a negociar com eles a paz e a reconhecer o rei hitita como seu igual. Em Boghaz Keui (leste do rio Halis. Próximo fica Angora, capital da Turquia, oriunda da velha Ancira, capital da Frígia. Os turcos, aos quais consideramos "terríveis", acentuam com orgulho a antigüidade de sua capital e lamentam a dominação da Europa por bárbaros infiéis; cada ponto da terra é o centro do universo) erigiram a capital e concentraram a sua civilização: primeiro no ferro que mineravam nas montanhas fronteiriças da Armênia, depois num código de leis que muito influenciou o de Hamurabi, e por fim no rude senso estético que os levou a esculpir enormes figuras na rocha viva. (Oppe-

nheim desenterrou em Tell Halaf diversas relíquias da arte hitita, que conservou em seu próprio museu, em Berlim. Muitas vêm de 1200 a.C. e algumas supõe ele virem do quarto milênio a.C. A coleção inclui um grupo de leões rudemente esculpidos, um touro de pedra negra e figuras da trindade dos deuses hititas — o deus-sol o deus-água, e Hepat, a Ishtar hitita. A mais impressionante é uma grosseira esfinge em cuja parte anterior há um vaso de pedra para as oferendas.) A linguagem desse povo, recentemente decifrada por Hronzný, revela fortes afinidades indo-européias; as flexões assemelham-se às do grego e latim, e algumas das palavras são visivelmente aparentadas do inglês (*vadar, water; ezza, eat; uga, I* [latim *ego*]; *tug, thee· vesh, we; mu, me; kuish, who* [latim *quis*]; *quit, what* [latim *quid*], etc.[3]) Os hititas usavam a escrita pictográfica, feita à sua maneira — uma linha da esquerda para a direita e a seguinte em sentido contrário. Tomaram da Babilônia o cuneiforme, ensinaram aos cretenses o uso da tabuinha de argila e racialmente parece terem-se misturado com os velhos hebreus, dos quais adquiriram o nariz aquilino — de modo que esta feição dos judeus deve ser considerada perfeitamente "ariana".[4] Algumas das tabuinhas restantes são vocabulários com os equivalentes em língua sumeriana, babilônica e hitita; outras são atos administrativos reveladores de um Estado fortemente militar e monárquico; outras contêm 200 trechos do código de leis e uma lista reguladora de preços.[5] Os hititas desapareceram da História tão misteriosamente como entraram; uma após outra, suas capitais decaíram; talvez o ferro se tornasse igualmente acessível aos seus competidores. A última dessas capitais, Carchemish, caiu nas mãos dos assírios em 717 a.C.

Ao norte da Assíria ficava uma nação comparativamente estável, conhecida dos assírios como Urartu e dos judeus como Ararat — e mais tarde como Armênia. Por muitos séculos os armênios mantiveram a sua independência, costumes e artes. Sob o grande rei Argisti II (708 a.C.) enriqueceram com o ferro que vendiam à Ásia e à Grécia; chegaram a alto nível de prosperidade, conforto, cultura e hábitos; construíram grandes monumentos de pedra e produziram excelentes vasos e estatuetas. Essa riqueza desapareceu com as guerras ofensivas e defensivas a que foram obrigados pela Assíria; por fim caíram sob a dominação de Ciro, rei da Pérsia.

Mais ao norte ainda, nas praias do Mar Negro, aparece uma horda de guerreiros semimongóis, semi-europeus; os ferozes citas, gigantes barbados que viviam em carretas, mantinham as mulheres na reclusão do *purdah*,[6] montavam em pêlo cavalos selvagens, bebiam o sangue dos inimigos e usavam o couro cabeludo humano como guardanapo.[7] Os citas invadiram o Oriente Próximo (630-610 a.C.), enfraqueceram a Assíria com repetidas incursões, destruíram o que puderam, avançaram até as cidades egípcias do Delta do Nilo e foram subitamente dizimados por misteriosa moléstia; por fim os medos tangeram-nos para os pagos de origem.[8] (Hipócrates nos conta que "suas mulheres, enquanto virgens, andavam a cavalo, atiravam de arco, manejavam o dardo e lutavam nas batalhas. Não se desfaziam da virgindade antes de haverem matado três inimigos. (...) Mas, depois que tomavam esposo, abandonavam as atividades guerreiras, a menos que fossem obrigadas a tomar parte numa expedição geral. Não tinham o seio direito; em pequenas as mães aqueciam ao rubro um instrumento de bronze, feito para aquele fim, e cauterizavam-lhes o seio direito, de modo a deter-lhe o crescimento e fazer que toda a sua força se passasse para o ombro e braço direitos."[9] Isto nos dá a visão dos hiatos da História.

Lá para o fim do século IX a.C. um novo poder levantou-se na Ásia Menor, herdeiro remanescente da civilização hitita e apto a servir de ponte entre a cultura lídia e grega. A lenda com que os frígios procuravam explicar suas origens é a lenda simbólica do começo de todas as nações. Seu primeiro rei, Górdios, fora um simples pastor, dono de apenas uma junta de bois; o imediato, seu filho Midas, foi um perdulário que enfraqueceu a nação com tal extravagância que a posteridade o recórda numa lenda universalmente conhecida. Midas pediu aos deuses que tudo quanto ele tocasse imediatamente se transformasse em ouro; e, obtida a concessão, esteve à beira

da morte pela fome, porque todos os alimentos que levava à boca se transformavam em ouro. Sua salvação só foi possível graças a um banho no rio Pactolo — que passou daí por diante a simbolizar o caudal do ouro.

O oráculo de Zeus mandara que os frígios escolhessem como rei o primeiro homem que entrasse de carro no templo; daí a escolha de Górdios. O novo rei dedicou seu carro ao deus. Outro oráculo vaticinou o domínio da Ásia pelo homem que desatasse o nó que prendia esse carro à estaca. Alexandre, diz a História, cortou esse nó com um golpe de espada.

Os frígios mudaram-se para a Europa, construíram uma capital em Ancira e por algum tempo disputaram com a Assíria e o Egito a dominação do Oriente Próximo. Adotaram uma deusa-mãe nativa de nome Ma, que batizaram de Cibele, nome da montanha (Kybele) de onde provinha a deusa, e adoraram-na como o grande espírito da terra inculta, personificação das energias reprodutoras da natureza. Dos aborígines tomaram o costume de servir à deusa com a prostituição sagrada, e admitiram em sua mítica a história de como Cibele se apaixonou pelo jovem deus Átis. (Átis nasceu milagrosamente de Nana, deusa-virgem, que o concebeu colocando uma romã entre os seios.)[10] Cibele, apaixonada pelo jovem, levou Átis a emascular-se em sua honra; por isso os sacerdotes da Grande Mãe lhe sacrificavam a virilidade por ocasião da entrada no serviço dos templos.[11] Essas lendas bárbaras fascinaram a imaginação dos gregos e radicaram-se em sua mitologia e literatura. Os romanos adotaram Cibele oficialmente e alguns dos ritos orgíacos dos carnavais romanos derivaram dos bárbaros rituais com que anualmente os frígios celebravam a morte e a ressurreição do formoso Ápis.[12]

A ascendência da Frígia sobre a Ásia Menor terminou com o surgimento do reino da Lídia. O rei Giges estabeleceu sua capital em Sárdis; Alyattes, num longo reinado de 49 anos, elevou a nação a grande altura; Creso (570-546 a.C.) herdou a prosperidade, expandiu o reino com as conquistas até abarcar quase toda a Ásia Menor — e depois caiu na luta contra os persas. Por meio de hábil suborno dos políticos locais, Creso submeteu os pequenos Estados vizinhos da Lídia e, através de piedosas hecatombes sem precedentes em honra dos deuses locais, persuadiu aqueles povos de que ele era o bem-amado de seus deuses. Creso distinguiu-se sobretudo pela cunhagem de moedas de ouro e prata de admirável desenho e com valor garantido pelo Estado; e embora esse não fosse o início da cunhagem oficial da moeda, como por muito tempo os historiadores supuseram, o seu ato exerceu forte influência no comércio do Mediterrâneo. (Os arqueólogos encontraram em Mohenjo-daro, na Índia, moedas cunhadas por volta de 2900 a.C.; e também vimos que Senaquerib cunhava meio *shekel* já em 700 a.C.) Os homens já de longe vinham usando vários metais como padrões de valor econômico, mas mediam esse valor na balança, em cada transação. Não foi, pois, pequena vantagem a substituição desse incômodo processo por uma moeda nacional de valor estabelecido e garantido — fato que favoreceu tremendamente o surgimento das civilizações imediatas.

Da literatura lídia nada nos ficou; como não nos chegou sequer uma pequena amostra dos preciosos vasos de ouro e prata por Creso oferecidos aos deuses conquistados. Os vasos descobertos nos túmulos lídios e hoje no Louvre mostram como a influência artística da Babilônia e do Egito estava na Lídia de Creso, cedendo o passo à influência grega; a delicadeza da lavra artística compete com a fidelidade ao natural.

Quando Heródoto visitou essa nação notou que praticamente não havia distinção entre os costumes lídios e gregos; a diferença observada foi no modo como as lídias do povo juntavam o dote necessário ao casamento — pela prostituição.[13]

Conta Heródoto como Creso mostrou suas riquezas a Sólon e depois lhe perguntou a quem considerava o homem mais feliz do mundo. Sólon recusou-se a considerar Creso feliz, pois não sabia dizer que infortúnios lhe estavam reservados no futuro. O rei da Lídia recebeu as palavras do grande legislador como as de um tolo e voltou-se à sua conspiração contra a Pérsia, até que um dia viu os exércitos de Ciro às portas da sua capital. Os persas dominaram a situação graças à maior resistência dos seus camelos, contra os quais a cavalaria de Creso não podia lutar. As tropas lídias debandaram e o rei persa ocupou Sárdis. Conta a lenda que o rei lídio preparou uma grande pira funerária e a ela subiu com a esposa e os filhos e os mais nobres sobreviventes, ordenando aos seus eunucos que a acendessem. Nos últimos momentos lembrou-se das palavras de Sólon; lamentou-se da própria cegueira e exprobrou os deuses por pagarem as muitas hecatombes que lhes havia oferecido com aquele triste fim. Diz Heródoto[14] que Ciro se apiedou da real tragédia e mandando apagar o fogo levou Creso para a Pérsia, fazendo dele um de seus melhores conselheiros.

II. OS POVOS SEMITAS

Antigüidade dos árabes — Fenícios — Seu comércio — Circunavegação da África — Colônias — Tiro e Sídon — Deidades — O alfabeto — Síria — Astarte — Morte e ressurreição de Adônis — Sacrifício de crianças

Se tentarmos clarear a confusão de línguas do Oriente Próximo por meio de distinção dos povos do norte como os mais indo-europeus, e os do centro e sul como os semitas, não devemos perder de vista que na realidade nunca houve as claras separações que tanto acentuamos. O Oriente Próximo estava dividido pelas montanhas e desertos em localidades naturalmente isoladas e portanto com línguas e tradições próprias; mas não só o comércio tendia a assimilar as línguas, costumes e artes ao longo das suas principais rotas (por exemplo, ao longo dos grandes rios, de Nínive e Carchemish até o Golfo Pérsico), como também as migrações e deportações de vastas massas humanas misturavam os troncos raciais, fazendo que certa homogeneidade de cultura acompanhasse a heterogeneização do sangue. Quando nos referimos a "indo-europeu", portanto, queremos apenas dizer *predominantemente* indo-europeu; igualmente, quando usamos o termo "semita" queremos dizer *predominantemente* semita; nenhuma raça era pura, nenhuma cultura era isenta da influência das culturas vizinhas ou inimigas. Vamos visualizar a vasta área como cenário de diversificação étnica e de fluxos, na qual ora os indo-europeus, ora os semitas, dominaram por algum tempo, apenas para se impregnarem do caráter peculiar ao todo. Hamurabi e Dario I separavam-se por diferenças de sangue e religião, e por tantos séculos quantos os que nos distanciam de Cristo; não obstante, quando examinamos a ação desses dois grandes reis percebemos-lhes as profundas afinidades.

A fonte originária dos semitas foi a Arábia. Dessa árida região onde o homem natural, o "homem-planta", cresce tão vigorosamente, procederam, numa série de mi-

grações, ondas e ondas de homens estóicos que já não cabiam nos oásis dos desertos e se animavam a conquistar uma sombra ao sol. Os que ficaram deram origem à civilização da Arábia e ao beduíno: a família patriarcal, a severa moralidade da obediência, o fatalismo determinado pela dureza do ambiente e a coragem de matar até as próprias filhas em oferendas aos deuses. Apesar disso, não tomaram muito a peito a religião antes do advento de Maomé, e desprezavam as artes e comodidades da vida como efeminamentos degeneradores dos homens. Por algum tempo controlaram o comércio com o Oriente distante: seus portos em Canneh e Aden amontoavam-se com as riquezas da Índia, e suas pacientes caravanas levavam essas preciosidades à Fenícia e à Babilônia. No interior da península construíram cidades, palácios e templos, mas para lá não atraíram estrangeiros; por milhares de anos viveram a sua vida, e conservaram os seus costumes, seguiram suas próprias idéias; ainda hoje são os mesmos que eram no tempo de Quéops e Gudea; assistiram ao surgimento e queda de uma centena de reinos em derredor; e as terras ainda são suas e sempre ciosamente guardadas contra os pés e os olhos dos estrangeiros.

E quem eram aqueles fenícios tão falados nesta história, cujas naus singravam todos os mares e cujos mercadores apareciam em todos os portos? A História sempre tonteia diante da questão das origens e neste caso tem de confessar completa ignorância sobre os começos deste povo ubíquo e escorregadio.[15] Não sabemos de onde veio, nem quando; não temos certeza se era semita. (Autran admite que eram um ramo da civilização de Creta.)[16] E quanto à data da sua vinda para as costas do Mediterrâneo nada temos a opor ao que pretendiam os eruditos de Tiro, que disseram a Heródoto que seus avós tinham vindo do Golfo Pérsico e fundado aquela cidade numa época que nos parece ser o século XXVIII a.C.[17] O próprio nome desse povo é problemático: a palavra grega *phoinix* significa a tintura vermelha que os mercadores de Tiro vendiam, extraída de uma palmeira abundante na costa fenícia. Esta costa, estreita (100 milhas de comprimento por apenas 10 de largura), entre a Síria e o mar, constituía quase toda a Fenícia; este povo nunca achou que valesse a pena estabelecer-se nos montes do Líbano, ou do outro lado deles; contentava-se que essa alta barreira o protegesse contra as nações belicosas cujas mercadorias ele transportava para todos os portos.

As montanhas do Líbano forçaram os fenícios a se expandirem no mar. Da Sexta Dinastia Egípcia em diante tornaram-se eles os mais afamados comerciantes do mundo antigo; e quando se libertaram do Egito (1200 a.C.) fizeram-se os donos do Mediterrâneo. Manufaturavam vários objetos de vidro e metal, vasos esmaltados, armas, ornamentos e jóias; tinham o monopólio da tinta púrpura extraída de um molusco muito abundante em suas praias;[18] e as mulheres de Tiro eram famosas pelas lindas cores com que realçavam os trabalhos de agulha. Esses produtos, e outros importados da Índia e do Oriente Próximo, eles os levavam a todas as cidades do Mediterrâneo, trazendo de retorno o chumbo, o ouro e o ferro da costa do Mar Negro, o cobre, o trigo e a madeira de Chipre (o cobre e o cipreste tomaram o nome dessa ilha — Cyprus), o marfim da África, a prata da Espanha, o estanho da Bretanha, e escravos de toda a parte. Eram habilíssimos comerciantes; persuadiam os nativos da Espanha a dar-lhes por uma partida de óleo uma tal quantidade de prata que os porões das naus não a podiam conter — e os astuciosos mascates substituíam as âncoras de ferro ou pedra dos navios por equivalentes de prata.[19] Não satisfeitos com isso, escravizavam os nativos e os faziam trabalhar nas minas em troca do sustento. (Gibbon: "A Espanha, por

uma singular fatalidade, foi o Peru e o México do Velho Mundo. A descoberta dessa região pelos fenícios e a opressão dos pobres nativos, que eram compelidos a trabalhar em suas próprias minas em proveito de estranhos, correspondem à mesma coisa que sucedeu na história das conquistas da Espanha na América."[20] Como era costume antigo, os fenícios não estabeleciam qualquer distinção entre comércio e traição, entre comércio e pilhagem; roubavam os fracos, enganavam os estúpidos e só se mostravam honestos com os iguais. Às vezes apresavam navios em alto-mar, confiscando o carregamento e escravizando a tripulação; às vezes convidavam os ingênuos nativos a visitarem a Fenícia em seus navios e os negociavam durante a viagem como escravos.[21] Muito contribuíram para dar má reputação aos semitas, especialmente entre os primitivos gregos — que aliás faziam a mesma coisa. (Os gregos, que por 500 anos haviam sido piratas, davam o nome de "fenícios" aos praticantes de piratarias.)[22]

Um novo desenho foi adotado para as estreitas e rasas galeras dos fenícios, algumas com 20 metros de comprimento; em vez de proa curva para dentro, ao estilo egípcio, passaram a ter a curva para fora e com corte, para melhor romperem o vento e a água — ou as naves inimigas. Uma grande vela em retângulo, num mastro fixo na quilha, ajudava o esforço dos remadores escravos. No convés, acima dos remadores, ficava a guarnição de defesa. Essas frágeis embarcações, com calado de apenas metro e meio e destituídas de bússola, conservavam-se cautelosamente costeiras e por muito tempo não ousaram viajar de noite. Gradualmente a arte da navegação se desenvolveu a ponto de os pilotos fenícios, guiados pela Estrela do Norte (ou a Estrela Fenícia, como diziam os gregos), se aventurarem nos oceanos, e por fim circunavegarem a África, "descobrindo" o cabo da Boa Esperança dois mil anos antes de Vasco da Gama. "Quando vinha o outono", disse Heródoto, "eles desciam em terra, semeavam os campos e esperavam a colheita; depois de realizá-la, lançavam-se de novo ao mar. Após dois anos assim passados, e havendo dobrado as colunas de Hércules (Gibraltar), chegaram ao Egito."[23] Que aventura!

Nos pontos estratégicos do Mediterrâneo os fenícios estabeleceram guarnições que com o tempo deram origem a populosas colônias ou cidades: em Cádiz, Cartago, Marselha, Malta, Sicília, Sardenha e Córsega, e mesmo na distante Inglaterra. Ocuparam Chipre, Melos e Rodes.[24] Tomaram as ciências e artes do Egito, de Creta e do Oriente Próximo e levaram-nas à Grécia, à África, à Itália e à Espanha. Ligaram o Oriente ao Ocidente numa rede cultural — e começaram a libertar a Europa do barbarismo.

Nutridas por esse comércio e habilmente governadas por uma aristocracia muito esperta para gastar seu dinheiro em guerras, as cidades da Fenícia ergueram-se ao nível das mais ricas e poderosas do mundo. Biblos tinha-se na conta da mais velha de todas; fora mudada pelo deus El no começo dos tempos, e até o fim permaneceu a capital da Fenícia. Pelo fato de ser o papiro um dos seus principais artigos de tráfico, os gregos tomaram o nome dessa cidade como sinônimo de livro — *biblos* — e daí saiu o nome do livro sagrado dos cristãos — a Bíblia.

Cinqüenta milhas ao sul, também na costa, erguia-se Sion, originariamente um forte que se fez aldeia e cidade e por fim metrópole; dali saíram os melhores navios de Xerxes; e quando mais tarde os persas a sitiaram, os seus chefes deliberadamente a incendiaram, com perda de 40.000 habitantes.[25] Foi reconstruída mais tarde; e quando Alexandre apareceu, muitos dos seus mercadores mais ativos acompanharam o exército macedônio até a Índia, "para negócios".[26]

A maior das cidades fenícias era Tiro, isto é, a Pedra, construída numa ilha a poucos quilômetros da costa. Também começou fortaleza; mas o seu esplêndido porto e a posição estratégica cedo a tornaram a metrópole comercial da Fenícia — um ajuntamento cosmopolita de comerciantes e escravos de todas as partes do Mediterrâneo. Já no século IX a.C. Tiro se apresentava bastante desenvolvida, no reinado de Hirã, o amigo de Salomão; e no tempo de Zacarias (520 a.C.) "amontoara prata como lixo e ouro como a lama das ruas".[27] "As casas", diz Estrabão, "tinham muitos andares, mais que as de Roma."[28] A riqueza e a coragem dos tirenses conseguiram conservá-los independentes até a vinda de Alexandre, o qual viu em Tiro um desafio à sua onipotência e a conquistou por meio do aterro que transformou a ilha em península. E a criação da cidade de Alexandria veio completar a sua ruína.

Como todas as nações que sentem a complexidade dos fluxos cósmicos e a variedade das necessidades humanas, a Fenícia tinha muitos deuses. Cada cidade apresentava o seu Baal (Senhor), ou deus-cidade, que era tido como o tronco de onde saíram os reis e a fonte da fertilidade do solo; o trigo, o vinho, os figos, o linho eram produtos do sagrado Baal. O Baal de Tiro trazia o nome de Melcart; e como Hércules, a quem os gregos o comparavam, era o deus da força, com façanhas precursoras das do barão de Münchausen. Astarte correspondia a Ishtar; em certos pontos merecia a honra de ser adorada como a deusa da castidade e em outros como a deusa do amor físico — forma que deu aos gregos a sua Afrodite. Assim como Ishtar-Milita recebia em sacrifício a virgindade das moças da Babilônia, assim as mulheres que honravam Astarte em Biblos tinham de lhe sacrificar os cabelos, ou entregar-se a qualquer estranho que as solicitasse nos templos. E como Ishtar amou Tammuz, assim também Astarte amou Adônis (Senhor), cuja morte pelas presas de um javali era anualmente celebrada em Biblos; Adônis subia ao céu na presença dos fiéis.[29] E finalmente havia o deus Moloc (Rei), o terrível monstro a quem os fenícios sacrificavam crianças; em Cartago, durante o assédio de 307 a.C., duzentos meninos das melhores famílias foram queimados vivos no altar desta crudelíssima divindade.[30]

Não obstante, os fenícios mereceram grande consideração na galeria das nações civilizadas, porque muito provavelmente foram seus mercadores que espalharam pelo mundo o alfabeto egípcio. Não foi a literatura que deu unidade aos povos mediterrâneos, mas o comércio — e nada ilustra melhor as relações dessa atividade com a cultura. Não sabemos se foram os fenícios que levaram o alfabeto à Grécia, embora a tradição grega o afirme;[31] é possível que de Creta o alfabeto entrasse tanto na Fenícia como na Grécia.[32] Também é provável que com os papiros que compravam ao Egito os fenícios lhes tomassem o alfabeto. Por volta de 1100 a.C. encontramo-los no comércio do papiro do Egito;[33] para uma nação de negociantes o uso desse material representava uma melhoria imensa sobre o sistema das tabuinhas de argila, e o alfabeto egípcio significava um grande progresso em relação ao sistema silabário da Mesopotâmia. Hirã, rei do Tiro, dedicou a um dos seus deuses uma taça de bronze gravada com inscrição alfabética;[34] em 840 a.C. o rei Mesha, de Moab, anunciou a sua glória (numa pedra hoje no Louvre) em dialeto semita, traçado da esquerda para a direita, em letras do alfabeto fenício. Os gregos mudaram a forma de algumas letras pelo fato de escreverem em sentido contrário; mas na essência o alfabeto grego era o fenício — e depois o passaram para toda a Europa. A parte mais preciosa da nossa herança cultural é constituída desses estranhos sinais simbólicos.

Os mais velhos exemplos da escrita alfabética, entretanto, aparecem em Sinai. Em Serabit-el-Khandim, pequena aldeola no ponto onde os antigos egípcios mineravam turquezas, William Flinders Petrie encontrou inscrições numa língua estranha, datando talvez de 2500 a. C. Embora jamais decifradas, não são escritas em hieróglifos, nem em cuneiforme silabário, mas

num alfabeto.[35] Em Zapouna, ao sul da Síria, arqueólogos franceses desenterraram uma biblioteca de tabuinhas de argila, algumas hieroglíficas, outras alfabéticas. Como Zapouna parece ter sido arrasada em 1200 a.C., essas tabuinhas remontarão ao século XIII a.C. e nos sugerem como já era velha a civilização nesses séculos em que a nossa ignorância localiza os seus começos.

A Síria ficava atrás da Fenícia, no colo do Líbano, e reunia suas tribos sob o governo da capital que ainda hoje se tem como a mais velha cidade do mundo. Por uns tempos os reis de Damasco dominaram 12 pequenos Estados vizinhos e com sucesso resistiram aos ataques da Assíria. Seus habitantes eram mercadores semitas enriquecidos no tráfico das caravanas. Era uma cidade de artífices e escravos, com pedreiros reunidos em grandes uniões; uma inscrição refere-se a uma greve de pedreiros na Magnésia; através dos séculos sentimos o esforço e a operosidade de uma velha cidade síria.[37] Esses operários primavam na cerâmica, no entalhe do marfim e da madeira, na lapidação de gemas, em tecidos de cores alegres.[38]

As modas, as maneiras e a moral de Damasco equivaliam às da Babilônia, que era a Paris e a *arbiter elegantiarum* do Oriente Próximo. A prostituição religiosa florescia, porque também lá a fertilidade do solo simbolizava-se numa Deusa Mãe, cujo comércio sexual com seu amante era a força propulsora de todos os processos de reprodução da natureza; e o sacrifício da virgindade nos templos não constituía apenas uma oferenda a Astarte, mas uma comunhão com a deusa no seu anual amplexo amoroso; o ato valia como sugestão à terra para desabrochar-se em novas vidas.[39]

À época do equinócio vernal celebrava-se em Hierápolis a festa de Astarte, igual à de Cibele na Frígia, com um fervor próximo da loucura. O rumor dos tambores e flautas misturava-se às lamentações das mulheres por ter Astarte matado Adônis; sacerdotes emasculados dançavam selvaticamente, e lanhavam-se com facas; por fim muitos homens, que ali estavam como espectadores, no auge da excitação arrancavam as roupas e também se emasculavam, para se colocarem a serviço da deusa. Depois, nas trevas da noite, os sacerdotes provocavam uma mística iluminação da cena; abriam o túmulo do jovem deus e triunfantemente anunciavam que Adônis, o Senhor, havia ressurgido. E, tocando os lábios dos adoradores com bálsamo, murmuravam-lhes a promessa de que também eles, um dia, iriam levantar-se dos túmulos.[40]

Não eram menos sanguissedentos do que Astarte os outros deuses da Síria. É bem verdade que os sacerdotes aceitavam uma divindade geral, abarcadora de todas as outras, chamada El ou Ilu, como o Eloim dos judeus; mas esta calma abstração não interessava às pessoas do povo, que davam tudo a Baal. Em regra identificavam esse deus-cidade com o sol, como identificavam Astarte com a lua; e nas grandes ocasiões ofereciam-lhe em oferenda sua própria prole, à maneira dos fenícios; os pais vinham à cerimônia festivamente vestidos, e os gritos das crianças queimadas no colo do deus eram abafados pelo ressoar dos tambores e trombetas. Normalmente, porém, um sacrifício menos bárbaro bastava; os sacerdotes laceravam-se entre si até que o altar se cobrisse de sangue; ou ofereciam o prepúcio das crianças como resgate de suas vidas; ou condescendiam em aceitar uma quantia em dinheiro para dá-la ao deus em lugar do prepúcio. De qualquer modo, entretanto, o deus tinha de ser apaziguado e satisfeito; porque os seus adoradores o construíram à imagem de si próprios, com a mesma ferocidade e o mesmo desrespeito pela vida humana.[41]

Semelhantes costumes, só variando no nome e nos detalhes, eram praticados pelas tribos semitas do sul da Síria, as quais encheram a terra com a sua confusão de línguas. Era proibido aos judeus "fazer seus filhos passar pelo fogo", mas ainda assim muitas vezes eles o faziam.[42] Abraão, com o quase sacrifício de Isaac, e Agamenon, sacrificando sua filha Ifigênia, exemplificam a força do velho rito propiciatório. Mesha, o rei de Moab, sacrificou na fogueira o filho mais velho a fim de salvar-se de um cerco; ouvidas e respondidas suas orações pelos deuses, ele massacrou 7.000 israelitas em sinal de gratidão.[43] Desde os tempos da Suméria até o dia em que Nabucodonosor conquistou Jerusalém, o vale ensopava-se periodicamente de sangue irmão, e vários deuses dos Exércitos se rejubilavam. Os moabitas, canaanitas, amoritas, edomitas, filisteus e arameanos pouco contribuíram para a herança cultural da humanidade. É verdade que os fecundos arameanos, espalhando-se por toda parte, fizeram da sua língua a *língua franca* do Oriente Próximo; e que a escrita alfabética, por eles tomada dos egípcios ou dos fenícios, substituiu o cuneiforme e o silabário da Mesopotâmia, primeiro como língua mercantil, depois como língua literária e por fim como a língua de Cristo, e o alfabeto dos árabes atuais.[44] Mas o tempo lhes preserva os nomes não só por força de suas realizações como pelo papel que representaram no palco da Palestina. Temos de estudar com mais minúcia do que aos seus vizinhos esses judeus geográfica e numericamente insignificantes, mas que deram ao mundo uma das mais altas literaturas, duas das religiões de maior influência e tantos homens de profundíssimo pensamento.

CAPÍTULO XII

Judéia

I. A TERRA PROMETIDA

Palestina — Clima — Pré-história — O povo de Abraão — Os judeus no Egito — O Êxodo — A conquista de Canaã

UM Buckle ou um Montesquieu, ansioso por interpretar a História em termos geográficos, muito se desapontaria com a Palestina.

Cento e cinqüenta milhas do Dan ao norte até Beersheba ao sul, e vinte e cinco a oitenta milhas dos filisteus ao oeste até os sírios, arameanos, amonitas, moabitas e edomitas a leste: quem esperaria que tão exíguo território desempenhasse tamanho papel na História ou deixasse atrás de si uma influência maior que a da Babilônia, da Assíria, da Pérsia, talvez mesmo maior que a do Egito e da Grécia? Mas foi a desgraça ou a sorte da Palestina que ela se situasse entre as capitais do Nilo e as do Tigre e do Eufrates. Esta circunstância trouxe à Judéia comércio e guerra; de tempos em tempos os atropelados judeus eram forçados a tomar partido na luta entre os impérios, a pagar tributos para não serem esmagados. Por trás da Bíblia, por trás dos lamentos dos salmitas e profetas e de seus apelos para o céu estava a perigosa situação dos judeus entre as garras do Egito e da Mesopotâmia

A história climática da terra nos diz que coisa precária é a civilização, e como os seus grandes inimigos — o barbarismo e a seca — estão sempre prontos para destruí-la. A Palestina já foi a "terra que fluía leite e mel", como está escrito em muitas passagens do Pentateuco.[1] Josefo, no primeiro século depois de Cristo, ainda fala da Palestina "como bastante úmida para a agricultura e muito bela. Havia abundância de árvores e os outonos bojavam de frutas silvestres e cultivadas. (...) As terras não são naturalmente banhadas por muitos rios, mas abastecem-se com as chuvas, que são abundantes".[2] Nos tempos antigos a água das chuvas era retida em cisternas e distribuída por uma rede de canais; foi essa a base física da civilização judaica. O solo assim irrigado produzia trigo e cevada; a vinha prosperava; as árvores carregavam de azeitonas, figos, tâmaras ou outras frutas. Quando a guerra sobrevinha e devastava esses campos artificialmente fertilizados, ou quando algum ato de conquista exilava para longe as famílias que cuidavam da terra, o deserto novamente os empolgava e em poucos anos desfazia o trabalho das gerações. Não podemos julgar da fecundidade da velha Palestina pelas áridas vastidões e pelos tímidos oásis que hoje defrontam os bravos judeus em seu retorno após dezoito séculos de exílio, dispersão e sofrimento.

A história é mais velha na Palestina do que supunha o bispo Ussher. Remanescentes do Neanderthal foram desenterrados próximos ao Mar da Galiléia, e cinco esqueletos desse período numa caverna perto de Haifa; parece provável que a cultura mousteriana, que floresceu há 40.000 anos na Europa, se tenha estendido até a Palestina. O material neolítico exumado em Jericó alcança a Idade Média do Bronze (2000-1600 a.C.), durante a qual as cidades da Palestina se achavam tão fortes que pensavam na conquista do Egito. No século XV a.C. Jericó

era uma murada, governada por monarcas que reconheciam a suserania do Egito; os túmulos desses reis, escavados pela expedição Garstang, continham centenas de vasos, oferendas funerárias e objetos indicando em Jericó uma vida de bom nível ao tempo da dominação dos hicsos, e uma bem desenvolvida civilização nos dias da Rainha Hatxepsu e Tutmés III.[3] As diferentes datas que atribuímos ao começo da história de diversos povos não passam de marcas da nossa ignorância. As cartas de Tell-el-Amarna trazem uma pintura geral da Palestina e da Síria quase até a entrada dos judeus no vale do Nilo. É provável, embora não haja certeza, que os "habirus" referidos nessas cartas fossem os hebreus.[4] (As descobertas aqui sumariadas confirmam os capítulos da Bíblia sobre as velhas tradições dos judeus. Cacos de cerâmica desenterrados em Tel Ad-Duweir, em 1935, trazem inscrições confirmadoras de parte das narrativas do *Livro dos Reis*.)[5]

Os judeus acreditavam que o povo de Abraão tinha vindo de Ur, na Suméria,[6] estabelecendo-se na Palestina mil anos ou mais antes de Moisés; e que a conquista dos canaanitas consistiu apenas na ocupação da terra prometida por Jeová. O Amrafael mencionado no Gênesis como "o rei de Shinar naqueles dias" era provavelmente Amarpal, pai de Hamurabi e seu predecessor no trono da Babilônia.[7] Não há nas fontes contemporâneas referências diretas ao Êxodo ou à conquista de Canaã;[8] a única é a que aparece numa estela erigida pelo faraó Merneftá (1225 a.C.):

> Os reis foram derribados, diz "Salam!" (...)
> Destruída está Teenu,
> A terra hitita, pacificada;
> Canaã, saqueada, (...)
> Israel está desolada, sem semente;
> A Palestina tornou-se uma viúva para o Egito,
> Todas as terras estão unidas, pacificadas;
> Todos os turbulentos, amarrados pelo Rei Merneftá.[9]

Isto não prova que Merneftá fosse o faraó do Êxodo, mas apenas que o exército egípcio tinha novamente devastado a Palestina. Não podemos dizer quando os judeus entraram no Egito, nem se para lá foram como imigrantes ou como escravos. (Talvez seguissem na pegada dos hicsos, cujo governo no Egito poderia dar-lhes proteção.[10] Petrie (*Egito e Israel*) aceita os cálculos da Bíblia de 430 anos de estada dos judeus no Egito; põe a chegada em 1650 a.C. e a partida por volta de 1220 a.C.[11]) Talvez fossem como imigrantes, em número reduzido;[12] talvez os muitos milheiros no tempo de Moisés já tivessem nascido lá; como sempre, "quanto mais os atormentavam mais eles se reproduziam".[13] A história do "cativeiro" no Egito e do emprego dos judeus nas construções públicas, a rebelião e a retirada para a Ásia apresentam sinais de verdade histórica, embora de mistura com as habituais interpolações sobrenaturais tão comuns no Oriente. Mesmo a história pessoal de Moisés não pode em princípio ser refutada; não deixa, entretanto, de ser estranhável que nenhuma menção haja sido feita por Amós ou Isaías, cujas prédicas parecem ter precedido de um século a composição do Pentateuco. (Manetho, historiador egípcio do século III a.C., citado por Josefo, diz que o Êxodo foi devido ao desejo dos egípcios de se protegerem de uma peste que atacara os judeus pobres e escravos, e que Moisés era um sacerdote egípcio que assistia aos "leprosos" judeus e lhes ensinava preceitos de higiene modelados nos do clero egípcio.[14] Os escritores gregos e romanos repetem esta explicação

do Êxodo;[15] mas as suas tendências anti-semíticas os tornam suspeitos. Um versículo da Bíblia dá apoio à interpretação de Ward, de que o Êxodo foi conseqüência de uma greve trabalhista: "E o rei do Egito lhes disse: Por que motivo Moisés e Aarão deixaram o povo largar do trabalho? Voltai para ele."[16]

Moisés é antes um nome egípcio do que judeu; talvez seja uma forma de *Ahmose*.[17] O prof. Garstang, da Expedição Marston, da Universidade de Liverpool, declara ter descoberto nos túmulos dos reis de Jericó provas de que Moisés foi salvo (precisamente em 1527 a.C.) pela princesa que mais tarde se tornou a grande Rainha Hatxepsu, a qual o criou na corte como um favorito; Moisés fugiu do Egito depois da ascensão de seu inimigo Tutmés III.[18] Esse professor crê que o material encontrado nos túmulos confirma a história da queda de Jericó em 1400 a.C. e a do Êxodo em 1447 a.C.[19] Como esta cronologia se baseia em precárias datas de escaravelhos e cerâmica, tem que ser recebida com respeitoso cepticismo.)

Quando Moisés levou os judeus ao monte Sinai, estava apenas seguindo um caminho aberto pelos egípcios mineradores de turquesas, mil anos antes. A narração dos 40 anos de peregrinação no deserto, que outrora nos parecia incrível, afigura-se-nos hoje razoável — já que se tratava de um povo nômade; e a conquista de Canaã foi mero caso de horda nômade assaltando comunidade estabelecida. Os conquistadores mataram a quantos puderam e misturaram-se com o resto. A matança, diz a Bíblia, era por ordem divina e causou prazer aos matadores;[20] Gedeão, na captura de duas cidades, destruiu 120.000 homens; só nos anais da Assíria encontramos chacinas semelhantes.[21] Moisés era um estadista, mas Josué não passava de um guerreiro brutal; Moisés governou sem sangue, inventando entrevistas com Deus, mas Josué governou de acordo com a lei da floresta — o que mata mais é o que sobrevive. E foi dessa maneira nada sentimental que os judeus se apossaram da Terra Prometida.

II. SALOMÃO EM PLENA GLÓRIA

Raça — Língua — Organização — Juízes e reis — Saul — Davi — Salomão — Sua riqueza — O Templo — Problema social em Israel

Sobre a origem racial dos judeus só podemos dizer que eles eram semitas muito semelhantes a todos os outros semitas da Ásia Ocidental; foi a sua história que os fez, não o contrário. Já no começo se compunham de uma mistura de vários troncos, porque só por um prodígio poderia uma raça "pura" ter subsistido em meio às mil correntes étnicas do Oriente Próximo. Mas os judeus eram os mais puros de todos, porque só com muita relutância casavam fora da tribo. Daí terem conservado o tipo com tão espantosa tenacidade; os hebreus prisioneiros que vemos nos entalhes egípcios e assírios lembram os mesmos judeus de hoje; o recurvo nariz hitita, as maçãs salientes, o cabelo crespo e a barba, embora não possamos ver na caricatura egípcia a rijeza do corpo, a sutileza e tenacidade do espírito que têm caracterizado os semitas desde os seguidores de Moisés até os beduínos de hoje. Nos primeiros tempos de conquista eles trajavam túnicas simples, chapéus em forma de turbante e sandálias; depois que seu padrão de vida melhorou passaram a usar calçado de couro e túnicas com cafetãs de franjas. As mulheres, tidas como as mais formosas da antigüidade, pintavam as faces

e os olhos, usavam o máximo de jóias possível e seguiam as modas da Babilônia, de Nínive, Damasco e Tiro.[22]

O idioma hebreu figura entre as mais majestosamente sonoras línguas da terra. A despeito dos guturais, revela-se pleno de música viril; Renan descreveu-o como "um carcaz cheio de flechas, uma trombeta de bronze atroando os ares".[23] Não diferia muito do idioma dos fenícios e moabitas, e o alfabeto aparentava-se como o fenício.[24] Acreditam alguns estudiosos que ele seja o alfabeto mais antigo que se conhece.[25] Eles não se davam ao trabalho de escrever as vogais, deixando-as entregues ao sentido; mesmo hoje as vogais hebraicas são simples pontos a enfeitarem as consoantes.

Os invasores nunca formaram uma nação unida; ficaram por longo tempo como doze tribos mais ou menos autônomas, organizadas e governadas patriarcalmente. Os mais idosos de cada grupo familial tomavam parte no conselho dos velhos — supremo tribunal da tribo — e cooperavam com os chefes das outras tribos nos casos de emergência. A família formava uma unidade econômica na cultura dos campos e no pastoreio; e era a fonte da força, da autoridade e do poder político. Um certo comunismo familial temperou a disciplina paterna e criou recordações de que os profetas tinham desconsolada saudade, nos dias de maior individualismo. Porque, quando, sob Salomão, a indústria veio para as cidades e fez do indivíduo a fonte econômica de produção, a força da família enfraqueceu, como o vemos hoje, e a ordem inerente à vida judaica decaiu.

Os "juízes" a quem ocasionalmente as tribos prestavam obediência não eram magistrados, mas chefes ou guerreiros — mesmo quando sacerdotes.[26] "Naqueles tempos não havia rei em Israel; cada homem fazia o que era direito diante de seus próprios olhos."[27] Esta incrível condição jeffersoniana teve de ceder diante das necessidades da guerra; a ameaça de dominação pelos filisteus levou as tribos a uma temporária unidade e persuadiu-as a tomar um rei de autoridade contínua. O profeta Samuel advertiu-as quanto às desvantagens do governo de único homem.

> E Samuel disse: Assim se portará o rei que há de reinar sobre nós; tomará vossos filhos e os porá em seus carros e entre os seus cavaleiros, e eles correrão adiante de seus carros; e os constituirá capitães de mil e capitães de cinqüenta, e lavradores dos seus campos, e segadores de suas messes e fabricantes das armas e dos seus carros. Tomará vossas filhas para perfumistas e cozinheiras e padeiras. Tomará o melhor dos vossos campos e das vossas vinhas, e dos vossos olivais, e o dará aos seus servos. Também tomará vossos servos e servas, e os vossos melhores mancebos, e os vossos jumentos, e os empregará em seu trabalho. Tomará ainda os vossos rebanhos e vós sereis seus servos. Naquele dia vós lamentareis por causa do vosso rei, que vós mesmos escolhestes; e Jeová não nos ouvirá naquele dia.
>
> Mas o povo não quis escutar a voz de Samuel e disse: Não; queremos ter um rei sobre nós para que sejamos também como todas as nações. O nosso rei nos julgará, marchará à nossa frente e pelejará nossas batalhas.[28]

O primeiro rei, Saul, deu-lhes boa instrução do bem e do mal da realeza: lutou bravamente nas batalhas, viveu com simplicidade em sua propriedade particular em Gileá, perseguiu com más intenções ao jovem Davi e acabou de cabeça cortada pelos filisteus. Aprenderam os judeus, desde muito cedo, que as guerras de sucessão constituem apanágio da monarquia. A não ser que a pequena epopéia de Saul, Jônatas e

Davi (como a bonita história de Sansão, que queimou as searas dos filisteus lançando nelas 300 raposas com tochas atadas à cauda, e que, à maneira de certos oradores, matou mil homens com uma queixada de jumento)[29] seja mera literatura (pois não existe referência a esses personagens fora da Bíblia), esse primeiro rei, depois de sangrento interlúdio, foi sucedido por Davi, o heróico matador de Golias, o terno amigo de Jônatas e de muitas raparigas, o seminu dançarino de danças selvagens,[30] o sedutor tocador de harpa, cantor de melodiosos cantos e hábil rei dos judeus durante quase meio século. Temos aqui, na primitiva literatura, um tipo humano perfeitamente desenhado, realístico no contraditório das suas violentas paixões; um homem implacável como a sua era, a sua tribo e o seu deus e, não obstante, capaz de perdão aos seus inimigos, a exemplo de César e Jesus; que chacinava os cativos em massa, como um rei assírio; que encarregava o seu filho Salomão de "não deixar que desça sem sangue à sepultura" a "cabeça branca" do velho Shimei, que o havia amaldiçoado muitos anos antes;[31] que trouxe a mulher de Urias para o seu harém e mandou esse homem para uma perigosa ação de guerra da qual não escaparia;[32] que aceitou humildemente a acusação de Natã, mas apesar disso conservou consigo Betsabá; que perdoou a Saul quase setenta vezes sete, apenas lhe tomando o escudo, quando podia tomar-lhe a vida; que poupou e sustentou Meppibosheth, um possível pretendente ao trono; que perdoou a seu ingrato filho Absalão, o rebelado, e amargamente lhe chorou a morte apesar da traição ("Ó meu filho Absalão, meu filho, meu filho, Absalão! Quisesse Deus que eu morresse em teu lugar, ó Absalão, meu filho, meu filho!")[33] Trata-se, pois, de um verdadeiro homem, incoerente, trazendo consigo todos os sinais do barbarismo e todas as promessas da civilização.

Ao subir ao trono, precavidamente Salomão matou todos os rivais existentes. Isso não ofendeu a Jeová, que, encantado com o moço, prometeu-lhe mais sabedoria do que tiveram ou teriam todos os homens antes ou depois dele.[34] Talvez Salomão mereça tal reputação (reputação de seu nome tirado da palavra *Shalom*, que significa "paz"), porque em sua vida não só combinou todos os prazeres da vida epicurista com o desempenho estóico de seus deveres de rei, como ainda ensinou ao povo o valor da ordem e da lei, e o atraiu da guerra e da discórdia para a indústria e a paz. ("Salomão escreveu três mil provérbios e o número de seus cânticos vai além de mil.")[35]

Viveu de acordo com seu nome e, durante seu longo reinado, Jerusalém, que Davi transforma em capital, aproveitou-se da circunstância e multiplicou as suas riquezas. Originalmente fora a cidade construída ao redor de um poço; depois se tornou fortaleza, graças à sua posição a cavaleiro da planície; e finalmente, embora não estivesse à margem de rota comercial, viu-se transformada num dos mais ativos mercados do Oriente Próximo. Mantendo as boas relações de Davi com Hirã, rei de Tiro, Salomão animou os mercadores fenícios a passarem com suas caravanas pela Palestina, e desenvolveu a troca de produtos agrícolas com artigos manufaturados de Tiro e Sídon. Construiu uma frota mercante para uso no Mar Vermelho e persuadiu Hirã a utilizar-se da nova rota marítima, em vez daquela pelo Egito, no comércio com a Arábia e a Africa.[36] Foi provavelmente na Arábia que Salomão minerou o ouro e as preciosas gemas de "Ofir";[37] e provavelmente foi de lá que veio a visitá-lo, e quiçá ajudá-lo,[38] a Rainha de Sabá. Somos informados de que o "peso do ouro que afluiu para Salomão num ano foi de 666 talentos de ouro";[39] e embora isto não se compare com as rendas da Babilônia, de Nínive ou de Tiro, serviu para erguer Salomão ao nível dos mais ricos potentados daquele tempo. (O valor do talento variou com o tempo; mas não exa-

geramos se o pusermos nos dias de Salomão com o valor correspondente a 10.000 dólares de hoje. É possível que o escritor hebraico falasse de um modo literário, e que não devamos tomar literalmente seus algarismos. A cunhagem, como algo diferente dos anéis ou lingotes de prata ou de ouro, só apareceu na Palestina por volta de 650 a.C.[40]

Parte dessa riqueza ele a usou pessoalmente. Um dos seus luxos consistia em colecionar concubinas — apesar de os historiadores reduzirem suas 700 esposas e 300 concubinas" a apenas 60 e 80.[41] Talvez com alguns desses casamentos quisesse fortalecer sua amizade com o Egito e a Fenícia; talvez, como Ramsés II, o animasse a paixão eugênica de transmitir em massa suas superiores qualidades. Mas a maior parte das rendas encaminhou-se para o fortalecimento do governo e o embelezamento da capital. Salomão reparou as cidadelas dos começos de Jerusalém; levantou fortalezas e para prevenir a revolta e a invasão dispôs guarnições nos pontos estratégicos do reino. Dividiu a nação em 12 distritos administrativos, que deliberadamente não respeitavam as divisões tribais; a idéia era acabar com o separatismo tribal, soldando tudo num povo só. Nisso falhou Salomão — e a Judéia com ele. Para financiar o governo, organizou a mineração de metais preciosos e a importação de artigos de luxo, como "marfim, macacos e pavões"[42], que eram vendidos por bom preço à crescente burguesia; impôs taxas sobre as caravanas em trânsito pela Palestina; criou um imposto de capitação sobre todos os seus súditos, exigiu contribuições de todos os distritos, exceto o seu, e reservou para o Estado o monopólio comercial dos fios, cavalos e carros.[43] Josefo assegura que Salomão "tornou tão abundante em Jerusalém a prata como as pedras das ruas".[44] E, finalmente, deliberou construir um novo templo e um novo palácio residencial.

Podemos ter idéia da turbulência de vida dos judeus pelo fato de até aquela data não existir nenhum templo em toda a Judéia, nem mesmo na capital; o povo sacrificava a Jeová nos santuários locais ou em rudes altares nas montanhas.[45] Salomão reuniu a gente mais importante e anunciou a sua idéia do templo; fê-la subscrever altas somas em ouro, prata, bronze, madeira e pedras preciosas de seus bazares, e sugeriu que o Templo receberia de bom grado a contribuição de todos os cidadãos. A crermos no cronista, Salomão arrecadou assim, no momento, cinco mil talentos de ouro, dez mil de prata e quanto ferro e bronze de que precisava; "e os que possuíam pedras preciosas deram-nas para a casa do Senhor".[46] O sítio escolhido foi uma colina; as paredes do Templo, como no Partenon, emergiam diretamente da rocha. (É provável que o local do Templo seja o que hoje está coberto pela Mesquita de El-haram-esh-sharif; mas não foram encontrados vestígios do Templo ali.)[47] O desenho era em estilo que os fenícios tinham importado do Egito, com idéias decorativas da Assíria e da Babilônia. O templo não era uma igreja, mas um recinto quadrangular composto de diversos edifícios. A estrutura central tinha proporções bem modestas — cerca de 36 metros de comprimento por 16 de largura e 15 de altura; metade do comprimento do Partenon, um quarto de comprimento da catedral de Chartres.[48] Os hebreus, que de toda a Judéia mandaram contribuições para o Templo e depois vinham para a adoração, desculpavelmente o consideravam uma das maravilhas do mundo; não conheciam os enormes templos de Tebas, da Babilônia e de Nínive. Diante da estrutura principal erguia-se um "pórtico" de 54 metros de altura, forrado de ouro. A crermos em nossa única autoridade, o ouro aparecia em toda parte; nas vigas do teto, nos postes, nas portas e paredes, nos candelabros, nos espevitadores, nos turíbulos e "em

cem bacias de ouro". Havia pedras preciosas incrustadas aqui e ali, e dois querubins dourados guardando a Arca da Aliança.[49] As paredes eram de grandes pedras quadradas; o teto, os postes e portas, de cedro entalhado e de oliveira. A maior parte do material fora trazido da Fenícia, e os operários especializados vieram de Sídon e Tiro.[50] Os obreiros comuns, Salomão os reuniu pelo impiedoso sistema da *corvée*, tão usado na época: montavam a 150.000.[51]

Sete anos durou a construção do templo que durante quatro séculos seria a senhorial habitação de Jeová. Depois disso os artistas e o povo trabalharam por mais treze anos na construção de um edifício maior — o palácio de Salomão e o harém. Só uma ala, "a casa da floresta do Líbano", era quatro vezes maior que o Templo.[52] As paredes do corpo principal erguiam-se de grandes blocos de pedra de quatro metros e meio de comprimento e eram ornamentadas de estátuas, relevos e pintura em estilo assírio. O palácio continha salões de recepção, apartamentos reais e outros para as esposas mais importantes, e ainda um arsenal. Nem uma só pedra se salvou à destruição do tempo — e nem sequer sabemos em que local se erguia.[53]

Depois de firmar o seu governo, Salomão dispôs-se a gozar a vida. Com o correr do tempo ia cada vez dando menos atenção aos ritos sagrados, e freqüentava muito mais o harém do que o Templo. Os cronistas bíblicos censuram-no amargamente pela sua longanimidade em construir altares para os deuses exóticos adorados por suas mulheres estrangeiras, e não perdoam a sua filosófica imparcialidade para com os deuses. O povo admirava-lhe a sabedoria, mas suspeitava da sua extrema centralização; o Templo e o palácio custaram muito ouro e sangue, e não gozavam de mais popularidade que as pirâmides no meio da plebe egípcia. O custeio de ambos requeria considerável taxação e o excesso da taxação não torna nenhum governo popular. Quando Salomão faleceu, Israel estava exausta, e um proletariado insatisfeito não encontrava trabalho constante. Os sofrimentos do povo iriam transformar o culto guerreiro de Jeová na quase socialista religião dos profetas.

III. O DEUS DAS HOSTES

Politeísmo — Jeová — Monoteísmo — Caráter da religião judaica — A idéia do pecado — Sacrifício da circuncisão — O sacerdócio — Os deuses estrangeiros

A construção do Templo foi a coisa mais importante na epopéia judaica depois da promulgação do "Livro da Lei". Não só deu casa a Jeová, como deu à Judéia um centro espiritual, um veículo de tradição, um fanal que nortearia seus filhos através de séculos de peregrinação na terra. E contribuiu para fazer a religião dos judeus evoluir de um politeísmo elementar a uma fé intensa e intolerante, mas apesar disso uma das mais criadoras da História.

Quando penetraram no palco da História, os judeus não passavam de beduínos nômades, medrosos dos demônios do ar, adoradores das pedras, dos carneiros, dos bois, dos espíritos das cavernas e montanhas.[54] O culto do boi e do carneiro era muito vivo; Moisés nunca pôde extirpar da sua gente a fé no Bezerro de Ouro, porque a adoração egípcia do touro ainda estava fresca em sua memória; por longo tempo Jeová foi simbolizado por esse herbívoro. Vemos no Êxodo como os judeus se compraziam em dan-

ças diante do Bezerro e como Moisés e os levitas — ou a classe sacerdotal — mataram a 300 deles, como punição pela idolatria. (Podem ser encontrados outros vestígios do culto animal entre os judeus no *I Livro dos Reis*, XII, 28, e em *Ezequiel*, VIII, 10. Acab, rei de Israel, adorou bezerros no século seguinte ao de Salomão.)[55] Da adoração da serpente existem inúmeros traços nos começos da história hebraica, desde as imagens de serpentes que encontramos nas ruínas mais recuadas,[56] até a serpente de bronze feita por Moisés e adorada no Templo até a época de Ezequiel (720 a.C.).[57] Como entre tantos outros povos, a serpente se lhes afigurava sagrada, parte como símbolo fálico da virilidade, parte como símbolo da sabedoria, da sutileza e da eternidade — ou, literalmente, pela faculdade de juntar cauda com cabeça.[58] Baal, simbolizado em pedras de forma cônica muito semelhante ao *linga* dos hindus, era venerado por muitos judeus como o princípio masculino da reprodução, o esposo da terra que ele fecundava.[59] Assim como o primitivo politeísmo sobreviveu na adoração dos anjos e santos, e no *teraphim,* ou ídolos portáteis que serviam de deuses caseiros,[60] assim também as noções mágicas, abundantes nos cultos primitivos, permaneceram até os últimos tempos, a despeito dos protestos dos sacerdotes. O povo parece ter olhado Moisés e Aarão como mágicos,[61] e fomentado a profissão de mágicos e feiticeiros. A adivinhação do futuro era obtida por meio de dados (*Urim e Thummim*) sacudidos numa caixa (*ephod*) — ritual também usado para conhecer a vontade dos deuses. Os sacerdotes opuseram-se a esta prática e pregaram a confiança exclusiva na mágica do sacrifício, da oração e das oferendas.

Lentamente a concepção de Jeová como o deus nacional tomou forma e deu à fé judaica a unidade e simplicidade que a elevaram acima do caótico mosaico dos panteões mesopotâmicos. Aparentemente os judeus, depois da conquista, tomaram um dos deuses de Canaã, Yahu, e o recriaram a sua própria imagem — severo, belicoso, rígido, com quase louváveis limitações. (Entre ruínas da Idade do Bronze (3000 a.C.) foram encontradas em Canaã, em 1931, peças de cerâmica com o nome de uma deidade canaanita, Yah ou Yahu.[62]) Porque esse deus não pretende ser onisciente: pede aos judeus para marcarem com sangue de cordeiro suas casas, a fim de que ele inadvertidamente não lhes destrua as crianças, confundindo-as com as egípcias;[63] não está livre de cometer erros, dos quais a criação do homem foi o pior; lamenta, já muito tarde, ter criado Adão, ou permitido a Saul tornar-se rei. Mostra-se, aqui e ali, insaciável, irascível, sanguissedento, caprichoso, petulante: "Eu serei bom para aqueles a quem quero mostrar bondade e serei misericordioso para aqueles a quem quero mostrar misericórdia."[64] Aprova em Jacó o uso da mentira para enganar Labão;[65] sua consciência é flexível como a de um bispo na política. Fala demais e gosta de fazer longas prédicas; mas revela acanhamento; não permitirá que os homens o vejam de frente — só pelas costas.[66] Nunca houve um deus mais completamente humano.

Originariamente Jeová parece ter sido o deus do trovão, morando nas montanhas[67] e sendo adorado pelas mesmas razões que levaram o jovem Gorki à crença quando trovejava. Os autores do Pentateuco, para os quais a religião era um instrumento de governo, transformaram esse Vulcano em Marte, e o enérgico Jeová se tornou predominantemente um imperialístico Deus dos Exércitos, a lutar com tanta ferocidade pelo seu povo quanto os deuses da *Ilíada*. "O Senhor é homem de guerra", diz Moisés;[68] e Davi repete: "Ele instrui minhas mãos para a peleja."[69] Jeová promete "destruir todo povo em cujas terras os judeus entrarem", e "pouco a pouco" expul-

sar os hivitas, canaanitas e hititas;[70] e declara ser seu todo o território conquistado pelos israelitas.[71] Nada de pacifismo; Jeová sabe que mesmo a Terra Prometida só pode ser conquistada e conservada por meio da força; ele é um deus da guerra porque tem de ser; só depois de séculos de derrota militar, de sujeição política e de desenvolvimento moral é que os judeus o transformariam no bondoso e amável pai de Hillel e Cristo. Como soldado Jeová se mostra vaidoso; compraz-se com o néctar dos louvores e ansioso de exibir suas habilidades afoga os egípcios: "Eles saberão que sou o Senhor quando eu tiver dominado o faraó."[72] Para favorecer o seu povo comete ou ordena a perpetração de brutalidades tão repugnantes para o nosso gosto como aceitáveis para a moralidade da época; Jeová chacina povos inteiros com o ingênuo prazer de um Gulliver a lutar em prol de Lilliput. Porque os judeus "fornicaram" com as filhas de Moab, ele ordena a Moisés: "Toma todos os cabeças do povo e executa-os na presença do Senhor, diante do sol";[73] temos aqui a mesma moralidade de Assurbanipal e Assur. Ele promete misericórdia para os que o amam e lhe seguem os mandamentos, mas pune os filhos pelos pecados dos pais, dos avós e dos tataravós.[74] Mostra-se tão feroz que pensou na destruição de todos os judeus quando os viu adorando o Bezerro de Ouro; Moisés teve de discutir com ele e chamá-lo à ordem: "Arrefece a tua feroz ira", diz o homem ao seu deus, e então "o Senhor arrependeu-se do mal que pretendera fazer ao povo".[75] Outra vez, quando os judeus se rebelam contra Moisés, Jeová quer exterminá-los, mas Moisés apela para os bons sentimentos e lembra-lhe o que diria o povo se ouvisse tal coisa.[76] Jeová exige de Abraão um cruel sacrifício humano. Como Moisés, Abraão ensina a Jeová princípios de moral e persuade-o a não destruir Sodoma e Gomorra, se houvesse cinqüenta, quarenta, trinta, vinte, dez homens justos nas duas cidades;[77] pouco a pouco vai ele civilizando o seu deus, e assim demonstra a maneira pela qual o desenvolvimento ético do homem leva a humanidade a uma periódica remodelação das divindades. As maldições com que Jeová ameaça o seu povo em caso de desobediência constituem modelos de vitupério, e inspiraram aqueles que queimavam heréticos na Inquisição ou excomungaram Spinoza.

> Maldito serás na cidade e maldito serás no campo. (...) Maldito será o fruto do teu corpo e o fruto da tua terra. (...) Maldito serás quando entrares, e maldito quando saíres. (....) O Senhor te ferirá com a tísica, com a febre, com a inflamação. (...) O Senhor te ferirá com a úlcera do Egito e com bubões, e com a sarna, e com o prurigo de que não te poderás curar. O Senhor te ferirá com a loucura, e a cegueira, o desnorteamento do espírito. (....) Também te ferirá com todas as enfermidades e pragas que não estão escritas no Livro da Lei, até que sejas destruído.[78]

Jeová não era a única deidade cuja existência foi reconhecida pelos judeus, ou por ele mesmo; tudo quanto exigia no Primeiro Mandamento era que fosse colocado acima dos outros. "Eu sou um deus ciumento", confessa Jeová, e induz os fiéis a "derribar" seus rivais e "quebrar suas imagens".[79] Antes de Isaías raramente os judeus viam Jeová como o deus de todas as tribos, mesmo de todos os hebreus. Os moabitas tinham o deus Chemosh, a quem, a conselho de Noemi, Rute devia permanecer leal;[80] Belzebu era o deus de Ekron, e Milcon o de Amon; o separatismo político e econômico daqueles povos muito naturalmente resultou no que podemos chamar independência teológica. Em seu famoso cântico Moisés canta: "Quem entre os deuses é semelhante a ti, Jeová?"[81] E Salomão diz: "Grande é o nosso deus acima de todos os

deuses."[82] Não somente era Tammuz aceito por todos os judeus menos cultos como um deus real, como o seu culto se tornara popular na Judéia; Ezequiel lamentava-se de que o clamor feito lá fora, no rito da morte de Tammuz, fosse ouvido no interior do Templo.[83] O separatismo das tribos judaicas levava-as a terem suas próprias divindades; "os teus deuses são em número igual ao das tuas cidades, ó Judá"; e o sombrio profeta revolta-se contra a adoração de Baal e Moloch pelos judeus.[84] Com o desenvolvimento da unidade política nos reinados de Davi e Salomão e com a centralização do ritual no Templo de Jerusalém, a teologia refletiu a história e a política, e Jeová se tornou o único deus dos judeus. Além deste "henoteísmo" (palavra inventada por Max Müller para designar a adoração de um deus como supremo, combinada com a explícita [Índia] ou tácita [Judéia] admissão de outros deuses) não deram eles mais nenhum passo rumo ao monoteísmo, até o advento dos Profetas. (Eliseu, entretanto, já no século IX a.C., anunciava um deus único: "Eu sei que não há nenhum deus em toda a terra, salvo em Israel."[85] Devemos ter em mente que mesmo o atual monoteísmo é muito relativo. Como os judeus adoravam uma divindade tribal, assim nós adoramos um deus europeu, um deus francês, inglês, alemão; e os milhões de habitantes da Índia, China e Japão não reconhecem o Deus dos nossos pais. Só quando a terra se unificar num governo único poderá haver um deus exclusivo para toda a terra.) Mesmo no começo a religião hebraica aproximou-se mais do monoteísmo do que qualquer outra fé pré-profética, excetuando-se efêmero culto do sol do faraó Ikhnaton. O judaísmo mostrou-se igual, em sentimento e poesia, ao politeísmo da Babilônia e Grécia e era imensamente superior a outras religiões de sua época em majestade e poder, em unidade filosófica, em fervor moral e influência.

Essa forte e sombria religião nunca adotou o ritual decorativo e as alegres cerimônias que assinalavam a adoração dos deuses egípcios e babilônicos. O sentimento da humana nulidade diante do arbítrio do Deus projetou sombras em todo o antigo pensamento judaico. A despeito dos esforços de Salomão para embelezar o culto de Jeová por meio da cor e do som, a adoração dessa tétrica divindade permaneceu por muitos séculos coisa mais de terror do que de amor. Jeová trouxe à humanidade mais terror do que consolação. Religiões de esperança e amor constituem um luxo das eras de segurança e ordem; a necessidade do emprego do terror contra povos sujeitos ou rebeldes deu esse caráter feroz às primitivas religiões. A Arca da Aliança, com as sagradas tábuas da Lei, simbolizava, na sua intocabilidade, o caráter do credo judeu. Quando o piedoso Oza, com o fim de evitar que a arca tombasse, segurou-a com as mãos por um momento, "a cólera do Senhor se acendeu contra Oza e Deus o feriu ali mesmo pela sua temeridade — e Oza morreu".[86]

A idéia central da teologia judaica era o pecado. Jamais qualquer outro povo se mostrou tão apaixonado pela virtude, à exceção dos Puritanos. Desde que a carne era fraca e a Lei complexa, o pecado tornava-se inevitável, e o espírito judeu freqüentemente se sombreava com a idéia do pecado e suas conseqüências, que podiam ir da cessação das chuvas até a perda total de Israel. Não havia nenhum inferno como lugar de punição; mas tão horrível como o inferno era o Sheol, ou a "terra da escuridão", para onde iam os mortos, bons ou maus, exceto alguns favoritos, como Moisés, Enoc e Elias. Os judeus, entretanto, pouca referência faziam al além-túmulo; sua religião não fazia qualquer alusão à imortalidade pessoal, e reduzia os prêmios e castigos à vida terrena. Só depois que perderam a esperança do triunfo na terra é que tomaram da Pérsia ou do Egito a idéia da ressurreição. E deste *dénouement* espiritual emergiu o Cristianismo.

A ameaça e as conseqüências do pecado podem ser elididas pela oração ou pelo sacrifício. Esta última forma, usada tanto por semitas como por arianos, teve início com as oferendas de vítimas humanas;[87] passou depois à oferenda de animais e frutos do campo, e finalmente evoluiu para a glorificação. A princípio nenhum animal podia ser comido, a menos que fosse morto e abençoado pelo sacerdote e ofertado por um momento ao deus.[88] A circuncisão compartilhava da natureza dos sacrifícios e era talvez uma comutação: o deus tomava a parte pelo todo. A menstruação e o parto, do mesmo modo que o pecado, tornavam a pessoa espiritualmente impura, e exigiam um ritual purificador, com sacrifício sacerdotal e oração. De todos os lados os tabus defrontavam os fiéis; o pecado estava latente em cada desejo, e eram indispensáveis donativos para o perdão de todos os pecados.

Só os sacerdotes podiam oferecer sacrifícios, ou explicar os mistérios e ritos da fé. Formavam uma casta fechada, na qual só tinham ingresso as pessoas da tribo de Levi, um dos filhos de Jacó. Não podiam herdar propriedades,[89] mas estavam isentos de taxas e impostos;[90] percebiam o dízimo das colheitas e rebanhos, e utilizavam-se pes soalmente das oferendas ao Templo não consumidas pelo deus.[91] Depois do Exílio a riqueza do clero cresceu com a riqueza pública; e com a boa administração conservou-se em crescimento a ponto de fazer os sacerdotes do Segundo Templo mais poderosos do que os reis — como sucedera em Tebas e na Babilônia.

Mas os hebreus, apesar de tudo, jamais fugiram à superstição e à idolatria. Os cumes das montanhas e os bosques continuavam a abrigar deuses estrangeiros e a testemunhar estranhos ritos; uma boa minoria do povo ainda se prostrava diante de pedras divinas ou adorava Baal e Astarte, ou praticava a arte divinatória à maneira da Babilônia, ou queimava incenso diante de imagens, ou ajoelhava-se diante da Serpente de Bronze ou do Bezerro de Ouro, ou enchia o Templo com o barulho de festins pagãos,[92] ou fazia suas crianças "passarem pelo fogo" em sacrifício;[93] mesmo alguns dos reis, como Salomão e Acab, "prostituíam-se" diantes de deuses estrangeiros. Homens santos, como Elias e Eliseu, ergueram-se contra essas práticas e sem serem sacerdotes procuraram com o exemplo de suas vidas levar o povo ao caminho da retidão. Desses começos e condições, e da pobreza e exploração do povo em Israel, emergiram as figuras supremas da religião hebraica — os apaixonados Profetas que purificaram e elevaram a fé e a prepararam para a indireta conquista do Ocidente.

IV. OS PRIMEIROS RADICAIS

A guerra de classes — Origens dos Profetas — Amós em Jerusalém — Isaías — Seus ataques aos ricos — Suas doutrinas sobre o Messias — A influência dos Profetas

Desde que a pobreza é criada pela riqueza, e ninguém se sente pobre antes de ver diante de si a riqueza, foi necessário o surgimento do fabuloso Salomão para que a guerra de classes rompesse em Israel. Salomão, como Pedro, o Grande, e Lenin, fez o país passar muito rapidamente do estágio agrícola para o industrial. Não só as *corvées* e as taxas necessárias aos seus empreendimentos impunham carga muito pesada ao povo, como, depois de concluídas essas obras e de vinte anos de indústria, o proletariado formado em Jerusalém, por falta de emprego, tornou-se fonte de faccionismo político e de corrupção, à semelhança do que iria acontecer em Roma. A habitação miserável desenvolveu-se na proporção do crescimento da riqueza e do luxo da corte. A exploração e a usura recresceram, praticadas pelos grandes proprietários, e os mercadores e negociantes de dinheiro enxameavam ao redor do Templo. Os senhorios de Efraim, disse Amós, "por prata vendiam o justo e por um par de sapatos vendiam o pobre".[94]

Esta crescente separação entre os necessitados e os ricos, e a agravação do conflito entre a cidade e o campo, que sempre se seguem à industrialização, tiveram algo que ver com a divisão da Palestina em dois reinos hostis, depois da morte de Salomão, um reino ao norte, Efraim (comumente o nome dado a este reino é "Israel"; mas neste livro uso esta palavra para indicar todos os judeus), cuja capital era a Samaria, e um reino ao sul, Judá, com a capital Jerusalém. A partir daí os judeus se enfraqueceram por

obra do ódio fraterno e muitas vezes se pegaram em luta cruel. Logo depois da morte de Salomão, Jerusalém foi capturada por Sheshonk, faraó do Egito, e para apaziguar o vencedor entregou-se quase todo o ouro que Salomão havia penosamente juntado.

A aparição dos Profetas se deu justamente dentro dessa atmosfera de desastre político, de guerra econômica e de degeneração religiosa. Os homens a quem a palavra "Profeta" (em hebreu, *Nabi*, traduzida pelos gregos como *pro-fe-ta*, anunciador) primeiro se aplicou não eram do caráter que a nossa reverência associa a Amós e Isaías. Alguns não passavam de adivinhos que por dinheiro liam os segredos do coração e do passado, e previam o futuro; outros eram fanáticos que se entregavam com frenesi a estranhas danças e a bebidas, e quando em transe pronunciavam palavras inspiradas, isto é, serviam de instrumento a outro espírito.[95] Com profissional desprezo, disse Jeremias que "cada homem que é louco faz de si um profeta".[96] Alguns eram sombrios misantropos, como Elias; outros viviam em escolas ou mosteiros perto dos templos; e muitos tinham propriedades privadas e mulheres.[97] Desta variada multidão de faquires os Profetas se desenvolveram em críticos de sua gente e da sua era, em magníficos estadistas de esquina, "intransigentes anticlericais"[98] e "completos anti-semitas".[99] Uma mistura de adivinho e socialista. Interpretá-los-emos mal se os tomarmos no sentido de "profetas de chuva ou sol"; suas predições eram esperanças ou ameaças, ou piedosas interpolações,[100] ou prognósticos depois dos acontecimentos;[101] os Profetas não pretendiam prever; não passavam de eloqüentes membros da Oposição. Em certa fase tornaram-se furiosos tolstoianos, exasperados contra a exploração industrial e a chicana sacerdotal; geralmente saídos da gente do campo, urravam maldições contra a corrupta riqueza das cidades.

Amós descreveu a si próprio não como profeta, mas como simples pastor. Havendo deixado seu rebanho para visitar Bet-El, horrorizou-se com a antinatural complexidade da vida urbana, a desigualdade das fortunas, a ferocidade da competição, a crueldade da exploração. E "de pé na porta da cidade" chicoteou os ricos sem consciência:

> Por isso, porque pisais aos pés o pobre, e dele recebeis exações de trigo, tendes edificado casas de pedras lavradas; porém nelas não habitareis; tendes plantado vinhas deliciosas porém não bebereis os seus vinhos. (....) Ai dos que vivem sossegados em Sião, (....) dos que dormem em camas de marfim, e se estendem sobre coxins, e comem os cordeiros dos rebanhos e os bezerros tirados do meio dos currais; dos que cantam ao som da lira, e inventam instrumentos de música, como Davi; dos que bebem vinho em taças e se ungem de óleos preciosos. (....)
>
> Eu abomino as vossas festas (diz o Senhor); (....) embora me ofereçais os vossos holocaustos eu não os aceitarei. (....) Apartai de mim o estrépito dos vossos cantos, porque não ouvirei as melodias dos vossos instrumentos. Desça porém o julgamento como um rio, e a justiça como torrente poderosa.[102]

Isto soava de maneira inédita na literatura do mundo. É verdade que Amós embota o fio do seu idealismo pondo na boca do deus um Mississípi de ameaças, cuja severidade e cujo excesso levam o leitor a simpatizar com os bebedores de vinho e os ouvintes de música. Mas aqui, pela primeira vez na literatura da Ásia, a consciência social toma forma definida e enche a religião de um conteúdo que a eleva do simples ritual e da lisonja à flama moral e ao apelo à nobreza. Com Amós começam os evangelhos de Jesus Cristo.

Uma das mais amargas predições parece ter-se realizado ainda em vida do profeta. "Assim diz o Senhor: Como o pastor livra da boca do leão duas pernas ou um pedaço da orelha, assim serão livrados os filhos de Israel que na Samaria se sentam no ângulo de um leito e sobre as almofadas de seda de uma cama. (...) E as casas de marfim perecerão e as grandes casas terão fim."[103] (A referência deve ser ao aposento inteiramente de marfim em que, no seu palácio da Samaria, o rei Acab vivia com a "pintada" Jezabel. Diversos objetos de marfim foram encontrados pela Expedição da Biblioteca de Harvard nas supostas ruínas do palácio de Acab.[104]) Nesse mesmo tempo outro profeta ameaçou a Samaria de destruição, em uma dessas mil e tantas frases que os tradutores da Bíblia do tempo do rei Jaime cunharam para sempre: "O bezerro da Samaria", disse Oséas, "será feito em pedaços, porque quem semeia vento colhe tempestade."[105] Em 733 o reino de Judá, ameaçado por Efraim em aliança com a Síria, apelou para a Assíria. A Assíria veio, tomou Damasco, sujeitou a Síria, Tiro e a Palestina a tributos; e, atentando nos esforços judaicos para se assegurarem da ajuda do Egito, invadiu de novo o reino, apossou-se da Samaria, trocou com o rei de Judá[106] frases diplomáticas que não cabem em páginas impressas, não conseguiu apossar-se de Jerusalém e retirou-se para Nínive com o produto do saque e 200.000 prisioneiros judeus condenados à escravidão.[107]

Foi durante o assédio de Jerusalém que o profeta Isaías se tornou uma das maiores figuras da história judaica. (O livro que traz o seu nome é uma coleção de "profecias" [sermões] que alguns autores colocam entre os anos de 710 a 300 a.C.)[108] Menos provinciano do que Amós, o seu pensamento era o de um estadista. Convencido de que a pequena Judá não poderia resistir ao poder da Assíria, mesmo com a ajuda do Egito, ele se empenhou com o rei Ahaz, e depois com o rei Ezequias, para que ficassem neutros na guerra entre a Assíria e Efraim; como Amós e Oséas, Isaías previu a queda da Samaria[109] e o fim do reino do norte. Quando, porém, os assírios assediaram Jerusalém, Isaías aconselhou o rei a não ceder. A subitânea retirada das hostes de Senaquerib veio justificá-lo, fazendo que sua reputação muito subisse no conceito do rei e do povo. Seu conselho era sempre no sentido do procedimento justo, ficando a Jeová o resto; este poderia usar a Assíria como seu instrumento mas no fim também a destruiria. Todas as nações conhecidas de Isaías estavam, a seu ver, destinadas a ser destruídas por Jeová; Moab, Síria, Etiópia, Egito, Babilônia e Tiro; "cada uma chorará".[110] Este ardor pela ruína, esta litania de maldições, mareia o livro de Isaías, como o faz também a toda a literatura profética da Bíblia.

Sua denúncia cai sobre o ponto mais merecido — a exploração econômica e a ganância. Neste aspecto a eloqüência de Isaías alcança o ápice, em passagens que também se tornaram o ápice da prosa mundial:

> E o Senhor entrará em juízo com os anciões do seu povo e os seus príncipes; porque fostes vós que consumistes a vinha; os despojos dos pobres estão em vossas casas. Que quereis, vós que esmagais o meu povo e moeis o rosto dos pobres? (....) Ai dos que ajuntam casa a casa, achegam campo a campo até que não haja mais lugar, de modo que habitem sós no meio da terra! (....) Ai dos que fazem decretos injustos a fim de arrebatar dos pobres do meu povo o direito, a fim de que as viúvas sejam o seu despojo e os órfãos a sua presa! Que fareis no dia da visitação, e na desolação que virá de longe? E onde deixareis a vossa glória e a quem recorrereis?[111]

Isaías enche-se de desprezo pelos que, oprimindo o pobre, enganam o mundo com atitudes piedosas.

> De que serve a mim a multidão dos vossos sacrifícios? diz o Senhor. Já estou farto dos holocaustos de carneiros e da gordura de animais cevados; não me agrado do sangue de novilhos e cordeiros ou de bodes.(....) Não posso tolerar a iniqüidade e o ajuntamento solene.
>
> Quando estenderdes as vossas mãos esconderei de vós os meus olhos; ainda quando multipliques as vossas orações, fecharei meus ouvidos: as vossas mãos estão cheias de sangue. Lavai-vos, purificai-vos, tirai de diante de meus olhos a maldade das vossas ações; cessai de fazer o mal. Aprendei a fazer o bem; procurai o que é justo, aliviai a opressão, fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva.[112]

Isaías é amargo, mas não perde a esperança em seu povo; do mesmo modo que Amós terminou a profecia com a predição, estranhamente acertada hoje, da restauração dos judeus em sua terra nativa,[113] assim também Isaías conclui com a esperança do Messias — a fé num redentor dos judeus, que lhes pusesse fim à discórdia, à sujeição, à miséria, e produzisse a paz e a fraternidade universal.

> Portanto o Senhor mesmo vos dará um sinal: eis que uma virgem donzela conceberá e dará à luz um filho e por-lhe-á o nome de Emanuel. (....) A ele caberá o governo e será chamado o Conselheiro, o Maravilhoso, o Poderoso Deus, o Pai eterno, o Príncipe da Paz. (....) E então do trono de Jessé sairá um rebento. (....) Descansará sobre ele o espírito do Senhor, o espírito da sabedoria, de conselho e de fortaleza, espírito de conhecimento e temor ao Senhor. (....) Com justiça julgará os necessitados e com eqüidade reprovará em defesa dos bens da terra. Ferirá a terra com a vara da sua boca, e matará o perverso com um sopro dos seus lábios. A justiça será o cinto dos seus lombos e a fidelidade o cinto dos seus rins. O lobo habitará com o cordeiro e o leopardo se deitará ao pé do cabrito; o bezerro, o leão novo e o animal cevado andarão juntos, e um menino pequeno os conduzirá. (....) As espadas se transformarão em arados, e as lanças em podões; nenhuma nação levantará a espada contra outra, nem mais cuidará da guerra.[114]

Não obstante ter sido uma admirável aspiração, de modo algum iria exprimir, por muitas gerações, o modo de ser dos judeus. O sacerdote do templo ouvia de boa vontade esse útil encorajamento da piedade; certas seitas tomavam dos profetas partes da sua inspiração; e talvez essas escoriações de todos os deleites sensuais contribuíssem para a intensificação do puritanismo judaico, nascido no deserto. Mas na maior parte a velha vida do palácio e da tenda, do mercado e do campo, continuou na mesma; a guerra ia dizimando as novas gerações, e a escravidão continuou sendo o destino dos estrangeiros; o mercador falseava o peso[115] e penitenciava-se com orações e sacrifícios.

Foi sobre o judaísmo posterior aos tempos do Exílio que os profetas impuseram o seu vinco. Em Amós e em Isaías vemos o começo tanto do cristianismo como do socialismo, a fonte de onde jorraram as utopias em que a pobreza e a guerra eram substituídas pela paz e a fraternidade; esses dois profetas constituem a fonte da primitiva concepção judaica do Messias que se apoderava do governo, restabelecia o poder temporal dos judeus e inaugurava a ditadura do proletariado. Isaías e Amós inauguraram numa era militar a exaltação das virtudes da simplicidade e da bondade, da coope-

ração e da amizade, que em Jesus iria tornar-se o elemento essencial de seu credo. Foram os primeiros a empreender a dura tarefa de transformar o Deus das Hostes em Deus do Amor; aliciaram Jeová para o humanitarismo, como os radicais do século XIX aliciaram Cristo para o socialismo. Foram eles que, quando a Bíblia começou a ser impressa na Europa, inflamaram o espírito germânico alemão com um cristianismo rejuvenescido e acenderam o facho da Reforma: de sua áspera e intolerante virtude saíram os Puritanos. A moral desses Profetas baseava-se numa teoria não comprovada: que o justo prosperará e o iníquo será vencido; mas, ainda que haja aqui ilusão, não se pode desprezar o seu valor em termos de pensamento nobilitante. Os profetas não tinham concepção da liberdade, mas amavam a justiça e clamavam pelo fim das limitações tribais da moralidade. Ofereciam aos infelizes do mundo uma visão de fraternidade que se tornou a preciosa e sempre alerta herança de muitas gerações.

V. MORTE E RESSURREIÇÃO DE JERUSALÉM

O nascimento da Bíblia — Destruição de Jerusalém — Cativeiro na Babilônia — Jeremias — Ezequiel — O Segundo Isaías — Libertação dos judeus — O Segundo Templo

A maior ação dos judeus, quanto a efeitos modernos, foi a composição da Bíblia. Como estivesse o povo derivando da adoração de Jeová para a de deuses estrangeiros, os sacerdotes ponderaram se não era tempo de uma derradeira tentativa contra a desintegração da fé nacional. Agindo como os Profetas, que atribuíram a Jeová a ardente paixão de suas próprias almas, os sacerdotes resolveram dar ao povo uma comunicação de Deus em pessoa, um código de leis que revigorasse a vida moral da nação, atraindo ao mesmo tempo o apoio dos profetas através da incorporação de seus pensamentos menos extremados. Prontamente conquistaram para o plano a aquiescência do rei Josias; e no 18º ano do seu governo o sacerdote Hilkiah anunciou que havia "encontrado" nos arquivos secretos do Templo um maravilhoso rolo no qual o próprio Moisés, sob ditado direto de Jeová, regulara de modo definitivo todos os problemas em permanente discussão. O achado causou grande sensação. Josias reuniu no Templo os mais velhos de Judá e lhes deu o "Livro da Lei", na presença (dizem) de mil pessoas. E solenemente jurou que dali por diante respeitaria as leis encontradas; e "fez que toda a assistência se conformasse com aquilo.[116]

Não sabemos ao certo que "Livro da Lei" era esse; pode ter sido o Êxodo ou o Deuteronômio.[117] Não há necessidade de o supormos inventado sob a espora das injunções do momento; o livro apenas divulgava por escrito decretos, clamores e exortações que durante séculos haviam emanado dos Profetas e do Templo. Em qualquer hipótese, os que ouviram a leitura, ou mesmo os que ouviram dela falar, impressionaram-se profundamente. Josias aproveitou-se do ensejo para destruir os altares dos deuses rivais de Jeová existentes no reino; "o rei ordenou que tirassem do Templo todos os vasos que tinham sido feitos para Baal", suprimiu os sacerdotes idólatras e "os que queimavam incenso a Baal, ao sol, à luz e aos planetas; profanou o Topheth (....) para que nenhum homem fizesse seu filho ou sua filha passar pelo fogo de Moloc"; e destruiu os altares que Salomão erguera a Chemosh, Milcom e Astarte.[118]

Estas reformas não amoleceram o coração de Jeová, nem o trouxeram em auxílio do seu povo. Nínive caiu, como os profetas haviam predito, mas apenas para deixar a minúscula Judá submetida primeiro ao Egito e depois à Babilônia. Quando o faraó Necho, rumando para a Síria, tentou passar pela Palestina, Josias, confiante em Jeová, resistiu-lhe no antigo campo de batalha de Megiddo — e foi derrotado e morto. Poucos anos mais tarde Nabucodonosor bateu Necho em Carchemish e fez de Judá uma dependência da Babilônia. Os sucessores de Josias tramaram a libertação por meio da ajuda do Egito; mas o feroz Nabucodonosor, descobrindo a trama, derramou na Palestina a sua soldadesca, capturou Jerusalém, apresou o rei Jehoiakim, colocou Zedekiah no trono de Judá e levou 10.000 prisioneiros como reféns. Mas Zedekiah também amava a liberdade e rebelou-se. Nabucodonosor retorna resolvido a liquidar com o caso de uma vez para sempre, retoma Jerusalém, queima-a até os alicerces, destrói o Templo de Salomão, mata os filhos de Zedekiah na presença do pai, a quem fura os olhos, e praticamente leva para a Babilônia,[119] como escravos, todos os habitantes da cidade. Mais tarde um poeta judeu cantaria, num dos maiores cantos da História, a respeito da infeliz caravana:

> Junto aos rios da Babilônia ali nos pusemos a chorar com
> [o pensamento em Sião.
> Nos salgueiros existentes penduramos nossas harpas.
> Pois ali os que nos levavam cativos nos pediram canções;
> E os nossos atormentadores nos exigiam alegria dizendo:
> Cantai-nos umas das canções de Sião.
> Como cantaremos a canção de Jeová
> Em terra de estrangeiros?
> Se eu me esquecer de ti, Jerusalém,
> Esqueça a minha mão direita a sua destreza.
> Apegue-se-me a língua ao céu da boca,
> Se eu não me lembrar de ti,
> Se eu não preferir Jerusalém à minha maior alegria.[120]

Durante toda a crise, o maior e mais eloqüente dos profetas apresentou a Babilônia como um flagelo nas mãos de Deus, denunciou os governantes de Judá como teimosos loucos e aconselhou a completa submissão a Nabucodonosor, a ponto de o leitor moderno suspeitar ter sido Jeremias um agente pago pela Babilônia. "Eu fiz a terra, o homem e os animais", disse o Deus de Jeremias, (...) "e agora entreguei todas as terras nas mãos do meu servo Nabucodonosor, o rei da Babilônia. (...) E todas as nações o servirão. A nação ou reino que não servir a Nabucodonosor, rei da Babilônia, e não submeter o pescoço ao jugo, essa nação eu punirei, diz o Senhor, com a espada e com a fome e com a peste, até que a tenha consumido pelas mãos dele."[121]

Jeremias apresenta-se como traidor, mas seu livro de profecias, tomadas pelo discípulo Baruc, além de ser um dos mais eloqüentes escritos de todas as literaturas, vem marcado de uma sinceridade que acaba na dúvida sobre toda a vida humana. "Ai de mim, minha mãe, porque me deste à luz, homem de rixas e homem de contendas para a terra toda! Nunca lhes dei dinheiro à usura, nem os homens me deram a mim em usura; entretanto todos me amaldiçoam. (....) Maldito seja o dia em que nasci; não seja bendito o dia em que me deu à luz minha mãe."[122] A chama da indignação o devorava, à vista da depravação moral e da loucura política de seu povo e seus

chefes; ele se sentia compelido a erguer-se nas portas de Israel e clamar pelo arrependimento. Aquela decadência nacional e fraqueza do Estado, aquela obviamente fatal submissão aos babilônios era um castigo de Jeová. "Dai voltas pelas ruas de Jerusalém: vede agora, sabei e procurai em suas praças, a ver se podeis achar um homem, se há alguém que faça a justiça, que busque a verdade; e a esse eu perdoarei"[123] Por toda parte a iniqüidade governava e a devassidão era grande; os homens "tornaram-se como cavalos bem nutridos pela manhã; cada qual rincha à mulher do próximo".[124] Quando os babilônios assediaram Jerusalém, os ricos da cidade, para propiciar Jeová, deram alforria aos seus escravos hebreus; mas quando por um tempo o sítio foi levantado, e o perigo havia passado, esses ricos de novo escravizaram os libertos: era aquilo um sumário da história humana, insuportável para a consciência de Jeremias.[125] Como os outros Profetas, ele denunciou os hipócritas que com ar de piedade levavam ao Templo uma pequena parte dos lucros havidos com o "moer" o rosto dos pobres; o Senhor queria justiça, não sacrifícios.[126] Os padres e os profetas, clamava Jeremias, são tão mentirosos e corruptos como os negociantes; também eles, como o povo, necessitam de renascimento moral; precisam ser (na estranha frase de Jeremias) circuncidados no espírito como o são no corpo. "Circuncidai-vos ao Senhor e tirai o prepúcio dos vossos corações."[127]

Contra esses abusos o Profeta pregou com fúria só rivalizada pelos severos santos de Genebra, da Escócia e da Inglaterra. Jeremias amaldiçoou histericamente os judeus e parecia sentir deleite em representar a ruína dos que não lhe davam atenção.[128] Periodicamente predizia a destruição de Jerusalém e o cativeiro na Babilônia, e chorava sobre a cidade condenada em termos antecipatórios de Cristo: "Oxalá minha cabeça se tornasse em água, e meus olhos em fonte de lágrimas, para que eu chorasse de dia e de noite os mortos da filha de meu povo."[129] (Ele chamava Jerusalém "a filha de Sião").

Aos ouvidos dos "príncipes" da corte de Zedekiah aquelas palavras soaram como traição; pois dividiam a alma dos judeus exatamente no instante da guerra. Jeremias tantalizava-os, trazendo uma canga de madeira ao pescoço e explicando que toda a Judá tinha de submeter-se — quanto mais pacificamente melhor — ao jugo da Babilônia; e quando Ananias lhe arrancou aquela canga, Jeremias clamou que Jeová iria fazer cangas de ferro para todos os judeus. Os sacerdotes tentaram fazê-lo calar, metendo-o no tronco; mesmo assim, com o pescoço entalado, sua boca não cessava de clamar e denunciá-los. Os sacerdotes conduziram-no ao Templo com a idéia de matá-lo, mas com a ajuda de amigos ele conseguiu fugir. Depois os príncipes prenderam-no e desceram-no por meio de cordas a um calabouço cheio de lama; mas Zedekiah o transferiu para menos letal prisão, no seu próprio palácio. Lá o encontraram os babilônios, quando invadiram a cidade. Por ordem de Nabucodonosor trataram-no bem e o isentaram das obrigações do exílio geral. Na velhice, diz a tradição,[130] Jeremias escreveu as "Lamentações", o mais eloqüente livro do Velho Testamento. Nelas chorava a realização das suas profecias e levantava aos céus as irrespondíveis questões de Jó:

> Como está solitária a cidade outrora cheia de povo! em que viúva ela se tornou! Ela que foi grande entre as nações, a princesa entre as províncias, como se tornou tributária! (...) Nada vos comove, a vós que passais? Atendei e vede se há dor igual à minha. (....) Justo serás, ó Senhor, quando eu pleitear contigo: mas pleitearei

contigo. Por que prospera o caminho do iníquo? Por que vivem felizes os que procedem traiçoeiramente?[131]

Enquanto isso, na Babilônia outro pregador tomava a si a tarefa profetizante. Ezequiel pertencia a uma família sacerdotal lançada no cativeiro. Começou suas prédicas ao modo de Isaías e Jeremias, com insolente denúncia da idolatria e corrupção de Jerusalém. Compara Jerusalém a uma prostituta, porque vendia seus favores aos deuses estrangeiros;[132] descreve a Samaria e Jerusalém como duas prostitutas gêmeas; a palavra "prostituta" era freqüente nele como entre os dramaturgos da Restauração dos Stuarts. Ezequiel traçou a lista dos pecados de Jerusalém e condenou-a à captura e à destruição. Como Isaías, condenava as nações com toda a imparcialidade, e anunciou a queda de Moab, Tiro, Egito, Assíria e mesmo do misterioso reino de Magog.[133] Mas não era tão amargo como Jeremias; e no fim acalmou-se: declarou que Jeová salvaria os remanescentes dos judeus e previu a ressurreição da sua cidade;[134] descreveu em visão o novo Templo que lá seria construído e concebeu uma organização utópica em que os sacerdotes seriam os supremos e Jeová moraria com o seu povo.

Acreditava com essas esperanças levantar o ânimo do povo judeu e retardar a sua assimilação pelos babilônios. Naquele tempo, como hoje, a idéia era que esse processo de absorção destruiria a unidade e mesmo a identidade dos judeus. Eles prosperavam no rico solo da Mesopotâmia, gozavam de considerável liberdade de costumes e culto, aumentavam em número e riqueza em meio à paz forçada que a submissão lhes trouxera. Grande parte aceitava os deuses babilônicos e o modo de viver epicurista da grande metrópole. Na segunda geração dos exilados, Jerusalém já estava esquecida.

O papel do desconhecido autor que empreendeu a complementação do livro de Isaías foi despertar a religião já evanescente na alma das novas gerações; e o fez erguendo-a ao nível mais elevado já conseguido por qualquer outra religião do Oriente Próximo. (Nada sabemos da história desse escritor, que, com a licença admitida na época, preferiu falar sob o nome de Isaías. Apenas supomos que escreveu pouco antes de Ciro libertar os judeus. Os eruditos atribuem-lhe os capítulos XL-LV, e a outro autor desconhecido os LVI-LXVI.[135] Enquanto na Índia Buda pregava a morte do desejo e na China Confúcio formulava sabedoria para uso do povo, este "segundo Isaías", em prosa majestática, anunciou aos exilados judeus a primeira revelação nitidamente clara do monoteísmo, e ofereceu-lhes um novo deus infinitamente mais rico em capacidade de amor e misericórdia do que o amargo Jeová do primeiro Isaías. Em palavras que um futuro evangelho iria dar como partidas de Jesus, este segundo Isaías, o maior de todos os Profetas, anunciou sua missão: não mais amaldiçoar o povo pelos seus pecados, mas enchê-lo de esperanças. "O espírito do Senhor está em mim, porque o Senhor me ungiu para pregar a boa nova entre os pequeninos; enviou-me para saldar os corações partidos, para acenar com a liberdade a todos os cativos, para abrir a prisão a todos os encarcerados."[136] Esse Profeta descobriu que Jeová não era o deus da guerra e da vingança, mas um pai amoroso; a descoberta o encheu de felicidade e inspirou-lhe cantos magníficos. E fê-lo predizer o advento de um novo deus que viria salvar o povo:

A sua voz grita no deserto: Preparai o caminho do Senhor, abri no deserto um caminho para Deus. Cada vale será elevado, e cada montanha e cada monte serão rebaixados; e os tortos se endireitarão, e o áspero será alisado. (....) (Refere-se pro-

vavelmente ao caminho de Jerusalém à Babilônia.) Atendei, o Senhor Deus virá com mão forte e seu braço governará por ele. (....) Ele alimentará seu rebanho como um pastor, entre seus braços reunirá os cordeirinhos e os levará em seu seio, e bondosamente guiará as ovelhas paridas.

O profeta ergue então a esperança messiânica ao nível das idéias dirigentes do povo e descreve o "Servo" que redimirá Israel por meio do sacrifício:

Era desprezado e rejeitado pelos homens; um varão triste e que tinha experiência de enfermidade; (....) era desprezado e não era estimado. Verdadeiramente foi ele quem tomou sobre si as nossas enfermidades e carregou com as nossas tristezas; e nós o reputamos como aflito, ferido por Deus e oprimido. Mas ele foi ferido por causa das nossas transgressões, esmagado por causa das nossas iniqüidades; e o castigo que nos devia trazer a paz caiu sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos nós sarados. (....) O senhor fez cair sobre ele as iniqüidades de todos nós.[137] (Pesquisas modernas não consideram o "Servo" como um retrato de Jesus.)[138]

A Pérsia, prediz o segundo Isaías, será o instrumento da libertação dos judeus. Ciro é invencível; tomará a Babilônia e os libertará. Eles voltarão a Jerusalém e construirão um novo Templo, uma nova cidade, um novo paraíso: "o lobo e o cordeiro comerão juntos, e o leão se alimentará de palha, como o boi; e o pó será a comida da serpente. Ninguém ferirá nem destruirá, em toda a minha montanha sagrada, diz o Senhor".[139] Provavelmente foi o surgimento da Pérsia como potência que sugeriu ao profeta a concepção de uma deidade universal — a Pérsia, que iria sujeitar todos os Estados do Oriente Próximo a uma unidade imperial mais bem organizada do que qualquer outra até aquele tempo tentada. Seu Deus já não diz, como o Jeová de Moisés; "Eu sou o Senhor teu Deus; (....) tu não terás deuses estranhos diante de mim"; o modo de falar agora é outro: "Eu sou o Senhor, e não há nenhum outro deus além de mim.[140] O profeta-poeta descreve essa divindade universal numa das grandes passagens da Bíblia:

Quem mediu as águas com o côncavo de sua mão e repartiu os céus a palmos? Quem pôs numa medida o pó da terra e pesou os montes em pratos de balança e as colinas em balanças? Quem dirigiu o espírito de Jeová, ou, como seu conselheiro, o ensinou? Com quem tomou ele conselho? Quem o instruiu e lhe ensinou a vereda do juízo? Quem lhe ensinou o conhecimento e lhe mostrou o caminho do entendimento? Atendei, as nações são como gotas de água num balde, e como o pó fino nas balanças. Ele toma as ilhas como coisas de nada. Todas as nações diante dele são como nada, são contadas como menos de nada, vaidades. A quem pois podeis assemelhar Deus? ou a que figura podeis compará-lo? É ele que senta sobre o círculo da terra e tem seus habitantes ao redor como gafanhotos; que estende os céus como uma cortina e os desenrola como uma tenda para neles habitar. Levantai os olhos e vede quem criou estas coisas.[141]

Foi uma hora dramática na história de Israel aquela em que Ciro entrou na Babilônia como conquistador mundial e deu a liberdade aos judeus. Ciro desapontou alguns Profetas com a sua superior civilização, não destruindo a cidade, respeitando o povo e mostrando céptica obediência aos deuses locais. Restituiu aos judeus o que res-

tava no tesouro público do ouro e prata que Nabucodonosor saqueara do Templo e mandou que as comunidades em que viviam os exilados lhes fornecessem fundos para o retorno à pátria. Os judeus mais novos não sentiram entusiasmo pela restauração; muitos já estavam radicados ao solo da Babilônia e hesitaram em abandonar aqueles campos férteis e um comércio florescente pelo trabalho rude da restauração da pátria. Só depois de dois anos do aparecimento de Ciro é que os primeiros grupos de entusiastas partiram, numa jornada de três meses, para a cidade que seus pais haviam deixado meio século antes.[142]

E como se deu ultimamente, os judeus em retorno não foram bem recebidos na Palestina. Outros semitas se haviam estabelecido no seu solo de origem e ocupado as terras de cultivo; essas tribos passaram a olhar com ódio os aparentes invasores. Não fosse o apoio do império que os protegia, a nova implantação dos judeus se teria revelado impossível. O príncipe Zerubabel obteve permissão do rei persa, Dario I, para reconstruir o Templo; e embora os imigrantes fossem poucos e de parcos recursos, e as obras com freqüência se interrompessem devido aos ataques da gente hostil, elas foram levadas a cabo no decurso de 22 anos. Lentamente Jerusalém se tornou de novo uma cidade judaica, e o Templo ressoou com os salmos dos judeus remanescentes, dispostos a refazer sua pátria. Foi um grande triunfo, que só seria excedido pelo que ocorreu em nossa atual época histórica.

VI. O POVO E O LIVRO

O "Livro da Lei" — Composição do Pentateuco — Os mitos do Gênesis — O Código Mosaico — Os Dez Mandamentos — A idéia de Deus — O sábado — A família judaica — Legislação

Construir um Estado militar era impossível; a Judéia não tinha nem a gente nem a riqueza necessárias. E desde que alguma ordem social se fazia indispensável para, embora reconhecendo a soberania da Pérsia, dar aos judeus unidade nacional, os sacerdotes empreenderam a formação de um governo teocrático, baseado, como o de Josias, nas tradições sacerdotais e nas leis dadas como vindas do céu. Por volta do ano 444 a.C., Ezra, um culto sacerdote, reuniu os judeus em assembléia e começou a ler-lhes o "Livro da Lei de Moisés". Sete dias durou a leitura dos rolos; no fim os sacerdotes e os chefes comprometeram-se a aceitar aquele corpo de legislação como a constituição e consciência do país, e a obedecer-lhe para sempre.[143] E desde aqueles tempos até hoje essa Lei se tornou o principal fato da vida judaica; a lealdade dos judeus a esses princípios e as tribulações por que passaram constituem um dos impressionantes fenômenos da História.

Que livro de Moisés era aquele? Certamente não era o mesmo que Josias lera, e que podia ser lido duas vezes no mesmo dia; a leitura do novo consumia toda uma semana.[144] Podemos apenas supor que os compridos rolos continham uma grande parte do Velho Testamento, ao qual os judeus chamavam *Torah*, ou a Lei, e outros chamaram o Pentateuco.[145] (*Torah*, guia, direção; *pentateuco*, cinco rolos, em grego.) Como, quando e onde foram escritos esses livros? Esta humilde questão deu origem a 50.000 volumes de debates e o que resultou cabe aqui num parágrafo.

O consenso dos eruditos pende a admitir que os mais velhos elementos da Bíblia são as lendas do Gênesis chamadas "J" e "E" respectivamente, porque uma fala do Criador como Jeová (Yahveh) e outra se refere a ele como Elohim. (Há portanto na Bíblia os textos "jahistas' e os "elohistas", distinção apontada pela primeira vez por Jean Astruc em 1753.)[146] Supõe-se que a primeira foi escrita em Judá e a segunda em Efraim, e que as duas histórias se fundiram depois da queda da Samaria. Um terceiro elemento, conhecido como "D", e corporificando o Código Deuteronômico, provém provavelmente de um autor — ou um corpo de autores — diferente. Um quarto elemento, "P", compõe-se de seções mais tarde embrechadas pelos sacerdotes; este "Código Sacerdotal" forma provavelmente a substância do "Livro da Lei" promulgado por Ezra.[147] A quarta composição parece ter tomado forma mais ou menos em 300 a.C.[148]

Essas deleitosas histórias da Criação, da Tentação e do Dilúvio foram tiradas das lendas da Mesopotâmia, velhas de 3.000 anos a.C.; já neste livro vimos várias das suas formas. É bem provável que os judeus se apropriassem de alguns dos mitos da Babilônia durante o cativeiro;[149] e mais provável ainda que os tomassem das antigas fontes semitas ou sumerianas, comuns a todo o Oriente Próximo. As formas persas e talmúdicas no mito da Criação representam Deus fazendo um ser de sexo duplo — macho e fêmea reunidos pelas costas, como os irmãos siameses — e depois dividindo-o por achar melhor. Lembramo-nos da estranha sentença do Gênesis (v. 2): "Macho e fêmea criou-os ele, abençoou-os, e chamou-lhes Adão": isto é, nossos primeiros pais foram originalmente macho e fêmea — o que parece ter escapado a todos os teólogos, exceto a Aristófanes. (*Symposium*, Platão.)

A lenda do Éden aparece em quase todos os folclores — no Egito, na Índia, no Tibete, na Babilônia, na Pérsia, na Grécia (Hesíodo, poeta grego [750 a.C.], em *Trabalhos e Dias:* "Os homens viviam como deuses, sem vícios ou paixões, vexames ou trabalhos. Em feliz acordo com os seres divinos, passavam os dias na paz e na alegria. [...] A Terra era mais bela do que agora, e espontaneamente dava abundante variedade de frutos. [...] Os homens consideravam-se perfeitamente moços aos 100 anos de idade."[150]), na Polinésia, no México, etc.[151] Muitos desses jardins do Éden possuem árvores proibidas e serpentes ou dragões que roubam a imortalidade do homem, ou envenenam o paraíso.[152] Tanto a serpente como o figo foram provavelmente símbolos fálicos; atrás do mito está a opinião de que o sexo e a ciência destroem a inocência e a felicidade, sendo pois a origem do mal; encontramos esta mesma idéia no Eclesiastes. Na maior parte dessas histórias a mulher era o gentil agente da cobra ou do diabo, seja Eva ou Pandora, ou a Poo See da lenda chinesa. "Todas as coisas", diz o *Shi-ching*, "eram a princípio sujeitas ao homem, mas uma mulher nos lançou na escravidão. Nossa miséria não vem do céu, mas da mulher; ela perdeu a raça humana. Ah, infeliz Poo See! Tu acendeste o fogo que nos consome e que sempre aumenta. (....) O mundo está perdido. O vício tudo domina."

Mais universal ainda é a história do Dilúvio; dificilmente um povo antigo não o via em seu corpo de lendas, e poucas montanhas da Ásia não foram o ancoradouro de algum Noé ou Shamash-napishtim.[153] Comumente esas histórias eram veículo ou alegoria de um pensamento filosófico ou ético de longa experiência racial — que o sexo e o conhecimento trazem mais sofrimento do que alegria, e que a vida humana está perpetuamente ameaçada pelas inundações, isto é, pelas calamitosas enchentes dos rios que flagelavam as velhas civilizações. Perguntar se tais histórias são verdadeiras ou falsas, se isso "realmente aconteceu", será propor uma questão superficial e vulgar; na essência, está claro, não são o que a História refere. E seria insensato não gozarmos a sua encantadora simplicidade e o vívido da narração.

Os livros que Josias e Ezra deram ao povo hebreu formulavam aquele Código "Mosaico" sobre o qual toda a vida desse povo iria repousar. Dessa legislação escreve o cauteloso Sarton: "Sua importância na história das instituições e da lei não pode ser superavaliada."[154] Era o primeiro passo ensaiado na História para o uso da religião como base de governo e como reguladora de cada detalhe da vida. "A Lei se tornaria", diz Renan, "um muito apertado vestuário, dentro do qual a vida sempre se sentiria

angustiada."[155] (Reinach, Robertson Smith e James Frazer atribuíram a proibição da carne de porco não a medida higiênica, mas à adoração totêmica do porco (ou javali selvagem), em vigor entre os antigos judeus.[156] A "adoração" do javali, entretanto, pode ter sido um recurso dos sacerdotes por considerarem-no "impuro". Inúmeras das sábias leis higiênicas do Código Mosaico tornam-nos cépticos a respeito da interpretação de Reinach.) Dieta, medicina, higiene pessoal, menstrual e do parto, saúde pública, inversão sexual e bestialidade[157] — tudo cai sob a orientação divina; de novo observamos quão pouco o médico se diferenciava do padre[158] — e afinal veio a tornar-se o seu inimigo! No Levítico (XIII-XV) aparecem instruções para o tratamento do mal venéreo, com definidas regras de segregação, desinfecção, fumigação e, se necessário, completa queima da casa em que a doença se desenvolveu.[159] E o processo contra a lepra, recomendado no Levítico (XIII-XIV), teve aplicação até na Europa durante a Idade Média.[160] "Os antigos hebreus foram os fundadores da profilaxia",[161] mas em matéria cirúrgica pararam na circuncisão. Este rito, comum entre os antigos egípcios e os modernos semitas, não era apenas um sacrifício a Deus e uma obrigatoriedade racial, mas também uma precaução higiênica contra o desasseio sexual.[162] Provavelmente foi esse Código do Asseio que conseguiu preservar os judeus através de sua longa odisséia de dispersão e sofrimento. (Isso tornou a raça inocultável. "O rito judeu", diz Briffault, "não assumiu sua atual forma antes do tempo de macabeus — 167 a.C. Até então era realizado de modo a evitar a zombaria das mulheres gentias; a operação não deixava traço perceptível. O sacerdócio nacionalista, entretanto, determinou que o prepúcio fosse cortado completamente".)[163]

O Código centrava-se nos Dez Mandamentos, destinados a servir a metade do mundo. Era coisa usual a divindade dos códigos. As leis do Egito, como vimos, foram dadas pelo deus Thoth e as leis de Hamurabi, pelo deus Shamash. Do mesmo modo a deidade deu ao rei Minos, sobre o Monte Dicta, as leis de Creta; os gregos representavam Dionísio — "O Legislador" — com duas tábuas de pedra em que as leis estavam escritas; e os piedosos persas nos contam como, um dia, estando Zoroastro a orar na montanha, Ahura-Mazda lhe apareceu num trovão e entregou-lhe o "Livro da Lei".[164] "Todos eles procediam assim", diz Diodoro, "porque acreditavam que uma concepção capaz de ajudar a humanidade só podia ser divina; ou porque achavam que desse modo as leis seriam mais respeitadas."[165] O primeiro lançava os fundamentos da nova comunidade teocrática, que não repousaria em nenhuma lei civil mas na idéia de Deus; era Deus o rei invisível que ditava as leis e impunha as penas; e o nome de "Israel" dado ao povo queria dizer Defensores de Deus. O Estado hebraico estava morto, mas o Templo permanecia de pé; os sacerdotes da Judéia, como os papas de Roma, procurariam restaurar o que os reis não puderam salvar. Daí o modo explícito e reiterado do primeiro mandamento: a heresia ou a blasfêmia castigadas com pena de morte.[166] A exemplo dos piedosos inquisidores os sacerdotes autores do Código acreditavam que a unidade religiosa era condição indispensável para a solidariedade e a organização social. Foi essa intolerância, mais o orgulho racial, que trouxe a preservação e o martírio dos judeus.

O Segundo Mandamento elevava a concepção nacional de Deus à custa da arte; imagem nenhuma seria feita dele. Isso revelava no judeu alto nível intelectual, pois rejeitava a superstição e o antropomorfismo e — a despeito das humaníssimas qualidades do Jeová do Pentateuco — procurava conceber um deus livre de forma e imagem. Monopolizava a devoção dos judeus para a religião, nada deixando para a ciência e a arte; a própria astronomia foi negligenciada, de medo que adivinhos corruptos prosperassem ou as estrelas fossem adoradas como deidades. No Templo de Salomão surgiram inúmeras imagens de deuses estrangeiros;[167] no Segundo Templo não havia nenhuma. As velhas imagens tinham ido para a Babilônia, onde aparentemente ficaram.[168] Vem daí o fato de não encontrarmos escultura, pintura ou baixo-relevo depois do

Cativeiro, e muito pouco antes, exceto sob o quase estrangeiro Salomão; a arquitetura e a música foram as únicas artes permitidas pelos sacerdotes. O canto e os rituais do Templo libertavam o povo da obscuridade; orquestra de vários instrumentos "fazia um único som" com o grande coro de vozes a cantar os salmos glorificadores do Senhor.[169] "Davi (e toda a casa de Israel) tocou, diante do Senhor, harpa, saltério, pandeiro, corneta e címbalo."[170]

O Terceiro Mandamento simboliza a intensa devoção dos judeus. Não se trata apenas de "não tomar o nome de Deus em vão", mas ainda de não pronunciá-lo nunca; como substituto seria nas orações usada a palavra "Adonai" — Senhor. Só entre os hindus encontraremos devoção igual. *Yahveh* [Jeová] em hebreu escreve-se *Jhvh*, palavra erroneamente traduzida como *Jehovah*, porque as vogais *a-o-a* tinham sido colocadas sobre o *Jhvh* no original, a fim de indicar que a palavra "Adonai" devia ser pronunciada em vez da outra; os teólogos da Renascença, porém, supuseram que as vogais deviam ser colocadas entre as consoantes de *Jhvh*.[171]

O Quarto Mandamento santificou o Sábado como dia de descanso, uma das mais fortes instituições da humanidade. O nome — e talvez o costume — veio da Babilônia, onde a palavra *shabattu* aplicava-se aos dias de abstinência e propiciação.[172] Além deste dia santo semanal existiam outros de grandes festa: o *Mazzoth*, de origem canaanita, celebrado no começo da colheita da cevada; o *Shabuoth*, mais tarde chamado "Pentecostes", celebrava o fim da colheita do trigo; *Sukkoth* comemorava a vindima; o *Pesach*, ou Páscoa, era a festa dos primeiros frutos do rebanho; a *Rosh-ha-shanah* anunciava o Ano-Novo; só mais tarde foram estas festas adaptadas à comemoração dos grandes dias da história dos judeus.[173] No primeiro dia da Páscoa um cordeiro ou cabrito era sacrificado e comido, e o sangue espalhado pelas portas como a parte do deus; mais tarde os sacerdotes ligaram este costume à história da matança das crianças egípcias por Jeová.

O cordeiro havia sido o totem de um clã canaanita; e entre os canaanitas a Páscoa era a oblação de um cordeiro ao deus local. (Mais tarde este antigo totem iria tornar-se o Cordeiro Pascoal do Cristianismo, identificado como o Cristo morto.) A persistência desse rito entre os judeus mostra a sua antigüidade e a tenacidade da raça — perdura ainda hoje.

O Quinto Mandamento santificava a família, a qual na estrutura da sociedade judaica situava-se logo abaixo do Templo; e as idéias estampadas na instituição permaneceram no Ocidente até a Revolução Industrial. A família patriarcal judaica era uma unidade econômica e política composta do chefe, suas mulheres, os filhos solteiros e os casados, com suas esposas e crianças — talvez também alguns escravos. A base econômica da instituição estava no cultivo do solo; o seu valor político derivava do fato de prover uma ordem social tão forte que tornava inútil o Estado, exceto na guerra. A autoridade do pai não tinha limites; sua era a terra, e os filhos só podiam sobreviver graças à obediência; o pai era o Estado. O pai pobre podia vender a filha antes da puberdade, como serva; e, embora ocasionalmente a consultasse, tinha pleno direito de casá-la com quem ele quisesse.[174] A crença era de que os rapazes provinham do testículo direito e as meninas do esquerdo — admitido como menor e mais fraco que o outro.[175] Inicialmente o casamento fora matriarcal: o homem tinha de "deixar pai e mãe e submeter-se à sua mulher" no clã desta; mas este costume gradualmente foi desaparecendo depois do estabelecimento da monarquia. As instruções de Jeová para a esposa eram categóricas. "Teu desejo será o de teu marido e ele te governará." Conquanto tecnicamente submetida, a mulher muitas vezes se tornava uma pessoa de alta autoridade e dignidade; a história dos judeus brilha de nomes femininos; Sara, Raquel, Míriam e Ester; Débora foi um dos juízes de Israel,[176] e à profetisa Hulda, Josias consultou sobre o livro que os sacerdotes encontraram no Templo.[177] A mãe de muitos filhos gozava de segurança e honras. Porque a minúscula nação judaica ansiava por crescer e multiplicar-se, percebendo, como na Palestina de hoje, o perigo da infe-

rioridade numérica em relação aos povos vizinhos; por isso exaltava a maternidade, condenava como crime o celibato, tornava o casamento compulsório depois dos vinte anos, mesmo para os sacerdotes, tinha em má conta as virgens casadouras e as mulheres estéreis, e olhava para o aborto, o infanticídio e outros meios de limitar a população como abominações pagãs, desagradáveis às narinas do Senhor.[178] "E quando Raquel viu que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã e disse a Jacó: Dai-me filhos ou morrerei."[179] A mulher perfeita era a que trabalhava constantemente dentro ou ao redor da casa e só tinha pensamentos para o marido e os filhos. O último capítulo dos Provérbios estatui o ideal feminino:

> A mulher virtuosa, quem a pode achar? Seu preço está muito acima dos rubis. O coração do esposo confia nela, de modo que não lhe faltará nada. Por toda a vida ela só lhe fará o bem, nunca o mal. Ela busca a lã e o linho, e de boa vontade trabalha com suas mãos. Ela é como o navio do mercador que de longe traz os alimentos. Levanta-se antes do amanhecer, prepara a comida e distribui tarefa às criadas. Estuda a situação de um campo e adquire-o; com suas mãos planta a vinha. Aperta a cintura e dá serviço aos braços. Conhece quando a mercadoria é boa, e seu candeeiro não se apaga durante a noite. Suas mãos estendem-se ao fuso e governam a roca. Também as estende ao pobre; sim, estende as mãos ao necessitado. (....) Faz para si as roupas e veste-se de linho e púrpura. Conhece seu marido ao vê-lo nas portas, quando ele se senta entre os maiores da terra. Cose finamente e vende, e põe à venda cintos, que vão ter aos negociantes. Força e dignidade são as suas vestes; e ri-se do dia de amanhã. Fala com sabedoria, e em sua língua está a lei da bondade. Atende ao bom andamento da casa e não come o pão da indolência. Seus filhos erguem-se e chamam-lhe a abençoada; seu esposo também a louva. (....) Premiai o fruto de suas mãos e deixai que nas portas seus próprios trabalhos a louvem. (Isto, sem dúvida, formava o ideal da mulher para os homens; a crermos em Isaías, III, 16-23, a mulher de Jerusalém era muito deste mundo, amiga de enfeites finos e caçadora de homens. "As filhas de Sião mostram-se orgulhosas e caminham de pescoço erguido e olhos lascivos... andando afetadas e batendo o pé", etc. Talvez os historiadores nos hajam sempre enganado quanto às mulheres...)

O Sexto Mandamento consistia num conselho da perfeição; em parte nenhuma há tanta chacina como no Velho Testamento; seus capítulos oscilam entre matanças e compensatória fecundidade. As querelas tribais, as facciosidades internas e as vendetas hereditárias quebravam a monotonia da paz.[180] A despeito de um magnífico verso sobre as armas transformadas em pontas de arados e podões, os Profetas não eram pacifistas, e os sacerdotes, a julgarmos pelos discursos que põem na boca de Jeová, gostavam tanto da guerra como dos sermões. Dos dezenove reis de Israel, oito foram assassinados.[181] As cidades tomadas eram usualmente destruídas, com os machos passados a fio de espada e o solo deliberadamente arruinado à moda da época.[182] É possível que sejam exagerados os números alusivos às matanças; parece-nos incrível que com as armas de que dispunham "os filhos de Israel pudessem matar 100.000 sírios em um dia".[183] A fé em si como povo escolhido[184] intensificava o orgulho numa nação cônscia da sua superioridade; acentuava a disposição para segregar-se pelo casamento e mentalmente dos outros povos e privava-os da perspectiva internacional que seus descendentes alcançariam. Mas revelavam em alto grau as virtudes de suas qualidades. A violência provinha da irrequieta vitalidade, o separatismo provinha da religião, a turbulência tinha origem na apaixonada sensibilidade que produ-

ziu a maior literatura do Oriente Próximo; o orgulho racial dos judeus foi o indispensável apoio à sua coragem durante séculos de sofrimento. Os homens são o que têm de ser.

O Sétimo Mandamento reconhecia o matrimônio como a base da família, do mesmo modo que o Quinto reconhecia a família como base da sociedade; e dava ao casamento todo o apoio da religião. Nada dizia quanto às relações sexuais antes do casamento, mas outras regulações impunham à noiva, sob pena de apedrejamento, a prova da virgindade no dia da união.[185] Não obstante, a prostituição era comum e evidentemente a pederastia sobreviveu à destruição de Sodoma e Gomorra.[186] Como o Senhor não proibia relações com as prostitutas estrangeiras, as sírias, as moabitas, as medianitas e outras "mulheres estrangeiras" floresciam ao longo das estradas, onde viviam em tendas, combinando a mascateação com a prostituição. Salomão, que não tinha preconceitos no assunto, revogou as leis que mantinham essas criaturas longe de Jerusalém; e elas se multiplicaram tão depressa que nos dias dos macabeus o Templo era apontado por um reformador como cheio de fornicação e prostituição.[187]

Casos de amor provavelmente ocorriam, desde que havia muita ternura entre os sexos. Jacó serviu sete anos para obter Raquel. "Assim serviu Jacó sete anos por amor de Raquel, e estes lhes pareceram como poucos dias, pelo amor que lhe votava."[188] Mas o amor representava muito pouco na escolha do companheiro. Antes do Exílio o casamento era totalmente secular, arranjado pelos pais ou pelo pretendente com a família da desejada. Encontramos no Velho Testamento vestígios do casamento por captura; Jeová aprova-o na guerra;[189] e os anciões, quando da escassez de mulheres, "ordenaram aos filhos de Benjamim: Ide e escondei-vos de emboscadas nas vinhas. Olhai, quando saírem as filhas de Shiloh a dançar nos coros, saí das vinhas e arrebatai cada um a sua mulher e ide para a terras de Benjamim".[190] Mas isto era excepcional; em regra o casamento fazia-se por compra; Jacó adquiriu Lia e Raquel com o seu trabalho; a gentil Rute foi simplesmente comprada por Booz, e o profeta Oséas lamentava ter dado 50 *shekels* pela sua mulher.[191] A palavra designativa de esposa era *beulah*, "adquirida".[192] O pai da noiva retribuía por meio do dote o preço pago — instituição admiravelmente bem adaptada para, numa civilização urbana, diminuir os males do intervalo entre a maturidade sexual e a maturidade econômica dos filhos.

Se o homem era abastado, podia praticar a poligamia; se a mulher mostrava-se estéril, como Sara, podia animar o esposo a tomar concubina. Sendo o propósito desses arranjos o aumento da reprodução, nada mais natural que, depois de terem dado ao esposo os filhos que podiam dar, Raquel e Lia lhe oferecessem suas servas, para que também por meio delas a família aumentasse.[193] Não era dado à mulher descansar na faina reprodutora; se o marido morria, seu irmão, por mais esposas que tivesse, estava na obrigação de desposar a viúva; se o defunto não tinha irmão, a obrigação recaía no parente mais próximo.[194] E como a propriedade privada era a essência da economia judaica, o "duplo padrão" prevalecia; o homem podia ter muitas mulheres, mas estas tinham de contentar-se com um único homem. Adultério significava relações com uma mulher que havia sido comprada e paga por outro homem; era uma violação do direito de propriedade, cuja punição consistia na morte para ambas as partes.[195] A fornicação não era permitida às mulheres, mas para o homem não passava de um pecado venial.[196] Para o homem o divórcio era facilitado tanto quanto era dificultado para a mulher.[197] O marido judeu não parece ter abusado dos seus direitos; ele nos é pintado como zelosamente devotado à esposa e aos filhos. E embora o amor determi-

nasse o casamento, com freqüência o iluminava. "Isaac tomou Rebeca, e ela tornou-se sua mulher; e Isaac a amou, e assim foi consolado da morte de sua mãe."[198] Talvez nenhum outro povo do Oriente Próximo tivesse a vida de família em nível tão alto quanto os judeus.

O Oitavo Mandamento santifica a propriedade privada (teoricamente a terra pertencia a Jeová);[199] junto com a família e a religião, constituía uma das três bases da sociedade judaica. A propriedade era quase toda em terras; até os dias de Salomão a indústria não passava de um pouco de cerâmica e ferraria. Mesmo a agricultura não era coisa desenvolvida; o grosso da população entregava-se à criação e explorava a vinha, a oliveira e o figo. Vivia em tendas mais do que em casas, pela facilidade de acompanhar os rebanhos nas mudanças de pasto. Com o tempo as obras das esculturas foram gerando o comércio, e os mercadores judeus, dadas a sua tenacidade e habilidade, floresceram em Damasco, Tiro e Sídon — e até no recinto do Templo. Não havia antes do cativeiro moeda cunhada; o instrumento de troca eram o ouro e a prata, pesados no momento, e surgiram os banqueiros. Nada mais natural que esses "emprestadores de dinheiro" usasssem o recinto do Templo; era costume generalizado no Oriente Próximo, e ainda lá sobrevive até hoje.[200] Jeová sorriu ao crescente poder dos financistas judeus; "emprestarás a muitas nações mas não tomarás empréstimos"[201] — generosa filosofia que deu margem a grandes fortunas, embora, em nossos tempos, não pareça de inspiração divina.

Como entre todos os povos vizinhos, os prisioneiros eram usados como escravos, e centenas de milhares deles trabalhavam no corte de madeira e no transporte de material para obras públicas, como o Templo de Salomão e o seu palácio. Mas o senhor de escravos não tinha sobre eles direito de vida e morte, e o escravo forrava-se quando pagava ao senhor certo preço. [202] Os homens podiam vender-se como servos para pagamentos de dívidas, ou vender em seu lugar os filhos, costume que perdurou até Cristo.[203] Estas instituições típicas do Oriente viam-se mitigadas na Judéia pela caridade e pela vigorosa campanha feita pelos sacerdotes e profetas contra a exploração. O Código declarava: "Ninguém oprimirá o seu próximo";[204] a lei mandava que aos servos hebreus fosse restituída a liberdade e a que as dívidas entre os judeus fossem canceladas de sete em sete anos;[205] e quando isto foi considerado muito idealístico para os senhores, a Lei proclamou a instituição do Jubileu, pela qual, a cada 50 anos, todos os escravos e devedores eram postos em liberdade. "Santificareis o ano qüinquagésimo e proclamareis liberdade por toda a terra a todos os seus habitantes; o ano do Jubileu será para vós. Voltareis cada um à posse de si mesmo, e voltareis para a família."[206]

Não temos prova de que este edito fosse posto em prática, mas cumpre observar que nenhuma lição de caridade deixou de ser ensinada pelos sacerdotes. "Se em teu meio houver um irmão pobre, abrir-lhe-ás a tua mão e emprestar-lhe-ás quanto baste para a sua necessidade; e não lhe cobrarás usura.[207] O descanso do Sábado estendia-se a todos os subalternos, inclusive aos animais; parte das colheitas era deixada nos campos para ser aproveitada pelos pobres.[208] E embora estas caridades fossem prescritas só para os judeus, "o estrangeiro nas portas" também era tratado com bondade; o viajante tinha de ser acolhido e alimentado, e tratado honrosamente. Os judeus lembravam-se de que também eles já tinham estado sem pátria e mesmo como servos em terras estranhas.

O Nono Mandamento, exigidor de absoluta honestidade quanto ao testemunho, punha a religião como apoio da lei. O juramento era uma cerimônia religiosa; não bastava que o homem pusesse a mão nos órgãos genitais de outro, segundo o velho costume;[209] tomava ele agora ao próprio Deus como testemunha e juiz. O falso testemunho recebia no Código a punição correspondente ao mal que o falsário tivesse querido trazer para a vítima.[210] A lei religiosa era a única lei de Israel; os sacerdotes e o templos faziam as vezes de juízes e cortes; e os que se recusavam a aceitar a decisão dos sacerdotes recebiam a pena de morte.[211] Prescrevia-se o ordálio da água envenenada em certos casos de culpabilidade duvidosa.[212] Não havia outro suporte da lei afora a religião. As faltas menores eram perdoadas pela confissão e a compensação.[213] A pena capital, Jeová a decretou para homicídio, rapto, idolatria, adultério, ofensas aos pais, roubo de escravos ou "conjunção com animais", mas já não cabia em caso de morte de um servo;[214] e

não permitirás que viva uma feiticeira".[215] Jeová mostrava-se satisfeito quando um homem fazia a lei pelas próprias mãos em caso de homicídio: "O vingador, ele mesmo matará o homicida; quando o encontrar, matá-lo-á."[216] Certas cidades, entretanto, eram asilos para onde o criminoso podia fugir, e onde o vingador não o podia perseguir.[217] Em regra o princípio da punição está na *lex talionis*: vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe[218] — mas cremos que esta perfeição nunca foi realizada. O Código Mosaico, embora *escrito* pelo menos quinze séculos mais tarde, não mostrava nenhum adiantamento em legislação criminal sobre o código de Hamurabi; na organização legal revela-se um arcaico retorno ao primitivo controle eclesiástico.

O Décimo Mandamento mostra com clareza que a mulher estava classificada entre os bens da propriedade privada. "Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença."[219] Um admirável preceito; se os homens o seguissem, metade dos horrores do mundo desapareceria. Curiosamente o maior dos mandamentos não figura entre os Dez, embora faça parte da "Lei". Aparece no Levítico, XIX, 18, perdido entre uma porção de leis e formulado muito simplesmente: "Amarás ao teu próximo como a ti mesmo."

Em suas linhas gerais, era um código elevado, com os defeitos da época e virtudes características. Temos de nos lembrar que ele era apenas uma lei — uma utopia sacerdotal — [220] e não retrato da vida dos judeus; como outros códigos, não deixava de ser abundantemente violado, mas a sua influência sobre a conduta do povo foi tão grande como a dos maiores códigos morais ou legais. Deu aos judeus, nos dois mil anos de peregrinação, uma "pátria portátil", como disse Heine, um Estado intangível e espiritual; e através dos séculos os judeus aparecem unidos num povo forte e aparentemente indestrutível.

VII. A LITERATURA E A FILOSOFIA DA BÍBLIA

História — Ficção — Poesia — Os Salmos — O Cântico dos Cânticos — Provérbios — Jó — A imortalidade — Pessimismo do Eclesiastes — Advento de Alexandre

Não é somente lei o Velho Testamento; é também história, poesia e filosofia da mais alta. Deduzido tudo que há ali de lenda e pia fraude, admitido que os capítulos históricos não são tão fidedignos ou tão antigos como nossos pais supunham, encontramos nele não apenas os mais velhos escritos históricos que conhecemos como alguns dos melhores. Os livros dos Juízes, de Samuel e dos Reis podem, como alguns eruditos supõem,[221] ter sido compilados durante o Exílio, ou logo depois, a fim de preservar as tradições de um povo disperso; não obstante, as histórias de Saul, Davi e Salomão revelam-se muitíssimo superiores em estrutura e estilo aos outros escritos históricos do Oriente Próximo. Mesmo o Gênesis, se o lemos com alguma atenção no seu papel de narrativa, é (postas de lado as genealogias) uma história admirável, contada sem enfeites, com muita vida e força. E em certo sentido não temos nele apenas história, mas filosofia da história; corresponde ao primeiro esforço humano para reduzir a multiplicidade dos acontecimentos pretéritos a uma medida de unidade, com procura da significação, da lei de seqüência e causalidade — algo que ilumine o futuro. O conceito da história promulgado pelos Profetas e autores sacerdotais do Pentateuco sobreviveu a mil anos de Grécia e Roma para tornar-se a visão do mundo dos pensadores europeus, de Boécio a Bossuet.

Entremeando a história e a poesia aparece o fascinante romantismo da Bíblia. Nada mais perfeito no reino da prosa do que a história de Rute; um pouco abaixo estão os romances de Isaac e Rebeca, de Jacó e Raquel, de José e Benjamim, de Sansão e Dalila, de Ester, Judite e Daniel. A literatura poética principia com o "Canto de Moisés" (Êxodo, XV) e o "Canto de Débora" (Juízes, V), e atinge o apogeu nos Salmos. Os hinos "penitenciais" dos babilônios tinham preparado a senda, e talvez fornecessem o material e o estilo; a ode ao sol de Ikhnaton parece ter contribuído para o Salmo CIV; e a maioria dos Salmos, em vez de ser obra una de Davi, são, provavelmente composições de vários poetas de muito tempo depois do Cativeiro, talvez do século III a.C.[222] Mas tudo isto tem tão pouca importância como os nomes e as fontes de Shakespeare; o que importa é o fato de tal poesia ser realmente grande poesia lírica. De nenhum modo deve ser lida de um fôlego, ou no estado de ânimo de um alto crítico; vale sobretudo quando corresponde a um estado de alma nosso. Para nós, modernos, aparece mareada de muito amargor imprecatório, de muito lamento e da interminável adulação de Jeová, o qual, com toda a sua "bondade amorosa", a sua "paciência" e a sua "compaixão", deixa escapar "fumaça das ventas e fogo da boca" (VIII), promete que "os maus serão lançados ao inferno" (IX), delicia-se com a lisonja ("Salmo" em grego quer dizer "canto do louvor") e ameaça "cortar todos os lábios aduladores" (XII). Os Salmos estão cheios de ardor militar, bem pouco cristão mas muito ao gosto puritano. Alguns, entretanto, correspondem a jóias de ternura ou a camafeus de humildade. "Quanto ao homem, seus dias são como a relva; qual a flor do campo, assim ele floresce. Porque o vento passa sobre ele e se vai, e o seu lugar não o conhecerá mais" (XXIX, CIII). Nesses cantos sentimos o ritmo antistrófico da velha poesia oriental, e quase ouvimos as vozes de resposta do coro. Nenhuma poética os supera em metáforas ou imagens vivas; nunca o sentimento religioso foi tão profundamente expresso. Os Salmos nos comovem mais que qualquer lirismo de amor; tocam até as almas cépticas, porque dão apaixonada forma ao anseio das mentalidades desenvolvidas por alguma perfeição a que valha a pena dedicar seus esforços. Aqui e ali, na versão inglesa clássica, existem frases que se tornaram lugares comuns em nosso idioma — "*our of the mouths of babes*" (VIII), "*the apple of the eye*" (XVII), "*put not your trust in princes*" (CXLVI); e por toda parte, no original, aparecem sorrisos insuperáveis: "o sol que se levanta é um noivo saindo de seu quarto, e alegre como o homem forte que vai partir em corrida." (XIX). E que beleza não teria isso na sua forma original? (Uma seleção dos melhores Salmos provavelmente incluirá o VIII, o XXII, o LI, o CIV, o CXXXVII e o CXXXIX. Este último mostra-se estranhamente semelhante ao *pean* de Withman à evolução.)[223]

Quando ao lado dos Salmos pomos o "Cântico dos Cânticos",[224] surge-nos a visão do elemento terreno e sensual da vida judaica, que o Velho Testamento, escrito unicamente por profetas e sacerdotes, talvez nos tenha ocultado — do mesmo modo que o Eclesiastes revela um cepticismo não discernível no resto da Bíblia. Os Cânticos dão margem a muitas suposições; podem ser uma coleção de cantos de origem babilônica, celebrativos dos amores de Ishtar e Tammuz; podem ser (já que contêm palavras tomadas aos gregos) a obra de diversos Anacreontes judaicos, tocados do espírito helenístico que perpassou pela Judéia com Alexandre; ou (já que os amantes se dirigem um ao outro como irmão e irmã, à moda do Egito) podem ser uma flor de Alexandria colhida nas margens do Nilo por alguma alma emancipada. Em qualquer hipótese não deixa de constituir um encantador mistério a presença dos Cânticos na Bíblia: por

que cochilo dos teólogos encontraram esses cantos de amor luxurioso espaço entre Isaías e o Pregador?

> O meu amado é para mim um saquitel de mirra que dormirá toda a noite entre meus seios
> O meu amado é para mim como um punhado de cânfora nas vinhas de Engedi
> Como és formosa, amada minha, como és formosa!
> Teus olhos são como os da pomba
> Como és formoso, amado meu, como és amável!
> O nosso leito é de verde relva. (....)
> Eu sou uma rosa de Sharon, um lírio do vale. (....)
> Sustentai-me com passas, confortai-me com maçãs, porque estou doente de amor. (.. .)
> Eu vos conjuro, filhas de Jerusalém, pelos veados e pelas gazelas do campo, que não desper [teis o meu amor até que ele desperte. (....)
> Meu amado é meu e eu sou dele; ele vive entre os lírios.
> Antes que refresque o dia e fujam as sombras
> Volta, meu amado, e faz-te como o veado ou a jovem gazela nas montanhas de Bether. ( )
> Vem, meu amado, vamos para o campo, vamos para as aldeias.
> Vamos cedo para as vinhas; vamos ver a vinha florescer, e o cachinho de uva aparecer, e as [romãs abotoarem; lá te darei meus amores.[225]

Isto é a voz da mocidade, como os Provérbios são a voz da velhice. Os homens procuram amor e vida; recebem menos que isso; e imaginam não ter recebido nada — estão aí os três estágios do pessimista. Assim esse lendário Salomão adverte os moços contra a mulher má "pois a muitos tem feito cair feridos; e muitíssimos são os que têm sido mortos por ela. (....) Quem comete adultério é desprovido de entendimento. (....) Há três coisas que são maravilhosas demais para mim; sim, há quatro que não conheço: o caminho da água no ar, o caminho da serpente sobre a pedra, o caminho do navio no mar, e o caminho de um homem com uma donzela."[226] Concorda S. Paulo em que é melhor casar do que arder. "Regozija-te com a mulher da tua mocidade: deixa-a ser como a corça amável e a graciosa cabrita dos montes; deixa que seus seios te satisfaçam todo o tempo; e arrebata-te sempre com o seu amor. (....) Melhor um jantar de ervas com amor do que um boi gordo com ódio."[227] Pode isto ser do esposo de setecentas mulheres? (Os Provérbios, sem dúvida, não são da autoria de Salomão, embora alguns venham dele; devem muito à literatura egípcia e à filosofia grega, e provavelmente foram reunidos no terceiro ou segundo século a.C. por algum helenizado judeu de Alexandria.)

Próximo da abstenção, encaminha-se para a preguiça e a censura: "Vai ter com a formiga, preguiçoso, considera os seus caminhos e sê sábio".[228] "Vês tu o homem capaz? — ele permanecerá de pé diante dos reis."[229] Todavia o filósofo não tolera a excessiva ambição. "Aquele que se apressa em enriquecer não será inocente": e "a prosperidade dos loucos aos loucos destruirá".[230] Trabalho é sabedoria, palavras são meia estultícia. "Há proveito em todo trabalho; meras palavras, porém, só levam à penúria. (....) Até o insensato, estando calado, é tido por sábio."[231] A lição que o sábio nunca se cansa de repetir é quase uma identificação socrática de virtude e sabedoria, denunciadora das escolas alexandrinas em que os teólogos judeus assimilavam a filosofia grega para formar o intelecto da Europa. "O entendimento é fonte de vida para quem o possui. Mas o saber dos loucos é loucura. (....) Feliz o homem que encontra a sabedoria, e o homem que alcança a compreensão, porque a sua mercadoria é

melhor que a prata, e o lucro que dela vem é melhor que o ouro fino. A sabedoria é mais preciosa que os rubis; e tudo quanto se possa desejar não equivale a ela. Tem vida longa na mão direita, e riqueza e honra na esquerda. Seus caminhos são os caminhos do agradável e tudo nela é paz."[232]

Jó é anterior aos Provérbios, talvez contemporâneo do Exílio, e na sua obra descreve alegoricamente o cativeiro da Babilônia. (Os eruditos põem o livro de Jó no século V a.C.[233] O texto está muito corrompido. Jastrow só aceita os capítulos III-XXXI, e tem o resto como emendas complementares, e também suspeita que há muitas interpolações e má tradução nos capítulos aceitos. Exemplo: "Embora ele me mate, confio nele" [XIII, 5] deve ser 'Todavia eu não tremo" ou "Todavia não tenho esperança".[234] Kallen e outros viram semelhanças com a tragédia grega de Eurípides.[235] Os capítulos III-XLI são escritos na forma antistrófica típica da poesia hebraica.) "Eu o considero", diz o ultra-ardente Carlyle, "uma das maiores coisas jamais escritas com a pena. (....) Um livro nobre; o livro de todos os homens! Corresponde à nossa primeira ou mais velha proposição do problema sem fim — o destino do homem e o comportamento de Deus com ele na terra. (....) Para mim nada há na Bíblia, ou fora dela, de igual mérito literário."[236] O problema surge da importância que os primitivos judeus davam a este mundo. Desde que na velha teologia judaica não havia Céu,[237] a virtude só podia ser premiada na terra. Mas às vezes parecia que só os maus prosperavam, e o que os mais requintados castigos se reservam para os bons. Por que, pergunta o Salmista, só o ímpio prospera na terra?[238] Por que Deus se esconde, em vez de punir o mal e premiar o bem?[239] O autor de Jó propõe a questão mais resolutamente, e talvez ofereça o seu herói como símbolo para os judeus. Israel havia adorado Jeová (a espaços) como Jó o fizera; a Babilônia havia ignorado Jeová, além de blasfemar contra ele; no entanto a Babilônia prosperava, enquanto Israel comia o pó no cativeiro. Que dizer-se de tal deus?

Num prólogo no Céu, inserido por algum hábil escriba para minorar o escândalo do livro, Satanás sugere a Jeová que Jó "é perfeito e justo" apenas porque é rico e poderoso; conservaria tais virtudes na adversidade? Para pô-lo à prova, Jeová permite a Satã fazer chover calamidades sobre a cabeça de Jó. Por algum tempo Jó mostra a "paciência de Jó", mas depois rebela-se, pensa no suicídio e amargamente exproba ao deus o abandono em que o lança. Zofar, que vem gozar os sofrimentos do seu amigo, insiste em que Deus é justo e ainda o recompensará na terra; mas Jó exclama:

> "Na verdade sois o povo, e a sabedoria morrerá convosco. Mas eu tenho entendimento como vós; (....) quem não sabe tais coisas como essas? (....) As tendas dos salteadores são prósperas, e os que provocam a Deus estão seguros; tudo lhes põe Deus nas mãos com abundância. (....) Meus olhos vêem tudo isso, meus ouvidos ouvem e entendem. (....) Sois porém forjadores de mentira, vós todos médicos que não valeis nada. Oxalá que calásseis de todo. Isso vos faria passar por sábios."[240]

Jó pondera na brevidade da vida e na extensão da morte:

> O homem que nasce de mulher vive poucos dias, e cheio de aflição. Vem como uma flor, e como ela é cortado; desaparece na sombra e não continua. (....) Porque uma árvore cortada tem esperança de rebrotar e recrescer. (....) Mas o homem morre e acaba; sim, o homem rende a alma e que é dele? Como as águas caem no mar e

> e a enchente abaixa, assim o homem cai e não se levanta. (....) Se um homem morre viverá de novo?[241]

O debate continua com vigor, e Jó se torna mais e mais céptico a respeito de Deus, chegando a ponto de considerá-lo "adversário"; e deseja que esse inimigo se destrua a si próprio escrevendo um livro — [242] talvez uma teodicéia à moda de Leibnitz. A conclusão desse capítulo — "As palavras de Jó chegam ao fim" — sugere que isso era o término de um discurso que, como o Eclesiastes, representava uma forte minoria herética entre os judeus. ("Os cépticos", diz o céptico Renan, "escrevem pouco, e há muitas probabilidades de que se perca o que eles escrevem. O destino do povo judeu tendo sido exclusivamente religioso, a parte secular de sua literatura tinha de ser sacrificada."[243] A repetição de "Os insensatos dizem que em seu coração não há Deus", nos Salmos, indica que tais insensatos eram bastante numerosos para impressionar Israel. Há aparentemente uma citação desta minoria em Zefanias, I, 12.) Mas um novo filósofo entra em cena nesse ponto — Élio, que demonstra em 165 versos a justiça de Deus para com os homens.

Finalmente, em uma das mais majestosas passagens da Bíblia, a voz veio do alto das nuvens:

> Então no meio de um torvelinho respondeu Jeová a Jó:
> Quem é esse que escurece o conselho com palavras tontas? Cinge os teus lombos como um homem, porque eu perguntarei e tu responderás. Onde estavas tu quando eu lancei os fundamentos da terra? Dize-mo, se o sabes. Quem estabeleceu as medidas, quem traçou as linhas? Quem lançou as bases, ou quem assentou a sua pedra da esquina, quando as estrelas da manhã cantavam juntas e todos os filhos de Deus se jubilavam? Ou quem fechou com portas o mar quando ele rompeu e saiu da madre — quando eu lhe punha vestes de nuvens e faixas de trevas e lhe tracei limites e lhe pus ferrolhos às portas e disse: Até aqui virás, e adiante não passarás; e aqui pararão as tuas orgulhosas ondas? Porventura alguma vez na vida deste ordens à manhã? e mostraste à aurora o seu lugar? (....) Acaso entraste nos mananciais do mar? ou andaste pelos recessos do abismo? Porventura te foram reveladas as portas da morte ou viste as portas da sombra da morte? Compreendeste a largura da terra? faze-mo conhecer, se o sabes. Entraste nos tesouros da neve? ou viste os tesouros da saraiva? (....) Podes atar as cadeias das Plêiades ou soltar as ataduras de Órion? (....) Conheces porventura as ordenanças do céu? podes dizer do demônio delas sobre a terra? (....) Quem deu entendimento ao coração e sabedoria às entranhas? (....) Pode o que contende com o Todo-Poderoso instruí-lo? Que responda o que reprova a Deus.[244]

Jó humilha-se, aterrorizado diante da aparição. Jeová acalma-se, perdoa-o, aceita o seu sacrifício, denuncia os amigos de Jó pelos seus fracos argumentos,[245] e dá-lhe 14.000 carneiros, 6.000 camelos, 1.000 juntas do boi, 1.000 jumentas, 7 filhos e 3 filhas, e 140 anos. É um fim aleijado, mas feliz; Jó recebe tudo, menos respostas às suas perguntas. O problema permanece; e iria exercer efeitos profundos no pensamento judeu. Nos dias de Daniel (167 a.C.) seria abandonado como insolúvel; nenhuma resposta poderia ser dada — diriam Daniel, Enoc (e Kant) — a não ser que o homem admitisse outra vida além do túmulo, na qual o bem fosse premiado e o mal castigado. Foi esta uma das correntes que levou o cristianismo à vitória.

No Eclesiastes o problema recebe resposta pessimista; a prosperidade ou o infortúnio nada têm a ver com a virtude ou o vício. A autoria e data dos Eclesiastes nos são desconhecidas. Sarton o põe num período entre 250 a 168 a.C.[246] O autor chama a si próprio "Koheleth" e também "o filho de Davi, rei em Jerusalém", isto é, "Salomão".[247]

> Todas as coisas tenho visto nos dias da minha vaidade; o justo que perece na sua justiça e o perverso que prospera na sua perversidade. Vi ainda todas as opressões que se praticam sob o sol: eis as lágrimas dos oprimidos, eles não tinham conforto! e do lado dos opressores estava o poder.(....) Se vires a opressão do pobre e a violenta perversão do direito e da justiça numa província não te maravilhes, (....) porque há justiça mais alta.[248]

Não é a virtude ou o vício que determina a vida do homem, mas a sorte cega. "Eu vi debaixo do sol que a corrida não é para os ligeiros, nem a batalha para os fortes, nem o pão para os sábios, nem as riquezas para os inteligentes, nem o favor para os hábeis; mas tudo depende da oportunidade e da sorte."[249] A própria riqueza é insegura, e não traz felicidade. "Quem ama a prata não será saciado pela prata; nem quem ama a abundância, com o seu aumento: isso também é vaidade. (....) O sono do homem que trabalha é suave, coma ele pouco ou muito; mas a abundância do rico não o deixa dormir."[250] Lembrando-se dos seus parentes, ele expõe numa linha a teoria de Malthus: "Quando crescem os bens, cresce o número de bocas."[251] Não se satisfaz com as lendas da Idade do Ouro ou uma futura Utopia: as coisas sempre foram e serão assim. "Não digas: Por que os dias passados foram melhores que os de hoje? pois não é da sabedoria que procede tal pergunta";[252] devemos escolher cuidadosamente os nossos historiadores. "O que tem sido é o que há de ser; e o que se tem feito é o que se há de fazer; nada há de novo debaixo do sol. Poderemos dizer: Isto é novo? Não, isso já existiu nos séculos antes de nós.[253] O progresso, diz ele, é uma ilusão; as civilizações têm sido esquecidas e isso não se modificará."[254]

Em geral o Pregador sente que a vida é coisa triste, e não vale a pena ser vivida; não passa de uma agitação em círculo e sem mira, e sem resultado, pois termina onde começa; uma luta estéril, em que nada é certo, salvo a derrota.

> Vaidade das vaidades, diz o Pregador; vaidade das vaidades, tudo é vaidade. Que proveito tira o homem de todo o trabalho com que se afadiga debaixo do sol? Uma geração vai-se e outra vem, mas a terra permanece para sempre. Nasce o sol, põe-se o sol. O vento vai em direção do sul e volta para o norte; volve e revolve na sua carreira e retorna os seus circuitos. Todos os rios correm para o mar e o mar não se enche; ao lugar para onde correm os rios, para lá retornam eles a correr. (....) Por isso eu louvo mais os mortos que já morreram do que os vivos que ainda vão morrer. Mais venturoso que os mortos e os vivos é o que não nasceu, nem viu as más obras que se fazem debaixo do sol. (....) Melhor é o bom nome do que ungüento precioso, e melhor o dia da morte do que o do nascimento.[255]

Por algum tempo ele procura a resposta do enigma da vida no prazer: "De modo que louvei a alegria, porque para o homem nada há melhor debaixo do sol do que comer, beber e alegrar-se." Mas, cuidado, "porque também isso é vaidade".[256] Quem

dificulta o prazer é a mulher, da qual o Pregador parece ter recebido muitos espinhos. "Um homem entre mil eu encontrei; mas uma mulher, não. (....) Acho melhor a morte. Eu achei uma coisa mais amarga que a morte — a mulher cujo coração é laço e rede e cujas mãos são grilhões; quem agradar a Deus escapará delas."[257] E conclui sua digressão no mais escuro reino da filosofia voltando ao conselho de Salomão e Voltaire, que não praticou: "Goza com a mulher que amas todos os dias da vida vã que Deus te deu debaixo do sol."[258]

Mesmo a sabedoria é coisa questionável; o Pregador a louva generosamente, mas suspeita que muita sabedoria é um mal. "O fazer livros não tem fim", diz ele com muita previsão do futuro, "mas o estudar é o enfado da carne."[259] Pode ser sensato que procure a sabedoria aquele que tem boa renda; "a sabedoria é boa com uma herança"; do contrário "é uma rede e destrói os seus amantes."[260] (Verdade igual à de Ieová a Moisés: "Tu não podes ver minha face, porque nenhum homem que a veja viverá."[261]) No fim o sábio morre tão completamente como o tolo, e ambos revelarão o mesmo cheiro.

> Apliquei meu coração a inquirir e investigar a respeito de tudo que se faz debaixo do sol; duro trabalho que Deus deu aos filhos dos homens que nele se exercitarem. Tenho visto todas as obras que se fazem sob o sol; eis que tudo é vaidade a correr atrás do vento. (....) Eu me comuniquei com o meu coração, dizendo: Eis que eu me engrandeci e excedi em sabedoria a todos que antes de mim existiram em Jerusalém; o meu coração tem tido larga experiência da sabedoria e do conhecimento: eis que também isto é correr atrás do vento. Pois na muita sabedoria há muito enfado; e quem aumenta ciência aumenta a tristeza.[262]

Tudo pode ser superado se o homem justo olha para uma felicidade além túmulo. Mas para o Eclesiastes também isto é ilusão; o homem é um animal e morre como qualquer outro animal.

> Pois o que sucede às bestas sucede aos homens; uma e a mesma coisa os espera. Como morre um, assim morre o outro; todos têm o mesmo fôlego, o homem não tem vantagem sobre as bestas; pois tudo é vaidade. Todos vão para um lugar; todos foram feito de pó e todos voltarão para o pó. (....) Pelo que vi não há nada melhor que o homem regozijar-se nas suas obras; por que essa é a sua parte. Onde encontrares o que fazer, faze-o; porque não há trabalho, nem instrumentos, nem ciência, nem sabedoria, no túmulo para onde vais.[263]

Que comentário para a sabedoria, tão louvada nos Provérbios! A vitalidade de Israel estava exausta pela luta contra os impérios vizinhos. O Jeová, em quem a nação confiara, não lhe viera em socorro; e na sua dor Israel lançou ao mundo esse grito de desespero, com as mais profundas dúvidas que já surgiram na alma humana.

Jerusalém havia sido restaurada, mas não como a cidadela de um deus invencível; iria ser vassala, primeiro da Pérsia, depois da Grécia. Em 334 a.C. o jovem Alexandre apareceu às portas da cidade e impôs a rendição. O Sumo Sacerdote a princípio recusou; mas na manhã seguinte, em conseqüência do sonho tido à noite, acedeu na entrega. Ordenou ao clero que se apresentasse nas vestes do ofício e ao povo que se trajasse do mais imaculado branco — e com esse acompanhamento se encaminhou para

as portas a fim de solicitar a paz. Alexandre curvou-se diante do Sumo Sacerdote, exprimiu admiração por aquele povo e seu deus e aceitou Jerusalém.[264]

Não foi o fim da Judéia. Era o primeiro ato de um drama de séculos que se encerrava. Cristo abriria o segundo; Assuero, o terceiro; hoje vemos desdobrar-se mais um ato, que não será o último. Destruída e reconstruída, destruída e reconstruída, Jerusalém sempre se ergue de novo, como símbolo de vitalidade e pertinácia de um povo heróico. Os judeus, velhos como a História, podem durar tanto quanto a Civilização.

CAPÍTULO XIII

Pérsia

I. SURTO E QUEDA DOS MEDOS

Origens — Governantes — O sangrento tratado de Sárdis — Degeneração

QUEM fora esses medos, de papel tão importante na destruição da Assíria? Escapa-nos a sua origem; a História é um livro que começamos a ler do meio. A primeira menção que temos dos medos aparece numa tabuinha relembrativa da expedição de Salmanasar III contra um país de nome Pársua nas montanhas do Curdistão (837 a.C.); lá, parece, 27 chefes-reis governavam 27 Estados de baixa densidade demográfica, cujo povo se chamava amadai, madai ou medo. Como indo-europeus, provavelmente tinham vindo para a Ásia Ocidental, cerca de mil anos antes de Cristo, das costas do Mar Cáspio. O *Zend-Avesta,* a escritura sagrada dos persas, idealizou a memória racial dessa antiga terra-mãe, descrevendo-a como um paraíso: o cenário da nossa juventude, como o passado, é sempre belo, porque nele já não vivemos. Os medos parecem ter errado nas regiões de Borkhara e Semarcande, emigrando depois para o sul e finalmente para a Pérsia.[1] Nas montanhas em que se estabeleceram, encontraram cobre, ferro, chumbo, ouro e prata, mármore e gemas preciosas;[2] e como fossem um povo simples e forte, criaram uma próspera agricultura nos vales e encostas dos montes.

Em Ecbátana (talvez a moderna Hamadã), situada em pitoresco vale fertilizado pelo degelo das montanhas vizinhas, palavra que significa "ponto de reunião de muitos caminhos", Deioces, seu primeiro rei, fundou a primeira capital, adornando-a de um palácio construído sobre dois terços de milha quadrada. Segundo Heródoto, Deioces subiu ao poder graças ao seu espírito de justiça; mas no trono transformou-se em déspota. Expediu instruções determinando que "nenhum homem fosse admitido à presença do rei; só deviam dirigir-se a ele por meio de emissários; por outro lado, era indecência rir ou cuspir diante dele. Estabeleceu cerimônias relativas à sua pessoa. (....) de modo que desse idéia aos que não o podiam ver de que o rei era de natureza diferente da dos demais homens".[3] Sob sua direção, os medos, fortalecidos pela vida frugal e belicosa, tornaram-se uma ameaça para a Assíria, a qual várias vezes os atacou; mas, embora a Assíria os derrotasse, nunca se extinguiu neles o amor pela liberdade. O maior dos rei medos, Ciaxares, liquidou o caso com a destruição de Nínive. Inspirado por essa vitória, seu exército derramou-se a oeste da Ásia até as portas de Sárdis — só sendo detido por um eclipse do sol. No pavor daquele aviso dos céus, os chefes dos exércitos combatentes assinaram um tratado de paz, que selaram bebendo cada qual um pouco do sangue do outro.[4] No ano seguinte Ciaxares morreu, havendo no decurso do longo reinado expandido o primitivo reino de modo a compreender a Assíria, a Média e a Pérsia. Mas dentro de uma geração depois de sua morte o império desabou.

A duração desse império foi muito breve para permitir que dele surgisse alguma contribuição para a herança cultural humana; limitou-se a lançar as bases da cultura

da Pérsia. À Pérsia deram os medos a sua língua ariana, o seu alfabeto de 36 letras, a substituição da argila pelo pergaminho,[5] o extenso uso da coluna na arquitetura, o seu código moral de escrupulosa economia em tempo de paz e ilimitada ostentação em tempo de guerra, a sua zoroastriana religião dos deuses Ahura-Mazda e Arimã, a sua família patriarcal e o casamento polígamo, e um corpo de leis que não foi alterado, pois permitiu a Daniel a famosa frase sobre "as leis dos medos e persas, que não se alteram".[6] Da sua literatura e arte, nem uma letra, nem uma pedra ficou.

A degeneração dos medos foi ainda mais rápida que o seu surgimento. Astíage, sucessor de Ciaxares, provou mais uma vez que a monarquia é um jogo, no qual facilmente a loucura pode suceder ao gênio no trono. O filho do grande imperador recebeu o legado e dispôs-se a gozar a vida. Diante do exemplo de cima, o povo abandonou a moral severa e a estóica vida de até então; a riqueza viera muito de súbito para que fosse sabiamente usada. As classes altas tornaram-se escravas da moda e do luxo, os homens usavam calças bordadas e as mulheres cobriam-se de cremes e jóias; os próprios cavalos eram ajaezados de ouro.[7] Aquele povo simples e pastoril que se contentara com carretas cujas rodas eram roletes de madeira[8] rodava, agora, em carruagens de luxo, de festim em festim. Os primeiros reis orgulhavam-se da justiça de suas decisões, mas Astíage, desagradando-se de Hárpago, mandou que lhe servissem o corpo mutilado do filho para que o comesse.[9] Hárpago assim fez, dizendo que o que quer que um rei ordenasse lhe era agradável; mas vingou-se, ajudando Ciro a depor Astíage. Quando Ciro, o brilhante rei da dependência meda de Anshan, na Pérsia, rebelou-se contra o efeminado déspota de Ecbátana, os próprios medos aplaudiram a sua vitória e sem protesto o aceitaram como soberano. Por acordo, a Média deixou de ser senhora da Pérsia, e a Pérsia passou a senhora da Média, preparando-se para senhorear também todo o Oriente Próximo.

II. OS GRANDES REIS

O romântico Ciro — Sua sábia política — Cambises — Dario, o Grande — Invasão da Grécia

Ciro foi um desses reis naturais, de cuja coroação, como disse Emerson, todos os homens se rejubilam. Rei no espírito e na ação, capaz de sábio governo administrativo tanto quanto de vitórias dramáticas, generoso para com os vencidos e amado pelos ex-adversários, não admira que os gregos o fizessem personagem de inúmeros romances, e o maior dos heróis antes de Alexandre. O que nos causa desapontamento é não podermos restaurar o seu retrato com base em Heródoto e Xenofonte. O primeiro misturou à sua história muita fábula,[10] e o outro fez da *Ciropédia* um ensaio de arte militar, com acidentais preleções sobre a educação e a filosofia. Postas de lado estas histórias, a figura de Ciro aparece-nos como um fantasma apenas, como uma agradável sombra O mais que podemos dizer a seu respeito é que se tratava de um tipo formoso, já que os persas dele fizeram o modelo da beleza física no fim da sua arte antiga;[11] que fundou a dinastia aquemênida dos "Grandes Reis" do mais famoso período da história persa; que organizou poderosamente o exército, conquistou Sárdis e Babilônia, pôs fim ao domínio semita na Ásia Ocidental e absorveu os reinos da Assíria, Babilônia, Lídia e Ásia Menor, formando o Império Persa — a maior organi-

zação política da antiguidade antes de Roma, e uma das mais bem governadas da História.

No quanto podemos visualizar através do nevoeiro da lenda, Ciro foi o mais amável dos conquistadores; a base do seu império consistiu na generosidade. Sua leniência era conhecida pelos seus inimigos, que não o enfrentavam com aquela desesperada coragem dos que só encontram pela frente dois caminhos, vencer ou morrer. Já vimos em Heródoto como ele salvou Creso da morte na fogueira em Sárdis, transformando-o em amigo e conselheiro; e como tratou magnanimamente aos judeus. A essência da sua política era que os vários povos do Império deviam ser deixados com plena liberdade religiosa, porque a religião é mais forte que o Estado. Em vez de saquear cidades e destruir templos, mostrava grande respeito pelos deuses dos vencidos e contribuía para a manutenção dos santuários; mesmo os babilônios, que haviam resistido por tanto tempo, acalmaram-se quando o viram preservar os templos e honrar os seus deuses. Oferecia sacrifícios às divindades locais. Como Napoleão, aceitava com indiferença todas as religiões e, com muito mais finura, fazia-se amigo de todos os deuses.

Mas novamente como Bonaparte, foi vítima do excesso de ambição. Depois de haver dominado todo o Oriente Próximo iniciou uma série de campanhas para livrar a Pérsia e a Média das invasões dos nômades bárbaros da Ásia Central. Parece ter levado essas excursões até Jaxartes, a norte e leste da Índia. Subitamente, no alto da curva, foi morto em batalha com a tribo dos massagetas, obscuro povo do sul do Mar Cáspio. A exemplo de Alexandre, formou um império mas não teve vida suficiente para organizá-lo.

Grande defeito do caráter de Ciro foram os seus acessos de desmedida crueldade, defeito que transmitiu ao filho, semilouco, sem também transmitir as qualidades boas. Cambises começou matando Esmérdis, seu irmão e rival; depois, inebriado pela fama das riquezas do Egito, deliberou conquistá-lo. Foi bem sucedido, mas evidentemente à custa da sanidade mental. Não se mostrou difícil a captura de Mênfis, mas um exército de cinco mil persas, mandado para anexar o Oásis de Amon, pereceu no deserto, e a expedição contra Cartago falhou, em vista de as tripulações fenícias da frota persa se recusarem a atacar uma colônia fenícia. Cambises publicamente insultou a religião egípcia, enterrando sua adaga no touro adorado pelos egípcios como o deus Ápis; exumou múmias e devassou os túmulos reais sem nenhum temor às antigas maldições; profanou os templos e fez queimar ídolos. Imaginou que desse modo curaria os egípcios das suas velhas superstições; mas quando a doença o colheu — epilepsia, talvez — os egípcios ficaram certos de que se tratava da vingança dos deuses e essa idéia fortaleceu-lhes ainda mais a teologia. E, como para ainda uma vez ilustrar a inconveniência da monarquia, Cambises, com um napoleônico pontapé no estômago, matou sua irmã e esposa Roxana, e matou com uma seta seu filho Prexaspes, e enterrou vivos doze nobres persas, e condenou Creso à morte; depois se arrependeu, regozijou-se de saber que a execução da sentença fora retardada — e puniu os oficiais que a retardaram.[12] No retorno à Pérsia soube que um usurpador se apossara do trono e recebia o apoio de uma grande revolução. Nesse momento Cambises desaparece da história — por suicídio, diz a tradição.[13]

O usurpador era Esmérdis, milagrosamente preservado do ciúme fratricida de Cambises; na realidade, não passava de um fanático religioso, um devoto do antigo magismo que pretendia destruir o zoroastrismo — religião oficial da Pérsia. Outra revolução breve o depôs, e os sete aristocratas que a chefiaram escolheram para rei um

do grupo, Dario, filho de Histaspes. E o reinado do maior rei persa teve início em meio a uma sangueira.

A sucessão dos reis no Oriente era marcada não só pelas revoluções do palácio como por levantes de colônias, que se aproveitaram do momentâneo caos ou da inexperiência do novo governante para as suas tentativas de liberdade. A usurpação e o assassínio de Esmérdis deram aos povos vassalos da Pérsia uma excelente oportunidade: os governadores do Egito e da Lídia recusaram submeter-se, e as províncias de Susiana, Babilônia, Média, Assíria, Armênia, Sácia e outras levantaram-se. Dario dominou uns e outras com mão pesada. Depois, percebendo a facilidade com que numa crise o grande império poderia esfacelar-se, despiu a armadura de guerra e tornou-se o mais sábio administrador da História, conseguindo dar ao império uma organização modelar e sem paralelo no passado. Seu governo permitiu à Ásia Ocidental uma prosperidade jamais vista.

Dario esperava governar em paz, mas a fatalidade dos impérios impõe-lhes guerra permanente, porque os conquistados têm que ser periodicamente reconquistados, o que não permite aos conquistadores depor as armas; a qualquer momento tudo muda e um novo império pode derribar o velho. Em tal situação torna-se necessário inventar guerras, quando elas não surgem por si mesmas; cada geração há que ser treinada nas durezas das campanhas e ensinada no culto do sacrifício pela pátria.

Talvez tenha sido em parte por estas razões que Dario levou seus exércitos à Rússia do Sul, através do Bósforo e do Danúbio até o Volga, para castigar os citas; e também ao Afeganistão e a um cento de montanhas do vale do Indo, acrescendo assim de extensas regiões e milhões de almas e rupias o seu reino. Para a expedição contra a Grécia temos de procurar razões mais substanciais. Heródoto faz-nos crer que Dario cometeu esse deslize por indução de uma das suas mulheres, Atossa;[14] mas parece mais nobre admitir que Dario via nas cidades-estados gregas um império em potencial, perigoso para a dominação persa na Ásia Ocidental. Quando a Jônia se revoltou e recebeu auxílio de Esparta e Atenas, relutantemente Dario decidiu começar a guerra. Não há quem não saiba da sua passagem pelo Egeu, da derrota do seu exército em Maratona e do seu triste retorno à Pérsia. E lá, em meio às extensas preparações para outra tentativa contra a Grécia, subitamente adoeceu e morreu.

III. VIDA E INDÚSTRIA DA PÉRSIA

O império — O povo — A língua — Os camponeses — As estradas reais — Comércio e finanças

O Império Persa no tempo de Dario incluía vinte províncias ou "satrapias", entre elas o Egito, a Palestina, a Síria, a Fenícia, a Lídia, a Frígia, a Jônia, a Capadócia, a Sicília, a Armênia, a Assíria, o Cáucaso, a Babilônia, a Média, a Pérsia, o moderno Afeganistão, o Beluchistão, a Índia a oeste do Indo, a Sogdiana, a Bátria, a região dos massagetas e outras tribos da Ásia Central. Jamais havia a História deparado antes tamanha extensão de terras sob um mesmo governo.

A Pérsia, que iria durante 200 anos governar esses quarenta milhões de almas, não era naquela época o que hoje conhecemos como Pérsia e seus habitantes como Irã; era um território menor, a leste do Golfo Pérsico, conhecido dos antigos persas como *Pars* e dos modernos como

Fars ou *Farsistan*.[15] Composta quase inteiramente de montanhas e desertos, pobre em rios, sujeita a invernos rigorosos e a verões muito quentes (em Susa, diz Estrabão, o estio era de tal modo quente que as cobras e lagartos não podiam atravessar uma rua senão bastante depressa para escapar com vida à ardência do sol[16]), só podia sustentar os seus dois milhões de habitantes[17] por meio de contribuições de fora, como as que o comércio ou a conquista podem fazer. A raça, de rudes montanheses, viera, como os medos, do tronco indo-europeu, talvez do sul da Rússia; e a língua e a religião revelavam íntima afinidade com as dos arianos que haviam cruzado o Afeganistão para se tornarem a casta dominante no norte da Índia. Dario I, numa inscrição em Naksh-i-Rustam, diz-se "persa, filho de persa, ariano de descendência ariana". Os seguidores de Zoroastro falavam de sua antiga terra como *Aryana-vaejo* — "o lar ariano", geralmente identificado como o distrito de Arran, no rio Araxes. Estrabão aplicava o nome *Ariana* ao que hoje se chama *Irã*.[18]

Eram os persas o mais belo povo do Oriente Próximo. Nos monumentos aparecem eretos e vigorosos, enrijecidos pela vida nas montanhas e todavia refinados pela riqueza, com agradável simetria de feições, nariz quase grego e uma certa nobreza no andar. Adotaram em sua maior parte o vestuário medo e mais tarde os seus ornamentos. Consideravam inconveniência descobrir mais que o rosto; na cabeça traziam o turbante; nos pés, sandálias ou sapatos de couro. Calças tríplices, roupa de baixo de linho, túnica dupla com mangas e cinto protegiam a população contra as agruras do clima. O vestuário do rei distinguia-se pelas calças carmesim, bordadas, e os sapatos amarelos, de botões. A roupa das mulheres diferia da dos homens apenas por uma abertura no peito. Os homens usavam barbas longas e cabelos cacheados, tendo mais tarde adotado as perucas.[19] Nos dias da opulência imperial tanto homens como mulheres faziam grande uso de cosméticos; empregavam cremes para melhorar a pele e tinta nas pálpebras para aumentar o tamanho e o brilho dos olhos. Surgiu uma classe de especialistas em beleza, chamada pelos gregos *kosmetai*. Os persas revelaram-se conhecedores de perfumes e são dados como os inventores dos cremes de beleza. O rei nunca ia à guerra sem grande sortimento deles, para assegurar a sua fragrância na vitória ou na derrota.[20]

Muitas línguas foram usadas na longa história da Pérsia. A de uso na corte nos dias de Dario I era o Velho Persa — tão aparentado com o sânscrito que evidentemente não passava de dialeto de uma língua mais velha e muito afim das nossas.

Exemplos da correlação:

Velho Persa	Sânscrito	Grego	Latim	Alemão	Inglês
Pitar	*pitar*	*pater*	*pater*	*Vater*	*father*
nama	*nama*	*onoma*	*nomen*	*Nahme*	*name*
napat (neto)	*napat*	*anespsios*	*nepos*	*Neffe*	*nephew*
bar	*bhri*	*ferein*	*ferre*	*führen*	*bear*
matar	*matar*	*meter*	*mater*	*Mutter*	*mother*
bratar	*bhratar*	*phrater*	*frater*	*Bruder*	*brother*
çta	*stha*	*istemi*	*sto*	*stehen*	*stand*[21]

O velho Persa desenvolveu-se, de um lado, no *Zend* — a língua do *Zend-Avesta* — e, de outro, no *pahlavi*, língua hindu, da qual veio o persa atual.[22] Quando os persas adotaram a escrita, tomaram para suas inscrições o cuneiforme da Babilônia e para os documentos o alfabeto aramaico.[23] Reduziram os 300 caracteres do silabário dos babilônios a 36, que gradualmente passaram de sílabas a letras e deram o alfabeto cuneiforme.[24] A escrita, entretanto, parecia aos persas algo efeminado, a que consagram o pouco tempo tirado da caça, da guerra e do amor. Não condescenderam em produzir uma literatura.

O homem comum vivia satisfeito na sua ignorância da escrita e dava-se todo ao cultivo do solo. O *Zend-Avesta* exaltava a agricultura como a ocupação mais nobre de todas e a mais agradável ao supremo deus Ahura-Mazda. Parte das terras era cultivada por agricultores livres, que muitas vezes se juntavam em grupos cooperativos para a lavra de grandes áreas.[25] Parte

pertencia a barões feudais, e era cultivada por rendeiros; outra parte era cultivada por escravos estrangeiros, nunca persas. Os bois moviam arados de madeiras com ponta de ferro. Os persas usavam a irrigação artificial, com água coletada das montanhas. A alimentação consistia de trigo e cevada, que constituía sua principal cultura, mas muita carne e vinho eram consumidos. Ciro serviu vinho a seu exército,[26] e os conselhos nunca empreendiam as discussões políticas sem se sentirem estimulados pelo vinho — embora tivessem o cuidado de rever as decisões no dia seguinte. "Eles realizavam suas mais importantes deliberações bebendo vinho", conta-nos Estrabão, "e consideravam as decisões então tomadas como mais consistentes do que quando estavam sóbrios."[27] Aos deuses ofereciam uma bebida muito forte, o *haoma*; isso os predispunha à justiça e à piedade.[28]

A indústria nunca se desenvolveu entre os persas; tudo lhes vinha de fora. Vemos mais originalidade nos sistemas de transportes. Os engenheiros de Dario uniram por meio de excelentes estradas as várias capitais; uma delas, a de Susa a Sárdis, tinha 1.500 milhas de extensão. Quilometravam-nas acuradamente por *parasangs* (3-4 milhas); e de quatro em quatro *parasangs*, diz Heródoto, "há um posto real e uma excelente hospedaria, e todo o percurso da estrada é habitado e seguro."[29] Nos postos reais havia muda de cavalos para o serviço das malas do correio, de modo que, se o viajante comum ia de Susa a Sárdis em 90 dias, a mala real realizava o mesmo percurso no tempo de um automóvel de hoje — menos de uma semana. Os grandes rios eram atravessados por balsas, mas os engenheiros da época podiam, quando necessário, lançar sobre o Eufrates, e mesmo sobre o Helesponto, sólidas pontes por onde passassem centenas de cépticos elefantes. Outras estradas levavam ao Afeganistão e à Índia, fazendo de Susa um entreposto a meio caminho das já fabulosas riquezas do Oriente. Foram abertas estradas com fins estratégicos, para facilitar o controle da administração; mas serviram para estimular o comércio e a troca de costumes, de idéias e das inevitáveis superstições humanas. Foi através delas, por exemplo, que os anjos e diabos da Pérsia passaram para as mitologias judaica e cristã.

A navegação desenvolveu-se menos que o transporte por terra; os persas não tinham frota própria, utilizando-se da dos fenícios e gregos. Dario rasgou um canal unindo a Pérsia ao Mediterrâneo através do Mar Vermelho e do Nilo, mas a negligência de seus sucessores permitiu que o grande empreendimento fosse destruído pelas areias movediças. Quando Xerxes partiu no comando de parte de suas forças navais para circunavegar a África, viu a empresa falhar logo depois da passagem das colunas de Hércules.[30] O comércio esteve em sua maior parte entregue a estrangeiros — babilônios, fenícios e judeus; os persas desprezavam essa atividade, e olhavam as feiras como um ninho de mentiras. As classes abastadas envaideciam-se de tirar quanto precisavam de suas próprias terras, não contaminando assim as suas lindas mãos na sordidez da compra e venda.[31] Pagamentos, empréstimos e juros eram a princípio feitos em produtos, especialmente gado e grãos; a moeda cunhada veio mais tarde, da Lídia. Dario emitiu "daricos" de ouro e prata com sua efígie (mas não tinha relação com seu nome; "darico" vem do persa *zariq* e quer dizer "peça de ouro". O darico de ouro valia cinco dólares. Três mil daricos-ouro equivaliam a um talento persa.[32]), dando-lhes o valor-ouro, relativo à prata, de 13.5 para 1. Está aqui a origem da relação bimetálica dos sistemas monetários modernos.[33]

IV. UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO

O rei — Os nobres — O exército — Lei — Um castigo bárbaro — As capitais — As satrapias — Realizações administrativas

A vida da Pérsia era mais política e militar do que econômica; a riqueza não se baseava na indústria, mas no poder; vivia precariamente, como uma pequena e sobranceira ilha num imenso mar dominado pela força. A organização imperial que sustentou esse aparato revelou-se uma das mais competentes da História. No alto estava o rei, ou *Khshathra*, isto é, guerreiro (a palavra sobrevive no atual título do rei da Pérsia —

Shah [Xá]. A raiz também aparece em "sátrapa", ou governador, e no *Kshatriya*, ou casta guerreira da Índia); o título indica a origem militar e o caráter da monarquia persa. Como os reis menores lhe prestavam vassalagem, o rei persa intitulava-se "Rei dos Reis", e o velho mundo não protestou; os gregos chamavam-lhe simplesmente *Basileus* — O Rei.[34] Seu poder era teoricamente absoluto; podia matar com uma palavra, sem julgamento ou justificação, à moda de certos ditadores contemporâneos, e às vezes delegava à sua mãe ou esposa principal este privilégio de matança por capricho.[35] Nem mesmo os mais altos nobres ousavam oferecer a menor crítica, e a opinião pública se mostrava de todo impotente. O pai cujo filho fora morto diante de seus olhos por um arqueiro real limitava-se a cumprimentar o rei pela excelente pontaria demonstrada pelo arqueiro; os que sofriam o castigo do bastão agradeciam ao rei pelo fato de ter-se lembrado deles.[36] O rei governava tanto quanto reinava, se, como Dario e Ciro, se dignava fazer uma coisa e outra, mas os últimos monarcas transferiam os cuidados do governo aos nobres ou eunucos, passando a maior parte do tempo nas diversões da caça, do jogo e do amor.[37] A direção da corte cabia aos eunucos, os quais, aproveitando-se de suas vantagens de guardas do harém e preceptores dos príncipes, conduziam todos os venenos da intriga.[38] Quinhentos jovens castrados vinham anualmente da Babilônia para funcionar como "guardas das mulheres" nos haréns da Pérsia.[39] Não obstante tivesse o rei o direito de escolher o sucessor entre seus filhos, em regra a sucessão era determinada pelo assassínio e a revolução.

Na prática o poder real era limitado pela força da aristocracia medianeira entre o povo e o trono. Havia o costume de que as seis famílias que haviam participado com Dario I dos perigos do levante contra Esmérdis gozassem de privilégios especiais e fossem consultadas em todos os assuntos de alto interesse. Muitos nobres exerciam funções na corte, e serviam num conselho ao qual o rei ordinariamente dava a maior atenção. A munificência do rei ia agregando novos membros da aristocracia ao trono; em troca os nobres forneciam ao rei homens e materiais durante as campanhas. Dentro de seus feudos o nobre gozava de autoridade absoluta; impunha taxas, ditava leis, executava sentenças e mantinha força armada.[40]

A base do governo imperial era o exército; um império só subsiste enquanto retém a sua capacidade de matar. A obrigação militar abrangia todos os homens sãos de quinze a cinqüenta anos.[41] Quando um pai de três filhos pediu a Dario a isenção de um deles, todos os três foram condenados à morte; e quando outro pai, que mandara quatro filhos para a guerra, pediu a Xerxes a isenção do quinto, considerado arrimo da família, o corpo deste quinto filho foi cortado ao meio e pendurado em ambos os lados do caminho por onde o exército ia passar.[42] As tropas marcharam para a guerra em meio ao clamor das músicas marciais e os aplausos de cidadãos acima da idade militar.

A Guarda Real no exército compunha-se de dois mil cavaleiros e dois mil infantes, todos nobres, cuja única função era proteger o rei; e o exército permanente consistia exclusivamente de persas e medos; também desses elmentos se compunham as guarnições estacionadas nos centros estratégicos do império. Nas mobilizações totais serviam homens de todos os povos submetidos, cada grupo falando a sua língua e usando suas armas nacionais. Seu equipamento e comitiva eram variados e originais: arcos, cimitarras, dardos, adagas, machados, fundas, facas, escudos, elmos, armaduras de couro, cotas de malha, cavalos, elefantes, arautos, escribas, eunucos, prostitutas, concubinas e carros armados com grandes foices no cubo das rodas. A massa total, embora enorme no número (na expedição de Xerxes foi de 1.800.000 homens), jamais conseguiu unidade, e ao primeiro sinal de derrota retrocedia em tumultuosa debandada. Conquistava pela simples força do número e pela elasticidade em suportar perdas; e estava destina-

da à derrota na primeira vez que defrontasse um exército bem disciplinado e falando uma língua una. Foi esse o segredo de Maratona e Platéia.

Em tal Estado a única lei era a vontade do soberano e o único poder o exército; nenhum direito prevalecia contra essas forças, e nenhum precedente tinha valor, a não ser por um prévio decreto real. O orgulho da Pérsia consistia em afirmar que suas leis nunca mudaram, e que uma promessa ou decreto do rei eram irrevogáveis. Em seus editos e julgamentos o rei supunha-se inspirado pelo próprio deus Ahura-Mazda; por isso a lei do rei representava a vontade divina, e os delitos se perpetravam contra a deidade. Competia ao rei a função de supremo tribunal, mas o costume era a delegação dessa função a um homem da corte. A seguir vinha a Alta Corte de Justiça, com sete membros, e depois as cortes locais, espalhadas pelo império. Os sacerdotes formulavam a lei, e por muito tempo funcionaram como juízes; mais tarde foram substituídos por leigos, e mesmo por leigas — às vezes mulheres serviam de juiz. Havia o uso da fiança nos casos de menor vulto, e o processo seguia trâmites regulares. As cortes tanto decretavam recompensas como castigos; e levavam em conta, como atenuantes, os serviços prestados pelo acusado. Para evitar as delongas havia prazos; e também havia conciliação. À medida que as leis foram adquirindo complexidade, uma classe de homens, denominados "relatores da lei", formou-se para explicá-las aos litigantes e ajudá-los na condução de suas causas.[43] Estava em vigor o juramento e às vezes era aplicado o ordálio.[44] Cambises melhorou a integridade das cortes mandando arrancar a pele a um mau juiz e com ela forrando-lhe a cadeira — e para o cargo nomeou o seu filho.[45]

Os delitos menores puniam-se com a chibata — de cinco a duzentos golpes; envenenamento de um cão pastor, duzentos; homicídio involuntário, noventa.[46] A administração da lei era parcialmente financiada pela comutação das chibatadas em multas, à razão de seis rupias cada.[47] Os crimes mais sérios puniam-se com a marca a fogo, o aleijamento, a mutilação, a cegueira, a prisão e a morte. A letra da lei proibia que alguém, mesmo o rei, condenasse um homem à morte por um crime comum; mas essa pena cabia em casos de traição, estupro, sodomia, homicídio, onanismo, cremação ou enterro dos mortos, intrusão na intimidade dos reis, aproximação das suas concubinas, assentamento acidental no trono, ou qualquer ato que desagradasse à casa reinante.[48] A aplicação da pena de morte fazia-se por meio do veneno, da empalação, da crucificação, do enforcamento (em regra de cabeça para baixo), do apedrejamento, do enterro do corpo até ao pescoço, do esmagamento da cabeça entre duas pedras, do assamento em brasas ou do incrivelmente cruel suplício dos "botes". (Porque o soldado Mitrídates, numa bebedeira, gabou-se de ter sido ele, e não o rei, que havia matado Ciro na batalha de Cunaxa, diz Plutarco, Artaxerxes II "decretou que Mitrídates sofresse o castigo dos 'botes', que era executado da seguinte maneira: Tomando dois botes perfeitamente ajustáveis, deitavam num deles o malfeitor e o cobriam com o outro emborcado, mas com aberturas, de modo que a cabeça, as mãos e os pés ficassem de fora e o resto do corpo completamente tampado; ofereciam-lhe alimento e se ele o recusava faziam-no comer à força, picando-lhe os olhos; depois que havia comido, passavam-lhe no rosto uma mistura de leite e mel. E deixavam-no com o rosto constantemente virado para o sol, coberto de moscas e formigas. Dentro do bote fazia ele o que os que comem e bebem fazem, e lá ficava em meio aos excrementos e aos vermes que surgiam e ali se desenvolviam e lhe iam também devorando o

corpo. Quando o homem não dava mais sinais de vida, tiravam o bote-tampa e encontravam a vítima com o corpo semidevorado pela vérmina horrível. Assim expirou Mitrídates, depois de 17 dias de sofrimento''.[49]) Alguns desses ferozes castigos foram legados aos invasores turcos e depois foram acrescentados à herança geral da humanidade.[50]

Com essas leis e esse exército o rei governou suas 20 satrapias, ora de uma, ora de outra de suas muitas capitais — originalmente Pasárgada, ocasionalmente Persépolis, no verão Ecbátana, quase sempre Susa; aqui, nesta velha capital de Elam, a história do Oriente Próximo fechava o círculo ligando o fim ao começo. Susa tinha a vantagem da inacessibilidade e a desvantagem da distância; Alexandre teve de marchar duas mil milhas para tomá-la, já tendo, no entanto, percorrido com suas tropas 1.500 milhas para reprimir revoltas na Lídia e Egito. Por fim as grandes estradas permitiram a conquista física da Ásia Ocidental pela Grécia e pelos romanos, e a conquista teológica da Grécia e de Roma pela Ásia Ocidental.

O império estava dividido em províncias ou satrapias por conveniência da administração e da taxação. Cada província era governada, em nome do Rei dos Reis, às vezes por um príncipe vassalo, ordinariamente por um sátrapa (governante) de nomeação real e pelo tempo em que estivesse em graça na corte. Para manter os sátrapas no cabresto, Dario enviava a cada província um general autônomo em sua autoridade sobre a força militar; e ainda nomeava um secretário independente do sátrapa e do general, que os fiscalizava a ambos e punha o rei a par de tudo. E não paravam aí as cautelas. Havia ainda um serviço de espionagem, chamado ''os Olhos e Ouvidos do Rei'', que aparecia em dados momentos e examinava todos os negócios das províncias. Às vezes o sátrapa era deposto sem julgamento, às vezes serenamente envenenado pela criadagem — por ordem do rei. Abaixo do sátrapa, do general e do secretário ficava a horda dos funcionários — ou a velha burocracia, sempre a mesma de um reinado para outro. Os reis morrem mas a burocracia é eterna.

Os salários desta gente eram pagos pelo povo da província. E bem pagos, pois os sátrapas dispunham de palácios, haréns e parques de caça, a que os persas devem o histórico nome de ''paraíso''. Cada sátrapa tinha de mandar ao rei, anualmente, uma soma fixa em dinheiro e artigos. A satrapia da Índia mandava 4.680 talentos; a da Assíria e Babilônia, 1.000; a do Egito, 700; as quatro da Ásia, 1.760, etc., formando um total de 14.560 talentos — variando em equivalência de 160 a 218 milhões de dólares por ano. Além disso cada província era obrigada a contribuir para as necessidades do rei com víveres e outras produções da terra; ao Egito cabia fornecer anualmente 120.000 homens; aos medos, 100.000 carneiros; aos armênios, 30.000 éguas; aos babilônios, 500 jovens eunucos. Essas e outras fontes de riqueza fizeram com que ao capturar as capitais persas, depois de 150 anos de extravagâncias, depois de uma centena de dispendiosas revoluções e guerras e de haver Dario III levado 8.000 talentos na sua fuga, Alexandre ainda encontrasse 180.000 talentos nas tesourarias, ou seja, 2.700.000.000 dólares.[51]

Não obstante o alto preço que cobrava pelos seus serviços, o Império Persa constitui a mais bem-sucedida experiência de governo imperial que o mundo mediterrâneo conhecera antes do surgimento de Roma — a qual iria herdar muita coisa da organização persa. A crueldade e a dissipação dos últimos monarcas, o barbarismo das leis e a pesada taxação eram contrabalançados pela ordem e paz que permitiram às províncias enriquecerem apesar da sangria e gozarem da liberdade que só os impérios modernos

dão aos Estados vassalos. Cada região retinha a sua língua própria, suas leis e costumes, sua moral, religião e moeda, e às vezes até as suas dinastias e reis. Muitas das nações tributárias, como a Babilônia, a Fenícia e a Palestina, mostravam-se satisfeitas com a situação, por acreditarem que se tivessem governo autônomo seriam sangradas ainda mais. Sob o governo de Dario I o Império Persa correspondeu a uma grande realização política; somente Trajano, Adriano e os Antoninos iriam igualá-lo.

V. ZARATUSTRA

O advento do profeta — A religião persa antes de Zaratustra — A Bíblia da Pérsia — Ahura-Mazda — Os espíritos do bem e do mal — A Luta pela posse do mundo

A lenda persa narra como, muitas centenas de anos antes do nascimento de Cristo, um grande profeta apareceu no *Airyana-vaejo*, o antigo "lar dos arianos". O povo dava-lhe o nome de Zaratustra; mas os gregos, que não suportavam com paciência a ortografia dos "bárbaros", chamaram-lhe Zoroastro. A concepção de Zaratustra era divina: seu anjo da guarda entrara na planta *haoma* e passara com a seiva para o corpo de um sacerdote, quando este oferecia um sacrifício divino; no mesmo instante um raio da glória celeste entrou no seio de uma virgem de alta linhagem. O sacerdote desposou a virgem, o anjo assimilado pelo seu corpo misturou-se com o raio aprisionado — e surgiu Zaratustra.[52] Começou rindo-se alto no próprio dia do nascimento, e os espíritos maus que costumam reunir-se em torno de cada nova vida fugiram dele em tumulto e terror.[53] Seu grande amor à justiça e à sabedoria fê-lo afastar-se da sociedade dos homens e ir viver no agreste das montanhas, alimentando-se de queijo e frutos da terra. Tentou-o o Diabo, mas sem vantagem. Seu peito foi varado por uma espada, e suas entranhas enchidas de chumbo derretido; ele não se queixou e ainda mais se aferrou à fé em Ahura-Mazda — o Senhor da Luz, deus supremo. Mazda aparece-lhe e põe-lhe nas mãos o *Avesta*, ou Livro da Ciência e da Sabedoria, mandando que o pregasse ao gênero humano. Por muito tempo o mundo escarneceu dele e o perseguiu; mas por fim um alto príncipe do Irã — Vishtaspa ou Histaspes — ouviu-o com alegria e prometeu-lhe espalhar a nova fé. Assim nasceu a religião de Zoroastro. Zaratustra viveu vida longa, sendo consumido por um raio e subindo ao céu.[54]

Não podemos dizer o que há de verdadeiro nesta lenda; só algum Josias o descobriria. Os gregos aceitaram-na como história, honraram-na e deram-lhe uma antigüidade de 5.500 anos antes da era grega;[55] Berosus, o babilônio, colocou-a em 2000 a.C.;[56] e os historiadores modernos que admitem a existência de Zaratustra colocam-na entre os séculos X e VI a.C.[57] (Se o Vishtaspa que a promulgou foi o pai de Dario I, esta última data parece a mais provável.) Quando Zaratustra apareceu, encontrou o povo na adoração de animais,[58] de ancestrais,[59] da terra e do sol, numa religião com muitas deidades em comum com os hindus da idade védica.

As principais divindades desta fé pré-zoroastriana foram Mitra, deus do sol; Anaita, deusa da fertilidade e da terra; e Haoma, o deus-touro que, morrendo, voltou de novo e deu à humanidade seu sangue como bebida destinada a conferir imortalidade; os primitivos iranianos o adoravam, embriagando-se com o suco da erva *haoma*, encontradiça nas encostas das montanhas.[60] Zaratustra sentiu-se desagradado dessas

deidades primitivas e daquele ritual dionisíaco; rebelou-se contra os *magi*, os sacerdotes que o serviam; e, com o ímpeto de seus contemporâneos Amós e Isaías, anunciou ao mundo um deus único — Ahura-Mazda, senhor da Luz e do Céu, do qual todos os outros deuses não passavam de manifestações e qualidades. Talvez Dario I, que aceitou a nova doutrina, visse nela uma fé capaz de inspirar o povo e fortalecer o seu governo. A partir do acesso ao trono, Dario declarou guerra aos velhos cultos e seus sacerdotes, fazendo do zoroastrianismo a religião do Estado.

A Bíblia da nova fé consistia numa coleção de livros em que os discípulos do Mestre haviam juntado todas as suas palavras e preces. Mais tarde este livro recebeu o nome de *Avesta*, e devido ao erro de um erudito o mundo ocidental o conhece como o *Zend-Avesta*. (Anquetil-Duperron introduziu o prefixo *zend*, que os persas haviam usado para denotar apenas uma tradução e interpretação do *Avesta*. Esta última palavra é de origem incerta, provavelmente derivada, como a palavra *Veda*, da raiz ariana *vid*, "conhecer".[61]) O leitor não persa aterroriza-se hoje ao verificar que os alentados volumes que sobreviveram, embora menores que a nossa Bíblia, são apenas pequena fração da revelação feita pelo deus a Zaratustra. (A tradição persa fala de um *Avesta* de 21 livros, chamados *Nasks*, que também faziam parte das Escrituras originais. Um dos *Nasks* permanece intacto — *Vendidad*; do resto só se salvaram fragmentos, em composições posteriores, como o *Dinkard* e o *Bundahish*. Historiadores árabes falam do texto completo; cobria 12.000 couros de boi. De acordo com a tradição sagrada, duas cópias foram feitas pelo príncipe Vishtaspa; uma foi destruída quando Alexandre incendiou o palácio real de Persépolis; outra foi levada pelos gregos vitoriosos e, traduzida na Grécia [dizem as autoridades persas], proporcionou aos gregos todo o conhecimento científico que demonstraram. No século III da Era Cristã, Vologeso I, rei persa da Dinastia Arsacid, ordenou que se procedesse ao colecionamento de tudo quanto subsistia em escrito ou na memória dos fiéis; esta coleção fixou a forma atual do *Avesta* e se tornou a religião oficial do Irã. Durante a conquista muçulmana no século VII a obra sofreu nova devastação.[62]

Os fragmentos existentes podem ser divididos em cinco partes:

1. Os *Yasna* — 45 capítulos, da liturgia recitada pelos sacerdotes de Zoroastro, e 27 capítulos [caps. 28-54] chamados *Gathas*, que contêm os discursos e as revelações do Profeta, numa forma aparentemente métrica.
2. Os *Vispered* — 24 capítulos adicionais de liturgia.
3. Os *Vendidad* — 22 capítulos ou *fargards* com a exposição da teologia e da moral dos adeptos de Zoroastro e que agora constituem o Direito Canônico dos Parsis.
4. Os *Yashts*, i.e., cânticos de louvor — 21 salmos aos anjos, entremeados de história lendária e uma profecia do fim do mundo.
5. Os *Khordak Avesta* ou Pequenos *Avesta* — um breviário de orações para diversas ocasiões da vida.[63])

O que resta não passa, para o observador estrangeiro, de uma confusa massa de oracões, cantos, lendas, prescrições, moral e ritual, abrilhantada num ponto ou noutro pelo nobre da linguagem, pela fervorosa devoção e pela elevação moral. Como o nosso Velho Testamento, trata-se de uma composição bastante eclética. O estudioso descobre aqui e ali deuses, idéias e às vezes até palavras e frases do *Rig-veda*, em tal extensão que muitos eruditos consideram o *Avesta* inspirado, não pelo deus Ahura-Mazda, mas pelos *Vedas*;[64] outros trechos mostram a influência babilônica na história da Criação do mundo em seis períodos (céu, água, terra, plantas, animais e homens), na descendência do homem de um casal primitivo, no estabelecimento de um paraíso terreal,[65] no descontentamento do Criador com a criatura, e na destruição desta por meio de um dilúvio.[66] Mas os elementos especificamente iranianos bastam para caracterizar o todo: o mundo é concebido, em termos dualísticos, como o palco de um conflito de 12.000 anos entre o deus Ahura-Mazda e o diabo Arimã; a pureza e a honestidade são as maiores virtudes e levam à vida eterna; os mortos não devem ser queimados ou enterrados, como fazem os obscenos gregos ou hindus, mas lançados aos cães e abutres.[67]

O deus de Zaratustra foi primeiramente "o total círculo do céus". Ahura-Mazda "vestia-se com a abóbada do firmamento; (....) seu corpo é a luz e a glória soberana; o sol e a lua são seus olhos". Mais tarde, quando a religião passou dos profetas aos políticos, essa grande deidade representou-se como um rei de gigantesca majestade. Como criador e senhor do mundo, era assistido por uma legião de divindades menores originariamente descritas sob a forma de forças naturais — fogo e água, sol e lua, vento e chuva; mas a grande realização de Zaratustra foi, em palavras nobres como as do Livro de Jó, conceber seu deus como supremo em relação a todas as coisas:

> Isto te pergunto, e responde-me em verdade, ó Ahura-Mazda: Quem determinou a rota dos sóis das estrelas — quem faz a lua minguar ou crescer? (....) Quem, embaixo, sustenta a terra e o firmamento para não caírem; quem sustenta as águas e plantas; quem deu movimento aos ventos e nuvens; quem, ó Ahura-Mazda, evocou o Bom Espírito?[68]

Esse "Bom Espírito" não significa nenhum espírito humano ou animal, mas uma divina sabedoria, quase um *Logos*, usado por Mazda como um agente secreto da criação. (Darmesteter acredita que o "Bom Espírito" seja uma adaptação semignóstica do *logos theios*, ou Palavra Divina, de Filo, e portanto atribui à *Yasna* a data de mais ou menos o século I a.C.)[69] Zaratustra interpreta Ahura-Mazda como tendo sete aspectos ou qualidades: Luz, Bom Espírito, Justiça, Domínio, Piedade, Bondade, Imortalidade. Seus seguidores, afeitos ao politeísmo, interpretavam esses atributos como pessoas (os *amesha spenta*, ou as imortais criaturas sagradas) que, sob a chefia de Ahura-Mazda, criaram e dirigem o mundo; deste modo o majestoso monoteísmo do fundador se torna — como no caso do Cristianismo — o politeísmo do povo. Em adição a esses sagrados espíritos havia os anjos da guarda, um para cada criatura. Mas do mesmo modo que esses anjos e os sagrados seres ajudavam os homens na virtude, assim também sete *daevas*, ou espíritos maus (presumivelmente, influência de demonologia babilônica), pairavam no ar, sempre induzindo os homens ao crime e ao pecado, em guerra eterna contra Ahura-Mazda e todas as formas de justiça. O chefe desses diabos era Agro-Mamyus, ou Arimã, Príncipe das Trevas e rei do mundo subterrâneo, protótipo daquele operoso Satã que os judeus parecem ter tomado da Pérsia e legado ao cristianismo. Foi Arimã, por exemplo, quem criou as serpentes, as pestes, os gafanhotos, as formigas, o inverno, o escuro, o crime, o pecado, a sodomia, a menstruação e outras pragas da vida; e foram essas invenções do diabo que arruinaram o paraíso em que Ahura-Mazda colocara o primeiro casal humano.[70] Zaratustra parece considerar esses espíritos como deidades espúrias, encarnações populares e supersticiosas das forças abstratas que resistem aos progressos do homem. Seus seguidores, entretanto, acharam mais fácil imaginá-los como seres vivos e personificá-los com tal abundância que mais tarde, na teologia persa, os diabos subiam a milhões.[71]

Foi sob a forma de monoteísmo que este sistema saiu de Zaratustra. Mesmo com a introdução de Arimã e dos maus espíritos, a fé mostrava-se tão monoteísta como o cristianismo com o seu Satã, diabos menores e anjos; na realidade, ressoa na primitiva teologia cristã muita coisa do dualismo persa, como do puritanismo hebraico e da filosofia grega. A concepção zoroastriana podia satisfazer um espírito como o de Matthew Arnold; Ahura-Mazda era a soma total de todas as forças do bem; e a moralida-

de está na cooperação com essas forças. Ademais, havia nesse dualismo uma certa justiça para com o contraditório e o lado mau das coisas, que o monoteísmo jamais considerou: e embora os teólogos zoroastrianos às vezes afirmassem que o mal é irreal,[72] eles na realidade ofereciam uma teologia bem adaptada à medida da mentalidade humana, no conceito que ela pode fazer da vida. O último ato da peça seria, para os bons, um fim feliz; depois de quatro épocas de três mil anos cada uma, com alternada predominância de Ahura-Mazda e Arimã, as forças do mal seriam por fim destruídas. Então todos os homens bons se juntariam a Ahura-Mazda no paraíso, e os maus cairiam num abismo de trevas, onde seriam eternamente alimentados de veneno.[73]

VI. MORAL ZOROASTRIANA

O homem como campo de batalha — O Fogo Eterno — Inferno, Purgatório e Paraíso — O culto de Mitra — Os Magos — Os parses

Descrevendo o mundo como o palco da luta entre o bem e o mal, os zoroastrianos plantaram na imaginação popular um poderoso estímulo sobrenatural e as sanções da moral. A alma do homem, como o universo, era campo de batalha dos espíritos benéficos e maléficos; cada homem correspondia, independentemente da sua vontade, a um guerreiro do exército do Diabo ou do Senhor; cada ato ou omissão adiantava a causa de Ahura-Mazda ou Arimã. Era uma ética ainda mais admirável que a teologia — se os homens precisam de apoio sobrenatural para sua moralidade; dava à vida comum uma dignidade e significação maiores que qualquer moralidade vindoura — ou a medieval, que tinha o homem como um miserável verme, ou a moderna, que o tem como um autômato mecânico. Para Zaratustra, os seres humanos não eram meros peões no xadrez desta guerra cósmica; tinham livre-arbítrio; podiam livremente escolher o caminho da luz ou da mentira. Porque Arimã equivalia à Mentira Viva, e todos os mentirosos eram seus servidores.

Desta concepção geral emergia um minucioso mas simples código de moral, centrado na Regra de Ouro. "Não façais aos outros o que não quiserdes que vos façam.[74] O dever do homem, diz o *Avesta*, é tríplice: "Fazer do inimigo, amigo; fazer do iníquo, justo; fazer do ignorante, instruído."[75] A maior das virtudes está na piedade; logo em seguida, honra e honestidade na ação e no falar. O interesse não entrava na mentalidade persa, mas os empréstimos tinham de considerar-se sagrados.[76] O maior dos pecados era a impiedade (a mesma coisa no código de Moisés). Severas punições caíam sobre os céticos; a morte visitava sem demora o apóstata.[77] A generosidade e a bondade do Mestre não se aplicavam aos infiéis, isto é, aos estrangeiros; eram eles considerados seres inferiores, que Ahura-Mazda fazia amar suas próprias pátrias unicamente para que não invadissem a Pérsia. "Os persas", diz Heródoto, "consideravam-se sob todos os aspectos os homens por excelência; criam que o valor das outras nações dependia da sua aproximação geográfica com a Pérsia, e que tanto mais afastadas viviam, tanto piores eram."[78] Tais palavras soam atuais e têm aplicação universal.

Sendo a piedade a maior das virtudes, o primeiro dever da vida estava na adoração do Deus por meio de purificação, sacrifício e prece. A Pérsia zoroastriana não tolerava templos nem ídolos; os altares erigiam-se no alto dos Montes, nos palácios ou no cen-

tro da cidade, com fogos acesos em honra a Ahura-Mazda ou outra divindade menor. Também o fogo, em si, era adorado como a um deus — Atar, o filho e o Senhor da Luz. Cada família se centrava em torno da lareira; fazia parte do ritual da fé manter o fogo perpetuamente aceso. E o Fogo Eterno, o Sol, era adorado como a mais alta forma de Ahura-Mazda ou Mitra, do mesmo modo como Ikhnaton o fizera no Egito. "O sol da manhã", diziam as Escrituras, "deve ser reverenciado até a tarde e o da tarde até o anoitecer. (....) Enquanto os homens não reverenciam o sol, as boas obras que fazem nesse dia não são suas."[79] Ao sol, ao fogo, a Ahura-Mazda ofereciam-se sacrifícios de flores, pão, frutas, perfumes, bois, carneiros, camelos, cavalos, jumentos e veados; e anteriormente até de vítimas humanas.[80] Os deuses só percebiam o cheiro das vítimas; as partes comestíveis eram guardadas para os sacerdotes e adoradores, porque, como os magos explicavam, os deuses só queriam o espírito das vítimas.[81] Embora o Mestre o abominasse, e não haja menção disso no *Avesta*, a velha oferenda ariana do embriagante *haoma* persistiu mesmo depois de introduzida a nova religião; o sacerdote bebia parte do sagrado líquido e dividia o resto com os fiéis em comunhão.[82] No caso de o adorador ser muito pobre e não poder oferecer esse delicioso sacrifício, podia substituir o *haoma* por uma prece bajulatória. Ahura-Mazda, como Jeová, gostava de louvores, e havia uma imponente lista das virtudes de Ahura-Mazda que se tornou a ladainha favorita dos persas.[83]

O persa que levava vida piedosa e justa encarava a morte sem temor — e é esse um dos secretos propósitos das religiões. Astivihad, o deus da morte, apanhava a todos sem exceção;

> dele nenhum mortal escapa. Nem aquele Afrasyab, o Turco, que fez construir para si um palácio de ferro debaixo da terra, mil vezes a altura de um homem, com cem colunas; nesse palácio fez as estrelas, a lua e o sol girantes, e fez a luz do dia; nesse palácio fez tudo a seu contento, para o seu prazer e a vida feliz, com toda a sua força e feitiçaria, porém não pôde escapar de Astivihad. (....) Nem aquele que cavou esta grande terra redonda, com extremidades distantes, como Dahak, que ia de oeste a leste procurando a imortalidade e não a encontrou; com toda a sua força e poder não pôde escapar a Astivihad. (....) A todos se apresenta o invisível Astivihad, que não aceita cumprimentos nem peitas, que não respeita ninguém e impiedosamente faz que os homens pereçam.[84]

É da natureza das religiões terrificar, mas também consolar. A despeito disso, o persa não podia encarar sem medo a morte, a não ser que tivesse sido fiel guerreiro da causa de Ahura-Mazda. Para além de todos os mistérios estavam o inferno, o purgatório e o paraíso. Todas as almas tinham de passar pela "Ponte do Exame": as almas boas iam para a "Morada do Canto", onde seriam recebidas por uma "jovem donzela, radiante e forte, de busto bem desenvolvido", e viveriam com Ahura-Mazda na felicidade até o fim dos tempos; mas as almas más, não conseguindo atravessar a ponte, caíam num nível do inferno adequado às suas maldades.[85] Este inferno não era o Hades das anteriores religiões, para onde todos iam, bons ou maus, mas um abismo de trevas e terror em que os condenados padeciam tormentos sem fim.[86] Se das virtudes de um homem sobrepujavam seus pecados, era ele submetido à purificação temporária; se ele havia pecado muito, mas feito boas obras, sofreria só dois mil anos e depois subiria ao céu.[87] A divina consumação da história se aproxima, diz-

nos o deus zoroastriano; o nascimento de Zaratustra inaugura a última época mundial de três mil anos; depois, três profetas da sua descendência espalharão, a intervalos, a sua doutrina pelo mundo, e o Juízo Final será pronunciado; o Reino de Ahura-Mazda virá e Arimã e todas as forças do mal serão destruídos. E as almas boas começarão vida nova, num mundo sem mal, trevas ou dor.[88] "Os mortos se erguerão, a vida retornará aos corpos e eles respirarão de novo; (....) todo o mundo físico se tornará livre da velhice e da morte, da putrefação e da decadência, para todo o sempre."[89]

Ouvimos aqui novamente, como no *Livro dos Mortos* do Egito, a ameaça do terrível Juízo Final, que parece ser legado dos persas aos judeus nos dias da ascendência persa na Palestina. Era uma admirável fórmula para obrigar as crianças a obedecer aos pais; e desde que uma das funções da religião consiste em facilitar a disciplina dos novos pelos velhos, temos que aplaudir os persas zoroastrianos pela fina habilidade na criação da teologia. No todo era uma esplêndida religião, menos belicosa e sangrenta que todas as outras da época — e não merecia morte tão prematura.

Por algum tempo, sob Dario I, essa fé se tornou a expressão espiritual da Pérsia no apogeu. Mas a humanidade prefere poesia a lógica, e sem mitos um povo perece. Por baixo da adoração oficial de Ahura-Mazda, os cultos de Mitra e Anaita — deus do sol e deusa da vegetação, da geração e do sexo — continuaram a encontrar devotos, e nos dias de Artaxerxes II os nomes desses deuses já aparecem nas inscrições. Em seguida a adoração de Mitra cresceu poderosamente, enquanto a de Ahura-Mazda declinava, até que, nos primeiros séculos da nossa era, o culto de Mitra como um divino mancebo de radiante aparência, de halo solar sobre a cabeça, espalhou-se pelo Império Romano e contribuiu para dar o Natal ao cristianismo. (O Natal era originariamente uma festa solar que celebrava, no solstício [22 de dezembro], o alongamento dos dias e o triunfo do sol sobre seus inimigos. Tornou-se um dia santo mitrárico e finalmente o Natal dos cristãos.) Zaratustra, se acaso alcançou a imortalidade, devia escandalizar-se de ver estátuas de Anaita, a Afrodite persa, erguidas em tantas cidades do Império, poucos séculos depois de sua morte.[90] E também não lhe agradaria ver tantas páginas da sua Revelação devotadas à arte mágica de curar, de adivinhar e fazer feitiçarias.[91] Depois da sua morte, o velho sacerdócio dos "Homens Sábios", ou mágicos, reconquistou as posições perdidas, adotando-o e assimilando-o na sua teologia; puseram-no na lista dos mágicos e esqueceram-no.[92] Pela austera vida monogâmica, pela rigorosa observação do ritual, pela abstenção da carne e pelo modo de vestir despretensioso, os mágicos adquiriram, mesmo entre os gregos, alta reputação de sabedoria, e entre os persas a maior influência. Os próprios reis persas se tornaram seus discípulos, nada fazendo sem consultá-los. Os mais eminentes eram sábios; logo depois vinham os adivinhos ou feiticeiros, ledores das estrelas e intérpretes dos sonhos;[93] a própria palavra mágica vem do nome Mago. Gradualmente se foram apagando os elementos zoroastrianos da religião persa; por algum tempo reviveram sob a dinastia dos sassânidas (226-651) para serem por fim totalmente eliminados pelas invasões dos muçulmanos e tártaros. Atualmente o zoroastrianismo subsiste apenas em pequenas comunidades da província de Fars, e entre os noventa parses da Índia. Estes adeptos preservam e estudam devotamente as antigas escrituras, adoram o fogo da terra, a água e expõem seus mortos, nas "Torres do Silêncio", à voracidade dos abutres, sempre receosos de que o enterro ou a cremação destrua os sagrados elementos do corpo. Constituem homens de excelente caráter moral — um tributo vivo ao civilizador efeito da doutrina que Zaratustra deu à humanidade.

VII. COSTUMES PERSAS E MORAL

Violência e honra — O código da pureza — Pecados da carne — Virgens e solteiros — Casamento — Mulheres — Crianças — Educação

Surpreende-nos o quanto de brutalidade permaneceu entre os medos e persas apesar da sua religião. Dario I, o maior dos reis persas, põe, na inscrição Behistun: "Fravartish foi agarrado e trazido a mim. Cortei-lhe o nariz e as orelhas, arranquei-lhe a língua e os olhos. Em minha corte conservei-o em cadeiras para que o povo o visse. Por fim crucifiquei-o em Ecbátana. (....) Ahura-Mazda foi o meu forte apoio; sob a sua proteção os meus exércitos esmagaram as forças rebeldes; capturaram e trouxeram-me Citrankakhara, a quem cortei o nariz e as orelhas e arranquei os olhos. Foi conservado em cadeiras na corte para que todo o povo o visse. Depois crucifiquei-o."[94] A matança, contada por Plutarco na *Vida de Artaxerxes II*, oferece um testemunho da moral sangüinária dos últimos reis. Os traidores eram tratados sem misericórdia: eles e seus chefes morriam na cruz, seus sectários eram vendidos como escravos, suas cidades eram saqueadas, os meninos castrados, as meninas entregues aos haréns.[95] Não seria leal, porém, julgar os povos pelos seus reis; a virtude não é coisa nova, e os homens virtuosos, como as nações felizes, não têm história. Mesmo os reis persas em dadas ocasiões revelavam generosidade, sendo conhecidos entre os gregos pela sua fidelidade; tratado feito com rei persa era algo sólido; eles se jactavam de nunca ter faltado à palavra.[96] Um testemunho do caráter persa temos no fato de que era possível alugar gregos para combater gregos, mas o mesmo não se dava com os persas — um persa não combatia outro. (Quando os persas combateram Alexandre no Granico, quase toda a infantaria "persa" era composta de mercenários gregos. Na batalha de Isso, 30.000 gregos formavam o centro da linha persa.[97])

Os costumes eram mais suaves do que tanto sangue e crueldade podem sugerir. Os persas gozavam de liberdade de palavra, eram cordiais e hospitaleiros.[98] Governava-os uma etiqueta quase tão minuciosa como a dos chineses. Quando se reuniam, abraçavam-se e beijavam-se na boca; tratavam com a maior cortesia os superiores, e aos inferiores ofereciam a face; para a gente do povo curvavam-se em cumprimentos.[99] Era tido como impróprio de quem se preza comer ou beber na rua, escarrar ou assoar-se em público.[100] Até o reinado de Xerxes o povo mostrou-se abstêmio no beber e no comer, fazendo uma só refeição por dia, e nada tomando além de água.[101] A limpeza era o maior bem depois da vida. Trabalho feito com mãos sujas era trabalho sem valor; "porque enquanto um homem não destrói a corrupção (germes?) não entram os anjos em seu corpo".[102] Havia penas para os que propagavam moléstias contagiosas. Nas ocasiões de festa o povo se reunia vestido de branco.[103] O código avestino aconselhava, como o brâmane e o de Moisés, medidas preventivas e abluções; as sagradas escrituras de Zoroastro estendem-se em cansativas fórmulas para a limpeza do corpo e da alma.[104] Unhas aparadas, cabelos cortados e exalação da respiração eram tidos como coisas impuras.[105]

O código mostrava-se judaicamente severo para com os pecados da carne. Punia-se o onanismo com a chibata; e homens e mulheres culpados de prostituição "devem ser mortos, como se fossem serpentes ou lobos".[106] Que a prática guardava distância dos preceitos teóricos é coisa que deduzimos de uma passagem de Heródoto: "Arrebatar mulheres pela violência consideram os persas ato de homens perversos; mas consideram loucura, também, alguém incomodar-se para vingá-las; não dar atenção quando elas estão sendo arrebatadas é sabedoria; porque é claro que se elas não quisessem ser arrebatadas, não o seriam."[107] E mais adiante acrescenta Heródoto que os persas aprenderam dos gregos o gosto pelos rapazes;[108] e conquanto nem sempre possamos dar crédito a este supremo informe, parece que aqui não se afasta da verdade, visto como o *Avesta* insiste na condenação da sodomia, não admitindo para ela perdão — "nada pode lavá-la".[109]

Esse código não encorajava a virgindade ou o celibato, senão a poligamia e a concubinagem; as sociedades militares precisam de soldados. "O homem que tem uma mulher", diz o *Avesta*, "está muito acima do que vive em continência; o que tem filhos, muito acima do que não os

tem; o que possui riqueza, muito acima do que nada possui;"[110] temos aqui critérios de situação social muito comum entre as nações. A família era a mais sagrada de todas as instituições. "O Arquiteto do mundo material", diz Zaratustra a Ahura-Mazda, "tu, sagrado Ser, qual o segundo lugar na terra em que o fiel se sente mais feliz?" E o deus responde: "No lugar onde o fiel ergue casa com um sacerdote dentro, com gado, com uma mulher, com crianças e bons rebanhos; e onde o gado prospera, e a mulher prospera, e as crianças prosperam, e o fogo prospera, e todas as bênçãos da vida prosperam."[111] Os animais — e acima de todos o cão — faziam parte integrante da família, como no último mandamento de Moisés. A família mais próxima tinha o dever de abrigar e cuidar de qualquer fêmea prenhe que andasse ao léu.[112] E severas penas castigavam o que desse aos cães comida imprópria ou quente demais, a ponto de prejudicá-los; 1.400 chibatadas eram ministradas a quem "matar uma cachorra coberta por três cachorros."[113] O touro era honrado em virtude de seu poder fecundante e à vaca eram oferecidas orações e sacrifícios.[114]

Os casamentos eram combinados entre os pais, quando os filhos chegavam à puberdade. O grau de parentesco não entrava em consideração. Havia casamentos entre irmão e irmã, entre pai e filha e entre filho e mãe.[115] As concubinas constituíam luxo dos ricos; os nobres não partiam para a guerra sem levá-las.[116] Nos últimos tempos do Império, o harém real continha de 329 a 360 concubinas, porque se tornara costume que uma mulher não compartilhasse o leito do rei senão uma vez — ou duas, se era alguma extraordinária beleza.[117]

Foi bem elevada a posição das mulheres nos tempos do Profeta — elevada à moda antiga; circulavam pela cidade livremente sem véu, dispunham de propriedades e as geriam, podendo também, como as mulheres modernas, dirigir os negócios dos maridos em nome deles. Depois de Dario a situação das mulheres mudou para pior, sobretudo entre a classe rica. As mais pobres conservaram a liberdade de movimentos porque tinham de trabalhar; mas em outros casos a reclusão obrigatória no período menstrual passou a ser estendida a toda a vida social da mulher, o que veio fundamentar a instituição muçulmana do *purdah*. As de classe superior não saíam senão de liteira com cortinas, e em público não se misturavam com os homens; as casadas não podiam ver sequer seus parentes masculinos mais próximos, como pai e irmão. Não aparecem nomes de mulheres nas inscrições persas, nem as vemos representadas nos monumentos da Pérsia antiga. As concubinas gozavam de grande liberdade, já que tinham de entreter os hóspedes de seus senhores. Nos últimos reinados as mulheres gozavam de muito poder na corte e rivalizavam com os eunucos na persistência em conspirar, e com os reis nos refinamentos da crueldade.[118] Estatira foi para Artaxerxes II uma rainha modelo; mas a mãe deste, Parisátide, tomada de ciúmes, envenenou-a e fê-lo casar com sua própria filha Atossa; num jogo de dados com o rei, Parisátide ganhou a vida de um eunuco e fê-lo esfolar vivo. Quando Artaxerxes ordenou a execução de um soldado da Cária, ela agravou a pena, fazendo-o passar 10 dias em tormentos; depois fez com que lhe arrancassem os olhos e derramassem chumbo em fusão nos ouvidos até morrer.[119]

Tanto o casamento como a prole eram coisas indispensáveis para a respeitabilidade social. Os filhos tinham alto valor econômico para os pais e valor militar para o rei; as filhas eram de menor valor, porque logo se iriam para outra casa. "Os homens não pedem aos deuses filhas", diziam os persas, "os anjos não as reconhecem entre suas dádivas à humanidade."[120] Anualmente o rei distribuía presentes aos pais de prole numerosa, como num antecipado pagamento pelo sangue.[121] A fornicação, mesmo no adultério, podia ser perdoada se não houvesse aborto, que era considerado o crime mais grave, punido com a morte.[122] Um dos antigos comentários, o *Bundahish*, especifica os meios de evitar a concepção, mas previne o povo contra o perigo de pô-los em prática. "É da natureza da geração que no espaço de dez dias e noites antes e depois da menstruação a mulher se torna facilmente prenhe."[123]

As crianças ficavam sob os cuidados da mãe até os cinco anos e do pai dos cinco aos sete; depois dos sete entravam para a escola. A educação constituía privilégio dos abastados, e era conduzida pelos sacerdotes. As classes se reuniam no templo ou na casa dos sacerdotes; havia o cuidado de afastar as escolas das proximidades dos mercados públicos, para que a atmosfera de

mentiras, de palavrões e do roubo prevalecente nos bazares não corrompesse os meninos.[124] Os textos escolares estavam no *Avesta*; os temas eram religião, medicina e lei; o método de ensino, a memorização.[125] Aos meninos das classes inferiores só eram ensinadas três coisas — andar a cavalo, atirar com o arco e falar a verdade.[126] A alta educação estendia-se até os vinte ou vinte e quatro anos, entre os aristocratas; alguns alunos preparavam-se para a administração, e todos para a guerra. A vida era árdua nessas escolas superiores; os alunos levantavam-se cedo, corriam grandes distâncias, montavam cavalos bravos, nadavam, caçavam, perseguiam ladrões, praticavam agricultura, semeando e plantando árvores, faziam grandes caminhadas ao sol ou ao frio, afeiçoavam-se às mudanças de temperatura, a suportar os mais grosseiros alimentos, a cruzar os rios sem molhar as roupas e as armas.[127] Uma escola, enfim, que deveria entusiasmar o coração de Nietzsche nos momentos em que ele esquecia a brilhante e variada cultura da Grécia.

VIII. CIÊNCIA E ARTE

Medicina — Artes menores — Os túmulos de Ciro e Dario — Os palácios de Persépolis — A Frisa dos Arqueiros — Julgamento da arte persa

Os persas parecem ter deliberadamente descurado de todas as artes, exceto a da vida. A literatura era um requinte de pouco uso; a ciência constituía coisa fácil de ser importada da Babilônia. Mostravam, entretanto, algum gosto pela poesia e a ficção romântica, embora deixassem tais artes para os indivíduos das classes inferiores, preferindo os prazeres da conversação aos solitários prazeres da leitura e da pesquisa. Poesia mais cantada do que lida — que pereceu com os cantadores.

A medicina foi inicialmente uma função dos sacerdotes, que praticavam com a idéia de que o Diabo havia criado 99.999 doenças, só tratáveis por meio de uma combinação de magia e higiene. Recorriam de preferência a encantações, em vez de drogas, visto que a encantação, se não curasse, não matava o doente — o que não se podia dizer das drogas.[128] Não obstante, a medicina leiga se desenvolvèu com o crescimento da riqueza, e no tempo de Artaxerxes II já havia uma bem organizada corporação de médicos e cirurgiões, com honorários fixados por lei — como no código de Hamurabi — de acordo com a posição social do paciente.[129] Os sacerdotes eram tratados gratuitamente. E justamente como entre nós os médicos noviços praticavam um ano ou dois, como internos, no corpo dos pobres e imigrantes, assim, entre os persas, o médico principiante tinha de começar a sua carreira no tratamento dos infiéis e estrangeiros. O Senhor da Luz havia decretado:

> Ó Arquiteto do mundo material, tu Sagrado Ser, responde: se um adorador de Deus deseja praticar a arte de curar, em quem deve primeiramente provar a sua habilidade — nos adoradores de Ahura-Mazda ou nos adoradores dos *daevas* (espíritos maus)? Ahura-Mazda respondeu: Nos adoradores dos *daevas* ele praticará, não nos adoradores de Deus. Se ele trata com faca um adorador dos *daevas* e este morre; se ele trata com faca um segundo adorador dos *daevas* e este morre; se ele trata com faca um terceiro adorador dos *daevas* e este morre, o praticante estará inabilitado para sempre; e nunca deverá tratar um adorador de Deus. (....) Se ele trata com faca um adorador dos *daevas* e este sara; se ele trata com faca um segundo adorador dos *daevas* e este sara; se ele trata com faca um terceiro adorador dos *daevas* e este sara, então ele está habilitado para sempre, e pode tratar os adoradores de Deus, e curá-los com facas.[130]

Empenhados na formação política do império, os persas viram seu tempo e sua energia tomados pela guerra e, como os romanos, ficaram na dependência dos estrangeiros para tudo quanto representasse arte. Tinham o gosto das coisas belas, mas importavam artistas que as produzissem, como também extraíam dinheiro de fora para pagá-las. Possuíam belas casas e luxuriantes jardins, que às vezes se tornavam parques de caça ou coleções zoológicas; apreciavam o rico mobiliário — mesas embrechadas de prata e ouro, leitos suntuosos, assoalhos cobertos de fofos tapetes, ricamente coloridos de todos os tons da terra e do céu;[131] bebiam em taças de ouro e adornavam suas mesas e estantes com vasos estrangeiros (um destes vasos, exibido na Exposição Internacional de Arte Persa em Londres, em 1931, traz inscrições que comprovam ter ele pertencido a Artaxerxes II[132]); gostavam da dança e do canto e tocavam harpa, flauta e tamborim. Havia muita abundância de jóias, diademas, brincos, argolas de tornozelos, ouro nos sapatos; os próprios homens traziam jóias no pescoço, orelhas e braços. Pérolas, rubis, esmeraldas e lápis-lazúli vinham de fora, mas as turquesas saíam das minas persas, e com elas se faziam os anéis-sinetes dos nobres. Gemas de formas grotescas representavam as supostas formas dos diabos favoritos. O rei sentava-se num trono de ouro, coberto por um dossel sustentado por pilares de ouro.[133]

Só na arquitetura conseguiram os persas criar estilo próprio. Ciro, Dario I e Xerxes I construíram túmulos e palácios que a nossa arqueologia anda tentando exumar; e é possível que a picareta dos investigadores nos leve a formar melhor idéia da arte persa. (Uma expedição do Instituto Oriental da Universidade de Chicago procede a escavações em Persépolis, sob a direção do Dr. James H. Breasted. Em janeiro de 1931 foi desenterrada uma quantidade de estatuária maior do que qualquer outra até então conhecida.[134])

Em Pasárgada, Alexandre poupou para nós o túmulo de Ciro I. Uma estrada de caravanas hoje cruza a plataforma onde se erguiam os palácio de Ciro e de seu filho louco; nada sobreviveu, a não ser fragmentos de colunas aqui e ali e um umbral de porta com as feições de Ciro em baixo-relevo. Próximo, na planície, vemos o seu túmulo, já desgastado de 25 séculos: simples capela de pedra, quase grega na sobriedade, erguida a 10 metros de altura sobre base aterraçada. Foi outrora, sem dúvida, um monumento mais alto, com adequado pedestal; hoje está nu e abandonado, tendo a forma mas não a substância da beleza; as pedras em ruína sugerem-nos apenas a calma permanência do inanimado. Muito ao sul, em Naksh-Rustam, perto de Persépolis, vemos o túmulo de Dario I, com uma capela hindu cortada em montanha de pedra. A entrada é esculpida para simular fachada palacial, com quatro leves colunas num modesto portal; em cima, como um teto, figuras representando os povos submetidos à Pérsia suportam o tablado em que o rei aparece em adoração a Ahura-Mazda e à lua. Trata-se de um monumento concebido e executado com muito refinamento e simplicidade.

O resto da arquitetura persa que sobreviveu às guerras, às invasões, aos ladrões e à erosão de dois milênios compõe-se de ruínas de palácios. Em Ecbátana os primeiros reis construíram uma residência real de cedro e cipreste, forrada de metal, que ainda estava de pé no tempo de Políbio (150 a.C.), mas de que hoje não restam nem escombros. As mais imponentes relíquias desenterradas são degraus de pedra, colunas e plataformas em Persépolis, porque cada monarca, de Dario para diante, construiu ali um palácio destinado a perpetuar para sempre o seu nome. A grande escadaria externa, que subia do piso à elevação em que esses edifícios repousavam, nada lembra de

qualquer outra arquitetura anterior; presumivelmente derivava das escadarias dos zigurates da Mesopotâmia; tinha entretanto uma característica própria — tão manso era o declive, que dez cavaleiros lado a lado podiam subi-la.[135] (Fergusson classifica-a como "o mais nobre exemplo de escadaria que podemos encontrar no mundo".[136]) Ela devia formar uma brilhante aproximação da vasta plataforma (7 a 18 metros de altura, uns 500 metros de comprimento por 35 de largura) em que se elevavam os palácios reais. (Sob a plataforma havia um complicado sistema de túneis de drenagem, de seis pés de diâmetro, muitas vezes aberto na rocha dura.[137]) No alto da escadaria, via-se um portal, ou propileu, flanqueado de touros alados, com cabeça humana, no pior estilo da Assíria. À direita ficava a obra-prima da arquitetura persa — o Chehil Minar, ou o Grande Salão de Xerxes I, cobrindo com as suas espaçosas antecâmaras uma área de mais de 30.000 metros quadrados — mais vasta do que a do palácio de Carnac ou do que a de qualquer catedral moderna, exceto a de Milão.[138] Outra escadaria, flanqueada de parapeitos ornamentais em que aparecem os melhores baixos-relevos descobertos na Pérsia,[139] leva ao Grande Salão. Treze das setenta e duas colunas do palácio de Xerxes subsistem no meio das ruínas, como palmeiras no deserto; e essas colunas de mármore, embora mutiladas, são obras perfeitas, mais leves que as egípcias e gregas, e altas de vinte metros. Os fustes são riscados de quarenta e oito caneluras; as bases representam campânulas forradas de folhas invertidas; os capitéis, em sua maior parte, tomam a forma floral — quase a voluta jônica — encimados de cabeças de touro — dois touros ou unicórnios, em cujos pescoços reunidos descansa a arquitrave. Esta devia ser de madeira, porque a fragilidade das colunas e seu afastamento não suportariam a arquitetura de pedra. Os portais eram de pedra negra entalhada, brilhante como o ébano; as paredes, de tijolos cobertos de ladrilhos esmaltados, com painéis de flores e animais; as colunas, pilastras e degraus, de calcário branco ou mármore azul-escuro. Atrás do Chehil Minar erguia-se o "Salão das Cem Colunas"; nada mais resta dele, senão um pilar e os lineamentos gerais. Talvez esses palácios fossem os mais belos já erigidos no mundo.

Em Susa, o segundo Artaxerxes construiu palácios dos quais só os alicerces sobrevivem. Eram de tijolos, forrados dos mais belos ladrilhos que conhecemos; de Susa vem a famosa Frisa dos Arqueiros — provavelmente os fiéis "Imortais" guardadores do rei. Os imponentes arqueiros parecem vestidos antes para uma cerimônia da corte do que para a guerra; com túnicas de cores resplandecentes e cabelos e barbas cuidadosamente encaracolados; tesos, seguram orgulhosamente o bastão oficial. Em Susa, como em outras capitais, a pintura e a escultura eram artes dependentes da arquitetura; e tudo importado da Assíria, da Babilônia e da Grécia.[140]

Podemos dizer da arte persa (e de todas as outras) que quase todos os seus elementos eram importados. A forma do túmulo de Ciro procede da Lídia; as leves colunas de pedra correspondiam ao refinamento das colunas da Assíria; as colunatas e baixos-relevos revelavam inspiração bebida no Egito; os capitéis imitando animais eram uma infecção provinda de Nínive e da Babilônia. Só o conjunto tornava aquela arquitetura propriamente persa — conjunto revelador de um aristocrático senso de beleza que suavizava o opressivo das colunas egípcias e as excessivas massas da Mesopotâmia, dando-lhes um esplendor e uma elegância que se traduziam na proporção e harmonia de Persépolis. Breve os persas transformariam a voluta dupla, de cabeças de animais, em graciosos pilares quase jônicos; e encurtariam e fortaleceriam os fustes de modo a suportar qualquer arquitrave, de madeira ou pedra. Arquiteturalmente só havia

um passo de Persépolis a Atenas. Todo o Oriente Próximo, em véspera de morrer por mil anos, preparava-se para depor a sua herança aos pés da Grécia.

IX. DECADÊNCIA

Como pode morrer uma nação — Xerxes — Crimes — Artaxerxes II — Ciro, o Moço — Dario, o Pequeno — Causas da decadência: política, militar, moral — Alexandre conquista a Pérsia e avança sobre a Índia

O império de Dario mal durou um século. A espinha dorsal, física e moral da Pérsia fora quebrada em Maratona, em Platéia e em Salamina; os imperadores passaram-se de Marte para Vênus, e a nação caiu na apatia corrupta. O declínio da Pérsia antecipou em todos os detalhes o de Roma: imoralidade e degeneração no povo acompanhadas de violência e negligência no trono. Os persas, como antes deles os medos, passaram em poucas gerações do estoicismo ao epicurismo. O comer bem tornou-se a principal ocupação da aristocracia: aqueles homens que outrora só comiam uma vez davam nova interpretação a essa refeição única, prolongando-a do meio-dia à noite; enchiam a casa de centenas de iguarias; serviam aos hóspedes animais inteiros; enchiam-nos de recheios raros e gastavam gênio em compor novos molhos e sobremesas.[141] Uma criadagem corrupta enchia a casa dos ricos, enquanto a bebedice se tornava o vício comum de todas as classes.[142] Ciro e Dario fizeram a Pérsia, Xerxes herdou-a, seus escravos destruíram-na.

Xerxes I era em tudo um rei — extremamente alto e forte, o consenso geral o tinha como o mais belo homem do império.[143] Mas nunca houve homem assim belo que não se perdesse pela vaidade e não fosse levado pelo nariz por alguma mulher. Xerxes dividia-se entre muitas amantes: tornou-se para o povo o padrão de sensualidade. Sua derrota em Salamina estava na natureza das coisas: porque ele só era grande no amor às grandezas, não na capacidade de enfrentar uma crise e de ser de fato rei. Após vinte anos de intriga sexual e de indolência administrativa, foi morto pelo cortesão Artabano e enterrado com grande pompa e satisfação.

Só os anais de Roma depois de Tibério podem rivalizar em sanguinolência com os anais da realeza na Pérsia. O matador de Xerxes foi morto por Artaxerxes I, que, depois de longo reinado, passou o trono a Xerxes II. Este foi morto poucas semanas depois pelo seu irmão Sogdiano, o qual foi morto seis meses depois por Dario II. Este rei reprimiu a revolta de Terituschmes fazendo-o matar e cortar sua mulher em pedaços e enterrar vivos sua mãe, irmãos e irmãs. Dario II foi seguido de seu filho Artaxerxes II, que na batalha de Cunacha teve de lutar até a morte com o próprio irmão Ciro, o Moço, quando este príncipe tentou apossar-se do trono. Artaxerxes II teve um reinado longo, matou seu filho Dario envolvido em conspiração e morreu de dor ao descobrir que outro filho, Ochus, estava planejando assassiná-lo. Ochus reinou durante vinte anos e foi envenenado pelo general Bagoas. Este homem de ferro colocou Arses, filho de Ochus, no trono, e lhe assassinou os irmãos; por fim matou o próprio Arses e seu filho e deu o cetro a Codomanus, um seu amigo muito efeminado. Codomanus reinou oito anos sob o nome de Dario III e morreu em batalha contra Alexandre em Arbela, encerrando o ciclo dos reis persas. Nem mesmo a nossa democracia moderna conheceu uma tão variada liderança nacional.

É próprio dos impérios se desintegrarem cedo, porque a energia que os cria desaparece nos que os herdam, ao mesmo tempo que os povos submetidos se vão fortalecendo na luta pela libertação. Não é natural que nações diversas em língua, religião, moral e tradições permaneçam por muito tempo unidas; nada há de orgânico em tais uniões, de modo que a força tem que ser constantemente aplicada. Em seus duzentos anos de império a Pérsia nada fez para dar homogeneidade aos povos submetidos; satisfazia-se em governar uma multidão de nações em vez de formar com elas um Estado único. Ano a ano a união se tornava mais difícil. E à medida que o vigor dos reis decaía, a ambição dos sátrapas aumentava; compravam os generais e secretários que o rei punha nas províncias para contrabalançar-lhes o poder, e arbitrariamente aumentavam o exército e as taxas e conspiravam. A freqüência da revolta e da guerra exauriu a vitalidade da pequena Pérsia; as estirpes mais bravas viam-se dessangradas nas batalhas, de modo que no fim só os cautelosos sobreviviam; e quando estes foram chamados às armas para enfrentar Alexandre revelaram-se covardes. Nenhum melhoramento tinha sido feito no preparo das tropas ou na tática dos generais, que se comportavam infantilmente diante do macedônio, enquanto as suas mal organizadas forças, armadas sobretudo de dardos, reduziam-se a meros alvos para as longas lanças das falanges conquistadoras.[144] Alexandre divertia-se, mas só depois de ganha a batalha; os chefes persas traziam consigo as concubinas e não se revelavam guerreiros. Os únicos verdadeiros soldados do exército persa eram os mercenários gregos.

No dia em que Xerxes voltou derrotado de Salamina, tornou-se evidente que a Grécia iria no futuro desafiar aquele império. A Pérsia controlava uma extremidade da grande rota de comércio que ligava a Ásia Ocidental ao Mediterrâneo, e a Grécia controlava a outra; e o instinto aquisitivo dos homens fazia dessa situação uma causa de guerra. Logo que apareceu o chefe unificador, a Grécia atacou.

Alexandre cruzou o Helesponto sem encontrar oposição, à frente de um pequeno exército de 30.000 homens a pé e a cinco mil a cavalo. ("Todos na Ásia estavam persuadidos", diz Josefo, "de que os macedônios não viriam combater os persas, em vista da sua multidão."[145]) Um exército persa de 40.000 homens tentou detê-lo nas margens do Granico; os gregos perderam na batalha 115 homens e os persas 20.000.[146] Alexandre marchou para o sul e leste, tomando cidades e aceitando rendições durante um ano. Enquanto isso Dario III juntou um exército de 600.000 soldados e aventureiros; cinco dias foram necessários para que ele pudesse atravessar o Eufrates sobre uma ponte; 600 mulas e 300 camelos foram precisos só para o transporte da balsa real.[147] Quando os dois exércitos se chocaram no Isso, Alexandre dispunha apenas de 30.000 homens; mas Dario, com toda a estupidez que o caso exigia, escolheu um campo em que somente parte do seu enorme exército podia lutar num dado tempo. Quando a luta terminou, os macedônios tinham perdido 450 homens e os persas 110.000, na maioria abatidos na retirada; Alexandre, em incansável perseguição, cruzou um rio sobre uma ponte de cadáveres persas.[148] Dario fugiu vergonhosamente, abandonando sua mãe, mulher, duas filhas, seu carro e a luxuosa tenda. Alexandre tratou as damas com um cavalheirismo de surpreender os historiadores gregos, contentando-se em desposar uma das filhas do rei persa.

A crermos em Quinto Cúrcio, a mãe de Dario gostou tanto de Alexandre que depois da morte do macedônio suicidou-se — deixou-se morrer de fome.[149]

O jovem conquistador tratou então de estabelecer domínio sobre toda a Ásia Ocidental; não quis avançar sem primeiro organizar a parte capturada e construir uma

ótima rede de comunicações. Os cidadãos da Babilônia, como os de Jerusalém, vieram em massa homenageá-lo, oferecendo-lhe suas cidades e seu ouro; Alexandre aceitou as ofertas e agradou-os, permitindo que restaurassem os templos que o inepto Xerxes destruíra. Dario fez-lhe uma proposta de paz, dispondo-se a pagar 10.000 talentos (mais ou menos o valor atual de $ 150.000.000) pela entrega de sua mãe, mulher e filhos; e ainda lhe daria sua filha em casamento e reconheceria o domínio de Alexandre sobre toda a Ásia a oeste do Eufrates — se Alexandre desse por finda a guerra e se tornasse seu amigo. Parmênio, segundo general dos gregos, declarou que se fosse Alexandre teria gosto em aceitar essas condições e assim evitar qualquer desastre futuro. Alexandre declarou que também o faria — se fosse Parmênio. Mas como era Alexandre, a proposta de Dario nada significava, desde que ele, Alexandre, já estava na posse das terras que Dario propunha ceder-lhe, e podia desposar sua filha quando bem entendesse. Desesperançado de obter paz de um tal lógico, Dario entregou-se de novo à tarefa de formar um exército ainda maior.

Enquanto isso Alexandre tomou Tiro e anexou o Egito, marchando depois através do império persa em busca de suas distantes capitais. Em vinte dias, partindo da Babilônia, seu exército alcançou Susa, que não lhe ofereceu resistência; de lá avançou para Persépolis, com tanta rapidez que os guardas do tesouro real não tiveram tempo de esconder as riquezas. E lá cometeu Alexandre o mais indigno ato de sua incrível carreira: contra o conselho de Parmênio e (dizem) para agradar a cortesã Taís (Plutarco, Diodoro e Quinto Cúrcio concordam nesse ponto — mas cumpre pôr-nos em guarda até contra a unanimidade dos historiadores), incendiou os palácios de Persépolis e permitiu que suas tropas saqueassem a cidade. Depois, exaltada como ficou a sua gente com o butim, encaminhou-se para o norte a fim de defrontar Dario pela última vez. O rei persa havia reunido, sobretudo nas províncias do oeste, um novo exército de um milhão de homens[150] — persas, medos, babilônios, sírios, armênios. capadócios, báctrios, sogdianos, arachosianos e hindus — e equipou-os, não mais de arcos e flechas, mas de venábulos, lanças, escudos, cavalos, elefantes, carros armados e foices destinadas a ceifar os gregos como trigo; com essa enorme força a velha Ásia faria mais uma tentativa para preservar-se da adolescente Europa. Com sete mil homens de cavalaria e 40.000 de infantaria, Alexandre enfrentou o mosaico militar dos persas em Gaugamela, cidade a sessenta milhas de Arbela, e com a sua superioridade de armas, de tática e de coragem destruiu num dia todas as forças de Dario. Este, repetindo o que já fizera antes, fugiu com a maior parte do tesouro de guerra; mas seus generais, desgostosos, mataram-no na própria tenda. Alexandre condenou à morte os assassinos e enviou o corpo de Dario para Persépolis, enterrando-o: costume tradicional dos reis aquemênidas.O povo persa rapidamente se reuniu em torno do jovem conquistador, encantado com sua generosidade e sua mocidade. Alexandre organizou a Pérsia como uma província do Império Macedônio, deixou nela forte guarnição e marchou para a Índia.

LIVRO SEGUNDO

A ÍNDIA E SEUS VIZINHOS

'A mais alta verdade é esta: Deus está presente em todos os seres. Os seres são as formas múltiplas de Deus. Não procuremos outro Deus. (...) Abandonemos esses misticismos enfraquecedores e sejamos fortes. (...) Pelos próximos 50 anos. (...) deixemos que os outros deuses desapareçam de nosso espírito. Este é o único Deus que existe — nossa raça, por toda parte Suas mãos, por toda parte Seus pés, por toda parte Seus ouvidos... Deus abrange tudo. (...) A primeira de todas as adorações é a adoração de todos os seres em redor de nós. (...) Só serve a Deus quem serve aos outros seres."

Vivekananda[1]

TÁBUA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA DA ÍNDIA

(As datas anteriores a 1600 de nossa era são incertas; as datas anteriores a 329 a.C. são deduzidas.)

a.C.

4000:	Cultura Neolítica no Mysore
2900:	Cultura do Mohenjo-daro
1600:	Invasão ariana
1000-500:	Formação dos *Vedas*
800-500:	Os *Upanishads*
599-527:	Mahavira, fundador do jainismo
563-483:	Buda
500:	Sushruta, médico
500:	Kapila e os *Sankhyas*
500:	Os mais antigos *Puranas*
329:	Invasão dos gregos
325:	Alexandre deixa a Índia
322-185:	A *Dinastia Maurya*
322-298:	Chandragupta Maurya
302-298:	Megástenes em Pataliputra
273-232:	Ashoka

a.D.

120:	Kanhishka, rei de Kushan
120:	Charaka, médico
320-530:	A *Dinastia Gupta*
320-330:	Chandragupta I
330-380:	Samudragupta
380-413:	Vikramaditya
399-414:	Fa-Hien na Índia
100-700:	Templos de afrescos de Ajanta
400:	Kalidasa, poeta e dramaturgo
455-500:	Invasão dos hunos
499:	Aryabhata, matemático
505-587:	Varahamihira, astrônomo
598-660:	Brahmagupta, astrônomo
606-648:	O rei Harsha-Vardhana
608-642:	Pulakeshin II, rei de Chalukyan
629-645:	Yuan Chwang na Índia
629-650:	Srong-tsan Gampo, rei do Tibete
630-800:	Idade de Ouro do Tibete
639:	Srong-tsan funda Lhasa
712:	Conquista de Sind pelos árabes
750:	Surto do Reino de Pallava
750-780:	Construção de Borobudur, Java
760:	O templo Kailasha
788-820:	Shankara, filósofo *Vedanta*
800-1300:	Idade de Ouro do Camboja
800-1400:	Idade de Ouro da Rajputana
900:	Surto do Reino de Chola
973-1048:	Alberuni, sábio árabe
993:	Fundação de Délhi
997-1030:	O sultão Mahmud de Ghazni

a.C.

1008:	Mahmud invade a Índia
1076-1126:	Vikramaditya Chalukya
1114:	Bhaskara, matemático

a.D.

1150:	Construção de Angkor Wat
1186:	Invasão dos Turcos
1206-1526:	O *Sultanato de Délhi*
1206-1210:	O sultão Kutbu-d-din Aibak
1288-1293:	Marco Polo na Índia
1296-1315:	O sultão Alau-d-din
1303:	Alau-d-din toma Chitor
1325-1351:	O sultão Muhammad bin Tughlak
1336:	Fundação de Vijayanagar
1336-1405:	Timur (Tamerlão)
1351-1388:	O sultão Firoz Shah
1398:	Timur invade a Índia
1440-1518:	Kabir, poeta
1469-1538:	Baba Nanak, fundador dos Sikhs
1483-1530:	Babur funda a *Dinastia Mogol*
1483-1573:	Sur Das, poeta
1498:	Vasco da Gama chega à Índia
1509-1529:	Krishna deva Raya governa Vijayanagar
1510:	Os portugueses ocupam Goa
1530-1542:	Humayun
1532-1624:	Tulsi Das, poeta
1542-1545:	Sher Shah
1555-1556:	Restauração e morte de Humayun
1560-1605:	Akbar
1565:	Queda de Vijayanagar em Talikota
1600:	Fundação da Companhia das Índias
1605-1627:	Jehangir
1628-1658:	Shah Jehan
1631:	Morte de Mumtaz Mahal
1632-1653:	Construção do Taj Mahal
1658-1707:	Aurangzeb
1674:	Os franceses fundam Pondicherry
1674-1680:	Raja Shivaji
1690:	Os ingleses fundam Calcutá
1756-1763:	Guerra franco-inglesa na Índia
1757:	Batalha de Plassey
1765-1767:	Robert Clive, gov. de Bengala
1772-1774:	Warren Hastings, gov. de Bengala
1788-1795:	Julgamento de Hastings
1786-1793:	Lorde Cornwallis, gov. de Bengala
1798-1805:	Marquês Wellesley, gov. de Bengala
1828-1835:	Lorde Bentinck, gov. geral da Índia
1828:	Ram Mohum Roy funda o *Brahma-Somaj*
1829:	Abolição do *suttee*
1836-1886:	Ramakrishna
1857:	O levante dos sipaios
1858:	A coroa inglesa se apossa da Índia
1861:	Nascimento de Rabindranath Tagore
1863-1902:	Vivekananda (Narendranath Dutt)
1869:	Nascimento de Mohandas Gandhi

TÁBUA CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA DA ÍNDIA

a.C.

1875:	Dayananda funda o *Arya-Somaj*
1880-1884:	Marquês de Ripon, vice-rei
1885:	Fundação do Congresso Nacional da Índia
1889-1905:	Barão Curzon, vice-rei
1916-1921:	Barão Chelmsford, vice-rei

a.C.

1919:	Amritsar
1921-1926:	Conde de Reading, vice-rei
1926-1931:	Lorde Irwin, vice-rei
1931:	Lorde Willingdon, vice-rei

CAPÍTULO XIV

Os Alicerces da Índia

I. CENÁRIO DO DRAMA

A nova descoberta da Índia — Um olhar no mapa — Influências do clima

NADA envergonha mais o moderno estudioso do que o inadequado conhecimento que possui da Índia. Temos lá uma enorme península de quase dois milhões de milhas quadradas; do tamanho de dois terços dos Estados Unidos e vinte vezes maior que a Grã-Bretanha; 320 milhões de habitantes, mais que a América do Norte e a do Sul reunidas, ou um quinto da população total da terra; uma impressionante continuidade de desenvolvimento e civilização desde o Mohenjo-daro, 2900 a.C. ou antes, até Gandhi, Ramau e Tagore; crenças revelando todos os estádios, desde a barbaresca idolatria até o mais alto e sutil panteísmo; filósofos compondo mil variações sobre o tema monístico, dos *Upanishads*, oito séculos antes de Cristo, a Shankara, oito séculos depois dele; cientistas desenvolvendo a astronomia há três mil anos passados e ganhando hoje o prêmio Nobel; uma constituição democrática de origem antiqüíssima nas aldeias, e governantes sábios como Ashoka e Akbar nas capitais; menestréis cantando poemas tão velhos como a *Ilíada* e poetas capazes de agradar aos auditórios de hoje; artistas erguendo gigantescos templos aos deuses hindus, do Tibete ao Ceilão e do Camboja a Java, ou esculpindo dezenas de palácios perfeitos para os reis e rainhas do Mogul — esta é a Índia que os pacientes estudiosos de hoje estão revelando para a mentalidade do Ocidente, até bem pouco tempo certa de que a civilização era uma coisa exclusivamente da Europa.

Desde o tempo do grego Megástenes, que a descreveu em 302 a.C., até o século XVIII, a Índia foi a maravilha e o mistério da Europa. Marco Polo (1254-1323) pintou vagamente parte da Índia Ocidental; Colombo, ao tentar alcançá-la, foi bater na América; Vasco da Gama deu a volta à África para redescobri-la; e os mercadores falavam gulosamente nas "riquezas das Índias". Mas os estudiosos deixaram a grande mina intacta. Um missionário holandês, Abraham Roger, começou a abrir as portas com o seu *Open Door to The Hidden Heathendom* (1651); Dryden escreveu a peça *Aurangzeb* (1675); e um monge austríaco, Paulino de S. Bartolomeu, deu impulso à matéria com duas gramáticas sânscritas e um tratado sobre o *Systema Brahmanicum* (1792).[2] Em 1789 Sir William Jones iniciou sua carreira de grande indologista com a tradução do *Shakuntala* de Kalidasa; essa tradução, passada para o alemão em 1791, influenciou profundamente Goethe e Herder, e — através dos Schlegels — todo o movimento romântico esperançado de encontrar no Oriente o misticismo e o mistério que pareciam mortos com o surto da ciência européia. Jones espantou o mundo erudito com a declaração de que o sânscrito era afim de todas as línguas da Europa e a descoberta do nosso parentesco racial com os hindus védicos; daí nasceram a moderna filologia e a etnologia. Em 1805 o ensaio de Colebrooke *Sobre os Vedas* revelou à Europa a mais velha produção da literatura indiana; e quase ao mesmo tempo Anquetil-Duperron, com a tradução dos *Upanishads*, tornou claro a Schelling e Schopenhauer o que eles consideravam a mais profunda filosofia que já haviam conhecido.[3] O budismo era praticamente ignorado como sistema de pensamento até a publicação do *Ensaio sobre o Pâli* (1826), de Burnouf, isto é, ensaio sobre a linguagem dos documentos budistas. Burnouf, na França, e seu discípulo Max Müller, na Inglaterra, tornaram possível a tradução de todos os "Sagrados Livros do Oriente"; e Rhys Davids devotou toda a sua vida à exposição da literatura budista. A despeito desse movimento, estamos apenas começando a penetrar na Índia; nosso conhecimento da sua literatura é hoje tão limitado como o conhecimento da literatura grega e romana o eram para os europeus do tempo de Carlos Magno.

Hoje, no entusiasmo da nossa descoberta, generosamente exageramos o valor da nossa revelação; um filósofo europeu crê que a "sabedoria da Índia é a mais profunda que existe"; e um grande romancista escreve: "Não encontramos na Europa ou na América poetas, pensadores ou chefes populares iguais ou mesmo comparáveis aos da India atual."[4]

O cenário da história indiana compõe-se de um grande triângulo que vai das neves do Himalaia aos eternos calores do Ceilão. Num canto desse triângulo jaz a Pérsia, muito aparentada no povo com a Índia Védica e também na língua e nos deuses. Seguindo a fronteira ao norte, esbarramos no Afeganistão; ali está Cândar, a velha Gandara, onde as esculturas grega e hindu (a palavra "indiana" será neste livro aplicada a toda a Índia; a palavra "hindu" será ocasionalmente usada no mesmo sentido, conforme o costume dos persas e gregos; mas, onde quer que alguma confusão possa resultar, a palavra "hindu" será usada em seu sentido estrito, como se referindo só aos habitantes da Índia que seguem as crenças nativas) se fundiram por algum tempo para depois se separarem para sempre; ao norte dessa região está Cabul, de onde os muçulmanos e mongóis partiram para as suas sangrentas invasões da Índia durante mil anos. Dentro da fronteira indiana, a poucos dias de viagem de Cabul, está Peshawar, onde o velho hábito do norte de invadir o sul persiste. Note-se quão perto do Pamir e das gargantas do Kush está a Rússia; por ali passa muita política. Bem ao norte da Índia vemos a província de Cachemira, cujo nome recorda a antiga fama dos tecidos indianos. Ao sul estão o Punjab, isto é, a "Terra dos Cinco Rios" — com a grande cidade de Lahore — e Shimla, a capital de veraneio aos pés do Himalaia ("Casa de Neve"). Através do vasto Punjab corre o majestoso rio Indo, com mil milhas de curso; seu nome vem da palavra nativa designativa de rio, *sindhu*, que os persas (transformando-a em "hindu") aplicaram a toda a Índia do norte na palavra "Indostão", isto é, "Terra dos Rios". Da palavra persa "hindu" os gregos invasores fizeram a nossa palavra "Índia".

Do Punjab derivam preguiçosamente para o sudeste o Jumna e o Ganges; o Jumna irriga a nova capital de Délhi e reflete o Taj Mahal em Agra; o Ganges alarga-se abaixo da cidade sagrada de Benares, banha diariamente dez milhões de fiéis e fertiliza com suas doze bocas a província de Bengala e a velha capital inglesa de Calcutá. Mais a leste ainda está Burma, com seus pagodes de ouro em Rangum e a soalheira estrada para Mandalai. Desta cidade até o aeroporto de Karachi o vôo é longo como de Nova York a Los Angeles. Ao sul do Indo, nesse vôo, o viajante passa sobre Rajaputana, terra dos heróicos rajaputros, com as famosas cidades de Gwalior e Chitor, Jaipur, Ajmer e Udaipur. Ao sul e oeste está a "Presidência", ou província de Bombaim, formigante de cidades em Surat, Ahmedabad, Bombaim e Poona. A leste e sul jazem os progressistas Estados de Hyderabad e Mysore com as pitorescas cidades de iguais nomes. Na costa oeste está Goa, e na costa leste está Pondicherry, onde os ingleses deixaram aos portugueses e franceses umas poucas milhas quadradas de território, como consolação. Ao longo da baía de Bengala temos a presidência de Madras, com a bem governada cidade de Madras no centro e os sublimes templos de Tanjore, Trichinópolis, Madura e Rameshavaram enfeitando a parte sul. E por fim surge-nos a "Ponte de Adão" — uma roca de ilhas afundadas no estreito de Ceilão, onde a civilização floresceu há 1.600 anos. Isto tudo, porém, não passa de pequena parte da Índia.

Temos, pois, de conceber a Índia não como uma nação, qual o Egito, a Babilônia ou a Inglaterra, mas como um continente tão populoso e variado de línguas qual a Europa, e quase tão diversificado em climas e raças, em literatura, filosofia e arte. O norte sofre as frias rajadas vindas do Himalaia e os nevoeiros que se formam quando essas correntes se encontram com os calores do sul. No Punjab os rios criaram grandes planuras aluviais de inexcedível fertilidade;[5] mas ao sul dos vales o sol domina despoticamente, e as planícies, secas e nuas, impõem à agricultura a mais terrível escravidão.[6] Os ingleses não ficam na Índia mais de cinco anos de cada vez; e se 100.000 ingleses governam três mil vezes esse número de indianos, é justamente porque não ficam lá por muito tempo.

Aqui e ali, e, constituindo um quinto de terra, a mata virgem permanece um ninho de tigres, leopardos, lobos e cobras; num terço das terras ao sul, no Decã, o calor é mais seco, ou temperado pelas brisas marinhas. Mas de Délhi ao Ceilão o fato dominante na Índia é o calor: o calor enfraqueceu o físico do homem, encurtou-lhe a mocidade e levou-o a adotar o quietismo como religião e filosofia. O único alívio contra o calor é a inação — entregar-se ao imobilismo, nada fazer, nada desejar; ou então esperar os meses de estio, quando o mar envia ventos refrescantes e chuvas fertiziadoras. Quando essas monções falham, a Índia aperta o estômago e sonha com o *Nirvana*.

II. A MAIS VELHA CIVILIZAÇÃO?

Índia pré-histórica — Mohenjo-daro — Sua antiguidade

No tempo em que os historiadores admitiam que a história começava com a Grécia, a Europa alegremente supunha ter sido a Índia um canteiro de barbárie antes que os "arianos" das costas do Mar Cáspio lhe levassem arte e ciência. Recentes investigações, porém, modificaram esta ingênua suposição — como futuras investigações modificarão muita coisa dita nesta obra. Na Índia, como em qualquer outra parte, os começos da civilização acham-se soterrados, e nem todas as pás da arqueologia conseguirão desenterrá-los. Remanescentes da Velha Idade da Pedra encontram-se no museu de Calcutá, Madras e Bombaim; e objetos neolíticos vêm sendo desenterrados em todo o território indiano.[7] Isso, entretanto, revela cultura, não civilização.

Em 1924 o mundo da ciência agitou-se com as novas descobertas da Índia: Sir John Marshall anunciou que seus colaboradores indianos, sobretudo R. D. Banerji, haviam achado em Mohenjo-daro, na margem ocidental do baixo Indo, restos do que parecia uma civilização mais velha que todas dadas a conhecer até então aos historiadores. Lá e em Harapa, algumas centenas de milhas ao norte, quatro ou cinco cidades superpostas foram descobertas, com centenas de casas solidamente construídas de tijolos, algumas de vários andares, dispostas em avenidas largas e ruas estreitas. Deixemos que Sir John fale desses restos:

> Esses achados estabelecem a existência, em Sind (extremo norte da presidência de Bombaim), e no Punjab, durante o quarto e o terceiro milênio a.C., de uma cidade altamente desenvolvida; a presença, em muitas casas, de paredes, poços e banheiros, bem como de um cuidadoso sistema de drenagem, sugere uma condição social pelo menos igual à encontrada na Suméria e superior à que naquele tempo existia na Babilônia e no Egito. (...) Mesmo em Ur as casas não se comparavam, na construção, às de Mohenjo-daro.[8]

Entre os achados aparecem utensílios de cozinha e de toalete; cerâmica pintada ou não, feita a mão ou no torno; terracota, dados e peças de xadrez; moedas mais velhas que todas as conhecidas; mil selos, na maioria gravados e com inscrições em escrita pictográfica desconhecida; objetos de faiança de excelente qualidade; pedras esculpidas superiores às dos sumerianos;[9] armas e instrumentos de cobre e um carro de duas rodas (o mais velho conhecido); braceletes de ouro e prata, colares, brincos e outras jóias "tão bem acabadas", diz Marshall, "que antes parecem vir de uma joalheria da Bond Street de hoje do que de uma casa pré-histórica de cinco mil anos atrás".[10]

Parece estranho, mas as camadas mais profundas desses resíduos mostraram uma arte mais desenvolvida que a das camadas superiores — como se mesmo os mais velhos depósitos fossem de uma civilização já com séculos e séculos de idade. Alguns dos utensílios eram de pedra, outros de cobre, outros de bronze, indicando que a cultura hindu provinha de uma idade calcolítica, isto é, de um período de transição da pedra para o bronze.[11] As indicações são de que o Mohenjo-daro estava no apogeu quando Quéops construiu sua primeira grande pirâmide; de que tivera ligações comerciais, religiosas e artísticas com a Suméria e a Babilônia. (Essas ligações são sugeridas pela semelhança dos selos ou sinetes encontrados no Mohenjo-daro e na Suméria, e pelo aparecimento da naga, ou cobra-capelo, nos mais antigos sinetes da Mesopotâmia.[12] Em 1932 Henri Frankfort desenterrou nas ruínas de uma aldeia elamita, próxima da atual Bagdá, potes selados e contas que, no seu parecer — e no de Marshall — foram importados de Mohenjo-daro por volta de 2000 a.C.)[13] Existem indícios de que sobreviveu três mil anos, até o século III a.C.[14] (Macdonell supõe que essa extraordinária civilização era filha da Suméria;[15] Hall crê que a cultura sumeriana derivava da Índia;[16] Woolley relaciona as duas à Suméria e dá os primitivos hindus como aparentados com alguma raça e cultura do Beluchistão.[17] Os estudiosos têm sido impressionados pelo fato de que sinetes encontrados na Índia e na Babilônia pertencem aos inícios da cultura babilônica e à *última fase* da civilização hindu[18] — o que sugere a prioridade da Índia. Childe inclina-se a esta conclusão: "No fim do quarto milênio a.C. a cultura *material* de Abidos, Ur ou Mohenjo-daro suportaria comparação com a da Atenas de Péricles ou a de qualquer cidade medieval. ... A julgá-la pela arquitetura das casas, os sinetes e a graça da cerâmica, a civilização hindu estava à frente da babilônica no começo do terceiro milênio — 3000 a.C. Mas aquilo era uma fase adiantada da cultura indiana; essa cultura devia ter sofrido influências em época anterior. Seriam as inovações encontradas na civilização proto-sumeriana inspiradas pela Índia, em vez de serem coisas nativas? Se foi assim, teriam os sumerianos vindos da Índia?[19] Estas fascinantes questões não podem ser respondidas por enquanto; mas servem para recordar-nos que uma história da civilização, por causa da nossa ignorância, começa no que provavelmente foi um último ponto no real desenvolvimento da cultura.) Não queremos dizer, como Marshall, que Mohenjo-daro representa a mais velha das civilizações conhecidas. Mas a exumação da Índia pré-histórica está apenas iniciada; só em nossos tempos a arqueologia se voltou do Egito e da Mesopotâmia para a Índia. Quando o solo indiano estiver revolvido como o daquelas zonas, talvez encontremos uma civilização mais velha do que a que brotou da lama do Nilo. (Recentes escavações perto de Chitaldrug, em Mysore, revelaram seis níveis de cultura enterrados com instrumentos de cerâmica desde a Idade da Pedra, evidentemente de 4000 a.C., até objetos datáveis de 1200.)[20]

III. OS INDO-ARIANOS

Os nativos — Os invasores — A aldeia — Castas — Guerreiros — Sacerdotes — Mercadores — Operários — Párias

Apesar da continuidade dos remanescentes de Sind e Mysore, sentimos que entre o apogeu de Mohenjo-daro e o advento dos arianos existe um grande lapso em nosso conhecimento; ou antes, que o nosso conhecimento do passado é um ocasional lapso da nossa ignorância. Entre as relíquias hindus encontra-se um certo sinete composto de duas cabeças de serpente, que era o símbolo característico do mais velho povo histórico da Índia — os *nagas*, adoradores da serpente, que os invasores arianos encontraram na posse das províncias do norte e cujos descendentes ainda hoje vegetam nas montanhas mais remotas.[21] No sul a terra estava ocupada por um povo de pele morena e nariz chato, ao qual damos o nome de dravidianos. Já era um povo civilizado quando os arianos se lançaram contra ele; seus audaciosos mercadores navegavam até a Suméria e a Babilônia, e suas cidades conheciam muitos requintes de luxo.[22] Foi dele, evidentemente, que os arianos tomaram o sistema de aldeias, de terras e taxas.[23] Desde esse tempo o Decã se tem mantido essencialmente dravidiano na raça e nos costumes, na língua, na literatura e nas artes. A invasão e conquista pelos arianos dessas tribos florescentes foram parte do velho processo pelo qual, periodicamente, o norte violento tem-se derramado sobre o sul pacífico; isto tem sido uma das principais feições da História, e com ela a civilização ascende ou declina em ondulações periódicas. Os arianos invasores caíram sobre os dravidianos; os aqueanos e dóricos, sobre os cretenses e egeus; os teutônicos, sobre os romanos; os lombardos, sobre os italianos; os ingleses, sobre o mundo. A regra do norte é produzir chefes e guerreiros, como a do sul é produzir artistas e santos — e os humildes herdam o céu.

Quem eram esses flibusteiros arianos? Eles davam-se a si mesmos esse nome com o significado de "nobres" (sânscrito *arya,* nobre), mas tal patriótica derivação talvez seja um desses *arrière-pensées* que nos fazem piscar à filologia. (Monier-Williams deriva a palavra "ariano" da raiz sânscrita *ri-ar,* arar;[24] cf. latim *aratrum*, arado, e *area*, espaço aberto. Por esta teoria, "ariano", em vez de nobre, significava camponês.) Provavelmente procediam daquela região que seus primos persas chamavam *Airyana-vaejo* — "*O Lar Ariano.*" (Encontramos deidades védicas típicas, como Indra, Mitra e Varuna, mencionadas num tratado concluído entre os arianos hititas e mitanianos no começo do século 14 a.C.;[25] e o característico ritual veda de beber o suco do sagrado *soma* repetia-se na Pérsia com a seiva do *haoma.* (O "s" sânscrito corresponde ao "h" *zend* ou persa: *soma* torna-se *haoma*, como *sindhu* passa a *hindu*.[26]) Concluímos, pois, que os mitanianos, hititas, cassitas, sogdianos, bactrianos, medos, persas e os arianos invasores da Índia eram ramos de uma raça indo-européia já heterogeneizada, vinda das costas do Mar Cáspio.) Ao tempo em que os arianos cassitas dominavam a Babilônia, os arianos védicos entravam na Índia.

A exemplo dos germanos invasores da Itália, estes arianos eram mais imigrantes do que conquistadores. Mas traziam consigo um forte apetite por comida e bebida, e a brutalidade, e a habilidade e coragem na guerra, que breve lhes dariam o domínio do norte da Índia. Lutavam com flechas, conduziam carros de guerra, manejavam machados e lanças de arremesso. Eram muito primitivos para serem hipócritas: subjugaram a Índia sem pretenderem elevá-la. Queriam terras e pastagens para seus gados; a

palavra guerra nada tinha entre eles de honra nacional; significava simplesmente "desejo de mais vacas".[27] Lentamente abriam caminho para leste, ao longo do Indo e do Ganges, até que todo o Industão lhes caísse sob o controle. ("Indostão" é palavra dos persas para designar a Índia ao norte do rio Narbada.)

À medida que passavam da vida guerreira para a agrícola, suas tribos gradualmente se juntavam em pequenos Estados. Cada Estado submetia-se ao governo de um rei controlado por um conselho tribal de guerreiros; cada tribo tinha o seu "rajá" ou chefe, igualmente limitado por um conselho tribal, e era composta de aldeias quase independentes, governadas por assembléias de chefes de família. "Ouviste dizer, Ananda," dizia Buda ao seu S. João "que os vajianos se reúnem freqüentemente em assembléias de seus clãs? (...) Enquanto, Ananda, os vajianos se reunirem assim, em assembléias de seus clãs, não decairão, mas prosperarão."[28]

Como todos os povos, os arianos tinham regras de endogamia e exogamia que vedavam o casamento fora do grupo racial ou de parentes muito próximos. Dessas regras advieram as instituições indianas mais características. Sobrepujados em número por um povo submetido, que eles consideravam inferior, os arianos previram que sem restrições no casamento breve perderiam a identidade racial, e num século ou dois estariam assimilados e absorvidos. A primeira divisão de casta, portanto, não foi de categorias, mas de cor (a primitiva palavra indiana para casta era *varna*, cor. Foi traduzida pelos invasores portugueses para "casta", do latim *castus*, puro); separava os narizes aquilinos dos narizes chatos, isto é, os arianos dos *nagas* e dravidianos; mera regulamentação do casamento num grupo endógamo.[29] O sistema de castas não existia nos tempos védicos.[30] Entre os arianos o casamento era livre (exceto entre parentes próximos) e o nascimento não determinava categoria.

Quando a Índia Védica (2000-1000 a.C.) entrou na Idade "Heróica" (1000-500 a.C.), isto é, quando a Índia passou da situação descrita nos *Vedas* para a descrita no *Mahabharata* e no *Ramayana*, as ocupações se tornaram especializadas e hereditárias, e acentuaram-se as divisões de castas. No alto ficaram os xátiras (*kshatriyas*), ou guerreiros, que tinham como pecado a morte na cama.[31] As próprias cerimônias religiosas eram nesse tempo realizadas pelos chefes ou reis, à moda de César quando fazia o papel de *Pontifex*; os brâmanes ou sacerdotes não passavam de meros assistentes nos sacrifícios.[32] No *Ramayana* um xátira protesta com veemência contra a união de uma "orgulhosa e incomparável noiva" da raça guerreira com um "palrador sacerdote brâmane";[33] os livros *Jains* aceitam pacificamente a liderança dos xátiras, e a literatura budista vai a ponto de chamar os brâmanes "malnascidos".[34] Mesmo na Índia as coisas mudam.

Mas a guerra gradualmente cedeu o lugar à paz, e como a religião crescesse em importância e complexidade de ritual, e requeresse hábeis intermediários entre os homens e os deuses, os brâmanes foram subindo em número, riqueza e poder. Como educadores da infância e transmissores orais da história da raça, da literatura e das leis, tornava-se-lhes possível remodelar o passado e preparar o futuro à sua própria imagem, modelando cada nova geração na alta reverência ao sacerdócio e construindo para a classe um prestígio que lhes iria proporcionar a situação suprema na sociedade indiana. Já nos dias de Buda tinham eles começado a desafiar a supremacia dos xátiras; apresentavam-nos como inferiores, como estes haviam feito com eles;[35] e Buda achava que muita coisa podia ser dita de ambos os pontos de vista. Mesmo no tempo de Buda, porém, os xátiras não aceitavam a liderança mental dos brâmanes; e o

próprio movimento budista criado por um nobre xátira contestou por mil anos a hegemonia dos brâmanes na Índia. Abaixo dessa minoria dirigente ficavam os vaícias, mercadores e homens livres, ou quase toda a população nativa; e, finalmente, os párias — tribos não convertidas, como a dos Chandalas, prisioneiros de guerra e homens condenados à escravidão como castigo.[36] E foi desse grupo inicialmente pequeno que saíram os 40 milhões de "intocáveis" da Índia atual.

IV. SOCIEDADE INDO-ARIANA

Pastores — Agricultores — Artesãos — Mercadores — Moeda e crédito — Moral — Casamento — A mulher

Como viviam esses arianos indianos? No começo, da guerra e da espoliação; depois, do pastoreio, do cultivo da terra e da indústria, numa rotina rural não muito diferente daquela existente na Europa medieval; porque até a Revolução Industrial, em que ainda estamos, a base econômica e política do homem permaneceu essencialmente a mesma da era neolítica. Os indo-arianos criavam gado, usavam a vaca, sem tê-la como sagrada, e comiam carne quando a tinham, oferecendo parte aos deuses ou aos sacerdotes;[37] Buda, depois de macerar-se na sua ascética mocidade, parece que morreu de uma refeição de carne de porco.[38] A cevada era plantada, mas possivelmente o arroz era desconhecido nos tempos védicos. Em cada aldeia as terras eram divididas entre as famílias que a compunham, mas com irrigação comum; o solo não podia ser vendido a ninguém de fora, e somente era legado às famílias cujos herdeiros proviessem da linha masculina. A maioria do povo trabalhava em terras próprias; os arianos tinham como degradante o trabalho de aluguel. Não havia latifundiários nem pauperismo; não havia o lar milionário ao lado do pardieiro.[39]

A indústria manual florescia nas cidades, entre artesãos independentes e aprendizes, organizados em poderosas corporações de ferreiros, carpinteiros, pedreiros, seleiros, entalhadores de marfim, cesteiros, pintores de casas, decoradores, oleiros, tintureiros, pescadores, marinheiros, caçadores, carniceiros, confeiteiros, barbeiros, floristas, cozinheiros — e esta variedade de profissões revela a plenitude da vida indo-ariana. As corporações cuidavam dos negócios dos seus membros, não só os gerais como os privados. Como atualmente entre nós, os preços não eram determinados pelo equilíbrio entre a oferta e a procura, mas pela "ingenuidade" do comprador; no palácio do rei, entretanto, havia o avaliador oficial, que, como o nosso secreto Bureau of Standards, de Washington, testava as coisas a serem adquiridas e ditava as condições aos fabricantes.[40]

O transporte havia ingressado na fase do cavalo e da carreta de duas rodas, mas mostrava-se ainda medievalmente difícil; as caravanas viam-se embaraçadas por taxas de peagem em muitos passos fronteiriços, e por salteadores. Mais desenvolvido era o transporte por água; por volta de 860 a.C. navios de vela e de remos levavam à Mesopotâmia, à Arábia e ao Egito produtos indianos típicos — perfumes, especiarias, algodão e seda, xales e musselinas, pérolas e rubis, ébano e pedras preciosas, brocados de ouro e prata.[41]

O comércio se via retardado pelos grosseiros sistemas de troca — a princípio o uso do gado como moeda; mesmo as noivas, como no tempo de Homero, eram compradas com vacas.[42] Mais tarde uma pesada moeda de cobre passou a ser emitida, mas só com garantia dos emissores privados. Não havia bancos; o dinheiro ganho era escondido na casa ou enterrado no campo, ou depositado em mãos de um amigo de confiança. No tempo de Buda surgiu um sistema de crédito: mercadores de cidades diferentes facilitavam os negócios por meio de troca de cartas de crédito: os empréstimos podiam ser obtidos dos Rothschilds da época a 18 por cento;[43] falava-se muito em notas promissórias. E já havia o jogo — essa coisa essencial à civilização. Em muitos casos o próprio rei mantinha salas de jogo para seus súditos, como vemos hoje em Mônaco; parte da receita ia para o tesouro real.[44] Parece-nos uma disposição escandalosa, para nós que não estamos tão habituados a ver instituições contribuírem de modo tão direto para manter nossos funcionários públicos.

A moralidade comercial mantinha-se em nível elevado. Os reis da Índia Védica, qual os da Grécia homérica, tomavam o gado dos vizinhos;[45] mas o historiador grego das campanhas de Alexandre fala dos hindus como "notáveis pela integridade, a ponto de raro recorrerem à justiça, e tão honestos que não usavam fechaduras nas portas e não exigiam documentos escritos em seus contratos; eram da maior confiança.[46] O *Rig-veda* fala de incesto, sedução, prostituição, aborto e adultério,[47] e também de alguma homossexualidade;[48] mas o quadro geral que deduzimos dos *Vedas* e das epopéias é o de um alto padrão de moralidade nas relações entre os sexos e na vida de família.

O casamento repartia-se entre os sistemas do rapto da noiva, da compra ou do acordo. O casamento por acordo das partes, entretanto, era considerado um tanto deprimente; as mulheres achavam mais honroso serem compradas e pagas; serem raptadas correspondia a uma grande homenagem.[49] A poligamia era permitida e encorajada entre os grandes; constituíam atos meritórios sustentar várias mulheres e transmitir boas qualidades raciais.[50] A história de Draupadi,[51] que se casou simultaneamente com cinco irmãos, mostra a ocasional ocorrência, nos dias épicos, dessa estranha poliandria — o casamento de uma mulher com vários homens, em regra irmãos, forma que sobreviveu no Ceilão até 1859 e ainda perdura nas montanhas do Tibete.[52] Mas a poligamia era em geral privilégio dos machos, os quais dirigiam a sua gente com patriarcal onipotência. O macho tinha direito de propriedade sobre as mulheres e os filhos, podendo em certos casos vendê-los ou expulsá-los de casa.[53]

Apesar disso a mulher gozava de muito maior liberdade na Índia do período védico do que depois. Tinha mais voz na escolha do esposo. Aparecia livremente nas festas e danças, e juntava-se aos homens nas cerimônias sacrificiais. Podia estudar e empenhar-se, como Gargi, em disputas filosóficas.[54] No caso de enviuvar, nada a impedia de casar-se novamente.[55] Mas no Período Heróico parece ter perdido parte dessa liberdade. Não a animavam a estudos, sob a alegação de que "o estudo dos *Vedas* pelas mulheres revela confusão no reino;"[56] o casamento de viúvas foi se tornando raro; o *purdah* — ou a reclusão das mulheres — começou; e a prática do *suttee*, quase ignorada nos tempos védicos, recresceu.[57] A mulher ideal passou a ser a heroína do *Ramayana* — a fiel Sita, que segue e obedece humildemente seu esposo, através de todas as provas de fidelidade e coragem, até morrer.

V. A RELIGIÃO DOS VEDAS

Religião pré-védica — Deuses védicos — Deuses morais — A história védica da Criação — Imortalidade — O sacrifício do cavalo

A mais velha religião da Índia, encontrada pelos invasores arianos entre os *nagas*, era evidentemente a adoração animística e totêmica de inumeráveis espíritos moradores em pedras e animais, em árvores e rios, em montanhas e estrelas. A serpente constituía divindade simbólica da virilidade; e *Bhodi*, a árvore sagrada do tempo de Buda, correspondia a um vestígio da mística reverência pela calma majestade das árvores.[58] Naga, o deus-dragão, Hanuman, o deus-macaco, Nandi, o deus-touro, e os *Yakshas*, as árvores-deuses, passaram para a religião da histórica Índia.[59] E como alguns desses espíritos eram bons e outros maus, só com grande habilidade mágica alguém podia livrar seu corpo de ser possuído ou torturado, através de doença ou mania, por um ou mais dos incontáveis demônios existentes. Daí as encantações do *Atharva-veda*, ou Livro da Mágica; era necessário recitar fórmulas para ter filhos, evitar o aborto, prolongar a vida, afastar os males, atrair o sono, destruir ou atormentar os inimigos.[60] (Cf. *Atharva-veda* VI, 138, e VII, 35, 90, onde encantações "ferventes de ódio" e "linguagem de ferocidade sem peias" são usadas por mulheres no empenho de alijar rivais ou torná-las estéreis.[61] No *Brihadaranyka Upanishad*, 6-12, aparecem fórmulas para violentar a mulher por meio de encantamento e para "pecar sem conceber".)[62]

Os mais antigos deuses dos *Vedas* eram as forças ou elementos da natureza — o céu, o sol, a terra, o fogo, o vento, a água e o sexo.[63] Dyaus (o grego Zeus, o romano Júpiter) fora a princípio o próprio céu; e a palavra sânscrita *deva*, que depois significaria "divina", originariamente significava apenas "brilhante". A licença poética, que dá origem a tantas deidades, foi personificando esses elementos; o céu, por exemplo, se tornou um pai, Varuna; a terra tornou-se mãe, Prithivi; a vegetação constituía o fruto da união da terra com o céu por meio da chuva.[64] A chuva passou a ser o deus Parjanya; o fogo era Agni; o vento, Vayu; a tempestade, Indra; a peste, Rudra; a aurora, Ushas; o sulco no campo, Sita; o sol, Surya, Mitra ou Vishnu; e o *soma*, planta sagrada, de sumo embriagante para os homens e deuses, era também um deus, um Dionísio hindu, que inspirava o homem com sua essência inebriante à caridade, à compreensão e ao gozo, bem como à fruição da vida eterna.[65] Uma nação, como um indivíduo, começa com poesia e termina com prosa. À proporção que as coisas se tornam pessoas, as qualidades se tornam objetos, os adjetivos passam a nomes, os epítetos evoluem para deidades. O sol criador da vida transforma-se num deus-sol, Savitar, o Pai da Vida; o brilho do sol torna-se Vivasvat, o Deus Brilhante; o sol gerador da vida torna-se o grande deus Prajapati, Senhor de todas as coisas vivas.[66]

Durante certo tempo o principal deus védico foi Agni — o fogo; era a chama sagrada, o raio que riscava o céu, a chama da vida e dos espíritos do mundo. Mas a figura mais popular do panteão védico foi Indra, manejador do raio e do trovão. Porque Indra trouxera aos indo-arianos aquele benéfico regime de chuvas que parecia mais precioso que o sol; por isso o consideravam o maior dos deuses, invocavam-lhe nas batalhas os raios e trovões e o representavam qual gigantesco herói comendo rebanhos de boi e bebendo lagos de vinho.[67] Seu inimigo favorito era Krishna, que nos *Vedas* ainda surge como simples deus tribal. Vishnu, o sol que cobria a terra com os seus raios,

também fora um deus subordinado, desconhecedor de que o futuro pertenceria a ele e a Krishna, seu avatar. Um dos valores que para nós têm os *Vedas* consiste em mostrar como uma religião nasce; podemos ver ali o berço, o crescimento e a morte de deuses e fés, do animismo ao panteísmo filosófico, e da superstição do *Atharva-veda* ao sublime monismo dos *Upanishads*.

Esses deuses são humanos no aspecto, nos motivos e quase na ignorância. Um deles, sitiado pelas preces de um devoto, pondera sobre o que há de lhe dar: "Isto é o que eu lhe darei — não, não isto: dar-lhe-ei uma vaca — ou será melhor dar-lhe um cavalo? Não tenho certeza se ele me honrou com o *soma*."[68] Alguns deles, entretanto, ergueram-se nos últimos dias védicos a grande significação moral. Varuna, que começou sendo o céu e cujo hálito era a tempestade, desenvolveu-se na imaginação dos seus adoradores como a mais ideal deidade dos *Vedas*; observava o mundo com o seu grande olho, o sol, punia o mal, recompensava a bondade e perdoava os pecados dos arrependidos. Sob este aspecto foi Varuna o guardião e executor de uma lei externa de nome Rita; era Rita no começo a lei que mantinha as estrelas em seu curso; gradualmente também se tornou a lei da justiça, o ritmo cósmico e moral que cada homem tem de seguir para não se perder na destruição.[69]

Como o número de deuses crescesse, surgiu a questão de se saber qual deles havia criado o mundo. A autoria era dada ora a Agni e Indra, ora a Soma, ora a Prajapati. Um dos *Upanishads* atribuiu a criação do mundo a um incoercível Pro-criador.

> Na verdade ele não tinha prazer; um só não tinha prazer; ele desejou um segundo. Ele era, na realidade, tão grande como uma mulher e um homem abraçados. Ele fez esse eu cair (*v pat*) em dois pedaços; desses pedaços saíram um marido (*pati*) e uma esposa (*patni*). Por isso. (...) cada um é como uma metade; (...) por isso esse pedaço se enche com uma mulher. Ele copulou com ela. Por isso os seres humanos vieram. E ela ponderou consigo: "Como copula ele comigo depois de ter-me tirado de si mesmo? Vem, deixa que me esconda a mim mesma." Ela se tornou uma vaca. Ele se tornou um touro. Com ela copulou ele. E então o gado nasceu. Ela se tornou uma égua e ele, um garanhão. Ela se tornou em jumenta e ele em jumento. Com ela copulou ele e daí nasceram os animais de casco. Ela se tornou cabra e ele, bode. Com ela copulou e nasceram cabras e carneiros. Assim realmente ele criou tudo, todos os pares, mesmo as formigas. Ele sabia: "Eu realmente sou esta criação, porque eu emiti tudo de mim mesmo". E assim surgiu a Criação.[70]

Nesta passagem temos o germe do panteísmo e da transmigração: o Criador identifica-se com a sua criação, e todas as coisas, todas as formas são uma; cada forma já foi outra forma, e dela se distingue no preconceito da percepção e na superficial separação do tempo. Esta concepção, embora formulada nos *Upanishads*, não fazia ainda, nos dias védicos, parte do credo popular; em vez da transmigração, os indo-arianos aceitaram a simples fé na imortalidade corporal. Depois da morte a alma entrava na eterna punição ou na eterna felicidade; era lançada por Varuna aos abismos da treva, meio Hades, meio Inferno, ou elevada por Yama a um céu em que cada alegria da terra se fazia perfeita e imorredoura.[71] "Como o trigo, apodrece o mortal", diz *Katha Upanishads*, "e como o trigo nasce de novo".[72]

Na antiga religião védica não havia imagens nem templos;[73] os altares improvisavam-se a cada sacrifício, como na Pérsia zoroastriana, e o fogo sagrado elevava aos céus a oferenda. Aqui aparecem sinais de sacrifícios humanos,[74] como no al-

bor de cada civilização; mas esses sinais são poucos e incertos. Outra vez, como na Pérsia, o cavalo era de quando em quando queimado em oferenda aos deuses.[75] O mais estranho de todos os rituais era o *Ashvamedha*, ou Sacrifício do Cavalo, no qual a rainha da tribo parece que copulava com o cavalo sagrado depois de morto.[76] (*Ponebatque in gremium regina genitale victimae membrum.*)[77] A oferenda usual era uma libação do caldo do *soma* e o derrame de manteiga líquida no fogo.[78] Esse sacrifício era concebido em termos mágicos; se adequadamente realizado, traria recompensa, fossem quais fossem as virtudes morais do adorador.[79] Os padres cobravam caro a ajuda aos fiéis na realização desses complicados sacrifícios; se não viam o dinheiro na mão, recusavam-se a recitar as fórmulas necessárias; tinham de ser pagos antes dos deuses. Havia regras estabelecidas por eles quanto à remuneração de cada serviço — quantos cavalos ou vacas, ou quanto ouro; o ouro era a substância mais adequada para comover o sacerdote ou o deus.[80] Os *Brahmanas*, escritos pelos brâmanes, instruíram os sacerdotes quanto aos meios de inverter as orações e sacrifícios feitos sem o devido pagamento.[81] Havia também regras prescrevendo as cerimônias adequadas para cada ocasião da vida, e sempre com a obrigatória presença do sacerdote. Lentamente os brâmanes se tornaram uma casta privilegiada e hereditária, mantendo a vida espiritual e mental da Índia sob um controle que ameaçava sufocar qualquer pensamento e qualquer mudança.[82]

VI. OS VEDAS COMO LITERATURA

Sânscrito — Escrita — Os quatro Vedas *— O* Rig-veda *—*
Um Hino da Criação

A linguagem dos indo-arianos seria de especial interesse para nós, porque o sânscrito é um dos mais velhos grupos de línguas às quais se filiam as nossas de hoje. Sentimos por vezes uma estranha sensação de continuidade cultural através de grandes lapsos de tempo, quando observamos a similaridade entre o sânscrito, o grego, o latim (quem diz o latim diz o português) e o inglês — nos numerais, nos termos familiares e nessas palavrinhas que, com licença dos moralistas, foram chamadas verbos copulativos.

Confronte-se o inglês *one, two, three, four, five* (ou o português *um, dois, três, quatro, cinco*) com o sânscrito *ek, dwe, tree, chatoor, panch;* o latim *unus, duo, tres, quattuor, quinque;* o grego *heis, duo, tria, tettara, pente.* (*Quattuor* torna-se *four,* como o latino *quercus* torna-se *fir*). Ou o inglês *am, are, is,* com o sânscrito *asmi, asi, asti;* latim *sum, es, est;* grego *eimi, ei, esti.* A Lei de Grimm, sobre as mudanças efetuadas nas consoantes de uma palavra, em conseqüência de diferentes hábitos vocais de povos separados, revela-nos o surpreendente parentesco entre o sânscrito e o inglês. A lei pode ser grosseiramente resumida com a afirmação de que, em muitos casos (e há numerosas exceções):

1. O sânscrito k (como em *kratu*, poder) corresponde ao grego *k* (*kartos*, força), ao latim *c* ou *qu* (*cornu*, chifre), ao alemão *h, g* ou *k (hart)*, e ao inglês *h, g,* ou *f (hard);*
2. O sânscrito *g* ou *j* (como em *jan*, gerar) corresponde ao grego *g* (*genos*, raça), ao latim *g* (*genus*), ao alemão *ch* ou *k* (*kind*, criança), ao inglês *k* (*kin*, parente);
3. O sânscrito *gh* ou *h* (como em *hyas*, ontem) corresponde ao grego *ch* (*chthes*), ao latim *h, f, g,* ou *v* (*heri*), ao alemão *k* ou *g (gestern),* ao inglês *g* ou *y (yesterday*, ontem);
4. O sânscrito *t* (como em *tar*, cruzar) corresponde ao grego *t (terma*, fim), ao latim *t (ter-minus),* ao alemão *d (durch*, através), ao inglês *th* ou *d (through*, através);
5. O sânscrito *d* (como em *das*, dez) corresponde ao grego *d (deka),* ao latim *d (decem),* ao alemão *z (zehn),* ao inglês *t (ten*, dez);

6. O sânscrito *dh* ou *h* (como em *dha*, por) corresponde ao grego *th* (*ti-the-mi*, eu ponho), ao latim *f*, *d* ou *b* (*facere*, fazer), ao alemão *t* (*tun*, fazer), ao inglês *d* (*do*, fazer);
7. O sânscrito *p* (como em *patana*, pena) corresponde ao grego *p* (*pteros*, asa), ao latim *p* (*penna*, pena), ao alemão *f* ou *v* (*feder*, pena), ao inglês *f* ou *b* (*feather*, pena);
8. O sânscrito *bh* (como em *bhri*, levar) corresponde ao grego *ph* (*pherein*), ao latim *f* ou *b* (*fero*), ao alemão *p*, *f* ou *ph* (*fahren*), ao inglês *b* ou *p* (*bear*, *birth*, *brother*, etc.)[83]

É muito improvável que esta antiga língua, considerada por Sir William Jones como "mais perfeita que o grego, mais copiosa que o latim e mais refinada que as duas",[84] fosse a língua falada pelos invasores arianos. O que era essa língua não podemos saber; podemos apenas presumir que se aparentava com o dialeto persa em que foi escrito o *Avesta*. O sânscrito dos *Vedas* e as epopéias já traziam as marcas de uma língua literária, usada exclusivamente pelos sacerdotes e eruditos; a própria palavra "sânscrito" significa "preparado", "puro", "perfeito", "sagrado". O povo nos dias védicos não falava uma só língua e sim muitas; cada tribo tinha seu dialeto ariano.[85] A Índia jamais teve uma língua.

Os *Vedas* não sugerem que a escrita fosse conhecida de seus autores. Só no século VIII ou IX a.C. os mercadores hindus — provavelmente dravidianos — trouxeram da Ásia Ocidental a escrita semita, afim da fenícia; e dessa "escrita brahma", como veio a ser conhecida, derivaram todos os alfabetos da Índia.[86] Durante séculos a escrita parece ter-se confinado a propósitos administrativos e comerciais, não é literatura; "mercadores, não sacerdotes, desenvolveram esta arte básica".[87] Mesmo o cânon budista não parece ter sido posto em escrita antes do século III a.C. As mais velhas inscrições encontradas na Índia são as de Ashoka.[88] Nós, que já de séculos nos tornamos "visuais" à força de tanto ler e escrever, encontramos dificuldades em compreender como a Índia, depois de ter aprendido a escrever, manteve-se presa ao sistema antigo de transmitir a história e a literatura pela recitação memorizada. Os *Vedas* e as epopéias eram cantos que evoluíam com as gerações dos que os recitavam; coisa para os ouvidos, não para os olhos. (Talvez a poesia reconquiste sua antiga posição sobre os modernos quando for de novo recitada, e não lida em silêncio, como hoje.) Dessa indiferença pela escrita decorre a nossa escassez de conhecimentos sobre a antiga Índia.

Que eram então esses *Vedas*, onde está tudo que sabemos da Índia? A palavra *Veda* significa ciência, conhecimento (grego *[f] oida*, latim *video*, alemão *weise*, inglês *wit* e *wisdom*, sabedoria); um *Veda* é literalmente um Livro do Conhecimento. *Vedas* é aplicado pelos hindus a todo o saber sagrado de seus começos; como a nossa Bíblia, é mais uma literatura do que propriamente um livro. Nada podia ser mais confuso do que o arranjo ou divisão dessa coleção. Dos muitos *Vedas* que existiam, apenas quatro sobreviveram:

I. O *Rig-veda*, ou Conhecimento dos Hinos de Louvor;
II. O *Sama-veda*, ou Conhecimento de Melodias;
III. O *Yajur-veda*, ou Conhecimento das Fórmulas Sacrificiais e Mágicas;
IV. O *Atharva-veda*, ou Conhecimento das Fórmulas Mágicas.

Cada um destes *Vedas* se divide em quatro seções:

1. Os *Mantras*, ou Hinos;
2. *Os Brahmanas*, ou manuais de ritual, prece e encantação para os sacerdotes;

3. *O Aranyaka*, ou "textos da floresta" para uso dos santos eremitas e
4. *Os Upanishads*, ou escritos confidenciais para filósofos. (Esta é uma das muitas possíveis divisões do material. Em adição aos inspirados comentários contidos nos *Brahmanas* e nos *Upanishads*, os eruditos indianos usualmente incluem nos *Vedas* várias coleções de comentários mais breves, em forma aforística, chamados *Sutras*. Conquanto não diretamente inspirados pelo céu, estes aforismos gozam da grande autoridade sobre as coisas muito antigas. Vários são curtos até a ininteligibilidade; devia ser recurso mnemônico para auxiliar os discípulos a decorá-los.)

Quanto à autoria e época dessa massa de poesia, mito, mágica, ritual e filosofia, nada podemos dizer. Os hindus religiosos crêem que cada palavra ali é de inspiração divina, e contam que o grande deus Brahma as escreveu com sua própria mão em folhas de ouro;[89] e como refutá-los? O fervor patriótico faz com que os nativos ponham os mais velhos hinos entre 6000 a 1000 a. C.[90] O material foi coletado e arranjado provavelmente por volta de 1000 a 500 a. C.[91]

Só um dos *Vedas* pertence mais à literatura do que à religião, à filosofia ou à mágica. O *Rig-veda* corresponde a uma espécie de antologia com 1.028 hinos, ou salmos de louvor para os vários itens da adoração indo-ariana — sol, lua, céu, estrela, vento, chuva, fogo, aurora, terra, etc. Numerosos hinos são peditórios de rebanhos, colheitas e longevidade; uma pequena parte sobe aos páramos da literatura; e uns poucos alcançam em eloqüência os Salmos da Bíblia.[92] Em regra constituem uma poética simples e espontânea, como a ingênua admiração das crianças. Um hino maravilha-se de que o leite branco saia da vaca vermelha; outro não pode compreender por que o sol, quando começa a descer, não cai precípite sobre a terra; outro inquire como "as águas de todos os rios se despejam no mar e não o enchem". Há um hino funeral, no estilo da *Thanatopsis*, sobre o corpo de um companheiro morto em batalha:

Da mão caída tomo o arco que ele manejava
Para nos conquistar domínio, poder e glória.
Tu lá, nós aqui, ricos de prole heróica,
Venceremos todos os assaltos de cada inimigo.
Achega-te ao seio da terra, a mãe.
Essa terra que se estende longe e propícia;
Jovem, macia como lã para os generosos, possa
Ela preservar-te da dissolução.
Abre-te, ó terra, não te comprimas sobre ele,
Sê gentil, saúda-o com bondade;
Como com suas vestes a mãe abriga
Seu filho, amortalha-o, ó terra.[93]

Outro poema (*Rv.* X, 10) representa um diálogo entre os pais dos primeiros homens, Yama e Yami, irmão e irmã gêmeos. Yami convida o irmão a coabitar com ela, apesar da divina proibição do incesto, alegando que tudo quanto deseja é apenas a continuação da raça. Yama resiste, firmado em razões morais. Ela usa de todas as seduções e, como última arma, chama-lhe fraco. A história não nos chegou completa, e só circunstancialmente podemos deduzir o fim. É um extraordinário Hino da

Criação, em que um sutil panteísmo e mesmo um piedoso cepticismo aparecem — e isso no mais velho livro do mais religioso de todos os povos:

Nem Alguma Coisa, nem Nada existia; aquele brilhante céu
Não havia, nem a larga abóbada que em cima se distende,
Que é que cobria tudo? que coisa abrigava? que coisa ocultava?
A água? o abismo sem mundo das águas?
Não havia morte — e nada era imortal.
Nenhuma separação entre a noite e o dia;
O Único Um respirava sem fôlego por si mesmo;
Outro além dele nunca havia sido
Trevas, e tudo no começo velado
Em tristeza profunda — um oceano sem luz —
O germe que ainda jazia coberto pela casca
Irrompe do fervente calor.
Então vem sobre ele o amor, a nova fonte
Do conhecimento — sim, poetas em seu coração discerniram esse salto entre as coisas criadas
E não criadas. Vem esta faísca da terra,
Tudo atravessando, ou vem do céu?
Então as sementes foram semeadas, e poderosas forças surgiram.
Natureza embaixo, poder e vontade em cima —
Quem sabe o segredo? quem o proclamou aqui?
De onde, de onde esta múltipla criação procede
Os próprios deuses vieram depois —
Quem sabe de onde procede a grande criação?
Aquele de quem esta criação veio foi a seu desejo criado ou era mudo.
O Altíssimo Vidente, que está no mais alto céu,
Ele o sabe — ou talvez nem mesmo ele.[94]

Aos autores dos *Upanishads* coube tomar esses problemas e elaborar essas sugestões no mais típico e, talvez, mais alto produto da mente hindu.

VII. A FILOSOFIA DOS "UPANISHADS"

Os autores — O tema — Intelecto versus *intuição* — Atman — Brahman — *Sua identidade — Uma descrição de Deus — Salvação — Influência dos* Upanishads — *Emerson em Brahma*

"Não há no mundo estudo mais elevado que o dos *Upanishads*," disse Schopenhauer. "Tem sido a consolação da minha vida."[95] Com exceção dos fragmentos morais de Ptah-hotep, constituem o mais velho documento filosófico e psicológico da espécie humana; um sutil e paciente esforço para compreender o espírito e o mundo, e suas relações. Idéias velhas como Homero e novas como Kant.

A palavra é composta de *Upa*, próximo, e *shad*, sentar. De "sentar perto" do mestre o termo veio a significar o segredo, ou a doutrina esotérica transmitida pelo mestre aos seus melhores discípulos.[96] Existem 108 desses discursos, da autoria de vários sábios e santos, colocados em 800 a 500 a.C.[97] Não formam um sistema filosófico uno; são opiniões, *aperçus* e lições de muitos homens, nos quais a filosofia e a religião ainda estavam ligadas, na tentativa de compreender a realidade existente sob a multiplicidade superficial das coisas. Abundam em absurdos e contradições, e a espaços

prenuncia-se o verbalismo de Hegel;[98] às vezes apresentam fórmulas grotescas como as de Tom Sawyer para a cura das verrugas;[99] às vezes impressionam como os pensamentos mais profundos da história da filosofia.

Conhecemos os nomes de muitos autores,[100] mas nada de suas vidas, exceto o que lhes escapa sobre si mesmos, aqui e ali. As figuras mais alertas são Yajnavalkya, o homem, e Gargi, a mulher que tem a honra de estar entre esses primeiros filósofos. Dos dois é o homem quem tem a língua mais aguda. Seus companheiros vêem-no como um perigoso inovador; e seus pósteros fizeram da sua doutrina a cidadela da ortodoxia imutável.[101] Conta-nos ele como procurou deixar suas duas mulheres para tornar-se eremita; e na fala de Maitreyi, a esposa que levou consigo, apreendemos a intensidade com que há milhares de anos a Índia tem persistido na religião e na filosofia.

E então Yajnavalkya preparou-se para começar nova vida.

> "Maitreyi!", disse ele, "atende, estou próximo a deixar estas terras. Permite-me fazer-te uma final declaração e a Catyayani."
>
> Então falou Maitreyi: "Senhor, se toda esta terra cheia de riquezas fosse minha, seria eu imortal por isso?"
>
> "Não, não!", disse Yajnavalkya. "Não há esperança de imortalidade por meio de riquezas."
>
> Então falou Maitreyi: "Que deverei fazer, Senhor, com isso que não me torna imortal? O que sabes a esse respeito, Senhor, ensina-me a mim."[102]

O tema dos *Upanishads* é o mistério deste mundo ininteligível. "De onde viemos, onde vivemos, para onde vamos? Ó tu, que conheces *Brahman*, dize-nos a quem obedecemos aqui. (...) O tempo, a natureza, a necessidade, a fortuna, ou os elementos serão a causa, ou a causa é aquele chamado *Purusha* — o Supremo Espírito?[103]" A Índia estava cheia de homens que "não queriam milhões, mas sim respostas às suas perguntas." No *Maitri Upanishad* lemos sobre um rei que abandonou o reino e mergulhou na floresta para levar vida austera, clarear o seu espírito na compreensão e solver os enigmas do universo. Depois de mil dias de penitência, um sábio, "conhecedor da alma", chegou-se a ele. "És um que sabes a verdadeira natureza da alma", disse o rei; "abre para nós o teu pensamento". "Escolhe outro desejo", respondeu o sábio. Mas o rei insiste; e, numa passagem que teria parecido schopenhaueriana ao próprio Schopenhauer, o sábio lança aquela revulsão contra a vida, aquele medo de renascer que sombriamente perpassa todo o pensamento hindu:

> "Senhor, neste malcheiroso corpo, que é um conglomerado de ossos, pele, músculos, medula, carne, sêmen, sangue, muco, lágrimas, catarro, fezes, urina, respiração, biles e fleuma, que bem há no gozo do desejo? Neste corpo aflito de desejo, cólera, cobiça, ilusão, medo, desânimo, inveja, separação do desejável, união com o indesejável, mágoas e o resto, de que vale o gozo dos desejos? E nós vemos que o mundo inteiro se corrompe como esses mosquitos, essas varejas, esses capins, e essas árvores que crescem e perecem. (...) Entre outras coisas há o secamento dos grandes oceanos, o desmoronamento dos picos das montanhas, o desvio da estrela polar, (...) a submersão da terra. (...) Neste ciclo de existência, de que vale o gozo do desejo, se depois que o homem o sacia o vê retornar?"[104]

A primeira lição que os sábios dos *Upanishads* ensinam é a da insuficiência do intelecto. Como pode este fraco cérebro, que dói pela ação de um pequeno cálculo, ter a pretensão de compreender a complexa imensidade da qual ele é tão transitório fragmento? Não que o intelecto seja inútil; ele ocupa um lugar modesto e serve-nos a contento quando defrontado pelas relações entre as coisas; mas como vacila diante do eterno, do infinito, ou do elementarmente real! Na presença da silenciosa realidade que está atrás de todas as aparências, e bem acima de todo conhecimento, necessitamos de outro órgão de percepção e compreensão além daqueles correspondentes aos sentidos e à razão. "Não é aprendendo que alcançamos o *Atman* (ou a Alma do Mundo), não é pelo gênio e pelo muito conhecimento de livros. (...) O brâmane que renuncie ao estudo e se torne uma criança. (...) Que não procure muitas palavras, porque isso não passa de mero cansaço de língua."[105] A mais alta compreensão, como Spinoza iria dizer, é a percepção direta, o discernimento imediato; é, como diria Bergson, a intuição, a visão interior quando o espírito deliberadamente fecha as portas aos sentidos externos. "*Brahman* furou as aberturas dos sentidos de modo que se abrissem para fora; por isso o homem olha para fora e não para dentro de si mesmo; alguns homens sábios, entretanto, com os olhos fechados e o desejo na imortalidade, viam-se por dentro."[106]

Se, olhando para dentro, um homem nada encontra, isso só prova a perfeição da sua introspeção; porque nenhum homem pode esperar encontrar o eterno dentro de si, já que ele está imerso no efêmero e no particular. Antes que essa realidade interior possa ser sentida, o homem tem de alijar de si toda ação e todo pensamento, toda turbulência de alma e corpo.[107] Por quinze dias deve jejuar, só bebendo água;[108] então, por assim dizer, o espírito se enfraquece em tranqüilidade e silêncio, os sentidos se purificam e se apagam, o espírito é deixado em paz para sentir-se a si mesmo e ao grande oceano da alma de que ele faz parte; por fim o indivíduo cessa de ser, e a Unidade e a Realidade aparecem. Porque não é o indivíduo que o vidente vê em seu puro ser interior; esse ser individual não passa de uma série de estados mentais, é meramente o corpo de dentro. O que o sábio procura é *Atman*. (É incerta a derivação desta palavra. Parece que tem originalmente o significado de respiração, como o latim *spiritus*, daí a essência vital e daí finalmente a alma.)[109] *Atman* é o Próprio de todos os próprios, a Alma de todas as almas, o imaterial, o Absoluto sem forma, no qual mergulhamos quando nos esquecemos de nós mesmos.

Aqui temos pois o primeiro passo da Doutrina Secreta: a essência do nosso eu não é o corpo, ou o espírito, ou o individual, mas a coisa sem forma e sem fundo que está dentro de nós, *Atman*. O segundo passo é *Brahman* (a expressão *Brahman*, aqui usada com a significação da impessoal Alma do Mundo, não deve ser confundida com Brahma, um dos três deuses membros da tríade Brahma-Vishnu-Siva; nem com "brâhmane", sacerdote), a essência do mundo que está em tudo, a essência impessoal e intangível, o "Real do Real", a Alma, não nascida, que não decai, que não morre;[110] a Alma de todas as coisas, como *Atman* é a Alma de todas as almas; a força que está atrás, adiante, abaixo e acima de todas as forças e deuses.

> Então Vidagda Sakayla perguntou-lhe: "Quantos deuses há, Yajnavalkya?" Ele respondeu: (...)
> "Tantos quantos mencionados no Hino de Todos os Deuses, nomeadamente trezentos e três e três mil e três."

"Sim, mas exatamente quantos deuses há, Yajnavalkya?"
"Trinta e três".
"Sim, mas exatamente quantos deuses há, Yajnavalkya?"
"Seis".
"Sim, mas exatamente quantos deuses há, Yajnavalkya?"
"Dois".
"Sim, mas exatamente quantos deuses há, Yajnavalkya?"
"Um e meio."
"Sim, mas exatamente quantos deuses há, Yajnavalkya?"
"Um."[111]

O terceiro passo é o mais importante de todos: *Atman* e *Brahman* são um. A alma (não individual) ou força dentro de nós identifica-se com a Alma do Mundo, impessoal. Os *Upanishads* incutem esta doutrina no cérebro do discípulo à força de repetição. Atrás de todas as formas e véus, o subjetivo e o objetivo são um, e Deus, como a essência de todas as coisas, é um. A idéia é expressa por um professor numa famosa parábola.

"Traze daí um figo"
"Aqui o tens, senhor."
"Divide-o."
"Ei-lo dividido, senhor."
"Que vês?"
"Pequeninas sementes, senhor."
"Divide uma delas."
"Está dividida, senhor."
"Que vês nela?"
"Nada, senhor."
"Na verdade, meu caro, é dessa fina essência, que tu não vês, que as grandes figueiras crescem. Crê, meu caro, que esta é a mais alta essência; o universo tem esta essência como a sua alma. Esta é a Realidade. Isto é *Atman. Tat tvam asi* — isto és tu, Shwetaketu."
"Fizeste-me compreender, senhor."
"Assim seja, meu caro."[112]

A essência dos *Upanishads* é constituída por esta já quase hegeliana dialética de *Atman, Brahman* e suas sínteses. (Os pensadores hindus são os menos antropomórficos de todos os filósofos religiosos. Mesmo nos últimos hinos do *Rig-veda* o Ser Supremo recebe indiferentemente a referência *neutra* ou *ele*; para mostrar que está acima do sexo.)[113] Muitas outras lições são neles ensinadas, mas subordinam-se a esta. Encontramos também lá a fé na transmigração da alma, e o desejo de exoneração (*Moksha*) dessa pesada cadeia de reencarnações. (A transmigração da alma ocorre pela primeira vez nos *Upanishads Satapatha*, onde se vêem repetidos nascimentos e mortes como pena infligida pelos deuses a uma vida má. As tribos mais primitivas acreditam que a alma pode passar do homem para um animal e vice-versa. Esta idéia provavelmente se tornou a base do credo da transmigração, entre os habitantes da Índia pré-ariana.)[114] Janaka, rei dos videhas, pede a Yajnavalkya para que lhe explique de que modo pode um novo nascimento ser evitado. O sábio responde com a exposição da teoria da Ioga: por meio da ascética eliminação de todos os desejos, a criatura pode deixar de ser um

fragmento individual, e, unindo-se à Alma do Mundo, escapar à reencarnação. Ao que o rei responde: "Eu darei, nobre senhor, o meu reino e a mim mesmo para ser vosso escravo."[115] Parece abstruso o céu que o sábio promete ao discípulo, porque nele não haverá consciência individual;[116] só haverá absorção no Ser, a reunião com o Todo da parte temporariamente separada. "Assim como os rios desaparecem no mar, perdendo nome e forma, assim o homem sábio, liberto de nome e forma, desaparece na divina pessoa que está além de tudo."[117]

Semelhante teoria da vida e da morte não agrada aos ocidentais, cujas religiões se permeiam do individualismo que também insufla as suas instituições políticas e econômicas. Mas vem satisfazendo a mentalidade hindu numa longa continuidade. Vemnos esta filosofia dominar a Índia desde Buda até Gandhi, desde Yajnavalkya até Tagore. Os *Upanishads* representam para a Índia o que o Novo Testamento representa para o cristianismo — um nobre credo, às vezes praticado, mas geralmente reverenciado. Mesmo na Europa e na América a teosofia indiana conquistou milhões de seguidores, desde mulheres solitárias e homens cansados até Schopenhauer e Emerson. Quem diria que o grande filósofo americano, pregador do individualismo, fosse dar perfeita expressão à crença indiaça da ilusão da individualidade?

Brahma

Se o cruel assassino pensa que mata
Ou o que morre pensa que morreu,
Ignoram eles os meios sutis
Com que eu persisto — passo e volto.

O distante ou esquecido para mim é perto;
Sombra e sol são a mesma coisa;
Os deuses mortos aparecem-me;
E não distingo da infâmia a fama.

Doentes se sentem os que me deixam:
Quando de mim voam, eu sou as asas;
Eu sou o duvidador e sou a dúvida,
E sou o hino que o brâmane canta.

CAPÍTULO XV

Buda

I. OS HERÉTICOS

Cépticos — Niilistas — Sofistas — Ateus — Materialistas — Religiões sem deuses

A DÚVIDA é antiga; vemo-la já nos *Upanishads*. Às vezes os sábios zombam dos sacerdotes, como quando o *Chandogya Upanishad* compara o clero ortodoxo a um procissão de cães, um a agarrar a cauda do outro, dizendo piedosamente: "*Om*, comamos; *Om*, bebamos."[1] Outro, o *Swasanved Upanishad*, anuncia que não há deus, nem céu, nem inferno, nem reencarnação, nem mundo; que os *Vedas* e *Upanishads* não passam de coisa de loucos; que suas idéias são ilusões e suas palavras não contêm verdade; que o povo, embriagado pelo floreio retórico, agarra-se aos templos, deuses e "homens santos", embora na realidade não haja diferença entre Vishnu e um cão.[2] E conta a história de Virocana, que viveu como discípulo do grande deus Prajapati durante 32 anos, recebeu muita instrução sobre "o ego livre do mal, imortal, sem idade, sem dores, sem fome, sem sede, cujo desejo é o Real", e subitamente voltou à terra para pregar uma doutrina escandalizadora: "Só podemos ser felizes aqui na terra. Só podemos ajudar-nos a nós mesmos. Aquele que se faz feliz aqui na terra e se ajuda a si mesmo conquista os dois mundos, este e o outro."[3] Talvez os bons brâmanes, que nos preservaram a história da Índia, nos tenham enganado a respeito da unanimidade piedosa e do misticismo desse povo.

Realmente, à proporção que os estudiosos vão desenterrando algumas figuras da filosofia indiana anterior a Buda, um quadro vai tomando forma, no qual, ao lado de santos que meditam em *Brahman*, encontramos uma variedade de criaturas que desprezavam os sacerdotes, duvidavam de todos os deuses e não hesitavam em adotar o nome de *Nastiks*, ou niilistas. Sangaya, o agnóstico, nem admitia nem negava a vida depois da morte; punha em dúvida a possibilidade do conhecimento e limitava a filosofia a fins terrenos — à procura da paz. Purana Kashyapa recusou-se a aceitar distinções morais e ensinou que a alma é uma escrava passiva do acaso. Maskarin Gosala sustentou que o destino determinava tudo, independentemente dos méritos do homem. Ajita Kasakambalim reduziu o homem a terra, água, fogo, vento e disse: "Os loucos e os sábios, na dissolução do corpo, são igualmente aniquilados, e depois da morte cessam de ser."[4] O autor do *Ramayana* pinta em Jabali um céptico que ridiculariza Rama por ter rejeitado um reino a fim de guardar um voto.

> Jabali, o sábio brâmane e o sofista de palavra hábil.
> Pôs em dúvida a Fé, a Lei e o Dever, e falou ao jovem senhor de Ayodhyas:
> "Por que motivo, Rama, teu coração se envolve nas inúteis máximas que enganam a ingênua humanidade? (...)
> Ah, eu lamento os pobres mortais que, tomados por este erro,
> Sacrificam os seus prazeres nesta vida e por fim morrem.

Inutilmente, oferecendo sacrifícios aos deuses e aos padres.
Desperdício de comida! porque nenhum Deus ou Pai recebe nossas pias homenagens!
E poderá o alimento compartilhado por um homem nutrir outro?
Pode o alimento dado a um brâmane servir a nossos Pais?
Hábeis sacerdotes forjaram essas máximas e com egoístico
Objetivo dizem: "Fazei oferendas e fazei penitência, deixai as riquezas do mundo e orai!"
Não há além, Rama; a esperança e a fé dos homens são coisas vãs;
Procura o prazer do presente, afasta de ti as pobres ilusões."[5]

Quando Buda atingiu a puberdade, encontrou as salas, as ruas e até as florestas da Índia ressoantes de disputas filosóficas, com grandes tendências ateístas e materialistas. O último dos *Upanishads* e os mais velhos livros budistas estão cheios de referências a essas tendências heréticas.[6] Uma grande classe de sofistas itinerantes — os *Paribbajaka*, ou Viajantes — gastava parte do ano indo de uma localidade a outra à procura de discípulos ou adversários filosóficos. Alguns deles ensinavam a lógica como a arte de provar tudo quanto queremos. Outros demonstravam a inexistência de Deus e a inutilidade da virtude. Grandes assistências se reuniam para ouvir essas preleções e debates; grandes salas foram construídas para acomodá-los; e às vezes príncipes ofereciam recompensas aos vencedores dessas justas intelectuais.[7] Foi uma época de absoluta liberdade de pensamento e de inúmeras experiências no campo filosófico.

Do pensamento desses cépticos pouca coisa nos chegou; sua memória nos foi preservada sobretudo pelas diatribes dos seus inimigos.[8] O mais velho de todos era Brihaspati, cujos *Sutras* niilistas pereceram, salvo um poema denunciando os sacerdotes em linguagem livre de todo o obscurantismo metafísico:

Não existe céu, nem libertação final,
Nem alma, nem outro mundo, nem ritos de casta. (...)
O tríplice *Veda*, o tríplice mandamento.
E todo o pó e todas as cinzas do arrependimento...
Isso só serve de meio de vida para
Homens vazios de intelecto e varonilidade. (...)
Como pode este corpo, quando reduzido a pó,
Voltar a terra? E se uma alma fantasma pode passar
De um mundo para outro, por que as fortes afeições que o
Morto deixa neste mundo não fazem seu fantasma voltar?
Os custosos ritos em torno dos que morrem
Não passam de meios de vida, inventados
Pela habilidade dos sacerdotes — nada mais. (...)
Enquanto perdura a vida, vivamos na folga e
No prazer; deixemos que um homem tome emprestado de
Todos os amigos e regale-se em manteiga derretida.[9]

Dos aforismos de Brihaspati saiu toda uma escola de materialistas hindus conhecidos pelo nome de um deles, os Charvakas. Eles riam da idéia de que os *Vedas* fossem revelação divina; a verdade, diziam, nunca pode ser conhecida, exceto através dos sentidos. Nem na própria razão podemos confiar, porque cada inferência depende, para a sua validade, não só da acurada observação e do correto raciocínio, como

também da assunção de que as coisas no futuro se comportarão como no passado; e disto, como iria dizer Hume, não podemos ter certeza.[10] O que não é percebido pelos sentidos, adiantam os Charvakas, não existe; portanto, a alma é uma ilusão, e *Atmân* uma mistificação. Não observamos, através da experiência ou da História, nenhuma interposição de forças sobrenaturais nos acontecimentos e coisas deste mundo. Todos os fenômenos são naturais; só os ingênuos os relacionam a deuses e demônios.[11] A matéria é a única realidade; o corpo, uma combinação de átomos;[12] o espírito, mera matéria pensante; o corpo, não a alma, sente, vê, ouve, pensa.[13] "Quem já viu a alma separada do corpo?" Não há imortalidade, não há reencarnação. A religião é uma monstruosidade, uma doença ou uma patifaria; a hipótese de um Deus é inútil para a explicação e compreensão do mundo. Julgam os homens a religião necessária porque, estando a ela afeitos, sentem um vácuo sempre que o crescer do conhecimento destrói a fé.[14] A moralidade também é natural; é uma convenção social e uma conveniência, nada tem de divino. A natureza é indiferente ao bom ou ao mau, à virtude ou ao vício; o sol brilha indistintamente sobre os ladrões e os santos; se há na natureza alguma qualidade ética, esta só pode ser a sua transcendente imoralidade. Não é necessário controlar o instinto e a paixão porque disso se encarrega a natureza — são as instruções da natureza ao homem. A virtude é um equívoco, o propósito da vida é viver, e a única sabedoria é a felicidade.[15]

Esta filosofia revolucionária dos *Charvakas* pôs fim à era dos *Vedas* e dos *Upanishads*. Enfraqueceu o poder dos brâmanes sobre a mente da Índia e deixou na sociedade indiana um vácuo propício ao surgimento de um novo credo. Mas o trabalho dos materialistas fora muito profundo — tão profundo que as duas novas religiões que viriam substituir a védica, por mais estranho que pareça, seriam religiões sem deus, religiões ateísticas. Ambas pertencem ou fazem parte do *Nastika* ou movimento niilista; e ambas originaram-se, não de um brâmane, mas de membros da casta guerreira (xátiras), numa reação contra a teologia e o cerimonialismo sacerdotal. Com o advento do jainismo e do budismo, uma nova época iria ter início na história da Índia.

II. MAHAVIRA E OS JAINS

O Grande Herói — O credo Jain — Politeísmo ateístico — Ascetismo — Salvação pelo suicídio — História dos Jains

Pelos meados do século VI a.C. nasceu um menino de pais nobres na tribo Lichchavi, num subúrbio da cidade de Vaishali, na atual província de Bihar. (A tradição fornece as datas de Mahavira como sendo 599-527 a.C., mas Jacobi acha que 549-477 a.C. seria uma data mais próxima do fato.)[16] Embora nobres, seus pais pertenciam a uma seita que tinha a reencarnação como o maior dos males, e o suicídio como coisa abençoada. Quando o menino se tornou moço, seus progenitores puseram, voluntariamente, fim à vida pela inanição. O rapaz, com 31 anos, recolheu-se a si mesmo, renunciou à vida mundana, despiu-se de todas as roupas e perdeu-se nos ermos de Bengala, numa vida ascética, à procura da compreensão. Após treze anos de pensamento solitário e privação de tudo, foi aclamado por um grupo de discípulos como *Jina* ("conquistador"), isto é, um dos grandes mestres que o Destino fazia aparecer a intervalos na Índia para iluminação do povo. Deram o nome de Mahavira, ou Grande Herói, ao novo mestre e para si tomaram o de Jains. Mahavira organizou um clero ce-

libatário e uma ordem de freiras e quando morreu, com 72 anos, deixou na terra 15.000 sectários.

Gradualmente os Jains desenvolveram um dos mais estranhos corpos de doutrina de toda a história da religião. Começaram com uma lógica realística, em que o conhecimento se confinava ao relativo e ao temporal. Nada é verdade, diziam eles, exceto de um ponto de vista: de outro ponto de vista essa mesma coisa será provavelmente falsa. Gostavam de narrar a história dos seis cegos que puseram as mãos em diferentes partes de um elefante; o que apalpou as orelhas disse que o elefante era um grande abanador; o que apalpou a perna declarou que se tratava de uma grande coluna roliça;[17] e assim por diante. Todos os juízos, portanto, são limitados e condicionais; e a verdade absoluta está ao alcance apenas dos periódicos redentores, ou *Jinas*. Nem os *Vedas* salvam a situação; eles não são inspirados por Deus pela simples razão de não haver Deus. Não há necessidade, diziam os Jains, de admitir um Criador, ou Causa Primeira; qualquer criança pode refutar essa admissão, mostrando que um Criador não criado ou uma Causa não causada é coisa tão difícil de entender como um mundo não criado ou não causado. Mais lógico é admitir que o universo existiu eternamente e que suas infinitas mudanças e revoluções são devidas aos inerentes poderes da natureza, não à intervenção de deidades.[18]

Mas o clima da Índia não favorece um credo naturalista. Depois de esvaziar de deuses o céu, novamente os Jains o povoaram com os santos deificados da história e da lenda da seita. Eram esses santos adorados com devoção e cerimônias, mas também estavam sujeitos a transmigração e decadência, de nenhum modo sendo considerados criadores ou diretores do mundo.[19] Nem eram materialistas os Jains; aceitavam a dualística divisão de matéria e espírito; em todas as coisas, mesmo nas pedras, havia uma alma. Cada alma que realizava uma vida sem mancha se tornava um *Paramatman*, ou alma suprema, e libertava-se por algum tempo da reencarnação; quando, porém, a recompensa se igualava ao mérito, voltava de novo a encarnar-se. Só os mais altos e perfeitos espíritos podiam alcançar a completa "redenção"; eram esses os *Arhats*, ou senhores supremos, que viviam como as divindades de Epicuro em algum distante paraíso de sombras, impotentes para influir nos negócios humanos, mas já livres de todos os azares do renascimento.[20]

O caminho da redenção, diziam os Jains, é o da penitência, do ascetismo e do completo *ahimsa* — abstinência da prática de mal contra qualquer ser vivo. O Jain era obrigado a cinco votos: não matar qualquer ser vivo, não mentir, não tomar o alheio, guardar a castidade, renunciar aos prazeres mundanos. Sentir prazer era sempre um pecado; o ideal consistia na indiferença ao prazer ou à dor, na renúncia a todos os confortos da vida. A agricultura lhe era proibida, porque no trato da terra o homem esmaga insetos e vermes. O bom Jain refugava o mel por ser ele a vida das abelhas; filtrava a água para separar dela qualquer pequena vida que contivesse; velava a boca de medo de aspirar e matar organismos impalpáveis que boiassem no ar; resguardava a luz das lâmpadas para que nela não morressem as mariposas; antes de dar um passo varria o chão para não pisar alguma pequena vida incauta. O Jain nunca matava ou sacrificava um animal; e, se era extremado, estabelecia hospitais ou asilos, como em Ahmedabad, para os animais velhos, cansados ou doentes. A única vida que ele podia destruir era a sua. A doutrina Jain aprovava o suicídio, especialmente pela inanição, pois essa é a maior vitória do espírito sobre a cega vontade de viver. Muitos

Jains morreram deste modo; e ainda hoje os chefes da seita só morrem pela inanição.[21]

Uma religião assim baseada em tão profunda dúvida e negação da vida podia encontrar algum apoio popular num país em que a vida sempre fora dura; mas mesmo na Índia esse extremo ascetismo chocava. Desde os começos os Jains formaram uma seleta minoria; e embora no século VII[22] Yuan Chwang os encontrasse numerosos e poderosos, estavam já em declínio. Por volta de 79 um grande cisma os dividiu quanto à nudez do corpo; a partir daí os Jains ou eram da seita *Shwetambara* — vestidos de branco — ou *Digambaras* — nus. Atualmente as duas seitas trajam as roupas usuais da zona; só os santos andam nus pelas ruas. Essas seitas também se subdividiram; os *digambaras* em quatro e os *shwetambaras* em 84 facções;[23] somam um total de 1.300.000 adeptos numa população de 320 milhões de almas.[24] Gandhi foi fortemente influenciado pela seita Jain e aceitou o *ahimsa* como base da sua política e da sua vida, contentando-se com uma tanga e uma alimentação que vai inanindo-o. Os Jains poderão ainda considerá-lo como um dos seus *Jinas*, outra encarnação do grande espírito que periodicamente se faz carne para redimir o mundo.

III. A LENDA DE BUDA

Os fundos do budismo — Nascimento milagroso — Mocidade — Dores da vida — Fuga — Anos ascéticos — Luz — Nirvana

É muito difícil prefigurar as condições existentes há 2.500 anos, que deram origem a credos tão pessimistas como o jainismo e o budismo. Muito progresso material devia ter-se realizado a partir da entrada dos arianos na Índia; grandes cidades, como Pataliputra e Vaishali, foram construídas; a indústria e o comércio criaram riquezas, a riqueza gerou o lazer, o lazer desenvolveu-se em conhecimento e cultura. É muito provável que fosse a riqueza da Índia a mãe do epicurismo e do materialismo indiano dos séculos VII e VI a.C. A religião não medra em meio à prosperidade material; a carne liberta-se das restrições piedosas e formula filosofias justificadoras da libertação. Como na China de Confúcio e na Grécia de Protágoras (e também em nossos dias), assim na Índia de Buda a decadência intelectual da velha religião produziu o cepticismo ético e a anarquia moral. Jainismo e budismo, embora impregnados do melancólico ateísmo de uma idade sem ilusões, foram reações religiosas contra os credos hedonísticos de uma classe mundana, ociosa e "emancipada". (Cumpre observar que este período distinguiu-se por uma chuva de estrelas na história dos gênios: Mahavira e Buda na Índia, Lao-tsé e Confúcio na China, Jeremias e o segundo Isaías na Judéia, os filósofos pré-socráticos na Grécia, e talvez Zaratustra na Pérsia. Tal simultaneidade de gênios denota muita intercomunicação de idéias entre as antigas culturas.)

A tradição hindu descreve o pai de Buda, Shuddhodhana, como homem mundano, membro do clã Gautama e da orgulhosa tribu Shakya, príncipe ou rei de Kapilavastu, no sopé do Himalaia.[25] Na verdade nada sabemos ao certo sobre Buda; e se damos aqui as histórias reunidas em torno do seu nome, não é porque isso seja história, mas porque formam parte essencial da literatura hindu e da religião asiática. Os estudiosos do assunto colocam seu nascimento mais ou menos em 563 a.C. e nada mais dizem; e a lenda surge e revela-nos de que estranhas maneiras podem os homens ser

concebidos. ("Histórias do Nascimento" de Buda, escritas no século V da nossa era. Outra lenda, o *Lalitavistara*, foi parafraseada por Edwin Arnold em *The Light of Asia*.) Por esse tempo, diz um dos livros Jataka que

> na cidade de Kapilavastu a festa da lua cheia... fora anunciada. A rainha Maia, no sétimo dia antes da lua, celebrou a festa sem bebidas e com abundância de guirlandas e perfumes. Levantando-se cedo no sétimo dia, banhou-se em água perfumada e distribuiu 400.000 moedas em esmolas. Belamente adornada, comeu alimentos escolhidos, fez os votos do *Uposatha* (isto é, votos apropriados para o *Uposatha*, ou quatro dias santos do mês: a lua cheia, a lua nova, e o oitavo dia depois de cada uma dessas luas)[26], entrou em seu ornamentado aposento e, deitando-se na cama, sonhou um sonho.
>
> Quatro grande reis a ergueram com o leito e a levaram para o Himalaia, onde a depuseram no platô de Manosila. (...) Então vieram as rainhas e a levaram para o lago Anotatta, banharam-na para remover a marca humana, vestiram-na de roupas celestes e enfeitaram-na de divinas flores. Não longe dali levantava-se uma montanha de prata, e no alto da montanha uma mansão de ouro. Lá lhe prepararam um leito divino, com a cabeceira para o oriente, e nele a deitaram. Então *Bodhisattwa* (isto é, destinado a ser um Buda; aqui significa o próprio Buda. A palavra Buda, com a significação de "Iluminado", figura entre os muitos títulos dados ao Mestre, cujo nome pessoal era Sidarta, e cujo nome de clã era Gautama. Também foi chamado *Shakya-muni*, ou o "Sábio dos Shakyas", e *Tathagata*, "Um Que Conseguiu a Verdade". Buda, porém, nunca aplicou a si próprio qualquer desses nomes, como veremos)[27] tornou-se em elefante branco. Não longe dali estava a montanha de ouro, à qual ele se dirigiu em seguida; desceu-a e passou para a montanha de prata, na direção norte. Na tromba, que era como um calabre de prata, levava um lótus branco. Então, trombeteando, o elefante entrou na mansão de ouro, rodeou três vezes o leito de sua mãe, feriu-lhe o lado direito e como que lhe entrou na madre. E assim recebeu... uma nova existência.
>
> No dia seguinte a Rainha despertou e contou o sonho ao Rei. O Rei convocou 64 proeminentes brâmanes, honrou-os e satisfê-los com excelentes refeições e presentes. Então, quando os viu contentes daqueles prazeres, contou-lhes do sonho da rainha e pediu-lhes a significação. Os brâmanes responderam: Não te aflijas, ó Rei, a Rainha conceberá filho macho, não fêmea, e tu terás um filho; e ele morará numa casa e se tornará rei, um monarca universal; se deixar sua casa e sair pelo mundo, ele se tornará um Buda, um afastador do véu (de ignorância) do mundo. (...) A Rainha Maia, trazendo em si, por dez meses, o *Bodhisattwa* como óleo na ânfora, quando chegou o dia do parto desejou ir para a casa dos seus parentes e disse ao Rei Shuddhodhana: "Desejo, ó Rei, ir para Devadaha, a cidade de minha gente." O Rei aprovou a idéia, e fez que aplainassem a estrada de Kapilavastu a Devadaha, e a enfeitassem de pavilhões e bandeiras; e, pondo-a num palanquim carregado por mil cortesãos, mandou-a com grande comitiva. Entre as duas cidades, e pertencendo aos moradores de ambas, havia um agradável bosque de árvores Sal, chamado Bosque Lumbini. Naquela ocasião, do nível do solo ao topo, as árvores eram só flores. (...) Quando a Rainha viu o bosque, desejou recrear-se nele. (...) Foi para baixo de uma árvore e desejou deitar mão num ramo. O ramo, como se fora flexível vime, inclinou-se ao seu alcance. A Rainha tomou-o e enquanto o segurava deu à luz a criança. (...) As outras criaturas quando nascem vêm envoltas em matéria impura — mas não foi assim com *Bodhisattwa*. Como um pregador da Doutrina descendo da sede da Doutrina, como um homem que descesse das estrelas, estirou os braços e pernas e, isento de qualquer impureza, cintilante como uma jóia em panos de Benares, saiu de sua mãe.[28]

Cumpre ainda notar que durante o nascimento de Buda uma grande luz apareceu no céu; os surdos ouviram; os mudos falaram; os paralíticos se levantaram; os deuses se debruçaram nos céus para contemplá-lo; e de longe vieram saudá-lo os reis.

A lenda pinta um quadro de esplendor e luxo na sua mocidade. Buda morava, como um príncipe feliz, em três palácios, "como um deus", protegido pelo amoroso pai de todo contato com as dores e asperezas da vida humana. Quarenta mil dançarinas entretinham-no, e na idade de cinco anos cem damas lhe foram enviadas para que escolhesse esposa. Como membro da casta dos xátiras, Buda recebeu cuidadoso treino nas artes militares; mas também se sentou aos pés dos sábios, e fez-se mestre em todas as teorias filosóficas da época.[29] Casou-se, tornou-se um pai feliz e viveu na riqueza, na paz e na boa reputação.

Um dia, narra a piedosa tradição, Buda saiu do palácio e na rua, entre o povo, deu com um velho; no dia seguinte, saindo de novo, encontrou um doente; no terceiro dia, viu um morto. Ele próprio conta o caso a seus discípulos:

> Então, ó monges, eu, criado com tais excessos de delicadeza, pensei assim: "Uma pessoa comum, ignorante, que está sujeita à velhice, não além da esfera da velhice, vendo um velho, perturba-se, envergonha-se, desgosta-se e pensa em si. Eu também estou sujeito à velhice, não além da esfera da velhice; e devo eu, que estou sujeito à velhice, (...) ao ver um velho, perturbar-me, envergonhar-me e desgostar-me?" Isto não me pareceu adequado. E, enquanto refletia, toda a altivez da mocidade subitamente se me fugiu. (...) Assim, ó monges, antes da minha iluminação, sendo eu mesmo sujeito ao nascimento, meditei sobre a natureza do nascimento; sendo sujeito à velhice, meditei sobre a natureza da velhice, da doença, da dor, da impureza. E então pensei: "E se eu, sendo sujeito ao nascimento, fosse procurar a natureza do nascimento, (...) e tendo visto a iniqüidade de natureza do nascimento fosse procurar o não-nascido, a suprema paz do Nirvana?"[30]

A morte é a origem de todas as religiões e se não houvesse morte talvez não existissem deuses. Para Buda essas visões foram o começo da "iluminação". Como a criatura vencida pela "conversão", subitamente deliberou deixar seu pai (sua mãe falecera ao pô-lo no mundo), sua esposa e o filho recém-nascido, e tornar-se um asceta no deserto. Durante a noite entrou no quarto da esposa e contemplou pela última vez o filhinho Rahula. Nesse momento, dizem as Escrituras Budistas nesta passagem sagrada para todo seguidor de Gautama,

> uma lâmpada de óleo perfumado estava acesa. Em leito de jasmins e outras flores espalhadas por ele a mancheias, a mãe de Rahula dormia, com a mão na cabeça do menino. O *Bodhisattwa*, de pé na soleira, olhava e pensava: "Se eu retiro a mão da Rainha da cabeça da criança, a Rainha acorda e isto perturbará minha fuga. Depois que eu me tornar um Buda virei vê-lo novamente". E retirou-se do palácio.[31]

No escuro da madrugada saiu da cidade no seu cavalo Kanthaka; o cocheiro Chauna o seguiu, desesperadamente agarrado à cauda do animal. Então, Mara, o Príncipe do Mal, apareceu e tentou-o com a oferta de grandes impérios. Mas Buda recusou e, galopando, cruzou de salto um grande rio. Veio-lhe o desejo de rever a cidade natal, mas não virou o rosto. E então a grande terra se voltou para que ele não precisasse olhar para trás.[32]

O príncipe se deteve num lugar de nome Uruvela. "Lá" diz ele, "pensei comigo mesmo que era um lugar agradável, de belas florestas, límpidas águas e bons sítios de banho; ao redor, prados e aldeias." Naquele lugar devotou-se ele ao mais severo ascetismo; durante seis anos seguiu a senda dos iogues que já haviam desaparecido do cenário hindu. Viveu de ervas e sementes colhidas no estrume. Reduziu gradualmente a alimentação até chegar a um grão de arroz por dia. Usava roupas feitas dos próprios cabelos, arrancados com tortura; ficava de pé intermináveis horas e deitava-se sobre espinhos. Deixou que o pó e a sujeira se acumulassem sobre o seu corpo, como numa velha árvore. Freqüentava um sítio onde os cadáveres humanos eram expostos à fome das feras e abutres, e dormia entre as carcaças em putrefação. E, de novo, diz ele,

> pensei no que seria se eu cerrasse os dentes, comprimisse a língua de encontro ao céu da boca e esmagasse meu espírito com o meu espírito. (Fiz assim). E o suor corria de minhas axilas. (...) Então pensei no que seria se eu praticasse o transe sem respirar. E retive a respiração, fechando a boca e o nariz. E fazendo isso ouvia um violento som de vento em meus ouvidos. (...) Como se um homem forte fosse esmagar a cabeça de alguém com a ponta da espada, assim esse vento perturbava minha cabeça. (...) Então pensei no que seria se eu apenas tomasse alimentos em mínimas quantidades, tanto quanto coubesse na palma de minha mão, caldo de favas, ervilhas, gravanços, legumes. (...) Meu corpo tornou-se extremamente delgado. Quando me sentava, a marca deixada era como uma pegada de camelo. Os ossos da minha espinha, quando me abaixava ou levantava, eram como fusos. E assim como no fundo do poço vemos o brilho da água, assim eram meus olhos vistos no fundo das órbitas. E como a cabaça amarga fenece e fende-se ao sol e à chuva, assim ficou a pele da minha cabeça. Quando eu julgava tocar a pele do meu estômago, eu realmente tocava na espinha. (...) Para aliviar o corpo eu batia nele com as mãos, e ao fazer isso os pêlos mortos caíam do meu corpo, por falta de alimento.[33]

Mas um dia lhe veio o pensamento de que aquela mortificação não era o caminho. Talvez nesse dia estivesse extraordinariamente premido pela fome, ou alguma lembrança amável o agitasse. Percebeu que nenhuma iluminação lhe viera de tanta austeridade. "Por essa estrada eu não alcanço o conhecimento e a nobre introvisão super-humana." Ao contrário, um certo orgulho da autotortura tinha envenenado a santidade que acaso houvesse nascido nele. Buda abandonou o ascetismo e foi sentar-se à sombra de uma árvore (a árvore *Bodhi*, sob a qual se abrigou Buda, ainda é mostrada aos turistas em Bodh-gaya), e resolveu ficar ali imóvel até que a iluminação sobreviesse. Qual era, indagou ele a si mesmo, a fome da dor humana, do sofrimento, da doença, da velhice e da morte? Súbito, uma visão lhe veio, da infinita sucessão de mortes e nascimentos do grande rio da vida: viu cada morte anulada por um novo nascimento, cada paz e cada alegria equilibrada por um novo desejo, um novo descontentamento, uma nova dor ou aflição. "Assim, com o espírito concentrado, clarificado, purificado, (....) eu dirigi minha idéia para o ir e vir dos seres. Com visão super-humana, divina, pura, eu vi os seres morrerem e renascerem, altos e baixos, de boa ou má cor, em felizes ou miseráveis existências, de acordo com os seus carmas — isto é, de acordo com a lei pela qual cada ato de bondade ou maldade é recompensado ou punido nesta vida ou em outra encarnação da alma.

Foi a visão desta aparentemente grotesca sucessão de mortes e nascimentos que trouxe a Buda o desprezo pela vida humana. O nascimento, pensou ele, é a origem de todos os males. E os nascimentos continuam eterna e infindavelmente, reenchendo a corrente da dor humana. Se fosse possível deter o nascimento. (....) Por que não interromper o nascimento? (Aqui nasce a filosofia de Schopenhauer.) Porque a lei do carma reclama novas reencarnações em que a alma se penitencie do mal feito em existências passadas. Se, entretanto, um homem pudesse viver uma vida de perfeita justiça, de invariável paciência e bondade para com todos, se pudesse atar seus pensamentos às coisas eternas, não os ligando ao que é passageiro, então, talvez, lhe fosse poupado o renascimento, e nele a fonte da vida se secasse. Se um homem pudesse silenciar todos os desejos e só procurasse fazer o bem, então a individualidade, essa primeira e pior ilusão humana, podia ser suprimida, permitindo que a alma, afinal, se fundisse com o infinito inconsciente. Que paz no coração liberto de todos os desejos pessoais! E que coração, sem se libertar dos desejos, pode conhecer a paz? A felicidade é possível, não aqui na terra, como pensava o paganismo, nem em outro mundo, como pensam muitas religiões. A paz só é possível na quietude sem fim do Nirvana.

E assim, depois de sete anos de meditação, tendo descoberto a causa do sofrimento humano, o Iluminado foi para a cidade sagrada de Benares, onde, no parque de gamos de Sarnath, começou a pregar aos homens o Nirvana.

IV. O ENSINO DE BUDA

Retrato do Mestre — Seus métodos — As Quatro Nobres Verdades — O Caminho dos Oito Ramais — As cinco regras morais — Buda e Cristo — Agnosticismo e anticlericalismo — Seu ateísmo — Sua psicologia — A significação do Nirvana

Como os velhos mestres de seu tempo, Buda ensinava conversando, por meio de preleções e parábolas. Não lhe ocorrendo — como também não ocorreria a Sócrates e Jesus — dar forma escrita a sua doutrina, Buda limitava-se a *sutras* (fios), para a facilidade da memorização. E, assim preservados na memória dos seus seguidores, esses discursos inconscientemente retratam o primeiro caráter distinto da história indiana: um homem de vontade de ferro, forte, autoritário e orgulhoso, mas de maneiras e fala suaves e de infinita benevolência. (Os mais antigos documentos existentes que passam por trazer os ensinamentos de Buda são os *Pitakas*, ou "Cestos da Lei", preparados pelo Concílio Budista de 241 a. C. e por ele aceito como genuínos, transmitidos oralmente durante quatro séculos depois da morte de Buda, e finalmente escritos na língua páli, por volta de 80 a.C. Estes *Pitakas* dividem-se em três grupos: os *Sutta*, ou parábolas; os *Vinaya*, ou disciplina; e os *Abhidhamma*, ou doutrina. Os *Sutta-Pitaka* contêm os diálogos de Buda, que Rhys Davids coloca ao lado dos de Platão.[34] Estritamente falando, contudo, estes escritos não nos fornecem necessariamente o ensinamento de Buda, mas apenas das escolas budistas. "Embora estas narrativas", diz Sir Charles Eliot, "sejam compilações que no decorrer de vários séculos aceitaram novas inserções, não vejo razão para duvidar de que os estratos mais antigos contenham lembranças daqueles que viram e ouviram o mestre.")[35] Buda dizia "iluminação", não dizia "inspiração"; nunca pretendeu que nenhuma deidade lhe houves-

se falado. Nos debates mostrava-se mais paciente e cheio de considerações do que qualquer outro grande mestre dos homens. Seus discípulos, talvez idealizando-o, representam-no como rigoroso praticante do *ahimsa*: fugindo à matança das coisas vivas, afasta-se da destruição da vida. "Este (que fora um guerreiro xátira) depôs a clava e a espada e, envergonhado da rudeza, e cheio de misericórdia, mostrou-se compassivo e bondoso para com todas as criaturas que vivem. (....) Gautama, pondo de lado a difamação, fica longe da calúnia. (....) Assim vive ele como um conciliador dos que estão divididos, um animador dos que são amigos, um promotor da paz, um amigo da paz, um apaixonado da paz, um pregador das palavras da paz."[36] Como Lao-Tsé e Cristo, ele pagava o mal com o bem, o ódio com o amor; e conservava-se silencioso diante da incompreensão e da violência. "Se um homem tolamente me faz mal, retribuo-lhe esse mal com a proteção do meu silencioso amor; mais mal me vem dele, mas bem lhe virá de mim." Quando um tolo o maltratou, Buda ouviu-o em silêncio e no fim perguntou-lhe: "Filho, se um homem se recusa a receber o presente que lhe dão, a quem fica ele pertencendo?" O tolo respondeu: "A quem fez a oferta." "Meu filho", disse Buda, "eu declino de aceitar a tua má ação e peço que fiques com ela."[37] Ao contrário de muitos santos, Buda tinha senso de humor, e sabia que metafísica sem sorriso é imodéstia.

Seu método de ensino era singular, embora devesse alguma coisa aos "Errantes", ou sofistas itinerantes de sua época. Buda ia de cidade em cidade, seguido dos discípulos favoritos e de milhares de fiéis. Não pensava no amanhã, mas alegrava-se de receber alimento de algum admirador local; certa vez escandalizou seus seguidores comendo em casa de uma cortesã.[38] Detinha-se à beira das cidades, armava acampamento nas matas próximas ou nas margens dos rios. Consagrava o dia à meditação e as tardes à instrução. Seus discursos assumiam o aspecto socrático — parábolas morais, debates corteses ou sucintas fórmulas de pensamento concentrado. Seu *sutra* favorito eram "As Quatro Nobres Verdades", em que expunha o pensamento de que a vida era dor e a dor vinha do desejo; a sabedoria, pois, estava na repressão de todos os desejos.

> 1. Agora, ó monges, a nobre verdade sobre a dor: nascimento é dor, doença é dor, velhice é dor, mágoa, lamentação, tristeza e desespero são dores. (....)
> 2. Agora, ó monges, a nobre verdade sobre a causa da dor: o desejo — que leva ao renascimento, combinação com o prazer e a lascívia, encontrando satisfação aqui e ali, nomeadamente o desejo de paixão, o desejo de existência, o desejo de não-existência.
> 3. Agora, ó monges, a nobre verdade da cessação da dor: supressão completa do desejo; abandono, desinteresse, desapego.
> 4. Agora, ó monges, a nobre verdade sobre o caminho que leva à cessação da dor ou o Caminho dos Oito Ramais: vistas justas, intenção justa, falar justo, ação justa, viver justo, esforço justo, atenção justa, concentração justa.[39]

Convencido de que dor e prazer se contrabalançavam na vida humana, entendia Buda que o melhor era nunca ter nascido. "Mais lágrimas têm corrido", dizia ele, "do que toda a água dos quatro grandes oceanos."[40] Cada prazer parece-lhe envenenado pela brevidade. "O que predomina — aflição ou alegria?", pergunta a um discípulo; e a resposta é: "Aflição, Senhor."[41] O mal básico, portanto, é *tanha* — não todos os desejos, mas o desejo egoístico, o desejo que procura a vantagem da par-

te em vez do benefício do todo; acima de tudo, o desejo sexual, porque esse leva à reprodução e a reprodução estende as cadeias da vida a novos seres, a novos sofrimentos. Um dos seus discípulos concluiu que Buda aprovava o suicídio, mas Buda negou; o suicídio é inútil desde que a alma, não purificada, renasce em outras reencarnações, até que alcance o completo esquecimento de si própria.

Quando seus seguidores lhe pediram que definisse com mais clareza a idéia da "vida justa", ele formulou as "Cinco Regras Morais", mandamentos simples e breves, "talvez mais compreensivos e mais difíceis de serem guardados do que os do Decálogo":[42]

1. Não matar nenhum ser vivo.
2. Não tomar o que não for oferecido.
3. Não mentir.
4. Não beber.
5. Ser casto.[43]

Por toda parte Buda introduziu elementos da sua doutrina, estranhamente antecipatórios de Cristo. "Que o homem pague a cólera com a bondade, o mal com o bem. (...) a vitória gera ódios, porque o conquistador é infeliz. (...) Nunca no mundo o ódio curou o ódio; o ódio se cura com o amor."[44] À semelhança de Jesus, Buda sentia-se incomodado na presença de mulheres, e muito hesitou antes de admiti-las na ordem budista. Ananda, o discípulo favorito, certa vez lhe perguntou:

"Como nos devemos conduzir, senhor, com relação às mulheres?"
"Evitar vê-las, Ananda."
"Mas, se as virmos, que devemos fazer?"
"Não lhes falar, Ananda."
"Mas se elas falarem conosco, Senhor, que devemos fazer?"
"Conservar-se alerta, Ananda."[45]

Seu conceito de religião era puramente ético; Buda ordenou tudo a respeito da conduta e nada sobre adoração e ritual, metafísica ou teologia. Quando um brâmane falou em purificar-se dos pecados com um banho em Gaia, Buda lhe disse: "Toma aqui mesmo teu banho, ó brâmane. Sê bom para com todos os seres. Se não dizes falsidades, se não destróis a vida, se não tiras o que não te é oferecido, que ganharás indo a Gaya? Qualquer água para ti vale a de Gaya."[46] Nada mais estranho na história das religiões do que Buda fundando uma religião mundial e, não obstante, recusando-se a discutir a eternidade, a imortalidade ou Deus. "O infinito é um mito", diz ele, "uma ficção de filósofos que não têm a modéstia de confessar que um átomo não pode entender o cosmos." Buda sorri[47] do debate sobre o finito e o infinito do universo, como se estivesse prevendo a fútil astromitologia dos físicos e matemáticos que ainda hoje discutem essa questão. Recusa-se a dar qualquer opinião sobre o começo ou o fim do mundo; sobre se a alma é ou não distinta do corpo; sobre se haverá qualquer recompensa futura mesmo para o maior santo. Chama a tais questões "a floresta, o deserto, o teatro de bonecos, o desvio, o emaranhamento da especulação".[48] E nelas não entra; tais questões só conduzem à disputa áspera, aos ressentimentos pessoais e à aflição; nunca à sabedoria e à paz. A santidade e a satisfação não

jazem no conhecimento de Deus e do universo, mas numa vida de bondade, sem egoísmo.[49] E então, com escandaloso humor, sugere que os próprios deuses, se perguntados, não saberiam responder a essas questões.

Uma vez, Kevaddha, ocorreu a um membro desta irmandade uma dúvida sobre o seguinte ponto: "onde acabam esses quatro grandes elementos — terra, água, fogo e vento — não deixando traço atrás de si?" Esse irmão conseguiu atingir tal estado de êxtase que o caminho para o mundo dos deuses se lhe tornou visível.

Então esse irmão, Kevaddha, foi ao reino dos Quatro Grandes Reis e disse aos deuses de lá: "Onde, meus amigos, acabam esses quatro grandes elementos — terra, água, fogo e vento — não deixando traço atrás de si?"

E, quando ele falou assim, os deuses do Céu dos Quatro Grandes Reis lhe responderam: "Nós, irmãos, nada sabemos disso. Mas há os Quatro Grandes Reis mais poderosos e mais gloriosos do que nós. Eles saberão."

Então esse irmão, Kevaddha, foi aos Quatro Grandes Reis (e propôs a pergunta, e foi mandado, depois de resposta igual à dos deuses, aos Trinta e Três, os quais o mandaram ao seu rei Sakka, o qual o mandou aos deuses Yama, os quais o mandaram ao seu rei Suyama, o qual o mandou aos deuses Tusita, os quais o mandaram ao seu rei Santusita, o qual o mandou aos deuses Nimmana-rati, os quais o mandaram ao seu rei Sunimmita, o qual o mandou aos deuses Para-nimmita Vasavatti, os quais o mandaram ao seu rei Vasavatti, que o mandou aos deuses do Brahma-mundo).

Então esse irmão, Kevaddha, absorveu-se em tanta concentração que o caminho para Brahma-mundo se tornou claro ao seu espírito. E ele se aproximou dos deuses do séquito de Brahma e indagou: "Onde, meus amigos, acabam esses quatro grandes elementos — terra, água, fogo e vento — sem deixar traço atrás de si?"

E os deuses do séquito de Brahma responderam: "Nos, irmãos, nada sabemos disso. Mas há Brahma, o grande Brahma, o Supremo, o Onividente, o Soberano, o Senhor de tudo, o Criador, o Dirigente, (...) o Senhor dos destinos, o Venerável, o pai de tudo que é ou vai ser. Ele é mais potente e glorioso do que nós. Ele há de saber." E esse irmão perguntou: "Onde mora o grande Brahma?" Os deuses responderam: "Nós, irmãos, não sabemos onde mora Brahma, nem quem é, nem de onde vem. Mas, irmão, quando seus sinais aparecerem, quando a luz surge e a glória brilha, então ele está manifesto. Porque esse é o portento da manifestação de Brahma, quando a luz surge e a glória brilha."

E não demorou muito, Kevaddha, que o grande Brahma se tornasse manifesto, e que o irmão se aproximasse e lhe dissesse: "Onde, meu amigo, acabam esses quatro grandes elementos — terra, água, fogo e vento — sem deixar traço atrás de si?"

E, quando ele falou assim, o grande Brahma lhe respondeu: "Eu, irmão, sou o grande Brahma, o Supremo, o Poderoso, o Onividente, o Soberano, o Senhor de tudo, o Criador, o Senhor dos destinos, o Venerável, o Pai de tudo que é ou vai ser!"

Então o irmão disse a Brahma: "Não perguntei, amigo, se eras tudo quanto disseste. Perguntei onde acabam esses elementos."

Então, Kevaddha, Brahma repetiu a mesma resposta; e o irmão pela terceira vez fez a mesma pergunta.

Então, Kevaddha, o grande Brahma tomou o irmão de lado e disse: "Estes deuses do séquito consideram-me como tudo vendo, tudo sabendo, tudo compreendendo; por isso não dou resposta na presença deles. Mas eu não sei, irmão, onde acabam esses quatro grandes elementos — terra, água, fogo e vento — não deixando traço atrás de si."[50]

Quando alguns discípulos lhe recordaram que os brâmanes pretendiam conhecer as soluções de todos os problemas, Buda sorriu. "Existem, irmãos, alguns reclusos e brâmanes que se retorcem como enguias; e quando uma questão lhes é proposta eles recorrem ao equívoco, aos movimentos da enguia."[51] Buda não perdoa aos sacerdotes do seu tempo; despreza-lhes a admissão de serem os *Vedas* inspirados pelos deuses,[52] e escandaliza a orgulhosa casta bramânica aceitando em sua ordem membros de qualquer casta. Buda não condena explicitamente o sistema de castas, mas o faz de maneira indireta, quando diz aos discípulos: "Ide a todas as terras e pregai este evangelho. Dizei-lhes que o pobre e o rico, o baixo e o alto, todos são a mesma coisa, e que todas as castas se reúnem nesta religião, como fazem os rios com o mar."[53] Ele denuncia os sacrifícios aos deuses e olha com horror a chacina de animais nesses ritos;[54] rejeita o culto e a adoração de entidades sobrenaturais, bem como quaisquer *mantras* e encantações, ascetismo e prece.[55] Calmamente, sem controvérsia, ele oferece uma religião absolutamente livre do dogma e do sacerdócio, e proclama um caminho de salvação aberto igualmente a fiéis e a infiéis.

Às vezes passa do agnosticismo ao ateísmo.[56] (Em Buda, diz Sir Charles Eliot, "o mundo não é concebido como o trabalho manual de uma personalidade divina, nem a moral como a vontade dessa personalidade divina. O fato de uma religião poder existir sem essas idéias é da maior importância".[57]) Não sai do seu caminho para negar a deidade, e ocasionalmente fala como se Brahma representasse mais uma realidade do que um ideal;[58] nem proíbe a adoração popular dos deuses.[59] Mas sorri à idéia de enviar orações ao Incognoscível; "é loucura", diz ele, "supor que outro ente possa ser causa da nossa felicidade ou miséria"[60] — tanto uma como outra são sempre produtos de nosso comportamento e de nossos desejos. Buda recusa-se a dar ao seu código moral o apoio do sobrenatural; não acena com céu, purgatório ou inferno.[61] É muito sensível à dor e matança inerente ao processo biológico para supor que isso seja conscientemente desejado por uma divindade pessoal. "Os erros cósmicos", pensa ele, "negam a evidência de um desígnio."[62] Neste cenário de ordem e confusão, de bem e de mal, Buda não encontra nenhum princípio de permanência, nenhum centro de eterna realidade,[63] mas apenas um remoinho e fluxo de vida obstinada, em que o princípio diretor é a mudança.

Assim como propõe uma teologia sem Deus, assim também Buda oferece uma psicologia sem alma; ele repudia qualquer forma de animismo, mesmo no caso do homem. Concorda com Heráclito e Bergson sobre o mundo, e com Hume sobre o espírito. Só conhecemos as nossas próprias sensações; no quanto podemos perceber, toda matéria é força, toda substância é movimento. Vida é mudança, é a corrente neutra de transformação e extinção; a "alma" é um mito que, para a conveniência dos nossos pobres cérebros, colocamos, sem base nenhuma, atrás do fluir dos estados conscientes.[64] Esta "transcendental unidade de percepção", esse "espírito", que transforma sensações e percepções em pensamento, é um espetro; só existem as sensações e percepções que automaticamente passam a memórias e idéias.[65] Mesmo o precioso "ego" não é uma entidade distinta destes estados mentais, mas meramente a continuidade desses estados, a recordação de estados anteriores através de posteriores, em conjunto com hábitos mentais e morais, disposições e tendências do nosso organismo.[66] A sucessão desses estados não é causada por uma "vontade" mítica que a

eles se some, mas pelo determinismo da hereditariedade, do hábito, do ambiente e das circunstâncias.[67] Esse fluido mental que é apenas estado mental, essa alma ou ego que não passa de um caráter ou preconceito formado pela herança e a experiência passageira, não pode ter imortalidade em qualquer sentido que implique a continuação do indivíduo.[68] Mesmo o santo, mesmo o próprio Buda, não sobreviverá à morte como personalidade.[69]

Mas, se é assim, como pode haver renascimento? Se não há alma, como pode ela passar para outras existências, ser punida pelos pecados da encarnação? Temos aqui o ponto mais fraco da filosofia de Buda; ele nunca enfrentou a contradição entre sua psicologia racionalista e sua aceitação sem análises de reencarnação. Era esta fé tão universal na Índia, que todos os hindus a aceitavam como dogma, e nunca pensavam em prová-la; a brevidade e a multiplicidade das gerações faziam que não resistissem à sugestão da transmigração da força vital ou, para falar mais teologicamente, da alma. Buda recebeu a noção com o ar que respirava; foi uma das coisas que, parece, nunca lhe causaram dúvidas.[70] Ele tomou o Círculo do Renascimento e a Lei do Carma como coisas certas; seu único pensamento era como escapar desse Círculo, como realizar aqui na terra o Nirvana e depois a aniquilação.

Mas o que é o Nirvana? O Mestre deixou o ponto obscuro, e seus seguidores deram à palavra todas as significações. No sânscrito significa "extinto" — como a chama de uma lâmpada ou o fogo. As Escrituras Budistas usam a palavra com a significação de: 1) estado de felicidade atingível nesta vida por meio da completa eliminação do desejo egoístico; 2) libertação do renascimento; 3) destruição da consciência pessoal; 4) união do invidíduo com Deus; 5) um céu de felicidade depois da morte. Nos ensinamentos de Buda, Nirvana parece significar a extinção de todo desejo individual; a recompensa disso é o não renascimento.[71] Na literatura budista a palavra tem muitas vezes um sentido terreno, porque o *Arhat*, ou santo, é repetidamente descrito como realizando o Nirvana em vida, por meio da consecução de sete coisas: domínio de si próprio, investigações da verdade, energia, alegria, serenidade, concentração e magnanimidade.[72] Temos aqui o conteúdo, mas não a causa produtora: a causa e a fonte do Nirvana é a extinção do desejo egoísta; e Nirvana, na maioria dos textos antigos, significa uma paz sem dor, em recompensa à aniquilação moral do "ego".[73] "Esta é a nobre verdade," diz Buda, "sobre o fim da dor. Na verdade é a cessação das paixões, o abandono, o desembaraço, a emancipação da sede ardente"[74] — da febre do desejo egoísta. No corpo dos ensinamentos do Mestre, Nirvana é quase sempre sinônimo de bênção,[75] do calmo contentamento da alma que já não se aflige. Mas o Nirvana completo inclui a aniquilação: a recompensa da mais alta santidade está em não renascer.[76]

No fim, diz Buda, percebemos o absurdo do individualismo moral e psicológico. Nossos sensíveis "egos" não são realmente seres e poderes separados, mas passageiras ondas na corrente da vida, pequenos nódulos que se formam e se desfazem nos escarcéus do destino. "Quando nos vemos como partes do todo, quando reformamos nossos "egos" e nossos desejos tendo em vista o todo, então os nossos desapontamentos e derrotas, os nossos variados sofrimentos e a morte já não nos amarguram como antes; perdem-se na amplitude do infinito. Quando aprendemos a amar, não a nossa vida separada, mas todos os homens e todas as coisas vivas, então, finalmente, encontramos a paz."

V. OS ÚLTIMOS DIAS DE BUDA

Seus milagres — Buda visita a casa paterna — Os monges budistas — Morte

Dessa exaltada filosofia passemos para as ingênuas lendas sobre a vida e a morte de Buda. A despeito do seu escárnio dos milagres, seus discípulos criaram mil lendas sobre os prodígios por ele operados. Ele deslizava magicamente sobre o Ganges; o palito que lhe caía da mão transformava-se em árvore; no fim de um dos seus sermões o "sistema do mundo se abalou".[77] Quando o seu inimigo Davadatta lançou contra ele um elefante feroz, Buda "instilou-o de amor" e o elefante baixou a cabeça.[78] Com base em tais infantilidades, Senart e outros concluíram que a lenda de Buda se tinha originado dos antigos mitos solares.[79] Tal ponto de vista carece de importância; Buda para nós significa as idéias que lhe são atribuídas na literatura budista; e este Buda existe.

As Escrituras Budistas pintam-no de modo agradável. Muitos discípulos juntaram-se-lhe em torno, e sua fama de sábio espalhou-se pelas cidades do norte da Índia. Quando seu pai soube que ele estava perto de Kapilavastu, mandou-lhe convite para que passasse um dia na casa da sua infância. Buda foi, e seu pai, que muito se afligira com a perda do amado príncipe, rejubilou-se de vê-lo retornar transfeito em santo. A esposa de Buda, que lhe permanecera fiel durante toda a longa separação, ajoelhou-se diante dele, abraçou-lhe os pés, reverenciou-o como deus. Então o rei Shuddhodhana disse a Buda do grande amor que ela lhe consagrava. "Senhor, quando minha nora soube que estavas usando a veste amarela (dos monges), também vestiu esse traje; quando soube que tinhas uma só refeição por dia, passou a fazer o mesmo; quando soube que não dormias em leito amplo, passou a dormir num estreito; e quando soube que tinhas abandonado enfeites e perfumes, também os abandonou." Buda abençoou-a e seguiu o seu caminho.[80]

Seu filho Rahula o acompanhou e amou. "Agradável é a tua sombra ascética", disse ele. Embora a mãe de Rahula o quisesse ver no trono, o Mestre aceitou o filho na ordem budista. Então outro príncipe, Nanda, foi escolhido para herdeiro da coroa; mas Nanda, como se caído em transe, abandonou a cerimônia em meio, procurou Buda e pediu-lhe para entrar também na Ordem. Quando o pai de Buda soube do fato, entristeceu-se e pediu-lhe uma mercê. "Quando abandonaste o mundo", disse ele, "minha dor não foi pequena; a mesma coisa quando Nanda se foi, e mais ainda quando se foi Rahula. O amor de um filho penetra na pele, na carne, nos nervos, na medula. Permite, Senhor, que teus nobres não confiram a ordenação de um filho sem a autorização de seu pai e de sua mãe." Buda consentiu, e tornou o consentimento paterno requisito indispensável à ordenação.[81]

Por esse tempo essa religião sem sacerdócio já estava com uma ordem de monges tão perigosa como a dos sacerdotes brâmanes. Antes da morte do Mestre já eles se revestiam de toda a parafernália destes. Das fileiras dos brâmanes vieram os primeiros conversos; os seguintes eram jovens da classe mais rica de Benares e das cidades vizinhas. Esses *Bhikkhus*, ou monges, praticavam durante o tempo de Buda uma regra simples. Nas saudações em geral, quer se tratasse de membros da ordem ou não, usavam uma frase admirável: "Paz a todos os seres". Não matavam coisas vivas; não tomavam o que não lhes era oferecido; evitavam a falsidade; sanavam as divisões e esti-

mulavam a concórdia; fugiam aos prazeres da carne, à música, às danças, aos jogos, à conversa inútil, às disputas; nada tinham que ver com os negócios ou com qualquer forma de comprar e vender; acima de tudo praticavam a continência, vivendo separados das mulheres em perfeita castidade.[82] Cedendo a muitas injunções, Buda permitiu que as mulheres entrassem para a ordem como freiras, mas nunca se satisfez com este passo. "Se as mulheres", disse ele a Ananda, "não tivessem tido permissão para entrar na ordem, a religião pura duraria mais tempo, a boa lei permaneceria firme por mil anos. Mas como entraram, só se manterá firme por 500 anos."[83] Buda acertou. A grande ordem, ou *Sangha*, chegou até os nossos tempos; mas de há muito que está corrompida com mágica, politeísmo e incontáveis superstições.

No fim de sua longa vida os seguidores de Buda já haviam começado a deificá-lo, a despeito dos avisos do Mestre. Num de seus últimos diálogos, diz ele:

> Então o venerável Sariputta veio para o lugar onde estava o Exaltado e, saudando-o, sentou-se respeitosamente ao seu lado e disse:
> — Senhor, tanta fé tenho no Exaltado que penso que nunca houve, nem haverá, outro maior em sabedoria, seja Errante ou Brâmane..."
> — Grandes e ousadas são as palavras da tua boca, Sariputta — respondeu o Mestre. — Na verdade te expandiste num hino e êxtase! Conheces então todos os Exaltados do passado, (....) sabes qual era a sua sabedoria e a que emancipação eles chegaram?
> — Não, Senhor.
> — Sabes de todos os Exaltados do futuro, (...) compreende-lhes o espírito como compreendes o teu?
> — Não, Senhor.
> — Mas, pelo menos, ó Sariputta, conheces a mim, (....) e hás penetrado em meu espírito?
> — Nem isso, Senhor.
> — Vês, portanto, Sariputta, que nada sabes dos corações dos Hábeis, dos Despertos do passado e do futuro. Então, por que são tuas palavras assim tão grandes e ousadas? Por que te lanças nesse hino de êxtase?[84]

E para Ananda ele ensinou a maior e mais nobre das lições:

> — Todos, Ananda, agora ou depois da minha morte, deverão ser uma lâmpada para si mesmos, e um refúgio para si mesmos; não deverão pensar em nenhum refúgio externo, mas agarrarem-se firmes à verdade da sua própria lâmpada, (....) não procurarão refúgio em ninguém a não ser em si mesmos — pois esses alcançarão o topo mais alto! Mas eles deverão mostrar-se ansiosos por aprender![85]

Buda morreu em 483 a.C. com a idade de 80 anos. "Agora, monges", foram suas últimas palavras, "dirijo-me a vós. Sujeitas à decomposição estão todas as coisas. Esforçai-vos com fervor."[86]

CAPÍTULO XVI

De Alexandre a Aurangzeb

I. CHANDRAGUPTA

Alexandre na Índia — Chandragupta, o Libertador — O povo — A Universidade de Taxila — O palácio real — Um dia na vida de um rei — Um antigo Maquiavel — Administração — Leis — Saúde pública — Transportes e estradas — Governo Municipal

NO ano 327 a. C. Alexandre, o Grande, vindo da Pérsia, penetrou na Índia. Por um ano ocupou-se em campanha nos Estados no noroeste, que formavam uma das mais ricas províncias do Império Persa, requisitando víveres para suas forças e arrecadando ouro. Em começos de 326 a. C. cruzou o Indo, abriu caminho para o sul e o oeste através de Taxila e Rawalpindi e com 30.000 homens de infantaria, quatro mil de cavalaria, 300 carros e 200 elefantes derrotou o exército do rei Poro, matando-lhe 12.000 homens. Quando Poro, que lutara até as últimas, se rendeu, Alexandre, admirado da sua coragem, da sua grande estatura e beleza, perguntou-lhe que tratamento queria receber. "Trata-me, Alexandre, como a um rei," foi a resposta de Poro, ao que retorquiu o macedônio: "Assim será, mas dize que modo é este." Poro respondeu: "Tudo está incluído no que pedi." Alexandre agradou-se da réplica; fez de Poro o rei de toda a Índia conquistada, mas como tributário da Macedônia, e sempre teve nele um fiel e enérgico aliado.[1] Alexandre então quis avançar para a costa oriental, mas os soldados protestaram. Depois de muitos debates Alexandre teve de ceder e conduziu-os pelo Hidaspes abaixo e pela costa acima, através de Gedrosia até o Beluchistão, encontrando ininterrupta resistência dos nativos. Quando 20 meses depois, chegou a Susa, seu exército não passava de um miserável molambo do que havia penetrado três anos antes na Índia.

Sete anos depois nenhum sinal restava da passagem do macedônio pela Índia.[2] O principal agente dessa elisão foi uma das mais românticas figuras da história indiana, guerreiro menor que Alexandre, mas estadista maior. Chandragupta era um jovem xátira exilado de Mágada pela família Nanda, então dominante e à qual pertencia. Com o auxílio do sutil e maquiavélico Kautilya Chanakya, o jovem exilado organizou um pequeno exército, derrotou as guarnições macedônias e proclamou a liberdade da Índia. Em seguida avançou para Pataliputra (a moderna Patna), capital do reino de Mágada, onde fomentou uma revolução, apoderou-se do trono e estabeleceu a dinastia Maurian, que iria governar o Industão e o Afeganistão durante 137 anos. Subordinando a sua coragem à pouca escrupulosa sabedoria de Kautilya, Chandragupta breve tornou o seu governo o mais poderoso do mundo. Quando Megástenes esteve em Pataliputra como embaixador de Sileuco Nicator, rei da Síria, admirou-se de encontrar uma civilização por ele descrita aos incrédulos gregos — ainda próximos do zênite — como inteiramente igual à da Grécia.[3]

Esse grego nos transmitiu uma excelente, e talvez favorecida, visão da vida indiana naquele tempo. Impressionou-se com o fato de não haver escravidão na Índia. ("Temos aqui uma grande coisa: todos os habitantes são livres, não havendo um só indiano escravo." Assim falou Arriano.[4]) Além disso, embora a população fosse dividida em castas, de acordo com as ocupações, tal situação era aceita como coisa natural e tolerável. "Eles vivem muito felizes", diz Megástenes,

> são simples de costumes e frugais. Nunca bebem vinho, exceto nos sacrifícios. (....) A simplicidade de suas leis e contratos prova-a a circunstância de que nunca recorrem às leis. Não há demandas a respeito de compromissos e depósitos, nem selos ou testemunhas; a base de tudo está na confiança recíproca. (....) Muito prezam a verdade e a virtude. (....) A maior parte do solo é irrigada, e conseqüentemente há duas colheitas por ano. (....) Diz-se que a fome jamais visitou a Índia, e que nunca houve escassez de alimentos.[5]

A mais velha das duzentas cidades[6] do norte da Índia, no tempo de Chandragupta, era Taxila, vinte milhas a noroeste da moderna Rawalpindi. Arriano descreve-a como "grande e próspera"; Estrabão, como "grande e dotada das melhores leis."[7] Era uma cidade ao mesmo tempo militar e universitária, estrategicamente situada no principal caminho para a Ásia Ocidental e com a mais famosa das diversas universidades que a Índia possuía naquele tempo. Estudantes afluíam para Taxila, como na Idade Média para Paris; todas as artes e ciências podiam ser estudadas com excelentes professores; a escola de medicina, principalmente, gozava de enorme reputação no Oriente. (Nas escavações de Sir John Marshall, em Taxila, foram desenterradas pedras finamente lavradas, estátuas de ótima qualidade, moedas datáveis de 600 a. C. e artigos de vidro jamais igualados na Índia.[8] "Está claro", diz Vincent Smith, "que foi atingido um alto grau de civilização, e que todas as artes e ofícios peculiares a uma cidade próspera e culta eram familiares."[9])

Megástenes descreve a capital de Chandragupta, Pataliputra, como tendo nove milhas de comprimento por quase duas de largura.[10] O palácio do rei era de madeira, mas o embaixador da Grécia punha-o ao lado das residências reais de Susa e Ecbátana; só era excedido pelo de Persépolis. Seus pilares eram folheados de ouro e ornamentados com desenhos de pássaros e folhagens; seu interior era suntuosamente mobiliado e adornado de pedras e metais preciosos.[11] Havia certa ostentação oriental naquela cultura, como no uso de vasos de ouro de seis pés de diâmetro;[12] mas um historiador inglês conclui, dos testemunhos literários, pictóricos e materiais, que "nos séculos IV e III a. C. não só em esplendor e luxo a Índia dos Mauryas se igualava à dos imperadores moguls 18 séculos mais tarde,[13] mas também em todas as artes manuais e mesmo na construção de navios".

Naquele palácio, Chandragupta, que tomara o trono pela violência, viveu 24 anos como em cárcere dourado. Em algumas ocasiões aparecia em público, vestido de musselina bordada de ouro e púrpura, trazido num palanquim de ouro ou sobre um elefante ricamente ajaezado. Exceto quando se distraía nas caçadas, ou se dava a qualquer outra diversão, ocupava todo o tempo com os negócios do reino. Seus dias eram divididos em 16 partes de 90 minutos para cada uma. Na primeira, levantava-se e preparava-se pela meditação; na segunda, estudava os relatórios de seus agentes e expedia secretas instruções; na terceira, dava audiência privada aos conselheiros; na

quarta, atendia aos negócios militares e financeiros; na quinta, ouvia as súplicas de seus súditos e despachava os requerimentos; a sexta era consagrada ao banho, ao jantar e a leituras religiosas; na sétima, recebia taxas e tributos e tomava apontamentos oficiais; na oitava, atendia novamente aos conselheiros e ouvia as informações dos espias, inclusive das cortesãs empregadas nesse mister;[14] a nona era devotada ao repouso e à oração; a décima e a décima primeira, a assuntos militares; a décima segunda, aos relatórios secretos; a décima terceira, ao banho e à refeição — e as outras ao sono.[15] Talvez o historiador nos diga o que Chandragupta podia ter sido, ou como Kautilya desejava que o povo o concebesse, desde que essa distribuição do tempo pode não ter sido uma rigorosa realidade. A verdade raramente escapa dos palácios.

A direção dos negócios mantinha-se nas mãos do astucioso vizir. Kautilya era um brâmane conhecedor do valor da religião para o povo, mas não se guiava pelos seus preceitos morais; como nossos modernos ditadores, admitia que todos os meios eram bons para o fim visado. Sem escrúpulos e traidor, menos para com o rei, serviu a Chandragupta em todas as fases da vida, no exílio, na derrota, na aventura, na intriga, no crime, na vitória, e com a sua maquiavélica habilidade fez do reino do seu amo o maior império que a Índia jamais conheceu. Como o autor de *O Príncipe,* Kautilya procurou preservar por escrito as suas fórmulas de guerra e diplomacia; a tradição atribuiu-lhe o *Arthashastra*, o mais velho livro sânscrito que conhecemos.[16] "Para capturar um forte", dizia ele, "tornam-se necessários a intriga, os espiões, a sedução dos inimigos do povo, o cerco e o assalto final"[17] — isso redunda em grande economia de esforço físico.

O governo não tinha pretensões democráticas, e foi talvez o mais eficiente que a Índia conheceu.[18] O de Akbar, o maior dos moguls, "não tem similar e é duvidoso que qualquer cidade grega o tivesse mais bem organizado".[19] Baseava-se francamente no poder militar. Chandragupta, segundo Megástenes, mantinha um exército de 600.000 infantes, 30.000 cavalarianos, nove mil elefantes e grande número de carros.[20] Os camponeses e os brâmanes escaparam ao serviço militar; e Estrabão descreve os lavradores calmamente no cultivo do solo no meio das guerras.[21] O poder do rei era teoricamente ilimitado, mas na prática sofria as limitações do Conselho que — às vezes com o rei, às vezes em sua ausência — tomava iniciativas legais, regulava as finanças, dirigia os negócios exteriores e fazia as nomeações mais importantes do Estado. Megástenes testemunha o "alto caráter e a sabedoria" dos conselheiros do rei e o grande poder de que dispunham.[22]

Havia vários departamentos administrativos com funções bem definidas e uma bem graduada hierarquia de funcionários; a esses departamentos incumbia a direção das finanças, das rendas, das fronteiras, dos passaportes, das estradas, das minas, dos impostos, da agricultura, pecuária, do comércio, dos armazéns de depósito, da navegação, das florestas, dos jogos públicos, da prostituição e da cunhagem de moedas. O superintendente da Sisa, isto é, a receita, controlava a venda de drogas e bebidas, regulava o número de tavernas, sua locação e a quantidade de vinho que podia ser vendida. O superintendente das Minas dava concessões de áreas aos requerentes, mediante pagamento de um tanto fixo e de porcentagem nos lucros; o mesmo sistema aplicava-se à agricultura, porque todas as terras pertenciam ao Estado; o Superintendente dos Jogos Públicos fiscalizava as casas de jogo, fornecia os dados, cobrava um aluguel pelo seu uso e arrecadava para o Estado 5 por cento de todo o dinheiro recolhido pelo "banqueiro". O Superintendente da Prostituição cuidava das mulheres públicas, controlava-lhes os gastos e os preços, tomava-lhes a renda de dois dias em cada mês, e mantinha duas delas no palácio real para serviços de espionagem. Todas as profissões, ocupações e indústrias eram

alcançadas pelas taxas; e de tempos em tempos os ricos eram convidados a ser "benevolentes" para com o rei. O governo regulava os preços e periodicamente aferia pesos e medidas; mantinha algumas fábricas, vendia produtos agrícolas e gozava do monopólio das minas, do sal, da madeira, das manufaturas finas e controlava os negócios de cavalos e elefantes.[23]

Nas aldeias, a lei era aplicada pelo chefe local, ou por *panchayats* — conselhos de cinco membros; nas cidades, distritos e províncias, por cortes inferiores e superiores; na capital, pelo Conselho Real e pelo rei como corte suprema. Penalidades severas, incluindo mutilação, tortura e morte, em regra baseadas na *lex talionis*, ou retaliação equivalente, eram aplicadas. Mas o governo não se limitava ao papel de mera máquina de repressão; atendia à higiene e saúde públicas, mantinha hospitais e estações de socorro, distribuía nas ocasiões de escassez o trigo armazenado para esse fim, forçava os ricos a contribuírem para a assistência aos necessitados e organizava grandes trabalhos públicos para ocupar os desempregados nos anos de crise.[24]

O Departamento de Navegação regulava o transporte fluvial e protegia os viajantes de rios e mares; mantinha as pontes e os portos, provia de balsas os rios nos pontos de passagem em concorrência com as particulares[25] — admirável sistema pelo qual a competição pública impedia os excessos dos particulares e estes impediam as extravagâncias oficiais. O Departamento de Comunicações construía e reparava as vias do império, das estreitas estradas municipais às de comércio, de 10 metros de largura, e às estradas reais, de 20. Uma destas estradas imperiais estendia-se por 1.200 milhas, de Pataliputra à fronteira noroeste[26] — distância igual à metade do percurso do Atlântico ao Pacífico nos Estados Unidos. De milha em milha, diz Megástenes, essas estradas traziam pilares com indicações das distâncias e direções.[27] Árvores de sombra, poços, postos policiais e hospedarias atendiam aos viajantes espaçadamente.[28] O transporte se fazia por meio de carretas, palanquins, camelos, cavalos, elefantes, asnos e homens. Os elefantes constituíam um luxo reservado à realeza e ao alto oficialismo, e tinham tal valor que a virtude de uma mulher não alcançava seu preço. ("Suas mulheres, que são muito castas e não 'caem' movidas por nenhuma outra razão, quando recebem um elefante se entregam ao doador. Os indianos não consideram desonroso prostituir-se por um elefante, e as mulheres crêem que sua honra e beleza se igualam ao valor de um elefante." Arriano, *Índica*, XVII.)

O mesmo método de administração departamental era aplicado ao governo das cidades. Pataliputra era dirigida por uma comissão de 30 membros divididos em seis grupos. A um grupo incumbia a regulação industrial; a outro, a fiscalização dos estrangeiros; a outro, o registro civil; a outro, a concessão de licenças, a regulação da venda de mercadorias, a aferição de pesos e medidas; a outro, o controle das vendas dos artigos manufaturados; a outro, a coleta da taxa de 10 por cento sobre todas as vendas. "Em resumo", diz Havell, "Pataliputra, no século IV a. C., parece ter sido uma cidade cuidadosamente organizada e administrada segundo os melhores princípios da ciência social."[29] "A perfeição dos arranjos assim indicados", diz Vincent Smith, "é digna de admiração e essa admiração cresce quando estudamos o apuro que havia nos detalhes."[30]

O único defeito desse governo era ser uma autocracia e estar, portanto, na contínua dependência da força e dos espiões. Como todos os autocratas, Chandragupta mantinha-se precariamente no poder, sempre receoso de revolta e morte violenta. Cada noite ocupava uma cama diferente e andava sempre rodeado de guardas. A tradição hindu, aceita pelos historiadores europeus, conta que, com a superveniência de uma longa fome, Chandragupta, desesperado da sua impotência, abdicou do trono, viveu doze anos de ascetismo Jain e por fim deixou-se morrer de inanição. "Todas as coisas bem consideradas", diz Voltaire, "a vida de um gondoleiro é preferível à de um doge; mas eu creio que a diferença é tão pequena que nem merece ser examinada."[31]

II. O REI FILÓSOFO

Ashoka — O Edito da Tolerância — Os missionários de Ashoka — Falhas e vitórias

O sucessor de Chandragupta foi Bindusara, aparentemente homem de inclinações intelectuais. Contam que pedira a Antíoco, rei da Síria, que lhe fizesse presente de um filósofo grego; conforme ele mesmo escreveu, por um bom filósofo grego pagaria um alto preço.[32] A proposta não foi aceita, porque Antíoco não encontrou nenhum à venda; mas o acaso corrigiu a falha dando a Bindusara um filósofo na pessoa de seu próprio filho.

Ashoka Vardhana subiu ao trono em 273 a.C. Encontrou-se rei de um império mais vasto que o regido até ali por qualquer outro soberano das Índias: o Afeganistão, o Beluchistão e toda a moderna Índia, exceto o extremo sul, ou *Tamilakam* — Terra de Tamil. Por algum tempo ele governou ao modo do seu avô — cruelmente, mas bem. Yuan Chwang, viajante chinês que passou vários anos na Índia do século VII da nossa era, diz-nos que a prisão mantida por Ashoka ao norte da capital era relembrada pelos hindus como o "Inferno de Ashoka". Todas as torturas, disseram os seus informantes, eram aplicadas na punição dos criminosos; e a isso se juntava o edito real determinando que ninguém que lá entrasse saísse com vida. Mas, um dia, um budista, preso sem motivo e lançado num caldeirão de água a ferver, nada sofreu. O carcereiro mandou chamar Ashoka, que veio e se maravilhou. Quando o rei quis retirar-se o carcereiro advertiu-o do edito. O rei concordou — e mandou jogar o carcereiro no caldeirão.

De volta ao palácio Ashoka sofreu profunda transformação. Deu ordem para que demolissem a prisão e reformassem o código penal no sentido de maior leniência. Nesse ínterim chegou-lhe notícia de uma grande vitória de suas tropas sobre os rebeldes da tribo Kalinga, com aprisionamento de milhares de homens. Ashoka tomou-se de remorso ao pensamento daquela "violência" — chacina e separação dos cativos do seio "dos que os amavam". Ordenou a libertação dos prisioneiros, restaurou as terras dos Kalingas e mandou-lhes uma mensagem de desculpas que não tinha precedentes e teve depois raras imitações. E entrou para a Ordem Budista, passando a usar os trajes dos monges; abandonou a caça e o uso da carne; entrou no Nobre Caminho dos Oito Ramais.[33]

Impossível hoje sabermos o que há de mito e de história nestes fatos; nem podemos, a tal distância, discernir os motivos do rei. Talvez assistisse ao crescimento do budismo e julgasse que esse código de generosidade e paz pudesse constituir um conveniente regime para o povo, sem necessidade de compulsão. No décimo primeiro ano de seu reinado Ashoka começou a promulgar os mais notáveis editos da história dos governos e mandou que fossem gravados em rochedos e pilares, nos dialetos locais, para que todos pudessem conhecê-los. Sinais desses Editos de Rocha aparecem em quase toda a Índia; dez pilares se conservam em pé e a localização de outros vinte está determinada. Deles vemos que o rei aceitava integralmente a fé budista e com a maior resolução a aplicava na última esfera humana em que alguém se lembraria de aplicá-la — no governo. O mesmo que se algum dos impérios "cristãos" de hoje se propusesse a praticar o cristianismo.

Embora os editos fossem budistas, não nos parecem inteiramente religiosos. Admitem a vida futura, o que mostra quão cedo o cepticismo de Buda foi trocado pela fé dos seus seguidores. Mas não exprimem fé nem fazem menção a um deus pessoal.[34]

Nem há neles qualquer palavra referente a Buda. Os editos não se interessavam pela teologia; o edito Sarnath reclama harmonia dentro da Igreja e prescreve penas para os que a enfraquecerem com cismas;[35] mas outro insiste na tolerância religiosa. Precisamos dar esmolas tanto aos sacerdotes brâmanes como aos budistas; não devemos pensar mal da fé dos outros homens. O rei anuncia que todos os seus súditos são filhos amados, e que por motivos de diversidade de credos não haverá discriminação entre eles.[36] O Edito da Rocha XII diz, muito moderadamente:

> Sua Sagrada e Graciosa Majestade, o Rei, homenageia os homens de todas as seitas, ascetas ou não, com oferendas e várias formas de reverência.
>
> Sua Sagrada Majestade, entretanto, não dá muita importância a oferendas ou reverências externas, mas ao crescimento da essência da matéria em todas as seitas. O crescimento da essência da matéria assume várias formas, mas a raiz está em falar pouco. Por sabedoria, um homem não deve, sem razão, reverenciar sua própria seita e menosprezar a de outro. A depreciação só deve obedecer a razões específicas, porque a seita de outras pessoas merece toda a reverência por uma razão ou outra.
>
> Agindo desse modo, o homem exalta a sua própria seita e ao mesmo tempo presta serviço às seitas dos outros. Agindo de modo contrário, o homem não presta um favor a sua própria seita e faz mal às seitas de outras pessoas. (...) A concórdia é meritória.

A "essência da matéria" aparece mais claramente explicada no Edito do Segundo Pilar. "A Lei da Piedade é excelente. Mas em que consiste a Lei da Piedade? Nestas coisas: muito saber, pouca impiedade, muitos feitos de bondade, compaixão, liberalidade, verdade, pureza." Para dar exemplo, Ashoka mandou que seus oficiais olhassem as pessoas do povo como filhos, tratassem-nas sem dureza ou impaciência, nunca as torturassem, nunca as prendessem sem justa causa; e ordenou aos oficiais que periodicamente lessem ao povo essas instruções.[37]

Melhorariam estes editos a conduta do povo? Talvez tivessem alguma relação com a difusão da idéia do *ahimsa*, e encorajassem a abstinência da carne e das bebidas alcoólicas entre as classes superiores da Índia?[38] O próprio Ashoka tinha a maior confiança na eficácia dos sermões petrificados; no Edito da Rocha IV ele anuncia os maravilhosos resultados já colhidos; e este resumo nos dá uma concepção mais clara da sua doutrina:

> Hoje, por força da prática da piedade pela Sua Sagrada e Graciosa Majestade, o Rei, a reverberação dos tambores de guerra transformou-se em reverberação da Lei. (...) Como por muitos anos antes não havia acontecido, hoje, em conseqüência da introdução da Lei da Piedade por Sua Sagrada e Graciosa Majestade, tem aumentado a abstenção da matança sacrificial de criaturas vivas e a abstenção da matança de seres animados, tem melhorado a conduta das pessoas para com os parentes, os pais, as mães, os mais velhos e os brâmanes. De igual modo, em outros campos, a prática da Lei (da Piedade) segue em crescimento e Sua Sagrada e Graciosa Majestade, o Rei, fará que sua prática ainda cresça mais.
>
> Os filhos, netos e bisnetos de Sua Sagrada e Graciosa Majestade, o Rei, farão que esta prática da Lei aumente até o fim do mundo.

O bom rei exagerava a piedade dos homens e a lealdade dos filhos. Ele próprio laborava arduamente em prol da nova religião; fez-se o chefe da Igreja Budista,

encheu-a de doações, construiu 84.000 mosteiros,[39] e por todo o reino fundou hospitais para os homens e os animais.[40] Mandou missionários a todas as partes da Índia e do Ceilão, e até à Síria, Egito e Grécia,[41] onde talvez eles tenham preparado o terreno para a moral de Cristo;[42] e logo depois da sua morte muitos missionários budistas partiram para o Tibete, a China, a Mongólia e o Japão. Além dessa atividade religiosa, Ashoca entregou-se com grande zelo à administração do império; seus dias de trabalho eram longos e ele se conservava continuamente em serviço.[43]

O defeito maior de Ashoka foi o egoísmo; é muito difícil ser ao mesmo tempo humilde e reformador. O orgulho de si próprio transparece em cada edito e faz dele o irmão de Marco Aurélio. Não percebeu que os brâmanes o detestavam e esperavam apenas uma oportunidade qualquer para destruí-lo, como os sacerdotes de Tebas haviam destruído a obra de Ikhnaton mil anos antes. Não somente os brâmanes, que fomentavam o sacrifício de animais por causa do lucro que isso lhes trazia, como muitos milhares de caçadores e pescadores se ressentiam das severas limitações que os editos impunham quanto à matança de animais; cada campônio resmungava ao mandamento de que "não devem deitar fogo à palha onde houver seres vivos".[44] E metade do império esperou ansiosamente a morte do rei filósofo.

Yuan Chwang conta-nos que, de acordo com a tradição budista, Ashoka em seus últimos anos foi deposto por um neto, apoiado pelos oficiais da corte. Gradualmente haviam retirado todo o poder ao velho rei, e as doações à Igreja Budista foram suspensas. O próprio subsídio real, a própria mesa foi sendo reduzida, até que um dia sua refeição ficou limitada à metade de uma *amalaka*, fruta indiana. O rei olhou para aquilo com tristeza, e mandou-a aos seus irmãos budistas, como sendo tudo quanto lhes podia oferecer naquele momento.[45] Mas realmente nada sabemos dos seus últimos anos de vida. Alguns anos depois de sua morte, seu império, como o de Ikhnaton, caía aos pedaços. Tendo-se tornado evidente que a soberania do reino de Mágada era mantida mais pela inércia da tradição do que pela organização da força, os Estados do império foram um a um se desligando do Rei dos Reis de Pataliputra. Descendentes de Ashoka continuaram a governar Mágada até o século VII de nossa era; mas a dinastia Maurya, fundada por Chandragupta, chegou ao fim quando o rei Brihadratha foi assassinado. Os Estados se constroem com base na natureza dos homens, não com idéias.

Politicamente, Ashoka falhou; em outros sentidos realizou uma das maiores tarefas da História. Duzentos anos depois de sua morte o budismo se tinha espalhado por toda a Índia e ia conquistando a Ásia. Se hoje, desde Kandy, no Ceilão, a Kamakura, no Japão, o plácido rosto de Gautama pede aos homens que sejam bons uns para os outros e amem a paz, é sobretudo porque num trono da Índia se sentou um sonhador, talvez um santo.

III. A IDADE DE OURO DA ÍNDIA

Invasões — Os reis Kushans — O Império Gupta — As viagens de Fa-Hien — Renascimento das letras — Os hunos na Índia — Harsha, o Generoso — As viagens de Yuan Chwang

Da morte de Ashoka ao império dos Guptas — período de quase 600 anos — as inscrições hindus escasseiam de tal modo que nos sentimos no escuro.[46] Não foi neces-

sariamente uma Idade de Trevas; grandes universidades, como a de Taxila, continuaram a funcionar; e na parte noroeste da Índia a influência da Pérsia na arquitetura e da Grécia na escultura produziram uma florescente civilização na esteira da marcha de Alexandre. Nos séculos I e II a.C., sírios, gregos e citas derramaram-se no Punjab, conquistaram-no e lá estabeleceram por uns trezentos anos essa cultura greco-bactriana. No I século da era cristã os *Kushans* , tribo da Ásia Central aparentada com os turcos, capturaram Cabul e dessa cidade-capital estenderam seu poder pelo noroeste indiano e muito da Ásia Central. No reinado do grande Kanishka, as artes e as ciências floresceram; a escultura greco-budista produziu algumas das suas maiores obras-primas, belos edifícios foram levantados em Peshawar, Taxila e Madura; Charaka fez progredir a arte da medicina, e Nagarjuna e Ashxaghosha lançaram as bases do budismo *Mahayana* (Grande Veículo), que iria ajudar Gautama e vencer a China e o Japão. Kanishka tolerou muitas religiões e fez experiências com vários deuses; por fim propendeu para o novo mitológico budismo que fizera de Buda um deus e enchera o céu de *Bodhisattwas* e *Arhats*; reuniu então um grande conselho de teólogos para formular o credo e tornou-se quase um segundo Ashoka em matéria de expansão da fé. O conselho compôs 300.000 *sutras*, que baixavam a filosofia de Buda às necessidades sentimentais da alma comum, e elevaram Gautama à categoria de Deus.

Nesse entretempo, Chandragupta I (que nada tinha que ver com Chandragupta Maurya) havia estabelecido em Mágada a dinastia dos Guptas. Seu sucessor Samudragupta, num reinado de 50 anos, tornou-se um dos maiores monarcas de longa história indiana. Mudou a capital da Pataliputra para Ayodhya, antiga residência do lendário Rama; lançou exércitos contra Bengala, Assam, Nepal e sul da Índia; e despendeu os tesouros reunidos na promoção da literatura, da ciência, da religião e das artes. Ele próprio, nos intervalos das guerras, distingiu-se como poeta e músico. Seu filho Vikramaditya ("Sol do Poder") estendeu estas conquistas das armas e do espírito, favoreceu o grande poeta Kalidasa, reuniu ao seu redor um brilhante círculo de poetas, filósofos, artistas, cientistas e eruditos em sua capital em Ujjain. Sob estes dois reis a Índia alcançou um desenvolvimento não excedido desde os tempos de Buda, e uma unidade política só rivalizada pela do tempo de Ashoka e Akbar.

Apreendemos alguma coisa da civilização gupta por meio da narrativa de Fa-Hien, viajante que esteve na Índia no começo do século V da nossa era. Trata-se de um dos muitos budistas que durante essa Idade de Ouro viajaram da China à Índia; esses peregrinos seriam provavelmente menos numerosos que os mercadores que, a despeito da barreira das montanhas, começaram a entrar na Índia, trazendo-lhes idéias de fora. Fa-Hien, depois da perigosa viagem pelas montanhas, encontrou-se completamente seguro na Índia; viajou por todo o país sem nenhuma molestação.[47] Seu diário de viagem conta como gastou seis anos na viagem, como passou na Índia outros seis e como necessitou de mais três para transportar-se à China, via Ceilão e Java.[48] Fa-Hien descreve com admiração a riqueza, a prosperidade, a virtude e felicidade do povo indiano, e a liberdade social e religiosa de que gozava. Admirou-se do tamanho e população das grandes cidades, dos hospitais gratuitos e outras instituições (a *Maison Dieu*, o primeiro hospital construído na Europa, só foi construído 300 anos depois[49]), do número de estudantes nas universidades e mosteiros, do esplendor dos palácios reais.[50] Sua descrição é por demais utópica, exceto quanto ao corte das mãos:

> Povo copioso e feliz; ninguém tem que registrar o que possui nem atender a magistrados e suas regras; só as pessoas que cultivam terras reais pagam uma porcentagem das colheitas. Se querem ir para aqui ou ali, vão; se não querem, não vão. O rei governa sem pena de morte ou castigos corporais. Os criminosos são simplesmente multados; (...) mesmo em caso de reincidência em rebelião, o mais que lhes fazem é cortar-lhes a mão direita. (...) Por todo o país ninguém mata qualquer ser vivo, nem come cebola e alho. A única exceção é a dos Chandalas. (...) Não conservam presos porcos e aves e não vendem gado vivo; nos mercados não há carniceiros nem vendedores de bebidas alcoólicas.[51]

Fa-Hien não notou que os brâmanes, que não estavam em graça desde Ashoka, andavam agora crescendo em riqueza e poder, protegidos pelo tolerante governo dos reis Guptas. Esses sacerdotes tinham revivido as tradições literárias e religiosas dos dias anteriores a Buda, e estavam transformando o sânscrito no esperanto dos estudiosos da Índia. Foi sob a influência deles, com o patrocínio da corte, que as grandes epopéias hindus, o *Mahabharata* e o *Ramayana*, se fixaram na forma em que as conhecemos.[52] Também sob essa dinastia a arte budista alcançou o apogeu com os afrescos das cavernas de Ajanta. No juízo de um coevo, os "simples nomes de Kalidasa e Varahamihira, Gunavarman e Vashubandu, Arybhata e Bramagupta são bastantes para assinalar esta época como um apogeu da cultura indiana".[53] "Um historiador imparcial", diz Havel, "pode admitir que o maior triunfo da administração inglesa seria restaurar para a Índia tudo que ela gozou no século V."[54]

Esse apogeu na cultura nativa foi quebrado pela onda daqueles hunos que também estavam assolando a Europa. Enquanto Átila conquistava o Ocidente, Toramana capturava Malwa e o terrível Mihiragula varria com os Guptas do trono. Por um século a Índia permaneceu na escravidão e no caos, até que um rebento dos Guptas, Harsha-Vardhana, libertou o norte indiano, construiu uma capital em Kanauj e por 32 anos deu paz e segurança a uma grande parte da Índia. As artes e as letras floresceram durante seu governo. Podemos conjeturar sobre o esplendor, tamanho e prosperidade de Kanauj com base no incrível fato de os muçulmanos terem-lhe destruído 10.000 templos durante a invasão de 1010.[55] Seus belos jardins públicos e banhos eram uma pquena parte do muito que essa dinastia fez para o país. Harsha foi um dos raros reis reabilitadores da monarquia como forma ideal de governo. Era homem de muito encanto pessoal e de muitas realizações; suas poesias e dramas são até hoje lidos na Índia; mas ele não permitia que estas "fraquezas" interferissem na administração. "Sempre infatigável", diz Yuan Chwang, "a ponto de os dias serem por demais curtos para ele, esquecia-se de dormir, quando empolgado pela devoção às boas obras".[56] Tendo começado como adorador de Siva, converteu-se depois ao budismo e tornou-se um novo Ashoka. Proibiu o uso da carne, estabeleceu para os viajantes estações de repouso em todas as estradas do país e erigiu milhares de santuários budistas nas margens do Ganges.

Yuan Chwang, o mais famoso dos budistas chineses em visita à Índia, conta-nos que, de cinco em cinco anos, Harsha dava uma grande festa de caridade, na qual reunia os representantes de todas as religiões e a maioria dos necessitados do reino. Nessas reuniões costumava despender todos os saldos do tesouro, acumulados a partir da data da última festa. Yuan surpreendeu-se de ver a grande quantidade de ouro, prata, moedas, jóias, tecidos finos e brocados reunida num recinto rodeado de cem pavilhões, cada qual para mil pessoas. Três dias eram consagrados a exercícios religiosos;

no quarto começava a distribuição. Dez mil monges budistas eram alimentados, e cada um deles recebia uma pérola, roupas, flores, perfumes e cem peças de ouro. Depois vinham os brâmanes, que também recebiam a mesma abundância de esmolas. A seguir, os Jains e adeptos de outras seitas; e finalmente todos os pobres comuns vindos de todas as partes do reino. Às vezes a distribuição levava de três a quatro meses. No fim Harsha despia-se de seus custosos trajes e jóias e também os dava de esmola.[57]

As memórias de Yuan Chwang revelam a exaltação teológica da época. Equivale a fato de muita significação, e revelador do prestígio da Índia no estrangeiro, que esse aristocrata chinês, deixando as suas comodidades no remoto Ch'ang-an, atravessasse o barbaresco oeste da China e, galgando o Himalaia, entrasse na Índia, para, por três anos, cursar a universidade monástica de Nalanda. Sua fama como estudioso e homem de posição social fê-lo receber muitos convites dos príncipes indianos. Ao saber que Yuan estava na corte de Kumara, rei de Assam, Harsha intimou esse rei a ir com ele a Kanauj. Kumara resistiu à intimação, dizendo que Harsha podia cortar-lhe a cabeça, mas não tomar-lhe o hóspede. Harsha respondeu: "A sua cabeça me interessa", e Kumara foi. Harsha fascinou-se com a sabedoria e as belas maneiras de Yuan, convocando os mais notáveis budistas para ouvi-lo expor a doutrina Mahayana. Yuan afixou as teses à porta do pavilhão da conferência, e acrescentou um *post scriptum*, à maneira da época: "Se alguém encontrar em minhas palavras um argumento falso e refutável, deixarei que corte a minha cabeça". A discussão durou dezoito dias, durante os quais Yuan respondeu a todas as objeções e confundiu todos os heréticos (diz ele). Outra fonte informa que a oposição pôs fim à conferência incendiando o pavilhão.[58] Depois de muitas aventuras, Yuan retornou a Ch'ang-an, onde um esclarecido imperador guardou em rico santuário as relíquias budistas que esse sagrado Marco Polo trouxera, e deu-lhe um corpo de auxiliares para traduzir os manuscritos adquiridos na Índia.[59]

A glória do governo de Harsha, porém, era artificial e precária, porque dependia da generosidade de um rei mortal. Quando ele faleceu, subiu ao trono um usurpador — dando mais uma demonstração do lado negativo da monarquia. Sobreveio um caos de quase mil anos. A Índia, como a Europa, havia entrado na sua Idade Média, e foi invadida pelos bárbaros, conquistada, saqueada. Só com o grande rei Akbar iria novamente ter paz e unidade.

IV. ANAIS DE RAJAPUTRANA

Os Samurais da Índia — A era da cavalaria — A queda de Chitor

Por um momento, essa Idade Média foi iluminada pela epopéia de Rajaputrana. Nos Estados de Mewar, Marwar, Amber, Bikaner e outros de melodiosos nomes, um povo meio nativo, meio cruzado com os citas e hunos invasores, havia construído uma civilização sob o governo de belicosos rajás, mais atentos à arte da vida do que à vida das artes. Começou reconhecendo a suserania dos Mauryas e dos Guptas; e terminou defendendo-se, e a toda a Índia, das incursões das hordas dos muçulmanos. Seus clãs distinguiam-se pelo ardor militar e a coragem, coisas nem sempre associadas entre os hindus. ("Na guerra os indianos eram muito mais bravos do que todas as raças da Ásia daquele tempo." Arriano.)[60] A darmos crédito ao historiador Tod, cada homem era um indomável xátira e cada mulher uma heroína. O nome *Rajputs* significava "fi-

lhos de reis"; e se às vezes eles chamavam à sua terra *Rajasthan* era para designá-la como o "ninho da realeza".

Toda a loucura e esplendor — toda a bravura, lealdade, beleza, disputas, guerras e sujeição da mulher — que a tradição européia liga à Idade da Cavalaria, reaparecem nos anais destes Estados inquietos. "Os Chefes Rajaputras", diz Tod, "mostravam-se imbuídos de todas as virtudes dos cavaleiros andantes ocidentais e revelavam-se mentalmente superiores."[61] Tinham belas mulheres pelas quais não hesitavam em morrer, mulheres que por sua vez achavam simples ato de cortesia acompanharem os maridos ao túmulo, no rito do *suttee*. Algumas dessas mulheres se mostravam bem-educadas e requintadas; e alguns dos rajás eram poetas ou cientistas; por certo tempo floresceu entre eles um delicado gênero de pintura e aquarela, no estilo medieval persa. Durante quatro séculos cresceram em riqueza, a ponto de despenderem o equivalente a oitenta milhões de dólares na coroação do rei de Mewar.[62]

A tragédia e o orgulho desses homens estavam em considerarem a guerra como a maior das artes e a única digna de um Rajaputra. Este espírito militar habilitou-os a se defenderem dos muçulmanos com a maior energia, mas conservou divididos e enfraquecidos pelas dissenções os seus pequenos Estados, de modo que a bravura não pôde preservá-los. ("Em nenhum lugar da terra", diz Keyserling falando de Chitor, "houve cenas de maior heroísmo e cavalheirismo ou de mais nobre desapego à vida.")[63] A narração da queda de Chitor, uma das capitais Rajaputranas, feita por Tod, mostra o mesmo romantismo das lendas do rei Artur ou Carlos Magno; e provavelmente os *Anais de Rajasthan* são tão lendários como a *Morte de Artur* e a *Canção de Rolando*. Segundo essas histórias, o invasor maometano Alau-d-din não queria Chitor, e sim a princesa Pudmini — "um título só dado às superlativamente formosas".

O chefe muçulmano propôs levantar o assédio se lhe entregassem a princesa. Diante da recusa, Alau-d-din concordou em retirar-se se lhe fosse permitido apenas *ver* Pudmini. E finalmente consentiu em partir, se pudesse vê-la num espelho; mas até isto lhe foi negado. As mulheres de Chitor juntaram-se aos defensores da cidade; os Rajaputras, com suas mulheres e filhas, lutaram ferozmente até a morte do último. Quando Alau-d-din penetrou na cidade, não encontrou nenhum habitante com vida; todos os homens tinham caído nos combates, e suas mulheres, no horrível rito do *Johur*, acompanharam-nos, lançando-se à fogueira.[64]

V. O ZÊNITE DO SUL

Os reinos do Decã — Vijayanagar — Krishna Raya — Metrópole medieval — Leis — Artes — Religião — Tragédia

À proporção que os muçulmanos avançavam na Índia, a cultura nativa recuava para o sul; e pelo fim dessa Idade Média as mais belas realizações da civilização hindu estavam concentradas no Decã. Por algum tempo a tribo Chalyuka manteve um reino independente na Índia Central e adquiriu, sob Pulakeshin II, bastante poder e glória para derrotar Harsha, atrair Yuan Chwang e receber uma respeitável embaixada de Khosrou II da Pérsia. Foi no reinado de Pulakeshin que as melhores pinturas da Índia — os afrescos de Ajanta — se viram completadas. Esse rei caiu por mãos do rei dos Pallavas, que por breve período se tornou o poder supremo da Índia Central. No extremo sul, no século I de nossa era, os Pandyas estabeleceram um reino que compreendia Madura, Tinnevelly e partes do Travancore; de Madura fizeram uma das mais formosas cidades da Índia medieval; adornaram-na com um templo gigantesco e mil

obras arquiteturais menores. Mas por seu turno foram vencidos, primeiro pelos cholas e depois pelos maometanos. Os cholas governaram a região entre Madura e Madras, e daí para oeste até Mysore. Eram povos muito antigos, tendo sido mencionados nos editos de Ashoka; mas nada sabemos deles até o século IX, quando iniciaram a carreira de conquistas que lhes deu todo o sul, inclusive o Ceilão. Depois disso desapareceram, dominados pelo maior dos Estados do sul, Vijayanagar. (Nesta mistura de reinos agora quase esquecidos existem períodos de criação literária e artística — e, acima de tudo, arquitetônica; existem capitais ricas, palácios luxuosos e poderosos potentados; mas tão grande é a Índia e tão longa sua história que neste parágrafo resumido devemos referir-nos, sem sequer mencionar os nomes, ao pensamento de homens que por algum tempo dominaram a terra. Por exemplo, Vikramaditya, que governou os Chalyukans durante 50 anos [1076-1126], tinha tanto êxito na guerra que [como Nietzsche] propôs estabelecer uma nova era cronológica, dividindo toda a História em antes e depois dele. Hoje ele não passa de uma nota em tipos pequenos.)

Este nome — que era o do rei e do Estado — nos fornece um triste exemplo de glória esquecida. Nos anos de grandeza o reino compreendia todos os Estados nativos do sul da península, juntamente com Mysore e a presidência de Madras. Podemos avaliar os recursos desse reino pelo fato de o rei Krishna Raya ter levado à batalha de Talikota 703.000 homens de infantaria, 32.000 cavalos e 551 elefantes, além de cerca de 100.000 mercadores, prostitutas e pessoas que seguiam os exércitos.[65] A autocracia do rei foi atenuada pela autonomia das aldeias e pela ocasional subida ao trono de algum esclarecido soberano. Krishna Raya, que governou Vijayanagar nos dias de Henrique VIII, pode ser favoravelmente comparado a este rei de tantos amores. Levou uma vida justa e cortês, distribuiu muita esmola, tolerou todas as religiões, protegeu as letras e as artes, perdoou os inimigos derrubados e lhes poupou as cidades; também se devotou com vivo interesse aos trabalhos da administração. Um missionário português, Domingos Paes (1552), descreve-o como

> o mais temido e perfeito rei que possa existir; alegre e bem disposto e amável; procurava honrar os estrangeiros e os recebia com bondade. (...) Um grande soberano e homem de muita justiça, mas sujeito a subitâneos acessos de cólera. (...) Pelo que possui em exércitos e territórios, é um senhor maior que qualquer outro; mas o que ele tem é nada diante do que devia ter um homem assim tão perfeito em todas as coisas.[66] (Entre estas modestas posses estavam 12.000 esposas.)[67]

A capital, fundada em 1336, foi provavelmente a mais rica cidade que a Índia jamais conheceu. Nicolo Conti, que a visitou em 1420, calculava-lhe a circunferência em sessenta milhas; Paes achava-a "grande como Roma e muito bela de se ver". Possuía, acrescenta esse missionário, "muitos bosques e condutos de água"; seus engenheiros tinham construído um grande dique no rio Tungabadra, e formado um reservatório de onde a água era levada à cidade por um aqueduto de 15 milhas de extensão, em boa parte cortado na rocha. Abdu-r-Razzak, que viu a cidade em 1443, descreve-a como coisa sem igual no mundo. Paes considerava-a "a mais bem provida do mundo. (...) porque lá havia de tudo". As casas, diz ele, subiam a cem mil, o que implicava uma população de meio milhão de almas. Paes deslumbra-se diante de um palácio onde existia uma sala totalmente construída de marfim; "tão rica e bela que dificilmente haverá outra igual".[68] Quando Firoz Shah, sultão de Délhi, desposou a filha do rei de Vijayanagar, a estrada a partir desta cidade foi, pela extensão de seis

milhas, recoberta de veludo, cetim, brocado de ouro e outros panos preciosos.[69] Mas não devemos nos esquecer que todos os viajantes são mentirosos.

Por baixo desta riqueza vegetava, na superstição e na miséria, a massa de servos e trabalhadores, submetida a um bárbaro código de leis. As penas iam da mutilação das mãos e pés ao lançamento dos culpados aos elefantes, que os esmagavam sob as patas; havia a decapitação, o empalamento pela barriga; usava-se também pendurar a vítima num grande gancho pelo queixo até que morresse;[70] a violência carnal e também os roubos de certa importância eram punidos deste modo. A prostituição era permitida, regulada, e o Estado participava dos lucros. "Defronte à casa da moeda", diz Abdu-r-Razzak, "fica a repartição do prefeito dá cidade, à qual estão adidos 1.200 policiais, cuja remuneração vem da renda dos bordéis. O esplendor destas casas, a beleza das mulheres, seus meneios e olhares estão além de qualquer descrição."[71] A condição da mulher era oriental, de submissão, e ela tinha de matar-se quando o marido morria; às vezes deixava-se enterrar viva.[72]

Sob os Rayas, ou reis de Vijayanagar, a literatura prosperou, tanto a clássica, em sânscrito, como aquela realizada no dialeto do sul, Telugu. O próprio Krishna Raya era poeta, não se limitava a patrono das letras; e o vate laureado da corte, Alasani-Peddana, está classificado entre os maiores cantores da Índia. A pintura e a arquitetura floresceram; enormes templos surgiram, literalmente esculpidos e entalhados. O budismo perdera o predomínio diante de um bramanismo que adorava Vishnu. A vaca permanecia sagrada, de modo que ninguém a matava; mas muitos outros animais eram sacrificados aos deuses e comidos pelo povo. Religião brutal, porém de maneiras refinadas.

Um dia, toda essa grandeza desmoronou. Lentamente tinham os muçulmanos aberto caminho para o sul; por fim, os sultões de Bijapur, Ahmadnagar, Golconda e Bidar uniram as forças para dominar aquela última cidade dos reis hindus. Os exércitos aliados enfrentaram os 500.000 homens de Rama Raya em Talikota e a superioridade de forças venceu. Rama Raya foi aprisionado e decapitado aos olhos de seus homens, os quais, perdendo o ânimo, fugiram. Mesmo assim, todos os rios da região ficaram tintos de seu sangue e receberam 100.000 mortos na retirada. Os conquistadores saquearam a cidade; e o butim foi tão abundante que "cada homem entre os aliados se encheu de ouro, jóias, objetos, tendas, armas, cavalos e escravos".[73] Durou cinco meses o saque; os vencedores chacinavam indiscriminadamente os indefesos habitantes, esvaziavam os armazéns, demoliam templos e palácios, empenhados sobretudo na destruição total de todas as pinturas e estátuas; depois de concluído o serviço, saíram de archotes pelas ruas e deitaram fogo às casas. Quando se retiraram, não havia lá pedra sobre pedra. Foi uma destruição feroz e absoluta, típica da terrível conquista muçulmana da Índia, que começara mil anos antes e agora estava completa.

VI. A CONQUISTA MUÇULMANA

Enfraquecimento da Índia — Mahumud de Ghazni — O sultanato de Délhi — A cultura — Brutalidade policial — A lição da história indiana

A conquista maometana da Índia é provavelmente a maior sangueira da História. E traz-nos desânimo narrá-la, pois vemos a precariedade da civilização e com que facili-

dade ela é destruída pelos bárbaros de fora ou de dentro. Os hindus haviam permitido que sua vitalidade se gastasse nas divisões internas e nas lutas intestinas; adotavam religiões como o jainismo e o budismo, que os debilitavam para as tarefas da vida; não tinham conseguido organizar suas forças para a proteção das fronteiras e capitais, da riqueza e da liberdade contra as hordas dos citas, hunos, afegãos e turcos, sempre de ronda, à espera do momento de saque. Por 400 anos (600-1000) a Índia se revelou uma tentação para a conquista; e por fim ela veio.

O primeiro ataque muçulmano foi um reide contra Multan, no Punjab (664). Outros se seguiram durante três séculos, até que os muçulmanos se estabeleceram no vale do Indo, ao tempo em que os árabes travavam a batalha de Tours (732), de que iria depender a dominação da Europa. Mas a real conquista muçulmana da Índia não viria senão no primeiro milênio depois de Cristo.

Em 997 um chefe turco de nome Mahumud tornou-se sultão do pequeno Estado de Ghazni, no Afeganistão. Mahumud achou muito pobre esse trono; para lá da fronteira jazia a velha e opulenta Índia. Sob pretexto de destruir a idolatria hindu, cruzou as fronteiras com um exército piedosamente sequioso de butim. Em Bhimnagar teve o primeiro encontro com os mal preparados indianos; chacinou-os, pilhou-lhes as cidades, destruiu-lhes os templos e arrecadou tesouros acumulados pelos séculos. De volta a Ghazni assombrou os embaixadores estrangeiros com a exibição das maravilhas, entre as quais "diamantes do tamanho de romãs."[74] A cada inverno Mahumud penetrava na Índia, reenchia as arcas com o produto da pilhagem e dava aos seus homens o grande prazer da plena liberdade de saque e morte; pela primavera retornava à sua capital, muito mais rico do que ao partir. Em Madura (no Jumna) tomou do templo estátuas de ouro incrustadas de gemas e esvaziou os cofres do ouro, prata e jóias que continham; exprimiu admiração pela arquitetura do grande santuário, achando que um igual custaria cem milhões de dinares e um século de trabalho; em seguida fê-lo embeber de nafta e o queimou até os alicerces.[75] Seis anos mais tarde saqueou outra opulenta cidade do norte da Índia, Somnath, matou seus 50.000 habitantes e levou as riquezas para Ghazni. Por fim se tornou o mais rico soberano da História. Às vezes poupava a população da cidade vencida para vendê-la como escrava; o número de cativos começou a se elevar de tal modo que o preço baixou a uns poucos xelins por cabeça. Antes de qualquer novo empreendimento, Mahumud ajoelhava-se em oração e implorava a bênção de Deus às suas armas. Reinou por um terço de século; ao morrer, idoso e carregado de honras, os historiadores muçulmanos o classificaram como o maior monarca da época e um dos maiores da História.[76]

Diante da canonização que o sucesso trouxe a esse feroz salteador, outros chefes muçulmanos seguiram-lhe o exemplo. Em 1186 os guris, tribo turca do Afeganistão, invadiu a Índia, capturou Délhi, destruiu-lhe os templos, confiscou-lhe a riqueza e estabeleceu lá o sultanato de Délhi — um despotismo estrangeiro que durou três séculos. O primeiro desses sangüinários sultões, Kutb-d Din Aibak, era bem típico do gênero — fanático, feroz e implacável. "Seus donativos contavam-se por centenas de milhares e sua chacina também se contava por centenas de milhares." Numa batalha, esse guerreiro, que também havia sido escravo, escravizou 50.000 homens; "a planície pretejou de hindus."[77] Outro sultão, Balban, punia os rebeldes fazendo-os esmagar sob as patas dos elefantes, ou arrancando-lhes a pele, enchendo-a de palha e pendurando-a nas portas de Délhi. Quando certo número de mongóis estabelecidos em Délhi e convertidos ao islamismo se rebelou, o sultão Alau-d-din (conquistador de

Chitor) fez chacinar todos os machos num dia — de 15 a 30.000. O sultão Muhamad bin Tughlak subiu ao trono pelo fratricídio e revelou-se um estudioso e elegante escritor, hábil em matemáticas, física e filosofia grega, mas excedeu aos outros em atrocidades; alimentou a mulher e os filhos de um rebelde — seu sobrinho — com a carne deste, e arruinou o país com insensata inflação; tais foram suas pilhagens que a população inteira sumiu nas florestas. Matou tantos hindus que, na palavra de um historiador muçulmano, "havia constantemente diante do palácio real um monte de cadáveres, enquanto os carrascos se exauriam no trabalho de arrastar as vítimas e abatê-las em massa".[78] A fim de fundar uma nova capital em Daulatabad expulsou todos os habitantes de Délhi e fez da cidade um deserto; e sabendo que um cego ainda lá ficara, ordenou que o arrastassem para a nova capital, de modo que só uma perna restasse ao chegar.[79] O sultão queixava-se de que o povo não o amava e não lhe reconhecia a perfeita justiça. Governou a Índia por um quarto de século, morrendo na cama. Seu sucessor, Firoz Shah, invadiu Bengala, ofereceu uma recompensa pelas cabeças de indianos que lhe fossem trazidas e reuniu assim 180.000. Escravizou os hindus das aldeias e morreu na bela idade de 80 anos. O sultão Amad Shah dava uma festa sempre que o número de indefesos hindus mortos em seus territórios chegava, num dia, a 20.000."[80]

Esses governantes foram às vezes homens de capacidade, e seus seguidores mostraram-se dotados de feroz coragem e alguma industriosidade; só assim puderam manter na dominação um povo hostil que tanto os excedia em número. Todos se enrijaram com uma religião militarista, mais forte em seu estóico monoteísmo do que qualquer culto popular da Índia; e tornando ilegais os cultos indianos mais os implantavam no espírito do povo. Alguns destes ferozes e sanguinários déspotas tinham cultura e capacidade; fomentavam as artes e rodeavam-se de artistas e artesãos — em regra de origem hindu — para a construção de mesquitas e túmulos; outros eram eruditos e deleitavam-se em conversas com historiadores, poetas e sábios. Uma das maiores figuras mentais da Ásia, Alberuni, acompanhou Mahumud em sua penetração na Índia e escreveu um trabalho equivalente à *História Natural* de Plínio, ou ao *Cosmos* de Humboldt. Os historiadores muçulmanos eram quase tão numerosos quanto os generais, e equivaliam-se-lhes na sede de sangue. Os sultões arrancavam do povo até a última rupia, mas, como permaneciam no país, o dinheiro voltava à circulação. Não obstante, esse terrorismo enfraqueceu uma raça já vítima do clima quente, da alimentação insuficiente e das religiões pessimistas.

A usual política dos sultões foi claramente estabelecida por Alau-d-din, que mandava seus conselheiros fazerem "lei e regulamentos para arrancar aos hindus as riquezas e propriedades que fomentam a desafeição e a rebeldia".[81] Metade do produto bruto do solo era coletado pelo governo; os governos nativos sempre se haviam contentado com um sexto. "Nenhum hindu", diz um historiador muçulmano, "podia erguer a cabeça, e em sua casa nenhum sinal de ouro ou prata... ou de qualquer coisa supérflua podia ser visto. (...) Pancadas, prisão no tronco ou encadeamento eram de uso para obrigá-lo ao pagamento." Quando um dos seus próprios conselheiros protestou contra semelhante política, Alau-d-din respondeu: "Oh, Doutor, sois um homem de estudos, mas sem experiência prática; eu, porém, um iletrado, tenho-a bastante. Convença-se de que os hindus jamais se submeterão, a não ser que reduzidos à pobreza. Assim, dei ordem para que lhes deixassem o suficiente para a vida dia a dia, mas nada que pudessem acumular."[82]

Eis aqui o segredo da história política da Índia moderna. Enfraquecidos pela divisão, os hindus sucumbiram aos invasores; empobrecidos por estes, perderam a faculdade da resistência e refugiaram-se nas consolações sobrenaturais; admitiram que tanto o poder como a miséria não passavam de ilusões superficiais e concluíram que a liberdade do corpo ou do país não merecia defesa numa vida tão breve. A amarga lição a tirar-se da tragédia indiana é que a vigilância constante constitui o preço da civilização. Uma nação deve amar a paz, mas sempre conservando a sua pólvora bem seca.

VII. AKBAR, O GRANDE

Tamerlão — Babur — Humayun — Akbar — Seu governo — Seu caráter — Patrocínio das artes e letras — Sua paixão pela filosofia — Sua simpatia pelo hinduísmo e o cristianismo — Sua nova religião — Os últimos dias de Akbar

É da natureza dos governos degenerar; porque o poder, como disse Shelley, envenena as mãos que o tocam.[83] Os excessos dos sultões de Délhi retiraram-lhes o apoio não só de toda a população hindu como dos próprios muçulmanos. Quando novas invasões sobrevieram ao norte, esses sultões foram derrotados com a mesma facilidade com que haviam derrotado os hindus.

O novo conquistador foi Tamerlão — ou, mais propriamente, Timur-i-lang — um turco que aceitara o islamismo como admirável arma e se fizera descendente de Gêngis-Cã para conseguir o apoio da horda mongólica. Tendo subido ao trono de Samarcande e sentindo a necessidade de mais ouro, declarou que a Índia estava cheia de infiéis. Seus generais, sabedores da coragem dos generais muçulmanos, objetaram, alegando que aqueles infiéis já estavam sob o governo maometano. *Mullahs* aprendidos no *Corão* decidiram o assunto, citando-se o seguinte verso: "Oh, Profeta, fazei guerra aos infiéis e incréus e tratai-os com severidade."[84] Em vista disso, Timur cruzou o Indo (1398), massacrou ou escravizou os habitantes que não tiveram tempo de fugir, derrotou as forças do sultão Mahumud Tughlak, ocupou Délhi, matou com o maior sangue-frio 100.000 prisioneiros, saqueou a cidade de todas as riquezas acumuladas pela dinastia afegã e levou-as para Samarcanda, deixando atrás de si a anarquia, a fome e a peste.[85]

Os sultões de Délhi voltaram ao trono e taxaram a Índia por mais um século, até que um verdadeiro conquistador surgiu. Babur, fundador da grande dinastia mogol, foi um homem bravo e sedutor como Alexandre. ("Mogol" é forma de "Mongol". Os mongóis eram na realidade turcos; mas os hindus chamavam-nos e ainda chamam a todos os muçulmanos do norte — exceto os afegãos — de mongóis ou mogóis.[86] "Babur" era um apelido com o significado de "leão": o verdadeiro nome desse rei foi Zahiruddin Muhammad.)[87] Descendente de Timur e de Gêngis-Cã, herdara desses dois flagelos da Ásia a habilidade, mas não a brutalidade. Era homem de excessiva energia física e mental; lutava, caçava e viajava incessantemente; coisa de somenos para ele era matar, de mãos nuas, cinco inimigos em cinco minutos.[88] Em dois dias percorreu 160 milhas a cavalo e ainda atravessou o Ganges a nado duas vezes; no fim da vida observou que desde a idade de onze anos não passara o jejum do Ramadan duas vezes no mesmo lugar.[89]

"Aos 12 anos", dizia ele no começo de suas *Memórias*, "tornei-me o soberano do país de Farghana."[90] Aos quinze sitiou e capturou Samarcande; e perdeu-a quando não pôde pagar as tropas; quase morreu de doença nessa ocasião; oculto por algum tempo nas montanhas, agiu de modo a recapturar a cidade, o que fez com 240 homens apenas; perdeu-a de novo por traição; viveu dois anos oculto e em obscura pobreza, e pensou em ir dedicar-se à agricultura na China; mas organizou outra força e, pelo valor da sua bravura, tomou Cabul aos 22 anos de idade; com 20.000 homens derrotou em Panipat os 100.000 do sultão Ibrahim, matou prisioneiros aos milhares, capturou Délhi, estabeleceu lá a maior e mais benéfica dinastia estrangeira que jamais governou a Índia, gozou quatro anos de paz, compôs excelentes poemas e memórias e morreu aos 47 anos, com a experiência de um século.

Seu filho Humayun revelou-se fraco e vacilante, e muito inclinado ao ópio, para ser um continuador do pai. Sher Shah, um chefe afegão, derrotou-o em duas sangrentas batalhas e por algum tempo restaurou o poder afegão na Índia. Sher Shah, embora capaz de destruir vidas no melhor estilo islâmico, reconstruiu Délhi com fino gosto arquitetônico e estabeleceu os alicerces do iluminado governo de Akbar. Dois Shahs menores estiveram no poder por uma década; em seguida, Humayun, após doze anos de vida errante, organizou uma força na Pérsia, voltou à Índia e reapossou-se do trono. Morreu oito meses depois, ao cair de um terraço de sua biblioteca.

Durante o exílio e a pobreza, a esposa de Humayun lhe dera um filho que ele piedosamente chamou Muhammad, mas que a Índia iria conhecer como Akbar, isto é, "O Muito Grande". Nenhum esforço foi poupado para fazê-lo grande; mesmo seus avós para isso contribuíram, pois em suas veias corria o sangue de Babur, Timur e Gêngis-Cã. Teve mestres em abundância, mas repelia-os; recusou-se a aprender a ler. Em vez disso educou-se para a realeza por meio de incessantes e perigosos esportes; tornou-se perfeito na equitação, jogava muito bem o pólo e conhecia o segredo de dominar o mais feroz elefante; estava sempre pronto para caçadas de leões ou tigres, ou para suportar o cansaço, ou para enfrentar os perigos da vanguarda. Como bom turco, não tinha nenhum preconceito contra o derramamento de sangue; quando na idade de 14 anos foi convidado a disputar o título de *Ghazi* — Matador de Infiéis — decepando de um golpe a cabeça de um prisioneiro hindu, fê-lo com a maior perfeição. Foram esses os bárbaros inícios do homem destinado a tornar-se o mais prudente, culto e humano de todos os reis da História. (Mais tarde ele reconheceu o valor dos livros e, como não soubesse ler, ouvia ler durante horas. No fim tornou-se um erudito iletrado, amigo das artes e letras, as quais fomentou em larga escala.)

Com a idade de 18 anos assumiu a direção dos negócios do reino. Seus domínios estendiam-se por um oitavo da Índia — uma faixa de território de umas 300 milhas de largura, que ia da fronteira noroeste em Multan até Benares a leste. Com a voracidade dos avós pôs-se a ampliar esses domínios; e por meio de uma série de duras campanhas fez-se o rei de todo o Indostão, exceto o pequeno reino rajaputra de Mewar. Ao voltar a Délhi despiu a armadura e devotou-se à administração. Dispunha de poder absoluto e fazia ele mesmo todas as nomeações importantes. Teve quatro ajudantes: um Primeiro-Ministro, ou *Vakir*; um Ministro das Finanças, chamado às vezes *Vazir* (ou Vizir), outras vezes *Diwan*; um Mestre da Corte, ou *Bakhshi;* e um Primaz, ou *Sadr*, chefe da religião muçulmana na Índia. À medida que firmava no governo foi dispensando a força militar; acabou reduzindo o exército a 25.000 homens apenas. Em tempo de guerra aumentava essa força com as tropas recrutadas pelos governado-

res militares das províncias — precário arranjo que teve algo que ver com a queda do Império Mogul sob Aurangzeb. (O exército era provido com as melhores armas de artilharia até então vistas na Índia, mas inferiores às usadas na Europa. Os esforços de Akbar para obter melhores canhões falhou; e esta inferioridade em instrumentos de matança cooperou para a capitulação da Índia diante dos europeus.) O suborno e o peculato floresceram entre esses governadores e seus subordinados, fazendo Akbar perder muito tempo na luta contra a corrupção. Com a maior economia ele regulou as despesas da corte, fixou os preços dos gêneros e materiais a serem adquiridos e os salários dos funcionários públicos. Quando Akbar morreu, havia o equivalente a um bilhão de dólares no tesouro e seu império podia ser considerado o mais poderoso do mundo.[91]

Tanto a lei como as taxas eram severas, mas muito menos que antes. Para o tesouro, vinha de um sexto a um terço do produto do solo, rendendo essa taxa o equivalente a 100 milhões de dólares por ano. O imperador era a um tempo legislador, poder executivo e juiz; como corte suprema gastava muitas horas a julgar as demandas importantes. Sua lei proibia o casamento entre crianças e o *suttee*, autorizava o casamento das viúvas, abolia a escravidão de prisioneiros e a matança de animais para sacrifícios aos deuses, dava liberdade a todas as religiões, abria as carreiras a todos os talentos, fosse qual fosse o credo ou a raça, e suprimia a taxa de capitação que os reis afegãos haviam imposto a todos os hindus não convertidos ao islamismo.[92] No começo de seu reino a lei ainda incluía penas como a mutilação; no fim, tornou-se o código mais esclarecido do século. Cada Estado começa com a violência e (se se firma) amadurece na liberdade.

Muitas vezes, porém, a força de um governante é a fraqueza do seu governo. O sistema dependia muito da superioridade do caráter e inteligência do rei e estaria ameaçado de desintegrar-se com o seu afastamento da cena. Akbar tinha todas as virtudes: era o melhor atleta, o melhor cavaleiro, o melhor espadachim do reino, um dos melhores arquitetos e, além disso, o mais belo homem da Índia, dizem os historiadores. Mas na realidade tinha os braços um tanto longos, os olhos mongolóides, a cabeça inclinada para a esquerda e uma verruga no nariz.[93] Fazia-se apresentável pelo trato, pela dignidade, serenidade e pelos olhos que brilhavam "como o mar ao sol", ou fulminavam de terror, como os de Napoleão com Vandamme. Vestia-se com simplicidade — chapéu de brocado, blusa e calças, jóias e pés nus. Comia pouca carne e nos últimos tempos suprimiu-a de todo, dizendo "não ser direito um homem fazer do estômago o túmulo dos animais". Não obstante, era forte no corpo e na vontade, excepcional nos esportes, podendo vencer sem se cansar 36 milhas num dia. O gosto pelo pólo fê-lo inventar uma bola luminosa que lhe permitia jogar à noite. Herdou os impulsos violentos da família, e na mocidade resolvia problemas por meio do homicídio, como os cristãos seus contemporâneos. Mas gradualmente aprendeu, como na frase de Woodrow Wilson, a sentar-se em cima de seu próprio vulcão; e ergueu-se em lealdade muito acima do seu tempo e dos monarcas orientais. "A clemência de Akbar", diz Firishta, "não tinha limites; ele chegava a levar essa virtude além das linhas da prudência."[94] Generoso, despendia grandes somas em esmolas; era afável para com todos, especialmente com os humildes; "os pequenos presentes dos humildes", diz um missionário jesuíta, "ele os aceitava com ar alegre, apertando-os ao peito, como não o fazia com os riquíssimos presentes dos nobres". Um dos seus contemporâneos o descreve como epiléptico; muitos o tinham como melancólico no mais alto

grau. Talvez para dar um pouco de brilho à realidade, fazia uso do álcool e do ópio, mas moderadamente; seus pais haviam feito o mesmo e seus filhos iriam fazê-lo descontroladamente. (Dois dos seus filhos morreram cedo, de alcoolismo crônico.)[95] Mantinha um harém adequado ao tamanho do império; corriam boatos de que Akbar "tinha em Agra e Fathpur-Sikri 1.000 elefantes, 1.400 veados mansos e 800 concubinas". Mas não parece que fosse homem sensual. Casou-se muitas vezes, sempre por força de conveniências políticas; o melhor meio que tinha de agradar os príncipes rajaputras era desposar-lhes as filhas; assim aumentava a firmeza do trono e tornava a dinastia mogul nativa a meio. Teve um rajaputra como general supremo e um rajá como o seu maior ministro. O sonho de Akbar era a Índia unida.[96]

Não tinha o espírito tão friamente realista como o de César ou Napoleão; sua paixão era a metafísica, e se fosse deposto, certamente se tornaria um frade místico. Pensava constantemente, fazia invenções, sugeria melhoramentos.[97] Como Harum-al-Rashid, saía sob disfarce durante a noite e voltava cheio de projetos de reforma. No meio da sua complexa atividade teve tempo de reunir uma enorme biblioteca, composta de manuscritos belamente traçados e gravados por hábeis "homens da pena", que ele tinha como artistas iguais aos pintores e escultores. Desprezava a impressão mecânica, por achá-la impessoal, e breve dispôs das tipografias européias com que os jesuítas o tinham presenteado. Os volumes da biblioteca não passavam de 24.000, mas foram avaliados em 3.500.000 dólares[98] — avaliados pelos que supõem que os livros podem ser medidos por dinheiro. Com largueza patrocinou poetas e a um deles — o hindu Birbal — amou a ponto de fazê-lo um favorito na corte e por fim general; mas Birbal não se mostrou heróico numa campanha, perdendo a vida numa fuga nada lírica.[99] (Os muçulmanos detestavam Birbal e rejubilaram-se com sua morte. Um deles, o historiador Badaoni, conta o caso com feroz prazer: "Birbal, que fugiu de medo, foi morto e entrou para o rol dos cães, no Inferno.")[100]

Akbar fez traduzir para o persa — que era a língua de sua corte — as obras-primas da literatura hindu, da História e das ciências, e ele próprio presidiu a tradução do interminável *Mahabharata*.[101] Todas as artes se beneficiaram da sua proteção. A música e a poesia tiveram com ele uma das fases mais altas; e a pintura, tanto persa como hindu, alcançou um segundo apogeu.[102] Em Agra, Akbar dirigiu a construção do famoso forte dentro do qual ergueu quinhentas construções, que os contemporâneos tinham como entre as mais belas do mundo. Foram destruídas pelo feroz Shah Jehan e hoje só podem ser julgadas por escassos remanescentes, como o túmulo de Humayun em Délhi e os restos do mausoléu do ascético Sheik Salim Chisti, amigo de Akbar, em Fathpur-Sikri.

Grande era o seu pendor para a contemplação. Aquele onipotente soberano secretamente sonhava ser filósofo — como muitos filósofos sonham ser imperadores, não compreendendo a estupidez da Providência, que os afasta de um trono que de direito merecem. Depois de conquistar o mundo, Akbar sentiu-se infeliz por não compreendê-lo. "Embora eu seja o senhor de tão vasto império", disse ele, "e tenha todos os recursos do governo em minhas mãos, meu espírito não se sente à vontade nesta diversidade de seitas já que a verdadeira grandeza consiste em executar a vontade de Deus; e, à parte esta pompa exterior, que satisfação tenho eu no manejo do império? Aguardo o advento de algum homem de princípios que resolva as dificuldades da minha consciência. (....) As dissertações filosóficas são para mim de tal encanto, que me distraem de tudo mais, e tenho de me abster de ouvi-las a contento, re-

ceoso de que me façam desleixar os deveres da hora presente."[103] "Grupos de sábios de todas as nações", disse Badaoni, "de várias religiões e seitas, vieram à corte e foram honrados com entrevistas especiais. Depois de enquetes e investigações, sua única ocupação dia e noite, conversavam sobre profundos pontos da ciência, sobre as sutilezas da revelação, as curiosidades da história e as maravilhas da natureza."[104] "A superioridade do homem", dizia Akbar, "repousa nessa jóia que é a razão."[105] Assim como ansiava ser filósofo, também se interessou profundamente pela religião. Sua cuidadosa leitura do *Mahabharata* e sua intimidade com os poetas e sábios hindus levaram-no ao estudo dos credos indianos. Pelo menos por algum tempo ele aceitou a teoria da transmigração e escandalizou os seus seguidores muçulmanos ao aparecer em público trazendo em sua fronte os sinais religiosos dos hindus. Akbar tinha o segredo de agradar a todos os credos; agradava aos zoroastrianos com o uso da sagrada camisa e do cinto sob as vestes, e permitiu que os Jains o persuadissem a abandonar a caça e a proibir em certos dias a matança de animais. Quando tomou conhecimento de uma nova religião chamada cristianismo, que fora para a Índia com os portugueses de Goa, mandou-lhes mensagem pedindo a remessa de dois homens conhecedores do credo cristão. Mais tarde vieram alguns jesuítas a Délhi, e de tal modo o interessaram em Cristo que Akbar fez seus escribas traduzirem o Novo Testamento.[106] Aos jesuítas concedeu absoluta liberdade de fazer conversos, e até de educar um dos seus filhos. Enquanto os católicos massacravam os protestantes na França e os protestantes de Isabel faziam o mesmo aos católicos da Inglaterra, e a Inquisição torturava e roubava os judeus da Espanha e Bruno era assado numa fogueira na Itália, Akbar reunia em conferência todas as religiões do império, concitava-as à paz, promulgava editos de tolerância para todos os credos; e a fim de dar provas de lealdade a essas idéias, desposava mulheres brâmanes, budistas e maometanas. Seu maior prazer, depois que os ardores da mocidade arrefeceram, consistia em promover o livre debate das fés religiosas. Já se havia libertado dos dogmas do islamismo, e em tal extensão que os muçulmanos se irritavam. "Este rei", relatou S. Francisco Xavier com algum exagero, "destruiu a falsa seita de Maomé e desacreditou-a completamente. Não há nesta cidade uma só mesquita, um só *Corão* — o livro da lei maometana; as mesquitas existentes transformaram-se em estábulos de cavalos." O rei se firmava em revelações, nada aceitando que não se justificasse pela ciência e a filosofia. Freqüentemente reunia amigos e prelados de várias fés e com eles discutia religiões a noite inteira, até o meio dia do dia seguinte. Quando os *mullahs* e os padres cristãos brigavam, ele os reprovava, dizendo que Deus tinha de ser adorado por determinação do intelecto e não pela cega adesão a supostas revelações. "Cada pessoa", disse ele, no espírito dos *Upanishads*, "dá ao Ser Supremo um nome; mas na realidade é tolice dar nome ao Incognoscível." Certos muçulmanos sugeriram o ordálio do fogo para um teste entre o cristianismo e o islamismo: um *mullah* com o *Corão* e um jesuíta com o Novo Testamento entrariam no fogo, e o que saísse ileso seria o verdadeiro pregador da verdade. Akbar, que não apreciava o *mullah* apresentado para esta experiência, calorosamente apoiou a idéia, mas o jesuíta a rejeitou como blasfema e ímpia — para não dizer muito perigosa. Gradualmente os grupos de teólogos rivais foram evitando essas conferências e deixando Akbar a sós com os seus amigos racionalistas.[107]

Aborrecido com as dissensões religiosas do reino, e incomodado com a idéia do que sobreviria depois de sua morte, Akbar decidiu promulgar uma nova religião que, na essência, conciliasse todas. O missionário Bartoli conta-nos isso:

> Ele convocou um Conselho Geral para o qual convidou todos os mestres e comandantes militares das cidades ao redor, à exceção do Padre Ridolfo, hostil ao sacrílego propósito do rei. Quando os teve todos lá, disse astuciosamente:
>
> "Para um império governado por uma cabeça é coisa má ter os membros divididos entre si e hostilizando-se uns aos outros; (...) em vista disso há aqui tantas facções quantas religiões. Devemos, portanto, reduzir todas a uma só, mas de tal modo que fique sendo uma e todas; com a grande vantagem de não perder o que é bom numa religião e de ganhar o que é melhor em outra. Desta maneira, honra será prestada a Deus, a paz reinará na terra e teremos segurança no império."[108]

O Conselho teve de concordar e o rei proclamou-se o chefe infalível da Igreja; foi esta a principal contribuição do cristianismo para a nova religião. O credo proposto foi um monoteísmo panteísta, dentro das melhores tradições indianas, com uma faísca da adoração do sol e do fogo dos zoroastrianos e uma recomendação semi-Jain contra o uso da carne. A matança da vaca tornava-se ofensa capital: nada agradaria mais os hindus e menos os muçulmanos. Um edito posterior tornou o vegetarianismo compulsório para toda a população por, pelo menos, cem dias no ano; e em atenção às idéias nativas, o alho e a cebola foram proibidos. A construção de mesquitas, o jejum do Ramadan, a peregrinação a Meca e outros costumes muçulmanos foram abolidos. Muitos fiéis dessa seita, que resistiram à reforma, foram exilados.[109] No centro do Pátio da Paz, em Fathpur-Sikri, foi erigido um templo à Religião Unida, como símbolo da profunda esperança do imperador em que todos os habitantes da Índia seriam irmãos e adoradores do mesmo deus.

Como religião, o *Din Ilahi* nunca foi bem sucedido; Akbar encontrou a tradição muito forte para a sua infalibilidade. Alguns milhares de fiéis se reuniram sob a nova bandeira, a fim de agradar ao imperador; a vasta maioria porém ficou apegada às velhas crenças. Politicamente o golpe produziu benéficos resultados. A abolição da taxa da capitação e da peregrinação imposta aos hindus, a liberdade garantida a todas as religiões, o enfraquecimento do fanatismo racial e religioso, do dogmatismo e da divisão compensaram grandemente o insucesso de outros pontos. E a tentativa lhe assegurou a lealdade dos hindus, mesmo daqueles que não aceitaram o seu credo — e desse modo o objetivo da unidade política foi conseguido.

Já com os muçulmanos, o *Din Ilahi* se tornou fonte de amargo ressentimento, induzindo o príncipe Jehangir, filho de Akbar, a maquinar contra ele. O príncipe se queixava de que o pai já reinara quarenta anos e não dava sinal de chegar ao fim. Reuniu um exército de 30.000 cavaleiros, matou Abul-l-Fazl, historiador do rei e seu grande amigo, e proclamou-se imperador. Akbar persuadiu o moço a submeter-se e perdoou-lhe a má ação; mas aquela deslealdade, acrescida à morte de sua mãe e de seu amigo Fazl, feriu fundo o coração do generoso monarca. Nos últimos tempos seus filhos até lhe ignoravam a existência, empenhados que já estavam na luta pela sucessão. Só alguns íntimos o assistiram, quando Akbar morreu — presumivelmente de disenteria, ou de veneno administrado por Jehangir. Os *mullahs* vieram à última hora reconvertê-lo ao Islã; nada conseguiram; o rei Akbar "finou-se sem o benefício das orações de nenhuma igreja ou seita".[110]

Não houve multidão a lhe acompanhar o enterro muito simples; os filhos e os cortesãos, rejubilantes da vida nova, abandonaram o nojo no mesmo dia de sua morte. Foi um fim bem amargo para o mais sábio monarca que o mundo asiático já conheceu.

VIII. DECLÍNIO DOS MONGÓIS

Os filhos de um grande homem — Jehangir — Shah Jehan — Magnificência e queda — Aurangzeb — Seu fanatismo — Sua morte — A vinda dos ingleses

Os filhos que tanto ansiaram pela morte do pai encontraram dificuldade em manter unido o império criado por aquele homem de gênio. Por que razão os grandes homens têm tão freqüentemente filhos medíocres? Será que o jogo dos genes — a conjunção de traços ancestrais e de possibilidades biológicas — não passa de um acaso e não pode repetir-se? Ou o gênio exaure em pensamento e trabalho a força que teria de ir para a reprodução, e só transmite aos herdeiros um sangue diluído? Ou os filhos decaem em conseqüência da facilidade e da boa fortuna com que entram no mundo e que os dispensa do esforço?

Jehangir era não só um medíocre como um hábil degenerado. Nascido de pai turco e princesa hindu, gozou de todas as oportunidades dos herdeiros presuntivos; entregou-se ao álcool e à luxúria, e deu plena expansão ao sádico prazer de crueldade, um traço oculto em Babur, Humayun e Akbar, mas que está sempre latente no sangue tártaro. Esse príncipe deleitava-se em assistir a suplícios, como o esfolamento em vida, a empalação ou o despedaçamento das vítimas pelos elefantes. Em suas *Memórias* ele conta como matou um lacaio e fez jarretear os auxiliares do pobre homem, isto é, cortar os tendões atrás dos joelhos, porque ele cometera um descuido numa caçada; depois de providenciar isso, diz ele, "continuei a caçada."[111] Quando seu filho Khusru conspirou contra ele, mandou empalar 700 adeptos do rebelde, em fileira, numa rua de Lahore; e observou com prazer o longo tempo que tais homens levaram para morrer.[112] Sua vida sexual dispunha de um harém de 6.000 mulheres,[113] e era amenizada pelo apego a Nur Jehan, a esposa favorita, que ele obteve fazendo assassinar-lhe o esposo. Sua administração da justiça mostrou-se tão imparcial quanto severa, mas as extravagâncias das suas despesas pesavam em excesso, mesmo numa nação que se tornara a mais próspera do mundo sob o sábio governo de seu pai. No fim do reinado entregou-se Jehangir à bebida e abandonou as tarefas do governo. Começaram as conspirações para depô-lo; já em 1622 seu filho Jehan chefiara uma. Quando Jehangir morreu, esse Jehan surgiu do Decã, onde andava escondido, e proclamou-se imperador, matando todos os seus irmãos, como medida de segurança. Herdara do pai os hábitos de extravagância, intemperança e crueldade. As despesas da corte e os altos salários da sua inumerável gente absorviam todas as rendas públicas. A tolerância religiosa de Akbar e a indiferença de Jehangir foram substituídas pelo fanatismo do retorno à fé muçulmana, com perseguição aos cristãos e implacável destruição em massa dos santuários hindus.

Shah Jehan de algum modo redimiu-se pela generosidade para com os amigos e os pobres, pelo gosto artístico e a paixão de adornar a Índia com a mais bela arquitetura que já florescera por lá — e pela devoção a sua esposa Mumtaz Mahal — "Ornamento do Palácio". Ele a desposara aos 21 anos, já com dois filhos de uma consorte anterior. Mumtaz deu ao incansável esposo quatorze filhos em dezoito anos e morreu aos trinta e nove, de parto. Shah Jehan construiu o Taj Mahal como monumento à memória e fecundidade da esposa — e afundou em escandalosa licenciosidade.[114] O mais belo túmulo do mundo não era mais que uma das cem obras-primas que esse rei criou, principalmente em Agra e Nova Délhi, erguida de acordo com seus planos. O

primor desses palácios, o luxo da corte e a extravagância do Trono dos Pavões sugerem uma taxação ruinosa para a Índia. (O Trono dos Pavões, cuja construção levou sete anos, era composto inteiramente de jóias, metais e pedras preciosas. Quatro pernas de ouro suportavam-no; doze pilares de esmeralda sustentavam o pálio; cada pilar trazia dois pavões incrustados de gemas; e entre cada par de pavões se erguia uma árvore cheia de diamantes, esmeraldas, pérolas e rubis. Seu custo total andou em torno do equivalente a $ 7.000.000. Foi levado para a Pérsia por Nadir Shah (1739) e aos poucos desmontado, nas emergências de dinheiro.)[115] Não obstante, apesar de umas das piores fomes da História ter assolado a nação nesse tempo, os trinta anos de reinado de Shah Jehan marcaram o zênite da prosperidade e do prestígio da Índia. Era ele um governante hábil, que a despeito das muitas vidas que ceifou nas guerras com estrangeiros deu ao país uma geração de paz. Como disse Mountstuart Elphinstone, governador inglês de Bombaim,

> os que observam a Índia de hoje podem suspeitar que os escritores nativos exageram a antiga prosperidade; mas as cidades desertas, os palácios e aquedutos em ruínas, com grandes reservatórios no meio das florestas, e as vias calçadas de pedra, as muralhas, os caravançarás das estradas reais, tudo converge em apoio do que disseram os viajantes antigos.[116]

Jehan começara matando os irmãos; mas esquecera de fazer o mesmo aos filhos e foi deposto por um deles. Em 1657, esse rebento, Aurangzeb, chefiou uma insurreição no Decã. O Shah, como Davi, deu instruções às tropas para que atacassem os rebeldes mas lhe poupassem o filho. Aurangzeb derrotou essas tropas, capturou o pai e prendeu-o no Forte de Agra. Durante nove amargos anos Jehan embolorou na prisão, nunca visitado pelo filho, apenas por uma filha, a fiel Jahanara, e passava os dias olhando a Torre do Jasmim, o sítio onde a sua amada Mumtaz jazia num túmulo cravejado de gemas.

Esse filho, que assim tão cruelmente depôs o pai, revelou-se um dos maiores santos da história do Islã, e talvez o único entre os imperadores mongóis. De tal forma o saturavam de religião os seus professores *mullahs*, que o príncipe chegou a pensar na renúncia ao império para dar-se à vida religiosa. Durante todo o seu reinado, apesar de sua violência despótica, da sua sutil diplomacia e da parcialidade da sua moral, permaneceu um piedoso muçulmano, sempre em oração, conhecendo de cor todo o *Corão*; e foi implacável na guerra aos infiéis. Gastava horas e horas na devoção e dias e dias de jejuns. Praticava a religião com a honestidade com que a professava; politicamente era frio, calculista e capaz de mentir com habilidade em favor de sua terra e seu deus. Foi o menos cruel dos mongóis; as matanças diminuíram consideravelmente e as punições cruéis cessaram. Era humilde na conduta, paciente na provocação e resignado no infortúnio. Era também muito escrupuloso em abster-se de tudo quanto sua fé proibia; conquanto hábil na música, abandonou-a como sendo um prazer sensual; e aparentemente deliberou mesmo nada gastar que não pudesse ganhar com o trabalho das próprias mãos.[117] Foi um Santo Agostinho no trono.

Shah Jehan empregou metade das rendas da Índia na promoção da arquitetura e outras artes; Aurangzeb, com pouco interesse pelas artes, destruiu os monumentos "infiéis" e lutou durante meio século para arrancar da Índia todas as religiões rivais da sua. Deu ordem aos governadores provinciais para arrasar os santuários hindus e

cristãos, destruir todos os ídolos e fechar todas as escolas nativas. Num ano (1679-80) 66 templos foram arrasados em Amber, 63 em Chitor e 123 em Udaipur;[118] e sobre o local de um templo de Benares, particularmente sagrado para os hindus, fez construir uma mesquita muçulmana.[119] Proibiu a adoração pública e impôs pesada taxa de capitação aos hindus não conversos ao Islã.[120] Em conseqüência desse fanatismo, milhares de templos em que se acumulava a arte hindu de todo um milênio foram reduzidos a escombros. Não podemos imaginar, diante da Índia de hoje, a grandeza e beleza da Índia de outrora.

Aurangzeb conseguiu converter certa quantidade de hindus tímidos, mas arruinou a própria dinastia e o país. Uns poucos muçulmanos o veneravam como santo enquanto milhões de indianos, mudos e aterrorizados, viam-no como a um monstro, fugiam de seus coletores de taxas e rezavam pela sua morte. Durante esse reinado o império mongol na Índia alcançou o apogeu, estendendo-se até o Decã; mas era construção sem alicerces na afeição do povo e condenada a ruir. O próprio soberano, em seus últimos tempos, começou a compreender que a estreiteza de sua piedade havia destruído a herança de seus pais. Suas cartas do leito de morte são dolorosos documentos.

> Não sei quem sou, nem para onde vou, nem o que acontecerá a este pecador cheio de pecados. (....) Meus anos decorreram inúteis. Deus estava em meu coração; entretanto, meus olhos cegos não reconheceram a luz. (....) Não há para mim esperança no futuro. A febre se foi, só ficou a pele. (....) Gravemente terei pecado e não sei que tormentos me esperam. (....) Que a paz de Deus caia sobre vós.[121]

Aurangzeb deixou instruções para que seu funeral fosse extremamente simples e nenhum dinheiro fosse gasto no sudário, exceto as quatro rupias por ele ganhas costurando chapéus. O caixão devia ser forrado de estopa. Aos pobres deixou 300 rupias ganhas de copiar o *Corão.*[122] Morreu com a idade de 89 anos.

Sete décadas depois o império caiu em fragmentos. A afeição do povo, tão habilmente conseguida por Akbar, desaparecera com o sadismo de Jehangir, com o desperdício de Jehan e com a intolerância de Aurangzeb. A minoria muçulmana, já debilitada pelo calor da Índia, havia perdido o ardor militar e o vigor físico dos primeiros tempos, e nenhuma leva de elementos novos chegava do norte, para melhorar essa força em declínio. Enquanto isso, de uma distante ilha do Ocidente vinham negociantes espiar as riquezas da Índia. Depois viriam canhões conquistar o imenso império em que o hindu e o muçulmano se juntaram para construir uma das grandes civilizações da História.

CAPÍTULO XVII

A Vida do Povo

I. OS CRIADORES DA RIQUEZA

A floresta — Agricultura — Mineração — Artes e ofícios — Comércio — Dinheiro — Taxas — Fomes — Pobreza e riqueza

O SOLO da Índia não se rendia voluntariamente à civilização. (A análise que fazemos neste capítulo aplica-se na maior parte à Índia pós-védica e pré-inglesa. O leitor deve ter em mente que a India passa por uma reconstrução e, portanto, as instituições morais e costumes daquela época tendem a desaparecer hoje.) Grande parte estava revestida de florestas ciosamente guardadas por leões, tigres, elefantes, serpentes e outros individualistas dotados do desprezo de Rousseau pela civilização. A luta biológica para libertar a terra desses inimigos continuou por baixo de todos os dramas superficiais da luta econômica e política. Akbar atirava em tigres perto de Madura, e caçava elefantes em muitos lugares onde já não os vemos hoje. Nos tempos védicos o leão era facilmente encontrável em qualquer parte do noroeste e do centro da Índia; hoje está quase extinto. A serpente e o inseto, entretanto, ainda lutam contra o homem; em 1926 dois mil indianos foram mortos pelos animais selvagens (dos quais 875 por tigres); mais vinte mil encontraram a morte no veneno das cobras.[1]

Gradualmente, à medida que ia sendo limpo dos animais selvagens, o solo começou a cobrir-se de arroz, legumes, cereais e frutas. Na maior parte da história da Índia o grosso da população viveu desses alimentos vegetais, deixando o peixe e as aves para os párias e os ricos.[2] (Vijayanagar foi uma exceção; o povo comia carne, salvo a de vaca; e comia também lagartos, gatos e ratos.[4]) A fim de tornar a alimentação mais excitante, e talvez em homenagem a Afrodite,[3] os hindus consumiam grande quantidade de especiarias: gengibre, cravo, canela, pimenta, e outras. De tal modo prezavam os europeus essas especiarias, que se lançaram através dos mares atrás delas; quem sabe se a América não foi descoberta por intervenção de Afrodite?

Nos tempos védicos a terra pertencia ao povo,[5] mas depois de Chandragupta Maurya tornou-se hábito dos reis outorgar à coroa a propriedade das terras e fazê-las cultivar mediante o pagamento de taxas.[6] A irrigação usualmente competia ao governo. Um dos açudes construídos por Chandragupta ainda funcionava em 150 da nossa era; restos dos antigos canais podem ser vistos por toda parte; e ainda remanescem ruínas do lago artificial que Raj Sing de Mewar construiu para fins de irrigação, rodeando-o de um muro de mármore de 12 milhas de extensão.[7]

Parece ter sido o hindu o primeiro povo que minerou o ouro.[8] Heródoto[9] e Megástenes[10] falam das grandes "formigas escavadoras de ouro, pouco menores que os cães e pouco maiores que as raposas", que ajudavam os mineiros a encontrar o metal com os buracos que abriam na areia. (Essas "formigas" deviam ser animais comedores de formigas.) Muito do ouro usado no Império Persa do século V a. C. procedia da Índia. Também mineravam a prata, o cobre, o estanho, o chumbo, o zinco e o ferro — este já em 1500 a. C.[11] A arte de fundir e temperar o ferro desenvolveu-se na Índia antes de surgir na Europa; Vikramaditya, por exemplo, erigiu em Délhi (380) um pilar de ferro que ainda subsiste hoje, decorridos 15 séculos; e a qualidade do metal ou a maneira do tratamento, que o preservou da oxidação, é um mistério para a ciência metalúrgica de hoje.[12] Antes da invasão dos europeus a fundição do ferro em fornos de carvão de madeira constituiu uma das maiores indústrias da Índia.[13] A Revolução Industrial ensinou à Europa como baratear esses processos e alargá-los em escala; isso matou a produção in-

diana. Só nos tempos atuais é que os recursos da Índia em minério entraram novamente em jogo.[14]

A cultura do algodão aparece mais cedo na Índia do que em qualquer outra parte; certamente foi usado para panos em Mohenjo-daro.[15] Na mais velha e clássica referência ao algodão, diz Heródoto com deliciosa ignorância: "Certas árvores selvagens dão *lã* em vez de frutos, a qual, pela qualidade, é superior à do carneiro; e os indianos fazem suas roupas com essa lã."[16] Em suas guerras no Oriente Próximo os romanos travaram conhecimento com a "árvore da lã".[17] Viajantes árabes do século IX narram que "na Índia se fabricavam tecidos com perfeição inigualada; cosia-se e tecia-se com tal grau de finura que uma peça de roupa de tamanho comum podia passar por dentro de um anel".[18] Os árabes medievais levaram essa arte da Índia, e sua palavra *quttan* deu a palavra *cotton*.[19] O nome *muslim* foi primeiro aplicado aos finos tecidos de Mosul, feitos sob modelos indianos; *calico* era a fazenda que vinha de Calicut, ao sul da Índia. "Fazem-se aqui bordados de mais delicadeza do que em qualquer outra parte do mundo",[20] disse Marco Polo, falando de Gujarat em 1293. Os xales de Cachemira e os tapetes da Índia ainda hoje dão testemunho da excelência da tecelagem indiana, na textura e no desenho. A tecelagem, porém, era apenas uma das muitas artes menores da Índia, em regra organizadas pelo sistema de corporações mercantes. A Europa olhava para os hindus como peritos em todos os setores da manufatura — obras de madeira, de marfim, de metal, tinturaria, tanoaria, saboaria, vidraria, pólvora, fogos, cimentos, etc.[21] Já em 1260 de nossa era, a China importava da Índia vidros de óculos. Bernier, que viajou por lá no século VII, descreve-a crepitante de indústrias. Fitch, em 1585, viu uma frota de 180 barcos carregados de mercadorias descendo o rio Jumna.

O tráfego interno floresceu; cada estrada era, e ainda é hoje, um bazar. O comércio exterior da Índia tem a idade da história do país;[22] objetos encontrados na Suméria e no Egito indicam que o tráfico entre estes países e a Índia já existia em 3000 a. C.[23] O comércio entre a Índia e a Babilônia feito pelo Golfo Pérsico já florescia entre 700 e 480 a. C.; e talvez o "marfim, macacos e pavões" de Salomão também de lá viessem pelo mesmo caminho. Os navios da Índia chegavam até a China no tempo de Chandragupta; e mercadores gregos, pelos hindus chamados *Yavana* (jônios), enchiam os mercados da India Dravidiana, nos séculos anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo.[24] Em seus dias epicuristas, Roma ficou na dependência da Índia para perfumes, ungüentos e especiarias, e pagava-lhe bons preços pelas sedas, musselinas, brocados e trabalhos em ouro; Plínio condenou a extravagância romana de gastar todos os anos o equivalente a cinco milhões de dólares em produtos de luxo da Índia. Leões e elefantes indianos figuravam nos ritos sacrificiais do Coliseu.[25] As guerras de Roma contra os partas tinham por fim, sobretudo, manter abertos os caminhos da Índia. No século VII os árabes capturaram a Pérsia e o Egito, e desde então o comércio entre a Ásia e a Europa passou a ser feito pelos muçulmanos; daí as Cruzadas e Colombo. Sob os reis mongóis o comércio estrangeiro novamente prosperou; a riqueza de Veneza, Gênova e outras cidades italianas vinha da sua situação de entrepostos desse comércio com o Oriente; o Renascimento foi mais conseqüência do comércio com a Índia do que dos manuscritos gregos importados pela Itália. Akbar dispunha de um almirantado que dirigia a construção de navios e cuidava de comércio marítimo; os portos de Bengala e Sindh foram famosos pelos seus estaleiros navais; trabalhavam tão bem que o sultão de Constantinopla preferia comprar barcos na Índia a comprá-los em Alexandria; a própria Companhia das Índias Orientais usava navios feitos em Bengala.[26]

O desenvolvimento da cunhagem de moedas que facilitassem esse comércio custou a vir. Nos dias de Buda emitiam-se moedas retangulares e grosseiras, mas só no século IV a. C. a Índia, sob a influência da Pérsia e Grécia, adotou regularmente a moeda cunhada, com garantia do Estado.[27] Sher Shah emitiu bem desenhadas peças de cobre, prata e ouro, estabelecendo a rupia como o dinheiro básico do reino.[28] Sob Akbar e Jehangir, a arte do cunho alcançou a grande perfeição.[29] Como na Europa medieval, assim também na Índia medieval o crescimento da indústria e do comércio foi embaraçado pela antipatia religiosa em admitir o lucro. "Os indianos", diz Megástenes, "não dão dinheiro a juros, nem sabem como emprestá-lo. O uso estabelecido manda que o indiano não cause nem sofra danos; por isso não fazem contratos de moeda."[30] Quando o hindu não podia empregar as sobras em suas próprias empresas econô-

micas, guardava ele próprio a moeda ou a reduzia a jóias.[31] É possível que esta falha em desenvolver um sistema de créditos ajudasse a Revolução Industrial na Europa a dominar a Ásia. Lentamente, entretanto, a despeito da hostilidade dos brâmanes, os empréstimos em dinheiro foram crescendo. As taxas variavam de acordo com a casta do tomador; iam de 12 a 60 por cento, em regra mantendo-se na média de 20 por cento.[32] Não se admitia a bancarrota como liquidação das dívidas; se o devedor morria insolvente, seus descendentes até a sexta geração continuavam responsáveis pelas suas obrigações.[33]

Tanto a agricultura como o comércio sofriam pesada taxação do governo. O camponês tinha de entregar de um sexto a metade da colheita; e como na Europa medieval e na de hoje, muita peagem embaraçava a troca de mercadorias.[34] Akbar elevou a taxa agrícola a um terço, mas aboliu todos os outros impostos.[35] A taxa agrícola era um imposto amargo, mas tinha a conveniência de subir com a prosperidade e cair com a depressão; nos anos de crise o camponês morria de fome, mas com a satisfação de não pagar taxa nenhuma. Porque de vez em quando ocorriam fomes, mesmo nos grandes tempos de Akbar; a de 1556 causou uma desolação tremenda, levando o povo até ao canibalismo. As estradas eram ruins e o transporte lento; as reservas de víveres de uma zona não podiam com facilidade ser levadas para outra.

Em toda parte há os extremos da riqueza e pobreza, mas em parte nenhuma do mundo foram tão grandes como na Índia — ou na América do Norte de hoje. Num dos extremos ficava uma pequena quantidade de escravos; depois deles vinham os sudras, ou os que alugavam o seu trabalho — o nosso operário de hoje. A pobreza descrita pelo Padre Dubois (1820)[36] era o resultado de cinqüenta anos de caos político: sob os mogóis a condição do povo havia sido relativamente próspera.[37] Os salários eram modestos, indo de 3 a 9 centavos por dia no tempo de Akbar, mas com os preços em relação. Em 1600 uma rupia (normamente 32,5 centavos) comprava 194 libras de trigo ou 278 de cevada; em 1901 só comprava 29 de trigo e 44 de cevada.[38] Um inglês residente na Índia, em 1616, descreveu a "abundância de gêneros" como "muito grande em toda a monarquia", e acrescentou que "todos podiam comer pão com fartura."[39] Outro inglês do século XVII declarou que suas despesas diárias não passavam de 4 centavos.[40]

A riqueza do país esteve nas culminâncias por duas vezes, uma sob Chandragupta Maurya e outra com Shah Jehan. As riquezas da Índia no tempo dos Guptas se tornaram proverbiais no mundo inteiro. Yuan Chwang descreveu uma cidade indiana embelezada de jardins e tanques, e rica de institutos de letras e artes; "os habitantes viviam bem, e havia gente de grande riqueza; frutas e flores em abundância. (....) O povo tinha ótima aparência e vestia-se de seda; eram... claros e sugestivos no falar; e igualmente divididos entre a ortodoxia e a heterodoxia".[41] "Tão ricos eram os reinos hindus dominados pelos muçulmanos", diz Elphinstone, "que os historiadores se cansam de enumerar o imenso butim de jóias e moedas levado pelos conquistadores."[42] Nicolo Conti descreveu as bordas do Ganges (1420) como margeadas de cidades prósperas, uma após outra, todas bem desenhadas, ricas de jardins e pomares, de prata e ouro, de indústria e comércio.[43] O tesouro de Shah Jehan era subterrâneo e tinha a capacidade de 150.000 pés cúbicos, todo cheio de prata e ouro.[44] "Testemunhas contemporâneas", diz Vincent Smith, "não nos permitem duvidar de que a população das mais importantes cidades era composta de gente abastada."[45]Alguns viajantes descreveram Agra e Fathpur-Siki como maiores e mais ricas que Londres.[46] Anquetil-Duperron, viajando pelo distrito de Mahratta, em 1760, encontrou-se "no meio da simplicidade e felicidade da Idade de Ouro.(....) Um povo alegre, vigoroso, cheio de saúde."[47] Clive visitou Murshidabad em 1759 e admitiu ser essa cidade igual em tamanho, população e riqueza à Londres daquela época, com palácios maiores que os da Europa e homens mais ricos que os da Inglaterra.[48] A Índia, disse Clive, "era um país de inexauríveis riquezas".[49] Julgado pelo Parlamento por ter-se apro-

priado de algumas dessas riquezas, Clive escusou-se de um modo engenhoso; descreveu a riqueza que viu ao redor de si na Índia — opulentas cidades prontas a oferecer-lhe o que ele quisesse para escaparem à pilhagem, banqueiros escancarando diante dele salas atulhadas de jóias e ouro — e concluiu: "Neste momento, aqui, eu só me admiro da minha moderação."[50]

II. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A monarquia — Lei — Código de "Manu" — Desenvolvimento do sistema de casta — Surto dos brâmanes — Seus privilégios e poderes — Suas obrigações — Em defesa da casta

As dificuldades de comunicação tornavam mais fácil conquistar a Índia do que governá-la. A topografia forçava esse semicontinente, enquanto não viessem estradas de ferro, a permanecer um mosaico de Estados divididos. Sob tais condições os governos só podiam manter-se pela força dos exércitos, e como nas freqüentes crises o exército requeria um chefe ditatorial, imune à eloqüência política, a forma de governo desenvolvida na Índia foi naturalmente a monarquia. O povo gozou de muita liberdade sob as dinastias nativas, em parte graças à autonomia municipal e às corporações de ofícios nas cidades, em parte graças às limitações que a aristocracia brâmane impunha à autoridade do rei.[51] As leis de Manu, embora fossem mais um código de moral do que um sistema de leis práticas, exprimiam as idéias básicas da Índia sobre a monarquia: rigorosa imparcialidade e paternal solicitude para com o bem público.[52] Os dirigentes muçulmanos se afastaram destas normas; constituíam uma minoria conquistadora e apoiavam o governo apenas nos canhões. "O exército", diz um historiador muçulmano, "é a fonte e o instrumento dos governos."[53] Akbar constituiu exceção, pois que só procurava apoio na boa vontade do povo beneficiado pelo seu suave e benevolente despotismo. Naquelas circunstâncias, o seu governo talvez fosse o melhor possível. Mas com o grave defeito que acentuamos — depender do caráter do governante; a suprema concentração da autoridade, que tão bem aprovou com Akbar, foi desastrosa com Aurangzeb. Havendo subido pela violência, os reis afegãos e mogóis viviam igualmente a ela sujeitos; ou caíam assassinados ou empenhavam-se em dispendiosas guerras de sucessão — coisa aliás menos perturbadora da vida econômica de um país do que a eleição moderna.

A história de como Nasiru-d-din envenenou seu pai Ghyiasu-d-din, sultão de Délhi (1501), ilustra o conceito muçulmano da sucessão pacífica. Jehangir, que tanto fez para depor seu pai Akbar, conta a história:

"Depois disso fui ao monumento onde jazem os túmulos dos governantes Khalji. O túmulo de Nasiru-d-din, cujo rosto está para sempre enegrecido, lá o vi também. Todos sabem que este infame se promoveu ao trono pelo assassínio do pai. Duas vezes lhe deu veneno, e duas vezes o pai o vomitou graças a um amuleto-antídoto que trazia no braço. Na terceira vez o filho misturou o veneno ao sorvete que ele mesmo serviu ao pai. (....) Vendo os esforços que o filho fazia para eliminá-lo, o rei tirou do braço o amuleto e o jogou aos seus pés; e então, voltando o rosto humilde para o trono do Criador, disse: 'Ó Senhor, minha idade já chegou aos 80 anos e esse tempo passei em prosperidade e felicidade que nenhum rei jamais alcançou. Agora, que estou no fim, espero que não inculpará a Nasir a minha morte, e que, reconhecendo-a como coisa decretada, dele não tirarás vingança.' Depois de assim falar, tomou de um gole a taça de sorvete e rendeu a alma ao Criador.'

"Quando me aproximei do seu (de Nasir) túmulo", acrescenta o virtuoso Jehangir, "dei-lhe diversos pontapés".[54]

Sob os muçulmanos a lei era apenas a vontade do imperador ou sultão; sob os reis hindus era uma mistura de ordens reais, tradições municipais e regras de casta. As sentenças eram dadas pelo chefe de família, pelo chefe da aldeia ou da casta, pelo conselho das corporações de ofícios, pelo governador da província, pelo ministro do rei ou pelo próprio rei.[55] Os debates eram breves e os julgamentos rápidos; os advogados só apareceram na Índia depois da entrada dos ingleses.[56] A tortura foi usada sob todas as dinastias, até ser abolida por Firoz Shah.[57] A morte era a pena para grande número de delitos, como o roubo, o dano à propriedade real ou o furto em escala que hoje torna o ladrão uma imponente coluna da sociedade. As punições eram cruéis, incluindo a amputação das mãos, dos pés, do nariz e das orelhas, o arrancamento dos olhos, o derrame de chumbo derretido na garganta, o esmagamento dos ossos das mãos e dos pés com o malho, a queima das carnes, a cravação de pregos nas mãos, pés e seio, o corte dos tendões, o serramento do corpo em duas metades, o esquartejamento, o empalamento, o esmagamento sobre as patas dos elefantes, ou o lançamento a cães famintos.[58]

Nenhum código de leis se aplicava a toda a Índia. Nos negócios comuns da vida o lugar da lei era ocupado pelos *dharma-shastras* — compêndios com os regulamentos das castas e obrigações, compostos pelos brâmanes num estrito ponto de vista bramânico. O mais velho desses *dharmas* era o chamado "Código de Manu". Manu era um mítico ancestral da tribo Manava (ou escola), dos brâmanes vizinhos de Délhi. Filho de um deus, recebera as leis das mãos do próprio Brahma.[59] Este código de 2.685 versículos era tido como datado de 1200 a. C., mas hoje anda vagamente posto nos primeiros séculos da era cristã.[60] Embora no começo não passasse de um guia de conduta da tribo Manava, foi gradualmente se disseminando como o código moral de toda a Índia; e mesmo sem nunca ter sido aceito pelos reis muçulmanos adquiriu força de lei dentro do sistema de castas. Seu caráter aparecerá na seguinte análise da sociedade indiana. Supersticiosamente aceitava o ordálio. (Dubois, embora antipatizante da Índia, costuma ser verídico; dá-nos um quadro dos ordálios daquele tempo [1820]. "Há", diz ele, "diversos tipos de julgamento por ordálio. Entre eles, a fervura de óleo misturado com esterco de vaca, no qual o acusado tem de mergulhar o braço até o ombro; há o da serpente, que consiste em fechar uma cobra venenosa num cesto com moeda ou anel dentro, que o acusado tem de tirar com os olhos vendados; se no primeiro caso ele não se queima, e no segundo a cobra não o pica, sua inocência está demonstrada.")[61] Aceitava ainda a severa aplicação da *lex talionis*, e trazia uma interminável inculcação das virtudes, direitos e poderes da casta bramânica.[62] Teve o efeito de fortalecer enormemente o domínio dessa casta sobre a sociedade indiana.

Desde o período védico que este sistema se vinha tornando mais rígido e complexo; não só porque é da natureza das instituições enrijecerem-se com a idade, como também por causa da instabilidade da ordem política, e da invasão da Índia por povos e credos estranhos; isso intensificou a casta como meio de impedir a mistura de sangues muçulmano e hindu. Nos dias védicos casta era *varna*, ou cor; na Índia medieval tornou-se *jati*, nascimento. A *casta* tem essência dupla: a hereditariedade da condição e a aceitação do *dharma*, isto é, do deveres e empregos tradicionais de uma casta nativa.

Os chefes e beneficiários do sistema eram os oito milhões de homens da casta bramânica.[63] Por um momento enfraquecidos com o surto do budismo no reinado de

Ashoka, os brâmanes, com a característica tenacidade dos sacerdotes, reconquistaram o poder sob a dinastia dos Guptas. A partir do século II da nossa era encontramos menção de grandes donativos, sobretudo terras, feitos à casta dos brâmanes.[64] (Acredita Tod que algumas destas escrituras não passem de pias fraudes.)[65] Como todas as propriedades bramânicas, essas terras permaneceram isentas de taxas até a chegada dos ingleses.[66] O Código de Manu adverte o rei de que nunca deverá taxar um brâmane, mesmo quando todas as outras fontes de renda estejam esgotadas; porque um brâmane irado pode imediatamente destruir o rei e todo o seu exército, apenas com a recitação das maldições dos textos místicos.[67] Não era costume dos indianos fazer testamentos, já que as propriedades da família eram mantidas em comum e automaticamente passavam do morto para os machos sobreviventes;[68] (entre os dravidianos, porém, a herança seguia a linha feminina[69]) mas quando, sob a influência do individualismo europeu, foram introduzidos os testamentos, a reforma se viu grandemente apoiada pelos brâmanes, como mais um meio de acrescer-lhes o patrimônio.[70] O mais importante elemento em quaisquer sacrifícios aos deuses era a taxa paga ao sacerdote ministrante; e a mais alta demonstração de piedade era uma gratificação engrossando essa taxa.[71] Nos milagres e nos milhares de superstições havia outra excelente mina para os sacerdotes. Porque o brâmane podia tudo; podia tornar fecunda a mulher estéril ou, por meio de oráculos, conduzir negócios; homens de loucura simulada confessavam ao povo que aquilo era castigo por se terem mostrado pouco generosos em relação aos padres. Em cada doença, demanda, mau augúrio, sonho desagradável ou empresa nova, o conselho do brâmane era indispensável — e bem pago.[72]

O monopólio do conhecimento era a base onde se assentava o poder bramânico. Eram os brâmanes os guardiães e os reformadores das tradições, os educadores das crianças, os compositores de literatura e os editores, os inspirados intérpretes dos infalíveis *Vedas*.

Se um sudra ouvia ler as Escrituras (mandava a lei bramânica) o castigo era receber chumbo em fusão no ouvido; se ele recitava qualquer coisa das Escrituras tinha a língua cortada; se delas guardava qualquer coisa na memória, era cortado em dois;[73] tais as ameaças, raramente executadas, com que os padres guardavam a sua sabedoria. O bramanismo tornou-se assim um culto exclusivo, cuidadosamente defendido contra a participação vulgar.[74] Segundo o Código de Manu, um brâmane estava por direito divino sobreposto a todas as criaturas;[75] mas não compartilhava de todos os poderes e privilégios da ordem até que, depois de muitos anos de preparação, ficasse "triplicemente nascido", ou regenerado com a solene investidura da corda tríplice.[76] Desse momento em diante tornava-se um ser sagrado; sua pessoa e seus bens eram invioláveis; e, realmente, segundo o Código de Manu, "tudo que existe no universo é propriedade dos brâmanes."[77] Tinham de ser mantidos por meio de doações públicas e privadas — não como caridade, mas como obrigação sagrada;[78] a hospitalidade a um brâmane constituía alto dever religioso, e o que não era bem recebido retirava-se levando todo o mérito das boas obras do hospedeiro.[79] (Havia ainda condições sexuais nos grupos bramânicos. Os brâmanes Nambudri exerciam o *jus primae noctis* sobre todas as noivas do seu território; e os padres Pushtimargya de Bombaim mantiveram estes privilégios até tempos recentes.[80] A crermos em Dubois, os padres do templo de Tirupati se ofereciam para curar a esterilidade das mulheres que passassem uma noite no templo.[81] Mesmo quando o brâmane cometia um crime, não podia ser morto; o rei apenas o exilava, sem lhe tirar a propriedade.[82] Quem tentasse bater num brâma-

ne sofreria cem anos no inferno, e quem de fato batesse, mil.[83] Se um sudra abusava da mulher de um brâmane tinha a propriedade confiscada e os órgãos sexuais cortados.[84] O sudra que matava outro sudra podia obter perdão por meio de um presente de dez vacas dado aos brâmanes; se o sudra matava um vaicia tinha de dar cem vacas; mas se matava um brâmane, morreria, porque só o homicídio de um brâmane era realmente considerado como tal.[85]

Eram numerosas e pesadas as funções e obrigações correspondentes a estes privilégios. O brâmane não agia apenas como sacerdote, mas também se educava para as funções de pedagogo e literato. (Nem todos os sacerdotes eram brâmanes e mais tarde muitos brâmanes não foram sacerdotes. Nas Províncias Unidas um grande número deles era cozinheiro.)[86] Tinha de estudar leis e aprender os *Vedas*; tudo mais se subordinava a isto;[87] a simples repetição dos *Vedas* assegurava aos brâmanes a beatitude, independente de ritos e obras;[88] e, se soubesse de cor o *Rig-Veda*, poderia destruir o mundo sem incorrer em nenhuma falta.[89] Não podia casar-se fora da casta; se desposasse uma sudra, seus filhos seriam párias (esta palavra vem do tâmil *paraiyan*, com significado de "um da casta baixa"); porque, dissera Manu, "o homem que nasce alto se torna baixo pelas suas baixas associações, mas o que nasce baixo não se torna alto por meio de altas associações".[90] O brâmane tinha de banhar-se todos os dias, e tomar mais um banho quando o barbeava um barbeiro de classe baixa; tinha de purificar com esterco de vaca o sítio em que ia dormir; e, para a satisfação de todas as necessidades naturais, tinha de seguir um estrito ritual higiênico.[91] Era obrigado a abster-se de todo alimento animal, inclusive ovos, e de cebola, alho e cogumelo; e só podia beber água — e água tirada e carregada por uma brâmane.[92] Tinha de ser refratário a perfumes, ungüentos, prazer sexual, avareza e ira.[93] Se tocava numa coisa impura, ou na pessoa de um estrangeiro (ainda que fosse o Governador Geral da Índia), tinha que purificar-se com um cerimonial de abluções. Se cometia um crime tinha de aceitar pena mais severa que a imposta a outra casta; se, por exemplo, um sudra furtava, a pena era uma multa de oito vezes o valor do furto; para o vaicia a multa dobrava, era de dezesseis vezes; para o xátira trinta e duas vezes; e para o brâmane, 64.[94] O brâmane não podia nunca fazer mal a qualquer coisa viva.[95]

Dada a moderada observação destas regras no seio de um povo sobrecarregado com o trabalho dos campos, e por isso sujeito aos carpichos dos elementos e à permanência da superstição, o poder dos sacerdotes foi crescendo de geração em geração a ponto de transformá-los na mais duradoura aristocracia da História. Em parte nenhuma podemos observar este espantoso fenômeno — tão explicativo da lenta evolução da Índia — de uma classe alta que mantém a ascendência e os privilégios através de todas as conquistas, dinastias e governos, durante 2.500 anos. Apenas os proscritos chandalas podem rivalizar com os brâmanes em perpetuidade. Os antigos xátiras, dominantes nos dias de Buda, desapareceram depois da dinastia dos Guptas; e embora os brâmanes reconhecessem os guerreiros rajaputras como equivalente da velha classe de lidadores, os xátiras, depois da queda de Rajaputrana, logo se extinguiram. Por fim só duas grandes divisões permaneceram: em cima, os brâmanes, e embaixo três mil castas, que realmente não passavam de corporações de ofícios.

Muito pode ser dito em defesa do que, depois da monogamia, deve ter sido a mais injuriada de todas as instituições sociais. O sistema de casta tinha a vantagem eugênica de preservar os sangues, presumivelmente mais finos, da diluição e degeneração por meio da indiscriminada mistura; estabelecia como pontos de honra certos hábitos de

alimentação e limpeza; punha ordem na caótica desigualdade dos homens e poupava à alma a moderna corrida atrás do lucro; dava a todas as vidas a necessária disciplina, prescrevendo para cada homem um *dharma*, ou código de conduta da casta; também regulamentava todas as indústrias e profissões, elevava cada ocupação no caso de uma vocação que não podia ser levianamente mudada e, fazendo de cada indústria uma casta, provia seus membros com os meios da ação coletiva contra a exploração e a tirania. Igualmente proporcionava um meio de escapar à plutocracia ou à ditadura militar, aparentemente as únicas alternativas para a aristocracia. Em suma, deu a um país de estabilidade política abalada por cem invasões e revoluções uma ordem social e moral só rivalizada em duração pela chinesa. No meio das contínuas mudanças do Estado, o brâmanes mantinham, por meio do sistema de casta, uma sociedade estável, que defendia, aumentava e transmitia a civilização. O povo tolerava com paciência o regime, e até se orgulhava dele, porque sabia que no fim o verdadeiro governo da Índia era aquele.

III. MORAL E CASAMENTO

Dharma — *Crianças* — *Casamentos infantis* — *A arte do amor* — *Prostituição* — *Amores românticos* — *Casamento* — *A família* — *As mulheres* — *Sua vida intelectual* — *Seus direitos* — Purdah — Suttee — *A viúva*

Quando o sistema de casta da Índia chegar ao fim a vida moral do país sofrerá uma longa transição de desordem, porque o código moral indiano está inexoravelmente entrosado com ele. A moralidade era *dharma* — a regra de vida de cada homem determinada pela sua casta. Ser hindu não significava tanto aceitar o *dharma*, ou os deveres que atam um homem a esse lugar. Cada posto tinha suas obrigações, suas limitações e seus direitos; com eles e dentro deles o hindu piedoso levava a sua vida achando-se bem na rotina, e sem nunca pensar em mudar de casta. "Melhor fazer sem perfeição teu próprio trabalho", diz o *Bhagavad-Gita*,[96] "do que fazer excelentemente o trabalho dos outros." O *dharma* é para o indivíduo o que o desenvolvimento normal é para a semente — o ordenado desdobrar de um destino, de uma natureza inerente.[97] Tão velha é esta concepção de moralidade que ainda hoje é difícil para todos, e impossível para a maior parte dos hindus, imaginarem-se a si próprios senão como membros de uma casta específica, guiados e levados pelas suas regras. "Sem casta a sociedade hindu é inconcebível", diz um historiador inglês [98]

Em adição ao *dharma* de cada casta, o hindu reconhecia um *dharma* geral, ou uma obrigação que afetava todas as outras castas — respeito aos brâmanes e reverência pelas vacas.[99] Depois destes deveres vinha a obrigação de ter filhos. "O homem só está perfeito quando é três — ele, a mulher e o filho", diz o Código de Manu.[100] Os filhos representavam vantagens econômicas para os pais, sobretudo na velhice, e também mantinham a adoração dos ancestrais, oferecendo periodicamente aos mortos os alimentos sem os quais suas almas morreriam de inanição.[101] Em vista disso nunca houve na Índia restrição da natalidade, sendo o aborto classificado crime igual ao do homicídio de um brâmane.[102] O infanticídio era ocorrência excepcional;[103] o pai alegrava-se de ter filhos e orgulhava-se de tê-los em quantidade. A ternura dos velhos pelos jovens constitui um dos belos aspectos da civilização hindu.[104]

Logo depois de nascido o filho, já os pais começavam a pensar em seu casamento. Porque no sistema indiano o casamento era compulsório; o solteiro virava pária, desmerecedor de qualquer consideração social, e a virgindade prolongada era considerada desgraça.[105] Mas o casamento não ficava subordinado aos caprichos do amor romântico; era coisa que interessava mais à raça e à sociedade do que ao indivíduo, não podendo portanto ser entregue à cegueira da paixão e aos acidentes da proximidade;[106] tinha de ser arranjado pelos pais antes que o sexo interviesse com suas exigências. Manu deu o nome de *Gandharva* ao casamento por escolha mútua, e estigmatizou-o como filho do desejo sexual; era permitido, mas não respeitável.

A precocidade hindu, que faz a menina de doze anos ter a idade fisiológica de uma de quatorze ou quinze na América, criou um difícil problema de ordem social e moral. (Gandhi nega que esta precocidade tenha fundamento físico. "A mim me repugna o casamento infantil", diz ele. "Arrepia-me ver uma criança viúva. Não sei de superstição mais grosseira que a que atribui ao clima da Índia a causa da precocidade sexual. A verdadeira causa está na atmosfera mental e moral da família indiana.")[107] Deve o casamento coincidir com a maturidade sexual ou deve ser adiado, como na América, até que o rapaz atinja a maturidade econômica? A primeira solução, ao que parece, debilita o físico nacional,[108] acelera o crescimento demográfico e sacrifica completamente a mulher à reprodução; a segunda solução arca com os problemas de uma demora não-natural, com a frustração sexual, a prostituição e as doenças venéreas. Os hindus escolheram o casamento precoce como o mal menor, e procuraram mitigar-lhe os perigos estabelecendo entre o casamento e a sua consumação um intervalo em que a menina espera em casa dos pais o advento da puberdade.[109] A instituição tornou-se sagrada, e teve origem no desejo de evitar mistura de castas, muito possível se a atração sexual fosse a força determinante das uniões;[110] mais tarde foi fortalecida pelo fato de os conquistadores muçulmanos serem impedidos por sua religião de levarem como escravos as mulheres casadas;[111] e finalmente adquiriu forma rígida com a decisão paterna de proteger a menina contra as sensibilidades eróticas do macho.

Tudo isto era bastante razoável em uma terra em que o macho era levado a satisfazer suas funções biológicas à menor provocação, como se vê da literatura erótica indiana. O *Kama-sutra*, ou "Doutrina do Desejo", é a mais famosa de uma longa lista de obras reveladoras da preocupação com a técnica física e mental do sexo. Foi composta, diz o autor, "segundo os preceitos da Sagrada Escritura para benefício do mundo, por Vatsyayana, quando este levava vida de estudante religioso em Benares e se dava por inteiro à contemplação da Deidade".[112] "Aquele que despreza uma moça, julgando-a muito acanhada", diz esse anacoreta, é "por ela desprezado como um estúpido, ignorante do funcionamento do cérebro feminino."[113] Vatsyayana dá-nos o deleitoso quadro de uma jovem em amor,[114] mas a sua sabedoria concentra-se principalmente na arte paterna de casá-la e na arte marital de mantê-la fisicamente satisfeita.

Não devemos concluir que a sensibilidade sexual do hindu o leve a uma excessiva licenciosidade. O casamento infantil opunha barreiras contra as relações pré-maritais, e as fortes sanções religiosas em favor da fidelidade faziam o adultério mais raro e difícil do que no Ocidente. A prostituição em regra se confinava aos templos. No sul, as necessidades do macho eram satisfeitas pela providencial instituição das *devadasis* — literalmente "servas dos deuses", na verdade prostitutas. Cada templo tâmil possuía um bando de "mulheres sagradas", cuja função era primeiramente dançar e can-

tar diante dos ídolos e depois, talvez, divertir os brâmanes. Algumas viviam em reclusão quase conventual; outras estendiam seus serviços a todos que pagavam, com a condição de parte da féria ir para as mãos dos sacerdotes. Muitas dessas cortesãs do templo, ou *nautch*, dançarinas, exibiam suas artes nas festas públicas e particulares, ao modo das gueixas do Japão; algumas aprendiam a ler e, como as heteras da Grécia, proporcionavam palestras cultas nas casas em que as mulheres casadas não sabiam ler nem apareciam para os hóspedes. Em 1004 da nossa era, o templo de Chola Rajaraja, em Tanjore, abrigava 400 *devadasis*. O costume adquiriu a santidade que o tempo dá às coisas, e nada havia de imoral naquilo; famílias respeitáveis de quando em quando destinavam uma filha à profissão de prostituta do templo, do mesmo modo que hoje as fazem freiras.[115] Dubois, no começo do século XIX, descreve os templos do sul como "convertidos em simples bordéis"; as *devadasis*, quaisquer que fossem as suas funções originais, eram francamente tidas pelo povo como prostitutas, e usadas como tais. Diz o velho padre:

> Sua função oficial consiste em dançar e cantar no templo duas vezes por dia... e também nas cerimônias públicas. As danças são executadas com bastante graça, embora com atitudes lascivas e gestos indecorosos. Quanto ao canto, não passa da recitação de versos obscenos, descrevendo cenas licenciosas da vida dos deuses.[116]

Sob tais circunstâncias — prostituição nos templos e casamento infantil — pouca oportunidade havia para o que chamamos "amor romântico". Esta ideal devoção de um sexo a outro aparece na literatura indiana (poemas de Chandi Das e Jayadeva), mas sempre como símbolo da submissão da alma a Deus; enquanto que na vida real freqüentemente toma a forma de completa devoção da mulher ao seu companheiro. O amor-poesia é às vezes ao molde do tipo etéreo pintado pelos Tennyson e Longfellows da nossa tradição puritana; às vezes filia-se à paixão sexual do teatro do tempo de Isabel.[117] Um escritor une religião e amor e encontra em ambos o mesmo êxtase; outro enumera as trezentas e sessenta diversas emoções que enchem o coração da amante e conta as marcas que seus dentes deixaram na carne da amada, ou mostra-a decorando os seios com flores de pasta de sândalo; o autor do episódio de Nala e Damayanti, no *Mahabharata*, descreve os melancólicos suspiros e a pálida dispepsia dos amantes na melhor forma dos trovadores de França.[118]

Na Índia não se permite que essas caprichosas paixões influam no casamento. Manu prescreve oito diferentes formas de união, entre as quais o casamento por captura e o casamento "por afeição" ocupam os graus mais baixos da escala, e o casamento por compra é aceito como o mais sensato; em suma, o legislador hindu dá preferência às formas de casamento em que a base é a economia.[119] Nos tempos de Dubois, "casar" e "comprar mulher" eram expressões sinônimas na Índia.[120] (Firmado em Aristóbulo, Estrabão descreve "alguns novos e estranhos costumes em Taxila: aqueles que em vista da pobreza não podem casar as filhas levam-nas ao mercado ao som de trombetas e tambores [precisamente os instrumentos usados nas batalhas] e desse modo reúnem a multidão; e a qualquer homem que se aproxima eles as mostram primeiro por trás, depois pela frente; e se o homem se agrada e a moça se deixa persuadir, casam-na com esse homem".)[121] O melhor casamento era aquele arranjado pelos pais, com toda a atenção às regras da endogamia e exogamia: o rapaz casava-se dentro de sua casta e fo-

ra do *gotra* ou grupo.[122] Podia tomar mulheres, mas só uma em sua casta — e essa teria precedência sobre as outras; e o preferível é que seja monógamo,[123] dizia Manu. (Entre os rajaputros, diz Tod, era comum ter o príncipe diferentes mulheres, uma para cada dia da semana.)[124] À mulher competia amar o esposo e tratá-lo com paciente devoção; o esposo tinha de dar à esposa não afeição romântica, mas solícita proteção.[125]

A família hindu era tipicamente patriarcal, com o domínio pleno do homem sobre a mulher, os filhos e os escravos.[126] A amabilidade da mulher não lhe desfazia a inferioridade. No começo, diz uma lenda hindu, quando *Twashtri*, o Divino Artífice, pensou na criação da mulher, viu que a confecção do homem lhe consumira todo o material. Saiu-se do embaraço amoldando-a ecleticamente com restos de material tomados daqui e dali:

> Tomou a rotundidade da lua e as curvas das trepadeiras, e as volutas das gavinhas, e a fragilidade da grama, e a delicadeza dos caniços, e o desabrochar das flores, e a leveza das folhas, e o cônico da tromba do elefante, e o olhar dos cervos, e o zunzum das colmeias, e a alegria dos raios do sol, e o choro das nuvens, e a inconstância dos ventos, e a timidez da lebre, e a vaidade dos pavões, e a maciez do papo dos papagaios, e a dureza do diamante, e a doçura do mel, e a crueldade do tigre, e o calor do fogo, e a algidez da neve, e a tagarelice dos gaios, e o arrulo da *kokila*, e a hipocrisia dos grous, e a fidelidade do *chakravaka*; e, misturando tudo, fez a mulher e entregou-a ao homem.[127]

Não obstante, a despeito deste equipamento, era insignificante na Índia o papel desempenhado pela mulher. A alta situação de que desfrutou nos dias védicos ela a perdeu com o surto da influência sacerdotal e com o exemplo muçulmano. O Código de Manu opinou contrariamente à mulher em frases reminiscentes da primitiva teologia cristã: "A fonte da desonra é a mulher; a fonte da discórdia é a mulher; a fonte da mundanidade é a mulher; cumpre, portanto, evitar a mulher."[128] "Uma fêmea", diz o Código em outra passagem, "tem elementos para afastar do caminho reto não só o insensato como o homem prudente, e levá-lo a sujeitar-se ao desejo ou à ira."[129] A lei provia para que por toda a sua vida a mulher fosse tutelada, primeiro pelo pai, depois pelo marido e afinal pelo filho.[130] A mulher dirigia-se ao marido com humildade, tratando-o de "meu senhor" ou mesmo "meu deus"; em público caminhava a distância e raramente recebia dele uma palavra.[131] Tinha de demonstrar devoção ao marido por meio de maior capricho nos serviços da casa e no preparo dos alimentos; só comia depois dele e dos filhos, e na cama abraçava os pés do marido.[132] "Uma mulher fiel", diz o Código, "deve servir ao seu senhor como se ele fora um deus, e jamais causar-lhe dor, ainda que ele seja destituído de qualquer virtude."[133] A mulher que desobedecia ao marido tornava-se chacal na próxima encarnação.[134]

Como suas irmãs antigas da Europa e da América, as mulheres da Índia só recebiam instrução se eram damas de alto coturno ou prostitutas do templo.[135] A arte de ler era considerada imprópria para a mulher; não lhe aumentava o poder sobre os homens e podia diminuir-lhe o encanto. Na peça de Tagore, diz Chitra: "Quando uma mulher é simplesmente uma mulher — quando ela se enleia no coração dos homens com seus sorrisos e soluços e carícias — só então se sente feliz. De que lhe valem cultura e grandes apuros?"[136] Negavam-lhe conhecimento dos *Vedas* porque "se uma

mulher estuda os *Vedas*, diz o *Mahabharata*, é sinal de confusão no reino."[138] (Podemos comparar esta atitude com a relutância do clero medieval em permitir que a mulher lesse a Bíblia — ou o preconceito contra a educação feminina.) Megástenes conta que, nos dias de Chandragupta, os brâmanes "conservavam suas mulheres alheias à filosofia; porque, se a mulher aprendia a olhar filosoficamente para o prazer e a dor, a vida e a morte, tornava-se depravada e já não se sujeitava."[139]

Segundo o Código de Manu três pessoas não podiam ter propriedades: a mulher, o filho e o escravo; o que adquiriam tornava-se propriedade do seu senhor.[140] Uma mulher, entretanto, podia reter como seus o dote e os presentes recebidos por ocasião das núpcias; e a mãe de um príncipe podia governar em seu nome enquanto ele fosse menor.[141] O marido divorciava-se da mulher sob alegação de que ela não era casta; à mulher era vedado divorciar-se sob qualquer pretexto.[142] A que bebia, adoecia ou se mostrava rebelde, briguenta ou perdulária mesmo sem divórcio podia ser trocada por outra. Certas passagens do Código mostram alguma ternura para com a mulher: não deve ser surrada "nem com uma flor"; nem ser guardada muito rigorosamente, porque, em sua malícia, acaba descobrindo meios de fazer o mal; e se gosta de enfeitar-se, é prudente deixar que o faça, porque, "se a mulher não se mostra graciosamente vêstida, não agradará ao esposo", além de que, quando "a mulher enfeitada toda a casa se ilumina."[143] O homem deve ceder-lhe o caminho, como faz para os velhos e os sacerdotes; e "as grávidas, as noivas e as donzelas devem ser servidas antes dos outros hóspedes."[144] Mas se a mulher não governava como esposa, governava como mãe; e mesmo no patriarcal Código de Manu "a mãe merece mil vezes mais que o pai o direito de reverência".[145]

Não há dúvida de que o influxo das idéias muçulmanas teve muito que ver com a piora da situação da mulher na Índia, depois dos dias védicos. O costume do *purdah* (cortina) — a reclusão das casadas — teve início com os persas e maometanos e por isso se manifestou mais fortemente no norte do que no sul. Com o objetivo de proteger suas mulheres contra os muçulmanos, os maridos hindus desenvolveram tão rígido sistema de *purdah* que uma mulher respeitável só podia mostrar-se ao esposo e aos filhos, e em público só aparecia de espesso véu; mesmo o médico lhe tomava o pulso sem vê-la.[146] Em alguns círculos constituía quebra de boas maneiras indagar-se da esposa de alguém, ou o hóspede falar com as damas da casa.[147]

O costume de queimar as viúvas junto com os restos do defunto marido também era importado. Heródoto descreve-o como de uso entre os citas e trácios; e a darmos crédito ao Pai da História, a esposa de um trácio bateu-se pela honra de ser morta sobre o túmulo do marido.[148] Provavelmente esse rito decorre do primitivo costume, quase mundial, de imolar uma ou mais mulheres ou concubinas de um príncipe ou homem rico juntamente com escravos, para que o servissem no outro mundo.[149] O *Atharva-veda* fala do rito como de um velho costume, mas o *Rig-Veda* mostra como nos dias védicos fora ele suavizado: a mulher apenas se deitava por um momento na pira do defunto, antes da sua cremação.[150] O *Mahabharata* já nos mostra a tradição restaurada; dá vários exemplos de *suttee* (mais propriamente *sati*, significando "esposa devotada") e estabelece a regra de que a viúva fiel não deve desejar sobreviver ao marido e sim entrar orgulhosamente na fogueira.[151] O sacrifício era efetuado com a queima da viúva na fogueira ou, entre os Telugus do sul, enterrando-a viva.[152] Estrabão conta que o *suttee* ainda prevalecia na Índia durante a invasão de Alexandre, e que os Kathaei, tribo do Punjab, fizeram do *suttee* lei, para evitar que as mulheres

envenenassem os maridos.[153] Manu não menciona esta prática. Os brâmanes a ela se opuseram no começo; depois a aceitaram, interpretando-a como a eternidade do casamento: a mulher que se casava, casada ficava para sempre, nesta e na outra vida.[154] No Rajasthan a absoluta posse da mulher pelo marido assumia a forma do *johur*, em que um rajaputro, convencido da derrota que o esperava, imolava suas mulheres antes de entrar em batalha.[155] O uso espalhou-se entre os mogóis, a despeito da oposição dos muçulmanos; e mesmo o poderoso Akbar não conseguiu aboli-lo. Certa ocasião esse rei tentou persuadir uma noiva hindu desejosa de ser queimada na pira do noivo falecido, mas encontrou séria resistência. Durante o sacrifício, quando as chamas começaram a alcançá-la, o filho de Akbar, Daniel, ainda insistiu para que não se sacrificasse; a vítima apenas respondeu: "Não me importune, não me importune". Outra viúva, repelindo idênticas sugestões, provou sua coragem levando o dedo à chama da lâmpada e deixando-o queimar-se totalmente; não deu nenhuma demonstração de dor, indicando assim seu desprezo pelos que a aconselhavam a não submeter-se ao rito.[156] Em Vijayanagar o *suttee* fazia-se em massa: todas as mulheres de um príncipe ou capitão seguiam-no na morte. Conti relata que o Raya, ou Rei, tinha escolhido como favoritas três mil de suas 12.000 mulheres, "sob a condição de que pela sua morte elas voluntariamente se queimassem com ele, coisa que valia por alta honra".[157] É difícil dizer quão perfeitamente terá a viúva hindu medieval conciliado o *suttee* por influência religiosa e pela fé com a esperança de reunião com seu marido na outra vida.

À medida que a Índia crescia em seus contatos com a Europa, o *suttee* foi se tornando impopular, mas a mulher hindu continuou a sofrer muita depreciação. Desde que o casamento a amarrava eternamente ao marido, casar-se novamente depois da morte deste correspondia a ofensa mortal e criaria confusão na vida futura. A viúva, portanto, tinha de manter-se nessa condição, raspar a cabeça e levar (no caso de não preferir o *suttee*) vida reclusa, só atenta à prática de caridades e ao cuidado dos filhos.[158] Não era deixada sem recursos; ao contrário, a ela pertenciam em primeiro lugar as rendas da herança.[159] Estas regras só foram seguidas pelas mulheres ortodoxas da classe média e superior, ou seja, 30 por cento da população; os muçulmanos, *sikhs* e as castas baixas ignoravam-nas.[160] A opinião hindu aproximava esta segunda virgindade das viúvas ao celibato das freiras do cristianismo; em ambos os casos algumas mulheres renunciavam ao casamento e eram postas de lado para fins de caridade. (Ao considerarmos os costumes de outros povos precisamos ter em vista que eles não serão julgados inteligentemente se o fizermos de acordo com o nosso próprio código moral. "O observador superficial, que aplica os seus padrões morais aos costumes de todas as nações", diz Tod, "lamentará com afetada filantropia a degradada condição da mulher hindu, mas não encontrará nela apoio para tais sentimentos".[161] A respeito das mudanças contemporâneas nestes costumes, veja Cap. XXII.)

IV. MANEIRAS, COSTUMES E CARÁTER

Pudor sexual — Higiene — Vestuário — Aparência — A arte da bondade — Defeitos e virtudes — Jogos — Festivais — Morte

Parece incrível aos cérebros de curta percepção que o mesmo povo que tolerava instituições como o casamento infantil, a prostituição do templo e o *suttee*, se excedesse

em brandura, decência e cortesia. À parte o pequeno número das *devadasis*, eram raras as prostitutas na Índia e o decoro sexual mostrava-se excepcionalmente alto. "Temos de admitir", escreve o hostil Dubois, "que as regras da etiqueta e da polidez social são muito mais claramente estabelecidas e mais bem observadas na Índia, mesmo pela gente baixa, do que entre as pessoas do mesmo nível na Europa."[162] Os costumes proibiam qualquer intimidade entre os sexos em público, e consideravam obsceno o contato de homem e mulher nas danças.[163] A mulher hindu saía e passeava livremente, sem ser molestada;[164] os riscos estavam do outro lado. Manu adverte: "A mulher sente-se por natureza inclinada a tentar o homem; por isso um homem não deve sentar-se em lugar escuso, nem mesmo com a sua parenta mais próxima"; e nunca deve levantar os olhos acima dos tornozelos da moça que passa.[165]

Na Índia, o asseio vinha logo abaixo da devoção; a higiene, como disse Anatole France, não era a *única moral*, mas fazia parte da piedade. Manu preceituou em seu Código as exigências relativas ao cuidado do corpo. "De manhã cedo", diz uma das suas instruções, ele (o brâmane) se lavará, arrumará seu corpo, limpará os dentes, porá colírio nos olhos e adorará os deuses."[166] As escolas hindus faziam das boas maneiras e da limpeza pessoal as matérias primaciais do curso. Cada dia o hindu tomaria o seu banho, e lavaria a singela veste em uso; era coisa abominável usar a mesma roupa mais de um dia.[167] "Os hindus", diz William Huber, "aparecem-nos como modelos de limpeza corporal entre as raças da Ásia, e direi mesmo entre as raças do mundo. As abluções indianas passaram a provérbio."[168] (Um grande indiano, Lajpat Rai, observava que "muito antes de a Europa saber alguma coisa de higiene, e tudo ignorar quanto ao valor da escova de dentes, os hindus cultivavam as duas coisas. Banheiras nas casas de Londres não existiam há uns 20 anos atrás, e o uso da escova de dente constituía luxo".)[169]

Yuan Chwang, há 1.300 anos, descreve assim os hábitos de mesa dos hindus:

> Eles são puros por natureza, não por alguma compulsão. Antes de cada refeição costumam lavar-se; os restos de comida não são servidos novamente; os talheres usados não são passados adiante; os de barro ou madeira são deitados fora depois do uso, e os de ouro, prata ou cobre ou ferro são polidos. Logo que concluem uma refeição, palitam os dentes. Antes de terminarem as abluções, não entram em contato uns com os outros.[170]

O brâmane usualmente lavava mãos, pés e dentes antes de cada refeição; comia com os dedos e considerava impróprio usar duas vezes o mesmo prato e os mesmos talheres; quando terminava, lavava sete vezes a boca.[171] A escova de dentes era sempre nova — um fragmento de madeira; parecia-lhe impróprio escovar os dentes com pêlos de animais, ou usar a mesma escova duas vezes:[172] mascava constantemente folhas de bétel, planta que tem a propriedade de branquear excessivamente os dentes — coisa desagradável para os europeus.

Isto, junto com o espaçado uso do ópio, consolava-o da usual abstenção do fumo e das bebidas alcoólicas.

As leis hindus dão regras explícitas sobre os cuidados da menstruação[173] e outras exigências da natureza. Nada excedia em complexidades e solenidades o ritual da defecação entre os brâmanes.[174] Os nascidos Duas Vezes só podiam usar nesse rito a mão esquerda, e deviam lavar as

partes com água; e consideravam conspurcada a casa em que europeus se serviam de papel.[175] Os párias, entretanto, e muitos sudras eram menos exigentes, podendo fazer de qualquer lugar à beira da estrada a sua latrina.[176] Nos quarteirões por eles ocupados, a higiene se limitava a um esgoto aberto no meio da rua.[177]

Num clima tão quente a roupa equivalia a superfluidade, e os santos e mendigos não usavam nenhuma. Uma casta do sul, do mesmo modo que os *doukhobors* do Canadá, ameaçou emigrar, caso seus membros fossem obrigados a usar roupas.[178] Até o século XVIII o costume no sul da Índia, como ainda hoje em Bali, era a nudez da cintura para cima, independentemente do sexo.[179] Em sua maior parte o vestuário das crianças se resumia em contas e anéis. A maioria da população andava descalça; e se o hindu ortodoxo trazia calçado, tinha de ser de pano — em circunstância nenhuma o usaria de couro. Grande número de homens se contentava com tangas; quando necessitavam de mais roupa, passavam algum pano pela cintura, jogando a ponta sobre o ombro esquerdo. Os rajaputras usavam calças de todas as cores e feitios, túnica presa por um cinto, echarpe ao pescoço, sandálias ou botas, e turbante. Esta última peça do vestuário entrou na Índia com os muçulmanos, e variava de forma segundo a casta; consistia em simples faixas de seda, que eram enroladas na cabeça desta ou daquela maneira; algumas mediam vinte metros de comprimento.[180] As mulheres usavam veste solta — o colorido *sari* de seda ou o caseiro *khaddar* — que passava sobre os dois ombros, apertava-se na cintura e caía aos pés; freqüentemente ficavam a descoberto umas poucas polegadas de carne morena abaixo dos seios. Os cabelos levavam óleo por causa da ação secante do sol; os homens eram belos e as mulheres formosas, ambos com magnífico porte;[181] um hindu comum com a sua tanga freqüentemente mostrava mais dignidade que um diplomata europeu suntuosamente equipado. Pierre Loti achava que a beleza da raça ariana alcança o seu maior desenvolvimento de perfeição e refinamento entre as altas classes da Índia.[182] Os dois sexos apreciavam bastante os cosméticos, e as mulheres sem jóias se sentiam nuas. Um anel na narina esquerda denotava casamento. Na testa, em muitos casos, era pintado um símbolo de fé religiosa.

É difícil sair destas aparências superficiais e descrever o caráter dos hindus, porque cada povo tem suas virtudes e vícios — os observadores escolhem o que querem. "Acho que podemos considerar o seu maior vício", diz o padre Dubois, "a deslealdade e a duplicidade... comum a todos os indianos. (...) Não haverá povo nenhum no mundo que pense tão levianamente dos juramentos e do perjúrio."[183] "A mentira", diz Westermark, "pode ser tida como o vício nacional dos hindus."[184] "Os hindus são velhacos e falsos", diz Macaulay.[185] De acordo com as leis de Manu e a prática do mundo, uma mentira dita com boa intenção é perdoável; se, por exemplo, a morte de um sacerdote adviesse do fato de alguém falar a verdade, escondê-la com uma mentira seria o certo.[186] Mas Yuan Chwang diz-nos: "Os hindus não praticam a falsidade e conservam-se fiéis aos seus juramentos. (...) Não tomam nada falsamente e dão mais do que a lealdade pede."[187] Abu-l Fazl, que tinha certa prevenção contra a Índia, conta que os hindus do século XVI eram religiosos, afáveis, alegres, amigos da justiça, hábeis em negócios, admiradores da verdade, gratos, e de ilimitada fidelidade."[188] "Sua honestidade", diz o honesto Keir Hardie, "é proverbial. Fazem empréstimos por boca, e não se conhecem casos de repúdio de dívida."[189] "Tenho tido diante de mim", diz um juiz inglês na Índia, "centenas de casos em que a propriedade, a liberdade e a vida de um homem estavam dependendo de que ele mentisse — e ele não mentia."[190] Como reconciliar estas testemunhas tão contraditórias? Talvez o caso seja simples: havia hindus que eram honestos e outros que não o eram.

O mesmo acontece com a bondade e a crueldade. A língua inglesa enriqueceu-se com uma palavra curta e feia — *thug* — tomada de uma estranha sociedade secreta, quase uma casta: os Thugs, que nos séculos XVIII e XIX cometeram milhares de atrocidades a fim (diziam eles) de oferecer vítimas à deusa Cali. Vincent Smith escreve a respeito desses Thugs em termos não de todo inaplicáveis aos nossos tempos:

> As *gangs* tinham pouco que temer e gozavam de quase completa liberdade; (...) dispunham sempre de poderosos protetores. O senso moral do povo decaíra tanto que não havia sinais de condenação pública dos crimes cometidos a sangue-frio pe-

los Thugs. Era coisa aceita, como fazendo parte da ordem estabelecida; e enquanto os segredos da organização não foram descobertos, (...) era impossível obter provas contra os Thugs mais influentes.[191]

Não obstante, havia comparativamente pouca criminalidade e pouca violência na Índia. Está universalmente admitido que os hindus são brandos até quase à timidez;[192] muitos são veneradores e mansos por natureza; por muito tempo esmagados pelos despotismos de fora, não podem ser bons lutadores e só mostram bravura sem igual na paciência com que suportam a dor.[193] Os maiores defeitos do hindu talvez sejam a indiferença e a indolência; mas isso não passa de meios de defesa contra o clima, necessidade da adaptação, como o *dolce far niente* dos povos latinos e a febre econômica dos americanos. Os hindus são sensíveis, emotivos, ricos de temperamento e imaginação; por isso revelam-se melhores artistas e poetas do que administradores ou chefes de Estado. Podem explorar o vizinho com o mesmo apuro que caracteriza o *entrepreneur* de toda parte; apesar disso mostram-se inclinados à caridade sem limites e profundamente hospitaleiros.[194] Não negam cortesia sequer aos inimigos,[195] e um generoso inglês resume sua longa experiência indiana atribuindo às altas classes de Calcutá maneiras polidas, clareza de compreensão, liberalidade de sentimento e independência de princípios que os colocariam entre os *gentlemen* de qualquer país do mundo.[196]

O gênio hindu, para um estrangeiro, parece sombrio, e não há dúvida de que os hindus não têm tido muitas ocasiões para alegria. Os diálogos de Buda revelam grande quantidade de jogos, inclusive um que lembra muito o xadrez.[197] (O xadrez é tão velho que metade das nações antigas lhe disputa o berço. O ponto assente na arqueologia é que o xadrez nasceu na Índia, com a mais antiga referência posta em 750 de nossa era. A palavra *chess*, xadrez, vem do persa *shah*, rei; e xeque-mate é originalmente *shah-mat* — "rei morto". Os persas chamavam-lhe *shatranj*, e haviam tomado a palavra e o jogo da Índia, por intermédio dos árabes; na Índia o nome era *chaturanga*, ou "quatro ângulos" — elefantes, cavalos, carros e peões (infantaria). Os árabes ainda chamam ao bispo *al-fill*, isto é, "elefante" (de *aleph-hind*, nome árabe do "boi da Índia").[198]

Os hindus contam uma linda história sobre as origens do xadrez. No começo do século V da nossa era, um monarca hindu ofendeu seus admiradores brâmanes e xátiras ignorando-lhes os conselhos e esquecendo que o amor do povo é o melhor sustentáculo do trono. Um brâmane de nome Sissa empreendeu a tarefa de abrir-lhe os olhos, concebendo um jogo no qual a peça que representava o rei, não obstante ser a mais alta em dignidade e valor (como numa guerra oriental), ficaria, quando só, reduzida a total impotência; daí veio o xadrez. O rei gostou tanto do jogo que convidou Sissa a pedir uma recompensa. Modestamente pediu Sissa um pouco de arroz. Quanto? A quantidade necessária para, colocando um grão na primeira das 64 casas do tabuleiro do xadrez, ir dobrando o número de grãos a cada casa imediata. O rei concordou, mas breve notou que sua promessa lhe levaria todo o reino. Sissa aproveitou o ensejo para fazê-lo ver com que facilidade um monarca pode ser induzido a erro quando despreza o aviso de seus conselheiros".[199] *Credat qui vult.* Mas nenhum dos jogos, nem os que vieram depois, mostra a vivacidade e a alegria dos jogos do Ocidente. Akbar, no século VI, introduziu na Índia o jogo de pólo (da palavra tibetana *pulu* e do dialeto hindu-bati *polo*, significando "bola"; e do latim *pila*); que evidentemente veio da Pérsia e, através do Tibete, passou à China e Japão;[200] esse rei também gostava de jogar o *pachisi* (o moderno *parchesi*), em quadrados riscados no pavimento quadrangular de Agra, com belas escravas servindo de pedras vivas.[201]

Freqüentes festas religiosas davam cor à vida pública. A maior de todas era o *Durga-Puja*, em honra à grande deusa-mãe Cali. Semanas antes já os hindus festejavam e cantavam; mas a cerimônia culminante consistia na procissão em que cada família levava uma imagem da deusa ao Ganges, lançava-a no rio e voltava triste para casa.[202] O festival sagrado em honra à deusa Vasanti tinha o caráter das saturnais romanas: emblemas fálicos eram levados em procissão e movidos para simular os movi-

mentos do coito.[203] Em Chota Nagpur a colheita dava motivo a grandes licenciosidades; "os homens punham de lado todas as convenções, a mulher todo o pudor, e as moças dispunham de toda a liberdade". Os parganaitas, casta de camponeses dos montes Rajmahal, celebravam uma festa anual em que as mulheres não casadas podiam ter relações com quem quisessem.[204] Temos aqui, sem dúvida, relíquias dos ritos mágicos da vegetação, promovidos com o fim de estimular a fecundidade das famílias e dos campos. Mais decorosos eram os festivais de núpcias assinaladores do grande acontecimento da vida de cada hindu; muitos pais se arruinavam com essas festas de casamento de filhas ou filhos.[205]

E, por fim, a cerimônia final — a cremação. Nos dias de Buda, a exposição dos cadáveres aos abutres era o modo usual de dispor dos mortos; mas as pessoas de distinção eram queimadas em piras depois da morte, e as cinzas enterradas no *tope* ou *stupa*, isto é, na ermida funerária.[206] Mais tarde a cremação deixou de ser privilégio, generalizou-se; todas as noites viam-se homens juntando feixes de lenha para a queima dos mortos. No tempo de Yuan Chwang era freqüente que os muito velhos se antecipassem à morte natural. Seus filhos os conduziam em canoas para o meio do Ganges, onde os velhos se lançavam à correnteza.[207] O suicídio em certas condições sempre teve mais aprovação no Oriente do que no Ocidente; as leis de Akbar permitiam-no aos velhos ou doentes incuráveis, e aos que desejavam oferecer-se em sacrifício aos deuses. Milhares de hindus faziam a sua última oblação inanindo-se até a morte, ou enterrando-se na neve, ou cobrindo-se com esterco seco de vaca e a este deitando fogo, ou permitindo que os crocodilos os devorassem nas bocas do Ganges. Entre os brâmanes surgiu uma forma de haraquiri, ou suicídio, para vingar uma ofensa ou ponto de honra. Quando um dos reis rajaputras impunha uma contribuição sobre a casta sacerdotal, alguns dos mais ricos brâmanes apunhalavam-se na sua presença, lançando sobre ele a supostamente terrível maldição de um padre moribundo. Os livros da lei brâmane exigiam que o que se resolvesse a morrer por suas próprias mãos jejuasse três dias; e as tentativas de suicídio que falhavam eram castigadas com as mais severas penas.[208] A vida é um palco de uma só entrada — mas de muitas saídas.

CAPÍTULO XVIII

O Paraíso dos Deuses

EM nenhum outro país a religião tem tanto poder como na Índia. Se tantas vezes os indianos permitiram que governos estrangeiros lá se estabelecessem, foi porque pouco se lhes dava quem os explorasse — os de casa ou os de fora; o ponto importante era a religião e de nenhum modo a política; era a alma, não o corpo; era a vida eterna e não a transitória vida terrena. Quando Ashoka se fez um santo e Akbar quase adotou o budismo, o poder da religião foi revelado mesmo aos homens mais fortes. E em nossos tempos foi o santo, não o estadista, quem pela primeira vez na História unificou a Índia.

I. ÚLTIMA PARTE DA HISTÓRIA DO BUDISMO

O zênite do budismo — Os Dois Veículos — Mahayana *— Budismo, estoicismo e cristianismo — A decadência do budismo — Suas migrações: Ceilão, Birmânia, Turquestão, Tibete, Camboja, China, Japão*

Duzentos anos depois da morte de Ashoka, o budismo alcançou o alto da sua curva na Índia. O período de crescimento dessa religião, de Ashoka a Harsha, constituiu de muitos modos o clímax da religião indiana, da educação e da arte. Mas o budismo que prevaleceu não foi o de Buda, e sim o do seu discípulo rebelde Subhadda, que, sabendo da morte do Mestre, disse para os monges: "Basta, senhores! Nada de lágrimas, nada de lamúrias! Estamos todos livres do grande *Samana.* Estamos cansados de ouvir: 'Isto vos convém, isto não vos convém'. Agora podemos fazer como nos aprouver."[1]

A primeira coisa que fizeram foi dividirem-se livremente em seitas. Dentro de dois séculos da morte de Buda, dezoito variedades de credos haviam esfacelado o corpo de doutrinas do Mestre. Os budistas do sul da India e do Ceilão aderiram ao *Hinayana,* ou o "Menor Veículo"; adoravam Buda como um grande professor, mas não como deus, e tomaram como suas Escrituras os textos antiguíssimos de páli. Mas na Índia do norte, no Tibete, na Mongólia, na China e no Japão, o budismo que prevaleceu foi o *Mahayana,* ou o "Maior Veículo", definido e propagado pelo Conselho de Kanishka; esses (politicamente) inspirados teólogos anunciaram a divindade de Buda, rodearam-no de anjos e santos, adotaram o ascetismo ioga de Patanjali e apresentaram em sânscrito uma nova coleção de Escrituras Sagradas que se prestava melhor aos refinamentos escolásticos e metafísicos.

O *Mahayana* era o budismo atenuado com deidades bramânicas, com práticas e mitos, e adaptado às necessidades dos mongóis do Tibete sobre os quais Kanishka tinha estendido o seu domínio. Concebia-se um céu com muitos Budas, dos quais Amida Buda, o Redentor, veio a ser o mais amado pelo povo; esse céu e o correspondente inferno eram o prêmio e o castigo do bem e do mal feitos na terra. Os maiores

santos desta teologia foram os *Bodhisattwas*, ou futuros Budas, que voluntariamente fugiam ao Nirvana (cessação do renascimento) a fim de voltarem ao mundo para ajudar outras criaturas no encontro do Caminho. Num dos *Puranas* há a típica lenda do rei que, embora merecedor do céu, permanece no inferno para consolar os condenados e não os abandona enquanto de lá não são retirados.[2] Como no cristianismo mediterraneano, tais santos se tornaram populares a ponto de abarrotarem o panteão. A veneração das relíquias, o uso da água sagrada, dos círios, do incenso, o rosário, as vestes sacerdotais, a liturgia em língua morta, os monges e freiras, a tonsura monástica e o celibato, a confissão, os jejuns, a canonização dos santos, os purgatórios e as missas pelos mortos floresceram tanto no budismo como no cristianismo medieval, mas parece que surgiram primeiramente no budismo. "Os budistas", diz Fergusson, "estão cinco séculos à frente da Igreja Católica na invenção e uso de todas as cerimônias e formas comuns a ambas as religiões".[3] Edmunds mostra com minúcias o extraordinário paralelismo entre os evangelhos budistas e cristãos.[4] Nosso conhecimento dos primórdios destes costumes, entretanto, são muito vagos para que possamos garantir de maneira positiva a prioridade. *Mahayana* se tornou para o *Hinayana,* ou budismo primitivo, o que o catolicismo foi para o estoicismo e o primitivo cristianismo. Buda, como Lutero, cometeu o erro de supor que a espetaculosidade do ritual pudesse ser substituída por moralidade e sermões; e a vitória do budismo enfeitado de mitos, milagres, cerimônias e santos intermediários corresponde ao triunfo de um colorido e dramático catolicismo sobre a austera simplicidade do primeiro cristianismo e do atual protestantismo.

A mesma preferência popular pelo politeísmo, pelos milagres e mitos que destruiu o budismo de Buda acabou também destruindo na Índia o budismo do próprio "Maior Veículo". Porque se o budismo ia tomar tanta coisa do hinduísmo, em matéria de lendas, ritos e deuses, breve pouco restaria de distinto entre as duas religiões; e a que tivesse raízes mais profundas, gozasse de mais atração popular, dispusesse de mais recursos econômicos e apoio político, gradualmente absorveria a outra. Rapidamente, a superstição, que parece ser o verdadeiro sangue vital da raça humana, derramou-se da velha fé sobre a nova; até mesmo os entusiasmos fálicos das seitas *Shakti* encontraram lugar no ritual do budismo, e lentamente os teimosos brâmanes reconquistaram a influência e o patriotismo imperial; e o sucesso do jovem filósofo Shankara na restauração da autoridade dos *Vedas* como base do pensamento hindu pôs termo à liderança intelectual dos budistas na Índia.

O golpe final veio de fora, e em certo sentido provocado pelo próprio budismo. O prestígio da *Sangha,* ou Ordem Budista, tinha, depois de Ashoka, levado o melhor sangue de Mágada para o celibato e o clero pacífico: mesmo no tempo de Buda alguns patriotas se queixavam de que o monge Gautama induzia os pais a não gerarem filhos e as famílias a se extinguirem.[5] O crescimento do budismo e do monasticismo no primeiro ano da nossa era solapou a virilidade da India, e conspirou, juntamente com a divisão política, para tornar a Índia fácil presa dos conquistadores. Quando os árabes vieram com o estóico monoteísmo, olharam com desprezo para os indolentes, venais e milagreiros monges budistas; acabaram-lhes com os mosteiros, chacinaram-nos aos milhares e tornaram o monasticismo impopular entre os homens cautelosos. Os sobreviventes foram reabsorvidos no hinduísmo; a velha ortodoxia recebeu em seu seio a heresia penitente, e o "bramanismo matou o budismo num abraço fraternal".[6] O bramanismo sempre fora tolerante; em toda a história do surto e queda do budismo e

de cem outras seitas, encontramos muitas disputas, mas nenhum exemplo de perseguição. Ao contrário, o bramanismo facilitou a volta dos filhos pródigos, proclamando a divindade de Buda (como avatar de Vishnu), pondo fim ao sacrifício de animais e aceitando a doutrina budista da santidade de toda vida animal. Calma e pacificamente, depois de cinco séculos de gradual decadência, o budismo desapareceu da Índia. Haverá lá hoje três milhões de budistas — 1 por cento da população.

Enquanto isso, o budismo ia vencendo em outras partes do mundo asiático. Suas idéias, sua literatura e arte espalharam-se pelo Ceilão e península malaia, ao sul; pelo Tibete e Turquestão, ao norte; por Burma, Sião, Camboja, China, Coréia e Japão, a leste; nesta marcha todas estas regiões receberam tanto da sua civilização quanto podiam digerir, precisamente como a Europa ocidental e a Rússia receberam a civilização dos monges romanos e bizantinos na Idade Média. O zênite cultural da maior parte dessas nações proveio do estímulo do budismo. A partir de Ashoca, até sua decadência no século IX, Anuradhapura, no Ceilão, era uma das maiores cidades do mundo oriental; a árvore de Bo recebeu a adoração dos povos durante dois mil anos, e o templo e os altos de Kandy tornaram-se uma das Mecas dos 150 milhões de budistas da Ásia. No templo de Kandy está o famoso "dente de Buda" — duas polegadas de comprimento por uma de diâmetro. Jaz fechado em um escrínio precioso, cuidadosamente guardado dos olhos do povo e de tempos em tempos levado em procissão que atrai budistas de todos os recantos do Oriente. No templo, pinturas murais mostram o suave Buda matando pecadores no inferno. As vidas dos grandes homens nos mostram como o povo os desnatura depois da morte. O budismo de Burma alcançou um padrão de vida consideravelmente mais elevado que o da Índia.[7] Sven Hedin, Aurel Stein e Pelliot desenterraram das areias do Turquestão centenas de manuscritos budistas e outras provas de uma cultura que lá floresceu do tempo de Kanishka até o século XIII da nossa era. No século VII o iluminado guerreiro Srong-tsan Gampo estabeleceu no Tibete um governo eficiente, anexou o Nepal, construiu Lhasa para capital e fê-la rica, na qualidade de entreposto do comércio sino-indiano. Ao convidar os monges budistas a virem da Índia espalhar o budismo pelo seu povo, esse rei afastou-se do trono por quatro anos para aprender a ler e escrever, e depois inaugurou a Idade de Ouro do Tibete. Milhares de mosteiros foram construídos nas montanhas e no grande platô; e um alentado cânon de livros budistas foi publicado em 333 volumes, que preservaram para os estudiosos modernos muitas obras cujos originais hindus se perderam.[8] Ali, eremiticamente segregado do resto do mundo, o budismo se desenvolveu em um oceano de superstições, monasticismo e eclesiasticismo só rivalizado pelo da Idade Média; e o Dalai-lama, oculto no grande mosteiro Potala, a cavaleiro da cidade de Lhasa, ainda é tido pelo bom povo do Tibete como a encarnação do *Bodhisattwa* Avalokiteshvara.[9] No Camboja ou na Indochina, o budismo colaborou com o hinduísmo para formar o arcabouço religioso de uma das mais altas e ricas eras da história da arte oriental. O budismo, como o cristianismo, obteve os seus maiores triunfos em terras outras que não as do seu berço; e obteve-os sem derramar uma só gota de sangue.

II. AS NOVAS DIVINDADES

Hinduísmo — Brahma, Vishnu, Siva — Krishna — Cali — Deuses animais — A vaca sagrada — Politeísmo e monoteísmo

O hinduísmo que substituiu o budismo não era uma religião, nem era somente religião, mas um mosaico de crenças e cerimônias cujos praticantes só tinham quatro qualidades em comum: reconheciam o sistema de castas e a liderança dos brâmanes, reverenciavam a vaca como especialmente representativa da divindade, aceitavam a Lei do Carma e a transmigração das almas e substituíam por deuses novos as velhas deidades védicas. Estas crenças haviam em parte antecedido e sobrevivido à adoração

védica da natureza; advinham em parte da conivência dos brâmanes com ritos, divindades e crenças desconhecidas das Escrituras e largamente avessas ao espírito dos *Vedas;* tinham sido fervidas no caldeirão de pensamento religioso hindu enquanto o budismo mantinha a sua passageira ascendência.

Os deuses do hinduísmo caracterizavam-se por uma espécie de superabundância anatômica, vagamente simbolizando conhecimento extraordinário, atividade ou poder. Os novos Brahmas tinham quatro faces; Kartikeya tinha seis; Siva mostrava três olhos; Indra, mil; e quase todas as deidades tinham quatro braços.[10] À frente deste renovado panteão figurava Brahma, cavalheirescamente neutro, reconhecido senhor dos deuses, mas que na adoração popular aparecia tanto quanto um soberano constitucional da Europa atual. Combinado com ele e Siva numa tríade — não trindade — aparece Vishnu, um deus do amor que repetidamente se faz homem a fim de ajudar a humanidade. Sua maior encarnação era Krishna; como tal, nasceu na prisão, realizou muitas maravilhas de heroísmo e romance, curou cegos e mudos, minorou os sofrimentos dos leprosos e ressuscitou mortos. Teve um discípulo amado em Arjuna, antes de ser transfigurado. Morreu, dizem, de um flechaço, enquantos outros afirmam que sua morte se deu através de crucificação numa árvore. Desceu ao inferno, subiu ao céu e voltará no último dia para julgar os mortos.[11]

Para os hindus há três principais processos na vida universal: criação, preservação e destruição. Por isso as divindades tomam três formas: Brahma, o Criador; Vishnu, o Preservador; e Siva, o Destruidor; constituem o *Trimurti,* ou "Três Formas", que todos os hindus, exceto os Jains, adoram. O censo de 1921 revelou estes algarismos: hinduístas, 216.261.000; Sikhs, 3.239.000: Jains, 1.178.000; budistas, 11.571.000 (quase toda a Birmânia e o Ceilão); zoroastrianos (parses), 102.000; muçulmanos, 68.735.000; judeus, 22.000; cristãos, 4.754.000 (principalmente europeus).[12] A devoção popular está dividida entre o vishnavismo, a religião de Vishnu, e o sivaísmo, a religião de Siva. Os dois cultos vivem em pacífica vizinhança e muitas vezes os sacrifícios se fazem nos templos;[13] e os avisados brâmanes, seguidos pela maioria do povo, prestam iguais honras a ambos os deuses. Os piedosos adoradores de Vishnu pintam cada manhã, na testa, com giz vermelho, o tridente simbólico do deus; os sivaítas nela traçam linhas horizontais com cinzas de excremento de vaca, ou usam o *linga* — símbolo do órgão masculino — amarrado ao braço ou pendente do pescoço.[14]

A adoração de Siva é um dos mais velhos, mais profundos e mais terríveis elementos do hinduísmo. Sir John Marshall revela "irrefutáveis provas" do culto de Siva no Mohenjo-daro, parte na forma de um Siva de três cabeças, parte na forma de pequenas colunas de pedra presumidamente fálicas. "O sivaísmo", conclui ele, "é, portanto, a mais antiga de todas as crenças ainda em vigor no mundo."[15] Não obstante, o nome de Siva, bem como o de *Brahman,* não aparece no *Rig-Vega.* O gramático Patanjali menciona imagens de Siva que datam de 150 a.C.[16] O nome do deus é um eufemismo; literalmente significa "propício"; embora Siva seja principalmente aceito como o deus da crueldade e da destruição, a personificação da força cósmica que destrói todas as formas assumidas pela realidade — todas as cédulas, todos os organismos, todas as espécies, todas as idéias, todos os trabalhos, todos os planetas, todas as coisas. Jamais um povo ousou tão cruamente encarar a impermanência das formas e a imparcialidade da natureza, ou claramente reconhecer que o mal contrabalança o bem, que a destruição segue de par com a criação, e que todo nascimento é um crime

capital, punível com a morte. O hindu, torturado de mil infortúnios e sofrimentos, vê neles o trabalho de uma força que parece usufruir prazer em destruir o que Brahma produz. Siva dança ao som da música de um perpétuo formar-se, dissolver-se e reformar-se do mundo.

O nascimento é a frustração da morte, do mesmo modo que a morte é a penalidade do nascimento; e o mesmo deus que representa a destruição também representa a paixão e a torrente da reprodução, neutralizadora da morte do individual com a perpetuação da espécie. Em algumas partes da Índia, sobretudo em Bengala, este poder criador ou reprodutor *(Shakti)* de Siva, ou natureza, se personifica na figura da esposa de Siva, a deusa Cali (Parvati, Uma, Durga), adorada em um dos muitos cultos *shaktis*. Até o último século esta adoração era sangrenta, freqüentemente envolvendo sacrifícios humanos; mais tarde passou a deusa a contentar-se com o sangue dos bodes.[17] O povo a representa como uma figura negra, a língua fora da boca escancarada, adornada de cobras e dançando sobre um cadáver; seus brincos são homens mortos; o colar, um rosário de crânios; as faces e seios aparecem espirrados de sangue.[18] Duas de suas quatro mãos trazem uma espada e uma cabeça cortada; as outras duas se estendem em gesto de bênção e proteção. Porque Cali-Parvati é tanto deusa da maternidade como noiva da destruição e da morte; tanto pode mostrar-se terna como cruel, tanto sorri e faz feliz como mata; talvez tenha sido uma deusa-mãe da Suméria, importada da Índia antes de tornar-se terrível.[19] É possível que ela e seu senhor tenham sido feitos assim terríveis para aterrorizar os seus adoradores — e compeli-los à generosidade para com os sacerdotes. (Os padres do sivaísmo, entretanto, raramente são brâmanes, a maioria dos quais olha com desprezo e pena para o culto *shakti*.[20])

São estes os grandes deuses do hinduísmo, os principais, já que o panteão hindu conta trinta milhões de deidades; a simples lista de todos eles encheria um catálogo de cem volumes. Muitos são o que chamaríamos anjos; outros, o que chamaríamos diabos; outros são corpos celestes como o sol, mascotes como *Lakshmi* (deusa da boa sorte), animais do campo, aves do ar. Para a mente hindu não existe abismo entre o homem e os animais; todos têm alma e as almas dos homens e animais estão constantemente passando de uns para outros; todas as espécies foram entretecidas na infinita teia do carma e da reencarnação. O elefante, por exemplo, tornou-se o deus Ganesha, e foi reconhecido como filho de Siva;[21] personificava a natureza animal do homem; ao mesmo tempo a sua imagem servia como amuleto contra a má sorte. Os macacos e cobras são animais terríveis e portanto divinos. A cobra, ou naga, de mordedura mortal, recebeu especial veneração; anualmente o povo de muitas partes da Índia celebrava uma festa religiosa em honra às cobras, e lhes fazia oferendas de leite e certas ervas, depondo-as à entrada de suas tocas.[22] Erguiam-se templos em honra às cobras, como no Mysore, e inúmeros répteis passavam a morar nesses templos, ali mentados e cuidados pelos sacerdotes.[23] Os crocodilos, os tigres, os pavões, os papagaios e até os ratos recebiam a sua quota de adoração.[24]

Na Índia, o animal sagrado por excelência é a vaca. Imagens de touro, de todos os materiais e tamanhos, aparecem nos templos, nas casas e nas praças públicas; a vaca é o organismo mais popular na Índia, onde goza de toda a liberdade nas ruas; seu esterco é usado como combustível e como ungüento sagrado; a urina, como vinho sagrado que lava todas as imundícies internas e externas. Em circunstância nenhuma esses animais são comidos por um hindu, nem seu couro é usado na veste humana, em luvas, sapatos, cintos; quando morrem, enterram-nos com pompa religiosa.[25] Talvez uma

sábia ordem do governo tenha um dia decretado este tabu a fim de preservar a seleção agrária de animais para o crescimento da população da Índia;[26] hoje, contudo, aqueles animais elevam-se a quase um quarto da população.[27] O ponto de vista indiano é de que a afeição que devemos à vaca é a mesma que temos pelo cachorro e o gato, aos quais também não comemos; mas o aspecto cínico do caso é que os brâmanes, que não admitiam o menor mal às vacas ou a qualquer inseto, deixavam que as viúvas fossem queimadas vivas. A adoração dos animais ocorre na história de cada povo, e se vamos deificar um animal, nenhum realmente se mostra com mais credenciais à nossa devoção do que a vaca. Não devemos impressionar-nos com o jardim zoológico dos deuses hindus; nós também tivemos a serpente do Éden, o bezerro de ouro do Velho Testamento, o peixe sagrado das catacumbas e o gracioso Cordeiro de Deus.

O segredo do politeísmo decorre da incapacidade que têm os espíritos simples de pensar em termos impessoais; essa mentalidade compreende pessoas e não forças, vontade e não leis.[28] O hindu suspeita que nossos sentidos só apreendem o lado externo das coisas, mas que atrás do véu desses fenômenos existem incontáveis seres superfísicos que, como disse Kant, podemos conceber mas nunca perceber. Uma certa tolerância filosófica nos brâmanes acresceu o formigante panteão da Índia; deuses tribais ou locais foram recebidos no Valhala indiano como filhos adotivos, ou avatares das divindades aceitas; cada crença podia pôr lá seus deuses, se pagava os direitos. No fim, cada deus se tornou uma fase, um atributo ou encarnação de outro deus, até que todas essas divindades se fundissem numa só (para as mentalides adultas); o politeísmo se fez panteísmo — quase monoteísmo, quase monismo. Assim como o católico reza para a Madona e para mil santos e continua monoteísta, pois só reconhece um Deus supremo, assim também o hindu ora para Cali ou Rama ou Krishna ou Ganesha, sem admitir que sejam divindades supremas. "O resultado geral do meu inquérito mostra que a grande maioria dos hindus admite firmemente um Ser Supremo",[29] diz o relatório do Censo Inglês na Índia em 1901. Alguns hindus reconhecem Vishnu como supremo, outros reconhecem Siva, do qual Vishnu passa a ser um anjo; se é menor o número dos que adoram Brahma, isso se deve à impessoalidade deste Deus, sua distância e intangibilidade; também o cristianismo erigia templos a Maria e mil santos — e só Voltaire se lembrou de erguer um a Deus.

III. CRENÇAS

Os Puranas *— As reencarnações do universo — As migrações da alma — Carma — Seus aspectos filosóficos — A vida como mal — Liberação*

De mistura com esta complicada teologia temos uma mitologia também complicada, e a um tempo supersticiosa e profunda. Os *Vedas* morreram com a língua em que se haviam fixado, e a metafísica das escolas brâmanes mostrou-se acima da compreensão do povo: em vista disso, Viasa e outros, num período de mil anos (500 a. C. — 500 Era Cristã), compuseram dezoito *Puranas* — "velhas histórias" — em 400.000 coplas, que expunham aos leigos a exata verdade sobre a criação do mundo, sua periódica evolução e dissolução, a genealogia dos deuses e a história da idade heróica. Esses livros não tinham pretensão em termos de forma literária, nem de ordem lógica, nem de moderação numérica; insistiam em que os amantes Urvashi e Pururavas gasta-

ram 61.000 anos em prazer e deleite.[30] Mas pela inteligibilidade da linguagem, pelo atrativo das parábolas e ortodoxia das doutrinas, a obra tornou-se a segunda Bíblia do hinduísmo, o grande repositório de suas superstições, mitos e mesmo filosofia. No *Vishnupurana*, por exemplo, aparece o mais velho e sempre recorrente tema do pensamento hindu: que a separação individual é uma ilusão, pois tudo é um.

Depois de mil anos veio Ribhu
À cidade em que vivia Nidagha, a fim de comunicar-lhe ciência.
Encontrou-o fora de portas,
Quando o Rei ia chegando com grande comitiva.
Estava de pé, a distância, afastado da multidão.
O pescoço murcho pelos jejuns, de volta da floresta, com lenha e feno.
Quando Ribhu o viu, para ele se encaminhou, saudou-o e disse:
— Ó Brâmane, por que aqui jazes tão solitário?
Nidagha disse:
— Olha a multidão comprimindo-se ao redor do Rei
Que vai entrando na cidade. É por isso que me deixo ficar só.
Ribhu disse:
— Qual daqueles é o Rei?
E quem são os outros?
Conta-me, pois me pareces informado.
Nidagha respondeu:
— O que monta o garboso elefante, e se ergue como um pico de montanha,
Esse é o Rei. Os outros, o seu séquito.
Ribhu disse:
— Esses dois, o rei e o elefante,
Tu os apontaste como sendo um;
Dá-me a marca que os distingue.
Quero saber qual é o Rei e qual o elefante.
Nidagha respondeu:
— O elefante está embaixo, o Rei em cima;
Quem não conhece a relação entre o carregado e o carregador?
Ribhu disse:
— Para que eu saiba, ensina-ma. Que significam as
Palavras "embaixo" e "em cima"?
Nidagha adiantou-se para o guru e respondeu:
— Ouve-me, direi o que queres que eu diga: Eu estou em cima, como o Rei. Tu [estás embaixo, como o elefante.]
Para tua instrução dou-te este exemplo.
Ribhu disse:
— Se estás na posição do Rei e eu na do elefante, responde-me ainda isto:
— Que sou eu e quem és tu?
Então Nidagha, prosternando-se, abraçou-lhe os pés e falou:
— Na verdade tu és Ribhu, meu Mestre. (....)
Reconheço que tu, meu guru, chegaste.
Ribhu disse:
— Sim, para dar-te lição em vista da tua boa vontade em servir-me,
Eu, Ribhu chamado, vim a ti.
E o que em resumo te ensinei foi a completa não-dualidade
O coração da mais alta verdade.
Depois de assim falar a Nidagha, o guru Ribhu partiu.

Mas depois, ensinado que foi simbolicamente, Nidagha voltou
De todo o seu espírito para a não-dualidade.
Daí por diante já não viu ele como distintos de si mesmo os demais seres.
E assim ele viu *Brahman*. E assim ele alcançou a sua mais alta salvação.[31]

Neste *Puranas* e nos escritos similares da Índia medieval encontramos uma teoria do universo muito moderna. Não há criação no sentido do Gênesis; o mundo está perpetuamente evolvendo e se dissolvendo, crescendo e decrescendo em ciclos, do mesmo modo que cada planta ou cada organismo animal. Brahma – ou Prajapati, como é mais freqüente chamado nesta literatura — constitui a força espiritual que mantém esse processo sem fim. Não sabemos como o universo começou, nem se começou; possivelmente, diz o *Puranas*, Brahma o botou, como a um ovo, e depois o chocou, sentando-se em cima; talvez seja um transitório erro do Criador, ou uma pequena brincadeira.[32] Cada ciclo (*Kalpa*) da história do universo se divide em mil *mahayugas*, ou grandes eras de 4.320.000 anos cada uma; e cada *mahayuga* contém quatro *yugas* ou idades, em que a espécie humana sofre uma gradual deterioração. Na atual *mahayuga* três idades já se passaram, totalizando 3.888.888 anos; nós viemos na quarta, a *Kaliyuga*, ou Idade da Miséria; 5.035 anos desta miséria já se passaram, restando ainda 426.965. Chegada ao termo, o mundo sofrerá uma das mortes periódicas, e Brahma começará outro "dia de Brahma", isto é, uma *Kalpa* de 4.320.000.000 anos. Em cada *Kalpa* cíclico o universo se desenvolve por um processo natural, e também por um processo natural decai; a destruição do mundo é tão certa como a morte de um rato, e para o filósofo importa tanto uma coisa como outra. Não há um propósito último rumo ao qual a totalidade da criação se mova; não há "progresso", mas eterna repetição.[33]

Através dessas idades e grandes eras, milhões de almas têm passado de espécie a espécie, de corpo a corpo, de vida a vida, em tediosa transmigração. Um indivíduo não é realmente um indivíduo, mas um elo na cadeia da vida, uma página na crônica de uma alma; uma espécie não é na realidade uma espécie distinta, porque o que agora está em uma flor ou em uma pulga pode ter estado ontem em um homem e amanhã voltar a ser o espírito de um homem; a vida é uma. O homem apenas parcialmente é homem, porque é também animal; flutuam nele ecos e resíduos das suas passadas e mais baixas existências que o fazem mais próximo do bronco que do sábio. O homem é apenas uma parte da natureza, de nenhum modo o seu centro ou o seu senhor;[34] uma vida é apenas parte da carreira de uma alma, não a totalidade dessa alma; cada forma é transitória, mas cada realidade é contínua e una. As muitas reencarnações de uma alma são como anos e dias de uma vida individual, podendo levar a alma ao progresso ou à decadência. Como pode a vida individual, tão breve na torrente das gerações, conter toda a história de uma alma, dar-lhe a devida recompensa ou a merecida penalidade pelo bem ou mal que fez? E se é a alma imortal, como pode uma curta vida determinar para sempre o seu destino? (Quando perguntamos ao hindu por que não temos memória de nossas passadas encarnações, ele responde que também não temos memória da nossa infância; e como para nós a nossa infância explica a nossa maturidade, assim para ele as passadas existências explicam o lugar do homem na vida atual.)

A vida só pode ser compreendida, acha o hindu, se admitirmos que cada existência está cumprindo a pena ou desfrutando o prêmio do vício ou da virtude de alguma vida anterior. Nenhum feito, pequeno ou grande, bom ou mau, pode ficar sem efeito; tudo entra em conta. Temos aqui a Lei do Carma — a lei da causalidade no mundo espiritual; e é a mais terrível e mais alta de todas as leis. Se um homem leva vida de

justiça e bondade, sua recompensa não pode ser terrena; transporta-se para outras vidas em que, se sua virtude persiste, ele renascerá em melhor situação ou nível; mas se vive má vida, renascerá um pária, um cão ou outro qualquer animal.[35] (Um monge explicava o seu apetite pelo fato de na vida anterior ter sido elefante, e ter o Carma esquecido de mudar aquele apetite quando lhe mudou o corpo.[36] Uma mulher de mau cheiro era dada como tendo sido peixe anteriormente.)[37] Esta Lei do Carma, relembrativa do *Moira* da Grécia ou Fado, está acima dos deuses e dos homens; os próprios deuses não lhe influenciam a ação; ou, como dizem os teólogos, o Carma e a vontade dos deuses são um.[38] Mas Carma não é Fado; a idéia de Fado implica a impotência do homem para determinar o seu próprio destino. Nem o céu nem o inferno terminam o trabalho do Carma, ou a cadeia de nascimentos e mortes; depois da morte do corpo a alma pode descer ao inferno para uma especial punição, ou ir para o céu para uma especial recompensa; mas nenhuma alma permanece no inferno e poucas ficam no céu para sempre; quase todas as almas que lá entram devem, cedo ou tarde, voltar à terra e continuar a viver o seu Carma em novas encarnações.[39] (Os hindus crêem em sete céus, um deles na terra, os outros gradativamente superpostos; e crêem em 21 infernos, divididos em sete seções. As penas não são eternas, mas diversificadas. A descrição que Dubois faz dos infernos hindus rivaliza com a de Dante e, como a de Dante, ilustra os muitos terrores e a sadística imaginação humana. "Fogo, ferro, serpentes, feras, aves de rapina, fel, veneno, maus cheiros ou, numa palavra, tudo que possa atormentar um condenado. Alguns trazem uma corda atravessada às ventas, pela qual são eternamente arrastados sobre o fio de afiadas lâminas; outros são condenados a passar pelo buraco de uma agulha; outros são colocados entre duas lajes que constantemente se juntam, esmagando-os sem matá-los; outros têm os olhos incessantemente bicados por abutres famintos; outros, aos milhões, nadam continuamente em um mar de urina de cachorro e ranho humano."[40] Tais crenças deviam ser privilégio dos hindus de mentalidade mais baixa e de teólogos muito estreitos. Temos de lhes perdoar isso, com os olhos postos no nosso inferno, que não só é variado assim, como também eterno.)

Biologicamente há muita verdade nesta doutrina. Nós *somos* reencarnações de nossos ancestrais, e seremos reencarnados em nossos descendentes; os defeitos dos pais em alguma extensão reaparecem nos filhos durante muitas gerações (embora não tanto como os "conservadores" supõem). O Carma foi um excelente mito para dissuadir o bronco de matar, roubar, procrastinar ou mostrar-se muito parcimonioso nas oferendas; além disso, estendia o senso da unidade moral e das obrigações à vida inteira, e dava ao código moral uma extensão de aplicação muito maior e mais lógica do que em qualquer outra civilização. Os hindus não matam insetos, se podem evitá-lo; "mesmo aqueles cujas aspirações à virtude são menores tratam os animais como os nossos irmãos mais humildes, e de nenhum modo como criaturas inferiores sobre as quais temos domínio".[41] Filosoficamente, o Carma explica entre os indianos muitos fatos que sem ele nos seriam obscuros, ou nos pareceriam injustos. Todas aquelas desigualdades entre os homens; todas as diversas formas de mal que enegrecem o mundo e avermelham a corrente da História; todos os sofrimentos que surgem na vida humana a partir do berço, e a acompanham até o túmulo, parecem inteligíveis ao indiano que aceita o Carma; esses males e injustiças, essas variações entre o idiota e o gênio, a pobreza e a riqueza são o resultado de existências passadas, a inevitável ação de uma lei injusta para com a vida no momento, mas perfeitamente justa no fim. (A fé

no Carma e na transmigração constitui o maior obstáculo teórico para a supressão do sistema de castas na Índia; porque o hindu ortodoxo presume que as diferenças de castas são decretadas pela conduta da alma nas vidas passadas; fazem parte, pois, de um plano divino, que seria sacrilégio perturbar.) O Carma é uma das invenções por meio das quais os homens procuram suportar com paciência o mal e encaram com esperança a vida. Explicar o mal e encontrar o meio de fazer que os homens o aceitem, se não com alegria pelo menos com paz de espírito, têm sido a tarefa da maior parte das religiões. Desde que o problema capital da vida não é sofrimento, mas o sofrimento injusto, a religião da Índia atenua a tragédia humana dando valor e significação ao sofrimento. Na teologia hindu a alma goza pelo menos a consolação de que deve sofrer as conseqüências somente dos seus atos; a não ser que interrogue toda a existência, ela aceita o mal como passageira punição e vê no futuro tangíveis recompensas para a virtude.

Na verdade, porém o hindu interroga toda a existência. Oprimido pelo meio enervante, pela exploração econômica e política, ele tende a olhar para a vida mais como um amargo castigo do que como uma oportunidade ou uma recompensa. Os *Vedas*, escritos por uma vigorosa raça vinda do norte, eram quase tão otimistas como Whitman; Buda, representando essa mesma raça, na Índia, cinco séculos depois, já negava o valor da vida; os *Puranas*, 500 anos depois de Buda, representavam um pessimismo ainda mais profundo que qualquer dos pessimismos do Ocidente — exceto o da dúvida filosófica. (Schopenhauer, como Buda, reduzia todos os sofrimentos à vontade de viver e gerar, e advogava o suicídio por meio da esterilidade voluntária. Dificilmente Heine compunha um verso sem falar na morte, e podia dizer no tom indiano,

> Suave é o sono, mas melhor é a morte;
> E melhor que tudo, não ser nascido.[42]

Kant com desprezo pelo otimismo de Leibnitz, indagou: "Pode qualquer homem de são entendimento, que viveu bastante e meditou sobre o valor da existência humana, pensar em viver de novo, não digo nas mesmas condições, mas em quaisquer condições que sejam?")[43] O Oriente, antes de alcançado pela Revolução Industrial, não podia compreender o entusiasmo com que o Ocidente encarava a vida; só via superfluidade e infantilidade em nossa incessante atividade ou insaciável ambição de progresso; o Oriente não podia compreender a nossa profunda imersão na superfície das coisas, nem a nossa recusa em olhar para os fatos últimos, do mesmo modo que o Ocidente não compreende a calma inércia, a "estagnação" e a "desesperança" do Oriente tradicional. O calor não pode compreender o frio.

"Qual a coisa mais admirável do mundo?" pergunta Yama: e Yudishthira responde: "O homem, depois que morre; apesar de verem isso, os homens continuam a agir como se fossem imortais."[44] "O mundo é afligido pela morte", diz o *Mahabbharata*, "é sustado pela velhice, e as noites nunca cessam de ir e vir. Se eu sei que a morte não se detém, que posso esperar da sabedoria?"[45] E, no *Ramayana*, Sita pede a morte como recompensa de sua fidelidade em um mar de tentações e provas:

> Se em verdade ao meu marido permaneci esposa fiel,
> Ó Mãe Terra, alivia a tua Sita do peso da vida![46]

Assim, a última palavra do pensamento religioso indiano é *moksha*, liberação — primeiramente do desejo, depois da vida. O Nirvana pode ser uma liberação num sentido ou noutro, mas o *moksha* o é em ambos. Dele diz o sábio Bhartri-hari:

> Tudo na terra dá causa ao medo, e a única libertação do medo está na renúncia de todo desejo. (...) Antigamente os dias se me afiguravam longos, quando meu coração se feria por eu pedir favores aos ricos; e afiguravam-se curtos quando eu procurava realizar meus desejos terrenos. Mas hoje, como filósofo, eu me sento numa dura pedra de montanha e de quando em quando me rio ao pensar na minha vida de outrora.[47]

Gandhi exprime a segunda forma de liberação: "Eu não quero renascer", diz ele.[48] A mais alta e derradeira aspiração do hindu é escapar à reencarnação, perder a febre do ego que revive com cada nascimento individual. A salvação não vem pela fé, nem por meio de obras; nem por essa ininterrupta autonegação, pela intuição da parte engolfando-se no todo, pela convicção de que o eu está morto e não poderá renascer. O inferno da individualidade passa para o céu da unidade, da completa e impessoal absorção em Brahma — a alma ou Força do Mundo.

IV. CURIOSIDADES DA RELIGIÃO

Superstições — Astrologia — Adoração fálica — Ritual — Sacrifício — Purificação — As águas sagradas

No meio desta teologia de medo e sofrimento, a superstição floresceu com impetuosa fertilidade. Oblações, encantamentos, exorcismos, astrologia, oráculos, votos, quiromancia, adivinhação, 2.728.812 sacerdotes, um milhão de ledores da fortuna, 100.000 encantadores de serpentes, um milhão de faquires, iogues e outros homens santos — está aqui uma parte do quadro histórico indiano. Há doze séculos correm na Índia numerosos manuais *(tantras)* de misticismo, feitiçaria, arte divinatória, magia, nos quais se expõem os sagrados *mantras* ou receitas encantadas, com que tudo se consegue. Os brâmanes olharam com silencioso desprezo para essa religião de mágica; toleravam-na não só por julgarem a superstição do povo indispensável à política bramânica de dominação, como por terem-na como indestrutível; quando uma superstição morre, outra nasce. Nenhum homem de senso, pensavam eles, abre luta contra uma força capaz de tantas reencarnações.

Do mesmo modo que muitos americanos cultos, o hindu comum aceitava a astrologia, admitindo que cada estrela exerce uma especial influência sobre os nascidos sob a sua ascendência.[49] As mulheres menstruadas, como Ofélia, evitavam tomar sol, pois que isso podia engravidá-las.[50] O segredo da prosperidade material, diz o *Kaushitaki Upanishad*, está na regular adoração da lua nova. Feiticeiros, nigromantes e videntes liam o passado e o futuro por meio da palma da mão, dos sonhos, dos sinais do céu ou de buracos abertos nas roupas pelos ratos. Recitando palavras que só eles conheciam, evocavam fantasmas, encantavam cobras e aves e forçavam os próprios deuses a virem em auxílio do cliente. Mediante adequado pagamento, o mágico introduzia um demônio no ego de um inimigo ou expulsava-o do ego do cliente; provocava no inimigo uma série de doenças incuráveis, etc. Mesmo os brâmanes, quando bocejavam, leva-

vam a mão à boca para evitar que maus espíritos entrassem. O mesmo fazem os europeus quando abençoam um espirro, originariamente para impedir que a alma saísse com a força da expiração. Como tantos campônios europeus o hindu estava permanentemente em guarda contra o mau-olhado; e a qualquer tempo podia ser visitado pelo infortúnio ou pela morte, magicamente trazidos pelos seus desafetos. E acima de tudo o mágico podia restaurar a vitalidade sexual, ou fazer nascer o amor nos corações, ou dar filhos a mulheres estéreis.[51]

Nada havia, nem mesmo o Nirvana, que o hindu tanto desejasse como ter filhos. Daí, em parte, a sua ânsia de força sexual, e a adoração dos símbolos da reprodução e da fecundidade. O culto fálico, que aparece em quase todos os países, persistiu na Índia até o século XX. Siva era a deidade indiana, o falo a sua imagem, o *Tantras* o seu Talmude. A *Shakti,* ou a potência da Siva, era às vezes concebida como a sua consorte Cali, às vezes como um elemento feminino da natureza de Siva, com poderes masculinos e femininos a um tempo; e estes dois poderes eram figurados por ídolos chamados *linga* ou *yoni* — os órgãos humanos da geração.[52] Por toda parte na Índia vemos sinais da adoração do sexo; nas figuras fálicas do Nepalese e outros templos de Benares; nos gigantescos *lingas* que adornam os templos sivaítas do sul; nas procissões e cerimônias fálicas e nas imagens fálicas usadas nos braços e ao pescoço. *Lingas* de pedra podem ser vistos à beira das estradas; os hindus quebram neles os cocos que vão oferecer como sacrifício.[53] No templo de Rameshvaram o *linga* de pedra é diariamente lavado com água do Ganges, a qual é depois vendida aos fiéis,[54] como a mesmerizada água benta da Europa. Usualmente o ritual fálico se resume em ungir a pedra com água ou óleo santo e decorá-la com folhas.[55]

Não há dúvida de que as classes mais baixas da Índia divertiam-se profundamente com as procissões fálicas;[56] mas a maioria do povo contemplava o *linga* ou o *yoni* com a mesma devoção com que os europeus contemplam a Madona com o filhinho ao seio; o costume e o tempo tudo justificam e santificam. O simbolismo sexual dos objetos parece já esquecido do povo; as imagens são hoje meramente meios tradicionais de representar o poder de Siva.[57] Talvez a diferença de concepção entre europeus e hindus neste ponto tenha origem na divergência quanto à idade do casamento; as uniões precoces não deixam que se acumulem aqueles impulsos que geram o desejo e o amor romântico. Na Índia, a moral sexual e as maneiras sexuais são mais elevadas do que na Europa e na América, e muito mais decentes e coibidas. A adoração de Siva é uma das mais austeras e ascéticas dos cultos hindus; e os mais devotos adoradores do *linga* são os *Lingayats* — a seita puritana da Índia.[58] "Coube aos nossos visitantes ocidentais", disse Gandhi, "ensinar-nos quanto à obscenidade de muitas práticas que até aqui inocentemente adotávamos. Foi um livro missionário que pela primeira vez li que o *Shivalingam* tinha uma significação obscena."[59]

O uso do *linga* e do *yoni* não era mais que um dos milhares de ritos que formam a essência da religião indiana. Quase todos os atos da vida, mesmo o lavar-se e o vestir-se, seguem um ritual sagrado. Em todos os lares religiosos havia deuses privados a serem adorados,e antepassados a serem honrados diariamente; a religião hindu constituía sobretudo matéria de observação caseira, mais que de cerimônias públicas nos templos. Isto era reservado para os dias santos. Mas os homens do povo rejubilavam-se em muitas festas do ano eclesiástico — grandes procissões e peregrinações aos velhos santuários. Não podiam entender os serviços religiosos oficiados, pois que eram em sânscrito, mas compreendiam o ídolo. Cobriam-no de enfeites, de pinturas de

jóias; às vezes tratavam-no como a um ente humano — despertavam-no, banhavam-no, vestiam-no, alimentavam-no e punham-no na cama à noite.[60]

O grande rito público consistia no sacrifício ou na oferenda; o grande rito privado era a purificação. O sacrifício, para os hindus, não era nenhuma forma vã; piamente admitiam que, se não fornecessem alimento aos deuses, estes morreriam de fome.[61] Quando os homens ainda eram canibais, a prática do sacrifício humano existia na Índia, como em toda parte; particularmente Cali era uma deusa faminta de carne humana, mas os brâmanes explicaram que ela só queria sacrifícios de gente das classes baixas.[62] Tais sacrifícios ainda apareciam em 1854.[63] Acreditava-se antes que os devotos se ofereciam voluntariamente ao sacrifício, como os que se lançavam sob as rodas do carro Juggernaut (em indiano, *Jagannath*);[64] mas hoje admite-se que esses aparentes casos de auto-sacrifícios possam ter sido acidentes.[65] Com o aperfeiçoamento da moral, os deuses passaram a contentar-se com carne de animais. O bode tinha preferência em tais cerimônias. O budismo, o jainismo e o *ahimsa* puseram termo a esses sacrifícios de animais;[66] mas a substituição do budismo pelo hinduísmo restaurou o costume, o qual sobreviveu, embora em escala decrescente, até nossos dias. Temos de levar a crédito dos brâmanes o fato de se recusarem a qualquer sacrifício que envolvesse derramamento de sangue.[67]

Desde que o receio à polução era tão freqüente em seus credos como na moderna higiene, os ritos de purificação tomavam muito tempo dos indianos. A qualquer momento o indiano podia tornar-se impuro, pela ingestão de alimento impróprio, ou de restos, ou pelo toque de um sudra, um pária, o contato com um cadáver, com uma mulher menstruada, e por uma centena de outros atos. A mulher tornava-se impura pela menstruação e o parto; nesses casos a lei bramânica ordenava o isolamento e complexas precauções higiênicas.[68] Depois de tais poluções — ou, como dizemos hoje, infecções — o hindu tinha de passar pelo rito da purificação; nos casos menores bastava borrifar-se com água benta;[69] nos casos maiores os métodos se complicavam, indo até o terrível *Panchagavia*. Esta purificação era decretada como pena contra a violação de importantes leis de casta, e consistia em beber uma mistura de "cinco substâncias" da vaca sagrada: leite, coalhada, *ghee*, urina e excremento.[70] (O *ghee* é a manteiga derretida. "A urina", diz Dubois [1820], "é olhada como muito eficaz em toda sorte de purificação. Freqüentemente tenho visto hindus supersticiosos que seguem as vacas no pasto até o momento em que começam a urinar, e então aparam a urina em vasos e levam-na ainda quente para casa. Também os vi aparando-a com as mãos, bebendo uma parte e lavando o rosto com o resto."[71] *De gustibus non disputandum.*)

Um pouco mais ao nosso gosto era o preceito religioso do banho diário; de novo uma medida de higiene, altamente desejável num clima semitropical, revestia-se de forma religiosa para melhor inculcação. Construíam-se tanques "sagrados" e muitos rios eram também tidos como tal; os homens que neles se banhassem purificar-se-iam de corpo e alma. Já nos dias de Yuan Chwang milhões de indianos se banhavam no Ganges cada manhã;[72] e daqueles tempos até hoje suas águas nunca viram o sol levantar-se sem o acompanhamento de preces dos banhistas, os quais erguem para ele os braços e murmuram o "*Om, Om, Om.*" Pelo fato de ficar na conjunção de dois rios sagrados, o Ganges e o Jumna, Benares tornou-se a Cidade Sagrada da Índia, Meca de milhões de peregrinos, o céu dos velhos e das mulheres que de todos os pontos do país vêm banhar-se no rio para, desse modo, enfrentar a vida limpos e sem peca-

dos. Causa-nos uma sensação de terror sagrado o pensamento de que há dois mil anos essa gente tem vindo a Benares e entrado tiritante na água gelada dos dias de inverno; aspirado o cheiro dos cadáveres queimados nos *ghats;* pronunciado as mesmas preces, às mesmas silenciosas deidades. O fato de os deuses não responderem aos apelos humanos não lhes diminui a popularidade; hoje tão fortemente como outrora, a Índia crê nos deuses que há tanto tempo encaram com tanta indiferença a pobreza e desolação dos indianos.

V. SANTOS E CÉPTICOS

Métodos de santidade — Heréticos — Tolerância — Vista geral da religião hindu

Os santos aparecem mais abundantemente na Índia do que em qualquer outra parte; ao viajante surgem como um produto espontâneo daquela terra, como a papoula ou as cobras. A piedade local reconhece três caminhos para a santidade: o *Jnana-ioga,* ou Estrada da Meditação; o *Carma-ioga,* ou Estrada da Ação; e o *Bhakti-ioga,* ou Estrada do Amor. O jovem brâmane começava como um *brahmachari,* votado à castidade, à piedade, ao estudo, à verdade e ao serviço do seu guru ou mestre. Depois do casamento, que não devia ser retardado para além dos 18 anos, entrava no segundo estágio da vida bramânica com *Grihastha,* ou dono de casa, e gerava filhos para que mais tarde prosseguissem no culto dos antepassados. No terceiro estágio (hoje de pouco uso) o aspirante à santidade retirava-se com sua mulher para viver como um *vanaprastha,* ou homem da floresta, aceitando todas as durezas do ar livre e limitando as relações sexuais àquelas indipensáveis à fecundação da esposa. Finalmente, o brâmane desejoso de subir ao pico mais alto abandonava a esposa e tornava-se um *sannyasi,* ou "abandonador" do mundo; desfazia-se das propriedades, de todo o dinheiro e de quaisquer laços, conservando apenas uma pele de antílope para vestuário, um bordão e uma cabaça para água. Todas as manhãs tinha de esfregar o corpo com cinzas, beber com freqüência as "cinco substâncias", e viver só de esmolas. "Deve", diz a Regra Bramânica, "olhar todos os homens como iguais. Deve não se deixar influenciar por coisa alguma, e olhar com perfeita equanimidade até para as revoluções que arrasam os impérios. Seu único objetivo deve ser aquela medida de sabedoria e espiritualidade que finalmente o reunirá à Divindade Suprema, da qual estamos separados pelas nossas paixões e as coisas materiais que nos rodeiam."[73] Dubois, céptico a respeito de tudo, salvo dos seus próprios mitos, acrescenta: "A maioria destes *sannyasin* são olhados pelos indianos mais esclarecidos como tremendos impostores."[74]

No meio de toda esta piedade ressoa ocasionalmente a voz dissonante do céptico. Sem dúvida, quando a Índia era rica, os cépticos abundavam, porque a humanidade perde a fé em seus deuses quando está próspera, e a eles retorna quando cai na miséria. Já nos referimos aos Charvakas e outros heréticos do tempo de Buda. Quase tão velha é uma obra que na sesquipedal forma indiana se chama *Shwasamvedyopanishad,* ou teologia de quatro proposições: 1) que não há reencarnação; 2) que toda a literatura tradicional religiosa não passa da obra de vaidosos loucos; 3) que a Natureza, a criadora, e o Tempo, o destruidor, são os deuses de todas as coisas, e não levam em conta nem a virtude nem o vício dos homens ao lhes proporcionar felicidade ou miséria; 4) que o povo, iludido pelas belas palavras, agarra-se aos deuses, templos e

sacerdotes, quando na realidade não há nenhuma diferença entre Vishnu e um cão.[75] Com toda a incoerência de uma Bíblia que traz dentro de si o Eclesiastes, o cânon páli do budismo oferece-nos um notável tratado, talvez tão velho como o cristianismo, denominado "As Questões de Rei Milinda", no qual o mestre budista Nagasena dá respostas desnorteantes às perguntas que lhe faz o rei Menander, que governou o norte da Índia no fim do século I a. C. A religião, diz Nagasena, não deve ser apenas um simples meio de fuga para os homens sofredores, mas uma ascética procura da santidade e da sabedoria, sem nenhum pensamento para o céu ou para deuses; "porque na verdade nem céu nem deuses existem".[76] O *Mahabharata* invectiva os cépticos e ateus que negam a realidade da alma e desprezam a imortalidade; "tais homens", diz o livro, "vagueiam por toda a terra"; e adverte-os do castigo que terão com o exemplo do chacal: o chacal explicou a sua existência no mundo dizendo que em vida anterior fora um "racionalista, um crítico dos *Vedas*. (....) um difamador e opositor dos sacerdotes, (....) um incréu, um duvidador de tudo."[77] O *Bhagavad-Gita* refere-se a heréticos que negam a existência de Deus e descrevem o mundo como "a simples Casa da Cobiça".[78] Os próprios brâmanes mostravam-se muitaz vezes cépticos — até exageradamente — quando atacavam a religião do povo. E embora os poetas da Índia fossem geralmente piedosos, alguns deles, como Kabir e Vemana, falam em defesa de um deísmo bastante emancipado. Vemana, poeta do sul e do século XVII, refere-se com desprezo aos eremitas, às peregrinações e castas:

> O retiro de um cão! as meditações de um grou! o canto de um asno! o banho de uma rã! (....) De que maneira melhorais, com o cobrir de cinzas o corpo? Só vossos pensamentos podem pôr-se em Deus; de resto, um asno pode espojar-se no pó tanto quanto vós. (....) Os livros chamados *Vedas* são como as cortesãs, ilusórios e abismais; mas o oculto conhecimento de Deus é como uma mulher honesta. (....) A aplicação de cinzas brancas acaso dissipa o cheiro do vinho? Uma corda passada ao pescoço vos faz nascido duas vezes? (....) Para que constantemente desprezar o pária? Não é ele de sangue e carne como vós mesmos? E de que casta é o sangue que corre no Pária? (...) Aquele que diz "eu nada sei", esse é o mais sábio de todos.[79]

Fato digno de menção é o de pronunciamentos como este serem lançados impunemente numa sociedade intelectualmente governada por sacerdotes. Tirante as repressões dos conquistadores, gente de fora, a Índia gozou de uma liberdade mental muito maior do que aquela havida na Idade Média européia, a cuja civilização a civilização indiana atual corresponde; e os brâmanes sempre exerceram a sua autoridade com discernimento e leniência. Confiavam no conservantismo do pobre como força preservadora da ortodoxia religiosa, e não se enganavam. Quando heresias ou estranhos deuses se tornavam muito populares, eles os toleravam, acabando por absorvê-los na enorme caverna da fé indiana; um deus a mais não faria muita diferença na Índia. Daí ter havido pouca animosidade sectária na comunidade hindu, diversamente do que ocorreu entre hindus e muçulmanos; não se derramou sangue na Índia por motivos religiosos, exceto no caso dos invasores.[80] A intolerância veio com o Islã e o Cristianismo; os muçulmanos propunham-se a comprar o paraíso com o sangue dos "infiéis", e os portugueses, quando capturaram Goa, introduziram lá a Inquisição.[81]

Se em tal floresta de crenças procurarmos os elementos que tudo explicam encontrá-los-emos na unanimidade da adoração indiana de Vishnu e Siva, na reve-

rência aos *Vedas,* aos brâmanes e à vaca, e na aceitação do *Mahabharata* e do *Ramayana,* menos como simples epopéias literárias do que como as Escrituras secundárias da raça.[82] Parece-nos muito significativo o fato de que as deidades e os dogmas da Índia de hoje não sejam os dos *Vedas;* em certo sentido o hinduísmo representa a vitória dos aborígines dravidianos sobre os arianos da idade védica. Como resultado da conquista, da espoliação e da pobreza, a Índia ficou ferida de corpo e alma, e procurou refúgio nos fáceis triunfos do mito e da imaginação. A despeito da sua nobreza, o budismo, do mesmo modo que o estoicismo grego, era uma filosofia de escravos, embora apresentada por um príncipe; implicava o abandono de todo desejo de luta, mesmo para a liberdade pessoal e nacional; passividade completa — racionalização da fadiga decorrente do calor tropical. O hinduísmo continuou o enfraquecimento da Índia amarrando-se ao sacerdócio em permanente servidão, por meio do sistema de casta; concebeu deuses despreocupados da moral e manteve por séculos a brutalidade de costumes como o sacrifício humano e o *suttee,* que outros povos já haviam abandonado; pintou a vida como um mal e destruiu a coragem de viver dos seus devotos; deu todos os fenômenos terrenos como ilusões, e assim destruiu a distinção entre a liberdade e a escravidão, entre o bem e o mal, a corrupção e o progresso. Nas palavras de um intrépido hindu, "a religião da Índia... degenerou na idolatria e no ritualismo convencional em que a forma é considerada como tudo e a substância como nada".[83] Nação cavalgada por padres e infestada de santos, a Índia continua a esperar a sua Reforma e o seu Século das Luzes.

Ao pensarmos na Índia, entretanto, precisamos não perder de vista a perspectiva histórica; nós também tivemos a Idade Média, na qual preferimos o misticismo à ciência, o padre ao plutocrata — e talvez ainda retornemos a isso. Não podemos julgar esses místicos na Índia porque nossas idéias no Ocidente decorrem da experiência corpórea e dos resultados materiais, coisas absolutamente sem importância para o santo hindu. Que sucederia se o poder, a guerra e a conquista fossem apenas ilusões superficiais, indignas de um espírito maduro? Que aconteceria se a ciência de hipotéticos átomos e genes, de caprichosos prótons e células, de gases que produzem Shakespeares e substâncias químicas que se fundem em Cristo fosse apenas uma nova *crença* — e quiçá a mais transitória de todas? É possível que, ressentido da sujeição e da pobreza, o Oriente tome o caminho da ciência e da indústria, ao mesmo tempo que os filhos do Ocidente, cansados das máquinas que os empobrecem e das ciências que os desiludem, afundem numa caótica revolução ou guerra que lhes destrua as cidades e as máquinas e, derrotados, fracos e famintos, se voltem para o solo, forjando outra fé mística que lhes dê coragem para enfrentar a miséria, a crueldade, a injustiça e a morte. Não há maior humorista do que a História.

CAPÍTULO XIX

A Vida do Intelecto

I. CIÊNCIA INDIANA

Suas origens religiosas — Astrônomos — Matematicismo — Os algarismos "arábicos" — O sistema decimal — Álgebra — Geometria — Física — Química — Fisiologia — Medicina Védica — Médicos — Cirurgiões — Anestésicos — Vacina — Hipnotismo.

O TRABALHO da ciência na Índia é muito antigo e muito novo — novo como ciência independente e secular, velho como interesse subsidiário dos sacerdotes. Desde que a religião é o núcleo da vida indiana, as primeiras ciências a serem cultivadas foram as que para ela contribuíam: a astronomia nasceu no culto dos corpos celestes, e a observação dos seus movimentos visava à fixação no calendário dos dias de festas e sacrifícios; a gramática e a filosofia desenvolveram-se da idéia de que toda oração ou toda fórmula, ainda que em língua morta, devia ser textual e foneticamente correta.[1] À semelhança do que ocorreu na nossa Idade Média, os cientistas da Índia, em qualquer situação, eram seus sacerdotes.

A astronomia foi um fruto acidental da astrologia, e paulatinamente se emancipou com a influência grega. Os primeiros tratados astronômicos, os *Siddanthas* (ca. 425 a. C.), eram baseados na ciência grega,[2] e *Varahamihira*, cujo compêndio significativamente se intitulava *Sistema Completo de Astrologia Natural,* de modo franco reconhecia a sua dependência dos gregos. O maior dos astrônomos e matemáticos hindus, Aryabhata, versejou em métrica assuntos como equações, senos e valor de π; explicou o que eram eclipses, solstícios e equinócios; demonstrou a esfericidade da terra e sua revolução diária em torno do eixo; e escreveu, numa ousada antecipação da ciência do Renascimento: "A posição das estrelas é fixa, e a terra, na sua revolução, produz a aurora e o poente de planetas e estrelas."[3] Seu mais famoso sucessor, Bramagupta, sistematizou o conhecimento astronômico da Índia, mas tolheu o seu desenvolvimento com a rejeição da teoria de Aryabhata sobre a revolução da terra. Esses homens e seus seguidores adaptaram, para uso indiano, a divisão babilônica do céu em constelações zodiacais; fizeram um calendário de doze meses de trinta dias, e dois de trinta horas, e intercalaram um novo mês de cinco em cinco anos; calcularam com notável exatidão o diâmetro da lua, os eclipses lunar e solar, a situação dos pólos e a posição e movimento das estrelas maiores.[4] Expuseram a teoria da gravidade, sem, contudo, enunciar-lhe a lei, quando escreveram nos *Siddan thas*: "A terra, devido a sua força de gravidade, atrai todas as coisas para si."[5]

Para esses cálculos tão complexos os hindus desenvolveram um sistema em tubo superior ao dos gregos, exceto na geometria.[6] Entre as coisas mais vitais da nossa herança oriental estão os algarismos "arábicos" e o sistema decimal, ambos vindos da Índia, através da Arábia. Os algarismos erradamente chamados "arábicos" aparecem nos "Editos de Pedra de Ashoka" (256 a.C.), precedendo de um ilênio a sua aparição na literatura árabe. Disse o grande e magnânimo Laplace:

> Foi a Índia que nos deu o engenhoso método de representar todos os números por meio de dez símbolos, cada um deles recebendo um certo valor de posição, assim como um certo valor absoluto; profunda e importante idéia essa, que nos parece hoje tão simples que lhe ignoramos o verdadeiro mérito. Graças à sua simplicidade, à grande facilidade que imprimiu a todos os cálculos, nossa aritmética pôde ascender ao primeiro plano das invenções úteis; e apreciaremos duplamente a grandeza de tal descoberta se refletirmos que ela escapou ao gênio de Arquimedes e Apolônio, dois dos maiores homens produzidos pela antigüidade.[7]

O sistema decimal era conhecido de Aryabhata e Bramagupta muito antes do seu aparecimento nas escritas árabes e sírias; os missionários budistas o levaram para a China; e Muhammad Ibn Musa al-Khwarazmi, o maior matemático do seu tempo (ca. 850), parece tê-lo introduzido em Bagdá. O primeiro uso (conhecido) do zero na Ásia ou na Europa aparece num documento árabe datado de 873, três anos antes do seu primeiro aparecimento (conhecido) na Índia. (O zero foi empregado pelos maias da América do século I de nossa era.[8] O Dr. Breasted atribui aos antigos babilônios um conhecimento do valor do lugar dos numerais — *Saturday Review of Literature*, Nova York, julho de 1935, p. 15.) É de consenso geral que os árabes também tomaram o zero emprestado da Índia;[9] assim, pois, o mais modesto e o mais valioso de todos os algarismos é um dos sutis presentes feitos pela Índia à humanidade.

A álgebra foi desenvolvida, com aparente independência, tanto pelos hindus como pelos gregos; mas a circunstância de termos adotado seu nome árabe (*al-jabr,* ajuste) indica que veio para a Europa ocidental através dos árabes — i.e., da Índia — e não dos gregos.[10] (O primeiro algebrista que conhecemos, o grego Diofanto [360 a.D.], é anterior a Aryabhata em um século; mas Cajori acredita que ele tomou sua iniciativa a partir da Índia.)[11] Os grandes mestres hindus nesse campo, assim como no da astronomia, foram Aryabhata, Bramagupta e Bhaskara. Este último nascido em 1114 de nossa era parece ter inventado o sinal de raiz e diversos símbolos algébricos.[12] Eles foram os criadores da concepção do valor negativo, sem o qual a álgebra não poderia existir;[13] formularam regras para achar permutações e combinações; descobriram a raiz quadrada de 2, e resolveram, no século VIII da nossa era, equações indeterminadas do segundo grau que só vieram a ser conhecidas na Europa nos tempos de Euler, mil anos mais tarde.[14] Expunham a sua ciência sob forma poética, e imprimiam aos problemas matemáticos uma graça característica da Idade de Ouro da Índia. Eis dois exemplos da forma mais simples de álgebra hindu:

> A quinta parte de um enxame de abelhas pousou num ramo de Kadamba; um terço, numa flor Silindhra; três vezes a diferença destes números voou para um botão de Kutaja. Uma abelha, que permaneceu só, ficou esvoaçando pelo ar. Diga-me, encantadora dama, o número de abelhas. (....) Oito rubis, dez esmeraldas e cem pérolas, que estão no vosso brinco, minha bem-amada, foram comprados por mim pelo mesmo preço; e a soma dos preços dessas três espécies de pedras preciosas foi a metade de cem menos três; diga-me o preço de cada uma, ó encantadora mulher.[15]

Em geometria, porém, os hindus não tiveram a mesma sorte. Na medição e construção de altares os sacerdotes formularam o teorema pitagórico (pelo qual o quadrado da hipotenusa de um triângulo de ângulo reto é igual à soma dos quadrados dos outros lados), centenas de anos antes do nascimento de Cristo.[16] Aryabhata, talvez influenciado pelos gregos, achou a área do

triângulo, do trapézio e do círculo, e calculou o valor de π (a relação entre o diâmetro e a circunferência de um círculo): 3,1416 — número esse só igualado em exatidão na Europa,[17] nos tempos de Purbach (1423-61). Bhaskara antecipou, se bem que de modo vago, o cálculo diferencial; Aryabhata desenhou uma tábua de senos; e o *Surya Siddhanta* expôs um sistema de trigonometria superior a tudo conhecido pelos gregos.[18]

Dois sistemas de cultura indiana expõem certas teorias físicas muito semelhantes às da Grécia. Kanada, fundador da filosofia Vaisheshika, sustentava que o mundo era composto de átomos, que constituíam cada um dos seus elementos. Os Jains foram os que mais se aproximaram de Demócrito, ensinando que os átomos eram todos da mesma espécie, produzindo efeitos diferentes em função dos diversos modos de combinações.[19] Kanada acreditava que a luz e o calor eram variações da mesma substância; Udayana ensinou que todo calor provinha do sol; e Vachaspati, assim como Newton, interpretava a luz como sendo composta de minúsculas partículas emitidas por substâncias e impressionando os olhos.[20] Notas e intervalos musicais foram analisados e matematicamente calculados nos tratados hindus de música; e foi formulada a "Lei Pitagórica", pela qual o número de vibrações — e, conseqüentemente, a altura da nota — varia na razão inversa do comprimento da corda entre o ponto de ligação e o ponto vibrado. Há indícios de que os marinheiros hindus dos primeiros séculos da nossa era usavam uma bússola feita de um peixe de ferro, a boiar num recipiente com óleo e voltado para o norte.[21]

A química desenvolveu-se de duas fontes — a medicina e a indústria. Algo já foi dito sobre a excelência química do ferro fundido da Índia antiga, e sobre o alto desenvolvimento industrial no tempo dos Guptas, quando a Índia era olhada, mesmo pela imperial Roma, como a nação mais adiantada em muitas indústrias, como a da tinturaria, do curtume, do sabão, do vidro e do cimento. Bem cedo, no século II a.C., Nagarjuna escreveu todo um volume sobre o mercúrio. No século VI os hindus estavam à frente da Europa em química industrial; eram mestres na calcinação, na destilação, na fixação, na produção da luz sem calor, na combinação de pós anestésicos e soporíficos, na preparação de sais metálicos, ligas e compostos. Entre eles a têmpera do aço alcançou uma perfeição só conhecida na Europa moderna; para presentear Alexandre, o rei Porus não escolheu ouro e prata, mas trinta libras de aço.[22] Muito da ciência e da indústria química dos indianos foi levado para o Oriente próximo pelos muçulmanos; o segredo das famosas lâminas de "Damasco", por exemplo, partiu da Índia para os árabes, via Pérsia.[23]

A anatomia e a fisiologia, como outros aspectos da química, também eram subprodutos da medicina hindu. Já no século VI a. C. os indianos descreviam ligamentos, suturas, vasos linfáticos, nervos, plexo, tecido adiposo e vascular, músculos, membranas sinoviais e mucosas, estudados em cadáveres.[24] Os doutores da Índia pré-cristã compartilhavam do erro de Aristóteles sobre o coração como sede da consciência; supunham que todos os nervos partiam desse órgão. Mas compreendiam perfeitamente o processo da digestão — as diferentes funções dos sucos gástricos, a conversão do quimo em quilo e a deste em sangue.[25] Com 2.400 anos de antecipação sobre Weismann, Atreya (500 a. C.) notou que o germe paterno é independente do corpo dos pais, e contém em si, em miniatura, a totalidade do organismo progenitor.[26] O exame da virilidade era recomendado como requisito para o casamento dos homens; e o Código de Manu proibia o casamento dos atacados de tuberculose, epilepsia, lepra, dispepsia crônica, hemorróidas ou loquacidade.[27] As escolas médicas de 500 a.C. sugeriam o controle da prole com a observação de que durante doze dias do ciclo menstrual a fecundação era impossível.[28] O desenvolvimento fetal foi descrito muito exatamente, com a observação de que o sexo permanecia por algum tempo indeterminado, podendo em alguns casos receber a influência da alimentação ou de drogas.[29]

Os anais da medicina hindu começam com o *Atharvaveda*, onde, em meio à massa de encantações e mágicas, aparece uma lista de doenças e sintomas. A medicina surgiu como um adjunto da mágica; o curador estudava a natureza e usava meios naturais para suas fórmulas; por fim passou a ter mais fé nos meios naturais, embora conservando a mágica como auxiliar psicológico. Apenso ao *Atharva-veda* temos o *Ajur-veda* (Segredo da Longevidade), em que a doença é atribuída à desordem de um dos quatro humores (ar, água, flegma e sangue) e recomendam-se tratamentos com ervas e encantações. Muitos desses tratamentos ainda estão

em vigor na Índia atual, com resultados que às vezes impressionam os doutores do Ocidente. O *Rig-veda* enumera um milheiro de plantas medicinais e aconselha a água como o melhor remédio para a maior parte das doenças. Mesmo nos tempos védicos já os doutores e cirurgiões se tinham distinguido dos mágicos, e viviam em residências rodeadas de jardins com plantas de farmacopéia.[30]

Sushruta e Charaka são os grandes nomes da medicina hindu. Sushruta, professor da universidade de Benares, escreveu em sânscrito um sistema de diagnose e terapêutica emanado do seu professor Dhanwantari. A obra trata extensivamente da cirurgia, da obstetrícia, de regimes de alimentação, banhos, drogas, higiene infantil e educação médica.[31] Charaka escreveu uma *Samhita* (enciclopédia) de medicina que até hoje circula na Índia,[32] e deu a seus seguidores uma concepção hipocrática da função do médico: "Não por ti, nem para satisfação de nenhum desejo de lucro material, mas unicamente para o bem da humanidade sofredora, tratarás tu dos teus doentes, e assim serás grande."[33] Depois desses mestres vêm Vagbhata (625), que preparou um compêndio médico em prosa e verso, e Bhava Misra (1550), cuja alentada obra sobre a anatomia, a fisiologia e a medicina falava, cem anos antes de Harvey, da circulação do sangue e prescrevia o mercúrio para uma nova doença levada à Índia pelos portugueses — a sífilis.[34]

Sushruta descreveu muitas operações cirúrgicas — catarata, hérnia, cálculos biliares, cesariana, etc. — e enumerou 121 instrumentos cirúrgicos, incluindo lancetas, sondas, fórceps, cateteres e espéculos vaginais e retais.[35] Esse sábio advogava a dissecação dos cadáveres como indispensável ao treino dos cirurgiões, a despeito das proibições bramânicas. Foi o primeiro a fazer enxertias no corpo humano; e dele veio para a medicina moderna a reconstrução plástica do nariz.[36] "Os antigos hindus", diz Garrison, "realizaram quase todas as grandes operações, exceto a ligação de artérias."[37] Amputavam membros, corrigiam fraturas, removiam excrescências hemorroidárias e fístulas, etc. Sushruta estabeleceu regras para o preparo da sala de operações, e as suas idéias quanto à esterilização por meio de fumigatórios constituem um dos primeiros clarões da cirurgia asséptica.[38] Tanto ele como Charaka mencionam o uso de drogas produtoras da insensibilidade. Em 927, dois cirurgiões trepanaram o crânio de um rei hindu, depois de insensibilizá-lo com uma droga de nome *Samohini*.[39] Em 427 a. C., já havia hospitais em Ceilão; e no norte da Índia eles já existiam em 226 a.C.[40]

Para a verificação das 1.120 doenças enumeradas, Sushruta recomendava a diagnose por inspeção, o apalpamento e a auscultação.[41] A tomada do pulso já aparece num tratado de 1300 de nossa era.[42] A análise da urina constituía um método favorito de diagnose; médicos do Tibete tinham fama de curar os doentes sem vê-los, só pelo exame da urina.[43] No tempo de Yan Chwang o tratamento médico hindu começava com um jejum de sete dias, e muitas vezes apenas isso era o bastante para sobrevir a cura; em caso contrário, usavam-se drogas,[44] mas com parcimônia; os recursos mais advogados eram a dieta, os banhos, os clisteres, as inalações, as injeções uretrais e vaginais e as sangrias por meio de sanguessugas.[45] Os médicos hindus eram especialistas em antídotos; e ainda hoje superam os europeus no tratamento das mordeduras de cobras.[46] A vacina, desconhecida na Europa até o século XVIII, já era do domínio dos hindus em 550, a julgar por um texto atribuído a Dhanwantari: "Tome o pus da bexiga do úbere de uma vaca... sobre a ponta da lanceta e injete no braço até que o san-

gue apareça; misturando esse pus com o sangue, a febre da varíola aparece."[47] Os modernos médicos da Europa crêem que a separação de castas adotada na Índia provinha da crença dos brâmanes em invisíveis agentes transmissores de moléstias; muitas das leis sanitárias aconselhadas por Sushruta e Manu parecem basear-se no que hoje chamamos "teoria microbiana".[48] O hipnotismo como terapêutica talvez se tenha também originado na Índia; muitas vezes os hindus levavam os doentes aos templos para curá-los pela sugestão hipnótica ou "sono do templo", como no Egito e na Grécia.[49] Os introdutores da hipnoterapia na Inglaterra — Braid, Esdaile e Elliotson — "indubitavelmente beberam suas idéias na Índia".[50]

O quadro geral da medicina indiana é o de um rápido desenvolvimento nos períodos védico e búdico, seguido de séculos de lentas e cautelosas melhorias. Não sabemos o quanto os sábios hindus devem à Grécia, ou quanto deve esta a eles. No tempo de Alexandre, diz Garrison, "os médicos e cirurgiões hindus gozavam de merecida fama de hábeis e sábios", e o próprio Aristóteles parece ter tomado muita coisa deles.[51] E também os persas e árabes: é difícil dizer o que a medicina hindu deve aos médicos de Bagdá, ou, através destes, à medicina babilônica; certos remédios como o ópio e o mercúrio, e certos diagnósticos, como tomar o pulso, parecem ter passado da Pérsia à Índia; por outro lado encontramos os persas e árabes traduzindo em suas línguas, no século VIII, os compêndios de Sushruta e de Charaka, já velhos de mil anos.[52] O grande califa Harum-al-Rashid aceitou a preeminência da medicina e da escola da Índia, e de lá importou médicos para a organização de hospitais e escolas de medicina em Bagdá.[53] A conclusão de Lorde Ampthil é que tanto a Europa medieval como a moderna devem seu sistema de medicina aos árabes — e que estes o trouxeram da Índia.[54] O provável é que esta ciência, a mais nobre e incerta de todas, se tenha desenvolvido simultaneamente, e com recíprocas influências, na Suméria, no Egito e na Índia.

II. OS SEIS SISTEMAS DA FILOSOFIA BRAMÂNICA

Antigüidade da filosofia indiana — Seu papel preeminente
Seus mestres — Formas — Concepção da ortodoxia —
Afirmações

Na filosofia, a prioridade da Índia é mais clara do que na medicina, embora suas origens sejam veladas e hipotéticas. Alguns *Upanishads* revelam-se mais antigos que qualquer forma de filosofia grega *chegada até nós*. E Pitágoras, Parmênides e Platão parecem influenciados pela metafísica indiana; mas as especulações de Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Anaxágoras e Empédocles não só aparecem antes da filosofia secular da Índia, como trazem um vinco céptico e físico que sugere qualquer origem menos a indiana. Victor Cousin admitia que "somos obrigados a ver nesse berço da raça humana a terra nativa da mais alta filosofia".[55] O mais provável, porém, é que nenhuma das civilizações que conhecemos tenha sido a originadora de qualquer dos elementos básicos da civilização.

Em parte nenhuma, entretanto, o desejo de filosofia foi tão forte como na Índia. A filosofia não era lá um ornamento ou uma recreação, mas algo do maior interesse prático para a vida; e os sábios recebiam as honras que o Ocidente confere aos homens de ação ou de fortuna. Que outro país algum dia se lembrou de organizar torneios en-

tre chefes de escolas filosóficas rivais? Nos *Upanishads* lemos como o rei do Videhas organizou, numa festa religiosa, os debates entre Yajnavalkya, Asvala, Artabhaga e Gargi (a Aspásia indiana); ao vencedor prometeu o rei — e deu — uma recompensa de mil vacas e muitas peças de ouro.[56] O sistema dos filósofos indianos era falar, não escrever; em vez de atacarem os oponentes na comodidade de um escrito, encontravam-se com eles em livre debate, e visitavam outras escolas a fim de se submeterem à controvérsia; grandes filósofos, como Shankara, passavam o tempo nessas jornadas intelectuais.[57] Às vezes o rei aderia a tais discussões, com a modéstia de um monarca diante de um filósofo — a darmos crédito ao que dizem os filósofos. O triunfador nos torneios tornava-se grande herói popular, como no Ocidente o general que volta vitorioso da guerra.[58]

Numa pintura rajaputra do século XVIII[59] vemos uma "Escola de Filosofia" tipicamente indiana — o professor sentado na esteira, sob uma árvore, e os alunos acocorados ao redor. Tais cenas podiam ser presenciadas por toda parte; os filósofos na Índia eram tão numerosos como os mercadores na Babilônia. Nenhum outro país jamais teve tantas escolas de pensamento. Num dos diálogos de Buda vemos que entre os filósofos daquela época havia 62 teorias distintas sobre a alma.[60] "Esta nação filosófica por excelência", diz Keyserling, "possui mais palavras sânscritas especiais do pensamento filosófico ou religioso do que as há no grego, no latim, e no alemão combinados."[61]

Como o pensamento indiano era transmitido sobretudo pela tradição oral, o que chegou até nós foram os *sutras* — arranjos aforísticos entre mestre e aluno, destinados principalmente a ajudar a memória. Os *sutras* que subsistem são de várias idades, alguns datando do ano 200 de nossa era, outros bem recentes, como os de 1400; em todos os casos, muito mais jovens do que as tradições de pensamento que resumem, porque a origem dessas escolas de filosofia é velha como Buda, e algumas, como a *Sankhya,* já estavam estabelecidas quando Buda nasceu.[62]

Todos os sistemas de filosofia indiana acomodam-se em duas categorias: os sistemas *Astika*, que afirmam, e os sistemas *Nastika*, que negam. (*Asti* quer dizer "é", *n'asti* quer dizer "não é".) Já estudamos os sistemas *Nastika*, que são principalmente os dos charvacas, budistas e Jains. O estranho, porém, é que esses sistemas eram assim chamados, não porque questionassem ou negassem a existência de Deus, mas porque questionavam, negavam ou ignoravam a autoridade dos *Vedas*. Muitos dos sistemas *Astika* também questionavam ou negavam Deus; eram entretanto considerados ortodoxos porque aceitavam a infalibilidade das *Escrituras* e a instituição das castas; nenhum embaraço se opunha ao livre pensamento, embora ateístico, das escolas que aceitassem esse fundamento da ortodoxia social hindu. Havia muita elasticidade na interpretação dos *Vedas*, de modo que os dialéticos deles extraíam a doutrina que lhes parecesse mais conveniente; a respeitabilidade intelectual estava apenas na dependência do reconhecimento das castas; desde que isto constituía o verdadeiro governo da Índia, rejeitá-lo equivalia a traição e aceitá-lo encampava todos os pecados. Na realidade os filósofos da Índia gozavam de mais liberdade do que os seus colegas escolásticos da Europa, embora menos que os pensadores cristãos durante o regime dos grandes papas do Renascimento.

Dos sistemas "ortodoxos", ou *darshanas* ("demonstrações"), seis tornaram-se tão proeminentes que, em certo tempo, cada pensador indiano que admitia a autoridade dos brâmanes ligava-se a uma ou outra dessas escolas. Todas as seis faziam certas afirmações básicas para o pensamento hindu: que os *Vedas* eram inspirados; que o raciocínio é de menos confiança como guia da verdade que a intuição dos indivíduos adequadamente preparados pelo ascetismo; que o propósito do conhecimento e da filosofia não é o controle do mundo, mas a evasão; e que o alvo do pensamento está no encontro da libertação do sofrimento causado pelos desejos por meio da destruição destes. São filosofias que atraem os homens quando lhes sobrevém o cansaço da ambição da luta, da riqueza, do "progresso", do "sucesso".

1. O Sistema Nyaya

Um lógico hindu

O primeiro dos sistemas "bramânicos", na ordem lógica do pensamento hindu (porque a ordem cronológica é incerta), consta de um corpo de doutrinas que se estendem por dois milênios. *Nyaya* quer dizer "argumento", meio de levar o espírito a uma conclusão. Seu mais famoso texto está no *Nyaya Sutra,* atribuído a Gautama e posto entre o século III a. C. e o século I de nossa era.[63] Como todos os pensadores hindus, Gautama anuncia, como propósito de sua obra, a consecução do Nirvana, ou a libertação da tirania do desejo, alcançada por um claro e coerente raciocínio; mas suspeitamos que o seu intento era oferecer um guia aos perplexos lutadores nos debates filosóficos da Índia. Gautama expõe-lhes as tricas da controvérsia e enumera as falácias comuns do pensamento. Tal qual um Aristóteles, baseia a estrutura do argumento no silogismo e encontra o ponto crucial no meio termo; o silogismo *Nyaya,* entretanto, tem cinco proposições: teorema, razão, premissa maior, premissa menor e conclusão. Exemplo: 1) Sócrates é mortal; 2) porque é homem; 3) todos os homens são mortais; 4) Sócrates é homem; 5) logo, Sócrates é mortal); à maneira de um William James ou John Dewey, olha para o conhecimento e o pensamento como utensílios pragmáticos e órgãos da necessidade e da vontade humanas, a serem comprovados pela sua capacidade de conduzirem a ações bem-sucedidas.[64] Gautama é realista, nada tendo a ver com a sublime idéia de que o mundo cessa de existir quando ninguém tomar a precaução de percebê-lo. Seus predecessores no *Nyaya* eram aparentemente ateístas; seus sucessores tornaram-se epistemologistas.[65] As realizações de Gautama deram à Índia um órgão de investigação e pensamento, além de um rico vocabulário de termos filosóficos.

2. O Sistema Vaisheshika

Demócrito na Índia

Se Gautama é o Aristóteles da Índia, Kanada é o Demócrito. Seu nome, que significa "comedor de átomos", sugere ser ele uma lendária criação da imaginação histórica. Não está bem apurada a data em que o sistema *Vaisheshika* foi formulado, embora possamos estimá-la entre 300 a. C. e 800 da era cristã. O nome vem de *vishesha,* "particularidade": o mundo, na teoria de Kanada, está cheio de coisas, mas tudo não passa de combinações de átomos; as formas mudam, mas os átomos permanecem indestrutíveis. À completa lembrança de Demócrito, Kanada anuncia que nada existe além de "átomos e vácuos", e que os átomos se movem não de acordo com a vontade de um deus inteligente, mas pela força impessoal da Lei — *Adrishta,* o "invisível". E como os filhos dos radicais se tornam ferozes conservadores, os últimos expositores do *Vaisheshika,* incapazes de ver como forças cegas podiam dar ordem e unidade ao cosmos, colocaram um mundo de minúsculas almas dentro do mundo dos átomos — e puseram a

superintender os dois mundos um Deus inteligente.[66] Bem velha é a harmonia "pré-estabelecida" de Leibnitz.

3. O Sistema Sankhya

Sua alta reputação — Metafísica — Evolução — Ateísmo — Idealismo — Espírito — Corpo, espírito e alma — O alvo da filosofia — Influência do Sankhya

"Temos aqui o mais significativo sistema filosófico produzido pela Índia,"[67] diz o professor Garbe, que devotou boa parte da vida ao estudo do *Sankhya* e nele se consolou com a idéia de que "com a doutrina de Kapila aparece, pela primeira vez na história do mundo, a completa liberdade do espírito humano e a plena confiança em seus poderes".[68] Constitui o mais velho dos seis sistemas,[69] e talvez seja o mais antigo de todos. (*Sankhya-karika*, do comentador Ishvara Krishna, data apenas do século V de nossa era, e o *Sankhya-sutras*, outrora atribuído a Kapila, deve ser do século XV de nossa era; mas as origens do sistema são anteriores ao próprio budismo.[70] Os textos budistas do *Mahabharata*[71] freqüentemente a ele se referem, e Winternitz aponta os seus reflexos em Pitágoras.[72]) De Kapila nada sabemos, exceto que a tradição indiana, sempre descuriosa de datas, lhe atribui a criação da filosofia *Sankhya*, no século VI a. C.[73]

Kapila era a um tempo realista e escolástico. Começa quase medicamente estabelecendo em seu primeiro aforismo que a "completa cessação da dor... é o grande objetivo do homem". Rejeita como inadequada a tentativa de escapar ao sofrimento por meios físicos; refuta com muito malabarismo de lógica os pontos de vista contrários, e passa a construir por meio de *sutras* terrivelmente concentrados o seu próprio sistema de metafísica. Para denominá-lo ele recorre ao sistema da enumeração de vinte e cinco Realidades (*Tattwas*), que, na sua concepção, constituem o mundo. Essas Realidades são dispostas num complexo relacionamento, que talvez se esclareça com o seguinte esquema:

(1) A. — SUBSTÂNCIA (*Prakriti*, produtor), um princípio físico universal que pela força da sua evolução (*Gunas*) produz:
(2) I. Intelecto (*Buddhi*), o poder de percepção, o qual, através da sua evolução (*Gunas*), produz:
(3) (a) Os Cinco Sutis Elementos, ou Poderes Sensoriais do Mundo Interno:
(4) 1. Visão,
(5) 2. Audição,
(6) 3. Olfato,
(7) 4. Paladar e
(8) 5. Tato; (as Realidades de [1] a [8] cooperam para produzir as de [10] a [24]).
(9) (b) Espírito (*Manas*), o poder de concepção;
(c) Os Cinco Órgãos dos Sentidos (correspondentes às Realidades de [4] a [8]):
(10) 1. Olhos,
(11) 2. Ouvidos,
(12) 3. Nariz,
(13) 4. Língua e

(14) 5. Pele;
(d) Os cinco Órgãos da Ação:
(15) 1. Laringe,
(16) 2. Mãos,
(17) 3. Pés,
(18) 4. Órgãos excretórios e
(19) 5. Órgãos geradores;
(e) Os Cinco Grandes Elementos do Mundo Externo:
(20) 1. Éter,
(21) 2. Ar,
(22) 3. Fogo e Luz,
(23) 4. Água e
(24) 5. Terra.
(25) B. — ESPÍRITO (*Purusha*, pessoa), um princípio físico universal que, embora incapaz de fazer qualquer coisa sozinha, anima e vitaliza *Prakriti*, e lhe estimula os poderes de evolução.

No começo isto parece um sistema puramente materialista: o mundo do espírito e o "eu", bem como o corpo e a matéria, surgem como coisas da evolução natural, uma unidade e continuidade de elementos em perpétuo desenvolvimento e decadência, do mais baixo ao mais alto e reversamente. Lamarck transparece no pensamento de Kapila: a necessidade do organismo (o "eu") em gerar a função (visão, audição, olfato, paladar e tato) e da função em produzir o órgão (olhos, ouvidos, nariz, língua e pele). Não há descontinuidade no sistema, e nenhuma distinção vital entre o orgânico e o inorgânico, entre o vegetal e o animal, ou entre o mundo animal e o humano; tudo são elos de uma cadeia de vida, raios da roda da evolução e dissolução, do nascimento, morte e renascimento. O curso da evolução é fatalisticamente determinado pelas três qualidades ou poderes (*Gunas*) da Substância: pureza, atividade e ignorância. Estes poderes não revelam preconceito a favor do desenvolvimento contra a decadência; tanto produzem um como outra, num ciclo sem fim, como um estúpido mágico a tirar uma infinidade de coisas de um chapéu e a recolhê-las de novo, e assim toda a vida. Cada estado de evolução contém em si, como mais tarde iria dizer Spencer, a tendência para cair em dissolução, como uma contraparte de seu destino.

A exemplo de Laplace, Kapila não viu necessidade de nenhum deus para explicar a criação ou a evolução;[74] na tão religiosa e filosófica Índia, nada mais comum do que religiões e filosofias sem deus. Muitos dos textos *Sankhyas* explicitamente negam a existência de um criador pessoal; a criação é inconcebível, porque "uma coisa não pode ser feita de nada";[75] criador e criação, tudo é um.[76] Kapila contenta-se em escrever (precisamente como se fosse Immanuel Kant) que um criador pessoal não pode ser demonstrado pela razão humana. Porque tudo quanto existe, diz este sutilíssimo cético, deve ser submetido ou livre, e Deus não pode ser uma coisa ou outra. Se Deus é perfeito, não teria necessidade de criar o mundo; se é imperfeito, não é Deus. Se Deus é bom e tem poderes divinos, não podia criar um mundo tão imperfeito e cheio de sofrimentos, onde só a morte é certa.[77] É curioso ver com que calma os pensadores hindus discutem estas questões, jamais recorrendo à violência e conservando o debate em plano hoje só só atingido pelos sábios da mais alta maturidade. Kapila protege-se com a admissão da autoridade dos *Vedas*: "Os *Vedas*", diz ele simplesmente, "são uma autoridade, desde que o seu autor conhecia a verdade estabelecida."[78] Em seguida prossegue em sua exposição sem pensar mais nos *Vedas*.

Mas Kapila não é materialista; ao contrário, é a seu modo um idealista e um espiritualista. A realidade deriva unicamente da percepção; são os nossos órgãos dos sentidos e o nosso pensamento que dão realidade, forma e significação ao mundo; o que o mundo pode ser independente da nossa percepção é questão ociosa, que nunca poderá ser respondida.[79] Em seguida, depois de arrolar 24 *Tattwas* submetidos à evolução física, Kapila derruba todo este materialismo com a introdução da última Realidade e talvez a mais importante de todas — *Purusha*, a "pessoa" ou a alma. Esta realidade não é, como as outras, produzida pela força física; é um princípio psíquico independente, onipresente e eterno, incapaz de agir por si mas indispensável a toda ação. Porque a Realidade (*Prakriti*) nunca se desenvolve, a evolução (*Gunas*) nunca age, exceto por inspiração da alma, ou do *Purusha*; o físico é animado, vitalizado e estimulado a evoluir por força do princípio psíquico.[80] Aqui Kapila fala como Aristóteles: "Existe a influência diretora do Espírito" (sobre *Prakriti* ou o mundo em evolução), "causada pela sua proximidade, exatamente como a proximidade da magnetita atrai o ferro. Isto é, a proximidade do *Purusha* em relação ao *Prakriti* impele este a evoluir. Esta espécie de atração entre os dois elementos conduz à criação; de nenhum outro modo age o Espírito."[81] ("A evolução do *Prakriti*", diz um comentador hindu, "não tem outro desígnio senão fornecer um espetáculo para a alma."[82] Provavelmente, como sugeriu Nietzsche, o melhor meio de encarar o mundo é vê-lo como um espetáculo estético ou dramático.)

O Espírito é plural, no sentido de existir em todos os organismos; mas é igual em todos os organismos; não comparticipa da individualidade. A individualidade é física; nós somos o que somos não por causa do nosso Espírito, mas por causa da origem, da evolução e experiência do nosso corpo e intelecto. No *Sankhya* o intelecto é uma parte do corpo como qualquer outra. O Espírito dentro de nós é livre, ao passo que o intelecto e o corpo estão amarrados a leis e *Gunas* ou qualidades do mundo físico;[83] não é o Espírito que age e é determinado mas o corpo-intelecto. Nem tampouco é o Espírito afetado pela decadência do corpo e da personalidade; ele é intangível pela corrente de nascimento e morte. "O intelecto perece", diz Kapila, "mas o Espírito não";[84] "apenas o 'eu' individual, amarrado à matéria e ao corpo, é que nasce, morre e renasce, na incessante flutuação de formas físicas que constituem a história do mundo externo.[85] Kapila só não duvidou da transmigração.

Como muitos outros pensadores hindus, ele encara a vida como um bem muito duvidoso — se acaso é um bem. "Poucos são estes dias de alegria, poucos são estes dias de mágoas: a riqueza é como a enchente do rio; a mocidade é como a margem de um rio em cheia que se desagrega; a vida é como a árvore da margem que desmorona."[86] O sofrimento vem do fato de o "eu" individual e o "eu" do intelecto estarem sujeitos à matéria e serem arrastados pelas forças cegas da evolução. Que fuga existirá para este sofrimento? Somente aquele que é proporcionado pela filosofia, responde Kapila; só por meio da compreensão filosófica todos esses sofrimentos e toda essa divisão de egos em luta se transfazem em *Maya* — a ilusão, o imponderável espetáculo da vida e do tempo. "A sujeição vem do erro de não discriminar"[87] entre o 'eu' que sofre e o Espírito que é imune, entre a superfície que é sujeita a perturbação e o alicerce que não se perturba e não muda. Para o homem erguer-se acima dos sofrimentos torna-se apenas necessário compreender que a nossa essência, que é Espírito, está além do bem e do mal, da alegria e da dor, do nascimento e da morte. A ação, a luta, as vitórias e derrotas afetam-nos unicamente enquanto não percebemos que não vêm

do Espírito; o homem iluminado encara-as como coisas alheias à sua essência — e permanece na atitude do espectador que da platéia assiste a um espetáculo. Deixemos a alma reconhecer a sua independência de todas as coisas e ela se sentirá livre; por este ato de compreensão a alma escapará da prisão do espaço e do tempo, da dor e da reencarnação.[88] "A libertação obtida por meio do conhecimento das 25 Realidades", diz Kapila, "ensina-nos um conhecimento único: que eu não *sou* nem nada de mim *é*."[89] Isto quer dizer que a individuação é uma ilusão; o que existe é, de um lado, a vasta espuma, envolvente e dissolvente, da matéria e do intelecto, dos corpos e dos "eus"; e, do outro lado, a calma eternidade da alma imutável e imperturbável.

Tal filosofia não traz alívio para os que encontram dificuldade em separar-se de sua carne dolorosa e das dores da memória; mas parece ter expressado muito bem a especulação filosófica da Índia. Nenhum outro sistema filosófico, à exceção do *Vedanta*, afetou de modo tão profundo a mentalidade hindu. No ateísmo idealístico de Buda e na sua concepção do Nirvana vemos a influência de Kapila; vemo-la também no *Mahabharata* e no Código de Manu, no *Puranas*, e no *Tantras* — que transformam *Purusha* e *Prakriti* nos princípios macho e fêmea da criação;[90] e vemo-la acima de tudo no sistema Ioga, que é um mero desenvolvimento prático do *Sankhya*. Kapila tem pouco adeptos hoje, depois que Shankhara e o *Vedanta* conquistaram a mentalidade hindu; mas um velho provérbio ainda soa na Índia: "Não há conhecimento igual ao *Sankhya*, nem poder igual à Ioga".[91]

4. O Sistema Ioga

O Homem Santo — A antigüidade da Ioga — Sua significação
Os oito estágios de disciplina — O objetivo da Ioga —
Os milagres dos iogues — A sinceridade da Ioga

Num belo e silencioso lugar
Havendo fixado residência — não muito alto,
Não muito baixo — deixai-o ficar com seus bens,
Uma pele de veado, uma veste e a relva *Kusha*.
Lá, fixando sua mente sobre o Um,
Dominando o coração e os sentidos, silencioso, calmo,
Deixai-o realizar a Ioga e alcançar
Pureza de alma, mantendo-se imóvel,
Os olhos fitando a ponta do nariz, alheio
A tudo em derredor, tranqüilo de espírito,
Livre do medo, atento
Ao voto *Brahmacharya*,
Cismando no Eu, perdido no pensamento do Eu.

O *Bhagavad-Gita* foi traduzido por Edwin Arnold como *O Canto Celestial*. *Brahmacharya* é o voto de castidade que faz o asceta. "Eu" é Krishna.

Nos *ghats* de banho da Índia, espalhados por entre os hindus devotos, os muçulmanos indiferentes e os turistas curiosos, sentam-se os Homens Santos, ou iogues, nos quais a religião e a filosofia da Índia encontram sua última e mais estranha expressão. Em menor número encontramo-los nas florestas e à beira das estradas, imóveis e ab-

sorvidos. Alguns velhos; outros, moços; alguns usam um trapo ao ombro; outros, tanga, e outros se vestem apenas de cinza e pó, espalhados pelo corpo e cabelos. Sentam-se de pernas cruzadas, imóveis, de olhos fixos no nariz ou no umbigo. Alguns fixam constantemente o sol, tornando-se aos poucos cegos; outros rodeiam-se de archotes em pleno calor do meio-dia; alguns andam sobre brasas, ou despejam-nas sobre a cabeça; outros passam trinta anos e mais deitados em leitos de puas de ferro; alguns fazem peregrinações de milhares de quilômetros, "rolando" pelo chão como um rolete de pau; alguns prendem-se às árvores ou metem-se dentro de gaiolas, onde permanecem até morrer; outros enterram-se até o pescoço e ficam assim anos, ou a vida inteira; alguns atravessam as duas faces com um arame, de modo a impossibilitar a abertura da boca, e vivem de líquidos; alguns conservam-se de mãos eternamente cerradas, até que as unhas as varem; outros mantêm um braço ou perna erguidos até que sequem. Muitos ficam anos e anos na mesma posição, imóveis, comendo o que lhes traz o povo e deliberadamente embotando os sentidos — na concentração do espírito para a compreensão. Outros, entretanto, evitam os meios espetaculares, e prosseguem na procura da verdade dentro da quieta reclusão de seus lares.

O Ocidente também viu homens assim na Idade Média, mas hoje só os encontramos em escusos recantos da Europa e da América. A Índia, porém, os possui há 2.500 anos, talvez mesmo desde os dias pré-históricos, quando eles seriam os *shamans* das tribos selvagens. O sistema da meditação ascética denominado Ioga já existia no tempo dos *Vedas*;[92] os *Upanishads* e o *Mahabharata* aceitavam-no; floresceu no tempo de Buda;[93] e o próprio Alexandre, impressionado com a capacidade desses ginosofistas em aceitar silenciosamente a dor, deteve-se para estudá-los e convidou um a ir morar com ele. O iogue recusou com a firmeza de Diógenes, dizendo não desejar coisa alguma de Alexandre, pois estava satisfeito com o nada que tinha. Esses ascetas riram-se do juvenil desejo do macedônio de conquistar o mundo, quando "só alguns pés de terra bastam para um homem, vivo ou morto". Outro sábio, Calanus (326 a.C.), acompanhou Alexandre à Pérsia; lá, adoecendo, pediu permissão para morrer, visto preferir a morte à doença; e calmamente subiu a uma fogueira, queimando-se vivo sem dar a menor demonstração de dor, com grande assombro dos gregos, que nunca tinham visto tal coisa.[94] Dois séculos depois (150 a.C.), Patanjali reuniu a prática e as tradições do sistema no seu famoso *Ioga-sutras*, que ainda hoje é usado no texto dos centros praticantes, de Benares a Los Angeles.[95] Yuan Chwang, no século VII, descreveu o sistema como tendo milhares de devotos;[96] Marco Polo, em 1296, fez dele uma viva pintura;[97] hoje, depois de tantos séculos, seus mais extremados seguidores, de um a três milhões na Índia,[98] ainda se torturam como meio de encontrar a paz da compreensão. Trata-se de um dos mais tocantes e impressionantes fenômenos da história do homem.

Que é a Ioga? Literalmente um jugo: não tanto um jugo ou união da alma com o Ser Supremo,[99] mas antes o jugo da abstinência ascética a que o aspirante se impõe a fim de libertar o espírito de suas limitações e assim conseguir poderes sobrenaturais de inteligência.[100] A matéria é a raiz da ignorância e do sofrimento; por isso a Ioga procura libertar a alma de todos os fenômenos dos sentidos e de todo apego ao corpo; é uma tentativa para alcançar a suprema iluminação e salvação em vida, e redimir numa só existência todos os pecados da alma cometidos nas encarnações passadas.[101]

Tal iluminação não vem de golpe; o aspirante tem que caminhar passo a passo, e nenhum dos seus estágios pode ser compreendido por quem não passou pelos estágios

anteriores; unicamente por meio de longo estudo e muita autodisciplina os fins da Ioga são alcançados. Os estágios são oito:

I. *Yama*, ou a morte do desejo: aqui a alma aceita as restrições do *ahimsa* e do *Brahmacharia*, abandona o auto-interesse, emancipa-se de tudo que é material e deseja o bem de todas as coisas.[102]
II. *Niyama*, fiel observância de certas regras preliminares para a Ioga: limpeza, contentamento, purificação, estudo e piedade.
III. *Asana*, postura: o alvo é aqui a supressão de todos os movimentos e sensações; o melhor *asana* consiste em cruzar as pernas, segurar os dedos grandes dos pés, inclinar a cabeça sobre o peito e fixar os olhos na ponta do nariz.[103]
IV. *Pranayama*, ou domínio da respiração: com este exercício o aspirante pode esquecer tudo, salvo respirar, e assim preparar o espírito para o vácuo que deve preceder à absorção; ao mesmo tempo aprenderá a viver com um mínimo de ar; fica em estado de poder ser enterrado por muitos dias sem que nada lhe aconteça.
V. *Pratyahara*, abstração: aqui o intelecto controla todos os sentidos e retira-se de todos os objetos percebidos sensorialmente. (Hobbes afirmava: *Semper idem sentire idem est ac nihil sentire*: "sentir sempre a mesma coisa é não sentir nada".)
VI. *Dharana*, ou concentração: a identificação ou ocupação do intelecto e dos sentidos com um só objeto, excluindo-se tudo mais. (Eliot cita uma passagem de Schopenhauer obviamente inspirada em seu estudo da filosofia hindu: "Quando alguma causa repentina ou disposição interior nos ergue da eterna corrente da vontade, a atenção já não se dirige aos motivos do querer, mas compreende as coisas independentemente de suas relações com a vontade, observa-as sem subjetividade, de modo puramente objetivo, e entrega-se a elas como idéias, não como motivos. E então a paz que vivemos procurando, e sempre nos foge, nos vem de si mesma."[104])
VII. *Dhyana*, ou meditação: é uma condição quase hipnótica, resultante do *Dharana*; pode ser produzida, diz Patanjali, pela persistente repetição da sílaba "om". E finalmente chegamos ao cume da Ioga com o
VIII. *Samadhi*, ou contemplação extática: mesmo os últimos pensamentos desaparecem do cérebro; e, assim vazio, o intelecto perde a consciência de si próprio como ser separado;[105] funde-se na totalidade e alcança a divina compreensão de todas as coisas no Um. Palavra nenhuma pode descrever aos não-iniciados esta condição; nenhuma inteligência pode formulá-la; "só através da Ioga pode a Ioga ser conhecida".[106]

Não obstante, não é Deus, ou a união com Deus, o que o iogue procura; na filosofia Ioga, Deus (Isvara) não é o criador ou preservador do universo, ou o que premia ou castiga os homens, mas simplesmente um dos vários objetos sobre os quais a alma pode meditar como meio de atingir a concentração e a iluminação. O objetivo é a dissociação entre espírito e corpo, a remoção do envoltório material do espírito graças à qual, segundo a teoria hindu, o paciente adquire capacidade e compreensão sobrenaturais.[107] Se a alma se limpa dessa maneira, não se une a *Brahman*, torna-se *Brahaman*; porque *Brahman* é precisamente essa oculta base espiritual, essa alma imaterial sem ego, que subsiste quando todos os sentidos e apegos terrenos são eliminados. Aqui a base mágica da religião reaparece, e praticamente ameaça a essência da religião em si — a adoração de poderes superiores ao homem.

Nos dias dos *Upanishads*, a Ioga não passava de puro misticismo, uma tentativa para realizar a identidade da alma com Deus. Diz a lenda hindu que em tempos remotos sete Homens Sábios, ou *Rishis*, adquiriram, pela penitência e a meditação, o completo conhecimento das coisas.[108] Posteriormente a Ioga se corrompeu com a mágica,

preferindo adquirir o poder da fazer milagres a entrar na paz da compreensão. O iogue admitia que por meio da Ioga podia anestesiar e controlar qualquer parte do corpo, usando a concentração do pensamento nessa parte;[109] que podia, à vontade, fazer-se invisível ou transportar-se num movimento a qualquer ponto da terra, ou viver o tempo que quisesse, ou conhecer o passado e o futuro e as mais distantes estrelas.[110]

O cético tem de admitir que nada há de impossível nisto; os loucos podem inventar mais hipóteses do que as que podem refutar os filósofos, e os filósofos freqüentemente também se entregam a esse jogo. O êxtase e a alucinação produzem-se por meio do jejum e da mortificação; a concentração determina a insensibilidade à dor; e não há dizer que reservas de energia e capacidade se ocultam dentro da criatura humana. Muitos dos iogues, entretanto, são meros mendigos que se entregam àquele modo de viver levados pela humana fome de notoriedade e aplausos. (O incompreensivo Dubois descreve-os como "tribo de vagabundos".[111] A palavra *fakir*, aplicada às vezes aos iogues, é um termo árabe, com significação de "pobre", e propriamente só aplicável aos membros das ordens muçulmanas com voto de pobreza.) O ascetismo é a recíproca da sensualidade, ou a tentativa para controlar a sensualidade; mas tende a tornar-se uma forma masoquista da sensualidade, na qual o asceta sente um prazer quase erótico na sua dor. Sabiamente abstiveram-se os brâmanes de tais práticas; sempre aconselharam os seus seguidores a procurar a santidade unicamente na conscienciosa realização dos deveres normais da vida.[112]

5. O Purva-Mimansa

Passar da Ioga ao *Purva-Mimansa* é passar do mais renomado ao menos importante e menos conhecido dos seis sistemas da filosofia bramânica. Assim como a Ioga é mais mágica e misticismo do que filosofia, assim também este sistema é menos filosofia do que religião; corresponde a uma reação ortodoxa contra as teorias ímpias dos filósofos. Seu autor, Jaimini, protestou contra a disposição de Kapila e Kanada de ignorar, embora admitindo-a, a autoridade dos *Vedas*. A mente humana, diz Jaimini, é muito fraca para solver os problemas da metafísica e da teologia; a razão está sempre a serviço de todos os desejos; não nos dá "ciência" e "verdade", mas apenas o nosso próprio orgulho e a nossa própria sensualidade racionalizados. O caminho da sabedoria e da paz não é encontrado através dos vãos labirintos da lógica, mas na humilde aceitação da tradição e no cumprimento dos rituais prescritos nas Escrituras. Porque, po demos dizer, *cela vous abêtira.*

6. O Sistema Vedanta

Origem — Shankara — Lógica — Epistemologia — Maya — Psicologia — Teologia — Deus — Ética — Dificuldades do sistema — Morte de Shankara

A palavra *Vedanta* significava originalmente o fim dos *Vedas*, isto é, os *Upanishads*. Hoje a Índia aplica-a ao sistema da filosofia que dá estrutura lógica à doutrina essencial dos *Upanishads*, de que Deus (*Brahman*) e a alma (*Atman*) são um. A mais velha forma desta filosofia, tão espalhada na Índia, é o *Brahman-sutra* de Badarayana (200 a. C.): 555 aforismos, dos quais o primeiro enuncia o propósito de todos — o desejo de conhecer *Brahman*. Quase mil anos depois, Gaudapada escreveu

um comentário sobre estes *sutras*, e ensinou a doutrina esotérica do sistema a Govinda, que a ensinou a Shankara, o qual escreveu os mais famosos comentários do *Vedanta* e se tornou o maior dos filósofos da Índia.

Em sua curta vida de 32 anos, Shankara realizou aquela união do sábio e do santo, da sabedoria e da bondade, que caracteriza o mais elevado tipo de homem produzido na Índia. Nascido entre os estudiosos brâmanes nambudri de Malabar, Shankara fugiu às pompas do mundo e ainda muito jovem se tornou um *sannyasi;* adorava despretensiosamente os deuses do panteão hindu e misticamente se absorveu na visão de *Brahman*. Pareceu-lhe que a religião e a filosofia mais profundas eram as dos *Upanishads*. Podia perdoar o politeísmo do povo, mas não o ateísmo do *Sankhya* ou o agnosticismo de Buda. Chegando ao norte, como delegado do sul, conquistou tal popularidade que a universidade de Benares o coroou com as mais altas honras, e o mandou, numa comitiva de discípulos, como o campeão do bramanismo em excursão por todos os centros de debates da Índia. Provavelmente em Benares escreveu ele os famosos comentários sobre os *Upanishads* e o *Bhagavad-Gita*, nos quais atacou todos os heréticos da Índia e devolveu o bramanismo à posição de liderança mental da qual Buda e Kapila o tinham apeado.

Há muita aridez metafísica nestes discursos, defeito aliás perdoável num homem que aos trinta anos era a um tempo o Aquino e o Kant da Índia. A exemplo de Aquino, Shankara aceita a absoluta autoridade das Escrituras, e parte à procura de provas e razões para esses ensinamentos revelados. Separa-se, entretanto, de Aquino por não crer que a razão baste para tal empresa; acha que temos exagerado o poder da razão.[113] Jaimini estaria certo; a razão é um advogado que prova tudo quanto queremos; para cada argumento descobre um oposto, e a resultante é o cepticismo enfraquecedor do caráter e minador de todos os valores da vida. Não é de lógica que necessitamos, diz Shankara, mas de visão interior, da faculdade de aprender o essencial no irrelevante, o eterno no temporal, o todo na parte; esta é a primeira exigência da filosofia. A segunda é a boa vontade para observar e inquirir por amor ao conhecimento, não por qualquer outro motivo, riqueza ou poder; é a fuga do espírito a toda excitação ou tendenciosidade. A terceira, que o filósofo precisa adquirir autodominação, paciência e traqüilidade; deve pairar acima das tentações materiais. E, finalmente, deve acender no fundo da alma o desejo de *moksha*, de libertação da ignorância, de pôr fim à consciência individual, de alcançar uma abençoada absorção em *Brahman* — a absoluta compreensão e a infinita unidade.[114] Numa palavra, não é tanto da lógica da razão que o estudante necessita, mas de disciplina e aprofundamento da alma. Isto talvez tenha sido o segredo de toda educação profunda.

Shankara colocou a fonte da sua filosofia num ponto muito remoto e sutil, e que só seria novamente alcançado mil anos depois, quando Immanuel Kant escreveu a *Crítica da Razão Pura*. Como, pergunta ele, é possível o conhecimento? Na aparência, todos os nossos conhecimentos vêm dos sentidos; não revelam realidade externa, mas a nossa adaptação sensorial a essa realidade. Por meio dos sentidos, portanto, nunca poderemos conhecer o "real"; só podemos conhecê-lo através do conjunto espaço-tempo-causa, que pode ser uma criação dos nossos sentidos, designada ou evolvida para apanhar essa fluente e ilusória realidade cuja existência nós supomos, mas cujo caráter não podemos objetivamente descrever; eternamente o nosso caminho do perceber se misturará com a coisa percebida.

Isto não é o aéreo subjetivismo do solipsista que admite podermos destruir o mundo simplesmente mergulhando no sono. O mundo existe, mas é *Maya* — não ilusão, mas fenômeno de aparência criado parcialmente pelo nosso intelecto. Nossa incapacidade de perceber coisas exceto em termos de espaço e tempo, ou de pensá-las exceto em termos de causa e mudança, constitui uma limitação inata, um *Avidya*, ou ignorância ligada ao nosso modo de percepção.*Maya* e *Avidya* são os lados subjetivo e objetivo da grande ilusão pela qual o intelecto supõe que conhece o real; é por meio de *Maya* e *Avidya* que vemos a mutiplicidade de objetos e o fluxo da mudança; na verdade só existe um Ser, e "mudança" é um "simples nome" para a superficial flutuação das formas. Atrás de *Maya* ou das mudanças está *Brahman*, a Realidade Universal.

Este natural obscurecimento dos sentidos e do intelecto pelos órgãos e formas da sensação e compreensão igualmente nos impede de perceber a Alma una e imutável que se encontra atrás de todas as almas individuais. Nossos egos separados, visíveis à percepção e ao pensamento, são tão irreais e fantasmagóricos como o espaço e o tempo; as diferenças individuais pertencem ao caleidoscópico mundo das mudanças; e passam, com as condições materiais de que fazem parte. Mas a vida subjacente, que sentimos em nós quando pomos de lado o espaço e o tempo, constitui a nossa verdadeira essência e realidade, o *Atman* que compartilhamos com todos os egos e coisas, indivisível e onipresente, identificado com *Brahman*, Deus.[115]

Mas que é Deus? Assim como há dois "eus" — o ego e o *Atman* — e dois mundos — o fenomenal e o nominal — assim também há duas deidades: *Ishvara*, ou o Criador, adorado pelo povo em termos de espaço, causa, tempo e mudanças; e *Brahman*, ou o Ser Puro, adorado pela piedade filosófica que procura e encontra, atrás de todas as coisas e egos separados, uma realidade universal, imutável no meio de todas as mudanças, indivisível no meio de todas as divisões, eterno a despeito de todas as vicissitudes de forma, nascimento e morte. O politeísmo e mesmo o teísmo pertencem ao mundo de *Maya* e *Avidya*; são formas de adoração que correspondem a formas de percepção e pensamento; são tão necessárias à nossa vida moral como o espaço, o tempo e a causa são necessários à nossa vida mental, mas não possuem nenhuma validade absoluta ou verdade objetiva.[116]

A existência de Deus não constitui problema para Shankara, porque ele define Deus como Existência e identifica tudo com Deus. Da existência pessoal de um Deus criador ou redentor, porém, haverá algo que dizer; semelhante deidade, diz este Kant indiano, não pode ser provada pela razão, podendo apenas ser admitida como uma necessidade prática,[117] que oferece paz aos nossos limitados intelectos e encorajamento à nossa frágil moralidade. O filósofo dispensa estas perdoáveis formas da fé popular, embora penetre em todos os templos e possa curvar-se a todos os deuses; sentindo o ilusório da pluralidade e a monística unidade de todas as coisas (daí o nome *Advaita* — não-dualismo — freqüentemente dado à filosofia *Vedanta*) ele adorará como Ser Supremo o Ser em si — indescritível, ilimitado, livre do espaço e do tempo, fonte e substância de toda realidade. (Shankara e o *Vedanta* não são completamente panteísticos: coisas consideradas distintas entre si não são *Brahman*; são *Brahman* só no essencial, no indivisível, no imutável que contenham. "*Brahman*", diz Shankara, "não se assemelha ao mundo, e no entanto fora de *Brahman* nada existe; tudo que parece existir fora de *Brahman* só existe de maneira ilusória, como a miragem do deserto."[118]) Podemos aplicar a *Brahman* os adjetivos "consciente",

mesmo "feliz", desde que *Brahman* inclui todos os egos e estes podem ter tais qualidades,[119] mas todos os outros adjetivos podem ser igualmente aplicáveis a *Brahman*, já que ele inclui todas as qualidades de todas as coisas. Na essência *Brahman* é neutro, acima da personalidade e do gênero, além do bem e do mal, das distinções morais, das diferenças e atributos dos desejos e fins. *Brahman* é a causa e o efeito, a secreta essência do mundo.

Encontrar esta essência e permitir que o homem nela se evanesça — este é o alvo da filosofia. Ser um com Deus significa para Shankara erguer-se acima da separatividade e brevidade do ego, com todos os seus pequenos propósitos e interesses; tornar-se inconsciente de todas as partes, divisões, coisas; afundar num Nirvana de ausência de desejos, na unidade com esse grande oceano do Ser, em que não existem propósitos antagônicos, nem egos em competição, nem partes, nem espaço, nem tempo.

Leia-se de Blake:

"Ao auto-aniquilamento e à Morte Eterna eu descerei.
Para que quando vier o Juízo Final não me encontre desaniquilado,
E eu seja aprisionado e colocado nas mãos de minha própria individualidade."[120]

Ou leia-se de Tennison "O Sábio Antigo", quando diz:

"Por mais de uma vez quando eu
Me sentei sozinho revolvendo dentro de mim
A palavra que é o símbolo do 'eu',
Senti que se afrouxava a cadeia mortal da Individualidade,
E eu me desvanecia no Inominável, como uma nuvem se dissolve no Céu."[121]

Para alcançar esta paz (*Ananda*) o homem deve renunciar não só ao mundo mas a si próprio; não deve pensar em posses e bens, nem no bem ou no mal; tem que tomar o sofrimento e a morte como *Maya*, incidentes superficiais do corpo e da matéria, do tempo e da mudança; e não pensar em sua própria qualidade pessoal; um só momento de orgulho ou auto-interesse pode destruir toda a sua obra de libertação.[122] Boas obras não asseguram ao homem nenhuma salvação, porque só valem em *Maya*, isto é, na superfície, no espaço e no tempo; só o conhecimento do vidente pode trazer essa salvação, que é o reconhecimento da identidade do "eu" com o universo, de *Atman* e *Brahman*, alma e Deus, e a absorção da parte no todo.[123] Somente ao completar-se esta absorção, a roda da reencarnação pára; porque o homem verifica que a separação em personalidade, que dá origem à reencarnação, é ilusória.[124] *Ishvara*, o deus *Maya*, é quem produz o renascimento do ego, como recompensa ou punição; mas quando a identidade de *Atman* e *Brahman* "se torna conhecida", diz Shankara, "a existência da alma como coisa errante e a existência de *Brahman* como criador se evanescem".[125] *Ishvara* e Carma, como as coisas e egos, aparecem, na exotérica doutrina do *Vedanta*, como adaptações às necessidades do homem comum; na doutrina esotérica, ou secreta, alma e *Brahman* são uma coisa só, eterna e imutável.[126]

Era pensamento de Shankara confinar sua doutrina esotérica aos filósofos; porque assim como Voltaire acreditava que só a sociedade dos filósofos podia viver sem leis,

assim também só a sociedade dos super-homens pode viver além do bem e do mal. Adverte a crítica de que se o bem e o mal são *Maya*, parte do mundo irreal, então todas as distinções morais desaparecem, e os demônios valem tanto quanto os santos. Mas essas distinções morais, responde argutamente Shankara, só são reais *dentro* do mundo de espaço e tempo, e apenas para os que vivem neste mundo. Não têm qualquer relação com a alma que se uniu a *Brahman*; tal alma não pode errar, desde que erro implica desejo e ação; por definição, a alma libertada não se move na esfera do desejo e da ação. Quem quer que conscientemente faça mal a outro vive no plano de *Maya* e está sujeito às suas distinções, suas moralidades e leis. Só o filósofo é livre, só a sabedoria dá liberdade. (Não sabemos o quanto da insistência de Parmênides sobre a irrealidade do Muitos e a única realidade do Um é devida aos *Upanishads*, ou se ele contribuiu para a filosofia de Shankara; nem podemos estabelecer qualquer conexão de causas ou sugestão entre Shankara e a extraordinariamente semelhante filosofia de Kant.)

Teremos aqui uma sutil e profunda filosofia — profunda demais para um moço na quadra dos vinte anos. Shankara não só a reduziu a escritos e a defendeu em inúmeros debates, como a expressou em poemas. Depois de enfrentar todos os opositores, retirou-se para uma ermida no Himalaia e, segundo a tradição indiana, morreu aos 32 anos de idade.[127] Dez ordens religiosas foram fundadas em seu nome, e muitos discípulos aceitaram sua filosofia e a desenvolveram. Um deles — outros a atribuem ao próprio Shankara — escreveu uma exposição popular do *Vedanta* — o *Mohamudgara*, ou "Martelo da Loucura" — em que os pontos essenciais do sistema são resumidos claramente:

> Louco! Abandona a sede de riqueza, bane todos os desejos de teu coração. Deixa teu espírito satisfazer-se com o que lhe dá o teu Carma. (...) Não sejas orgulhoso da riqueza, dos amigos, da mocidade; o tempo tudo leva num momento. Deixa tudo isso — ilusões — e penetra em *Brahman*. (...) A vida é trêmula como a gota d'água sobre a folha do lótus. (...) O tempo corre, a vida evanesce e a respiração da esperança não cessa. O corpo enruga-se, os cabelos embranquecem, a boca perde os dentes, o bordão lhe vacila no punho — e o homem não larga a âncora da esperança. (...) Conserva sempre a equanimidade. (...) Em ti, em mim, em todos, só mora Vishnu; é inútil te mostrares colérico ou impaciente comigo. Procura o todo no Ego, e abandona a idéia de diferença.[128]

III. CONCLUSÕES DA FILOSOFIA HINDU

Decadência — Sumário — Crítica — Influência

A grande era da filosofia indiana chegou ao fim com as invasões islâmicas. Os assaltos dos muçulmanos e, depois, dos cristãos contra a fé nativa lançaram-na, defensivamente, numa tímida unidade, que transformou todo debate em traição e sufocou a heresia criadora numa estagnada uniformidade de pensamento. Por volta do século XII, o sistema do *Vedanta*, que Shankara desejara transformar em religião dos filósofos, foi reinterpretado por santos como Ramanuja (1050), numa ortodoxa adoração do Vishnu, Rama e Krishna. Proibida de pensar, a filosofia tornou-se não só escolástica como estéril; tomou os dogmas dos sacerdotes e laboriosamente procurou prová-los, com lógica, mas sem razão.[129]

Não obstante, os brâmanes, na solicitude de seus retiros e sob a proteção da ininteligibilidade, preservaram cuidadosamente os velhos sistemas por meios de *sutras* esotéricos e comentários, transmitindo assim ao futuro as conclusões da filosofia indiana. Em todos esses sistemas, bramânicos e outros, as categorias do intelecto são representadas como falsas diante da realidade imediatamente sentida ou vista. ("Nenhum santo hindu deixou de revelar desprezo pelo conhecimento adquirido pelos sentidos ou o intelecto."[130] "Jamais caíram os sábios da Índia no nosso erro típico de tomar qualquer formação intelectual a sério, no sentido metafísico; isso não tem mais substância do que qualquer formação *Maya*."[131]) E todo nosso racionalismo do século XVII parece ao metafísico hindu vã tentativa para sujeitar o incalculável universo aos conceitos da moda. "Em profunda cegueira vivem os que adoram a ignorância: cegueira ainda maior os que se contentam com o conhecimento."[132] A filosofia hindu começa onde a filosofia européia acaba — com o inquérito sobre a natureza do conhecimento e as limitações da razão; não começa com a física de Tales e Demócrito, mas com a epistemologia de Locke e Kant; toma a mente como o que é mais imediatamente conhecido, e por isso não a assimila à matéria, conhecida só imediatamente e através da mente. Aceita o mundo externo, sem crer que os nossos sentidos possam conhecê-lo algum dia. Toda ciência é um mapa da nossa ignorância e pertence a *Maya*; formula, em conceitos e fases sempre em mudança, o racional de um modo em que a razão é apenas uma parte — uma corrente num mar sem fim. Mesmo a pessoa que raciocina é *Maya*, ilusão; que é ela senão uma temporária conjunção de eventos, um passageiro nódulo nas curvas da matéria e do espírito, através do espaço e do tempo? E que são seus atos ou seus pensamentos senão a resultante de forças que chegam antes do seu nascimento? Nada é real além de *Brahman*, o vasto oceano do Ser em que cada forma é uma momentânea vaga ou um fragmento da espuma das vagas. A virtude não é o calmo heroísmo das boas obras, nem nenhum piedoso êxtase, mas simplesmente a admissão da identidade de um "eu" com todos os outros "eus" dentro de *Brahman*; a moralidade é a vida com o senso da união de todas as coisas. "Aquele que discerne todas as criaturas em seu "eu", e o seu "eu" em todas as criaturas, não sentirá inquietação. Que decepção, que dor poderá atingi-lo?"[133] (Spinoza: "O maior bem é o conhecimento da união do espírito com toda a Natureza."[134] "O amor intelectual de Deus" é o resumo da filosofia hindu.)

Certos atributos característicos, que aos olhos do hindu não parecem defeitos, impediram esta filosofia de exercer mais larga influência sobre as outras civilizações. Seus métodos, a terminologia escolástica, as afirmações védicas prejudicaram-na e impediram-na de encontrar simpatia entre nações de cultura mais secularizada. A doutrina de *Maya* dá pouco estímulo à moralidade ou à virtude ativa; seu pessimismo é uma confissão de que, apesar da teoria do Carma, o mal não foi explicado; e parte do efeito desse sistema consiste em exaltar o estagnado quietismo diante de males que podem ser corrigidos, ou do trabalho que reclama execução. Não obstante, há nestas filosofias uma profundidade que faz parecerem superficiais as filosofias ativísticas das zonas mais vigorosas. Talvez nossos sistemas ocidentais, tão confiantes em que "saber é poder", sejam vozes da mocidade exageradoras da capacidade humana. À proporção que nossas energias se cansam na luta diária contra a imparcial Natureza e contra o Tempo hostil, olhamos com mais tolerância para as filosofias orientais de renúncia e paz. Daí o fato de a influência do pensamento indiano sobre as outras culturas ser maior nos dias de enfraquecimento e decadência. Enquanto a Grécia obti-

nha vitórias, pouca atenção deu a Pitágoras ou a Parmênides; mas quando começou a declinar, Platão e os sacerdotes órficos adotaram a teoria da reencarnação, e Zenão pregou um fatalismo e uma resignação quase hindu; quando a Grécia caiu, os neoplatônicos e os gnósticos beberam fundo nos poços da Índia. O empobrecimento da Europa depois da queda de Roma e a conquista pelos muçulmanos das rotas entre a Europa e a Índia parecem ter impedido por um milênio o direto intercâmbio de idéias entre Oriente e Ocidente. Só depois do estabelecimento dos ingleses na Índia é que as traduções dos *Upanishads* começaram a interessar o pensamento ocidental. Fichte concebeu um idealismo estranhamente semelhante ao de Shankara;[135] Schopenhauer praticamente incorporou o budismo, os *Upanishads* e o *Vedanta* à sua filosofia; e, na velhice, Schelling considerava os *Upanishads* a maior obra da sabedoria humana. Nietzsche permaneceu muito tempo com Bismarck e a Grécia para pensar na Índia, mas no fim caiu na Eterna Recorrência — que é uma variante da reencarnação hindu.

Em nossos tempos, a Europa recorre cada vez mais à filosofia do Oriente. (Bergson, Keyserling, Ciência Cristã, Teosofia.) Por outro lado, o Oriente recorre cada vez mais à ciência do Ocidente. Uma Segunda Guerra Mundial pode deixar a Europa novamente aberta ao influxo das fés e filosofias orientais — a exemplo da Grécia com a ruptura do Império de Alexandre e de Roma, com a queda da República Romana. O progressivo levante do Oriente contra o Ocidente, a perda dos mercados asiáticos que vinham sustentando a indústria e a prosperidade européias, o enfraquecimento da Europa pela pobreza, pelo facciosismo e a revolução podem amadurecer esse continente para uma nova religião de esperanças no céu e de desespero na terra. Provavelmente o preconceito é que faz tal desenlace parecer inconcebível à América; o quietismo e a resignação de nenhum modo se casam com a atmosfera eletrizada ou com a vitalidade nascida de abundantes reservas naturais e grandes territórios. Nosso clima talvez venha a proteger-nos no fim.

CAPÍTULO XX

A Literatura da Índia

I. AS LÍNGUAS DA ÍNDIA

Sânscrito — O vernáculo — Gramática

ASSIM como a filosofia e muito da literatura da Europa medieval eram compostas numa língua morta, ininteligível ao povo, assim também a filosofia e a literatura clássica da Índia fixavam-se num sânscrito já de muito afastado do falar comum do povo, mas que sobreviveu como o esperanto ou língua geral dos eruditos. Divorciada da vida da nação, esta língua literária se tornou um modelo de escolasticismo e refinamento; as novas palavras não eram formadas espontaneamente pelo povo, mas eruditamente, pelas necessidades de expressão técnica das escolas; por fim o sânscrito da filosofia perdeu a viril simplicidade dos hinos védicos e tornou-se um monstro artifical cujas *sesquipedalia verba* se arrastavam como tênias pelas páginas escritas. (Dois exemplos da aglutinação do sânscrito: ***citerapratisamkramayastadakarapattau, upadanavisvamasattakakaruapattih***.[1])

No século V a. C., entretanto, o povo do norte da Índia havia transformado o sânscrito em *prakrit*, do mesmo modo que na Itália o latim se transformara em italiano. O prácrito se tornou a língua dos budistas e Jains, até se transfazer no páli, a língua da mais velha literatura budista existente.[2] No fim do século X da nossa era essas línguas "indianas médias" deram origem a vários vernáculos dos quais o principal foi o hindi. No século XII saiu do hindi o hindustani como a língua de metade do norte da Índia. Finalmente os invasores muçulmanos enriqueceram o hindustani com palavras persas, criando um novo dialeto, o urdu. Eram todas línguas "indogermânicas" e confinadas ao Indostão; o Decã conservou as suas velhas línguas dravidianas — o tâmil, o ***telugu***, o ***kanarese*** e o ***malaiala***, das quais o tâmil se tornou o principal veículo literário do Sul. No século XIX o bengali substituiu o sânscrito como língua literária de Bengala; o novelista Chatterjee foi o seu Boccaccio e o poeta Tagore o seu Petrarca. Ainda em nossos dias a Índia possui 100 línguas, e a literatura do *Swaraj* (movimento pelo governo representativo) utiliza o inglês.

Muito cedo a Índia começou a traçar as raízes, a história, as relações e combinações das palavras. No século IV a. C. criou a ciência da gramática e produziu talvez o maior gramático que se conhece, Panini. Os estudos de Panini, Patanjali (150 de nossa era) e Bartrihari (650 de nossa era) lançaram as bases da filologia; e a fascinante ciência da genética verbal pôde desenvolver-se graças à redescoberta do sânscrito.

A escrita, como vimos, não era popular na Índia Védica. Lá pelo século V a. C. a escrita *kharosthi* foi adaptada de modelos semitas, e nas epopéias da literatura budista começamos a ouvir falar de escribas.[3] Folhas de palmeiras e cascas serviam de material, e como pena era usado um estilo de ferro; as cascas eram tratadas de modo a se tornarem menos frágeis; o estilo riscava nelas as letras e a tinta era derramada em cima, de modo a ficar somente nas riscas.[4] O papel foi trazido pelos muçulmanos

(1000 E. C.) mas só substituiu a casca no século XVII. As cascas escritas eram guardadas em ordem por meio de um cordel passado em furos, e livros de tais folhas se juntavam em bibliotecas chamadas pelos hindus "Tesourarias da Deusa da Língua". As devastações do tempo e da guerra não foram suficientes para impedir a sobrevivência de enormes coleções desta madeira literária. (De impresso não existe nada até o século XIX — talvez porque, como na China, era muito cara a adaptação do tipo móvel aos alfabetos nativos, possivelmente porque a impressão era considerada um rebaixamento vulgar da arte da caligrafia. Foram os ingleses que levaram para os hindus a impressão de periódicos e livros, melhorando-lhes a instrução. Hoje existem na Índia 1.517 jornais, 3.627 revistas e um movimento editorial de mais de 17.000 livros por ano.)[5]

II. EDUCAÇÃO

Escolas — Métodos — Universidades — Educação muçulmana — Um imperador amigo da educação

Até o século XIX a escrita continuou a contribuir muito pouco para a educação indiana. Talvez não fosse do interesse dos sacerdotes que os textos sagrados ou escolásticos se fizessem conhecidos de todos.[6] Tanto quanto podemos penetrar na história indiana, encontramos um sistema educacional[7] ativo, sempre nas mãos do clero, aberto no começo apenas aos filhos dos brâmanes, depois a todas as castas, menos aos intocáveis. Cada aldeia tinha a sua escola, mantida com fundos públicos; só em Bengala, antes da vinda dos ingleses, existiam cerca de 80.000 — uma para cada quatro mil habitantes.[8] A porcentagem de analfabetos no reinado de Ashoka era aparentemente menos elevada que hoje.[9]

As crianças freqüentavam a escola de setembro a fevereiro; começavam na idade de cinco anos e terminavam na de oito.[10] A instrução era sobretudo religiosa, qualquer que fosse a matéria; a memorização constituía o método usual, sendo os *Vedas* o texto inevitável. Leitura, escrita e cálculo,eram incluídos, mas não o objetivo principal; o caráter era posto acima do intelecto, e a disciplina consistia no elemento principal. Não consta que houvesse flagelação ou outros castigos severos, e o objetivo era a formação de saudáveis hábitos de vida.[11] Na idade de oito anos o menino passava aos cuidados de um guru, ou professor especial, com quem ia viver quase sempre até os 20. Nessa situação tinha de prestar pequenos serviços caseiros e guardar continência, cultivar a limpeza e abster-se da carne.[12] Recebia instrução nas "Cinco *Shastras*" ou ciências: gramática, artes e ofícios, medicina, lógica e filosofia. Finalmente era solto no mundo com a sábia advertência de que um quarto da educação vem do professor, um quarto do estudo feito por si mesmo, um quarto do convívio com os outros e um quarto da vida.[13]

Deste guru podia o estudante passar, ali pela idade de dezesseis anos, para uma das grandes universidades que faziam a glória da Índia antiga: Benares, Taxila, Vidarbha, Ajanta, Ujjain ou Nalanda. Benares foi a fortaleza do ensino bramânico, desde os dias de Buda até hoje; no tempo da conquista de Alexandre, Taxila tinha fama em toda a Ásia de sede da ciência hindu, sobretudo da ciência médica; Ujjain era famosa pelo seu curso de astronomia e Ajanta pelo ensino das artes. A fachada dos edifícios arruinados de Ajanta sugere a magnificência dessas velhas universidades.[14] Nalanda, a mais famosa das instituições budistas, foi fundada logo depois da morte do Mestre,

havendo o Estado, para custeá-la, efetuado a reserva da renda de cem cidades. Freqüentavam-na 10.000 estudantes, e o estabelecimento dispunha de cem salões de conferências, grandes bibliotecas e seis imensos blocos de dormitórios, de quatro andares; seus observatórios, escreveu Yuan Chwang, "perdiam-se nos vapores da manhã e os últimos andares esbarravam nas nuvens".[15] Esse velho sábio chinês gostou tanto dos monges e dos sombreados bosques de Nalanda que lá permaneceu cinco anos. "Dos de fora, que desejam entrar nas escolas de debates de Nalanda", diz ele, "a maioria, descoroçoada ante as dificuldades, afasta-se logo; só dois ou três em dez são bem sucedidos."[16] Os candidatos felizes, vencedores das provas, recebiam instrução, casa e comida, mas tinham que sujeitar-se a uma disciplina quase monástica. Não podiam falar com mulher, nem erguer para ela os olhos; o simples desejo de olhar para uma mulher já constituía grande pecado, à moda do Novo Testamento. O estudante culpado de relações sexuais tinha de usar durante um ano inteiro uma pele de jumento com a cauda erguida e sair esmolando a todos e contando o seu pecado. Cada manhã os estudantes tomavam banho nas grandes piscinas da universidade. O curso durava doze anos; alguns estudantes prolongavam-no por trinta, e outros até a morte.[17]

Quase todos os mosteiros budistas e brâmanes do norte da Índia foram destruídos pelos muçulmanos. Nalanda foi completamente incendiada em 1197, e todos os monges foram chacinados; com base apenas no que os fanáticos deixaram, dificilmente fazemos idéia da abundante vida indiana. Todavia os conquistadores não eram bárbaros; apreciavam a beleza e tinham um jeito quase moderno de usar a piedade para seus propósitos pilharengos. Quandos os mongóis subiram ao trono, trouxeram consigo um alto padrão de cultura; amavam as letras tanto quanto a espada, e sabiam combinar com a poesia um bem-sucedido assédio de cidade. Entre eles a educação era sobretudo individual, por meio de professores que os pais prósperos tomavam para lhes cuidar dos filhos. Educação aristocrática e ornamental, que às vezes ajudava o educando a vencer nos negócios ou na política, mas que irritava as classes pobres. A propósito dos métodos desses professores, temos uma carta histórica — a resposta de Aurangzeb ao seu antigo mestre, que se empenhava em obter uma sinecura:

> Que é que quereis de mim, doutor? Desejais que eu vos faça um dos chefes *omrahs* da corte? Direi que se me houvésseis instruído como era necessário, nada seria mais justo; porque estou persuadido de que uma criança que recebe boa educação obriga-se tanto para com o professor que a ministra como está obrigada para com seu pai. Mas onde está a boa educação que me destes? Primeiramente me ensinastes que todo o Frangistan (parece ser assim que chamavam à Europa) não passava de pequena ilha, da qual o maior rei era o de Portugal, e depois dele o da Holanda, e depois o da Inglaterra: e aos outros reis, como os da França, e da Andaluzia, vós os representáveis como os nossos pequenos rajás, dizendo que os reis do Industão estavam muito acima deles e eram os maiores conquistadores e reis do mundo; e que os da Pérsia, Usbec, Kashgar, Tartária e Catai, Pegu, China e Matchina tremiam diante do nome do rei do Industão. Admirável geografia! Devíeis ter-me ensinado a distinguir exatamente todos os Estados do mundo, e a bem compreender a força de cada um, seus modos de luta, seus costumes, religiões, governos e interesses; e, pela leitura da boa história, a observar o surto, o progresso e a decadência desses Estados; e por que e como, ou por meio de que acidentes e erros ocorrem as grandes mudanças e revoluções nos impérios. Todavia me ensinastes apenas os nomes de

meus antepassados, os famosos fundadores deste império; não aprendi a história de suas vidas e o caminho que tomaram para a realização desta grande conquista. Tínheis muito em mente ensinar-me a ler e escrever na língua árabe. Está claro que muito vo-lo agradeço — fazer-me perder tanto tempo com uma língua que requer dez ou doze anos de estudo para ser sabida na perfeição; como se fosse grande honra a um filho de rei ser gramático ou doutor em alguma lei, e aprender outras línguas além das dos seus vizinhos, quando pode muito bem passar sem elas; e isso a um homem de tempo tão precioso para as coisas ponderosas que tem de fazer. Como se houvesse um espírito que não relutasse ou se sentisse decaído de empregar-se num exercício tão árido, tão longo e tedioso como esse de aprender palavras.[18]

''Assim'', diz o contemporâneo Bernier, ''revelou Aurangzeb o seu ressentimento quanto à pedantesca instrução ministrada pelos seus professores; e a isso, afirmava-se na corte que... ele acrescentou a seguinte reprovação'' (não podemos dizer o quanto desta citação [e talvez da precedente] cabe a Bernier ou a Aurangzeb; só sabemos que merece ser relembrada):

Não sabeis que na infância — época em que a memória está fresca — havendo boa orientação, somos capazes de receber milhares de bons preceitos e instruções que ficam gravados para sempre e mantêm o espírito elevado para as grandes ações? Não podem as leis, as orações e as ciências ser tão bem aprendidas em nossa língua como na arábica? Dissestes a meu pai, o Sha Jehan, que iríeis ensinar-me filosofia. É verdade, lembro-me bem, que me entretivestes por muitos anos com questões e coisas aéreas, que nenhuma satisfação me deram ao espírito, e que não têm nenhum emprego na sociedade humana; noções vazias e meras imaginações, difíceis de compreender e facílimas de ser esquecidas. (...) Lembro-me que, depois de me terdes por longos anos divertido com a vossa fina filosofia, tudo quanto retive foi uma multidão de palavras barbarescas e obscuras, próprias para confundir e criar perplexidade nos melhores espíritos, e inventadas para ocultar a ignorância de homens como vós, que nos fazem crer que sabem tudo, e que sob essas ambíguas palavras se escondem mistérios que só vós sois capazes de penetrar. Se tivésseis alimentado o meu espírito com a filosofia que forma a mente para o raciocínio e insensivelmente o acostuma a só se satisfazer com razões, e sólidas razões; se me houvésseis transmitido os excelentes preceitos e ótimas doutrinas que nos afastam a alma dos azares da fortuna e nos dão equanimidade e têmpera, e permitem-nos não desvairar com a prosperidade nem abater-nos com a adversidade; se me tivésseis dado o conhecimento do que somos e quais os primeiros princípios das coisas, e me tivésseis assistido na formação de uma idéia justa sobre a grandeza do universo e a sua admirável ordem e harmonia; se, repito, me houvésseis instilado esta sorte de filosofia, eu certamente me consideraria mais obrigado para convosco do que para Aristóteles se obrigou Alexandre, e sentir-me-ia no dever de recompensar-vos muito mais do que o fiz. Em vez de abrir-vos em tanta lisonja, bem melhor seria que me ensinásseis alguma coisa sobre o ponto mais importante para os reis, isto é, quais os deveres recíprocos entre os soberanos e os súditos; e não me advertistes da possibilidade de ver-me um dia obrigado a disputar com a espada a minha vida e a coroa. (....) Tivestes a menor preocupação de ensinar-me o que é sitiar uma cidade ou levantar um exército? A aprendizagem destas coisas me obrigou para com outros, não para convosco. Ide, retornai à aldeia de onde viestes e não deixeis que ninguém saiba quem sois e que fim levastes.[19]

III. AS EPOPÉIAS

O Mahabharata — *Sua história* — *Sua forma* — O Bhagavad-Gita — *A metafísica da guerra* — *O preço da liberdade* — O Ramayana — *Idílio* — *Rapto de Sita* — *A epopéia hindu e a grega*

No sistema educacional da Índia, as escolas e universidades eram apenas parte da educação indiana. Como a escrita tivesse menos apreço do que nas outras civilizações e a tradição oral preservasse e disseminasse a história e a poesia da nação, o hábito de recitar em público espalhou pelo povo o melhor da herança cultural hindu. Do mesmo modo que entre os gregos anônimos *raconteurs* transmitiam e espalhavam a *Ilíada* e a *Odisséia*, assim os recitadores e declamadores da Índia levavam de geração em geração, e da corte ao povo, as alentadas epopéias que os brâmanes iam acumulando.

Uma autoridade indiana classificou o *Mahabharata* como "o maior trabalho de imaginação que a Ásia já produziu";[20] e Sir Charles Eliot considera-o "um poema maior que a *Ilíada*".[21] Em certo sentido, não há dúvida quanto a este último julgamento. Havendo começado (500 a.C.) como um poema narrativo de razoáveis proporções, o *Mahabharata* foi tomando corpo com o perpassar dos séculos, pela adição de episódios e homílias, e absorveu o *Bhagavad-Gita*, bem como partes da história de Rama, até chegar a contar 107.000 pares de versos — sete vezes o tamanho da *Ilíada* e da *Odisséia* juntas. Os autores eram uma legião; Vyasa, a quem a tradição atribui a autoria, não passa do compilador.[22] Cem poetas escreveram-no, mil cantores o remodelaram, até que, sob os reis da dinastia Gupta (400 E.C.), os brâmanes derramaram suas idéias e sua religião numa obra originalmente xatiriana e deram ao poema a forma gigantesca de hoje.

O tema central não era adaptado à instrução religiosa, porque se tratava de uma história de violência, jogo e guerra. O Livro Primeiro apresenta a formosa Shakuntala (destinada a ser a heroína dos mais famosos poemas indianos) e o seu poderoso filho Bharata; de seu seio saem as grandes tribos Bharatas (*Maha-Bharata*), os Kurus e os Pandavas, cuja sangrenta luta forma o fio, muitas vezes rompido, da narração. Yudhisthira, rei dos Pandavas, joga a sua fortuna, o seu exército, o seu reino, os seus irmãos e por fim a sua esposa Draupadi numa partida em que seu inimigo Kuru se utiliza de dados viciados. Por acordo, irão os Pandavas receber em devolução o reino, depois de um banimento de doze anos. Passam-se os doze anos; os Pandavas reclamam aos Kurus a restituição de suas terras; não recebem resposta e eclode a luta. Entram em cena aliados dos dois grupos e por fim todo o norte da Índia. A batalha dura 18 dias e é descrita em cinco livros; todos os Kurus são mortos, assim como quase todos os Pandavas; só o heróico Bhishma dá cabo de 100.000 homens em dez dias; no total, dizem os poetas estatísticos, morrem 100 milhões de homens.[23] Em meio a tal sangueira, Gandhari, rainha consorte do rei Kuru, Dhrita-rashtra, grita de horror diante dos abutres que enxameiam avidamente sobre o corpo do príncipe Duryodhan, seu filho.

Pura como rainha e mulher, sempre justa e boa, imponente
Em sua imensa dor, surge Gandhari no campo.
Crânios de todos os lados, de cabelos sangrentos;

A terra escurece de poças de sangue em coágulos.
Quantos guerreiros a morte ali imobilizou! (...)
O prolongado uivo do chacal ressoa na carniça,
Abutres e corvos batem as repugnantes asas.
Ébrias do sangue dos guerreiros, as *pishachas* enchem o ar.
Famintos *rakshas* membro a membro rasgam os cadáveres.

Através da cena de carnagem e morte a rainha é levada.
As damas Kurus passam por entre cadáveres, com pés vacilantes,
E gemidos de angústia ecoam na planície
Quando ali encontram os filhos ou pais, irmãos ou senhores,
Caídos entre os mortos. Os lobos das florestas, lúgubres
Filhos da noite, ali estão em plena luz do dia,
Alimentando-se daqueles entes queridos. As damas gemem
De dor. Seus pés falseiam. O desmaio lhes dá momentâneo
Alívio à dor.

Súbito, um forte suspiro de angústia brota do seio de Gandhari,
A qual, olhando para suas dolorosas filhas, assim falou:
"Vede-as, as minhas desoladas filhas, rainhas viúvas da casa Kuru,
A chorarem os amados mortos, como a águia marinha chora o esposo;
Como as desfeitas feições dos cadáveres despertam nelas o amor!
Como por entre os guerreiros sem vida elas inquietas se movem!
Mães abraçam os cadáveres dos filhos chacinados,
Viúvas reclinam-se sobre os maridos imóveis e choram. (...)"

A rainha Gandhari assim falava a Krishna, quando, ai!
Seu olhar errante caiu sobre Duryodhan, seu filho.
Súbita dor inflou-lhe o seio, seus sentidos baralharam-se;
Como a árvore sacudida pela tormenta, insensível no chão ela caiu.
Despertou. De novo lançou os olhos para onde seu filho em sangue dormia a céu aberto.
Agarrando o seu caro Duryodhan, apertou-o ao peito.
Soluços convulsivos sacudiram-na e ao cadáver abraçado.
Lágrimas, como chuva de verão, lavaram-lhe a nobre cabeça
Enfeitada de coroa, ainda não murchas, de vivas *nishkas* vermelhas.
"Mãe!" disse-me o meu caro Duryodhan ao partir para a guerra,
"Augura-me alegria e triunfos quando eu subir ao carro de batalha."
"Filho", respondi ao caro Duryodhan, "o Céu desviará de ti o fado cruel,
Yato dharma stato jayah — o triunfo coroa a virtude."
Mas meu filho pôs o coração na batalha e com seu valor redimiu seus pecados;
Está agora nos reinos celestes que os bons guerreiros conquistam.
Eu não choro por Duryodhan, que como príncipe lutou e caiu.
Mas, meu alquebrado esposo, quem pode dizer da sua desgraça? (...)

Ouve o repulsivo uivo dos chacais, atentos à vigília dos lobos...
Virgens ricas de beleza e canto costumavam outrora velar seu sono.
Escuta! Os negros abutres de bicos sangrentos batem as asas sobre os mortos...
Virgens abanam seus *pankhas* de penas sobre o real leito de Duryodhan.
Observa a nobre viúva de Duryodhan, mãe orgulhosa do intrépido Laksman.
Senhoril de beleza, como um brilhante altar de ouro.
Arrancada aos doces abraços do esposo e dos braços do filho,
Condenada à vida de dor e angústia em pleno apogeu dos encantos da mocidade.
Esta dor cruel me despedaça o seio.
Poderá Gandhari viver para testemunhar a morte de seu nobre filho e seu neto?

Observa de novo a viúva de Duryodhan, como ela lhe abraça a cabeça em sangue,
Com que suaves mãos o dispõe no leito.
Como do caro esposo ela se volta para o amado filho
E as lágrimas da mãe se misturam às da viúva!
Ó meu lótus, ó minha filha, orgulho de Bharat, fama dos Kurus!
Se a verdade está nos *Vedas*, o bravo Duryodhan mora lá em cima;
Por que permaneço eu na tristeza desta separação?
Se a verdade está no *Shastra*, meu filho heróico mora no céu;
Por que permaneço eu em mágoa, se sua tarefa terrena foi cumprida?[24]

Sobre este tema de amor e batalha, mil interpolações se juntaram. O deus Krishna interrompe a chacina durante todo um canto para discursar sobre a nobreza da guerra; o moribundo Bhishma adia a sua morte para expor as leis das castas, da herança, do casamento, dos ritos funerários, para explicar a filosofia dos *Sankhya* e dos *Upanishads,* para narrar numerosas lendas, tradições e mitos, e instruir Yudisthira sobre o dever dos reis; poeirentos tratados de genealogia e geografia, de teologia e metafísica, separam ou rodeiam o oásis do drama e da ação; fábulas e contos de fadas, histórias de amor e vida de santos contribuem para dar ao *Mahabharata* uma desordem maior e um corpo de pensamento mais rico do que o da *Ilíada* e da *Odisséia.* O que evidentemente era um canto de guerra dos xátiras torna-se nas mãos dos brâmanes um veículo para ensinar ao povo leis de Manu, princípios da Ioga, preceitos de moral e a beleza do Nirvana. A Regra de Ouro é expressa de várias formas (por exemplo: "Não fazer aos outros o que, feito a ti, mal a ti causa".[25] "Se o inimigo pede socorro, o homem bom o socorrerá".[26] Conquista com mansidão o colérico e o mal com a piedade; dando, derrote os avarentos, e os mentirosos com a verdade".);[27] abundam aforismas morais de muita beleza e sabedoria (por exemplo: "Como no oceano um pedaço de madeira se reúne a outro e depois se separa, assim se encontram no mundo as criaturas.");[28] e lindas histórias de fidelidade marital (Nala e Damayanti, Savitri) transmitem às mulheres o ideal bramânico da fiel e paciente esposa.

Inserido na narração da grande batalha, surge o mais alto poema filosófico da literatura universal — o *Bhagavad-Gita*, ou Canto do Senhor. Corresponde ao Novo Testamento da Índia, e é reverenciado quase tanto como os *Vedas*, e usado nos tribunais para o julgamento, como a Bíblia ou o Corão.[29] Humboldt considerava-o "o mais belo, e a coisa mais profunda que o mundo já viu".[30] Comparticipando do anonimato em que a Índia, descuriosa do individual e do particular, envolve todas as suas criações, o *Gita* nos chegou sem nome de autor e sem data. Tanto pode ser de 400 a.C.[31] como de 200 da era atual.[32]

A *mise-en-scène* do poema é a batalha entre os Kurus e os Pandavas; a ocasião é a relutância de Arjuna, guerreiro Pandava, em atacar os seus parentes nas hostes adversas. Com endereço a Krishna, que, como os deuses de Homero, lutava a seu lado, Arjuna fala no tom de Cristo ou Gandhi:

Quando vejo que para aqui vim derramar um sangue comum,
Meus membros vacilam, minha língua seca na boca. (...)
Não é bom, ó Keshav! Nada de bom
Pode sair da mútua chacina! Vede, eu odeio
O triunfo e a dominação, a riqueza e o cômodo
Assim tristemente conquistados! Ai, que vitória
Pode trazer deleite, ó Govinda, que despojos

Podem aproveitar, que governo recompensar, que aumento
De vida parecerá doce, conseguido com tal sangue? (...)
Se por amor ao poder terreno
Trucidássemos parentes e amigos,
Ahovat! que crime cometeríamos!
Se meus parentes ferem, considero melhor
Enfrentar sem armas, de peito nu,
Os seus dardos e espadas, do que responder golpe por golpe.[33]

À vista disso, Krishna, cuja divindade não o coíbe de comprazer-se com batalhas, demonstra, com a autoridade de um filho de Vishnu, que, de acordo com as Escrituras, e na melhor opinião ortodoxa, a matança de parentes na guerra é aconselhada e justa; que o dever de Arjuna é seguir as regras de sua casta, e lutar e matar em boa consciência e de boa vontade; e que, afinal de contas, só o corpo morre, pois a alma sobrevive. E expõe a teoria do imperecível *Purusha* do *Sankhya* e do imutável *Atman* dos *Upanishads*:

Indestrutível é a vida
Que em tudo se espalha;
De nenhum modo, em nenhuma parte,
Pode ser diminuída, detida, mudada.
Mas as passageiras formas que
O espírito infinito e imortal reveste,
Essas perecem. Deixai-as perecer, príncipe, e lutai!
Aquele que diz: "Vede, matei um homem!"
Aquele que pensa: "Vede, fui morto!"
Nenhum deles sabe qualquer coisa. A vida não mata. A vida não morre.
O espírito nunca nasceu; o espírito não cessará nunca;
Começo e Fim: sonhos!
O espírito permanece sem nascimento, sem morte, sem mudança;
A morte não toca no espírito, embora
A casa que o abriga morta pareça.[34]

Krishna continua a instruir Arjuna em metafísica, misturando o *Sankhya* e o *Vedanta* na síntese aceita pelos Vaishnavitas. Todas as coisas, diz ele, identificam-se com o Supremo Ser.

Penduram-se em mim
Como as pérolas do colar no fio.
Eu sou o gosto fresco da água;
Sou a prata da lua, o ouro do sol.
A palavra de adoração no Vedas, o arrepio
Que passa no éter, a força
Da oculta semente do homem. Eu sou o doce aroma
De terra úmida, sou a luz rubra de fogo,
O ar vital em que tudo se move.
A santidade das almas sagradas, a raiz
Imperecível de onde tudo brota;
A sabedoria do sábio, o intelecto
Dos bem-informados, a grandeza dos grandes,
O esplendor dos esplêndidos. (...)
Para o que sabe ver,

O brâmane com seus livros e santidades,
A vaca, o elefante, o impuro cão,
Os párias a comer carne de cachorro,
Tudo é um.[35]

Trata-se evidentemente de um poema rico de cores complementares e de contradições metafísicas e éticas, dizendo da contrariedade e complexidade da vida. Sentimo-nos um tanto chocados de ver o homem no papel sublime, enquanto o deus defende a matança sob pretexto de que a vida não morre e a individualidade é um sonho. O que o autor tem em mente talvez seja arrancar a alma hindu ao quietismo da piedade budista e fazê-la lutar pela Índia; era a rebelião de um xátira convencido de que a religião enfraquecia o país, e que orgulhosamente proclamava haver coisas de mais valia que a paz. Era uma lição que, se fora ouvida, teria evitado à Índia a perda de sua independência.

A segunda dentre as mais famosas epopéias indianas é a mais querida de todas[36] e mais acessível à mentalidade ocidental do que o *Mahabharata*. O *Ramayana* não vai a mais de 1.000 páginas de 48 linhas cada uma; e embora também crescesse com as adições, cresceu menos que o *Mahabhurata* e não foi muito perturbado no tema central. A tradição o atribui a Valmiki, que figura como um dos personagens da história; o mais provável, entretanto, é que o *Ramayana* seja o produto de muitos bardos cantadores, que o recitavam, às vezes, durante 90 noites consecutivas, diante de assistências fascinadas.[37]

Como o *Mahabharata* se assemelha à *Ilíada* pelo fato de ser a história de uma grande guerra travada por deuses e homens, e em parte causada pela perda de uma formosa mulher, assim também o *Ramayana* se assemelha à Odisséia e conta as peregrinações de um herói e a paciente espera de sua esposa.[38] Na abertura temos um quadro da Idade de Ouro, quando Dasa-ratha, da sua capital Ayodhya, governava o reino de Kosala (hoje Oudh).

Rico de valor e da riqueza dos reis, rico de saber védico,
Dasa-ratha reinava em seu reino nos felizes dias de antanho.
Em paz vivia o povo, próspero de riquezas e méritos;
A inveja não lhe morava no seio, ninguém sabia mentir.
Felizes pais de famílias eram donos de gado, trigo e ouro;
A penúria e a fome não entravam em Ayodhya.[39]

Perto ficava outro reino feliz, Videha, governado pelo rei Janak. Ele próprio 'empunhava o arado e sulcava a terra'', como em Roma iria fazer Cincinato; e um dia, ao toque do arado, sua linda filha Sita brotou do chão. Chegando o tempo de Sita casar-se, organizou Janak um torneio entre os pretendentes: o que lhe dobrasse o arco de guerra seria o eleito. Ao concurso compareceu Rama, o filho mais velho de Dasa-ratha, ''com peito de leão, poderosos braços, olhos de lótus, majestoso como o elefante das florestas, coroado de tranças''.[40] Só ele dobrou o arco; e Janak ofereceu-lhe a filha na forma clássica do casamento hindu:

Esta é Sita, filha de Janak, mais cara a ele do que a vida;
De agora em diante, companheira da tua virtude, seja ela, príncipe, tua fiel esposa;

Da tua felicidade ou desgraça compartilhe, tua seja em todas as terras.
Ama-a na alegria e na dor, prende à tua a sua mão;
Como é a sombra para a substância, assim para o seu senhor é a fiel esposa.
E minha Sita, a melhor das mulheres, seguir-te-á na vida e na morte.[41]

Rama volta para Ayodhya com a princesa de "fronte de marfim, lábios de coral e dentes de brilhantes pérolas" — e pela sua piedade, generosidade e bondade conquista o coração de Kosala. Súbito, o mal entra no Éden sob a forma da segunda mulher de Dasa-ratha, Kaikeyi. Dasa-ratha lhe havia prometido o que ela pedisse, e agora, ciumenta da primeira esposa do rei, cujo filho, Rama, era o herdeiro do trono, Kaikeyi pede-lhe para bani-lo por 14 anos. Dasa-ratha, com um senso de honra que só os poetas desconhecedores da política podem admitir, mantém a palavra dada e, de coração quebrado, bane do reino o amado filho. Perdoa-lhe Rama o ato e vai viver na floresta; quer ir só; mas Sita o acompanha. Sua fala nesse momento está na memória de todas as noivas da Índia:

"Ginetes, carruagens e palácios de ouro nada valem na vida da mulher;
A presença do esposo é o que há de mais caro para a amorosa companheira. (...)
Mais feliz que na mansão paterna, Sita errará pelos bosques,
E não pensará no lar e nos parentes, quando a anime o amor de seu marido. (...)
E colherá frutas frescas das árvores silvestres
E o de que Rama se alimentar também lhe será o alimento."[42]

Lakshman, irmão de Rama, obtém permissão para acompanhá-lo no exílio:

"A sós com a suave Sita tu traçarás teu escuro caminho;
Teu fiel Lakshman a protegerá noite e dia;
De arco e setas armado, Lakshman devassará as selvas.
E com o machado derrubará árvores, e com suas mãos uma casa erguerá."[43]

Neste ponto o poema se transforma num idílio silvano, que conta como Rama, Sita e Lakshman partiram para a floresta: como a população de Ayodhya, apiedada, os acompanhou no primeiro dia; como os exilados fugiram à noite a essa devoção e, abandonando as vestes principescas, vestiram-se de fibras grosseiras e rasgaram caminho na floresta com as espadas, e lá passaram a viver de frutas e nozes.

Freqüentemente para Rama se voltava sua consorte, cada vez mais agradada e curiosa,
E o nome perguntava de uma árvore ou liana, de uma flor ou fruta que nunca vira. (...)
Pavões voavam alegres ao redor, pulavam bugios nos galhos,
Rama lançava-se ao rio cada manhã
E Sita procurava as águas como o lírio procura a fonte.[44]

Construíram uma cabana à beira do rio e foram aprendendo a amar a vida da floresta. Mas uma princesa do sul, Surpa-nakha, errante por ali, encontra Rama, apaixona-se, é recusada, ressente-se e induz seu irmão Ravan a raptar Sita. Ravan consegue-o; e a conduz a um remoto castelo, onde tudo faz para seduzi-la. E como nada é impossível aos deuses ou aos poetas, Rama forma um grande exército, invade o

reino de Ravan, derrota-o em batalha, salva a esposa e (como seus anos de exílio já estivessem terminados) voa com ela para Ayodhya, onde outro irmão alegremente lhe entrega o reino de Kosala.

Num epílogo (talvez acrescentado posteriormente) Rama se deixa induzir pelos cépticos que não crêem vivesse Sita tanto tempo no palácio de Ravan sem ocasionalmente lhe cair nos braços. E embora, para provar sua inocência, Sita passe pelo Ordálio do Fogo, Rama a degreda para um eremitério na floresta. Lá Sita encontra Valmiki e dá dois filhos a Rama. Muitos anos depois, transformados em menestréis, estes filhos cantam diante do infeliz Rama o poema sobre ele composto por Valmiki, com a história de Sita. Rama reconhece nos menestréis os seus filhos e manda mensagem a Sita, pedindo-lhe que volte. Sita, entretanto, de coração partido pela suspeita com que ele a feriu, desaparece dentro da terra que a nutria. Muitos anos vive Rama na solidão da tristeza, e sob seu reinado Ayodhya conhece de novo a Idade de Ouro dos dias de Dasa-ratha:

> E dizem os velhos sábios que durante o seu feliz reinado
> A morte prematura e as cruéis doenças não mais lhe visitaram os súditos;
> Não choravam as viúvas os maridos mortos fora do tempo
> As mães não se desesperavam diante dos filhos extintos;
> Ninguém sabia de ladrões e fraudadores,
> O vizinho amava ao vizinho e o povo amava ao rei.
> Na estação própria as árvores se abriam em frutos
> E a terra feliz não negava colheita.
> Chuvas vinham a tempo, e nunca os ventos enregelavam;
> Sorriam os vales na riqueza das searas e pastos.
> Ressoavam bigornas e teares; o arado sulcava, contente:
> E a nação mourejava alegre nos trabalhos ancestrais.[45]

Uma agradável narrativa que pode deleitar mesmo aos modernos cínicos, caso cedam, de tempos em tempos, aos amavios do romance e da poética. Conquanto inferiores em valor literário aos de Homero — em estrutura lógica, esplendor de linguagem, profundeza de retratos e fidelidade à essência das coisas — esses poemas distinguem-se pela finura dos sentimentos, pela alta idealização do homem e da mulher e às vezes pela vigorosa representação realística da vida. Rama e Sita são tipos muito bons para serem verdadeiros, mas Draupadi e Yudhishthira, Dhrita-rashtra e Gandhari parecem vivos como Aquiles e Helena, Ulisses e Penélope. O hindu dirá que nenhum estrangeiro pode julgar semelhante épica, nem tampouco alcançar-lhe o fundo. Para ele não são simples histórias e sim uma galeria de tipos ideais, destinados a modelos de conduta humana; são um repertório de tradições, teologia e filosofia do povo indiano; em certo sentido, coisas sagradas, a serem lidas como o bom cristão lê a *Imitação de Cristo* ou a *Vida dos Santos*. O hindu piedoso crê que Rama e Krishna são encarnações da divindade e lhes ergue orações; e quando lhes lê a história, nela aprecia tanto o valor religioso como o literário. Admite que a leitura do *Ramayana* o limpa de todos os pecados e lhe dará um filho;[46] e aceita com a simplicidade da fé a orgulhosa conclusão do *Mahabharata*:

O homem que com fé em sua doutrina lê o *Mahabharata* liberta-se de todos os pecados e sobe ao céu depois da morte. (...) Como é a manteiga para todos os outros alimentos, como são os brâmanes para todos os outros homens. (...) Como é o oceano para a poça d'água, como é a vaca para os demais quadrúpedes, assim é o *Mahabharata* para todas as outras histórias. (...) Quem atentamente ouve os *shlokas* (*couplets*) do *Mahabharata*, e neles tem fé, goza de vida longa e sólida reputação neste mundo, e da eternidade do céu no outro.[47]

IV. DRAMA

Origens — O Carro de Barro — *Característica do drama hindu — Kalidasa — A história de Shakuntala — Crítica do drama indiano*

Num sentido, o drama na Índia é tão velho como os *Vedas*, porque pelos menos o seu germe está nos *Upanishads*. Ainda mais velhos que estas Escrituras, porém, são os festivais do sacrifício religioso, outra fonte do drama. Uma terceira origem está na dança — não mera liberação da energia represada ou substituta do coito, mas ritual imitativo e sugestivo das ações e eventos vitais para a tribo. Uma quarta fonte talvez esteja na recitação pública de versos épicos. Esses fatores cooperaram para produzir o teatro indiano e deram-lhe um vinco religioso que permaneceu através da idade clássica na qual a língua literária era o sânscrito.

Talvez o impulso final que deu força ao drama se ligue às relações que a invasão de Alexandre estabeleceu entre a Índia e a Grécia. Não sabemos da existência de dramas hindus antes de Ashoka. A mais velha peça existente foi descoberta há pouco tempo no Turquestão chinês. Num manuscrito em folha de palmeira aparecem três dramas, um dos quais da autoria de Ashvaghosha, um luminar da teologia na corte de Kanishka. Sua forma técnica e a semelhança do bufão com o tipo tradicional do teatro hindu sugerem que o drama já era velho na Índia quando o autor nasceu.[48] Em 1910 foram encontradas no Travancore treze antigas peças em sânscrito, incertamente atribuídas a Bhasa (350 de nossa era), um escritor muito prezado por Kalidasa. No prólogo do seu *Malavika*, Kalidasa, inconsciente mas admiravelmente, ilustra a relatividade do tempo e dos adjetivos: "Poderemos desprezar as obras de autores renomados, como Bhasa, Saumilla e Kaviputra? Pode a assistência sentir qualquer respeito pela obra do moderno Kalidasa?"[49]

Até recentemente, a mais velha peça hindu conhecida era *O Carro de Barro*. O texto enuncia como autor um obscuro rei Shudraka, descrito como emérito nos *Vedas* e em matemáticas, no manejo dos elefantes e nas artes do amor.[50] Em qualquer hipótese, tratava-se de um perito em teatro. Uma hábil combinação de melodrama e humor, com excelentes passagens descritivas e poéticas, sua peça é a mais interessante já aparecida na Índia.

Uma sinopse do entrecho vale mais que um volume de comentários sobre o caráter do drama indiano. No primeiro ato encontramos Charu-datta, outrora rico e agora empobrecido por muita generosidade e má fortuna. Seu amigo Maitreya, um estúpido brâmane, age como o jogral da peça. Charu pede a Maitreya para oferecer uma oblação aos deuses, mas o brâmane recusa-se, dizendo: "Para que, se os deuses que adoras nada fizeram por ti?" Subitamente uma jovem moça hindu, de boa família e grande fortuna, aparece na residência de Charu pe-

dindo guarida contra Samsthanaka, irmão do rei, que a persegue; este personagem é tão incrivelmente mau como Charu é irrevogavelmente bom. Charu protege a moça; repele o perseguidor e despreza-lhe as ameaças de vingança. A moça, Vasanta-sena, pede a Charu para guardar-lhe um escrínio de jóias, com medo de que seus inimigos o roubem e como pretexto para visitar de novo o seu salvador. Charu concorda; guarda o escrínio e a reconduz à casa dos pais.

O segundo ato é um interlúdio cômico. Um jogador, perseguido por dois outros, refugia-se no templo, e para enganá-los imobiliza-se como ídolo no altar. Os perseguidores beliscam-no, para ver se realmente é um ídolo de pedra; ele resiste à dor — não se move. Abandonam então a presa e consolam-se num jogo de dados aos pés do altar. Mas o jogo se torna de tal modo excitante, que o "ídolo", não podendo conter-se, pula do altar e pede para jogar também. Os outros o espancam; ele foge e é salvo por Vasanta-sena, que o reconhece como um antigo servo de Charu-datta.

O terceiro ato mostra Charu e Maitreya de volta de um concerto. Um ladrão, Sharvilaka, havia entrado na casa e roubado o cofre. Descobrindo o roubo, Charu lamenta-se e manda a Vasanta-sena o seu último colar de pérolas como indenização.

No quarto ato Sharvilaka aparece ofertando o cofre a uma criada de Vasanta-sena, em troca do seu amor. Reconhecendo o cofre da ama, a criada acusa Sharvilaka de ladrão. Sharvilaka responde com amargor schopenhaueriano:

> Por dinheiro uma mulher sorrirá ou chorará,
> Conforme quiserdes; faz que o homem nela confie
> Mas nele não confia.
> Às mulheres são inconstantes como as ondas
> Do mar, sua afeição é fugidia
> Como o raio do sol poente sobre as nuvens.
> Agarram-se elas com furor ao homem
> Que lhes dá riquezas, espremem-no como
> Planta de caldo, e depois o deitam fora.

A criada, porém, refuta essas idéias, perdoando-o, e a ama permite que se casem.

Na abertura do quinto ato Vasanta-sena volta à casa de Charu com as jóias e o cofre. Enquanto lá permanece rompe uma tempestade, que ela descreve em excelente sânscrito. (Caso excepcional. Em geral, nas peças hindus, as mulheres só falam o *prakrit*, porque era tido como impróprio que uma dama se mostrasse familiar com uma língua morta.) Gentilmente a tempestade recresce de furor, de modo a compeli-la, muito de acordo com os seus desejos, a passar a noite na casa de Charu.

O sexto ato mostra Vasanta saindo da casa de Charu na manhã seguinte. Por engano não entra no carro que para ela Charu pediu, mas num outro pertencente ao vilão Samsthanaka. O sétimo ato nada tem com o enredo anterior e no oitavo vemos Vasanta descer, não em sua casa, como ela esperava, mas na do seu perseguidor. Repelido mais uma vez, ele a estrangula e a enterra. Em seguida vai à justiça acusar Charu: ele matou-a para roubar-lhe as jóias.

O nono ato descreve o julgamento, no qual Maitreya trai seu amigo, deixando cair do seu bolso as jóias. Charu é condenado à morte. No décimo ato Charu aparece a caminho do patíbulo. Embora seu filho peça aos carrascos para morrer em lugar do pai, nada consegue. No último momento aparece Vasanta. Sharvilaka tinha visto Samsthanaka enterrá-la mas exumou-a a tempo de lhe restituir a vida. Vasanta salva Charu, e Sharvilaka aponta o irmão do rei como o criminoso. Mas Charu não sustenta a acusação; Samsthanaka é solto e todos se vão felizes.[51]

Desde que o tempo não tem valor no Oriente, as peças hindus eram duas vezes mais longas que os dramas europeus da nossa época. Os atos iam de cinco a dez, divididos em cenas, marcadas pela saída de um personagem e a entrada de outro. Não

observavam a unidade de tempo e espaço, e não havia limites para a imaginação. Cenário pobre, mas vestuário rico de cor. Às vezes apareciam animais em cena,[52] e o realismo superava o artificial. A representação começava com o prólogo em que o autor ou o empresário discutia a peça; Goethe parece ter tomado a Kalidasa a idéia do prólogo do *Fausto*. Depois do prólogo aparecia o primeiro personagem; coincidências inúmeras e influências sobrenaturais determinavam a ação. O amor era ingrediente indispensável, como também o jogral. Não há tragédia no teatro indiano; os fins felizes são inevitáveis; o amor fiel tem sempre que triunfar, a virtude tem sempre que ser recompensada. Os discursos filosóficos, que tão freqüentemente atravancam a poesia indiana, não aparecem no teatro; o drama, como a vida, exige mais ação do que palavras. (O grande teórico hindu do drama, Dhanamjaya (*ca.* 1000 a.D.), escreve: "Como para qualquer homem simples de inteligência curta que encontra satisfação no drama, o seu lucro é apenas o conhecimento — ele deve ser homenageado, pois desviou o seu rosto daquilo que é apenas prazer".)[53] A poesia lírica alterna com a prosa, de acordo com a dignidade do tema, do caráter e da ação. Os personagens de classe alta falam em sânscrito; as mulheres e as castas baixas, em *prakrit*. Excelentes passagens descritas, mas pobreza no desenho de tipos. Os atores e atrizes executavam bem os seus papéis, mas sem a presteza dos do Ocidente. As peças terminavam com um epílogo em que o deus favorito do autor ou da localidade era importunado para que trouxesse prosperidade à Índia.

Depois que William Jones o traduziu e Goethe o louvou, o mais famoso poema indiano vem sendo o *Shakuntala* de Kalidasa. Desse autor só conhecemos três peças e o que as lendas conservaram a seu respeito. Aparentemente era um dos "Nove Diamantes" — poetas, artistas e filósofos — amados pelo rei Vikramaditya (380-413 E.C.) na capital gupta, em Ujjain.

O *Shakuntala* tem sete atos, escritos parte em prosa e parte em versos. Depois do prólogo, em que o empresário convida a assistência a considerar as belezas da natureza, surge a floresta na qual habita um eremita com sua filha adotiva Shakuntala. A paz da cena é perturbada pelo rumor de um carro — o rei Dushyanta aparece e apaixona-se por Shakuntala com literária fulminância. Desposa-a no primeiro ato; mas é subitamente chamado à capital e deixa-a com as usuais promessas de volta na primeira oportunidade. Um asceta diz que o rei se recordará daquele amor enquanto a chorosa menina conserva o anel que ele lhe deu; mas Shakuntala perde a jóia durante um banho. Perto de tornar-se mãe, lá se encaminha ela para a corte; mas o rei a havia esquecido, como em geral os homens esquecem as namoradas generosas. A moça procura refrescar-lhe a memória.

> *Shakuntala*: — Não te lembras do dia em que,
> No caramanchel dos jasmins, tomaste na cova de tua mão
> A água acumulada numa flor de lótus?
> *O Rei*: — Fala. Estou ouvindo.
> *Shakuntala*: — Nesse momento, meu filho adotivo,
> Pequenino, veio correndo, de olhos muito abertos,
> E antes de matares a tua sede, tu lhe deste da água, dizendo:
> "Bebe primeiro, gentil criança!" Acanhado, ele não bebeu,
> Mas logo depois, quando tomei na mão a água e a dei a ele
> Bebeu confiante. Então, sorrindo, tu disseste:
> "Cada qual tem fé nos seus iguais.
> Crianças da mesma floresta, confiais uma na outra."

O Rei: — Gentil, bela e falsa! Tais mulheres seduzem os tontos. (...)
O feminino dom da astúcia aparece em viventes
De todas as espécies, porém mais na mulher.
O cuco põe os ovos no ninho das outras aves,
E revoa para longe, alegre e triunfante.[54]

Desprezada e triste, Shakuntala é milagrosamente erguida no ar e levada para outra floresta, onde cria aquela criança — o grande Bharata, cuja progênie iria lutar todas as batalhas do *Mahabharata.* Entrementes, um pescador descobre o anel e vendo nele o selo real entrega-o a Dushyanta. O rei então recorda-se do passado e lança-se à procura de Shakuntala. Viajando em seu aeroplano sobre o Himalaia ele desce, numa dramática adivinhação, junto à ermida em que ela mora. Vê o menino Bharata brincando por ali e inveja-lhe os pais.

"Ah, feliz pai, feliz mãe, que,
Carregando o filhinho, sujam-se com a sujeirinha
De seu corpo; no refúgio do colo ele se aninha...
Os alvos botõezinhos dos dentes aparecem
Quando sem motivo ele sorri e tenta palavras
Ainda informes, (...) mais suaves ao coração
Do que qualquer palavra perfeita.[55]

Shakuntala aparece; o Rei pede-lhe perdão, recebe-a e fá-la rainha. O romance conclui com uma invocação estranha, mas típica:

"Possam os reis reinar só para bem dos súditos!
Possa a divina Sarastavi, a fonte da linguagem e
A deusa da arte dramática,
Ser sempre honrada pelos grandes e pelos sábios!
E possa o purpúreo Ser Supremo,
Cuja energia vital penetra todo o espaço,
De futuras transmigrações salvar-me a alma!"[56]

O drama indiano não declinou depois de Kalidasa, mas não produziu outro *Shakuntala.* A crermos na tradição, o rei Harsha compôs três peças que foram representadas durante séculos. Cem anos depois dele, Bhavabhuti, um brâmane de Berar, escreveu três dramas românticos, dos mais célebres depois dos de Kalidasa. O estilo, estretanto, era tão apurado e obscuro que só atraía assistências reduzidas. "Quão pouco sabem", escreveu ele, "os que nos censuram. O divertimento não é para eles. Talvez exista alguém, ou vá existir, de gostos semelhantes aos meus; porque o tempo é infinito e o mundo é grande."[57]

Não podemos nivelar a literatura dramática indiana com a da Grécia e da Inglaterra de Isabel, mas podemos compará-la favoravelmente com a da China ou do Japão. Nem podemos procurar na Índia o sofisticismo que assinala o teatro moderno; será esta atitude mais um acidente do tempo do que uma verdade eterna, e pode passar, e mesmo cair no oposto. Os agentes sobrenaturais do drama indiano surgem tão estranhos ao nosso gosto como o *deus ex machina* de Eurípides; mas isto também é uma moda da História. A fraqueza do drama indiano (ao parecer de um estrangeiro) reside na dicção artificial, desfigurada com alteração e conceitos verbais, na monocromática

caracterização em que cada pessoa é completamente boa ou completamente má, nos enredos não naturais e exigidores de incríveis coincidências, e no excesso de descrição e falas que diluem a ação. Contrastando com esses defeitos temos as qualidades, a imaginação criadora, a ternura de sentimentos, a simpática evocação da beleza e do terror. Quanto aos tipos de arte nacional, não pode haver disputa; só podemos julgá-los do nosso ponto de vista provincial e através do prisma da tradução. Goethe, o mais universal dos europeus, coloca a leitura de *Shakuntala* entre as mais profundas experiências de sua vida, e dela disse, com gratidão:

> Queres que as flores da primavera e os frutos do outono,
> E que tudo que encanta, extasia, enleva e alimenta a alma
> E que o Céu e a Terra num só nome se combinem?
> Digo o teu nome, *Shakuntala!* e tudo está dito.[58]

V. PROSA E POESIA

Unidade da prosa e da poesia — Fábula — História — Contos — Poetas menores — Surto da literatura vernacular — Chandi Das — Tulsi Das — Poetas do sul — Kabir

A prosa é coisa relativamente nova na literatura hindu, e pode ser considerada como um enxerto exótico trazido pelo contato dos europeus. Para a alma hindu, naturalmente poética, tudo que merecia ser escrito tinha um conteúdo poético e convidava à forma poética. Como os autores sabiam que suas obras tinham de ser lidas em voz alta, e conservadas mais pela disseminação oral do que pela escrita, escolhiam muito naturalmente a forma poética metrificada ou aforística, que facilitava sobremodo a memorização. Em conseqüência, toda a literatura indiana é em verso; as obras científicas, médicas, legais e os tratados de arte apareciam de preferência em versos; mesmo os dicionários e gramáticas eram versificados. A fábula e a história, que no Ocidente sempre se contentaram com a prosa, fazem-se melodiosa poesia na Índia.

A literatura indiana revelou-se particularmente rica em fábulas, e talvez seja a Índia a fonte da maior parte das fábulas que correm mundo. (Conta William Jones que os hindus reclamam a prioridade de três invenções: o xadrez, o sistema decimal e o ensino por meio de fábulas.) O budismo floresceu melhor nos dias em que as lendas de Jataka sobre o nascimento e a mocidade de Buda alcançavam popularidade por toda parte. O livro mais conhecido na Índia é o *Panchatantra*, ou "Cinco Títulos" (500 a.D.), fonte de muitas fábulas disseminadas pela Ásia e Europa. O *Hitopadesha*, ou "Bom Conselho", é uma seleção e adaptação das histórias do *Panchatantra*. E — estranho! — ambos foram classificados pelos hindus sob a rubrica de *Nitishastra*, isto é, instruções políticas e morais; cada conto se propõe a enfocar um princípio moral, de conduta ou de governo; usualmente essas histórias são dadas como invenção de algum sábio brâmane, para a instrução dos filhos dos reis. Os animais aparecem como expositores das mais sutis filosofias. A fábula do macaco que procurava aquecer-se à luz de um vaga-lume e matou o passarinho que o advertiu do erro demonstra notavelmente o destino que espera os destruidores das ilusões populares. (Rija guerra agitou a erudição do Ocidente para saber se essas fábulas passaram da Europa à Índia ou vice-versa; talvez passassem do Egito para a Índia e a Europa, via Mesopotâmia e Creta. A influência do *Panchatantra* sobre as *Mil e Uma Noites* é, entretanto, indiscutível.)[59]

A literatura histórica não conseguiu elevar-se acima do nível das crônicas e dos romances pomposos. Talvez em conseqüência do desprezo de *Maya*, ou as ilusões do espaço e do tempo, talvez pela preferência da tradição oral à escrita, os hindus deixaram de compor obras históricas que possam ser comparadas às de Heródoto, Tucídides, Plutarco ou Tácito, Gibbon ou Voltaire. Detalhes de lugar e datas nunca eram fixados, mesmo quando se tratava da vida dos grandes homens; o maior poeta indiano, por exemplo, Kalidasa, tem duas datas de sua vida variantes de um milênio.[60] Vivendo até nossos tempos numa quase imutabilidade de costumes, leis e crenças, o hindu dificilmente pensava no progresso e jamais se incomodava com antigüidades. Contentava-se em aceitar as epopéias como História autêntica e deixava que as lendas servissem de biografia. Quando Ashvaghosha escreveu a vida de Buda (*Buda-charita*), fez mais lenda do que História; e quando, quinhentos anos mais tarde, Bana escreveu o *Harsha-charita*, foi também mais uma idealização do que um fiel retrato do grande rei. As crônicas nativas de Rajaputrana assemelham-se a um exército de patriotismo. Só um escritor indiano parece ter compreendido a função do historiador. Kalhana, o autor do *Rajatarangini*, ou "Corrente dos Reis", expressou-se desta forma: "Só este alto poeta merece louvor, porque suas palavras, como as de um juiz, conservam-se livres de amor ou ódio, quando contam o passado." Winternitz considera-o "o único verdadeiro e grande historiador que a Índia produziu".[61]

Os muçulmanos mostraram-se mais conscientes da História e deixaram admiráveis narrativas dos seus feitos na Índia. Já mencionamos os estudos etnográficos de Alberuni, e as *Memórias* de Babur. Do tempo de Akbar temos o excelente historiador Muhammad Qazim Firishta, cuja *História da Índia* constitui o nosso melhor guia do período muçulmano. Menos imparcial foi Abu-l-Fazl, primeiro-ministro ou factótum político de Akbar — o que imortalizou a administração de seu amo no Ain-i-Akbari, ou "Institutos de Akbar", e com perdoável ternura descreveu-lhe a vida no *Akbar Nama*. Teve retribuída a sua afeição, pois, quando chegou a notícia de que Jehangir havia matado o seu amado vizir, Akbar rompeu em clamores de desespero: "Se Salim (Jehangir) queria ser rei, devia ter matado a mim e poupado Abu-l-Fazl."[62]

Entremeando as fábulas e a História temos copiosas coleções de contos, reunidos por industriosos verificadores para deleite da romântica alma hindu. Já no século I de nossa era Gunadhya escreveu em cem coplas o *Brihatkatha*, ou "Grande Romance"; e mil versos de Somadeva compunham o *Kathasaritzagara*, ou "Oceano dos Rios da História", uma torrente de 21.500 coplas. Da mesma época temos o *Vetalapanchavimchatika*, ou "As Vinte e Cinco Histórias do Vampiro", de um contista de identidade ignorada, no qual o rei Vikramaditya recebe anualmente de um asceta uma fruta contendo uma pedra preciosa. O rei perguntava-lhe como poderia demonstrar a sua gratidão; o asceta respondeu-lhe que lhe trouxesse o cadáver de um homem morto na forca, mas advertiu-o de que não deveria falar, caso o cadáver se dirigisse a ele. O cadáver era habitado por um vampiro, que fascina o rei com uma história, terminada com uma pergunta; o rei esquece-se da promessa e responde. Vinte e cinco vezes tenta o rei levar um cadáver ao asceta, mas vinte e cinco vezes absorve-se na história do vampiro e responde à pergunta final.[63] Trata-se de uma engenhosa armação em que o autor pendura vinte e cinco histórias.

A abundância de escritos poéticos nunca cessou. Abu-l-Fazl fala de "milhares de poetas" na corte de Akbar; havia ainda centenas nas capitais menores e sem dúvida dezenas em cada família. (A poesia começou a ser menos objetiva do que nos tempos heróicos, e a dedicar-se mais e mais aos temas da religião e amor. O metro, que fora solto e livre nas epopéias, variando na extensão da linha e exigindo regularidade só nas últimas quatro ou cinco sílabas, tornou-se mais estrito e variável; mil complicações de prosódia foram introduzidas, que desaparecem nas traduções; artifícios de letras e frases abundavam, e a rima aparecia tanto no fim como no meio da linha. Surgiram regras rígidas para a arte poética, e foi-se requintando a forma em precisão à medida que o conteúdo se apurava.) Um dos mais antigos e famosos foi Bhartrihari, monge, gramático e cultor do amor; deixando-se colher nos braços da religião, instruiu sua alma com amores, dos quais temos o rol no "Centúria de Amor" — uma seqüência à Heine de cem poemas. "Outrora", escreve ele a um dos seus amores, "eu era tu e tu eras eu; como agora tu és tu e eu sou eu." Não dava importância a críticos, dizendo: "Fácil é satisfazer um ignorante; ainda mais fácil satisfazer um conhecedor; mas nem o Criador pode agradar ao homem que só

tem uma parcela de conhecimento."[64] No *Gita-Govinda* de Jayadeva — "Canto do Divino Rebanho de Vacas" — o carinho amoroso transforma-se em religião e canta o amor sensual de Radha e Krishna. É o poema da paixão, mas a Índia reverentemente o interpreta como um místico e simbólico retrato da alma à procura de Deus — interpretação ininteligível aos sacerdotes que compuseram o *Cântico dos Cânticos*.

No século XI a língua vernácula suplantou a língua morta como veículo de expressão literária, tal qual se deu na Europa. O primeiro grande poeta a usar a língua viva foi Chand Bardai, num imenso poema histórico de 60 cantos — e isto porque a morte o impediu de ir além. Sur Das, o poeta cego de Agra, compôs 60.000 versos sobre a vida e as aventuras de Krishna; conta-nos ele que foi ajudado pelo próprio deus, que se fez o seu amanuense e escrevia mais depressa do que o poeta ditava.[65] Entrementes, um pobre padre, Chandi Das, impressionava Bengala com cantos à Dante sobre uma Beatriz campesina, elevando-a com paixão romântica às alturas da divindade e fazendo do seu amor uma alegoria do seu desejo da absorção em Deus; e ao mesmo tempo inaugurava o uso da língua bengali na literatura. "Meu refúgio és tu, minha amada. Quando não te vejo, meu espírito se aflige. (...) Não posso esquecer teu encanto e tua graça — e no entanto não há desejo em meu coração." Excomungado pelos colegas brâmanes por escandalizar o público, Chandi Das concordou em pôr fim àquele amor, e em repudiar a sua amada Rami num ritual público; mas quando ia em meio a cerimônia, percebeu Rami no meio do povo — retirou imediatamente o voto, dirigiu-se a ela, curvou-se de mãos postas e adorou-a.[66]

O maior poeta da literatura hindu foi Tulsi Das, quase contemporâneo de Shakespeare. Seus pais o tinham enjeitado, por haver nascido sob má estrela. Um místico da floresta adotou-o e instruiu-o na lenda de Rama. Tulsi casou-se; mas ao perder um filho retirou-se para a floresta a fim de viver em penitência e meditação. Lá, e em Benares, escreveu a sua epopéia religiosa, a *Ramacharita-manasa*, ou "Lago dos Feitos de Rama", na qual conta novamente a história do herói e apresenta-o à Índia como o deus supremo. "Há um deus", diz Tulsi Das, "que é Rama, criador do céu e da terra, redentor da humanidade. (...) Por amor ao seu fiel povo, Rama encarnou-se como rei, e para nossa santificação viveu a vida dos homens comuns."[67] Poucos europeus têm conseguido ler essa obra no original hindu; mas um que o fez considera Tulsi Das o "maior vulto da literatura indiana".[68] Para os nativos da Índia o poema constitui uma Bíblia, em teologia e moral. "Tenho o *Ramayana* de Tulsi Das como o maior livro de devoção de todas as literaturas", diz Gandhi.[69]

Enquanto isso, o Decã também gerava poesia. Tukaram compôs em língua *mahrathi* 4.600 cantos religiosos, correntes hoje na Índia como os salmos de Davi na cristandade. Havendo falecido a sua primeira mulher, casou-se com uma megera e se fez filósofo. "Não é difícil alcançar a salvação", disse ele, "porque podemos encontrá-la até na trouxa às nossas costas.[70] No começo do século II, Madura tornou-se a capital das letras em língua tâmil; um *Sangam*, ou grêmio de poetas e críticos, foi criado sob o patrocínio dos reis Pandya, o qual, como a Academia Francesa, regulava o desenvolvimento da língua, conferia títulos e distribuía prêmios.[71] Tiruvallavar, um tecelão pária, escreveu no mais difícil metro tâmil um trabalho religioso e filosófico — o *Kurral* — no qual expunha ética e ideais políticos. Assegura a tradição que quando os membros do *Sangam*, todos brâmanes, viram o triunfo da poesia daquele pária afogaram-se no rio;[72] mas julgamos que isto não é coisa crível de nenhuma academia.

Deixamos por último o maior poeta lírico da Índia medieval. Kabir, um simples tecelão de Benares, veio ao mundo preparado para a tarefa de unir o hinduísmo ao islamismo; era filho de pai muçulmano e de virgem brâmane.[73] Fascinado pelo pregador Ramananda, tornou-se devoto de Rama e dilatou esse deus às proporções de deidade universal; escreveu poemas hindus de rara beleza, para explicar um credo que não teria templos, nem mesquitas, nem ídolos, nem castas, nem circuncisão, mas apenas um Deus. (Rabindranath Tagore traduziu, com caracteristica perfeição, cem *Cantos de Kabir.*) "Kabir", diz ele,

> "é um filho de Alá, e aceita todos os gurus *e pirs.* (...) Ó Deus, seja Alá ou Rama, eu vivo pelo teu nome. (...) Mortas são todas as imagens dos deuses; não podem falar — sei porque as interpelei e não me responderam. (...) Que valor existe em lavardes a boca, desfiardes as contas, banhar-vos em águas sagradas, curvar-vos nos templos, se, enquanto murmurais orações ou peregrinais, o engano está em vossos corações?"[74]

Os brâmanes sentiram-se ofendidos, e para corrompê-lo fizeram que uma cortesã fosse tentá-lo; mas a cortesã se converteu ao novo credo. Foi fácil, porque não havia dogmas, mas apenas um profundo sentimento religioso.

> Há um mundo sem fim, ó meu irmão.
> E há um Ser sem nome, do qual nada pode ser dito;
> Sem forma, sem corpo, sem extensão,
> Como posso dizer-te como ele é?
> Fala Kabir: Não pode ser dito com palavras da boca, nem escrito no papel;
> O mundo que prova uma coisa doce — como pode ele explicá-lo?[75]

Aceitava a teoria da reencarnação, que flutua no ar da Índia, e orava com o fervor do hindu para ser libertado da cadeia do Eterno Retorno. Mas neste mundo a sua moral era mais simples: viver com justiça e procurar unicamente a felicidade ao alcance da mão.

> Rio-me quando ouço que o peixe na água tem sede;
> Não vês que o Real está em tua casa e erras na floresta silenciosamente!
> Aqui está a verdade! Vai para onde quiseres, Benares ou Madura: se não encontras a tua alma, para ti o mundo não é real.
> Que plagas cruzarás, ó meu coração? Não há viajante na tua frente, não há caminho. (...)
> Não existe corpo nem espírito; e onde está o lugar que mata a sede da alma? Nada encontrarás no vácuo.
> Sê forte e entra em teu próprio corpo; porque aí a rocha é firme. Considera-o bem, ó meu coração! Não sê erradio.
> Diz Kabir: Põe a imaginação de lado e firma-te onde estás.[76]

Diz a lenda que, após a sua morte, hindus e muçulmanos lhe disputaram o corpo, e debateram se seria queimado ou enterrado. Mas alguém ergueu o pano que cobria o cadáver e só viu flores. Os hindus queimaram parte das flores em Benares e os muçul-

manos enterraram o resto.[77] E os cantos de Kabir começaram a correr mundo; neles se inspirou Nanak para fundar uma seita entre os *sikhs;* outros fizeram do pobre tecelão uma deidade.[78] Duas pequenas seitas, hoje ciosamente separadas, seguem a doutrina e adoram o nome do poeta que tentou unir os hindus e os islamitas. Uma seita é hindu, outra é muçulmana.

CAPÍTULO XXI

Arte Indiana

I. ARTES MENORES

A grande era da arte indiana — Sua peculiaridade — Associação com a indústria — Cerâmica — Metal — Madeira — Marfim — Jóias — Tecidos

DIANTE da arte indiana, como diante de qualquer fase da civilização indiana, o observador espanta-se da sua idade e continuidade. As ruínas de Mohenjo-daro não revelam apenas utilitarismo; também se encontraram lá esculturas de homens barbudos como os da Suméria, figuras em terracota de mulheres e animais, contas e outros ornamentos de cornalina, jóias de fino ouro polido.[1] Observando um sinete[2] que apresenta, em baixo-relevo, um touro vigorosamente desenhado, somos levados a concluir que a arte não faz progressos, apenas muda de formas.

Daquele tempo aos dias de hoje, através das vicissitudes de cinco mil anos, a Índia criou em certas artes a sua forma peculiar de beleza. O tesouro está desfalcado, não porque a Índia deixasse de produzir beleza, mas porque a guerra e o furor iconoclasta dos muçulmanos destruíram incontáveis obras-primas de palácios, templos e estatuária, e a pobreza em que a Índia caiu não deixou que a conservação de outros prosseguisse. Temos, nós modernos, dificuldade de, no primeiro contato, apreciar a arte indiana; a música parece-nos estranha, a pintura obscura, a arquitetura confusa, a escultura grotesca. Temos constantemente de nos recordar que nossos gostos são o produto de limitadas tradições locais e do meio; e que somos injustos com as nações estrangeiras quando as julgamos pelos padrões das nossas.

Na Índia o artista ainda não se separou do artesão; como na nossa Idade Média, assim também na Índia que morreu em Plassey, cada operário era um artífice dos que dão forma e personalidade aos produtos da sua mão. Mesmo nos dias atuais quando a produção mecânica substituiu a manual e o artesão degenerou em simples servo da máquina, as lojas e oficinas da Índia mostram artífices acocorados batendo o metal, moldando jóias, desenhando, tecendo delicadas bordaduras, ou esculpindo o marfim ou a madeira. Provavelmente nenhuma outra nação jamais possuiu tamanha variedade de arte.[3]

Parece estranho que a cerâmica não se tenha elevado ao nível das demais artes; as regras de casta impunham tantas limitações sobre o repetido uso da mesma vasilha, que não havia incentivo de fazê-las adornadas ou com beleza; elas passavam muito depressa pelas mãos dos oleiros.[4] Mas se a vasilha era feita de metal precioso, então já se tornava artística; temos prova disso no vaso de prata Tanjore, do Instituto Vitória, em Madras, e no prato de ouro de Betel, em Kandy.[5] O bronze era batido numa infinita variedade de lâmpadas, bacias e vasos; uma liga de zinco (*bidri*) era usada para caixas, bacias e bandejas; havia mescla de metais diferentes ou embrechados de ouro e prata.[6] A madeira era entalhada com grande profusão, em formas animais e vegetais,

e o marfim usado para a feitura de centenas de objetos desde ídolos até dados de jogo; abundavam portais de madeira entalhada e graciosos pequenos objetos e caixas para cremes e perfumes. Pobres e ricos juntavam jóias, usadas como ornamento ou provisão; Jaipur primava em trabalhos de esmalte sobre fundo de ouro; rosários, broches, berloques, facas e pentes eram modelados em formas de muito gosto, com desenhos florais, animais ou teológicos; um *pendentif* bramânico concentrava em reduzido espaço meia centena de deuses.[7] Os tecidos indianos jamais foram suplantados em finura; e dos dias de César aos nossos as fazendas da Índia nunca deixaram de ter alta reputação no mundo. (Talvez a mais velha impressão em tecidos por meio de matrizes da Índia,[8] embora essa arte não evoluísse para os caracteres tipográficos móveis.) Às vezes, com imenso cuidado e longa paciência, os fios de lã eram tingidos antes de irem para o tear; o desenho aparecia à proporção que o tecido se formava, o mesmo no direito e no avesso.[9] Do caseiro *khaddar* aos complexos brocados tecidos com fios de ouro, dos pitorescos pijamas (a palavra "pijama" vem do hindu *paijamas*, significando calças) aos preciosos xales de Cachemira (esses finíssimos xales são feitos de diversas tiras, tão bem costuradas entre si que parecem um tecido contínuo),[10] cada veste tecida na Índia tem a sua beleza, que vem de uma arte muito antiga e quase instintiva.

II. MÚSICA

Um concerto na Índia — Música e dança — Músicos — Escala e formas — Temas — Música e filosofia

Num concerto a que compareceu em Madras, um viajante americano encontrou uma assistência de uns duzentos hindus, todos brâmanes na aparência, sentados em bancos ou no chão atapetado, ouvindo atentamente um pequeno conjunto, diante do qual nossas enormes orquestras dão idéia de coisas para serem ouvidas da lua. Os instrumentos eram desconhecidos do americano, e pareciam-lhe estranhamente anormais. Tambores de várias formas e tamanhos, flautas em forma de serpentina e muito ornamentadas, e uma grande variedade de instrumentos de cordas. A maioria desses instrumentos era finamente trabalhada, sendo alguns cravejados de gemas. Um tambor, o *mridanga,* tinha a forma de um barrilete, com as duas extremidades recobertas de pergaminho, esticável ou afrouxável por meio de correias; um dos pergaminhos fora tratado com pó de manganês, arroz cozido e suco de tamarindo, a fim de produzir um determinado som. O tocador só usava as mãos — às vezes as palmas, às vezes só as pontas dos dedos. A outro tocador cabia a *tambura,* espécie de alaúde, cujo tom era modificado por meio de um graduador de couro. Um dos instrumentos, o *vina,* pareceu-lhe especialmente sensível e eloqüente; as cordas, esticadas sobre um tambor de madeira coberto de pergaminho numa das extremidades e com uma cabaça na outra, eram vibradas com o plectro, enquanto a mão esquerda do executante abafava ou soltava as cordas. O visitante ouviu humildemente — e nada entendeu.

A música na Índia tem três mil anos de história. Os hinos védicos, como a poesia hindu, eram escritos para ser cantados; poesia e canto, música e dança faziam parte do antigo ritual. A dança hindu, que para o Ocidente parece tão voluptuosa e obscena, como a dança ocidental parece aos orientais, tem sido, na história da Índia, uma forma da adoração religiosa, um desdobramento da beleza através do movimento

rítmico para honra e glória dos deuses; somente nos tempos modernos as *devadasis* saíram dos templos para a dança profana. Para o hindu essas danças não eram uma exibição da carne, mas a limitação dos ritmos e processos do universo. O deus Siva presidia à dança, e a dança de Siva simbolizava o movimento do mundo. (A dança secular hindu foi revelada à Europa e à Alemanha pela arte de Shankar, em que cada movimento do corpo, mãos, dedos e olhos traduz para o iniciado uma significação sutil e preciosa, e redunda numa graça de poesia corporal desconhecida da dança do Ocidente, depois do nosso democrático retorno à arte africana.)

Cantores, músicos e dançarinos, como os demais artistas da Índia, pertenciam todos às castas inferiores. O brâmane poderia gostar de cantar em sua casa ao som da *vina* ou outro instrumento de corda; poderia ensinar canto, recitação ou dança; mas jamais pensaria em alugar-se para uma execução ou em levar um instrumento à boca. Concertos públicos eram até recentemente uma raridade na Índia; a música secular consistia ou no canto espontâneo do povo ou em coisa de aristocratas, como a música de câmara na Europa. Akbar, que também era músico, manteve muitos músicos em sua corte; um deles, Tansen, tornou-se rico e popular, morrendo de alcoolismo aos 34 anos.[11] Não havia amadores, só profissionais; a música não era ensinada como "prenda social", nem as crianças eram forçadas a se tornarem pequenos Beethovens. A função do público não consistia em tocar mediocremente, mas em ouvir bem.[12]

Porque ouvir música na Índia era em si uma arte exigidora de longo treino do ouvido e da alma. As palavras podem ser ininteligíveis para o ocidental, como as das óperas, das quais a gente das classes altas tem como dever gostar; e oscilam, como em toda parte, entre a religião e o amor; mas são de pouca importância na música hindu; o cantor freqüentemente as substitui por sílabas sem sentido. A música era escrita em escala mais sutil e menor que a nossa de 12 tons, aos quais se somam 10 microtons, formando uma escala de 22 quartos de tom. A música hindu pode ser escrita por meio de uma notação de letras sânscritas; usualmente não é nem escrita nem lida, mas passa auditivamente de uma geração a outra, ou do compositor ao executante. Não há divisão dos compassos, mas desliza num *legato* contínuo que desaponta o ouvinte acostumado ao compasso regular. Não possui acordes e não procura a harmonia; confina-se à melodia, com, talvez, um fundo de meios-tons; neste sentido é muito mais simples e primitiva que a européia, embora mais complexa em escala e ritmo. As melodias são ao mesmo tempo limitadas e infinitas: devem derivar de um ou outro dos 36 modos ou árias tradicionais, mas podem variar indefinidamente. Cada um dos temas, ou *ragas* (mais estritamente falando há seis *ragas* ou temas básicos, cada um com cinco modificações denominadas *ragini*. *Raga* significa paixão, cor, estado de espírito; *ragini* é a forma feminina), consiste de cinco, seis ou sete notas, a uma das quais o músico constantemente volta. Cada *raga* recebe o nome da coisa que pretende sugerir — "Aurora", "Primavera", "Beleza Matutina", "Ebriedade", etc. As lendas hindus atribuem estranhos poderes ocultos às *ragas*: e a tradição diz que em Bengala uma dançarina pôs termo a uma seca por meio de um canto de apelo às chuvas.[13] Antigüidade dá às *ragas* caráter sagrado, e quem as executa deve fazê-lo com a maior fidelidade, como se se tratasse de coisa composta pelo próprio Siva. Certo músico, Narada, que as executou negligentemente, foi pelo deus Vishnu levado ao inferno, onde viu homens e mulheres chorando sobre membros espedaçados; o deus explicou que aquilo eram as *ragas* e *raginis* massacrados pela má execução de Narada. A partir daí ele tratou de levar mais a sério a sua arte.[14]

O executante indiano não se vê seriamente embaraçado pela obrigação de ater-se à *raga* escolhida em seu programa, do mesmo modo que o compositor ocidental de sonatas e sinfonias não é embaraçado pela adesão ao tema; em ambos os casos, o que

perde em liberdade ganha em coerência de estrutura e simetria de forma. O músico hindu lembra o filósofo da mesma raça; parte do finito e "lança a alma no infinito"; vai bordando sobre o tema, numa ondulante corrente de ritmo e recorrência e de hipnotizante monotonia; cria assim uma espécia de Ioga musical, um nirvana de individualidade, matéria e tempo; a alma ergue-se em mística união com algo "profusamente infuso", com algum profundo, imenso e calmo Ser subsistente no fundo de todas as aparências.

Provavelmente, jamais compreenderemos a música da Índia enquanto preferirmos a agitação do esforço ao simples existir, o árdego progresso à calma permanência, o desejo à renúncia, o movimento ao repouso. Isto poderá acontecer quando a Europa cair em sujeição e a Ásia for novamente a soberana. Mas então a Ásia estará cansada de existência, de permanência, de renúncia e de repouso.

III. PINTURA

Pré-histórica — Os afrescos de Ajanta — Miniaturas rajaputras — As escolas mogóis — Pintores — Os teoristas

Chamamos provincial ao homem que julga o mundo à luz da sua paróquia, classificando de bárbaro tudo quanto não lhe é familiar. Diz-se que o imperador Jehangir — homem de gosto e erudito em arte — ao ver uma pintura européia, repeliu-a incontinenti; "sendo a óleo, ele não gostava."[15] Isto nos mostra que mesmo um imperador pode ser provincial, e que era tão difícil a Jehangir apreciar a pintura a óleo européia como o é para nós apreciar as miniaturas da Índia.

Os desenhos de animais e de uma caçada de rinocerontes encontrados nas cavernas pré-históricas de Singanpur e Mirzapur mostram que os pintores indianos já vinham de milhares de anos atrás. Palhetas com tintas moídas prontas para o uso foram encontradas entre os remanescentes neolíticos da Índia.[16] Grandes lacunas ocorrem na história da arte, porque a maioria das obras foi destruída pelo clima e o que se salvou caiu sob o martelo dos muçulmanos iconoclastas, de Mahmud a Aurangzeb.[17] *Vinaya Pitaka* (300 a. C.) refere-se ao palácio do rei Pasenada como contendo galerias de pintura; e Fa-Hien e Yan Chwang descrevem muitos edifícios famosos pelas pinturas murais;[18] mas nenhum traço disso aparece hoje. Um dos mais velhos afrescos do Tibete mostra um artista pintando o retrato de Buda;[19] isto põe a pintura como já estabelecida nos tempos de Buda.

A mais antiga pintura indiana conhecida refere-se a um grupo de afrescos budistas (100 a. C.) encontrados nas paredes de uma caverna em Sirguya, na Índia Central. A partir daí a pintura do tipo afresco (isto é, feita sobre reboco ainda úmido) progrediu até alcançar o apogeu nas cavernas de Ajanta (perto da aldeia de Fardapur, em Hyderabad), não sendo excedida nem por Giotto e Leonardo. Os templos de Ajanta foram abertos na rocha viva da montanha, em vários períodos do século I ao século VII da nossa era. Por centenas de anos ficaram perdidos para o mundo, depois da decadência do budismo; a floresta os envolveu e afogou; morcegos, cobras e outros animais silvestres deles fizeram tocas, e mil variedades de pássaros e insetos borraram-lhes as paredes com os seus excrementos. Em 1819 os europeus descobriram tais ruínas e admiraram os afrescos das paredes, que hoje figuram entre as obras-primas do mundo.[20]

Os templos são chamados "cavernas" pelo fato de serem escavados na rocha viva. A Caverna XVI, por exemplo, é uma escavação de 20 metros em quadra, suportada por 20 pilares; ao longo do *hall* central existem 16 celas monásticas, um pórtico avarandado na frente e o santuário nos fundos. Todas as paredes são revestidas de afrescos. Em 1879, 16 dos 29 templos continham pinturas; em 1910 os afrescos de 10 desses 16 templos já se apresentavam destruídos pelo tempo e os remanescentes estavam mutilados por ineptas tentativas de restau-

ração.[21] Quando novas, tais pinturas eram revestidas de brilhante pigmentação vermelha, verde, azul e púrpura; só sobrevivem tons desmaiados e superfícies enegrecidas. Algumas das pinturas estragadas pelo tempo e pela ignorância parecem-nos rudes e grotescas, a nós, que não podemos ouvir as lendas budistas com coração budista; outras se mostram fortes e graciosas, revelando perícia de artistas cujos nomes desapareceram muito antes de suas obras.

A despeito dessas depredações, a Caverna I ainda se revela opulenta de obras-primas. Numa das paredes vemos (provavelmente) um *Bodhisattwa* — santo budista já em ponto de Nirvana, mas preferindo renascer para ajudar os homens. Nunca a tristeza da suprema compreensão foi mais profundamente retratada;[22] ficamos na dúvida sobre o que é mais fino, estas pinturas ou a cabeça de Cristo na *Última Ceia* de Leonardo. Em outra parede da mesma caverna vemos um esboço de Siva e sua esposa Parvati, ricamente coberta de jóias.[23] Perto, a representação de quatro veados, amigos de Buda; e no teto um desenho ainda vivo de flores e aves.[24] Numa parede da Caverna XVII aparece a graciosa representação semidestruída do deus Vishnu com o seu séquito, descendo do céu para atender a qualquer coisa na vida de Buda;[25] em outra, um retrato esquemático de uma rainha e suas damas.[26] Mesclados a essas obras-primas há numerosos afrescos, aparentemente pobres de feitura, descrevendo a mocidade, a fuga e a tentação de Buda.[27]

Não podemos, contudo, julgar essa arte pelo que chegou até nós; deve haver ali coisas inapreciáveis pelas almas de fora. Mas mesmo o ocidental admira a nobreza dos temas, o majestático escopo do plano, a unidade da composição, a clareza, a simplicidade e firmeza de linhas e, entre muitos detalhes, a espantosa perfeição desse tropeço de todos os artistas — as mãos. Com a imaginação nós representamos os artistas-sacerdotes (mera suposição: não sabemos quem pintou esses afrescos.) que oraram naqueles recintos e talvez fizessem as pinturas, com amorosa e piedosa arte, num tempo em que a Europa dormia na escuridão medieval. Ali em Ajanta a devoção religiosa funde a arquitetura, a escultura e a pintura numa feliz unidade, produzindo um dos mais altos monumentos da arte hindu.

Quando seus templos foram fechados ou destruídos pelos hunos e muçulmanos, os hindus voltaram-se para as artes menores. Entre os rajaputros surgiu uma escola de pintura especializada em miniaturas sobre os episódios do *Mahabharata* e do *Ramayana* e os heróicos feitos dos chefes tribais; freqüentemente não passavam de meros esboços, mas sempre com vida e perfeitos no desenho. Existe no Museu de Boston um encantador exemplar deste estilo, representando uma *raga* por meio de graciosas mulheres, uma imponente torre e o céu.[28] Outro exemplar no Instituto de Arte de Detroit figura com inexcedível delicadeza uma cena de *Gita-Govinda.*[29] As figuras humanas nas pinturas hindus raramente eram desenhadas de modelo; o artista visualizava-as na imaginação. Pintava-as comumente em têmpera sobre papel; usava finos pincéis feitos de pêlos de esquilo, camelo, cobra ou mangusto[30] e alcançava um requinte de linhas e de decoração deleitoso até para os olhos ineducados.

Idêntico trabalho era feito em outras partes da Índia, especialmente em Cangra.[31] Outra variedade do mesmo gênero se desenvolveu sob os mogóis, em Délhi. Emerso da caligrafia persa e da iluminura de manuscritos, este estilo se desenvolveu numa forma de retratos de arte que corresponde à música de câmara florescida na corte. Como a escola rajaputra, os pintores mogóis procuravam a delicadeza de linhas, usando às vezes pincéis de um único fio; e também excediam-se na pintura das mãos. Os assuntos eram figuras humanas da alta nobreza, orgulhosas; os grandes personagens sentavam-se diante desses artistas, pacientemente, e os palácios de Jehangir se encheram de retratos de quantos representavam algum papel no reino desde o advento da Akbar. Este rei foi o primeiro a animar a pintura; e no fim do seu reinado havia cem pintores em Délhi e mil amadores.[32] O inteligente mecenismo de Jehangir desenvolveu a arte e alargou o campo pictórico, levando-o do simples retrato a cenas de caçadas e outras; certa miniatura mostra o próprio imperador quase nas garras do leão que se lançou contra seu elefante, enquanto um auxiliar realisticamente foge.[33] Sob Shah Jehan a arte alcançou o apogeu e começou a declinar; como no caso das imagens japonesas, a enorme popularidade da forma espalhou-se por um público mais amplo, porém menos educado.[34] Restaurando o princípio islâmico avesso à representação de imagens, Aurangzeb completou a decadência da arte.

A proteção dos dinastas mogóis trouxe à pintura uma prosperidade inédita. A corporação dos pintores, existente desde os tempos de Buda, renovou-se, e alguns dos seus membros escaparam ao anonimato. Dos 17 artistas de maior proeminência no reinado de Akbar, 13 eram hindus.[35] O mais favorecido pela sorte chamava-se Dasvanth, e sua baixa origem (filho de um palanquim) não o prejudicava aos olhos do rei. Era moço irrequieto, que desenhava constantemente, onde quer que se encontrasse. Akbar reconheceu-lhe o gênio e tomou-o como professor. Com o tempo Dasvanth se tornou o maior artista de sua época, mas no apogeu da grandeza apunhalou-se.[36]

Onde quer que surjam homens que fazem coisas, surgem também outros que as explicam. Os hindus, cuja filosofia não exaltava a lógica, amavam-na, apesar disso, e deleitavam-se em formular os mais sutis processos de regras de cada arte. Assim, muito cedo apareceu o *Sandanga*, ou "Seis Membros da Pintura Hindu", os seis cânones de excelência da arte pictórica: 1) conhecimento das aparências; 2) percepção correta, medida e estrutura; 3) ação e sentimento de formas; 4) infusão de graça ou de representação artística; 5) semelhança; 6) uso artístico do pincel e das cores. Mais tarde surgiu um minucioso código estético, o *Shilpa-shastra,* no qual as regras e tradições de cada arte vinham definitivamente formuladas. O artista, dizia-se lá, deve ser instruído nos *Vedas* e "deleitar-se na adoração de Deus; ser fiel à esposa, evitar mulheres estranhas e piedosamente adquirir o conhecimento de várias ciências".[37]

A compreensão da pintura oriental poderá ser facilitada, se lembramos que ela não procurava representar coisas e sim sentimentos — e, menos que representar, sugerir; que não estava na dependência da cor, mas da linha; que visava a criar emoções religiosas e estéticas mais que reproduzir a realidade; que se interessava pela "alma" ou "espírito" das coisas mais que pelas suas formas materiais. Não encontramos, porém, na pintura hindu o desenvolvimento técnico, ou a profundidade de significação da chinesa e da japonesa. Este fato é explicado com habilidade: por certo a pintura entre eles decaiu, dizem, porque era muito fácil, não constituiu uma oferenda bastante laboriosa, digna dos deuses.[38] Talvez a pintura, tão frágil e transitória que é, não satisfizesse a fome indiana de corporificação das deidades. Lentamente o budismo se reconciliou com as imagens esculpidas — e a pintura foi substituída pela estatuária, a cor e a linha cedendo o lugar à pedra.

IV. ESCULTURA

Primitiva — Budista — Gandhara — Gupta — "Colonial" — Cômputo

Não podemos traçar a história da escultura indiana desde as estatuetas de Mohenjo-daro até a era de Ashoka; mas somos levados a suspeitar que a lacuna é no nosso conhecimento, não na produção artística. Talvez a Índia, temporariamente empobrecida pelas invasões arianas, passasse da estatuária em pedra para a estatuária em madeira; ou talvez os arianos estivessem muito atentos à guerra para se dedicarem à arte. As mais velhas figuras de pedra sobreviventes na Índia datam de pouco antes de Ashoka, mas mostram qualidades vindas já muito anteriormente.[39] O budismo, na sua aversão às imagens, lançou obstáculos tanto contra a pintura como contra a escultura. Buda proibiu "desenhos imaginativos representando homens e mulheres";[40] e com esta proibição quase mosaica a pintura e a escultura na Índia sofreram tanto quanto na Judéia ou quanto iriam sofrer sob o domínio muçulmano. Gradualmente este puritanismo parece ter cedido, à medida que o budismo foi perdendo a austeridade e mais e mais compartilhando da paixão dravidiana pelos símbolos e mitos. Quando a arte de esculpir reapareceu (200 a. C.) nos baixos-relevos de pedra dos túmulos budistas de Bodh-gaya e Bharhut, apresentou-se como acessória da arquitetura; e até o fim se conservou nessa subalternidade. (Temos uma exceção na colossal estátua de Buda, de 25 metros de altura, que Yuan Chwang viu em Pataliputra, a qual pode ter sido a inspiradora dos grandes Budas de Nara e Kamakura, no Japão.) Nos templos Jains de Madura e nos santuários budistas de Amaravati e Ajanta, a arte do relevo chegou ao máximo; a balaustrada de Amaravati, diz uma autoridade, "é a mais voluptuosa e mais delicada flor da escultura indiana".[41]

Entrementes, na província de Gandhara outro tipo de escultura se desenvolveu sob o patrocínio dos reis *Kushans*. Esta misteriosa dinastia, que emergiu subitamente no norte, talvez vinda da helenizada Báctria, trouxe consigo a tendência de imitar as formas gregas. O budismo *mahayana*, que capturou o conselho de Kanishka, abriu o caminho levantando a proibição de esculpir imagens. Sob a tutela de instrutores gregos a escultura hindu assumiu feições helenísticas; Buda foi transformado num Apolo com aspirações ao Olimpo; um planejamento no estilo de Fídias começou a cobrir as deidades hindus, e piedosos *Bodhisattwas* ombreavam com silenos bêbados.[42] Idealizadas e quase efeminadas representações do Mestre e seus discípulos emparelhavam-se com horríveis exemplos do decadente realismo grego, como o faminto Buda de Lahore, em que cada costela ou tendão aparece num busto de rosto feminino, apesar de barbado.[43] Esta arte greco-budista impressionou Yuan Chwang, e por meio dele e outros peregrinos se passou para a China, Coréia e Japão;[44] mas não exerceu grande influência na Índia. Quando, depois de séculos de atividade, a escola da Gandhara desapareceu, a arte lidimamente indiana voltou a si e retomou as tradições dos velhos artistas de Bharhut, Amaravati e Madura, não dando nenhuma atenção ao interlúdio grego de Gandhara.

Como tudo mais na India, a escultura prosperou sob a dinastia dos Guptas. O budismo já esquecera o seu repúdio aos ídolos, e o renascente bramanismo estimulava o adorno da religião por meio de todas as artes. O Museu de Madura mostra um Buda de pedra finamente lavrada, de olhos meditativos, lábios sensuais, formas graciosas e pés como os fazem os modernos cubistas. E no Museu de Sarnath aparece outro, sentado na atitude que iria tornar-se clássica; nesta estátua a expressão de bondade e de contemplação foi perfeitamente alcançada. O pequeno Buda de bronze de Karachi assemelha-se escandalosamente a Voltaire.[45]

Por toda parte na Índia, antes da chegada dos muçulmanos, a arte do escultor, embora limitada pela sua subserviência à religião e à arquitetura, produziu obras-primas. A linda estátua de Vishnu, em Sultanpur;[46] a finamente cinzelada estátua de Padmapanni;[47] o gigantesco Siva de três cabeças (comumente chamado "*Trimurti*"), entalhado em relevo profundo nas cavernas de Elefanta;[48] a quase praxitélica estátua adorada em Nokkas como a deusa Rukmini;[49] o gracioso Siva de bronze, ou *Nataraja*, feito pelos mestres cholas de Tanjore;[50] o belo veado de pedra de Mamallapuram;[51] e o Siva, de Perur,[52] são demonstrações da expansão da escultura por todas as províncias da Índia.

Esses mesmos temas e métodos atravessaram as fronteiras e produziram primores do Turquestão e Camboja a Java e Ceilão. Existem belos exemplares desenterrados das areias do Kotan pela expedição Aurel Stein;[53] há a cabeça do Buda de Sião;[54] a "Harihara", com toques egípcios, do Camboja;[55] o magnífico bronze de Java;[56] o helenístico Siva de Prambanam;[57] a supremamente bela figura feminina (Prajnaparamita), hoje no museu de Leyde; o perfeito *Bodhisattwa* da Gliptoteca de Copenhague;[58] o calmo e poderoso Buda,[59] e o finamente entalhado Avalokiteshvara ("O Senhor que Olha com Piedade para Todos os Homens"),[60] ambos no grande templo javanês de Borobudur; ou o maciço Buda[61] e a bela soleira de feldspato[62] de Anuradhapura, no Ceilão. Esta lista de obras, que devem ter custado o sangue de muitos homens em muitos séculos, sugere a influência do gênio hindu nas colônias culturais da Índia.

Torna-se difícil gostarmos destas esculturas à primeira vista; só os espíritos profundos podem, quando viajam, libertar-se do ambiente nativo. Temos que ser hindus, ou cidadãos dos países que aceitaram a cultura da Índia, para compreender o simbolismo dessas estátuas, as complexas funções e os super-humanos poderes significados por aquela multiplicidade de pernas e braços e o terrível realismo com que os hindus expressavam as forças sobrenaturais, irracionalmente férteis e irracionalmente destruidoras. Impressiona-nos ver que toda gente nas aldeias indianas é magra, enquanto todos os deuses são gordos; esquecemos que os deuses recebem os primeiros frutos da terra. Desconcerta-nos saber que os hindus coloriam suas estátuas, como também saber que a alvura dos mármores de Fídias é devido a um acidente do tempo. Desagrada-nos a escassez de figuras femininas na galeria indiana e lamentamos a sujeição da mulher que isso parece indicar, e não refletimos que o culto do nu não constitui indispensável base para a arte plástica, e que a maior beleza da mulher está mais na maternidade que na juventude, mais em Deméter que em Afrodite. Esquecemo-nos igualmente que os escultores não cinzelavam o que queriam, e sim o que os sacerdotes determinavam; que cada arte na Ín-

dia era uma serva da religião e, assim, não se pertencia. Ou tomamos muito seriamente figuras que para o escultor não passavam de caricaturas destinadas a afugentar os maus espíritos; e se delas nos afastamos com horror, apenas confessamos que o artista alcançou o fim desejado.

Não obstante, a escultura na Índia nunca adquiriu a graça alcançada pela literatura, ou a sublimidade da arquitetura, ou a profundidade da filosofia; apenas espelhou a visão confusa e incerta de suas religiões. Excedeu à escultura da China e do Japão, mas nunca se igualou à fria perfeição da estatuária egípcia, nem à tentadora beleza do mármore grego. Para compreender suas intenções temos de renovar nossos corações ao fogo da piedade medieval. Na verdade exigimos muito da escultura e da pintura da Índia; julgamo-las como se houvessem sido, a exemplo do que ocorreu no Ocidente, artes autônomas, quando nunca passaram de escravas submissas. Se as virmos como os hindus as vêem, isto é, como partes integrantes da inexcedível arquitetura do país, teremos dado um passo para o começo da compreensão da arte indiana.

V. ARQUITETURA

1. Arquitetura hindu

Antes de Ashoka — Ashokiana — Budista — Jain — As obras-primas do norte — Destruição — Estilo do sul — Templos monolíticos — A estrutura dos templos

Nada nos resta da arquitetura indiana anterior a Ashoka. Temos as ruínas de Mohenjo-daro, mas indubitavelmente as construções da Índia védica e budista eram de madeira e só no tempo de Ashoka a pedra começou a ser usada para propósitos arquiteturais.[63] A literatura nos informa a respeito de estruturas de sete andares[64] e de palácios de certa magnificência, dos quais porém não nos ficou o menor traço. Megástenes descreve as residências imperiais de Chandragupta como superiores a tudo na Pérsia, exceto os palácios de Persépolis, que parecem ter servido de modelo.[65] A influência persa durou até o tempo de Ashoka; revela-se no plano de seu palácio, muito semelhante ao "Salão das Cem Colunas", de Persépolis,[66] e mostra-se também no fino pilar de Ashoka em Lauriya, coroado de um capitel de leão.

A conversão de Ashoka ao budismo fez que a arquitetura indiana se desembaraçasse da influência estrangeira e se ativesse aos símbolos da nova religião. Esta passagem é evidente no grande capitel que representa tudo quanto resta de outro pilar de Ashoka, em Sarnath;[67] numa composição perfeita, equiparada por John Marshall "ao melhor do mundo antigo",[68] vemos quatro poderosos leões em guarda, muito persas na forma e na atitude; mais abaixo deles há uma frisa de figuras entalhadas, e o inevitável elefante e a inevitável Roda da Lei budista; e sob a frisa um grande lótus de pedra, inicialmente dado como um capitel persa em forma de sino mas hoje aceito como o mais antigo, universal e característico de todos os símbolos da arte indiana.[69] Representado verticalmente, com as pétalas caídas e os pistilos à mostra, figurava a madre do mundo; ou, como uma das mais belas manifestações da natureza, servia de trono a um deus. O lótus emigrou com o budismo e infiltrou-se na arte da China e do Japão. Uma forma semelhante, usada para desenho das janelas e portas, tornou-se o "arco em ferradura" das abóbadas e domos ashokianos, originalmente derivados da curvatura dos tetos de palha das choupanas de Bengali.[70]

A arquitetura religiosa da era budista deixou-nos uns tantos templos arruinados e grande número de *topes* e "gradis". O *tope* ou *stupa* era o primitivo túmulo; na era budista transformou-se em santuário fúnebre, usualmente abrigando as relíquias de algum santo. Freqüentemente o *tope* tomava a forma de um domo de tijolos, coroado por uma espira e rodeado de um gradil de pedra esculpida. Um dos mais antigos está em Bharhut, com relevos muito primitivos. O mais ornamentado dos gradis existentes é o de Amaravati; compõe-se de 6.000 metros quadrados de superfície coberta de minuciosos relevos, tão bem trabalhados que Fergusson os julgou "o mais notável monumento da Índia".[71] O mais conhecido dos *stupas* parece ser o de Sanchi, em Bhopal. As portas de pedra indubitavelmente imitam as antigas formas

de madeira, e antecipam o *pailus* ou *toriis* que no Extremo Oriente assinalam a proximidade dos templos. Cada polegada de superfície dos pilares, capitéis, traves e suportes é entalhada com representações de figuras humanas, animais, plantas ou deuses. Um pilar mostra a árvore de Buda, sob a qual o Mestre se iluminou; e no mesmo portal aparece uma deusa *yahski*, graciosa, de cadeiras desenvolvidas, cintura fina e copiosos seios.[72]

Enquanto os mortos dormiam nos *topes*, os monges budistas escavavam na rocha templos onde pudessem viver longe do mundo e do calor do sol. Podemos julgar a força do impulso religioso na Índia observando que mais de 1.200 destes templos-cavernas ainda subsistem, dos milhares construídos nos primeiros séculos da era cristã, parte pelos Jains e brâmanes, mas a maioria pelas comunidades budistas. Geralmente a entrada de tais mosteiros (*viharas*) era um simples portal em forma de ferradura ou arco de lótus; às vezes, como em Nasik, compunha-se de uma fachada de colunas e de uma arquitrave esculpida; outras vezes era adornada de pilares e pórticos de pedra, admiráveis de desenho.[73] O interior incluía a *chaitya*, ou sala de reuniões, com colunatas separando a nave das alas, celas dos monges dos dois lados e um altar com relíquias ao fundo. (A correspondência deste interior com o das igrejas cristãs sugeriu uma possível influência do estilo hindu sobre a arquitetura cristã primitiva.)[74] Um dos mais velhos destes templos-cavernas sobrevive em Karle, entre Poona e Bombaim; aí o budismo *hinayana* realizou a sua obra-prima.

Além de serem o refúgio das mais notáveis pinturas budistas, as cavernas de Ajanta equiparam-se às de Karle como exemplos da arte compósita, meio arquitetura, meio escultura, que caracteriza os templos da Índia. As Cavernas I e II mostram espaçosos *halls*, cujos tetos, ornamentados de sóbrios desenhos, são mantidos por poderosos pilares de base quadrada, roliços no topo, florejados de entalhes e com majestosos capitéis;[75] a Caverna XIX distingue-se pela fachada ricamente decorada de adiposa estatuária e complexos baixos-relevos;[76] na Caverna XXVI, gigantescas colunas erguem-se até uma frisa coroada de figuras que só um imenso fervor religioso poderia esculpir com tal minúcia.[77]

Dos demais templos budistas que ainda restam na Índia, o mais impressionante é a grande torre de Bodh-Gaya, muito significativa com os seus arcos góticos, apesar de anterior ao século I da nossa era.[78] Os remanescentes da arquitetura budista são fragmentários, e sua glória é mais escultural que arquitetural. Os Jains devotaram-se mais à parte arquitetural, e durante os séculos XI e XII os seus templos foram os mais belos da Índia. Não criaram estilo próprio; contentaram-se em copiar o estilo budista dos templos-cavernas e depois o tipo dos templos de Vishnu e Siva. Também estes eram externamente simples, mas imensamente complexos e ricos por dentro — um feliz símbolo da vida modesta. A piedade colocava nesses templos numerosas estátuas dos heróis Jains; no grupo de templos de Shatrunjaya, Fergusson contou 6.449 figuras.[79]

O templo Jain de Aihole revela estilo quase grego, na sua forma retangular, nas colunas externas, no pórtico e na nave central.[80] Em Khajuraho os Jains, vaishnavitas e sivaítas, graças à tolerância hindu, construíram próximos uns dos outros cerca de 28 templos; entre eles o quase perfeito templo de Parshwanath[81] ergue-se em cones até bela altura e abriga em suas superfícies entalhadas uma verdadeira cidade de santos Jains. No Monte Abu os Jains construíram muitos templos dos quais dois sobrevivem o de Vimala e o de Tejahpala, considerados as maiores realizações artísticas da seita. O domo do Tejahpala constitui uma dessas experiências que tornam fútil a crítica de arte.[82] O templo de Vimala, todo de mármore branco, é uma congérie de pilares diferentes, ligados por meio de suportes imaginosos a um entablamento esculpido; em cima está um domo de mármore opulento de estatuária, entalhado numa renda de pedra que Fergusson admira acima de qualquer outra coisa. Comparativamente, o que os arquitetos góticos fizeram na capela de Henrique VII em Westminster ou em Oxford parece grosseiro.[83]

Nesses templos Jains vemos a transição da forma circular dos santuários budistas para o estilo torreado da Índia medieval A nave ou o interior cercado de pilares começa no *mandapam* ou pórtico; atrás vem a cela; e acima da cela se ergue, em níveis que sucessivamente recuam, a complicada torre esculpida. Era este o plano dos templos budistas do norte. Os mais impressionantes são os de Bhuvaneshwara, na província de Orissa; e dentre eles o mais belo é o de Raja-

rani, erigido no século XI em homenagem a Vishnu. Compõe-se de uma gigantesca torre formada de pilares justapostos, semicirculares, cobertos de estatuária e sobrepujados por camadas de pedra que recuam; o interior da torre termina em grande coroa circular e em espira. Perto fica o templo de Lingaraja, maior, mas menos belo; todas as superfícies são trabalhadas a cinzel, de modo que o custo da escultura resultou três vezes maior que o da estrutura.[84] O hindu exprimia a sua piedade não somente pela majestosa grandeza dos templos como pela paciente minúcia das partes; nada era demais para os deuses.

Seria penoso enfileirar aqui, sem a ajuda fotográfica, as outras obras-primas da arquitetura hindu do norte; mas não podemos deixar de nos referir aos templos de Surya, em Kanarak e Mudhera; à torre de Jagannath Puri; às lindas grades de Vadnagar;[85] aos maciços templos de Sas-Bahu e Teli-ka-Mandir, em Gwalior;[86] ao palácio do rajá Man Sing, também em Gwalior;[87] e à torre da Vitória, em Chitor.[88] Destacam-se ainda os templos de Siva em Khajuraho, e na mesma cidade o domo e o pórtico do templo de Khanwar Math, revelador da riqueza e paciência do entalhe indiano.[89] Mesmo em ruínas o templo de Siva, em Elefanta, com suas maciças colunas de capitéis em forma de cogumelo, seus inexcedíveis relevos e a poderosa estatuária,[90] sugere-nos um período de vigor nacional e estético já totalmente extinto nos dias de hoje.

Nunca poderemos fazer justiça à arte indiana, porque o fanatismo e a ignorância destruíram as suas maiores realizações, e arruinaram o resto. Em Elefanta, os portugueses demonstravam a sua piedade por meio da bárbara destruição dos baixos-relevos; e por toda parte no norte os muçulmanos reduziram a pó as maravilhas da escultura indiana dos séculos V e VI, supremas diante das obras posteriores que tanto admiramos. Os muçulmanos decapitavam estátuas, quebravam-lhes pernas e braços, e para a construção de suas mesquitas apropriavam-se dos graciosos pilares dos templos Jains.[91] O tempo juntou-se ao fanatismo nesta obra de destruição, depois que os hindus ortodoxos abandonaram os templos profanados por mãos estrangeiras.[92]

Podemos fazer idéia da grandeza da arquitetura indiana do norte pelas poderosas construções que sobreviveram no sul, onde a ação muçulmana foi menos intensa. A grande era arquitetônica do sul veio com os séculos XVI e XVII, depois que Akbar amansou os muçulmanos e ensinou-lhes a apreciar a arte indiana. Daí ser o sul rico em templos superiores aos do norte em massa e requintes; Fergusson contou 30 templos sulistas, ou "dravidianos", cada um dos quais teria custado, a seu ver, tanto quanto uma catedral britânica.[93] O sul adaptou o estilo do norte antepondo ao *mandapam* ou pórtico o *gopuram* ou portão, e sustentando o pórtico por meio de grande abundância de pilares. Jogava com mil símbolos, desde a cruz suástica, emblema do sol e da Roda da Vida, até a *ménagerie* dos animais sagrados. (Suástica é palavra sânscrita, de *su*, "bem", e *asti*, "ser". Este símbolo da Eterna Recorrência aparece em grande número de povos antigos e modernos, usualmente como sinal de boa sorte.) A serpente simbolizava a reencarnação; o touro era o modelo do poder procriador; o *linga*, ou falo, representava a excelência geratriz de Siva e muitas vezes determinava a própria forma do templo.

Três elementos compunham o plano estrutural desses templos do sul; o pórtico de pilares, a entrada e a torre (*vimana*), sobreposta ao *hall* de reunião ou cela. Com raras exceções, como o palácio de Tirumala Nayyak em Madura, toda esta arquitetura do sul era eclesiástica. Para si os homens não se preocupavam em construir com magnificência, mas davam toda a sua arte aos sacerdotes e deuses; nada mostra melhor como a teocracia era o espontâneo governo da Índia. Só um devoto indiano pode descrever

a amorosa simetria do santuário de Itagi, em Hyderabad.[94] (Aqui, diz Meadows Taylor, "a obra de talha de algumas colunas, e das vergas e arquitraves dos portais, está totalmente acima de qualquer descrição. Nenhuma outra obra entalhada em prata ou ouro poderia ser mais delicada. Até os nossos dias ainda não se pode entender com que ferramentas pedras tão duras e resistentes poderiam ser debastadas e polidas daquela maneira.)[95] Só um devoto indiano pode descrever a caprichosa simetria de Somnathpur em Mysore,[96] no qual gigantescas massas de pedra se abrem em delicadezas de renda, ou o templo de Hoyshaleshwara, em Halebid[97] — um dos monumentos, diz Fergusson, "que fazem o advogado da arte indiana pedir a palavra". "A combinação da linha horizontal com a vertical e o jogo de luz e sombra excedem a tudo na arte gótica. Os efeitos são os mesmos que os arquitetos medievais objetivavam mas obtiveram com a mestria revelada em Halebid."[98]

Se nos maravilhamos com a laboriosa piedade que pode entalhar 600 metros de frisas no templo Halebid, nelas fixando 2.000 elefantes, cada qual numa posição,[99] que diremos da coragem e paciência que rendilhavam um bloco de rocha para transformá-lo em templo? E isto foi façanha comum na Índia. Em Mamallapuram, perto de Madras, os entalhadores escavaram diversos *rathas*, ou pagodes, dos quais o mais belo é o *Dharma-raja-ratha*, ou "mosteiro da mais alta disciplina". Em Elura, ponto de peregrinação no Hyderabad, os hindus budistas, Jains e ortodoxos competiam na escavação de grandes templos monolíticos, dos quais o supremo exemplo é o de Kailasha,[100] nome do paraíso de Siva no Himalaia. Nesta construção os incansáveis construtores cortaram na montanha um bloco de pedra de 80 por 50 metros para nele escavar o templo; a seguir, rasgaram as paredes, os pilares, as estátuas, os baixos-relevos; depois, cinzelaram o interior e o recobriram de tudo quanto era arte; o afresco de "Os Amantes"[101] serve de amostra. Finalmente, como a fúria arquitetônica não se acalmasse, esculpiram uma série de capelas e mosteiros no resto da pedreira de onde haviam cortado o bloco para o templo.[102] Alguns hindus consideram o templo de Kailasha igual a qualquer das grandes realizações da história da arte.[103]

Tal estrutura, entretanto, era um *tour de force* como as pirâmides, e deve ter custado o suor e o sangue de muitos homens. Mas nem os senhores, nem as corporações obreiras se cansavam; e por todas as províncias da Índia espalharam-se gigantescos santuários, em tal quantidade que o viajante não consegue individualizá-los. Em Pattadakal, Lokamahadevi, uma das mulheres do rei Vikramaditya II dedicou a Siva o templo Virupaksha, um dos mais notáveis da Índia.[104] Em Tanjore, ao sul de Madras, o rei chola Rajaraja, o Grande, depois de conquistar todo o sul da Índia e o Ceilão, repartiu os despojos com Siva, erguendo-lhe majestoso templo destinado a representar o símbolo reprodutor do deus.[105] (O vértice deste templo é constituído de um único bloco de pedra de 15 metros quadrados com um peso de 80 toneladas.) Perto de Trichinópolis, a oeste de Tanjore, os devotos de Vishnu erigiram num alto monte o templo Shri Rangam, cuja construção foi interrompida pelas balas dos ingleses e franceses já na disputa da Índia.[106] Em Madura os irmãos Mattu e Tirumala Nayyak erigiram a Siva um espaçoso santuário com outro Salão das Mil Colunas. Essas estruturas formam, assim juntas, uma das mais impressionantes vistas da Índia, e por elas podemos julgar das passadas grandezas. Finalmente, em Rameshvaram, os brâmanes do sul ergueram um templo com o mais imponente de todos os pórticos — mais de mil metros de colunatas duplas, primorosamente entalhadas e destinadas a dar sombra e ins-

piração aos milhões de peregrinos que de longe vinham fazer suas preces aos indiferentes deuses.

2. *Arquitetura "colonial"*

Ceilão — Java — Camboja — Os Khmers — Sua religião — Angkor — Queda dos Khmers — Sião — Birmânia

Entrementes, ia a arte indiana acompanhando a religião através dos estreitos e fronteiras, rumo ao Ceilão, Java, Camboja, Sião, Birmânia, Tibete, Khotan, Turquestão, Mongólia, China, Coréia e Japão; "na Ásia todas as estradas partem da Índia".[107] Os hindus do vale do Ganges colonizaram o Ceilão no século V a. C.; 200 anos mais tarde Ashoka mandou um filho e uma filha converter os cingaleses ao budismo; e embora a populosa ilha tivesse de lutar durante 15 séculos contra as invasões dos tâmiles, manteve uma cultura rica até ser ocupada pelos ingleses em 1815.

A arte cingalesa começou com os *dagobas* — túmulos de relíquias como as *stupas* budistas do norte — e daí passou aos grandes templos cujas ruínas marcam a antiga capital, Anuradhapura; também produziu algumas das mais belas estátuas de Buda e[108] grande variedade de objetos artísticos. A perda da autonomia trouxe a decadência das classes superiores do Ceilão e *ipso facto* o fim do estímulo às artes.[109]

O mais estranho da arquitetura indiana é que os maiores templos budistas — talvez os maiores templos do mundo[110] — não estejam na Índia, mas em Java. No século XVIII a dinastia Shailendra de Sumatra conquistou a ilha de Java, estabeleceu o budismo como religião oficial e financiou a construção do templo de Borobudur ("Muitos Budas").[111] O templo em si não é grande, nem apresenta qualquer desenho peculiar — uma *stupa* de domo rodeado de 72 pequenos *topes* dispostos em círculos concêntricos. Se isto fosse tudo, o templo de Borobudur nada representaria; o que constitui a sua grandeza é o pedestal de 130 metros quadrados — um imenso *mastaba* de sete andares em progressivo recuo. Em cada volta há nichos para estátuas; 436 vezes os escultores de Borobudur acharam conveniente esculpir a figura de Buda. Ainda não contentes, abriram nas paredes três milhas de baixos-relevos, representando o nascimento, a mocidade e a iluminação do Mestre — e realizaram obras das mais finas da Ásia.[112] Com este imponente santuário budista e os templos bramânicos próximos de Prambanam, a arquitetura javanesa alcançou o zênite e começou a decair. A ilha foi por algum tempo uma potência marítima; a riqueza e o luxo trouxeram prosperidade aos artistas. Mas vieram os muçulmanos em 1479 e os holandeses em 1595, e gradualmente se foram apossando da ilha, até dominarem-na inteiramente.

Só um templo hindu excede o de Borobudur, e esse também não fica na Índia. Em 1858 um explorador francês que abria caminho no vale do rio Mekong vislumbrou no meio da floresta algo que lhe pareceu miraculoso: um enorme templo incrivelmente majestoso no desenho e totalmente envolvido pela vegetação. Verificando logo tratar-se de um conjunto de templos com as paredes já rachadas pelas figueiras, pareceu-lhe ter chegado a tempo de assistir à vitória da natureza sobre a obra do homem. Henri Mouhot era o nome desse feliz explorador; mas foi preciso que outros viajantes europeus lhe testemunhassem a descoberta para que o mundo a aceitasse como verdadeira. Para lá se encaminharam várias expedições científicas, e a École de L'Extrême Orient, de Paris, devotou-se inteiramente ao estudo do grande achado.

Hoje o Angkor Wat constitui uma das maravilhas do mundo. (Em 1604 um missionário português ouviu de caçadores a menção de ruínas na floresta, e outro padre repetiu essa referência em 1672 — mas ninguém lhes deu atenção.[113])

No começo da era cristã a Indochina, ou Camboja, era habitada por um povo essencialmente chinês, mas parcialmente tibetano, chamado Khambujas ou Khmers. Quando Tcheou-ta-Kouan, o embaixador de Cublai-Cã, visitou a cidade de Angkor Thom, encontrou um governo forte dirigindo uma nação rica em arroz e açúcar. O rei, diz Tcheou, tinha cinco mulheres: "uma especial e quatro para os pontos cardeais da bússola"; e além delas umas quatro mil concubinas.[114] Abundavam o ouro e as jóias; embarcações de prazer boiavam no lago; as ruas da capital tumultuavam de carros, palanquins, elefantes ornados com ricas gualdrapas; a população era de um milhão de almas. Havia hospitais anexos aos templos, cada qual com o seu corpo de médicos e enfermeiras.[115]

Conquanto o povo fosse chinês, a cultura era indiana. A religião baseava-se na primitiva adoração da serpente naga, cujo capelo aparece de mil modos na arte cambojana; depois os grandes deuses da tríade hindu — Brahma, Vishnu e Siva — penetraram na Birmânia quase ao mesmo tempo que Buda. As inscrições dizem da enorme quantidade de arroz, manteiga e óleos raros oferecida diariamente pelo povo aos ministrantes dos deuses.[116]

No fim do século IX os Khmers dedicaram a Siva o mais velho dos seus templos sobreviventes — o Bayon, hoje lamentável ruína conquistada pela vegetação. As pedras, apenas justapostas, sem cimento, deslocaram-se no curso de mil anos, tornando caricaturescas as grandes caraças de Brahma e Siva, que praticamente constituem todas as torres. Três séculos depois os escravos e prisioneiros de guerra construíram o Angkor Wat,[117] obra-prima igual à melhor dos gregos, dos egípcios ou do estilo gótico da Europa. Enorme fosso de 12 milhas de extensão rodeia o templo, sobre o qual existe uma ponte de pedra guardada por duas dissuasivas nagas de pedra; depois, uma muralha ornada; depois, espaçosas galerias, cujos relevos contam a lenda do *Mahabharata* e do *Ramayana*; depois, a grande estrutura do monumento, erguendo-se da ampla base em forma de pirâmide aterraçada até o santuário do deus, a 70 metros de altura. Aqui a magnitude não prejudica a beleza, antes a exalta maravilhosamente. Vemos pela imaginação o processo de construção daquilo: inúmeros escravos cortando, transportando, erguendo as pedras; os entalhadores abrindo relevos e criando estátuas sem nenhuma atenção ao tempo despendido; os sacerdotes enganando e consolando o povo; as *devadasis* (também representadas no granito) enganando o povo e consolando os sacerdotes; a aristocracia construindo palácios, como o Finean-Akas, com o seu espaçoso Terraço de Honra; e, erguidos ao alto pelo trabalho de todos, os poderosos e impiedosos reis.

Necessitados de muitos escravos, os reis promoviam muitas guerras. Freqüentemente venciam; mas em fins do século XIII — *nel mezzo del camin* da vida de Dante — os exércitos de Sião derrotaram os Khmers, saquearam-lhes as cidades e deixaram em ruínas os templos e palácios magníficos. Hoje turistas erram por entre as pedras soltas, e observam com que paciência certas plantas insinuam suas raízes pelas fendas das rochas e, engrossando-as, acabam por desagregar os blocos. Tcheou-ta-Kouan fala das muitas obras escritas pela gente de Angkor, mas sequer uma página dessa literatura se salvou; como o fazemos nós, eles escreveram os pensamentos perecíveis sobre tecidos perecíveis, e todos os seus imortais morreram. Os maravilhosos relevos mos-

tram homens e mulheres tecendo véus e redes que os guardassem dos mosquitos e outros pequenos seres nocivos. Mulheres e homens passaram — sobrevivem apenas em imagem na pedra. Os mosquitos e as vidinhas ficaram.

Em Sião um povo semichinês, semitibetano, gradualmente expeliu os Khmers invasores e desenvolveu uma civilização baseada na religião e na arte hindu. Depois da ocupação do Camboja, os siameses construíram a nova capital, Ayuthia, no local da antiga cidade dos Khmers. Dali se estenderam pela Birmânia e a península malaia e comerciaram com a China e a Europa. Os artistas siameses produziam manuscritos com iluminuras, faziam pinturas de laca em madeira, coziam porcelanas em estilo chinês, bordavam sedas e ocasionalmente esculpiam estátuas magníficas. Mais tarde, seguindo o imparcial ritmo da História, os birmaneses capturaram Ayuthia e a destruíram com todas as suas artes. Na nova capital, Bancoc, os siameses construíram um grande pagode, cujo excesso de ornamentação não consegue esconder totalmente a beleza do desenho.

Os birmaneses revelaram-se os maiores construtores da Ásia. Vindos do Tibete e da Mongólia, ali naqueles férteis vales caíram sob a influência hindu e do século V em diante produziram muita estatuária budista, vaishnavita e sivaíta, e as grandes *stupas* que culminaram no majestoso templo de Ananda — um dos cinco mil pagodes de Pagan, a antiga capital. Pagan foi saqueada por Cublai-Cã, e durante cinco séculos o governo birmanês andou de capital em capital. Por algum tempo Mandalay floresceu como centro da vida da Birmânia e o ninho dos artistas construtores do palácio real — maravilhoso rendado de madeira.[118] Os ingleses, desagradados com o tratamento recebido na Birmânia pelos seus missionários e traficantes, anexaram-na ao império em 1886, mudando a capital para Rangun, por conveniências navais. Lá os birmaneses haviam construído um dos seus mais belos santuários, o famoso Shwe Dagon, o pagode de ouro que atrai anualmente milhões de peregrinos budistas. Sim, porque nesse templo está uma poderosa relíquia: os cabelos de Shakya-muni.

3. Arquitetura islâmica na Índia

O estilo afegão — O estilo mogol — Délhi — Agra — O Taj Mahal

O triunfo final da arquitetura indiana veio com a dinastia mogol. Os seguidores de Maomé já haviam provado o seu valor arquitetônico por onde passavam suas armas — em Granada, no Cairo, em Jerusalém, em Bagdá; era pois de esperar que fizessem o mesmo na Índia. É verdade que a dinastia afegã se utilizou de artistas hindus, copiou temas hindus e até se apropriou de pilares de templos hindus, e que muitas de suas mesquitas não passavam de adaptações ao Islã dos templos hindus.[119] Mas esta imitação evoluiu rapidamente para um estilo tão tipicamente mouro que qualquer observador se admira de encontrar o Taj Mahal na Índia, em vez de na Pérsia, em Marrocos ou na Espanha.

O belo Kutb-Minar (isto é, "minarete", do árabe *manarat* — lâmpada ou farol) é um exemplo da transição. Fazia parte de uma mesquita começada em Délhi por Kutbu-d-Din Aibak; 27 templos hindus foram demolidos para abastecer de material esse monumento comemorativo das vitórias do sangrento sultão.[120] Sete séculos são passados, e o minarete desse templo, de 80 metros de altura, perfeitamente bem pro porcionado, ainda está de pé e constitui uma das obras-primas da técnica indiana. Em geral os sultões de Délhi viviam por demais ocupados com matanças para dar atenção à arquitetura, e os monumentos que deixaram foram em sua maioria túmulos ergui-

dos em vida. O melhor exemplar destes túmulos é o mausoléu de Sher Shah em Sasseram, no Bihar;[121] gigantesco, sólido, másculo, foi o último arranco do viril estilo mourisco, logo depois descambado para a joalheria arquitetônica dos reis mogóis.

A tendência para unir os estilos muçulmanos e hindu foi favorecida pela eclética imparcialidade de Akbar; e as obras-primas que por sua ordem os artistas construíram entrelaçaram métodos e motivos persas e hindus numa requintada harmonia simbolizadora da fusão das crenças nativas com as idéias de Akbar. O primeiro monumento do seu reinado, o túmulo erguido em Délhi a seu pai Humayun, já revela estilo próprio — simples nas linhas, moderado na decoração, mas já prenunciando os mais belos edifícios de Shah Jehan. Em Fathpur-Sikri os artistas de Akbar levantaram uma cidade em que a força dos antigos mogóis se fundia com o refinamento dos últimos imperadores. Imponente escadaria leva ao portal de pedra além do qual está um recinto cheio de obras-primas. A construção de maior vulto é a mesquita, mas as mais belas estruturas são os três pavilhões das favoritas do Imperador, e o túmulo de mármore de seu amigo Salim Chisti, o sábio; ali começavam os artistas da Índia a mostrar a habilidade em rendilhar a pedra que ia chegar ao apogeu no Taj Mahal.

Pouca coisa foi acrescentada por Jehangir à história arquitetural da Índia; seu filho Shah Jehan, entretanto, notabilizou-se, quase tanto como Akbar, pela paixão artística. Gastou prodigamente com os artistas, como seu pai gastara com as mulheres. A exemplo dos reis do norte da Europa, importou artesãos da Itália e fê-los ensinar aos hindus a arte da *pietra dura* (isto é, embrechamento do mármore), a qual se tornou um dos característicos elementos da ornamentação indiana nesse reinado. Jehan não tinha a alma religiosa, mas duas das mais belas mesquitas indianas surgiram por vontade sua; a Juma Masjid, em Délhi, e a Moti Masjid — ou Mesquita de Pérola — em Agra.

Tanto em Délhi como em Agra, Jehan construiu "fortes" — isto é, grupos de edifícios reais, rodeados de muralha protetora. Em Délhi desdenhosamente derrubou os palácios cor-de-rosa de Akbar e substituiu-os por estruturas da mais pura beleza arquitetônica. Lá está a luxuosa sala das Audiências Públicas, com painéis de mosaico florentino em mármore negro, e tetos de ouro e prata, sustentados por colunas e arcos de pedra rendada, de incrível fragilidade e beleza. Lá também está a Sala das Audiências Privadas, com tetos de ouro e prata e colunas filigranadas; os arcos são semicírculos excêntricos, compostos de pequenos semicírculos florais; nela figurou o famoso Trono do Pavão, tornado lenda para o mundo; na parede ainda estão gravadas as orgulhosas palavras do poeta muçulmano: "Se em qualquer parte da terra existe o Paraíso, aqui está ele, aqui está ele, aqui está ele." Adquirimos alguma noção das "fabulosas riquezas da Índia" no tempo dos mogóis quando vemos o maior dos historiadores da arquitetura revelar que a residência do rei em Délhi cobria uma área duas vezes maior que o vasto Escorial na Espanha e formava no conjunto "o mais esplêndido palácio do Oriente e talvez do mundo inteiro".[122]

O Forte Délhi continha originalmente 52 palácios, dos quais restam apenas 27. A guarnição inglesa, que ali se refugiou durante o Motim dos Sipaios, arrasou diversos palácios para abrir terreno para seus depósitos. E houve também muito saque.

O Forte de Agra está em ruínas e somente pela imaginação podemos recompor-lhe a magnificência. Um triste erro de Shah Jehan, construir fortes nesse ninho de belezas. Quando os ingleses sitiaram Agra (1803) os canhões foram apontados para o Forte. Vendo as balas caírem no Khass Mahal, os hindus se renderam, achando que a

conservação daquilo valia mais do que a vitória. Algum tempo depois Warren Hastings mutilou o banheiro do palácio para presentear George IV; e outras porções da estrutura foram vendidas por Lorde Bentinck para reforçar a renda da Índia.[123] Por entre os muitos jardins erguiam-se a Mesquita da Pérola, a Mesquita da Gema, as Salas das Audiências, o Palácio do Trono, os Banhos Reais, a Sala dos Espelhos, os palácios de Jehangir e de Shah Jehan, o Palácio Jasmin de Nur Jehan e a Torre do Jasmim, de onde Shah Jehan olhava para o túmulo que fizera construir para a sua amada esposa Mumtaz Mahal.

O mundo conhece esse monumento sob o nome de Taj Mahal. Muitos arquitetos o classificam como a construção mais perfeita entre quantas existem. Três mestres o desenharam: o persa Ustad Isa, o italiano Gieronimo Veroneo e o francês Austin de Bordeaux. Parece que nenhum hindu comparticipou da sua concepção; é um monumento inteiramente não-hindu, e totalmente maometano; os próprios artesãos especializados foram em parte trazidos de Bagdá, Constantinopla e outros centros de fé islamita.[124] Durante 22 anos 22.000 homens foram obrigados a trabalhar no Taj; e embora o marajá de Jaipur fizesse ao Shah Jehan presente do mármore necessário, o custo da construção e seus arredores atingiu o equivalente a dois milhões de dólares, uma soma fabulosa.[125] (Lorde Bentinck, um dos mais benévolos governadores da Índia, certa ocasião pensou em vender o Taj Mahal por 150.000 dólares a um construtor indiano que tinha idéia de aproveitar o material.[126] Depois da administração Curzon, o governo inglês da Índia passou a cuidar zelosamente dos monumentos mogóis.)

Somente o S. Pedro de Roma tem uma "aproximação" tão adequada. Depois de passar por um alto muro com seteiras, o visitante dá de chofre com o Taj — erguido sobre uma plataforma de mármore e emoldurado à direita e esquerda por belas mesquitas e imponentes minaretes. No espaçoso jardim da frente vê-se o tanque em cujas águas o palácio se reflete invertidamente. Toda a estrutura é de mármore branco, metais preciosos ou gemas. A construção forma uma complexa figura de doze lados, quatro dos quais são portais; um esbelto minarete surge de cada canto e o teto é um domo maciço. A entrada principal, outrora de sólidas portas de prata, é um tumulto de bordados de mármore; incrustadas nas paredes, em letras de jóias, vemos citações do *Corão*, uma das quais convida os "puros de coração" a entrarem nos "jardins do Paraíso". O interior é simples; e possivelmente nativos e europeus cooperaram em despojar o túmulo das jóias superabundantes e da grade de ouro, cravejada de pedras preciosas, que rodeava o sarcófago de Jehan e sua mulher. Aurangzeb substituiu essa grade por um biombo octogonal de mármore quase transparente, milagrosamente rendilhado; inúmeros visitantes saem de lá com a impressão de que coisa alguma no mundo excede esse escrínio em beleza.

Talvez não seja o mais sublime de todos os edifícios, apenas o mais bonito. Da distância em que os detalhes se fundem em massa, o Taj deixa de ser imponente, permanecendo apenas agradável. Quando em nossos dias vemos enormes estruturas de cem andares construídas num ano ou dois, e consideramos que 22.000 homens trabalharam durante 22 anos neste pequeno túmulo de 30 metros de altura, percebemos bem nítida a diferença entre a indústria e a arte. Se o tempo fosse inteligente, destruiria tudo menos o Taj, e deixaria esta prova de um grande amor como a última consolação do homem.

4. *Arquitetura e Civilização Indiana*

Decadência da arte indiana — Arquitetura islâmica e hindu comparadas — Vista geral da civilização indiana

A despeito do maravilhoso biombo, Aurangzeb foi uma desgraça para a arte indiana e mogol. Entregando-se fanaticamente à religião, ele só via na arte vaidade e idolatria. Seu antecessor Jehan já havia proibido a ereção de templos hindus;[127] Aurangzeb não só manteve a proibição como deu tão pouco apoio econômico à arquitetura islâmica que também esta se estiolou durante o seu reinado.

Quando num retrospecto pensamos na arquitetura indiana, vemos nela dois temas, o masculino e o feminino, o hindu e o maometano, sobre os quais a sinfonia estrutural gira. Assim como nas sinfonias clássicas as notas fortes da abertura são seguidas de tons de suma delicadeza, assim também na arquitetura hindu os majestáticos monumentos de Bodh-Gaya, Bhuvaneshwara, Madura e Tanjore foram seguidos da graça e melodia do estilo mogol em Fathpur-Sikri, Délhi e Agra; e os dois temas se misturam finalmente numa confusa elaboração. Os mogóis construíam como gigantes e tinham o acabamento dos joalheiros, dizem alguns críticos; mas este epigrama pode ser aplicado à arquitetura indiana em geral: os hindus construíram como gigantes e os mogóis terminaram como joalheiros. A arquitetura hindu impressiona-nos pela massa, a mourisca pelos detalhes; a primeira tem a sublimidade da força, a segunda a perfeição da beleza; os hindus revelavam a paixão da fecundidade, os mouros o gosto e a medida. Os hindus cobriam seus monumentos com tanta estatuária que temos dificuldade em classificá-los na arquitetura ou na escultura; os maometanos abominavam imagens e se confinavam à decoração geométrica e floral. Os hindus eram os escultores-arquitetos góticos da Idade Média da Índia; os muçulmanos eram os expatriados artistas de um exótico Renascimento. O estilo hindu sobe a maiores alturas porque a sublimidade representa mais que a beleza; diante do Forte de Délhi e do Taj Mahal compreendemos a grandeza de Angkor e Borobudur: belas poesias líricas ao lado de dramas profundos — Petrarca ao lado de Dante, Keats ao lado de Shakespeare, Safo ao lado de Sófocles. Uma é a graciosa e parcial expressão de criaturas felizes; outra é a completa e poderosa expressão de uma raça.

Para concluir repetimos que somente o hindu pode bem apreciar a arte indiana, ou sobre ela escrever perdoavelmente. Para o ocidental educado nos nobres cânones da moderação e simplicidade, esta arte de profusa ornamentação e extrema complexidade se afigura às vezes primitiva e bárbara. Mas foram também estas as palavras com que o espírito clássico de Goethe repeliu a catedral de Estrasburgo e o estilo gótico; era a reação da razão contra o sentimento, do racionalismo contra a religião. Só um crente nativo da Índia pode sentir a majestade dos templos indianos, porque eles não foram construídos para dar forma à beleza, mas como estímulo à piedade e como pedestal da fé. Somente a nossa Idade Média — nossos Giottos e Dantes — pode compreender a Índia.

É nestes termos que nos cumpre visualizar a civilização indiana — como expressão de um povo "medievo" para o qual a religião era mais profunda que a ciência, porque a religião aceita desde o começo a eternidade da ignorância humana e a vaidade do poder humano. Nesta piedade jaz a fraqueza e a força do hindu: sua superstição e sua bondade, sua introversão, seu atraso e sua profundidade, sua fraqueza na guerra e

suas realizações na arte. Indubitavelmente, o clima afetou ali a religião e cooperou para enfraquecer o homem; daí ter o indiano cedido tão fatalisticamente aos arianos, aos hunos, aos muçulmanos e aos europeus. A história puniu a Índia por ter desprezado a ciência; e quando os melhores canhões de Clive massacraram o exército nativo em Plassey (1757), o estrondo da pólvora anunciou o advento da Revolução Industrial. Em nossos tempos essa revolução está operando na Índia, como operou na Inglaterra, na América, na Alemanha, na Rússia e no Japão; a Índia também terá o seu capitalismo e o seu socialismo, os seus milionários e os seus pardieiros. A velha civilização da Índia está com o seu ciclo encerrado. Começou a morrer com a chegada dos ingleses.

CAPÍTULO XXII

Epílogo Cristão

I. OS RIJOS BUCANEIROS

Chegada dos europeus — A conquista inglesa — O Motim dos Sipaios — Vantagens e desvantagens do governo inglês

EM muitos setores a civilização indiana já estava morta quando Clive e Hastings descobriram as riquezas da Índia. O longo e funesto reino de Aurangzeb e o caos e lutas intestinas que se seguiram deixaram a Índia madura para a conquista; e a única questão obscura naquele "destino manifesto" era saber qual das nações do Ocidente seria o instrumento. Os franceses tentaram a empresa e falharam; perderam a Índia, bem como o Canadá, em Rossbach e Waterloo. Os ingleses tentaram e foram felizes.

Em 1498, depois de uma viagem de 11 meses, Vasco da Gama ancorou na barra de Calicut. Foi bem recebido pelo rajá de Malabar, o qual lhe entregou uma amável carta endereçada ao rei de Portugal: "Vasco da Gama, fidalgo de vossa casa, visitou meu reino e deu-me grande prazer. Em meu reino há abundância de canela, cravo, pimenta e pedras preciosas. O que desejo de vosso país é ouro, prata, coral e escarlate." Sua Majestade Fidelíssima respondeu reclamando a Índia como colônia portuguesa devido a razões que o rajá, pelo seu atraso, não podia compreender. Em resumo: Portugal mandou uma esquadra para propagar o cristianismo e fazer a guerra. No século XVII vieram os holandeses e alijaram os portugueses; no século XVIII vieram os franceses e ingleses e alijaram os holandeses. Por fim o ordálio das batalhas decidiu qual desses povos iria civilizar e taxar os indianos.

A Companhia das Índias Orientais fundou-se em 1600 em Londres, para comprar barato na Índia e vender caro na Europa. (Carregamentos do custo de dois milhões de dólares eram vendidos por 10 milhões na Inglaterra.[1] As ações da companhia subiram a 32.000 dólares.)[2] Em 1686 a empresa anunciou a intenção de "estabelecer um sólido e seguro domínio inglês na Índia, coisa permanente".[3] Foram criados entrepostos comerciais em Madras, Calcutá e Bombaim; a companhia importou tropas, travou batalhas, subornou e deixou-se subornar, e exerceu outras funções de governo. Clive aceitou de bom grado "presentes no valor de 170.000 dólares dos chefes indianos ao alcance de seus canhões; embolsou além disso um tributo anual de 140.000 dólares; em troca de 6 milhões de dólares nomeou Mir Jafar Governador de Bengala; lançou uns contra os outros os príncipes nativos e gradualmente foi anexando os seus territórios às propriedades da companhia; viciando-se por fim com ópio, foi submetido a inquérito e exonerado pelo Parlamento — em 1774 matou-se".[4] Warren Hastings, homem de coragem, saber e habilidade, obrigou príncipes nativos a pagarem contribuições de 250.000 dólares aos cofres da Companhia; aceitou suborno para não impor mais contribuições e as impôs ainda maiores, anexando os Estados que não podiam pagar; ocupou militarmente Oudh e vendeu a província a um príncipe por dois e

meio milhões de dólares.[5] Conquistados e conquistadores rivalizavam em venalidade. As terras sujeitas ao controle da Companhia pagavam a taxa de 50% da produção, e tão severas foram as requisições que a maioria da população fugiu, e quem não fugiu teve de vender os filhos para pagar as taxas.[6] "Enormes fortunas", diz Macaulay, "acumularam-se rapidamente em Calcutá, enquanto 30 milhões de seres humanos eram reduzidos à mais extrema miséria. Estavam afeitos a viver sob tiranias, mas nunca sob uma tirania como aquela."[7]

Em 1857 os crimes da empresa de tal modo empobreceram o nordeste da Índia que os nativos se levantaram. O governo inglês entrou em cena, sufocou o "motim", transformou os territórios da companhia em colônia e indenizou-a regiamente — lançando o preço da compra como dívida pública da Índia.[8] Foi uma pura e simples conquista nos termos biológicos de Darwin e Nietzsche: um povo que perde a capacidade para governar-se ou desenvolver seus recursos naturais inevitavelmente reduz-se a presa de nações fortes e cobiçosas.

A conquista inglesa trouxe para a Índia algumas vantagens. Homens como Bentinck, Canning, Munro, Elphinstone e Macaulay aplicaram na administração das províncias indianas o mesmo generoso liberalismo reinante na Inglaterra de 1832. Lorde Bentinck, aliado aos reformadores nativos, pôs termo aos crimes dos *thugs*. Depois de 111 guerras na Índia, lutadas com tropas e dinheiro indiano,[9] os ingleses consolidaram a paz, construíram estradas de ferro, fábricas e escolas, abriram universidades em Calcutá, Madras, Bombaim, Laore e Alaabad, implantaram a técnica inglesa, inspiraram o Oriente com as idéias democráticas do Ocidente e representaram um importante papel revelando ao mundo o passado cultural da Índia. O preço desses benefícios foi um despotismo financeiro drenador das riquezas da península; um despotismo econômico que arruinou as indústrias locais e lançou milhões de artífices na cultura de terras inadequadas; e um despotismo administrativo que, vindo logo depois da estreita tirania de Aurangzeb, quebrou por um século o espírito do povo indiano.

II. OS SANTOS MODERNOS

Cristianismo na Índia — O Brahma-Somaj — *Maometanismo* — *Ramakrishna* — *Vivekananda*

Em tais circunstâncias, era natural e característico que a Índia procurasse consolo na religião. Durante um certo tempo ela deu cordial acolhida ao cristianismo, no qual encontrou muitos ideais éticos que já honrava desde milhares de anos; e "antes que o caráter e a conduta dos europeus", diz o padre Dubois, "se tornassem conhecidos dos indianos, pareceu possível a expansão do cristianismo na Índia".[10] Durante o século XIX os missionários cristãos procuraram fazer a voz de Cristo ouvida nos intervalos dos canhoneios; montaram e equiparam escolas e hospitais, deram ao povo teologia misturada com medicina e pela primeira vez surgiu nos párias a idéia de que eles também eram criaturas humanas. Mas o contraste entre os preceitos cristãos e a prática dos cristãos tornou os hindus cépticos e irônicos. Observavam eles que a ressurreição de Lázaro era indigna de nota; as religiões indianas tinham coisas muito mais milagrosas que essa; além disso, qualquer iogue de hoje faz milagres, ao passo que os do cristianismo já se acabaram.[11] Os brâmanes sustentaram galhardamente o terreno,

e contra as ortodoxias do Ocidente ofereceram um sistema de pensamento igualmente sutil, profundo e incrível. "O progresso do cristianismo na Índia", diz Eliot, "foi insignificante".[12]

Não obstante, a fascinadora figura de Jesus tem tido muito mais influência na Índia do que a que pode ser medida pelo fato de, em 300 anos, o cristianismo ter conquistado apenas 6% da população. Os primeiros sinais dessa influência aparecem no *Bhagavad-Gita*;[13] os últimos evidenciam-se em Gandhi e Tagore. O mais claro exemplo está na reforma conhecida como *Brahma-Somaj* (literalmente, "Sociedade Brahma"; mais conhecida como Sociedade dos Crentes em *Brahman*, o Supremo Espírito), lançada em 1828 por Ran Mohun Roy. Ninguém podia aproximar-se do estudo da religião com mais consciência. Roy aprendeu sânscrito para ler os *Vedas*, aprendeu o páli para ler o *Tripitaka* do budismo, o persa e o árabe para estudar o *Corão*, o hebreu para conhecer o Velho Testamento e o grego para conhecer o Novo.[14] Em seguida estudou inglês e escreveu com tanta facilidade e graça que Bentham desejou que James Mill se aproveitasse do exemplo. Em 1820, Roy publicou seu *Preceito de Jesus*: *Guia da Paz e da Felicidade*, anunciando: "Encontrei as doutrinas de Cristo mais conducentes a princípios morais e mais bem adaptadas ao uso dos seres racionais do que qualquer outra que me tenha chegado ao conhecimento."[15] E propôs aos seus escandalizados conterrâneos uma nova religião sem politeísmo, sem castas, sem poligamias, sem casamento infantil, sem *suttee* (a viúva que se sacrificava na pira funerária do marido) e sem idolatria — só com deus, *Brahman*. Como Akbar, sonhou que toda a Índia se unisse num único credo assim tão simples; e, como Akbar, não levou na devida conta a popularidade da superstição. O *Brahma-Somaj*, depois de 100 anos de luta, é hoje uma força à margem da vida indiana. (Conta 5.500 adeptos.[16] Outra sociedade reformadora, a *Aryan-Somaj* — Sociedade Ariana — fundada por Swami Dyananda, denunciou a casta, o politeísmo, a superstição, a idolatria e o cristianismo, propugnando a volta à mais simples religião dos *Vedas*. Tem hoje meio milhão de seguidores.[17] E temos um movimento reverso da ação do hinduísmo sobre o cristianismo na Teosofia — mistura de misticismo hindu e moralidade cristã, desenvolvido na Índia por duas mulheres estrangeiras — Helena Blavatsky [1878] e Annie Besant [1893.]

Os muçulmanos formam a mais poderosa e interessante minoria religiosa da Índia; mas o estudo dessa religião não cabe neste capítulo. O extraordinário não é que, a despeito do zelo de Aurangzeb, o maometanismo não haja vencido na Índia, e sim que não tenha sucumbido ao hinduísmo. A sobrevivência desse simples monoteísmo em meio a uma congérie de deuses atesta a virilidade da mente islâmica; basta termos em conta a absorção do budismo pelo bramanismo para darmos o devido valor a esta resistência. Alá possui hoje uns 70 milhões de adoradores na Índia.

O hindu nunca se deu bem com as religiões estrangeiras e as figuras que mais inspiraram sua consciência durante o século XIX foram as radicadas na doutrina e prática das antigas fés do povo. Ramakrishna, um pobre brâmane de Bengala, fez-se por algum tempo cristão, atraído por Jesus (no fim da vida aceitou a divindade de Cristo, mas insistiu em que Buda, Krishna e outros também eram encarnações de um deus. Ele próprio se dizia uma reencarnação de Rama e Krishna);[18] depois aderiu ao Islã; e afinal seu piedoso coração se voltou para o hinduísmo, até mesmo para a terrível Cali,

de quem se fez sacerdote e que ele transformou em Deusa-Mãe, toda ternura e amor. Rejeitando o predomínio do intelecto, pregou o *Bhakti-ioga* — a disciplina e união do amor. "O conhecimento de Deus", diz ele, "assemelha-se ao homem, ao passo que o amor de Deus assemelha-se à mulher. O conhecimento alcança apenas as salas exteriores de Deus; os cômodos interiores são alcançados apenas por quem o ama."[19] Ramakrishna de nenhum modo procurou educar-se; não aprendeu sânscrito nem inglês; não escrevia, e evitava a conversa intelectual. Quando um pomposo lógico lhe perguntou: "Que é conhecimento, que é sábio, que é objeto conhecido?" ele respondeu: "Meu caro, eu nada sei dessas belezas escolásticas. Só sei de minha Mãe Divina e que sou seu filho."[20] Todas as religiões são boas, ensinava ele aos discípulos; todas significam um caminho para Deus, ou um estágio na marcha, adaptado ao espírito ou coração de quem a segue. Passar de uma religião para outra é loucura. "Todos os rios correm para o oceano. Corre tu também, e deixa que os outros corram!"[21] Tolerava com simpatia o politeísmo do povo e aceitava humildemente o monismo dos filósofos; mas na sua viva fé Deus era um espírito encarnado em todos os homens, e a verdadeira adoração de Deus consistia em amorosamente servir à humanidade.

Muitas almas sensíveis, de ricos ou pobres, de brâmanes ou párias, escolheram-no como guru e formaram uma ordem com o seu nome. O mais arguto destes seguidores foi um orgulhoso moço xátira de nome Narendranath Dutt, que, cheio de Spencer e Darwin, primeiramente se apresentou a Ramakrishna como um ateu infeliz de seu ateísmo mas com desprezo pelos mitos e superstições das religiões. Conquistado pela paciente bondade de Ramakrishna, "Naren" tornou-se o seu mais ardente discípulo; tornou a definir Deus como a "totalidade de todas as almas,"[22] e pregou a seus ouvintes não um inútil ascetismo de vã meditação, mas a absoluta devoção aos homens.

> Fique para a próxima vida a leitura do *Vedanta* e a prática da meditação. Este corpo aqui presente que se ponha a serviço dos outros! (...) A mais alta verdade é: Deus está presente em todos os seres. Os seres são as múltiplas formas de Deus. Não há outro Deus fora daí. Só serve a Deus quem serve a todos os seres![23]

Mudando o nome para Vivekananda, deixou a Índia a fim de levantar fundos para a Missão Ramakrishna. Em 1893 estava perdido e sem recursos em Chicago. Apareceu depois num Congresso de Religiões na Feira Mundial; dirigiu-se à assistência como representante do hinduísmo, e a todos conquistou pela beleza da presença, pelo evangelho da unidade de todas as religiões e sua ética de serviço humano como melhor adoração de Deus; o ateísmo se tornou uma nobre religião apresentado pela sua eloqüência, e os vários cleros ortodoxos viram-se honrando um "pagão" que dizia não haver outro Deus além da alma de todas as coisas vivas. Voltando para a Índia, pregou aos seus compatrícios um código mais viril que os aparecidos desde os tempos védicos:

> É de uma religião criadora de homens que precisamos. (...) Abandonai esses misticismos amolentadores e sede fortes. (...) Dentro dos próximos 50 anos (...) deixai que todos os outros deuses desapareçam de vossas imaginações. Este é o único Deus real: nossa própria raça — por toda parte estão suas mãos, por toda parte estão seus pés, por toda parte estão seus olhos; ele cobre tudo. (...) A primeira de

todas as adorações é a adoração do que está ao redor de nós. (...) Eis nossos deuses — os homens e os animais; e os primeiros deuses que temos de adorar são os nossos próprios compatrícios.[24]

A partir daí, faltava apenas um passo para chegarmos a Gandhi.

III. TAGORE

Ciência e arte — Uma família de gênios — Mocidade de Rabindranath — Sua poesia — Sua política — Sua escola

Entrementes, apesar da opressão, do amargor e da pobreza, a Índia continuou a criar ciência, literatura e arte. O Prof. Jagadis Chandra Bose adquiriu renome internacional com suas investigações sobre a eletricidade e a fisiologia das plantas; e o trabalho do prof. Chandrasekhara Raman sobre a física da luz foi coroado com o prêmio Nobel. Em Bengala formou-se uma escola de pintura que funde a riqueza de colorido dos afrescos de Ajanta com a delicadeza de linhas das miniaturas rajaputras. As pinturas de Abanindranath Tagore comparticipam modestamente da fama mundial dos versos de seu tio.

Os Tagores são uma das grandes famílias da História. Davendranath Tagore (*Thakur*, em bengali) foi um dos organizadores e mais tarde o chefe do *Brahma-Somaj*; homem de riqueza, cultura e santidade, tornou-se na velhice um patriarca herético em Bengala. Dele descenderam os artistas Abanindranath e Gogonendranath, o filósofo Dwijendranath e o poeta Rabindranath Tagore — estes dois últimos seus filhos.

Rabindranath foi educado num ambiente refinadíssimo, em que a música, a poesia e o debate estavam no ar respirado. Nasceu já fino, um Shelley que se recusou a morrer moço ou a envelhecer; tão irradiante de simpatia que os esquilos lhe pulavam aos ombros e os passarinhos vinham sentar-se em suas mãos.[25] Era observador e receptivo, e misticamente sensível a todas as nuanças. Ficava às vezes horas num balcão, notando com instinto literário a fisionomia, o jeito e os maneirismos de cada passante: às vezes, num divã, passava o dia mergulhado em sonhos e recordações. Começou a compor versos numa lousa, contente com a facilidade com que podia apagar os erros.[26] Breve estava compondo cantos cheios de ternura pela Índia — a beleza do cenário, a formosura das mulheres, os sofrimentos do povo; e ele próprio compôs a música desses cantos. Toda a Índia os cantou, e o jovem poeta exultava de ver seus cantos na boca de camponeses distantes e desconhecidos.[26a] Damos aqui um deles, traduzido para o inglês pelo próprio autor; quem já exprimiu com tão simpático cepticismo a divina loucura do amor romântico?

Diz-me se isto é verdade, minha amada, diz-me se é verdade.
Quando estes olhos fulguram, as negras nuvens em teu peito dão tempestuosa resposta.
É verdade que meus lábios são doces como o botão do primeiro amor consciente?
Permanecem em mim recordações dos passados meses de maio?
Estremece a terra em cantos ao toque de meus pés, como se harpa fora?

É então verdade que gotas de orvalho vêm dos olhos da noite quando sou visto, e a luz da manhã se alegra quando envolve meu corpo?
Que quando afinal me encontraste o teu longo desejo achou paz em minha fala, em meus lábios, em meus olhos, em meus cabelos?
É então verdade que o mistério do Infinito se estampa no pequenino espaço da minha fronte?
Diz-me, amor, é verdade tudo isto?[27]

Há muitos méritos nestes poemas. As mais importantes coleções de poemas são *Gitanjali* (1913), *Chitra* (1914), *O Jardineiro* (1914), *Colheita de Frutas* (1916) e *Oleandros Vermelhos* (1925). O livro de memórias *Minhas Reminiscências* (1917) ensina-nos melhor sobre Tagore do que o *R. Tagore, Poeta e Dramaturgo*, de E. Thompson. Muitos méritos há e um intenso, embora sóbrio, patriotismo; uma feminina e sutil compreensão do amor e da mulher, da natureza e do homem; uma apaixonada penetração na visão interior dos filósofos indianos; e uma delicadeza à Tennison de sentimento e frase. Em seus poemas todas as mulheres são belas, e todos os homens inebriados da mulher, da morte ou de Deus; a natureza, conquanto às vezes terrível, é sempre sublime — nunca sinistra, estéril ou hedionda. (Medite-se, por exemplo, nesta linha maravilhosa: "Quando eu morrer seja esta a minha palavra de despedida, que o que eu experimentei é insuperável.")[28] Talvez a história de Chitra seja a história do poeta; seu amante Arjuna cansa-se dela num ano porque a vê ininterruptamente bela; só quando ela perde a beleza e, tornando-se forte, toma a si os trabalhos da vida, é que o deus a ama novamente — um profundo símbolo do casamento satisfeito.[29] Com encantadora graça Tagore confessa suas limitações:

Meu amor, uma vez o teu poeta esboçou em seu pensamento uma grande epopéia.
Ai, não fui cuidadoso e com ela te machuquei e afligi.
A epopéia quebrou-se em fragmentos de cantos e ei-los espalhados aos teus pés.[30]

Por essa razão é que ele só compôs poesias líricas no fim, para encanto de todos à exceção dos críticos. A Índia surpreendeu-se quando o seu poeta alcançou o prêmio Nobel (1913); os críticos de Bengala só haviam prestado atenção nos seus defeitos, e os professores de Calcutá usavam seus poemas como amostras de mau bengali.[31] Os jovens nacionalistas desadoravam-no porque a sua condenação dos abusos morais da Índia era mais forte que o grito para liberdade política; e, quando Tagore foi pela Inglaterra elevado a cavaleiro, isso pareceu aos patriotas uma traição. Não se conservou muito tempo com a honra, porque, quando, em conseqüência de um trágico mal-entendido, os soldados ingleses atiraram contra um ajuntamento religioso em Amritsar (1919), Tagore devolveu ao Vice-Rei a condecoração com uma carta justificativa. Hoje é Tagore uma figura solitária, talvez a mais impressionante figura de homem existente sobre a terra: um reformador que teve a coragem de denunciar a instituição básica da Índia — o sistema de castas — e a mais querida das crenças indianas — a transmigração;[32] um nacionalista que anseia pela liberdade da Índia, mas ousou protestar contra o chauvinismo e o egoísmo do movimento nacionalista; um educador que se cansou de retórica e política e se retirou para uma ermida em Shantiniketan,

onde passou a ensinar a alguns da sua geração o seu evangelho da libertação moral; um poeta de coração ferido pela morte prematura da esposa e pela humilhação de sua pátria; um filósofo impregnado do *Vedanta*,[33] um místico hesitante, como Chandi Das, entre a mulher e Deus e, apesar disso, roubado da sua fé ancestral pelo mito que estudou; um amante da natureza que enfrenta os mensageiros da morte sem outra consolação além do dom da poesia que não envelhece.

Ah, poeta, a tarde se aproxima; teus cabelos branqueiam.
Ouves em teus devaneios a mensagem do além?
"É tarde", disse o poeta, "e estou alerta porque alguém pode me chamar da aldeia; embora seja tarde.
Fico atentando se jovens corações desgarrados se encontram, e dois pares de olhos pedem música que lhes quebre o silêncio e por eles fale.
Quem lá haverá para tecer os cantos desse amor, se eu me sento na praia da vida e contemplo a morte e o além? (...)
Não tem importância que meu cabelo embranqueça.
Sou sempre tão moço ou tão velho como o mais moço ou o mais velho dessa aldeia. (...)
Todos eles necessitam de mim, eu não tenho tempo de meditar sobre a outra vida.
Sou da idade de cada um; que importa que meus cabelos se tornem grisalhos?"[34]

IV. ORIENTE NO OCIDENTE

A Índia em mudança — Mudanças econômicas — Decadência do sistema de casta — Castas e corporações — Os párias — A emancipação da mulher

Que um homem não familiarizado com o inglês até quase os 50 anos possa escrever tão bem nessa língua, é sinal da facilidade com que os abismos entre o Oriente e o Ocidente podem ser suprimidos. Porque desde o nascimento de Tagore o Ocidente tem vindo para o Oriente de diversas maneiras, e está mudando todos os aspectos da vida oriental. Trinta mil milhas de estradas de ferro já ligam as terras e *ghats* da Índia e levam fisionomias ocidentais para toda parte; fios telegráficos e prelos põem os indianos em contato mental com o resto do mundo; escolas inglesas ensinam história inglesa com o objetivo de formar cidadãos ingleses, e desassisadamente inculcam as idéias de democracia e liberdade. Mesmo o Oriente justifica hoje Heráclito: tudo é mudança.

Reduzida à pobreza no século XIX pela pressão dos teares e do maior calibre dos canhões ingleses, a Índia relutantemente se foi voltando para a industrialização. Em Jamsetpur a Tata Iron & Steel Company emprega 45.000 homens e ameaça a supremacia das empresas americanas na produção do aço.[35] A produção da hulha cresce constantemente; dentro de uma geração a China e a Índia podem suplantar a Europa e a América na extração dos combustíveis básicos para a sua indústria. Além de atenderem a todas as necessidades locais, estes recursos nativos irão competir no mercado externo com o Ocidente, e os conquistadores da Ásia poderão repentinamente ver-se sem mercados e com o padrão de vida de seus povos severamente rebaixado pela competição do baixo salário dessas terras do Oriente. Em Bombaim há fábricas em estilo vitoriano, com salários fora da moda, que fazem vir aos olhos dos industriais do Oci-

dente lágrimas de inveja. (Em 1922 havia 83 fábricas de tecidos em Bombaim, com 180.000 operários, ganhando em média 33 centavos por dia. Dos 33 milhões de indianos hoje na indústria, 51% são mulheres e 14% crianças com idade inferior a 14 anos.)[36] Patrões hindus substituíram os ingleses em muitas dessas fábricas industriais, e exploram os seus concidadãos com a mesma capacidade dos europeus.

As bases econômicas da sociedade hindu não mudaram sem afetar as instituições sociais e os costumes do povo. O sistema de casta só pode subsistir numa sociedade agrícola e estagnada; constitui um elemento de ordem, mas fecha todas as portas ao gênio sem *pedigree* e mata a ambição, a esperança, o estímulo inventivo; o sistema de casta recebeu sentença de morte quando a Revolução Industrial alcançou as praias da Índia. A máquina não respeita ninguém; em muitas fábricas os homens trabalham lado a lado, sem nenhuma discriminação de casta, e trens e trâmueis recebem indistintamente a quem paga; sociedades cooperativas e partidos políticos congregam toda a gente e na congestão de um centro urbano ou na rua o brâmane e o pária se ombreiam. Um rajá anuncia que todas as castas e credos são igualmente recebidos em sua corte; um sudra se torna o esclarecido dirigente de Baroda; o *Brama-Somaj* denuncia a casta e o Congresso Nacional advoga a abolição de todas as distinções de casta.[37] Lentamente, a máquina levanta para a riqueza e o poder uma nova classe de homens, e vai pondo termo à mais antiga de todas as aristocracias existentes.

A própria palavra "casta" já vem perdendo a significação. O termo *Vaisya* ainda aparece nos livros de hoje, mas já não tem aplicação na vida real. Mesmo a palavra "sudra" já desapareceu do norte, enquanto no sul frouxamente serve para designar todos os não-brâmanes.[38] Com efeito, as mais baixas classes dos velhos tempos foram substituídas por mais de três mil "castas" que não passam de corporações: banqueiros, negociantes, manufatureiros, agricultores, pescadores, atores, lavadores, mineiros, cocheiros, mecânicos, professores, carniceiros, caixeiras, engraxates — corporações que diferem das nossas uniões laboriosas apenas num ponto: na esperança de que os filhos sigam as profissões dos pais.

A grande tragédia do sistema de casta foi multiplicar de geração em geração o número dos párias, tornando-os um perigo para a instituição que os criou. Os párias receberam em suas fileiras todos os escravizados pela guerra ou pelas dívidas, todos os filhos havidos entre brâmanes e sudras e todos os infelizes que trabalhavam como coveiros, carniceiros, acrobatas e carrascos, tidos como degradados pela lei bramânica;[39] e esse número foi engrossando com a natural fecundidade dos que nada têm a perder. A pobreza absoluta fez do asseio do corpo, da roupa e da alimentação adequada um luxo para os párias; e todos os evitam de todas as maneiras. ("Os que de todo se abstêm da carne adquirem tal agudeza de faro que instantaneamente percebem, pelo cheiro, ou pelo hálito, ou pelo suor, se uma pessoa a comeu ou não — e isso mesmo depois de 24 horas de ingerida.")[40] As leis da casta proíbem ao pária aproximar-se a menos de 8 metros de um sudra e a menos de 22 metros de um brâmane;[41] se a sombra de um pária cai sobre um homem de casta, este deve desinfetar-se com uma ablução purificadora. O que quer que o pária toque, torna-se impuro. (Em 1913 o filho de um hindu rico caiu num poço. Não havia ninguém ali para socorro, a não ser sua mãe e um pária que se ofereceu para lançar-se à água e salvar o menino; mas a mãe recusou, preferindo a morte do filho à contaminação do poço.)[42] Em muitas partes da Índia ele não pode tirar água dos poços públicos, ou entrar nos templos brâmanes, ou mandar seus filhos às escolas.[43] Os ingleses, cuja política contribuiu de algum

modo para empobrecer ainda mais os párias, deram-lhes pelo menos igualdade perante a lei e acesso a todas as escolas e colégios por eles controlados. O movimento nacionalista de Gandhi muito fez para atenuar-lhes a situação, e talvez com uma geração eles estejam externa e superficialmente livres.

O advento da indústria e das idéias ocidentais veio perturbar a velha dominação do macho hindu. A industrialização retarda a idade do casamento e exige a "emancipação" da mulher; isto é, a mulher não pode ser atraída para as fábricas a não ser que se convença de que o lar é uma prisão e a lei lhe permita conservar o que ganha. Muitas grandes reformas vieram como acidentes desta emancipação. O casamento infantil foi formalmente vedado em 1929, com a elevação da idade núbil legal para 14 anos nas meninas e 18 nos rapazes;[44] o *suttee* desapareceu e o casamento de viúvas tornou-se coisa diária (em 1915 houve 15 casamentos de viúvas; em 1925 houve 2.263);[45] a poligamia é permitida, mas poucos a praticam;[46] e os turistas se desapontam ao ver que as dançarinas do templo praticamente já não existem. Em nenhum outro país a reforma moral progride mais rapidamente. A indústria está arrancando completamente a mulher do *purdah*; não chegam nem a 6 por cento as que ainda aceitam essa reclusão.[47] Numerosas publicações femininas discutem as questões do dia; até uma liga de controle da concepção surgiu[48] e corajosamente enfrentou o mais grave problema da Índia — a proliferação sem restrições. Em muitas províncias as mulheres votam e exercem cargos públicos; e já por duas vezes o Congresso Nacional foi presidido por mulheres. Muitas colam grau nas universidades e se fazem médicas, advogadas ou professoras.[49] Breve tudo estará mudado pelo reverso, e as mulheres passarão a governar. Não seria a influência do Ocidente que acendeu este apelo de um seguidor de Gandhi às mulheres da Índia?

> Fora com o antigo *purdah!* Retirai-vos o quanto antes das cozinhas. Largai as panelas nas prateleiras. Arrancai a venda dos olhos e olhai o mundo novo. Deixai que vossos maridos, filhos e irmãos cozinhem para vós. Muito trabalho nos cumpre fazer para tornar a Índia uma nação.[50]

V. O MOVIMENTO NACIONALISTA

Os estudantes ocidentalizados — A secularização do céu — O Congresso Nacional Indiano

Em 1923 havia mais de mil hindus estudando na Inglaterra, talvez igual número na América, e mais outro tanto em outros países. Esses jovens maravilharam-se diante dos privilégios gozados pela gente da mais inferior condição da Europa e da América; estudaram as Revoluções Francesa e Americana e leram a literatura de reforma e revolta; enlevaram-se na Declaração dos Direitos do Homem dos franceses, na Lei dos Direitos dos Cidadãos dos ingleses, e na Declaração da Independência e na Constituição dos americanos; e voltaram para a Índia transfeitos em focos de liberdade democrática. Depois da vitória dos Aliados na guerra, os progressos industriais e científicos do Ocidente deram a essas idéias um irresistível prestígio; breve todos os estudantes estavam envolvidos na batalha da liberdade. As escolas inglesas e americanas lhes ensinaram a ser livres.

Estes orientais ocidentalizados não trouxeram para a Índia apenas idéias políticas, mas também religiosas; os dois processos usualmente se associam, nas vidas individuais e na História. Saíram da Índia como moços piedosos, adoradores de Krishna, Siva, Vishnu, Cali, Rama...; tocaram a árvore da ciência e essas antigas fés esboroaram-se por força do choque catalítico. Despidos da fé religiosa, que é o verdadeiro espírito da Índia, os hindus ocidentalizados voltavam desiludidos e tristes; mil deuses mortos em suas almas... E, então, inevitavelmente, a Utopia ocupava o lugar do Céu, a democracia se substituía ao Nirvana, a liberdade passava a ser Deus. E o que se deu na Europa da segunda metade do século XVIII começou a repetir-se na Índia.

Sem embargo, as novas idéias caminhavam vagarosamente. Em 1885 uns tantos chefes hindus se encontraram em Bombaim e fundaram o Congresso Nacional Indiano, sem que na ocasião sequer sonhassem com a independência. O esforço de Lorde Curzon para dividir Bengala (isto é, destruir a unidade e a força da mais poderosa comunidade da Índia) levou os nacionalistas a um estado de espírito mais revoltado; e no Congresso de 1905 o intransigente Tilak pediu o *Swaraj*. Essa palavra[51] ele a tirou de raízes sânscritas ainda visíveis em seu correspondente inglês *self-rule* — autonomia. Nesse mesmo ano o Japão derrotou a Rússia; e o Oriente, que durante um século se acovardava diante do Ocidente, começou a preparar-se para a libertação da Ásia. A China seguiu o líder Sun Yat Sen; tomou a espada e caiu nos braços do Japão. A Índia, sem armas, aceitou como líder uma das mais estranhas figuras da História, dando ao mundo o exemplo nunca visto de uma revolução chefiada por um santo e conduzida sem um tiro.

VI. MAHATMA GANDHI

Retrato de um santo — O asceta — O cristão — Educação de Gandhi — Na África — A Revolta de 1921 — "Eu sou o homem" — Anos de prisão — Jovem Índia *— A revolução do tear — Realizações de Gandhi*

Imaginai o mais feio, amiudado e frágil homem da Ásia, com cara e carne de bronze, cabelo grisalho à escovinha, maçãs do rosto salientes, bondosos olhinhos pardos, boca ampla e sem dentes, orelhas enormes, nariz grande, pernas e braços finos, vestido com uma tanga, diante de um juiz inglês na Índia, em julgamento por ter pregado ao seu povo a "não-cooperação". Ou então imaginai-o sentado num tapetinhc num quarto desnudado de sua *Satyagrahashram* — Escola dos Buscadores da Verdade — em Ahmedabad: as pernas ossudas cruzadas à maneira iogue, solas para cima, mãos ocupadas numa roca, faces vincadas de responsabilidade, cérebro ativo em responder a todas as perguntas. Desde 1920 esse tecelão seminu é o chefe espiritual e político de 320 milhões de indianos. Quando aparece em público, a multidão o envolve, para lhe tocar na veste ou lhe beijar os pés.[52]

Quatro horas por dia ele trabalha na sua grosseira roca de fiar — *khaddar* — esperando com o exemplo persuadir a Índia ao retorno a esse simples instrumento, em vez de comprar produtos têxteis das fábricas inglesas que arruinaram a velha tecelagem indiana. Suas únicas posses consistem em três panos grosseiros — dois na arca e um na cama. Gandhi foi na mocidade um advogado rico, mas deu aos pobres tudo quanto tinha; e sua mulher, depois de alguma hesitação, seguiu-lhe o exemplo. Dorme no

chão nu. Vive de nozes, ervas, frutas, arroz e leite de cabra;[53] apenas uma vez na vida provou carne; às vezes passava semanas sem comer. "O que os olhos são para o mundo exterior, são os jejuns para o mundo interior."[54] Ele sente que o espírito se esclarece, as coisas sem importância somem e as fundamentais — às vezes a verdadeira Alma do Mundo — emergem de *Maya* como o Everest dentre as nuvens.

Ao mesmo tempo que jejuava até alcançar o êxtase, Gandhi aconselhava seus seguidores a impedirem, com um clister diário durante o tempo do jejum, que o corpo se envenenasse com os ácidos produzidos pela autoconsunção.[55] Quando os muçulmanos e hindus começaram a matar-se uns aos outros com teológico entusiasmo, sem dar nenhuma atenção aos seus apelos de paz, Gandhi ficou sem comer três semanas, para comovê-los. Tornou-se tão fraco e franzino com tantos jejuns e privações, que quando tinha de dirigir-se às grandes assistências falava de uma cadeira erguida no ar. Levou o ascetismo ao campo sexual, e desejava, como Tolstoi, que o intercurso se limitasse ao exigido pela reprodução. Também ele na mocidade entregara-se aos prazeres sensuais; a morte de seu pai veio surpreendê-lo nos braços do amor. Voltou-se, depois, com apaixonado remorso, para o *Brahmacharia* que lhe haviam pregado na juventude — absoluta abstenção de todo desejo sensual. Gandhi persuadiu sua mulher a viver com ele como irmã; e a partir desse dia, diz ele, todas as dissensões cessaram.[56] Quando compreendeu que a necessidade básica da Índia era a restrição da natalidade, adotou as teorias de Malthus e Tolstoi.

> Será justo que nós, que conhecemos a situação, produzamos filhos? Apenas multiplicaremos o número dos escravos e débeis, se continuarmos a nos reproduzir a despeito da situação em que nos vemos. Enquanto a Índia não se tornar uma nação livre (...) não temos o direito de ter filhos. (...) Não me resta sombra de dúvida de que as pessoas casadas, se desejam fazer bem ao país e querem ver a Índia transformada numa nação de homens fortes e belos, devem praticar o controle sexual e pelo tempo necessário suspender a procriação.[57]

Notabilizam-no ainda qualidades estranhamente semelhantes às do fundador do cristianismo. Embora não pronuncie o nome de Cristo, Gandhi age como se em tudo seguisse os preceitos do Sermão da Montanha. Desde S. Francisco de Assis não sabemos na História de vida mais assinalada pela bondade, pelo desinteresse, pela simplicidade e pelo perdão dos inimigos. Vai a crédito de seus oponentes o fato de terem pago a perpétua cortesia de Gandhi com moeda igual: o governo enviou-o à prisão da maneira mais delicada e exculpatória. Gandhi jamais mostrou rancor ou ressentimento. Três vezes foi atacado pela multidão e espancado gravemente; em nenhuma resistiu ou retaliou; e quando um dos seus ofensores foi preso, recusou-se a acusá-lo. Logo depois do maior choque entre muçulmanos e hindus, quando os muçulmanos de Moplah chacinaram centenas de hindus inermes e ofereceram os seus prepúcios a Alá, sobreveio a fome nessa mesma população; Gandhi reuniu em toda a Índia fundos para socorrê-la e sem falta de uma *anna*, sem nenhuma dedução de despesas, mandou para o inimigo faminto todo o dinheiro arrecadado.[58]

Mohandas Karamchand Gandhi nasceu em 1869, de família de casta *vaisia* e da seita Jain e praticou o princípio *ahimsa* de jamais fazer mal a um ser vivo. Seu pai foi um administrador capaz, porém herético em matéria financeira; perdeu o posto por excesso de honestidade, deu quase tudo quanto possuía aos pobres e entregou o resto à

família.[59] Ainda rapaz, Mohandas se tornou ateu, tanto o desagradaram as adúlteras galantarias de certos deuses hindus; e para tornar clara a sua repulsa pela religião, comeu carne. A carne o repugnou, e Mohandas voltou à religião.

Teve matrimônio contratado e realizado aos 12 anos com Kasturbai, esposa que lhe permaneceu fiel através de todas as suas aventuras, durante a riqueza e a pobreza, as prisões e o *Brahmacharia*. Aos 18 anos prestou exames para a universidade e foi a Londres estudar leis. No primeiro ano leu 80 livros sobre o cristianismo; o Sermão da Montanha "foi incontinenti ao meu coração na primeira leitura".[60] Gandhi aceitou o conselho de "pagar o mal com o bem e amar aos inimigos" como a mais alta expressão do idealismo humano; e preferiu cair com esses princípios a subir com os opostos.

Voltando à Índia em 1891, exercitou-se em leis por algum tempo em Bombaim, recusando acionar devedores e sempre se reservando o direito de abandonar uma causa quando a reconhecesse injusta. Uma demanda o levou à África do Sul; lá encontrou compatrícios hindus tão maltratados que se esqueceu de voltar para a Índia e entregou-se completamente, sem remuneração nenhuma, à campanha de melhorar-lhes a sorte. Durante 20 anos lutou nesse campo, até que o governo cedeu. Só depois disso Gandhi voltou à Índia.

Viajando por este país pela primeira vez, observou em toda a sua extensão a extrema miséria do povo. Horrorizou-se ao ver os esqueletos com aparência de gente trabalhando nos campos ou fazendo os serviços grosseiros das cidades. Verificou que a discriminação feita no exterior contra os hindus era apenas o reflexo e a conseqüência da vida de sujeição e miséria que levavam na Índia. Não obstante, sustentou a lealdade à Inglaterra durante a guerra; chegou mesmo a advogar o alistamento dos hindus que não aceitavam o princípio da não-violência. Nesse tempo Gandhi não concordava com os que queriam a independência do país; admitia que o governo inglês na Índia era uma exceção, porque ele em geral era bom; que na Índia ele era mau justamente porque violava todos os princípios do governo inglês na metrópole; e que, se o povo inglês pudesse ser levado a compreender o caso da Índia, fatalmente os aceitaria em nível fraternal com os livres componentes do Império.[61] E acreditava que depois de finda a guerra os ingleses, levando em conta os sacrifícios feitos pela Índia em homens e dinheiro, não hesitariam em dar-lhe a liberdade.

Mas ao terminar a guerra a agitação pela autonomia foi barrada pela Lei Rowland, que punha fim à liberdade de manifestação do pensamento e imprensa, e pelo estabelecimento das reformas Montagu-Chelmsford; e, finalmente, pela chacina da Amritsar. Gandhi teve de mudar de política. Devolveu ao Vice-Rei as condecorações recebidas de vários governos ingleses e lançou ao povo o apelo para a desobediência civil ao governo da Índia. O povo não respondeu ao apelo por essa forma, mas com violências e sangueira; em Bombaim, por exemplo, mataram-se algumas dezenas de parses.[62] Gandhi, adstrito ao *ahimsa*, lançou uma segunda mensagem, pedindo ao povo que adiasse a campanha de desobediência, visto que estava degenerando em arruaças. Jamais na História um homem mostrou mais coragem em agir de acordo com princípios e com desprezo de expedientes e popularidade. A Índia assombrou-se da sua decisão; estavam todos convencidos da vitória e não concordavam com Gandhi em que os meios podem ser tão importantes como o fim. A reputação do *Mahatma* desceu ao nível mais baixo.

Foi nessa ocasião que o governo resolveu encerrá-lo numa prisão. Gandhi não opôs a menor resistência, não constituiu advogado e não apresentou defesa. Quando o Pro-

curador acusou-o de ser responsável, com suas publicações, pela violência que marcou o levante de 1921, Gandhi respondeu em termos que imediatamente o elevaram a grande altura.

> Desejo assumir toda a culpa que o distinto Procurador-Geral acaba de lançar sobre meu ombros, com relação aos incidentes de Bombaim, Madras e Chauri-Chaura. Meditando a fundo sobre isso, é-me impossível dissociar minha ação desses crimes diabólicos. (....) O distinto Procurador-Geral está perfeitamente certo quando diz que, como homem de responsabilidades, como homem que recebeu educação adequada, (....) eu devia prever todas as conseqüências de meus atos. Eu sabia que estava lidando com fogo e corri o risco, e sei que se for posto em liberdade farei exatamente a mesma coisa. Senti esta manhã que eu teria faltado ao meu dever se não dissesse o que estou dizendo. Eu quis evitar a violência. Quero evitar a violência. A não-violência é o meu primeiro artigo de fé. E também o último artigo de meu credo. Mas tive de fazer a escolha. Ou submeter-me a ela. Ou submeter-me a um sistema que considero um mal irreparável para o meu país, ou incorrer no risco de que o furor do povo irrompesse ao ouvir a verdade dos meus lábios. Sei que meu povo às vezes fica desatinado. Lamento-o muito, e por ele estou aqui para submeter-me, não a uma leve penalidade, mas à mais pesada de todas. Não peço misericórdia. Não alego atenuantes. Estou aqui para pedir e alegremente submeter-me à mais severa pena que me possa ser cominada por um ato que a lei considera crime e que a mim se afigura como o mais alto dever de um cidadão.[63]

O juiz exprimiu profundo pesar por ter de mandar à prisão um homem que milhões de outros consideravam "grande patriota e grande líder"; admitiu que mesmo os que divergiam de Gandhi olhavam-no como "homem de altas idéias e de vida nobre e santa".[64] E condenou-o a seis anos de prisão.

Gandhi foi encarcerado mas não se queixou. "Não vejo nenhum dos outros presos", escreveu ele, "embora não alcance de que modo minha companhia possa prejudicá-los." Mas "eu me sinto feliz. Minha natureza é amiga da solidão. Gosto do silêncio. E tenho agora oportunidade para estudos, dos quais a vida livre me afastava".[65] E Gandhi instruiu-se com afinco nos escritos de Bacon, Carlyle, Ruskin, Emerson,Thoreau e Tolstoi, e recreou-se com Ben Jonson e Walter Scott. Leu e releu o *Bhagavad-Gita*. Estutou o sânscrito, o tâmil e o urdu, de modo não só a escrever nessas línguas como a utilizá-las para falar às multidões. Estabeleceu um programa de estudos para seis anos e levou-o avante até que um acidente o interrompeu. "Eu costumava sentar-me diante dos meus livros, com a satisfação de um moço de 24 anos, esquecido dos meus 55 e da minha fraca saúde."[66]

A apendicite trouxe-lhe a libertação, e a medicina ocidental, que ele freqüentemente denunciara, assegurou-lhe a cura. Grande massa de povo se reuniu às portas da prisão no dia da sua saída, e inúmeras pessoas lhe beijaram de passagem a rude veste. Mas Gandhi evitou a política e o público; alegou doença e recolheu-se à sua escola de Ahmedabad, onde viveu muitos anos unicamente com os seus discípulos. Desse retiro, entretanto, mandava semanalmente para *Jovem Índia* artigos expondo a sua filosofia da revolução e da vida. Gandhi pedia aos seus seguidores que evitassem a violência, não só porque seria suicídio para um povo sem armas como o hindu, mas porque era equivalente a trocar um despotismo por outro. "A História", dizia ele, "ensina-nos que aqueles que, com os melhores motivos, alijam pela força os violentos

a seu turno se contaminam da mesma doença dos vencidos. (....) Meu interesse na liberdade da Índia cessará se ela adotar a violência. Porque nesse caso o fruto não será liberdade, mas escravidão.''[67]

O segundo elemento de seu credo era a resoluta rejeição da indústria moderna, e um apelo à Rousseau pela vida natural e simples. O confinamento de homens e mulheres em fábricas, trabalhando em peças de artigos que eles nunca viam completar-se, parecia a Gandhi um meio indireto de enterrar a humanidade sob uma pirâmide de falsos deuses. Muitos dos produtos da máquina não são necessários, dizia ele; o trabalho economizado pelo uso da máquina é despendido no seu reparo; ou, se há economia de trabalho, esse lucro não beneficia ao trabalho, mas apenas ao capital; pela sua própria produtividade, o trabalho é lançado no pânico do ''desemprego técnico''.[68] Assim, Gandhi renovou o *Swadeshi*, movimento anunciado em 1905 por Tilak; a produção manual foi acrescentada ao *Swaraj*, governo próprio. Gandhi fez da *charka*, ou roca de fiar, a marca da adesão ao movimento nacionalista, e pediu a todos os hindus, mesmo aos mais ricos, que usassem a velha roca e boicotassem os tecidos mecânicos da Inglaterra.[69]

A adesão ao apelo não foi geral; é difícil deter o curso da História. Mas a Índia experimentou-o. Por toda parte apareciam estudantes indianos vestidos de *khaddar*; importantes damas abandonaram as sedas do Japão pelos rudes tecidos fiados por elas mesmas; prostitutas em bordéis e encarcerados nas prisões começaram a tecer; e em muitas cidades grandes Feiras da Vaidade eram promovidas, como nos tempos de Savonarola, em que ricos mercadores hindus traziam de suas casas e lojas tudo que era fazenda de importação para lançá-la às fogueiras. Só num dia em Bombaim 150.000 peças foram consumidas pelas chamas.[70]

O movimento falhou, mas deu à Índia, por uma década, um símbolo de revolta e ajudou a polarizar seus milhões de criaturas numa nova unidade de consciência política. A Índia duvidava dos meios, mas honrava os propósitos; e embora não aceitasse o Gandhi estadista, tomava em seu coração o Gandhi santo, e unanimemente passou a reverenciá-lo. Dele disse Tagore:

> Gandhi se detinha à porta das cabanas de milhares de miseráveis, vestido como um deles. Falava-lhes na língua deles. Fazia-se uma verdade viva, e não mera citação de livros. Por esse motivo *Mahatma*, como lhe batizara o povo da Índia, é o seu verdadeiro nome. Quem como ele sentiu que todos os indianos são do seu próprio sangue e da sua própria carne? (....) Quando o amor bateu à porta da Índia, essa porta se abriu — escancarou-se. (....) Ao apelo de Gandhi a Índia intumesceu-se para novas grandezas, como acontecera antes, nos velhos tempos em que Buda proclamou a verdade da solidariedade e compaixão entre as criaturas vivas.[71]

A tarefa de Gandhi consistia em unificar a Índia; ele a realizou. As tarefas seguintes competirão a outros homens.

VII. ADEUS À ÍNDIA

Não podemos sair da história da Índia como o fizemos em relação à do Egito, da Babilônia ou da Assíria; porque tal história ainda não chegou ao fim, está em mar-

cha. Do ponto de vista cultural, a Índia revigorou-se ao contato do Ocidente, e sua literatura é hoje fértil e nobre como qualquer outra. Do ponto de vista espiritual, ainda luta contra a superstição e o excesso de bagagem teológica, mas não há dizer quão depressa os ácidos da ciência corroem a congérie de deuses. Politicamente, os últimos 100 anos trouxeram à Índia uma unidade que ela nunca teve antes: parte, a unidade de um governo de fora; parte, a unidade de uma língua estrangeira; e acima de tudo a unidade decorrente da comum aspiração da liberdade. Economicamente a Índia está passando do medievalismo para o industrialismo; sua riqueza e seu comércio crescem, e antes do fim do século ela figurará sem dúvida entre as potências da Terra.

Não podemos atribuir à civilização indiana dádivas diretas como as que recebemos das do Egito e do Oriente Próximo; porque estas civilizações foram as imediatamente ancestrais da nossa, ao passo que as histórias da Índia, China e Japão correm em outro rumo e somente agora estão começando a tocar e influenciar a corrente da vida ocidental. É verdade que mesmo através da barreira do Himalaia a Índia nos mandou grandes presentes, como a gramática e a lógica, a filosofia e as fábulas, o hipnotismo e o xadrez, e acima de tudo o nosso sistema decimal. Mas não está nisso a essência do espírito da Índia; tudo isto são ninharias comparadas ao que dela podemos aprender no futuro. À medida que as invenções, a indústria e o comércio forem ligando os continentes, colocando-nos em conflito com a Ásia, iremos estudando mais intimamente as suas civilizações e absorvendo, ainda que como antagonistas, algumas das suas maneiras de pensar. É possível que, em retribuição pela conquista, arrogância e espoliação, a Índia venha a nos ensinar a tolerância e a bondade do espírito já maduro, o calmo contentamento da alma já livre dos impulsos aquisitivos, a serena compreensão espiritual e um unificador e pacífico amor para com todos os seres vivos.

LIVRO TERCEIRO

O EXTREMO ORIENTE

A) CHINA

Um imperador sabe governar quando os poetas têm liberdade de fazer versos; os atores, de representar; os historiadores, de dizer a verdade; os pobres, de rosnar contra os impostos; os estudantes, de aprender suas lições em voz alta; os obreiros, de louvar a habilidade própria e procurar trabalho; o povo, de falar de tudo; e os velhos, de pôr defeitos em todas as coisas.

Mensagem do Duque de Shao ao rei Li-Wang,
ca *845 a C.*[1]

TÁBUA CRONOLÓGICA DA CIVILIZAÇÃO CHINESA

(As datas anteriores a 551 a.C. são aproximadas; as datas anteriores a 1800 d.C. são incertas.)

a.C.	
2852-2205:	Governantes Lendários
2852-2737:	Fu Hsi
2737-2697:	Shen Nung
2697-2597:	Huang Ti
2356-2255:	Yao
2255-2205:	Shun
2205-1766:	Dinastia Hsi
2205-2197:	Yu
1818-1766:	Chieh Kuei
1766-1123:	Dinastia Shang (e Yin)
1766-1753:	T'ang
1198-1194:	Wu Yih, o imperador ateu
1154-1123:	Chou-Hsin, modelo de maldade
1122-255:	Dinastia Chou
1122-1115:	Wu Wang
1123:	Wen Wang, autor (?) *do Livro das Mudanças*
1115-1078:	Cheng Wang
1115-1079:	Chou Kung, autor (?) do *Chou-li*, ou *Leis de Chou*
770-255:	Idade Feudal
683-640:	Kuang Chung, ministro de Tsi
604-517:	Lao-tsé (?)
551-478:	Confúcio
501:	Confúcio, magistrado em Chung-tu
498:	Confúcio, Superintendente de Obras Públicas em Lu
497:	Confúcio, Ministro do Crime
496:	Confúcio resigna
496-483:	Peregrinações de Confúcio
450:	O filósofo Mo Ti
403-221:	Era dos Estados em Luta
390:	O filósofo Yang Chu
372-289:	Mêncio
N. 370:	O filósofo Chuang-tsé
F. 350:	O poeta Ch'u p'ing
N. 305:	O filósofo Hsun-tsé
F. 233:	O ensaísta Han Fei
230-222:	Conquista e unificação da China por Shih Huang-ti
255-206:	Dinastia Ch'in
221-211:	Shih Huang-ti, "Primeiro imperador"
206 a.C.-221: a.D.:	*Dinastia Han*
179-157 a.C.:	Wen Ti
N. 145:	O historiador Szuma Ch'ien
140-87 a.C.:	Wu Ti, o imperador reformador
5-25 a.D.:	Wang Mang, o imperador socialista
67 a.D.:	Advento do Budismo
Ca. 100:	Primeira manufatura de papel
200-400:	Invasões tártaras

a.C.	
221-264:	Período dos Três Reinos
221-618:	As Dinastias Menores
365-427:	T'ao Ch'ien, poeta
364:	Ku K'ai-chin, pintor
490-640:	Grande era da escultura budista
618-905:	Dinastia T'ang
618-627:	Kao Tsu
627-650:	T'ai Tsung
651-716:	Li Ssu-jsun, pintor
699- 759:	Wang Wei, pintor
N.ca.-700:	Wu Tao-tsé, pintor
705-762:	Li Po, poeta
712-770:	Tu Fu, poeta
713-756:	Hsuan Tsung (Ming Huang)
755:	Revolta de An Lushan
768-824:	Han Yu, ensaísta
770:	Começo da imprensa
722-846:	Po Chu-i, poeta
868:	Os mais velhos livros existentes
907-960:	Cinco "Pequenas Dinastinas"
932-953:	Impressão dos Clássicos Chineses
950:	Aparição do papel-moeda
960-1127:	Dinastia Sung do Norte
960-976:	T'ai Tsu
970:	A primeira grande enciclopédia chinesa
1069-1076:	Wang Anshih, ministro socialista
1040-1106:	Li Lung-mien, pintor
1041:	Pi Sheng inventa o tipo móvel
N. 1100:	Kuo Hsi, pintor
1101-1126:	Hui Tsun, imperador artista
1126:	Saque da capital de Hui Tsung pelos tártaros: mudança da capital Pein Lang (K'aifeng) para Linan (Hang-chow)
1127-1279:	Dinastia Sung do Sul
1130-1200:	Chu Hsi, imperador filósofo
1161:	Primeiro uso da pólvora na guerra
1162-1227:	Genghis-Cã
1162-1212:	Genghis-Cã invade a China
1260-1368:	Dinastia Yuan (Mongol)
1269-1295:	Kublai-Cã
1269:	Marco Pólo vai à China
1295:	Marco Pólo volta a Veneza
1368-1644:	Dinastia Ming
1368-1399:	T'ai Tsu
1403-1425:	Ch'eng Tsu (Yung Lo)
1517:	Os portugueses em Cantão
1571:	Os espanhóis tomam as Filipinas
1573-1620:	Shen Tsung (Wan Li)
1637:	Comerciantes ingleses em Cantão
1644-1912:	Dinastia Ch'ing (Manchu)

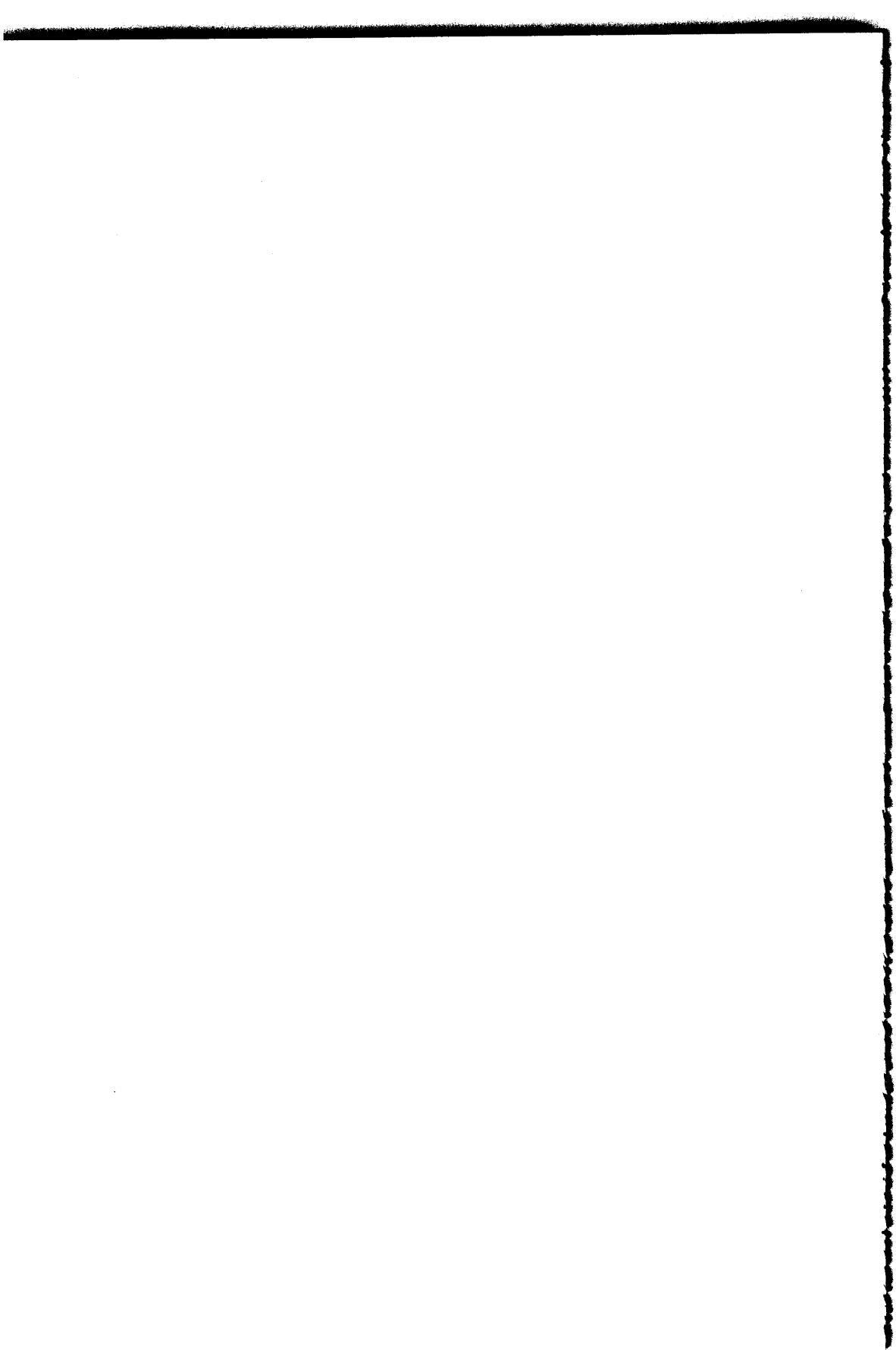
TÁBUA CRONOLÓGICA DA CIVILIZAÇÃO CHINESA

a.C.

1662-1722: K'ang Hsi
1736-1796: Ch'ien Lung
1795: Primeira proibição do ópio
1800: Segunda proibição do ópio
1823-1901: Li-Hung-chang, estadista
1834-1908: T'su Hsi (a Imperatriz Viúva)
1839-1842: Primeira Guerra do Ópio
1850-1864: Rebelião T'ai-p'ing
1856-1860: Segunda Guerra do Ópio
1858-1860: A Rússia apossa-se de território ao norte do Amur
1860: A França apossa-se da Indochina
1866-1925: Sun-yat-sen
1875-1908: Kuang Hsu
1894: Guerra Sino-Japonesa
1898: A Alemanha toma Kiaochow e os Estados Unidos se apossam das Filipinas

a.C.

1898: Reformas de Kuang Hsu
1900: Levante Boxer
1905: Abolição do sistema de exames
1911: Revolução Chinesa
1912: Sun-yat-sen, presidente
1912-1916: Yuan Shi'k'ai, presidente
1914: O Japão toma Kiaochow
1915: As "Vinte e Uma Exigências"
1920: *Pei-Hua*, "língua simples" adotada nas escolas. Apogeu da "Nova Maré"
1926: Chiang K'ai-shek e Borodin dominam o norte
1927: Reação anticomunista
1931: Os japoneses ocupam a Manchúria

CAPÍTULO XXIII

A Era dos Filósofos

I. OS COMEÇOS

1. Estimativa dos Chineses

A DESCOBERTA intelectual da China foi um dos feitos do Século das Luzes. "Esses povos", escreveu Diderot falando dos chineses, "são superiores a todos os asiáticos em antigüidade, arte, intelecto, sabedoria, política e gosto pela filosofia; e no juízo de certos autores disputam a palma, nessas matérias, com todas as nações da Europa."[2] "O corpo deste império", disse Voltaire, "subsistiu quatro mil anos sem ter sofrido nenhuma alteração sensível nas leis, nos costumes e na linguagem, ou mesmo no modo geral de vestir. (....) A organização desse império é na verdade a melhor que o mundo já conheceu."[3] Keyserling, numa das mais instrutivas obras do nosso tempo, conclui que

> o mais perfeito tipo da humanidade, como fenômeno normal, foi elaborado na velha China... A China criou a mais alta cultura universal conhecida... A grandeza da China seduz-me e impressiona-me cada vez mais... Os grandes homens deste país mantêm-se em nível superior aos dos nossos; (....) estes cavalheiros (os mandarins de Tsingtao)... parecem-me extraordinários e impressionam-me pela superioridade. (....) Que perfeita é a cortesia do chinês culto!... A forma de supremacia da China é inquestionável em todas as circunstâncias. (....) Os chineses são talvez os mais profundos de todos os homens.[4]

Os chineses não negam isto, e até o atual século eram unânimes em considerar os habitantes da Europa e da América como bárbaros.[5] Até 1860, era praxe, nos documentos oficiais, empregar a palavra "bárbaro" para designar "estrangeiro", e os bárbaros tinham de estipular nos tratados que esta tradução podia ser melhorada.[6] (O erudito chinês que ajudou o Dr. Giles a traduzir excertos das *Gemas da Literatura Chinesa* mandou-lhe, como adeus, um poema em que aparecem estas graciosas linhas: "Do fundo das idades, a literatura tem iluminado a nação das nações; E agora sua influência regenerou um bárbaro."[7]) A semelhança de muitos outros povos da terra, "os chineses consideram-se os mais polidos e civilizados".[8] É possível que estejam certos, a despeito da corrupção e do caos da China de hoje, do atraso da sua ciência e indústria, das malcheirosas cidades e campos, das inundações e fomes, da apatia e crueldade, da pobreza e superstição, da procriação sem limites e das guerras suicidas, das matanças e ignominiosas derrotas. Porque no fundo desta negra superfície jaz a mais velha de todas as civilizações ainda vivas; uma tradição poética que vai até 1700 a. C.; um longo acúmulo de filosofia idealista e prática, profunda embora ininteligível; mestria insigne na cerâmica e na pintura; perfeição em todas as artes menores, rivalizada apenas pelos japoneses; a mais efetiva moralidade existente em qualquer período da História; uma organização social que mantém unidos mais de 400 milhões

de criaturas e perdurou maior número de séculos do que qualquer outro sistema conhecido; uma forma de governo que, até a Revolução, era quase o ideal dos filósofos; uma sociedade já civilizada quando a Grécia era bárbara e que assistiu ao surgimento e queda da Babilônia, da Assíria, da Pérsia, da Judéia, de Atenas, de Roma, de Veneza e da Espanha — e a todas sobreviveu; e que ainda pode continuar a viver depois que esses Bálcãs chamados Europa caírem de novo nas trevas da selvageria. Qual o segredo desta durabilidade do governo, desta habilidade manual, deste equilíbrio e desta profundidade de alma?

2. *O Florido Reino Médio*

Geografia — Raça — Pré-história

Se considerarmos a Rússia como asiática (pois o foi até Pedro, o Grande, e pode voltar a ser) então a Europa se torna apenas um promontório da Ásia, a projeção industrial de um interior agrícola, os tentáculos ou pseudópodes do maior dos continentes. E predominando neste continente está a China, tão grande quanto a Europa e de igual população. Cercada pelo maior dos oceanos e por um dos mais extensos desertos do mundo, a China gozou de um isolamento explicativo da sua segurança e permanência, imutabilidade e estagnação. Por isso os chineses não chamavam ao seu país *China* mas *Tien-hua* (Sob o Céu) ou *Sz-hai* (Dentre os Quatro Mares) ou *Chung-kuo* (Reino Médio) ou *Chung-hwa-kuo* (Florido Reino Médio); e por decreto da Revolução passaram a denominá-la *Chung-hea-min-kuo* (Povos do Florido Reino Médio).[9] Flores há lá em abundância, e todos os cenários naturais, desde os ocasos e névoas, até os abismos nas montanhas, os majestosos rios, as gargantas profundas, as cataratas. No fértil sul corre o Yang-tsé, com 3.000 milhas de curso; mais ao norte o Hoang-ho, ou Rio Amarelo, desce das montanhas do oeste para as planuras de marga, e leva-lhe a argila cor de gema de ovo para o Mar Amarelo. Às margens destes rios começou a civilização chinesa, repelindo para trás as feras e a floresta, defendendo-se dos vizinhos bárbaros, limpando o solo de plantas inúteis ao homem, de insetos nocivos e de depósitos insalubres, como o salitre; drenando os pântanos, lutando contra as secas e enchentes, pacientemente canalizando as águas em mil canais, e construindo dia a dia, durante séculos, cabanas e casas, templos e escolas, aldeias, cidades e Estados. Quanto custa ao homem construir as civilizações que ele mesmo tão facilmente destrói!

Ninguém sabe de onde vieram os chineses, qual a sua raça, ou quão velha é a sua civilização. Os remanescentes do "Homem de Pequim" sugerem a grande antigüidade do homem-macaco na China; e as pesquisas de Andrews levaram-no a concluir que a Mongólia era densamente povoada há cerca de 20.000 anos antes da era cristã por uma raça cujos instrumentos correspondiam aos do mesolítico europeu, fase "Aziliana", e cujos descendentes se espalharam pela Sibéria e China, quando o sul da Mongólia secou e se transformou no deserto de Gobi. As descobertas de Andersson e outros, no Honan e sul da Manchúria, indicam uma cultura neolítica de uns 2.000 anos anterior ao mesmo período na Suméria e no Egito. Alguns dos instrumentos de pedra encontrados nesses depósitos neolíticos assemelham-se exatamente, na forma e nos furos, às facas de ferro em uso atualmente no norte da China para a colheita do

sorgo; e esta circunstância, mínima que pareça, revela a probabilidade de uma continuidade de sete mil anos na cultura chinesa.[10]

A homogeneidade dessa cultura ou do povo chinês não deve, entretanto, ser exagerada. Alguns elementos das artes e indústrias primitivas parecem ter procedido da Mesopotâmia e do Turquestão; a cerâmica neolítica do Honan, por exemplo, é quase idêntica à de Susa e Anau.[11] O atual tipo "mongólico" é uma mistura altamente complexa, em que os elementos primitivos cruzaram-se e recruzaram-se com uma centena de povos invasores ou migrados da Mongólia, da Rússia (os citas?) e da Ásia Central.[12] A China, como a Índia, tem que ser em seu todo comparada à Europa e não a qualquer das nações da Europa; não é o *habitat* de um povo puro, mas um mosaico de povos diferentes na origem, distintos na língua, no caráter e na arte, e muitas vezes hostis em costumes, moral e política.

3. Os Séculos Desconhecidos

A criação — O advento da cultura — Vinho e pauzinhos de comer — Os imperadores virtuosos — Um ateu no trono

A China tem sido chamada "o paraíso dos historiadores". Por séculos e milênios teve historiógrafos oficiais que registravam o acontecido e muito mais. Não podemos confiar no que contam para além de 776 a. C.; e se o fizermos, chegaremos até a criação do mundo. P'an-ku, o primeiro homem, depois de trabalhar 18.000 anos, deixou o mundo em ordem, lá para o ano de 2229000 a. C. Enquanto trabalhava, seu sopro se tornou o vento e as nuvens, sua voz o trovão, suas veias os rios, sua carne a terra, sua cabeça as plantas, seus ossos os metais, seu suor a chuva; e os piolhos de seu corpo a raça humana.[13] Não temos meios de provar que não foi assim.

Os primitivos reis, diz a lenda chinesa, reinaram 18.000 anos cada um, e muito lutaram para transformar em homens civilizados os piolhos de P'an-ku. Antes da chegada destes "Imperadores Celestes" os homens eram como animais bravios, alimentavam-se de carne crua e apenas conheciam as mães, nunca os pais — uma limitação que Strindberg não considera exclusivamente antiga ou chinesa. A seguir veio o imperador Fu Hsi, em 2852 a. C., o qual, ajudado pela sua esclarecida rainha, ensinou ao povo o casamento, a música, a escrita, a pintura, a pescaria com rede, a domesticação dos animais e a criação do bicho-da-seda. Prestes a morrer, Fu Hsi nomeou Shen Nung seu sucessor; este introduziu a agricultura, inventou o arado de madeira, estabeleceu mercados e comércio, desenvolveu a medicina com o estudo do valor curativo das plantas. Assim, a lenda, que sempre prefere personalidades a idéias, atribui a uns poucos indivíduos os laboriosos avanços de muitas gerações. Depois aparece o valente imperador-soldado Huang-Ti, que num reinado de um século deu à China o magneto e a roda, nomeou historiadores oficiais, construiu as primeiras casas de tijolos da China, organizou um observatório astronômico, corrigiu o calendário e redistribuiu a terra. Seu sucessor Yao também governou um século; e tão bem, que Confúcio, falando a seu respeito 1.800 anos mais tarde, lamentou a decadência da China nos tempos modernos, isto é, no seu tempo. O velho filósofo declarava que outrora os chineses se tornavam virtuosos só em olhar para o imperador Yao. À porta do palácio havia um tambor, para ser tocado por quem quisesse chamar o rei a fim de dirimir uma contenda, e também uma tábua em que qualquer pessoa podia manifestar sua opinião sobre o governo. Diz o famoso *Livro da História*:

Com relação ao bom Yao conta-se que governou *Chung-kuo* por cem anos — os anos de sua vida tendo sido cem, mais dez, mais seis. Foi bondoso e benevolente como o Céu, sábio como os deuses. De longe a sua radiância era como a da nuvem iluminada, e de perto tinha o fulgor do sol. Rico ele era, mas sem ostentação, e régio sem excessos de luxo. Usava chapéu amarelo e túnica escura, e passeava num carro vermelho puxado por cavalos brancos. Os beirais do seu telhado não eram aparados, as vigas não eram lavradas e as pontas dos caibros não tinham nenhum ornamento. Seu principal alimento consistia de sopa, fosse do que fosse, não tendo ele preferência de cereais. Tomava o seu caldo de lentilhas em prato de barro, com colher de pau. Não trazia jóias no corpo, nem bordados nas vestes simples e sem variedade. Não dava nenhuma atenção às coisas fora do comum e aos estranhos acontecimentos, nem prezava um objeto por ser raro e peculiar. Não ligava a diversões. Seu carro oficial não trazia brasões. (....) Em suma, usava simples roupa de algodão e no inverno cobria-se com peles de veado. Não obstante, era o mais rico, o mais sábio, o mais amado, e foi o que viveu mais de todos os imperadores do *Chung-kuo*.[14]

O último destes "Cinco Dirigentes" foi Shun, o filho-modelo, o paciente herói que combateu as inundações do Hoang-ho, melhorou o calendário, padronizou pesos e medidas, e tornou-se credor da gratidão da posteridade escolar reduzindo o tamanho do chicote com que as crianças chinesas eram educadas. Na velhice, Shun (diz a tradição) fez sentar ao seu lado no trono o mais hábil dos auxiliares, o grande engenheiro Yu, que controlara as cheias de nove rios com a abertura de nove lagos nos vales adjacentes; "se não fosse Yu", diz o chinês, "todos nós seríamos peixes".[15] Conta a lenda que no reinado de Shun o vinho foi descoberto e apresentado ao rei, mas Yu o repeliu, predizendo: "Dia virá em que esta coisa custará a alguém um reino". O descobridor foi banido e a sua descoberta, proibida; mas a partir de então, e para lição dos reis, o vinho tornou-se a bebida nacional da China. Substituindo o princípio da sucessão por nomeação pelo da sucessão hereditária, Yu estabeleceu a dinastia Hsia (isto é, civilizada). Tornou o trono hereditário em sua família, de modo que no governo da China idiotas alternavam com mediocridades e gênios. A dinastia chegou ao fim com o caprichoso imperador Chieh, que se divertiu com a esposa em afogar 3.000 chineses num lago de vinho.

Não temos meio de controlar as narrativas dos velhos historiadores chineses sobre a dinastia Hsia. Alguns astrônomos observam que o eclipse solar que essas histórias põem no ano de 2165 a.C. está comprovado pelos cálculos; mas há críticos de valor que os refutam.[16] Ossos encontrados em Honan trazem o nome de governantes tradicionalmente postos na II dinastia ou dinastia Shang; e alguns vasos de bronze de grande antigüidade são, sem certeza, atribuídos a este período. Quanto ao resto, temos de confiar em histórias cuja verdade pode estar em desacordo com o seu encanto. Diz a tradição que Wu Yi, um dos imperadores Shang, era ateu; desafiava os deuses e blasfemava contra o espírito do céu; jogava xadrez com a divindade mandando que um cortesão fizesse o movimento de pedras por ela, e ria-se ao vê-la perder; tendo consagrado a Deus uma bolsa de ouro, encheu-a de sangue e divertiu-se em vará-la com setas. Os historiadores, mais virtuosos do que a História, asseguram que Wu Yi foi fulminado por um raio.

Chou Hsin, o real inventor dos pauzinhos de comer, liquidou a própria dinastia com a sua incrível maldade. "Ouvi dizer", disse ele, "que o coração humano tem sete aberturas; quero verificar isso em Pi Kan" — seu ministro. Ta-Ki, a mulher de Chou, era um modelo de licenciosidade e crueldade; organizava danças voluptuosas em sua corte e homens e mulheres nus cabriolavam nos jardins. Quando começaram os murmúrios do público, ela os abafou com no-

vidades de tortura; os rebeldes tinham de segurar nas mãos pedaços de metal superaquecidos, ou atravessar uma área coberta de brasas; quando as vítimas caíam, a rainha se deleitava em vê-las se assarem.[17] Chou Hsin foi destronado por uma conspiração de rebeldes e pelos invasores dos Estados a oeste do de Chou, que estabeleceram a dinastia dos Chou, a mais duradoura de todas. Os chefes vitoriosos recompensaram os seus ajudantes fazendo-os governadores das muitas províncias em que o novo reino foi dividido; deste modo começou o feudalismo que se revelou tão perigoso para o governo e tão estimulante para as letras e a filosofia. O sangue dos recém-vindos misturou-se com os da terra e o resultante produziu um moroso prelúdio biológico para a primeira civilização histórica do Extremo Oriente.

4. *A Primeira Civilização Chinesa*

Era feudal na China — Um ministro hábil — Luta entre o costume e a lei — Cultura e anarquia — Poesia lírica do Livro das Odes

Os Estados feudais, que por quase mil anos proporcionaram à China a ordem política necessária à sua coesão, não foram coisa criada pelos conquistadores; haviam brotado das antigas comunidades agrícolas, com a absorção do mais fraco pelo mais forte ou a fusão de grupos sob um chefe comum para a melhor defesa dos campos contra as investidas dos bárbaros. Houve 1.700 destes "principados", em regra consistentes de uma cidade murada, rodeada por terras cultivadas, com pequenos subúrbios, também murados, formando um círculo de proteção.[18] Aos poucos estas províncias se fundiram em 55, cobrindo o que é hoje o distrito de Honan, parte de Shan-si, Shen-si e Xantum. Dessas províncias as mais importantes eram Ts'i, que forneceu a base do governo chinês, e Chin (ou Tsin), que conquistou o resto, estabeleceu um império unificado e deu à China o nome pelo qual o mundo a conhece.

Kuan Chunz, conselheiro do duque Huan, foi o gênio organizador de Ts'i. Kuan começou a sua carreira histórica ao sustentar o irmão de Huan contra este, na luta pelo domínio de Ts'i, e quase matou Huan em batalha. Mas Huan afinal venceu, capturou Kuan e nomeou-o primeiro-ministro. Kuan tornou seu amo um poderoso chefe, com a substituição do bronze pelo ferro nas armas e instrumentos, e com o monopólio oficial do ferro e do sal. Taxou o dinheiro, o peixe e o sal "a fim de ajudar os pobres a recompensar os homens capazes".[19] Durante o seu longo ministério Ts'i tornou-se um Estado bem dirigido, de moeda estável, administração eficiente e próspera cultura. Confúcio, que só louvava os políticos em epitáfios, disse de Kuan: "Até hoje o povo se beneficia com os dons que ele lhe conferiu. Se não fora Kuan Chung, nós ainda estávamos usando o cabelo despenteado e usando em nossos casacos botões do lado esquerdo."[20] (Quer dizer que sem Kuan os chineses ainda seriam bárbaros, porque estes habitualmente abotoavam suas vestes do lado esquerdo.)[21]

Nas cortes feudais desenvolveu-se a cortesia característica dos *gentlemen* chineses. Aos pou cos um código de maneiras, cerimônias e honra se estabeleceu e se tornou tão rigoroso que ser viu de substituto da religião entre os membros das altas classes. Os alicerces da lei foram propostos e uma grande luta se travou entre os costumes desenvolvidos no povo e as leis formuladas pelo Estado. Surgiram códigos e leis nos ducados de Cheng e Chin (535, 512 a.C.), com grande horror dos camponeses, que previam a punição divina para tais ultrajes; e realmente a capital de Cheng foi logo depois destruída por um incêndio. Os códigos eram muito parciais para com a aristocracia, sempre isenta das cominações já que podia disciplinar-se a si mesma· os fidalgos culpados de homicídio podiam suicidar-se, e muitos o faziam, usando o mesmo sis tema dos samurais japoneses. O povo protestou que também ele podia disciplinar-se a si mesmo e apelou para algum Harmódio ou Aristogiton que viesse libertá-lo da nova tirania da lei. No fim, as duas forças hostis, costume e lei, chegaram a um sensato compromisso: o alcance da lei se limitaria às grandes coisas ou às coisas nacionais, e o alcance do costume continuaria sobre as matérias de menor importância; e como a grande maioria da vida humana se compõe de matérias de menor importância, o costume voltou a imperar soberano.

A organização dos Estados encontrou fórmula no Chou-li, ou Lei de Chou, um volume tradicionalmente atribuído a Chou-kung, tio e primeiro-ministro do segundo Duque de Chou. Esta legislação, muito insuflada do espírito de Confúcio e Mêncio para ser do começo da dinastia Chou, perdurou 2.000 anos no conceito chinês de governo; um imperador governava como vigário e "Filho do Céu", e detinha o poder graças à posse da virtude e da piedade; uma aristocracia, parte por nascimento, parte por educação, ocupava os cargos administrativos; o povo lavrava a terra, vivia em famílias patriarcais, gozava de direitos civis, mas não tinha voz no governo; e um gabinete de seis ministros controlava a vida e as atividades do imperador, o bem-estar e a situação conjugal do povo, as cerimônias da religião, a preparação e a realização da guerra, a administração da justiça e as obras públicas.[22] Era um código quase ideal e com certeza irrompido de algum anônimo e irresponsável Platão, e não de chefes afeitos ao poder e conhecedores da realidade de homens.

Desde que o abuso encontra caminho mesmo nas melhores constituições, a história política da China durante a Era Feudal foi a costumeira mistura de patifarias e reformas periódicas. À proporção que a riqueza avultava, o luxo e a extravagância corrompiam a aristocracia, enquanto músicos e assassinos, cortesãos e filósofos misturavam-se nas cortes e por último na capital em Loyang. Dificilmente se passava uma década sem algum assalto dos bárbaros famintos que rondavam as fronteiras.[23] A guerra se tornou uma necessidade de defesa e, breve, um método de ataque; foi passando de um esporte da aristocracia a chacina dos povos; as cabeças eram cortadas às dezenas de milhares. Em pouco mais de dois séculos os regicidas liquidaram 36 reis.[24] A anarquia cresceu, e os homens prudentes desesperavam.

Através de todos esses obstáculos a vida abria o seu laborioso caminho. O camponês semeava e colhia, às vezes para si, usualmente para o senhor feudal, a quem ambos — a terra e ele — pertenciam; somente no fim da dinastia o homem rural levantou a cabeça. O Estado — isto é, a frouxa associação dos barões feudais que a contragosto reconheciam um duque como soberano — forçava os homens a trabalharem em obras públicas, como extensos canais de irrigação; mestres oficiais instruíam o povo na agricultura e na arboricultura e dirigiam a indústria da seda em todos os detalhes. Em muitas províncias, a pesca, e a mineração do sal constituíam monopólio do governo.[25] O comércio interno florescia nas cidades, propiciando a formação de uma pequena classe burguesa, já na posse de muitas comodidades modernas; esses burgueses usavam sapatos de couro, roupas feitas em casa, andavam de carros ou viajavam de bote pelos rios, moravam em casas bem construídas, usavam mesas e cadeiras e comiam em pratos de louça:[26] seu padrão de vida era provavelmente mais alto que o dos contemporâneos de Sólon ou do rei Numa em Roma.

Em meio ao caos aparente, a vida mental da China mostrava uma vitalidade anuladora de todas as generalizações dos historiadores. Porque foi dentro dessa desordem que se lançaram as bases da língua chinesa, da literatura, da filosofia e da arte; a combinação de uma vida tornada segura pela organização econômica e pela provisão, e uma cultura ainda não uniformizada pela tirania da tradição e do governo imperial, serviu como arcabouço social durante o mais fecundo período da mentalidade chinesa. Em cada corte, e em uma infinidade de cidades e vilas, os poetas cantavam, os oleiros giravam seus tornos, os fundidores fundiam vasos, os escribas aprimoravam os caracteres da língua escrita; os sofistas ensinavam aos estudantes as tricas do intelecto e os filósofos lamentavam a imperfeição dos homens e a decadência dos Estados.

Estudaremos mais tarde a arte e a língua em seus desenvolvimentos mais completos e característicos: mas a poesia e a filosofia pertencem especificamente a esta era, e constituem o período clássico do pensamento chinês. A maior parte dos versos escritos antes de Confúcio desapareceu; subsiste apenas uma seleção conservada no *Shi-Ching*, ou *Livro das Odes*. São 305 odes que celebram com intraduzível brevidade e sugestivas imagens o sentimento religioso, as durezas da guerra e a solicitude do

amor. Ouçamos o lamento do soldado — homens arrancados de suas casas e votados à morte na guerra sem que saibam por quê.

> Que livres são os gansos com suas asas,
> E que descanso encontram sob a copa das árvores de Yu!
> Nós, porém, eternos trabalhadores nas obras do rei
> Nem sequer podemos plantar nosso trigo, nosso arroz.
>
> Em que descansarão nossos pais?
> Ó tu, distante céu azul!
> Quando isto terá fim? (...)
> Que homem não é arrancado à sua esposa?
> Misericórdia para nossos soldados:
> Não são eles homens também?[27]

Nesta idade, que à nossa incultura se representa como a infância bárbara da China, a poesia de amor é copiosa nas *Odes*, desdobrando-se em variada gama. Em um desses poemas, procedentes dos velhos séculos que pareciam modelares a Confúcio, ouvimos a voz da eterna rebelde — a mocidade — como para ensinar-nos que nada é mais velho do que a revolta:

> Peço-te, querido,
> Que deixes minha cabana
> E não quebres meus salgueiros;
> Não que eu o queira por mim,
> Mas receio que meu amo acorde.
> O amor implora com desordenada paixão,
> "Mas a ordem do amo tem que ser obedecida."
>
> Peço-te, querido,
> Que não saltes o muro.
> Nem estragues minhas amoreiras;
> Não que eu o queira por mim,
> Mas receio a cólera de meu irmão.
> O impulso do amor é desordenado
> "Mas as palavras de um irmão têm que ser obedecidas."
>
> Peço-te, querido,
> Que não saltes para meu jardim,
> Nem quebres minhas árvores de sândalo;
> Não que eu o queira por mim,
> Mas, oh, receio a língua da cidade.
> Se os amantes seguem seus caprichos,
> Que não dirão os vizinhos?[28]

E outra — mais perfeita, ou mais bem traduzida — revela-nos a antigüidade do sentimento:

> A glória da manhã sobre minha cabeça,
> Pálidas flores de neve e púrpura, azuis e vermelhas.
> Sinto-me inquieta.
> Lá na relva seca algo se mexe;

Julguei ouvir-lhe o passo.
Mas um grilo cricrilou.
Galguei o morro quando a lua nova apareceu.
Vi-o vir pela estrada do sul,
E meu coração lançou fora o peso.[29]

5. *Os Filósofos antes de Confúcio*

O "Livro das Mudanças" — O yang *e o* yin *— O século das luzes da China — Teng Shih, o Sócrates chinês*

A produção característica desta época é a filosofia. Não constitui descrédito para nossa espécie que em todos os períodos a curiosidade humana tenha sido maior que a sabedoria, e que os ideais não possam ser acompanhados pelos passos da conduta. Por volta de 1250 a.C. encontramos Yu-Tsé resumindo a nota central da filosofia em um expressivo fragmento, que, embora já constituísse velharia naquele tempo, continua sendo a última palavra a ser dita àqueles que não sabem que toda glória termina em amargor: "Não conhecerá mágoas quem renuncia à fama"[30] — feliz o homem que não tem história! Desde esse tempo até hoje a China tem produzido filósofos.

Como a Índia é por excelência a terra da metafísica e da religião, a China é, com igual preeminência, a pátria da filosofia humanista, não da teologia. Praticamente o único trabalho de importância sobre a metafísica na literatura chinesa é o estranho documento com que a história do pensamento chinês começa — o *I Ching*, ou *Livro das Mudanças*. A tradição insiste em que foi escrito na prisão por um dos fundadores da dinastia Chou, Wen Wang, e que a sua origem se liga ao remoto Fu Hsi: este lendário imperador inventou (dizem) os oito *kuas*, ou trigramas místicos, que a metafísica chinesa identifica com as leis e elementos da natureza. Cada trigrama consistia em três linhas — algumas contínuas e representando o princípio masculino, ou *yang*, algumas quebradas, representando o princípio feminino, ou *yin*. Neste dualismo, o *yang* também representava o princípio da luz, ativo, produtivo, celestial, calor e vida, enquanto o *yin* representava o princípio das trevas, negativo, passivo, frio e morte. Wen Wang imortalizou-se e torturou a cabeça de um bilhão de chineses, dobrando o número de traços, elevando a 64 as possíveis combinações das linhas contínuas e quebradas. A cada um destes arranjos correspondia alguma lei da natureza. Todas as ciências e toda a História estavam contidas no jogo daquelas combinações; todas a sabedoria estava oculta nos 64 *hsiangs*, ou idéias simbolicamente representadas pelos trigramas; por fim, toda a realidade podia ser reduzida a oposição e união de dois fatores básicos no universo — os princípios macho e fêmea, o *yang* e o *yin*. Os chineses usavam o *Livro das Mudanças* como manual divinatório, e consideravam-no o maior dos seus clássicos; quem pudesse aprender todas as suas combinações, diziam, estaria senhor de todas as leis da natureza. Confúcio, que editou o volume e o adornou de comentários, colocava-o acima de todos os outros escritos, e desejou ser livre para gastar 50 anos em seu estudo.[31]

Esta originalíssima obra, afinada pelo sutil ocultismo da alma chinesa, é estranha ao espírito prático e positivo da filosofia da China. Tanto quanto podemos mergulhar no passado da China, lá encontraremos filósofos; mas, dos que precederam a Lao-tsé, o tempo só nos poupou desgarrados fragmentos e nomes vazios. Como na Índia, na

Pérsia, na Judéia e na Grécia, os séculos VI e V contemplaram na China um brilhante surto de gênios literários e filosóficos; e, como na Grécia, isso começou com uma época de racionalismo. Um período de guerra e caos abriu novos caminhos para o triunfo do talento sem *pedigree*, e estabeleceu a procura de instrutores hábeis em ministrar ensinamentos da arte de pensar. Esses professores logo descobriram a incerteza da teologia, a relatividade da moral e as imperfeições do governo, e começaram a pregar utopias; diversos foram condenados à morte por autoridades que viram ser mais fácil matar do que responder. De acordo com a tradição chinesa, o próprio Confúcio, quando Ministro do Crime no ducado de Lu, condenou à morte um oficial sedicioso sob fundamento de que ele "era capaz de reunir à sua volta grandes multidões de homens; de que seus argumentos calavam facilmente no povo, fazendo a perversidade respeitável, e de que a sua sofística era suficientemente recalcitrante para enfrentar os princípios de direito estabelecido".[32] Szuma-Ch'ien aceita a lenda; outros historiadores chineses a rejeitam;[33] a nós cumpre apenas desejar que não seja verdadeira.

O mais famoso destes intelectuais rebeldes foi Teng Shih, executado pelo duque de Cheng durante a mocidade de Confúcio. Teng, diz o *Livro de Lieh-tsé*, "ensinava a relatividade do bem e do mal e recorria a inexauríveis argumentos".[34] Seus inimigos acusaram-no de provar uma coisa hoje e o contrário amanhã, se para isso fosse pago; de oferecer-se aos que tinham demandas no tribunal, e de não ter nenhum preconceito. Um historiador chinês hostil conta uma bonita história a respeito:

> Um abastado morador da cidade em que vivia Teng afogou-se no rio Wei; seu corpo foi apanhado por um homem que exigiu da família enorme soma para entregá-lo. A família pediu o conselho de Teng. "Esperem", respondeu o sofista, "nenhuma outra família pagará qualquer coisa por esse cadáver." O conselho foi seguido. O homem que detinha o corpo, ansioso, também foi pedir o conselho de Teng. "Espere", disse ele, "de ninguém mais, senão de você, eles poderão obter esse corpo."[35]

Teng Shih compôs um código penal que pareceu muito idealístico ao governo de Cheng. Irritado com os panfletos em que Teng criticava a sua política, o primeiro-ministro proibiu a colocação de panfletos nas praças públicas. Teng passou a entregar em mãos os panfletos. O ministro proibiu também essa prática. Teng fê-los chegar aos leitores ocultos dentro de objetos os mais variados. O governo pôs fim à luta cortando-lhe a cabeça.[36]

6. *O Velho Mestre*

Lao-tsé — O 'Tao' — Sobre os intelectuais no governo — A loucura das leis — Utopia à Rousseau e uma moral cristã — Retrato de um sábio — Encontro de Lao-tsé e Confúcio

Lao-tsé, o maior dos filósofos anteriores a Confúcio, foi mais hábil que Teng Shih; conhecia a sabedoria do silêncio, e viveu até avançada idade; disso estamos certos, embora não estejamos certos de que Lao-tsé tenha existido. Szuma Ch'ien conta que, desgostoso com a patifaria dos políticos e cansado de ser curador da Biblioteca Real de

Chou, Lao-tsé resolveu deixar a China e procurar repouso num refúgio distante. Alcançando a fronteira, o chefe Yin Hsi lhe disse: "Já que vai de retiro peço que escreva um livro para mim". Lao-Tsé escreveu um livro em duas partes, sobre *Tao* e *Te*, empregando mais de cinco mil palavras. Depois partiu e ninguém veio a saber onde morreu."[37] A tradição, porém, que sabe tudo, insiste em que ele viveu 87 anos. Tudo quanto dele remanesce é o seu nome e o seu livro. Lao-Tsé quer dizer "O Velho Mestre"; o real nome do filósofo era Li, dizem — "ameixa". O livro que lhe atribuem é de tão duvidosa autenticidade que os eruditos eruditamente disputam sobre a origem dele. (O prof. Giles considera-o uma falsificação feita depois de 200 a.C. com extratos dos trabalhos do ensaísta e crítico Han Fei.[38] Legge sustenta que as freqüentes referências a Lao [como Lao Tan] em Chuang-tsé e em Szuma Ch'ien asseguram a autenticidade do *Tao-Te-Ching*.)[39] Mas todos concordam que *Tao-Te-Ching*, isto é, "Livro do Caminho da Virtude", é o mais importante texto da filosofia taoísta existente antes de Lao-tsé. Não tem importância a autoria de *Tao-Te-Ching*, mas as idéias ali reunidas figuram entre as mais fascinantes que o homem já produziu.

Tao, literalmente, quer dizer "Caminho": às vezes o Caminho da Natureza, às vezes o Caminho Taoísta do sábio viver. Basicamente é o caminho do bem-pensar ou do fugir ao pensar; porque na idéia dos taoístas pensamento é coisa superficial, útil apenas na argumentação, e mais nocivo do que benéfico à vida; o Caminho é encontrado por meio da rejeição do intelecto e de tudo que ele produz; e pela adoção de uma modesta vida de retiro, de simplicidade rústica, de calma contemplação da natureza. Conhecimento não é virtude, porque nada está tão distante do sábio como o "intelectual". O pior governo concebido seria um formado de filósofos; eles substituem todos os processos naturais por teorias; a habilidade dos filósofos em fazer discursos e multiplicar idéias é exatamente o sinal de sua incapacidade na ação.

> Os que são hábeis não disputam; os disputadores não são hábeis. (...) Quando renunciamos a aprender, cessam as inquietações. (...) O sábio constantemente conserva o homem sem desejo e sem conhecimento, e onde encontra homens de conhecimento, conserva-os fora da ação. Os antigos que mostravam sua habilidade na prática do *Tao* não o faziam para iluminar o povo, mas para mantê-lo simples e ignorante. (...) A dificuldade em governar o povo deriva do fato de os governos terem muito conhecimento. Aquele que procura governar um Estado por meio da sua sabedoria constitui-se um flagelo para o povo, enquanto o que faz o contrário representa uma bênção.[40]

O intelectual é um perigo para o Estado pelo fato de querer legislar sobre tudo e tudo regulamentar; sua idéia é construir uma sociedade geométrica, não percebendo que essa geometrização destrói a liberdade e o vigor dos componentes sociais. O homem mais simples, que conhece por experiência própria o prazer e a eficácia do trabalho concebido e levado adiante em liberdade, constitui perigo menor quando está no poder, porque não é necessário ensinar-lhe que a lei é uma coisa perigosa, que faz mais mal do que bem.[41] Tal governante legisla o menos possível; se guia a nação, afasta-se de todo artifício e complexidade e deixa a vida seguir os sábios caminhos da rotina da natureza. Não embaraçados pela regulamentação do governo, os espontâneos impulsos econômicos do povo — os seus anseios por pão e amor — movem as rodas da vida em movimentos sadios e simples. Será bom que haja poucas invenções,

pois que estas só aumentam a riqueza do rico e o poder dos fortes; não haverá livros, nem advogados, nem indústrias, apenas o comércio singelo das aldeias.

> A multiplicação de proibições aumenta a pobreza do povo de um reino. Mais implementos possui o povo, maior é a desordem no Estado e no clã; mais habilidades os homens possuem, mais estranhas invenções aparecem; mais abundância de legislação vemos, mais cresce o número de ladrões. Daí o dizer do sábio: "Não farei nada e o povo se transformará por si mesmo; conservar-me-ei calado e o povo se manterá por si mesmo na correção; não me incomodarei com o povo e o povo se enriquecerá; não manifestarei ambição e o povo por si mesmo voltará à primitiva simplicidade. (...) Em um Estado pequeno, de pequena população, ainda que nela houvesse indivíduos com habilidade de 10 ou 100 homens, eu faria que não houvesse para eles emprego; eu faria que o povo, conquanto olhando para a morte como má coisa, nada fizesse para evitá-la; conquanto tivesse botes e carros, não tivesse ocasião de usá-los; conquanto possuísse casacos grossos e boas armas, não tivessem ocasião de vesti-los e usá-las. Eu faria o povo voltar ao uso das cordas de nós. (Forma de comunicação que precedeu a escrita.) Haveria de achar macias as vestes ásperas, belas as suas roupas simples, as suas pobres moradias e os seus meios comuns de divertir-se. O Estado vizinho ficaria à vista, de modo que se ouvissem o canto do galo e o latido dos cães; mas o povo de cá não se misturaria com o de lá.[42]

Mas que natureza é essa que Lao-tsé propõe como guia? O Velho Mestre estabelece uma nítida distinção entre natureza e civilização, como o iria fazer Rousseau nessa "galeria de ecos" chamada "pensamento moderno". A natureza é a atividade natural, o silente fluir dos acontecimentos tradicionais, a majestosa ordem das estações e do céu; é o *Tao*, ou o Caminho, corporificado e exemplificado em cada fonte, rocha ou estrela; é essa impessoal, imparcial e, no entanto, racional lei das coisas com a qual a lei da conduta do homem tem que se conformar, caso ele deseje viver em sabedoria e paz. Essa lei das coisas é o *Tao* ou o caminho do universo, do mesmo modo que a lei da conduta é o *Tao* ou o caminho da vida; na verdade, pensa Lao-Tsé, os dois *Taos* são um só e a vida humana, em seus ritmos essenciais e normais, faz parte do ritmo do universo. Neste cósmico *Tao* todas as leis da natureza estão unidas e formam juntas a substância da realidade, de Spinoza; nela todas as formas naturais e todas as variedades encontram lugar adequado e todas as aparentes contradições se harmonizam; é o Absoluto em que todas as partículas se reduzem a uma unidade hegeliana.[43]

Nos tempos antigos, diz Lao, a natureza fez o homem e a vida simples e pacífica, e o mundo era feliz. Mas quando os homens adquiriram "conhecimentos", logo complicaram a vida com invenções, perderam a inocência mental e moral, mudaram-se dos campos para as cidades, e começaram a escrever livros; daí procederam todas as misérias do homem e as lágrimas dos filósofos. O homem de sabedoria fugirá a essa complexidade urbana, a essa corrupta congérie de leis e civilização, e acolher-se-á ao colo da natureza, longe de qualquer cidade, ou de livros, ou de funcionários venais, ou de vaidosos reformadores. O segredo da sabedoria e do contentamento, que constitui a única felicidade duradoura do homem, reside na estóica obediência à natureza, no abandono de todo artifício e intelecto, na confiante aceitação dos imperativos naturais dos instintos e sentimentos e na modesta imitação dos salientes caminhos da natureza. Talvez nada exista de tão sábio em todas as literaturas como isto:

> Todas as coisas na natureza trabalham silenciosamente. Entram na existência e não possuem nada. Desempenham a função e nada reclamam. Todas as coisas fazem o seu trabalho e depois desaparecem. Após alcançarem a florescência, retornam à sua origem. Voltar à origem significa descanso, ou realização do destino. Esta reversão é uma lei eterna. E conhecê-la é a sabedoria.[44]

A aquiescência, uma espécie de inação filosófica, a recusa a interferir com o natural curso das coisas, constitui a marca do homem sábio em todos os campos. Se o Estado está em desordem, a coisa a fazer não é reformá-lo, mas levar cada um uma vida ordenada; se encontrarmos resistência, o que há de sábio a fazer não é lutar, promover guerra, mas retirar-nos silenciosamente e vencer pela paciência; a passividade conta mais vitórias do que a ação. Aqui Lao-Tsé fala com acentos de Cristo:

> Se não aceitas luta, ninguém no mundo lutará contigo (...) Recompensa a injúria com a bondade. (...) Para os que são bons, eu sou bom; e para os que não são bons, também sou bom; assim tudo será bom. Para os que são sinceros, sou sincero, e para os que não são sinceros, também sou sincero; e assim todos temos de ser sinceros. (...) A coisa mais macia do mundo bate contra a mais dura e suplanta-a. (...) Nada no mundo é mais macio e fraco do que a água, e no entanto ela vence a pedra dura.[45] (E ainda acrescenta com galanteria: "A fêmea sempre vence o macho pela sua passividade.")[46]

Todas essas doutrinas culminam no conceito que Lao faz do sábio. É característico dos chineses referir-se a sábio em vez de santo, e a sabedoria em vez de bondade. O ideal não é para eles o devoto piedoso, mas o homem de espírito maduro e calmo que, embora apto para ocupar os mais altos cargos do mundo, deles se retira silenciosamente. O silêncio é o começo da sabedoria. Nem do *Tao* e da sabedoria o homem sábio fala, porque a sabedoria não pode transmitir-se por meio de palavra, mas apenas por meio do exemplo e da experiência. "Aquele que sabe (o Caminho) não fala dele, aquele que fala dele não o conhece. Aquele que o conhece conserva a boca fechada e fecha a porta de suas ventas."[47] O homem de sabedoria é modesto, porque aos 50 anos de idade já descobriu a relatividade de tudo e a fragilidade da sabedoria. (De acordo com o pensamento chinês, o sábio atinge a maturidade de suas forças intelectuais por volta dos 50 anos, e vive, com tranqüilidade e sabedoria, até os 100.)[48] Se sabe mais que os outros, procura ocultá-lo; temperará seu brilho e se harmonizará com a obscuridade (dos outros);[49] antes concordará com o simples do que com os sábios, e não sofrerá do instinto de contradição dos novatos. Não dará importância à riqueza ou ao poder, mas reduzirá seus desejos a um mínimo quase budista:

> Nada há a que eu dê valor; desejo que meu coração se esvazie completamente. (...) O estado de vazio pode ser levado ao último grau e o de quietude guardado com a maior firmeza. (...) Um homem assim não pode ser tratado familiarmente nem distantemente; está além de todas as considerações pró ou a favor, ou de nobreza ou de mesquinharia; torna-se o homem mais nobre sobre a terra.[50]

Desnecessário acentuar a correspondência destas idéias com as de Rousseau; os dois homens eram farinha do mesmo saco, por mais que se distanciassem no espaço e no

tempo. Essa filosofia de Rousseau e Lao reaparece no mundo periodicamente, porque em cada geração muitos homens se cansam da luta, da crueldade, da complexidade e tumulto da vida, e escrevem com mais idealismo do que conhecimento sobre as alegrias da vida rústica: só com bastante experiência urbana um homem pode fazer poesia rural. "Natureza" é um termo que se adapta a qualquer ética e a qualquer teologia: adapta-se mais comodamente à ciência de Darwin e ao amoralismo de Nietzsche do que à suave razoabilidade de Lao-tsé e Cristo. O homem que segue a natureza e age de acordo com ela tem mais probabilidades de matar seus inimigos e comê-los do que de praticar a filosofia; poucas chances terá ele de ser humilde e menos de praticar a filosofia; poucas chances terá ele de ser humilde e de guardar silêncio. Mesmo a penosa agricultura vai de encontro à essência de uma espécie primordialmente afeita a caçar e matar; a agricultura é tão "antinatural" como qualquer indústria. Há, entretanto, algo de medicinal nesta filosofia; e suspeitamos que nós também, quando os novos ardores começarem a baixar, nela veremos sabedoria, e desejaremos a suavizante paz das montanhas. A vida oscila entre Voltaire e Rousseau, entre Confúcio e Lao-tsé, entre Sócrates e Cristo. Depois da vez de cada idéia, e de nossas batalhas por cada uma, cansamo-nos da luta e entregamos aos novos o que nos resta de ideais. E vamo-nos para a "natureza" com Rousseau e Lao-tsé; fazemo-nos amigos dos animais e, mais contentes do que Maquiavel, conversamos com os simples; deixamos que o mundo se espapace em suas maldades e não mais pensamos em reformá-lo. E talvez queimemos todos os livros, com exceção de um apenas, pois no *Tao-Te-Ching* encontramos o roteiro da sabedoria.

É fácil imaginar como era irritante para Confúcio esta filosofia; já com 34 anos viera Confúcio à cidade de Loyang, capital de Chou, à procura do Velho Mestre para esclarecimento de alguma minúcia histórica. (O caso é descrito pelo maior dos historiadores chineses, Szuma Ch'ien,[51] mas pode ser ficção. Não podemos crer que aos 87 anos de idade Lao-tsé estivesse morando na mais agitada cidade da China.) Lao-tsé respondeu-lhe com enigmática brevidade:

> Aqueles a respeito dos quais inquiris, moldaram o pó com seus ossos. Nada, salvo suas palavras, permanece. Quando a hora do grande homem chega, ele sobe ao comando; mas, antes de chegada a sua hora, ele é contrariado em todas as suas tentativas. Tenho ouvido que os cautelosos mercadores ocultam suas riquezas e agem como se nada possuíssem — que os grandes homens, por mais abundantes que sejam seus feitos, são simples de maneiras e aparências. Libertai-vos do orgulho e da ambição, da afetação e dos objetivos extravagantes. Vosso caráter nada ganha com isso. Este é o conselho que tenho a dar.[52]

O historiador chinês relata que Confúcio recebeu imediatamente a sabedoria destas palavras e não se ofendeu; e ao retornar disse aos discípulos: "Sei como os pássaros podem voar, os peixes nadar, os animais correr. Mas o que corre pode cair na rede, o que nada pode cair no anzol, o que voa pode ser alcançado pela flecha. Há, porém, o dragão — e não posso dizer como ele sobe às nuvens e se alça ao céu. Acabo de ver Lao-tsé, e só posso compará-lo ao dragão."[53] E o novo Mestre começou a cumprir sua missão, tornando-se o filósofo de maior influência na história da humanidade.

II. CONFÚCIO

1. *O Sábio à Procura de um Estado*

Nascimento e mocidade — Casamento e divórcio — Discípulos e métodos — Aparência e caráter — A dama e a fera — Definição de um bom governo — Confúcio em cargo público — Anos de viagem — Consolações da velhice.

K'ung-fu-tsé-Kung, o Mestre, como os discípulos chamavam a K'ung Ch'iu, nasceu em Ch'ufu, no então reino de Lu, atual província de Xantum, no ano 551 a.C. A lenda chinesa conta de aparições que anunciaram o seu nascimento ilegítimo,[54] de como os dragões o guardaram e espíritos femininos perfumavam o ar, e de como sua jovem mãe o pariu numa caverna. Somos informados de que ele tinha costas de dragão, lábios de boi e boca como o mar.[55] Provinha de uma das mais antigas famílias chinesas, derivada em linha reta (asseguram os genealogistas amarelos) do grande imperador Huang-ti, e fora destinado a ser o pai de uma longa sucessão de K'ungs, até hoje não interrompida. Há um século atrás seus descendentes contavam 11.000 do sexo masculino; a sua cidade natal ainda estava povoada de gente de seu sangue, filhos de seu único filho; e o ministro das finanças do atual governo de Nanquim é um dos seus descendentes.[56]

À época do nascimento de Confúcio seu pai era um septuagenário,[57] e três anos depois morria. Ao deixar a escola, Confúcio trabalhou para sustentar sua mãe; já na juventude assumiu aquele ar de gravidade que o acompanharia pela existência inteira. Teve tempo, entretanto, para aperfeiçoar-se na arte de atirar com besta e na música. Era tão influenciável por esta que, uma vez, ouvindo uma execução, comoveu-se a ponto de tornar-se vegetariano: por três meses não comeu carne.[58] No começo não concordou com Nietzsche sobre a incompatibilidade entre a filosofia e o casamento. Casou-se aos 19 anos, divorciou-se aos 23 — e parece não ter-se casado nunca mais.

Aos 22 iniciou a carreira de professor, usando sua casa como escola e cobrando o que os alunos podiam pagar. Três assuntos formavam a substância do currículo: história, poesia e regras de propriedade. "O caráter de um homem", dizia ele, "é formado pelas Odes, desenvolvido pelos Ritos (regras de cerimônia e cortesia) e aperfeiçoado pela Música."[59] Como Sócrates, ensinava antes oralmente do que por escrito, e nós conhecemos suas idéias unicamente através do que nos dizem seus discípulos. Confúcio deu aos filósofos um exemplo raro — não atacar outro pensador e não perder tempo com refutações. Não ensinou nenhum estrito método lógico, mas aguçou o espírito de seus alunos revelando-lhes as falácias e forçando-os à atenção. "Quando um homem não tem o hábito de dizer: 'Que devo pensar disto? Que devo pensar daquilo?' nada poderei fazer dele."[60] "Não abro a verdade senão ao que por ela está ansioso, nem ajudo ao que não está ansioso por ser ajudado. Quando apresento a alguém um lado do assunto e esse alguém não apreende os outros três, não repito a minha lição."[61] Confúcio não ignorava que só o mais sábio de todos ou o mais estúpido não podem beneficiar-se com a instrução, e que ninguém podia sinceramente estudar filosofia humanística sem melhorar em caráter e em inteligência. "Não é

fácil encontrar um homem que tenha aprendido durante três anos sem tornar-se bom."[62]

Teve a princípio poucos discípulos, mas correu a notícia de que atrás daqueles lábios de boi e daquela boca de mar havia um generoso coração e um espírito bem-formado, e no fim Confúcio pôde jactar-se de que três mil estudantes se fizeram pelas suas mãos, e delas passaram às mais importantes posições do mundo. Alguns dos seus discípulos, às vezes setenta — viviam com ele, como os noviços hindus viviam com os gurus; a afeição desenvolvida freqüentemente aparece nas advertências do mestre quanto a se exporem a perigos ou calúnias. Embora estrito para com eles, Confúcio amava a alguns mais que a seu próprio filho, e chorou inconsolavelmente quando Hwuy morreu. Ao duque Gae, que lhe perguntara qual dos discípulos aprendia melhor, Confúcio respondeu: "Ien Hwuy. Ele gostava de aprender. (...) Jamais vi outro que gostasse tanto. Tudo que eu dizia lhe causava deleite. (...) Não se encolerizava, não repetia uma falta. Infelizmente, o tempo que tinha para viver era curto e ele morreu; e não há outro agora como ele."[63] Os estudantes preguiçosos evitavam-no, ou recebiam castigo, porque o mestre não fugia ao uso da vara ou da expulsão impiedosa. "Difícil é o caso do que se enche de comida o dia inteiro e não volta o espírito para coisa nenhuma. (...) Na mocidade, nada da humildade que fica tão bem aos meninos; na maturidade nada que dá dignidade a um homem; se chega à velhice, que peste!"[64]

Devia ser um curioso espetáculo: Confúcio na sala de aulas, ou nas estradas, ensinando história, poesia, filosofia e maneiras. Os retratos que pintores chineses dele traçaram nos últimos tempos, quase já sem cabelos, pejado de experiência e com a apavorante seriedade de expressão que não sugere humor nem sensibilidade estética, fazem-no humano, apesar da sua perfeição. Um de seus professores de música descreve-o lá pelo meio da vida:

> Observei em Chung-ni muitos sinais do sábio. Tinha olhos de rio e fronte de dragão — as características de Huang-ti. Braços compridos, costas de tartaruga, e alto de 9 pés e 6 polegadas (medida chinesa). (...) Quando falava, louvava os antigos reis. Andava sempre na trilha da humildade e da cortesia. Tinha ouvidos para todos os assuntos, e tudo guardava na memória. Seu conhecimento das coisas parecia inexaurível. Não tínhamos nele um sábio em formação?[65]

A lenda atribui a seu rosto "49 particularidades". Certa vez, quando numa peregrinação um acidente o separou dos discípulos, estes o localizaram graças ao retrato feito por um passante: "um homem de aparência monstruosa, com o desconsolado ar de cachorro perdido". Quando o contaram a Confúcio, ele se encantou com a descrição. "Exato! Exato!"[66]

Era um mestre à velha moda, dos que admitem como indispensável a distância entre o professor e o aluno. Formal amigo das regras de etiqueta e cortesia. Procurava equilibrar o natural epicurismo dos instintos com o estóico puritanismo da sua doutrina. Em certos tempos parece ter-se deixado levar pela pretensão. "Numa aldeia de dez famílias", disse ele com alguma moderação, "pode ser encontrado um homem sincero e nobre como eu sou, mas nenhum tão ansioso de saber".[67] "Em letras sou, talvez, igual a outros homens, mas o caráter do mais alto de todos, de conduta sem-

pre de acordo com o que professa, é o que ainda não alcancei."[68] "Se houvesse um príncipe que me empregasse, no curso de 12 meses eu teria feito algo considerável. Em três anos o governo estaria aperfeiçoado."[69] Mas falava da sua grandeza com modéstia. "Havia quatro coisas", diziam seus discípulos, "de que era o mestre inteiramente livre: conclusões antecipadas, predeterminação arbitrária, teimosia e egoismo."[70] Confúcio chamava-se a si mesmo "um transmissor, não um criador,"[71] e pretendia estar apenas passando adiante o que aprendera dos bons imperadores Yao e Shun. Embora desejasse ardentemente situação e fama, não perpetraria nenhuma transigência para consegui-lo; sempre recusou, de homens cujo governo julgava mau, nomeação para altos cargos. Um homem deveria dizer: "Não me preocupa que eu não ocupe cargo, o que me preocupa é como me tornar capaz de um. Não me preocupa o fato de não ser conhecido, mas procuro ser digno de sê-lo."[72]

Figuram entre os seus discípulos os filhos de Mang He, um dos ministros do duque de Lu, os quais o introduziram na corte de Chou, em Loyang; mas modestamente Confúcio guardou distância do oficialismo e preferiu visitar o moribundo Lao-tsé. De volta a Lu, Confúcio encontrou a sua província agitada pela guerra civil e teve de mudar-se para o vizinho estado de T'si, acompanhado de diversos discípulos. De caminho, passando por uma montanha deserta, surpreendeu-se de ver uma mulher chorando sobre um túmulo. Confúcio mandou Tsze-loo saber o que era: "O pai de meu marido foi morto neste lugar por um tigre, e meu marido também", respondeu a criatura; "e agora meu filho teve a mesma sorte." Quando Confúcio lhe perguntou por que vivia em lugar tão perigoso, ela respondeu: "É que não há governo opressor aqui". "Meus filhos", disse Confúcio, "lembrem-se disto: Um governo opressor é pior que um tigre."[73]

O duque T'si deu-lhe audiência e agradou-se de sua resposta sobre o bom governo. "Há bom governo quando o príncipe é príncipe e o ministro é ministro; quando o pai é pai e o filho é filho."[74] O duque ofereceu-lhe, como pensão, as rendas da cidade de Lin-Kew; mas Confúcio recusou, alegando que nada fizera que merecesse tal remuneração. Conquanto o duque estivesse inclinado a retê-lo, foi dissuadido pelo primeiro-ministro. "Estes sábios", disse Gan Ying, "não têm senso prático e não podem ser imitados. São orgulhosos das suas idéias e não se contentam com posições inferiores. (...) Este senhor K'ung tem mil peculiaridades. Tornam-se necessárias gerações para saber tudo o que ele sabe sobre as cerimônias de subir e descer."[75] Confúcio voltou para Lu, onde continuou a ensinar meninos por outros 15 anos, antes de ser chamado a desempenhar um cargo público.

Sua oportunidade surgiu quando foi nomeado primeiro magistrado da cidade de Chung-tu. De acordo com a tradição chinesa, uma verdadeira epidemia de honestidade varreu o distrito; objetos de valor caídos na rua lá eram deixados, ninguém os pegava, ou eram devolvidos aos donos.[76] Promovido a Superintendente de Obras Públicas, Confúcio organizou uma inspeção das terras dos Estados e introduziu muitos melhoramentos na agricultura. Promovido depois a Ministro do Crime, o simples fato da sua nomeação acabou com todos os crimes. "A desonestidade e a dissolução", dizem as lendas, "envergonharam-se e esconderam a cara. A lealdade e a boa fé tornaram-se as características dos homens; e a castidade e a docilidade, as das mulheres. Afluía gente às multidões dos Estados vizinhos. Confúcio tornou-se o ídolo do povo."[77]

Isto nos parece muito bom para ser verdadeiro, e era muito bom para durar. Os criminosos esconderam o rosto sim, mas armaram redes para os pés do Mestre. Os Estados vizinhos, diz um historiador, tomaram-se de ciúmes de Lu, receosos do seu poder crescente. Um sórdido ministro de T'si sugeriu um estratagema para afastar Confúcio do duque de Lu. O duque de T'si enviou a Ting um bando de lindas cantoras e 120 belíssimos cavalos. O duque de Lu mostrou-se encantado, desprezou a desaprovação de Confúcio (que lhe ensinara ser o bom exemplo o primeiro princípio do bom governo) e escandalosamente desleixou os negócios públicos. "Mestre", disse-lhe Tsze-loo, "é tempo de te ires daqui." Relutantemente Confúcio resignou, deixou a cidade e deu início aos seus 13 anos de peregrinação. Mais tarde observou ele que nunca tinha "encontrado ninguém que amasse a virtude como ele amava a beleza,"[78] e realmente, de alguns pontos de vista, é dos maiores erros da natureza que a virtude e a beleza venham com tanta freqüência em sacos diferentes.

O Mestre e uns poucos discípulos andaram de província em província, recebendo homenagens em algumas e passando privações em outras. Duas vezes foram atacados por bandidos, e numa delas quase morreram de fome, o que fez que o próprio Tsze-loo murmurasse que um tal destino de forma alguma era apropriado ao "mais alto dos homens". O duque de Wei ofereceu a Confúcio a chefia de seu governo, mas o Mestre, não aprovando os princípios desse príncipe, recusou.[79] Certa vez, em viagem através de T'si, encontraram dois velhos que, desgostosos com a corrupção dos tempos, haviam, como Lao-tsé, abandonado a vida urbana e adotado a quietude agrícola. Um deles reconheceu Confúcio e censurou Tsze-loo por segui-lo. "A desordem, como a inundação", disse ele, "espalha-se sobre todo o império; e em vez de seguir um que se retira de um Estado para outro, por que não seguir os que se retiram completamente do mundo?"[80] Confúcio meditou muito na frase, mas persistiu na procura de um Estado que lhe desse oportunidade de trabalhar pelo bem público.

Por fim, aos 69 anos, o duque Gae subiu ao trono de Lu e mandou três oficiais à procura do filósofo, com presentes e instâncias para que voltasse à terra natal. Durante cinco anos Confúcio viveu na simplicidade e na honra, freqüentemente consultado pelos chefes de Lu, mas sabiamente concentrado em trabalhos de literatura, editando clássicos e escrevendo a história de seu povo. Quando o duque de Shi indagou de Tsze-loo sobre o Mestre, o discípulo calou-se. Confúcio, ao saber disso, advertiu-o: "Por que não lhe respondeste? Ele é simplesmente um homem que, na sua ansiosa busca de conhecimento, esquece de alimentar-se; que na alegria de alcançar conhecimentos esquece suas mágoas; e que não sente a velhice chegar."[81] Confúcio consolou a sua solidão com a poesia e a filosofia, e rejubilou-se de que seus instintos andassem agora de acordo com a sua razão. "Aos 15 anos", disse ele, "eu tinha meu espírito inclinado ao estudo. Aos 30 senti-me firme. Aos 40 libertei-me de toda dúvida. Aos 50 conhecia os decretos dos céus. Aos 60 meus ouvidos eram um órgão dócil à recepção da verdade. Aos 70 eu podia seguir o que meu coração desejava sem transgredir o que era justo."[82]

Confúcio morreu aos 72 anos. Bem cedo de manhã ouviram-no cantar uns versos tristes:

A grande montanha tem que cair,
O forte raio de luz precisa apagar-se
E o sábio desaparece como a planta.

Quando seu discípulo Tsze-Kung se acercou dele, Confúcio disse: "Nenhum monarca inteligente aparece; não há nenhum império que me faça o seu mestre. Meu tempo de morrer chegou."[83] Deitou-se, e sete dias depois expirava. Seus discípulos enterraram-no com pompa e cerimônia à altura da afeição que lhe tinham; e, construindo cabanas ao redor do túmulo, ali viveram três anos, chorando-o como a um pai. Quando todos os outros partiram, ainda lá se deixou ficar Tsze-Kung, que o amara mais que todos — e mais três anos ficou sozinho junto ao túmulo de Confúcio, chorando-o.[84]

2. *Os Nove Clássicos*

Confúcio deixou atrás de si cinco volumes aparentemente escritos ou organizados por ele, e por isso conhecidos na China como os "Cinco *Ching*", ou Livros Canônicos. Organizou primeiramente o *Li-Chi*, ou *Rol dos Ritos*, admitindo que essas antigas regras da propriedade eram sutis auxiliares para a formação do caráter, a manutenção da ordem social e da paz. Escreveu depois apêndices e comentários para o *I Ching*, ou *Livro das Mudanças*, vendo nesta obra a mais profunda contribuição já feita pela China ao reino da metafísica, que em sua filosofia ele tanto evitou. Em terceiro lugar selecionou e arranjou o *Shi-Ching*, ou *Livro de Obras*, a fim de ilustrar a natureza humana e os princípios da moralidade. Em quarto lugar escreveu o *Ch'un Ch'iu*, ou *Anais da Primavera e do Outono*, para fixar com desataviada brevidade os principais acontecimentos de seu Estado natal de Lu. Finalmente escreveu o *Shu-Ching*, ou *Livro de História*, o mais importante e elevado relato dos primeiros tempos da China, por ele considerados a Idade de Ouro. Na elaboração dessas obras não procurava ser historiador como o concebemos hoje, mas sim, e sempre, professor, modelador da mocidade; deliberadamente escolhia no passado o que pudesse elevar o espírito dos alunos; faríamos injustiça ao Mestre se tomássemos estes livros como fiel e científica narração da história da China. Ele acrescentava ao texto imaginários discursos e histórias em que transparecia sua preocupação pela moral e sua admiração pela sabedoria. Confúcio idealizava o passado da China como o fazemos nós com o nosso passado tão próximo; se os nossos primeiros presidentes já se tornaram sábios e santos, claro que daqui a mil anos os futuros historiadores os pintarão virtuosos e perfeitos como Yao e Shun.

A estes cinco *Ching*, os chineses acrescentaram quatro *Shu* ou "Livros", para constituir os "Nove Clássicos". O primeiro e o mais importante é o *Lun Yu*, ou "Discursos e Diálogos", conhecidos no mundo inglês, por um capricho de Legge, como "Analectos", isto é, excertos compendiados. Estas páginas, porém, não são das mãos do Mestre, embora fixem com exemplar clareza e brevidade suas opiniões como as conservaram os seus seguidores. Foram compiladas algumas décadas depois da morte de Confúcio, talvez pelos discípulos de seus discípulos,[85] e não constituem uma exposição da filosofia de Confúcio merecedora de fé. O mais interessante e instrutivo de toda a matéria apresentada nos Clássicos Chineses aparece no quarto e quinto parágrafos do segundo *Shu* — trabalho conhecido dos chineses como *Ta Hsueh* ou "O Grande Ensino". Chui Hsi, filósofo e editor, atribui esses parágrafos a Confúcio, e o resto da obra a Tseng-Ts'an, um dos seus discípulos mais moços; Kea Uwei, erudito do século I da nossa era, atribui o trabalho a K'ung Chi, neto de Confúcio; mas os ceticos de hoje concordam em que a autoria não pode ser provada.[86] Todos os estudiosos da matéria admitem como sendo da autoria de seu neto o terceiro clássico da China, o *Chun Yung*, ou "Doutrina do Meio". O último dos *Shus* é O *Livro de Mêncio*, sobre o qual vamos falar. Com este volume termina a literatura clássica, mas não o período do pensamento chinês. Rebeldes e heréticos de todos os tipos iriam protestar contra esta obra-prima de conservantismo que é a filosofia de Confúcio.

3. *Agnosticismo de Confúcio*

Um fragmento de lógica — O sábio e os meninos — Uma fórmula de sabedoria

Procuraremos fazer justiça a esta doutrina; é a visão da vida que teremos depois de dobrado o cabo dos 50 anos, e mais sábia do que aquela que a poesia nos deu na mocidade. E se somos moços e heréticos, esta é a filosofia que havemos de adotar como nossa, a fim de que nossas meias verdades possam criar alguma compreensão.

Não encontraremos aqui um sistema de filosofia, isto é, uma coesa estrutura de lógica, metafísica, ética e política, dominada por uma idéia central (como os palácios de Nabucodonosor, que traziam o nome do rei em cada um dos seus tijolos). Confúcio não ensinou a arte de raciocinar por meio de regras e silogismos, mas pela continuação de seu espírito sobre as opiniões dos discípulos; quando estes deixavam a escola, nada sabiam de lógica, mas podiam pensar com clareza e medida. Clareza e honestidade de pensamento e expressão foram as primeiras lições do Mestre. "O fim do falar é ser compreendido",[87] lição nem sempre recordada pela filosofia. "Quando sabes uma coisa, sustenta que a sabes; e quando não a sabes, admite que não a sabes — isto é conhecimento."[88] A obscuridade de pensamento e a insincera falta de precisão no discurso pareciam-lhe calamidades nacionais. Se o príncipe que na realidade não é príncipe deixasse de ser chamado príncipe, se um pai que na realidade não é pai deixasse de ser chamado pai, se um filho pouco filial deixasse de ser chamado filho, muitos abusos, hoje acobertados com palavras, cessariam. Quando Tsze-loo disse a Confúcio: "O príncipe de Wei está vos esperando para que lhe administreis o reino. Que considerais a primeira coisa a ser feita?", o Mestre respondeu de modo que espantou o discípulo: "O necessário é retificar os nomes."[89]

Desde que a sua paixão dominante era a aplicação da filosofia ao governo, Confúcio evitava a metafísica, e procurava afastar o espírito de todas as preocupações celestiais. Embora ocasionalmente fizesse referência a "Céu" e "oração",[90] e aconselhasse os discípulos a observarem os ritos tradicionais da adoração dos antepassados e dos sacrifícios nacionais,[91] mostrava-se em suas respostas tão negativo a questões teológicas que os modernos comentadores o classificaram de agnóstico.[92] Quando Tsze-chung lhe perguntou se os mortos tinham conhecimento, Confúcio se recusou a responder de modo definido.[93] Quando Ke Loo lhe perguntou a respeito de "servir o espírito dos mortos", o Mestre respondeu: "Se não estás em situação de servir os homens, como podes servir-lhes o espírito?" À pergunta desse mesmo discípulo sobre a morte, a resposta de Confúcio foi: "Se não conheces a vida, como hás de conhecer a morte?"[94] Fan Ch'e quis saber a significação de sabedoria. Confúcio respondeu: "Dar-se seriamente às obrigações de homem e, embora respeitando os seres espirituais, conservar-se afastado deles; isto pode ser chamado sabedoria."[95] Seus discípulos notaram que ele "nunca falava em coisas extraordinárias, feitos de força, desordem, e seres espirituais".[96] A modéstia do filósofo os perturbava, pois todos queriam que ele lhes solvesse os mistérios do céu. O *Livro de Lieh-tze* conta com alegria a lenda dos meninos de rua que zombaram do Mestre quando ele se confessou incapaz de responder à simples pergunta: "Está o sol mais perto da terra de manhã, quando aparece maior, ou ao meio-dia, quando está mais quente?"[97] A única metafísica aceita por Confúcio eram a procura da unidade em todos os fenômenos e o esforço para en-

contrar alguma harmonia estabilizadora entre as leis da boa conduta e as regularidades da natureza. "Tze", disse a esse discípulo, "pensas tu, suponho, que eu aprendo coisas e guardo-as na memória?" O discípulo replicou: "E não é assim?" Confúcio respondeu: "Não, o que procuro é a unidade substancial em tudo."[98] Isto, afinal de contas, é a essência da filosofia.

A moralidade era a paixão central de Confúcio. O caos da sua época parecia-lhe um caos moral, causado pelo enfraquecimento da antiga fé e pela difusão do cepticismo sobre o bem e o mal; a cura não viria do retorno às velhas fés, mas de uma séria procura de conhecimento mais completo e da regeneração moral baseada numa vida familial sadia. O programa de Confúcio aparece nestes famosos parágrafos do *O Grande Ensino*:

> Os antigos que desejavam implantar a felicidade e a paz no império primeiro davam boa ordem a seus próprios Estados. E, desejando bem ordenar seus Estados, davam boa ordem à família. E desejando bem ordenar a família, cultivavam-se a si próprios. E desejando cultivar-se a si próprios, retificavam seus corações. E desejando retificar seus corações, procuravam ser sinceros com os seus pensamentos e estendiam ao máximo seus conhecimentos. Tal extensão de conhecimentos jaz na investigação das coisas.
>
> As coisas sendo investigadas, o conhecimento se torna completo. O conhecimento sendo completo, os pensamentos são sinceros. Os pensamentos sendo sinceros, os corações se retificam. Os corações estando retificados, os seus "eus" estão cultivados. Seus "eus" estando cultivados, suas famílias estão reguladas. As famílias estando reguladas, os Estados são bem governados. Os Estados sendo bem governados, todo o império se torna tranqüilo e feliz.[99]

Temos aqui a nota central e a substância da filosofia de Confúcio. O mundo está em guerra, diz ele, porque os Estados que o compõem estão sendo impropriamente governados; são impropriamente governados porque nenhuma montanha de legislação pode substituir a ordem social natural emanada da família; a família está em desordem e deixa de fornecer essa ordem social porque os homens esquecem que não podem bem regular a família se não se regulam a si próprios; e deixam de regular a si próprios porque não retificaram seus corações — isto é, não expurgaram a alma dos desejos desordenados; os corações não estão retificados porque eles não têm o pensamento sincero, fogem à realidade e escondem a sua verdadeira natureza; o pensamento é insincero porque eles deixam que os desejos desordenados desnaturem os fatos e determinem as suas conclusões, em vez de procurarem investigar imparcialmente a natureza das coisas. Deixai que os homens procurem o conhecimento imparcial e seus pensamentos serão sinceros, deixai que seus pensamentos sejam sinceros e seus corações se libertarão dos desejos desordenados; limpos assim os corações, estarão os homens regulados; bem regulados que sejam os "eus", as famílias estarão automaticamente reguladas — não por meio de sermões virtuosos ou castigos, mas pelo silencioso poder do exemplo; e bem reguladas as famílias por meio do conhecimento, da sinceridade e do exemplo, surgirá uma ordem social espontânea, promissora do bom governo; o Estado que mantenha a justiça e a tranqüilidade internas, e todo mundo se sentirá contente e feliz.

Temos aqui um conselho de perfeição e o esquecimento de que o homem é um animal de presa; mas, como o cristianismo, Confúcio nos apresenta uma escada para chegar até lá — e, fazendo-o, cria um dos textos de ouro da filosofia.

4. O Caminho do Homem Mais Alto

Outro retrato do sábio — Elementos do caráter — A Regra de Ouro

A sabedoria, portanto, começa em casa, e o fundamento da sociedade é o indivíduo disciplinado, dentro da família disciplinada. Confúcio concorda com Goethe em que o desenvolvimento pessoal é a raiz do desenvolvimento social; e quando Tsze-loo lhe pergunta no que consiste a perfeição no homem, Confúcio responde: "No cultivo de si mesmo com profundo cuidado."[100] Aqui e ali, através dos diálogos, encontramo-lo a reunir as peças do seu homem ideal — uma mistura de filósofo e santo, resultante no sábio. O super-homem de Confúcio é dotado de três virtudes severamente escolhidas como supremas por Sócrates, Nietzsche e Cristo: inteligência, coragem e boa vontade. "O Homem Mais Alto anseia de medo de não alcançar a verdade, mas não tem medo que a pobreza o empolgue. (....) É universal, não é sectário. (....) Foge de ser inexato no que diz."[101] Mas esse homem não é mero intelecto, nem meramente um erudito ou um amante do conhecimento; tanto tem de inteligência como de caráter. "Onde as qualidades sólidas são mais que talento, temos a rusticidade; onde há mais talento do que qualidades sólidas, temos as maneiras dos empregados subalternos. Quando o talento e as qualidades sólidas se fundem em iguais proporções, então surge o homem perfeito.[102] A inteligência é o intelecto com os pés na terra.

A base do caráter é sinceridade. "Não é a perfeita sinceridade que marca o Homem Mais Alto?"[103] "Ele age antes de falar, e depois fala de acordo com a sua ação."[104] "Na arte de atirar com besta, temos alguma coisa comparável ao Homem Mais Alto. Quando o arqueiro não atinge o centro do alvo, ele procura a causa do insucesso em si mesmo."[105] "O que o Homem Mais Alto procura está em si mesmo; o que os homens inferiores procuram está nos outros. (....) O Homem Mais Alto angustia-se da sua falta de habilidade, não... de que os outros homens não o conheçam;" e, entretanto, "desagrada-lhe a idéia de que seu nome seja esquecido depois da morte."[106] Ele "é modesto no falar mas excede-se nas ações. (...) Pouco fala, mas quando age está certo de atingir o ponto. (....) O Homem Mais Alto não pode ser igualado simplesmente nisto: no seu trabalho, no trabalho que os outros homens não podem ver".[107] Revela-se moderado em palavras e atos; em tudo o Mais Alto conforma-se com o caminho dos humildes.[108] Porque "não têm fim as coisas pelas quais o homem é afetado; e quando suas simpatias e antipatias não estão sujeitas a regulação, ele muda com as coisas que o afetam".[109] (Spinoza: "De muitos modos somos sacudidos por causas externas e, como ondas impelidas por ventos contrários, vacilamos e não temos consciência do nosso destino."[110]) "O Homem Mais Alto move-se de modo a fazer dos seus movimentos uma órbita universal no mundo das gerações; conduz-se de modo a fazer da sua conduta uma lei universal no mundo das gerações; fala de modo a fazer de suas palavras uma norma universal no mundo das gerações."[111] (O "Imperativo Categórico" da moral de Kant: "Aja de tal maneira que a regra de sua conduta possa tornar-se uma lei universal."[112])

Aceita sem restrições a Regra de Ouro, dada aqui quatro séculos antes de Hillel e cinco séculos antes de Cristo: Chung-kung indagou sobre a virtude perfeita. O Mestre respondeu: "Não

faças aos outros o que não queres que te façam."[113] Este princípio aparece com freqüência nas falas de Confúcio, sempre sob forma negativa, e certa vez reduzido a uma só palavra. Tsze-kung perguntou: "Haverá uma palavra que sirva de regra para tudo na vida?" O Mestre respondeu: "*Reciprocidade,* não será essa a palavra?"[114] Sem embargo, Confúcio não aconselha, como Lao-tsé, a pagar o mal com o bem; e quando um discípulo lhe pergunta se o mal devia ser recompensado com a bondade, Confúcio responde com mais vivacidade que de costume: "Com que então recompensarás a bondade? Deves recompensar o mal com a justiça, e a bondade com a bondade."[115]

A verdadeira base do caráter do Homem Mais Alto é uma extravagante simpatia humana. A excelência dos outros não o irrita; quando vê homens de valor, pensa em igualá-los; quando vê homens inferiores, volta-se para dentro e examina-se,[116] porque há poucas faltas que não partilhemos com os vizinhos. Não dá nenhuma atenção ao escândalo ou às palavras violentas.[117] É cortês e afável com todos, mas não exagera em louvores.[118] Trata os inferiores sem desprezo, e os superiores sem cortesanice.[119] É grave nos modos, porque os homens não tomam a sério quem com eles não se mostra sério; é lento nas palavras e sério na conduta; não revela vivacidade de língua, não sai de uma desafetada dignidade.[120] Mostra-se cortês mesmo com os mais familiares, mas guarda reserva para com todos, mesmo o seu filho.[121] Confúcio resume as qualidades do Homem Mais Alto, tão semelhante ao *Megalopsychos* ou "Homem de Grande Mentalidade", de Aristóteles, nas seguintes palavras:

> O Homem Mais Alto considera nove coisas. A respeito de seus olhos, anseia por tudo ver claramente. A respeito do seu aspecto, anseia por parecer benigno. A respeito de seus modos, anseia por tê-los respeitosos. A respeito das suas palavras, anseia por ser sincero. A respeito dos seus negócios, anseia por ser extremamente cuidadoso. A respeito de suas dúvidas, anseia por indagar dos outros. Quando a cólera o toma, reflete nas dificuldades que a cólera poderá trazer-lhe. Quando vê lucro a auferir, pensa na retidão.[122]

5. Confúcio Político

Soberania popular — Governo com exemplo — Descentralização da riqueza — Música e maneiras — Socialismo e revolução

No pensamento de Confúcio, só homens assim podiam restaurar a família e redimir o Estado. A sociedade descansa na obediência dos filhos aos pais e da mulher ao marido; do contrário, o caos sobrevém.[123] Só uma coisa é mais alta que esta lei da obediência — a lei moral. "Servindo a seus pais, um filho pode adverti-los, mas delicadamente; quando vê que não cedem (à advertência), o filho mostrará maior reverência ainda, mas não abandonará (o seu propósito). (....) Quando a ordem do pai é injusta, o filho pode resistir ao pai, assim como o ministro ao seu augusto amo."[124] Eis aqui uma das raízes da doutrina de Mêncio sobre o divino direito de revolução.

Não havia muito revolucionarismo em Confúcio; talvez ele suspeitasse que os herdeiros das revoluções são feitos da mesma massa dos que a revolução derrubou. Mas valentemente diz no *Livro das Odes*: "Antes que os Shang tivessem perdido o coração do povo, eram companheiros de Deus. Atentai no caso dos Shang. O grande decreto não é facilmente preservado."[125] O povo é a verdadeira e própria fonte da sabedoria política, porque qualquer governo que não tem a confiança do povo cedo ou tarde cairá.

> Tsze-kung indagou a respeito de governo. O Mestre respondeu: "Os requisitos do governo são três: abundância de alimento, suficiente poder militar e confiança do povo no governante." Tsze-kung disse: "Se for preciso eliminar um desses requisitos, qual deles sacrificaremos primeiro?" "O poder militar", respondeu Confúcio. Tsze-kung repetiu a pergunta quanto ao segundo requisito a ser eliminado e a resposta foi: "O alimento; a morte está no destino do homem; mas se o povo não tem fé (em seus chefes) não haverá salvação (para o Estado)."[126]

O primeiro princípio de governo para Confúcio é o mesmo primeiro princípio para o caráter — a sinceridade. Assim, o primeiro instrumento de governo é o bom exemplo; o governante deve ser um modelo de conduta, porque a força de imitação fará que o povo também se conduza bem.

> Ke K'ang indagou de Confúcio sobre o governo dizendo: "Que pensas da matança do não principal em benefício do principal?" Confúcio respondeu: "Senhor, na condução do vosso governo, que necessidade há de matar? Deixai que vossos desejos sejam para o bem, que o povo só quererá o bem. A relação entre superiores e inferiores é a mesma que existe entre a brisa e a relva. A relva tem que dobrar-se quando a brisa perpassa. (....) Aquele que exerce o governo por meio da sua virtude pode ser comparado à estrela polar, que conserva sempre o seu posto e todas giram à sua volta." (....) Ke K'ang perguntou como levar o povo a respeitar (o governante), a ser-lhe fiel e a praticar a virtude. O Mestre respondeu: "Deixai-o presidir com gravidade e o povo o reverenciará. Seja ele bondoso para com todos, e todos lhe serão fiéis. Permita ele que os bons tenham acesso e ensine os incompetentes, todos procurarão ser virtuosos."[127]

Como o bom exemplo é o primeiro instrumento do governo, as boas ações são o segundo. "Empregai os direitos e ponde de lado os tortos; deste modo os tortos poderão tornar-se direitos."[128] "A administração do governo", diz a *Doutrina do Humilde,* "jaz em descobrir os homens competentes. Estes têm que ser descobertos por meio do caráter do governante."[129] Que não fará o Homem Mais Alto no ministério para, ainda numa geração, limpar o Estado e guiar o povo a um mais alto nível de civilização?[130] Antes de mais nada, evitará relações com outros povos, procurando tornar o seu Estado tão independente de fornecimentos do exterior que disso nunca viria guerra. Reduzirá o luxo da corte, procurará uma larga distribuição da riqueza, porque a "centralização da riqueza é o meio de dispersar o povo, e deixar a riqueza com o povo é o meio de reuni-lo."[131] Diminuirá os castigos e aumentará a instrução pública; porque "havendo instrução não haverá distinção de classe".[132] Os mais altos assuntos serão vedados aos medíocres, mas música será ensinada a todos. "Quando alguém senhoreia a música e regula de acordo com ela o coração e o cérebro, cérebro e coração se abrem em sinceridade e alegria. (....) O melhor meio de melhorar as maneiras e costumes é... atentar na música que o país consome. ("Deixem-me escrever os cantos de uma nação e pouco me importa quem faça suas leis", disse Daniel O'Connell.) Maneiras e música não devem nem por um momento ser negligenciadas por ninguém. (....) A benevolência é afim da música, e a retidão, das boas maneiras."[133]

As boas maneiras também devem ser uma preocupação do governo, porque quando as maneiras decaem a nação também decai. Imperceptivelmente as regras do decoro formam pelo menos o caráter exterior,[134] e dão ao sábio a graça de um cavalheiro;

nós nos tornamos o que fazemos. Politicamente "os usos da propriedade servem como diques contra os excessos do povo", e "quem julga inúteis as velhas barragens, e as destrói, sofrerá na primeira inundação do rio:"[135] quase que se ouve a voz austera do Mestre indignado, até hoje repetindo aquelas palavras na Sala dos Clássicos; ali uma vez foram gravadas em pedra todas as suas palavras, hoje profanadas e abandonadas.

Não obstante, também Confúcio teve seus sonhos e utopias, e às vezes simpatizava com homens que, convencidos de que a dinastia tinha perdido "o grande decreto" ou o "mandato do Céu", imaginavam um sistema de ordem que substituísse a velha ordem em ruínas. No fim tornou-se socialista e deu livre curso à fantasia:

> Quando o Grande Princípio (da Grande Similaridade) prevalecer, o mundo inteiro tornar-se-á uma república; eleger-se-ão homens de talento, virtude e habilidade, que tratarão entre si com sinceridade e cultivarão a paz universal. Os homens não olharão como pais apenas para seus pais, nem como filhos apenas para seus filhos. Uma adequada provisão será assegurada aos velhos até a morte, e serão garantidos empregos para os de meia-idade e meios de educar os jovens. Viúvos e viúvas, órfãos e homens sem filhos, e os inutilizados por moléstias, todos serão devidamente assistidos. Cada homem terá seus direitos e cada mulher terá sua individualidade salvaguardados. A riqueza será produzida para bem dos homens. O homem não trabalhará para a sua vantagem pessoal apenas. A conduta egoística será manietada. Ladrões fraudadores e traidores, nada disso subsistirá. As portas das casas permanecerão sempre abertas. Este é o Estado do que chamo a Grande Similaridade.[136]

6. A Influência de Confúcio

Os confucianos — Vitória sobre os "legalistas" — Defeitos do confucionismo — A contemporaneidade de Confúcio

Embora póstuma, a vitória de Confúcio foi completa. Sua filosofia tinha um cunho político e prático que a tornou querida dos chineses depois de sua morte, quando não havia perigo de que ele insistisse na sua realização. Desde que os homens de letras nunca se contentavam em ser apenas homens de letras, os *literati* dos séculos posteriores a Confúcio adotaram a sua doutrina como caminho para a influência e os cargos públicos, e criaram uma classe de confucianos destinada a ser a mais poderosa na China. Por todos os cantos surgiram escolas para o ensino da filosofia do Mestre na forma apresentada pelos seus discípulos, desenvolvida por Mêncio e modificada no correr dos anos por incontáveis eruditos; e essas escolas, na qualidade de centros intelectuais da China, durante séculos preservaram a civilização do colapso político, do mesmo modo que depois da queda do Império Romano os monges cristãos preservaram parte da velha cultura e alguma ordem social.

Uma escola rival, os "legalistas", disputou por algum tempo essa influência de Confúcio no mundo político, e ocasionalmente conseguiu modelar o Estado. Colocar o governo na dependência do bom exemplo dos governantes e da inerente bondade dos governados, diziam os legalistas, era arriscar muito; a História não oferece muitos precedentes dessa formosa possibilidade. E eles propugnavam para o governo, em vez de homens, leis; leis que fossem impostas até se tornarem uma segunda natureza e já não necessitarem de compulsão. O povo não tem bastante inteligência para

governar-se a si mesmo; e prospera melhor sob a aristocracia. Mesmo a classe mercantil não é bastante inteligente, e muitas vezes defende interesses nocivos ao Estado. Talvez, diziam alguns legalistas, fosse mais sábio socializar o capital, monopolizar o comércio e evitar a manipulação dos preços e a concentração da riqueza.[137] Estas idéias iriam reaparecer periodicamente na história da China.

Mas a filosofia de Confúcio afinal triunfou. Veremos adiante como o poderoso Shih Huang-ti, com um legalista a dirigir o governo, procurou por meios violentos acabar com a influência de Confúcio — ordenando a queima de toda a literatura confucionista. A força da palavra, entretanto, revelou-se maior que a da espada; os livros que o "Primeiro Imperador" procurou destruir tornaram-se sagrados e preciosos, fazendo que homens morressem como mártires no esforço de preservá-los. Quando Shih Huang-ti desapareceu da cena e subiu ao trono Wu Ti, um imperante de espírito mais largo, a literatura confuciana saiu do esconderijo e com os seus métodos e idéias vitalizou a nova dinastia. Foram decretados sacrifícios em honra a Confúcio; textos clássicos viram-se gravados na pedra e tornaram-se os fundamentos da religião oficial. Rivalizada às vezes pelo taoísmo e por algum tempo eclipsada pelo budismo, a filosofia de Confúcio foi restaurada e exaltada pela dinastia Tang, e o Grande T'ai Tsing erigiu um templo a Confúcio e ordenou que lhe fizessem sacrifícios em todas as cidades e vilas do Império. Surgiu a escola dos "neo-confucianos", cujos comentários aos Clássicos difundiram a filosofia do Mestre em variadas diluições, e a levaram ao Japão. Do surto da dinastia Han à queda dos manchus — isto é, por dois mil anos — a doutrina de Confúcio moldou e dominou o cérebro chinês.

A história da China pode ser escrita à luz desta influência. Durante o curso de sucessivas gerações, os escritos do Mestre foram os textos das escolas oficiais, e os jovens que por elas passavam sabiam-nos de cor. O conservantismo do velho sábio impregnou assim o sangue do povo e deu à nação e aos indivíduos dignidade e profundidade inigualáveis na história do mundo. Com a ajuda dessa filosofia a China desenvolveu uma harmoniosa vida comum, uma admiração pelo estudo e uma estabilidade da cultura que permitiram à civilização chinesa sobreviver a todas as invasões, remodelando os invasores à sua própria imagem. Somente no cristianismo e no budismo encontraremos um esforço igualmente heróico para transformar em decoro a natural brutalidade do homem. E hoje, como então, não há melhor remédio que possa ser receitado a um povo sofredor da desordem gerada pela educação intelectualista, da decadência do código moral e do enfraquecimento do caráter nacional, do que a inoculação da filosofia de Confúcio na mocidade.

Essa filosofia, porém, não era um alimento completo. Adaptava-se a uma nação em luta por passar do caos e da fraqueza para a ordem e a força, mas iria fracassar numa nação compelida pela concorrência exterior a mudar e crescer. As regras da propriedade, destinadas a formar o caráter e a ordem social, tornaram-se peias, embaraços à expansão. Há no confucionismo algo da afetação do puritanismo, atitude contrária aos vigorosos impulsos naturais da humanidade; a resultante final da doutrina seria a esterilidade. Não deixava espaço para o prazer e a ventura, e muito pouco para a amizade e o amor. Mantinha a mulher em completa humilhação,[138] e sua fria perfeição congelava o povo num conservantismo tão hostil ao progresso como favorável à paz.

Não podemos lançar toda a culpa em Confúcio; seria absurdo esperar que seu pensamento pudesse manter-se em vigor durante 20 séculos. Aos pensadores pedimos apenas que nos iluminem a senda da compreensão, e nisto poucos homens fizeram

mais que ele. Lendo-o hoje verificamos quão pouco do seu pensamento está revogado pela ciência e pelas circunstâncias; e diante do que ele ainda nos oferece de sadio, esquecemos-lhe as trivialidades e a insuportável perfeição, juntando-nos ao seu piedoso neto K'ung Chi nos elogios com que o deificou:

> Chung-ni (Confúcio) encampou as doutrinas de Yao e Shun, como se fossem seus antepassados, e elegantemente exibiu as regulações de Wen e Wu, tomando-as como modelo. Em cima, harmonizou-se com o céu; embaixo conformou-se com a água e a terra.
>
> Ele pode ser comparado com o céu e a terra, no conter e sustentar, no mostrar ou ocultar todas as coisas. Pode ser comparado às quatro estações em sua marcha alternada, e ao sol e à lua em sua aparição sucessiva. (....)
>
> Vasto como o céu que tudo abrange; profundo e ativo como a fonte; ele é como o abismo. Se se mostra, todo o povo o reverencia. Se fala, o povo crê em suas palavras; se age, o povo se agrada da sua ação.
>
> Por isso sua fama se espalha pelo Reino Médio e se estende a todas as tribos bárbaras. Onde quer que cheguem navios e carretas, onde quer que o homem penetre, onde quer que o sol e lua brilhem, onde quer que o orvalho e a neve caiam, todos o amam e honram. Por isso repetimos que "ele é igual ao Céu".[139]

III. SOCIALISTAS E ANARQUISTAS

Os 200 anos que se seguiram a Confúcio foram séculos de ardente controvérsia e muita heresia. Havendo descoberto os prazeres da meditação filosófica, alguns homens, como Hui Sze e Kung Sun Lung, jogavam com a lógica e inventaram paradoxos tão variados e sutis como os de Zenão.[140] Abundavam filósofos na cidade de Loyang, como naquela mesma época abundavam em Benares e em Atenas; e na capital chinesa gozavam da liberdade de pensamento que fizera de Atenas o centro intelectual do mundo mediterrâneo. Enxameavam na cidade os sofistas — *Tsung-hen-kia* — mestres na arte de provar que o branco é preto e o preto é branco.[141] E lá apareceram Mêncio, herdeiro do manto de Confúcio; Chuang-tsé, o maior dos seguidores de Lao-tsé; Hsun-tsé, o apóstolo do mal original; e Mo Ti, o profeta do amor universal.

1. Mo Ti, o Altruísta

Um lógico primitivo — Cristão e pacifista

"Mo Ti", proclamou o seu inimigo Mêncio, "amava todos os homens, e de bom grado consumiria seu corpo inteiro, dos pés à cabeça, para beneficiar a humanidade."[142] Era natural de Lu, a terra de Confúcio, e floresceu depois da morte do Mestre. Para substituir o pensamento de Confúcio, que condenou como impraticável, Mo Ti apresentou-se com a exortação ao amor universal. Mo Ti figura entre os mais antigos lógicos chineses e os piores raciocinadores. O problema da lógica foi por ele estabelecido com grande simplicidade:

> Há o que eu chamo as Três Leis do Raciocínio:
> 1. Onde encontrar a base? No estudo das experiências dos homens mais sábios do passado.

2. Como adquirir uma idéia geral? Examinando os fatos da experiência do povo.
3. Como aplicá-la? Pondo-a em lei e governo, e vendo se conduz ou não ao bem-estar do Estado e do povo.[143]

Com base nesta teoria, Mo Ti provou que os fantasmas e espíritos são reais porque muita gente os tem visto. Ele objetava fortemente contra a fria e impessoal visualização do céu por Confúcio e sustentava a personalidade de Deus. A exemplo de Pascal, achava a religião uma boa aposta: se os antepassados aos quais sacrificamos nos ouvem, teremos feito um bom negócio; se estão completamente mortos e são, pois, insensíveis às nossas oferendas, o sacrifício nos dá oportunidade de "reunir os parentes e vizinhos e participar com eles do prazer das vitualhas e bebidas sacrificiais".[144]

Assim também, raciocina Mo Ti, o amor universal é a única solução para o problema social; porque, se fosse aplicado, não haveria dúvida de que teríamos a Idade de Ouro. "Os homens amando-se uns aos outros, os fortes não mais preando os fracos, os grandes grupos não saqueando os pequenos, os ricos não insultando os pobres, os nobres não humilhando os plebeus, os fraudulentos deixando em paz os crédulos e simples."[145] O egoísmo é a fonte de todos os males, desde os impulsos aquisitivos da criança até a conquista dos impérios. Mo Ti maravilha-se de que o homem que furta um leitão seja universalmente condenado e geralmente punido, enquanto que o homem que invade um reino e dele se apropria é herói para seu povo e modelo para a posteridade.[146] Deste pacifismo Mo Ti passa a uma tal crítica do Estado que a sua doutrina beira o anarquismo e amedronta as autoridades.[147] Certa vez, dizem os seus biógrafos, quando o Engenheiro Oficial do reino de Chu estava a pique de invadir o Estado de Sung para experimentar uma nova escada de sua invenção, Mo Ti dissuadiu-o da empresa com um sermão sobre a paz e o amor. "Antes de encontrar-te", disse o Engenheiro, "eu queria conquistar o Estado de Sung; mas depois de ouvir-te não o aceitaria, nem que esse Estado a mim se rendesse sem resistência, mas não sem justa causa." "Se é assim", respondeu Mo Ti, "então é como se eu já te houvesse dado o Estado de Sung. Persiste na mesma conduta justa e eu te darei o mundo inteiro."[148]

Tanto os confucionistas como os políticos de Loyang receberam estas idéias com sorrisos.[149] Não obstante, Mo Ti teve seus seguidores e por dois séculos suas idéias se tornaram a religião de uma seita pacifista. Dois discípulos seus, Sung Ping e Kung Sun Lung, lançaram fervorosas campanhas pró-desarmamento.[150] Han Fei, o maior crítico da época, atacou o movimento de um ponto de vista que chamaremos nietzschiano, argumentando que, enquanto nos homens não nascessem asas, a guerra continuaria a ser o árbitro das nações. Quando Shi Huang-ti ordenou a sua famosa "queima de livros", a literatura do moísmo foi para a fogueira com a de Confúcio; e, ao contrário dos escritos e doutrinas do Mestre, a nova religião do amor universal não sobreviveu às chamas.[151]

2. *Yang Chu, o Egoísta*

Um epicurista determinista — A perversidade

Entrementes, uma teoria diametralmente oposta encontrava viva expressão na China. Yang Chu, de quem só sabemos alguma coisa através de seus inimigos,[152] parado-

xalmente anunciou que a vida é cheia de sofrimentos e que apenas o prazer se justifica. Não há deus, disse Yang, nem outra vida; os homens são uns pobres joguetes das cegas forças naturais que os criam e lhes dão pais e avós não escolhidos e o caráter imutável.[153] O homem inteligente aceitará estes fatos sem se queixar, mas não se iludirá com os absurdos de Confúcio e Mo Ti, relativos à virtude inerente, ao amor universal e ao bom nome. "Moralidade" é a regra imposta pelos mais espertos aos mais ingênuos; Amor Universal é ilusão de crianças que não conhecem a universal inimizade, que constitui a lei da vida; e Bom Nome é frioleira póstuma, que os tolos, que a pagam tão caro, não podem gozar. Na vida o bom sofre tanto quanto o mau, e os perversos deleitam-se mais intensamente que os bons.[154] Os homens mais sábios da antigüidade não eram moralistas e governantes, como supunha Confúcio, mas gozadores sensualistas, que haviam tido a sorte de vir ao mundo antes dos filósofos e legisladores, e gozaram dos prazeres proporcionados por todos os impulsos naturais. É verdade que o mau deixa às vezes atrás de si um mau nome, mas isso em nada mexe com seus ossos. Considere-se, diz Yang Chu, o destino do bom e do mau:

> Todos concordam em que Shun, Yu, Chou-kung e Confúcio foram homens admiráveis, e Chieh e Chou, grandes perversos. Shun, entretanto, teve de arar a terra ao sul do Ho e trabalhar como oleiro junto ao lago Lei. Seus membros nunca tiveram descanso; seu corpo e seu estômago nunca tiveram boas roupas e bom alimento. Não teve o amor dos pais, nem a afeição de irmãos e irmãs. (....) Quando Yao renunciou ao trono em seu favor, já estava ele envelhecido e com a sabedoria decadente; seu filho Shang-chun revelou-se de pouca capacidade e teve por fim de renunciar ao trono em favor de Yu, morrendo na tristeza. Nunca houve mortal de vida mais amargurada e envenenada que a de Yu.
>
> Todas as energias de Yu foram gastas em seu esforço contra o solo; um filho lhe nasceu, que não pôde criar; seu corpo tornou-se murcho e arcado; e a pele das mãos, calosa. Quando por fim Shun renunciou ao trono em seu favor, Yu viveu em residência mesquinha, embora seu avental e chapéu dos sacrifícios fossem elegantes. Tristemente descambou para a morte. De todos os mortais nunca houve nenhum de vida tão amarga quanto a sua. (....)
>
> Confúcio compreendeu os caminhos dos antigos reis e atendeu aos convites dos príncipes do seu tempo. A árvore foi cortada sobre ele em Sung; suas pegadas foram apagadas em Wei; esteve reduzido à última extremidade em Shang e Chou; foi cercado em C'han e T'si; (....) caiu em desgraça no reino de Yang Hu. Tristemente chegou ao fim da vida. De todos os mortais nunca houve um cuja vida fosse tão atribulada quanto a sua.
>
> Estes quatro sábios não tiveram um único dia de prazer na vida, e depois de mortos ganharam a fama que vara os séculos. Mas essa fama não é o que deseja aquele que procura coisas reais. Celebrai-os vós? Eles não sabem disso. Recompensai-os vós? Eles o ignoram. A fama não lhes vale mais que um pedaço de pau ou um punhado de terra.
>
> Vemos (por outro lado) Chieh entrando na posse da riqueza acumulada por muitas gerações; a ele pertenceu a honra do trono; sua sabedoria era suficiente para mantê-lo em guarda contra tudo que via abaixo de si; seu poder era suficiente para abalar o mundo. Chieh deu-se aos prazeres que seus olhos e ouvidos lhe proporcionavam, e fez tudo quanto quis fazer. De todos os mortais nunca houve um de vida tão luxuriosa e dissipada como a sua.
>
> Chou (Hsin) entrou na posse da riqueza acumulada de muitas gerações; a ele pertenceu a honra do trono; seu poder habilitou-o a fazer tudo quanto quis; (....) satisfez todos os sentidos em seus palácios; deu rédeas a todos os caprichos sensuais

> durante longas noites; jamais se preocupou com o pensamento do probo e do justo. Com o maior brilho caminhou para o fim. Entre todos os mortais nunca houve um de vida tão solta como a sua.
>
> Durante a vida estes dois vilões gozaram da alegria e satisfizeram todos os desejos. Depois de mortos seus nomes tornaram-se símbolos de loucura e tirania. Mas a realidade do prazer é o que nenhuma fama pode dar. Censuram-nos — e eles o ignoram. Louvam-nos — e eles não o saberão. A má fama lhes é tanto como um pedaço de pau ou um punhado de terra.[155]

Quão diferente disto é Confúcio! Novamente nos vem a suspeita de que o tempo, que é reacionário, nos preservou o mais respeitável pensador chinês e lançou todos os demais no limbo. E muito a propósito, porque a humanidade não poderia sobreviver, se a mentalidade de Yang Chu predominasse. A única resposta a lhe dar seria que a sociedade não pode existir se os indivíduos não cooperarem e não se sujeitarem a restrições morais; o indivíduo só pode desenvolver-se em sociedade; nossa vida, pois, depende dessas limitações que nos constrangem. Alguns historiadores atribuem a essas teorias egoístas parte da desintegração que marcou a sociedade chinesa nos séculos IV e III a. C.[156] Não admira que Mêncio — o Dr. Johnson da época — erguesse a sua escandalizada voz em protesto contra o epicurismo de Yang Chu e também o idealismo de Mo Ti.

> As palavras de Yang Chu e Mo Ti enchem o mundo. Se ouvirdes falar o povo, vereis que todos adotaram as idéias de um ou de outro. O princípio de Yang é: "Cada um por si" — o que não reconhece os direitos do soberano. O princípio de Mo é: "Amar a todos igualmente" — o que não reconhece a peculiar afeição devida a um pai. Ora, o não reconhecimento nem de rei nem de pai equivale ao estado dos animais da floresta. Se os princípios desses homens não forem detidos e substituídos pelos de Confúcio, suas perversas palavras enganarão o povo e obstruirão o caminho da benevolência e da justiça.
>
> Sinto-me alarmado com estas coisas e entrego-me à defesa da doutrina dos antigos sábios, opostas às de Mo e Yang.[157]

3. *Mêncio, o Mentor dos Príncipes*

Mãe-modelo — Um filósofo entre os reis — São os homens bons por natureza? — Imposto Único — Mêncio e os comunistas — O móvel-lucro — O direito de revolução

Mêncio, destinado a seguir Confúcio em termos de fama, pertencia à velha família Mang: seu nome, Mang Co, foi mudado por um decreto imperial para Mang-tsé, isto é, Mang, o Mestre ou filósofo; e os latinizados europeus transformaram-no em Mencius, como também transformaram K'ung-fu-tsé em Confúcio.

Conhecemos a mãe de Mêncio tanto quanto o filho, porque os historiadores chineses fizeram dela o modelo das mães, e contam muitas histórias a seu respeito. Segundo essas histórias, por três vezes mudou ela de residência; uma porque, morando perto de um cemitério, seu filho começou a comportar-se como armador funerário; outra porque, morando perto de um matadouro, o menino passou a imitar muito bem o grito dos animais sacrificados; ainda uma terceira porque, vivendo perto de um mer-

cado, o menimo começou a agir como negociante; por fim estabeleceu-se perto de uma escola — e ficou satisfeita. Quando o rapaz negligenciava os estudos, ela cortava o fio da roca; e se o menino perguntava a razão daquilo, ela respondia estar fazendo exatamente como ele na escola — cortando a continuidade do trabalho. Mêncio fez-se um assíduo estudante, casou-se, resistiu à tentação de divorciar-se, abriu uma escola de filosofia, aliciou muitos estudantes e recebeu convite de vários príncipes para ir expor suas teorias de governo. O mestre hesitou em deixar sua mãe já idosa, mas a valente senhora mandou-lhe um discurso caro a todos os homens chineses — e que deve ter sido composto por um deles:

> Não cabe a uma mulher determinar qualquer coisa por si mesma, mas está ela sujeita à regra das três obediências. Quando moça, tem de obedecer aos pais; quando casada, ao marido; e quando viúva, ao filho. Tu és um homem feito e eu uma velha. Age tu de acordo com a regra de justiça que segues, e eu agirei de acordo com a regra que me corresponde. Por que te mostrares inquieto a meu respeito?[158]

Mêncio foi, porque a comichão de ensinar faz parte da comichão de governar; debaixo de uma está a outra. Como Voltaire, Mêncio preferia a forma monárquica à democracia, porque nesta é necessário educar todos, ao passo que naquela basta que o filósofo eduque um homem — o rei — para que o governo seja ótimo. "Corrigir o que está errado na cabeça do príncipe. Retificado o príncipe, o reino caminhará em ordem."[159] Mêncio foi primeiramente para Ch'i, e procurou retificar o príncipe Hsuan; aceitou um cargo honorário, recusando, porém, salário correspondente; vendo, entretanto, que o príncipe não se interessava por filosofia, retirou-se para o pequeno principado de T'ang, cujo governante se tornou seu grande admirador, embora mau aluno. Mêncio voltou para Ch'i e provou que estava aumentando em sabedoria com a aceitação de um rendoso cargo oferecido pelo príncipe Hsuan. Durante esses anos de conforto sua mãe faleceu; ele a enterrou com tal pompa que seus discípulos se escandalizaram. Anos depois, Hsuan lançou uma guerra de conquista e, ressentido contra o pacifismo de Mêncio, tão importuno, cortou-lhe o emprego. Vindo a saber que o príncipe de Sung tinha expressado a intenção de governar como filósofo, Mêncio encaminhou-se para lá, apenas para verificar que a informação era exagerada. Como os homens convidados para uma festa de casamento de outrora, os vários príncipes tinham muitas desculpas para não se deixarem retificar. "Eu tenho uma doença", dizia um, "amo o valor". "Eu tenho uma doença", dizia outro, "adoro a riqueza."[160] Mêncio retirou-se da vida pública e consagrou seus últimos anos à instrução e à composição de um trabalho em que descreve as suas conversas com os reis. Não podemos dizer em que extensão isto pode ser classificado com os trabalhos de Savage Landor; nem sabemos se a composição é realmente do mestre ou de algum discípulo, ou nem de um nem de outro.[161] Só sabemos que o *Livro de Mêncio* é o mais altamente honrado de todos os livros clássicos da China.

Sua doutrina é tão severamente secular como a de Confúcio. Pouco espaço há ali para a lógica, a epistemologia, ou a metafísica; os confucianos deixaram isso aos seguidores de Lao-tsé, limitando-se à especulação moral e política. O que interessava a Mêncio era regrar a vida perfeita e estabelecer o governo dos homens perfeitos. Sua idéia básica é que os homens são bons por natureza[162] e oue o problema social não

surge da natureza do homem mas da ineficácia dos governos. Por isso os filósofos devem tornar-se reis ou os reis tornar-se filósofos.

> "Se Vossa Majestade instituir um governo benevolente, todos os oficiais do reino desejarão ficar na corte, todos os agricultores desejarão lavrar as terras de Vossa Majestade, todos os mercadores desejarão ter suas mercadorias nos mercados de Vossa Majestade e todos os viajantes estrangeiros desejarão fazer viagens pelas estradas de Vossa Majestade, e por todo o reino os que se sentirem agravados desejarão vir queixar-se a Vossa Majestade. E depois que o fizerem, quem os fará recuar?"
> O rei respondeu: "Sinto-me estúpido e incapaz de fazer isso."[163]

O bom governante não declarará guerra a outro Estado, mas ao inimigo comum — a pobreza, porque é da pobreza e da ignorância que o crime e a desordem emergem. Punir homens por crimes cometidos em conseqüência da falta de oportunidade educativa ou de emprego é covardemente trair o povo.[164] O governo é responsável pelo bem-estar do povo e deve regular o processo econômico de acordo com essa responsabilidade.[165] Deve taxar a terra, de preferência ao que o homem nela constrói;[166] isso aboliria todos os impostos e desenvolveria a educação universal e obrigatória como sendo a mais sadia base da civilização; "boas leis não valem a conquista do povo pela boa instrução".[167] "O que separa os homens dos animais é pouco; muita gente lança fora esse pouco; somente os homens superiores o preservam."[168]

Quando vemos Mêncio repelido pelos príncipes como radical e ao mesmo tempo acusado de conservantismo pelos socialistas e comunistas da época, percebemos quão antigos são os nossos problemas atuais. Quando o "bárbaro açor do sul", Hsu Hsing, ergueu o pavilhão da ditadura proletária, pedindo que os operários fossem postos na chefia do governo ("os magistrados", disse Hsu, "devem ser operários"), e muitos dos "cultos" daquela época correram, como hoje, a abrigar-se sob o novo pavilhão, Mêncio repeliu a idéia com desprezo, e argumentou que "o governo deve permanecer na mão dos homens educados."[169] Mas Mêncio denunciou o "lucro" como o móvel de tudo na sociedade humana, e repeliu a idéia de Sung-K'ang de conquistar os reis para o pacifismo com a demonstração, como se diz hoje, do negativismo financeiro da guerra.

> Vosso objetivo é grande, mas o argumento não é bom. Se, partindo do ponto do lucro oferecerdes vossos persuasivos conselhos aos reis de Ch'in e Chi, e se esses reis aceitarem as condições do "lucro" e detiverem o movimento de seus exércitos, então todos os que formam esses exércitos se rejubilarão com o fim da guerra, e encontrarão prazer na caça ao lucro. Os ministros servirão ao rei pelo lucro que o cargo proporciona; os filhos servirão aos pais, e os irmãos mais novos aos mais velhos, pela mesma consideração; e o resultado será que ministro e soberano, pai e filho, irmão mais novo e irmão mais velho, todos abandonarão a benevolência e a retidão, e nada mais farão que não seja norteado pelo lucro. Mas nunca uma sociedade ou Estado nestas bases escapou à ruína.[170]

Mêncio reconhecia o direito da revolução e pregava-o. Denunciou a guerra como crime e escandalizou os adoradores de heróis militares do seu tempo com estas palavras: "Há homens que dizem: 'Sou perito em adestrar tropas e conduzi-las à bata-

lha!' Esses homens não passam de grandes criminosos."[171] "Jamais houve uma guerra boa", disse ele.[172] Mêncio condena o luxo das cortes e censura severamente o rei que engorda os seus cães e porcos enquanto a fome lhe está destruindo os súditos.[173] Quando um rei declara que não pode evitar a fome, Mêncio intima-o a renunciar.[174] "O povo", disse ele, "é o elemento de maior importância (numa nação); (...) e o soberano, de menor;"[175] e o povo tem o direito de depor seus governantes, e mesmo, de vez em quando, de matá-los.

> O rei Hsuan perguntou-lhe a respeito dos altos ministros. (....) Mêncio respondeu: "Se os príncipes cometem grandes faltas, devem ser advertidos; e se não atendem, devem ser destronados." (....) Mêncio continuou: "Suponde que o chefe de um tribunal não pode governar seus subalternos; que faríeis com ele?" O rei disse: "Demitia-o." Mêncio continuou: "Se dentro dos limites do reino não há um bom governo, que deve ser feito?" O rei olhou para os lados e mudou de conversa. (....) O rei perguntou: "É verdade que T'ang baniu Chieh e Yu matou Chou (Hsin)?" Mêncio respondeu: "Está na História." O rei disse: "Pode o ministro dar morte ao soberano?" Mêncio respondeu: "Aquele que ultraja a benevolência é chamado ladrão; aquele que ofende a justiça é chamado criminoso. O ladrão e o criminoso são trastes. A História fala na execução do "traste" Chou, mas nada diz sobre ter sido levado à morte um 'soberano'."[176]

Era uma doutrina corajosa, e que muito influenciou o estabelecimento do princípio de que quando um rei se tornava nocivo ao povo, perdia o "mandato do Céu" e podia ser deposto. Não admira pois que Hung-Wu, fundador da dinastia Ming, tendo lido com grande indignação as conversas de Mêncio com o rei Hsuan, ordenasse a sua degradação do templo de Confúcio, onde um edito real de 1804 colocara a sua tábua. Mas antes de um ano a tábua voltava para o templo; e até a revolução de 1911 Mêncio permaneceu um dos grandes heróis da China, o segundo grande nome na história da filosofia chinesa. Graças a ele e a Chu Hsi, Confúcio governou o cérebro da China por mais de dois mil anos.

4. Hsun-tsé, o Realista

A má natureza do homem — Necessidade da lei

A filosofia de Mêncio apresenta muitas fraquezas, as quais foram gostosamente postas em relevo pelos seus contemporâneos. Seria verdade que os homens são por natureza bons e só se tornam maus pela ação das más instituições? Ou os males sociais decorrem da ruindade da natureza humana? Eis aqui a exposição de um conflito que jamais cessou e que determina a luta entre os reformadores e os conservadores. Poderá a educação diminuir o crime, aumentar a virtude e levar os homens à Utopia? Serão capazes os filósofos de governar o Estado, ou suas teorias aumentam a confusão do que eles pretendem sanar?

O mais hábil e tenaz inimigo de Mêncio foi um funcionário público que parece ter morrido com 70 anos, lá por 235 a. C. Como Mêncio acreditasse ser a natureza boa em todos os homens, Hsun-tsé proclamou o contrário: todos os homens nasciam maus, e os próprios Shun e Yao tinham sido maus ao nascerem.[177] Sua voz é a de Hobbes:

> A natureza do homem é má; a bondade que aparece no homem é fictícia (o homem bom não nasce feito — é tornado bom pela educação). O amor ao lucro nasce com o homem; e, como as ações dos homens guardam acordo com isto, as disputas e roubos crescem, e não medra o altruísmo; a paixão do lucro cria a inveja e as ações decorrentes — e não aparece o altruísmo; a paixão do lucro cria os desejos dos olhos e dos ouvidos, o amor dos sons e da beleza, e as ações disso decorrentes — e não aparece altruísmo, nem eqüidade, nem generosidade. E assim vemos que ceder à natureza do homem é ceder a sentimentos que conduzem à luta e ao roubo, à violação dos deveres para com os outros; é confundir todas as distinções, até chegar ao estado de barbárie; e para obviar isto temos de recorrer à influência dos professores e das leis. Os sábios reis da antigüidade, compreendendo que a natureza do homem era má, (....) estabeleceram os princípios da justiça e da propriedade, e formularam as leis que corrigem a natureza do homem de modo a permitir-lhe a vida em sociedade.[178]

À maneira de Turgeniev, Hsun-tsé conclui que a natureza não é um templo, mas uma oficina; ela fornece o material bruto, mas a inteligência deve fazer o resto. Por meio de adequado treinamento, os homens naturalmente maus podem ser transformados até em santos, se isso for desejável.[179] E sendo também poeta, Hsun-tsé põe Bacon em maus versos:

> Vós glorificais a natureza e meditais sobre ela;
> Por que não a domesticais e a regulais?
> Obedeceis à Natureza e lhe cantais louvores;
> Por que não a controlais e usais?
> Olhais para as estações com reverência e esperais;
> Por que não procurais compreendê-las e agir de acordo com elas?
> Dependeis das coisas e com elas vos maravilhais;
> Por que não usais a vossa habilidade para transformá-las?[180]

5. *Chuang-tsé, o Idealista*

Volta à natureza — Sociedade sem governo — O Caminho da Natureza — Os limites do intelecto — A evolução do homem — Influência da filosofia chinesa na Europa

A "Volta à Natureza", entretanto, não podia ser dissuadida tão facilmente; este apelo encontra eco em todas as épocas e também o encontrou, e eloqüentíssimo, em Chuang-tsé, grande escritor de seu tempo. Um homem que amava a Natureza acima de tudo, embora sua idade lhe impregnasse a filosofia com a poética tristeza de Rousseau e a agudeza satírica de Voltaire. Quem poderia imaginar Mêncio esquecendo-se de si mesmo a ponto de descrever um homem que tem "um bócio enorme como um jarro de louça de terra"?[181] Chuang pertence tanto à literatura como à filosofia.

Nasceu na província de Sung e ocupou um cargo subalterno na cidade de Khiyuan. Visitou as mesmas cortes visitadas por Mêncio, mas nas obras de um não há qualquer referência ao nome do outro. Diz a História que por duas vezes Chuang recusou altos cargos. Quando o duque de Wei lhe ofereceu o lugar de primeiro-ministro, Chuang despediu os mensageiros reais com uma frase indicativa de seus so-

nhos de escritor: "Ide embora, rápidos, não me sujeis com a vossa presença. Eu antes me espojaria em um chiqueiro do que me sujeitaria às restrições e regras da corte de um soberano."[182] Certa vez, quando estava pescando, aproximaram-se dois cortesãos com a mensagem do rei de Khu: "Quero incomodar-vos com o encargo de todos os meus territórios." Chuang respondeu sem desviar a atenção da vara de pescar:

> "Ouvi dizer que em Khu há uma casca de tartaruga já falecida há três mil anos, que o rei guarda em seu templo ancestral, em uma redoma. Teria sido melhor para a tartaruga morrer e deixar a sua casca para ser assim honrada? Ou ter-lhe-ia sido melhor viver e conservar-se arrastando a cauda na lama?" Os dois mensageiros disseram: "Seria melhor viver e arrastar a cauda na lama." "Pois ide", tornou-lhes Chuang; "prefiro continuar arrastando minha cauda na lama."[183]

O seu respeito pelos governos se igualava ao do seu antecessor espiritual Lao-tsé. Divertia-se em revelar em quantos pontos os reis e governadores se igualam aos ladrões.[184] Se, por alguma negligência de sua parte, um verdadeiro filósofo viesse a chefiar um Estado, sua atitude deveria ser de total omissão, deixando assim aos homens a liberdade de construir seus próprios órgãos de direção. "Entendo de deixar o mundo fluir e de exercer a tolerância; não entendo de governar o mundo."[185] A Idade de Ouro que precedeu aos primeiros reis não tinha governo; Yao e Shun, em vez de serem tão honrados pela China e por Confúcio, deviam ser acusados da destruição da primitiva felicidade do gênero humano com a sua introdução do governo. "Na idade da virtude perfeita os homens viviam em comum com as aves e os animais de pêlo, em perfeita igualdade, como em família: como podiam conhecer entre si a distinção entre homens superiores e inferiores?"[186]

O homem de sabedoria, declarava Chuang, gira nos calcanhares ao primeiro sinal de governo, indo viver o mais afastado possível, tanto dos filósofos como dos reis. Apenas cortejará a paz e o silêncio das florestas (tema que mil pintores chineses iriam ilustrar) e deixará que seu ser, sem qualquer impedimento do artifício ou da idéia, siga o divino *Tao* — a lei e o fluir da inexplicável vida da Natureza. E será econômico de palavras, porque as palavras antes transviam os homens do que os guiam, e o *Tao* — o Caminho e a Essência da Natureza — nunca pode ser reduzido a palavras ou formulado em pensamento; só pode ser sentido pelo sangue. E repelirá a máquina, preferindo os processos manuais, singelos, antigos; porque a máquina traz a complexidade, a turbulência, a desigualdade, e o homem não pode ao mesmo tempo viver entre máquinas e ter paz.[187] E evitará possuir propriedades, e não procurará utilizações para o ouro; como Timão, deixará que o ouro fique oculto nas montanhas e as pérolas escondidas no fundo do mar. "Seu mérito está em compreender que todas as coisas pertencem a todos, e que a vida e a morte devem ser vistas do mesmo modo"[188] — como medidas harmônicas no ritmo da Natureza, como ondas de um mar.

O pensamento central de Chuang, como o do semilendário Lao-tsé, que lhe parecia mais profundo que o de Confúcio, foi a mística visão de uma unidade impessoal — tão afinada com as teorias de Buda e dos *Upanishads* que somos tentados a admitir uma infiltração de idéias. É verdade que Chuang sempre se revelou agnóstico, fatalista, determinista e pessimista; mas isto não o exime de ser uma espécie de santo céptico, um homem embriagado de *Tao*. Seu cepticismo reflete-se numa história:

A Penumbra disse à Umbra (nos eclipses, a penumbra é o espaço parcialmente iluminado entre a umbra [sombra completa] e a luz. Na alegoria de Chuang talvez a sombra completa seja o corpo, e a penumbra, o intelecto parcialmente iluminado): "Ora te moves, ora estás em repouso; ora te sentas, ora te levantas. Por que essa instabilidade de propósito?" Respondeu a Umbra: "Eu dependo de algo que me faz proceder assim; e esse algo depende de outro algo que o faz proceder assim. (....) Como posso dizer por que faço uma coisa e não outra?" (....) Quando o corpo se decompõe, o intelecto se decompõe com ele; não é um caso deplorável? (....) A mudança — o surgimento e a dissolução — de todas as coisas prossegue continuamente, mas só não sabemos quem ou o que mantém a continuidade do processo. Que sabemos do começo? Que sabemos do fim? Só nos cumpre esperar — e nada mais.[189]

Chuang suspeita que esses problemas se devam menos à natureza das coisas do que aos limites de nosso pensamento; não é de admirar que o esforço de nosso cérebro para compreender o cosmo (do qual ele é uma microscópica partícula) termine em contradições, "antinomias" e confusão. A tentativa para explicar o todo à luz da parte tem sido uma gigantesca imodéstia, somente perdoável em vista do divertimento que a pesquisa tem provocado; porque o humor, bem como a filosofia, é a visualização da parte em termos do todo, e um não é possível sem o outro. O intelecto, diz Chuang, nunca poderá compreender as coisas últimas, ou qualquer coisa profunda, como, por exemplo, o crescimento da criança. "A disputa é prova de falta de visão clara", e para compreender o *Tao* devemos "severamente suprimir o nosso conhecimento";[190] temos de esquecer as nossas teorias e sentir o fato. A educação em nada ajuda essa compreensão; o que importa é submergir-nos no mar da natureza.

Que é esse *Tao* que só os místicos mais favorecidos vêem? É algo inexprimível por meio de palavras; imperfeitamente o definiremos como a unidade de todas as coisas, o calmo fluir do mundo e a lei a que esse fluir obedece. "Antes que houvesse terra e céu já o fluir existia."[191] Nesta unidade cósmica todas as contradições se fundem, todas as distinções desaparecem, todos os opostos se unem; dentro dela não há mal ou bem, nem branco ou preto, nem belo ou feio nem grande ou pequeno. "Hsi Shih era uma bela mulher; mas quando suas feições se refletiam na água, os peixes fugiam amedrontados."[192] "Quem percebe que o universo é pequeno como uma sementinha de joio e que a ponta de um cabelo é tão grande como a montanha, esse aprendeu a relatividade das coisas."[193] Nesta vaga totalidade nenhuma forma é permanente, e ninguém é tão único que não possa transmitir-se a outro no lento ciclo da evolução.

As sementes (das coisas) são numerosas e minúsculas. Na superfície das águas elas formam uma textura membranosa. Quando chegam ao ponto em que terra e agua se juntam, tornam-se as plantículas nutridoras das rãs e das ostras. Emergindo para a vida em lugares altos, tornam-se a erva; e recebendo esterco aparecem como o rainúnculo. As raízes do rainúnculo tornam-se vermes, e as folhas, borboletas. Esta borboleta transforma-se em larva e vem à vida em uma fornalha (casulo). E então tem a forma de mariposa, e depois de mil dias a mãe se torna ave... O *ying-hsi*, ligando-se ao bambu, produz o *khing-ning;* e este, a pantera; a pantera produz o cavalo; o cavalo produz o homem. O homem entra então na grande engrenagem (da Evolução) da qual todas as coisas retornam para a morte.[194]

Não é claro como Darwin, mas serve. Neste infindável ciclo o homem pode passar a outras formas; a sua forma atual é transitória e à luz da eternidade pode ser real apenas de superfície — parte do ilusório véu diferenciador de *Maya.*

> Certa vez, eu, Chuang-tsé, sonhei que era borboleta, esvoaçando daqui para ali, fazendo tudo que as borboletas fazem. Eu só tinha consciência de seguir minhas fantasias de borboleta e ela não tinha nada da minha individualidade de homem. Súbito, acordei, e novamente tornei-me eu mesmo. Não sei se eu era então um homem que sonhava ser borboleta ou se sou agora uma borboleta que sonha ser homem.[195]

A morte, portanto, é apenas uma mudança de forma, possivelmente para melhor; é, como iria dizer Ibsen, o grande toque de manivela que nos funde de novo na fornalha da mudança.

> Tsé Lai caiu doente e chegou à beira da morte, com a mulher e os filhos em choro ao redor. Veio Li visitá-lo e disse: "Fora! Saiam do caminho! Não lhe perturbem o processo de transformação". (...) Em seguida, apoiando-se à porta, falou ao moribundo: "As relações de um homem com o *yin* e o *yang* são mais importantes que as relações com os seus parentes. Se eles estão apressando a minha morte e eu não lhes obedeço, estou fora da regra. Há a Grande Massa (da Natureza) que me faz carregar este corpo, laborar nesta vida, afrouxar na velhice e descansar na morte. Por isso, o que tomou a seu cuidado o meu nascimento tomará a seu cuidado a minha morte. Aqui está um grande fundidor, fundindo o seu metal. Se o metal, pulando na cadeira, diz que quer ser transformado em Mo Yeh (uma famosa espada antiga), o grande fundidor certamente considerá-lo-á um mau metal. Assim, se apenas porque uma vez nós assumimos forma humana insistimos em ser homem, e só homem, o autor da transformação certamente nos considerará um mau ser. Encaremos o céu e a terra como um grande cadinho, e o autor da fundição como um grande fundidor; para onde quer que formos, não estaremos em casa? Calmo é o nosso sono e calmo o nosso despertar."[196]

Quando Chuang se achava às vésperas da morte, seus discípulos projetaram-lhe um cerimonioso funeral. O moribundo, porém, pediu-lhes que afastassem a idéia. "Com o céu e a terra como meu caixão, com o sol, a lua e as estrelas como meus círios, e com toda a criação para acompanhar-me ao túmulo, não estarão já prontos os meus funerais?" Os discípulos protestaram que, não enterrado, ele seria comido pelos abutres do ar. Ao que Chuang respondeu, com sorridente ironia: "Não enterrado serei comido pelas aves da carniça, enterrado serei comido por vermes, toupeiras e formigas. Por que lesar um para proteger outro?"[197]

Se falamos com tal extensão dos filósofos da China, foi parte porque problemas insolúveis da vida e do destino humano irresistivelmente atraem o espírito investigador, e parte porque o saber desses filósofos é o mais precioso presente que a China fez ao mundo. Já em 1697, o cósmico Leibnitz, depois de estudar a filosofia chinesa, propugnou pela intermistura do Ocidente e do Oriente. "As coisas entre nós chegaram a tal ponto", diz ele em termos aplicáveis a todas as gerações, "tão corrompida anda a moral, que julgo necessário venham para aqui missionários chineses, ensinar-nos o objeto e a prática das teologias nacionais. (...) Porque creio que, se um homem de sabe-

doria fosse nomeado juiz... da bondade dos povos, o prêmio caberia à China."[198] Leibnitz pediu a Pedro, o Grande, a construção de uma estrada para a China, e promoveu a fundação de sociedades em Moscou e Berlim para a "abertura da China e o intercâmbio de civilização entre a China e a Europa".[199] Em 1721 Christian Wolff fez uma tentativa nesta direção, numa conferência em Halle "Sobre a Filosofia Prática dos Chineses". Wolff foi acusado de ateísmo e demitido; quando, porém, Frederico subiu ao trono, chamou-o à Prússia e restaurou-o em todas as honras.[200]

O Século das Luzes tomou conhecimento da filosofia chinesa ao mesmo tempo que construía jardins chineses e enchia as casas de *chinoiseries*. Os fisiocratas parecem influenciados por Lao-tsé e Chuang-tsé em sua doutrina do *laissez-faire*;[201] e Rousseau falava às vezes tão ao modo do Velho Mestre que imediatamente o identificamos com Lao-tsé e Chuang, como correlacionaríamos Voltaire com Confúcio e Mêncio, se estes filósofos tivessem tido o "espírito" do francês. (Citemos um exemplo: "Luxo, dissolução e escravidão sempre foram os castigos dos ambiciosos esforços que temos feito para emergir da doce ignorância em que a Eterna Sabedoria nos colocou." O prof. Elbert Thomas, que cita esta passagem, considera a expressão Eterna Sabedoria como excelente tradução para o "Eterno *Tao*" de Lao-tsé.)[202] "Li atentamente os livros de Confúcio", disse Voltaire; "fiz extratos; neles só encontrei a mais pura moralidade, sem o mais leve resquício de charlatanismo."[203] Em 1770, Goethe voltou à sua resolução de ler os filósofos clássicos da China; e quando os canhões da metade do mundo trovejaram em Leipzig, 43 anos mais tarde, o velho sábio não lhes deu nenhuma atenção — estava absorvido na literatura chinesa.[204]

Possa esta breve e superficial introdução levar o leitor à fonte original, aos filósofos chineses, para estudá-los como fizeram Goethe, Voltaire e Tolstoi.

CAPÍTULO XXIV

A Era dos Poetas

I. O BISMARCK DA CHINA

O Período dos Estados Contendores — O suicídio de Ch'u P'ing — Shih Huang-ti unifica a China — A Grande Muralha — A "Queima dos Livros" — Insucesso de Shih Huang-ti

PRESUMIVELMENTE, Confúcio morreu infeliz, porque os filósofos amam a unidade, e a nação que ele procurou enfeixar sob uma poderosa dinastia continuava no caos, na corrupção e divisão. Quando o grande unificador finalmente apareceu, conseguindo, graças ao seu gênio militar e administrativo, soldar os Estados da China num só todo, uma das medidas adotadas foi a queima de todos os exemplares dos livros de Confúcio.

Podemos sentir a atmosfera desse "Período dos Estados Contendores" na história de Ch'u P'ing. Este homem, depois de ocupar um alto cargo, foi demitido subitamente. Retirou-se então para o campo, onde contemplava a vida e a morte como quem contempla um moroso riacho. Diga-me, pergunta ele a um oráculo,

> se eu seguirei pela trilha da verdade e da lealdade ou entrarei na onda da corrupção. Trabalharei nos campos com a pá e a enxada ou farei carreira na comitiva dos grandes? Correrei perigos dizendo a verdade ou engordarei na mentira? Permanecerei contente no cultivo da virtude ou dar-me-ei à arte de cortejar mulheres para alcançar o triunfo? Serei puro e limpo de mãos ou um escorregadio e viscoso sicofanta?[1]

Mas Ch'u P'ing não esperou a resposta: suicidou-se por afogamento (350 a. C. mais ou menos), e até hoje o povo chinês celebra sua fama na festa anual do Dragão do Bote, durante a qual procuram seu corpo na água.

O homem que unificou a China teve o pior começo que os historiadores chineses poderiam imaginar. Era filho ilegítimo da rainha de Ch'in com o nobre ministro Lu, que costumava pendurar à porta um saco de 1.000 peças de ouro, como prêmio para quem pudesse melhorar suas composições poéticas numa só palavra que fosse (seu filho não herdou essa habilidade literária).[2] Szuma Ch'ien conta que Shih forçou o pai ao suicídio, perseguiu sua mãe e subiu ao trono ducal aos 12 anos de idade. Aos 25, começou a conquistar e anexar os pequenos Estados em que a China sempre estivera dividida. Ocupou e unificou (230 a 221 a. C.) Han, Chao, Wei, C'hu Yen e por fim Ch'i; e pela primeira vez viu-se a China sob um único governo. O conquistador tomou o nome de Shih Huang-ti, e devotou-se à tarefa de dar ao novo império uma constituição que pudesser ser mantida durante longo tempo.

"Homem de nariz proeminente, olhos grandes, peito de ave de rapina, voz de chacal e alma de tigre ou lobo" — este é o retrato que os historiadores chineses nos apre-

sentam do seu inimigo favorito.[3] Espírito obstinado, forte, que não reconhecia deus nenhum e, como Bismarck, jurara unificar a China a qualquer preço. Havendo forjado o trono da China e nele se instalando, um dos seus primeiros feitos foi resguardar o país da invasão dos bárbaros do norte por meio da completação da já iniciada Grande Muralha; e encontrou na multidão dos seus oponentes a adequada fonte de recrutas para a ereção desse heróico símbolo da paciência chinesa. A Grande Muralha, com 1.500 milhas de extensão, a espaços adornada de maciças portas em estilo assírio, representa a maior obra já construída pelo homem; "perto dela", declarou Voltaire, "as pirâmides do Egito nos parecem infantis e inúteis".[4] Dez anos levou a construção, na qual trabalharam continuamente inumeráveis homens: "essas muralhas foram a ruína de uma geração e a salvação de muitas", diz o chinês. Não impediram a invasão dos bárbaros, como vamos ver, mas retardaram-na e reduziram os ataques. Os hunos, barrados por algum tempo na entrada da China, lançaram-se contra a Europa; Roma caiu porque a China erguera uma muralha.

Entrementes, Shih Huang-ti, como Napoleão, com prazer voltou-se da guerra para a administração e criou os lineamentos do futuro Estado da China. Aceitando o conselho de seu ministro Li Ssu, "legalista", resolveu não mais basear a sociedade chinesa nos costumes e na autonomia local, como até ali, mas em leis rígidas e em um poderoso governo central. Para isso destruiu o poder dos barões feudais, substituiu-os por uma nobreza de funcionários de nomeação real, colocou em cada distrito uma força militar independente do governador civil, introduziu leis e regulamentos uniformes para toda a nação, simplificou as cerimônias oficiais, cunhou moeda nacional, subdividiu os Estados feudais, preparou a prosperidade com o estabelecimento da propriedade camponesa e aplainou o caminho da unidade por meio da construção de grandes estradas, partidas da sua capital Hienyang. Embelezou esta cidade com muitos palácios e persuadiu 120.000 famílias mais ricas e poderosas do império a viverem sob a sua real fiscalização. Viajando incógnito e desarmado, ia anotando os abusos e desordens, para depois proceder à inexorável correção. Também animou as ciências e desencorajou as letras.[5]

Isto porque os homens de letras — poetas, críticos, filósofos e, acima de tudo, os confucionistas — eram os seus inimigos figadais. Enfureciam-se ante aquela autoridade ditatorial, e viam no estabelecimento de um único e supremo governo o fim da variedade e liberdade de pensamento que permitia o florescimento das letras mesmo dentro das guerras e dissensões da dinastia Chou. Quando protestaram perante Huang-ti contra o abandono das antigas cerimônias, o rei mandou rispidamente que cuidassem de seus negócios.[6] Uma comissão de mandarins, ou sábios oficiais, levou-lhe uma sugestão unânime relativa à restauração do sistema feudal.[7] Em um discurso histórico o primeiro-ministro Li Ssu comenta a proposta:

> Os Cinco Soberanos não repetiram as ações uns dos outros, as Três Reais Dinastias não imitaram uma à outra; (...) porque os tempos mudam. Hoje, pela primeira vez, Vossa Majestade realizou uma obra de glória eterna. Os estúpidos mandarins são incapazes de compreender isto. Em seus discursos eles só falam dos tempos antigos para deprimir os atuais. (....) Eles estimulam o povo a forjar calúnias. Sendo assim, se a eles não nos opusermos, entre as altas classes a posição do soberano será depreciada, e entre as classes baixas as associações florescerão. (....) Sugiro, pois, que as histórias oficiais, com exceção das *Memórias de Ch'in*, sejam queima-

das, e que os que esconderam exemplares do *Shi-Ching*, do *Shu-Ching* e dos *Discursos das Cem Escolas* sejam forçados a entregá-los às autoridades, para a queima.[8]

O imperador apreciou bastante a idéia e assinou o decreto; os livros dos historiadores foram todos para as fogueiras, para que o presente se aliviasse do passado e a história da China começasse com Shih Huang-ti. Os livros científicos e os trabalhos de Mêncio parecem ter sido poupados, e muitos dos livros proibidos foram guardados na Biblioteca Imperial, onde poderiam ser consultados pelos que obtivessem licença.[9] Como os livros eram feitos de talas de bambu presas por um anilho, e um volume pesava bastante, os que procuravam salvá-los viram-se em sérios embaraços. Muitos "salvadores" foram presos e obrigados a trabalhar na Grande Muralha; 460 foram condenados à morte.[10] Não obstante, alguns *literati* decoraram todas as obras de Confúcio e as foram transmitindo oralmente. Depois da morte do imperador, essas obras voltaram à circulação, mas provavelmente com muitos erros não existentes nos exemplares queimados. O único resultado efetivo da queima foi impregnar de santidade a literatura proscrita e fazer Shih Huang-ti extremamente impopular entre os historiadores chineses. Durante gerações o povo exprimiu sua reprovação emporcalhando-lhe o túmulo.[11]

A destruição das poderosas famílias e da liberdade de expressão de pensamento deixou Shih quase sem amigos, nos anos de velhice. Houve conspirações contra sua vida, descobertas a tempo — e com as próprias mãos ele matou os culpados.[12] Costumava sentar-se no trono com a espada sobre os joelhos, e não deixava ninguém saber em que quarto ia dormir.[13] Como Alexandre, procurou fortalecer sua dinastia com a proclamação de sua divindade; mas o processo falhou — como também no caso do macedônio. Shih decretou que seus sucessores deviam numerar-se a partir dele, que era o "Primeiro Imperador", até ao 10.000º da estirpe; mas a estirpe chegou ao fim no número 2 — com seu filho. Na velhice Huang-ti, no dizer dos historiadores, caiu na superstição e muito fez para conseguir o elixir da vida eterna. Quando morreu, levaram-lhe o corpo secretamente para a capital; a fim de esconder o cheiro, fizeram-no seguir numa caravana de peixe estragado. Várias centenas de servas foram enterradas vivas para que o servissem no outro lado (dizem); e seu sucessor, satisfeito com a morte de Shih, deu grande magnificência ao túmulo. O teto era embrechado de constelações e no assoalho de bronze figurava o mapa do império, traçado com mercúrio. Foram construídas máquinas na tumba, para a automática destruição dos intrusos; e grandes círios se acenderam, para lembrar eternamente os feitos do morto e de suas rainhas. Os operários que conduziram o caixão foram enterrados vivos com a preciosa carga, para que não revelassem a passagem secreta que conduzia à tumba.[14]

II. EXPERIÊNCIAS DE SOCIALISMO

Caos e pobreza — A dinastia Han — As reformas de Wu ti — Taxa sobre a renda — A economia dirigida de Wang Mang — Sua queda — A invasão tártara

À morte de Huang-ti seguiu-se a desordem, como acontece em quase todos os casos de ditadura da História; somente um imortal pode enfeixar todo o poder em suas

mãos. O povo revoltou-se contra o filho de Huang-ti e matou-o, logo depois de haver ele matado Li Ssu; chegou assim a termo a dinastia Shih ao cabo de cinco anos depois da morte de seu fundador. Um hábil *condottiere,* Kao-tsu, apoderou-se do trono e fundou a dinastia Han, que, com algumas interrupções e uma mudança de capital, durou 400 anos. Wen Ti (179-57 a. C.) restaurou a liberdade de pensamento, revogou o edito pelo qual Huang-ti proibira a crítica do governo, prosseguiu numa política de paz e inaugurou o costume chinês de anular os generais contrários pelo suborno.[15]

O maior dos imperadores dessa dinastia foi Wu Ti. Num reinado de mais de meio século (140-87 a. C.) repeliu os bárbaros e estendeu o governo da China à Coréia, Manchúria, Anã, Indochina e Turquestão — fazendo a China adquirir a enorme área a que hoje associamos seu nome. Wu Ti fez uma experiência de socialismo, monopolizando para o Estado os recursos naturais da nação, a fim de evitar que os particulares "reservassem para si as riquezas das montanhas e do oceano, de modo a fazer fortuna e conservar na sujeição as classes pobres".[16] A produção do sal e do ferro e a manufatura e venda de bebidas fermentadas também se tornaram monopólios oficiais. Para quebrar a força dos homens da classe média e os especuladores — "os que compram a crédito e fazem empréstimos, os que compram em grosso, os que acumulam toda sorte de mercadorias", como se exprimiu Szuma, historiador contemporaneo. — Wu Ti estabeleceu um sistema nacional de transporte e câmbio, e procurou controlar o comércio de modo a impedir as súbitas alterações de preços. Todos os serviços de transporte do império eram realizados por empregados públicos. O Estado armazenava víveres de reserva; adquiria-os quando os preços começavam a cair e vendia-os tão logo subisse a sua cotação; desta maneira, diz Szuma, "os grandes negociantes eram impedidos de ganhar demais, (....) e os preços se mantinham em nível estável em todo o império".[17] Todas as rendas eram registradas e pagavam a taxa anual de 5%. A fim de facilitar a compra e consumo de artigos, o imperador aumentou o meio circulante com emissões de prata misturada com estanho. Grandes obras públicas tiveram início, para dar emprego aos milhões de homens que a indústria privada não podia sustentar; construíram-se pontes sobre os rios e inumeráveis canais de irrigação foram abertos.[18] ("A situação [....] era revolucionária", diz Granet. "Se o imperador Wu tivesse a mentalidade conveniente, podia ter-se aproveitado da situação e criado em novas bases o Estado chinês [....] Mas o imperador só via as necessidades mais urgentes. Recorria a expedientes momentâneos, que logo abandonava, e a novos homens, que também abandonava se os via crescer em prestígio. Essa mentalidade de déspota e a curta visão dos legisladores do momento impediram que a China se aproveitasse de uma excepcional ocasião para tornar-se um Estado compacto e organizado."[19])

Por algum tempo o novo sistema floresceu. O comércio avultou em extensão e variedade e ligou a China às mais distantes nações do Oriente Próximo.[20] A capital, Loyang, subiu de população e riqueza, e os cofres do governo se encheram. Igual progresso na cultura. A cerâmica nacional começou a preocupar-se com a beleza, e cresceu o interesse pelos estudos e pela poesia. O número de obras na Biblioteca Imperial alcançou a 3.123 de clássicos, 2.705 de filosofia, 1.318 de poesia, 2.568 de matemáticas, 868 de medicina, 790 sobre a arte de guerra.[21] Somente os aprovados nos exames oficiais eram elegíveis para os cargos públicos — e esses exames estavam abertos para todos. Nunca a China prosperou tanto.

Mas uma combinação de infortúnios naturais e de perversidade humana pôs fim à audaciosa experiência. Grandes inundações alternadas com terríveis secas fizeram que os preços se elevassem além das expectativas. Torturado pela carestia, o povo começou a clamar pela volta dos "bons tempos" de um passado ideal, exigindo que o inventor do novo sistema fosse assado vivo. Os negociantes alegavam que o controle oficial havia diminuído o índice da iniciativa e da competição, e objetavam contra o pagamento dos altos impostos que o governo criara para manter a experiência.[22] As mulheres introduziram-se na corte, adquiriram secreta influência sobre importantes funcionários e se tornaram um elemento de corrupção cada vez maior, depois da morte do imperador.[23] Sobrevieram falsificações da moeda tão aperfeiçoadas que ela teve de ser recolhida. A velha prática da exploração do fraco pelo forte assumiu forma nova, e por um século as reformas de Wu Ti ficaram esquecidas e foram vilipendiadas.

No começo da nossa era, 84 anos depois da morte de Wu Ti, outro reformador subiu ao trono da China, tendo começado como regente. Wang Mang era o tipo perfeito do nobre chinês (caso não haja verdade no rumor de envenenamento do imperador-menino pela sua família).[24] Embora abastado vivia com temperança, até com frugalidade, e distribuía suas rendas entre os amigos e necessitados. Absorvido na luta para reorganizar a vida econômica e política da nação, encontrou tempo não só para patrocinar a literatura e as ciências, como também para tornar-se ele mesmo um estudioso. Sua roda não era a dos políticos habituais, mas a de homens cultos, nas letras e na filosofia. Os sucessos e insucessos do seu reinado eram sempre atribuídos a estes homens.

Impressionado com o desenvolvimento da escravatura nas grandes propriedades agrícolas, Wang Mang aboliu a escravidão e a propriedade territorial, nacionalizando as terras. Dividiu-as em lotes iguais e entregou-as aos camponeses; e para evitar nova concentração de riqueza, proibiu a venda das terras.[25] Conservou o monopólio do ferro e do sal, acrescentando-lhe a propriedade pública das minas e o controle do comércio do vinho. A exemplo de Wu Ti, procurou proteger o agricultor e o consumidor contra a ganância do comércio por meio da fixação dos preços. O Estado comprava as sobras dos anos de boa colheita e vendia-as nos anos de penúria. O governo fazia empréstimos a juros baixos para todas as iniciativas de valor.[26]

Reduzindo tudo à economia, porém, Wang foi deixando de lado a natureza do homem. Trabalhava longas horas, dia e noite, na articulação de planos para tornar a China rica e feliz; e era com o coração partido que via a desordem social crescer. As calamidades naturais, como as cheias e as secas, continuaram a perturbar sua economia dirigida, e todos os prejudicados pelas suas reformas reuniram-se para derrubá-lo. Havia revoltas aqui e ali, aparentemente populares mas provavelmente financiadas pelos maiores interessados; e enquanto Wang, tonto de tanta ingratidão, procurava controlar os levantes, os povos submetidos foram se libertando do jugo chinês; também os bárbaros aproveitaram o ensejo para invadir as províncias do norte. A rica família Liu pôs-se à frente da generalizada rebelião, capturou a cidade de Ch'angan e por fim matou Wang Mang. Suas reformas foram todas anuladas, permanecendo tudo como era antes.

A linha de Han terminou numa série de imperadores fracos, depois dos quais sobreveio o caos das pequenas dinastias e dos Estados divididos. A despeito da Grande Muralha, os tártaros invadiram a China e conquistaram grandes áreas ao norte. E assim como os hunos quebraram a organização do Império Romano e ajudaram a mer-

gulhar a Europa na Idade Média para uma longa noite de 100 anos, assim também as invasões dos tártaros desorganizaram a vida da China e lhe interromperam a marcha da civilização. Mas podemos julgar do caráter e da cultura dos chineses pelo fato de que a perturbação não conseguiu produzir na China os mesmos resultados que produziu em Roma. Depois de um intervalo de guerra, de caos e de mistura racial com os invasores, a civilização chinesa retomou seu curso, em uma brilhante ressurreição. E o sangue tártaro serviu para revigorar o sangue de uma nação talvez já cansada. Os chineses aceitaram os conquistadores, fundiram-nos, civilizaram-nos — e retomaram a marcha para o zênite de sua história.

III. A GLÓRIA DE T'ANG

A nova dinastia — T'ai Tsung reduz a criminalidade — Era de prosperidade — O "Brilhante Imperador" — O romance de Yang Kwei-fei — A rebelião de An Lu-shan

A grande era da China pode ser atribuída em parte à nova mistura biológica, em parte ao estímulo espiritual derivado do advento do budismo e também em parte ao gênio de T'ai Tsung, um dos maiores imperadores da China (627-50 d.C.). T'ai subiu ao trono com 21 anos, em conseqüência da abdicação de seu pai Kao-tsu, que nove anos antes havia estabelecido uma nova dinastia. T'ai começou matando os irmãos que ameaçavam derrubá-lo, e depois exercitou suas habilidades bélicas repelindo os bárbaros invasores e reconquistando os territórios chineses por eles ocupados depois da queda dos Han. Mas de súbito cansou-se da guerra e voltou à capital Ch'ang-an, dedicando-se de corpo e alma aos trabalhos da paz. Leu e releu as obras de Confúcio e fê-las publicar em magnífico formato, dizendo: "Com o uso de um espelho, podeis endireitar o vosso chapéu; com o uso da antigüidade, podeis prever o surgimento e a queda dos impérios." T'ai dispensou o luxo da corte, e despediu as três mil mulheres escolhidas para entretê-lo Quando os ministros reclamaram leis severas para a repressão do crime, a resposta do rei foi: "Se eu diminuir as despesas, aliviar as taxas, nomear apenas funcionários honestos, o povo terá mais abundância e o crime diminuirá muito mais do que com a imposição de severas penas."[27]

Um dia visitou as prisões de Ch'ang-an e viu 290 homens condenados à morte. Mandou-os cultivar o campo, sob palavra de que findo o trabalho voltariam. Findo o prazo voltaram todos. Satisfeito com tal atitude, o imperador os libertou. Estabeleceu o seguinte: nenhum imperador podia ratificar uma sentença de morte antes de jejuar durante três dias. Tornou tão bela a sua capital que vinham vê-la turistas da Índia e da Europa. Monges budistas entraram na China em grande número, e os da China, como Yuan Chwang, viajavam livremente pela Índia para estudar em suas fontes a nova religião. Também apareceram em Ch'ang-an missionários zoroastrianos e cristãos; como Akbar, o imperador chinês dava-lhes a máxima liberdade e proteção, isentava-lhes de taxas os templos — isso em um tempo em que a Europa apodrecia na miséria e nas trevas teológicas. Quanto a ele próprio, T'ai Tsung, livre de dogmas e preconceitos, permaneceu um simples adepto de Confúcio. "Quando T'ai morreu", diz um historiador, "a dor do povo não teve limites; os próprios enviados estrangeiros cortaram-se com lancetas e espalharam seu sangue sobre o imperial esquife."[28]

T'ai abriu à China uma grande era criadora. Enriquecida graças a 50 anos de paz e bom governo, a China começou a exportar seus excedentes de arroz, trigo, sedas e especiarias, dando-se também a um luxo sem paralelo. Encheram-se os lagos de embarcações de festa, entalhadas ou pintadas; os rios e canais formigavam de comércio, e dos portos zarpavam navios para as mais distantes regiões. Jamais a China conhecera tanta riqueza; jamais se beneficiara de melhores colheitas, casas mais cômodas e vestuário mais requintado.[29] Enquanto na Europa a seda era vendida a peso de ouro, na China constituía o tecido usual de metade da população, e os capotes de peles tinham a freqüência dos de hoje em Nova York.[30] Havia perto da capital uma fábrica de sedas com 100.000 operários.[31] "Que hospitalidade!" exclamou Li Po, "que esbanjamento de dinheiro! Taças de jade vermelho e requintes de alimentação em mesas cravejadas de gemas!"[32] Estátuas esculpidas em rubis, e pretensiosos cadáveres enterrados em leitos de pérolas.[33] A grande raça apaixonara-se subitamente pela beleza, e honrava de todos os modos aos que a criavam. "Naquele tempo", diz um crítico chinês, "quem era homem era poeta."[34] "Os imperadores nomeavam poetas e pintores para altos cargos", disse Sir John Manville (pseudônimo do médico francês que no século XIV publicou um volume de viagens, na maioria imaginárias, mas às vezes de muito valor histórico) "e ninguém ousava dirigir-se aos soberanos salvo se fosse menestrel que cantasse ou contasse gestas."[35] No século XVIII de nossa era os imperadores manchus mandaram organizar uma antologia dos poetas da era dos T'ang, e o resultado foi uma obra em 30 volumes, contendo 48.900 poemas de 2.300 poetas que sobreviveram à crítica do tempo. A Biblioteca Imperial elevou seu acervo para 54.000 obras. "Nesse tempo", diz Murdoch, "a China estava, sem a menor dúvida, à testa da civilização mundial. Era o mais poderoso, o mais esclarecido, o mais progressista e o mais bem governado império do mundo."[36] "Foi a era mais polida que o mundo já viu." (Arthur Waley,[37] de acordo com a *Encic. Brit.* [14ª ed., XVIII, 361]: "Na dinastia T'ang a China foi sem dúvida a maior e a mais civilizada potência do mundo.")

À frente e acima estava Ming Huang, isto é, "O Brilhante Imperador" — que reinou 40 anos (713-56 d.C.). Era um homem cheio de humanas contradições: compunha versos e fazia guerra em terras distantes, cobrava tributos da Turquia, da Pérsia, de Samarcande; aboliu a pena de morte e reformou as prisões e os tribunais; arrecadava impostos sem piedade; tolerava alegremente os poetas, artistas e sábios, e estabeleceu uma escola de música no "Jardim da Pereira". Iniciou o reinado com puritanismo, fechando as fábricas de seda e proibindo às damas da corte o uso de jóias e bordados; mas terminou-o epicuristicamente, gozando todas as artes e requintes do luxo, e por fim sacrificando o trono aos sorrisos de Yang Kwei-fei.

Quando encontrou essa mulher, tinha ele 60 anos e ela 27; por um decênio havia ela sido concubina do seu 18º filho. Era uma mulher corpulenta, de cabelos postiços; o Imperador amou-a por vê-la tão obstinada, dominadora e insolente. Yang Kwei-fei aceitou a corte do soberano, apresentou-o a seus parentes e permitiu-lhe que distribuísse sinecuras a todos eles. Ming apelidava-a "A Grande Pura" e com ela aprendeu a arte da dissipação. O Filho do Céu passou a despreocupar-se dos negócios públicos; deu todos os poderes do governo ao irmão de Pura, o corrupto e incapaz Yang Kuo-chung; e enquanto tudo desabava a sua volta, ele só cuidava de divertir-se.

An Lu-shan, cortesão tártaro que também amava Yang Kwei-fei, conquistou a confiança do soberano e foi promovido a governador do norte; também teve o comando dos melhores exércitos do reino. Subitamente, An Lu-shan proclamou-se imperador e

lançou suas forças contra Ch'ang-an. Não houve resistência possível e Ming retirou-se. Os soldados da sua escolta rebelaram-se, mataram Yang Kuo-chung e todos os parentes de Yang Kwei-fei — e também a esta, diante dos olhos do imperador. Ming, velho e alquebrado, abdicou. As hordas bárbaras de An Lu-shan saquearam a cidade de Ch'ang-an, matando a população indiscriminadamente. ("Quando os tártaros derrubaram Ming Huang e saquearam Ch'ang-an", diz Arthur Waley, "foi como se os turcos tivessem devastado Versalhes no tempo de Luís XIV."[38]) Diz a História que 36 milhões de pessoas perderam a vida nessa revolução.[39] E por fim a revolta falhou; An Lu-shan foi morto por um de seus filhos, o qual foi morto por um general, o qual foi também morto por um filho. Lá pelo ano 762 e.C. a agitação já estava gasta, e Ming Huang voltou, de coração partido, à sua arruinada capital. Poucos meses depois morria.

IV. O ANJO BANIDO

Uma anetoda de Li Po — Sua mocidade, proezas e amores — Na barca imperial — O evangelho da uva — Guerra — As peregrinações de Li Po — Na prisão — "Poesia imortal"

Um dia, no zênite de seu reinado, Ming Huang recebeu embaixadores da Coréia com importantes mensagens num dialeto que nenhum dos seus ministros entendeu. "Quê!", exclamou o imperador. "Entre tantos magistrados, sábios e guerreiros não há um que nos livre do vexame deste embaraço? Se em três dias não me decifrardes esta mensagem, suspenderei o pagamento a todos."

Receosos pelos seus cargos e suas cabeças, os ministros consultaram-se entre si. Por fim Ho Chi-chang aproximou-se do trono e disse: "Animamo-nos a anunciar a V. Majestade que existe um poeta de grande valor chamado Li, profundamente sabedor de várias ciências; ordene-lhe V. Majestade que leia esta carta, pois nada há de que não seja capaz." O imperador mandou que Li viesse imediatamente ter com ele. Mas Li recusou-se, declarando não ser digno de submeter-se àquela prova, visto como sua tentativa de mudar de situação fora barrada pelos mandarins nos exames que prestou. O soberano acalmou-o com a oferta do título e das roupas de doutor de primeira classe. Li veio, encontrou seus examinadores entre os ministros, forçou-os a lhe tirarem as botas e depois traduziu o documento, o qual anunciava que a Coréia ia entrar em luta visando à reconquista da liberdade. Lida a mensagem, Li ditou uma aterradora resposta que, sem hesitar, o monarca assinou, quase admitindo que Li era o que Ho lhe sugerira — um anjo banido do céu por alguma impiedade diabólica.[40] Os coreanos apresentaram desculpas e enviaram tributos, dos quais o imperador deu uma parte a Li — e Li passou ao taverneiro, porque era grande adorador do vinho.

Na noite do nascimento do poeta, sua mãe — da família dos Li — havia sonhado com Tai-po Hsing, a Grande Estrela Branca, que no Ocidente chamamos Vênus. Daí receber a criança o nome de Li, "rechonchudo", e o sobrenome de Taipo, "Estrela Branca". Aos 10 anos Li assenhoreou-se de todos os livros de Confúcio e já compunha poesia imortal. Aos 12 anos foi viver vida de filósofo nas montanhas, onde ficou por muito tempo. Cresceu em saúde e força, praticou o jogo da espada e por fim anunciou-se ao mundo: "Embora de menos de sete pés de altura (pés chineses), sou bastante forte para enfrentar 10.000 homens."[41] (*Dez mil* na China quer dizer mui-

tos.) Depois começou a peregrinar pela terra, bebendo em vários lábios a sabedoria do amor. Cantou um hino à "Virgem de Wu":

Vinho de uva,
Copos de ouro —
E uma linda donzela de Wu,
Num pônei montada lá vem. Quinze anos!
Sobrancelhas pintadas de azul;
Sapatos róseos de seda;
Fala inarticulada —
Mas canta fascinadoramente bem.
Festejando junto à mesa
De embrechados de tartaruga,
Ela se embriaga no meu colo.
Ah, criança, que carícias
Atrás das cortinas bordadas de lírios![42]

Casou-se, mas ganhava tão pouco que a mulher o deixou e levou o filhinho. Seria para ela que ele escreveu estas saudosas linhas:

Quando estavas aqui, minha bela, eu enchia a casa de flores.
Agora que te foste só me resta um leito vazio.
A colcha bordada dobrada está; não me vem o sono.
Três anos já que te foste. Ainda me persegue o perfume que de ti emanava.
Tonteia-me sempre esse perfume; mas onde está, amada?
Suspiro — as folhas amarelecidas caem dos ramos:
Choro — o orvalho cintila no verde musgo.[43]

Consolou-se o poeta com o vinho, tornando-se um dos "Seis Preguiçosos da Moita de Bambu", que levavam a vida pouco a sério e deixavam que seus cantos e poemas lhes ganhassem um pão incerto. Ouvindo falar da existência do vinho de Niauchung, Li para lá se encaminhou — viagem de 300 milhas.[44] Em sua peregrinação encontrou Tu Fu, seu rival na poesia; trocaram versos e, de mãos dadas, como irmãos, seguiram juntos, e dormiram sob a mesma coberta até que a fama os separou. Toda a gente os adorava, porque eram inofensivos como santos, e falavam da mesma maneira aos pobres e aos reis. Por fim chegaram a Ch'ang-an; Ho, o amável ministro, gostou tanto da poesia de Li que vendeu jóias de ouro para dar-lhe bebida. Tu Fu descreve-o:

Quanto a Li Po, dai-lhe o copo cheio
  E ele escreverá cem poemas.
Li cabeceia numa taverna
  Numa rua da cidade de Ch'ang-an;
E embora o Soberano o chame
  Ele não sobe à barca imperial.
"Perdoe-me, Majestade", diz ele,
  Eu sou um deus do vinho."

Alegres dias foram aqueles em que o imperador o protegeu e o cumulou de presenes em troca de poéticos louvores a Pura, Yang Kwei-fei. Certa vez Ming promoveu

no Pavilhão do Aloes a real festa das Peônias e mandou buscar Li Po para compor versos em honra de sua real amante. Li veio, mas muito ébrio para poetar; homens da corte lançaram-lhe água ao rosto, e imediatamente o poeta rompeu em cantos comemorativos da rivalidade entre as peônias e a Senhora Yang:

> A glória de arrastar nuvens em suas vestes,
> E a radiância de uma flor em suas faces.
> Ó celestial aparição, que surges
> No alto da Montanha das Muitas Jóias,
> Ou, quando a lua se ergue, no feérico Palácio de Cristal!
> Entretanto eu a vi num jardim da terra —
> O vento primaveril suavemente aflava na balaustrada
> E rebrilhavam gotas de orvalho. (...)
> Vencidos estão os infinitos anseios do amor,
> Nascido no coração dos ventos da primavera.[45]

Quem não se agradaria de ser objeto de tal canto? Mas a Senhora Yang persuadiu-se de que o poeta a havia sutilmente satirizado, e a partir desse instante fez nascer a suspeita no coração do rei. Presenteando o poeta com uma bolsa, o rei despediu-o. Novamente ganhou Li a estrada e consolou-se com o vinho. Juntou-se aos "Oito Imortais do Copo de Vinho" cujas bebedeiras eram o assunto de Ch'ang-an. Aceitou o parecer de Liu Ling, que sempre desejou ser seguido de dois servos, um com vinho, outro com uma pá para enterrá-lo quando caísse; porque, dizia Liu, "as coisas deste mundo nada mais são do que plantas aquáticas do rio".[46] Os poetas da China estavam resolvidos a expiar o puritanismo da filosofia chinesa. "Para lavar nossas almas de suas velhas dores", disse Li Po, "esvaziamos 100 cântaros de vinho."[47] E, tal qual Omar, entoa o evangelho do vinho:

> O rio corre para o mar e não retorna.
> Não vês do alto da torre distante
> Uma cabeça branca, dorida, diante do espelho?
> De manhã seus cabelos eram de seda negra
> À tarde são brancos como a neve.
> Deixa-nos, enquanto podemos, gozar os velhos deleites
> Não permitindo que a dourada pipa
> Solitária permaneça ao luar. (...)
> Só desejo o longo êxtase do vinho
> E dele não ser acordado. (...)
>
> Eu e tu, bebamos hoje!
> Por que dizer que não podemos comprá-lo?
> Meu cavalo malhado de flores
> E meu casaco de pele mil peças de ouro vale.
>
> Tirá-lo-ei do corpo e chamarei o rapaz.
> Para barganhá-lo com o doce vinho,
> E contigo esquecerei as mágoas
> De dez mil séculos![48]

Que mágoas eram essas? A agonia de um amor desprezado? Não cremos, porque, embora os chineses tomem o amor mais a sério do que nós, seus poetas habitualmente não o cantam. Foram a guerra e o exílio, An Lu-Shan e a tomada da capital, a fuga do imperador e a morte de Yang, o retorno de Ming Huang aos seus desolados salões que deram a Li esse sabor da tragédia humana. "A guerra não tem fim", lamenta ele; e seu coração vai para as mulheres que sacrificaram seus maridos a Marte.

É dezembro. Lo, a pensativa donzela de Yu-chow!
Não mais canta, não mais sorri,
Suas sobrancelhas estão arrepiadas.
Queda-se à porta e os caminhantes que passam
Relembram-lhe o que sacou da espada e foi salvar a fronteira,
O que duramente sofreu os frios além da Grande Muralha,
O que caiu na batalha e nunca mais voltará.

Na caixa de ouro listada
Jaz um par de flechas de penas brancas
Entre teias de aranha e o pó dos anos.
Ó vazios sonhos de amor, de tão triste recordação!
Ela os toma e os reduz a cinzas.
Com um dique pode deter-se a cheia do Rio Amarelo,
Mas quem pode atenuar a dor do seu coração quando a neve cai e o vento norte sopra?[49]

Vemo-lo agora vagando de cidade em cidade, de Estado em Estado, como Tsui Tsung-chi o descreve: "De sacola ao ombro, cheia de livros, caminhais mil milhas como peregrino. Sob a vossa manga há uma adaga, e no bolso uma coleção de poemas."[50] Nessas longas marchas a sua velha amizade pela natureza dava-lhe alívio e inominável paz; e através de seus versos vemos a terra florida e sentimos que a civilização urbana já pesava na alma chinesa:

Por que vivo eu entre as verdes montanhas?
Rio-me e não respondo, minha alma está serena
Vive minha alma em outro céu e em terra que não pertence a nenhum homem.
Os pessegueiros estão em flor e as águas dos rios correm.[51]

Ou, de novo:

Vi do meu leito o luar
E quis saber se não havia geada no solo.
Ergui a cabeça e olhei para a montanha da lua;
Curvei minha cabeça e pensei no meu lar distante.[52]

Depois, quando o cabelo de Li branqueou, seu coraçao encheu-se de saudades das cenas da juventude. Quantas vezes, na vida artificial da cidade, não entressonhou ele a simplicidade natural!

Nas terras de Wu as folhas da amora são verdes,
E três vezes o bicho-da-seda dorme o seu sono.

A leste de Luh, onde pára minha família,
Eu quisera saber quem está semeando nossos campos.
Não posso voltar a tempo de ver a primavera
E nada posso evitar, viajando sobre o rio.

O vento sul faz flutuar meu espírito nostálgico
E leva-o para a nossa taverna familiar.
Lá vejo o pessegueiro ao lado da casa,
De folhas e ramos estampados na névoa azul.
Foi árvore que plantei antes de partir, há três anos.
Alcançou a altura do teto da taverna
Enquanto eu peregrinava.

Ping-yang, minha linda filha, vejo-te de pé.
Junto ao pessegueiro, a colher um ramo florido.
Colhes flores, mas não estou aí —
Tuas lágrimas correm qual uma fonte!
Meu filhinho Po-chin, já da altura dos ombros da irmã,
Veio com ela para baixo da árvore.
Mas quem está aí para te bater nas costas?

Quando nestas coisas penso, meus sentidos esmorecem
E aguda dor me corta o coração.
Rasgo um pedaço de seda branca para escrever esta carta
E mando-a com o meu amor pelo longo caminho do rio.[53]

Seus últimos anos foram amargos, porque Li jamais se curvou para conseguir dinheiro, e no caos da guerra e da revolução não encontrou rei que o livrasse da miséria. Alegremente aceitara a oferta de Li-ling, príncipe de Yung, para juntar-se ao seu estado-maior; mas Li-ling revoltou-se contra o sucessor de Ming Huang, e quando a revolta foi vencida Li Po viu-se no cárcere, condenado à morte como traidor. Mas Kuo Tsi-i, general vitorioso, pediu o resgate da vida de Li Po. O imperador comutou a pena de morte, em banimento perpétuo. Não tardou a vir a anistia geral, e o poeta, com passos vacilantes, voltou para casa. Três anos depois morria; a lenda, inimiga de fins normais para as grandes almas, diz que ele se afogou em um rio ao tentar, na bebedeira, abraçar o reflexo da lua na água.

A reputação de maior poeta da China lhe é garantida pelos 30 volumes de delicados versos que deixou. "É ele o alto pico de Tai", diz um crítico chinês, "o cavaleiro de mil montanhas e cumes; é o sol em cuja presença um milhão de estrelas perdem o brilho."[54] Ming Huang e a Senhora Yang já desapareceram, mas Li Po ainda canta.

Minha nave é de madeira cheirosa e tem um leme de *mulan* (madeira preciosa);
Sentam-se nela músicos com flautas de bambu e gaitas de ouro.
Quanto prazer, diante de uma malga de doce vinho,
Com donzelas cantoras diante de mim
Derivar sobre as águas ao sabor das ondas!
Sou mais feliz que a fada do ar
Que cavalga o grou amarelo,

E livre sou como o tritão que as gaivotas segue.
E com a minha inspirada pena sacudo as Cinco Montanhas.
Meu poema está concluso. Rio-me, e meu deleite é maior
Que o mar, ó imortal poesia! Os cantos de Ch'u Ping são ainda mais gloriosos que
o sol e a lua,
Ao passo que os palácios e torre dos reis Chou desaparecem das montanhas.[55]

V. QUALIDADES DA POESIA CHINESA

Verso livre — "Imagismo" — "Cada pintura um poema, e cada poema uma pintura" — Sentimentalidade — Perfeição da forma

É impossível julgar a poesia chinesa com base apenas em Li Po; para senti-la (coisa melhor que julgá-la) temos de recorrer a muitos outros poetas. Certas qualidades dessa poesia perdem-se na tradução; não vemos os pitorescos caracteres gráficos, cada um deles um monossílabo, e todavia expressando uma idéia complexa; não vemos as linhas correndo de alto a baixo e da direita para a esquerda; não apreendemos o metro e a rima, sempre aferrados à rigidez dos antecedentes; não ouvimos os tons — graves e agudos — que dão vida aos versos chineses; por fim, metade da arte oriental perde-se quando é lida pelo que chamamos um "estrangeiro". No original, o poema chinês constitui algo polido e precioso como um vaso; para nós não passa de um decepcionante "verso livre" ou "imagista", apanhado pela metade e francamente traduzido por uma mentalidade estranha.

A brevidade é a primeira característica observada nos versos chineses. Consideramos os poemas muito curtos, sem nada do majestoso e maçante de Milton e Homero. Mas os chineses acham que a poesia tem de ser breve; que um poema longo é uma contradição de termos, desde que a poesia não passa de um momento de êxtase e morre quando arrastada por um quilômetro de épica. Sua missão é ver e pintar de um jato um quadro, e produzir uma filosofia em 12 linhas; seu ideal é uma infinita significação num pequeno ritmo. Desde que as abstrações se multiplicaram com a civilização, a língua chinesa, em sua forma escrita, tornou-se um código secreto de sutis sugestões; e, de igual maneira e talvez por igual razão, a poesia chinesa combina sugestão com concentração, e procura revelar através da pintura algo profundo e invisível. Não discute, sugere; omite mais do que diz, e somente um oriental pode compreendê-la. "Os homens de antes", diz o chinês, "admitem como a maior excelência da poesia que a significação vá além das palavras, e o leitor a extraia por si mesmo."[56] Como as maneiras e a arte da China, a poesia chinesa é matéria de infinita graça oculta em plácida simplicidade. Despreza metáforas, comparações e alusões, para mostrar a coisa em si, com a sugestão do que ela implica. Foge da paixão e do exagero, e apela para a maturidade de espírito através do recurso de não completar o pensamento; raramente se mostra romântica na forma; sua natural forma de expressão está na calma clássica.

Os homens não passam a vida separados, como as estrelas que se movem e
nunca se encontram.
Estes olhos — que bênção que a mesma lâmpada dê luz a ambos!
Curta é a mocidade.
Nossos tempos já falam da vida evanescente.

Mesmo agora, metade do que conhecemos são espíritos.
Mudei-me para as profundidades de minha alma.

Podemos às vezes cansar-nos da sentimentalidade destes poemas, do inútil lamentar que o tempo não pare e a mocidade não dure sempre. Percebemos que a civilização da China já estava velha e cansada nos dias de Ming Huang, e que seus poetas, como os artistas do Oriente, em geral gostavam de repetir velhos temas e de gastar sua arte em obras de lavor perfeito. Mas nada há fora da China que-lhe iguale a poesia em delicadeza de expressão, ternura e moderação de sentimentos, simplicidade e brevidade de forma a enroupar o melhor pensamento. Informam-nos que a poesia escrita no reinado dos imperadores T'ang representa grande papel na educação da mocidade chinesa, e que é difícil encontrar um chinês inteligente que não conheça tal poesia de cor. Se é assim, então Li Po e Tu Fu constituem parte da resposta à questão de em cada chinês educado existir um artista e um filósofo.

VI. TU FU

T'ao Ch'ien — Po Chu-i — Poemas da malária — Tu Fu e Li Po — Visão de guerra — Prosperidade e Miséria — Morte

Li Po é o Keats da China, embora existam outros cantores tão queridos quanto ele. Há o singelo e estóico T'ao Ch'ien, que deixou uma posição no governo porque, como disse, era "incapaz de curvar a espinha em troca de um punhado de arroz por dia", isto é, era incapaz de *kow-tow* por amor ao salário. (Do chinês *K'o T'ou* — bater com a cabeça no chão, em curvatura de homenagem.)

A exemplo de muitos outros homens públicos desgostosos do comercialismo da vida oficial, ele foi viver na floresta, procurando "comprimento de vida e profundidade de vinho", e encontrando nas correntes e montanhas da China o mesmo alívio e deleite que seus pintores iriam mais tarde pintar em seda.

Como crisântemos na fímbria oeste,
Depois demoro o olhar nos morros distantes.
Fresco é o ar da montanha, ao romper do dia;
Dois a dois retornam os pássaros, voando.
Em tudo há uma profunda significação;
Mas quando procuramos expressá-la, as palavras nos fogem. (...)
Que loucura gastar a vida como folha

Tombada na poeira das ruas!
Por treze anos, entretanto, foi assim que vivi.
Por longo tempo vivi em gaiola:
Agora, porém, voltei, porque o homem deve voltar
Para cumprir a sua natureza.[57]

Po Chu-i tomou outro caminho; escolheu um cargo público e viveu na capital; foi subindo de posto até chegar a governador da cidade de Hangchow e chefe da Repartição de Guerra. Viveu até a idade de 72 anos, escreveu quatro mil poemas e gozou a

Natureza em seus intervalos de exílio.[58] Conhecia o segredo de misturar solitude e multidão, repouso e atividade. Não fez muitos amigos, sendo, como dizia, de pouca habilidade em "caligrafia, pintura, xadrez e jogos, coisas que tendem a reunir agradavelmente os homens".[59] Gostava de falar com gente simples, e dizem que lia seus poemas a uma velha camponesa, simplificando tudo que ela não entendia. Daí tornar-se o mais amado dos poetas chineses; seus versos apareciam por toda parte, nas paredes das escolas e templos, e nas cabinas dos navios. "Não deveis pensar que eu seja uma cantadeira comum", disse uma jovem ao capitão do navio diante do qual cantava e dançava, "porque eu sei recitar o 'Eternamente Errado' de Mestre Po."[60] (Um dos muitos poemas sobre os amores entre Ming Huang e Yang Kwei-fei fala da morte desta na revolução e da infelicidade de Ming na restauração. É muito longo para ser aqui apresentado.)

Deixamos para o fim o profundo e amável Tu Fu. "Os escritores ingleses que tratam da literatura chinesa", diz Arthur Waley, "costumam anunciar Li T'ai-po como o maior poeta amarelo; mas os chineses concedem esse lugar a Tu Fu."[61] A primeira referência que temos dele é em Ch'ang-an, para onde viera a fim de submeter-se a exame no qual não desanimou apesar de sua falha ser exatamente na poesia; anunciou ao público que seu poema era um bom remédio para a malária, e parece ter tentado curar a si próprio.[62] Ming Huang leu alguns dos seus versos, submeteu-o a um exame pessoal e nomeou-o secretário do general Tsoa. Estimulado, e por um momento esquecido da mulher e da prole, deixadas numa aldeia distante, Tu Fu instalou-se na capital, trocou poemas com Li Po e estudou as tavernas, pagando o vinho com versos. De Li escreveu:

> Eu amo ao meu Senhor como o irmão mais novo ama ao mais velho,
> No outono, alegrados pelo vinho, dormimos sob a mesma coberta;
> Mãos dadas, diariamente passeamos juntos.[63]

Foi nessa época que aconteceu o amor de Ming por Yang Kwei-fei. Tu Fu celebrou-o, como o haviam feito outros poetas; mas quando irrompeu a revolução e a China avermelhou-se de sangue, ele voltou a musa para temas de maior tristeza e pintou o lado humano da guerra.

> A noite passada a ordem do governo veio
> Para o alistamento dos rapazes de dezoito anos.
> Devem ajudar na defesa da capital. (...)
> *Ó Mãe! Ó Crianças, não choreis assim!*
> O derrame de tantas lágrimas vos prejudicará.
> Quando as lágrimas cessam, os ossos aparecem
> E o céu e a terra não mostram compaixão.
> Sabeis que em Xantum há duzentos distritos transformados em desertos,
> E milhares de aldeias, terras e propriedades cobertas de espinheiros?
> Os homens foram mortos como cães e as mulheres levadas como aves. (...)
>
> Se eu soubesse que mau é o destino dos rapazes,
> Teria querido meus filhos todos meninas. (...)
> Nascem os rapazes para ser enterrados na relva.
> Os ossos dos mortos na guerra antiga ainda os vê nas costas do Mar Azul quem passa.

São vivamente brancos e jazem expostos na areia;
Fantasmas de moços e velhos lá se reúnem para chorar.
Quando as chuvas caem, e o vento do outono enregela,
Suas vozes soam tão altas que mostram como a mágoa pode matar. (...)
Pássaros amam-se em seus sonhos, enquanto eles
Derivam com a maré e os vaga-lumes lucilam.
Que necessidade tem o homem de matar para viver?
Em vão, suspirando, eu me pergunto isto, dentro da noite que passa.[64]

Por dois anos, durante o período revolucionário, Tu Fu errou pela China, repartindo a sua pobreza com a mulher e os filhos — tão pobres que esmolavam pão e tão humildes que se ajoelhavam para abençoar o homem que por algum tempo os recolheu e sustentou.[65] Foi salvo pela bondade do general Yen Wu, que o tomou para secretário, acomodou-se às suas extravagâncias e deu-lhe uma vivenda à beira do rio — e nada dele reclamou senão que se dedicasse à poesia. Foi feliz nessa época, e amorosamente cantou a natureza.

De que vale uma frase ou verso fino?
Diante de mim só há montanhas, espessas florestas, negrores.
Penso em vender todos os meus objetos de arte e livros
E só beber na fonte pura a bebida que a natureza dá.
Quando a paisagem é bela.
Devagar eu caminho. Amo deixar que a beleza me ressoe na alma.

Gosto de passar a mão pela pena das aves,
Enfio fundo os dedos para alcançar a penugem interna.
Também gosto de contar os estames
E de pesar o ouro do pólen.
Que prazer sentar-me na relva!
De vinho não preciso aqui porque as flores me embriagam. (...)
Até o fundo de meus ossos amo as velhas árvores e as águas azul-jade do mar.[66]

O bom general perturbou-lhe essa quietude elevando-o ao alto cargo de Censor em Ch'ang-an; mas de súbito morreu, e novamente ficou o poeta sem outra coisa na vida além do seu gênio. Os filhos, famintos, mofavam da inabilidade do pai. Tu Fu teve triste e solitária velhice, "coisa dolorosa de ver-se"; o teto de sua cabana foi arrancado pelo vento, os garotos roubaram-lhe a palha do leito, sem que ele, muito fraco já, pudesse opor-se.[67] E, pior que tudo, ele perdeu o gosto pelo vinho, não mais podendo solver os problemas da vida à maneira de Li Po. Voltou-se por fim para a religião e encontrou alívio em Buda. Prematuramente senil aos 59 anos, fez uma peregrinação à sagrada montanha de Huen, onde foi reconhecido por um magistrado que lhe conhecia os versos. Levando-o para sua casa, o magistrado ofereceu-lhe um banquete. Havia tanto tempo o poeta não gozava os prazeres da boa mesa, que comeu como um faminto. E quando, a pedido do dono da casa, se dispôs a cantar, caiu por terra sem forças. No dia seguinte falecia.[68]

VII. PROSA

Abundância da literatura chinesa — Romances — História — Szuma Ch'ien — Ensaios — Han Yu e o osso de Buda

Os poetas da era T'ang são parte da poesia chinesa, a qual é pequena parte da literatura da China. É-nos difícil apreender a idade e a abundância desta literatura ou a sua larga disseminação entre o povo. A ausência de proteção aos direitos autorais e outros fatores faziam a impressão baratear muito; não era raro, antes do advento das idéias ocidentais, verem-se coleções de 20 volumes novos ao preço de um dólar, enciclopédias em 20 volumes por quatro dólares, e a coleção de todos os clássicos chineses por dois.[69] Também nos parece difícil apreciar essa literatura, porque os chineses dão muito mais valor à forma que ao fundo, e a forma é sacrificada nas traduções. Perdoavelmente os chineses consideram a sua literatura superior a todas as outras, salvo a grega — e talvez seja esta exceção uma simples cortesia oriental.

A ficção, gênero tão grandemente prezado no Ocidente, não é considerada literatura entre os chineses. Não existiu na China antes da invasão mongol;[70] e mesmo hoje as melhores novelas chinesas são tidas apenas como divertimento popular, indignas de menção em uma história das letras. A gente simples das cidades não faz esta distinção e volta-se sem preconceitos dos cantos de Po Chu-i e Li Po para os intermináveis romances anônimos que, como o teatro, empregam a língua popular e nela dramatizam o passado histórico. Porque praticamente todos os romances chineses tomam a forma histórica; poucos visam ao realismo, e menos ainda à análise psicológica e social, como essas culminâncias da literatura européia chamadas *Irmãos Karamazov, Montanha Mágica, Guerra e Paz* e *Os Miseráveis*. Uma das mais antigas novelas chinesas é o *Shui Hu Chuan*, ou "História da Margem das Águas", composto por um grupo de autores do século XIV; um dos mais compridos é o *Hung Lou Men* (1650), ou "Sonho do Quarto Vermelho", em 24 volumes; um dos melhores é o *Liao Chai Chih I* (1600), ou "Histórias Estranhas", muito louvado pela beleza do estilo; e o mais famoso é o *San Kuo Chih Yen I*, ou "Romance dos Três Reinos", de Lo Kuan Chung (1260-1341) — 1.200 páginas de embelezamento das guerras e intrigas subseqüentes à queda dos Han. Estas histórias correspondem às novelas picarescas do século XVIII europeu; freqüentemente combinam a descrição de tipos à moda do *Tom Jones* com a vívida narrativa de *Gil Blas*. Recomendam-se principalmente aos velhos aposentados.

A mais respeitável forma de literatura chinesa é a história; é também a mais popular. Nenhuma outra nação apresenta tantos historiadores, nem tanta história escrita. Mesmo as mais antigas cortes tinham seus escribas oficiais, que faziam a crônica das realizações do soberano e dos portentos da época; e esse ofício de historiador da corte, mantido até os nossos tempos, ergueu na China uma tremenda massa de literatura histórica, incomparável em extensão e tediosidade. As 24 "Dinastias Históricas" publicadas em 1747 deram 219 grandes volumes.[71] Do *Shu-Ching*, ou "Livro de História", manipulado por Confúcio, e do *Tso-chuan*, um comentário escrito um século depois do livro do mestre, aos *Anais dos Livros de Bambu*, encontrados no túmulo de um rei de Wei, a historiografia chinesa caminhou com rapidez, até produzir, no século II a.C., uma obra-prima — *A Relação Histórica*, composta por Szuma Ch'ien.

Sucedendo seu pai como astrólogo da corte, Szuma primeiramente reformou o calendário; em seguida devotou-se à tarefa, iniciada pelo pai, de narrar a história da China desde a primeira dinastia até seu tempo. Szuma não tinha pendor pela beleza do estilo; só visava a fazer um trabalho completo. Dividiu a obra em cinco partes: 1. Anais dos Imperadores; 2. Tábuas Cronológicas; 3. Oito capítulos sobre ritos, música, calendário, astrologia, sacrifícios, irrigação, economia política; 4. Anais dos Nobres Feudais; 5. Biografias dos Grandes Homens. O todo alcançava um período de perto de três mil anos, e tomou a forma de 526.000 caracteres chineses pacientemente riscados com o estilo em lâminas de bambu.[72] E Szuma Ch'ien, havendo dado sua vida à obra, enviou-a ao imperador com estas palavras:

> A força física de vosso servo está esgotada; seu olhos enfraqueceram; poucos dentes lhe restam. Sua memória está tão má que os acontecimentos do dia ele os esque-

ce logo que se volta para outra coisa — todas as suas energias foram gastas na execução desta obra. O autor, por isso, espera que Vossa Majestade o perdoe, dada a intenção que teve, e nos momentos de lazer se digne lançar vosso sagrado olhar sobre o que está escrito, para conhecer do surgimento e queda das primeiras dinastias e do segredo do sucesso e do insucesso do momento atual. E então, se tal conhecimento for aplicado vantajosamente no Império, mesmo que o vosso servo já esteja com os ossos nas Fontes Amarelas, a sua mira e ambição terão sido atingidas.[73]

Nas páginas de Szuma não encontramos o brilho de Taine nem o encantado fervilhar de "contos" e anedotas do estilo de Heródoto, nem a sóbria concatenação de causa e efeito de Tucídides, nem a visão continental de Gibbon; porque a História, na China, raramente passa de indústria a arte. De Szuma Ch'ien a Szuma Kuang, que, 1.100 anos mais tarde, novamente tentou escrever uma história universal da China, os historiadores chineses trabalhavam para fixar com fidelidade, às vezes ao custo de suas próprias vidas, os fatos de uma dinastia ou reinado; todas as energias eles as gastaram na coleta da verdade, nenhuma sobrando para a criação da beleza. Talvez estivessem certos, e a História seja mais ciência do que arte; talvez os acontecimentos do passado se desnaturem quando os revestem a púrpura de Gibbon ou os sermões de Carlyle. Mas também nós temos tido historiadores tediosos, e podemos suportar o cotejo com qualquer outra nação quanto a livros destinados a fixar a memória do que não passa de pó — e que ficam nas bibliotecas acamando pó.

Mais alerta é o ensaio chinês, porque não proíbe a arte e concede rédea solta à eloqüência. E famosos e superiores ao resto neste campo são os ensaios de Han Yu, tão prezados que a tradição manda que o leitor lave as mãos em água de rosas antes de abri-los. Da maior humildade de nascimento, Han Yu elevou-se aos mais altos postos do Estado e só decaiu quando protestou muito inteligivelmente contra as concessões feitas ao budismo. Para Han o novo credo não passava de uma superstição indiana; e ofendia à sua alma abeberada de Confúcio que o Imperador sancionasse a intoxicação do povo chinês com aquele sonho enervante. Submeteu por isso (803 d.C.) um memorial ao Imperador, de que o trecho citado serve de amostra, mesmo descolorido pela tradução:

Vosso servo soube que foram dadas instruções aos sacerdotes para irem a Feng-hsiang a fim de receber os ossos de Buda, e que de uma torre Vossa Majestade assistirá à entrada desses ossos no Palácio Imperial; soube também que foram enviadas ordens a vários templos sobre as cerimônias a serem dedicadas a essas relíquias. Tolo, entretanto, como será este humilde servo, ele não crê que Vossa Majestade mantenha vãs esperanças de tirar vantagens disso; mas sabe que, na plenitude da nossa atual abundância e na alegria que reina no coração de todos, há a intenção de atender aos desejos do povo na celebração, nesta capital, dessa ilusória palhaçada. Porque, como poderia a sabedoria de Vossa Majestade descer a ponto de participar de crenças tão grotescas? O povo é lerdo de percepção e facilmente seduzido; e se vir Vossa Majestade aos pés de Buda, há de exclamar. "Vede! o Filho do Céu, o Onisciente, é fervoroso fiel; por que nós, seu povo, havemos de poupar nossos corpos? E então veremos o povo a ciliciar suas carnes; multidões a se reunir para desfazer-se das vestes e do que têm, na imitação do exemplo de Vossa Majestade. O resultado será que moços e velhos, tomados do mesmo entusiasmo, negligenciarão suas obrigações e negócios; e se Vossa Majestade não opõe paradeiro, eles afluirão aos templos, prontos a cortar um braço ou picar o corpo inteiro, como oferenda ao deus. E desse modo nossas tradições sofrerão gravemente e tornar-nos-emos objeto de riso para o mundo. (...) Por isso, o vosso servo, envergonhado da ação dos censores (nenhum dos censores — é o que se deduz das palavras de Han — protestou contra os planos do Imperador Te Tsung de dar seu apoio ao budismo), implora a Vossa Majestade que mande destruir esses ossos pela água e fogo, a fim de que a

raiz do grande mal possa ser exterminada a tempo e o povo saiba quanto a sabedoria de Vossa Majestade excede à do homem comum. A glória de tal feito estará além de todos os louvores. E caso o Senhor Buda tenha o poder de vingar este insulto com a cominação de alguma desgraça, então que os vasos da sua ira se despejem sobre este vosso servo, o qual perante os céus afirma que nunca renegará juramento feito aqui.[74]

Em um conflito entre a superstição e a filosofia podemos jogar na vitória da primeira, porque, sabiamente, o mundo prefere a felicidade à sabedoria. Han foi exilado para uma aldeia em Kuang-tung, cuja população era composta de bárbaros. Não se queixou, mas, sempre seguindo Confúcio, dispôs-se a civilizá-los por meio do exemplo, e tão bem o realizou que seu retrato traz hoje esta legenda: "Por onde ele passava, ele purificava."[75] Foi finalmente chamado à capital, voltando ao serviço do Estado e morrendo carregado de honras. A sua lápide memorial entrou no templo de Confúcio — lugar reservado aos discípulos ou grandes expositores do Mestre — porque lhe defendeu as doutrinas contra a invasão de uma nobre, mas já corrompida, crença estrangeira.

VIII. O TEATRO

Má reputação do teatro na China — Origens — A peça — A audiência — Os atores — A música

Desde que na China o drama não é reconhecido nem como literatura nem como arte, torna-se difícil classificar o drama chinês. Do mesmo modo que muitos outros elementos da vida humana, sua reputação não está de acordo com a popularidade. Os nomes dos teatrólogos nunca aparecem; e os atores, embora consagrem a vida ao aperfeiçoamento de sua arte, e possam chegar à maior fama, são olhados como gente inferior. Algo deste odor adere aos atores de todas as civilizações, sobretudo aos do período medieval, quando o drama penosamente procurava destacar-se das pantomimas religiosas que lhe deram nascimento.

A mesma origem é atribuída ao teatro chinês. Sob a dinastia Chou o ritual religioso incluía certas danças executadas com varas. Segundo a tradição, tais danças foram mais tarde proibidas por se terem tornado licenciosas; e aparentemente foi desta clivagem que o drama secular começou.[76] Ming Huang, patrono de tantas artes, auxiliou o desenvolvimento de um drama independente, formando sob suas vistas uma companhia de atores e atrizes denominados "Os Moços do Jardim da Pêra"; mas somente no reinado de Cublai-Cã o teatro chinês passou a instituição nacional. No ano de 1031, K'ung Tao-fu, um descendente de Confúcio mandado como mensageiro da China aos mongóis do Kitans, foi recebido com uma festa na qual se incluía um drama. O bufão, entretanto, representava Confúcio. K'ung Toa-fu retirou-se ofendido; mas quando ele e outros viajantes voltaram à China noticiaram a existência de uma forma de drama mais adiantada que a chinesa. Quando os mongóis conquistaram o país, com eles entraram a novela e o teatro — e o teatro clássico chinês ainda é o que nasceu sob a influência mongol.[77]

O drama desenvolveu-se lentamente, porque nem o Estado nem a Igreja o protegiam. Em sua maior parte era praticado por atores ambulantes, que montavam uma plataforma em algum terreno baldio e representavam a céu aberto para uma assistência em pé. Às vezes os mandarins chamavam atores para representar em suas festas

particulares, e às vezes grêmios de atores produziam uma peça. Os teatros se tornaram mais numerosos durante o século XIX, mas mesmo no fecho desse século havia apenas dois na grande cidade de Nanquim.[78] O drama era uma mistura de História, poesia e música; usualmente algum episódio de romance histórico constituía o centro de entrecho; ou na mesma noite representavam-se cenas de diferentes dramas. Não havia limites de extensão de peça; podia ser curta ou durar dias; em regra tomava seis ou sete horas, como as melhores peças americanas de hoje. Havia muita oratória e muita violência sangüinária, mas o desfecho fazia o possível para que a virtude fosse premiada no fim. O drama tornou-se um instrumento educativo e de moralização; ensinava ao povo passagens da História e, com desmoralizante regularidade, inculcava as virtudes de Confúcio, sobretudo o amor filial.

O palco dispunha de pouco cenário e mobiliário — e nada de bastidores; todos os atores, e ainda os seus auxiliares, permaneciam no palco durante toda a representação, sentados ou deitados, levantando-se quando chegava sua vez de entrar em cena; de quando em quando eram ali mesmo servidos de chá. Por entre os assistentes circulavam vendedores de fumo, chá, refrescos, sementes de melancia, e também os fornecedores de toalhas para o rosto, nas noites quentes de verão; todos conversavam, bebiam e comiam, só se interrompendo quando se passava no palco alguma cena interessante. Os atores tinham freqüentemente de gritar para serem ouvidos, e usavam máscaras para a caracterização. Como decorrência da proibição de mulheres no teatro, lançada por Ch'ien Lung, os papéis femininos eram representados por homens, e de modo tão perfeito que, mais tarde, quando da admissão das mulheres, elas eram obrigadas a imitar seus imitadores, a fim de agradar à assistência. Os atores tinham de ser peritos em acrobacia e danças, porque seus papéis freqüentemente exigiam o jogo dos músculos; toda a ação transcorria de acordo com algum ritual de graça e harmonia, ao som da música. Os gestos eram simbólicos, guardando respeito a velhas convenções; para certos grandes atores, como Mei Lanfang, o jogo das mãos e do corpo constituía metade da arte. Não era completamente teatro, nem completamente ópera, nem predominantemente dança; era uma mistura quase medieval na qualidade, mas tão perfeita em sua espécie como a música de Palestina ou um vitral de igreja.[79]

Raramente a música aparecia como arte independente, mas sempre como serva da religião e do teatro. A tradição atribui a origem da música ao lendário imperador Fu Hsi. O *Li-Chi*, ou *Livro de Ritos*, anterior a Confúcio, continha vários tratados de música; e o *Tso-chuan*, um século depois de Confúcio, descreveu com eloqüência a música com a qual as odes de Wei eram cantadas. No tempo de Kung-fu-tsé os padrões da música já eram antigos, e as inovações traziam inquietação às almas conservadoras; queixava-se o sábio de que as árias lascivas naquele tempo iam suplantando as árias supostamente morais do passado.[80] A influência dos gregos bactrianos e dos mongóis deixou marcas na simples escala musical chinesa. Os chineses conheciam a divisão da oitava em 12 semitons, mas preferiam escrever sua música na escala pentatônica, correspondente aos nossos F, G, A, C e D; a estes tons davam eles os nomes de "Imperador", "Primeiro-Ministro", "Povo Submetido", "Negócios do Estado", "Quadro do Universo". Compreendiam a harmonia, mas raramente a usavam nos instrumentos de corda. Entre os instrumentos figuravam flautas, trombetas, oboés, apitos e cabaças; instrumentos de corda, como a guitarra e o alaúde; outros de percussão, como tambores, tamborins e bombos, e ainda campainhas, címbalos, castanholas e pratos sonoros de ágata ou jade.[81] Para ouvidos ocidentais os efeitos seriam tão

estranhos como a *Sonata Appassionata* o será para ouvidos chineses; não obstante, elevavam Confúcio ao êxtase vegetariano e traziam a muitos auditores essa fuga da vida que é o grande feito da alta música. Os sábios, disse Han Yu, "ensinam música ao homem a fim de dissipar-lhe a melancolia da alma".[82] Os chineses concordam com Nietzsche em que a vida sem música seria um equívoco.

CAPÍTULO XXV

A Era dos Artistas

I. O RENASCIMENTO SUNG

1. O Socialismo de Wang An-shih

A dinastia Sung — Um ministro radical — Sua cura do desemprego — Regulamentação da indústria — Código de salários e preços — Nacionalização do comércio — Seguros contra o desemprego, a pobreza e a velhice — Exame para cargos públicos — Derrota de Wang An-shih

A DINASTIA T'ang nunca se restabeleceu depois da revolução de An Lu-shan. Os imperadores posteriores a Ming Huang mostraram-se incapazes de restaurar a autoridade imperial em todo o império; depois de um século de debilidade senil, a dinastia se extinguiu. Cinco dinastias novas se seguiram no espaço de 53 anos, tão fracas quanto breves. Como acontece invariavelmente em tais casos, o homem forte surgiu — o soldado que iniciou a dinastia Sung e imperou sob o nome de T'ai Tsu. A burocracia confuciana foi renovada; os exames para os cargos públicos, retomados. E fez-se uma tentativa para solucionar os problemas da exploração e da pobreza por meio da socialização econômica do país.

Wang An-shih (1021-86) é o nome de uma das fascinantes figuras que abrilhantam os anais da história chinesa. O grande efeito da distância é fazer-nos ver as mais diversas personalidades na mesma névoa de aparência. Mas mesmo no próprio juízo de seus adversários — e foram muitos — Wang surge-nos como homem diferente dos demais, profundamente absorto na tarefa do governo, devotado ao bem público, esquecendo-se de cuidar de si, rivalizando com os grandes eruditos da época em saber e estilo, e lutando com furiosa coragem contra os poderosos conservadores da época. Por curiosa coincidência, a única figura chinesa a ele comparável é outro Wang — Wang Mang; já a túrbida corrente da História havia fluído por mil anos desde a última experiência chinesa em socialismo.

Elevado ao mais alto cargo do Império, Wang An-shih estabeleceu como princípio que o governo deveria ser responsável pelo bem-estar de todos os cidadãos. "O Estado", disse ele, "deve tomar a si todo o movimento do comércio, da indústria e da agricultura, a fim de favorecer as classes trabalhadoras e evitar sejam elas reduzidas a pó pelos ricos."[1] E começou abolindo o trabalho forçado, que desde tempos imemorais o governo chinês impunha ao povo, e muitas vezes tirava os homens dos seus campos nos momentos em que a pressão das colheitas menos o aconselhava; e não obstante realizou grandes obras de engenharia contra as enchentes. Livrou os camponeses das garras dos usurários e forneceu-lhes a juros baixos elementos para o custeio das culturas. Aos mais pobres forneceu sementes de graça, e ajudou-os a se estabelecerem em terras próprias (*homestead*) sob a condição de que fossem pagas ao Estado com o produto das colheitas. Comissões foram organizadas em todos os distritos para

regular os preços e os salários. Nacionalizou-se o comércio; o produto da terra, adquirido pelo governo, era em parte armazenado em vista de futuras necessidades locais, em parte transportado e distribuído pelo Império. Organizou-se um sistema orçamentário, em que uma comissão financeira apresentava propostas e cálculos das despesas; e era tudo tão rigorosamente cumprido que grandes somas foram economizadas, somas até então misteriosamente desaparecidas pelo caminho. Wang criou a pensão para o velho, o desempregado e o pobre; reformou o sistema de exames, dedicando mais atenção a fatos do que a palavras — um confucionismo aplicado; o papel do formalismo e da memorização na instrução das crianças foi reduzido e, diz um historiador chinês, "mesmo os meninos das escolas rurais encostaram os compêndios de retórica e passaram a estudar rudimentos de história, geografia e economia política".[2]

Por que veio a falhar tão nobre experiência? Primeiro, porque certos elementos da reforma eram positivamente utópicos, sem base na realidade. Embora a maior parte das taxas viesse da renda dos ricos, parte da alta receita necessária às despesas do Estado, tão ampliadas, vinha de uma quota da produção agrícola. Logo os pobres juntaram-se aos ricos na reclamação contra o excessivo das taxas; os homens sempre se mostraram mais prontos a estender as funções do governo do que a custeá-las. Além disso Wang havia reduzido o exército permanente, considerado como dreno dos recursos do povo; para substituí-lo na defesa nacional instituiu a obrigação de cada família fornecer um ou mais homens para o exército em tempo de guerra. Também deu a muitas famílias cavalos e feno, sob a condição de que fossem conservados e colocados à disposição do governo em casos de necessidade militar. Quando as invasões e as revoluções começaram a multiplicar as ocasiões de guerra, a popularidade de Wang declinou rapidamente. Não apareciam os homens honestos e capazes, que pusessem em prática as suas medidas; a corrupção disseminou-se pela gigantesca burocracia; e a China, mais tarde, como tantas outras nações, viu-se diante do dilema — ou a exploração privada ou a roubalheira pública.

Os conservadores, liderados por um irmão de Wang e pelo historiador Szuma Kuang, denunciaram como desastrosa a experiência socialista; argumentaram que a corruptibilidade humana e a incompetência tornavam impraticável o controle da indústria e que a melhor forma de governo era *o laissez-faire* norteado pelos impulsos econômicos naturais do homem. Os ricos, irritados pela forte taxação de suas fortunas e pelo monopólio do comércio por parte do governo, tudo fizeram para desmoralizar as medidas de Wang e arrastá-lo a um desastroso fim. A oposição, bem organizada, exerceu pressão sobre o soberano; e quando uma série de enchentes e secas foi anunciada pela aparição de um terrificante cometa, o Filho do Céu demitiu Wang, revogou seus decretos e elevou seus inimigos ao poder. E novamente tudo ficou como antes.[3]

2. *Revivescência do Estudo*

Crescimento da educação — Papel e tinta — Passos na invenção da imprensa — O mais velho dos livros — Papel-moeda — Tipos móveis — Antologias, dicionários e enciclopédias

Entrementes, através de todas as guerras e revoluções, através de todas as administrações e experiências, a vida do povo chinês ia fluindo, não muito perturbada pelos

acontecimentos distantes. O governo dos Sung caiu no norte, mas restabeleceu-se no sul; a capital mudou-se de Pien Liang (hoje, K'aifeng) para Lin-an (hoje, Hangchow); na nova capital, do mesmo modo que na velha, o luxo e os requintes cresceram, e de muitas partes acorriam traficantes para adquirir os inigualáveis produtos da arte e da indústria chinesas. O imperador Hui Tsung (1110-25) era primeiramente artista e só depois soberano; pintava sedas enquanto os bárbaros marchavam sobre a capital, e fundou uma academia para estimular as artes com exposições e prêmios. Excelentes coleções de bronzes, pinturas, manuscritos e jades foram reunidas, bem como grandes bibliotecas, algumas das quais sobreviveram às catástrofes. Sábios e artistas formigavam nas capitais chinesas, a do norte e a do sul.

Foi nessa dinastia que a imprensa, como uma imperceptível revolução, penetrou na vida literária da China. Havia crescido passo a passo durante séculos; estava agora com as duas fases principais resolvidas — o bloco para impressão de página inteira e o tipo móvel de metal — invenção totalmente chinesa,[4] e a maior na história da humanidade, depois da invenção da escrita.

O primeiro passo no desenvolvimento da imprensa tinha de ser a descoberta de um material receptor da escrita melhor que a seda e o bambu até então usados. A seda era cara, e o bambu, muito pesado; os livros de bambu de que Mo Ti necessitava em suas viagens ocupavam três carros; e Shih Huang-ti tinha de passar por cima de 120 libras de documentos oficiais por dia.[5] Por volta de 105 de nossa era um Ts'ai Lun informou ao Imperador que havia inventado um material para escrita mais barato e leve, feito de casca de árvore, cânhamo e trapos. Ts'ai recebeu do soberano um título e um alto cargo; envolvido, porém, em uma intriga com a imperatriz, foi preso, "recolheu-se à sua casa, tomou banho, penteou os cabelos, vestiu a melhor roupa e ingeriu veneno".[6] A nova arte difundiu-se com rapidez; o mais velho papel existente, encontrado por Sir Aurel Stein em um arcobotante da Grande Muralha, aparece sob a forma de documentos oficiais relativos aos anos de 21 a 137 da era atual; trazem a data de 150, ou apenas meio século da data da invenção de Ts'ai Lun.[7] Estes primitivos papéis eram de trapo, essencialmente iguais aos nossos de hoje que visam à durabilidade. Os chineses levaram o papel à perfeição, com o uso de uma cola de gelatina e de uma base de amido para acelerar a absorção da tinta. Quando foi ensinada aos árabes no século VIII e estes a transmitiram aos europeus no século XIII, a arte de sua fabricação já estava dominada.

Também a tinta veio do Oriente; porque, embora desde a mais remota antigüidade os egípcios usassem papel e tinta, foi da China que a Europa aprendeu a fabricá-la de fuligem; a "tinta da Índia" era originalmente chinesa.[8] A tinta carmim, feita de sulfureto de mercúrio, já aparece na China antes da dinastia Han; a tinta preta surgiu no século IV e desde então a vermelha passou a privilégio imperial. A tinta deu asas à imprensa, porque se adaptava muito bem aos blocos de madeira e era indelével. Na Ásia Central encontraram-se blocos de papel petrificado no fundo da água, com a escrita a tinta preta ainda legível.[9]

O uso de sinetes para assinaturas foi a inconsciente origem da imprensa; o termo chinês significativo de imprensa é ainda o mesmo que para sinete ou selo. No Oriente Próximo esses selos eram impressos na argila; depois do século V passaram a ser molhados na tinta. Enquanto isso, no século II, o texto dos clássicos era entalhado em pedra; e aí surgiu o costume de tirar impressões a tinta desses entalhes. No século VI encontramos avantajados selos de madeira, empregados pelos taoístas para imprimir fórmulas mágicas; um século depois os missionários budistas fizeram experiências com vários métodos de duplicação, por meio de sinetes, modelos e impressão de tecidos — e aqui temos uma derivação indiana. A mais velha impressão de bloco existente são os amuletos impressos no Japão em 770, em língua sânscrita e caracteres chineses — excelente exemplo da interpenetração cultural na Ásia. Muitos blocos foram entalhados durante a dinastia T'ang, mas aparentemente se destruíram ou se perderam no caos da revolução contra Ming Huang.[10]

Em 1907 Sir Aurel Stein persuadiu os sacerdotes taoístas do Turquestão a deixarem-no examinar as "Cavernas dos Mil Budas", em Tun-huang. Em uma dessas câmaras, aparentemente murada lá pelo ano 1035 e só aberta em 1900, encontraram-se 1.130 pacotes, cada qual contendo 12 ou mais manuscritos de rolo; a totalidade formava uma biblioteca de 15.000 livros de papel, e tão bem conservados como se feitos na véspera. Aparece entre esses manuscritos o *Sutra Diamante*, o mais velho livro do mundo — um rolo com esta observação no fim: "Impresso em (o equivalente de) 11 de maio de 868 por Wang Chieh, para distribuição gratuita, em reverência à memória de seus pais."[11] Mais três livros impressos foram encontrados nessa massa de manuscritos, um deles assinalando um novo desenvolvimento: não era em rolo, como o *Sutra Diamante*, mas em folhas, como os temos em nossos dias. Do mesmo modo que na Europa medieval, os estímulos iniciais para a impressão tiveram origem religiosa. Quase tão velhas como estas pias formas de impressão são as cartas de jogar, aparecidas na China em 969, ou antes, e que de lá passaram à Europa no fim do século XIV.[12]

Estes primitivos volumes foram impressos por meio de blocos de madeira. Numa carta chinesa de 870 encontramos a mais velha menção a tal trabalho já conhecida. "Quando estive em Szechuan, examinei em uma biblioteca um livro escolar impresso com matriz de madeira."[13] Parece que a arte da impressão já estava desenvolvida, e é interessante observar que este passo ocorreu primeiramente nas províncias ocidentais, como Szechuan e Turquestão, influenciadas pela civilização budista da Índia. A impressão por meio de matrizes de madeira foi introduzida na China oriental no início do século X quando o ministro Feng Tao persuadiu o Imperador a prover fundos para a edição dos Clássicos Chineses. O trabalho levou 20 anos e encheu 130 volumes, incluindo não só os textos como os mais famosos comentários. Isso deu aos clássicos uma circulação que muito contribuiu para reviver a cultura e fortificar o confucionismo sob os reis Sung.

Um dos mais antigos usos dos blocos ou matrizes foi na impressão do papel-moeda, aparecido primeiramente em Szechuan, no século X, e que se tornou uma das favoritas ocupações do governo chinês: um século mais tarde ocorreu na China a primeira experiência de inflação. Em 1294 a Pérsia imitou este novo modo de criar riqueza; em 1297 Marco Polo fala com espanto sobre o respeito que os chineses mostravam por esses curiosos pedaços de papel. Mas só em 1656 a Europa aprendeu o truque e fez suas primeiras emissões de papel-moeda.[14]

O tipo móvel também foi invenção chinesa, mas a ausência de um alfabeto e a existência na escrita da China de 40.000 caracteres tornaram o uso de tais tipos um luxo impossível no Extremo Oriente. Já em 1041, Pi Sheng fabricava tipos móveis de argila, mas a invenção não produziu resultado positivo. Em 1403 os coreanos produziram os primeiros tipos metálicos da história; os modelos eram afeiçoados em madeira dura e depois moldados em pasta de porcelana, e nestes moldes se derramava o metal fundido. T'ai Tsung, o maior dos imperadores coreanos, adotou a invenção como um ajutório do Estado na preservação da cultura. "Quem quer que deseje governar", disse o esclarecido monarca, "deve ter largo convívio com as leis e os clássicos. Poderá assim agir com retidão no exterior e manter-se de caráter ereto no interior, dando desse modo ordem e paz à terra. Nosso país jaz aquém dos mares e o número de livros que nos chegam da China é pequeno. Os impressos por meio de blocos são freqüentemente imperfeitos, e além disso é difícil imprimir na íntegra todos os livros existentes. Ordenei, portanto, que os caracteres fossem fundidos em bronze e que tudo, sem exceção, sobre que eu possa pôr minhas mãos, seja impresso, a fim de que passe à tradição o que essas obras contêm. Para nós será isto uma bênção por toda a eternidade. Mas não lançarei taxas sobre o povo para cobrir as despesas. Eu e minha família, e os ministros que o desejarem, as suportarão."[15]

Da Coréia a fundição de tipos emigrou para o Japão e voltou à China, mas talvez não antes da tardia redescoberta de Gutenberg na Europa. Na Coréia o uso dos tipos móveis prosseguiu por dois séculos e depois declinou; na China o uso foi ocasional, até que os mercadores e missionários do Ocidente deram ao Oriente, em paga da idéia, os métodos da tipografia da Europa. Dos dias de Feng Tao aos de Li Hung-chang, os chineses ativeram-se ao sistema de matrizes como o mais adequado à língua nativa, e mesmo a despeito desta limitação os impressores chineses espalharam pelo povo grande quantidade de livros. As histórias dinásticas em cem volumes foram editadas entre 994 a 1063; todos os cânones budistas, em cinco volumes, foram

completados em 972.[16] Os escritores viram-se equipados com uma arma nova, e seu público alargou-se da aristocracia à classe média e parte da baixa; a literatura tomou colorações mais democráticas e formas mais variadas. A arte da impressão por meio de blocos foi uma das fontes do Renascimento Sung.

Estimulada por esta libertadora invenção, a literatura chinesa tornou-se uma caudal sem precedentes. Toda a glória da ressurreição do humanismo na Itália foi antecipada de duzentos anos pela China. Os velhos clássicos tiveram a honra de cem edições e mil comentários; a vida do passado se viu restaurada por eruditos historiógrafos, e posta ao alcance de milhões de leitores pela mágica invenção do tipo; vastas antologias foram compiladas e mastodônticas enciclopédias fizeram a sua aparição na terra. A primeira o mundo a deve a Wu Shu (947-1002); por falta de um alfabeto, foi disposta em categorias, cobrindo principalmente o mundo físico. Em 977 o Imperador T'ai Tsung ordenou a compilação de uma grande enciclopédia, a qual deu 32 volumes e se constituiu sobretudo da seleção de 1.690 livros já existentes. Mais tarde o Imperador Yung Lo, dos Ming (403-25), ordenou o preparo de outra em 10.000 volumes; de uma coleção que havia chegado até nós, só 160 volumes se salvaram durante os incêndios da Revolução *Boxer* em 1900.[17] Nunca os sábios eruditos dominaram tanto uma civilização.

3. Renascimento da Filosofia

Chu Hsi — Wang Yang-ming — Além do bem e do mal

Esses estudiosos não eram todos confucionistas, porque outras escolas de pensamento haviam surgido e alcançado o seu desenvolvimento no curso de mil e quinhentos anos; a vida intelectual da exuberante raça chinesa via-se agitada de muitas disputas. A infiltração do budismo não poupara os filósofos. Em sua maioria afetavam eles agora o hábito da meditação solitária; alguns chegavam a ponto de desprezar Confúcio pelo desprezo que ele mostrara pela metafísica, e acoimavam de muito externo o seu método de abordar os problemas da vida e do espírito. A introspeção tornou-se o bom método de explorar o universo, e a epistemologia fez a sua primeira aparição entre os chineses. Os imperadores tomaram o budismo ou o taoísmo como meios de promover a própria popularidade ou disciplinar o povo; e tudo levava a crer no fim do reinado de Confúcio sobre a mente chinesa.

Chu Hsi salvou-o. Do mesmo modo que no século VIII, na Índia, Shankara reduziu a sistema as desligadas visões dos *Upanishads* e fez do *Vedanta* a filosofia suprema; e como no século XIII, na Europa, Aquino iria entrelaçar Aristóteles e São Paulo na vitoriosa filosofia escolástica; assim, na China do século XII, Chu Hsi tomou os soltos apotegmas de Confúcio e construiu um sistema filosófico bastante ordenado para satisfazer o gosto de uma idade erudita e bastante forte para preservar por sete séculos a liderança dos confucianos na vida política e intelectual dos chineses.

A principal controvérsia filosófica do tempo se concentrava na interpretação de uma passagem do *Grande Ensino*, atribuída a Confúcio. Que significava que a ordem do Estado fosse baseada na boa ordem da família, e a boa ordem da família fosse baseada na boa ordem do indivíduo, e que esta dependesse da sinceridade do pensamento, e este da extensão do conhecimento por "meio da investigação das coisas"?

Chu Hsi afirmava que a significação era a literal; que a filosofia, a moral e o estadismo devem começar com o modesto estudo das realidades. Aceitava sem protesto a positivista tendência do Mestre; e embora laborasse nos problemas da ontologia mais do que o aconselhado por Confúcio, chegou a uma estranha combinação de ateísmo e piedade, que podia ter interessado o sábio de Xantum. Como o *Livro das Mudanças*, que sempre dominou a metafísica dos chineses, Chu Hsi reconheceu um certo dualismo na realidade: por toda parte o *yang* e o *yin* — atividade e passividade, movimento e repouso — misturados como o princípio macho e fêmea, e operando com os cinco elementos, água, fogo, terra, metal e madeira, para produzir os fenômenos da criação; e por toda parte *Li* e *Chi* — Lei e Matéria — igualmente externas e cooperantes no dar forma e governar todas as coisas. Mas acima de todas estas formas, e a combiná-las, estava *T'ai chi*, o Absoluto, a impessoal Lei das Leis, ou a estrutura dc mundo. Chu Hsi identificou este Absoluto com o *T'ien*, ou o Céu, do confucionismo ortodoxo; Deus, portanto, é um processo racional sem personalidade ou forma representável. "A Natureza nada mais é do que a Lei."[18]

Esta lei do universo, disse Chu, é também a lei moral e política. Moralidade quer dizer harmonia com as leis da natureza, e o alto estadismo é a aplicação das leis da moralidade à conduta do Estado. A natureza em última análise é boa, como também o é a natureza do homem; seguir a natureza é o segredo da sabedoria e da paz. "Choi Mao Shu não limpou o mato crescido à frente de sua janela porque 'o impulso dessas plantinhas é o mesmo que me anima'."[19] Poder-se-ia alegar que os instintos também são bons e que, portanto, podemos segui-los alegremente; mas Chu Hsi denuncia-os como a expressão de matéria (*Chi*), e pede que sejam submetidos à razão e à lei (*Li*).[20] Muito difícil ser ao mesmo tempo moralista e lógico.

As contradições desta filosofia não perturbavam o seu principal oponente, o bondoso e estranho Wang Yang-ming. Porque Wang era ao mesmo tempo filósofo e santo; os hábitos de meditação do budismo *Mahayana* haviam calado fundo em sua alma. Parecia-lhe que o grande erro em Chu Hsi não era de moral, mas de método; a investigação das coisas, sentia ele, deve começar, como os hindus diriam, com o exame do profundíssimo universo interior e não do mundo exterior. A ciência física de todos os séculos jamais explicará um broto de bambu ou um grão de arroz.

> Há tempos eu disse ao meu amigo Ch'ien: "Se para sermos sábio ou homem virtuoso temos de investigar tudo debaixo do céu, que homem possui hoje esse tremendo poder?" Apontando para os bambus em frente ao pavilhão, pedi-lhe que os investigasse e visse. Ch'ien passou dia e noite investigando os princípios do bambu. Em três dias seu cérebro se exauriu a tal ponto que ele adoeceu. Achei que assim sucedera porque sua energia era insuficiente — e tomei a mim a investigação. Dia e noite não pude apreender os princípios do bambu, e depois de sete dias também adoeci, de tanto esforço mental. Por fim nós dois suspiramos e dissemos: "Não podemos ser ao mesmo tempo sábios e santos."[21]

E assim Wang Yang-ming pôs de lado o exame das coisas e também os clássicos; ler o próprio coração no contemplativismo solitário pareceu-lhe coisa mais rica de promessas do que todos os objetos e livros.[22] Exilado em deserto montanhoso, infestado de bárbaros e serpentes, fez lá amigos entre criminosos acoitados; ensinou-lhes filosofia, cozinhou para eles, cantou para diverti-los. Certa noite, altas horas, os homens se

espantaram ao vê-lo pular na cama entre exclamações: "Minha natureza é bastante! Eu estava errado com a procura do princípio das coisas e ações." Seus seguidores foram levados pela sua conclusão idealista: "O espírito, ele próprio é uma corporificação da lei natural. Haverá alguma lei separada do espírito?"[23] Não inferia daí que Deus era um produto de nossa imaginação; ao contrário, concebia a deidade como uma vaga mas onipresente força moral, muito grande para ser apenas uma pessoa e, apesar disso, capaz de sentimentos de simpatia ou aversão para com os homens.[24]

Partindo deste idealístico ponto, Wang chegou aos mesmos princípios éticos de Chu Hsi. "A Natureza é altamente boa" e a maior excelência está na aceitação completa de suas leis.[25] Quando lhe objetavam que a Natureza incluía igualmente serpentes e filósofos, ele declarava, com um toque de Aquino, Spinoza ou Nietzsche, que "bom" e "mau" são preconceitos, termos que aplicamos às coisas conforme a vantagem que elas têm para nós ou a humanidade; a Natureza, dizia ele, está além do bem e do mal e ignora a nossa egoística terminologia. Um discípulo conta, ou inventa, um diálogo havido, merecedor do título de *Jenseits von Gut und Böse:*

> Pouco depois ele disse: "Esta visão do bem e do mal tem origem no corpo e é provavelmente um equívoco." Não consegui compreender, e o Mestre falou: "O propósito dos Céus ao nos gerar é o mesmo que ao gerar a relva e as flores. De que maneira o Céu distingue entre o bem e o mal? Se tu, meu discípulo, gostas mais das flores, então considerarás as flores boas e a relva má. Se preferes a relva, já a considerarás boa. Este tipo de bem e mal origina-se nas preferências do nosso espírito. Por isso sei que estás errado."
>
> Eu disse: "Neste caso, não existe nem bem nem mal." O Mestre respondeu: "A tranqüilidade resultante do império da lei natural é um estado em que não existe discriminação entre o bem e o mal. Se não nos sobrevém a paixão, não há bem nem mal — e nisso está o maior bem." (...)
>
> Eu disse: "Neste caso, bem e mal não se acham presentes em todas as coisas." Ele respondeu: "Só existem em nosso espírito."[26]

Foi bom que Wang e o budismo fizessem ressoar esta nota sutil de uma metafísica idealista na presença dos corretos e empertigados confucianos; porque, embora tivessem as melhores idéias sobre o homem e o governo, estes sábios viviam um tanto enamorados de sua sabedoria e tinham feito uma burocracia intelectual irritante e hostil a todas as almas criadoras e livres. Se no fim os seguidores de Chu Hsi ganharam a partida, e sua tábua foi, com altas honras, colocada no mesmo *hall* do Mestre, e sua interpretação dos clássicos tornou-se lei para o pensamento ortodoxo durante sete séculos, isso representou uma vitória do sadio bom senso contra as perturbadoras sutilezas do espírito metafísico. Mas uma nação, como um indivíduo, pode ser muito sensata, muito prosaicamente sã e insuportavelmente correta. Foi um pouco pelo fato de Chu Hsi e o confucionismo terem triunfado de modo tão completo que sobreveio a Revolução Chinesa.

II. BRONZE, LACA E JADE

O papel da arte na China — Tecidos — Mobiliário — Jóias — Leques — Laca — O trabalho do jade — Obras-primas de bronze — Escultura chinesa

O desejo da sabedoria e a paixão da beleza foram os dois pólos da mentalidade chinesa; podemos dar idéia da China com duas palavras: filosofia e porcelana. Na prossecução da sabedoria a China de nenhum modo visava a uma área metafísica, mas a uma filosofia positiva, especialmente ao desenvolvimento individual e social; de modo que a paixão pela beleza não era nenhum esteticismo esotérico sem liames com a vida humana, porém um matrimônio entre a beleza e a utilidade, um meio prático de adornar todos os objetos que nos rodeiam na vida diária. Até que começasse a ceder à influência dos ideais do Ocidente, a China se recusou a reconhecer a distinção entre artífice e artista, ou entre artífice e operário; quase toda a indústria consistia em manufatura, e todas as manufaturas eram estritamente manuais; a indústria, como a arte, equivalia a uma expressão da personalidade humana através das coisas feitas. Por essa razão a China excedeu a todos os países no gosto artístico e na multiplicação de belos objetos de uso diário, embora com isso deixasse de prover seu povo com as comodidades do Ocidente. Dos caracteres gráficos até aos pratos em que os chineses comiam, a raça mandava que tudo tivesse uma forma estética, evidenciadora da maturidade daquela civilização.

Este movimento para embelezar a pessoa, o templo e o lar alcançou a mais alta expressão durante a dinastia Sung. Já vinha de muito antes, mas nesse longo período de paz e prosperidade todas as artes se desenvolveram, dando à vida na China uma graça e uma estilização novas no mundo. Em matéria de tecidos e obras de metal, os chineses da era Sung chegaram a um nível de perfeição jamais excedido; no corte do jade e outras pedras mostraram-se criadores supremos, e na escultura do marfim e da madeira só foram superados pelos seus próprios alunos, os japoneses.[27] A mobília era desenhada numa grande variedade de formas estranhas, e nada cômodas; marceneiros que viviam de um prato de arroz diário produziam um *objet de vertu* — uma pequena perfeição — em seguida a outro; e esses pequenos produtos de uma amorosa arte, ocupando o lugar das mobílias pesadas e caras, davam a seus donos um prazer que no Ocidente é reservado somente aos "conhecedores". As jóias, embora admiráveis, não abundavam. Mulheres e homens refrescavam-se com leques de bambu ou penas, de papel ou seda, lindamente ornados; os próprios mendigos não dispensavam elegantes leques.

A arte da laca, ou do charão, começou na Índia e alcançou o apogeu entre os japoneses. A laca é uma resina produzida por uma árvore (*Rhus vernicifera.* Laca, do francês *lacre*, resina, derivado do latim *lac*, leite) chinesa, hoje cuidadosamente cultivada no Japão. Extraída a seiva do tronco e dos galhos, aquecem-na para remover a água; depois a aplicam em camadas sobre a madeira, e mesmo sobre o metal e a porcelana.[28] Usam às vezes 20 ou 30 camadas de espessura e cor variáveis; depois esculpem os desenhos com um instrumento cortante, de ponta em forma de V; cada incisão chega à camada da cor ou espessura requerida pelo desenho. Essa arte se desenvolveu lentamente, começando como uma forma da escrita no bambu. Na era dos Chou o processo foi usado para decorar carruagens, arneses, vasos, etc ; no século II

de nossa era foi aplicado aos instrumentos musicais e às construções; sob os Tang muitos artigos laqueados eram enviados ao Japão; sob os Sung todos os ramos dessa indústria tomaram forma definida e seus produtos iam ter a distantes portos da Índia e da Arábia; sob os Ming a arte entrou em novos aperfeiçoamentos, chegando ao zênite;[29] e sob K'ang Hsi e Ch'ien Lung, esclarecidos governantes manchus, foram montadas grandes fábricas imperiais, de onde saíram obras-primas, como o trono deste último imperador[30] ou o biombo com que K'ang-hsi presenteou Leopoldo I, Imperador do Sagrado Império Romano.[31] A arte continuou no apogeu até o século XIX, quando as guerras oriundas da cobiça comercial do Ocidente e o mau gosto dos importadores europeus determinaram a retirada do apoio imperial e o abaixamento do nível estético dos produtos; a primazia do charão emigrara para a terra dos japoneses.

O uso do jade é velhíssimo na história chinesa, pois encontra-se essa pedra mesmo nos túmulos mais antigos. Antiqüíssimos relatos dão conta do uso do jade como pedra sonora; era cortado em forma de peixe ou ostra, e suspenso por uma correia; percutido, emitia um som claro e musical, muito prolongado. A palavra "jade" vem do espanhol *ijada* (latim *ilia*), significando lombo; os conquistadores da América notaram o uso que os mexicanos faziam da pedra em pó misturada com água para a cura de muitas desordens internas e trouxeram a receita para a Europa. A palavra com que os chineses designam o jade é muito sensível: *jun*, ou "suave como o orvalho".[32] Dois minerais produzem o jade; a jadeíta e a nefrita — o primeiro, silicato de alumina e sódio, e o segundo, silicato de cálcio e magnésio. Trata-se de pedras duras que só se rompem à pressão de 50 toneladas por polegada cúbica. O engenho dos artistas chineses revela-se na habilidade com que produzem brilhantes tons verdes, brancos, negros e pardos de um material que parece sem cor, e na extrema variedade de formas que dão aos objetos produzidos, de acordo com as irregularidades da pedra. Já no tempo da dinastia Shang começam a aparecer sapos de jade, de uso nos sacrifícios divinos;[33] e formas de grande beleza eram produzidas nos dias de Confúcio.[34] Enquanto vários povos empregavam a jadeíta para machados, facas e outros utensílios, os chineses tinham-na em tal reverência que a usavam exclusivamente na arte; consideravam-na mais preciosa que o ouro, a prata ou qualquer gema;[35] apreçavam pequeninos jades, como os anéis do polegar dos mandarins, em somas que iam até $5.000, e alguns colares de jade subiam a $100.000; colecionadores passavam anos à procura de uma só peça. Calcula-se que a reunião de todos os jades da China formaria uma coleção maior que a de qualquer outro material utilizado pelo homem.[36]

Na arte chinesa, o bronze é quase tão velho quanto o jade, gozando também de alto respeito. Conta a lenda que o antigo Imperador Yu, herói do dilúvio chinês, fundia os metais que lhe mandavam de tributo as nove províncias de seu império sob a forma de caldeirões de nove pernas, dotados de mágico poder: ferver sem fogo e espontaneamente gerar as mais finas iguarias. Tornaram-se sagrados símbolos da autoridade imperial e passaram de dinastia a dinastia, vindo a desaparecer misteriosamente pela queda de Chou — circunstância extremamente ofensiva para o prestígio de Shih Huang-ti. A fusão e decoração do bronze passaram a figurar entre as belas-artes da China, e produziram coleções que exigiram 42 volumes para catalogá-las.[37] De bronze faziam-se vasos para as cerimônias religiosas do governo e dos lares; e todos os objetos de bronze eram obras de arte. Os bronzes chineses só foram igualados no Renascimento Italiano, e mesmo aí, talvez, só pelas "Portas do Paraíso" que Ghiberti desenhou para o Batistério de Florença.

As mais velhas peças de bronze conhecidas na China são os vasos sacrificiais, recentemente descobertos no Honan; os sábios chineses colocam-nos na dinastia Shang. Os mais antigos de todos são dados como provenientes da era dos Chou, dos quais o Museu Metropolitano de Nova York possui excelentes exemplares. Muitos dos bronzes dos Chou foram confiscados por Shih Huang-ti, receoso de que o povo os fundisse para armas. Com a enorme quantidade de metal reunida, seus artistas fizeram 12 gigantescas estátuas de 15 metros de altura,[38] das quais nada resta. Sob os Han foram feitos muitos finíssimos vasos, às vezes com embutidos de ouro. Hábeis artistas treinados na China fundiram as obras-primas do templo de Horiuji, em Nara, no Japão,[39] tidas como das mais perfeitas na história artística do bronze. A arte chegou ao apogeu sob os Sung, se não em excelência, pelo menos em fecundidade; caldeirões, vasos de vinho, turíbulos, armas, espelhos, campainhas e sinos, tambores, placas e figurinhas enchiam as coleções dos conhecedores ou as salas de todos os lares. Um curioso exemplo do trabalho dessa época é o queimador de incenso em forma de um búfalo montado por Lao-tsé, símbolo do poder da filosofia na domesticação dos animais selvagens.[40] Este bronze tem a finura de uma folha de papel e o perpassar do tempo deu-lhe uma pátina verde que ainda lhe empresta mais uma beleza — a das coisas que morrem. (A pátina [*prato*, em latim] é formada pela desintegração da superfície do metal pelo contato com a umidade do ar ou da terra. É moda hoje avaliar os bronzes em parte de acordo com o verde ou o negro da pátina com o que o tempo os revestiu — o tempo ou os ácidos que os falsificadores usam para produzir arte "antiga".) Sob os Ming a lenta deterioração começou a atacar a arte; o tamanho dos objetos cresceu, mas a qualidade diminuiu. O bronze, uma miraculosa novidade na era calcolítica do Imperador Yu, tornou-se coisa vulgar e cedeu terreno à porcelana.

Na China, a escultura nunca foi das principais artes.[41] Por ato de rara modéstia o Extremo Oriente recusou-se a classificar o corpo humano sob a rubrica de beleza; seus escultores especializaram-se um pouco nos planejamentos e usavam a figura do homem — nunca a da mulher — para representar certos tipos de consciência; mas não glorificavam o corpo. Em sua maior parte limitavam-se a retratar santos budistas e sábios taoístas, ignorando os atletas e as cortesãs que deram tanta inspiração aos artistas da Grécia. Na escultura chinesa os animais tinham preferência até sobre os filósofos e santos.

As mais antigas estátuas chinesas conhecidas são os doze colossos de bronze de Shih Huang-ti, derretidas por um imperador da dinastia Han para "fazer troco miúdo". Alguns animais de bronze em ponto pequeno da era dos Han salvaram-se, mas quase toda a estatuária foi destruída pela guerra ou a ação do tempo. A única sobrevivência de importância, temo-la nos baixos-relevos tumulares encontrados em Xantum; também aqui as figuras humanas são raras, predominando os animais. As esculturas guardam muita afinidade com as estatuetas funerárias de argila — animais e às vezes servas e esposas — que eram enterradas com o morto, em uma inteligente substituição do *suttee* indiano. Aqui e ali sobrevivem animais esculpidos, como o tigre de mármore, todo ele músculos e vigilância, que guarda o templo de Shiang-fu,[42] ou os ursos rosnantes da coleção Gardner, em Boston; há também os leões alados e papudos dos túmulos de Nanquim.[43] Estes animais e os orgulhosos cavalos dos relevos tumbais revelam uma mistura de influências grega, assíria e cita; nada há ali distintivamente chinês.[44]

Outra influência, porém, começava a se fazer sentir na China, sob forma de teologia e arte budista. Seu início se deu no Turquestão, onde construiu uma civilização da qual Stein e Pelliot desenterraram muitas toneladas de estatuária arruinada; alguns desses destroços[45] mostram a arte budista no apogeu. Os chineses adotaram sem muita alteração as formas importadas, e esculpiram Budas tão belos como os de Gandara ou Índia. O mais antigo aparece na caverna Yun Kan de Shansi (490 d.C.); e um dos melhores é o das grutas de Lung Men, no Honan. Fora destas grutas erguem-se diversos colossos, dos quais o mais original é um gracioso *Bodhi-*

sattwa e o mais imponente o Buda "Vairochana" (672 d.C.) destruído na base mas ainda instrutivamente sereno.[46] Mais a leste, em Xantum, existem cavernas em paredes esculpidas com temas de mitologia hindu, e aqui e ali um poderoso *Bodhisattwa*, como o da caverna de Yun Men (600 d.C.).[47] A dinastia T'ang continuou a tradição budista na escultura, e levou-a à perfeição no Buda sentado na província de Shensi;[48] as últimas dinastias produziram os maciços *Lohans*, discípulos de Buda, com severas caras de financistas; e algumas das figuras da deidade *mahayana* Kuan-Yin, no processo de passagem de deus para deusa.[49]

Depois da dinastia T'ang a escultura perdeu a inspiração religiosa e secularizou-se, assumindo ocasionalmente um caráter sensual; os moralistas queixaram-se, como na Renascença Italiana, de que os artistas estavam esculpindo santos graciosos como mulheres; e os sacerdotes budistas estabeleceram severas regras iconográficas, proibindo a individualização do caráter e a acentuação do corpo. Muito provavelmente foi a forte inclinação moral dos chineses que impediu o desenvolvimento da escultura; quando o *motivo* religioso perdeu a força e a atração da beleza física não pôde substituí-lo, a escultura chinesa decaiu; a religião destruiu o que já não podia inspirar. Lá para o fim da era T'ang a fonte da criação escultural começou a secar Na era Sung produziram-se poucas peças de distinção; em seguida vieram os mongóis, cuja energia foi toda dedicada à guerra; por algum tempo os Ming notabilizaram-se em *bizarreries* e colossos, como os monstros de pedra dos túmulos desses dinastas. Sufocada pelas restrições religiosas, a escultura capitulou, deixando o campo artístico entregue apenas à porcelana e à pintura.

III. PAGODES E PALÁCIOS

Arquitetura chinesa — A Torre de Porcelana de Nanquim — O Pagode de Jade de Pequim — O Templo de Confúcio — O Templo e o Altar do Céu — Os palácios de Cublai-Cã — Um lar chinês — O interior — Cor e forma

Também a arquitetura nunca se elevou a grandes alturas na China. Seus arquitetos não deixaram nome, e parecem ter sido menos admirados que os grandes ceramistas. Estruturas de proporções avantajadas raramente aparecem na China, mesmo em honra aos deuses; não vemos velhas construções além dos pagodes anteriores ao século XVI. Em 1103, os arquitetos da era Sung publicaram oito volumes belamente ilustrados do *Método de Arquitetura*; mas as obras-primas neles representadas eram quase todas de madeira e nenhuma sobreviveu. Desenhos da Biblioteca Nacional de Paris, representando residências e templos da era de Confúcio, mostram que durante a sua longa história de mais de vinte e três séculos a arquitetura chinesa se contentou com os mesmos desenhos e a mesma modéstia de proporções.[50] É possível que a extrema sensibilidade do chinês em matéria de arte e gosto o fizesse renunciar a estruturas que poderiam parecer imodestas e excessivas; e talvez a superioridade do intelecto lhe tenha de algum modo embaraçado a imaginação. A arquitetura chinesa sofreu, acima de tudo, da falta de três instituições presentes em quase todas as grandes nações da antigüidade: aristocracia hereditária, sacerdócio opulento[51] e forte governo central. Foram estas as forças que promoveram as grandes obras de arte do passado — templos, palácios, mausoléus, afrescos de largas proporções. A China foi feliz nesse ponto — nunca sofreu de nenhuma dessas instituições.

Por algum tempo a fé budista conquistou a alma chinesa, fazendo que surgissem os grandes templos cujas ruínas foram ultimamente descobertas no Turquestão.[52] Outros templos budistas sobrevivem na China, mas não resistem a uma comparação com os da Índia. Agradáveis ca-

minhos levam a esses templos, geralmente encostas com caminho em ziguezagues e portais ornamentados — os *p'ai-lus* — aparentemente derivados dos gradis dos *topes* hindus; às vezes a entrada é defendida por imagens hediondas, destinadas a atemorizar e afastar os demônios. Um dos melhores destes templos budistas é o do Buda Adormecido, perto do Palácio do Verão, em Pequim, considerado por Fergusson a mais perfeita obra arquitetural da China.[53]

Muito característico do Extremo Oriente são os pagodes que dominam a paisagem de quase todas as cidades chinesas. ("Pagode", palavra de origem muito debatida, foi tomada do termo hindu-persa *but-kadah* — "casa de ídolos"; a forma pode ser original da China, como muitos pensam,[54] ou pode ser derivada da grimpa que coroava os túmulos budistas hindus.)[55] Como o budismo que os inspirou, esses graciosos edifícios tomaram algumas das superstições populares do taoísmo e tornaram-se centros não só de cerimônias religiosas como de adivinhação geomântica, isto é, adivinhação do futuro por meio da interpretação das linhas e fendas da terra. As comunidades erigiam pagodes na crença de que tais estruturas dominavam os ventos e as cheias, propiciavam os maus espíritos e atraíam a prosperidade. Usualmente tomavam a forma de torres octogonais de tijolo, emergentes de uma base de pedra até cinco, nove ou 13 andares — sempre números ímpares (os pares eram azarentos).[56] O mais velho de todos os pagodes chineses é o de Sung Yuh Ssu, construído em 523 da nossa era na montanha sagrada de Sung Shan, em Honan; um dos mais belos é o do Palácio do Verão; os mais espetaculares são o Pagode de Jade de Pequim e o de Wutai-Shan; e o mais famoso é a Torre de Porcelana de Nanquim, construída em 1412-31 e destruída pela Rebelião T'ai-ping em 1854.

Os mais belos templos da China são os dedicados à fé oficial, em Pequim. O Templo de Confúcio está guardado por um magnífico *p'ai-lu* delicadamente esculpido, mas o templo em si é mais um monumento à filosofia do que à arte. Construído no século XIII, foi muitas vezes restaurado e remodelado. Em um nicho aberto, sobre um estrado de madeira, aparece a "Tábua da Alma do Sacratíssimo Ancestral Mestre Confúcio"; e sobre o altar principal vemos o ofertório ao "Mestre e Modelo de Dez Mil Gerações". Perto da muralha sul de Pequim erguem-se o templo e o Altar do Céu. Este altar consiste numa impressionante série de degraus de mármore e terraços, cujo número e disposição têm significado especial; e o templo é a modificação de um pagode de três andares, erguido em plataforma de mármore e construído de tijolos e telhas. Ali, às três horas da manhã de cada Ano-Novo Chinês, o imperador orava pelo triunfo de sua dinastia e prosperidade dos súditos. Em 1889 esse templo foi arruinado por um raio.[57]

Mais atraentes que esses santuários são os frágeis e tão ornados palácios que outrora abrigaram os príncipes e mandarins de Pequim. Um ímpeto de gênio arquitetural durante o reino de Ch'eng Tsu (1403-25) fez surgir o Grande Salão no túmulo dos imperadores Ming e levantou uma miscelânea de residências reais no recinto que viria a ser conhecido como a "Cidade Proibida", no mesmo ponto onde duzentos anos antes os palácios de Cublai-Cã assombravam Marco Polo. Leões horrendos guardam os dois lados da balaustrada que levam ao terraço de mármore; lá estão os edifícios oficiais, com salas do trono, salões de recepção e banquetes, e outras comodidades da realeza; e, espalhadas, doze caprichosas residências em que outrora morava a Família Imperial, com todos os parentes e servos, eunucos e concubinas. Há muita semelhança entre os palácios: as mesmas colunas esguias, as mesmas lindas gelosias, as mesmas cornijas entalhadas, a mesma profusão de cores, os mesmos tetos de beirais recurvos, os mesmos telhados maciços. E como estes primores proibidos é o segundo Palácio de Verão, algumas milhas dali; talvez mais perfeito no gênero, mais graciosamente proporcionado e minuciosamente esculpido do que as residências reais de Pequim.

Se procurarmos exprimir em resumo as características gerais da arquitetura chinesa, encontraremos como feição principal os desagradáveis muros que separam da rua a estrutura principal. Em zonas mais pobres estes muros são contínuos, de casa a casa, e neles se abrem as portas e janelas — revelando a insegurança da vida naqueles tempos. Dentro do muro está o pátio, para o qual se abrem as portas e janelas de uma ou várias casas. As casas dos pobres são tristes cortiços com entradas e corredores estreitos, teto baixo e chão de terra; em muitas delas, porcos, cães e galinhas vivem juntos com as criaturas humanas, num só cômodo. Os extremamente pobres habitam miseráveis cabanas de barro e palha. Os que mesmo na desnudez possuem

qualquer coisa cobrem o chão de esteiras ou forram-no de ladrilhos. Os abastados adornam o pátio com moitas, flores e tanques, ou rodeiam a casa de jardins. Nada de canteiros ou da geometria da jardinagem européia; em vez disso, reduções do irregular da natureza bruta, sendas, grotas, troncos caídos. E aqui e ali delicados pavilhões de repouso semi-ocultos na vegetação.

A casa chinesa nada mostra de imponente, nem mesmo quando se trata de um palácio. Nunca passa de um andar; e se há necessidade de muitos cômodos, a tendência é erguer ao lado novos edifícios, em vez de aumentar o primeiro. Daí o fato de não formarem as grandes residências nenhuma imponente unidade arquitetural e sim um ajuntamento de casas autônomas. Os materiais favoritos são a madeira e o tijolo; a pedra raro sobe além dos alicerces; o tijolo é usado nas paredes externas e a madeira nas internas. Sobre as paredes de vivas cores corre uma cornija ornamentada. O teto é sustentado pelos esteios do arcabouço e não pelas paredes ou colunas. O telhado forma parte muito importante dos templos ou das casas chinesas. Construídos de telhas vidradas — amarelas nas residências imperiais, verdes, vermelhas, purpurinas ou azuis — os tetos formam um agradável arranjo com a paisagem envolvente. Talvez as pontas dos bambus dos toldos das antigas tendas dessem ao teto do Extremo Oriente a graciosa curva dos beirais; é também muito provável que essa famosa forma derivasse do desejo de proteger a casa das chuvas.[58] Porque há poucas janelas na China; substituem-nas as gelosias ou o papel — elementos que não impedem a invasão da água.

Na fachada sul está localizada a entrada principal; dentro do ornamentado portal geralmente existe um biombo, ou parede, que tira ao visitante a vista do interior e oferece obstáculo aos espíritos maus — que sempre caminham em linha reta. O *hall* e os aposentos são penumbrosos, porque a luz exterior quebra-se nas gelosias e nos beirais tão salientes. Raramente são vistos arranjos para a ventilação, e o único aquecimento artificial é o dos braseiros portáteis, ou leitos de tijolos com fogo embaixo; não se usam chaminés ou canos.[59] Ricos e pobres padecem frio e vão para a cama protegidos por muitas roupas.[60] "Está com frio?" pergunta o viajante ao chinês; e a resposta mais freqüente é: "Sem dúvida."[61] O teto pode ser enfeitado de alegres lanternas de papel; as paredes podem ser adornadas de rabiscos caligráficos, desenhos a tinta ou sedas bordadas ou pintadas. Em regra o mobiliário consiste de pesadas peças de ébano luxuriantemente entalhadas: as peças mais leves são de laca. Conquanto seja o único povo oriental a sentar-se em cadeiras, ainda assim o chinês prefere reclinar-se. Numa mesa especial ou numa estante ficam os vasos sacrificiais para as oferendas aos mortos. Nos fundos localizam-se os aposentos das mulheres. As bibliotecas muitas vezes ocupam um corpo do edifício à parte.

A impressão geral deixada pela arquitetura chinesa é de encantadora fragilidade. A cor domina a forma, e a beleza tem que ser alcançada sem o auxílio da sublimidade. Os templos ou palácios chineses não procuram dominar a natureza, mas sim colaborar com ela, na perfeita harmonia do todo, dependente da modéstia das partes. Na construção chinesa não vemos a força, a segurança, a permanência, como se os arquitetos temessem a destruição pelos terremotos. São construções de dificílima classificação na mesma arte que produziu os monumentos de Carnac e Persépolis, ou da Acrópole; não constituem a arquitetura como a conhecemos no Ocidente, mas uma ampliação do entalhe de madeira, da cerâmica, da escultura em pedra; e harmonizam-se melhor com a porcelana e o jade do que com os poderosos edifícios que um misto de engenharia e arquitetura deu à Índia, à Mesopotâmia e a Roma. Se não lhes pedimos a grandeza e a solidez em que seus construtores jamais pensaram, e se as aceitamos como camafeus arquiteturais do mais fino gosto e da mais frágil estrutura, então elas se situam como uma natural e apropriada forma da arte chinesa — e como uma das coisas mais graciosas já feitas pelos homens.

IV. PINTURA

1. *Mestres da Pintura Chinesa*

Ku K'ai-chih, "o maior dos pintores, sábio e louco" — Miniaturas de Han Yu — Escolas clássica e romântica — Wang Wei — Wu Tao-tsé — Hui Tsung, o artista-imperador — Mestres da época Sung

Pelo muito que a pintura chinesa diferia da sua, a Europa mostrou-se perdoavelmente atrasada em tomar conhecimento dela. Em primeiro lugar, a pintura do Extremo Oriente nunca foi feita sobre tela; no período da influência budista o sistema adotado foi a pintura do tipo afresco; mais tarde passou a ser feita no papel; na maioria das vezes, porém, o material empregado era a seda — e a fragilidade da seda encurtou a vida de muitas obras-primas. Em segundo lugar, as pinturas chinesas tinham um tom comum de leveza; eram sobretudo aquarelas, e não apresentavam assim o sensual encorporamento das tintas a óleo européias. Os chineses experimentaram a tinta a óleo, mas talvez a achassem muito grosseira e pesada para seus propósitos tão delicados. Para eles a pintura, pelo menos no começo, era um ramo da caligrafia ou das habilidades da pena; o pincel usado na pintura era o mesmo usado na escrita, e muitas das obras-primas chinesas foram feitas com pincel e tinta de escrever. (Embora a escrita em suas origens fosse uma forma do desenho ou da pintura, os chineses classificam a pintura como forma da escrita, e consideram a caligrafia uma grande arte. Espécimes de bela escrita ornamentam as paredes chinesas; e os devotos da arte colecionam obras-primas desse gênero como os amadores europeus colecionam vasos ou quadros. O mais famoso calígrafo chinês parece ter sido Wan-Hsi-Chih [400 d. C.], cuja letra foi usada no entalhe dos primeiros blocos de impressão. O grande Imperador T'ai Tsung recorreu ao furto para apanhar de Pien-tsai um manuscrito de Wang. Pien-tsai caiu em tristeza profunda, perdeu a fome e morreu.[62]) Em terceiro e último lugar, as grandes realizações da arte chinesa eram inconscientemente afastadas dos olhos dos viajantes ocidentais. Porque os chineses não exibem suas pinturas nas paredes, mas enrolam-nas e guardam cuidadosamente. Dispõem-nas em seqüência sobre rolos de papel ou seda, e as "lêem" como se fossem um manuscrito; só as pinturas menores ou de menos importância vão para as paredes, sem moldura; outras vezes vemo-las em série num biombo. Ao tempo da dinastia Sung já a arte da pintura havia desenvolvido 13 "ramos"[63] e inumeráveis formas.

A literatura chinesa menciona a pintura como arte já existente muitos séculos antes de Cristo; o seu exercício continuou na China até os nossos dias, a despeito das interrupções das guerras. Quer a tradição que o primeiro pintor tenha sido uma pintora, Lei, a irmã do piedoso Imperador Shun; "Ai de mim!" exclamou um crítico azedo, "esta arte divina inventada por uma mulher!"[64] Nada sobreviveu da pintura Chou; mas deduzimos das palavras de Confúcio que por esse tempo a arte já era velha: o velho filósofo nos dá conta de como foi afetado pelos afrescos do Grande Templo, em Lo-yang.[65] Durante os primeiros tempos da dinastia Han queixou-se um escritor de que certo grande herói não havia sido suficientemente pintado: "Os bons artistas são muitos: por que um deles não o pinta?"[66] Conta-se a história de um Lieh-I de grande virtuosidade, capaz de traçar uma linha reta de mil pés de extensão, ou de desenhar um minucioso mapa da China em uma polegada quadrada de superfície, ou de en-

cher a boca de tinta e cuspi-la em forma de pintura; as suas aves eram tão naturais que o espectador só se admirava de que não voassem.[67] Há sinais de que a pintura chinesa alcançou um dos seus zênites nos começos da nossa era,[68] mas o tempo e as guerras destruíram as provas. Desde os dias em que os guerreiros de Ch'in saquearam Loyang (249 a. C.), queimando tudo quanto não podiam usar, até o levante (1900 d. C.), quando os soldados de Tung Cho empregaram pinturas em seda como papel de embrulho, as vitórias da arte e da guerra, em eterno conflito, vieram sempre se alternando — destruição sistemática e constante criação.

Assim como nos séculos III e IV o cristianismo transformou a cultura e a arte do Mediterrâneo, assim também, nos mesmos séculos, o budismo efetuou a revolução teológica e estética da vida chinesa. Enquanto o confuncionismo retinha o poder político, o budismo, misturado com o taoísmo, tornou-se a força dominante na arte, e trouxe aos chineses o estimulante contato dos motivos, símbolos, métodos e formas hindus. O maior gênio da pintura sino-budista, Ku K'aichih, foi homem de tamanha personalidade que o tempo o recobriu de uma teia de anedotas e lendas. K'ai-chih, apaixonado por uma jovem sua vizinha, pediu-lhe a mão; ignorante da fama do artista, a moça o recusou. Ele então pintou-lhe o retrato na parede, com um espinho espetado no coração — e a partir desse momento a moça começa a consumir-se. O pintor volta a cortejá-la e vence; tira o espinho da pintura e ela sara. Quando os budistas procuraram levantar dinheiro para construir um templo em Nanquim, K'ai-chih prometeu dar um milhão em dinheiro; toda a China riu-se da oferta, porque ele não passava de um artista pobre. "Dêem-me uma parede", pediu ele, e, sendo atendido, nela pintou Uimala-Kirti, um santo budista; depois reuniu os sacerdotes e explicou-lhes como fazer para levantar o milhão prometido. "No primeiro dia cobrareis 100.000 moedas de entrada de quem queira ver a pintura; no segundo dia cobrareis 50.000; e do terceiro em diante os curiosos pagarão o que quiserem." Assim foi feito e o milhão prometido apareceu.[69] K'ai-chih pintou uma longa série de cenas budistas, que não chegaram até nós. (O Museu Britânico atribui a K'ai-chih um esmaiado, mas lindo, rolo de cinco pinturas sobre o viver familial;[70] o Templo de Confúcio em Chu-fu possui uma pedra gravada segundo um desenho de K'ai-chih; e na galeria Freer, em Washington, há duas excelentes cópias de composições a ele atribuídas.[71]) Também escreveu três tratados sobre a pintura, dos quais se salvaram fragmentos. Para ele as coisas mais difíceis de serem pintadas eram os homens; a seguir, as paisagens, os cavalos e finalmente os deuses.[72] K'ai-chih também era filósofo e sob o retrato que fez do imperador escreveu: "Nada alto existe na Natureza que não venha abaixo. (...) Quando o sol chega ao zênite começa a descambar; depois do apogeu da cheia, a lua entra em minguante. A ascensão à glória é tão dura como construir uma montanha por meio de grão de pó; cair na desgraça é tão fácil como o retorno da mola esticada."[73] Seus contemporâneos consideram-no a mais eminente personalidade dos tempos — na arte, no saber e na loucura.[74]

A pintura floresceu na corte dos T'ang. "Há tantos pintores como estrelas no céu," disse Tu Fu, "mas poucos artistas."[75]No século IX Chang Yen-Yuan escreveu um livro, *Pintores Eminentes de Todas as Épocas,* no qual descreveu a obra de 370 artistas. Conta que a pintura de um mestre foi vendida por 20.000 onças de prata. Mas previne os leitores contra o risco de se apreçar a arte pelo padrão monetário; "as boas pinturas", escreve, "são mais preciosas que o ouro e o jade; as más não valem um caco de telha".[76] Dos pintores T'ang ainda sabemos os nomes de 220; de suas obras, porém,

nada subsiste, porque os tártaros que saquearam Ch'ang-an em 756 d.C. não mostravam qualquer interesse pela pintura. Apreendemos algo da atmosfera de arte que se mistura com a poesia do tempo na história de Han Yu, o famoso "Príncipe da Literatura". Certa vez obteve de um companheiro de hospedaria uma preciosa miniatura em que figuravam 123 efígies humanas, 83 cavalos, 30 outros animais, três carros e 151 objetos diferentes. "Pensei muito naquilo, por não poder ser obra de um mesmo homem tamanha variedade de excelências; e soma nenhuma me levaria a desfazer-me da obra-prima. No ano seguinte deixei a cidade e fui para Ho-Yang; e lá, um dia, discutindo arte com pessoas desconhecidas, mostrei-lhes a miniatura. Entre essas pessoas estava um Sr. Chao, censor, homem de cultura, o qual, ao ver a obra, mostrou-se impressionado, e por fim disse: 'Esta miniatura é cópia feita por mim, na mocidade, de um trabalho da Galeria Imperial. Perdia-a há 20 anos, em uma viagem pela província de Fukien.'" Han Yu imediatamente entregou a miniatura ao Sr. Chao.

A exemplo do que ocorreu na religião, formaram-se na pintura chinesa duas escolas chefiadas por Chu-Hsi e Wang Yang-ming, equivalentes ao classicismo e ao romantismo ocidentais. A escola clássica, ou do norte, primava na correção e na sobriedade do desenho, enquanto a escola do sul dava à imaginação toda a liberdade de linhas e cor. O sul era Montmartre reagindo contra as limitações do norte, desdenhando o simples realismo, usando os objetos apenas como elementos de experiência espiritual, e os tons cromáticos como os tons musicais.[77] Li Ssu-hsun, que pintava na corte de Ming Huang, encontrou tempo, em meio aos altibaixos políticos e o exílio, de fundar a escola do norte. Pintou algumas das primeiras paisagens chinesas, chegando a um realismo que se tornou lendário; o imperador confessava ouvir à noite o rumor da cachoeira pintada por Li em um biombo do palácio; de outra pintura de Li um peixe escapara aos pulos e fora mais tarde descoberto em uma lagoa; todas as nações contam histórias deste tipo sobre seus pintores. A escola do sul emergiu do natural impulso de inovação artística e do gênio de Wang Wei; em seu estilo impressionista uma paisagem torna-se apenas o símbolo de um estado de espírito. Poeta tanto quanto pintor, Wang procurava ligar as duas artes, fazendo a pintura expressar o poema; dele tiraram os homens uma frase hoje aplicada a quase toda a poesia e pintura chinesas: "Cada poema é uma pintura e cada pintura é um poema". (Em muitos casos escreviam o poema sobre a pintura, numa caligrafia que já era em si uma obra de arte.) Segundo dizem, Tung Ch'i-ch'ang passou a vida inteira procurando um autêntico Wang Wei.[78] (Só restam cópias: uma cachoeira no templo de Chisakuin, em Quioto,[79] e um rolo intitulado "Cenário de Wang Ch'uan", em duas cópias, uma no Museu Britânico e outra na Galeria Freer, em Washington.)[80]

O maior pintor da era T'ang — e, por unânime consenso, de todo o Extremo Oriente — ergueu-se acima de quaisquer distinções de escolas. Wu Tao-tsé mereceu este nome — Wu, Mestre do *Tao* , ou o Caminho, porque todos os vagos pensamentos considerados por Lao-tsé e Chuang-tsé muito sutis para serem expressos por palavras parecem evolar naturalmente das linhas e cores de seu pincel. "Um pobre órfão", diz um historiador chinês, "mas dotado de uma natureza divina; antes de chegar à puberdade já era um mestre e inundava Lo-Yang com suas obras." A tradição representa-o como dado ao vinho e às façanhas da força física; Wu achava que o espírito só produz bem quando espicaçado de leve embriaguez.[81] Mostrou-se excelente em todos os gêneros: homens, deuses, diabos, Buda, pássaros, construções, paisagens — tudo parecia fluir naturalmente do seu pincel. Utilizou-se com igual mestria

da seda, do papel e das paredes rebocadas de novo; pintou 300 afrescos para os edifícios budistas, um dos quais, contendo para cima de mil figuras, tornou-se tão famoso na China como a *Última Ceia* no Ocidente. Noventa e três de suas pinturas figuravam na Galeria Imperiai no século XII, 400 anos depois de sua morte; sua representação do purgatório tanto aterrorizou os carniceiros e peixeiros da China que eles abandonaram essas profissões antibudistas; e sua recomposição de um sonho de Ming Huang convenceu o imperador de que Wu tinha tido o mesmo sonho que ele.[82] "Trouxe tudo em meu coração", explicou Wu, e isolando-se numa sala do palácio pintou, dizem, 100 milhas de paisagem.[83] (Confronte-se com o ponto de vista de Croce que acha que a arte está mais na concepção do que na execução.)[84] Quando foi retratar o general Pei não lhe pediu que posasse, mas sim que dançasse a dança da espada; em seguida pintou o general com tamanho realismo que seus contemporâneos atribuíram aquilo a uma inspiração divina. Tão grande foi a reputação de Wu que, prestes a terminar algumas figuras do templo de Hsing-shan, "toda Ch'ang-an veio vê-lo dar os últimos retoques". Rodeado pela multidão, diz um historiador chinês Wu pintou os halos com tão violento ímpeto que deu a idéia de empolgado por um redemoinho, e todos gritaram que algum deus o estava ajudando:[85] o preguiçoso sempre atribuirá genialidade a alguma "inspiração" que apareça por mera expectação. Já na velhice, diz um lindo conto, Wu pintou uma enorme paisagem, entrou numa cova nela representada e nunca mais foi visto.[86] Nunca a pintura conheceu maior mestria e delicadeza de linhas.

Sob os imperadores Sung a pintura tornou-se a paixão dos chineses. Emancipando-se da subserviência aos temas budistas, expandiu-se em variedade e quantidade sem precedentes. O próprio Imperador Hui Tsung não foi dos últimos entre os 800 pintores da época. Em um rolo que é uma das preciosidades do Museu de Boston, Hui Tsung pintou com grande simplicidade e clareza os estágios da preparação da seda pelas mulheres;[87] também fundou um museu de arte, mais rico em obras-primas do que qualquer coleção chinesa até então conhecida;[88] elevou a Academia de Pintura de simples departamento do Colégio de Literatura a instituição independente da mais alta classe; substituiu por testes de arte os exercícios literários exigidos nos exames para os cargos públicos e elevou ao ministério muitos homens unicamente pela mestria demonstrada na pintura.[89] Sabendo disto, os tártaros invadiram a China, depuseram o imperador, saquearam a capital e destruíram quase todas as pinturas do Museu Imperial, cujo catálogo enchia 20 volumes.[90] Conduzido pelos invasores, o artista-imperador morreu no cativeiro.

Maiores que este real pintor foram Kuo Hsi e Li Lung-mien. "Para grandes pinheiros, enormes árvores, torrentes, precipícios, picos de montanhas de 10.000 formas ora envoltos em névoa ora na mortalha da penumbra, Kuo Hsi passou à frente de todos da sua geração."[91] (Em Washington a Freer Gallery possui uma "Paisagem sobre o Hoang-ho" duvidosamente atribuída a Kuo Hsi.)[92] Li Lung-mien era artista sábio, funcionário bem-sucedido e cavalheiro, e sempre honrado pelos chineses como um acabado tipo de cultura. Passou da profissão de calígrafo à de desenhista e pintor, e raramente recorreu a outro material que não a tinta de escrever. Gloriava-se das rigorosas tradições da escola do norte e entregou-se de corpo e alma à obtenção do apuro e da finura de linhas. Pintava tão bem animais, que quando seis cavalos que pintara morreram ele foi acusado de, com sua pintura, haver-lhes roubado a força vital. Um sacerdote budista advertiu-o de que, se continuasse a pintá-los com tanta freqüência e

tanta atenção, acabaria por se transformar em um deles; aceitando o conselho, Li pintou 500 *lohans*. Podemos julgar da sua reputação pelo fato de ter a Galeria Imperial, ao tempo do saque, 170 obras suas.

Outros mestres fazem jus à citação: Mi Fei, gênio excêntrico que estava sempre lavando as mãos e mudando de roupa, quando não estava colecionando velhos mestres ou pintando paisagens por meio de manchas, sem nenhuma linha de contorno; Hsia Kuei, cujo longo rol de cenas do Yung-tsé levou muitos entendidos[93] a pô-lo à frente de todos os paisagistas do mundo; Ma Yaun, cujas delicadas paisagens enriquecem o Museu de Boston (particularmente interessante é a *Dama Ling-chao de Pé na Neve*. A dama [uma santa budista do século VIII] está em silenciosa meditação, como Sócrates nas neves de Platéia. O mundo [parece ser este o pensamento do artista] não passa de nossa mente — e nossa mente pode por um instante ignorar o mundo); Liang K'ai, com o seu soberbo retrato de Li Po; Mu-ch'i, com o seu terrível tigre, e o triste e suave Kuan-Yin; e outros, cujos nomes nada dizem ao Ocidente mas falam muito alto aos orientais. "A cultura Sung", diz Fenollosa, "foi a mais alta expressão do gênio chinês."[94]

Quando procuramos julgar da qualidade da pintura chinesa no apogeu dos T'ang e Sung, sentimo-nos na posição dos futuros historiadores que procurarem escrever sobre a Renascença italiana depois que todas as obras de Rafael, Leonardo e Miguel Ângelo estiverem perdidas. Quando o barbarismo destruiu-lhe as obras-primas e interrompeu durante séculos a continuidade do seu desenvolvimento, a pintura chinesa ficou como se houvesse perdido a alma; e embora nas outras dinastias sobejassem pintores de alto mérito, nenhum se alçou ao nível dos anteriores. Quando pensarmos sobre a China, devemos vê-la, não como uma sociedade esmagada pela pobreza, enfraquecida pela corrupção, despedaçada pelas facções e degradada pela derrota, mas como nação que na sua longa história tem tido idades comparáveis às de Péricles na Grécia, de Augusto em Roma e dos Médicis na Itália. E que ainda pode elevar-se a essas alturas.

2. *Qualidades da Pintura Chinesa*

A rejeição da perspectiva — Realismo — A linha tão nobre quanto a cor — Forma e ritmo — Representação por sugestão — Convenções e restrições — Sinceridade da arte chinesa

Que distingue a pintura chinesa? Primeiro, a sua forma em rolo ou em biombos. Mas isto é um aspecto material: muito mais característico e fundamental é o desprezo da perspectiva e da sombra. Quando dois pintores europeus aceitaram o convite do imperador K'ang-hsi para decorar seus palácios, os esboços foram rejeitados porque, numa aléia de colunas, as do fundo eram menores que as da frente; nada podia ser mais falso e artificial, disseram os chineses, do que representar distâncias onde não as havia.[95] Nenhuma das partes pôde aceitar os preconceitos da outra, porque os europeus haviam aprendido a ver as cenas do mesmo nível em que elas se desdobram e os chineses a vê-las do alto.[96] Quanto às sombras, os chineses se acham deslocados numa forma de arte que não visa copiar a realidade, mas dar prazer, transmitir estados de espírito e sugerir idéias por meio da forma perfeita.

A forma era tudo nessas pinturas, mas não procurada no calor ou esplendor das cores, e sim no ritmo e exatidão da linha. Nas primitivas pinturas era a cor totalmente excluída, e nos mes-

tres sempre foi rara; tinta negra e um pincel eram o bastante, porque a cor nada tem a ver com a forma.

A forma, como disse o pintor-teorista Hsieh Ho, é ritmo; primeiramente, no sentido de que a pintura é a fixação de um gesto rítmico — uma dança executada pela mão;[97] e também no sentido de que a forma revela o "ritmo do espírito", a essência e o sereno movimento da realidade.[98] Finalmente, o corpo do ritmo é a linha — não a linha descritiva do contorno das coisas, mas a linha construtora de formas que, por sugestão ou símbolo, expressam a alma. A habilidade de execução, distinta do poder de percepção, sentimento e imaginação, jaz, na pintura chinesa, inteiramente no apuro e delicadeza da linha. O pintor deve observar com paciente cuidado e possuir intensa dominação de si, deve conceber com clareza seu propósito e, sem admitir a possibilidade de correção, transmitir para a seda, por meio de toques seguros e fáceis, o que sua imaginação cria. A arte da linha alcançou o ápice na China e no Japão, como a arte da cor alcançou o zênite em Veneza e na Holanda.

A pintura chinesa nunca se preocupou com o realismo; procurava antes sugerir do que descrever; deixava a "verdade" para a ciência e visava à beleza. Um ramo emergindo de parte nenhuma e imprimindo umas poucas folhas ou flores contra o céu azul constituía um tema suficiente para o maior dos mestres: a realização e as proporções do fundo vazio eram testes da sua coragem e habilidade. Um dos temas propostos aos candidatos à Academia de Pintura ilustra a tendência chinesa para a sugestão antes que para a representação realista: os candidatos tinham de ilustrar estes versos: "O casco de seu cavalo erguia-se carregado com o cheiro das flores pisadas." Venceu o concurso o candidato que pintou um cavaleiro com um bando de borboletas a seguir na esteira de seu cavalo.

Como a forma era tudo, o assunto podia ser nada. Raramente os homens apareciam como o centro ou a essência da pintura; e se apareciam era sempre na velhice e repetidos na mesma forma. O pintor chinês, conquanto não visivelmente pessimista, raro olhava para o mundo com os olhos do jovem. Pintavam-se retratos, mas indiferentemente; o artista não se interessava por indivíduos. Na aparência gostava mais dos animais e das flores; Hui Tsung, senhor de todo um imenso império, passou a metade da vida pintando flores e pássaros. Às vezes as flores e animais eram símbolos, como o lótus e o dragão; em sua maior parte eram desenhados por si mesmos, sem simbolismo, porque o encanto e mistério da vida neles apareciam tão completamente como no homem. Apreciavam principalmente o cavalo; e artistas como Han Kan não se afastavam desse tema.

A pintura chinesa, vale observar, sofria das restrições religiosas e acadêmicas; copiar os velhos mestres e imitá-los tornou-se uma causa de retardamento no treino dos estudantes; havia ainda as limitações do material.[99] "Em meus dias de moço", diz um eminente crítico da era Sung, "eu louvava os mestres de cujas obras gostava; mas com o amadurecimento do meu senso crítico passei a louvar a mim mesmo por apreciar o que os mestres escolheram para ser por mim apreciado."[100] Espanta a vitalidade que permaneceu nessa arte a despeito de suas convenções e cânones; como Hume iria dizer dos escritores franceses do Século das Luzes, as limitações que o artista sofria forçavam-no a ser brilhante.

O que salvou da estagnação os pintores chineses foi a sinceridade de seus sentimentos para com a natureza. O taoísmo ensinara-lhes essa sinceridade e o budismo a acentuara com a idéia da unidade entre o homem e a natureza. Assim como os poetas encontram na natureza um refúgio da luta urbana e os filósofos um modelo de moral e um guia para a vida, assim também os pintores cismavam diante de murmurosos riachos ou perdiam-se nas florestas, sentindo que naquelas coisas silenciosas o Espírito Sem Nome expressava-se mais claramente do que no túmulo da civilização. (A pintura de paisagem, em chinês, tinha o nome de *Shan-sui*, isto é, montanha e água.) A natureza, tão cruel na China, distribuindo tanta morte com o frio e o calor, era estoicamente aceita como supremo deus dos chineses, e deles não recebia apenas sacrifícios religiosos mas a tríplice adoração da filosofia, da literatura e da arte. Prova da profundidade da cultura chinesa temo-la no fato de que, mil anos antes de Claude Lorraine, Rousseau, Wordsworth e Chateaubriand, os chineses já sentiam a paixão pela natureza, e tinham criado uma escola de paisagem cujas obras equivalem a uma das mais altas expressões do gênio humano.

V. PORCELANA

A arte da cerâmica — O fabrico da porcelana — Sua história — Céladon — *Esmaltes — A perícia de Hao Shih-chiu —* O cloisonné — *A idade de K'ang-hsi — Ch'ien Lung*

Ao aproximar-nos da arte chinesa por excelência, sentimo-nos embaraçados pela nossa tendência de classificar a cerâmica como indústria. Para nós do Ocidente, afeitos a pensar da "louça" como coisa de copa e cozinha, uma "olaria" é o lugar onde a louça é feita; é uma fábrica como outra qualquer, e seus produtos não nos provocam exaltadas associações de idéia. Mas para o chinês a cerâmica era uma grande arte, além de combinar a beleza com o uso e dar ao maior pendor nacional chinês — o uso do chá — aparelhos profundamente sedutores tanto para a ponta dos dedos como para os olhos; e ainda lhes adornava as residências com formas de tal beleza que mesmo as famílias mais pobres podiam viver em contato com a perfeição. A cerâmica foi a escultura da China.

A cerâmica é, em primeiro lugar, a indústria que coze a argila sob formas desejadas; em segundo, a arte que dá beleza a essas formas; e em terceiro, a totalidade dos objetos produzidos por essa indústria e essa arte. E porcelana é a cerâmica vitrificada; a argila em mistura com outros minerais e exposta ao fogo funde-se, dando uma substância translúcida de alguma semelhança com o vidro. (Quando esse material foi introduzido na Europa recebeu o nome de "porcelana" [ou concha "caurim"], por causa da semelhança com as costas redondas do *porcella*, ou leitão.[101]) Os chineses fabricavam a porcelana com dois minerais: o caulim, argila branca e pura formada pela decomposição do feldspato, e o *pe-tun-tse,* um quartzo fusível que dá ao produto a sua translucidez. Moídos esses materiais, misturados com água e reduzidos a pasta, são moldados a mão ou no torno, e submetidos a uma alta temperatura; ocorre a transformação da massa numa substância vítrea, brilhante e durável. Às vezes os oleiros, não contentes com a simples porcelana branca, cobrem a "pasta", isto é, o objeto moldado mas ainda não queimado, com "um vidrado" ou fina camada de vidro em pó, e só então vai ele ao fogo; outras vezes aplicam o vidro depois de queimada a peça e reduzida a *biscuit,* e levam-na ao fogo novamente. Em regra o vidrado é colorido, mas em muitos casos a pasta recebe a cor antes de ser vidrada, ou as cores são dadas sobre o vidrado, indo o objeto ao fogo para ser fundido. Estes "sobrevidrados", a que chamamos esmaltes, eram feitos de vidros coloridos desfeitos em pó, misturados com água e aplicados com pincel. Obreiros especializados cuidavam das pinturas; uns só traçavam flores; outros, animais ou paisagens; outros, santos e sábios em meditação nas montanhas, ou cavalgando estranhos monstros sobre as ondas do mar.

A cerâmica chinesa é velha como a Idade da Pedra; em Honan e Kansu o Prof. Anderson encontrou vasos que dificilmente serão de época posterior a 3000 a. C.;[102] e a excelente forma e o bem-acabado destas peças nos induzem a crer que a arte já era velha. Algumas lembram a cerâmica de Anau, sugerindo para a civilização chinesa origem ocidental. Muito inferiores a estes produtos neolíticos são os fragmentos da cerâmica funerária descoberta em Honan e atribuída aos últimos anos da dinastia Shang. Nenhuma peça de valor artístico aparece antes da era dos Han, na qual encontramos não só cerâmica como os primeiros vidros do Extremo Oriente. (Os egípcios vidravam a cerâmica muitos séculos antes de Cristo. As decorações da mais antiga cerâmica vidrada da China mostram que o processo veio do Oriente Próximo.[103]) Sob os imperadores T'ang a crescente popularidade do chá trouxe grande estímulo à arte da cerâmica; o gênio, ou algum acidente, revelou, lá pelo século IX, a possibilidade de produzir-se um vaso vitrificado não só na superfície mas integralmente — a verdadeira porcelana. Suleiman, um viajante muçulmano desse século, contava aos seus patrícios: "Há na China uma argila finíssima com que eles fazem vasos quase tão transparentes como o vidro; de fora vê-se a água dentro."

Recentes escavações em depósitos do século IX revelaram em Samarra, no Tigre, peças de porcelana chinesa. Outra descoberta dessa substância fora da China ocorreu em 1171, quando Saladino mandou 41 peças de porcelana como presente ao sultão de Damasco.[104] A manufatura da porcelana só teve início na Europa depois de 1470; e era mencionada como arte que os venezianos haviam aprendido dos árabes durante as Cruzadas.[105]

O período clássico da porcelana chinesa foi a era Sung. Os ceramistas julgam pertencer a essa época o que se salvou de mais antigo e melhor; os próprios oleiros da era Ming, que muitas vezes os igualavam, referiam-se à cerâmica Sung em termos reverentes, e os colecionadores entesouravam suas inapreciáveis obras-primas. As grandes fábricas em Ching-te-chen, fundadas no século VI perto dos ricos depósitos de minerais empregados no fabrico da porcelana, foram oficializadas, e por toda a China começou a correr uma torrente de pratos, xícaras, vasos, caixas, tabuleiros de xadrez, castiçais, cabides, toda sorte de objetos feitos de porcelana.[106] E pela primeira vez aparecem as peças verde-jade conhecidas como *céladon* (nome do herói da novela *L'Astrée*, de Urfé, que andava continuamente vestido de verde[107]), tão queridas dos colecionadores (do ponto de vista ocidental, uma é tão difícil como a outra: porque os japoneses, tendo reunido a maior parte das peças existentes, recusam-se a vendê-las pelo preço que for; e nenhuma cerâmica posterior conseguiu rivalizar a perfeição dos produtos Sung) e cuja produção constitui uma das ambições da cerâmica moderna. Alguns espécimes foram mandados pelo sultão do Egito a Lourenço de Médicis em 1487. Os persas e os turcos apreciavam-na não só pela extrema finura das peças e pelo brilho peculiar, como ainda pela propriedade de detectar veneno; dizia-se que mudava de cor a taça de *céladon* que recebesse uma bebida venenosa.[108] Nas famílias dos colecionadores as peças de *céladon* passavam de geração em geração.[109]

Por quase 300 anos os mestres da era Ming trabalharam para manter a arte da porcelana no alto nível a que a ergueram os mestres da era Sung, e não foram mal sucedidos. Quinhentos fornos queimavam porcelana em Ching-te-chen, e só a corte consumiu 96.000 peças de porcelana para adornar seus palácios e jardins.[110] Por essa época surgiram os primeiros esmaltes de valor; e também as porcelanas amarelas e as "cascas de ovo" azuis e brancas chegaram à perfeição; uma das mais famosas obras-primas da cerâmica mundial é a taça que traz o nome do Imperador Wan-li (ou Shen Tsung), de cor azul e branca e montada em prata. Entre os mestres da era Wan-li figurava Hao Shih-chiu, que fazia taças de vinho pesando pouco mais de meio grama. Certo dia, conta um historiador chinês, Hao foi à casa de um alto funcionário e pediu para examinar um trípode de porcelana lá existente com outros espécimes da era Sung. Hao examinou cuidadosamente a trípode e às ocultas copiou detalhes num papel que trouxera sob a manga. Seis meses depois voltou à casa do funcionário e disse: "Vossa Excelência é dono de uma trípode de *ting-yao* (nome dado pelos chineses à porcelana Sung cor de marfim). Eis aqui outro exemplar dessa peça." O funcionário comparou a nova peça com a sua e não viu nenhuma diferença. Hao, então, contou que era apenas uma imitação, e vendeu-a por 60 moedas de prata; o funcionário revendeu-a por 1.500.[111]

Foi na era dos Ming que o *cloisonné* chinês atingiu à mais alta excelência. Tanto a palavra como a arte vieram de fora; a palavra deriva do francês *cloison* (separação) e a arte nasceu no Oriente Próximo, nos dias bizantinos; os chineses referem-se a esses produtos como *Kuei Kuo*

yao — artigos da terra do diabo.[112] O processo consiste em recortar finas tiras de cobre, prata ou ouro e soldá-las de pé sobre uma placa ou objeto de metal; formam-se assim os *cloisons*, que depois são enchidos com esmalte em pó; levado ao forno, o esmalte funde; depois a superfície é alisada com pedra-pomes e polida com carvão de madeira, deixando-se bem visíveis e brilhantes os frisos metálicos dos *cloisons*. Os mais antigos exemplares do *cloisonné* chinês são uns espelhos que a cidade de Nara, no Japão, importou em meados do século VIII. Existem peças do fim da dinastia mongol Yuan e as melhores são contemporâneas do Imperador Ching Ti, dos Ming. O último grande período do *cloisonné* ocorreu sob os imperadores manchus do século XVIII.

As fábricas de Ching-te-chen foram destruídas pelas guerras do fim da dinastia Ming, e só ressurgiram com a ascensão do mais esclarecido soberano chinês, K'ang-hsi, o qual, como o seu contemporâneo Luís XIV, viera ao mundo integralmente rei. Sob a sua direção as fábricas foram reconstruídas, e passaram a funcionar três mil fornos. Nunca a China ou qualquer outro país viu maior inundação de bela cerâmica. Os mestres de K'ang-hsi achavam seus produtos inferiores aos da era dos Ming, mas os modernos conhecedores não concordam com tal apreciação. As velhas formas foram imitadas e opulenta variedade de novas formas se desenvolveu. Usando vidrado cujo ponto de fusibilidade era diferente do da pasta, os ceramistas manchus obtinham a superfície *craquelée*; e, soprando no vidro bolhas de tinta, obtinham o *soufflé*, ou peças pintalgadas de pequenos círculos coloridos. Tornaram-se mestres na arte da monocromia, e desenvolveram os vermelhos flor de pêssego, rubi, coral, vermelhão, sangue de boi e Rose-du-Barry; os verdes pepino, maçã, pavão e *céladon*; os azuis Mazarino, lilás e turquesa; os amarelos e brancos de um aveludado que dá a impressão de translúcido. Criaram estilos ornamentais que os colecionadores franceses distinguem como *Famille Rose, Famille Verte, Famille Noire* e *Famile Jaune*. No campo da policromia desenvolveram a difícil arte de submeter uma peça já no forno a alternadas correntes de ar puro e ar fuliginoso, o primeiro fornecendo oxigênio, o segundo retirando-o, de tal maneira que o vidrado verde se transformava em chama de muitas cores — a que os franceses chamavam *flambé*. Pintavam nas peças as figuras de altos funcionários, de compridas vestes de cauda, e criaram o estilo "mandarim". Pigmentavam flores de ameixa em branco sobre fundo azul ou negro, e deram ao mundo a graça e a delicadeza do vaso com ornamentação do espinheiro estilizado.

A última grande era da porcelana chinesa sobreveio no próspero reino de Ch'ien Lung. A *Famille Rose* atingiu nesse tempo o ápice da perfeição e espalhou metade das flores e frutas da natureza sobre os mais brilhantes vidrados, enquanto a porcelana "casca de ovo" fornecia caríssimos quebra-luzes aos milionários extravagantes.[113] Mas, depois de quinze anos de sangueira (1850-64), a rebelião T'ai-ping arruinou quinze províncias, destruiu 600 cidades, matou 20 milhões de criaturas e de tal modo empobreceu a dinastia manchu que ela se viu forçada a retirar o apoio que dava à cerâmica, deixando que as fábricas fechassem as portas e os mestres se dispersassem.

Depois dessa devastação, a arte da porcelana nunca mais se ergueu na China, talvez nunca mais se erga. Outros fatores contrários vieram reunir-se aos apontados. O crescimento da exportação levou os artistas a desenharem peças adequadas ao gosto europeu, e, como este gosto não valia o dos chineses, a má cerâmica eliminou a boa, como no caso da lei monetária de Gresham. Por volta do ano 1840 as fábricas inglesas deram início ao fabrico de porcelanas inferiores em Cantão, destinadas à exportação, e vem daí o nome de "louça da China". Estabeleceram-se fábricas em Sèvres, na

França, em Meissen, na Alemanha, e em Burslem, na Inglaterra, que imitaram os chineses, baixando o custo da produção, e foram substituindo a China no comércio da porcelana.

Podemos dizer que o que sobrevive na arte da porcelana é a lembrança do que ela foi em seus tempos áureos, porque a cerâmica européia não conseguiu igualar e alcançar as sutilezas da chinesa. Os colecionadores constantemente elevam o preço das obras-primas sobreviventes; pedem $500 por uma xícara de chá, e recebem $23.600 por um vaso de espinheiro; já em 1767 dois "Cães de Fo", de porcelana "turquesa", postos em leilão, alcançaram cinco vezes mais que o quadro *Menino Jesus*, de Guido Reni, e três vezes mais que a *Sagrada Família*, de Rafael.[114] Mas quem quer que haja sentido, com o tato e com os olhos, a beleza da porcelana chinesa considerará como sacrílegos esses apreçamentos; o mundo da beleza e o mundo do dinheiro nunca se tocam, mesmo quando as coisas de beleza são vendidas. Podemos dizer que a porcelana chinesa marca o vértice e é o símbolo da Civilização Chinesa — uma das coisas mais nobres que o homem produziu sobre a terra.

CAPÍTULO XXVI

O Povo e o Estado

I. INTERLÚDIO HISTÓRICO

1. Marco Polo Visita Cublai-Cã

Os viajantes incríveis — Aventuras de um veneziano na China — A elegância e prosperidade de Hangchow — Os palácios de Pequim — A conquista mongol — Gêngis-Cã — Cublai-Cã — Seu caráter e sua política — Seu harém — "Marco Milhões"

NA idade de ouro de Veneza, por volta do ano 1295, dois velhos e um homem de meia-idade, cansados de muito trabalho, carregados de trouxas, vestidos de trapos e cobertos do pó de muitas caminheiras, imploraram ingresso e depois forçaram a entrada na residência de que (diziam eles) tinham saído 26 anos antes. Tinham (diziam eles) navegado por muitos mares perigosos, escalado altas montanhas e platôs, cruzado desertos infestados de bandidos e atravessado quatro vezes a Grande Muralha; haviam permanecido 20 anos em Catai (forma inglesa do nome russo da China — *Kitai*, o nome de uma tribo mongólica) e servido ao monarca mais poderoso do mundo. E falaram de um império mais vasto, de cidades mais populosas e de um soberano mais rico do que os que havia na Europa; de pedras usadas para aquecer, de papel aceito como moeda em vez de ouro, e de cocos maiores que uma cabeça humana; de nações onde a virgindade constituía impedimento para o matrimônio, de outras em que os estrangeiros podiam livremente conjugar-se com as mulheres e filhas dos que os hospedavam.[1] Ninguém acreditou naquilo; e o povo de Veneza deu ao mais moço e mais falastrão dos viajantes o apelido de "Marco Milhões", tanto a palavra "milhões" ocorria em suas mirabolantes narrativas.[2]

Marco e seu pai e tio aceitaram de bom humor a situação, porque haviam trazido riqueza em pedras preciosas suficiente para mantê-los em alta posição na cidade. Quando Veneza entrou em guerra com Gênova em 1298, Marco Polo recebeu o comando de uma galera, a qual foi aprisionada; no ano que passou encarcerado em Gênova consolou-se ditando a um amanuense o mais famoso livro da literatura de viagens. Nele contou, com o encanto dos estilos diretos, de que modo, aos 17 anos, em companhia de seu pai Nicoló e de seu tio Maffeo, deixara a cidade de Acra; como galgara as montanhas do Líbano e abrira caminho rumo à Mesopotâmia, pelo Golfo Pérsico, e de lá seguira para a Pérsia, para Coraçã e Balkh, para o platô de Pamir; como encontrara, juntando-se a elas, caravanas que lentamente se dirigiam a Kashgar e Khotan e, através do deserto de Gobi, a Tangut e, transporta a Muralha, Shangtu, onde o Grande Cã os recebeu como humildes emissários do jovem Ocidente. ("Shangtu" é o Xanadu de Coleridge. As regiões da Ásia Central descritas por Marco Polo só depois de 1888 foram exploradas pelos europeus.)

Era pensamento dos viajantes ficar na China apenas um ano ou dois, mas a vida que lá se lhes deparou fez que ficassem por um quarto de século. Marco prosperou grandemente, chegando a tornar-se governador de Hangchow. Em suas memórias ele a descreve como muito superior a qualquer cidade européia, pela excelência das construções, número de hospitais públicos, elegância das residências, profusão de facilidades para o prazer e o vício, encanto e beleza das cortesãs, boa ordem pública, boas maneiras e refinamento do povo. A cidade, diz ele, tinha 100 milhas de circuito.

> Suas ruas e canais são extensos e têm largura suficiente para permitir o livre trânsito de botes e carretas de abastecimento. Diz-se lá que o número de pontes de todos os tamanhos sobe a 12.000. As que cortam os principais canais e se ligam às ruas mais importantes têm arcos tão altos, e construídos com tamanha habilidade, que os barcos de velas abertas passam por baixo deles. Ao mesmo tempo carros e cavaleiros passam por cima, sem que o declive os atrapalhe, tão bem calculados são, relativamente à altura das ruas. (....) Existem dentro da cidade 10 praças ou mercados, além de inúmeras lojas em todas as ruas. Cado lado destas tem meia milha de comprimento e nelas deságua a rua principal com 40 passos de largura, rua que vai de um extremo a outro da cidade. Em direção paralela a esta rua corre um canal muito largo, com armazéns construídos de pedras nas margens, para a comodidade dos mercadores que chegam da Índia e outras partes com suas mercadorias. Estão desse modo convenientemente situados em relação aos mercados, nos quais, três vezes por semana, se reúnem de 40 a 50.000 pessoas. (....)
>
> As ruas são calçadas de pedras ou tijolos. (....) A principal tem dez passos de pavimentação lateral, e o centro calçado de pedregulho é provido de drenos para as águas das chuvas, que são levadas para os canais, de modo que a rua se conserva sempre seca. Nessa parte apedregulhada carros passam e repassam sem cessar. Esses carros são compridos, cobertos de toldo, com coxins e cortinas de seda, e de lotação para seis pessoas. Costumam ser alugados por homens e mulheres que desejam passear
>
> Existe caça de toda espécie. (....) Do mar, que fica à distância de 15 milhas, vem diariamente grande quantidade de peixe. (....) Quando chega, parece impossível que tudo aquilo encontre fregueses, mas em poucas horas o sortimento se acaba, tal é o número de habitantes da cidade. (....) As ruas que vão ter aos mercados são numerosas, e em algumas há banhos frios, servidos por criados de ambos os sexos. Os homens e mulheres que os freqüentam acostumam-se desde criança aos banhos frios, que reconhecem como bons para a saúde. Nesses estabelecimentos, entretanto, também há banhos quentes para os estrangeiros que não toleram a água fria. Todos os habitantes estão afeitos ao uso diário do banho, especialmente antes das refeições. (....)
>
> Em outras ruas ficam os quarteirões das cortesãs, que são em tal número que não me animo a dar algarismos, (....) enfeitadas de muitas coisas finas, muito perfumadas, morando em casas bem mobiliadas e servidas por criadas. (....) Em outras ruas ficam os médicos e astrólogos. (....) De cada lado da rua principal erguem-se casas de grandes dimensões. (....) Tanto os homens como as mulheres mostram boa compleição e beleza. Em sua maioria vestem-se de seda. (....) As mulheres são belas e criadas em hábitos delicados e lânguidos. O luxo de seus vestidos de seda e das jóias nem sequer pode ser imaginado.[3]

Pequim (ou Cambaluc, como então se chamava) impressionou Marco Polo ainda mais que Hangchow; os milhões não lhe bastavam para descrever a riqueza e o povo da cidade. Os doze subúrbios ainda eram mais belos que a parte central, porque neles

a gente abastada fazia construir suas faustosas residências.[4] Havia na cidade numerosos hotéis e milhares de lojas. Abundavam artigos de alimentação de toda sorte, e cada dia milhares de fardos de seda entravam para o consumo dos habitantes. Embora Cublai tivesse residências em Hangchow, Shangtu e outros lugares, seu maior palácio era em Pequim. O edifício principal, rodeado de muros de mármore, com escadaria de entrada do mesmo material, era tão grande que nele "podiam ser servidos jantares a grande multidão de gente". Marco admirou a decoração das salas, a delicadeza das janelas e a variedade das telhas coloridas do teto. Nunca vira cidade tão opulenta, nem tão magnificente monarca.[5]

Não há dúvida de que o jovem veneziano aprendeu a falar e ler o chinês; e talvez aprendesse dos historiadores oficiais como Cublai e seus avós, mongóis, haviam conquistado a China. O gradual ressecamento das regiões ao norte e noroeste das fronteiras tornara a terra incapaz de alimentar a população mongol (isto é, "os bravos") e lançara-a desesperadamente à procura de novos campos; o sucesso obtido deixou-os com tal gosto pela guerra que nunca mais pararam, até que quase toda a Ásia e parte da Europa lhes caíssem nas mãos. Diz a história que seu orgulhoso chefe, Gêngis-Cã, nascera com uma mancha de sangue na palma da mão. Desde a idade de 13 anos começara a unificar as tribos mongóis, usando o terror como instrumento. Pregava prisioneiros em um cavalo de madeira com pregos, ou picava-os em pedacinhos, ou cozia-os em caldeirões, ou esfolava-os vivos. Quando recebeu uma carta do Imperador chinês Nin Tsung exigindo obediência, iniciou imediatamente sua marcha de 1.200 milhas através do deserto de Gobi à procura das províncias ocidentais da China. Noventa cidades chinesas foram tão completamente destruídas que homens a cavalo podiam atravessá-las no escuro sem que os animais tropicassem. Durante cinco anos o "Imperador da Humanidade" devastou o norte da China. Depois, atemorizado por uma desfavorável conjunção de planetas, retornou a sua cidade natal e morreu de doença no caminho.[6]

Ogodai, Mangu e Cublai, seus sucessores, prosseguiram na campanha com barbaresca energia; e os chineses foram sendo submetidos, depois de se haverem entregue durante séculos às artes da paz, abandonando as da guerra. Em Juining-fu um chefe chinês local resistiu até que todos os velhos e doentes fossem mortos e comidos pelos assediados, e todos os homens válidos caíssem, só ficando as mulheres de guarda às muralhas; em seguida pôs fogo à cidade e morreu no incêndio de seu próprio palácio. Os exércitos de Cublai varreram a China até se deterem no último reduto da dinastia Sung — Cantão. Incapaz de resistência, o general chinês Lu-Hsiu-fu tomou às costas o jovem imperador e atirou-se ao mar; dizem que 100.000 chineses preferiram fazer o mesmo a renderem-se ao conquistador mongol. Cublai deu ao corpo do jovem imperador as honras de um enterramento régio e iniciou a dinastia Yuan ou Mongol, que iria governar a China por quase 100 anos.

Cublai não era um bárbaro. A principal exceção a esta afirmativa não foram os hábitos traiçoeiros de sua diplomacia, o que estava no tom dos tempos, mas o tratamento que deu a Wen-T'ien-hsian, patriota e sábio que por lealdade à dinastia Sung recusou-se a reconhecer o governo de Cublai. Wen foi encarcerado por três anos, e não cedeu. "Meu cárcere", diz ele numa das mais famosas passagens da literatura chinesa,

"só é iluminado pelos fogos-fátuos; nenhum sopro de primavera rompe a lúgubre solidão em que vivo. (...) Exposto à umidade e aos nevoeiros, muitas vezes pensei que ia morrer, mas durante dois anos a doença me perseguiu em vão. O solo úmido e insalubre tornou-se o próprio paraíso. Porque havia dentro de mim o que o infortúnio não pode tirar. E permaneci firme, olhando para as brancas nuvens que flutuavam no alto, e trazendo na alma uma dor sem limites, como o céu.

Por fim Cublai fê-lo vir à sua imperial presença. "Que desejas?" pergunta o monarca. "Pela graça do Imperador Sung", respondeu Wen, "tornei-me seu ministro. Não posso servir a dois amos. Só quero morrer." Cublai consentiu; e enquanto esperava que o machado do executor lhe decepasse a cabeça, o herói fez ato de obediência na direção do sul, como se o Imperador Sung ainda estivesse reinando em Nanquim.[7]

Não obstante, Cublai reconheceu a superioridade dos chineses em termos de civilização e providenciou a fusão dos costumes dos dois povos. Por força de necessidade abandonou o sistema de exames para os cargos públicos, porque a manutenção do sistema lhe daria um funcionalismo exclusivamente chinês; monopolizou os mais altos cargos para seus seguidores mongóis e por algum tempo tentou introduzir o alfabeto mongol. Fora disso, aceitou a cultura chinesa, e breve se transformou em um perfeito chinês. Com muita filosofia tolerou as várias religiões existentes, e recebeu de bom grado o cristianismo como instrumento de pacificação e governo. Reconstruiu o Grande Canal entre Tientsin e Hangchow, melhorou as estradas, organizou um serviço postal melhor que o que até então a China tivera. Construiu grandes celeiros públicos para armazenar as sobras dos anos bons, dispensou de taxas todos os camponeses vitimados pelas secas, tempestades ou insetos nocivos. ("Não se passa um dia", escreve Marco Polo, "sem que haja distribuição de arroz e trigo. Graças a esta admirável liberalidade para com os pobres, o povo adorava o grande Cã."[8]) Organizou escolas para adultos e órfãos, e asilos para inválidos, patrocinou magnificamente a educação, as letras e as artes. Mandou proceder à revisão do calendário e abriu a Academia Imperial.[9] Instituiu Pequim como a nova capital e fez da cidade o esplendor que maravilhava os visitantes. Grandes palácios surgiram e a arquitetura chinesa floresceu como nunca.

"Quando tudo isto aconteceu", diz Marco, "Messer Polo estava lá."[10] O veneziano tornou-se íntimo do Cã, e descreve pormenorizadamente suas diversões. Além de quatro esposas chamadas imperatrizes, o Cã mantinha muitas concubinas, recrutadas em Ungut, na Tartária, cujo tipo muito agradava os olhos reais. De dois em dois anos, diz Polo, funcionários de especial competência eram para lá enviados com a missão de escolher para o serviço de Sua Majestade 100 jovens, de acordo com as cuidadosas especificações feitas pelo rei.

Depois de chegadas, eram submetidas a novo exame feito por diferentes classes de inspetores, e 20 ou 30 davam entrada no harém. (...) Eram entregues separadamente aos cuidados das damas idosas do palácio, cuja função consistia em observá-las cuidadosamente durante a noite para verificar se não tinham alguma imperfeição oculta, ou se dormiam tranqüilas, não roncavam, não tinham mau hálito ou mau cheiro em qualquer parte do corpo. Depois deste minucioso escrutínio, eram divididas em lotes de cinco, e cada lote passava três dias e três noites nos apartamentos de Sua Majestade, onde tinham de fazer todos os serviços delas requeridos e obedecer-lhe em tudo. Findo esse prazo vinha outro lote, e assim todos, até que todas tivessem o seu turno; e então voltavam as primeiras cinco.[11]

Depois de uma permanência na China por 20 anos, Marco Polo, com o pai e o tio, aproveitaram-se de uma embaixada do Cã à Pérsia para retornar a Veneza com um mínimo de gastos e perigos. Cublai entregou-lhes uma mensagem endereçada ao Papa, e tudo fez para que tivessem a mais confortável das viagens. Esse retorno, com passagem pela península malaia, Índia e Pérsia, jornada por terra de Trebizonda ao Mar Negro e por fim a Veneza, levou três anos; ao chegarem à Europa souberam que tanto Cublai como o Papa haviam morrido. (A verificação da doença da gota em Cublai-Cã comprova sua conversão à civilização.)[12] Marco viveu até a idade de 70 anos. Na hora da morte seus amigos pediram-lhe que, para a salvação de sua alma, se retratasse das coisas absurdas ditas no livro; mas a resposta foi: "Eu não disse nem a metade do que vi." Depois de falecido o carnaval de Veneza enriqueceu-se de mais uma figura cômica. Vestia-se de palhaço e divertia o povo com tremendas exagerações. Seu nome era Marco Milhões.[13]

2. Os Ming e os Ch'ing

Queda dos mongóis — A dinastia Ming — A invasão manchu — A dinastia Ch'ing — Um monarca esclarecido — Ch'ien Lung repele o Ocidente

Quatro séculos se passariam sem que a China voltasse a viver tão brilhante fase. A dinastia Yuan declinou com rapidez, enfraquecida pelo colapso do poder mongol na Europa e na Ásia ocidental, e pelo achinesamento dos mongóis. Somente em uma era de estradas de ferro, telégrafo e imprensa podia um império tão vasto e artificial, tão dividido por montanhas, desertos e mares, manter-se permanentemente sob um mesmo governo. Os mongóis demonstraram ser melhores guerreiros do que administradores, e os sucessores de Cublai-Cã foram forçados a restaurar o sistema de exames para os cargos públicos e utilizar-se da capacidade dos chineses. Afinal, a conquista mongol produziu poucas mudanças nas idéias e costumes nativos, exceto a introdução na literatura chinesa de novas formas de novela e drama. Mas uma vez o povo da China fundiu em sua massa os conquistadores, civilizou-os e por fim os venceu. Em 1368 um ex-sacerdote budista chefiou uma revolta, entrou triunfalmente em Pequim e proclamou o primeiro soberano da dinastia Ming ("Brilhante"). Na geração seguinte subiu ao trono um hábil monarca — Yung Lo, sob quem a China novamente gozou de prosperidade e contribuiu para as artes. Mas a dinastia Brilhante terminou nos caos da rebelião e da invasão; e justamente quando o país se dividia em duas facções hostis, uma nova horda de conquistadores atravessava a Grande Muralha e sitiava Pequim.

Os manchus eram um povo tungúsico que por muito tempo vivera no que hoje chamamos Manchúcuo (isto é, "reino dos manchus"). Havendo estendido seu poder até o rio Amur, ao norte, voltaram-se para o sul e marcharam sobre a capital da China. O último rei Ming reuniu em torno de si a família, bebeu à sua saúde, rogou à esposa que se matasse (a esposa obedeceu, e muitas concubinas a imitaram[14]) e em seguida enforcou-se com o cinto, depois de fixar na lapela o último edito imperial de sua assinatura: "Nós, pobres em virtude e de desprezível personalidade, incorremos na ira de Deus nas alturas. Fui enganado por meus ministros. É envergonhado que

irei ao encontro de meus antepassados. Por isso eu mesmo tiro de mim a coroa e com os cabelos caídos sobre o rosto espero o esquartejamento nas mãos dos rebeldes."[15] Os manchus enterraram-no com todas as honras e estabeleceram a dinastia Ch'ing ("Imaculada"), que iria governar a China até nossos dias.

Os manchus também rapidamente se achinesaram, e o segundo imperador da dinastia deu à China o mais próspero, pacífico e iluminado período de sua história. Subindo ao trono na idade de sete anos, K'ang-hsi aos 13 passou a dirigir um império que incluía não somente a China como a Mongólia, a Manchúria, a Coréia, a Indochina, o Anã, o Tibete e o Turquestão, sem dúvida o maior, o mais rico e mais populoso império da época. K'ang-hsi governou-o com sabedoria e justiça de fazer inveja a seus contemporâneos Aurangzeb e Luís XIV. Era um homem enérgico e de espírito alerta, amigo da vida ao ar livre e ao mesmo tempo do estudo e das artes. Viajou por todo o reino, corrigiu os abusos encontrados, reformou o código penal. Levou vida frugal, fez cortes nas despesas públicas e tinha orgulho do bem-estar do povo.[16] Sob seu generoso patrocínio a literatura e as ciências floresceram e a arte da porcelana atingiu um dos picos de sua carreira. Tolerava todas as religiões, estudou latim com os jesuítas e pacientemente suportou as estranhas práticas dos mercadores europeus nos portos da China. Quando faleceu (1661-1722), depois de um longo e benéfico reinado, deixou como despedida estas palavras: "Em séculos ou milênios futuros receio que a China sofra da colisão com várias nações ultramarinas que mandam para aqui sua gente."[17]

Esses problemas, oriundos do sempre crescente contato com os europeus, seriam encarados por outro soberano da linha manchu — Ch'ien Lung. Ch'ien escreveu 34.000 poemas; um deles, sobre o chá, despertou a atenção de Voltaire, o qual "dirigiu cumprimentos ao encantador rei da China".[18] Missionários franceses pintaram-no nestes versos indiferentes:

Occupé sans relâche à tous les soins divers
D'un gouvernement qu'on admire,
Le plus grand potentat qui soit dans l'univers
Est le Meilleur lettré qui soit dans son Empire.

Ch'ien Lung dirigiu a China durante duas gerações (1736-96), abdicou aos 85 anos e continuou a influir no governo até a sua morte (1799). Durante os últimos anos ocorreu um incidente que nos leva a recordar as previsões de K'ang-hsi. A Inglaterra, que provocara a cólera do imperador com a introdução do ópio na China, mandou em 1796 uma comissão chefiada por Lorde Macartney negociar um tratado de comércio. Os ingleses explicam ao soberano as vantagens do comércio com a Inglaterra, acrescentando que o tratado estabeleceria a igualdade do rei inglês com o imperador da China. Ch'ien Lung ditou esta resposta a Jorge III:

> Não dou valor a objetos estranhos e engenhosos e não tenho emprego em meu país para vossas manufaturas. Esta, portanto, é minha resposta ao vosso pedido de manter um representante na minha corte, pedido contrário ao nosso uso dinástico e que para vós só poderia resultar em muita inconveniência futura. Expus minhas idéias com minúcia e ordenei a vossos enviados que voltassem em paz para suas terras. Compete a vós, ó Rei, respeitar meus sentimentos e mostrar ainda maior devo-

ção e lealdade no futuro, de modo que, pela perpétua submissão ao nosso trono, possais assegurar a paz e a prosperidade de vosso país.[19]

Com essas orgulhosas palavras a China procurou deter a Revolução Industrial, mas na continuação veremos como esse movimento venceu. Antes disso, porém, vamos estudar os elementos econômicos, morais e políticos da única civilização que o movimento industrial parece destinado a destruir.

II. O POVO E A LÍNGUA

População — Aspecto — Vestuário — Peculiaridades do falar chinês — A escrita chinesa

A população chinesa é enorme. Os melhores cálculos dão para os Estados chineses de 280 a.C. 14 milhões de habitantes; em 200 d.C. haveria neles 28 milhões; em 726 d.C., 41 milhões e meio; em 1644, 89 milhões; em 1743, 150 milhões; e em 1919, 330 milhões.[20] No século XIV, um viajante europeu contou na China "200 cidades grandes como Veneza".[21] O censo chinês é feito por meio da inscrição dos nomes de todos os moradores de cada moradia em uma tábua existente na entrada;[22] não sabemos que grau de exatidão possuem essas inscrições para que nelas se baseie o censo. É provável que a China tenha 400 milhões de almas. (Todos sabemos que a China iniciou a década de 80 ultrapassando a barreira de um bilhão de habitantes. — N. dos Eds.)

Os chineses variam de estatura, mostrando-se mais baixos e fracos no sul, e mais altos e fortes no norte; em geral são o povo mais vigoroso da Ásia. A descrição que se segue aplica-se à China do século XIX: as mudanças havidas em conseqüência do contato com o Ocidente serão estudadas depois. Nossas palavras devem ser tomadas com reserva, desde que, numa área tão ampla, e durante um longo espaço de tempo, uma civilização nunca é completamente a mesma. Possuem grande vitalidade, magnífica força para suportar os trabalhos e a dor, excepcional resistência às moléstias e adaptabilidade climática que os habilita a prosperar em qualquer zona. Nem o ópio, nem as uniões consangüíneas, nem a sífilis conseguiram destruir a saúde do povo; o colapso de seu sistema social, portanto, não vem de nenhuma deterioração biológica.

Embora nem sempre atrativo, o rosto do chinês é um dos mais inteligentes da terra. Na classe pobre, encontram-se criaturas terrivelmente feias, do nosso ponto de vista estético, e alguns criminosos possuem um semblante que se presta admiravelmente à caricatura cinematográfica; mas a grande maioria possui feições regulares, com o acidente fisiológico dos olhos amendoados e a calma conseqüente de séculos de civilização. O oblíquo dos olhos não é tão pronunciado como supomos e a pele apresenta muitas vezes o agradável tom moreno causado pelo sol. As mulheres do campo são quase tão fortes quanto os homens e as das classes superiores revelam-se delicadas e bonitas; costumam empoar o rosto, pintar os lábios e as faces, escurecer as sobrancelhas e conservar-se magras como um pingente de salgueiro ou a lua minguante.[23] Em ambos os sexos o cabelo é duro e forte, sem que jamais encrespe. As mulheres usam-no em tufos, enfeitado de flores. Na última dinastia, os homens, para agradar aos governantes, adotaram o costume manchu de rapar metade do cabelo da frente; em compensação deixaram crescer o de trás, formando o rabicho.[24] A barba é pouca e sempre feita pelos barbeiros, que são abundantíssimos.

Em regra os chineses andavam de cabeça descoberta; quando a cobriam, usavam no inverno um chapéu de veludo ou pele, de abas para cima, e no verão um chapéu cônico de fibra de bambu, encimado, nas pessoas de posição social, por uma borla colorida ou franja de seda. As mulheres, quando podiam, enfeitavam a cabeça com fita de seda ou algodão, adornadas de

ouropéis, berloques ou flores artificiais. Comumente usavam sapatos de tecidos quentes; como os pisos fossem de tijolos ou terra, era como se os chineses trouxessem nos pés tapetinhos portáteis. Mas na corte do Imperador Li Hou-chu (970 d.C.) nasceu o costume de aos sete anos de idade deter o crescimento dos pés das meninas, de medo que depois de moças andassem de um modo extremamente erótico para os homens. Era tido como falta de pudor falar em pés femininos, e escandaloso olhar para eles; na presença de uma dama a palavra correspondente a calçado era tabu.[25] A prática espalhou-se por todos os grupos, exceto os manchus e tártaros, e tornou-se tão rigorosa que uma referência ao pé da noiva era tida como motivo para anular-se o casamento.[26] K'ang-hsi tentou suprimir o costume, mas falhou; só a revolução deu cabo dele.

Os homens vestiam calças e túnicas, quase sempre azuis. No inverno, calças com polainas e túnicas suplementares, que iam às vezes até treze; ficavam no corpo dia e noite, e iam sendo removidas à proporção que o tempo esquentava.[27] A túnica descia variavelmente até a cintura, aos joelhos ou aos pés; era abotoada ao pescoço e tinha enormes mangas, em vez de bolsos; na China não se diz que um homem "embolsou" um objeto mas sim que o "esmagou". Roupas internas não se usam.[28] No campo as mulheres vestiam calças, como os homens, já que faziam os mesmos trabalhos dos homens; nas cidades cobriam as calças com saias, e a seda era tão comum como o algodão.[29] Nenhum cinto à cintura, nem espartilho. Em geral o vestuário dos chineses era mais sensato, saudável e conveniente que o dos ocidentais. Nenhuma tirania da moda atormentava as mulheres chinesas; todas as das cidades vestiam-se da mesma maneira, e assim por gerações; embora a qualidade da fazenda pudesse ser diferente, o feitio era sempre o mesmo.

A língua chinesa diferia das do resto do mundo ainda mais acentuadamente que o vestuário. Não havia alfabeto, nem silabação, nem gramática, nem partes da oração; parece-nos espantoso o número de séculos que este povo viveu sem os tormentos da mocidade ocidental. Em eras muito remotas talvez houvesse inflexões, declinações, conjugações, casos, números, tempos e modos; entretanto, por mais que recuemos no passado, a língua chinesa não revela sinais disso. Cada palavra em si pode ser um nome, verbo, adjetivo ou advérbio, conforme o sentido da frase e o tom com que é pronunciada. Desde que os dialetos falados só têm de 400 a 800 palavras monossilábicas ou vocábulos, e que para transformar estes em linguagem escrita tem-se de usar 40.000 caracteres, cada vocábulo tem de quatro a nove tons, de modo que a significação difere conforme a maneira de cantar a palavra. Os gestos e o sentido acentuam esses tons, fazendo um mesmo tom servir a vários propósitos; assim o vocábulo *I* pode significar 69 coisas diversas; *shi*, 51; e *ku*, 29.[30] Nenhuma outra língua do mundo jamais foi ao mesmo tempo tão complexa, sutil e breve.

A linguagem escrita é ainda mais peculiar que a falada. Os objetos exumados em Honan, possivelmente anteriores à dinastia Shang, trazem escrita em caracteres na essência iguais aos de uso hoje, de modo que o chinês é a mais velha e a mais espalhada língua em uso no mundo, com exceção apenas do antigo egípcio que ainda era falado por um punhado de coptas. No começo, como inferimos de uma passagem já citada de Lao-tsé, os chineses usavam cordas de nós para transmitir mensagens, mas provavelmente a necessidade dos sacerdotes de traçar fórmulas mágicas e a dos oleiros de estampar marcas em seus produtos determinaram o desenvolvimento da escrita pictórica.[31] Os primitivos pictogramas eram a forma original dos 600 sinais que hoje constituem os caracteres básicos da escrita chinesa. Duzentos e quatorze desses sinais são considerados "radicais", porque entram como elementos em quase todos os caracteres da escrita corrente. Os caracteres chineses são símbolos altamente complexos, em que os elementos pictóricos originais receberam adições destinadas a definir espe-

cificamente o termo, em geral por meio da indicação do seu som. Não somente cada palavra, mas também cada idéia tem o seu sinal próprio; um sinal representa "cavalo", outro representa "cavalo baio de barriga branca"; outro, "cavalo com mancha branca na testa". Alguns dos caracteres são ainda relativamente simples: uma curva sobre uma linha reta representa "manhã" (o sol no horizonte); o sol e a lua juntos representam "luz"; uma boca e um pássaro juntos significam "cantando"; uma mulher debaixo de um teto significa "paz"; uma mulher, uma boca e o sinal de curvo, "perigoso"; um homem e uma mulher juntos, "tagarela"; mulher com duas bocas, "brigando"; sinal de mulher, de vassoura e de tempestade, "esposa".[32]

Sob alguns aspectos, o chinês é uma língua primitiva que por um milagre de conservantismo chegou até nós. Suas dificuldades são mais evidentes que suas virtudes. Dizem que os chineses levam de 10 a 50 anos para aprender os 40.000 caracteres de sua língua; mas quando refletimos que esses caracteres não são letras e sim idéias, e imaginamos o tempo que levaríamos para decorar 40.000 idéias, ou mesmo um vocabulário de 40.000 palavras, percebemos que os termos da comparação são desleais para com os chineses; o que deveríamos dizer é que eles levam de 10 a 50 anos para assenhorear-se de 40.000 idéias. Na prática usual o chinês médio arranja-se perfeitamente com 300 ou 400 sinais, e aprende-os com facilidade por meio da procura dos "radicais". A mais clara vantagem de tal língua — que expressa idéias em vez de sons — é que pode ser lida por japoneses e coreanos com a mesma facilidade com que a lêem os chineses, dando assim ao Extremo Oriente uma língua escrita internacional. Também une num mesmo sistema de escrita todos os habitantes da China, cujos dialetos diferem ao ponto de mútua ininteligibilidade; o mesmo caráter é lido como sons ou palavras diferentes em diferentes localidades. Esta vantagem existe tanto no tempo como no espaço; desde que a língua escrita permaneceu essencialmente a mesma enquanto a falada ia se desdobrando em mil dialetos, a literatura da China, fixada há dois mil anos nesses caracteres, pode ser lida hoje por qualquer literato chinês, embora não saibamos como se pronunciavam antigamente as palavras ou se "falavam" as idéias que os caracteres representam. Esta persistência da mesma escrita no meio da grande diversidade de língua falada preservou o pensamento e a cultura chinesa, servindo ao mesmo tempo de poderoso liame conservador. O tipo de civilização chinesa simboliza-se no fenômeno da sua escrita sem precedentes: unidade em meio à diversidade e ao crescimento, profundo conservantismo e irrivalizada continuidade. Este sistema de escrita foi em todos os sentidos uma alta realização intelectual; classificou todas as coisas do mundo — objetos, atividades e qualidades — por meio de alguns centos de raízes ou sinais "radicais"; combinou com esses sinais umas 1.500 marcas distintivas, e desse modo fê-lo representar todas as idéias usadas na literatura e na vida. Não devemos mostrar-nos muito seguros de que o nosso sistema de fixar idéias pela escrita seja superior ao chinês. Leibnitz, no século XVII, e Sir Donald Ross, em nossos tempos, sonharam um sistema de escrita independente das línguas faladas e capaz, portanto, de exprimir as idéias de diferentes povos de um modo inteligível a todos. Mas que é a escrita chinesa senão isto? senão a escrita de idéias mutuamente inteligíveis pelas nações do Extremo Oriente? Há séculos que a escrita internacional existe e une um quarto da população do globo. A conclusão do Oriente é lógica e terrível: o resto do mundo tem de adotar a escrita chinesa.

III. VIDA PRÁTICA

1. Nos Campos

A pobreza do camponês — Métodos agrícolas — Colheitas — Chá — Cereais — O estoicismo da gente do campo

Toda a variada literatura dessa língua, todas as sutilezas do pensamento e todos os requintes da vida chinesa repousam, em última análise, na fertilidade dos campos, ou melhor, na labuta dos homens — porque os campos férteis não nascem, são feitos. Durante muitas gerações os antigos habitantes da China devem ter lutado contra a floresta e a macega nativa, contra os animais e insetos, a seca e a inundação, o salitre e a geada, para transformar o baldio em solo fecundo. E a vitória tinha de renovar-se periodicamente; um século de descuidado corte de madeira plantava numa zona o deserto e poucos anos de abandono de um campo eram o suficiente para que a mata o reconquistasse. (Os morros desnudados de vegetação não retêm a água das chuvas; perdem os elementos de fertilidade carreados para os vales enxurrados, aos quais não oferecem nenhuma proteção contra o excesso de chuvas, pois não as absorvem.) A luta era amarga e perigosa; a qualquer momento os bárbaros podiam aparecer e apossar-se da terra penosamente trabalhada. Por isso os camponeses, atentos à defesa, não viviam isolados em suas terras, mas reunidos em pequenas aldeias; cercavam-nas de muramentos, trabalhavam em conjunto nos campos e muitas vezes dormiam neles de guarda, armados.

Os métodos de cultura eram simples e não diferiam muito dos usados atualmente. Às vezes, empregavam o arado — primeiro de madeira, depois de pedra, finalmente de ferro; mas o comum era revolverem pacientemente a terra com a enxada. Ajudavam o solo com qualquer fertilizante que pudessem encontrar, não desprezando o excremento dos cães e dos homens. Desde os tempos mais remotos abriam inumeráveis valetas para conduzir a água dos rios aos campos de arroz; canais profundos eram cortados por muitas milhas, e na rocha, para alcançar um pequeno riacho e encaminhá-lo devidamente. Sem rotação de culturas ou adubos artificiais, e freqüentemente sem o auxílio de nenhum animal de tiro, os chineses sempre obtiveram duas e três colheitas por ano, e cultivaram metade do território, produzindo desse modo maior quantidade de alimento do que qualquer outro povo mencionado pela História.[33]

Os cereais cultivados em maior extensão eram o milho e o arroz; depois vinha o trigo e por fim a cevada. O arroz servia também para o fabrico de uma bebida alcoólica, raramente usada pelo camponês. A bebida favorita era o chá, e também era o chá o produto de maior importância depois do arroz. Usado a princípio como remédio, foi crescendo em popularidade até que na era dos T'ang entrou na exportação e na literatura poética. Lá pelo século XV todo o Extremo Oriente estava inebriado com a cerimônia de beber chá; os epicuristas procuravam novas variedades e havia torneios para determinar o melhor chá.[34] Vinha depois a cultura de deliciosos vegetais, suculentos legumes, como a soja, condimentos, como o alho e a cebola, e inúmeras variedades de frutas.[35] A carne de vaca era usada em proporções mínimas; aqui e ali bois e búfalos eram usados no tiro das charruas, mas criação intensa para carne, só de porcos e aves.[36] Grande parte da população vivia do peixe dos rios e do mar.

Arroz, macarrão, uns tantos vegetais e peixe formavam a mesa do pobre; os abastados tinham a carne de porco e de aves, e os ricos regalavam-se com os marrecos; os mais famosos jantares de Pequim compunham-se de marrecos preparados de uma centena de modos.[37] Era raro o leite de vaca e também havia escassez de ovos, mas o feijão-soja fornecia queijo e um leite sadio. A arte da cozinha elevou-se a grande altura e utilizava-se de tudo; inúmeras plantas e sementes entravam em cena, e até ninhos da andorinha salangana proporcionavam excelentes sopas; lindos pratos se preparavam de nadadeiras de tubarão e tripas de peixe, e de gafanhotos e grilos, de vermes e do bicho-da-seda, da carne de cavalo, de rato, de cobra, de cães e gatos.[38] Os chineses gostavam de comer; não era raro nas mesas ricas uma sucessão de 40 pratos, e a cerimônia da ingestão de tudo aquilo exigia de três a quatro horas.

Os pobres não necessitavam de tanto tempo para as duas refeições diárias. Apesar de todo o esforço, os camponeses jamais deixavam de correr o risco de morrer de fome. Os mais hábeis acumulavam grandes propriedades, de modo que a riqueza das zonas ia se concentrando em poucas mãos; ocasionalmente, como sob Shi Huang-ti, o solo era redividido pela população, mas a natural desigualdade dos homens breve concentrava de novo a riqueza nas mãos da minoria — dos mais hábeis.[39] Os camponeses eram em regra os detentores do solo que trabalhavam, mas, como a população aumentava mais depressa do que se abriam novas áreas à cultura, a média do terreno de cada um foi com o passar dos séculos se tornando cada vez menor. Resultado: uma pobreza só igualada pela da Índia. Uma família típica não ganhava mais de $83 por ano; muitos homens viviam com dois centavos por dia e anualmente milhões morriam de fome.[40] Durante 20 séculos, todo ano uma região ou outra da China padecia fome, o que equivale à média de um período de fome por ano em toda a China,[41] parte por ser o camponês explorado até o limite extremo, parte porque a reprodução da espécie superava a fertilidade do solo e parte porque o transporte estava tão pouco desenvolvido que uma região morria de fome enquanto outra tinha mais do que era necessário. Finalmente, as inundações podiam destruir o que o senhorio e o coletor de taxas houvessem deixado; Hoang-ho — que o povo chamava "As Lágrimas da China" — podia mudar de curso, inundar milhares de aldeias e deixar outras tantas sem água para a irrigação dos campos.

Os campônios suportavam aquele destino com incrível fortaleza. "Tudo quanto um homem necessita neste mundo transitório", diz o provérbio chinês, "é de um chapéu e um prato de arroz."[42] Trabalhavam de rijo, mas sem pressa; nenhum complexo maquinismo os atropelava ou lhes torturava os nervos com barulho de ferralha, ou os ameaçava com os perigos da rapidez. Não havia *weekends*, nem domingos, mas muitos dias santos; periodicamente alguma festa, como a do Ano-Novo ou das Lanternas, proporcionava algum repouso ao tarefeiro e abrilhantava com rito e drama as estações tediosas do ano. Quando o inverno girava nos calcanhares e o solo, nutrido pela neve, abria-se às chuvas da primavera, os camponeses voltavam a semear as leivas e a cantar, cheios de esperança, os cantos que lhes vinham do passado imemorial.

2. *Nas Lojas*

Produtos manuais — Sedas — Fábricas — Corporações — Homens de carga — Estradas e canais — Mercadores — Crédito e moeda — Experiências monetárias — Inflação de papel-moeda

Entrementes, a indústria florescia como em parte nenhuma do mundo antes do nosso século XVIII. Por mais que recuemos na vida chinesa, sempre encontramos as mãos a trabalharem operosamente nas casas e o comércio a prosperar nas cidades. As indústrias básicas eram a têxtil e as de criação do bicho-da-seda, ambas conduzidas por mulheres em suas próprias casas ou nas vizinhanças. A fiação da seda é uma arte que vem do segundo milênio antes de Cristo.[43] (A extração do fio dos casulos silvestres já era conhecida do antigo mundo clássico; mas a criação do bicho produtor desses casulos só foi introduzida na Europa em 522 de nossa era pelos monges nestorianos vindos da China.[44] A indústria foi levada de Constantinopla à Sicília no século XII, e no século XV entrou na Inglaterra.) Os chineses alimentavam as lagartas com folhas de amoreira, maravilhoso alimento com que uma libra de ovos (700.000) produzia 9.500 libras de lagartas em 42 dias.[45] Findo o crescimento, as lagartas adultas eram colocadas em pequenas tendas de palha, nas quais teciam seus casulos. Postos na água fervendo, desprende-se o fio da seda, que pode ser enrolado e depois fiado na grossura exigida, e está pronto para a fabricação dos mais maravilhosos tecidos — sedas de vestuário, tapetes, bordados, brocados. Tudo isto, porém, para as classes altas do mundo. (Não era raro que um anfitrião chinês, no afã de distrair seus convidados, os envolvesse em finíssimos tecidos,[46] ou que um outro exibisse porcelanas ou seus quadros favoritos de fios de seda ou então rolos caligráficos.) Os criadores da seda vestiam-se pobremente de algodão.

Mesmo nos séculos anteriores a Cristo esta indústria doméstica começou a se desenvolver também em fábricas nas cidades. Formou-se um proletariado urbano, logo organizado em corporação industrial.[47] O crescimento da indústria encheu as cidades de gente ocupada, fazendo da China de Cublai-Cã o *pendant* da Europa industrial do século XVIII. "Há milhares de oficinas para cada arte", escreveu Marco Polo, "e cada uma fornece emprego para 10, 15 ou 20 trabalhadores, às vezes 40. (...) Os opulentos donos dessas oficinas não trabalham com suas mãos e assumem ares importantes."[48] As corporações industriais, como as uniões operárias de hoje, limitavam a concorrência e regulavam os salários, os preços e as horas de serviço, muitas restringiam a produção de modo a sustentar os preços; e talvez a congênita satisfação diante do modo tradicional de fazer as coisas retardasse o crescimento da ciência na China e criasse obstáculos à Revolução Industrial — até que todas as instituições e barreiras fossem levadas pelo irresistível ímpeto da mecanização.

As corporações desempenhavam muitas das funções que o Ocidente atribuiu ao Estado: faziam suas próprias leis e aplicavam-nas muito bem; evitavam as greves por meio do arbitramento das disputas entre operários e patrões, serviam de órgão diretor e disciplinador da indústria e forneciam uma admirável solução para o moderno dilema entre o *laissez-faire* e a escravização ao Estado. Tais corporações não eram formadas apenas de mercadores, manufatureiros e operários, mas de profissionais de todas as categorias, como barbeiros, carregadores e cozinheiros; até os mendigos estavam sujeitos às leis de uma corporação.[49] Pequena minoria de trabalhadores das cidades era escrava, adstrita a serviços domésticos e usualmente amarrada aos seus amos por um certo prazo de tempo ou pela vida inteira. Por ocasião das fomes, meninas e meninos eram trocados por um pouco de dinheiro; o pai também podia vender as filhas por um tempo determinado. Tal escravidão, entretanto, nunca chegou a ser o que foi na Grécia e em Roma; em sua maioria, os trabalhadores eram livres ou membros das corporações, e a maioria dos camponeses era dona de suas terras e governava-se pelo sistema de aldeias quase que independentes do controle central.[50]

Os produtos do trabalho eram carregados em costas de homens; até o transporte de pessoas se fazia em liteiras levadas sobre os ombros de cules que jamais se queixavam. ("Cule" — palavra de origem hindu, provavelmente o *kuli* da língua tâmil, isto é, "criado alugado".) Pesa-

dos baldes ou enormes trouxas passavam dependurados nas pontas de um pau no ombro. Às vezes apareciam carretas tiradas por jumentos, mas a regra era serem puxadas por homens. Tão barato era o músculo humano, que não havia interesse em desenvolver o transporte por meio de animais ou dispositivos mecânicos, e esse primitivismo não estimulava o melhoramento das estradas. Quando o capital europeu construiu na China a primeira estrada de ferro entre Xangai e Woosung, o povo protestou: aquilo viria perturbar e ofender o espírito da terra; e a oposição foi tão forte que o governo adquiriu a estrada e lançou ao mar todo o seu material rodante.[51] Nos dias de Shi Huang-ti e Cublai-Cã existiam estradas reais com pavimento de pedras, das quais só subsistem traços. As ruas das cidades eram apenas aberturas de três metros de largo — estreitas assim para impedir a ação do sol. Havia numerosas pontes, algumas verdadeiramente belas, como a de mármore do Palácio do Verão. O comércio utilizava-se mais das vias fluviais que das terrestres; 25.000 milhas de canais eram os sossegados substitutos das estradas de ferro; e o Grande Canal, entre Hangchow e Tientsin, com 650 milhas, só foi excedido pela Grande Muralha no modesto rol das realizações da engenharia chinesa. Juncos e sampanas trafegavam incessantemente pelos rios, não só contribuindo para o transporte barato, como servindo de morada para milhões de pobres.

Os chineses são naturalmente negociantes, e perdem horas num negócio. A filosofia e o oficialismo acordavam em desprezar o comércio; os imperadores da dinastia Han taxaram pesadamente os que a ele se dedicavam e ainda lhes proibiram o uso da seda e dos carros. As classes superiores usavam unhas compridíssimas — como as mulheres do Ocidente usam o salto alto francês — como indicação de que estavam isentas do trabalho físico.[52] Era costume classificar os sábios, os professores e os funcionários como a classe mais alta; depois vinham os agricultores; a seguir vinham os artistas e artesãos; em último lugar, os negociantes. Isso porque, diziam os chineses, o comerciante não produz; apenas troca, com lucro para si, o produto do trabalho dos outros homens. Não obstante, a gente dedicada ao comércio prosperava, levava os produtos chineses a todos os recantos da Ásia e tornou-se no fim a principal coluna financeira do governo. O tráfico interno era embaraçado pela taxa *likin* e o externo pelos salteadores das caravanas e pelos piratas do mar; mas apesar disso os mercadores da China achavam jeito de, navegando em torno da península malaia e lançando caravanas através do Turquestão, alcançar a Índia, a Pérsia, a Mesopotâmia e por fim Roma.[53] Seda e chá, porcelana e papel, pêssegos e abricós, pólvora e cartas de jogar eram os principais artigos de exportação; em troca a China recebia alfafa e vidro, cenouras e amendoim, fumo e ópio.

O comércio era facilitado por um antigo sistema de crédito e moeda. Os mercadores faziam uns aos outros empréstimos a juros altos (média de 36 por cento), embora não mais altos que na Grécia e em Roma.[54] Os emprestadores corriam grandes riscos, pagavam altas taxas ao governo, e só eram populares no momento de fazer a transação; "ladrões por atacado," diz um velho rifão chinês, "abrem um banco".[55] A mais velha moeda conhecida na China assumia a forma de conchas, facas e sedas; a primeira moeda metálica parece ainda anterior ao século V a.C.[56] Sob a dinastia Ch'in o ouro tornou-se o padrão oficial do valor; mas uma liga de cobre e estanho servia para as moedas menores e gradualmente alijou o ouro. Quando Wu-Ti fez a sua experiência com moedas de uma liga de prata e estanho, viu-se arruinado pelos falsificadores, e substituiu essa moeda por tiras de couro de 30 centímetros de comprimento — começos do papel-moeda. Lá pelo ano 807 o meio circulante de cobre tornou-se insuficiente diante do aumento das mercadorias negociáveis e o Imperador Hsien Tsung ordenou que todo o cobre em circulação fosse trocado por certificados do tesouro; essa nova moeda teve entre o povo o nome de "moeda voadora", tudo levando a crer que os chineses recebiam as suas perturbações financeiras com o mesmo humor demonstrado pelos americanos de 1933. A prática foi abolida tão logo a emer-

gência cessou; mas a invenção das matrizes de impressão tentou o governo a aplicar a nova arte ao fabrico de dinheiro, e a semi-independente província de Szechuan (935 d.C.) e o governo nacional em Ch'ang-an (970) começaram a emitir papel-moeda. Durante a dinastia Sung a febre inflacionista arruinou muitas fortunas.[57] "A Casa da Moeda do Imperador," diz Marco Polo do tesouro de Cublai-Cã, "ficava na cidade de Cambaluc (Pequim); e a maneira como lá se trabalha é tal que direis que eles têm o Segredo da Alquimia na perfeição, e não errareis. Porque eles fazem o dinheiro do seguinte modo (...)" E Marco começa a descrever o processo pelo qual a casca da amoreira era reduzida a quadrados de papel que o povo aceitava como o equivalente do ouro — descrição que provocava nos venezianos que ouviam ou liam Marco Polo o mais profundo desprezo pelas suas "mentiras".[58] Tais foram as origens da onda de papel-moeda que a partir daí vem alternadamente acelerando e ameaçando a vida econômica do mundo.

3. *Invenção e Ciência*

Pólvora, fogos de artifício e guerra — A bússola — Pobreza de invenção industrial — Geografia — Matemáticas — Física — Feng shui *— Astronomia — Medicina — Higiene*

Os chineses inventam mas pouco se utilizam das suas invenções. A pólvora apareceu na era dos imperadores T'ang mas ficou restrita aos fogos de artifício; só na dinastia Sung (1161 d. C.) foi empregada na guerra, sob forma de granadas de mão. Os árabes vieram a conhecer o salitre — principal elemento da pólvora — no curso de seu tráfico com a China, e deram-lhe o nome de "neve chinesa"; trouxeram para o Ocidente o segredo da pólvora, que os sarracenos usaram militarmente. Roger Bacon, o primeiro europeu que a mencionou, deve ter adquirido esse conhecimento no seu estudo dos árabes ou por meio de um viajante da Ásia Central, De Rubruquis.[59]

Muito mais antiga é a bússola. A crermos nos historiadores chineses, ela foi inventada pelo duque de Chou, no reinado do Imperador Chen Wang (1115-1078 a.C.), para guiar certos embaixadores estrangeiros de retorno às suas terras; o duque, dizem-nos, presenteou a embaixada com cinco carros equipados com "uma agulha que apontava para o sul".[60] Provavelmente as propriedades da agulha magnética já eram conhecidas da velha China, mas o uso se havia limitado a orientar a construção de novos templos. A agulha magnética foi descrita no *Sung-shu*, um trabalho histórico do século V da nossa era, sendo sua invenção atribuída ao astrônomo Chang Heng (139 d.C.), o qual apenas redescobriu o que a China já conhecia de muito antes. A mais antiga menção da agulha magnética como vantajosa para a navegação aparece numa obra do século XII, com o uso atribuído a navegadores estrangeiros — provavelmente os árabes — que faziam o percurso entre a Samatra e Cantão.[61] Por volta de 1190 encontramos, num poema de Guyot de Provins, a primeira notícia européia sobre a bússola.[62]

A despeito da contribuição da bússola e da pólvora, do papel e da seda, da imprensa e da porcelana, não podemos falar da China como um povo industrialmente inventivo. Era inventivo na arte, pois que a desenvolvera em formas próprias; mas até 1912 os chineses ainda se mostravam contentes com seu velho sistema econômico; e revelavam um talvez profético desprezo

pelas máquinas redutoras da mão-de-obra, que fantasticamente aceleram o trabalho e lançam no desemprego milhões de homens, para que outros adquiram enormes riquezas. Foram os chineses os primeiros a usar o carvão-de-pedra como combustível, o qual mineravam em pequenas quantidades já em 122 a.C.;[63] mas não desenvolveram máquinas para aliviar o penoso trabalho das minas e deixaram em sua maior parte inexplorados os recursos em minério de seu imenso território. Embora soubessem fazer vidro, preferiam importá-lo do Ocidente. Não fabricavam relógios nem parafusos; somente pregos e dos mais grosseiros.[64] Nos dois mil anos de intervalo entre o surto dos Han e a queda dos manchus a vida industrial da China permaneceu substancialmente a mesma — como permanecera a mesma a da Europa, desde Péricles até a Revolução Industrial.

A China preferiu igualmente o calmo domínio da tradição e da erudição ao excitante e tumultuoso crescimento da ciência e da plutocracia. De todas as grandes culturas foi a mais pobre em contribuições para a técnica material da vida. Produziu excelentes manuais de agricultura e sericultura dois séculos antes de Cristo, e culminou em tratados de geografia.[65] O matemático Chang Ts'ang (152 a.C.) deixou uma obra sobre álgebra e geometria, com a primeira menção que conhecemos sobre as quantidades negativas. Tsu Ch'ung-chih calculou o valor exato de π (pi) até seis decimais, melhorou o "veículo que apontava para o sul" e parece que também experimentou um barco que se movia a si mesmo.[66] Chang Heng inventou em 132 da era cristã um sismógrafo. (Seu aparelho consistia em oito dragões de cobre colocados sobre delicadas molas num vaso em cujo centro havia um sapo de boca aberta. Cada dragão trazia na boca uma bola de cobre. Quando ocorreu um terremoto, o dragão mais próximo do ponto atingido pelo abalo deixou cair a sua bola, apesar de ninguém perceber qualquer movimento na terra. Chang Heng foi escarnecido como charlatão, até que a chegada de um mensageiro confirmou o terremoto havido em uma província distante e no rumo apontado pelo sismógrafo.[67] Mas em sua maior parte os físicos chineses se perderam no ocultismo do *feng shui* e na metafísica do *yang* e do *yin*. (*Feng shui* [vento e água] era a arte, muito espalhada na China, de adaptar a locação das casas e túmulos às correntes dos ventos e águas de um certo sítio.) Presumivelmente os matemáticos tomaram a álgebra da Índia, mas desenvolveram a geometria por si mesmos, dada a necessidade de medir as terras.[68] Os astrônomos do tempo de Confúcio calculavam corretamente os eclipses e lançaram as bases do calendário chinês — dia de doze horas, ano de doze meses, todos a começarem com a lua nova; e um mês extraordinário, de tempos em tempos acrescentado para a devida correção.[69] A vida na terra guardava compasso com a vida do céu; o sol e a lua regulavam as festas do ano; até a ordem moral e social baseava-se na regularidade dos planetas e estrelas.

A medicina chinesa era uma característica mistura de sabedoria empírica e superstição popular. Tinha inícios remotíssimos e já produzira grandes médicos antes de Hipócrates. De longa data vinham sendo exigidos exames para a admissão na prática da medicina, e desde a era dos Chou o preço dos serviços profissionais era fixado previamente de acordo com esses exames. No século IV a.C. um governador chinês ordenou o estudo anatômico de 40 decapitados; mas a experiência perdeu-se num debate teórico e a dissecação foi interrompida. Chang-Chung-ning, no século II, escreveu tratados sobre febres e dietas, os quais permaneceram como padrões durante mil anos. No século III, Hua To escreveu uma obra de cirurgia e fez operações em pacientes anestesiados pela ingestão de certo vinho, cuja fórmula, infelizmente, logo se perdeu. Lá por 300 de nossa era Wang Shu-ho escreveu um livro célebre a respeito do pulso.[70] E no começo do século VI T'ao Hung-ching compilou uma extensa descrição das 730 drogas usadas pela medicina chinesa; e um século mais tarde Ch'ao Yuan-fang escreveu um livro clássico sobre doenças de mulheres e crianças. Apareceram enciclopédias médicas no tempo dos imperadores T'ang, e monografias sobre vários assuntos no tempo dos Sung.[71] Embora já houvesse uma escola de medicina, em sua maior parte a instrução médica se adquiria pela aprendizagem ao lado de um profissional. Remédios não faltavam; uma botica de três séculos atrás tinha um movimento de $1.000 por dia em drogas.[72] o diagnóstico era detalhado e pedantesco; descreviam-se 10.000 variedades de febres e 24 condições do pulso. A inoculação (não a vacina) era usada, provavelmente por imitação da Índia, no tratamento da varíola, enquanto o mercúrio tinha emprego na sífilis. Esta doença parece ter aparecido na China nos úl-

timos anos da dinastia Ming, fazendo estragos no povo, mas deixando atrás de si uma certa imunidade para os efeitos mais sérios. A higiene pública, a profilaxia e a cirurgia fizeram progressos muito pequenos na China; o sistema de esgotos era dos mais primitivos ou não existia;[73] e algumas cidades não chegavam a resolver os problemas básicos de uma sociedade decente: obtenção de boa água e vazão para os resíduos.

O sabão era luxo, mas ninguém negava a abundância de piolhos. Os chineses da plebe aprendiam a coçar-se com equanimidade confuciana. A ciência médica, desde a era Shih Huang-ti até a última imperatriz manchu, fez tão poucos progressos como a medicina européia desde Hipócrates até Pasteur. A medicina européia invadiu a China como um apêndice do cristianismo; mas o povo continuou dando preferência aos médicos nativos e às rezas tradicionais.

IV. RELIGIÃO SEM IGREJA

Superstição e cepticismo — Animismo — Adoração do Céu — Adoração dos antepassados — Confucionismo — Taoísmo — Elixir da imortalidade — Budismo — Tolerância e ecletismo — Maometanismo — Cristianismo — Causas de sua falência na China

Sobre uma peculiaríssima mistura de religião, moral e filosofia é que estava construída a sociedade chinesa, não sobre a ciência. A História jamais conheceu povo mais supersticioso, ou mais racionalista e secular; nenhuma nação foi menos dominada pelos sacerdotes e, com exceção da Índia, mais cheia de deuses. Como explicar estas contradições, a não ser atribuindo aos filósofos chineses um grau de influência sem paralelo na História, e ao mesmo tempo admitindo na pobreza da China uma inexaurível fonte de fantasiosas esperanças?

Não era diferente da dos demais povos primitivos a religião dos primitivos habitantes da China: o medo animístico e a adoração dos espíritos eram coisas universais, e também a poética reverência pelas mais impressionantes formas do poder reprodutor; a isso se acrescia a adoração de um céu cujas energias sob forma de calor, luz e chuva revelavam a *relação* entre a vida na terra e a secreta vida universal. O vento e o raio, as árvores e as montanhas, os dragões e as serpentes eram igualmente adorados; mas as grandes festas celebravam sobretudo o milagre do crescimento, e na primavera moços e moças dançavam e se conjugavam nos campos para dar à mãe-terra uma sugestão da fecundidade. Naqueles tempos, reis e sacerdotes eram aliados; e os mais antigos monarcas chineses, a crermos na narração dos piedosos historiadores, eram estadistas-santos, cujos feitos heróicos se processavam com a ajuda dos deuses.[74]

Nessa primitiva teologia o céu e a terra ligavam-se como duas metades da grande unidade cósmica, e eram muito como homem e mulher, senhor e vassalo, *yang* e *yin*. A ordem dos céus e a conduta moral da humanidade equivaliam a processos afins, partes de um ritmo universal e necessário: *Tao* — o caminho celeste. A moralidade, como a lei das estrelas, consistia na cooperação da parte com o todo. O Supremo Deus era o próprio céu, era a ordem moral, a divina disposição de tudo, que abrangia tanto os homens como as coisas, ditava as relações entre pais e filhos, mulheres e maridos, vassalos e amos, senhores e reis — e as do rei com Deus. Confusa mas nobre concepção, que pairava no personalismo, quando o povo orava a *T'ien* — o céu como deidade — e no impersonalismo, quando os filósofos falavam do *T'ien* como a soma de todas as forças que governavam o céu, a terra e os homens. Gradualmente, com o de-

senvolvimento da filosofia, a concepção personalizada do "Céu" limitou-se às massas e a concepção impessoal foi aceita pelas classes educadas e pelo Estado.[75]

Destes começos saíram os dois elementos da religião ortodoxa da China: a generalizada adoração dos antepassados e a adoração confucionista do Céu e dos Grandes Homens. Cada dia uma modesta oferenda — usualmente comida — era feita aos mortos, antes das orações encaminhadas aos seus espíritos; porque o povo simples cria que esses mortos continuavam a viver em algum mundo mal definido e podiam trazer aos vivos boa ou má fortuna. Os chineses educados também faziam tais oferendas, mas sob forma de comemoração, não de adoração; era saudável para a alma e a raça que os mortos fossem relembrados e reverenciados, porque assim também seria reverenciada a tradição, embaraçada a inovação — e o império teria paz. O maior inconveniente desta religião estava no fato de que o território da China ficava repleto de incontáveis túmulos invioláveis, o que impedia a construção de estradas de ferro e reduzia as áreas de cultura; mas para o filósofo chinês tais dificuldades não contavam, quando entrava em jogo a estabilidade espiritual e política que o culto dos antepassados dava à nação. Porque foi graças a esta profunda instituição que a China conseguiu sua poderosa unidade no tempo.

A religião adotada pelos sábios e pelo Estado era ao mesmo tempo uma ampliação e uma redução dessa fé popular. Aos poucos, com o recrescer da reverência de século em século, Confúcio foi elevado, por meio de decretos imperiais, a uma posição acima da qual só existia o Céu; cada escola consagrava-lhe uma tábua, cada cidade um templo; e periodicamente o imperador, rodeado de seus oficiais, oferecia incenso e sacrifício à sua memória, como a de influência mais benéfica entre todas as memórias da raça. Confúcio não era, na compreensão dos inteligentes, um deus, mas para muitos chineses servia-lhe de substituto; os que desempenhavam os rituais em sua honra podiam ser agnósticos ou ateus, mas, se o honravam, e também aos próprios antepassados, eram recebidos na comunidade como almas piedosas e religiosas. Oficialmente, entretanto, a fé dos confucianos incluía a admissão do *Shang-ti*, a Suprema Força Dirigente do Mundo; e cada ano o imperador oferecia sacrifício, no Altar do Céu, a esta divindade impessoal. Nada se dizia nessa fé oficial sobre imortalidade.[76] O Céu não era um lugar, mas sim a vontade de Deus ou a ordem do Mundo.

Esta simples e quase racionalista religião nunca satisfez completamente ao povo chinês. Suas doutrinas deixavam pouco espaço para a imaginação dos homens; davam escassa resposta às suas esperanças e sonhos, e muito pequeno apoio às superstições que lhes enfeitavam a vida diária. Porque o povo chinês, como todos os outros, abrilhantava a prosa da realidade com a poesia do sobrenatural; sentia um mundo de espíritos bons e maus pairantes sobre si e procurava aplacar ou seduzir essas forças por meio da encantação mágica ou da oração. Pagava-se a videntes para ler o futuro nas linhas do I Ching, ou na casca das tartarugas, ou no movimento das estrelas; contratavam-se mágicos para orientar a situação das casas e túmulos, segundo os ventos e a água, e feiticeiros para trazer o sol ou a chuva.[77] Expunham-se à morte as crianças nascidas nos "dias azarentos",[78] e filhas de alma exaltada às vezes se matavam para trazer boa ou má sorte aos pais.[79] Particularmente no sul, a alma chinesa mostrava-se inclinada ao misticismo; repelia o gélido racionalismo de Confúcio e ansiava por um credo que proporcionasse à China, como o fazia a outros povos, as consolações imortais.

Por essa razão, alguns teólogos populares foram tomando a nevoenta doutrina de Lao-tsé e aos poucos transformando-a em religião. Para o Velho Mestre e para Chuang-tsé, o *Tao* era o caminho da vida para a consecução da paz individual na terra; não o imaginavam como deidade, e muito menos como um preço a ser pago na terra para a vida além-túmulo.[80] No segundo século da nossa era, porém, tais doutrinas foram melhoradas por homens que diziam ter recebido do próprio Lao-tsé o elixir da imortalidade. Tão popular se tornou esse elixir, que diversos imperadores morreram por tomarem-no em demasia.[81] Um mistagogo de Szechuan (148 d.C.) oferecia-se para curar todas as doenças com um simples talismã, que ele dava em troca de cinco pacotes de arroz. Aparentemente havia curas miraculosas, e os que não saravam "era por não terem bastante fé".[82] O povo lançou-se à nova religião, construiu templos, sustentou-lhe generosamente o sacerdócio e derramou na estrutura da nova fé muito das suas velhas superstições. Lao-tsé transformou-se em deus, sendo-lhe atribuído um nascimento sobrenatural — viera ao mundo já velho e sábio, depois de passar no útero materno 80 anos.[83] O mundo foi povoado de novos deuses e demônios; os chineses afugentavam uns com a explosão de artefatos pirotécnicos nos pátios dos templos; e com toques de gongos despertavam outros, para lhes ouvirem as orações.

Durante mil anos a fé taoísta teve milhões de adeptos, converteu muitos imperadores e travou numerosas batalhas de intriga para subtrair aos confucionistas o divino direito de taxar e despender. Por fim a religião taoísta foi suplantada, não pela lógica de Confúcio, mas por outra religião ainda mais consoladora do homem comum. Porque o budismo que emigrou para a China no século I de modo nenhum era a sombria doutrina que o Iluminado pregara na Índia quinhentos anos antes; não era um credo ascético, mas a ardente fé em divindades acolhedoras e num maravilhoso paraíso; tomara a forma do *Mahayana*, que os teólogos de Kanishka haviam adaptado às necessidades emotivas do homem do povo; e foi assim que entraram na China deuses pessoais e amáveis, como Amitabba, o Chefe do Paraíso, e Kuan-yin, o deus e depois a deusa da misericórdia; os *Lohans* ou *Arhats* — dezoito dos primeiros discípulos de Buda — encheram o panteão chinês, onde, em todas as emergências, estavam sempre prontos a socorrer os homens. Quando, depois da queda dos imperadores Han, a China se viu despedaçada pela cisão política, a nação atormentada se voltou para o budismo, como naquela mesma época o mundo romano estava se voltando para o cristianismo. O taoísmo abrira os braços à nova fé, e com o tempo ambas se tornaram inextricáveis na alma chinesa. Houve imperadores que perseguiam o budismo; filósofos queixavam-se de suas superstições e estadistas preocupavam-se com o fato de que o melhor sangue chinês se esterilizasse nos mosteiros; mas no fim o governo verificou, mais uma vez, que a religião é mais forte que o Estado; os imperadores fizeram as pazes com os novos deuses; os sacerdotes budistas tiveram licença para recolher esmolas e construir templos — e os burocratas e os sábios passaram a formar uma aristocracia baseada no confucionismo. A nova religião tomou posse de numerosos velhos santuários, colocou seus monges ao lado do taoísmo na sagrada montanha de Tai-Shan, induziu o povo a piedosas peregrinações aos novos santuários, contribuiu poderosamente para as artes e o desenvolvimento da imprensa e derramou bondade na alma chinesa. Por fim, também o budismo entrou em decadência; corrompeu-se-lhe o clero, permeou-se-lhe a doutrina de deidades sinistras e superstições populares, até que o seu poder político, que nunca fora forte, acabou destruído pela renascença do con-

fucionismo no reinado de Chu Hsi. Hoje os templos do budismo estão em abandono, com os recursos exauridos; seus únicos devotos são os seus sacerdotes na miséria.[84]

Não obstante, o budismo penetrou na alma nacional e faz parte da complexa religião do chinês comum. Porque as religiões na China nunca se repeliram umas às outras, como na Europa e na América, nem jamais levaram o país a lutas sangrentas. Normalmente se toleravam, não só no Estado como no mesmo indivíduo; em regra o chinês é a um tempo animista, taoísta, budista e confucionista. Não passa, no fundo, de um modesto filósofo, sabedor de que nada é certo; e, nesse caso, a melhor política é receber bem todos os credos e pagar aos sacerdotes de todos eles para que digam orações aos mortos. Todavia, enquanto a prosperidade sorri o chinês não perde tempo com os deuses; venera os antepassados, mas deixa que os templos budistas e taoístas recebam as atenções do clero e de umas tantas mulheres. O chinês é o tipo humano mais secular que a história revela; a vida terrena absorve-o todo; e quando ora não é para pedir nada no céu, mas qualquer coisa na terra.[85] Se o deus não lhe responde aos rogos, ele o insulta e o lança ao rio. "Nenhum fazedor de imagens adora os deuses", diz um provérbio chinês, "porque sabe de que material são feitos."[86]

Por esse motivo, o chinês médio não aderiu com paixão ao maometanismo ou ao cristianismo, credos que lhe acenavam com um céu que o budismo já havia oferecido; o que o chinês queria eram coisas na terra — a felicidade aqui. A maior parte dos 15 milhões de muçulmanos da China não é constituída realmente de chineses, mas de criaturas de origem estrangeira.[87] O cristianismo entrou lá com os monges nestorianos, pelo ano 636. O Imperador Tai Tsung deu-lhe a sua simpatia pessoal e protegeu aos que o pregavam. Em 781 os nestorianos da China ergueram um monumento no qual agradeciam essa tolerância e faziam votos para que o cristianismo dominasse a China inteira.[88] Desde então os missionários jesuítas, e também os missionários protestantes sustentados pelas grandes fortunas dos Estados Unidos, têm trabalhado para transformar em realidade o sonho dos nestorianos. Existem hoje três milhões de cristãos na China — um por cento da população convertido no espaço de mil anos. (O cristianismo perdeu sua oportunidade quando no século XVIII se travou a disputa entre os jesuítas e outras ordens católicas da China. Os jesuítas haviam encontrado a fórmula para fazer a adoração dos antepassados e do Céu passar para a ideologia cristã sem romper a estabilidade moral da China; mas os dominicanos e franciscanos exigiram uma interpretação mais estrita, e denunciaram toda a teologia chinesa como invenção do diabo. O Imperador K'ang-hsi fora sempre muito simpático ao cristianismo, chegando a entregar a um jesuíta a educação de seus filhos. Quando, porém, a Igreja Católica adotou oficialmente o ponto de vista dos dominicanos e franciscanos, K'ang-hsi retirou o apoio dado à nova religião, e seus sucessores no trono lhe foram ativamente contrários.[89] Nos últimos tempos o feroz imperialismo dos cristãos enfraqueceu totalmente a ideologia, provocando o apaixonado anticristianismo dos revolucionários chineses.)

V. MORAL

A alta situação da moral na sociedade chinesa — A família — Os filhos — Castidade — Prostituição — Relações pré-maritais — Casamento e amor — Monogamia e poligamia — Concubinagem — Divórcio — Uma imperatriz chinesa — O patriarca — Sujeição da mulher — Caráter do chinês

O confucionismo e a adoração dos antepassados sobreviveram durante 20 séculos a muitas crenças rivais e a muitos ataques, porque eram sentidos como indispensáveis à intensa e exaltada tradição moral sobre que a vida chinesa repousava. O código moral passava de pais a filhos através das gerações, mantendo-se como o governo invisível da sociedade chinesa; um código tão forte e estável que essa sociedade se conservou na ordem e na disciplina através de todas as vicissitudes de um Estado frouxo. "O que os chineses levaram ao mais alto grau de perfeição foi a moralidade", disse Voltaire.[90] "Construindo a casa sobre alicerces sólidos, o mundo se sentirá seguro", disse Confúcio.[91]

Os chineses admitiam que o propósito de um código ético era transformar o caos das relações sexuais numa instituição bem ordenada, que não perdesse de vista a criação da prole. A razão da existência da família é a criança. Do ponto de vista chinês, os filhos nunca eram demais; a nação estava sempre sujeita a ataques e necessitava de defensores; o solo, fértil, podia sustentar milhões; mesmo que sobreviesse uma terrível luta pela existência, os mais fracos seriam eliminados e os mais fortes sobreviveriam e multiplicar-se-iam para sustentar os velhos pais e honrar os mortos. A adoração dos ancestrais forjava uma cadeia de reprodução sem fim e dava-lhe uma dupla força; o pai devia gerar filhos não só para fazer sacrifícios depois da morte, como para prosseguir na veneração dos avós. "Há três coisas más", disse Mêncio, "e a pior é não ter filhos."[92]

Os filhos homens eram sempre desejados, e constituía a vergonha da mulher não ter nenhum; porque os filhos homens trabalhavam nos campos melhor que as filhas, e podiam combater nas guerras. As filhas constituíam uma carga, porque, depois do trabalho de criá-las, os pais viam-nas irem-se para a família do esposo, trabalhar para ela e enriquecê-la de prole. Se em tempos duros sobrevinha uma menina, não era pecado abandoná-la ao relento, para que morresse de frio ou atacada pelos porcos.[93] A prole que se salvava das doenças da infância era criada com a maior afeição; o regime das pancadas o chinês o substituía pelo exemplo; e faziam-se às vezes trocas de crianças entre famílias aparentadas, para que o excesso de mimos não as estragasse.[94] As crianças ficavam na seção feminina da casa, raro se misturando com os adultos masculinos, até a idade de sete anos. Por essa época iam os meninos para as escola, se a família estava em condições, e eram severamente separados das meninas; depois da idade de 10 anos só tinham associação com homens ou cortesãs.[95]

A castidade era tão exaltada e tão vivamente exigida e imposta que há exemplos de jovens chinesas que se mataram por se considerarem desonradas pelo acidental toque de um homem.[96] Mas nenhum esforço era feito para manter a castidade masculina; ao contrário, tinha-se como normal e legítimo que o jovem procurasse os bordéis; o sexo (no macho) era um apetite como a fome, e todos podiam satisfazê-lo, contanto que não abusassem.[97] (Os homens às vezes se preparavam abertamente para uma noite no

bordel, por meio de desenhos eróticos, afrodisíacos, ou cantos.[98] Devemos acrescentar que atualmente a leniência para com a liberdade pré-marital está desaparecendo.) O suprimento de mulheres para atender à situação tornou-se de longa data uma instituição na China: o famoso ministro Kuan Chung mandou organizar um lupanar em que os mercadores de outros Estados deixassem seus lucros nas vésperas da partida.[99] Marco Polo descreve as cortesãs da capital como numerosíssimas e extraordinariamente belas. Recebiam licença, eram regulamentadas e segregadas; e as mais formosas eram oferecidas gratuitamente aos membros das embaixadas estrangeiras.[100] Nos últimos tempos uma especial variedade de "encantadoras" se desenvolveu, correspondentes às heteras gregas, versadas muitas vezes em literatura e filosofia e hábeis na música e na dança; tais sereias proporcionavam aos jovens ou aos maridos respeitáveis os encantos da conversação educada e da agradável companhia.[101]

As relações pré-maritais eram tão livres para o homem e tão vedadas para a mulher que não havia ensejo para o amor romântico. Alguma literatura amorosa aparece sob os T'ang, havendo porém indicação de que o sentimento já existia no século VI a.C.; "Wei Sheng," diz a lenda, "tendo marcado encontro com a amada sob uma ponte, lá ficou a esperá-la, e esperou-a até que as águas subissem e o afogassem."[102] É provável que Wei Sheng soubesse mais do que isso, mas é significativo o fato de os poetas admitirem que ele não o soubesse. Em geral, entretanto, o amor, como terna solicitude e apego, era mais comum entre dois homens do que entre homem e mulher; neste ponto os chineses concordavam com os gregos.[103]

O casamento quase nada tinha a ver com o amor; desde que o propósito do casamento era formar casais para fins procriativos, o romantismo amoroso não intervinha no caso. Os pais escolhiam o noivo ou a noiva para a filha ou o filho. O celibato era tido como imoral, verdadeiro crime contra os ancestrais, o Estado e a raça, não sendo permitido nem aos sacerdotes. Nos tempos antigos havia um funcionário incumbido de providenciar para que os homens não passassem da idade de 30 anos nem a mulher da de 20 sem casar-se.[104] Com ou sem ajuda dos intermediários profissionais (*mei-ren*), os pais combinavam o casamento dos filhos logo depois da puberdade, às vezes ainda no berço.[105] Havia nas uniões limites exogâmicos e endogâmicos: o cônjuge procurado devia ser de família notória mas sem nenhum parentesco. O pai do noivo em regra enviava um substancial presente ao pai da noiva, mas esta devia trazer um bom dote; além disso as duas famílias trocavam entre si presentes no dia das núpcias. Até esse momento a moça era conservada em completa reclusão. O futuro esposo não podia visitá-la exceto por meio de algum estratagema; em muitos casos via-lhe pela primeira vez o rosto ao tirar-lhe o véu após a cerimônia nupcial.[106] Depois do casamento a esposa ia viver na casa dos pais do marido — ou perto desta — e para eles trabalhava submissamente até que por morte da sogra lhe chegasse a vez de dominar as mulheres de seus filhos.

Os pobres conservavam-se na monogamia; mas tão desejosos de prole se mostravam os chineses, que era permitido, aos que podiam, tomar concubinas, ou "esposas secundárias". A poligamia era vista como eugênica pela sociedade, visto que o homem em condições de arcar com os ônus dela decorrentes era evidentemente um forte. Se a primeira mulher não tinha filhos, podia induzir o esposo a arranjar uma companheira adicional e freqüentemente adotava o filho da concubina. Eram inúmeros os casos das esposas que, ansiosas de não perder a situação, sugeriam aos maridos casamento que a elas favorecia, trazendo outra mulher para casa como esposa secundária.[107] A mulher

do Imperador Chuang-tchu foi muito louvada por haver dito: "Nunca cessei de enviar emissários às cidades próximas em busca de belas concubinas para meu real senhor."[108] As melhores famílias disputavam a honra de dar uma filha ao harém do soberano. Para a guarda desse harém o imperante dispunha de três mil eunucos, muitos deles mutilados aos oito anos pelos pais, que, assim, desde cedo lhes asseguravam um meio de vida.[109]

Nesse paraíso dos machos, as "mulheres secundárias" eram praticamente escravas; a esposa principal não passava de diretora de um estabelecimento de reprodução. Seu prestígio dependia do número e do sexo dos filhos. Educada de forma a aceitar o marido como senhor, só podia gozar de alguma felicidade se modestamente seguisse a rotina prescrita; e tão adaptativa é a natureza humana, que neste sistema de união marido e mulher parecem ter vivido em paz não menos violenta que a observada no casamento romântico. O homem podia divorciar-se sob qualquer pretexto, fosse a esterilidade da mulher, fosse sua loquacidade;[110] já à esposa não se permitia o divórcio; o máximo que se lhe permitia era abandonar a casa e recolher-se à de seus pais — solução aliás de pouca freqüência. Mas o divórcio era raro, não só porque a sorte das divorciadas nada tinha de invejável, como porque os chineses, naturalmente filósofos, encaram de modo filosófico todos os atritos do casamento.

Nos tempos anteriores a Confúcio a família se centrava em torno da mulher-mãe, fonte da sua existência e autoridade. Já vimos que antigamente os homens "conheciam suas mães, mas não seus pais"; e na escrita chinesa o caráter que representa o nome "pai de família" é ainda formado pelo radical da palavra "mulher".[111] A palavra "esposa" significa "igual"; e a esposa conservava o seu nome depois do casamento. Já no século III da nossa era as mulheres chinesas ocupavam altos cargos administrativos, podendo até chegar ao trono;[112] a moderna "Imperatriz Viúva" apenas seguiu os passos daquela Imperatriz Lu que com tanta severidade governou a China de 195 a 180 a.C. Lu, "dura e inflexível", matou, à moda dos Bórgias, seus rivais e inimigos; escolhia e depunha os reis e fez cortar as orelhas e arrancar os olhos à concubina favorita de seu esposo, lançando-a em seguida a uma latrina.[113] Embora entre as chinesas a instrução fosse muito escassa — uma em dez mil a recebia — na era dos imperadores manchus,[114] todas as mulheres das altas classes a recebiam; muitas compunham versos; e Pan Chao, a bem-dotada irmã do historiador Pan Ku (100 d.C.), completou depois da morte deste a história que estava sendo escrita e recebeu alta recompensa do Imperador.[115]

Provavelmente o estabelecimento do sistema feudal na China inferiorizou a situação econômica e política da mulher, introduzindo na família o sistema patriarcal. Em regra todos os filhos, com suas esposas e prole, viviam com o mais velho; e embora a terra fosse propriedade comum, todos aceitavam a completa autoridade do patriarca, tanto na família como nos bens. No tempo de Confúcio o poder do pai era quase absoluto: podia vender a mulher e os filhos, mas só em caso de extrema miséria; e podia matar o filho sem outra sanção além do julgamento da opinião pública.[116] O patriarca sentava-se à mesa sozinho, não convidando a esposa ou filhos a fazer-lhe companhia, exceto em raras ocasiões. Quando morria, não era tolerado que a viúva se casasse de novo; e em época mais antiga esperava-se que em honra do morto ela se submetesse ao *suttee*; e até fins do século XIX ainda ocorreram desses casos.[117] O marido era cortês para com a mulher, embora mantendo uma distância quase de casta entre si e todos da casa. As mulheres viviam em cômodos reservados e

nunca se misturavam com os homens; na vida social só figuravam machos e mulheres promíscuas. O esposo via sua mulher como a mãe de seus filhos; honrava-a, não pela beleza ou cultura, mas pela fecundidade, indústria e obediência. Em um famoso tratado a senhora Pan Ho-pan, uma aristocrata, escreveu com eficiente humildade sobre a verdadeira condição da mulher:

> Nós ocupamos o último lugar na espécie humana e somos a sua parte mais fraca; as funções mais baixas são e serão sempre as nossas.(...) Com justiça, o Livro das Leis do Sexo diz estas palavras: "Se uma mulher tem um marido como o quer seu coração, tem-no por toda a vida; se uma mulher tem um marido contra seu coração, assim o terá por toda a vida."[118]

E Fu Hsüan canta:

> Que tristeza ser mulher!
> Nada na terra vale menos.
> Os rapazes são deuses caídos do céu.
> Corajosamente arrostam os Quatro Oceanos,
> E o vento e o pó de milhares de milhas.
> Mas ninguém se alegra quando nasce uma menina;
> Para ela a família nada põe de parte.
> Quando cresce, esconde-se em seu quarto,
> Medrosa de olhar um homem de frente.
> Ninguém chora quando a casa ela deixa,
> Repentina como a nuvem quando a chuva cessa.
> Curva a cabeça e compõe o seu rosto.
> Seus dentes mordem os lábios vermelhos:
> Curva-se e ajoelha-se vezes sem conta.[119]

Esta citação talvez não faça justiça ao lar chinês. Havia uma escala de sujeição, e as brigas eram comuns entre marido e mulher ou entre os filhos; mas havia também muita afeição, muito auxílio mútuo e a constante cooperação nos lares bem-formados. Embora economicamente subordinada, a mulher tinha liberdade de falar, podendo descompor o marido no melhor estilo do Ocidente. A família patriarcal não era democrática, e muito menos igualitária, porque o Estado deixava à família a função de manter a estabilidade social; o lar era a um tempo *nursery*, escola, oficina e governo. Na América, o afrouxamento da família só se tornou possível devido à nenhuma importância econômica do lar, e à passagem das velhas funções da família para a escola, a fábrica e o Estado.

O tipo e o caráter produzidos por estas instituições domésticas receberam os mais altos elogios dos visitantes estrangeiros. Feitos os necessários descontos, o chinês médio era um modelo de devoção e obediência filial, de profundo respeito e carinhosa atenção para com os velhos. (A lenda chinesa ilustra com muito humor este fato. Hacuga, diariamente surrado por sua mãe, nunca chorava. Um dia, entretanto, chorou; perguntado por que o fazia, respondeu que era porque as surras de sua mãe já não lhe causavam dor — sinal de que a velhice a enfraquecia.)[120] Aceitava pacientemente os preceitos morais do *Li-chi*, ou Livro de Cerimônias, e não se afastava do ri-

gor da etiqueta; regulava todas as fases da sua vida por aquelas regras de cortesia e assim adquiria uma excelência de maneiras, uma dignidade de atitudes e uma conduta geral desconhecidas no Ocidente; um cule carregando esterco na rua podia mostrar melhor educação e mais dignidade humana do que o negociante estrangeiro que lhe vendia ópio. O chinês aprende a arte de transigir e graciosamente enfrenta os piores inimigos. Raro mostra-se violento no falar, mas é sempre loquaz, freqüentemente mal trajado e não muito sóbrio no beber; é dado à glutoneria e ao jogo (em muitas zonas vêem-se à beira da estrada, à espera dos passantes, homens com dados num pires, à disposição dos jogadores que passam),[121] e também ao peculato miúdo e à mentira cortês;[122] adora muito francamente o Deus da Riqueza,[123] sentindo pelo ouro a fome que o mundo atribui aos americanos; é muitas vezes capaz de crueldade e brutalidade, e as injustiças acumuladas levam-no a explosões de pilhagem e matança. Quase sempre, porém, mostra-se pacífico e bondoso, econômico e industrioso, lerdo mas assíduo no trabalho, simples e desafetado em seu modo de vida e comparativamente honesto no campo comercial. Silencioso e paciente na adversidade, recebe o bem e o mal com a mesma sábia humildade; suporta a miséria e a agonia com resignação fatalista e mostra pouco interesse pelos que sofrem aos gritos; lamenta por muito tempo, e com sinceridade, a morte dos parentes; e quando não pode evitar a morte, enfrenta-a com calma filosófica. É tão sensível à beleza como insensível à dor; enfeita as cidades com decorações cromáticas e a vida pessoal com requintada arte.

Se quisermos compreender esta civilização, temos por um momento de afastar o caos e o horror em que foi lançada devido à sua fraqueza diante dos canhões do Ocidente; temos de vê-la em qualquer de seus vários apogeus: ou sob os príncipes Chou, ou Ming Huang, ou Hui Tsung, ou K'ang-hsi. Porque nesses períodos de paz e culto à beleza os chineses representavam a mais alta civilização e a mais amadurecida cultura que a Ásia, ou talvez o mundo, já havia alcançado.

VI. UM GOVERNO LOUVADO POR VOLTAIRE[124]

Submersão do indivíduo — Autonomia — Aldeia e província — Frouxidão da lei — Severidade das penas — O Imperador — O Censor — Corpos administrativos — Educação para cargos públicos — Nomeação — Exames — Defeitos e virtudes

O mais impressionante aspecto da civilização chinesa foi o seu sistema de governo. Se o Estado ideal é uma combinação de democracia e aristocracia, o chinês tem tido esse Estado ideal há mais de mil anos; se o melhor governo é o que governa menos, então os chineses têm tido o melhor governo. Jamais um governo governou tanta gente, nem a governou tão pouco e por tanto tempo.

Não que o individualismo, isto é, a liberdade individual, florescesse na China; ao contrário, o conceito de indivíduo era fraco, o homem perdia-se no grupo de que fazia parte. Era, antes de mais nada, membro de uma família e efêmero elo em uma cadeia de vida entre seus antepassados e a posteridade; a lei e os costumes faziam-no responsável pelos atos dos outros membros da casa e vice-versa. Usualmente pertencia a alguma sociedade secreta; e, nas cidades, a alguma corporação; isso lhe limitava os direitos individuais. Uma teia de costumes antigos enleava-o, e a poderosa opinião

pública ameaçava-o com o ostracismo, caso ele violasse as tradições morais do grupo. Foi precisamente a força dessas organizações populares que permitiu à China manter-se em estabilidade, a despeito da fraqueza da lei e do Estado.

Mas dentro da moldura destas instituições espontâneas o chinês permaneceu política e economicamente livre. As grandes distâncias que separavam as cidades, e estas da capital, a ação isoladora das montanhas, dos desertos e rios sem pontes, a falta de transporte rápido e a dificuldade em manter um grande exército bastante forte para assegurar o poder do governo central sobre 400 milhões de criaturas, tudo isto forçou o Estado ao regime da quase completa autonomia distrital.

A célula da administração na China era a aldeia, frouxamente governada pelos chefes de família, sob os olhos de um "cabeça" nomeado pelo governo; um grupo de aldeias em torno de uma cidade constituía um *hien*, ou condado, dos quais existiam cerca de 1.300; dois ou mais *hiens* constituíam um *fu*; dois ou mais *fus* formavam um *tao*, ou circuito; dois ou mais *taos* faziam um *sheng*, ou província; e 18 províncias sob os soberanos Manchus formavam o império. O Estado nomeava um magistrado para agir como administrador, coletor de taxas e juiz em cada *hien*; um oficial-chefe para cada *fu* e cada *tao*; e um juiz, um tesoureiro, um governador e às vezes um vice-rei para cada província.[125] Normalmente, porém, esses funcionários contentavam-se com a coleta das taxas, julgando apenas os casos em que o arbitramento ou o acordo falhava; no mais deixavam que tudo corresse ao sabor dos costumes locais e a ordem fosse mantida pela família, pelo clã e pelas corporações. Cada província era um Estado semi-independente, livre da interferência imperial ou da legislação central, enquanto se mantivesse em dia com os impostos. As dificuldades de comunicação faziam o governo central mais uma idéia do que uma realidade. As emoções patrióticas do povo não transpunham as fronteiras do distrito.

Nesta frouxa estrutura, a lei era bem frágil, além de impopular e variada. O povo preferia ser governado pelos costumes e liquidar seus casos fora das cortes. Expressava a sua opinião sobre os litígios por meio de ditados como estes: "Demanda uma pulga e ganha uma mordida", ou "Ganha a demanda e perde o dinheiro". Em muitas cidades de regular população os anos se passavam sem um caso levado à justiça.[126] As leis haviam sido codificadas sob os imperadores T'ang, mas só diziam respeito aos crimes, não aos casos civis. O julgamento era simples, porque os advogados não entravam em cena, embora ocasionalmente os notários pudessem preparar e ler a defesa do réu.[127] Não havia júri, e era escassa a proteção da lei contra os abusos dos aplicadores da justiça. Tomavam-se as impressões digitais dos suspeitos,[128] e as confissões eram às vezes arrancadas com torturas, não piores que as adotadas atualmente pelas polícias ocidentais. Penas severas, embora não tão bárbaras como as de outros povos asiáticos, eram aplicadas, indo desde o corte do cabelo à flagelação, ao banimento e à morte; se o criminoso era homem de méritos excepcionais, permitiam-lhe suicidar-se.[129] Havia generosas comutações de sentença, e em tempos normais a pena de morte só era imposta pelo imperador. Teoricamente eram todos iguais perante a lei. Conquanto as leis jamais conseguissem evitar o banditismo das estradas ou a corrupção administrativa e judiciária, cooperavam modestamente com os costumes e a família para dar à China um grau de ordem social e de segurança pessoal não igualado no mundo antigo.[130]

Precariamente sobrepairando estes milhões de seres humanos estava o imperador. Em teoria, governava por direito divino; era o Filho do Céu e representava o Supremo

Ser na terra. (Daí ser seu reino chamado *Tien-Chan*, "governado pelo céu". Os europeus traduziram isto por "Celeste Império", dando aos chineses o nome erudito de "celestiais".)[131] Em virtude de seus poderes divinos, governava as estações e fazia os homens conformarem suas vidas com a divina ordem do universo. Seus decretos eram leis; e seus pareceres, supremos; o imperador administrava o Estado e chefiava a religião; nomeava todos os funcionários, examinava os que requeriam cargos e escolhia o seu sucessor no trono. Mas seu poder, na realidade, era limitado pelos costumes e pela lei. Todos esperavam que ele governasse sem infringir os precedentes vindos de um passado respeitadíssimo; e a cada momento podia ser advertido pelo estranho dignitário denominado Censor; de fato, o soberano vivia aprisionado por um círculo de conselheiros e comissários, cujos pareceres eram em regra seguidos; e caso governasse à revelia deles, era dado como tendo perdido o "mandato do céu", podendo ser violentamente deposto sem que isso implicasse ofensa à religião e à moralidade.

O Censor era o chefe de um serviço com a função de fiscalizar todas as peças do Estado — inclusive o imperador. Diversas vezes no curso da história chinesa o Censor advertiu o soberano. O Censor Sung, por exemplo, respeitosamente sugeriu ao Imperador Chia Ch'ing (1796-1821 d.C.) que fosse mais moderado em seu apego a atores e bebidas fortes. O monarca chamou-o à sua presença e indagou, encolerizado, que pena merecia a insolência do conselho. "Morte. Suplício dos mil pedaços." Instado a escolher pena menor, respondeu: "Estrangulamento." Impressionado com a sua coragem, o imperador deu-lhe o governo da província de Ili.[132]

O governo imperial era uma complexa máquina administrativa. Junto ao trono ficava o Grande Conselho, composto de quatro "Grandes Ministros" e em geral chefiado por um príncipe da casa real; reunia-se diariamente pela manhã, para determinar a política do Estado. Superior em posições, mas inferior em influência, era o "Gabinete Interior". O trabalho da administração realizava-se por meio dos "Seis Corpos": a Repartição Civil, a das Rendas, a das Cerimônias, a da Guerra, a da Justiça, a das Obras. Havia ainda a Repartição Colonial, para os territórios distantes, como a Mongólia, Sinkiang e Tibete; mas nada de "Ministério do Exterior": o Império não reconhecia como iguais as outras nações.

A fraqueza do governo estava na limitação de suas rendas, na defesa inadequada e na falta de ligação com o resto do mundo. O governo taxava a terra, monopolizava o sal e impedia o desenvolvimento do comércio com um imposto de trânsito cobrado nas estradas; mas a pobreza do povo, a dificuldade de coleta e a desonestidade dos coletores mantinham a renda nacional em nível excessivamente baixo para permitir a organização da defesa. (A renda imperial no fim do último século orçava em 75 milhões de dólares por ano; as rendas coletadas para propósitos locais subia a 175 milhões.[133] Se compararmos estas receitas, indispensáveis à manutenção da ordem, com a indenização de 150 milhões que o Japão exigiu em 1894, e com a de 300 milhões imposta pelos Aliados depois da Revolução *Boxer*, ressalta claro o colapso financeiro da China.) Talvez o defeito básico do regime estivesse no pessoal do governo; a capacidade e a honestidade dos seus componentes se deterioraram durante o século XIX e deixaram a nação sem chefes, no momento em que a riqueza e o poder do Ocidente se juntavam para assaltá-la.

Não obstante, esses funcionários eram escolhidos pelo melhor sistema já adotado. Um método que havia de despertar o interesse de Platão. Teoricamente era perfeita a conciliação entre a democracia e a aristocracia: todos os homens tinham as mesmas oportunidades para os cargos públicos, dependendo unicamente dos exames. E isso deu bons resultados durante dez séculos.

O preparo começava nas escolas da aldeia, onde um professor particular proporcionava elementos de educação aos filhos dos abastados; os filhos dos pobres permaneciam analfabetos.[134] Essas escolas não eram custeadas pelo Estado, nem dirigidas pelo clero; na China, educação, como o casamento, permaneceu independente da religião. Longas horas de estudo e disciplina severa eram gastas em tais escolas: as crianças para lá iam ao nascer do sol, estudavam até as dez, almoçavam e continuavam no estudo até as cinco. As férias eram poucas e curtas; durante o verão suprimiam-se as lições depois do meio-dia, e para compensar havia serões durante as noites de inverno. O material de instrução era composto dos escritos de Confúcio, da poesia da era T'ang e de uma vara de bambu. Método: a memorização; dia a dia os meninos decoravam e discutiam com o professor a filosofia do Mestre, até que todas as palavras lhes estivessem na cabeça e algumas no coração; com esse sistema a China esperava que até o mais bronco campônio pudesse ser transformado em filósofo e cavalheiro. O aluno saía da escola com muito pouca informação, mas muita compreensão; perfeitamente ignorante dos fatos, mas mentalmente maduro. (Dessas escolas locais o estudante podia ir para um dos raros e pobremente montados colégios do Império; mais freqüentemente estudava com professor particular, ou sozinho mesmo, em casa. Os estudantes pobres eram com freqüência financiados por homens de recursos, sob forma de empréstimo a ser pago depois que se colocassem.)

Foi com base nesta educação que a China estabeleceu o sistema de exames para os cargos públicos. Era um mal para o povo, diziam os chineses, que seus dirigentes aprendessem a arte do governo governando; muito melhor que a aprendessem antes de governar. Também era um mal para o povo que este não tivesse acesso aos cargos e o governo se tornasse privilégio hereditário de uns poucos; mas era um bem para o povo que os cargos fossem confiados aos que dessem demonstrações de capacidade para exercê-los. Oferecer a todos os homens, democraticamente, uma igual oportunidade de treino e restringir a ocupação dos cargos apenas aos capazes — eis a solução que a China apresentou a um problema velhíssimo e até então insolúvel.

Periodicamente, em cada distrito realizava-se um exame público do qual todos podiam participar. Avaliava o valor do candidato quanto à memória e à compreensão dos escritos de Confúcio, quanto à história e às poesias chinesas e quanto à capacidade de escrever inteligivelmente sobre pontos de moral e vida política. Os reprovados podiam mais tarde fazer novas tentativas; os aprovados recebiam o grau de *Hsiu ts'ai*, ou de membros da classe literária, passíveis de nomeação para os cargos menores; também ficavam habilitados a submeter-se aos exames provinciais trienais, cujas dificuldades eram menores. Os que falhavam podiam tentar novamente, e muitos o faziam, havendo exemplos de candidatos que lutaram oitenta anos para vencer os testes e de outros que morreram pelo caminho. Os bem-sucedidos ficavam habilitados a ocupar cargos nacionais, e também a submeter-se aos grandes exames de Pequim, severíssimos. Lá, na Sala dos Exames, havia 10.000 celas em que os candidatos eram fechados durante três dias, escrevendo sobre os temas em prova. Celas mal iluminadas, mal aquecidas, insalubres; só o espírito importava! Exemplo de prova: compor um poema sobre este assunto: "O som dos remos e o verde das montanhas e da água"; ou escrever um ensaio sobre esta passagem clássica: "Tsang Tsze disse: 'Possuir capacidade e consultar os que a não têm; saber muito e perguntar aos que pouco sabem; possuir muito e parecer nada possuir; ser cheio e parecer vazio'". Nem uma palavra nesses testes sobre ciência, indústria, comércio; o objetivo não era avaliar os conheci-

mentos do candidato, mas seu caráter. Aos vencedores eram oferecidos os mais altos cargos.

Com a passagem dos anos, foram surgindo os defeitos do sistema. Embora houvesse cominação de pena de morte para quem se revelasse desonesto nos exames, a fraude encontrava seus caminhos. A compra de cargos tornou-se freqüente, e flagrante; no século XIX,[135] por exemplo, um funcionário vendeu 20.000 diplomas falsos antes de ser descoberto.[136] A forma do exame permitia que os candidatos se preparassem mecanicamente. O currículo dos estudos tendia a formalizar a cultura e impedir o progresso do pensamento, porque as idéias que entravam em jogo já estavam padronizadas de centenas de anos. Os graduados formavam uma burocracia intelectual, naturalmente arrogante e egoística, sempre despótica, muitas vezes corrupta, e só pela violência alijável das posições. Em suma, o sistema tinha as falhas esperadas de uma estrutura concebida por homens. Eram falhas, porém, dos homens — não do sistema. (''Raramente'', diz Latourette, ''uma grande massa de seres humanos se mostrou tão próspera e satisfeita como os chineses sob esta máquina governamental, quando tinham à frente os mais hábeis de seus monarcas.'' Também o Cap. Brinkley pensava assim.[137])

Os méritos do sistema eram muitos. Nada de nomeações manipuladas, de campanhas de hipocrisia e falsidades, de vergonhosas batalhas partidárias, nem de eleições corruptas, nem de subida ao poder à força de bajulação da plebe. Era uma democracia no mais alto sentido da expressão, com igualdade de oportunidades para todos; e era uma aristocracia da mais alta forma, pois realizava o governo dos capazes, democraticamente escolhidos em cada geração. O sistema fazia que a ambição nacional se canalizasse no rumo do estudo, e que os heróis nacionais fossem os homens de mais saber, não os de maior riqueza. (''Os chineses'', diz Robert Hart, ''adoram o talento, deleitam-se na literatura; por toda parte há clubes de debates artísticos ou poéticos.'') E foi uma das tragédias da História que este sistema e toda a civilização nele baseada acabassem destruídos pelas inexoráveis forças da evolução.

CAPÍTULO XXVII

Revolução e Renovação

I. O PERIGO BRANCO

Conflito entre a Europa e a Ásia — Os portugueses — Os espanhóis — Os holandeses — Os ingleses — O comércio do ópio — As guerras pelo ópio — A Revolução T'ai-p'ing — Guerra com o Japão — Tentativa de desmembramento — A "Porta Aberta" — A Imperatriz Viúva — As reformas de Kuang Hsu — Sua queda — Os Boxers — A indenização

ESSAS forças apresentaram-se sob a forma da Revolução Industrial. Revitalizada pela descoberta da energia mecânica, a Europa tornou-se capaz de produzir artigos industriais mais baratos do que qualquer nação ainda na fase manual da indústria; mas não podia dar saída a toda a produção das máquinas porque pagava aos seus operários menos que o valor do trabalho por eles produzido; via-se portanto obrigada a procurar mercados externos para os seus excedentes de produção — e isso levou-a ao imperialismo conquistador do mundo. Sob a compulsão das invenções e das circunstâncias, o século XIX degenerou em choque entre as velhas, maduras e cansadas civilizações asiáticas e a jovem, sequiosa e revitalizada civilização mecânica do Ocidente.

A Revolução Comercial da era de Colombo abriu as rotas marítimas e preparou o caminho para a Revolução Industrial. Os descobridores redescobriram velhas terras, abriram novos portos e trouxeram às antigas culturas os produtos e idéias da Europa. Bem cedo no século XVI os portugueses, depois de se estabelecerem na Índia, ocuparam Malaca, rodearam a península malaia e apareceram em Cantão com as suas pitorescas naus e terríveis canhões (1517). "Truculentos e sem respeito por nenhuma lei, olhando todos os povos do Oriente como legítimas presas, pouco mais eram do que piratas"[1] — os nativos trataram-nos como tais. Seus emissários foram aprisionados; o pedido que faziam de liberdade de comércio foi recusado e a feitoria em que se encurralaram foi periodicamente varrida pelos chineses furiosos. Mas, em retribuição ao auxílio que deram à China contra outros piratas, foram recompensados em 1557 com a autorização de se estabelecerem em Macau e governá-la como cidade sua. Lá construíram grandes fábricas de ópio, uma só das quais rendia ao governo português o equivalente a $ 1.560.000 por ano.[2]

Depois vieram os espanhóis, que conquistaram as Filipinas (1571) e também se estabeleceram na ilha chinesa de Formosa; depois vieram os holandeses; e depois, em 1637, cinco naus inglesas subiram o rio rumo a Cantão, fizeram calar as baterias que

se opunham à sua entrada e negociaram as mercadorias trazidas.[3] Os portugueses ensinaram aos chineses o uso do fumo, e nos começos do século XVIII iniciaram a introdução do ópio da Índia. O governo da China proibiu ao povo o uso do ópio, mas o hábito foi se espalhando tão rapidamente que o consumo anual da droga já subia a quatro mil caixas em 1795, ano em que o governo proibiu a importação. (Podemos avaliar-lhe a importância sabendo que o ópio que cabia num bolso valia 30 dólares.)[4] Essa proibição foi reiterada em 1800; o governo acenou aos importadores e à sua população em geral com o enfraquecimento da vitalidade que o uso do ópio acarreta. Nada adiantou. Os chineses mostravam-se ansiosos em adquirir a droga e os europeus mais ainda em vendê-la. E o caminho era aplainado pelo suborno dos funcionários chineses.

Em 1838 o governo de Pequim exigiu a execução da lei contra o ópio; uma enérgica autoridade, Lin Tzehsu, ordenou que os importadores estrangeiros de Cantão entregassem o ópio que tinham em estoque. Os importadores recusaram-se; Lin, então, cercou-lhes as casas e forçou-os à entrega de 20.000 caixas de ópio, que foram destruídas. Os ingleses retiraram-se para Hong-Kong e deram início à Primeira Guerra do Ópio. Pretextaram, porém, que a causa do choque não era o ópio e sim o arrogante orgulho com que o governo chinês tinha recebido — ou se recusava a receber — seus representantes, e os obstáculos que, sob forma de taxas proibitivas e cortes corruptas, as leis chinesas e as alfândegas erguiam contra um comércio normal. Os ingleses bombardearam as cidades da China que podiam alcançar da costa, e por meio do domínio do Grande Canal forçaram os chineses à paz. O tratado de Nanquim, que evitava qualquer menção ao ópio, cedeu aos ingleses a ilha de Hong-Kong, baixou as tarifas para 5 por cento, abriu ao comércio estrangeiro os portos de Cantão, Amoy, Foochow, Ningpo e Xangai, impôs uma indenização que cobrisse as despesas da guerra e os prejuízos do ópio destruído e estipulou que os cidadãos ingleses na China só pudessem ser julgados por tribunais ingleses.[5] Outras nações, inclusive os Estados Unidos e a França, pediram e também obtiveram esse direito de "extraterritorialidade" para seus nacionais.

Esta guerra assinala o começo da desintegração do velho regime chinês. O governo havia perdido o jogo no choque com os europeus; no começo escarnecera-os, depois desafiara-os, finalmente cedera; e nenhuma explicação engenhosa podia disfarçar o cru da realidade aos olhos dos chineses cultos. A difusão da notícia da derrota enfraqueceu a autoridade governamental e as forças levantadas para a guerra rebelaram-se contra Pequim. Em 1843 um entusiasta de nome Hung Hsiu-ch'uan, depois de breve contato com o protestantismo, teve visões de que fora eleito por Deus para converter a China ao cristianismo. Começando modestamente, breve achou-se Hung à testa de um movimento para derrubar os manchus e estabelecer uma nova dinastia — os T'ai P'ing, ou Grande Paz. Seus seguidores, parte por fanatismo religioso, parte pelo desejo de reformar a China segundo os moldes europeus, lutaram valorosamente, derrubaram ídolos, chacinaram chineses, destruíram velhas bibliotecas, academias e as fábricas de porcelana de Ching-te-chen. capturaram Nanquim, onde se mantiveram por 12 anos, e marcharam sobre Pequim, enquanto o chefe da rebelião nadava em luxo e segurança atrás deles; mas a desordem por falta de competente comando levou os amotinados à derrota — e o movimento morreu.[6]

Durante a agitação de T'ai P'ing o governo da China teve de defender-se da Europa na Segunda Guerra do Ópio (1856-60). Apoiada pela França e pelos Estados Uni-

dos, a Inglaterra pediu a legalização do tráfico do ópio (que nunca cessara, apesar das proibições e da desordem), e também pediu acesso a mais cidades, e honrosa admissão de representantes ingleses na corte de Pequim. Diante da recusa, os ingleses e franceses capturaram Cantão, mandaram seu vice-rei prisioneiro para a Índia, tomaram os fortes de Tientsin, avançaram sobre a capital e destruíram o Palácio do Verão como represália à tortura dos emissários idos a Pequim. Finalmente os vitoriosos forçaram os vencidos a subscrever um tratado que abria dez novos portos ao comércio estrangeiro, assegurava a recepção dos ministros europeus e americanos em pé de igualdade com o governo chinês, oferecia garantias para os missionários e comerciantes em qualquer ponto do país e tirava-os da jurisdição chinesa, cedia aos ingleses uma faixa de terra no continente, defronte da ilha de Hong-Kong, legalizava a importação do ópio e impunha a clássica indenização ocidental.

Animadas com essas fáceis vitórias, as nações européias começaram a servir-se de pedaços da China. A Rússia tomou o território ao norte do Amur e a leste do rio Ussuri (1858); os franceses vingaram-se da morte de um missionário com a apropriação da Indochina (1860); o Japão lançou-se de súbito contra a China em 1894 e derrotou-a num ano; tomou Formosa, separou a Coréia para uma ulterior absorção (1910) e impôs uma indenização equivalente a $170.000.000.[7] Em troca do pagamento de sua indenização adicional, a Rússia conseguiu evitar para a China a perda da península de Liao-tung, afinal ocupada pelos russos três anos depois. O massacre de dois missionários alemães deu motivo para que a Alemanha tomasse a península de Kiachow (1898). O outrora poderoso império foi dividido em "esferas de influências", em que uma ou outra potência européia obtinha favores especiais de mineração ou comércio. Alarmado com as perspectivas de uma real divisão da China, o Japão juntou-se aos Estados Unidos para reclamar a "Porta Aberta", isto é, embora as esferas de influência fossem reconhecidas todas as nações teriam livre comércio na China, com taxas e tarifas iguais. E para colocar-se em boa situação relativa ao Oriente, os Estados Unidos ficaram com as Filipinas em 1898, afirmando com esse ato sua intenção de co-participar da luta pela posse do comércio chinês.

Enquanto isso, outro ato do drama se desenrolava em Pequim. Quando os aliados invadiram em triunfo a capital, durante a Segunda Guerra do Ópio, o jovem Imperador Hsieu Feng fugiu para Jehol; um ano depois falecia, deixando o trono a seu filho, uma criança de cinco anos. A "esposa secundária", mãe do menino, tomou as rédeas do Império; Tz'u Hsi, tão conhecida no Ocidente como a "Imperatriz Viúva", impiedosamente governou a China durante uma geração. Na mocidade Tz'u governara por força de sua beleza; depois passou a governar por força da sua vontade. Quando já perto da maioridade seu filho morreu, Tz'u, com desprezo de todos os precedentes, colocou no trono outro menor — Kuang Hsu — e continuou a governar. Por uma geração, e com a ajuda do grande estadista Li Hung-chang, a voluntariosa imperatriz manteve a China em paz e fê-la um tanto respeitada pelas potências predatórias. Mas a súbita invasão da China pelo Japão e a nova série de espoliações européias em seguida à vitória dos japoneses fizeram surgir o movimento modernizador da China, já vitorioso no Japão, isto é, organização de um grande exército, construção de estradas de ferro e fábricas, e o mais que permitira ao Japão e aos países da Europa conquistar tantas vitórias. A Imperatriz e seus conselheiros opuseram-se da maneira mais enérgica a essa idéia, mas o movimento conquistou a secreta aprovação de Kuang Hsu, que havia assumido o governo. Súbito, sem consultar o "Velho Buda" (como

era chamada na corte a imperatriz), Kuang lançou uma série de prodigiosos decretos que, se aceitos pelo povo e executados, teriam promovido a rápida ocidentalização da China e evitado o colapso da dinastia e do império. O jovem imperador ordenou a criação de um novo sistema de escolas, que além da educação confucionista também ensinasse as ciências ocidentais, a literatura mundial e a tecnologia; lançou as bases da construção de estradas de ferro, reforma do exército e da marinha — a fim de enfrentar a "crise", dizia ele, "em que nos vemos agredidos de todos os lados por poderosos vizinhos que procuram tirar vantagens".[8] A Imperatriz Viúva, enfurecida pelo radicalismo desses decretos, aprisionou Kuang Hsu em um dos palácios imperiais, anulou-lhe as medidas e voltou a governar a China.

Ergueu-se então um movimento reacionário contra todas as idéias ocidentais, que a astuta Viúva canalizou para seus propósitos. Uma organização conhecida como *I Ho Ch'uan* — literalmente "Grêmio dos Pulsos Justiceiros" ou historicamente os *Boxers* — fora constituída por uns tantos rebeldes, desejosos de derrubar a imperatriz e pôr fim à dinastia. A terrível Viúva, porém, convenceu os chefes desses movimentos a voltarem-se contra os invasores estrangeiros, em vez de lutarem para derrubá-la. Aceitando a missão, os *Boxers* começaram a chacinar indiscriminadamente quantos estrangeiros encontravam. Forças européias de novo aliadas marcharam sobre Pequim, desta vez para proteger seus nacionais encurralados nas legações. A imperatriz e sua corte fugiram para Hsianfu, e as tropas da Inglaterra, França, Rússia, Alemanha, Japão e Estados Unidos saquearam a cidade, chacinaram em represália muitos chineses, roubaram e arruinaram valiosas propriedades. (O Cap. Brinkley escreve: "Arrepiamo-nos de horror ao saber que 40 missionários e 25 crianças foram massacrados pelos *Boxers*. Mas somente em T'ungchow, cidade chinesa que não ofereceu resistência aos europeus, 573 mulheres chinesas da classe alta suicidaram-se para não sobreviver às indignidades sofridas."[9])

Os aliados impuseram ao derreado Leviatã chinês uma indenização de $330.000.000, a ser coletada por eles próprios nas alfândegas e também tirada do monopólio do sal. Considerável parte dessa indenização foi mais tarde restituída à China pelos Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e Japão, a fim de que fosse empregada em bolsas para estudantes chineses mantidos nas universidades desses países. Foi um gesto de generosidade que se mostrou de mais efeito na modernização da China do que qualquer outro fator do trágico conflito entre o Ocidente e o Oriente.

II. A MORTE DE UMA CIVILIZAÇÃO

Os "estudantes da indenização" — Sua ocidentalização —
Efeito desintegrativo sobre o país —
O papel do missionário — Sun-Yat-sen, o cristão —
Suas aventuras de mocidade — Li Hung-chang —
Planos de revolução — Triunfo — Yuan Shi-K'ai —
Morte de Sun-Yat-sen — Caos e pilhagem —
Comunismo — "O norte pacificado" — Chiang Kai-shek —
Japão na Manchúria — Em Xangai

Os "estudantes da indenização" e milhares de outros deixaram a China para explorar a civilização dos seus conquistadores. Muitos foram para a Inglaterra, e mais

ainda para a Alemanha, Estados Unidos e Japão. Só nas universidades da América graduavam-se centenas por ano. Vinham em idade muito impressionável, imaturos ainda para bem apreender o valor da cultura nacional chinesa. Embriagavam-se de admiração diante da ciência ocidental, métodos e idéias; espantavam-se do conforto e da vigorosa vida estuante em redor de si, da liberdade do indivíduo, da emancipação dos espíritos. Estudaram a filosofia ocidental, perderam a fé na religião nativa e ficaram na posição de respeitáveis radicais, impelidos pelos seus professores e pelo novo ambiente à obra de remodelação da pátria distante. Anualmente milhares desses moços voltavam à China e, convictos do atraso do país, lançavam por todos os cantos as sementes da revolta.

Eles eram favorecidos por uma série de circunstâncias. Durante duas gerações os traficantes e missionários europeus e americanos agiam como centros da infecção ocidental; mantinham-se em um padrão de vida que excitava a jovem China a adotar a promissora civilização; minavam a fé chinesa sustentadora do velho código moral, destruíam a adoração dos antepassados como opunham uma geração contra outra; e embora pregassem um Jesus de bondade, eram, nas emergências, protegidos por poderosos canhões. O cristianismo, que em suas origens fora um levante de oprimidos, novamente se tornou entre os convertidos chineses um fermento de revolução.

Um desses convertidos era um agricultor de Cantão. Em 1866 esse camponês viu-se pai de um turbulento jovem que o mundo, com inconsciente sarcasmo, ia batizar de Sun-Yat-sen, isto é, Sun, a Fada da Tranqüilidade.[10] Tão forte foi a cristianização de Suan, que no templo de sua aldeia natal ele desfigurou a imagem dos velhos deuses. Um irmão mais velho, que havia emigrado, atraiu-o para Honolulu e colocou-o em uma escola anglicana em que a educação era completamente ocidental.[11] De volta à China, Sun entrou para a British Medical College, tornando-se o primeiro diplomado chinês. Em conseqüência desses estudos perdeu completamente a fé religiosa;[12] e ao mesmo tempo as indignidades a que eram sujeitos os chineses nas alfândegas controladas pelos europeus e nos quarteirões estrangeiros dos "portos dos tratados" fizeram-no pensar na revolução. A inabilidade do governo reacionário em evitar a derrota da grande China pelo pequeno Japão e a repartição do país entre potências européias enchiam-no de ressentimento, e faziam-no ver que o passo inicial para a libertação da China estava na queda da dinastia manchu.

Seu primeiro movimento foi característico da confiança que tinha em si, do seu idealismo e da sua simplicidade. Tomou um vapor e viajou 1.600 milhas para apresentar a Li Hung-chang, vice-regente da Imperatriz Viúva, seus planos de reforma da China. Tendo-lhe sido recusada a audiência, Sun deu início à vida errante em busca de fundos para custear a revolução. Conseguiu o apoio de muitas corporações mercantis e de poderosas sociedades secretas, cujos chefes detestavam a aristocracia imperial e sonhavam um governo em que as classes burguesas tivessem voz na altura de suas riquezas. Depois viajou pela Europa e América coletando recursos de um milhão de lavanderias e de mil negociantes chineses. Em Londres a legação chinesa ilegalmente o prendeu e o mandou em segredo para a China, acorrentado, como traidor; mas um missionário que fora seu mestre fez que o governo inglês o libertasse. Durante 15 anos Sun percorreu todas as cidades do mundo, na missão de levantar dinheiro para a revolução, conseguindo reunir o equivalente a $2.500.000; aparentemente nada gastou deste dinheiro consigo próprio. Súbito, em meio à peregrinação, recebeu notícia de que as forças revolucionárias tinham vencido e que ele fora escolhido para Presi-

dente da República chinesa. Poucas semanas depois desembarcava triunfalmente em Hong-Kong, onde, 20 anos atrás, fora humilhado pelos funcionários ingleses do porto.

A Imperatriz Viúva havia falecido em 1908; na véspera fizera assassinar Kuang Hsu, o imperador prisioneiro. Subiu ao trono P'u Yi, sobrinho de Kuang, então rei do Manchúcuo. Nos últimos anos do governo da Viúva haviam sido efetuadas muitas reformas modernizadoras; o sistema de exames para os cargos públicos fora abandonado e um novo sistema de escolas fora estabelecido; e a Assembléia Nacional havia sido convocada para 1910, com um programa de nove anos para o gradual estabelecimento da monarquia constitucional e o sufrágio universal. O decreto anunciador deste programa dizia: "Qualquer precipitação mostrada no recebimento destas reformas virá a ser, no fim, tempo perdido."[13] Mas a Revolução já não podia ser detida pelos arrependimentos da dinastia moribunda. A 12 de fevereiro de 1912 o jovem imperador, com a revolta de todos os lados e sem exército que o defendesse, abdicou, lançando um dos mais característicos editos da história chinesa:

> O povo de todo o Império tem hoje o pensamento voltado para a República.(...) A vontade da Providência é clara, e o desejo do povo também. Como posso eu, por amor à glória e honra de uma família, contrariar o desejo de milhões? Em vista disso, como Imperador, eu decido que a forma de governo da China seja a República constitucional, para satisfação de todos dentro do Império e para uma ação em harmonia com os velhos sábios, que viam o trono como uma herança pública.[14]

Os revolucionários foram magnânimos com P'u Yi; concederam-lhe a vida, um palácio rural e uma concubina. Tendo entrado como leões, os manchus saíram como cordeiros.

A nova república não teve a vida tão suave como teve o berço. Yan Shi-kai, diplomata da velha escola, à frente de um exército que podia ter impedido a revolução, reclamou a Presidência como preço do seu apoio. Sun-Yat-sen, que mal se sentara na cadeira presidencial, cedeu e retirou-se para a vida privada. Yuan, animado pelo apoio financeiro de grupos chineses e de fora, conspirou para fazer-se imperador e fundar uma nova dinastia, sob pretexto de que só assim se salvaria a unidade da China. Sun-Yat-sen acusou-o de traição e apelou para seus seguidores; antes, porém, que se desse o choque, Yuan adoeceu e morreu.

E a China desde então caiu na desordem da qual ainda não emergiu. Sun-Yat-sen revelou-se em excesso idealista, muito bom como orador, mas fraco como estadista; não era o homem para dar paz à nação. Passava de um plano ou teoria a outro, ofendeu a classe média com a sua aparente aceitação do comunismo, retirou-se para Cantão, onde ensinava e inspirava os moços na arte de governo; e por fim faleceu em Pequim em 1925, no momento mais oportuno para os seus inimigos conservadores. Deixada sem uma direção que todas as províncias aceitassem, vendo-se privada do Imperador, símbolo vivo da unidade nacional, vendo destruído o hábito de obediência aos costumes e à lei, fraca em patriotismo nacional e forte em provincial, a China caiu nas guerras entre norte e sul, de uma seção contra outra, do que não tem contra o que tem, do moço contra o velho. Aventureiros organizavam exércitos, dominavam, como *tuchuns*, as províncias isoladas, cobravam impostos, produziam ópio,[15] e saíam

em incursões para anexar a seus domínios novas vítimas. A indústria e o comércio, taxados ora por este general, ora por aquele, caíram na desordem e no desespero; bandidos impunham tributos, roubavam, matavam, sem que nenhuma força pudesse combatê-los. Os homens tornavam-se soldados ou bandidos, para não morrerem de fome, e destruíam os campos de outros homens que, para não morrerem de fome, também viravam soldados ou bandidos. Reservas de uma vida inteira ou a modesta loja de uma família industriosa eram apropriadas por um general, ou saqueadas por um grupo de ladrões. Na província de Honan, em 1931, havia 400.000 bandidos.[16]

No meio de tamanho caos (1932) a Rússia enviou dois de seus mais hábeis diplomatas, Karakhan e Joffe, com ordem de arrastar a China à Revolução Comunista. Karakhan preparou o caminho com a desistência por parte da Rússia do direito de extraterritorialidade através da assinatura de um tratado que reconhecia o governo revolucionário. O sutil Joffe encontrou pouca dificuldade em convencer Sun-Yat-sen das vantagens do comunismo, sobretudo porque Sun fora repelido por todas as outras potências. Em espaço incrivelmente curto um novo exército nacionalista foi armado e treinado. Sob o comando de Chiang Kai-shek, antigo secretário de Sun, mas guiado por um conselheiro russo, Michael Borodin, esse exército marchou de Cantão para o norte, conquistou uma cidade depois da outra, e finalmente firmou-se em Pequim. (A partir desse tempo essa cidade, cujo nome significava "capital do norte", passou a chamar-se Peiping, isto é, "norte pacificado": o Governo Nacionalista, para ficar mais perto dos seus recursos financeiros em Xangai, fixara-se em Nanquim, a "capital do sul".) No momento da vitória os vitoriosos dividiram-se; Chiang Kai-shek atacou o movimento comunista e estabeleceu uma ditadura militar realisticamente a serviço dos grupos financeiros e comerciais.

É difícil para uma nação, como também para os indivíduos, não se comprazer com a desgraça do vizinho. O Japão, que nos planos de Sun-Yat-sen iria ser o aliado da China na luta contra o Ocidente, viu na desordem e fraqueza da velha China uma oportunidade para solucionar os seus problemas internos. Porque o Japão não podia deter o crescimento demográfico sem prejudicar a sua capacidade de defesa contra as agressões; não podia desenvolver as indústrias sem importar ferro, carvão e outros produtos que não tinha em casa; nem tampouco desenvolver o comércio a não ser que tivesse larga parte no único mercado de importância que a colonização européia do mundo lhe deixara livre. Rica em minérios de ferro e hulha e ali nas portas do Japão, a China oferecia o maior mercado potencial do mundo. Que nação, defrontada pela escolha entre a volta à agricultura e o imperialismo conquistador, teria resistido à tentação de lançar-se contra a China no momento em que os outros abutres imperiais estavam engalfinhados nos campos da França?

Assim o Japão, logo depois da eclosão da Guerra Mundial, declarou guerra à Alemanha e lançou-se sobre Kiaochow, território que dezesseis anos antes a nação germânica havia "arrebatado" à China. E apresentou ao governo de Yuan Shi-kai "Vinte e Uma Exigências" que, atendidas, teriam feito da China uma colônia do Japão; e somente o protesto dos Estados Unidos e o boicote das mercadorias japonesas na China, feito pelos estudantes enfurecidos, evitaram que as exigências fossem cumpridas à força. Estudantes chineses choravam pelas ruas ou matavam-se de vergonha diante da humilhação de seu país. Os japoneses sorriam cinicamente da indignação da Europa, e com paciência aguardaram outra oportunidade, a qual veio quando a Europa e a América se engolfaram na *débâcle* de uma indústria imperialista, sempre na depen-

dência de mercados externos para a absorção dos produtos invendáveis em casa. O Japão invadiu a Manchúria, colocou lá como presidente o antigo imperador P'u Yi, fê-lo depois imperador do novo Estado do Manchúcuo, e passou a explorar os recursos turais da região. O mundo europeu, que havia proposto uma moratória no saque da China depois de haver tirado o melhor, juntou-se à América no protesto contra o assalto japonês, mas preparou-se, como sempre, para aceitar os fatos consumados.

A humilhação final sobreveio em Xangai. Encolerizado com o boicote de suas mercadorias, o Japão lançou lá um exército, ocupou e arrasou o distrito de Chapei e exigiu a supressão das associações boicotadoras. Os chineses defenderam-se com heroísmo, em uma resistência de dois meses contra o bem equipado exército nipônico. Um acordo foi proposto pelo governo de Nanquim; os japoneses retiraram-se de Xangai, e a China, curando suas feridas, resolveu afinal construir uma civilização capaz de preservá-la contra a rapacidade do mundo.

III. COMEÇOS DA NOVA ORDEM

Mudanças nas vilas e cidades — As fábricas — Trabalho e salários — O novo governo — Nacionalismo versus *Ocidentalismo — O destronamento de Confúcio — Reação contra a religião — A nova moralidade — Casamento — Controle da natalidade — Co-educação — A "nova maré" na literatura e na filosofia — Moderna literatura — Hu Shih — Elementos de destruição e elementos de renovação*

Antigamente tudo mudava, menos o Oriente; hoje nada há no Oriente que não mude. A China, a mais conservadora nação da história, tornou-se de súbito, depois da Rússia, a mais radical. A queda dos manchus não foi apenas o fim de uma dinastia, como em 1644, mas a "muda de pena" de uma civilização.

Nas aldeias as alterações são menores e mais lentas, porque a indolente sobriedade do solo não estimula as novidades; mesmo a nova geração revolucionária tem que plantar para colher. Hoje, porém, sete mil milhas de estradas de ferro cortam o país; e embora uma década de caos e má direção as deixasse em mau estado, e com muita freqüência a guerra as ocupe em seus serviços estratégicos, essas linhas ainda ligam à costa as aldeias de leste, e diariamente trazem as novidades ocidentais a milhões de lares camponeses. Encontram-se nas aldeias diabólicas importações, como o querosene, as lâmpadas, os fósforos, os cigarros e até o trigo americano; porque o sistema de comunicações da China era tão pobre que, muitas vezes, custava mais trazer para as zonas litorâneas mercadorias do interior do que trazê-las da Austrália ou dos Estados Unidos.[17] Tornou-se claro que o crescimento econômico da civilização depende do transporte. Vinte mil milhas de más estradas poeirentas foram restauradas e construídas, sobre as quais, com oriental irregularidade, seis mil ônibus trafegam, sempre cheios. Quando os motores a gasolina tiverem ligado todas essas inumeráveis aldeias, uma das maiores mudanças na história da China estará realizada: o fim da fome.

Nas cidades o triunfo do Ocidente é mais rápido. A indústria manual local morre na competição com o artigo mecanicamente manufaturado longe dali; milhões de operários caem no desemprego e acorrem às fábricas que o capital estrangeiro ou nacional começa a construir ao longo da costa. A roca de fiar ainda gira nas aldeias, mas

nos centros maiores já está encostada; os tecidos importados inundam o país, e cotonifícios surgem para arrastar os chineses pobres a uma nova forma de servidão. Grandes altos-fornos fumegam em Hankow, tão horríveis como os do Ocidente. Fábricas de artigos enlatados, de biscoitos, de cimento, de produtos químicos, de cerveja, de vidro, de sapatos, de papel, de velas, usinas de refinação de açúcar, usinas de energia elétrica, destilarias brotam por toda parte no solo chinês e lentamente transformam o artesão doméstico em operário fabril. Mas o desenvolvimento da nova indústria se vê retardado porque o capital hesita, num mundo agitado pela revolução permanente; outros obstáculos são a dificuldade e o alto custo do transporte, a inadequação da matéria-prima local, e o amável hábito de o chinês pôr a lealdade à família acima de tudo, transformando cada escritório ou fábrica em ninho de incompetência e nepotismo.[18] O comércio também se vê embaraçado pelas tarifas internas e alfandegárias, e pela universal exigência de gorjetas;[19] mas cresce mais rapidamente que a indústria e assume papel central na transformação da China. (Em determinada época, a Inglaterra dominou o comércio importador. Mais tarde, porém, teve de ceder a vez para os Estados Unidos e o Japão.[20] As importações chinesas têm aumentado de ano para ano, e a China tem-se tornado um mercado altamente cobiçado.)[21]

As novas indústrias destruíram as corporações e levaram ao caos as relações entre patrão e empregado. As corporações regulavam os salários e os preços por meio de acordos entre os proprietários e os trabalhadores cujos produtos não tinham competição nos mercados locais; mas, com o aumento do transporte e do comércio, as mercadorias passaram a vir de longe para competir com as locais, e tornou-se impossível controlar preços e salários sem submissão ao capital e aos fornecedores estrangeiros. Como decorrência desse fato, as corporações de profissionais se desintegraram, desmembrando-se em câmaras de comércio de um lado e sindicatos operários de outro. As câmaras discutiam ordem, lealdade e liberdade econômica, e as uniões discutiam a fome. Greves e boicotes se tornaram freqüentes, sem, entretanto, conseguirem elevar a remuneração do trabalho. Em 1928 o Departamento dos Negócios Sociais da municipalidade de Xangai computava a média semanal dos salários nas fábricas de tecidos em $1,73 a 2,76 para os homens, e $1,10 a $1,78 para mulheres. Nos moinhos o salário masculino semanal médio era de $1,96; nas fábricas de cimento, $1,72; nas de vidro, $1,84; nas de fósforos, $2,11; nas usinas elétricas, $3,10; nas oficinas mecânicas, $3,24; nas gráficas $4,55.[22] A riqueza gozada pelos gráficos era sem dúvida devida à melhor organização e à dificuldade de substituí-los de um momento para outro. As primeiras uniões se formaram em 1919; e cresceram em poder e número, até que nos dias de Borodin se propuseram a tomar a direção da China; foram severamente reprimidas depois que Chiang Kai-shek rompeu com a Rússia; hoje as leis sobre as corporações são hostis, o que não as impede se de multiplicarem, como o único refúgio do operário contra um regime industrial ainda não controlado por uma boa legislação trabalhista.[23] A atual dolorosa miséria dos centros proletários, onde o trabalho é de doze horas por dia e os salários mal dão para a subsistência, mostra-se pior que a antiga e tradicional pobreza, em que o pobre não via o rico e aceitava a sua sorte como fatalidade natural inevitável.

Talvez alguns destes males pudessem ser evitados, se a transformação da China oriental não houvesse sido tão rápida e completa. O mandarinato, embora já houvesse perdido a vitalidade e estivesse desonrado pela corrupção, podia ter detido o ímpeto industrial até que a China se achasse em condições de recebê-lo sem caos e es-

cravidão; e nessa hipótese o crescimento da indústria teria gerado uma nova classe para depositária do poder político, como os manufatureiros da Inglaterra, deslocadores da aristocracia rural. Mas o novo governo encontra-se sem exército, sem chefes de experiência e sem fundos; o *Kuomintang*, ou Partido do Povo, fundado para libertar a nação, preferiu manter-se de lado e deixar que o capital interno e externo agisse à vontade; concebido em formas democráticas e batizado com o sangue do comunismo, tornou-se dependente dos banqueiros de Xangai, passou da democracia para a ditadura e procurou destruir as uniões, ou sindicatos. (Em 1927 milhares de trabalhadores foram executados por pertencerem a sindicatos trabalhistas.[24]) Porque o partido depende do exército, e o exército dependo do dinheiro, e este, dos empréstimos; até que o exército se torne bastante forte para conquistar a China, o governo não pode taxá-la; antes que a taxe, ficará sem saber como levantar fundos. Mesmo assim esse governo fez muito. Reconquistou para a China o controle das tarifas de alfândega e, com a internacionalização das finanças, também o das indústrias; organizou e treinou um exército que algum dia poderá ser usado contra outros que não os chineses; alargou a área legalizada da China e nela reduziu o banditismo, tão nefasto à vida econômica. Revolução um povo faz num dia, mas construção de um governo é obra lenta.

A divisão da alma chinesa é refletida pela falta de unidade do povo. O sentimento mais forte a animar hoje essa alma é o ódio ao estrangeiro; e o processo mais forte já em vigor é a imitação do estrangeiro. A China sabe que o Ocidente não merece semelhante lisonja, mas se vê forçada a adotar as mesmas armas porque o dilema é industrialismo ou vassalagem. Assim, os chineses das cidades de leste passam dos campos para as fábricas, das cabaias às calças, das simples melodias de outrora às sinfonias do saxofone; abandonam o fino gosto próprio no vestuário, na mobília e na arte para enfeitar suas paredes com pinturas européias e montar escritórios em estilo americano. Suas mulheres deixaram de deformar os pés, comprimindo-os (algumas mulheres chinesas recheam seus sapatos para disfarçar o fato de serem seus pés um pouco disformes);[25] seus filósofos abandonaram o amaneirado racionalismo de Confúcio, e com o entusiasmo dos Renascimentos adotam os pugnazes racionalismos de Moscou, Londres, Berlim, Paris e Nova York.

O destronamento de Confúcio revela alguma coisa tanto do caráter do Renascimento como do Século das Luzes; é simultaneamente a derrubada do Aristóteles chinês e a rejeição dos deuses raciais. Por algum tempo o novo Estado perseguiu o budismo e as ordens monásticas; do mesmo modo que os revolucionários franceses, os rebeldes chineses eram livres-pensadores às claras, abertamente hostis à religião; só adoravam a razão. O confucionismo tolerava as fés populares devido à admissão de que onde há pobreza tem que haver deuses; mas a Revolução, crente de que a pobreza pode ser destruída, não sente necessidade de deuses. O confucionismo tomava a agricultura e a família como coisas sublimes, e formulava uma ética destinada a manter o equilíbrio dentro do círculo do campo e da família; a Revolução, amarrada à Indústria, exige uma moral nova, adaptada às condições urbano-industriais. A grande duração do confucionismo devera-se ao fato de que o acesso aos cargos públicos e ocupações culturais exigia o seu conhecimento e aceitação; mas o sistema de exames desapareceu; a ciência tomou o lugar da filosofia, da ética e da política nas escolas; o homem já não é moldado para o governo, e sim para a indústria. O confucionismo, muito conservador, controla os ímpetos da mocidade com as cautelas da velhice; a Re-

volução, feita de mocidade, não aceita controles; sorri do velho conselho: "Aqueles que, considerando inúteis as velhas barragens, as destroem, sofrerão das desolações que as enchentes trazem."[26]

A revolução pôs fim à religião oficial; já nenhum sacrifício é feito no Altar do Céu, endereçado ao impessoal e silencioso *T'ien*. A adoração dos antepassados é tolerada, mas visivelmente decai; cada vez mais os homens tendem a entregá-la às mulheres, outrora tidas como impróprias para oficiar nesses ritos. Metade dos chefes revolucionários foi educada em escolas cristãs; mas, a despeito do metodismo de Chiang Kai-shek, a Revolução não favorece nenhuma fé no sobrenatural, e dá a seus livros didáticos o tom ateístico.[27] A nova religião que pretende substituir a velha é o nacionalismo, como na Rússia é o comunismo. Mas esse credo não satisfaz a todos; muitos proletários procuram com os videntes e médiuns um refúgio contra a faina diária; e o povo das aldeias ainda encontra consolação para a pobreza na quietude mística dos velhos santuários.

Podado de suas sanções, o código moral, que parecia eterno, desintegra-se em progressão geométrica. Depois da invasão da indústria, a mais acentuada mudança na China de hoje é a destruição do velho sistema familiar e a sua substituição pelo individualismo, que deixa cada criatura humana livre e sozinha diante do mundo. A lealdade à família, sobre que a velha ordem se alicerçava, encontra-se teoricamente substituída pela lealdade ao Estado; e como a nova lealdade ainda não passou da teoria à prática, a nova sociedade está sem base moral. A agricultura favorecia a família, porque antes do advento da máquina a terra era economicamente trabalhada pelo grupo-família, ligado pelo sangue e pela autoridade paternal; mas a indústria rompe esse grupo, porque oferece colocação a indivíduos e não a grupos-família, e não dá colocação constante, e não reconhece a obrigação do forte ajudar o fraco; o espontâneo comunismo da família não encontra apoio na amarga competição da indústria e do comércio. As gerações mais jovens, sempre irritadas com a autoridade das mais velhas, aceitam de bom grado o anonimato da cidade e o individualismo do "emprego". É possível que a onipotência do pai tenha ajudado a precipitar a Revolução; o reacionário é sempre culpado dos excessos do radical. Assim a China podou-se de todas as velhas raízes e ninguém sabe se ela poderá emitir novas, a tempo de salvar a sua vida cultural.

O velho casamento desaparece com a autoridade da família. Em sua maior parte as uniões ainda são arranjadas pelos pais, mas nas cidades a união baseada na livre escolha dos dois maiores interessados ganha terreno. O indivíduo considera-se livre não só para casar com quem quiser, como para fazer experiências matrimoniais que espantam o Ocidente. Nietzsche tinha como a melhor maneira de tratar as mulheres aquela adotada pela Ásia; a sujeição feminina ao homem era a única alternativa para a irrestrita ascendência feminina; mas a Ásia está seguindo as idéias da Europa, não as de Nietzsche. A poligamia diminui, porque a mulher moderna objeta contra a concubina. O divórcio ainda é raro, mas o caminho aberto para ele está mais desembaraçado do que nunca. (A Revolução concede o divórcio a ambas as partes, se o pedem; mas, quando o marido tem menos de 30 anos ou a mulher menos de 25, o consentimento dos pais ainda é exigido. Permanecem os velhos motivos de divórcio que atendem ao ponto de vista do homem: esterilidade, infidelidade, negligência, loquacidade, gatunice, ciúme ou doença séria; mas estes motivos não valem para a mulher que durante três anos sacrificou aos ancestrais do marido, ou que não tem família para a qual vol-

tar, ou que foi fiel ao esposo enquanto ele subia da pobreza à riqueza.)[28] A educação em comum dos dois sexos é a regra nas universidades, e nas cidades eles também se misturam naturalmente. As mulheres têm suas escolas de leis e de medicina e até seus bancos.[29] Aquelas que são membros do partido têm direito a votos e têm ocupado os mais altos cargos não só no partido como no Governo.[30] Já abandonaram a prática do infanticídio, substituindo-a pelo uso dos anticonceptivos, cuja venda franca nas lojas chinesas diminui no Ocidente o medo do Perigo Amarelo. A população chinesa não tem crescido apreciavelmente depois da Revolução; talvez a grande maré montante da humanidade chinesa esteja começando a baixar.[31]

Não obstante, 50.000 novos chinesinhos nascem a cada dia.[32] E estão destinados a ser novos de todas as maneiras: no talhe das roupas e no corte dos cabelos, na educação e na ocupação, nos hábitos e nas maneiras, na religião e na filosofia. O rabicho lá se foi, e também as belas maneiras dos bons tempos; os ódios da revolução agrosseiraram o espírito; os radicais acham difícil ser corteses com os conservadores.[33] A fleuma da antiga raça está sendo transformada pelo corre-corre da indústria em alguma coisa mais expressiva e volátil; o amor à paz, que se desenvolveu na China depois de séculos de guerra, está sendo abalado pelo espetaculoso do desmembramento nacional e pela derrota; as escolas fazem de cada estudante um soldado — e os generais voltam a ser os heróis.

O mundo da educação está transformado. As escolas lançaram Confúcio pela janela e introduziram a ciência. A rejeição do Mestre não era necessária, desde que ele se acomodava com o espírito da ciência; mas a conquista do lógico pelo psicológico é a urdidura e a trama da história. As matemáticas e a mecânica são populares, porque é delas que saem as máquinas; as máquinas fazem os canhões; os canhões podem preservar a liberdade. A educação médica experimentou grande progresso, largamente, como reflexo da beneficência da Fundação Rockefeller. (A Fundação Rockefeller manteve e financiou diversos hospitais e escolas de medicina, com muitos cursos regulares por vários anos.)[34] Apesar do empobrecimento do país, novas escolas superiores surgem constantemente, e a esperança da Jovem China é que todas as crianças recebam instrução.

A literatura e a filosofia chinesas foram abaladas por uma revolução semelhante à do Renascimento. A importação de livros do Ocidente teve sobre a China a mesma influência fecundante dos manuscritos gregos sobre o espírito italiano. E do mesmo modo que a Itália, ao despertar, abandonou o latim, assim também, sob a brilhante chefia de Hu Shih, o dialeto "mandarim", o *Pei-Hua*, que, em vez de 40.000, usa 1.000 caracteres e é facilmente aprendido pelo povo, tornou-se a língua geral. Hu Shih tomou a peito escrever na "língua chã" uma *História da Filosofia Chinesa* (1919). Sua coragem venceu; meio milheiro de jornais adotou o *Pei-Hua*, o qual também foi adotado oficialmente nas escolas. Graças à nova escrita, a língua "mandarim" rapidamente está se espalhando pelas províncias; e talvez dentro de um século a China esteja com uma língua nova, e novamente realize a unidade cultural.

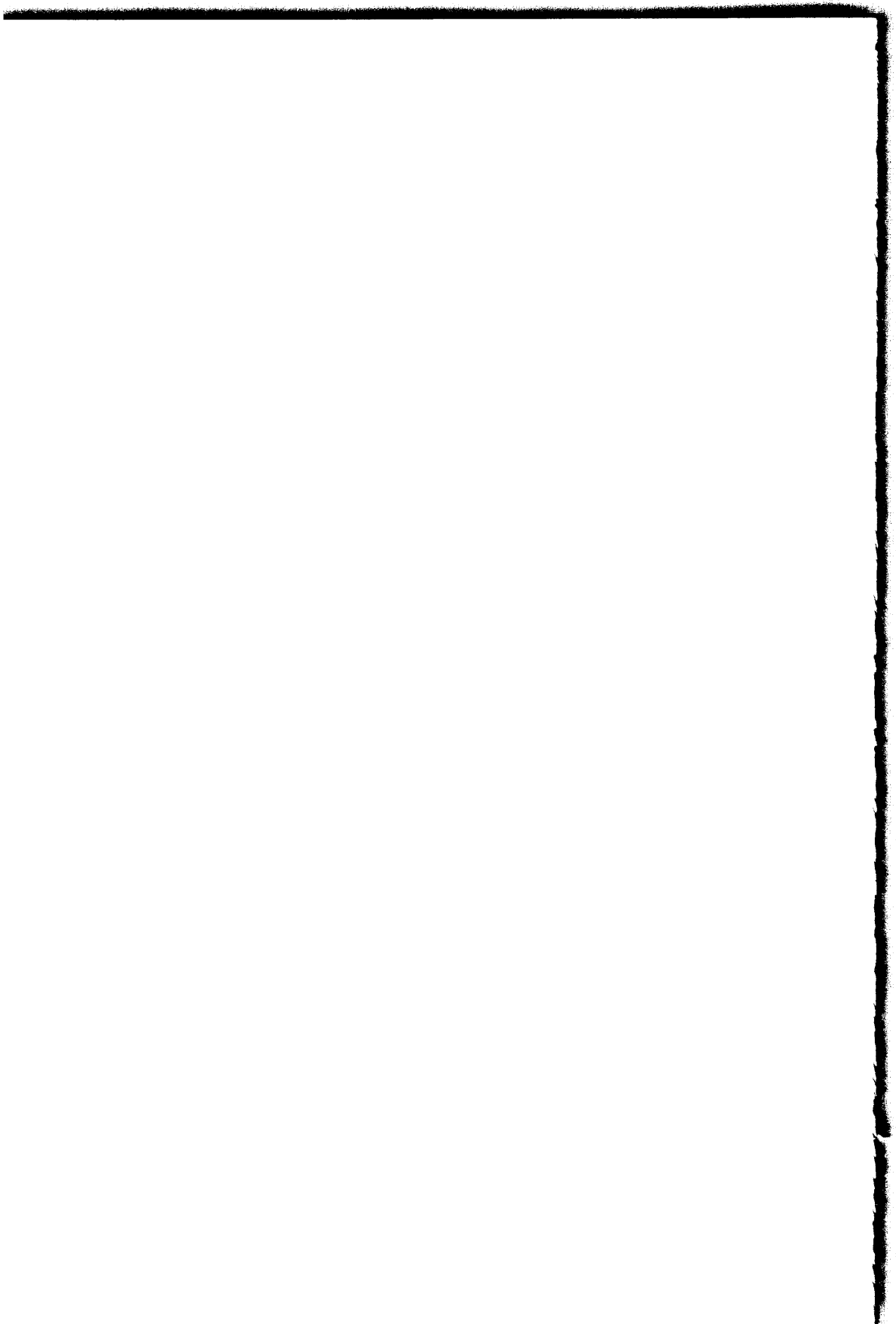
Ao estímulo de uma língua popular e de um povo ansioso, a literatura floresce. Novelas, poemas, histórias e peças multiplicam-se com a população. Jornais e revistas cobrem a terra. A literatura do Ocidente é traduzida em massa, e o cinema americano, explicado por um intérprete chinês ao lado da tela, delicia a profunda e simples alma chinesa. A filosofia volta-se para os grandes heréticos do passado e apresenta-os de novo com o vigor e o radicalismo do pensamento europeu do século XVI. E como a

Itália, recém-libertada da dominação eclesiástica, admirava o secularismo da mentalidade grega, assim a nova China ouve com especial atenção pensadores como John Dewey e Bertrand Russell, cuja independência de qualquer teologia e cujo respeito pela experiência e pelo experimentalismo mostram-se de perfeito acordo com o estado de espírito de uma nação empenhada em realizar ao mesmo tempo a Reforma, o Renascimento e a Revolução. Hu Shih moteja o nosso louvor pela "Sabedoria do Oriente". Descreve Confúcio como um "homem muito velho" e sugere que teríamos melhor idéia do pensamento chinês se estudássemos as escolas heréticas dos séculos V, IV, e III[35] antes de Cristo. Apesar disso, no meio da remoinhante "Nova Maré" de que tem sido ele um dos chefes mais ativos, Hu vem conservando bastante equilíbrio mental para perceber o valor até dos homens muito velhos, e formula o problema de seu país de um modo muito claro:

> Será sem dúvida grande perda para a humanidade em geral se a aceitação desta nova civilização tomar a forma de um abrupto deslocamento, em vez de uma assimilação orgânica que traga o desaparecimento da velha civilização. O verdadeiro problema, portanto, deve ser assim formulado: Como podemos assimilar a civilização moderna de modo a torná-la o prolongamento orgânico da civilização por nós criada?[36]

Tudo hoje na China nos leva a crer que ela não resolverá esse problema. Quando vemos os campos abandonados, destruídos pelas secas ou inundações, e o estrago das matas, e o estuporamento dos campônios, e a alta mortandade das crianças, e o enervante trabalho nas fábricas, e os cortiços devastados pelas doenças, e a extensão do suborno, e a indústria dominada pelo estrangeiro, e a fraqueza do governo e tantos outros males, não podemos admitir que a China se levante, depois de haver, como no passado, destruído seus invasores. Cumpre distinguir, contudo, sob essa lúgubre superfície, fatores de convalescença e renovação. Aquele solo, tão vasto em área e variado de formas, é rico dos minerais que fazem a moderna grandeza das nações; e, à medida que a indústria penetrar no interior, surgirão à tona minérios e combustíveis de existência nunca suspeitada, como há um século atrás ninguém suspeitava da riqueza em combustível da América. Depois de três mil anos de grandeza e decadência, de repetidas mortes e ressurreições, a China exibe hoje a mesma vitalidade física e mental dos seus períodos de maior criação; não há no mundo povo mais vigoroso ou mais inteligente, nem mais adaptável às circunstâncias, nem tão resistente aos desastres. A imaginação não pode descrever as possibilidades de uma civilização que una tais qualidades ao aparelhamento técnico da indústria moderna. É muito possível que a China ainda venha a produzir riquezas como nem os Estados Unidos as tiveram e uma vez mais, como tantas vezes sucedeu no passado, acabe liderando o mundo no luxo e na arte da vida.

Nem a vitória das armas, nem a tirania do capital de fora podem suprimir uma nação assim rica em recursos e vitalidade. O invasor consumirá todas as energias próprias e desgastará todos os seus recursos e paciência, antes que a China perca sua virilidade; dentro de um século a China absorverá e civilizará os conquistadores, e assimilará toda a técnica do que tem hoje o nome de indústria moderna; estradas e meios de transporte lhe darão unidade; a economia lhe dará capital; e um governo forte lhe dará ordem e paz. Os caos na China não passam de transições. No fim a de-

sordem passa e equilibra-se com a ditadura; velhos obstáculos são removidos e tudo recomeça a crescer. A Revolução, como a morte e o estilo, equivale a uma remoção de resíduos, à supressão de coisas supérfluas; só sobrevém quando há muitas coisas prontas para morrer. Em seu longo passado a China já morreu muitas vezes; e nunca deixou de renascer.

B) JAPÃO

O Grande Yamato (Japão) é um país divino. Só nossa terra teve alicerces construídos pelo Divino Antepassado. Só ela foi transmitida pela Deusa do Sol a uma longa linha de descendentes. Não há nada disto nos países estrangeiros. Por isso, é aqui a Terra Divina.

Chikafusa Kitabatake, 1334, Em Murdoch,
História do Japão, i, 571.

TÁBUA CRONOLÓGICA DA CIVILIZAÇÃO JAPONESA

(As datas dos nomes dos governantes referem-se à sua ascensão ao poder e morte. Muitos desses governantes abdicaram ou foram assassinados ou depostos.)

I. O FUNDO HISTÓRICO

1. *O Japão Primitivo*

Ca. 660 a.C.: Entrada dos mongóis
Ca. 660-585: a.C.: Jimmu, Imperador (?)
412-53 a.D.: Inkyo, Imperador
522 a.D.: O Budismo penetra no Japão
592-621: Shotoku Taishi, Regente
593-628: Suiko, Imperatriz
645: A Grande Reforma

2. *O Japão Imperial*

668-71: *Tenshi Tenno*, Imperador
690-702: Jito, Imperatriz
697-707: Mommu, Imperador
702: O Código de Leis Taiho
710-94: A Época *Heijo*: Nara, a capital
724-56: Shomu, Imperador
749-59, 765-70: Koken, Imperatriz
794-1192: A Época *Heian*: Quioto, a capital
877-949: Yozei, Imperador
898-930: Daigo, Imperador
901-22: O Período *Engi*

3. *O Japão Feudal*

1186-99: Yoritomo
1203-19: Minamoto Sanetomo
1200-1333: *O Kamakura Bakufu*
1199-1333: A regência Hojo
1222-82: Nichiren, fundador da Seita Lótus
1291: Kublai Khan invade o Japão
1318-39: Go Daigo, Imperador
1335-1573: *O shogunato Ashikaga*
1387-95: Yoshimitsu
1436-80: Yoshimasa
1573-82: Nobunaga
1581-98: Hideyoshi
1592: Hideyoshi não consegue conquistar a Coréia
1597: Hideyoshi expulsa os padres
1600: Batalha de Sekigahara
1603-1867: *O shogunato Tokugawa*
1603-16: Iyeyasu
1605: Cerco de Osaka
1614: O Edito anticristão de Iyeyasu
1605-23: Hidetada
1623-51: Iyemitsu
1657: O grande incêndio de Tóquio
1680-1709: Tsunayoshi
1688-1703: O período de *Genroku*
1709-12: Iyenobu
1716-45: Yoshimune
1721: Yoshimune codifica a lei japonesa
1787-1836: Iyenari
1853-8: Iyesada
1858-66: Iyemochi
1866-8: Keiki

II. LITERATURA

845-903: Sugawara Michizane, O Mecenas das Letras

1. *Poesia*:

665-731: Tahito
F. 737: Hitomaro
724-56: Akahito
750: O *Manyoshu*
883-946: Tsurayaki
905: O *Kokinshu*
1118-90: Saigyo Hoshi
1234: O *Hyaku-nin-isshu*
1643-94: Matsura Basho
1703-75: Senhora Kaga no-Chiyo

2. *Drama*:

1350-1650: Os espetáculos *No*
1653-1724: Chikamatsu Monzayemon

3. *Ficção*:

978-1031?: Senhora Murasaki no-Shikibu
1001-4: O *Genji Monogatari*
1761-1816: Santo Kioden
1767-1848: Kyokutei Bakin
F. 1831: Jippensha Ikku

1. *Arquitetura*:

Ca. 616: Os templos de Horiuji
Ca. 1400: Os palácios de Yoshimitsu
1543-90: Kano Yeitoku
Ca. 1630: O Mausoléu de Iyeyasu

2. *Escultura*:

747: *O Daibutsu* de Nara
774-835: Kobo Daishi

4. *História e Educação*

712: *O Kojiki*
720: O *Nihongi*
1334: *O Jintoshotoki* de Kitabatake
1622-1704: Mitsu-kuni
1630: Hayashi Razan funda a Universidade de Tóquio
1657-1725: Arai Kuseki
1697-1769: Mabuchi
1730-1801: Moro-ori Norinaga

TÁBUA CRONOLÓGICA DA CIVILIZAÇÃO JAPONESA

5. *O Ensaio*:

- *Ca.* 1000: Senhora Sei Shonagon
- 1154-1216: Kamo no-Chomei

6. *Filosofia*:

- 1560-1619: Fujiwara Seigwa
- 1583-1657: Hayashi Razan
- 1608-48: Nakaye Toju
- 1630-1714: Kaibara Ekken
- 1619-91: Kumazawa Banzan
- 1627-1705: Ito Jinsai
- 1666-1728: Ogyu Sorai
- 1670-1736: Ito Togai

III. ARTE

- 1180-1220: Unkei
- 1252: O *Daibutsu* de Kamakura
- 1594-1634: Hidari Jingaro

3. *Cerâmica*:

- *Ca.* 1229: Shirozemon
- *Ca.* 1650: Kakiemon
- *Ca.* 1655: Ninsei
- 1663-1743: Kenzan
- *Ca.* 1664: Goto Saijiro
- 1855: Zengoro Hozen

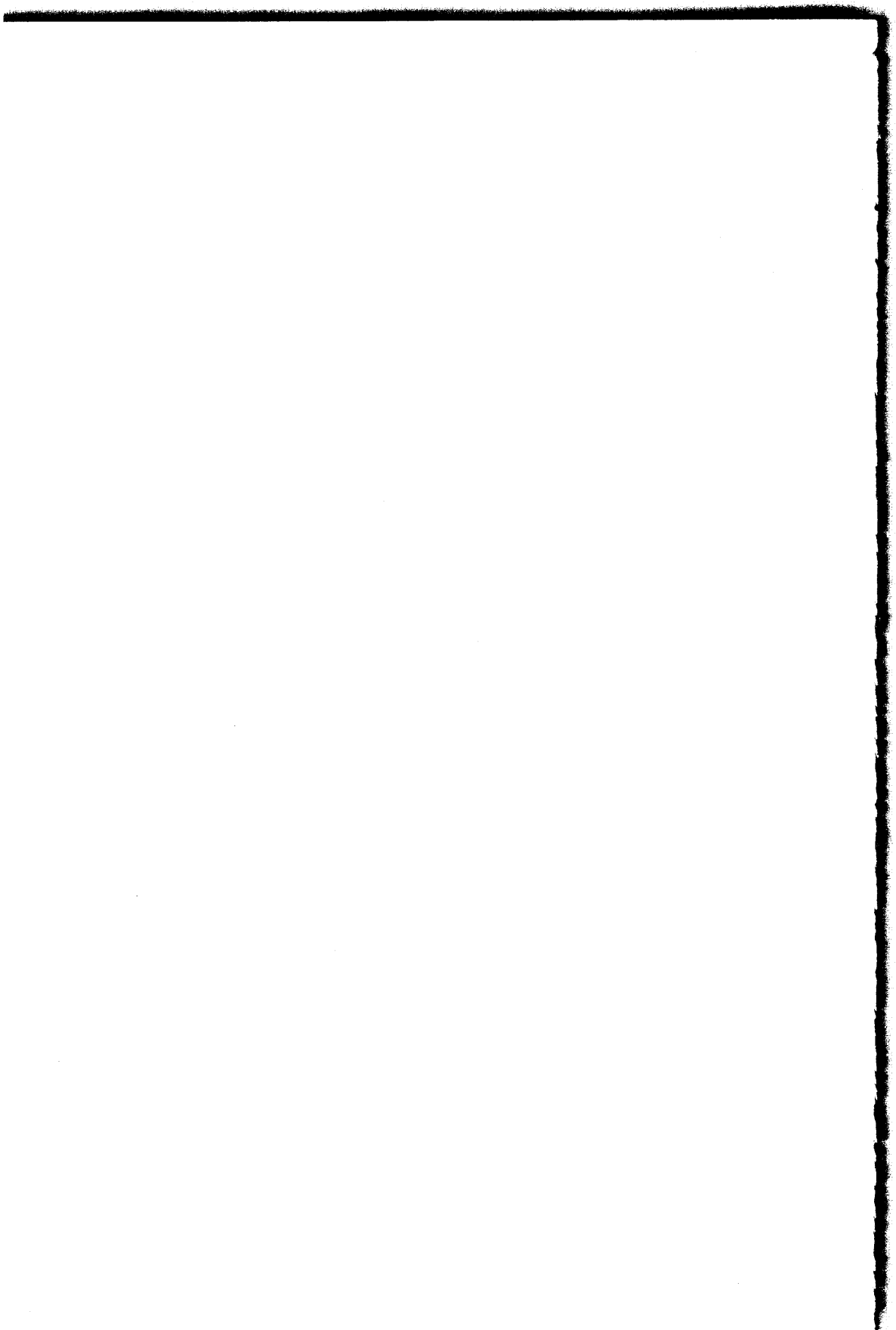
4. *Pintura*:

- *Ca.* 950: Kose no-Kanaoka
- *Ca.* 1010: Takayoshi
- *Ca.* 1017: Yeishin Sozu
- 1053-1140: Toba Sojo
- 1146-1205: Fujiwara Takanobu
- *Ca.* 1250: Keion (?)
- *Ca.* 1250: Tosa Gon-no-kumi
- 1351-1427: Cho Densu
- *Ca.* 1400: Shubun
- 1420-1506: Sesshiu
- 1490: Kano Masanobu

IV. O NOVO JAPÃO

- 1853: O almirante Perry entra na Baía Uraga
- 1854: A segunda visita do almirante Perry
- 1854: O tratado de Kanagawa
- 1862: O caso Richardson
- 1862: O bombardeamento de Kagoshima
- 1863: Ito e Inouye visitam a Europa
- 1868: Restauração do governo imperial
- 1868-1912: Meiji, Imperador
- 1870: Tóquio torna-se a capital do império
- 1871: Abolição do feudalismo
- 1872: A primeira estrada de ferro japonesa
- 1877: A Rebelião de Satsuma
- 1889: A Nova Constituição
- 1476-1559: Kano Matonobu
- *Ca.* 1600: Koyetsu
- 1578-1650: Iwasa Matabei
- 1602-74: Kano Tanyu
- 1618-94: Hishikawa Moronobu
- 1661-1716: Korin
- 1718-70: Harunobu
- 1733-95: Maruyami Okyo
- 1742-1814: Kiyonaga
- 1747-1821: Mori Zozen
- 1753-1806: Utamaro
- *Ca.* 1790: Sharaku
- 1760-1849: Hokusai
- 1797-1858: Hiroshige

- 1894: A Guerra com a China
- 1895: A anexação de Formosa
- 1902-22: A aliança Anglo-Japonesa
- 1904: A Guerra com a Rússia
- 1910: A anexação da Coréia
- 1912: Fim da Era *Meiji*
- 1912-25: Taisho, Imperador
- 1914: Captura de Tsingtao
- 1915: As Vinte e Uma Exigências
- 1917: O acordo Lansing-Ishii
- 1922: A Conferência de Washington
- 1924: A restrição da imigração japonesa para a América
- 1925: Hirohito, Imperador
- 1931: A invasão da Manchúria
- 1932: O ataque a Xangai
- 1935: É dada a notícia de que o Acordo de Washington termina em 1936

CAPÍTULO XXVIII

Os Formadores do Japão

A HISTÓRIA do Japão é um drama em andamento, com três atos já representados. O primeiro — logo depois do ciclo primitivo e lendário — é o Japão budista (522-1603 de nossa era), subitamente civilizado pela China e a Coréia, refinado pela religião e criador de obras-primas em literatura e arte. O segundo é o Japão feudal e pacífico do *xogunato* Tokugawa (1603-1868), isolado e auto-suficiente, que não procurava novos territórios nem comércio externo, satisfeito com a agricultura e amigo da arte e da filosofia. O terceiro é o Japão moderno, aberto ao mundo em 1853 por uma esquadra americana, forçado ao comércio e à indústria pelas condições internas e externas, imitador dos métodos imperialistas do Ocidente e ameaçador da paz e da ascendência da raça branca no mundo. Tendo em vista os antecedentes, o quarto ato será a guerra.

Os japoneses estudaram cuidadosamente a civilização ocidental, com o propósito de lhe absorver os valores e excedê-la. Talvez seja conveniente que também lhe estudemos com igual cuidado a civilização, para que possamos compreendê-la quando sobrevier a guerra.

I. OS FILHOS DOS DEUSES

Como foi criado o Japão — O papel dos terremotos

No começo, diz a mais velha das histórias japonesas,[1] havia os deuses. Nasciam macho e fêmea e morriam, até que por fim dois deles, Izanagi e Izanami, irmão e irmã, receberam dos mais velhos a incumbência de criar o Japão. De sobre a flutuante ponte do céu, lançaram no oceano a cravejada lança. Das gotas que espirraram saíram as Ilhas Sagradas. Observando a vida das rãs na água, os deuses aprenderam o segredo da cópula; juntaram-se Izanagi e Izanami e deram nascimento à raça japonesa. Do olho direito de Izanagi nasceu Amaterasu, Deusa do Sol, e de seu neto Ninigi saíram, numa linhagem ininterrupta, todos os imperadores do *Dai Nippon*. Até agora só houve uma dinastia no Japão. (Mas este fato é tido como improvável e até mesmo críticos japoneses influentes como Moto-ori acham a história ridícula e incrível.)[2]

O cravamento da lança no oceano fez espirrarem 4.223 gotas, que é o número de ilhas do arquipélago. (O termo "Japão" deve ser corrupção do nome *Japan* ou *Japun*, dado pelos malaios àquelas ilhas; a forma japonesa *Nippon* procede do chinês *Jihpen*, "o lugar de onde vem o sol". [O prefixo *Dai* tem significação de "Grande".[3]] Seiscentas são desabitadas, e só cinco apresentam tamanho considerável. A maior — Hondo ou Honshu — tem 1.130 milhas de comprimento por 73 de largura média, com a área de 81.000 milhas quadradas, metade do arquipélago. A situação é similar à das Ilhas Britânicas: os mares que as rodeiam protegem-nas contra a conquista, e suas 13.000 milhas de costa fizeram do povo que as habita uma gente marítima, destinada, por injunção geográfica, à dominação dos mares. Os ventos aquecidos e as

correntes do sul misturam-se com o ar frio das montanhas, produzindo um clima como o da Inglaterra, propício à vegetação e variedade paisagística e rico em chuvas e névoas[4] nutridoras de pequenos rios torrentosos. Fora das cidades, metade da terra é um Éden no tempo das flores; e as montanhas desenham-se artisticamente, em linhas quase perfeitas, como as do Fuji. (O Fuji-san [ou Fuji-yama], ídolo dos artistas e sacerdotes, tem a graciosa forma de um cone. Milhares de peregrinos galgam todos os anos os seus 12.365 pés de altura. O monte Fuji [fogo] teve a última erupção em 1707.[5])

Não há dúvida de que estas ilhas são produto dos terremotos e não, como quer a lenda, do cravamento da lança no oceano.[6] Nenhuma outra terra, nem mesmo a América do Sul, sofreu tão dolorosamente das convulsões do solo. No ano de 599 a terra tremeu e engoliu aldeias; meteoros caíram, cometas brilharam e em pleno julho a neve revestiu as ruas, sobrevieram a seca e a fome; milhões de japoneses morreram. Em 1703 só em Tóquio um terremoto matou 32.000 pessoas. Em 1885 essa cidade foi novamente destruída; grandes fendas se abriram, tragando milhares de criaturas; os mortos eram enterrados em massa. No terremoto de 1923 morreram 100.000 pessoas em Tóquio e 37.000 em Iocoama. Kamakura foi quase totalmente destruída;[7] o Buda colossal, entretanto, sobreviveu abalado mas imperturbado no meio das ruínas, como para ilustrar a principal lição da história — que os deuses sabem ser silenciosos em todas as línguas. O povo mostrou-se por um momento confundido por esta abundância de desastres numa terra divinamente criada e governada; por fim se convenceu de que os abalos eram devidos a um grande peixe subterrâneo que se mexia quando lhe perturbavam o sono.[8] Os japoneses nunca pensaram em abandonar aquele perigoso *habitat*; no dia seguinte ao último grande terremoto, as crianças usavam as telhas como lousas e os fragmentos de caliça como lápis.[9] O Japão suporta pacientemente essas calamidades e emerge das ruínas à força de indústria e bravura.

II. O JAPÃO PRIMITIVO

Componentes raciais — Civilização primitiva — Religião — Xinto
Budismo — Começos da arte — A "Grande Reforma"

A exemplo do que ocorre com todos os povos, as origens japonesas perdem-se na névoa cósmica da teoria. Três elementos aparecem misturados na raça: uma primitiva corrente branca, os "Anjos", que parecem ter vindo do rio Amur nos tempos neolíticos; uma corrente amarela, de sangue mongólico, vinda da Coréia lá pelo século VII a.C.; e uma corrente malaia ou indonésia, infiltrada nas ilhas do sul. Aqui, como em toda parte, uma mistura de vários sangues precedeu de muitas centenas de anos o estabelecimento de um novo tipo racial, falando com uma nova voz e criando uma nova civilização. E a mistura ainda não está completa, como podemos ver do contraste entre os aristocratas altos, esguios e de cabeça alongada e os plebeus baixotes, atarracados e de cabeça larga.

Os anais chineses do século IV descrevem os japoneses como "anões", acrescentando que eles "nunca tiveram por lá bois ou animais selvagens; usavam roupas tecidas de uma só peça, e lanças e setas com pontas de pedra ou ferro. Não traziam sapatos; eram ordeiros e polígamos, bebedores e de vida longa. (...) As mulheres pintavam-se de cor-de-rosa e escarlate".[10] "Não havia furtos", continuavam os relatos, "a de-

manda era rara";[11] a civilização estava apenas nos seus primórdios. Com extrema clarividência Lafcadio Hearn pintou essa idade como um Éden não estragado pela exploração e a pobreza; e Fenollosa descreveu a classe agrícola como composta de soldados-cavalheiros independentes.[12] As artes mecânicas vieram da Coréia no século III e logo se organizaram em corporações.[13] Abaixo dos artesãos livres havia uma considerável classe de escravos, recrutados nas prisões e nos campos de batalha.[14] A organização era feudal e também tribal; parte dos camponeses cultivava o solo numa relação de vassalagem com os barões rurais, e cada clã tinha o seu cabeça soberano.[15] O governo geral era frouxo e fraco.

O animismo, o totemismo e a adoração dos antepassados e do sexo satisfizeram as necessidades religiosas dos primitivos japoneses.[16] Os espíritos andavam por toda parte — nas plantas, nas estrelas, nos insetos, nas árvores, nas bestas, nos homens.[17] Deidades inúmeras pairavam sobre as casas e seus moradores, dançando na chama das lâmpadas.[18] A vidência dos acontecimentos era exercitada por meio do estudo de linhas astuciosamente produzidas pela queima de ossos de veado e casca de tartaruga; com isso, dizem os antigos cronistas japoneses, "verificavam a boa ou má sorte, e se deviam ou não empreender viagens".[19] Os japoneses temiam e adoravam os mortos, porque podiam gerar muito mal para o mundo; a fim de aplacá-los, colocavam objetos preciosos nos túmulos — uma espada, por exemplo, se era homem, ou um espelho, se era mulher; e havia ainda as orações e os mimos postos nos oratórios diariamente.[20] De quando em quando faziam sacrifícios humanos contra a chuva excessiva ou para assegurar a estabilidade de uma construção ou muralha; e ocasionalmente os servos de um grão-senhor eram com ele enterrados, para servi-lo na outra vida.[21]

Da adoração dos ancestrais veio a mais velha religião japonesa, o *Xinto*, o Caminho dos Deuses, o qual tomou três formas: culto dos mortos da família, culto dos mortos do clã e culto dos mortos imperiais e dos deuses criadores da raça. Ao divino progenitor da dinastia eram endereçadas, sete vezes ao ano, humildes petições por intermédio do imperador ou seus representantes; e ofereciam-lhe preces especiais quando o país entrava numa campanha, como a de Xantum, em 1914.[22] O *Xinto* não requeria credo, nem excessivo ritual, nem código moral; não dispunha de sacerdócio especial, nem de nenhuma consoladora doutrina de céu em outra vida; tudo quanto reclamava de seus devotos era de quando em quando uma peregrinação, e piedosa reverência pelo imperador e o passado. O xintoísmo caiu por ser muito modesto e parco em recompensas.

Em 522, o budismo, que entrara na China 500 anos antes, passou-se para o Japão em rápida conquista. Sua vitória deveu-se à confluência de dois elementos: as necessidades religiosas do povo e as necessidades políticas do Estado. Porque não foi o verdadeiro budismo que veio, agnóstico, pessimista e puritano, mas o budismo *mahayana* dos deuses amáveis como Amida e Kwannon, de sedutor cerimonial e de imortalidade pessoal. E, melhor ainda, esse credo inculcava, com irresistível graça, todas as virtudes da piedade, do pacifismo e da obediência, que tanto ajudam aos governos; dava aos oprimidos tais consolações que os reconciliavam com a vida, e fornecia ao povo aquela unidade de sentimento e fé em que os estadistas vêem a fonte da ordem social e da força nacional.

Não sabemos se foi o estadismo ou a piedade que determinou a vitória do budismo no Japão. Quando em 586 da nossa era o Imperador Yomei morreu, a sucessão foi disputada com armas na mão por duas famílias rivais, ambas devotas do novo credo. O príncipe Shotoku Taishi, nascido, diziam, com uma relíquia sagrada na mão, chefiou a facção budista vitoriosa, colocou a Imperatriz Suiko no trono e por vinte e nove anos (592-621) governou como príncipe regente. Shotoku promoveu a construção de templos budistas, protegeu o clero, impôs aquela moral — tornou-se, enfim, o Ashoka japonês.

Nova crise sobreveio por ocasião da morte do regente, não obstante a obra deste civilizador e de todas as virtudes inculcadas ou pregadas pelo budismo; Kamatari, um ambicioso aristocrata, planejou com o príncipe Naka uma revolução de palácio, cujas conseqüências aparecem na

história japonesa com o nome de "Grande Reforma" (645). O herdeiro presuntivo é assassinado e um boneco senil sobe ao trono; e, com o príncipe Naka na qualidade de herdeiro e na de imperador, Kamatari, primeiro-ministro, reconstrói o governo em linhas autocráticas. O imperador passa de um chefe de clã a monarca absoluto; todos os governadores são de sua nomeação, todas as taxas são a ele devidas diretamente, todas as terras do reino lhe pertencem. E rapidamente o Japão passa de uma frouxa associação de clãs e chefes semifeudais a um Estado monárquico fortemente centralizado.

III. A ERA IMPERIAL

Os imperadores — A aristocracia — Influência da China — A Idade de Ouro de Quioto — Decadência

Desse tempo em diante o imperador começou a ter os mais impressionantes títulos. Às vezes era chamado *Tenshi,* ou "Filho do Céu"; usualmente, *Tenno,* ou "Rei Celestial"; raramente, "Mikado" ou "Porta Augusta". Depois da morte entraria na História com um nome diverso do que usara em vida. Para assegurar a continuidade da linha imperial era permitido ao imperador ter quantas esposas quisesse; e a sucessão não cabia necessariamente ao primeiro filho, mas àquele que o imperador julgasse em melhores condições — ou aos Warwicks da época. No período Quioto, os soberanos mostraram-se inclinados à piedade; alguns abdicaram para se fazerem monges budistas — um deles chegou a proibir a pesca, como ofensiva a Buda.[23] Yozei foi uma turbulenta exceção que muito ilustra os perigos da monarquia: fazia homens subir em árvores para derrubá-los com flechas; agarrava moças na rua, amarrava-as com cordas de alaúde e lançava-as nos lagos; gostava de correr a cavalo pelas ruas da capital, chicoteando a quantos encontrava; por fim seus súditos o depuseram, em um dos raros movimentos de rebeldia do povo japonês.[24] Em 794 o governo passou-se de Nara para Nagaoka e pouco depois para Quioto (Capital da Paz); e lá ficou durante os quatro séculos (791-1192) denominados "Idade de Ouro do Japão". Em 1190 tinha essa cidade uma população de meio milhão de almas, mais do que qualquer cidade européia da época, salvo Constantinopla ou Córdova.[25] Parte de Quioto era ocupada pelas casinhas dos pobres, que pareciam viver felizes em sua pobreza; outra parte, discretamente apartada, continha os palácios e jardins da aristocracia e da família imperial. As pessoas da corte eram, com propriedade, chamadas de "Moradores Acima das Nuvens".[26] Porque lá, como em toda parte, o progresso da civilização e da técnica havia acentuado as distinções sociais; a rude igualdade dos dias do pioneirismo dera lugar à desigualdade conseqüente ao acúmulo das riquezas e sua distribuição de acordo com a diversidade de capacidade, caráter e privilégio. Grandes famílias, como os Fujiwara, os Taira, os Minamoto, os Sugawara, elevavam e derrubavam imperadores, lutando entre si à semelhança das poderosas famílias do Renascimento italiano. Sugawara Michizane, que se tornou caro ao Japão pelo patrocínio que deu à literatura, é hoje adorado como o Deus das Letras, com o dia 25 de cada mês santificado em sua honra; e o jovem *Xógum* Minamoto Sanetomo distinguiu-se pela composição, na manhã em foi assassinado, desta simples estância no mais casto estilo japonês:

> Se não mais eu voltar,
> Ó ameixeira aqui perto da minha porta,

Não te esqueças de, como sempre,
Florir na primavera.[27]

No reinado do esclarecido Daigo (898-930), o Japão continuou a absorver e a rivalizar a cultura da China, que alcançara um dos seus apogeus sob os T'ang. Havendo tomado a religião do Reino Médio chinês, os nipônicos estavam fazendo o mesmo com o vestuário e o desporto, a cozinha e a escrita, a poesia e os métodos administrativos, a música e as demais artes, os jardins e a arquitetura; até as belas capitais de Nara e Quioto eram imitações de Ch'angan.[28] Mil anos atrás o Japão importava a cultura chinesa, como modernamente importou a européia e a americana: primeiro com precipitação; depois, com discriminação, ciosamente conservando o espírito próprio e o caráter, e adaptando os novos meios aos velhos fins.

Estimulado pela grande nação vizinha, e protegido por um governo estável, o Japão entrou no período *Engi* (901-922), assinalador do ápice da Idade de Ouro. ("Esse período", diz o entusiástico Fenollosa, "deve, sem dúvida, ser reconhecido como o ponto mais alto da civilização japonesa, como o dos Ming Huang's o foi na China. Talvez nunca mais os dois países se mostrem tão ricos, tão esplêndidos e cheios de gênios. [...] Em cultura geral e refinamento do espírito e do corpo, é possível que o mundo nunca houvesse apresentado coisa semelhante."[29]) A riqueza acumulava-se e criava uma vida de luxo, de refinamento e cultura não igualada no mundo antes dos Médicis e dos *salons* da grande época da França. Quioto fez-se a Paris e o Versalhes do Japão, o expoente supremo do bom gosto e das artes. Todos os apetites encontravam satisfação; a cozinha inventava novidades para o paladar *gourmand* e *gourmet*; e a fornicação e o adultério passaram à categoria de pecados veniais.[30] Com exceção dos pobres, todos andavam vestidos de seda de harmoniosos tons. A vida na corte e nos templos era embelezada pela música e a dança; as residências aristocráticas rodeavam-se de lindas paisagens, e no interior tudo eram primores de marfim, bronze e ouro, ou madeira finamente entalhada.[31] A literatura florescia, enquanto a moral decaía.

Tais épocas de alto refinamento costumam ser breves, porque repousam na excessiva concentração da riqueza; uma súbita oscilação econômica pode destruir tudo. A extravagância da corte acabou por arruinar o Estado; a exaltação da cultura acima da capacidade encheu a administração de poetastros incompetentes, que com o nariz nas nuvens não percebiam a corrupção ao redor de si; por fim os cargos passaram a ser entregues a quem mais pagava.[32] A criminalidade cresceu entre os pobres na mesma proporção em que o luxo avultava entre os ricos; salteadores e piratas infestavam os caminhos e mares e imparcialmente preavam tanto a fazenda do povo como a do imperador: os coletores de impostos eram despojados nas estradas. Grupos de bandidos organizavam-se nas províncias e até na capital; por algum tempo os mais notórios bandidos japoneses, como os nossos, viveram claramente no esplendor — muito poderosos que eram para ser presos ou incomodados.[33] O desdém pelos hábitos e virtudes marciais, ou pela organização da defesa, deixou o governo exposto aos assaltos de qualquer aventureiro audacioso. As grandes famílias formavam seus próprios exércitos, o que deu origem a um tempo de terríveis lutas civis pela disputa do trono. O próprio imperador tornava-se dia a dia mais impotente, à proporção que aumentava o poder dos grandes chefes familiais. E mais uma vez a história se moveu na sua antiga oscilação entre o poderoso governo central e o regime feudal descentralizado.

IV. OS DITADORES

Os xóguns — O Kamakura Bakufu *— A regência Hoio — A invasão de Cublai-Cã — O xogunato Ashikaga — Os três piratas*

Tentada por essa situação, uma classe de ditadores militares emergiu e assumiu o poder em várias seções do arquipélago, reconhecendo o imperador apenas como a divina fachada do Japão, digna de ser conservada, mas a um mínimo preço de custeio. Os camponeses, não mais protegidos contra os salteadores pela política imperial, passaram a pagar taxas aos *xóguns* ou generais, em vez de fazê-lo ao soberano, porque só os *xóguns* podiam dar-lhes a defesa que eles pediam.[34] O sistema feudal triunfou no Japão pelos mesmos motivos por que prevaleceu na Europa: as fontes locais de autoridade cresceram em poder tanto quanto a autoridade central e o governo distante fracassou na manutenção da segurança e da ordem.

Lá por 1192 um membro do clã Minamoto, de nome Yoritomo, reuniu um exército de vassalos e estabeleceu uma autoridade independente com o nome de Kamakura *Bakufu*. A palavra *bakufu*, significativa de um posto militar, indicava brutalmente a natureza do novo regime. O grande Yoritomo morreu subitamente em 1198. (Estava a cavalo, e tanto ele como o cavalo sentiram um grande pânico ao verem o fantasma de um irmão que Yoritomo havia assassinado; o herói morreu meses mais tarde em conseqüência do tombo que nessa ocasião levou. Esta versão é a dos seus inimigos.[35])

Yoritomo foi sucedido por seus filhos, muito fracos, porque, como diz um ditado japonês, "os grandes homens não produzem sementes".[36] Em 1199 uma família rival estabeleceu a regência Hojo, que durante 134 anos governou os *xóguns*, os quais por sua vez governavam o imperador. Cublai-Cã, soberano da China, aproveitou a oportunidade para tentar a conquista do Japão, que astutos coreanos, medrosos da invasão, lhe haviam descrito como país riquíssimo. Cublai mandou construir uma esquadra tão grande, que os poetas chineses descreviam as montanhas chorando as florestas arrasadas para aquele fim.[38] Num heróico cálculo retrospectivo, os japoneses estimam o número de naus em 70.000; historiadores menos patriotas contentam-se com 3.500 e 100.000 homens de tripulação. Essa colossal esquadra apareceu nas costas do Japão em fins de 1291. Os japoneses saíram-lhe ao encontro na improvisada e pequena frota de que podiam dispor; mas, como no caso de uma menor porém mais famosa armada (a "Invencível Armada" dos espanhóis, ao chegar ao Canal Inglês, dispunha de 120 navios com 24.000 homens[37]), um Grande Vento se ergueu, o qual esmagou os navios de Cublai-Cã de encontro às pedras, afogou 70.000 marinheiros e permitiu que o resto fosse escravizado pelos japoneses.

A vez dos Hojos sobreveio em 1333. Também eles haviam sido envenenados pelo poder, e a linha hereditária passara das mãos de gênios e bandidos para a de idiotas ou covardes. Takatoki, o último da série, tinha mania de cães; aceitava cães em pagamento de taxas, e juntou de quatro a cinco mil; mantinha-os em canis decorados de ouro e prata, alimentava-os com peixes e aves, e levava-os em palanquins a tomar ares. Daigo, imperador da época, viu na degeneração dos seus guardiães uma boa oportunidade para readquirir o poder imperial. Os clãs de Minamoto e Ashikaga a ele se reuniram e lutaram, acabando por conquistar a vitória. Takatoki e 870 de seus vassalos e generais acolheram-se a um templo, beberam uma última taça de *sake* e prati-

caram o haraquiri. "Isto," disse um deles ao arrancar os intestinos com as próprias mãos, "dá um fino gosto ao vinho."[39]

Ashikaga Takauji voltou-se contra o imperador que ele havia ajudado a reerguer, soube resistir aos exércitos mandados contra ele e acabou substituindo Daigo pelo imperador fantoche Kogon; assim se firmou em Quioto o *xogunato* Ashikaga, que iria governar o Japão por 250 anos de caos e intermitente guerra civil. Vale ressaltar que parte dessa desordem era devida ao que havia de mais nobre nesses governantes — o amor às artes. Yoshimitsu, cansado de luta, voltou-se para a pintura e tornou-se um dos bons artistas da época; Ioshimasa protegeu muitos pintores, subsidiou todas as artes e tornou-se um tão refinado conhecedor, que as obras de arte por ele e seus associados escolhidas são hoje as mais disputadas pelos modernos.[40] Entrementes, a prosaica tarefa de organizar a administração era desprezada, e nem os ricos *xóguns*, nem os empobrecidos imperadores conseguiam manter a paz e a ordem pública.

Do caos surge um trio de bucaneiros famosos na história nipônica. "Em sua mocidade", diz a tradição, "Nobunaga, Hideyoshi e Iyeyasu resolveram restaurar a unidade do país, e solenemente juraram obedecer àquele que conseguisse empolgar o governo."[41] Nobunaga tentou-o e fracassou; Hideyoshi tentou-o em seguida e morreu no caminho; por fim Iyeyasu venceu e fundou o *xogunato* Tokugawa, inaugurando um dos mais longos períodos de paz e uma das mais ricas eras de arte da história humana.

V. O GRANDE "CARA DE MACACO"

O surgimento dos Hideyoshi — O ataque à Coréia — Conflito com o cristianismo

A Rainha Isabel e Akbar, como acentuam os japoneses, eram contemporâneos do grande Hideyoshi, esse filho de camponês conhecido de seus amigos, e depois dos seus súditos, como *Sarumen Kanja* — "Cara de Macaco"; porque nem mesmo Confúcio o rivalizava em feiúra. Incapazes de disciplíná-lo, seus pais o puseram em uma escola monástica; mas Hideyoshi tanto atormentou os padres budistas que foi expulso. Tentou a aprendizagem de vários ofícios, mas foi despedido 37 vezes;[42] tornou-se por fim bandido e entrou para o serviço de um samurai (isto é, "homem de espada"), quando, por ter salvo a vida do amo, recebeu como prêmio licença para também portar espada. Juntou-se a Nobunaga, ao qual ajudou com sua inteligência e coragem, e quando Nobunaga morreu tomou a chefia dos rebeldes fora da lei, que tinham o propósito de conquistar o país. Em três anos Hideyoshi tornou-se o governante de metade do império, conquistou a admiração do impotente imperador e sentiu-se bastante forte para engolir a Coréia e a China. "Com tropas coreanas", anunciou ele modestamente ao Filho do Céu, "e ajudado pela vossa ilustre influência, conquistarei toda a China, e, isso feito, os três países (China, Japão e Coréia) serão um só. Eu realizarei essa obra com a facilidade com que um homem enrola a sua esteira e a carrega debaixo do braço."[43] Disse e experimentou. Mas os coreanos inventaram um barco de guerra metálico — antepassado do *Monitor* e do *Merrimac* — e destruíram uma após outra as naus com tropas que Hideyoshi mandou à Coréia (1592). Setenta e duas naus foram afundadas num dia, com o mar se avermelhando de sangue; 48 encalharam, foram abandonadas pelos japoneses e queimadas pelos vencedores. Depois de

uma alternação de vitórias e derrotas, a tentativa de conquistar a Coréia foi adiada para os tempos modernos.[44]

Enquanto isso Hideyoshi pôs-se a administrar, por meio da regência por ele estabelecida. Muniu-se de 300 concubinas, depois de indenizar com grande soma sua esposa camponesa, da qual se havia divorciado havia muito tempo. A um dos seus patrões restituiu com juros o dinheiro que lhe furtara nos dias de aprendizagem. Não ousou pedir ao soberano o título de *xôgum*, mas em compensação seus contemporâneos lhe deram o de *Taiko*, ou Grande Soberano, que, por uma dessas estranhas piruetas da filologia, entrou na língua inglesa como *tycoon*. "Astuto e hábil fora de toda medida", escreveu um missionário,[45] "ele desarmou o povo, fazendo que todos contribuíssem com o metal das armas para o colosso de *Daibutsu*, ou Grande Buda, de Quioto." Embora não tivesse religião, sabia fazer uso dela para seus fins políticos.

O cristianismo entrou no Japão em 1549, com o missionário São Francisco Xavier. A pequena comunidade por ele estabelecida cresceu rapidamente e numa geração já contava em todo o Japão com 70 jesuítas e 150.000 convertidos.[46] Tão numerosos eram em Nagasaki, que fizeram daquele porto um centro cristão, e persuadiram o governador a oficializar e propagar a nova fé.[47] "Dentro do território de Nagasaki", diz Lafcadio Hearn, "o budismo foi totalmente suprimido — e seus sacerdotes perseguidos e expulsos."[48] Alarmado com essa expansão e suspeitoso de desígnios secretos, Hideyoshi mandou um mensageiro ao Vice-Provincial dos jesuítas no Japão com as seguintes perguntas:

> 1. Por que e com que autoridade ele (o Vice-Provincial) e seus *religiosos* estavam constrangendo os japoneses a se tornarem cristãos?
> 2. Por que induziam seus sectários a destruir templos?
> 3. Por que perseguiam os padres budistas?
> 4. Por que eles e os portugueses comiam animais úteis ao homem, como os bois e as vacas?
> 5. Por que permitiam aos mercadores de sua nação comprar japoneses e levá-los como escravos para a Índia?[49]

Não satisfeito com as respostas apresentadas, Hideyoshi lançou o seguinte edito:

> Fomos informados de que *religiosos* estrangeiros acham-se em nosso reino,onde pregam uma lei contrária à do Japão e têm a audácia de destruir templos dedicados aos nossos deuses Kami e Hotoke; embora este ultraje mereça o mais severo castigo, queremos mostrar benignidade e ordenamos-lhes que, sob pena de morte, se retirem do Japão em 20 dias. Durante esse prazo nada lhes acontecerá. Se, porém, passados os 20 dias, ainda forem encontrados aqui, que sejam detidos e punidos como os maiores criminosos.[50]

Em meio a todos estes alarmas o grande bucaneiro encontrava tempo para encorajar os artistas, tomar parte nas peças de *No* e apoiar Rikyu na tentativa de fazer da cerimônia do chá um estímulo à cerâmica e um enfeite essencial à vida japonesa. Faleceu em 1598, depois de haver obtido do imperador a promessa de construir uma nova capital em Yedo (hoje Tóquio) e reconhecer o seu filho Hideyori como o herdeiro da regência.

VI. O GRANDE "XÓGUM"

Iyeyasu — Sua filosofia — Iyeyasu e o cristianismo — Sua morte — O xogunato Tokugawa

Morto o "Cara de Macaco", Iyeyasu declarou não ter na assinatura do seu compromisso tirado o sangue da ponta dos dedos ou das gengivas, como mandava o código samurai, mas da parte posterior da orelha, e por isso o juramento não era válido.[51] E derrotou as forças dos chefes rivais numa batalha em que pereceram 40.000 homens. Tolerou Hideyori até que o sentiu perigoso, quando então lhe propôs que se submetesse. Repelido, sitiou o castelo de Osaka em que o regente se estabelecera, capturou-o no momento em que estava praticando o haraquiri e firmou a sua vitória com a chacina de todos os filhos de Hideyori, legítimos e ilegítimos. Em seguida organizou a paz, com a mesma habilidade com que organizara a luta, e administrou tão bem que o país o deixou no poder, através de seus herdeiros, durante oito gerações.

Era um homem de idéias pessoais, que ia construindo a sua moral à proporção que caminhava. Vindo uma mulher de bela aparência queixar-se de que um dos seus oficiais lhe havia matado o marido a fim de possuí-la, Iyeyasu mandou que o oficial se destripasse e fez da queixosa sua concubina.[52] Como Sócrates, considerava a sabedoria a única virtude, e deixou algumas das suas idéias no testamento intelectual que a família abriu depois de sua morte.

> A vida é uma longa jornada feita com carga ao ombro. Anda devagar e com firmeza para que não tropeces. Persuade-te de que a imperfeição e a inconveniência são coisas naturais nos homens, e não te desesperarás. Quando a ambição te morder o coração, recorda os dias de miséria que tiveste. A paciência é a raiz da calma e da segurança. Considera a cólera como tua inimiga. Infeliz de ti, se só conheceres a vitória e não também a derrota! Descobre defeitos em ti mesmo antes que nos outros.[53]

Havendo conquistado o poder pelas armas, decidiu que o Japão não tinha necessidade de mais guerra, e devotou-se à vida de paz e virtude. Para curar os samurais de seus hábitos belicosos, induziu-os ao estudo da literatura e da filosofia, e a contribuírem para as artes; isso fez que o militarismo decaísse e a cultura prosperasse. "O povo", escreveu ele, "é o fundamento do Império";[54] invocou a "especial comiseração" dos seus sucessores para com "as viúvas, órfãos e solitários". Mas não tinha predisposições democráticas: considerava a insubordinação o maior dos crimes; um "companheiro" que saísse das fileiras tinha de ser abatido no local, e toda a família do rebelde era castigada com a morte.[55] Em seu parecer a ordem feudal era o melhor que podia existir para as criaturas humanas em sociedade; trazia o equilíbrio entre o poder central e o local, estabelecia um sistema econômico natural e preservava a continuidade social sem o recurso à autoridade despótica. E cumpre admitir que Iyeyasu organizou a mais perfeita forma de governo feudal já conhecida.[56]

A exemplo de muitos estadistas, considerava a religião um dos elementos da disciplina social e lamentava que a variedade de fés humanas destruísse metade deste bem com a desordem dos credos hostis. Para a sua mentalidade essencialmente política, a fé tradicional dos japoneses — mistura de xintoísmo e budismo — era precioso laço cimentador da unidade racial e moral; e conquanto, no começo, olhasse o cristianis-

mo com a largueza de vistas de Akbar, impressionou-se com a intolerância dos missionários e a discórdia que as controvérsias cristãs lançavam até entre seus próprios seguidores. Por fim descobriu que os missionários eram freqüentemente usados como vanguardeiros dos conquistadores, e aqui e ali conspiravam contra o Estado japonês.[57] (Em 1596 um galeão espanhol, impelido por barcos japoneses a entrar num porto japonês, bateu contra um recife e foi pilhado pelo governador da terra, em virtude da lei que permitia às autoridades a apropriação dos barcos dados à costa. Landecho, o piloto ultrajado, protestou perante o Ministro de Obras, Masuda, o qual lhe perguntou como a Igreja Cristã havia conquistado tantas terras; Landecho, mais marinheiro do que diplomata, respondeu: "Nossos reis começam mandando aos países que querem conquistar levas de *religiosos*, os quais induzem o povo a abraçar a nossa religião; depois que já há muitos adeptos, mandam tropas — e o resto não é difícil".)[58] Em 1614 proibiu a prática do cristianismo no Japão e ordenou aos convertidos que abandonassem essa religião ou se retirassem do país. Muitos sacerdotes infringiram o decreto e foram presos. Nenhum foi executado durante a vida de Iyeyasu; mas depois de sua morte a fúria dos burocratas se voltou contra eles. Em 1638, 37.000 cristãos da península de Shimabara fortificaram-se e fizeram uma última tentativa em prol da liberdade de culto. Iyemitsu, neto de Iyeyasu, enviou contra eles forças que os dominaram depois de três meses de assédio; só 105 escaparam à chacina.

Iyeyasu e Shakespeare foram contemporâneos e morreram no mesmo ano. O valente xógum deixou o governo a seu filho Hidetada, com um bom conselho: "Cuida do povo. Sê virtuoso. Nunca deixes de proteger o país." E para os nobres que lhe rodeavam o leito endereçou palavras na melhor tradição de Confúcio e Mêncio: "Sinto-me inquieto quanto ao futuro do Estado. Se meus sucessores cometerem graves faltas na administração, tomai conta dos negócios. O país não é propriedade de um homem, mas da nação. Se meus descendentes perderem o poder por agirem mal, eu os não lamentarei."[59]

Seus descendentes conduziram-se muito melhor do que era de esperar dos monarcas da época. Hidetada não passou de uma inofensiva mediocridade, mas Yemitsu revelou-se forte, e suprimiu energicamente um movimento para restaurar o pleno poder dos imperadores. Tsunayoshi derramou proteção sobre os homens de letras e as escolas de pintura rivais, Kano e Tosa, que opulentavam a idade *Genroku* (1688-1703). Yoshimune deu-se ao propósito, sempre recorrente, de abolir a pobreza, e justamente quando o tesouro estava em *deficit*. Tomou empréstimos das classes comerciais, condenou a extravagância dos ricos, e estoicamente reduziu as despesas públicas; chegou até a afastar 50 das mais lindas damas da corte. Vestia-se de algodão, dormia em catre de camponês e tinha a mais simples das mesas. Em frente ao palácio do Supremo Tribunal mandou colocar uma caixa, como as postais, em que todo mundo podia depositar suas queixas em relação ao governo. Uma delas, feita por um Yamashita, abrangia a administração inteira. Yoshimune fez ler o documento em público e deu ao autor um valioso prêmio.[60]

Lafcadio Heran considera que "o período Tokugawa foi o mais feliz da longa vida da nação".[61] A História, conquanto não possa ter segurança no conhecimento do passado, também se inclina a este juízo. Quem poderá suspeitar, vendo o excitado Japão de hoje, que há somente um século ali vivia um povo pobre mas contente, gozando longa época de sossego sob o governo de uma classe militar e colocando os seus mais altos objetivos na literatura e na arte?

CAPÍTULO XXIX

Os Alicerces Morais e Políticos

Visualização

SE, agora, procuramos figurar-nos o Japão que morreu em 1853, temos de nos lembrar que é tão difícil combater como compreender um povo separado de nós por cinco mil milhas de distância — e distância em cor e língua, em governo e religião, em maneiras e moral, em caráter e ideal, em literatura e arte. Lafcádio conseguiu maior intimidade com o Japão do que qualquer outro escritor do seu tempo, e ainda assim fala da "imensa dificuldade de perceber e compreender o que está sob a superfície da vida japonesa".[1] "O que sabeis, de nós", diz um genial ensaísta nipônico, "baseia-se em magras traduções da nossa imensa literatura, se não apenas em anedotas de viajantes que nos viram de passagem. (...) Nós, asiáticos, freqüentemente nos assombramos com a curiosa teia de fatos e fantasias criados a nosso respeito. Pintam-nos ou como vivendo no perfume do lótus ou entre piolhos e baratas."[2] O que se segue, portanto, é uma visualização aproximativa, baseada em nosso muito breve contato com a civilização japonesa e o seu caráter; cada leitor poderá corrigi-la com a experiência pessoal que possua. A primeira lição da filosofia é que todos nós podemos estar errados.

I. O SAMURAI

O imperador impotente — Os poderes do xógum — A espada do samurai — O código do samurai — Haraquiri
Os Quarenta e Sete Ronin — *Comutação de sentença*

Na chefia da nação estava teoricamente o divino imperador. A casa realmente reinante — o xogunato hereditário — assegurava ao soberano e à sua corte, por ano, 25.000 dólares para manter a preciosa ficção do governo ininterrupto. (Soma provavelmente com o mesmo poder aquisitivo de 250.000 dólares de hoje.) Muitos membros da corte sustentavam-se com indústrias caseiras — uns faziam guarda-sóis; outros, palitos; outros, pauzinhos de comer ou cartas de jogar. Os xóguns Tokugawas tinham como princípio não dar nenhuma autoridade ao imperador, isolá-lo do povo, rodeá-lo de mulheres e enfraquecê-lo na efeminação e na indolência. De bom grado a família imperial desistia de qualquer poder, contentando-se em ditar a moda aristocrática.[3]

Enquanto isso, o xóguns comparticipava da lenta acumulação da riqueza pública e assumia prerrogativas que normalmente eram da alçada dos imperadores. Quando passava de palanquim pelas ruas, a polícia exigia que todas as portas e janelas do trajeto se fechassem, todos os fogos fossem apagados, todos os cães e gatos trancados; o povo em trânsito tinha de ajoelhar-se, com a cabeça nas mãos e as mãos encostadas ao solo.[4] O xógum usava copiosa comitiva, inclusive quatro bufões e oito damas cultas,

hábeis em entretê-lo sem reservas.[5] Era aconselhado por um gabinete de 12 membros: um "Grande Sênior", cinco "Seniores" ou ministros e seis "Sub-Seniores", que formavam um "Conselho Júnior". Como na China, o Corpo de Censores superintendia toda a máquina da administração, e vigiava os senhores feudais. Esses senhores, ou *Daimyos* (Grandes Nomes), formalmente só reconheciam lealdade ao imperador; e alguns deles, como a família Shimadzu, que governava Satsuma, com muita eficácia limitaram a autoridade do xógum e finalmente a suprimiram.

Abaixo dos senhores estavam os baronetes e abaixo destes os cavaleiros; e a serviço dos senhores havia para mais de um milhão de samurais — ou guardas armados. O princípio básico da sociedade feudal japonesa consistia em que cada cavaleiro era um soldado e cada soldado um cavaleiro;[6] nisto residia a mais aguda diferença entre o Japão e a pacífica China, a qual preferia que, em vez de guerreiro, cada cavaleiro fosse um sábio. Embora gostassem de novelas truculentas, como o *Romance dos Três Reinos*, os samurais desprezavam a cultura e apodavam o sábio de "tolo com cheiro de livro".[7] Possuíam muitos privilégios: isenção de taxas, uma quota fixa do arroz do barão a quem serviam; e nada lhes era exigido salvo morrer pelo país quando fosse necessário. Olhavam para o amor como algo gentil, mas preferiam a amizade grega; faziam da capangagem e do jogo o seu negócio, e para conservar as espadas no ponto pagavam aos carrascos para que lhes fosse permitido cortar a cabeça dos condenados.[8] A espada, disse Iyeyasu, "é a alma do samurai"; e constantemente ela saía da bainha, apesar da longa paz em que vivia o Japão. O samurai tinha o direito de matar qualquer pessoa[9] das classes baixas que o ofendesse; e querendo experimentar uma espada nova, podia fazê-lo num mendigo ou num cachorro.[10] "Certo famoso espadachim, havendo obtido uma espada nova", diz Longford, "foi para a ponte central de Yedo em busca de oportunidade para prová-la. Dali a instantes, surgiu um camponês gordo, alegrado pela bebida; o espadachim aplicou-lhe de maneira tão efetiva o *nashi-wari* ("abrir a pêra ao meio"), que o fendeu de alto a baixo. O homem ainda deu uns passos, no impulso em que vinha, até que esbarrou num cule e caiu aberto em duas metades."[11] A diferença é de conseqüências tão triviais quão assombrosa é para os filósofos a distinção entre o Uno e o Múltiplo.

Os samurais faziam outras proezas além destas de transformar tempo em eternidade. Seguiam um severo código de honra, o *Bushido*, ou o Caminho do Cavaleiro — cuja idéia central era a definição da virtude; "o poder de, sem vacilar, decidir-se, de acordo com a razão; a ação de morrer quando o justo for morrer; de matar quando o justo for matar".[12] Eram julgados segundo esse código, mais severo do que a lei comum.[13] Desprezavam a indústria e o comércio, e recusavam-se a lidar com dinheiro — nem sequer o contavam; raramente quebravam a palavra e prontamente arriscavam a vida por qualquer coisa, pessoa ou causa que com justiça apelasse para o seu concurso. Faziam da vida sóbria um princípio; limitavam-se a uma refeição diária, sem preferência por nenhum alimento em particular. Padeciam a dor em silêncio e suprimiam todas as manifestações de emoção; suas mulheres eram ensinadas a rejubilar-se com a notícia da morte do esposo no campo de batalha.[14] Não reconheciam nenhum dever além da lealdade para com os superiores; lealdade que no código de honra estava acima até do amor filial ou paternal. Era comum, quando o senhor morria, o samurai destripar-se, a fim de servi-lo e protegê-lo no outro mundo. Quando o xógum Iyemitsu estava para morrer, em 1651, lembrou a seu primeiro-ministro Hotto a obrigação em que este se achava de acompanhá-lo no túmulo. Sem dizer uma

palavra, Hotto matou-se, e vários outros subordinados o imitaram.[15] Quando o Imperador Mutsuhito morreu, em 1912, o general Nogi e a esposa praticaram o suicídio por lealdade.[16] A coragem, o ascetismo e o autodomínio exigidos pelo código dos samurais não encontram paralelo nem mesmo entre as tradições dos melhores guerreiros romanos.

A lei final do *Bushido* era o haraquiri — suicídio pelo destripamento. Inúmeras foram as ocasiões em que o código exigia tal suicídio, de modo que os casos se multiplicavam a ponto de ninguém lhes dar atenção. Se um homem de posição era condenado à morte, podia, por graça do soberano, cortar a barriga da esquerda para a direita e depois para baixo, até a pélvis, com a espadinha que para esse fim sempre trazia consigo. "Haraquiri" quer dizer "corte da barriga"; é uma expressão raramente usada pelos japoneses, que preferem o *seppuku*. Quando em 1895 o Japão cedeu à pressão européia e abandonou Liaotung, em sinal de protesto, 40 militares praticaram o haraquiri. Durante a guerra de 1905 muitos oficiais e marinheiros da esquadra japonesa preferiram matar-se a entregar-se aos russos. Se um superior ofendia um samurai, este ia desventrar-se à sua porta. A arte do *seppuku*, muito ritualista, formava um dos pontos básicos da educação do jovem samurai; e o último serviço que um amigo podia prestar a outro era cortar-lhe a cabeça ao vê-lo desventrado.[17] Provém em parte deste treino o desprezo pela morte mostrado pelos militares japoneses. (Era proibido o haraquiri às mulheres e aos plebeus; às mulheres competia praticar o *jigaki*, isto é, em protesto contra uma ofensa, podiam, cortando a carótida, degolar-se de um só golpe. Cada mulher de qualidade recebia ensino técnico sobre o melhor modo de cortar a garganta; tinha de atar as pernas para que o corpo não fosse encontrado em posição inconveniente.)[18]

O homicídio, como o suicídio, podia em certos casos substituir a lei. O Japão feudal economizava na polícia, não só tendo muitos bonzos, como permitindo ao filho ou irmão do assassinado vingar-se por suas próprias mãos; e este reconhecimento do direito de vingança encheu metade das novelas e peças da literatura japonesa, e evitou a perpetração de muitos crimes. O samurai, entretanto, tinha de suicidar-se pelo haraquiri depois de exercida essa vingança pessoal. Quando os famosos Quarenta e Sete *Ronin*, para vingar uma morte, cortaram, com mil desculpas e a maior cortesia, a cabeça de Kotsuké, recolheram-se com toda a dignidade a um sítio indicado pelo xógum e suicidaram-se em massa (1708). Os sacerdotes entregaram a cabeça de Kotsuké aos membros de sua comitiva, recebendo esta simples nota:

> Memorando.
> Item: uma cabeça.
> Item: um embrulho.
> Declaramos haver recebido os artigos acima mencionados.
>
> (Assinado) Sayada Mogobai
> Saito Kunai

Temos aqui o mais famoso e típico evento da história do Japão e um dos mais significativos para a compreensão do caráter japonês. Seus protagonistas ainda são considerados heróis e santos pelo povo; até hoje mãos piedosas enfeitam-lhes os túmulos e queimam incenso ao redor.[19]

Lá pelo fim da regência Iyeyasu, dois irmãos, Sakon e Naikim, de 24 e 17 anos respectivamente, conspiraram para, em vingança, matar o xógum. Foram presos e condenados à morte, mas tanto se impressionou Iyeyasu com a coragem de ambos, que lhes comutou a sentença, autorizando-os a praticarem o haraquiri, e de acordo com os costumes incluiu no misericordioso decreto Hachimaro, menino de oito anos, irmão dos culpados. O médico que atendeu ao sacrifício deixou-nos a descrição da cena.

> Quando todos se sentaram para o ato final, Sakon voltou-se para o irmão mais moço e disse: "Vai tu primeiro, porque quero ficar seguro de que o fizeste na regra." O pequeno respondeu que, nunca tendo visto praticar o *seppuku*, desejava assistir à operação em seus dois irmãos, antes de praticá-la em si. O mais velho sorriu entre lágrimas e falou: "Bem pensado, irmãozinho", e colocou-o em posição de presenciar a cena. Sakon cravou a adaga do lado esquerdo. "Estás vendo, irmão? Compreendes? Mas não leves a adaga com muita rapidez, para não caíres para trás. Antes te inclines para a frente e conserves os joelhos juntos." Naiki fez o mesmo e recomendou ao rapazinho: "Conserva os olhos abertos, ou ficarás parecendo uma mulher moribunda. Se tua adaga esbarrar em qualquer coisa lá dentro e tua mão perder a força, enche-te de coragem e redobra o esforço até varar o obstáculo." O menino manteve os olhos fixos ora num, ora noutro, e quando ambos expiraram calmamente despiu-se e fez o mesmo.[20]

II. A LEI

O primeiro código — Responsabilidade do grupo — Penas

O sistema legal do Japão era um vigoroso suplemento ao homicídio privado e à vingança. Tinha origem, parte nos antigos usos do povo, parte nos códigos chineses do século XVII; a lei acompanhou a religião na migração cultural da China para o Japão.[21] *Tenshi Tenno* começou a formular um sistema de leis que só se completou em 702 sob o jovem Imperador Mommu. Na época feudal este e outros códigos caíram em desuso e cada feudo fez as suas leis próprias; os samurais não reconheciam nenhuma, afora os decretos de seu *Daimyo*.[22]

Até 1721 era costume no Japão fazer toda a família responsável pela conduta de cada membro e, em muitas localidades, dividir cada família num grupo de cinco com a responsabilidade de todos. Se um homem era condenado a ser crucificado ou queimado, seus filhos adultos eram executados juntamente com ele, enquanto os filhos menores eram banidos.[23] O ordálio era usado, e a tortura, nas formas menos cruéis, perdurou até nossos tempos. Os japoneses empregavam contra alguns cristãos a tortura do cavalete, em vingativa cópia da Inquisição; mas freqüentemente amarravam com cordas a vítima, em posição constrangida, de modo que o sofrimento fosse aumentado de instante em instante.[24] Usavam com freqüência a chibata nos casos menores e a morte em grande número de crimes. O Imperador Shomu (724-56) aboliu a pena capital, mas decretou que os ladrões seriam flagelados em público até a morte.[25] A pena capital também tomou a forma do estrangulamento, da decapitação, da crucificação, do esquartejamento, da queima ou cozimento da vítima em óleo.[26] Iyeyasu aboliu o velho costume de despedaçar a vítima por meio de dois touros que a puxavam em direções contrárias, ou de amarrá-la no alto de um poste em lugar público e convidar os passantes a serrá-la.[27] Iyeyasu declarou que o freqüente recurso às penas

severas não provava a criminalidade do povo, mas a corrupção e incompetência dos funcionários.[28] Yoshimune impressionou-se de ver as prisões de seu tempo sem instalações sanitárias; de ver que havia prisioneiros com processos atrasados de dezesseis anos, com as acusações contra eles já esquecidas e as testemunhas mortas.[29] O mais esclarecido dos xóguns reformou as prisões, melhorou a justiça, aboliu a responsabilidade da família e trabalhou com afinco, durante anos, para formular a primeira codificação de leis feudais (1721)

III. OS TRABALHADORES DO CAMPO

Castas — Experiências de nacionalização das terras — Fixação dos salários — Fome — Indústrias manuais — Operários e corporações

Na era imperial a sociedade dividia-se em oito *sei* ou castas; na era feudal a divisão se reduziu a quatro classes: samurais, operários. camponeses e mercadores, estes ocupando o último lugar. Abaixo dessas classes havia uma grande massa de escravos, talvez 5 por cento da população, composta de criminosos, prisioneiros de guerra, crianças raptadas ou vendidas por seus pais,[30] costume abolido em 1699.[31] E mais abaixo ainda situava-se a classe dos párias, conhecidos como os *Etas*; os budistas japoneses os desprezavam por trabalharem como carniceiros, tanoeiros ou lixeiros.[32]

A grande massa da população (que nos tempos do Yoshimune chegava a 30 milhões) era composta de proprietários camponeses, que cultivavam intensamente a pequena parte das terras japonesas que se prestam à cultura — um oitavo da área total. No período Nara o Estado nacionalizou a terra, e arrendou-a a camponeses por seis anos ou, no máximo, até a morte; a experiência terminou com o retorno à propriedade privada e o financiamento oficial das culturas.[33] A despeito deste auxílio, a vida do agricultor não era folgada, sobretudo por causa das reduzidas dimensões dos lotes; desde os tempos feudais, uma milha quadrada de terra tinha de sustentar dois mil homens.[34] O trabalhador do solo contribuía anualmente para o Estado com 30 dias de trabalho obrigatório durante os quais a morte era o castigo para um momento de repouso.[35] (Durante os meses de julho e agosto era permitida uma sesta do meio-dia até as quatro horas. Os trabalhadores doentes eram alimentados pelo Estado, que também fornecia caixões abertos para aqueles que morriam durante a corvéia.)[36]

No século VII o governo tirava ao camponês, sob forma de taxas, 6 por cento do produto das colheitas; no século XII, 72 por cento; no século XIX, 40 por cento.[37] Os instrumentos agrícolas eram dos mais simples; o vestuário, leve no inverno e praticamente nenhum no verão; a mobília, um caixão de arroz, umas vasilhas e os pauzinhos de comer; a casa, coisa tão ligeira que em meia semana a construíam.[38] De vez em quando o terremoto arrasava tudo ou a fome esvaziava os casebres. Se o campônio trabalhava assalariado, o seu salário era fixado pelo governo;[39] mas mesmo assim cruelmente baixo. Num famoso livro japonês — o *Hojoki*, de Kamo Chomei — o autor descreve o terremoto, a fome e o incêndio que quase destruíram totalmente Quioto entre 1177 e 1185. Seu testemunho da fome de 1181 é um trecho clássico na prosa japonesa.

> Em todas as províncias o povo deixava suas terras e saía à procura de salvação, ou abandonava as casas para ir viver nas montanhas. Rezava, sem sucesso, toda sorte de

orações. (...) Os habitantes da capital ofereciam os mais valiosos bens em troca de víveres, mas ninguém aceitava o negócio... Mendicantes enxameavam pelas estradas, e aos nossos ouvidos só chegavam lamentações.(....) Todo mundo morria de fome; e com o passar dos dias nossa condição ficou desesperadora como a dos peixes da lagoa que secou. Por fim até gente respeitável, de chapéu e bem calçada, ia de porta em porta, pedindo como os mendigos. Às vezes, quando ficávamos considerando como é que certas criaturas ainda podiam andar, elas caíam diante de nossos olhos. Junto aos muros ou nas estradas, inúmeras pessoas jaziam mortas pela fome, e como ninguém removesse os cadáveres o ar fedia de um modo horrível. Corpos em tal estado que os olhos não suportavam a visão.(....) Muita gente desmanchava as suas casas e vendia no mercado o material. Era estranho ver naquelas madeiras peças entalhadas, embrechadas de prata e ouro.(....) Quadro doloroso, o dos casais que se amavam e em que o de maior devoção para com o outro morria primeiro. Razão: ceder ao outro todas as migalhas que tinha a sorte de obter. O comum era os pais morrerem antes dos filhos. Viam-se crianças agarradas ao seio das mães, não sabendo que elas já estavam mortas.(....) Só na parte central de Quioto morreram no quarto e no quinto mês 42.300 pessoas.[40]

Contrastando com este brutal interlúdio temos o quadro visto por Kaempfer em Quioto, em 1691:

Quioto é a grande feira das manufaturas japonesas e o principal centro comercial do Império. Não haverá uma só casa em que não se façam ou se vendam coisas. Refina-se o cobre, cunham-se moedas, imprimem-se livros, tecem-se os mais ricos panos com flores de prata e ouro. As melhores e mais raras tintas, os mais artísticos entalhes, toda sorte de instrumentos de música, pinturas, biombos, mesinhas, secretárias, toda sorte de coisas trabalhadas em metais, sobretudo em aço, fazem-se em Quioto, na maior perfeição, como também se fazem as mais ricas vestes da última moda; e toda sorte de brinquedos, bonecas que movem a cabeça por si mesmas e coisas demais para caberem aqui. Nada que um homem imagine deixará de encontrar em Quioto.(....) Poucas casas haverá na cidade onde não haja qualquer objeto para vender e eu só me admirava de que existissem fregueses para tanta coisa.[41]

Todas as artes e indústrias da China já tinham sido, de longa data, introduzidas no Japão; e assim como hoje o Japão começa a exceder seus mestres do ocidente em economia e eficiência mecânica,[42] assim também durante o xogunato Tokugawa os artistas e artesãos japoneses começaram a exceder os da China e da Coréia, que haviam sido os seus instrutores. A maior parte do trabalho era feito em casa, à maneira medieval européia, por famílias que de pais a filhos iam transmitindo os seus segredos técnicos; e, como também em nossa Idade Média, grandes corporações se formaram, não só de simples trabalhadores como de mestres e contramestres, os quais, sem piedade, exploravam àqueles e ciosamente restringiam a entrada de novos membros nas corporações.[43] Uma das mais poderosas era a dos cambistas, que aceitava depósitos de dinheiro, emitia cambiais e notas promissórias, fazia empréstimos ao comércio, à indústria, ao governo, e acabou realizando todas as funções inerentes às finanças.[44] Ricos mercadores e financistas alçaram-se à maior proeminência nas cidades e com olhos ciumentos olhavam para o exclusivismo do poder político nas mãos de uma orgulhosa aristocracia feudal. Na era Tokugawa, a riqueza foi crescendo lentamente e, por fim, passou a cooperar com os ocidentais no rompimento da casca do velho Japão.

IV. O POVO

Estatura — Cosméticos — Costumes — Regime alimentar — Etiqueta — O sake *— A Cerimônia do chá — A cerimônia da flor — Amor à natureza — Jardins — Lares*

Este povo de tanta significação política no mundo moderno é composto de homens de modesta estatura, com a média de 1,61m de altura, e mulheres de 1,50m. Um dos seus maiores guerreiros, Tamura Maro, era um "homem de agradável aspecto (....) com 1,65m de altura".[45] Supõem alguns cientistas que essa baixa estatura se deva à insuficiência de cálcio na alimentação japonesa, decorrente da falta de leite; a criação de gado é impossível em território tão densamente povoado;[46] mas esta teoria, como aliás todas em dietética, não passa de hipótese. As mulheres parecem fracas e frágeis, mas provavelmente sua energia, como a dos homens, é mais nervosa do que física e só se revela nas grandes emergências. Sua beleza está tanto na expressão e modo de se conduzirem como nas feições; a graça da mulher japonesa é um típico produto da arte nipônica.

A arte cosmética mostra-se antiga no Japão, como em toda parte; mesmo nos recuados dias de liderança de Quioto, cada homem qualificado usava ruge e pó-de-arroz, perfumava-se e trazia sempre consigo o espelho.[47] O pó-de-arroz foi sempre usado pelas mulheres. No seu "Desenho de Almofadas" (991 d.C.) a senhora Sei Shonagon diz gravemente: "Baixei a cabeça e ocultei o rosto na manga, com o risco de estragar o pó-de-arroz e exibir depois um rosto manchado."[48] Damas da moda coravam as faces, coloriam as unhas e muitas vezes pintavam de dourado o lábio inferior; para a toalete completa, eram necessários 16 artigos no século XVII e 20 no XVIII. Admitiam-se 15 estilos de penteado de frente e doze de trás; as sobrancelhas eram rapadas; em seu lugar pintavam "luas crescentes", ou substituíam-nas por duas pequenas manchas negras, bem alto, para harmonia com os dentes artificialmente enegrecidos. Compor a arquitetura de um penteado era coisa importante, que tomava de duas a seis horas de trabalho. Na era heiana, a maioria dos homens rapava na cabeça uma coroa e reunia o resto do cabelo em rabicho. Barbas, embora ralas, eram de necessidade; os que não as possuíam usavam-nas falsas, e nas visitas ofereciam-se aos hóspedes ferros de frisar.[49]

O vestuário japonês na era Nara imitava o chinês — calças, túnicas e manto justo. No período Quioto o manto se tornou mais folgado e múltiplo; tanto homens como mulheres usavam de dois a 20, superpostos, cujas cores dependiam da posição social de quem os trazia e eram de muito efeito cromático nas mangas. Nos dias de chuva e neve usavam sandálias com suportes de madeira de uma polegada ou mais de altura. Na era Tokugawa a moda de vestir tornou-se tão extravagante que os xóguns ingenuamente procuraram combatê-la por meio de leis suntuárias; foram proibidas calças e meias de seda bordadas e também certos penteados, e tempo houve em que a polícia detinha quem quer que usasse trajes finos nas ruas. Eram leis ocasionalmente obedecidas mas em regra contornadas.[50] Por fim o furor pela absurda pluralidade dos mantos esmoreceu e o japonês tornou-se um dos povos de vestuário mais simples e de mais gosto.

Também não era excedido por nenhum outro em hábitos de limpeza. Entre as pessoas de posses, as roupas se trocavam três vezes diariamente; e tanto pobres como ricos não dispensavam o seu banho diário.[51] (Em 1905 Tóquio possuía 1.100 banhos públicos, nos quais meio milhão de pessoas se banhava diariamente, ao custo de um centavo e pouco.)[52] Nas aldeias, durante o verão, gente banhava-se em tinas na rua, enquanto conversava com os vizinhos.[53] Banhos quentes a 43° C eram usados no inverno para combater o frio. A alimentação era simples e sadia; velhas crônicas chinesas dão conta de que os japoneses constituíam "uma raça de vida longa, abundante em velhos centenários".[54] O alimento popular consistia em arroz, ao qual adicionavam peixe, vegetais, algas, frutas e carne, conforme as posses de cada um. A carne, rara nas mesas comuns, só era usada com freqüência pelos aristocratas e militares. Sob o regime do arroz e de um pouco de peixe, o cule desenvolvia bons pulmões e músculos rijos, podendo correr sem grande inconveniência de 80 a 128 quilômetros em 24 horas; quando acrescentava carne à alimentação, perdia essa capacidade.[55] (Por outro lado, os japoneses que adotam vida sedentária e continuam no mesmo regime do arroz estão sucumbindo vítimas de distúrbios gástricos.)[56] Os imperadores do período Quioto fizeram piedosos esforços para impor as leis budistas contra a matança de animais; mas quando o povo verificou que secretamente os sacerdotes violavam essas leis, passou a considerar a carne como um petisco e sempre que podia usava-a em excesso.[57]

Para os japoneses, como para os chineses e franceses, a cozinha requintada era um dos encantos da civilização. Os amigos da boa mesa, como os artistas e filósofos, dividiam-se em escolas hostis, digladiavam-se com receitas culinárias em vez de lanças. A mesa tornou-se alto tão importante como a religião; a etiqueta prescrevia a ordem e a quantidade dos pratos, bem como o modo de os comensais se manterem nas diferentes fases de uma refeição. As damas não podiam deixar escapar o menor ruído ao comer ou beber; mas os homens tinham de demonstrar sua apreciação dos petiscos por meio de alguns graciosos arrotos.[58] A mesa ficava a poucas polegadas do chão, com os comensais sentados à sua volta, de pernas cruzadas; ou então sentados em torno da esteira em que eram colocados os pratos. A refeição começava com um aperitivo quente, de vinho de arroz — e o poeta Tahito, lá pelo século XVII, declarou que o *sake* era única solução para todos os problemas da vida.

Aquilo que antigamente
Sete sábios procuraram,
Não há dúvida, era o *sake*.

Em vez de, com grave aspecto,
Solene falar em público,
Quão melhor beber o *sake*
E, ébrio, gritar bem alto!

Já que a morte vem pra todos
Cultivemos a alegria
Enquanto estamos vivos

A própria jóia que brilha
Não vale a levitação
Que o beber *sake* nos dá.[59]

Mais sagrado que o *sake*, para a aristocracia, era o chá. Essa graciosa correção da ausência de sabor da água quente foi introduzida no Japão em 805, via China, mas falhou; só venceu em 1191. A princípio o povo refugou as folhas do chá como um veneno, e não quis saber dele; depois, quando umas tantas xícaras de chá aliviaram a res-

saca de um xógum embriagado com *sake*, os japoneses admitiram-lhe o valor. O alto preço da bebida aumentava seu encanto; minúsculos recipientes para chá eram ofertados como preciosidades, mesmo como recompensa aos feitos dos grandes guerreiros; a gente afortunada reunia amigos para saborear a bebida dos reis. Os japoneses criaram um gracioso e complexo cerimonial para o chá, e Rikyu fixou seis regras invioláveis que elevaram essa bebida a uma espécie de deidade. O sinal de aviso aos hóspedes de que o chá estava servido tinha de ser dado com matraca de certa madeira; a bacia de abluções devia estar sempre cheia de água pura; qualquer hóspede que não se harmonizasse com o ambiente retirava-se, e de modo mais sorrateiro possível; nenhuma conversa fútil era admitida, somente temas da mais alta nobreza; palavras de orgulho ou lisonja não saíam de nenhum lábio; e a festa não podia passar de quatro horas. Não se usavam bules nessas *Cha-no-yu*, ou reuniões de "água quente para chá". As folhas eram colocadas numa taça de fino lavor e a água despejada em cima; a taça ia passando de hóspede a hóspede; cada qual enxugava-lhe a beirada com o guardanapo e bebia um gole. Depois da última gota sorvida pelo último degustador, a taça voltava de mão em mão, para ser admirada e criticada esteticamente.[60] Esse costume estimulou a arte da cerâmica levando-a a produzir verdadeiras obras-primas, e ajudou os japoneses a construir os seus hábitos de cortesia e amabilidade. (A produção do chá é hoje uma das grandes riquezas do Japão. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais parece ter levado à Europa o primeiro chá em 1610, vendendo-o ao preço de $4 a libra, e Jonas Hanway, em 1756, acusou os europeus de estarem perdendo a altura, e as mulheres de estarem perdendo a beleza, em conseqüência do muito chá que bebiam, e os reformadores denunciaram o costume como imundo barbarismo.[61])

As flores também se tornaram um dos cultos do Japão; e a elas Rikyu deu a mesma atenção que era dada ao chá. Ao saber que Hideyoshi viria visitar sua famosa coleção de crisântemos, Rikyu destruiu todas as flores do jardim, exceto uma, de modo que essa brilhasse irrivalizada diante dos olhos do terrível xógum.[62] (O *Taiko* e o Mestre do Chá consideravam-se mutuamente gênios. O primeiro acusou o outro de desonestidade, e foi por sua vez acusado de ter seduzido a filha de Rikyu — o qual, no fim, praticou o haraquiri.[63]) A arte da floricultura cresceu ligada ao "chaísmo" dos séculos XV e XVI até tornar-se no século XVII uma devoção autônoma. "Mestres de flores" surgiram, os quais ensinavam como cultivá-las e dispô-las na casa. Não bastava admirar as flores, diziam eles; era necessário considerar o mimo das folhas, dos botões, dos caules; e instruíam sobre como agrupá-las de modo a somar ao efeito das cores os efeitos de desenho.[64] Chá, flores, poesia e dança tornaram-se altas excelências femininas na aristocracia do Japão.

As flores constituem o culto dos japoneses; eles as adoram com fervor sacrificial e unanimidade nacional. Enlevam-se com a aproximação das floradas, e quando, por uma semana ou duas, em abril, as cerejeiras florescem, todo o Japão interrompe o trabalho para admirá-las ou fazer peregrinações aos sítios onde o milagre é mais abundante e completo. (Idênticas peregrinações são feitas para apreciar no outono a beleza da queda das folhas.) Cultivam a cerejeira menos pelas cerejas do que pelas flores — emblema do fiel guerreiro pronto para morrer pela sua terra.[65] Os criminosos a caminho do patíbulo às vezes param e pedem uma flor.[66] Lindo poema da poetisa Chyio conta de uma jovem que, indo buscar água num poço e encontrando o balde enleado por um ramo de campainhas, dirigiu-se a outro para não magoar a delicadeza daque-

las folhinhas nascentes.[67] "O coração do homem", diz Tsurayuki, "nunca pode ser compreendido; mas na minha aldeia as flores soltam seu perfume como sempre o fizeram."[68] Estas simples linhas figuram entre os maiores poemas japoneses, porque exprimem, em forma perfeita, uma profunda característica da raça e uma das raras conclusões da filosofia.

Jamais outro povo mostrou tanto amor à natureza; em parte nenhuma homens e mulheres aceitaram tão completamente os estados de alma da terra, do céu, do mar; em parte nenhuma cuidaram mais carinhosamente dos jardins, ou nutriram melhor as plantas, ou com elas adornaram as casas. O Japão não teve necessidade de esperar por um Rousseau ou um Wordsworth para dizer da sublimidade das montanhas ou da beleza dos lagos. Não existe uma casa no Japão sem um vaso de flor, nem na literatura japonesa um poema sem paisagem. Dizia Oscar Wilde que a Inglaterra nunca se bateria com a França por causa da linda prosa que a França escrevia; assim também os Estados Unidos devem, no fim, consolidar a paz com uma nação que dessa forma ama a beleza — que a ama tanto quanto ao poder.

A arte dos jardins veio da China com o budismo e o chá; mas também aqui os japoneses enriqueceram o que a princípio não passava de imitação. Descobriram um valor estético na ausência de simetria e um novo encanto nas formas não previstas; fizeram árvores e moitas anãs, para que suas raízes coubessem em um vaso; e com endiabrado humor conformaram-nas de modo a, dentro de um jardim, representarem as árvores torturadas das zonas tempestuosas; trouxeram da cratera dos vulcões e das pedranceiras do mar as pedras e os blocos metálicos de fusões mais estranhas, para compor pequeninos pesadelos nos jardins, que foram cruzados por canais, riachos e pontes, dando idéia de projeções naturais da natureza envolvente; cavaram pequenos lagos onde abundavam plantinhas aquáticas; e através dessas variadas formações traçaram discretas sendas conduzindo a discretos retiros sombreados.

Se os recursos o permitiam, os japoneses ligavam suas casas aos jardins, não os jardins às casas. As casas eram frágeis, mas graciosas; a freqüência dos terremotos fazia das grandes construções um perigo; mas o carpinteiro sabia como ligar as traves e usar a madeira em formas esteticamente perfeitas e únicas em arquitetura. Nada de cortinas, sofás, camas, mesas, cadeiras ou esses excessos ornamentais dos ricos sem gosto; em uma alcova, um florido ramo de cerejeira; em uma parede, uma seda como pintura ou um belo espécime de caligrafia; sobre a esteira que cobre o assoalho, uma almofada, com estante de um lado e um repouso de braço do outro; e, ocultos num móvel, acolchoados e cobertas, que eram estendidos no chão quando chegava a hora de dormir. Dentro dessa modesta moldura ou na frágil cabana do camponês, vivia a família japonesa, e através de todas as tempestades da guerra e da revolução, da corrupção política, das lutas religiosas conduzia a vida e a civilização das Ilhas Sagradas.

V. A FAMÍLIA

O pai autocrata — A situação da mulher — Os filhos — Moralidade sexual — A gueixa — Amor

A verdadeira fonte da ordem social no Oriente, mais que no Ocidente, era a família; e a onipotência do pai no Japão, como em todo o Oriente, não significava atraso, mas preferência pela forma familial antes que pelo governo político. O in-

divíduo era menos importante no Oriente do que no Ocidente, porque o Estado era mais fraco e requeria uma organização de família muito forte para neutralizar o pequeno alcance da autoridade central. A liberdade eles a concebiam à luz da família, não à luz do indivíduo, porque, sendo a família a unidade de produção e ordem social, a vitória ou a derrota, a sobrevivência ou a morte, não vinham apenas para o indivíduo, mas para a família inteira. O poder do pai era tirânico, mas apresentava-se natural, necessário e humano. Ele podia afastar de sua casa um genro ou uma nora e conservar consigo os netos; podia matar uma filha por haver cometido uma falta grave; podia vendê-la como escrava ou para a prostituição (isso só nas classes baixas e em casos extremos[69]); o marido podia divorciar-se com uma única palavra.[70] Se era homem comum, teria de conservar-se monógamo; mas se pertencia às altas classes, podia manter concubinas e cometer, sem nenhuma conseqüência, ocasionais infidelidades.[71] Quando o cristianismo penetrou no Japão, os escritores nativos queixaram-se de que vinha perturbar a paz das famílias com a insinuação de que a concubinagem e o adultério eram pecados.[72]

Como na China, a posição da mulher nos primeiros estádios da civilização foi mais elevada do que nos últimos. Seis imperatrizes aparecem na fase imperial; e em Quioto as mulheres representavam papel importante na vida literária social. No apogeu da cultura japonesa, se é que podemos emitir opiniões em tal matéria, as mulheres suplantavam os homens em adultério, e entregavam-se por um epigrama.[73] A dama Sei Shonagon descreve um jovem a pique de mandar uma carta de amor à namorada, mas que se interrompe para fazer amor com uma moça que passa; e a amável ensaísta acrescenta: "Eu desejava saber, quando este namorado mandou sua carta, se o mensageiro hesitou em entregá-la à destinatária por vê-la também com um hóspede ocasional."[74] Sob a influência do militarismo feudal e na natural e histórica alternação de licenciosidade e puritanismo, a teoria chinesa da sujeição da mulher ao homem ganhou larga influência, a sociedade tornou-se predominantemente masculina, com a mulher forçada às Três Obediências — ao pai, ao marido e ao filho. A educação feminina não ia além da inculcação das regras da etiqueta, e a fidelidade era exigida sob pena de morte. Se o marido surpreendia a esposa em adultério, podia matá-la e ao amante, no momento; a que o sutil Iyeyasu acrescentou que, se ele matasse o amante e poupasse a mulher, também seria morto.[75] O filósofo Ekken aconselhava o marido a divorciar-se da mulher que falasse muito ou em tom elevado; mas se o marido era dissoluto e brutal, a mulher devia tratá-lo com redobrada bondade e gentileza. Sob tão rigorosas restrições as mulheres japonesas se tornaram as mais industriosas, as mais fiéis e obedientes esposas, a ponto de os viajantes ocidentais refletirem sobre a conveniência de um sistema de tão altos resultados ser introduzido na Europa.[76]

Ao contrário dos mais antigos e sagrados costumes da sociedade oriental, a fecundidade não era estimulada no Japão samurai. Como a população crescesse, as ilhas se superpovoavam, e ao samurai tornou-se aconselhável não se casar antes dos trinta e não ter mais que dois filhos.[77] Mas cada homem tinha de casar-se e ter filhos. Se a mulher se revelava estéril, o marido podia divorciar-se; e se só lhe dava filhas, induziam-no a adotar um menino para que seu nome e fortuna não perecessem, já que as filhas não herdavam.[78] As crianças eram treinadas nas virtudes e literatura chinesas da piedade filial, porque era na ordem da família que repousavam a disciplina e a segurança do Estado. No século VIII a Imperatriz Koken ordenou que cada lar tivesse um exemplar dos "Clássicos da Piedade Filial", e cada estudante das escolas pro-

vinciais ou das universidades os estudasse a fundo. Afora os samurais, cuja lealdade era devida a seu senhor, a piedade filial constituía a virtude suprema e básica da vida japonesa; e mesmo as relações entre o súdito e o soberano eram de afeição e obediência filial. Tal virtude resumia praticamente todo o código moral do homem comum japonês, até que viessem do Ocidente as idéias de liberdade individual. A conversão da ilha ao cristianismo tornou-se impossível porque a Bíblia mandava que o homem deixasse pai e mãe e ficasse com a esposa.[79]

As outras virtudes, além da obediência e da lealdade, aparecem menos exigidas que na Europa daqueles tempos. A castidade era desejável, e algumas mulheres das altas classes matavam-se quando se viam ameaçadas na virgindade;[80] mas as simples escorregadelas não se faziam sinônimo de ruína. A mais famosa das novelas japonesas, o *Genji Monogatari*, é um poema épico da educação aristocrática; e o mais famoso dos ensaios japoneses, *Desenhos de Almofadas*, da senhora Sei Shonagon, figurava como o manual da etiqueta do pecado.[81] Os desejos do sexo eram considerados naturais como a fome ou a sede, e milhares de homens, muitos deles respeitáveis maridos, afluíam de noite ao *Yoshiwara*, ou "Distrito Florido" de Tóquio, onde, nas casas mais ordeiras do mundo, 15.000 cortesãs se sentavam atrás das rótulas, belamente vestidas e empoadas, prontas para ministrar canto, dança e sensações eróticas aos solteiros ou malcasados.[82]

As cortesãs mais bem-educadas figuravam entre as gueixas que, como o nome indicava, eram criaturas (*sha*) capazes de realizações artísticas (*gei*). À semelhança das heteras da Grécia, as gueixas dedicavam-se tanto ao amor como à literatura, e temperavam a promiscuidade com a poesia. O xógum Iynari (1787-1836), que já havia proibido em 1791 o banho público em comum como promotor de imoralidade,[83] lançou contra as gueixas em 1822 um rigoroso edito, descrevendo-as como "cantoras que, magnificamente vestidas, são alugadas para divertir hóspedes nos restaurantes, executando danças e cantos, mas na realidade praticando atos de caráter muito diferente".[84] Daí por diante, essas mulheres foram classificadas de prostitutas, em igualdade com as "inumeráveis rameiras" que nos dias de Kaempfer lotavam as casas de chá nas aldeias e hospedarias das estradas.[85] Não obstante, as famílias continuavam a chamar as gueixas para lhes animar as festas; e surgiram escolas de aperfeiçoamento em que as gueixas veteranas treinavam as moças em suas variadas artes; e periodicamente, no *Kaburenjo*, professoras e alunas serviam o chá cerimonial e davam ao público exibições. Havia pais que mandavam as filhas às escolas das gueixas e em mil novelas japonesas aparecem moças que se vendiam para salvar da pobreza os pais.[86]

No fundo, aliás, não diferem dos hábitos e instituições do Ocidente, exceto na candura que demonstram, no refinamento e na graça. As moças japonesas em sua grande maioria permaneciam castas como as virgens do Ocidente.[87] Dentro daqueles costumes tão francos, os japoneses conseguiam viver em comparativa ordem e decência, e, conquanto não deixassem que o amor fosse a determinante dos casamentos, eram capazes das mais ternas afeições para com o objeto amado. São freqüentes, tanto na história como na literatura, os exemplos em que os casais de namorados se suicidam para conseguir no outro mundo a felicidade que seus pais lhes proíbem na terra.[88] Não é o amor o tema por excelência na poesia japonesa, mas aqui e ali o vemos fulgurar com a beleza da simplicidade, da sinceridade e da profundez.

Oh, se a espuma das ondas
Dos mares de Ise
Fosse flor
E pudesse eu
Levá-la à minha amada![89]

E o grande Tsurayuki conta em quatro linhas a história do seu amor rejeitado:

Nada tão fugaz como a flor da cerejeira,
Dizes tu (...) entretanto, lembro-me bem da hora
Em que a flor da vida murchou com uma palavra,
Não foi nenhum vento hostil que a fustigou.[90]

VI. OS SANTOS

A religião no Japão — A transformação do budismo — Os sacerdotes — Os cépticos

A mesma devoção revelada no patriotismo e no amor, na afeição pelos pais, pelos filhos, pela companheira e pela pátria, tinha inevitavelmente de procurar no universo algum poder central a que pudesse dar-se com suprema lealdade, e de que derivasse algum valor e significação para a vida humana. Os japoneses formam um povo de religiosidade moderada, nem profundos como os hindus, nem fanáticos à moda dos santos do cristianismo medieval ou dos belicosos reformadores de Lutero; apesar disso, mostram-se mais propensos à piedade, à oração e à filosofia da felicidade futura do que os céticos chineses

Na essência, o budismo era uma pessimística exortação à morte, mas ao entrar no Japão transformou-se num culto de deidades protetoras, de agradáveis cerimônias, de festas alegres, de peregrinações à Rousseau, e de consoladoras esperanças num paraíso. É bem verdade que também havia infernos no budismo japonês — na realidade cento e vinte e oito infernos destinados a diferentes propósitos e a diferentes categorias de condenados. Havia um mundo de demônios e santos, e um diabo pessoal (*Oni*) de chifres, nariz chato e presas agudas; vivia nas trevas de algum reino do norte, para onde, de quando em quando, atraía homens e mulheres, a fim de que lhe proporcionassem prazeres ou lhe fornecessem proteínas para a alimentação.[91] Mas de outro lado havia os *Bodhisattwas* prontos a transferir às criaturas parte da graça acumulada durante muitas encarnações de vida virtuosa; e havia também graciosas deidades como a Nossa Senhora Kwannon e o cristianíssimo Jizo, entidades cheias de divina ternura. A adoração se fazia nos oratórios caseiros e nos altares dos templos; e também em alegres procissões em que a religião se subordinava à alegria e a piedade tomava a forma de exibições de modas femininas e de festança masculina. Os devotos mais compenetrados podiam purificar o espírito com alguns minutos de oração sob o jato de uma cachoeira, no coração do inverno; ou peregrinariam pelos santuários de sua seita, repastando a alma nas belezas da paisagem do caminho. Porque o japonês estava habilitado a escolher entre as muitas variedades do budismo: podia procurar beatitude por meio da serena prática do *Zen* ("meditação"); podia seguir o orgulhoso Nichiren da Seita do Lótus e encontrar a salvação na "Lei do Lótus"; podia ligar-se

ao Espírito da Seita, e jejuar e orar, até que Buda lhe aparecesse em carne; podia ser reconfortado pela Seita da Terra Pura e ser salvo apenas pela fé; ou podia encontrar o Caminho por meio da peregrinação ao mosteiro de Koyasan, e alcançar o paraíso sendo enterrado no chão que os ossos de Kobo Daishi tornavam sagrado. Kobo foi o grande sábio, santo e artista que no século IX fundou *Shingon*, a Seita da Verdadeira Palavra.

No conjunto, o budismo japonês aparece como um dos mais agradáveis mitos do homem. A idéia conquistou o Japão pacificamente: Buda amalgamou-se com Amaterasu, e cada templo budista reservou um lugar modesto para um oratório xinto. Os sacerdotes budistas dos primeiros tempos eram homens de devoção, cultos e bondosos, que muito fizeram pelo adiantamento das letras e artes japonesas; alguns tornaram-se grande pintores e escultores; outros foram estudiosos cuja translação da literatura budista para o japonês representou forte estímulo para o desenvolvimento cultural do povo. Entretanto, o triunfo acabou arruinando esses sacerdotes; tornaram-se indolentes e ávidos (vejam-se as excelentes caricaturas em madeira e marfim feitas pelos japoneses); e alguns se afastaram de Buda a ponto de organizar exércitos para a conquista do poder político.[92] Esses sacerdotes davam ao povo dois artigos de primeira necessidade — consolação e esperança — e portanto suas indústrias prosperavam enquanto outras decaíram; a riqueza dos sacerdotes budistas começou a elevar-se, enquanto a pobreza do povo permanecia a mesma.[93] Eles asseguraram aos fiéis que os homens de 40 anos podiam obter mais 10 anos de vida, se pagassem missas em 40 templos; os de 50 anos, se as pagassem em 50 templos; os de 60 anos, se as pagassem em 60 templos e assim por diante.[94] ("Era justamente nos tempos de fome", diz Murdoch, "ou quando os homens morriam de peste aos milhares, que os monges dos grandes mosteiros de Quioto e Nara se regalavam mais suntuosamente; porque nos tempos de calamidade os donativos afluem."[95]) Sob o regime de Tokugawa os monges bebiam regaladamente, sustentavam amantes, praticavam a pederastia. ("Em 1454... meninos eram freqüentemente vendidos aos padres, os quais os vestiam de mulher, raspavam-lhes as sobrancelhas, empoavam-nos e deles usavam como se mulheres fossem; desde os dias de Yoshimitsu, que dera o mau exemplo neste e em outros pontos, a prática da pederastia se tornara muito comum, especialmente nos mosteiros."[96] Além do mais vendiam a quem mais pagava os melhores lugares hierárquicos.[97]

Durante o século XVIII o budismo aparece como já tendo perdido toda a sua influência na nação; os xóguns penderam para o confucionismo; Mabuchi e Moto-ori encabeçaram um movimento de restauração do Xinto, e sábios como Ichikawa e Arai Hakuseki tentaram a crítica racionalista da fé religiosa. Intrepidamente alegava Ichikawa que a tradição verbal não podia nunca valer a tradição escrita; que a escrita não tinha entrado no Japão mil anos depois da suposta formação das ilhas pelo arremesso da lança dos deuses; que a pretensão da família imperial à divindade não passava de invenção política; e que, se os ancestrais do homem não eram criaturas humanas, o provável seria que fossem animais, nunca deuses.[98] A civilização do velho Japão, como a de tantos outros países, começou com a religião e terminou com a filosofia.

VII. OS PENSADORES

Confúcio chega ao Japão — Uma crítica da religião — O culto da erudição — Kaibara Ekken — Sobre a educação — Sobre o prazer — As escolas rivais — O Spinoza japonês — Ito Jinsai — Ito Togai — Ogyu Sorai — Guerra dos sábios — Mabuchi — Moto-ori

A filosofia e a religião dos japoneses vieram da China. E assim como o budismo chegou ao Japão seiscentos anos depois de penetrar na China, assim também a filosofia de Confúcio, remodelada por Sung, só despertou a consciência dos japoneses quase 400 anos depois desse segundo surto na China. Por meados do século XVI, um rebento da famosa família japonesa Fujiwara Seigwa, descontente com a ciência que havia recebido de um monge, e tendo ouvido falar dos grandes sábios chineses, resolve ir aperfeiçoar-se na China. Mas as relações com a China tinham sido proibidas em 1552 e o ardente moço fez planos para atravessar as águas secretamente. Enquanto na hospedaria de um porto aguardava os acontecimentos, ouviu um rapaz ler em voz alta pensamentos de Confúcio. Seigwa rejubilou-se ao verificar que eram os comentários de Chu Hsi sobre a "Grande Ciência". "Aí está o que sempre desejei", disse ele, e depois de muito trabalho conseguiu obter essa e outras obras da filosofia Sung — e tanto nelas se absorveu que esqueceu a viagem à China. Dentro de poucos anos havia reunido ao redor de si um grupo de estudantes que olhavam para os filósofos chineses como a maravilhosa revelação de um mundo novo. Sabendo desses desenvolvimentos, Iyeyasu pediu a Seigwa que lhe viesse expor a doutrina de Confúcio; mas o orgulhoso mestre, amigo da calma em que vivia, mandou em seu lugar um discípulo. Mesmo assim a curiosidade pela palavra nova foi grande; os jovens de espírito alerta formavam fila em sua porta. Isto despertou a atenção dos monges budistas de Quioto, os quais reclamaram; não podiam admitir que pregasse ao povo um homem que não era ortodoxo — e o caso simplificou-se com a súbita morte de Seigwa em 1619.[99]

O discípulo que ele mandara a Iyeyasu breve excedeu ao mestre em fama e influência. Chamava-se Hayashi Razan. O *xógum* fez dele conselheiro e formulador de seu pensamento quando se dirigia ao público. Iyemitsu criou para a nobreza uma nova moda, assistindo em 1630 às preleções de Hayashi; e breve o jovem confucionista despertou tal entusiasmo pela filosofia chinesa que se tornou muito fácil a passagem de inúmeros adeptos do budismo e do cristianismo para as fileiras do mestre chinês. De acordo com suas palavras, a teologia cristã era um mosaico de incríveis fantasias, e o budismo não passava de uma doutrina enfraquecedora, que estava ameaçando o vigor nacional do Japão. "Vós, padres", dizia Razan, "sustentais que o mundo é impermanente e efêmero. Com vossas magias fazeis o povo perder em sociabilidade; tirais a razão de ser de todos os deveres e toda a propriedade. E depois proclamais: 'O caminho do homem está cheio de pecados; deixai vosso pai e vossa mãe, deixai vossos filhos e procurai a salvação.' Mas eu vos declaro que estudei muito, e em parte nenhuma encontrei para o homem um caminho certo que não fosse o da lealdade a seu senhor e o da piedade dos filhos para com os pais."[100] Hayashi, já muito velho por ocasião do grande incêndio de Tóquio em 1657, foi uma das vítimas. Seus discípulos se apressaram em avisá-lo do perigo, mas o filósofo apenas meneou a cabeça e voltou a se concentrar no livro que lia. Quando as chamas se aproximaram, ele chamou um palanquim e foi levado, sempre com os olhos no livro. Como inúmeros outros, passou

a noite ao relento, e três dias depois falecia de um resfriado que o apanhou durante o sinistro.

Para compensação, o ano trouxe aos japoneses um dos maiores entusiastas de Confúcio. Muro Kyuso escolheu como patrono o Deus da Sabedoria. Diante do santuário de Michizane, despendeu em sua mocidade uma noite inteira em orações; e depois dedicou-se à ciência com o mesmo fervor de Spinoza. (Ver começo de *De Intellectus Emendatione.*)

> Levantar-me-ei todas manhãs às seis horas e recolher-me-ei cada noite às doze.
> Salvo quando haja visitas, ou por qualquer motivo de força maior, nunca estarei sem fazer nada. (....)
> Não direi falsidades.
> Evitarei usar palavras inúteis, mesmo com os inferiores.
> Guardarei temperança no comer e no beber.
> Quando me vierem desejos concupiscentes abafá-los-ei sem demora, não deixando que encorpem.
> Devaneios perturbam o pensamento na leitura. Guardar-me-ei contra essa forma de desatenção e contra a pressa.
> Procurarei o meu cultivo por mim mesmo, sem atentar em fama ou prêmio.
> Gravando estas regras em meu coração, vou tentar segui-las — e tomo os deuses como testemunhas.[101]

Não obstante, Kyuso não pregou a estreiteza escolástica mas, com a amplidão de Goethe, mergulhou na corrente do mundo.

> O isolamento é um método, e bom; mas o homem superior rejubila-se quando os amigos aparecem, porque é através da associação com outros que o homem se aperfeiçoa. Quem deseja adquirir sabedoria deve polir-se dessa maneira. Mas se o homem isola-se de tudo e de todos, torna-se culpado de violar o grande caminho. (....) O Caminho dos Sábios não se mostra isento de matérias prosaicas. (....) Os budistas suprimiam todas as relações humanas, cortavam as relações entre senhor e súdito, entre filho e pai, mas não se separavam do amor a si mesmos. (....) É egoísmo procurar a felicidade na vida futura. (....) Não penseis que Deus seja algo distante, mas procurai-o em vossos próprios corações, porque o coração é a verdadeira morada de Deus.[102]

O mais sedutor destes antigos confucionistas japoneses não aparece classificado entre os filósofos, porque, como Goethe e Emerson, teve a habilidade de fixar o pensamento na mais bela forma literária. Como Aristóteles, Kaibara Ekken era filho de médico, e passou da medicina a uma cautelosa filosofia empírica. A despeito de operosa carreira pública, na qual ocupou muitos postos oficiais, achou tempo para tornar-se o maior sábio da época. Escreveu para mais de 100 livros, através dos quais seu nome se tornou conhecido em todo o Japão; não eram escritos em chinês (então a língua de seus colegas filósofos), mas num japonês bastante simples para ser entendido por todos. Tinha a vaidade dos escritores e a humildade dos verdadeiros sábios. Certa vez, diz a tradição, um viajante começou a ler a bordo, para os demais passageiros, algo sobre a moral de Confúcio. A princípio muitos o rodearam, com essa vontade de aprender típica dos japoneses, mas breve o abandonaram; apenas um permane-

ceu. Esse ouvinte mostrou tão profunda atenção, que ao acabar a leitura o conferencista quis saber-lhe o nome. "Kaibara Ekken", foi sua calma resposta. O orador não pôde esconder sua confusão pelo fato de haver levado mais de uma hora pregando confucionismo ao mais famoso mestre dos tempos.[103]

A filosofia de Ekken mostrava-se livre de teologia, como a de K'ung, e apegava-se exclusivamente à terra. "Tontos os que, enquanto fazem suas coisas tortas, levantam orações a duvidosos deuses, em busca de felicidade."[104] A filosofia era nele um esforço para unificar a experiência em sabedoria e o desejo em caráter; e parecia-lhe mais importante unificar o caráter do que unificar os conhecimentos. Seu pensamento é dos mais modernos.

> O fim da ciência não é apenas alargar o conhecimento mas formar o caráter. Tem por mira fazer de nós verdadeiros homens, antes que eruditos. (....) O ensino moral, olhado como o tronco de todo o ensino nas escolas antigas, está descurado nas escolas de hoje, em vista das muitas matérias existentes. Os homens já não acham que valha a pena recordar os ensinamentos que os velhos sábios entesouraram. Em conseqüência, as amistosas relações entre amo e servo, entre superior e inferior, entre mais moços e mais velhos, se sacrificam no altar do deus chamado "Direito Individual". (....) A principal razão de o ensino dos sábios não ter hoje mérito diante do povo está em que os mestres de hoje procuram exibir a ciência, em vez de viverem de acordo com os ensinamentos dela.[105]

A mocidade da época parece tê-lo repelido por excesso de conservantismo; deduzimo-lo da lição que ele lhe dá e que continua oportuna para todas as gerações.

> Meninos, podereis achar tediosas as palavras de um velho; entretanto, sempre que vosso pai ou avô vos ensinarem não lhes volteis as costas, mas ouvi-os. Por mais estúpida que acheis a tradição de vossa família, não a deiteis fora, porque representa a corporização da sabedoria de vossos antecessores.[106]

Talvez Ekken merecesse reprovação, porque o mais famoso de seus livros, o *Onna Daikaku*, ou "O Grande Ensino para as Mulheres", exerceu forte influência reacionária sobre a posição da mulher no Japão. Mas não era ele do tipo dos lúgubres pregadores que enxergavam pecado em todos os deleites; sabia que uma das tarefas do educador é ensinar o homem a bem observar o meio que o envolve, e a compreendê-lo e controlá-lo.

> Que não se passe um dia sem um *gozo*. (....) Não vos deixeis atormentar pela estupidez dos outros. (....) Lembrai-vos que desde os começos o mundo nunca se libertou dos tolos. (....) Não nos amofinemos, nem percamos o nosso prazer, ainda que nossos próprios filhos, irmãos e parentes sejam egoístas e ignorem nossos esforços para fazê-los diferentes. (....) O *sake* é um belo dom dos deuses. Bebido em pequenas doses, alegra o coração, levanta o espírito abatido, dissipa os cuidados e melhora a saúde. Ajuda assim um homem e também seus amigos a gozar os prazeres. Mas quem o bebe demais perde a respeitabilidade, torna-se tagarela e faz coisas de louco. (....) Gozai o *sake*, bebendo-o na quantidade exatamente necessária para dar-vos uma leve ebriedade, como a flor quando ainda em botão. Beber em excesso, e estragar este grande dom dos céus, é loucura.[107]

Como a maioria dos filósofos, encontrou na natureza o seu último refúgio.

> Se fazemos do nosso coração a fonte do prazer e dos nossos olhos e ouvidos as portas do prazer, e se não nos deixamos empolgar de desejos vis, nossa felicidade será grande, porque então poderemos tornar-nos senhores das montanhas, da água, da lua, das flores. Não necessitamos pedi-las a ninguém, nem pagar o que quer que seja para tê-las, pois são coisas de todos. Os que podem gozar a beleza do céu no alto e a da terra embaixo nada têm a invejar dos ricos, porque são mais ricos que eles. (...) O cenário está constantemente mudando. Não há duas manhãs ou tardes iguais. (...) Neste momento parece que toda a beleza do mundo se foi. Mas quando a neve começa a cair e, ao acordarmos de manhã, vemos a aldeia e as montanhas transformadas em prata, então até as árvores nuas parecem vivas de flores. (...) O inverno assemelha-se ao sono da noite, que restaura as nossas energias.

> Amante das flores, cedo me levanto;
> Amante da lua, bem tarde me deito. (....)
> Entram e saem os homens: corrente que passa;
> Mas no céu é a lua eternamente a mesma.[108]

No Japão, ainda mais que na China, a influência de Confúcio no pensamento filosófico destruiu todas as resistências. A escola *Shushi*, de Seigwa, Razan e Ekken, tomou o seu nome de Chu Hsi, e seguiu a interpretação ortodoxa dos clássicos chineses feita por este mestre. Durante certo período sofreu oposição da escola *Oyomei*, criada por Wang Yang-ming, conhecido no Japão como Oyomei. A exemplo de Wang, os filósofos japoneses do *Oyomei* procuraram deduzir o justo e o injusto da consciência do indivíduo, antes que das tradições da sociedade e dos ensinamentos dos antigos sábios. "Fui por muitos anos um devoto de *Shushi*", diz Nakaye Toju (1608-48), "quando, por mercê do Céu, as obras de Oyomei entraram no Japão. Se não fossem seus ensinamentos, minha vida teria sido estéril e oca."[109] Nakaye devotou-se a propagar o monismo idealista segundo o qual o universo era uma unidade de *ki* e *ri*, isto é, de modos e de razões, ou leis. Deus e essa unidade eram uma e a mesma coisa; o mundo das coisas constituía o corpo de Deus, a lei universal era a sua alma.[110] Como Spinoza, Wang Yang-ming e os escolásticos da Europa, Nakaye aceitava essa lei universal com uma espécie de *amor dei intellectualis*, e explicava o bem e o mal como termos humanos sem correspondência com algo objetivo; e, de novo muito semelhantemente a Spinoza, encontrou uma certa imortalidade na união contemplativa do espírito individual com as leis ou razão do mundo.

> A mente do homem é a mente do mundo sensível, mas nós temos outra mente chamada consciência. É a própria razão e não pertence à forma (ou "modo"). É infinita e eterna. Como a nossa consciência (a divina ou universal), ela não tem começo nem fim. Se agimos de acordo com tal razão ou consciência, somos encarnações do infinito e do eterno, e temos vida eterna.[111]

Embora Nakaye fosse homem de grande sinceridade, sua filosofia não agradava ao povo nem ao governo. O xogunato tremia à idéia de que cada homem pudesse por si mesmo julgar o que era justo e injusto. Quando outro expositor do *Oyomei*, Kuma-

zawa Banzan, passou da metafísica para a política, e criticou a ignorância e indolência dos samurais, teve expedida contra si uma ordem de prisão. Reconhecendo a importância dos calcanhares, Banzan fugiu para as montanhas e passou a maior parte de seus dias finais em silvana obscuridade.[112] Em 1795 apareceu um edito contra o ensino da filosofia *Oyomei*; e tão dóceis eram os japoneses, que desde então essa filosofia se ocultou dentro das frases de Confúcio ou entrou como modesto componente no *Zen* militarista que, num paradoxo da História, transformou a pacata crença de Buda na inspiração dos guerreiros patrióticos.

Com o desenvolvimento dos estudos, os japoneses inteiraram-se por si mesmos do pensamento original de Confúcio, e não apenas através de seus intérpretes; e homens como Ito Jinsai e Ogyu Sorai criaram a Escola Clássica do pensamento japonês. A família de Ito não concordava com ele sobre o valor de Confúcio; alegava a impraticabilidade de seus estudos e profetizava-lhe uma vida de miséria. "A sabedoria", diziam, "é coisa da China e para os chineses. Não tem qualquer valor no Japão. Quem a possui não consegue vendê-la. Muito melhor fazer-se médico e juntar dinheiro." O jovem estudante ouviu, mas não seguiu; esqueceu a posição da família, afastou de si toda ambição material, deu sua casa e mais propriedades a um irmão e foi viver na solitude, onde nada lhe distraísse o pensamento. Homem formoso, freqüentemente o confundiam com um príncipe. Mas se trajava à maneira camponesa e evitava o mundo. "Jinsai", diz um historiador japonês,

> era muito pobre, tão pobre que no fim do ano não podia ter o bolo de arroz do Ano-Novo; mas não se afligia com isso. Sua esposa veio e ajoelhou-se à sua frente, dizendo: 'Farei em qualquer circunstância os trabalhos da casa, mas há uma coisa que me é insuportável. Nosso filho Genso não compreende a significação de nossa pobreza, e inveja o bolo de arroz dos filhos do vizinho. Eu ralho com ele, mas meu coração dói.' Jinsai continuou a mexer em seus livros sem dar nenhuma resposta. Em seguida, tirando do dedo seu anel de granada, passou-o à mulher, dizendo: 'Vende-o e compra bolos de arroz.'"[113]

Em Quioto, Jinsai abriu uma escola na qual lecionou durante 40 anos, inoculando filosofia em cerca de três mil estudantes. Falava às vezes de metafísica e pintava o universo como um organismo vivo, no qual a vida sempre vence a morte; mas, a exemplo de Confúcio, não desprezava as coisas terrenas.

> O que é sem valor no governo do Estado, ou nas demais relações humanas, realmente nada vale. (....) A ciência deve ser ativa e viva; nada vale se é mera teoria ou especulação. (....) Os que sabem o caminho procuram-no em sua vida diária. (....) Quem procura o caminho fora das relações humanas, é como quem quer pegar o vento. (....) O caminho comum é excelente — é o melhor que existe.[114]

Depois da morte de Jinsai sua escola foi conduzida por um filho, Ito Togai, o qual sorriu à fama e disse: "Como não considerar animal ou pó a um homem cujo nome é esquecido tão logo ele morre? Não será um engano para o homem mostrar-se ansioso de fazer livros, ou construir frases, para que seu nome seja admirado e não o esqueçam?"[115] Ito escreveu 242 volumes; fora isso, viveu com grande modéstia e sabedoria. Os críticos queixam-se de que essas obras eram fortes no que Molière cha-

mou *virtus dormitiva;* não obstante, os discípulos de Togai acentuam que ele escreveu 242 livros sem dizer uma só palavra desagradável a qualquer outro filósofo. Quando morreu, colocaram em seu túmulo este epitáfio:

> Jamais criticou os defeitos dos outros. (....)
> Só cuidava de livros.
> Em sua vida nada aconteceu.[116]

O maior dos últimos confucianos foi Ogyu Sorai; como ele mesmo disse: "Desde o tempo de Jimmu, o primeiro imperador do Japão, quão poucos sábios me igualaram!" Ao contrário de Togai, adorava a controvérsia e atacava violentamente os filósofos vivos e mortos. Quando um jovem lhe perguntou de que gostava mais depois da leitura, respondeu: "Não há nada melhor do que comer amêndoas torradas e criticar os grandes homens do Japão." "Sorai", disse Namikawa Tenjin, "é um verdadeiro grande homem, mas julga que sabe tudo que pode ser sabido. Isso é feio."[117] Ogyu, entretanto, sabia ser modesto quando queria: "Todos os japoneses", disse ele, explicitamente incluindo-se a si próprio, "são bárbaros; só os chineses são civilizados", e "se há alguma coisa que deve ser dita, essa coisa já foi dita pelos antigos reis ou pelo grande mestre Confúcio."[118] Os samurais e os letrados combatiam-no furiosamente, mas o xógum Yoshimune, o reformador, apreciava-lhe a coragem e protegia-o. Como Hsun-tsé denunciando a sentimentalidade de Mo Ti, ou Hobbes refutando Rousseau antes que este nascesse, Ogyu lançou sua impiedosa lógica contra Jinsai, o qual anunciara que o homem é naturalmente bom. Ao contrário, disse Sorai, o homem é naturalmente um vilão que se apossa de tudo quanto pode alcançar; somente o artificialismo da moral e das leis, e a educação severa fazem dele um cidadão tolerável.

> Logo que o homem nasce, nasce com ele o desejo. Quando não podemos realizar nossos desejos, que são ilimitados, surge a luta, e luta traz confusão. Como detestassem a confusão, os antigos reis fundaram a propriedade e a justiça, e com isso governaram os desejos dos homens. (....) Moralidade nada mais é senão o conjunto dos meios controladores dos súditos do Império. Não brota da natureza, nem dos impulsos do coração humano, mas sai da superior inteligência de certos sábios e do Estado que lhes dá força.[119]

Como para confirmar o pessimismo de Sorai, o pensamento japonês lançou-se numa rude guerra de papel e tinta entre os idólatras da China e os adoradores do Japão. Nessa batalha de antigos contra modernos, venceram estes, por força de sua superior admiração da antigüidade. Os *Kangakusha*, ou "pró-sábios chineses", consideravam o Japão um país bárbaro; sustentavam que tudo estava na China e contentavam-se em traduzir e comentar a literatura e a filosofia chinesas. Os *Wagakuska*, ou "pró-sábios japoneses", denunciavam essa atitude como obscurantista e antipatriótica; queriam que a nação voltasse as costas à China e se renovasse com elementos próprios. Mabuchi atacou os chineses como um povo inerentemente viciado e exaltou os japoneses como naturalmente bons, atribuindo sua falta de literatura e filosofia ao fato de não necessitarem de cultura em matéria de virtude ou inteligência. (Parafraseando o ensi-

namento de Mabuchi diz Sir E. Satow: "Antigamente, quando as disposições dos homens eram íntegras, desnecessário se fazia um sistema complicado de moral... Na queles dias não era preciso haver uma doutrina sobre o certo e o errado. Mas os chineses, sendo ruins de coração... e bons apenas no exterior, seus atos maus tornaram-se tão grandes que lançaram a sociedade na desordem. Os japoneses, sendo retos de coração, poderiam agir sem ensinamento.)[120]

Inspirado por uma visita a Mabuchi, um jovem medico de nome Moto-ori Norinaga devotou 34 anos à composição de 44 volumes de comentários do *Kojiki,* ou "Rol de Antigos Acontecimentos" — o clássico repositório das lendas japonesas, especialmente do Xinto. Era violento ali o ataque a tudo quanto fosse chinês ou não japonês. Nessa obra era narrada intrepidamente a história da origem divina das ilhas, dos imperadores e do povo; e era estimulado o movimento nacionalista que iria lançar o Xinto contra o budismo e restaurar a supremacia dos imperadores sobre os xóguns. "O Japão", escreveu Moto-ori, "é o país que deu nascimento à Deusa do Sol, Amaterasu, fato que prova a sua superioridade sobre todos os outros países."[121] Depois da morte do mestre, seu discípulo Hirata continuou a desenvolver o argumento.

> É lamentável que tanta ignorância tenha prevalecido quanto à evidência de duas doutrinas fundamentais: que o Japão é o país dos deuses e que seus habitantes são descendentes de deuses. Entre o povo japonês e o chinês, hindu, russo, alemão, siamês, cambojano e outros, há uma diferença de qualidade, mais que de grau. Não foi com vanglória que os habitantes deste país o apelidaram terra dos deuses. Os deuses que criaram todos os países pertenciam, sem exceção, à Idade Divina, e eram todos nascidos no Japão. Os coreanos foram os primeiros a reconhecer esta verdade, que depois se espalhou pelo mundo, sendo aceita por todos. (....) Os países estrangeiros, sem dúvida também produzidos pelo poder dos deuses, não foram gerados por Izanagi e Izanami, nem deram o nascimento à Deusa do Sol — e isso lhes causa a inferioridade.[122]

Tais foram os homens e as opiniões criadoras do movimento *Sonno Jo-i,* destinado a "honrar o imperador e a expulsar os bárbaros estrangeiros". No século XIX o ímpeto já era tão forte que permitiu a extinção do xogunato e a restauração da supremacia da Casa Divina. E no século XX o *Sonno Jo-i* passou a desempenhar papel importantíssimo no fomento do feroz patriotismo que só se acalmará quando o Filho do Céu tiver nas mãos todo o Oriente.

CAPÍTULO XXX

Mentalidade e Arte do Velho Japão

I. LÍNGUA E EDUCAÇÃO

Língua — Escrita — Educação

OS japoneses haviam tomado a escrita e o sistema de educação dos chineses ainda bárbaros. A língua era própria, presumivelmente de fonte mongólica e afim da língua coreana, mas não está demonstrado que derive de qualquer língua conhecida. Diferia do chinês por ser polissilábica e aglutinativa, e, apesar disso, simples; poucos sons aspirados, nada de guturais ou consoantes finais (exceto o *n*); e quase todas as vogais melodiosamente longas. Também a gramática era simples; dispensava número e gênero nos nomes, graus nos adjetivos e inflexão nos verbos; tinha poucos pronomes pessoais e nenhum relativo. Em compensação, possuía inflexões de negação e modos nos adjetivos e verbos; em vez de preposições usavam-se "posposições" — sufixos modificadores; e complexas formas honoríficas, como "Vosso humilde servo" e "Vossa Excelência", tomavam o lugar do pronome pessoal correspondente à primeira e segunda pessoas.

Aparentemente a língua dispensou a escrita, até que os coreanos e chineses a introduzissem, nos primeiros séculos da nossa era; depois disso, por centenas de anos, os japoneses se contentaram com a escrita ideográfica do Reino Médio chinês. E como um caráter chinês completo tinha de ser usado para cada sílaba de uma palavra japonesa, a escrita japonesa, na era Nara, tornou-se a mais penosa de todas as conhecidas. Durante o século IX a lei do menor esforço que rege a filologia simplificou essa escrita de duas formas. Em ambas, um caráter chinês era usado para representar uma das 47 sílabas formadoras da língua falada; e este silabário de 47 caracteres serviu de alfabeto. (A escrita *katakana* reduziu estes símbolos silábicos a linhas retas — como na impressão de "tablóides", os quadros maiores e os sinais iluminados do moderno Japão.)[1] Como grande parte da literatura japonesa aparece em chinês, e muito da antiga é escrita numa combinação de caracteres chineses e nativos, poucos estudiosos ocidentais têm conseguido lê-la no original. Conseqüentemente, nosso conhecimento da literatura japonesa é fragmentário e enganador, e nossos juízos a respeito carecem de valia. Atrapalhados por essas barreiras lingüísticas, os jesuítas escreveram que a língua japonesa fora inventada pelo diabo para evitar que eles implantassem o Evangelho no Japão.[2] (A imprensa, como a escrita, veio da China como parte do acervo budista; os mais velhos exemplos de coisa impressa do mundo são rezas do tempo da Imperatriz Shotoku, em 770 de nossa era.[3] O tipo móvel entrou no Japão, vindo da Coréia, lá por 1596, mas não se expandiu devido às despesas que impunha uma língua composta de milhares de caracteres. Ainda hoje o jornal japonês exige diversos milhares de tipos.[4] Apesar disso a tipografia japonesa é uma das mais belas do nosso tempo.)

A escrita se constituiu um luxo dos ricos por muito tempo; até a última parte do século XIX nenhum esforço foi feito para disseminá-la pelo povo. Na era Quioto as

famílias ricas mantinham escolas para seus filhos; e os imperadores *Tenshi* e Mommu, no começo do século VIII, estabeleceram em Quioto a primeira universidade. Gradualmente um sistema de escolas provinciais se desenvolveu sob o controle do Estado; os alunos nelas graduados podiam ingressar na universidade, e os nesta graduados tornavam-se elegíveis para os cargos públicos. As guerras civis do período feudal interromperam este progresso educativo, situação que se manteve inalterada até que o *xogunato* Tokugawa restaurasse a paz e encorajasse as ciências e as artes. Iyeyasu escandalizou-se de ver que 90 por cento dos samurais não sabiam ler.[5] Em 1630 Hayashi Razan criou em Yedo uma escola de administração pública e de filosofia de Confúcio, que mais tarde se transformaria na Universidade de Tóquio, e Kumazawa, em 1666, fundou em Shizutani o primeiro colégio provincial. Permitindo aos professores usar a espada e ter as honras dos samurais, o governo induziu estudantes, doutores e padres a criarem escolas particulares para a educação elementar; em 1750 havia 800 de tais escolas, com cerca de 40.000 alunos. Estas instituições, entretanto, eram só para os filhos dos samurais; os filhos dos comerciantes e camponeses tinham de contentar-se com menos, e entre as mulheres só as ricas recebiam alguma educação formal. No Japão, como na Europa, a educação em massa iria aguardar a permanência da Revolução Industrial.[6]

II. POESIA

O Manyoshu *— O* Kokinshu *— Características da poesia japonesa — Exemplos — O jogo da poesia — Os jogadores de* hokka

A mais antiga literatura japonesa nos chegou sob forma de poesia. Um dos mais velhos livros japoneses é o *Manyoshu,* ou Livro de Dez Mil Folhas, no qual dois editores colecionaram em 20 volumes cerca de 4.500 poemas, compostos durante os quatro séculos precedentes. Aparece na coletânea a obra de Hitomaro e Akahito, as grandes glórias poéticas do período Nara. Por ocasião da morte de sua amada, quando o fumo da pira funeral sobe ao céu, Hitomaro escreve uma elegia curta como um epitáfio:

> Oh, será minha amada a nuvem
> Que erra sobre as ravinas
> Da afastada montanha Hatsuse?[7]

O Imperador Daigo fez um esforço para preservar a poesia antiga, mandando organizar a antologia conhecida como *Kokinshu* — Poemas Antigos e Modernos. Teve o principal colaborador no poeta Tsurayuki, cujo prefácio nos parece mais interessante que o conteúdo do livro.

> A poesia do Japão, qual semente, brota do coração do homem em mil folhas de linguagem. (....) Num mundo cheio de coisas, o homem procura encontrar palavras que traduzam a impressão deixada em seu coração pelo que ele vê ou ouve, (....) E assim o coração do homem veio a encontrar expressão verbal para sua alegria diante da beleza das flores, para sua admiração diante do cantos das aves, para sua ternura diante da névoa que envolve a paisagem, para sua simpatia diante do eva-

> nescente orvalho da manhã. (....) O poeta desmancha-se em versos quando nos dias de primavera as flores da cerejeira forram o chão, ou quando nas tardes de outono as folhas caem; ou ano após ano vai vendo ao espelho as destruições do tempo, ... ou treme na vigília qual efêmera gota de orvalho que palpita na relva.[8]

Tsurayuki exprimiu muito bem o recorrente tema da poesia japonesa — os estados de espírito e as fases, a florescência e a decadência da natureza naquelas ilhas tão pitorescas. Os poetas japoneses deleitam-se com os aspectos mais naturais dos campos, das florestas e das águas — a truta a saltar num riacho entre montanhas, a rã a mergulhar de súbito na lagoa silenciosa, as praias de maré vazante, os montes de cabeços encarapuçados de imóvel nevoeiro, ou uma gotinha de orvalho a tremer na pelugem de uma folha de capim. Freqüentemente entreteciam nessa adoração da natureza um canto lírico ou choravam elegiacamente a brevidade das flores, do amor e da vida. Raro, entretanto, essa nação de guerreiros cantava a guerra ou entoava hinos. Depois do período Nara, a grande maioria dos poemas notabilizou-se pela brevidade; de 1.100 poemas do *Kokinshu*, só cinco não são *tankas* — cinco linhas de cinco, sete, cinco, sete e sete sílabas. Nestes poemas não há rimas, porque a quase invariável vogal do fim das palavras japonesas não dá margem à variedade de escolha; nem há acento, tom ou quantidade. Tais poemas revelam estranhos truques de linguagem: "palavras almofadas", ou prefixos sem significação, que aparecem só por amor à eufonia; "prefácios", ou sentenças adicionadas a um poema para arredondá-lo na forma, antes que para desenvolver-lhe a idéia; e "palavras pivôs", usadas para ligar uma sentença a outra. Para os japoneses estes recursos estão santificados pelo tempo, como acontece entre os ingleses com a aliteração e a rima; e o interesse popular pela poesia não induz o poeta à vulgaridade. Ao contrário esses poemas clássicos são essencialmente aristocráticos no pensamento e na forma. Nascidos na atmosfera da corte, revestem-se de grande dignidade; suprimem, antes que expressam, emoções; só se orgulham de uma coisa: a brevidade. Em parte nenhuma houve escritores tão expressivamente reticentes; é como se os poetas do Japão tivessem em mira, com tal modéstia, fazer que o mundo perdoasse as fanfarronadas dos seus historiadores. Escrever três páginas sobre o vento oeste, diz o japonês, é mostrar verbosidade plebéia; o verdadeiro artista não deve pensar pelo leitor, mas forçá-lo a pensar ativamente; tem de achar uma percepção vigorosa que desperte no leitor todas as idéias e sentimentos que o poeta ocidental insiste em descrever com todos os pormenores. Cada poema para os japoneses há que ser a calma anotação da inspiração do momento.

E assim nos enganaremos se em suas antologias procurarmos chamas heróicas ou épicas, ou mesmo prolongados vôos líricos; esses poetas, como os da Taverna da Sereia em Londres, gostavam de pendurar suas vidas em um fio. Quando Saigyo Hoshi, depois de perder o melhor amigo, se fez monge e misticamente encontrou nos santuários de Ise a sonhada consolação, não escreveu um *Adonaïs* ou um *Lycidas*, mas apenas estas linhas:

> O que reside ali
> Não sei;
> Mas meu coração transborda
> E as lágrimas caem.[9]

Uma poetisa que perdeu o esposo escreve simplesmente isto:

Todas as coisas não
Passam de sonho...
Eu dormi... Acordei...
Que largo está o leito agora,
Sem ninguém a meu lado![10]

E depois, quando perde o filho, acrescenta mais duas linhas:

Quão longe não andará hoje
O bravo caçador de libélulas![11]

Nos círculos imperiais em Nara e Quioto a composição de *tankas* tornou-se esporte aristocrata; a castidade feminina, que na velha Índia tinha o preço de um elefante, com freqüência se rendia em troca de trinta e uma sílabas engenhosamente arquitetadas.[12] Era comum na corte o soberano entreter seus hóspedes com o jogo poético, dando-lhes palavras para serem transformadas em poemas;[13] e a literatura da época alude a pessoas que conversavam através de acrósticos ou iam recitando *tankas* enquanto caminhavam pelas ruas.[14] Periodicamente o imperador arranjava um torneio, em que às vezes 1.500 candidatos competiam na elaboração de *tankas*. Em 951 foi criado um Bureau Poético para dirigir esses torneios, e os poemas vencedores eram guardados nos arquivos da instituição.

No século XVI a poesia japonesa sentiu-se culpada de "extensão" e decidiu abreviar os *tankas*, reduzindo-se ao *hokka* de três linhas, com, respectivamente, cinco sete e cinco sílabas, ao todo 17. Na era *Genroku* (1688-1704) a composição desses *hokkas* tornou-se moda, e depois mania; porque o japonês assemelha-se ao americano na precipitação com que se entusiasma ou abandona uma coisa. Homens e mulheres, guerreiros e negociantes, artistas e camponeses deixavam o serviço para trabalhar num *hokka* que lhes ocorria. Amigos que são do jogo, os japoneses começaram a apostar nos torneios de *hokkas*, e por fim surgiu a exploração desse jogo, tão intensa que a polícia teve de varejar as casas de "jogo poético" e proibi-lo.[15] O mais famoso mestre de *hokkas* foi Matsura Basho (1643-94), cujo nascimento marca "um grande fato dos anais da história japonesa", na opinião de Yone Noguchi.[16] Basho, o jovem samurai, profundamente comovido com a morte de seu senhor e mestre, abandonou a corte, renunciou a todos os prazeres físicos, entregou-se à vida errante, à meditação e ao ensino, e expressou a sua filosofia em fragmentos poéticos que gozam de alto conceito entre os críticos japoneses.

A velha lagoa,
Ai, e o som de uma rã lançando-se na água.

Ou:

Uma haste de capim em que
Uma libélula tentou pousar.[17]

III. PROSA

1. *Ficção*

A Senhora Murasaki — A História de Genji — *Sua excelência* — *Ficção japonesa* — *Um humorista*

Se os poemas japoneses são muito curtos para o gosto ocidental, podemos consolar-nos com a novela nipônica, cujas obras-primas enchem 20, às vezes 30 volumes.[18] A mais conceituada é o *Genji Monogatari* (literal e inegavelmente "Mexericagem sobre Genji"), que numa edição enche 4.234 páginas![19] Este agradável romance foi composto lá pelo ano 1001 de nossa era pela senhora Murasaki no-Shikibu. Da nobre estirpe Fujiwara, ela desposou outro Fujiwara em 997, mas enviuvou quatro anos depois. Para consolo das mágoas pôs-se a escrever sua novela histórica em 54 livros; e depois de encher quanto papel pôde encontrar, recorreu sacrilegamente aos *sutras* sagrados[20] de um templo budista, e usou-os.

Os heróis da história são o filho de um imperador e a concubina favorita, Kiritsubo, tão bela que enciumava todas as outras, acabando vítima de suas próprias maquinações. Murasaki, talvez exagerando a capacidade emotiva dos machos, representa o imperador como viúvo inconsolável.

> O tempo passava e o imperador não se esquecia da morta; e embora muitas mulheres fossem levadas ao palácio para que o soberano as tomasse, a nenhuma ele quis ver, convicto de que não existia no mundo uma mulher que valesse a que se fora. (....) Continuamente maldizia o fado que não tolerou a realização do voto que ambos faziam cada manhã e cada noite — de que suas vidas fossem como as de aves gêmeas que compartilham de uma asa, ou das árvores gêmeas que compartilham de um broto.[21]

Genji cresceu; tornou-se um ousado príncipe, com mais beleza do que princípios morais; passava de uma amante para outra com a versatilidade de Tom Jones, e batia este herói convencional com sua indiferença pelo sexo da pessoa amada. Todo ele era sentimento e sedução, sempre triste, a languir por causa de uma mulher ou da próxima. Ocasionalmente, "nos momentos de grande infelicidade, voltava à casa de sua esposa".[22] A senhora Murasaki esmiúça, detalhada e alegremente, suas aventuras, e desculpa-se a si mesma com irresistível graça:

> O jovem príncipe estaria positivamente negligenciando seus deveres se não se entregasse a umas tantas escapadas; e todos olhariam a sua conduta como perfeitamente natural e própria, embora não desejável numa pessoa comum. (....) A mim realmente me repugnaria contar com todos os pormenores o que ele tanto procurava ocultar; não sei se o leitor supõe que omito alguma coisa pelo fato de ser ele filho de imperador; o que não faria disto uma história, mas sim um arranjo destinado a influenciar o julgamento da posteridade. Como a narrativa me vai saindo, serei chamada vendedora de escândalos — mas que fazer?[23]

No curso de seus amores Genji cai doente e arrepende-se das aventuras; visita um mosteiro, para piedosa prática com um sacerdote. Mas lá encontra uma linda princesa (modestamente chamada Murasaki), distrai-se e não ouve o sermão do monge.

> O padre começou a contar histórias sobre a incerteza desta vida e os prêmios e castigos da vida futura. Genji apavorou-se ao pensar na gravidade dos seus pecados. Era duro imaginar que iria tê-los a pesar na sua consciência pelo resto da vida. E depois havia a outra vida. Que terríveis punições não o aguardariam lá? Enquanto o monge falava, Genji refletia em sua perversidade. E se se fizesse eremita e vivesse em um santuário daqueles? (....) Mas seus pensamentos foram desviados pela visão do rosto mais lindo que já vira naquela tarde; e querendo saber mais a respeito da dona, perguntou-lhe: "Quem vive contigo aqui?"[24]

Com a cooperação da autora, a primeira mulher de Genji morre de parto, deixando-o livre para casar-se com sua nova princesa Murasaki. (O A. lamenta que a brevidade da vida o tenha impedido de ler mais que o primeiro dos quatro volumes em que Arthur Waley, com tanta perfeição, traduziu a novela de Murasaki.)

Pode ser que a excelência da tradução dê a este livro uma estranha vantagem sobre outras obras-primas japonesas passadas para o inglês; talvez Mr. Waley, como Fitzgerald, tenha melhorado o original. Se por um momento pudermos esquecer nosso código moral e adotar o que permite que os homens e as mulheres, como diz Wordsworth dos personagens de *Wilhelm Meister,* "se casem como moscas no ar," hauriremos deste *A História de Genji* a mais atraente visão das belezas, para nós secretas, da literatura japonesa. A naturalidade e a facilidade com que Murasaki escreve transformam suas páginas no encantador mexerico de um amigo fino. Os homens e mulheres que ali se movem, e acima de tudo as crianças, são profundamente reais; e o mundo que ela descreve tem a cor das coisas vistas e sentidas. (Mesmo no lares mais comuns a autora entra com muita compreensão e faz Uma no-Kami exprimir, lá pelo ano 1000, um apelo bem moderno pela educação feminina: "E há a zelosa dona-de-casa que, seja qual for sua aparência, apanha o cabelo atrás das orelhas e devota-se inteiramente aos detalhes da vida doméstica. O marido, em seus vaivéns pelo mundo, vê e ouve coisas que não pode discutir com estranhos, mas que debaterá com prazer com uma pessoa íntima que o atenda com simpatia e compreensão, alguém que se ria ou chore com ele, conforme for o caso. Sucede também que acontecimentos políticos freqüentemente o fazem arredio e cismarento, a pensar, sem ter com quem se abrir. Mas a mulher apenas diz: 'Que é que há?' e não mostra interesse. Isto é duro."[25]) Trata-se de uma atmosfera aristocrática onde ninguém sabe do preço do pão e do amor; mas dentro dessas limitações a descrição é perfeita. De certos pintores realistas, Murasaki faz Uma no-Kami dizer:

> A natureza comum como habitualmente se nos apresenta, casas como as vemos por toda parte, com a sua beleza e harmonia próprias — desenhar cenas como estas ou deixar entrever o que está atrás de uma sebe longe do mundo, ou fixar as árvores de um morro vulgar, e tudo com o maior cuidado de composição, proporção e *rendu* da vida são obras que exigem a maior mestria do artista, e levam os simples fazedores de desenhos aos maiores erros de observação.[26]

Nenhuma novela posterior apresenta a excelência do *Genji*, cuja influência sobre a evolução da literatura e da língua jamais foi igualada.[27] Durante o século XVIII o romance alcançou novo apogeu, e vários novelistas excederam Murasaki na extensão das histórias ou na liberdade da pornografia.[28] Santo Kioden publicou em 1791 um

Livro de Histórias Edificantes, no qual tão pouco provou as nobres intenções do título que as autoridades o condenaram a ficar algemado em sua própria casa por cinqüenta dias. Santo, vendedor de bolsas de fumo e drogas charlatanescas, casou-se com uma mulher de vida livre e notabilizou-se através de um livro sobre os bordéis de Tóquio. Gradualmente reformou a moral de sua pena, mas não pôde desacostumar o público de absorver seus livros em grande quantidade. Animado pela acolhida, violou os precedentes e exigiu pagamento dos editores que lhe publicavam as obras; o costume até então mandava que o autor se contentasse com um convite para jantar. Muitos dos escritores de ficção eram pobres boêmios, que a sociedade punha na mesma baixa categoria dos atores.[29] Menos sensacional e mais habilmente escritas que as de Kioden eram as obras de Kyokutei Bakin (1767-1848), o qual, como Walter Scott e Dumas, transformou a história em romance. A imensa aceitação do público fê-lo desdobrar uma das suas histórias em 100 volumes. Hokusai ilustrou algumas dessas obras; mas, gênios que eram, brigaram e separaram-se.

O melhor deste novelistas foi Jippensha Ikku, falecido em 1831, o Le Sage e o Dickens do Japão. Ikku casou-se três vezes, e dois desses casamentos foram desfeitos pelos sogros, que não podiam entender os hábitos literários do genro. Ikku aceitou de bom grado a pobreza; não tendo mobília, encheu as paredes com desenhos das belas mobílias que teria, se pudesse. Nos dias solenes, sacrificava aos deuses, oferecendo-lhes coisas pintadas. Recebendo de presente uma banheira, levou-a para casa na cabeça, sem ver coisa nenhuma e derrubando os pedestres que tinha pela frente. Quando seu editor veio vê-lo, o novelista induziu-o a servir-se de um banho; ao vê-lo na água, apanhou-lhe as roupas, vestiu-as e foi fazer as visitas de Ano-Novo. Sua obra-prima, o *Hizakurige*, apareceu em 12 partes, entre 1802 e 1822; contava uma história no gênero do *The Posthumous Papers of the Pickwick Club;* Aston a considera a obra de maior humor da língua japonesa.[30] Na hora da morte Ikku pediu aos seus discípulos para colocarem sobre seu corpo, antes da cremação, certos pacotinhos que solenemente lhes entregou. Ikku iria manter a promessa que fizera de uma vida cheia de surpresas, porque os pacotinhos estavam cheios de artefatos pirotécnicos, que, ao explodirem, transformaram a fúnebre cerimônia em barulhenta festa.

2. *História*

Os historiadores — Arai Hakuseki

Não iremos achar a historiografia japonesa tão interessante como a literatura de ficção, embora também não passe de ficção. Os mais velhos trabalhos sobreviventes aparecem no *Kojiki*, ou "Rol das Coisas Antigas", escrito em caracteres chineses por Yasumaro, em 712; a lenda ocupa com tal freqüência o lugar dos fatos que só a mais alta lealdade ao *Xinto* faz que a história seja engolida.[31] Depois da Grande Reforma de 645, o governo achou aconselhável transformar outra vez o passado; e lá para 720 uma nova história apareceu, o *Nihongi*, ou "Relação do Nippon", escrita em língua chinesa e com passagens francamente roubadas de obras chinesas e colocadas, sem nenhum respeito à cronologia, na boca dos antigos japoneses. Não obstante, equivale a uma tentativa de relatar os fatos mais sérios do que havia sido o *Kojiki* e forneceu a base para muitas das velhas histórias do Japão. Desde aquele tempo até hoje inúmeras histórias do Japão têm sido escritas, cada qual mais patriótica. Em 1334, Kitabatake escreveu a "História da Verdadeira Sucessão dos Divinos Monarcas" — o *Jintoshotoki* — neste modesto diapasão:

> O Grande Yamato (o Japão) é um país divino. O único na terra cujos fundamentos foram lançados pelo Divino Ancestral. Só ele foi transmitido pela Deusa Sol a uma longa linha de descendentes. Não há coisa semelhante em qualquer outro país. Daí lhe vem o nome de Terra Divina.[32]

Impressa pela primeira vez em 1649, esta obra iniciou o movimento para a restauração da antiga fé que veio a culminar nas apaixonadas polêmicas de Moto-ori. O neto de Iyeyasu, Mitsu-kuni, em seu *Dai Nihonshi* ("A Grande História do Japão", 1851), 240 volumes de quadros do passado feudal, representou uma parte póstuma na preparação dos japoneses para a destruição do *xogunato* Tokugawa.

Talvez o mais imparcial dos historiadores japoneses tenha sido Arai Hakuseki, cujo saber dominou a vida intelectual de Yedo na segunda metade do século XVII. Arai considerava a teologia dos missionários cristãos como "muito infantil"[33] mas tinha a intrepidez de dizer o mesmo das lendas que seu povo tomava como história.[34] O *Hankampu*, a grande obra de Arai em 31 volumes, é uma das maravilhas da literatura, porque, embora sugerindo ter exigido muita investigação, parece ter sido composta em poucos meses.[35] Arai sorveu algo de sua ciência do estudo dos filósofos chineses. Quando prelecionava sobre Confúcio, o *xógum* Iyenobu ouvia-o com a maior reverência; não espantava as moscas que lhe pousavam no rosto, e no inverno virava-se de lado antes de assoar o nariz.[36] Em sua autobiografia Arai descreve com devoção o retrato de seu pai, mostrando os cidadãos japoneses em seu mais simples aspecto:

> Desde que comecei a compreender as coisas, a recordação que dele tenho é que levava uma vida sempre igual. Nunca deixava de se levantar uma hora antes do amanhecer. Tomava um banho frio e penteava-se ele mesmo. No tempo frio a mulher que era minha mãe sugeria-lhe água quente; mas ele a recusava, para não incomodar os criados. Quando chegou aos 70 anos, e minha mãe também já estava em idade avançada, um braseiro era trazido nos dias glaciais e ambos dormiam com os pés para ele voltados. Rente ao fogo punham um bule de água quente, que meu pai bebia quando se levantava. Ambos honravam bastante o caminho de Buda. Depois que se penteava e se vestia, nunca deixava meu pai de prestar devoção a Buda. (....) Em seguida esperava calmamente que o dia clareasse, saindo para suas obrigações. (....) Nunca o viram revelar cólera, e que eu me lembre nunca, mesmo ao sorrir, revelava alegria exagerada. Nem descia a linguagem grosseira ao repreender alguém. Na conversa usava o menor número de palavras possível. Grave no porte. Nunca o vi agitado, impaciente. (....) O cômodo por ele ocupado era mantido em muita ordem, com uma velha pintura na parede e flores da estação em um vaso. Ele passaria o dia a contemplá-las. Desenhava em claro-escuro, não dando apreço às cores. Quando de boa saúde, nunca incomodava os criados, fazia tudo por si mesmo.[37]

3. O Ensaio

A Senhora Sei Shonagon — Kamo no-Chomei

Arai foi ensaísta, tanto quanto historiador, deixando brilhantes contribuições para o que é talvez o mais agradável departamento da literatura japonesa. Mas aqui, como na ficção, o primeiro lugar cabe a uma dama, porque o *Makura Zoshi* da senhora Sei Shonagon ("Desenhos de Almofada") ocupa o mais alto posto neste campo. Da mesma geração que a Senhora Murasaki, e também educada na corte, Sei entregou-se à descrição da vida refinada e escandalosa que via ao redor de si, feita em vivos esboços,

cuja excelência no original pode ser calculada com base no que fica nas traduções. De estirpe Fujiwara, elevou-se a dama da Imperatriz, e pelo falecimento desta, segundo uns, recolheu-se a um convento; outros pretendem que tenha vivido na pobreza. Seus livros não revelam nem uma coisa nem outra. Além de aceitar a moral fácil dos tempos, ela não tem nenhum alto conceito sobre os sacerdotes.

> Um pregador deve ser um homem belo. Isso nos ajuda a conservar os olhos fixos nele, e assim melhor atenderemos ao que prega. Do contrário os olhos erram de um ponto para outro e a atenção se distrai. Os pregadores feios, portanto, têm uma grave responsabilidade... Se os pregadores fossem de idade mais adequada, eu teria prazer em julgá-los de modo mais favorável. Como os vemos hoje, seus pecados nos metem medo.[38]

E Sei desfia a lista do que gosta e do que não gosta:

Coisas agradáveis:

Voltar de uma excursão com a carruagem cheia de derramar;
Ter quantidade de servidores que façam os bois e o carro correrem;
Um bote fluvial descendo a correnteza;
Dentes lindamente enegrecidos.

Coisas terríveis.

Um quarto de criança vazio por morte da pequena dona;
Um braseiro apagado;
Um carreiro detestado pelo seu boi;
O nascimento de uma série de meninas em casa de sábio.

Coisas detestáveis:

Pessoas que, quando a gente está contando uma história, interrompem, dizendo: "Oh, eu sei!" e apresenta uma versão diferente da nossa. (....)
Quando estamos em bons termos com um homem, ouvi-lo louvar certa mulher que ele conheceu. (....)
Um visitante que conta uma história comprida quando estamos com pressa. (....)
Os roncos de um homem que a gente está procurando ocultar e foi posto a dormir em lugar que não era do seu negócio. (....)
Pulgas.[39]

Neste gênero literário temos o rival da senhora Sei em Kamo no-Chomei. Como não obtivesse o direito de suceder a seu pai no cargo de guardião do santuário *xinto* de Kamo, em Quioto, Chomei fez-se monge budista, e aos 50 anos recolheu-se a um eremitério na montanha para dedicar-se à vida contemplativa. Foi lá que ele compôs um adeus ao mundo, sob o título de *Hojoki* (1212), isto é, "A História de Dez Pés Quadrados". Depois de descrever as dificuldades e aborrecimentos da vida urbana e a

grande fome de 1181, conta como construiu, ele mesmo, uma cabana de 10 pés quadrados e sete de altura, onde vivia em calma camaradagem com as coisas da natureza. O americano, lendo-o, ouve a voz de um Thoreau do século XIII japonês. Cada geração tem o seu Walden Pond.

IV. O DRAMA

As peças No — *Seu caráter — O palco popular — O Shakespeare nipônico — Julgamento sumário*

Temos afinal o mais difícil de entender — o drama nipônico. Educados que somos na tradição do teatro inglês, de *Henrique IV* a *Maria da Escócia*, como poderemos entonar-nos com o teatro *No* do Japão? Para isso teríamos de esquecer Shakespeare, e descer aos autores anônimos anteriores ao drama europeu influenciado pela Grécia; só então ser-nos-ia possível compreender o desenvolvimento da antiga pantomima xinto e a dança sagrada *kagura*, que constituem a forma *No*, ou lírica, do drama japonês. No século XIV os padres budistas adicionaram coros às pantomimas processionais; depois acrescentaram tipos individuais e arranjaram um enredo para justificar-lhes a ação e a fala — e nasceu o drama.[40]

A exemplo das gregas, essas peças eram levadas em trilogias; ocasionalmente os *Kyogen*, ou farsas ("más palavras"), representavam-se nos intervalos para aliviar a tensão dos espectadores. A primeira parte da trilogia era consagrada à propiciação dos deuses; não passava de uma pantomima religiosa; a segunda realizava-se com grande exibição de armaduras, com vistas a espantar os maus espíritos; a terceira procurava pintar algum agradável aspecto da natureza ou fase da vida histórica do Japão.[41] Em sua maior parte, o texto era escrito em versos brancos de 12 sílabas. Os atores provinham da aristocracia; existem documentos mostrando que Nobunaga, Hideyoshi e Iyeyasu participaram como atores numa peça *No*, por volta de 1580.[42] Os atores usavam máscaras de madeira, tão bem entalhadas que hoje constituem preciosidades artísticas. O cenário era pobre; a imaginação dos espectadores criava a moldura da ação. Os entrechos eram dos mais simples e não tinham importância; um dos mais populares contava do samurai que, para aquecer um monge errante, cortava suas plantas mais queridas e com elas produzia fogo; mas aconteceu que o monge era o Regente, o qual fez o samurai cavaleiro e ainda o galardoou com ricos presentes. Como nós no Ocidente ainda assistimos a óperas de libreto velho e grotesco, assim também os japoneses de hoje ainda choram diante de suas velhas peças, que a excelência dos atores renova em poder e significação.[43] Para o espectador apressado e prosaico tais representações são mais divertidas que impressionantes; entretanto delas diz um poeta japonês: "Quanta beleza e tragédia no teatro *No*! Sempre imaginei a grande coisa que seria a introdução do teatro *No* no Ocidente. Além de protesto contra o teatro ocidental equivaleria a uma revelação."[44] O Japão, todavia, já desde o século XVII que abandonou essa arte, embora continue com devoção a representar as velhas peças.

Em muitos países, a história do drama é uma gradual mudança do predomínio do coro ao de algum papel individual. Com os progressos da arte de representar no Japão, criaram-se personalidades populares que subordinam a si o enredo. Por fim a pantomima e a religião desceram a papel subordinado; o drama tornou-se uma luta

de individualidades, cheio de violência e romance. Assim nasceu o *kabuki shibai*, ou teatro popular do Japão. O primeiro foi estabelecido aproximadamente em 1600 por uma freira que, cansada do convento, montou um palco em Osaka e fez da dança o ganha-pão.[45] Tal como na Inglaterra e na França, a presença de mulheres no palco parecia revoltante e foi proibida; e como as altas classes fugissem dessas representações, os atores se tornaram verdadeiros párias, sem nenhum estímulo social. Homens faziam a parte das mulheres, e levavam a imitação a ponto de enganarem não apenas a assistência como a si mesmos; muitos destes especialistas permaneceram como mulheres fora do palco.[46] Talvez em conseqüência da pobreza da iluminação os atores pintavam o rosto de cores vivas, e usavam trajes de vistosos desenhos para indicar e dignificar seus papéis. Atrás do palco, e ao redor, ficavam os recitadores individuais ou os do coro, que às vezes desempenhavam as partes vocais quando os atores se limitavam à pantomima. A assistência sentava-se no chão, em esteiras, ou em camarotes lado a lado.[47]

O mais famoso nome do drama popular do Japão foi Chikamatsu Monzayemon (1653-1724). Seus patrícios comparam-no a Shakespeare; mas os críticos ingleses acusam-no de violência, extravagância, bombasticismo, absurdos, embora lhe reconheçam um certo "vigor barbárico";[48] aparentemente a similaridade com Shakespeare é grande. Essas peças nos parecem puros melodramas porque tanto a significação como as finuras de estilo nos escapam; mas também deve ser esse o efeito das peças de Shakespeare em quem não pode seguir-lhe o pensamento e apreciar as belezas da língua. Chikamatsu parece ter feito em suas peças excessivo uso do suicídio por amor, no estilo *Romeu e Julieta*, mas talvez com a desculpa de que o suicídio era tão popular na vida japonesa como no palco.

Neste caso, ao historiador estrangeiro não cabe julgar, mas apenas relatar. Para um observador de passagem a arte teatral japonesa apresenta-se menos complexa e madura do que a européia, embora mais vigorosa e exaltada; as peças japonesas parecem mais plebeiamente melodramáticas e menos intelectualistas do que as peças da França, da Inglaterra e da América de hoje. Reversamente, a poesia japonesa nos parece muito leve e aguda, e muito aristocraticamente refinada — a nós, ocidentais, cujos apetites apelam para os poemas líricos de extensão quase épica (como *Maud*) ou para epopéias tão deliciosas que o próprio Homero dormiria, se fosse obrigado a ler a *Ilíada* inteira. O romance japonês afigura-se-nos sensacional e sentimental; entretanto, duas das obras-primas da ficção inglesa, *Tom Jones* e *Pichwick Pappers*, mostram aparentemente iguais partes correspondentes no *Genji Monogatari* e no *Hizakurige*; e talvez a senhora Murasaki exceda em sutileza, graça e compreensão ao próprio Fielding. Todas as coisas remotas e obscuras são tediosas; e as coisas japonesas nos permanecem obscuras, enquanto não esquecemos completamente a nossa herança ocidental e não nos absorvemos de modo completo do espírito do Japão.

V. A ARTE DAS PEQUENAS COISAS

Imitação criadora — Música e dança — Inro *e* netsuke *—*
Hidari Jingaro — A laca

As formas exteriores da arte japonesa, como quase todas as formas exteriores da vida japonesa, vieram da China; só a força interior e o espírito nasceram da terra. É verdade que, na onda de idéias que o budismo trouxe ao Japão no século VII, também vieram, da China e da Coréia, formas de arte e impulsos ligados à fé budista, tão estranhos à Coréia e à China como ao Japão; também é verdade que entraram elementos culturais não só da China e da Índia como da Assíria e da Grécia — as feições do *Buda* de Kamakura, por exemplo, são mais gregas do que japonesas. Mais tais estímulos externos sofriam a influência criadora do japonês; o povo aprendeu bem cedo a distinguir o feio do belo; os japoneses ricos muitas vezes prezavam mais os objetos de arte do que o ouro (os generais de Hideyoshi, depois de vitoriosas campanhas, contentavam-se muitas vezes com recompensas artísticas — peças raras de cerâmica ou porcelana[49]), e os artistas nipônicos trabalhavam com inexcedível devoção. Embora profundamente treinados em longa aprendizagem, poucas vezes esses homens recebiam salário maior que os dos artesãos; se eventualmente a riqueza os favorecia, eles a esbanjavam com boêmia imprevidência, recaindo na pobreza.[50] Mas só os artífices-artistas do antigo Egito e da Grécia, ou da China medieval, podiam rivalizá-los em gosto e habilidade.

A própria vida do povo comum era instilada de arte — no asseio dos lares, na beleza das vestes, no refinamento da ornamentação, no gosto pelo canto e pela dança. A música, como a vida, viera ao Japão diretamente dos deuses; não haviam Izanagi e Izanami cantado em coro no momento da criação da terra? Mil anos depois o Imperador Inkyo tocou em um vagão (uma espécie de cítara), e sua esposa dançou em um banquete realizado em 419 para comemorar a inauguração de um novo palácio. Quando Inkyo morreu, um rei coreano enviou 80 músicos para a cerimônia fúnebre, os quais iniciaram os japoneses em novos instrumentos e novas músicas — alguns da Coréia, outros da China, outros da Índia. Quando o *Daibutsu* foi instalado no templo de Todaiji, em Nara (752), a música chinesa dos mestres da era T'ang foi tocada na cerimônia; e o *Shoso-in*, ou Casa do Tesouro Imperial, em Nara, ainda exibe os variados instrumentos usados naquele tempo. O canto e o recitativo, a música da corte e a das danças monásticas constituíam os modos clássicos; as árias populares eram tocadas no *biwa*, um alaúde, ou no *samisen*, um banjo de três cordas.[51] Os japoneses não possuíram grandes compositores e não escreveram obras sobre a música; suas composições, muito simples, eram feitas com base em notas da escala harmônica menor; a harmonia era desconhecida e não havia distinção entre o tom maior e menor; mas quase todos os japoneses tocavam algum dos 20 instrumentos trazidos do continente, qualquer um destes, quando bem tocado, diziam os japoneses, poderia fazer a própria poeira dançar no teto.[52] A dança gozava de muita popularidade,[53] como apêndice do amor ou como apoio da religião e das cerimônias comunais; às vezes toda uma aldeia entrajava-se festivamente para celebrar com danças algum auspicioso acontecimento. Dançarinos profissionais desdobravam suas habilidades diante de numerosas assistências. Quando o príncipe Genji, diz um biógrafo, dançou com seu amigo To no-Chujo as "Ondas do Mar Azul", todos se comoveram. "Nunca os assis-

tentes haviam visto pés mais levemente delicados, nem cabeças tão primorosamente equilibradas. (....) Tão belas foram as danças que no fim os olhos do imperador se umedeceram, e todos os príncipes e nobres choraram alto.''[54]

Quanto ao vestuário, quem podia enfeitava-se, não só de finos brocados e sedas, como de finos objetos de arte, característicos do velho Japão. As damas encolhiam-se atrás de leques de extrema beleza, enquanto os homens exibiam o *netsuke*, o *inro* e custosos sabres cinzelados. O *inro* era uma pequenina caixa que atavam ao cinto por um cordão, em geral de marfim esculpido e com divisões para fumo, moedas, material de escrita e outros necessários. Para que o cordão não deslizasse do cinto, a segunda ponta era presa por um *netsuke*, ou presilha, sobre cuja superfície algum artista havia amorosamente afeiçoado a imagem de deidades ou demônios, de filósofos ou fadas, de pássaros ou répteis, de peixes ou insetos, flores ou folhas, ou cenas da vida do povo. Só o mais atento exame pode revelar a sutileza e significação de tais lavores; mas esse microcosmo de mulheres gordas e padres, de ágeis macacos e lindos besouros, esculpidos em menos de uma polegada cúbica de marfim ou madeira, revela a grande paixão artística do povo japonês.

Hidari (''Maneta'') Jingaro foi o mais famoso dos escultores em madeira japoneses. Conta a lenda como ele perdeu um braço e ganhou aquele apelido: quando um conquistador ofendido pediu ao *Daimyo* de Jingaro a vida de sua filha, o artista modelou com tanto realismo uma cabeça cortada, que o conquistador mandou que lhe decepassem a mão esquerda ''como castigo pela morte da filha de seu amo''.[55]

Do cinzel de Jingaro saíram os elefantes e gatos do santuário de Iyeyasu, em Nikko, e a ''Porta do Enviado Imperial'', no templo de Nishi-Hongwan, em Quioto. Nas faces internas dessa porta o artista conta a história do chinês que lavou os ouvidos contaminados pela proposta de fazerem dele o imperador da China, e do austero vaqueiro que se zangou com o sábio por ter este sujado o rio com água que usara para lavar os ouvidos.[56] Jingaro foi o mais característico dos muitos artistas que sublimaram a vida do Japão com os trabalhos em laca. A árvore da laca encontrou no país como que o seu verdadeiro *habitat*, e foi carinhosamente cultivada. Os artistas cobriam com sucessivas camadas de laca uma fôrma de algodão ou madeira; outras vezes modelavam uma estátua no barro e faziam por ela um molde, no que derramavam diversas camadas de laca, de crescente espessura.[57] Os escultores japoneses elevaram o trabalho em madeira ao nível a que os artistas de outros países elevaram o mármore, e encheram os santuários, os mausoléus e os palácios com os mais belos trabalhos em madeira da Ásia.

VI. ARQUITETURA

Templos — Palácios — O santuário de Iyeyasu — Lares

No ano 594 a Imperatriz Suiko, vindo a convencer-se da verdade e utilidade do budismo, ordenou a construção de templos budistas em todo o reino. O príncipe Shotoku, incumbido de pôr em execução o edito imperial, trouxe da Coréia sacerdotes, arquitetos, entalhadores de madeira, fundidores de bronze, pedreiros, douradores, oleiros, tecelões e outros artífices especializados.[58] Esta vasta importação cultural constituiu o começo da arte do Japão, porque o *Xinto* havia olhado com maus olhos a ereção de edifícios de arte e a representação figurada dos deuses. Depois do edito de

Suiko, os santuários e a estatuária budista encheram o país. Na essência, os templos eram iguais aos da China, embora com ornamentação mais rica e entalhes mais delicados. Aqui também os majestosos *torii*, ou pórticos, assinalavam a entrada dos sagrados recintos; as paredes de madeira eram adornadas de vivas cores; grandes vigas sustinham o telhado, e estruturas menores mediavam entre o santuário central e as árvores circundantes. A maior realização dos artistas importados foi o grupo de templos em Horiuji, erguidos perto de Nara, lá pelo ano 616, sob a direção do príncipe Shotoku. Um destes edifícios de madeira sobreviveu a todos os terremotos e a 100.000 templos de pedra, e vai a crédito de seus construtores que nada mais tarde erigido no Japão o excedeu em majestade. Os únicos que talvez se lhe possam comparar em beleza são os mais recentes e, acima de todos, a perfeitamente bem proporcionada Sala de Ouro do templo Todaiji, na mesma Nara; "a mais preciosa arquitetura da Ásia está em Nara", disse Ralph Adams Cram.[59]

O imediato zênite da construção japonesa ocorreu no *xogunato* Ashikaga. Yoshimitsu resolveu fazer de Quioto a mais bela capital do mundo, e construiu para os deuses um pagode de 120 metros de altura; para sua mãe fez o palácio Takakura, em que uma só porta custou 20.000 peças de ouro ($150.000); e para si ergueu o Palácio das Flores, ao custo de $ 5.000.000; e por fim, para glória de todos, levantou o Pavilhão de Kinkakuji.[60] Procurando rivalizar Cublai-Cã, Hideyoshi construiu em Momoyama o "Palácio do Prazer", que seu capricho fez demolir alguns anos depois de completo; podemos julgar da sua magnificência pelo portal dele removido para o templo de Nishi-Hongwan; os apreciadores, diz um crítico, podiam passar o dia extasiados na excelência de seu lavor. Kano Yeitoku foi o Ictino e o Fídias de Hideyoshi, mas preferiu em suas construções o esplendor veneziano ao comedimento da Ática; nunca o Japão, ou mesmo a Ásia, viu uma tal abundância decorativa. Igualmente sob Hideyoshi surgiu o Castelo de Osaka, para dominar a Pittsburgh japonesa e tornar-se o túmulo de seu filho.

Iyeyasu inclinava-se mais à filosofia e às letras do que à arte; mas, depois de morto, o seu neto Iyemitsu contentou-se com uma pobre construção de madeira para palácio e dedicou toda a arte e todos os recursos do país à construção em Nikko do túmulo de Iyeyasu — o mais belo mausoléu já erigido na Ásia. A 90 milhas de Tóquio, numa colina ao fim de uma alameda de imponentes criptomérias, os arquitetos do *xógum* lançaram, primeiramente, uma série de amplas obras de aproximação e depois a Porta Yo-mei-mon, bela sem dúvida alguma, a despeito de muito ornamentada; em seguida, sobre um pequeno curso de água, uma ponte sagrada e intocável, e vários mausoléus e templos de madeira laqueada, femininamente frágeis e belos. A decoração é extravagante e a construção fraca, com abuso do vermelho dentro do verde circundante; mas num país pintado tão intensamente pela primavera, pela flor das cerejeiras, é natural que se recorra aos tons vivos para exprimir sua alma.

Não podemos considerar grandiosa a arquitetura japonesa; o demônio do terremoto não o admitiria naquele arquipélago. Vem daí que tudo é de madeira, e as residências raro se erguem mais de dois andares; a repetida experiência dos incêndios e as reiteradas recomendações do governo fizeram que o povo cobrisse de telhas as moradas de madeira. A aristocracia, não podendo erigir mansões que esbarrassem nas nuvens, fê-las espraiadas, apesar do edito imperial que limitava a área das moradias a 240 jardas quadradas. Um palácio raramente era uma construção de unidade estrutural; compunha-se de um conjunto de estruturas unidas por passagens recobertas. Não ha-

via distinção entre sala de jantar, sala de estar e quarto de dormir; o mesmo cômodo adequava-se a qualquer fim, bastando que recebesse ora esta, ora aquela mobília. Biombos ou tabiques móveis dividiam à vontade o recinto, ajeitando-o às necessidades do momento; e mesmo as gelosias, ou "ajanelados", enrolavam-se para dar entrada ao sol ou ao ar fresco. Lindos estores de bambu asseguravam a graduação da luz exterior e a intimidade. Janelas constituíam um luxo; nas casas pobres a luz do verão encontrava muitas aberturas por onde entrar, as quais eram no inverno tapadas com papel impermeável. A arquitetura japonesa dá impressão de nascida nos trópicos e transportada a ilhas próximas da tiritante Kamchatka. Nas cidades mais ao sul estas frágeis casinhas revelam estilo e beleza próprios, e oferecem adequada habitação aos outrora alegres filhos do sol.

VII. METAIS E ESTÁTUAS

Espadas — Espelhos — A trindade de Horiuji — Colossos — Religião e escultura

A espada dos samurais era mais forte que suas casas, porque os metalurgistas do Japão primavam em lâminas de aço superiores às de Damasco e Toledo,[61] capazes de abrir um homem ao meio; ornamentavam-nas, porém, com punhos e bainhas tão intensamente lavrados, tão cravejados de gemas, que muitas vezes se tornavam impróprias para o homicídio. Outros trabalhadores do metal faziam lendários espelhos de bronze. Certo campônio, havendo adquirido um espelho, julgou ver nele a cara de seu pai já falecido, e escondeu-o como um grande tesouro; com tanta freqüência, porém, o consultava, que sua esposa desconfiou, e indo mexer no espelho viu nele o retrato de uma mulher de sua idade, que só podia ser a amante do marido.[62] Outros artífices fundiam enormes sinos, como o de Nara, do peso de 49 toneladas (723 d. C), e sabiam dar-lhes som mais doce que o dos sinos do Ocidente, por meio de pancadas com percursor de madeira sobre uma bossa do lado externo.

Pelo fato de serem as ilhas pobres em mármore ou granito, os escultores usavam o metal e a madeira de preferência à pedra; mesmo assim, a despeito das dificuldades de material, acabaram excedendo os seus mestres coreanos e chineses na arte da escultura, a mais definitiva de todas, porque secretamente todas copiam dela a paciente remoção do inapropriado ou inútil. A mais antiga e talvez a mais importante obra-prima escultural japonesa é a trindade de bronze em Horiuji — um Buda sentado num botão de lótus entre dois *Bodhisattwas*, diante de um biombo e de um halo de bronze só menos belo que a renda de pedra do biombo do Taj Mahal. Não sabemos que mãos construíram esses templos e lavraram essas estátuas; podemos admitir a intervenção de professores coreanos, de exemplos chineses, de motivos da Índia e mesmo de influências gregas; o certo, porém, é que esta trindade constitui uma das grandes obras-primas da história da arte. (Talvez o grande Shotoku Tashi, estadista e artista, tenha algo que ver com esta realização, porque sabemos que manejava o cinzel e lavrara muitas estátuas de madeira.[63] Kobo Daishi [aprox. 816] foi escultor tanto quanto pintor, sábio e santo; para acentuar sua versatilidade, Hokusai pintou-o manejando cinco pincéis a um tempo, com as mãos, os pés e a boca.[64] Unkei [1180-1220] deixou retratos-busto de si mesmo e de monges, e esculpiu de modo excelente terríveis figuras do Supremo Tribunal do Inferno e rabugentos deuses cuja função era

afugentar para longe os espíritos maus. Seu pai Kokei, seu filho Jokei e seu pupilo Jokaku contribuíram para elevar o Japão à posição suprema na escultura da madeira.)

Talvez, pelo fato de serem de baixa estatura, não podendo seus corpos conter toda a ambição e capacidade de suas almas, os nipônicos sentissem prazer em esculpir colossos e fossem nesta arte ainda mais felizes que os egípcios. No ano de 747, havendo a varíola atacado o Japão, o Imperador Shomu comissionou Mimimaro para fundir um gigantesco Buda propiciatório. Para esse fim Mimimaro utilizou-se de 437 toneladas de bronze, 288 libras de ouro, 165 de mercúrio, sete de cera vegetal e várias de carvão. Dois anos e sete tentativas foram necessários para a conclusão da obra. A cabeça foi fundida de uma só peça, mas o corpo compunha-se de várias placas, soldadas e revestidas de ouro. Mais impressionante ainda aos olhos dos estrangeiros é o *Daibutsu* de Kamakura, fundido em bronze em 1252 por Ono Goroyemon; como o colosso está numa elevação descampada, numa agradável moldura de árvores, o tamanho parece em harmonia com o propósito, e o artista exprimiu com rara simplicidade o espírito de paz e de contemplação de Buda. Nos começos, como em Nara, um templo cobria a estátua; mas em 1495 uma grande maré destruiu o templo e a cidade, deixando o filósofo de bronze serenamente só no meio das ruínas do sofrimento e da morte. Hideyoshi também construiu um colosso em Quioto; durante cinco anos 50.000 homens trabalharam nesse Buda; muitas vezes o grande *Taiko* em pessoa, vestido de operário, ajudou na tarefa. Logo depois de concluído, porém, um terremoto o destruiu. Diz a história japonesa que Hideyoshi lançou uma flecha contra o ídolo derrubado, dizendo com desprezo: "Com enorme dispêndio te ergui e não pudeste nem defender o templo que te cobria."[65]

De tais colossos até o lavor dos *netsukes*, a escultura japonesa se desdobra numa escala decrescente. Às vezes seus mestres, como hoje Takamura, consagravam anos de trabalho a figuras de um pé de alto, e deleitavam-se em representar octogenários repletos de rugas, gordos comilões e frades filosóficos. Era bom que o humor os sustentasse, porque quase todo o dinheiro que lhes vinha do trabalho revertia para os auxiliares; e nas obras de mais vulto eles eram torturados pelas convenções e limitações impostas pelos padres. Estes queriam deuses que levassem o povo à piedade, ou o atemorizassem; não pensavam na criação artística da beleza. Amarrados assim à religião, a escultura decaiu quando a religião perdeu o calor e o poder; e, como no Egito, o rigor das convenções, esvaído que estava o sentimento religioso, trouxe a rigidez cadavérica da morte.

VIII. CERÂMICA

O estímulo chinês — Os oleiros de Hizen — Cerâmica e chá
Como Goto Saijiro levou a porcelana de
Hizen para Kaga — O século XIX

A importação pelos japoneses da civilização coreana e chinesa tem o mesmo sentido da importação da cultura greco-romana pelo resto da Europa. Também podemos ver todos os povos do Extremo Oriente como unidade ética e cultural, em que cada parte, como província de um país, produzia, em seu tempo e lugar, uma arte e uma cultura afins e dependentes da arte e da cultura do resto. Desse modo a cerâmica japonesa é parte e fase da cerâmica do Extremo Orien-

te em geral, fundamentalmente irmã da chinesa, mas impregnada das delicadezas características de todos os trabalhos nipônicos. Até a chegada dos artistas coreanos no século VII, a cerâmica japonesa permanecera na fase de indústria modeladora do barro para as exigências utilitárias comuns; aparentemente não havia cerâmica vidrada no Extremo Oriente antes do século VIII, e muito menos porcelana.[66] A indústria se tornou arte sobretudo em conseqüência do triunfo do chá no século XIII. As taças para chá de estilo Sung entraram no Japão com a bebida, e despertaram a admiração dos japoneses. No ano 1223 Kato Shirozemon, oleiro nipônico, foi para a China, lá estudou cerâmica durante seis anos, voltou para montar uma fábrica em Seto e tanto primou na arte que o *Seto-mono*, ou louça de Seto, tornou-se o nome genéride toda a cerâmica japonesa, do mesmo modo que a palavra *chinaware*, no século XVII, tornou-se na Inglaterra sinônimo de porcelana. O *xógum* Yoritomo fez a fortuna de Kato ao estabelecer a moda de recompensar serviços com presentes de aparelhos de chá de sua fabricação. Os espécimes hoje sobreviventes do *Toshiro-yaki* (*Toshiro*, outro nome de Kato; *yaki*, louça) possuem um valor inestimável; são conservados em custosos brocados e guardados por seus aristocráticos possuidores em caixa do mais fino charão.[67]

Trezentos anos mais tarde, outro japonês, Shonzui, também foi à China estudar cerâmica, e de retorno instalou uma fábrica em Arita, na província de Hizen. Viu-se embaraçado pela dificuldade de encontrar no Japão os minerais necessários a uma pasta fina como a dos chineses; e diziam de seus produtos que um dos ingredientes não passava de ossos dos seus operários. Não obstante, a louça azul de Shonzui era tão boa que os oleiros chineses do século XVIII fizeram o possível para imitá-la e exportá-la, falsificando a marca; o que hoje resta dessa cerâmica tem valor igual ao das mais raras pinturas dos grandes mestres japoneses.[68] Por volta de 1605, Risampe, um coreano, descobriu em Izumi-yama, no distrito de Arita, imensos depósitos de caulim; e a partir desse instante Hizen tornou-se o centro da indústria cerâmica do Japão. Também em Arita operou o afamado Kakiemon, que, depois de aprender com um capitão de navio chinês a técnica do esmalte, tornou-se um glorioso nome na arte da porcelana. Grande quantidade de peças de Hizen era exportada por negociantes holandeses através do porto de Arita; só no ano 1664 foram remetidas à Europa 44.943 peças. Essa louça fez furor na Europa, induzindo Aebregt de Keiser a criar a fábrica de porcelana de Delft.

A moda do chá estimulou ainda mais o surto da porcelana japonesa. Em 1578, Nobunaga, por sugestão de Rikyu, Mestre de Chá, fez a uma família de oleiros coreanos em Quioto uma grande encomenda de taças e outras peças de serviço. Poucos anos depois Hideyoshi recompensou essa família com o selo de ouro, e tornou suas louças— A *Raku-yaki* — quase de rigor para o ritual do chá. Os generais de Hideyoshi voltaram de uma infeliz invasão da Coréia com certo número de prisioneiros, entre eles muitos artistas. Em 1596, Shimazu Yoshihiro levou para Satsuma cem hábeis coreanos, dos quais 17 oleiros; e esses homens, com seus sucessores, firmaram no mundo a alta reputação de Satsuma pela louça ricamente colorida que no Ocidente recebeu o nome de "faiança". Mas o maior mestre neste ramo da arte, temo-lo no oleiro de Quioto, Ninsei. Além de ser o criador da faiança esmaltada, ainda deu a seus produtos a graça e a medida que os tornaram preciosos para os colecionadores; de tal maneira que nenhuma outra marca foi tão falsificada quanto a sua no Japão.[69] Graças a ele a faiança decorada fez furor na capital; e, em alguns quarteirões de Quioto, de duas casas uma era fábrica de cerâmica em miniatura.[70] Logo abaixo de Ninsei na fama, vinha Kenzan, irmão mais velho do pintor Korin.

O romance que tão freqüentemente espia atrás da cerâmica aparece na história de como Goto Saijiro levou a arte da porcelana de Hizen a Kaga. Tendo sido descoberta próximo à aldeia de Kutami uma excelente jazida de caulim, o senhor feudal da província resolveu estabelecer lá a indústria da porcelana; e Goto foi mandado a Hizen a fim de estudar métodos e processos técnicos. Os segredos, entretanto, eram guardados com tanto ciúme que por certo tempo Goto se sentiu no ar. Por fim usou de um estratagema; disfarçou-se em servo e aceitou emprego ínfimo em casa de um oleiro. Três anos depois o amo colocou-o em uma cerâmica, onde Goto trabalhou por mais quatro. Por fim abandonou a mulher com que se casara em Hizen, e os filhos dela havidos, e fugiu para Kaga, onde apresentou a seu amo um relatório sobre os segredos que havia descoberto. A partir desse tempo (1664) os oleiros de Kutani tornaram-se mestres, e a *Kutani-yaki* rivalizou com as melhores louças do Japão.[71]

As louças de Hizen conservaram sua superioridade através do século XVIII, sobretudo em conseqüência do carinho que o senhor feudal de Hirado consagrava aos operários de suas fábricas; por quase 100 anos (1750-1843) o azul das louças Michawaki de Hirado manteve a fama. No século XIX, Zengoro Hozen fez que a supremacia passasse para Quioto, com habelíssimas imiações que muitas vezes excediam aos modelos, tornando impossível distinguir entre o original e a imitação. No último quarto do século o Japão aperfeiçoou o *cloisonnê* e conquistou o primado mundial neste campo.[72] Outros ramos da arte deterioraram-se nesse período em conseqüência da procura européia, sempre crescente; isso levou os japoneses a exagerar a decoração num sentido contrário ao bom gosto local; a fazer arte comercial, em suma. Passou a haver mais interesse pela quantidade do que pela qualidade, e para atender ao consumo em massa surgiu a produção em massa. Talvez, depois que as invenções hajam completado o seu curso, e a organização social se aperfeiçoe, o mal que a produção em massa é hoje se torne em bênção; a indústria poderá dar seus artigos à grande maioria dos homens, enquanto o trabalhador, depois de pago o seu tributo de horas à máquina, voltará a ser o artesão de outrora, e com o amoroso tratamento individual fará dos produtos mecânicos um trabalho de personalidade e arte.

IX. PINTURA

Dificuldades do assunto — Métodos e materiais — Formas e idéias — Origens coreanas e inspiração budista — A escola Tosa — Retorno à China — Sesshiu — Escola Kano — Koyetsu e Korin — Escola realista

A pintura japonesa constitui assunto unicamente para especialistas; e se está incluída aqui, é na esperança de que de sua visualização nos venha um pouco mais de entendimento da alma japonesa. As obras-primas da pintura nipônica cobrem um período de 1.200 anos, divididos em uma complexa multiplicidade de escolas, e seus produtos ou foram destruídos pelo tempo ou estão ocultos nas coleções particulares do Japão. As poucas obras franqueadas ao estudo dos estrangeiros são tão diferentes da pintura do ocidental — em forma, método, estilo e material — que a crítica se torna impossível.

Antes de mais nada, as pinturas japonesas, como as da China, eram feitas com o mesmo pincel usado para a escrita e, como na Grécia, a palavra indicativa de escrita e pintura originalmente era a mesma; a pintura não passava de uma arte gráfica. Este fato inicial determinou metade das características da pintura do Extremo Oriente, desde os materiais usados até a subordinação da cor à linha. Os materiais eram simples: tintas, ou cores aquosas, um pincel, papel absorvente ou seda. Trabalho difícil: o artista não trabalhava ereto, mas de joelhos, curvado sobre o papel estendido no chão; e devia aprender a controlar a pincelada, pois havia 71 diferentes graus ou estilos de toques.[73] Nos primeiros séculos, quando o budismo controlava a arte no Japão, pintavam-se afrescos muito ao tipo dos de Ajanta ou do Turquestão; mas quase todas as obras de valor que subsistiram tomaram a forma do *makimono* (rolo) ou do *kakemono* (biombo). Estas pinturas não eram feitas para galerias públicas, inexistentes no Japão, mas para serem vistas na intimidade pelos donos e seus amigos, ou então compor a decoração dos templos, palácios e residências. Raramente apareciam retratos; a regra eram aspectos da natureza, ou cenas marciais, ou instantâneos humorísticos ou satíricos da vida e modos dos animais e das criaturas humanas.

Eram poemas de sentimento antes que representações das coisas, e mais próximos da filosofia do que da fotografia. O artista nipônico não tratava de realismo; raro procurava imitar a forma externa da realidade. Desprezava as sombras como sem importância para a essência, preferindo pintar ao ar livre, sem o modelado do claro e escuro; e sorria da insistência dos ocidentais na perspectiva, ou redução gradativa à proporção que as coisas se afastam. "Na pintura japonesa", diz Hokusai com filosófica tolerância, "a forma e a cor são figuradas sem nenhuma tentativa de relevo, mas a pintura européia procura o relevo e a ilusão."[74] O artista japonês procurava produzir uma sensação, antes que fixar um objeto; procurava sugerir antes que representar; em seu julgamento era desnecessário mostrar mais que alguns traços relevantes da cena, exatamente como no poema japonês. O pintor também era um poeta, e prezava o ritmo da linha e a música das formas muito mais do que a forma e a estrutura que o acaso dá às coisas. E, como o poeta, sentia que ser verdadeiro para com o seu próprio sentimento era o *quantum satis* do realismo.

Foi provavelmente da Coréia que a pintura veio para o Japão. Os artistas coreanos presumivelmente pintaram os coloridos afrescos do templo de Horiuji, porque nada há no Japão anterior ao século VII que possa explicar aquele súbito jato de magnífica realização pictórica. Em seguida sobreveio o estímulo chinês, graças aos estudos feitos na China pelos sacerdotes japoneses Kobo Daishi e Dengyo Daishi; de volta à pátria em 806, Kobo entregou-se à pintura e à escultura, e algumas das mais velhas obras-primas japonesas são da sua lavra. O budismo também estimulou a arte nascente, como o fizera na China; o contemplativismo do *Zen* dissolveu-se, tanto em pintura como em filosofia e poesia; e as visões de Amida Buda tornaram-se tão freqüentes na arte japonesa como as Anunciações e Crucificações nas Renascenças européias. O padre Yeishin Sozu (1017) foi o Fra Angélico ou o El Greco da época. Por esse tempo, entretanto, Kose no-Kanaoka (950) havia começado a secularização da pintura japonesa; pássaros, flores e animais começavam a rivalizar com os santos, nos rolos pintados.

Mas o pincel de Kose ainda falava chinês e era chinês na linha. Só depois da suspensão do comércio com a China, no século IX, é que, no isolamento dos cinco séculos que se seguiram, passou o Japão a pintar de maneira própria. Por volta de 1150, sob o patrocínio dos círculos imperiais e aristocráticos de Quioto, surgiu uma escola de pintura nacionalista, hostil aos motivos importados e amiga das flores e paisagens locais. Essa escola teve tantos nomes quantos mestres: *Yamato-riu*, ou Estilo Japonês; *Wagariu*, idem; *Kasuga*, nome do seu fundador; e Escola Tosa, nome do seu principal representante no século XIII, Tosa Gon-no-Kumi; depois deste artista e até o fim da escola, todos os seus pintores tomaram o nome de Tosa. E mereciam-no, porque nada há na pintura do Oriente que corresponda ao ardor, ao ímpeto, à variedade e ao humor dos rolos de amor e guerra que saíram dos pincéis desses artistas. Mais ou menos em 1010, Takayoshi pintou a cores ilustrações para o romance de Genji; Toba Sojo divertia-se desenhando sátiras contra os sacerdotes e outros patifes do tempo, disfarçando-os em macacos e sapos; Fujiwara Takanobu, lá pelo fim do século XII, achando a sua alta linhagem indigna do arroz que comia, entregou-se à pintura como meio de vida e fez grandes retratos de Yoritomo e outros, dessemelhantes de tudo já realizado no Japão; seu filho Fujiwara Nobuzane pacientemente pintou o retrato de trinta e seis poetas; e no século XIII, Keion, filho de Kasuga, ou algum outro, pintou os animados rolos que figuram entre as mais brilhantes realizações pictóricas do mundo.

Lentamente estas fontes de inspiração nativa foram se ressecando no convencionalismo, e a arte japonesa, para rejuvenescer-se, voltou-se novamente para a China, onde estava em apogeu o Renascimento Sung. O impulso para a imitação revelou-se por algum tempo incontrolável; artistas japoneses que jamais tinham estado na China passavam a vida pintando cenas chinesas. Cho Densu pintou dezesseis *Rakan* — santos budistas — hoje na Galeria Freer, em Washing-

ton; Shubun tomou a precaução de nascer e ser criado na China, de modo que, ao vir para o Japão, pudesse pintar paisagens não só de imaginação, mas também de memória.

Foi durante esta segunda fase da pintura japonesa que o maior vulto da arte pictórica apareceu. Sesshiu era um sacerdote *zen*, de Sokokuji, uma das diversas escolas de arte estabelecidas pelo *xógum* Ashikaga. Muito novo ainda, já assombrava seus conterrâneos com a extrema habilidade no desenho; e diz a lenda que, certa vez, tendo sido amarrado a um poste por travessura de menino, desenhou com os dedos do pé um camundongo de tanta perfeição, que o bichinho viveu, roeu a corda e soltou-o.[75] Ansioso de conhecer os mestres chineses, obteve de seus superiores as necessárias credenciais e partiu. Ficou muito desapontado ao encontrar a pintura chinesa em decadência, mas consolou-se com a variada vida e cultura do grande reino, voltando cheio de inspiração e idéias. Os artistas e nobres da China, diz a lenda, acompanharam-no ao cais, e inundaram o navio de papel em branco, para que o autografasse com um simples traço que fosse; daí, diz a lenda, o nome Sesshiu, que ele adotou — Navio de Neve.[76] Chegado ao Japão, parece ter tido principesca recepção e recebido oferta de muitos favores do *xógum* Yoshimasa; mas recusou-os e retirou-se para sua paróquia de Choshu, onde começou a produzir obras-primas em série até esgotar o estoque de impressões da China, que trouxera na memória. Raramente a China e o Japão viram pinturas tão várias no escopo, vigorosas na concepção e execução. Em sua velhice vinham homenageá-lo na humilde paróquia todos os artistas do Japão, consagrando-o como o supremo. Hoje Sesshiu é para os colecionadores de obras de arte orientais o que Leonardo é no Ocidente; e a lenda, que transforma opiniões intangíveis em lindas histórias, conta como o possuidor de um Sesshiu, colhido por um incêndio de que não havia escapar, abriu com a espada o ventre e enfiou lá o rolo de Sesshiu, o qual foi mais tarde extraído do corpo semicarbonizado.[77]

A influência chinesa continuou entre os artistas dos *xogunatos* Tokugawa e Ashikaga. Todos os barões feudais tinham seu pintor oficial, comissionado para treinar centenas de jovens discípulos que de um momento para outro podiam ser empregados na decoração de uma residência palacial. Desde que a secularização da arte crescia na proporção do aumento das riquezas, os templos andavam quase ignorados. Lá pelo fim do século XV, Kano Mesanobu estabeleceu em Quioto uma escola de pintores conhecida pelo seu primeiro nome, e devotou-se a manter as severas tradições chinesas clássicas, introduzidas no Japão. Seu filho Kano Motonobu alcançou neste campo uma excelência só inferior à de Sesshiu. Tendo certa vez recebido encomenda de uma série de grous, Motonobu foi visto durante muitas noites a andar e a comportar-se como um grou: É que ele imitava de noite o grou que pretendia pintar no dia seguinte. Kano Yeitoku, um seu neto, desenvolveu, sob a proteção de Hideyoshi, um estilo ornamental inteiramente liberto do classicismo de seus progenitores. Tanyu transferiu a sede da escola de Quioto para Yedo e ajudou a decorar a mausoléu de Iyeyasu em Niko. Gradualmente, a despeito dessas adaptações ao espírito dos tempos, a dinastia dos Kanos perdeu o vigor e o Japão voltou-se para outros mestres.

Pelo ano de 1660 entrou em cena um novo grupo de pintores, conhecido pelo nome de escola Koyetsu-Korin. Na natural oscilação das filosofias e estilos, a maneira e os temas chineses de Sesshiu e Kano pareciam agora conservadores e gastos; e os novos artistas se voltaram para as cenas domésticas. Koyetsu era homem dos mais diversos talentos; faz-nos recordar a idéia de Carlyle, de jamais ter conhecido um grande homem que não pudesse ser grande em qualquer campo; era calígrafo notável, pintor, desenhista em metal, laquista. Tal qual William Morris, inaugurou uma revivescência da impressão artística e superintendeu uma aldeia na qual seus

artesãos se dedicavam a várias artes sob sua direção.[78] O único rival que teve em vida foi Korin, o grande mestre de flores que, diz a história, de um só traço lançava sobre a seda uma folha de lírio e a fazia viver.[79] Nenhum outro pintor foi mais completamente japonês, no gosto e na delicadeza da obra. (O Museu Metropolitano de Arte de Nova York adquiriu um "*wave-screen*" de Korin, que Ledoux declarou ser "uma das maiores obras desta espécie que jamais deveriam ter permitido deixar o Japão".)[80]

A última dessas escolas históricas da pintura japonesa foi a fundada em Quioto no século XVIII por Maruyami Okyo. Homem do povo estimulado por algum conhecimento da pintura européia, resolveu abandonar o velho estilo e tentar o realismo. Apaixonou-se principalmente pelo desenho de animais, dos quais tinha muitos exemplares em casa para estudos. Havendo pintado um javali, mostrou-o a caçadores, e se desapontou ao vê-los acharem-no sem vida. Esforçou-se de novo em dar vida ao javali, até que os caçadores admitissem que o animal não estava morto e sim dormindo.[81] Como a aristocracia de Quioto fosse pobre, Okyo tinha de vender suas pinturas para a classe média, o que o fez voltar-se para assuntos populares, fato horrível para os velhos artistas consagrados. Mori Sossen aceitou a tendência naturalista de Okyo, dedicou-se ao estudo de animais e tornou-se o maior pintor japonês de macacos e veados. Quando Okyo faleceu, em 1795, os realistas haviam vencido em toda a linha e a escola de pintura popular conquistara a atenção não só das Ilhas Sagradas como do mundo inteiro.

X. IMPRENSA

Escola Ukiyoye — *Seus fundadores — Seus mestres Hokusai — Hiroshige*

Outra ironia da História está em que a arte japonesa mais largamente conhecida no Ocidente fosse uma das menos prezadas no Japão. Em meados do século XVIII a arte da gravura, que viera para o Japão na bagagem do budismo, passou a ilustrar livros e a vida do povo. Os velhos assuntos e métodos haviam perdido o sabor da novidade e o interesse; os homens andavam saturados de santos budistas, filósofos chineses, animais pensativos e flores imaculadas; as novas classes sociais reclamavam coisas que as satisfizessem, e foram surgindo os artistas capazes de atender a tais interesses. Como a pintura era arte de produção escassa e lenta, os novos artistas adaptaram a gravura aos seus propósitos; gravavam os desenhos em madeira e faziam reproduções em número adequado aos compradores. Depois de impressas eram coloridas à mão. Mais ou menos em 1740 as matrizes de impressão se desdobraram em três, uma para cor preta comum, outra para cor-de-rosa e outra para verde; as impressões se faziam sucessivamente. E em 1764 Harunobu conseguiu as primeiras policromias, abrindo caminho para os vivos desenhos de Hokusai e Hiroshige, cujo sucesso na Europa foi enorme. Nasceu desse modo a Escola *Ukiyoye,* de "Quadros do Mundo que Passa".

Seus pintores não foram os primeiros a tomar como tema o homem comum. Iwasa Matabei, no começo do século XVII, impressionou os samurais com a pintura, num biombo de seis divisões, de homens, mulheres e crianças nas mais comuns atitudes da vida; em 1900 este biombo foi escolhido pelo governo japonês para ser exposto em Paris, e embarcou, depois de segurado por 30.000 ienes — $15.000.[82] Em 1660.

Hisnikawa Moronobu, desenhista de modas em Quito, fez as primeiras impressões com matrizes entalhadas para ilustração de livros e cartões, como os "postais" modernos. Em 1687 Toru Kujomoto, desenhista de cartazes para os teatros de Osaka, mudou-se para Yedo e convenceu a Escola *Ukiyoye* do proveitoso que seria imprimir gravuras com a representação dos mais famosos atores da época. Do palco os novos ar-

tistas se passaram para os bordéis do Yoshiwara e deram a muita beleza frágil o gosto da imortalidade. Seios nus e pernas entraram com desarmante acanhamento no santuário outrora religioso e filosófico da pintura japonesa.

Os mestres dessa arte aparecem em meados do século XVIII. Harunobu fez impressões a 12, até 15 cores, e Koyonaga levou a escola ao zênite com suas representações de mulheres da aristocracia. Sharaku parece ter dado somente dois anos de sua vida à nova arte, mas mesmo assim pairou muito alto nas suas ilustrações dos Quarenta e Sete *Ronin* e em seus desenhos artísticos das estrelas do palco. Utamaro, rico em versatilidade e gênio, mestre da linha, desenhou o que pôde da vida, desde insetos até cortesãs; consumiu metade da sua carreira em Yoshiwara, exaurindo-se de prazer e trabalho, e cumpriu um ano de prisão por pintar Hideyoshi com meia dúzia de concubinas.[83] Cansado da gente normal de atitudes normais, Utamaro estilizou seus complacentes modelos com espiritual esbelteza, olhos alongados, rostos compridos, e compôs misteriosas figuras envoltas em rico panejamento. Os imitadores transformaram seu estilo em maneirismo, quase levando a escola à decadência; mas o surto de seus dois maiores artistas a salvou por mais meio século.

"O Velho Louco da Pintura", como Hokusai se chamava a si mesmo, viveu quase 90 anos, mas lamentava a brevidade da vida.

> Dos meus seis anos em diante a mania de desenhar empolgou-me. Aos 50 imprimi certo número de trabalhos muito variados, nenhum dos quais me satisfez. Minha arte verdadeira começou aos 70 anos. Hoje, com 75, começo a compreender a natureza; e espero que aos 80 possa ter chegado a um certo poder de intuição, que se desenvolverá até os 90, permitindo que aos 100 eu possa afirmar que minha intuição é perfeitamente artística. E se me for permitido viver até os 110, acredito que uma verdadeira compreensão da natureza irradiará de todos os meus traços e pontos. (....) Convido, pois, os que vão viver tanto quanto eu a verificarem por si mesmos se será assim ou não (escrito aos 75 anos por mim, primitivamente chamado Hokusai e hoje O Velho Louco da Pintura).[84]

Como a maioria dos artistas dessa escola, Hokusai nasceu na classe operária, filho de um fabricante de espelhos. Discípulo do artista Shunso, foi expulso da classe por excesso de originalidade e voltou para sua família, para viver a vida toda no trabalho e na pobreza. Quando sua casa se incendiou, ele apenas compôs um *hokka*:

> Queimou-se,
> Como são serenas as flores ao caírem![85]

Quando, na idade de 89 anos, a morte o descobriu, ele se rendeu, relutantemente: "Se os deuses me dessem só mais 10 anos, eu podia realmente tornar-me um grande pintor."[86]

Hokusai deixou 500 livros com 30.000 desenhos. Embriagado com sua inconsciente habilidade natural, pintou, com amorosa e variada repetição, montanhas, rochas, rios, pontes, cachoeiras e o mar. Havendo saído o livro das "Trinta e Seis Vistas de Fuji", ele voltou, como o fascinado sacerdote da lenda budista (o qual, tendo sido

exilado do Japão, atravessava todos os dias o mar, para ver de longe a sagrada montanha), a sentar-se ao pé dessa montanha sagrada e desenhou "Cem Vistas do Fuji". Numa série denominada "O Imaginário dos Poetas", Hokusai se voltou para os mais altos assuntos da arte japonesa, e representou, entre outros, o grande Li Po diante da abismal catarata de Lu. Em 1812 publicou o primeiro da série de quinze volumes chamados *Mangwa* — desenhos da vida comum, picantes de humor, escândalo e burlesco. Saíam-lhe na quantidade de uma dúzia por dia, e assim ilustrou tudo que era merecedor de nota na vida japonesa plebéia. Nunca a nação viu tamanha fertilidade, nem tanta penetração psicológica, nem mais vitalidade de execução. À semelhança dos críticos americanos, que olhavam com superioridade para Whitman, os críticos do Japão olhavam do alto para Hokusai, vendo apenas a turbulência do seu pincel e a ocasional vulgaridade do seu espírito. Mas quando o grande artista morreu, os vizinhos maravilharam-se de tamanha concorrência ao enterro do homem a quem Whistler iria classificar de maior pintor do mundo até Velasquez.[87]

Menos famoso no Ocidente, porém mais respeitado no Oriente, foi Hiroshige (1796-1858). Os 100.000 desenhos que a História lhe atribui pintam as paisagens de sua terra mais fielmente que os de Hokusai, e com arte que o elevou ao topo supremo da paisagística japonesa. Hokusai fixava a impressão que recebia da paisagem; Hiroshige pintava-a com a maior verdade, a ponto de ser reconhecida pelos viajantes. Em 1830 percorreu a estrada de Tokaido, ou estrada que vai de Tóquio a Quioto, e, como um verdadeiro poeta, cuidou mais do caminho do que da chegada. Findo o passeio, reuniu as impressões na sua mais famosa obra, "As 53 Estações de Tokaido" (1834). Gostava de pintar a chuva e a noite em suas formas de maior mística; e o único pintor que nesse gênero o excedeu — Whistler — nele se inspirou.[88] Amava o Fuji, do qual pintou "Trinta e Seis Vistas"; mas também amava a cidade de Tóquio, da qual pouco antes de morrer fez as "Cem Vistas de Yedo". Sua vida foi mais curta que a de Hokusai, mas chegou a termo em maior contentamento:

> Deixo meu pincel para Azuma
> E vou para o Sagrado Oeste
> Visitar os seus famosos cenários.[89]

XI. ARTE JAPONESA E CIVILIZAÇÃO

Retrospecto — Contrastes — Estimativas — A condenação do velho Japão

A gravura japonesa foi praticamente a última fase dessa sutil e delicada civilização que desabou ao choque da indústria ocidental, do mesmo modo que o cínico pessimismo da mente ocidental de hoje pode ser o último aspecto de uma civilização condenada a morrer sob o tacão da indústria oriental. Como o Japão medieval que sobreviveu até 1853 nos era inofensivo, podemos apreciar suas belezas do alto da nossa superioridade; nele não encontraremos nenhuma fábrica de canhões ou munição que rivalize com as nossas e estrague a formosura do passado. Não ignoramos, em nossos assomos de verismo, que houve muita crueldade no velho Japão, que os campônios viviam na miséria e os operários na opressão; que as mulheres não passavam de escravas, podendo nas épocas de carestia ser vendidas; que a vida tinha pouco valor e que a lei

para a gente simples do povo estava na espada do samurai. Mas também na Europa os homens eram cruéis, as mulheres formavam uma classe submetida, os camponeses viviam na miséria e os operários na opressão, a vida era dura e o pensamento perigoso e, no fim, não havia para o homem comum outra lei afora a vontade do senhor feudal e do rei.

Se sentimos alguma afeição pela velha Europa, isso é devido ao fato de que, no meio da pobreza, exploração e fanatismo religioso, seus homens construíram catedrais em que cada pedra recebia a impressão da beleza, ou martirizaram-se para assegurar aos vindouros o direito de pensar, ou lutaram pela justiça até criar aquelas liberdades civis que são a parte mais preciosa e mais precária de nossa herança; assim também atrás das bravatas dos samurais nós honramos a bravura que ainda dá ao Japão um poder acima de suas forças e riqueza; e atrás dos indolentes monges sentimos a poesia do budismo, e reconhecemos sua incentivação da arte; e atrás da crueldade e do apisoamento do fraco pelo forte reconhecemos a cortesia das maneiras, as pitorescas cerimônias e a incomparável devoção à beleza natural sob todas as formas. Atrás da escravização da mulher vemos-lhe a beleza, a ternura e uma graça incomparável; e no meio do despotismo da família, sentimos a felicidade das crianças que brincam nos jardins do Oriente.

A excessiva brevidade e a intraduzível sugestão da poesia japonesa não nos impressionam; foi, entretanto, essa poesia que nos deu o "verso livre" e o "imagismo" de nossos tempos. Há pouca originalidade nos filósofos japoneses, e nos seus historiadores escasseia a imparcialidade que dá valor às histórias. Mas tudo isso são coisas de pequena importância na vida do Japão, país que se entregou mais à procura da beleza que da verdade. O solo em que o japonês habita mostrava-se muito traiçoeiro para estimular a arquitetura, e no entanto suas casas são "do ponto de vista estético as mais perfeitas já concebidas".[90] Nenhum país moderno rivaliza com o Japão na graça e beleza das pequeninas coisas — o vestuário das mulheres, o primor artístico dos leques e sombrinhas, das taças e brinquedos, do *inro* e do *netsuke,* o esplendor da laca e o requintado entalhe da madeira. Nenhum outro povo iguala o japonês na delicadeza da decoração ou na segurança e refinamento do bom gosto. É verdade que a porcelana japonesa tem menos valor, mesmo para eles, que a chinesa dos Sung e Ming; mas, em compensação, a cerâmica japonesa supera a da Europa. E se à pintura japonesa faltam a força e a profundidade da chinesa, foi, entretanto, a gravura japonesa, não a chinesa, que revolucionou a arte pictórica do século XIX, e deu estímulo a uma centena de experiências novas. Aparecendo na Europa depois de 1860, essas gravuras afetaram profundamente Monet, Manet, Degas e Whistler, pondo fim ao "molho pardo" que vinha sendo servido com quase todas as telas da Europa desde Leonardo até Milet; encheram de sol os quadros europeus e animaram o pintor a ser poeta, em vez de fotógrafo. "A história do belo", disse Whistler, "já está completa, cortada nos mármores do Partenon e bordada, com os pássaros, sobre o leque de Hokusai — nos sopés do Fuji-yama."[91]

Esperamos que isto não seja totalmente verdadeiro; mas é inegável para o velho Japão. O velho Japão morreu quatro anos depois da morte de Hokusai. Na paz de seu isolamento aquele povo esquecera-se de que uma nação ou guarda compasso com as demais ou é escravizada. Enquanto o Japão burilava *inros* e floria leques, a Europa desenvolvia uma ciência quase totalmente ignorada na Ásia; e essa ciência, nutrida de calmos laboratórios, aparentemente afastados do tumulto do mundo, deu afinal ao

Ocidente as indústrias mecânicas que o habilitaram a produzir por um custo bem menor, embora com menos beleza, o que os asiáticos produziam manualmente. Cedo ou tarde aqueles objetos mais baratos haviam de penetrar nos mercados do Oriente, arruinar-lhe a economia e mudar-lhe a vida política até então baseada no manualismo. E, pior que isso, a ciência criava dinamites novas, couraçados e canhões de muito maior poder letal que a espada dos mais valentes samurais; de que iria valer a bravura do herói contra o anonimato das bombas?

A História moderna não nos mostra fenômeno mais espantoso do que a maneira pela qual o sonolento Japão de tantos séculos acordou ao som dos tiros de canhão do Ocidente, atirou-se ao estudo, criou a instrução, aceitou a ciência, a indústria e a guerra, derrotou todos os competidores no campo comercial e tornou-se, em duas gerações, a nação mais agressiva do mundo moderno.

CAPÍTULO XXXI

O Novo Japão

I. A REVOLUÇÃO POLÍTICA

Decadência do xogunato — Aparece a América — Restauração — Ocidentalização do Japão — Reconstrução política — A nova constituição — Lei — O exército — Guerra com a Rússia — Seus resultados políticos

A MORTE de uma civilização raramente vem do exterior; a decadência interna amolenta a fibra da sociedade antes que as influências externas, ou os ataques, mudem sua estrutura essencial, ou a destruam. Uma família reinante raro encerra em si a persistente vitalidade e a sutil adaptabilidade que as dominações duradouras exigem; o fundador exaure metade da força da estirpe e deixa às mediocridades cargas que só os gênios podem suportar. Os Tokugawa, depois de Iyeyasu, governaram moderadamente bem, mas, com exceção de Yoshimune, não revelaram personalidades fortes na sua linha. Oito gerações depois da morte de Iyeyasu os barões feudais já estavam perturbando o xogunato com revoltas periódicas; as taxas decresciam e o tesouro, apesar de todos os cortes, não mais podia custear as despesas da segurança nacional.[1] Dois séculos e tanto de paz haviam desacostumado o povo das durezas da guerra e amolentado os samurais; a estóica simplicidade dos tempos de Hideyoshi foi substituída por hábitos epicuristas, e o país, chamado às pressas a defender a sua soberania, encontrou-se física e moralmente desarmado. O intelecto japonês impacientava-se com a falta de contato com o estrangeiro e ouvia com inquieta curiosidade os ecos do surto da civilização na Europa e na América; estudava Mabuchi e Moto-ori, e secretamente marcava os xóguns como usurpadores que haviam violado a continuidade da dinastia imperial; não podia reconciliar a divina descendência do imperador com a importante pobreza que os Tokugawa o condenaram. De todos os cantos surgiam panfletos com apaixonados apelos ao povo para a derrubada do xogunato e a restauração do poder imperial.

Foi quando, em 1853, uma esquadra americana, ignorante das proibições japonesas, entrou na baía Uraga e seu comandante insistiu em se avistar com a autoridade suprema do Japão. O comodoro Perry dirigia quatro navios de guerra, com 560 homens; mas, em vez de qualquer demonstração de força, mandou uma nota muito cortês ao xógum Iyeyoshi, declarando que o governo americano nada mais pedia além da abertura de alguns portos japoneses ao comércio americano, e algum acordo para a proteção dos marinheiros americanos que por acaso naufragassem nas costas japonesas. A rebelião T'aip'ing fez Perry retornar às bases em águas chinesas; mas em 1854 ele voltou ao Japão com mais navios e um persuasivo carregamento de presentes — perfumes, relógios, fogões e uísque... — para o imperador, a imperatriz e os príncipes da casa imperial. O novo xógum Iyesada deixou de entregar esses presentes aos destinatários, mas dignou-se a assinar o Tratado de Kanagawa, no qual acedia a todos

os pedidos dos americanos. Perry louvou a cortesia daquela gente, e, com má previsão, declarou que se os japoneses fossem aos Estados Unidos encontrariam todos os campos abertos, inclusive o da mineração de ouro na Califórnia.[2] Graças a esses e outros tratados vindos depois, os maiores portos do Japão abriram-se ao comércio estrangeiro, foram fixadas as tarifas e o Japão concordou em que os europeus e americanos acusados de crimes nas ilhas seriam julgados por juízes de sua nacionalidade. Ficou estipulado que seria posto fim a qualquer perseguição ao cristianismo no Império; e ao mesmo tempo os Estados Unidos se ofereceram para vender ao Japão os navios e armas de que necessitasse, e a fornecer instrutores militares.[3]

Os japoneses sofreram profundamente a humilhação que esses tratados significavam, embora mais tarde os admitissem como instrumento do destino em sua evolução histórica. Muitos queriam combater os estrangeiros a qualquer custo, expulsá-los e restaurar o regime feudal agrícola. Outros compreendiam a necessidade de imitir, antes que repudiar, o Ocidente; o único meio de o Japão evitar as repetidas derrotas e a sujeição econômica que a Europa estava impondo à China era adotar o mais rapidamente possível os métodos da indústria ocidental e a técnica de guerra européia. Com prodigiosa habilidade os líderes ocidentalizadores usaram os barões feudais na obra de derrubada do xogunato e restauração do poder imperial, e depois usaram o poder imperial para a derrubada do feudalismo e a introdução da indústria ocidental. Em 1867 os senhores feudais persuadiram o último dos xóguns, Keiki, a abdicar. "Quase todos os atos da administração", disse Keiki, "estão longe de se mostrarem perfeitos, e eu com vergonha confesso que as atuais condições, tão pouco satisfatórias, são devidas às minhas limitações e incompetência. Agora que o intercâmbio estrangeiro se torna cada vez mais intenso, o governo deve partir de um órgão central, único meio de o Estado não se arruinar."[4] O Imperador Meiji respondeu secamente que "a proposta de Tokugawa Keiki para restaurar a autoridade administrativa da Corte Imperial estava aceita"; e a 1º de janeiro de 1868 iniciou-se oficialmente a nova "Era do Meiji". A velha religião do Xinto foi revista, e intensa propaganda convenceu o povo de que o restaurado imperador era divino na linhagem e na sabedoria e que seus decretos tinha de ser aceitos com a palavra dos deuses.

Armados do novo poder, os ocidentalizados realizaram o milagre da transformação do país. Ito e Inouye, depois de vencerem todos os obstáculos, estudaram na Europa as indústrias e instituições ocidentais, maravilharam-se diante das estradas de ferro, dos navios, do telégrafo, dos couraçados, e retornaram com a firme tenção de europeizar sua terra. Ingleses foram contratados para superintender a construção de estradas de ferro, a instalação de telégrafos e a montagem de estaleiros; alemães vieram para organizar a medicina e a higiene pública; aos americanos foi entregue a educação universitária; e para fazer a coisa completa ainda acudiram italianos como instrutores de música e pintura.[5] Houve a espaços reações sangrentas do velho espírito nacional revoltado contra aquela febril transformação, mas no fim a máquina venceu e a Revolução Industrial acrescentou mais um povo a seu séquito.

Essa revolução, a única verdadeira havida na História moderna, levou à riqueza e ao poder a classe dos industriais, comerciantes e financistas, que no velho Japão sempre ocupou os postos mais baixos. Essa burguesia em emergência usou calmamente de sua força primeiro para destruir o feudalismo e depois para reduzir a uma vistosa aparência a recém-restaurada autoridade do trono. Em 1871 o governo persuadia os barões a desistirem dos antigos privilégios e consolava-os com título do Estado em troca

de suas terras. (Este processo correspondeu à abolição do feudalismo, servidão à gleba ou escravidão na França em 1789, na Rússia em 1862 e nos Estados Unidos em 1863.) Ligada pelos laços do interesse à nova sociedade, a velha aristocracia passou a servir lealmente ao governo, habilitando-o a efetivar sem derramamento de sangue a transição do Estado medieval para o Estado moderno. Ito Hirobumi, recém-chegado de nova excursão pela Europa, criou, imitada da Alemanha, uma nova nobreza de cinco ordens — príncipes, marqueses, condes, viscondes e barões; mas estes homens eram, não os inimigos feudais, mas os agradecidos sustentáculos do regime industrial.

Modesta e incansavelmente, Ito esforçou-se por dar a seu país uma forma de governo que pudesse evitar o que lhe parecia excesso democrático, mas não obstante mobilizou e encorajou os valores de todas as classes a cooperarem no desenvolvimento da nova ordem. Sob sua chefia o Japão promulgou em 1889 a sua primeira Constituição. No alto ficava o imperador, tecnicamente supremo, senhor de todas as terras, comandante do exército e da esquadra, mantenedor da continuidade do Império e do prestígio da nação. Graciosamente o imperador consentia em delegar seu poder legislativo, enquanto lhe aprouvesse, a uma Dieta de duas câmaras — a dos Pares e a dos Representantes; mas os ministros eram de sua nomeação e responsáveis perante ele, não perante a Dieta. Por baixo ficava um eleitorado de 460.000 votantes, severamente limitados de acordo com suas posses; sucessivos alargamentos do sufrágio elevaram esse número a 18 milhões de eleitores em 1928 — e a corrupção administrativa acompanhou a extensão da democracia.[6]

Junto com estes desenvolvimentos políticos veio um novo sistema de lei (1881) baseado principalmente no Código de Napoleão e representando um corajoso progresso em relação às leis medievais da era feudal. Os direitos civis foram liberalmente assegurados — liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, inviolabilidade de correspondência e de domicílio, segurança contra prisão sem ordem legal. (Estes direitos foram restringidos pela febre da guerra, trazida pela conquista da Manchúria.) A tortura e o ordálio foram abolidos, o *Eta* foi libertado das suas inferioridades de casta, e todas as classes teoricamente se igualaram diante da lei. As prisões foram reformadas e melhoradas, os presos passaram a receber pagamento pelo seu trabalho e ao serem soltos dispunham de modesto capital com que recomeçar a vida. A despeito da leniência do código, o crime permaneceu raro;[7] e se uma clara aceitação da lei é marca de civilização, o Japão pode figurar entre os países que a têm mais alta.

Talvez a feição mais significativa da nova Constituição tenha sido a isenção do exército e da esquadra ao domínio de qualquer superior, salvo o soberano. Trazendo ainda na memória a humilhação de 1853, o Japão resolveu construir uma força armada que o tornasse senhor de seu destino e também do destino de todo o Oriente. E, além de estabelecer a conscrição militar obrigatória, fez de cada escola um canteiro de nacionalismo e um campo de treino militar. Com prodigiosa adaptabilidade à organização e disciplina, breve elevou o seu aparelhamento militar a ponto de lhe permitir falar de igual para igual com os "bárbaros estrangeiros" e de empreender a gradual absorção da China, que a Europa havia começado mas não acabado. Em 1894, protestando contra o envio de tropas chinesas para abalar uma insurreição na Coréia, e contra a persistência chinesa de manter a Coréia como sua tributária e sob sua suserania, o Japão declarou guerra à sua antiga tutora e surpreendeu o mundo com a rapidez da vitória; exigiu da China o reconhecimento da independência da Coréia, a cessão da ilha Formosa e de Porto Artur (extremo da península Liaotung), e uma indeni-

zação de 200 milhões de taéis. A Alemanha e a França estimularam a Rússia a "aconselhar" o Japão ao abandono de Porto Artur, em troca de mais 30 milhões de taéis (pagos pela China). O Japão cedeu, mas guardou sua ressentida resposta para o momento adequado.

A partir daquele momento, os japoneses prepararam-se seriamente para um conflito de imperialismo. Admitido o medo inglês de que a Rússia avançasse contra a Índia, o Japão concluiu com a Inglaterra uma aliança (1902-22), pela qual uma nação ajudaria a outra em caso de agressão. Raramente os diplomatas ingleses comprometeram tanto a liberdade de movimentos da Grã-Bretanha. Quando em 1904 irrompeu a guerra com a Rússia, os banqueiros ingleses e americanos emprestaram aos japoneses as vultosas somas necessárias ao financiamento da vitória sobre o Czar.[8] Nogi capturou Porto Artur, e levou seu exército para o norte a tempo de influir no desenlace com a chacina de Mukden — a mais sangrenta batalha da História antes da Guerra Mundial. A Alemanha e a França quiseram ajudar a Rússia diplomaticamente ou com armas, mas o Presidente Roosevelt fez saber que neste caso ele ficaria com o Japão.[9] Enquanto isso, uma esquadra russa de 29 unidades rodeava o Cabo da Boa Esperança, na maior viagem já feita por uma esquadra de guerra, para atacar os japoneses em suas próprias águas. O almirante Togo, fazendo pela primeira vez uso naval do rádio, manteve-se bem informado dos movimentos da esquadra russa e lançou-se contra ela no estreito de Taushima, a 27 de maio de 1905. A todos os comandantes Togo enviou esta característica mensagem: "A ascensão ou a queda do Império dependem desta batalha."[10] Os japoneses perderam 116 homens e tiveram 538 feridos; os russos perderam quatro mil homens e tiveram sete mil aprisionados — e só três dos seus navios escaparam.

A Batalha do Mar do Japão marcou um ponto alto da História moderna. Não só pôs um fim à expansão russa na China, como também ao domínio da Europa sobre o Oriente, e marcou o início da ressurreição da Ásia — processo histórico que talvez venha a constituir a coisa mais importante do nosso século. Toda a Ásia exultou quando viu a pequena ilha nipônica derrotar a mais populosa potência européia; a China começou a ferver de idéias revolucionárias e a Índia deliberou reconquistar a sua independência. Quanto ao Japão, a idéia não foi estender as liberdades, mas aumentar de poder. Obteve da Rússia o reconhecimento da sua posição na Coréia e depois, em 1910, formalmente anexou ao Império este antigo reino, outrora altamente civilizado. Quando o Imperador Meiji faleceu em 1912, depois de prolongada carreira de governante, artista e poeta, pôde levar aos deuses a mensagem de que a nação que eles haviam criado, e que por tanto tempo fora um brinquedo nas mãos do Ocidente, era agora a força suprema no Oriente, e a caminho de tornar-se o pivô da História.

II. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Industrialização — Fábricas — Salários — Greves — Pobreza — O ponto de vista japonês

No espaço de meio século o Japão transformou todos os aspectos de sua vida. O camponês, embora pobre, era livre; podia fazer-se dono de um pequeno pedaço de terra por meio de uma taxa paga ao Estado; e ninguém o impedia de deixar a terra e ir para a cidade. Porque existiam grandes cidades junto à costa: Tóquio (isto é, a Capi-

tal Oriental), com seus palácios reais, seus espaçosos parques e concorridíssimos banhos, e uma população só menor que a de Londres e Nova York; Osaka, outrora vila de pescadores e fortaleza, agora um mar de telhados, fábricas e arranha-céus, centro das indústrias do Japão; e Iocoama e Kobe, de cujos imensos cais, moderníssimos, essas indústrias expedem seus produtos para o mundo inteiro, por meio de uma marinha mercante que é a segunda do mundo.

Uma concorrência de fatores favoráveis sem precedentes facilitou o salto do feudalismo para o capitalismo. Peritos estrangeiros afluíram em quantidade e os japoneses obedeciam suas instruções com a maior atenção; em quinze anos os alunos fizeram tais progressos que os especialistas estrangeiros foram pagos e cortesmente despedidos. Orientado pela Alemanha, o governo do Japão tomou a si o serviço de correios, estradas de ferro, telégrafos e telefones; mas ao mesmo tempo fez generosos empréstimos às indústrias privadas e protegeu-as por meio de altas tarifas contra a concorrência exterior. A indenização paga pela China depois da guerra de 1894 serviu para financiar e estimular a industrialização nipônica, do mesmo modo que a indenização francesa da guerra de 1871 acelerou a industrialização da Alemanha. Como este país, o Japão pôde começar com um equipamento moderno e uma disciplina feudal, quando seus competidores permaneciam embaraçados pelas máquinas antiquadas e por um operariado rebelde. A energia era barata no Japão e os salários baixos; os trabalhadores submetiam-se de bom grado aos chefes; as leis laboristas vieram tarde.[11] Em 1933 os novos teares de Osaka necessitavam de uma operária para 25 máquinas; os de Lancashire requeriam um homem para seis.[12]

O número de fábricas dobrou de 1908 a 1918, e dobrou novamente de 1918 a 1924; em 1931 havia de novo subido de mais de 50 por cento,[13] enquanto a indústria do Ocidente mergulhava nos abismos da depressão. Em 1933 o Japão passou ao primeiro lugar do mundo como exportador de tecidos, fornecendo dois dos cinco bilhões e meio de jardas que nesse ano o mundo consumiu.[14] Abandonando o padrão-ouro em 1931 e permitindo que o iene se depreciasse de 40 por cento no câmbio internacional, o Japão aumentou suas vendas no estrangeiro de 50 por cento, de 1932 a 1933.[15] Floresceram o comércio interno e externo, e grandes famílias de comerciantes, como os Mitsui e os Mitsubishi, amontoaram tamanhas fortunas que os militares se uniram aos operários para estudar o controle governamental da indústria e do comércio. (A partir do jinriquixá, ou "veículo humano", atribuído à inventiva de antigo missionário americano,[16] o desenvolvimento dos transportes marítimos, rodoviários e ferroviários do Japão foi simplesmente vertiginoso.)[17]

Enquanto o crescimento do comércio gerava uma nova e próspera classe média, os operários manuais sofriam o peso do baixo custo da produção, através do qual o Japão esperava desbancar os concorrentes no mercado internacional. O salário médio dos homens em 1931 era de $ 1,17 por dia; o das mulheres, 48 centavos; 51 por cento do operariado industrial eram do sexo feminino e 12 por cento, abaixo de 16 anos.[18] As greves tornaram-se freqüentes e o comunismo foi se desenvolvendo; nisto sobreveio o furor bélico de 1931, que fez a nação unir-se em cooperação patriótica: os "pensamentos perigosos" foram declarados ilegais, e os sindicatos operários, nunca fortes no Japão, tiveram de submeter-se a grandes limitações.[19] Inúmeros cortiços formaram-se em Osaka, Kobe e Tóquio; nos de Tóquio famílias de cinco pessoas ocupavam o espaço médio de oito a 10 pés quadrados — pouco mais que a área ocupada por uma cama de casal; nos de Kobe, 20.000 pobres, criminosos, defeituosos e prostitutas vi-

viam na maior imundície, dizimados cada ano pelas epidemias, com a mortandade infantil quatro vezes maior que a média no resto do Japão.[20] Comunistas, como Katayama, ou socialistas cristãos como Kagawa, lutaram tremendamente contra estas condições, até que o governo empreendeu a realização do maior projeto de casas operárias da História.

Uma geração atrás, Lafcadio Hearn exprimiu um amargo juízo sobre o regime moderno do Japão:

> Sob a nova ordem de coisas estão se desenvolvendo formas de miséria nunca antes conhecidas na história da raça. Podemos ter idéia disso observando que o número daqueles que em Tóquio não podem pagar a taxa de residência é de 50.000; no entanto essa taxa de residência corresponde a apenas 20 *sen*, ou 10 centavos americanos. Antes do acúmulo da riqueza nas mãos de uma minoria, nunca houve tanta miséria no Japão, salvo, e temporariamente, depois das guerras.[21]

O "acúmulo da riqueza nas mãos de uma minoria" parece ser uma inevitável conseqüência da civilização. A pouca eficiência do trabalho japonês e o baixo custo da vida levam os empregadores japoneses a crer que os salários não são tão baixos como parecem.[22] O salário baixo, segundo o pensamento nipônico, é indispensável para que a indústria obtenha baixo custo de produção; este baixo custo é indispensável para a conquista dos mercados estrangeiros; os mercados estrangeiros são indispensáveis para uma indústria dependente da importação de matérias-primas; a indústria é necessária para sustentar a crescente população das ilhas nas quais a agricultura só dá alimento para 12 por cento da população; e a indústria também é necessária para a riqueza e o armamento, sem o qual o Japão não pode defender-se contra a rapacidade do Ocidente.

III. A REVOLUÇÃO CULTURAL

Mudanças no vestuário e nas maneiras — O caráter japonês — Moral e casamento em transição — Religião — Ciência — Medicina japonesa — Arte e gosto — Língua e educação — Ficção naturalista — Poesia nova

Mudaria o povo japonês por influxo da Revolução Industrial? Certas inovações externas captam-nos os olhos; o lúgubre vestuário bifurcado dos homens europeus conquistou os machos do Japão; as mulheres, porém, continuam a trajar-se ao modo da terra, vestido solto e colorido, preso à cintura com cintos bordados. (As mulheres empregadas na indústria usam uniformes de corte ocidental, mas ambos os sexos, depois da jornada de trabalho, envergam trajes nativos.) Os sapatos estão substituindo os socos de madeira à proporção que as estradas melhoram; mas ainda é grande o número dos que andam descalços. Nas cidades maiores vê-se toda a sorte de trajes europeus, como que simbolizando uma transformação precipitada e ainda incompleta.

As maneiras continuam um modelo de cortesia diplomática, conquanto os homens se mantenham no velho costume de preceder as mulheres ao entrarem numa sala ou caminharem nas ruas. A língua é sempre polida e raramente profana; a humildade

formal reveste um ativo respeito próprio, e a etiqueta dissimula a mais sincera hostilidade. O caráter japonês é um mosaico de contradições, como o de todos os povos, aliás; porque, conforme as ocasiões, a vida pede-nos alternativamente energia ou suavidade, leveza ou gravidade, paciência ou coragem, modéstia ou orgulho. Não devemos, portanto, estranhar que os japoneses sejam sentimentais e realistas, sensíveis e estóicos, expressivos e reticentes, excitáveis e reservados; muito alegres, humorísticos e amigos do prazer e também inclinados ao suicídio; gentilmente bondosos — com freqüência para os animais, às vezes para com as mulheres — e ocasionalmente cruéis para com os animais e os homens. (Durante o caos que se seguiu ao terremoto de 1923, os japoneses de Iocoama, enquanto alimentados pelos navios de socorro americanos, aproveitaram-se do tumulto para matar nas ruas centenas [alguns dizem milhares] de radicais coreanos desarmados.[23] Patriotas exaltados haviam feito correr a notícia de que os coreanos estavam planejando a derrubada do governo e a morte do imperador.) O japonês típico possui todas as qualidades do guerreiro — pugnacidade e coragem, e um inexcedível desapego à vida; mas muitas vezes revela alma de esteta — sensual, impressionável e dotado de instintivo bom gosto. O japonês é naturalmente sóbrio e simples, frugal e industrioso, curioso e estudioso, leal e paciente, dotado de grande capacidade para pormenores; astuto e ágil, como as criaturas de pequeno porte; inteligência viva, não muito capaz no campo do pensamento, mas de rápida compreensão, adaptação e realização prática. O espírito e a vaidade do francês, a coragem e a estreiteza do britânico, o senso artístico e o temperamento exaltado do italiano, a energia e o comercialismo do americano, a sensibilidade e a astúcia do judeu — esta mistura dá o japonês.

O contato e o conflito com o Ocidente alteraram de vários modos a vida moral do Japão. A tradicional honestidade do seu povo ainda não foi abalada. ("Tenho vivido", diz Lafcadio, "em zonas onde há cem anos não surge um caso de furto; onde as prisões se perpetuam desertas.")[24] A extensão, porém, do sufrágio e a aguda competição do comércio moderno trouxeram para o Japão a venalidade democrática, a crueldade industrial e as prestidigitações financeiras. O *Bushido* sobrevive aqui e ali entre a oficialidade do exército e aristocraticamente contrasta com a patifaria comercial e política. Não obstante a paciência do povo comum, os homicídios são freqüentes, sobretudo por motivos patrióticos. A sociedade do Dragão Negro, aparentemente chefiada pelo intangível Toyama, dedicou-se por 40 anos a insuflar entre os oficiais a política da conquista da Coréia e da Manchúria (Dragão Negro é o nome que os chineses dão ao rio Amur, que separa a Manchúria da Sibéria. Os japoneses recorrem ao assassínio como um digno substituto do exílio); e na prossecução desse propósito tornou o homicídio um elemento popular da máquina política do Japão.[25]

O Extremo Oriente emparelha-se com o Ocidente na perturbação moral que acompanha as profundas mudanças operadas nas bases econômicas da vida. A eterna guerra das gerações — e revolta da mocidade ansiosa contra a maturidade cautelosa — foi intensificada pelo crescimento da indústria individualista e o enfraquecimento da fé religiosa. O fluxo do campo para a cidade e a substituição da família pelo indivíduo como a unidade econômica e política responsável minaram a autoridade paterna e sujeitaram os costumes e a moral de séculos ao precipitado julgamento da adolescência. Nos centros mais populosos a mocidade rebelou-se contra o sistema do casamento arranjado pelos pais; e os novos casais, em vez de passarem a residir na casa e sob a tutela do pai do marido, instalavam-se em residência autônoma — ou em apartamentos. A rápida industrialização das mulheres forçou o afrouxamento dos laços que as mantinham na subserviência doméstica. O divórcio tornou-se tão freqüente como na América e mais fácil; bastam a assinatura num livro de registro e o pagamento de 10 cents.[26] Embora ilegal, a concubinagem ainda é permitida na prática aos que podem dar-se ao luxo de ignorar a lei.[27]

Como em toda parte, a máquina é inimiga do padre no Japão. Spencer e Stuart Mill foram importados juntamente com a técnica inglesa, e o reino de Confúcio sobre a filosofia japonesa teve um fim súbito. "A geração escolar de hoje", disse Chamberlain em 1905, "é claramente voltairiana."[78] Graças à sua aliança com a máquina, a ciência prosperou e passou a ser adorada com devoção por alguns dos mais brilhantes investigadores dos nossos tempos. (A ciência que existia no Japão antes de 1853 era importada do continente. O calendário japonês, baseado nas fases da Lua, foi reajustado ao ano solar por um sacerdote coreano, isso lá para 604 da nossa era. Introduziram-se as mudanças chinesas, e o Japão ainda conserva o método de calcular os acontecimentos por referência ao nome e ano do imperador reinante. O calendário gregoriano foi adotado em 1878.) A medicina, por tanto tempo dependente da China e da Coréia, fez rápidos progressos graças ao estímulo europeu, sobretudo alemão. O trabalho de Tacamine na descoberta da insulina e no estudo das vitaminas; o de Kitasato no tétano, na pneumonia, e no desenvolvimento da antitoxina da difteria; e, mais brilhante que todos, o de Noguchi na sífilis e na febre amarela, indicam que os japoneses rapidamente já passaram de discípulos a mestres.

Hideyo Noguchi nasceu em 1876 em uma das menores ilhas do arquipélago, de família tão pobre que seu pai não pôde dar-lhe a instrução que outro filho estava recebendo. O infortunado menino caiu em um braseiro e queimou-se horrivelmente; uma das mãos ficou reduzida a um toco e a outra, muitíssimo maltratada. Ridicularizado na escola em razão de sua deformidades, andava ele pensando no suicídio quando apareceu na aldeia um médico e lhe restabeleceu o uso da mão direita; a gratidão de Noguchi fê-lo dedicar-se à medicina. "Serei um Napoleão que salva, em vez de um que mata", anunciou ele; "posso muito bem prosperar com quatro horas de sono por noite."[29] Paupérrimo, porém, teve de trabalhar numa farmácia, até que por fim persuadiu o dono do estabelecimento a custear-lhe o curso de medicina. Depois de formado veio aos Estados Unidos, onde se ofereceu para trabalhar no Corpo Médico do Exército em Washington, em troca da subsistência. A Fundação Rockefeller deu-lhe um laboratório, e Noguchi, apesar de aleijado, mergulhou a fundo nos estudos experimentais. Foi quem apresentou a primeira genuína cultura do germe da sífilis, descobriu a natureza sifilítica da paralisia geral e da ataxia locomotora e, finalmente (1918), isolou o parasita da febre amarela. Elevado às cumeadas da fama, voltou ao Japão, prestou homenagens a sua velha mãe e ajoelhou-se em gratidão diante do farmacêutico a quem devia a grande vitória. Seguiu depois para a África, a fim de estudar a febre amarela que arrasava a Costa do Ouro; lá se infeccionou e morreu (1928) prematuramente aos 52 anos.

O desenvolvimento da ciência no Japão e em todo o Oriente foi acompanhado pela decadência das artes tradicionais. A queda da aristocracia destruiu os canteiros do bom gosto e deixou que cada nova geração se guiasse por suas próprias idéias. O influxo do ouro estrangeiro à procura de objetos de arte fez que a produção crescesse em volume e baixasse em qualidade. Quando os compradores se lançaram à compra de peças antigas, os artesãos passaram a falsificadores, e o fabrico de antigüidades tornou-se uma das indústrias mais florescentes. O *cloisonné* é provavelmente a única arte que continuou a progredir no Japão depois da entrada do Ocidente. A caótica passagem do manual para o mecânico e a súbita irrupção do gosto estrangeiro armado com o prestígio da riqueza perturbaram o senso estético dos japoneses e lhes enfraqueceram a segurança do gosto. E agora que se decidiu pela espada, talvez o Japão esteja destinado a repetir a história de Roma — civilização imitativa nas artes, porém senhoril na administração e na guerra. (A febre nacionalista ocasionou a revivescência dos motivos e estilos locais.)

Durante uma geração, a vida intelectual do império reformado foi marcada pela "mania do europeu". Palavras européias invadiram a língua japonesa, apareceram jornais e revistas nos moldes do Ocidente e as escolas públicas foram organizadas no tipo americano. Heroicamente o Japão resolveu tornar-se a mais "letrada" nação da terra e o conseguiu; em 1925, 99,4 por cento das suas crianças freqüentavam escolas,[30] e, em 1927, 93 por cento de todo o povo sabiam ler.[31] Os estudantes entregavam-se religiosamente ao estudo secular; centenas perderam a saúde por excesso de estudo, nessa fúria de conhecimentos,[32] e o governo foi obrigado a tomar medidas para arejar o estudo com ginástica e jogos atléticos, desde o jiu-jitsu ao beisebol. A educação desembaraçou-se de preocupações religiosas, tornando-se mais secularizada no Japão do que na maioria das nações européias. Cinco universidades imperiais foram instituídas, e mais 41 de menor vulto passaram a reunir aos milhares os mais zelosos estudantes. Em 1931 a Universidade de Tóquio possuía 8.064 estudantes e a de Quioto, 5.552.[33]

No último quarto do século, a literatura japonesa perdeu-se numa série de modas imitativas. O liberalismo inglês, o realismo russo, o individualismo nietzschiano e o pragmatismo americano conquistaram, cada qual a seu turno, a inteligência japonesa, até que o nacionalismo se impôs e os escritores passaram a explorar os temas locais, de um modo todo local. Ichi-yo, jovem escritora, falecida em 1896 aos 24 anos, inaugurou o movimento naturalista na ficção, apresentando do modo mais vívido a miséria e a sujeição das mulheres japonesas.[34] Em 1906 o poeta Toson levou este movimento ao apogeu com a novela *Hakai*, ou "A Ruptura da Promessa", na qual conta, em prosa poética, a história do professor que, havendo prometido ao pai nunca revelar a sua origem *Eta*, ou escrava, abre, graças aos próprios méritos, caminho a uma alta posição; em seguida apaixona-se por uma jovem de classe superior e num ímpeto de honestidade confessa a sua origem, abandona a amada e a posição e desaparece do arquipélago. Esse romance contribuiu poderosamente para a agitação que matou os preconceitos históricos contrários aos *Etas*.

As últimas formas da cultura japonesa a cederem diante do prestígio ocidental foram o *tanka* e o *hokka*. Por quarenta anos depois da Restauração essas formas continuaram em moda, e o espírito poético japonês perdia-se em milagres de engenho e artifício. Em 1897, Toson, jovem professor em Sendai, vendeu por $15 a um editor um volume de poemas cuja extensão representava um acontecimento prodigioso. Cansado dos velhos epigramas, o público recebeu a obra com entusiasmo, enriquecendo o editor. Outros poetas seguiram Toson — e o *tanka* e o *hokka* apearam do trono depois de mil anos de dominação.[35]

O velho Torneio Poético Imperial continua, porém, não obstante as novas formas. Cada ano o monarca anuncia um tema e dá o exemplo apresentando a sua contribuição; a imperatriz faz o mesmo; e em seguida 25.000 japoneses de todas as classes sociais mandam suas poesias ao Bureau Poético, no Palácio Imperial, a fim de serem julgadas pelos maiores poetas do país. Os 10 poemas assinalados como os melhores são lidos para o imperador e a imperatriz e impressos na edição dos jornais do Ano-Novo.[36] Admirável costume que por um momento desvia a alma japonesa do comercialismo e da guerra, e demonstra que a literatura ainda é vital para a mais vital de todas as nações contemporâneas.

IV. O NOVO IMPÉRIO

As bases precárias da nova civilização — Causas do imperialismo — As Vinte e Uma Exigências — A Conferência de Washington — Imigração em 1924 — Invasão da Manchúria — O novo reino — Japão e Rússia — Japão e Europa — Deve a América combater o Japão?

O novo Japão repousa em alicerces precários, a despeito de seu rápido crescimento em riqueza e poder. Sua população subiu de três milhões, nos dias de Shotoku Taishi, a 17 milhões nos de Hideyoshi, a 30 milhões nos de Yoshimune e a mais de 55 milhões em 1912. (Em 1934 a população do Império [i.e., Japão, Coréia, Formosa e outras possessões menores] subia a 80 milhões. Com a assimilação da Manchúria se elevará a 110 milhões. Como a população japonesa cresce de um milhão por ano e a dos Estados Unidos está chegando ao ponto de estacionamento, os dois sistemas podem considerar-se equivalentes. Em um século, esse número foi duplicado, agravando o problema alimentar. Uma população insular maior que metade da americana amontoa-se numa área equivalente a um vigésimo do território americano.[37] Só poderá manter-se, pois, com a indústria, mas o Japão é tragicamente pobre em combustíveis e minerais indispensáveis à indústria. A energia elétrica abunda potencialmente nas quedas de água, mas o pleno desenvolvimento destes recursos só aumentará de um terço a força já utilizada.[38] O carvão é encontrado aqui e ali em veios quase inacessíveis, nas ilhas Kyushu e Hokkaido; e o petróleo, nas ilhas Sakalinas; mas ferro, nervo e osso da indústria, não existe em solo japonês.[39] Finalmente, o baixo padrão da vida a que as circunstâncias condenam o país faz que o consumo fique muito aquém da população; anualmente saem das fábricas, cada vez mais bem equipadas, montanhas de produtos sem consumo no mercado interno e exigidores do escoamento externo.

Essa situação fez nascer o imperialismo, isto é, o esforço de um sistema econômico para exercer controle sobre regiões estrangeiras de que o país depende para obtenção de combustíveis e mercados, matérias-primas e dividendos. Onde poderá o Japão encontrar essas oportunidades e esses materiais? Não lhe é permitido olhar para a Indochina, a Índia, a Austrália e as Filipinas, porque são zonas dominadas pelos ocidentais e defendidas por meio de elevadas barreiras de alfândega. A China, evidentemente, torna-se o forçado objetivo do expansionismo japonês; e a Manchúria, rica de carvão, ferro e trigo, por "destino manifesto" pertence ao Japão. Mas com que direito se apossaria ele da Manchúria? Com o mesmo que permitiu que a Inglaterra se apossasse da Índia e da Austrália; a França, da Indochina; a Alemanha, de Xantum; a Rússia, de Porto Artur; e a América, das Filipinas — o direito da necessidade do mais forte. Nenhuma escusa se faz necessária; tudo quanto os fatos exigem se resume em força e oportunidade. Aos olhos de um mundo darwiniano, o triunfo sanciona todos os meios aplicados em consegui-lo.

A tão esperada oportunidade sobreveio com a Guerra Mundial, repetindo-se depois com a crise econômica da Europa e da América. A luta militar não somente acelerou a produção da indústria japonesa, proporcionando-lhe o mercado externo ideal — um continente em guerra — como também enfraqueceu a Europa e deixou o japonês com as mãos livres no Oriente. Em 1915 tivemos a invasão de Xantum; um ano

depois a China recebeu as "Vinte e Uma Exigências" que, satisfeitas, transformá-la-iam em uma enorme colônia do minúsculo Japão.

O Grupo I das Exigências pedia o reconhecimento da suserania japonesa em Xantum; o Grupo II exigia certos privilégios industriais e o reconhecimento de certos direitos japoneses na Manchúria e Mongólia Oriental; o Grupo III propunha que as maiores empresas de mineração do continente fossem sino-nipônicas; o Grupo IV (visando o pedido da América, de uma estação carvoeira em Foochow) estipulava que "nenhuma ilha ou porto será cedido a uma terceira potência". O Grupo V modestamente lembrava que dali por diante os chineses deveriam tomar os japoneses como seus conselheiros em matéria política, econômica e militar; que nas maiores cidades da China a polícia fosse sino-japonesa; que a China fizesse no Japão pelo menos a metade de suas aquisições bélicas; que fosse permitido ao Japão construir três importantes estradas de ferro na China; e que o Japão tivesse o livre direito de abrir estradas de ferro, minas e portos na província de Fukien.[40]

Os Estados Unidos alegaram em protesto que algumas dessas exigências violavam a integridade territorial da China e o princípio da Porta Aberta. O Japão retirou o Grupo V, modificou outros e apresentou à China o ultimato de 7 de maio de 1915, o qual foi aceito no dia seguinte. Seguiu-se imediatamente o boicote dos produtos japoneses; mas o Japão sabia que os boicotes não resistem à tendência do comércio de comprar de quem vende mais barato. Em 1917 o suave visconde Ishii explicou ao povo americano a posição dos japoneses e persuadiu o secretário de Estado Lansing a assinar um acordo reconhecendo que o "Japão tinha interesses especiais na China, particularmente nas terras próximas às suas possessões". Em 1922, na Conferência de Washington, o Secretário de Estado Hughes conseguiu que os nipônicos reconhecessem o princípio da Porta Aberta e se contentassem com uma esquadra equivalente a 60 por cento da inglesa ou americana. (A relação de 5-5-3 foi baseada na extensão das costas inglesas e americanas, muito mais carentes de defesa que as do Japão.) Ao fechar a conferência o Japão concordou em devolver à China a parte de Xantum (Tsingtao) que ele havia tomado da Alemanha durante a Guerra Mundial. A aliança anglo-japonesa caiu no esquecimento e a América continuou a sonhar com a paz eterna.

Um dos mais graves insucessos da diplomacia americana sobreveio dessa juvenil confiança no futuro. Como o povo da Costa do Pacífico se queixasse do fluxo de japoneses na Califórnia, o presidente Roosevelt, com o bom senso que se escondia sob a sua impetuosidade, negociou em 1907 o "acordo de honra", pelo qual o Japão prometia suspender a emigração para os Estados Unidos. Mas a alta fecundidade dos japoneses já introduzidos continuou a perturbar os Estados americanos da Costa, e diversos deles promulgaram leis vedando a aquisição de terras por estrangeiros. Em 1924, o Congresso Americano decidiu restringir a imigração, mas recusou-se a aplicar às raças asiáticas o sistema de quotas adotado para a entrada de europeus; em vez disso, proibiu-a terminantemente. O mesmo resultado teria sido obtido com a aplicação da quota a todas as raças, sem discriminação de nenhuma; e o secretário Hughes protestou que "aquela legislação parecia de todo desnecessária, mesmo para o propósito que tinha em vista".[41] Mas os cabeças-quentes interpretaram como ameaça a advertência feita pelo embaixador japonês sobre a "grave conseqüência" que podia ter esse ato; e em uma febre de ressentimentos a Lei da Imigração foi aprovada.

O Japão inteiro vibrou com o que lhe pareceu uma bofetada. Houve *meetings* em abundância, discursos, e um patriota praticou o haraquiri às portas do visconde

Inouye para melhor expressar o sentimento de vergonha da nação. Mas os chefes japoneses, em vista do enfraquecimento do país conseqüente ao terremoto de 1923, calaram-se, à espera de melhor ocasião. A Europa e a América haviam de passar também por momentos de fraqueza como aquele, e então os japoneses saberiam agir.

Quando, depois da maior de todas as guerras, sobreveio a maior de todas as depressões, o Japão viu chegada a sua hora de dominar o Extremo Oriente. Sob o pretexto de que alguns negociantes japoneses tinham sido maltratados na Manchúria, e secretamente receoso de que a sua estrada de ferro e outras aplicações de capital fossem arruinadas pela competição chinesa, o Japão, em setembro de 1931, invadiu a Manchúria com um exército. Não podendo oferecer qualquer resistência, mergulhada que estava na desordem revolucionária, a China limitou-se a boicotar os artigos japoneses; e quando, reagindo contra isto, o Japão invadiu Xangai em 1932, só uma parte da China se levantou para repelir o golpe. As objeções dos Estados Unidos foram cautelosamente aprovadas "em princípio" pelas potências européias, muito absorvidas em seus interesses individuais para formarem uma frente unida na defesa da autoridade do homem branco na Ásia. A Liga das Nações nomeou um comitê presidido pelo Conde de Litton, o qual apresentou um relatório completo e aparentemente imparcial; mas o Japão retirou-se da Liga do mesmo modo que em 1935 a América se recusara a entrar para a Suprema Corte — para não ser julgado pelos seus inimigos. De agosto de 1932 a maio de 1933 o boicote havia reduzido de 47 por cento as importações que a China fazia do Japão; mas, compensatoriamente, o comércio nipônico estava alijando o comércio chinês das Filipinas e ilhas dos Mares do Sul, e em 1934 os diplomatas japoneses persuadiram a China a adotar uma tarifa que prejudicava a importação ocidental em proveito da nipônica.[42]

Em março de 1932 os japoneses instalaram P'u Yi, herdeiro ao trono na Manchúria, como chefe Executivo do novo Estado do Manchúcuo; e dois anos depois fizeram-no imperador com o nome de Kang Teh. Os funcionários do novo Manchúcuo ou eram japoneses ou chineses complacentes; mas atrás de cada funcionário chinês postava-se um conselheiro japonês.[43] Embora a "Porta Aberta" fosse tecnicamente mantida, todos os meios eram empregados para reunir nas mãos dos japoneses a totalidade dos recursos e do comércio do país.[44] Não houve derrame imigratório de japoneses no Manchúcuo, mas o capital afluiu com abundância. Estradas de ferro comerciais estratégicas foram construídas, estradas de rodagem foram melhoradas, e iniciaram-se negociações para a compra de Eastern Railway, pertencente aos russos. O exército japonês, vitorioso e capaz, não só organizou o novo Estado como passou a ditar a política de Tóquio. Conquistou a província de Jehol, anexando-a ao Manchúcuo, e avançou quase até Peipim, de onde, magnanimamente, retirou-se em seguida, ficando à espera de nova oportunidade.

Entrementes, os representantes nipônicos em Nanquim tudo faziam para levar o governo chinês a aceitar a liderança do Japão na política e demais aspectos da vida chinesa. Depois de completamente dominada a China, o Japão se achará pronto para tratar com o seu velho inimigo — o outrora Império de Todas as Rússias, hoje União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — a URSS. Em qualquer dos muitos pontos vulneráveis da Estrada de Ferro Transiberiana, o exército japonês pode dar o golpe que secione a espinha dorsal que liga a China, Vladivostok e a Transbaikalia com a capital russa. Febril e heroicamente, a Rússia se prepara para o inevitável conflito. Em Kuznetzk e Magnitogorsk os sovietes desenvolvem grandes minas de carvão e usinas si-

derúrgicas, capazes de se transformarem em gigantescas fábricas de munição; em Vladivostock numerosos submarinos preocupam a esquerda japonesa e centenas de aviões de bombardeio conservam-se de olho sobre os grandes centros industriais do Japão e mais pontos vitais.

Para além desses sinistros primeiros planos estão as amansadas e alquebradas potências ocidentais: a América, irritada com a perda dos mercados chineses; a França, incerta quanto à sua Indochina; a Inglaterra, perturbada com a Austrália e a Índia e perseguida pela competição japonesa não só na China como em todas as partes do seu império no Oriente. Não obstante, a França prefere ajudar o financiamento do Japão a combatê-lo; e os astutos britânicos, com paciência sem igual, esperam que os grandes disputantes do comércio asiático mutuamente se destruam e tudo volte de novo às mãos da Inglaterra. O conflito de interesses agrava-se dia a dia; a luta aberta é inevitável. O Japão insiste com as empresas que lhe vendem petróleo para que lá mantenham reservas para seis meses de consumo. O Manchúcuo está fechando as portas ao petróleo não-japonês. Apesar dos protestos dos americanos e do veto do presidente do Uruguai, o Japão obteve do congresso desta república permissão para construir no Rio da Prata um porto franco. Desse centro estratégico, a penetração comercial e financeira do Japão na América Latina se fará com a mesma rapidez da penetração alemã antes de 1914 — uma das causas da Grande Guerra e da co-participação americana. À proporção que a lembrança desta catástrofe esmorece, precipitam-se os preparos guerreiros para outra.

Deve a América combater o Japão? Nosso sistema econômico dá ao capital uma parte tão generosa na riqueza criada pela ciência, pela técnica executiva e pelo trabalho, que muito pouco sobra à massa dos produtores para que possam comprar na mesma proporção em que produzem; um excesso de produtos se acumula, clamando por mercados estrangeiros ou aumento de consumo interno; ou isso, ou colapso da produção. Isto, porém, ainda é mais verdade para o sistema econômico japonês do que para o americano; também o Japão precisa conquistar mercados, não só para manter a sua riqueza centralizada como para assegurar o abastecimento de combustível e matérias-primas indispensáveis à sua indústria. Por um sarcasmo da História, o mesmo Japão que em 1853 foi despertado pela América da sua pacata agricultura e impelido para o comércio e a indústria concentra agora todo o seu poder e habilidade para monopolizar os mercados que a América tinha como os melhores escoadouros dos seus excessos de mercadorias. A História mostra que, em regra geral, quando duas nações lutam pela disputa dos mesmos mercados, a nação que os perdeu, se é forte em recursos e armamentos, recorre à guerra.

(Escrito em 1934.)

CONCLUSÃO

Nossa Herança Oriental

PASSAMOS ae corrida através de quatro mil anos de História, e sobre as mais ricas civilizações do maior dos continentes. Não é provável que tenhamos compreendido essas civilizações ou que lhes tenhamos feito justiça; porque, como pode um espírito, na curta duração de uma vida, compreender ou bem avaliar a herança de toda uma raça? As instituições, os costumes, a arte e a moral de um povo representam a seleção normal de seus incontáveis erros e experiências, o acúmulo da informulável sabedoria das gerações; e nem a inteligência de um filósofo, nem o intelecto de um calouro podem batar para medi-la compreensivamente e muito menos para julgá-la com acerto. A Europa e a América são as filhas, muito estragadas de mimos, da velha Ásia, e nunca perceberam a riqueza de sua herança pré-clássica. Mas se fizermos a conta das artes e processos que o Ocidente tomou do Oriente ou que apareceram primeiro no Oriente, ver-nos-emos, sem o perceber, desenhando um escorço da civilização.

O primeiro elemento da civilização é o trabalho — a agricultura, a indústria, o transporte e o comércio. No Egito e na Ásia encontramos a mais velha cultura do solo de que temos notícia. (É possível que agricultura e domesticação de animais sejam atividades contemporâneas do neolítico europeu e asiático; porém, parece mais provável que as culturas européias da Idade da Pedra Polida sejam mais novas do que as da África e da Ásia.) Também no Egito e na Ásia deparamos com os mais velhos sistemas de irrigação, bem como a primeira produção dessas bebidas estimulantes, sem as quais, aparentemente, a civilização moderna não pode existir — cerveja, vinho e chá. Ofícios e engenharia já estavam tão altamente desenvolvidos no Egito antes de Moisés como na Europa antes de Voltaire; a construção com tijolos tem uma história antiga como a de Sargão I; o torno do oleiro e a carreta aparecem primeiramente em Elam; o linho e o vidro, no Egito; a seda e a pólvora, na China. O cavalo corria da Ásia Central à Mesopotâmia, ao Egito, à Europa; as naus fenícias circunavegavam a África antes da era de Péricles; a bússola veio da China e produziu na Europa uma revolução comercial. A Suméria mostra-nos os primeiros contratos comerciais, o primeiro sistema de crédito, o primeiro uso do ouro e da prata como padrões de valor; e na China realiza-se o milagre da circulação do papel em vez de prata e ouro.

O segundo elemento da civilização é o governo — a organização e proteção da vida e da sociedade por meio do clã e da família, da lei e do Estado. As comunidades-aldeias aparecem na Índia e as cidades-estado surgem na Suméria e na Assíria. O Egito realiza o censo, institui o imposto sobre a renda, e consegue manter a paz interna durante séculos, com um mínimo de força. Ur-Engur e Hamurabi formulam grandes códigos de leis, e Dario organiza um dos mais bem administrados impérios do mundo.

O terceiro elemento da civilização é a moralidade — costumes e maneiras, consciência e caridade; uma lei construída no espírito, que gera o senso do justo e do in-

justo, a ordem e a disciplina do desejo, sem o que uma sociedade se desintegra e cai sob o domínio de um Estado mais coeso. A cortesia aparece nas cortes antigas do Egito, da Mesopotâmia e da Pérsia; mesmo hoje o Extremo Oriente ensina maneiras e dignidade ao impetuoso Ocidente. A monogamia surgiu no Egito e iniciou uma longa luta para provar sua viabilidade diante da iníqua, mas eugênica, poligamia asiática. Fora do Egito, na Judéia, ergue-se o primeiro apelo para a fraternidade humana, a primeira formulação da consciência moral da humanidade.

O quarto elemento da civilização é a religião — o uso da crença no sobrenatural para consolo dos sofrimentos, elevação do caráter e reforço dos instintos sociais e da ordem. Na Suméria, Babilônia e Judéia nasceram os mais queridos mitos e tradições dos europeus; lá brotaram as histórias da Criação do Dilúvio, da Queda e da Redenção do Homem; e entre tantas mães-deusas emergiu "a mais bela flor da poesia", como Heine denominava a "Mãe de Deus". Da Palestina também vieram o monoteísmo e os mais formosos cantos de amor e louvor de todas as literaturas — e a mais solitária, mais alta e mais impressionante figura da História.

O quinto elemento da civilização é a ciência — visão clara, registro exato, imparcialidade de provas e lento acúmulo de um conhecimento objetivo capaz de nos permitir a previsão e o controle. O Egito desenvolve a aritmética, a geometria, e estabelece o calendário; os seus sacerdotes e médicos praticam a medicina e a cirurgia, e antecipam o juramento hipocrático. A Babilônia estuda as estrelas e dá-nos a divisão do mês em quatro semanas, do dia em 12 horas, das horas em 60 minutos e destes em 60 segundos. A Índia transmite-nos através dos árabes seus algarismos numerais e seus mágicos decimais e ensina à Europa as sutilezas do hipnotismo e a técnica da vacina.

O sexto elemento da civilização é a filosofia — a tentativa do homem para apreender qualquer coisa dessa perspectiva total que nos momentos de modéstia ele reconhece que só o Infinito pode possuir; o heróico e desesperançado inquérito sobre as causas primárias e a significação última; a consideração da verdade e da beleza, da virtude e da justiça, do homem e do Estado perfeitos. Tudo isto aparece no Oriente um pouco antes que na Europa; egípcios e babilônios meditam sobre a natureza humana e o destino, e os judeus escrevem imortais comentários sobre a vida e a morte, enquanto a Europa ainda jazia atolada no barbarismo; os hindus brincam com a lógica e a epistemologia quase tão cedo como Parmênides e Zenão de Eléia; os *Upanishads* mergulham na metafísica, e Buda sugere uma psicologia moderníssima alguns séculos antes do nascimento de Sócrates. E se na Índia a religião afoga a filosofia, resolutamente a China seculariza o pensamento e produz, antes de Sócrates, um pensador cuja alta sabedoria exige pouca modificação para tornar-se o fanal de nossa vida contemporânea e uma inspiração para os que pretendem governar com dignidade.

O sétimo elemento da civilização é a literatura — a transmissão da língua, a educação da mocidade, o desenvolvimento da escrita, a criação da poesia e do drama, do romance e da história escrita. As mais velhas escolas conhecidas são as do Egito e da Mesopotâmia. Da Ásia, ao que sabemos, nos veio a escrita; do Egito, o alfabeto, o papel, a tinta; da China veio a imprensa. Os babilônios parecem ter compilado as mais velhas gramáticas e dicionários, e constituído as primeiras bibliotecas; e talvez as universidades da Índia hajam precedido a Academia de Platão. Os assírios transfaziam crônicas em história; os egípcios transformavam história em epopéia e o Extremo Oriente deu ao mundo moderno as delicadas formas de poesia cuja excelência está na visão interior apresentada por meio de imagens. Nabonido e Assurbanipal, hoje exu

mados pelos arqueólogos, foram também arqueólogos: e algumas das fábulas que divertem nossas crianças provêm da antiga Índia.

O oitavo elemento da civilização é a arte — o embelezamento da vida com as cores agradáveis, o ritmo e a forma. Em seu aspecto mais simples — o adorno do corpo — encontramo-la nos elegantes vestuários, nas finas jóias e nos escandalosos cosméticos das eras mais remotas do Egito, da Suméria e da civilização indiana. Belos móveis, graciosa cerâmica e excelentes esculturas de marfim enchem os túmulos egípcios. E seguramente os gregos aprenderam alguma coisa da escultura, da arquitetura e da pintura não só de Creta como das obras-primas que se espelhavam nas águas do Nilo. Do Egito e da Mesopotâmia a Grécia tomou o modelo das colunas dóricas e jônicas; dessas mesmas terras vieram o arco e a abóbada, o clerestório e o domo; e os zigurates do antigo Oriente Próximo têm algo que ver com a moderna arquitetura americana. A pintura chinesa e as gravuras japonesas influíram no século XIX europeu; e a porcelana chinesa criou uma nova perfeição que a Europa ainda procura emular. O sombrio esplendor do canto gregoriano entronca-se nos queixumes musicais dos antigos judeus exilados.

São estes alguns dos elementos da civilização e uma parte do que o Oriente legou ao Ocidente.

Este espólio, entretanto, ainda seria acrescido de muita coisa pelo mundo clássico. Creta iria construir uma civilização quase tão antiga como a do Egito, e que serviria de ponte entre as culturas da Ásia, África e Grécia. A Grécia transformaria a arte, visando à perfeição em vez do tamanho; e casaria uma delicadeza feminina de forma com a máscula estatuária e arquitetura do Egito; e prepararia a cena para o maior período da história da arte. A todos os ramos da literatura aplicaria a exuberância criadora do espírito livre; para o acervo das letras ocidentais contribuiria com extensas epopéias, profundas tragédias, hilariantes comédias e fascinantes histórias. Organizaria universidades e estabeleceria a independência do pensamento secular; desenvolveria, além de todos os precedentes, as matemáticas e a astronomia, a física e a medicina; originaria as ciências da vida e a visão naturalista do homem; daria consciência e ordem à filosofia e enfrentaria racionalisticamente todos os problemas humanos; emanciparia do eclesiasticismo e da superstição as classes educadas, e tentaria a moral sem recurso ao sobrenatural. Iria conceber o homem como cidadão, não mais como súdito; dar-lhe-ia liberdade política, e direitos civis, e um âmbito de libertação mental e moral sem paralelo na História; criaria a democracia e inventaria o indivíduo.

Roma iria beber fartamente nesta abundante cultura, espalhá-la pelo mundo mediterrâneo, protegê-la durante meio milênio contra os assaltos da barbárie e depois transmiti-la, através de sua literatura, para o norte da Europa; iria erguer a mulher a um poder e esplendor e a uma emancipação mental ainda desconhecidos; daria à Europa um novo calendário e lhe ensinaria os princípios da organização política e da segurança social; estabeleceria os direitos do indivíduo num ordenado sistema de leis que iriam ajudar o continente a conservar-se estável através de séculos de pobreza, caos e superstição.

Ao lado de Roma, o Egito e o Oriente Próximo iriam florescer novamente ao impulso do comércio e do pensamento greco-romano. Cartago iria recolher toda a riqueza e luxo de Sídon e Tiro; o Talmude iria perpetuar-se nas mãos dos judeus fiéis; a ciência iria expandir-se na cidade fundada por Alexandre, e do misto das culturas européias e orientais surgiria uma religião destinada em parte a destruir, em parte a pre-

servar e aumentar, a civilização da Grécia e de Roma. Tudo estava a ponto de produzir as eras supremas da antigüidade clássica; a Atenas de Péricles, a Roma de Augusto e a Jerusalém de Herodes. O palco estava sendo preparado para a grande trilogia — Platão, César e Cristo.

Glossário

(A-árabe; C-chinês; E-egípcio; F-francês; Al-alemão; Gr-grego; He-hebreu; H-hindu; I-italiano; J-japonês; L-latim; S-sumeriano.)

Ab initio (L) — De começo.
Ahankara (H) — Consciência do eu.
Amor dei intellectualis (L) — Intelectual amor de Deus.
Anna (H) — Moeda indiana que vale 1 / 16 da rupia.
Arbiter elegantiarum (L) — Árbitro da elegância.
Arcana (L) — Mistérios secretos.
Arhat (H) — Um que conseguiu o Nirvana.
Asana (H) — O terceiro estádio da Ioga.
Ashram (a) (H) — Eremitério.
Ashvamedha (H) — Sacrifício do cavalo.
A tergo (L) — De trás.

Bizarrerie (F) — Qualquer coisa estranha, exótica.
Bodhi (H) — Conhecimento, iluminação.
Brahmachari (H) — Jovem estudante preso ao voto de castidade.
Breccia (I) — Rocha de fragmentos angulares unidos com cimento.
Buddhi (H) — Intelecto.
Bushido (J) — Código de honra dos samurais.

Carma (H) — A lei pela qual cada ser recebe castigo ou recompensa nesta vida ou em uma reencarnação.
Chandala (H) — Um grupo de párias.
Civitas (L) — Cidade-estado.
Credat qui vult (F) — Acredite quem quiser.

Daibutsu (J) — Grande Buda, usualmente aplicado aos Budas colossais.
Daimyo (J) — Senhor.
De fontibus non disputandum (L) — Inútil disputar sobre origens.
Devadasi (H) — Literalmente, serva dos deuses, usualmente prostituta do templo.
Dharana (H) — O sexto estádio da Ioga.
Dharma (H) — Dever.
Dhyana (H) — O sétimo estádio da Ioga.
Djinn (A) — Espíritos.
Dramatis personae (L) — Personagens do drama.
Dreckapothek (Al) — Tratamento com drogas excrementícias.

Ex tempore (L) — Sob a espora do momento.

Faiança (F) — Cerâmica ricamente colorida e esmaltada; da cidade de Faenza, onde essa indústria prosperou.
Felás (A) — Campônios.

Ghat (H) — Passagem na montanha; ponto de embarque; degraus que descem à água.
Glaucopis Athene (Gr) — Atena de olhos de coruja.

Gopuram (H) — Portão.
Gotra (H) — Grupo.
Gueixa (J) — Cortesã bem-educada.
Gunas (H) — Qualidades ativas.
Guru (H) — Professor.

Haraquiri (J) — Autodestripamento.
Here boöpis (Gr) — A Juno (Hera) de olhos de vaca.
Hetera (Gr) — A cortesã fina de Atenas.

Iene (J) — Moeda japonesa.
Inro (J) — Caixinhas trazidas ao cinto.

Jenseits von Gut und Böse (Al) — Além do bem e do mal.
Jinriquixá (J) — Carro puxado pelo homem.
Jiu-jitsu (J) — Literalmente, a arte suave; método de defesa pessoal.
Junshi (J) — Que segue na morte; o suicídio de um servo para servir o amo na outra vida.
Jus primae noctis (L) — Direito à virgindade da noiva.

Kadamba (H) — Flor da Índia.
Kakemono (J) — Pintura japonesa de dependurar.
Kutaja (H) — Flor indiana.

Legato (I) — Amaciamento, sem rupturas.
Lex talionis (L) — Lei da retaliação.
Língua franca (L) — Língua comum.
Lohan (C) — Um que conquistou o Nirvana.

Mahatma (H) — Grande alma.
Manas (H) — Mente.
Mandapam (H) — Pórtico.
Mastaba (A) — Túmulo oblongo e em declive.
Mina (L do Gr e do He) — Moeda do antigo Oriente Próximo, que na Babilônia valia 60 *shekels*.
Moksha (H) — Parto. Entrega.
Mullah (A) — Sábio muçulmano.
Muni (H) — Santo.

Naga (H) — Cobra.
Nandi (H) — Bênção introdutória dos dramas indianos
Nautch (H) — Dançarino do templo.
Netsuke (J) — Broche, presilha artística.
Nishka (H) — Moeda também usada como ornato.
Nyama (H) — Segundo estádio da Ioga.

Odium literarium (L) — Mútua antipatia que transparece entre autores.

Pankha (H) — Leque.
Passim (L) — Aqui e ali.
Patest (S) — Sacerdote; magistrado na Mesopotâmia antiga.
Pishachas (H) — Fantasmas, duendes.
Prakriti (H) — Produtor.
Pranayama (H) — O quarto estádio da Ioga.
Pratyahara (H) — O quinto estádio da Ioga.

Purdah (A) — Cortina; reclusão das mulheres.
Purusha (H) — Pessoa, espírito.

Raga (H) — Motivo musical ou melodia.
Rajá (H) — Rei; *Maharaja*, grande rei.
Raksha (H) — Demônio noturno.
Ramadã (A) — Nono mês do ano muçulmano, quando nenhum alimento deve ser ingerido entre o erguer e o pôr-do-sol.
Rig (H) — Hino.
Ronin (J) — Samurai vago, não adstrito a ninguém.
Rupia (H) — Moeda indiana.

Sake (J) — Vinho de arroz.
Samadhi (H) — Oitavo estádio da Ioga.
Samaj (H) — Assembléia, sociedade.
Samhita (H) — Coleção.
Sannyasi (H) — Santo eremita.
Sari (H) — Vestido de seda.
Sati (H) — *Suttee*, mulher devotada; enterro da viúva com o marido.
Sei (J) — Casta.
Sen (J) — Moeda japonesa, valendo 1/100 do iene.
Seppuku (J) — Ritual do destripamento.
Sesquipedalia verba (L) — Palavras de seis pés.
Shaduf (A) — Balde de tirar água dos poços.
Shakhiti (H) — A energia feminina de um deus.
Shaman (H) — Sacerdote mágico.
Shastra (H) — Livro de texto. Tratado.
Silindhra (H) — Flor indiana.
Swadeshi (H) — Nacionalismo econômico.
Swaraj (H) — Autonomia.

Tantra (H) — Regra ou ritual.
Tattwa (H) — Realidade.
Torii (J) — Portão.

Uraeus (L) — Imagem de serpente simbolizando sabedoria e vida, usualmente trazida pelos reis egípcios.

Virtus dormitiva (L) — Força soporífica.

Yaki (J) — Artigos de comércio.

Zigurate (Assírio-Babilônico) — Torre que diminui de tamanho a cada novo andar, com escadaria externa.

Bibliografia

DOS LIVROS MENCIONADOS NO TEXTO

(Os livros assinalados com asterisco são recomendados para continuação do estudo.)

ALLEN, GRANT: Evolution of the Idea of God. New York, 1897.
ANDREWS, ROY C.: On the Trail of Ancient Man. New York, 1930.
ARMSTRONG, R. C.: Light from the East: Studies in Japanese Confucianism. University of Toronto Press, 1914.
ARNOLD, SIR EDWIN: The Song Celestial, or *Bhagavad-Gita*. London, 1925.
ARRIAN: Anabasis of Alexander, and Indica. London, 1893.
ASTON, W. G.: History of Japanese Literature. New York, 1899.
AYSCOUGH, FLORENCE: Tu Fu: The Autobiography of a Chinese Poet. Boston, 1929.

BABUR: The Babur-nama in English. Tr. by Annette Beveridge. London, 1922.
BAIKIE, REV. JAS.: The Amarna Age. New York, 1926.
BARNES JOS., ed.: Empire in the East. New York, 1934.
BARNETT, L. D.: Antiquities of India. New York, 1914.
BARNETT, L. D.: The Heart of India. London, 1924.
BEBEL, AUGUST: Woman under Socialism. New York, 1923.
BESANT, ANNIE: India. Madras, 1923.
BINYON, LAURENCE: Flight of the Dragon. London, 1927.
BISLAND, ELIZABETH (Mrs. E. B. Wetmore): Three Wise Men of the East. Chapel Hill, N. C., 1930.
BOAS, FRANZ: Anthropology and Modern Life. New York, 1928.
BORCHARDT UND RICKE: Egypt. Berlin, 1929.
BOULGER, D. C.: History of China. 4v. London, 1881.
BREASTED, JAS. H.: Ancient Records of Egypt. 5v. Chicago, 1906.
*BREASTED, JAS. H.: Ancient Times. Boston, 1916.
*BREASTED, JAS. H.: The Conquest of Civilization. New York, 1926. (A revision of *Ancient Times*. The best single-volume history of the ancient Mediterranean world.)
BREASTED, JAS. H.: The Dawn of Conscience. New York, 1933.
*BREASTED, JAS. H.: The Development of Religion and Thought in Ancient Egypt. New York, 1912.
BREASTED, JAS. H.: A History of Egypt. New York, 1912.
BREASTED, JAS. H.: The Oriental Institute. Chicago, 1933.
BRIFFAULT, ROBERT: The Mothers. 3v. New York, 1927.
BRINKLEY, CAPT. F.: China: Its History, Arts and Literature. 10v. Boston, 1902.
BRINKLEY, CAPT. F.: Japan: Its History, Arts and Literature. 8v. Boston and Tokyo.
BROWN, BRIAN: The Story of Confucius. Philadelphia, 1927.
BROWN, BRIAN: Wisdom of the Egyptians. New York, 1923.
BROWN, BRIAN: Wisdom of the Hebrews. New York, 1925.
BROWN, BRIAN: Wisdom of the Hindus. New York, 1921.
BROWN, PERCY: Indian Painting. Calcutta, 1927.
BRYAN, J. J.: The Literature of Japan. London, 1929.
BÜCHER, KARL: Industrial Evolution. New York, 1901.
BUCK, PEARL, tr.: All Men Are Brothers. 2v. New York, 1933.
*BUCKLE, H. T.: Introduction to the History of Civilization in England. 4v. New York, 1913.

BULLEY, MARGARET: Ancient and Medieval Art. New York, 1914.
BUXTON, L. H. DUDLEY: The Peoples of Asia. New York, 1925.

CAMBRIDGE ANCIENT HISTORY. Vols. i-vi. New York, 1924. (Refered to as CAH.)
CANDEE, HELEN: Angkor the Magnificent. New York, 1924.
CAPART, JEAN: Lectures on Egyptian Art. Univ. of N. C. Press, 1928.
*CAPART, JEAN: Thebes. London, 1926.
CARLYLE, THOS.: Complete Works, Vol. I, Heroes and Hero Worship.
CARPENTER, EDWARD: Pagan and Christian Creeds. New York, 1920.
CHAMBERLAIN, B. H.: Things Japanese. London, 1905.
CHAMBERLAIN, W. H.: Soviet Russia. Boston, 1930.
CHATTERJI, JAGADISH C.: The Hindu Realism. Allahabad, 1912.
CHATTERJI, JAGADISH C.: India's Outlook on Life. New York, 1930.
CHILDE, V. GORDON: The Dawn of European Civilization. New York, 1925.
CHILDE, V. GORDON: The Most Ancient East. London, 1928.
CHIROL, SIR VALENTINE: India, London, 1926.
CHU HSI: The Philosophy of Human Nature. London, 1922.
CHURCHWARD, JAS.: The Children of Mu. New York, 1931.
CHURCHWARD, JAS.: The Lost Continent of Mu. New York, 1932.
*CLOSE, UPTON (Josef Washington Hall): Challenge: Behind the Face of Japan. New York, 1934.
CLOSE, UPTON: The Revolt of Asia. New York, 1928.
*CONFUCIUS: Analects, in Legge, Jas.: The Chinese Classics; Vol. I: The Life and Teachings of Confucius. London, 1895.
CONFUCIUS: The Book of History; rendered and compiled by W. G. Old. London, 1918.
COOK'S GUIDE TO PEKING. Peking, 1924.
*COOMARASWAMY, ANANDA K.: The Dance of Siva. New York, 1924.
COOMARASWAMY, ANANDA K.: History of Indian and Indonesian Art. New York, 1927.
COTTERILL, H. B.: A History of Art. 2v. New York, 1922.
COWAN, A. R.: A Guide to World History. London, 1923.
COWAN, A. R.: Master Clues in World History. London, 1914.
CRANMER-BYNG, L.: The Book of Odes. London, 1927.
CRAWLEY, E.: The Mystic Rose. 2v. New York, 1927.
CROCE, BENEDETTO: Esthetic. London, 1922.
CURTIS, W. E.: Modern India. New York, 1909.

DARMESTETER, JAS., ed. and tr.: The Zend-Avesta, 2v. Oxford, 1895.
DARWIN, CHARLES: Descent of Man. New York, A. L. Burt, no date.
DARWIN, CHARLES: Journal of Researches into the Geology and Natural History of the Various Countries Visited during the Voyage of H.M.S. *Beagle* round the World. London, 1910.
DAS GUPTA, SURENDRANATH: A History of Indian Philosophy. Cambridge U. P., 1922.
DAS GUPTA, SURENDRANATH: Yoga as Philosophy and Religion. London, 1924.
DAVIDS, T. W. RHYS: Buddhist India. New York, 1903.
*DAVIDS, T. W. RHYS: Dialogues of the Buddha; being vols. ii-iv of Sacred Books of the Buddhists. Oxford, 1923.
*DAWSON, MILES: Ethics of Confucius. New York, 1915.
DAWSON, MILES: The Ethical Religion of Zoroaster. New York, 1931.
DAY, CLIVE: A History of Commerce. London, 1926.
DELAPORTE, L.: Mesopotamia. London, 1925.
DE MORGAN, JACQUES: Prehistoric Man. New York, 1925.
DEUSSEN, PAUL: The Philosophy of the Upanishads. Edinburgh, 1919.
DEUSSEN, PAUL: System of the Vedanta. Chicago, 1912.
DHALLA, M. N.: Zoroastrian Civilization. New York, 1922.

*DICKINSON, G. LOWES: An Essay on the Civilization of India, China and Japan. New York, 1926.

DIODORUS SICULUS: Library of History. Loeb Classical Library. Vol. i, New York, 1933.

DOANE, T. W.: Bible Myths, and Their Parallels in Other Religions. New York, 1882.

DOWNING, DR. J. G.: "Cosmetics, Past and Present," in Journal of the American Medical Society, June 23, 1934.

DUBOIS, ABBÉ J. A.: Hindu Manners, Customs and Ceremonies. Oxford, 1928.

DURCKHEIM, EMILE: The Elementary Forms of the Religious Life. New York, 1915.

DUTT, R. C.: The Civilization of India. Dent, London, n.d.

DUTT, R. C.: The Economic History of India: 1757-1837. 5th ed. Kegan Paul, London, n.d.

DUTT, R. C.: The Economic History of India in the Victorian Age. 5th ed. London, n.d.

*DUTT, R. C., tr.: The Ramayana and Mahabharata. Everyman Library.

EDDY, SHERWOOD: The Challenge of the East. New York, 1931.

EDMUNDS, A. J.: Buddhist and Christian Gospels. 2v. Philadelphia, 1908.

EKKEN, KAIBARA: The Way of Contentment. Tr. Hoshino. London, 1913.

ELIOT, SIR CHARLES: Hinduism and Buddhism. 3v. London, 1921.

ELLIS, HAVELOCK: Man and Woman. New York, 1900.

ELLIS, HAVELOCK: Studies in the Psychology of Sex. 6v. Philadelphia, 1910-11.

ELPHINSTONE, MOUNTSTUART: History of India. London, 1916.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. 14th edition, unless otherwise specified.

ERMAN, ADOLF: Life in Ancient Egypt. London, 1894.

ERMAN, ADOLF: Literature of the Ancient Egyptians. London, 1927.

FARNELL, L. R.: Greece and Babylon. Edinburgh, 1911.

*FAURE, ELIE: History of Art. 4v. New York, 1921.

FEBVRE, LUCIEN: Geographical Introduction to History. New York, 1925.

FENOLLOSA, E. F.: Epochs of Chinese and Japonese Art. 2v. New York, 1921.

FERGUSON, J. C.: Outlines of Chinese Art. University of Chicago, 1919.

FERGUSSON, JAS.: History of Indian and Eastern Architecture, 2v. London, 1910.

FERGUSSON, JAS.: History of Architecture in All Countries, 2v. London, 1874.

FICKE, A. D.: Chats on Japanese Prints. London, 1915.

FIRISHTAH, MUHAMMAD QASIM: History of Hindostan. Tr. Alex. Dow. 3v. London, 1803.

FISCHER, OTTO: Die Kunst Indiens, Chinas und Japans, Berlin, 1928.

FRAZER, SIR J. G.: Adonis, Attis, Osiris. London, 1907.

*FRAZER, SIR J. G.: The Golden Bough. One-volume ed. New York, 1930.

FRAZER, R. W.: Literary History of India. London, 1920.

FREUD, S.: Totem and Taboo. Leipzig, 1913.

FRY, R. E., ed.: Chinese Art. New York, 1925.

FULOP-MILLER, RÊNE: Lenin and Gandhi, London, 1927.

*GANDHI, M.K.: His Own Story. Ed. by C. F. Andrews. New York, 1930.

GANDHI, M. K.: Young India, 1924-6. New York, 1927.

GANGOLY, O. C.: Art of Java. Calcutta, n.d.

GANGOLY, O. C.: Indian Architecture. Calcutta, n.d.

GARBE, RICHARD, ed.: The Samkhya-Pravacana-Bhasya, or Commentary on the Exposition of the Sankhya Philosophy by Vijnanabhikshu. Harvard University, 1895.

GARRISON, F. H.: History of Medicine. Phila., 1929.

GATENBY, E. V.: The Cloud-Men of Yamato. London, 1929.

GEORG, EUGEN: The Adventure of Mankind. New York, 1931.

GILES, H. A.: Gems ot Chinese Literature: Prose. Shanghai, 1923.

GILES, H. A.: History of Chinese Literature. New York, 1928.

GILES, H. A.: Introduction to the History of Chinese Pictorial Art. Shanghai, 1918.

GILES, H. A.: Quips from a Chinese Jest-Book. Shanghai, 1925.
GOLDENWEISER, A. A.: History, Psychology and Culture. New York, 1933.
GOUR, SIR HARI SINGH: The Spirit of Buddhism. Calcutta, 1929.
GOWEN, H. H.: History of Indian Literature. New York, 1931.
*GOWEN, H. H.: Outline History of Japan. New York, 1927.
*GOWEN, H. H. and HALL, JOSEF W. ("Upton Close"): Outline History of China. New York, 1927.
GRAETZ, H.: Popular History of the Jews. 8v. New York, 1919.
GRANET, MARCEL: Chinese Civilization. New York, 1930.
GRAY, R. M. and PAREKH, M. C.: Mahatma Gandhi. Calcutta, 1928.
GROSSE, ERNST: Beginnings of Art. New York, 1897.
GUÉNON, RENÉ: Man and His Becoming acording to the Vedanta, London, 1928.
GULLAND, W. G.: Chinese Porcelain, 2v. London, 1911.

*HALL, JOSEF W.: Eminent Asians. New York, 1929.
HALL, MANLY P.: Encyclopedic Outline of Masonic, Hermetic, Qabbalistic and Rosicrucian Symbolical Philosophy. San Francisco, 1928.
HALLAM, H.: View of State of Europe during the Middle Ages. New York, 1845.
HARDIE, J. KEIR: India: Impressions and Suggestions. London, 1909.
HARDING, T. SWANN: Fads, Frauds and Physicians. New York, 1930.
HARPER, R. F., ed.: Assyrian and Babylonian Literature. New York, 1904.
HARPER, R.I., ed.: The Code of Hammurabi. University of Chicago, 1904.
HAVELL, E. B.: Ancient and Medieval Architecture of India. London, 1915.
HAVELL, E. B.: Ideals of Indian Art. New York, 1920.
HAVELL, E. B.: History of Aryan Rule in India. Harrap, London, n.d.
HAYES, E. C.: Introduction to the Study of Sociology. New York, 1918.
HEARN, LAFCADIO: Japan: an Interpretation. New York, 1928.
HERACLITUS: Fragments, tr. by G. T. W. Patrick, Baltimore, 1889.
*HERODOTUS: Histories, tr. by Cary, London, 1901. References are to book and chapter (section).
HIMES, NORMAN: Medical History of Contraception. In MS.
HIPPOCRATES: Works, tr. Jones. Loeb Classical Library. London, 1923.
HIRTH, FRIEDRICH: Ancient History of China. New York, 1923.
HOBHOUSE, L. T.: Morals in Evolution. New York, 1916.
HOBSON, R. L.: Chinese Art. New York, 1927.
HOERNLÉ. R. F. A.: Studies in Contemporary Metaphysics. New York, 1920.
HOLLAND, CLIVE: Things Seen in Japan. Seeley, Service & Co., London, n.d.
*HOLY BIBLE; Revised Version. American Bible Society, New York, 1914.
HOWARD, CLIFFORD: Sex Worship. Chicago, 1909.
HUART, CLEMENT: Ancient Persian and Iranian Civilization. New York, 1927.
HU SHIH: Development of the Logical Method in Ancient China. Shanghai, 1922.
*HUME, R. E., ed.: The Thirteen Principal Upanishads. Oxford U. P., 1921.
HUNTINGDON, E.: Civilization and Climate. Yale U. P., 1905.
HUNTINGDON, E.: The Pulse of Asia. Boston, 1907.

INDIAN YEAR BOOK, Bombay, 1929.

JASTROW, MORRIS, JR.: The Book of Job. Phila., 1920.
JASTROW, MORRIS, JR.: The Civilization of Babylonia and Assyria. Phila., 1915.
JASTROW, MORRIS, JR.: A Gentle Cynic. Phila., 1919.
JEWISH ENCYCLOPEDIA. 12v. New York, 1901.
JOSEPHUS, F.: Works, tr. Whiston. 2v. Boston. 1811
JUNG, C. G.: Psychology of the Unconscious. New York, 1916.

*KABIR: Songs, tr. Tagore. New York, 1915.
*KALIDASA: Sakuntala. Prepared for the English Stage by Kedar nath Das Gupta and Laurence Binyon. London, 1920.
KALLEN, K. M.: The Book of Job as a Greek Tragedy. New York, 1918.
KAPILA: Aphorisms of the Sankhya Philosophy. Allahabad, 1852.
KEYSERLING, COUNT HERMANN, ed.: The Book of Marriage. New York, 1926.
KEYSERLING, COUNT HERMANN: Creative Understanding. New York, 1929.
*KEYSERLING, COUNT HERMANN: Travel Diary of a Philosopher. 2v. New York, 1925.
KÖHLER, KARL: History of Costume. New York, 1928.
KOHN, HANS: History of Nationalism in the East. New York, 1929.
*KROPOTKIN, PETER: Mutual Aid. New York, 1902.

LACROIX, PAUL: History of Prostitution. 2v. New York, 1931.
LAJPART RAI, L.: England's Debet to India. New York, 1917.
LAJPAT RAI, L.: Unhappy India. Calcutta, 1928.
LANGDON, S.: Babylonian Wisdom. London, 1923.
*LATOURETTE, K. S.: The Chinese: Their History and Culture. 2v. New York, 1934
LAYARD, A. H.: Nineveh and Its Remains, 2v. London, 1850.
LEDOUX, L. V.: The Art of Japan. New York, 1927.
LEGENDRE, DR. A. F.: Modern Chinese Civilization. London, 1929.
*LEGGE, JAS.: The Chinese Classics translated into English. Vol. I: The Life and Teachings of Confucius. London, 1895.
*LEGGE, JAS.: The Sacred Books of China: The Texts of Taoism. 2v. Oxford U.P., 1927.
*LEONARD, W. E.: Gilgamesh, a Rendering in Free Rhythm. New York, 1934.
LETOURNEAU, C. F.: Evolution of Marriage and the Family. New York, 1891.
LILLIE, ARTHUR: Rama and Homer. London, 1912.
*LI PO: Works, done into English verse by Shigeyoshi Obata. New York, 1928.
LIPPERT, JULIUS: Evolution of Culture. New York, 1931.
LO KUAN-CHUNG: Romance of the Three Kingdoms. Tr. C. H. Brewit-Taylor. 2v. Shanghai, 1925.
LORENZ, D. E.: The 'Round the World Traveler. New York, 1927.
LOTI, PIERRE: India. London, 1929.
LOWIE, R. H.: Are We Civilized? New York, 1929.
LOWIE, R. H.: Primitive Religion. New York, 1924.
LUBBOCK, SIR JOHN: The Origin of Civilization. London, 1912.
LULL, R. S., ed.: The Evolution of Man. Yale U. P., 1922.

*MACAULAY, T.B.: Critical and Historical Essays. Everyman Library. 2v.
MACDONELL, A. A.: History of Sanskrit Literature. New York, 1900.
MACDONELL, A. A.: India's Past. Oxford, 1927.
MAINE, SIR HENRY: Ancient Law. Everyman Library.
MALLOCK, W.: Lucretius on Life and Death. Phila., 1878.
MARSHALL, SIR JOHN: Prehistoric Civilization of the Indus. Illustrated London News, Jan. 7, 1928.
MASON, O. T.: Origins of Invention. New York, 1899.
MASON, W. A.: History of the Art of Writing. New York, 1920.
*MASPERO, G.: Art in Egypt. New York, 1922.
*MASPERO, G.: The Dawn of Civilization: Egypt and Chaldaea. London, 1897.
*MASPERO, G.: The Struggle of the Nations: Egypt, Syria and Assyria. London, 1896.
*MASPERO, G.: The Passing of the Empires. London, 1900.
MCCABE, JOS.: The Story of Religious Controversy. Boston, 1929.
MCCRINDLE, J. W.: Ancient India as described by Megasthenes and Arrian. Calcutta, 1877
MELAMED, S. M.: Spinoza and Buddha. Chicago, 1933.
MENCIUS: Works, tr. Legge. 2v. Oxford, 1985.

MENCKEN, H. L.: Treatise on the Goods. New York, 1930.
MINNEY, R. J.: Shiva, or the Future of India. London, 1929.
MONIER-WILLIAMS, SIR M.: Indian Wisdom. London, 1893.
MOON, P. T.: Imperialism and World Politics. New York, 1930.
MORET, A. and DAVY G.: From Tribe to Empire. New York, 1926.
MUKERJI, D. G.: A SOn of Mother India Answers. New York, 1928.
MUKERJI, D. G.: Visit India with Me. New York, 1929.
MÜLLER-LYER, F.: Evolution of Modern Marriage. New York, 1930.
MÜLLER-LYER, F.: The Family. New York, 1931.
MÜLLER-LYER, F.: History of Social Development. New York, 1921.
*MÜLLER, MAX: Lectures on the Science of Language. 2v. New York, 1866.
MÜLLER, MAX: Six Systems of Indian Philosophy. London, 1919.
MÜLLER, MAX: India: What Can It Teach Us? London, 1919.
*MURASAKI, LADY: The Tale of Genji, tr. Arthur Waley. London, 1927.
MURDOCH, JAS.: History of Japan. 3v. London, 1925.
MURRAY, G.: Aristophanes and the War Party. London, 1919.
MUTHU, D. C.: The Antiquity of Hindu Medicine and Civilization. London, 1930.
NAG, KALIDAS: Greater India. Calcutta, 1926.
NAIDU, SAROJINI: The Sceptred Flute: Songs of India. New York, 1928.

NIETZSCHE, F.: Genealogy of Morals. London, 1913.
NITOBÉ, INAZO: Bushido: The Soul of Japan. New York, 1905.
NIVEDITA SISTER (Margaret E. Noble): The Web of Indian Life. London, 1918.
NOGUCHI, YONE: The Spirit of Japonese Poetry. London, 1914.
NORTON, H. K.: China and the Powers. New York, 1927.

OKAKURA-KAKUSO: The Book of Tea. New York, 1912.
OLMSTEAD, A. T.: History of Assyria. New York, 1923.
OPPENHEIMER, FRANZ: The State. Indianapolis, 1914.
OSBORN, H. F.: Men of the Old Stone Age. New York, 1915.
OTTO, RUDOLF: Mysticism, East and West. New York, 1932.

PARK, NO YONG: Making a New China. Boston, 1929.
PARMELEE, M.: Oriental and Occidental Culture. New York, 1928.
PEFFER, N.: China: The Collapse of a Civilization. New York, 1930.
PELLIOT, P.: Les grottes de Touen-Houang. 6v. Paris, 1914-29.
PERROT, G. and CHIPIEZ, C.: History of Art in Chaldaea and Assyria. 2v. London, 1884.
PETRIE, SIR W. FLINDERS: Egypt and Israel. London, 1925.
PETRIE, SIR W. FLINDERS: The Formation of the Alphabet. London, 1912.
*PETRIE, SIR W. FLINDERS: The Revolutions of Civilization. London, 1911.
PIJOAN, JOS.: History of Art. 3v. New York, 1927.
PITKIN, W. B.: A Short Introduction to the History of Human Stupidity. New York, 1932.
PITTARD, E.: Race and History. New York, 1926.
PLATO: Dialogues. Tr. Jowett. 4v. New York, n.d.
PLUTARCH: Lives. 3v. Everyman Library.
*POLO, MARCO: Travels, ed. Manuel Komroff. New York, 1926.
POTTER, CHARLES F.: The Story of Religion. New York, 1929.
*POWYS, J.C.: The Meaning of Culture. New York, 1929.
PRATT, W. S.: The History of Music. New York, 1927.

QUINTUS CURTIUS: Works, tr. Knight. Cambridge, England, 1882.

RADAKRISHNAN, S.: The Hindu View of Life. London, 1928.
RADAKRISHNAN, S.: Indian Philosophy. 2 v. Macmillan, New York, n.d.
RATZEL F.: History of Mankind. 2v. London, 1896.

RAWLINSON, GEO.: Five Great Monarchies of the Ancient Eastern World. 3v. New York 1887
RAWLINSON, GEO., ed.: Herodotus. 4v. London, 1862.
REDESDALE, LORD: Tales of Old Japan. London, 1928.
REICHWIN, A.: China and Europe: Intellectual and Artistc Contacts in the Eighteenth Century. New York, 1925.
*REINACH, S.: Orpheus: A History of Religions. New York, 1909 and 1930.
RENAN, E.: History of the People of Israel. 5v. New York, 1888.
RENARD, G.: Life and Work in Prehistoric Times. New York, 1929.
REPORT OF THE INDIAN CENTRAL COMMITTEE. Calcutta, 1929.
RICKARD., T. A.: Man and Metals. 2v. New York, 1932.
RIVERS, W. H. PITT: Instinct and the Unconscious. Cambridge U. P., 1920.
RIVERS, W. H. PITT: Social Organization. New York, 1924.
ROBIE, W. F.: The Art of Love. Boston, 1921.
*ROBINSON, J. H.: article "Civilization" in Encyclopedia Britannica, 14th ed.
ROLLAND, ROMAIN: Mahatma Gandhi. New York, 1924.
ROLLAND, ROMAIN: Prophets of the New India. New York, 1930.
ROSS, E. A.: The Changing Chinese. New York, 1911.
ROSS, E. A.: Foundations of Sociology. New York, 1905.
ROSS, E. A.: Social Control. New York, 1906.
ROSTOVTZEFF, M.: A History of the Ancient World. 2v. Oxford, 1930.
RUSSELL, BERTRAND: Marriage and Morals. New York, 1929.

SANGER, WM.: History of Prostitution, New York, 1910.
SANSUM, DR. W. D.: The Normal Diet. St. Louis, 1930.
SARKAR., B. K.: Hindu Achievements in Exact Science. New York, 1918.
SARRE, F.: Die Kunst des alten Persien. Berlin, 1925.
SARTON, GEO.: Introduction to the History of Science. Vol. I. Baltimore, 1930.
SCHÄFER, H. and ANDRAE, W.: Die Kunst des alten Orients. Berlin, 1925.
SCHNEIDER, HERMANN: History of World Civilization. Tr. Green. 2v. New York, 1931.
SCHOPENHAUER, A.: The World as Will and Idea. Tr. Haldane and Kemp. 3v. London, 1883.
SEDGWICK, W. and TYLER, H.: Short History of Science. New York, 1927.
SEWELL, ROBERT. A Forgotten Empire, Vijayanagar. London, 1900.
SHAW, G. B.: Man and Superman. New York, 1914.
SHELLEY, P. B.: Complete Works. London, 1888.
*SHONAGON, LADY SEI: Sketch Book; tr. N. Kobayashi. London. 1930.
SHOTWELL, JAS. T.: The Religious Revolution of To-day. Boston. 1913.
SIDHANTA, N. K.: The Heroic Age of India. New York, 1930.
SIMON, SIR JOHN, Chairman: Report of the Indian Statutory Commission. 2v. London, 1930
SIRÉN, OSVALD: Chinese Paintings in American Collections. 5v. Paris, 1927.
SKEAT, W. W.: Etymological Dictionary of the English Language. Oxford, 1893.
SMITH, A. H.: Chinese Characteristics. New York, 1894.
SMITH, G. ELLIOT: The Ancient Egyptians and the Origin of Civilization. London, 1923.
SMITH, G. ELLIOT: Human History. New York, 1929.
SMITH, W. ROBERTSON: The Religion of the Semites. New York, 1889.
*SMITH, V. A.: Akbar. Oxford, 1919.
SMITH, V. A.: Asoka. Oxford, 1920.
SMITH, V. A.: Oxford History of India. Oxford, 1923.
SOLLAS, W. J.: Ancient Hunters. New York, 1924.
SPEARING, H. G.: Childhood of Art. New York, 1913.
SPENCER, HERBEERT: Principles of Sociology. 3v. New York, 1910.
*SPENGLER, OSWALD: Decline of the West. 2v. New York, 1926-8.
SPINOZA, B.: Ethic, tr. W. H. White. New York, 1883.

SPRENGLING, M.: The Alphabet: Its Rise and Development from the Sinai Inscriptions. Oriental Institute Publications. Chicago, 1931.
STEIN. SIR M. AUREL: Innermost Asia. 4v. Oxford, 1928.
STRABO: Geography. 8v. Loeb Classical Library. New York, 1917-32.
*SUMNER, W. G.: Folkways. Boston, 1906.
SUMNER, W. G. and KELLER, A. G.: Science of Society. 3v. New Haven, 1928.
SUNDERLAND, J. T.: India in Bondage. New York, 1929.
SUTHERLAND, A.: Origin and Growth of the Moral Instincts. 2v. London, 1898.
SUTHERLAND, G. A., ed.: A System of Diet Dietetics. New York, 1925.
SUZUKI, A. T.: Brief History of Early Chinese Philosophy. London, 1914.
SYKES, SIR PERCY: Persia. Oxford. 1922.

TABOUIS, G. R.: Nebuchadnezzar. New York, 1931.
TACITUS: Histories. Tr. Murphy. London, 1930.
*TAGORE, R.: Chitra. London, 1924.
*TAGORE, R.: The Gardener. Leipzig, 1921.
TAGORE, R.: Gitanjali and Fruit-Gathering. New York, 1918.
TAGORE, R.: My Reminiscences. New York, 1917.
TAGORE, R.: Personality. London, 1926.
TAGORE, R.: Sadhana: The Realization of Life, Leipzig, 1921.
TARDE, G.: The Laws of Imitation. New York, 1903.
*THOMAS, E. D.: Chinese Political Thought. New York, 1927.
THOMAS, E. J.: Life of Buddha. New York, 1927.
THOMAS, W. I.: Source Book fo Social Origins. Boston, 1909.
THOMSON, E. J.: Rabindranath Tagore. Calcutta, 1921.
THOREAU, H.D.: Walden. Everyman Library.
*THORNDIKE, LYNN: Short History of Civilization. New York, 1926.
*TIETJENS, EUNICE, ed.: Poetry of the Orient. New York, 1928.
TOD, LT.-COL. JAS: Annals and Antiquites of Rajasthan. 2v. Calcutta, 1894.
TSURUMI, Y.: Present Day Japan. New York, 1926.
*TU FU: Poems, tr. Edna Worthley Underwood and Chi Hwang Chu. Portland, Me., 1929.
TYLOR, E. B.: Anthropology. New York, 1906.
TYLOR, E. B.: Primitive Culture. 2v. New York, 1889.
TYRRELL, C. A.: The Royal Road to Health. New York, 1912.

UNDERWOOD, A. C.: Contemporary Thought of India. New York, 1931.

*VAN DOREN, MARK: Anthology of World Poetry. New York, 1928.
VENKATESWARA, S. V.: Indian Culture through the Ages. Vol. I: Education and the Propagation of Culture. London, 1928.
VINOGRADOFF, SIR P.: Outlines of Historical Jurisprudence. 2v. Oxford, 1922.
*VOLTAIRE, F. M. A. DE: Works. 3v. New York, 1927.

WALEY, ARTHUR: Introduction to the Study of Chinese Painting. London. 1923.
*WALEY, ARTHUR: 170 Chinese Poems. New York, 1923.
WALSH, CLARA A.: The Master-Singers of Japan. London, 1914.
WANG YANG-MING: The Philosophy of, tr. by F. G. Henke. London and Chicago, 1916.
WARD, C. O.: The Ancient Lowly. 2v. Chicago, 1907.
WATTERS, T : On Yuan Chuang's Travels in India. 2v. London, 1904.
WEIGALL, ARTHUR: Life and Times of Akhnaton. New York, 1923.
WEIGALL, ARTHUR: Life and Times of Cleopatra. New York, 1924.
WESTERMARCK, E.: History of Human Marriage, 2v. London, 1921.
WESTERMARCK, E.: Origin and Development of the Moral Ideas. 2v. London, 1917-24.
WESTERMARCK, E.: Short History of Marriage. New York, 1926.

WHITE, E. M.: Woman in World History. Jenkins, London, n.d.
WHITE, W. A.: Mechanisms of Character Formation. New York, 1916.
WHITMAN, WALT: Leaves of Grass. Phila., 1900.
WILHELM, R.: Short History of Chinese Civilization. New York, 1929.
WILHELM, R.: The Soul of China. New York, 1928.
WILLIAMS, E. T.: China Yesterday and Today. New York, 1927.
WILLIAMS, H. S.: History of Science. 5v. New York, 1904.
WILLIAMS, S. WELLS: The Middle Kingdom. 2v. New York, 1895.
WILLIS, R.: Benedict de Spinoza. London, 1870.
WINTERNITZ, M.: History of Indian Literature. Vol. I. Calcutta, 1927.
WOOD, ERNEST: An Englishman Defends Mother India. Madras, 1929.
WOOLLEY, C. LEONARD: The Sumerians. Oxford, 1928.
WORLD ALMANAC, 1935. New York, 1935.
WU, CHAO-CHU: The Nationalist Program for China. Yale U. P., 1929.

XENOPHON: Anabasis. Loeb Classical Library.
XENOPHON: Cyropaedia. Loeb Classical Library.

YANG CHU: Garden of Pleasure. London, 1912.

ZIMAND, SAVEL: Living India. New York, 1928.

Notas

(O título completo do livro é dado somente quando ele aparece pela primeira vez nestas notas.)

1. Suplemento ao *Essai sur les moeurs*; citado por Buckle, H. T., *History of Civilization*, 581.

CAPÍTULO I

2. Robson, J. H., art. Civilização, na *Encyclopedia Britannica*, 14th ed.

CAPÍTULO II

1. Spengler, O., *The Decline of the West; The Hour of Decision.*
2. Hayes, *Sociology*, 494.
3. Lippert, J., *Evolution of Culture*, 38.
4. Spencer, H., *Principles of Sociology*, I, 60.
5. Sumner and Keller, *Science of Society*, i, 51; Sumner, W. G., *Folkways*, 119-22; Renard, G., *Life and Work in Prehistoric Times*, 36; Mason, O. T., *Origins of Invention*, 298.
6. Ibid., 316.
7. Sumner and Keller, i, 132.
8. Roth H. L., in Thomas, W. I., *Source Book for Social Origins*, 111.
9. Ibid., Mason, O. T., 190; Lippert, 165.
10. Renard, 123.
11. Briffault, *The Mothers*, ii, 460.
12. Renard, 35.
13. Sutherland, G. A., ed., *A System of Diet and Dietetics*, 45.
14. Ibid., 33-4; Ratzel, F., *History of Mankind*, i, 90.
15. Sutherland, G. A., 43, 45, Müller-Lyer. F., *History of Social Development*, 70.
16. Ibid., 86.
17. Sumner, *Folkways*, 329; Ratzel, 129; Renard, 40-2; Westermarck, E., *Origin and Development of the Moral Ideas*, i, 553-62.
18. Sumner and Keller, ii, 1234.
19. Sumner, *Folkways*, 329.
20. Renard, 40-2.
21. Sumner and Keller, ii, 1230.
22. Briffault, ii, 399.
23. Sumner and Keller, ii, 1234.
24. Cowan, A. R., *Master Clues in World History*, 10.
25. Renard, 39.
26. Mason, O. T., 23.
27. Briffault, i, 461-5.
28. Mason, O. T., 224f.
29. Müller-Lyer, *Social Development*, 102.
30. Ibid., 144-6.
31. Ibid., 167; Ratzel, 87.
32. Thomas, W. I., 113-7; Renard, 154-5; Müller-Lyer, 306; Sumner and Keller, i, 150-3.
33. Sumner, *Folkways*, 142.
34. Mason, O. T., 71.
35. Müller-Lyer, *Social Development*, 238-9; Renard, 158.
36. Sumner and Keller, i, 268-72, 300, 320; Lubbock, Sir J., *Origin of Civilization*, 373-5 Campbell, Bishop R., in New York *Times*, 1-11-33.
37. Bücher, K., *Industrial Evolution*, 57.
38. Kropotkin, Prince P., *Mutual Aid*, 90.
39. Mason, O. T., 27.
40. Sumner and Keller, i, 270-2.
41. Briffault, ii, 494-7.
42. Sumner and Keller, i, 328f.
43. In Lippert, 39.
44. *A Naturalist's Voyage Around the World*, 242, in Briffault, ii, 494.
45. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 35-42.
46. Hobhouse, L. T., *Morals in Evolution*, 244-5; Cowan, A. R., *Guide to World History*, 22; Sumner and Keller, i, 58.
47. Hobhouse, 272.

CAPÍTULO III

1. Sumner and Keller, i, 16, 418, 461; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 195-8.
2. Sumner and Keller, i, 461.
3. Rivers, W. H. R., *Social Organization*, 166.
4. Briffault, ii, 364, 494; Ratzel, 133; Sumner and Keller, 470-3.
5. Ibid., 463, 473.
6. Ibid., 370, 358.
7. Renard, 149; Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 836-9; Ratzel, 130; Hobhouse, 239, Sumner and Keller, i, 18, 372, 366, 392, 394, 713.
8. Nietzsche, *Genealogy of Morals*, 103.
9. American *Journal of Sociology*, March, 1905.
10. Oppenheimer, Franz, *The State*, 16.
11. In Ross, E. A., *Social Control*, 50.
12. In Sumner and Keller, i, 704.
13. Ibid, 709.
14. Cowan, *Guide to World History*, 18f.
15. Sumner and Keller, i, 486.
16. Spencer, *Sociology*, iii, 316.
17. Ibid., i. 66.
18. Melville, *Typee*, 222, in Briffault, ii, 356.
19. Briffault, ibid.
20. Sumner and Keller, i. 687.
21. Lubbock, 330.
22. Hobhouse, 73-101; Kropotkin, *Mutual Aid*, 131; Thomas, W. I., 301.
23. Sumner and Keller, i, 682-7.
24. Para exemplos cf. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 14-5, 20.
25. Lubbock, 363-7; Sumner and Keller, i, 454; Briffault, ii, 499; Maine. Sir H., *Ancient Law*, 109; Boas, Franz, *Anthropology and Modern Life*, 221.
26. Sutherland, A., *Origin and Growth of the Moral Instincts*, i, 4-5.
27. Sumner and Keller, iii, 1498; Lippert, 75, 659.
28. Sumner and Keller, iii, 1501.
29. Ibid., 1500; Renard, 198; Briffault, ii, 518, 434.
30. Vinogradoff, Sir P., *Outlines of Historical Jurisprudence*, i, 212; Briffault, i, 503.
31. Sumner, *Folkways*, 364.
32. Briffault, i, 508-9; Sumner and Keller, i, 540; iii, 1949; Rivera, *Social Organization*, 12.
33. Moret and Davy, *From Tribe to Empire*, 40; Briffault, i, 308; Müller-Lyer, *The Family*, I, 24-7; Sumner and Keller, iii, 1939.
34. White, E. M., *Woman in World History*, 35; Briffault, i, 309; Lippert, 223; Sumner and Keller, iii, 1990.
35. Hobhouse, 170.
36. Müller-Lyer, *Family*, 118.
37. Ibid., 232.
38. Sumner and Keller, iii, 1733.
39. Lubbock, 5.
40. Müller-Lyer, *Evolution of Modern Marriage*, 112.
41. Briffault, i, 460; Renard, 101.
42. Briffault, i, 466, 478, 484, 509.
43. Ellis, H., *Man and Woman*, 316; Sumner and Keller, i, 128.
44. Ibid., iii, 1763, 1843; Ratzel, 134; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 235.
45. Lubbock, 67.
46. Lubbock in Thomas, W.I., 108.
47. Westermack, *Moral Ideas*, ii, 420, 629.
48. Crawley, E., *The Mystic Rose*, in Thomas, W. I., 515-7, 525.
49. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 638-45; Sumner and Keller, iii, 1737.
50. Ibid., 1753.
51. Vinogradoff, i, 197; Müller-Lyer, *Social Development*, 208.

CAPÍTULO IV

1. Darwin, C., *Descent of Man*, 110.
2. Ellis, H., *Studies in the Psychology of Sex*, vi, 422.
3. Westermarck, E., *History of Human Marriage*, i, 32, 35.
4. Briffault, ii, 154.
5. Sumner and Keller, iii, 1547f. Mais exemplos de comunismo sexual podem ser encontrados em Briffault, i, 645; ii, 2-13; Lubbock, 68-9.
6. Müller-Lyer, *Family*, 55.
7. *Encyclopedia Britannica*, xiii, 206
8. Sumner and Keller, iii, 1548.
9. Briffault, ii, 81.
10. Lubbock, 69.
11. Lippert, 67.
12. Polo, Marco, *Travels*, 70.
13. Letourneau, *Marriage*, in Sumner and Keller, iii, 1521.
14. Westermarck, *Short History of Human*

Marriage, 265; Müller-Lyer, *Family*, 49; Sumner and Keller, iii, 1563; Briffault, i, 620f.
15. Ibid., 649.
16. Sumner and Keller, iii, 1505.
17. Exemplos em Briffault, i, 767n; Sumner and Keller, iii, 1901; Lippert, 670.
18. Exemplos em Briffault, i, 641f, 663; Vinogradoff, i, 173.
19. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 387.
20. Briffault, ii, 315; Hobhouse, 140.
21. Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 34.
22. Spencer, *Sociology*, i, 722; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 388; Sumner, *Folkways*, 265, 351; Sumner and Keller, i, 22; iii, 1863; Briffault, ii, 261, 267, 271.
23. Lowie, R. H., *Are We Civilized?*, 128.
24. Sumner and Keller, iii, 1534, 1540; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 399.
25. Gên. xxix. Iguais costumes existiam na África, Índia e Austrália: cf. Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 123.
26. Sumner and Keller, iii, 1625-6; Vinogradoff, 209; mais exemplos em Lubbock, 91, Müller-Lyer, *Family*, 86; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 435.
27. Briffault, i, 244f.
28. Lippert, 295; Müller-Lyer, *Social Development*, 270.
29. Sumner and Keller, iii, 1631. Briffault interpreta este costume como reminiscência da transição do casamento matrilocal para o patriarcal — i, 240-50.
30. Hobhouse, 158.
31. Sumner and Keller, iii, 1629.
32. Briffault, ii, 244.
33. Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 125.
34. Hobhouse, 151; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 383; Sumner and Keller, 1650.
35. Ibid., 1648.
36. Ibid., 1649. Heródoto (I, 196) narra um costume semelhante no século V a. C., e Burckhardt encontrou-o na Arábia do século XIX (Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 127).
37. Briffault, i, 219-21.
38. Lowie, *Are We Civilized?*, 125.
39. Briffault, ii, 215.
40. Sumner and Keller, iii, 1658.
41. In Lubbock. 52.
42. Ibid., 54-7; Sumner and Keller, iii, 1503-8; Briffault, ii, 141-3.
43. Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 51.
44. Briffault, ii, 70f.
45. Briffault, ii, 2-13, 67, 70-2. Briffault reuniu em uma nota de 10 páginas a prova da licença sexual pré-marital no mundo primitivo. Cf. também Lowie, *Are We Civilized?*, 123; e Sumner and Keller, iii, 1553-7.
46. Ibid., 1556; Briffault, ii, 65; Westermarck, i, 441.
47. Lowie, 127.
48. Briffault, iii, 313; Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 32.
49. Briffault, ii, 222-3; Westermarck, *Short History*, 13.
50. Sumner and Keller, iii, 1682; Sumner, *Folkways*, 358.
51. Ibid., 361; Sumner and Keller, iii, 1674.
52. Ibid., 1554; Briffault, iii, 344.
53. S. & K., iii, 1682.
54. Para exemplos, cf. Westermarck, *Human Marriage*, i, 530-45; ou Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 39-41.
55. Müller-Lyer, *Social Development*, 132-3; Sumner, *Folkways*, 439.
56. Briffault, iii, 260f.
57. Ibid., 307; Ratzel, 93.
58. Sumner, *Folkways*, 450.
59. Reinach, *Orpheus*, 74.
60. Cf. Briffault, ii, 112-7; Vinogradoff, 173.
61. S. & K., iii, 1528.
62. Ibid., 1771.
63. Ibid., 1677-8.
64. Ibid., 1831.
65. Citado em Briffault, ii, 76.
66. Ibid., S. & K., iii, 1831.
67. Müller-Lyer, *Family*, 102.
68. S. & K., iii, 1890.
69. Ibid.; Sumner, *Folkways*, 314; Briffault, ii, 71; Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 413; E. A. Rout, "Sex Hygiene of the New Zealand Maori", in *The Medical Journal and Record*, Nov. 17, 1926; *The Birth Control Review*, april, 1932, p. 112.
70. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 394-401.
71. Lowie, *Are we Civilized?*, 138.
72. Müller-Lyer, *Family*, 104.
73. S. & K., i, 54.
74. Briffault, ii, 391.
75. Renard, 135.
76. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 383.
77. Ibid., i, 290; Spencer, *Sociology*, i, 46.
78. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 88; S. & K., i, 336.
79. Kropotkin, 90.
80. Lowie, *Are We Civilized?*, 141.
81. Exemplos em Thomas, W. I., 108; White, E. M., 40; Briffault, i, 453; Ratzel, 135.
82. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 422, 678.
83. Hobhouse, 79; Briffault, ii, 353.
84. Ibid., 185.
85. Thomas, W. I., 154.
86. Exemplos em S. & K., i, 641-3.
87. Briffault, ii, 143-4.
88. Ibid., 500-1; Kropotkin, 101, 105; Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 539-40; Lowie, 141.

89. Hobhouse, 29; Spencer, *Sociology*, i, 69; Kropotkin, 90-1.
90. Müller-Lyer, *Modern Marriage*, 26; Briffault, i, 636.
91. Ibid., 640.
92. Müller-Lyer, 31.
93. Lowie, 164.
94. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 150-1; Sumne, *Folkways*, 460.
95. Ibid., 454.
96. Ibid., 13, S. & K., i, 358.
97. Kropotkin, 112-3; Briffault, ii, 357, 490; S. & K., i, 659; Westermarck, ii, 556.
98. Estrabão, *Geography*, I, 2, 8.
99. S. & K., ii, 1419.
100. Ibid.
101. Briffault, ii, 510.
102. Lippert, 6.
103. Briffault, ii, 503.
104. Williams, H. S., *History of Science*, i, 15.
105. Briffault, ii, 645.
106. Ibid., 657.
107. S. & K., ii, 859; Lippert, 115.
108. *Brihadaranyaka Upanishad*, iv, 3; Davids, T. W. Rhys, *Buddhist India*, 252; Deussen, Paul, *The Philosophy of the Upanishadas*, 302.
109. Carpenter, Edward, *Pagan and Christian Creeds*, 80.
110. Powys, John Cowper, *The Meaning of Culture*, 180.
111. Briffault, ii, 577, 583-92, 632.
112. Ibid., 147; Carpenter, 48.
113. Jung, C. G., *Psychology of the Unconscious*, 173.
114. Allen, G., *Evolution of the Idea of God*, 237.
115. Briffault, ii, 508-9.
116. Frazer, Sir J. G., *The Golden Bough*, I-v ed., 112, 115.
117. De Morgan, Jacques, *Prehistoric Man*, 49.
118. Frazer, *Golden Bough*, 165-7.
119. Jung, 173.
120. Briffault, iii, 117.
121. Ibid., ii, 592.
122. Ibid., 481.
123. Reinach, 19.
124. Freud, S., *Totem and Taboo*. Para a crítica da teoria, ver Goldenweiser, A. A., *History, Psychology and Culture*, 201-8.
125. Durkheim, E., *Elementary Forms of the Religious Life*.
126. Briffault, ii, 468.
127. Reinach, *Orpheus*, 1909, ed., 76, 81; Tarde, G., *Laws of Imitation*, 273-5; Murray, G., *Aristophanes and the War Party*, 23, 37.
128. Spencer, *Sociology*, i, 406; Frazer, *Golden Bough*, vii.
129. Reinach, 1909, ed., 80.
130. Allen, 30.
131. Exemplos em Lippert, 103.
132. Smith, W. Robertson, *The Religion of the Semites*, 42.
133. Hoern R. F. A., *Studies in Contemporary Metaphysics*, 181.
134. Reinach (1909), 111.
135. Frazer, *Golden Bough*, 13.
136. Frazer, *Adonis, Attis, Osiris*, 356.
137. Briffault, ii, 196.
138. Ibid., 199.
139. Frazer, *Golden Bough*, 337, 432; Allen, 246.
140. Georg, E., *The Adventure of Mankind*, 202.
141. S. & K., ii, 1252.
142. Ibid.
143. Sumner, *Folkways*, 336-9, 553-5.
144. Ibid., 337; Frazer, *Golden Bough*, 489.
145. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 373, 376, 563.
146. Ratzel, 45.
147. Reinach, 1930, ed., 23.
148. Ratzel, 133.
149. 2 Sam. vi, 4-7.
150. Diodoro Siculus, *Library of History*, 1, lxxxiv.
151. Briffault, ii, 366, 387.
152. Sumner, *Folkways*, 511.

CAPÍTULO V

1. Ratzel, 34; Müller-Lyer, *Social Development*, 50-3, 61.
2. Ibid., 46-9, 54; Renard, 57; Robinson, J. H., 735, 740; France, A., *M. Bergeret a Paris*.
3. Lubbock, 227, 339, 342f.
4. Müller, Max, *Lectures on the Science of Language*, i, 360.
5. Tylor, E. B., *Anthropology*, 125.
6. Müller, *Science of Language*, i, 265, 303n; ii, 39.
7. Venkateswara, S. V., *Indian Culture through the Ages*, Vol. I., *Education and the Propagation of Culture*, 6; Ratzel, 31.
8. White, W. A., *Mechanisms of Character Formation*, 83.
9. Lubbock, 353-4.
10. Briffault, i, 106.
11. Ibid., 107; Russell, B., *Marriage and Morals*, 243.
12. S. & K., i, 554.
13. Briffault, ii, 190.

14. Ibid, 192-3.
15. Lubbock, 35.
16. Maspero, G., *Dawn of Civilization*, citado Mason, W. A., *History of the Art of Writing*, 39.
17. Lubbock, 299.
18. Mason, W. A., ch. ii; Lubbock, 35.
19. Mason, W. A., 146-54.
20. Briffault, i, 18.
21. Spencer, *Sociology*, iii, 218-26.
22. Mason, W. A., 149; outros exemplos em Lowie, 202.
23. Spencer, *Sociology*, iii, 247f.
24. Tylor, *Primitive Culture*, i, 243-8, 261, 266; Lubbock, 299.
25. Thoreau, H. D., *Walden*.
26. Briffault, ii, 601.
27. Mason, O. T., in Thomas, *Source Book*, 366.
28. Briffault, i, 485.
29. Exemplos em Lowie, *Are We Civilized?*, 250.
30. Matt., viii, 28.
31. Lowie, 250; S. & K., ii, 979; Spencer, *Sociology*, iii, 194; Garrison, F. H., *History of Medicine*, 22, 33; Harding, T. Swann, *Fads, Frauds, and Physicians*, 148.
32. Garrison, 26.
33. Marett, H. R., *Hibbert Journal*, Oct., 1918; Carpenter, *Pagan and Christian Creeds*, 176.
34. Lowie, 247.
35. In Garrison, 45.
36. Briffault, ii, 157-8, 162-3.
37. Darwin, *Descent of Man*, 660.
38. Briffault, ii, 176.
39. Spencer, i, 65; Ratzel, 95.
40. Grosse, E., *The Beginnings of Art*, 55-63; Pijoan, J., *History of Art*, i, 4.
41. Grosse, 58.
42. Renard, 91.
43. Lubbock, 45.
44. Ratzel, 105.
45. Lubbock, 51; Grosse, 80.
46. In Thomas, *Source Book*, 555.
47. Grosse, 70; Lubbock, 46-50.
48. Georg, 104.
49. Grosse, 81.
50. Briffault, ii, 161.
51. Grosse, 83.
52. Ratzel, 95.
53. Müller-Lyer, *Social Development*, 152.
54. Grosse, 53.
55. Ibid.
56. Briffault, ii, 297.
57. Ratzel, in Thomas, *Source Book*, 557.
58. Lowie, 80.
59. Sumner, *Folkways*, 187.
60. *Enc. Brit.*, xviii, 373.
61. Mason, O. T., 156, 164.
62. Ibid., 52.
63. Pijoan, i, 12.
64. Ibid., 8.
65. Spencer, iii, 294-304; Ratzel, 47.
66. Renard, 56.
67. Pratt, W. S., *The History of Music*, 26-31.
68. Grosse, E., in Thomas, *Source Book*, 586.

CAPÍTULO VI

1. Osborn, H. F., *Men of the Old Stone Age*, 23.
2. N. Y. *Times*, July 31 e Nov. 5, 1931.
3. Lull, *The Evolution of Man*, 26.
4. Sollas, W. J., *Ancient Hunters*, 438-42.
5. Keith, Sir A., N. Y. *Times*, Oct. 12, 1930.
6. De Morgan, J., *Prehistoric Man*, 57-8.
7. Pittard, Eugene, *Race and History*, 70.
8. Keith, *l. c.*
9. Pittard, 311; Childe, V. G., *The Most Ancient East*, 26.
10. Andrews, R. C., *On the Trail of Ancient Man*, 309-12.
11. Skeat, W. M., *An Etymological Dictionary of the English Language*, 252; Lippert, 166.
12. Osborn, 270-1.
13. Lippert, 133.
14. Lowie, *Are We Civilized?*, 51.
15. Müller-Lyer, *Social Development*, 99; Lippert, 130; S & K., i, 191.
16. Bulley, M., *Ancient and Medieval Art*, 14.
17. De Morgan, 197.
18. Spearing, H. G., *The Child-hood of Art*, 92; Bulley, 12.
19. Osborn, fig. 166.
20. N. Y. *Times*, Jan. 2, 1934.
21. Bulley, 17.
22. Spearing, 45.
23. Renard, 86.
24. Rickard, T. A., *Man and Metals*, i, 67.
25. De Morgan, x.
26. Ibid., 169; Renard, 27.
27. De Morgan, 172, fig. 94.
28. Pitkin, W. B., *A Short Introduction to the History of Himan Stupidity*, 53.
29. Carpenter, E., *Pagan and Christian Creeds*, 74; Lowie, 58; Ratzel, in Thomas, *Source Book*, 93.
30. Lowie, 60.
31. Febvre, L., *A Geographical Introduction to History*, 261.

32. Rickard, i, 81; Schneider, H., *The History of World Civilization*, i, 20.
33. Breasted, J. H., *Ancient Times*, 29.
34. Renard, 102.
35. De Morgan, 187.
36. Mason, O. T., *Origins of Invention*, 154.
37. E. g., De Morgan, 226, fig. 135.
38. Renard, 79.
39. Lowie, 114; De Morgan, 269.
40. Renard, 112; Rickard, i, 77.
41. Georg, 105.
42. De Morgan, 235, 240; Renard, 27; Childe, V. G., *The Dawn of European Civilization*, 129-33; Georg, 89.
43. Schneider, H., i, 23-9.
44. Ibid., 30-1.
45. Garrison, *History of Medicine*, 28; Renard, 190.
46. Rickard, i, 84.
47. Ibid., 109, 141.
48. Ibid., 114.
49. Ibid., 118.
50. Rostovtzeff, M., in Coomaraswamy, A. K., *History of Indian and Indonesian Art*, 3.
51. *Cambridge Ancient History*, i, 103.
52. De Morgan, 126.
53. Rickard, i, 169-70; De Morgan, 91.
54. Rickard, i, 85-6.
55. Ibid., 86.
56. Ibid., 141-8; Renard, 29-30.
57. Mason, W. A., *History of Writing*, 313.
58. CAH (*Cambridge Ancient History*), i, 376.
59. Petrie, Sir W. F. *The Formation of the Alphabet*, in Mason, W. A., 329.
60. *Encyc. Brit.*, 680.
61. Tylor, *Anthropology*, 168.
62. De Morgan, 57.
63. Breasted, *Ancient Times*, 42; Mason, W A., 210, 321.
64. Ibid., 331.
65. *Encyc. Brit.*, i, 681.
66. Platão, *Timaeus*, 25; *Critias*, 113.
67. Georg, 223.
68. Childe, *The Most Ancient East*, 21, 6.
69. Georg, 51.
70. Keith, Sir, A., N. Y. *Times*, Oct. 12, 1930; Buxton, L. H. D., *The Peoples of Asia*, 83.
71. CAH, i, 579.
72. Ibid., 86, 90-1, 362.
73. Keith, l.c.; Briffault, ii, 507; CAH, i, 362; Coomaraswamy, *History*, 3.
74. CAH, i, 85-6.

CAPÍTULO VII

1. CAH, i, 86, 361; Childe, *The Most Ancient East*, 126; Keith in N. Y. *Times*, April 3, 1932.
2. Breasted, J. H., *Oriental Institute*, 8.
3. Childe, 128, 146.
4. De Morgan, 208; CAH, i, 362, 578.
5. Moret, 199; CAH, i, 361, 579.
6. Woolley, C. L., *The Sumerians*, 189.
7. Jastrow, Morris, *The Civilization of Babylonia and Assyria*, 101.
8. CAH, i, 127.
9. Pijoan, i, 104; Ball, C. J., in Parmelee, M., *Oriental and Occidental Culture*, 18.
10. Childe, 160, 173; Maspero, G., *Dawn of Civilization*, 718-20; CAH, i, 364; Woolley, 13.
11. CAH, i, 456.
12. Berosus in CAH, i, 150.
13. Maspero, *Struggle of the Nations*, iv.
14. Woolley, 69; CAH, i, 387.
15. Ibid., 388.
16. Woolley, 73; CAH, i, 403.
17. Harper, R. F., ed., *Assyrian and Babylonian Literature*, 1.
18. CAH, i, 405.
19. Woolley, 140; Maspero, *Dawn*, 637; CAH, i, 427.
20. Ibid., i, 435.
21. Ibid., i, 472.
22. Jastrow, 7; Maspero, *Dawn*, 554; Childe, *Ancient East*, 124; CAH, i, 463.
23. Woolley, 112-4.
24. Childe, 170.
25. Woolley, 13.
26. Delaporte, L., *Mesopotamia*, 112.
27. Woolley, 13; Delaporte, 172; CAH, i 507; N. Y. *Times*, Aug. 2, 1932.
28. Childe, 147.
29. Ibid., 169; *Encyc. Brit.*, ii, 845; Delaporte, 106.
30. Ibid.; Woolley, 117-8; CAH, i, 427.
31. Woolley, 92; Delaporte, 101.
32. Woolley, 126; CAH, i, 461.
33. Maspero, *Dawn*, 709f.
34. Ibid., 606-7, 722; Woolley, 79; CAH, i, 540.
35. Maspero, *Dawn*, 721-3.
36. CAH, i, 335.
37. Woolley, 93.
38. Maspero, 655.
39. CAH, i, 443-3, 448.
40. Jastrow, 277.
41. Woolley, 126.
42. Jastrow, 130.

43. Woolley, 13.
44. Ibid., 120.
45. CAH, i, 400.
46. Langdon, S., *Babylonian Wisdom*, 18-21.
47. Woolley, 108-9.
48. Ibid., 13.
49. Jastrow, 466.
50. Woolley, 106.
51. CAH, i, 370-1; Woolley, 40, 43, 54.
52. Ibid., 92, 101.
53. CAH, i, 376.
54. Maspero, *Dawn*, 723-8; CAH, i, 371-2.
55. Maspero, *Struggle*, iv.
56. CAH, i, 550; iii, 226.
57. Woolley, 37.
58. Delaporte, 172.
59. Woolley, 37, 191.
60. Maspero, *Dawn*, 709-18.
61. Jastrow, 106; Woolley, 40, 144; Maspero, 630.
62. Ibid., 601.
63. Schäfer, H., Andrae, W., *Die Kunst des Alten Orients*, 469; Woolley, 66.
64. CAH, i, 400.
65. Woolley, 46; N. Y. *Times*, April 13, 1934.
66. Schäfer, 482.
67. Ibid., 485.
68. Woolley, 188; CAH, i, 463.
69. Moret, 164; Childe, *Ancient East*, 216.
70. Hall, H. R., na *Encyc. Brit.*, viii, 45.
71. Maspero, *Dawn*, 46; CAH, i, 255.
72. Ibid., 372.
73. Ibid., 255, 263, 581; De Morgan, 102; Hall, H. R. l. c.
74. Ibid., CAH, i, 579.
75. CAH, i, 263, 581.
76. CAH, i, 252, 581; Hall, l. c. 44-5.
77. De Morgan, 102.
78. Hall, l.c.; CAH, i, 581.
79. Tais objetos são figurados, para comparação, em De Morgan, 102.
80. Woolley, 187; Hall, l.c. 45.
81. Smith, G. Elliot, *The Ancient Egyptians and the Origin of Civilization*, xii.

CAPÍTULO VIII

1. Estrabão, *Geography*, I, iii, 4.
2. Maspero, *Dawn*, 24.
3. Erman, A., *Life in Ancient Egypt*, 13; CAH, i, 317.
4. Erman, 29.
5. Diodoro Siculus, i, lxiv, 3. O valor do talento no tempo de Diodoro era de mil dólares em ouro, ou uns 10.000 de hoje.
6. *Encyc. Brit.*, viii, 42.
7. In Capart, J., *Thebes*, 40.
8. The Harris Papyrus in Capart, 237.
9. Capart, 27; Breasted, J. H., *Ancient Records of Egypt*, ii, 131.
10. CAH, i, 116; ii, 100.
11. Ibid., 116.
12. Breasted, *Ancient Times*, 97, 455; CAH, i, 117.
13. De Morgan, 25; CAH, i, 33-6; Keith in N. Y. *Times*, Oct. 12, 1930; Moret, 117f.
14. Breasted in CAH, i, 86.
15. *Encyc. Brit.*, viii, 42; Moret, 119; De Morgan, 92.
16. Moret, 119; CAH, i, 270-1.
17. Smith, G. Elliot, *Human History*, 264; Childe, *Ancient East*, 38.
18. Pittard, 419; CAH, i, 270-1; Smith, G. Elliot, *Ancient Egyptians*, 50.
19. CAH, i, 372, 255, 263; De Morgan, 102.
20. Maspero, *Dawn*, 45; CAH, i, 244-5, 254-6; Pittard, 413; Moret, 158; Smith, *Ancient Egyptians*, 24.
21. Maspero, *Passing of the Empires*, viii; De Morgan, 101.
22. Diodoro, I, xciv, 2. Diodoro acrescenta: "Entre os judeus, Moisés atribui suas leis ao deus Iao."
23. Ibid., I, xlv, 1.
24. *Encyc. Brit.*, viii, 45.
25. Schäfer, 209.
26. Ibid., 247.
27. Ibid., 211.
28. Ibid., 228-9.
29. Heródoto, II, 124.
30. Capart, J., *Lectures on Egyptian Art*, 98.
31. CAH, i, 335.
32. Maspero, *Art in Egypt*, 15.
33. Schäfer, 248.
34. Heródoto, II, 86.
35. In Cotterill, *History of Art*, i, 10.
36. Breasted, J. H., *Development of Religion and Thought in Ancient Egypt*, 203.
37. CAH, i, 308.
38. Breasted. J. H., *History of Egypt*, 266-7.
39. Breasted, *Ancient Records*, ii, 78-121; Maspero, *The Struggle of the Nations*, 236-7.
40. Ibid., 237-9; Breasted, *History*, 273; White, E. M. 49.
41. CAH, ii, 65.
42. Ibid., ch. iv.
43. Ibid., 79.
44. Breasted, *History*, 320.
45. Weigall, A., *Life and Times of Akhnaton*, 8.
46. Erman, 20.

47. Também uma estela de Amenotep III expressa-o em Capart, *Thebes*, 182.
48. Ibid., 182, 197.
49. Diodoro, I, xxxi, 8.
50. Heródoto, II, 14.
51. Erman, 199.
52 Heródoto, II, 95.
53. Maspero, *Dawn*, 330.
54. Gênesis, lvii, 26.
55. Erman, 441.
56. Erman, A., *Literature of the Ancient Egyptians*, 187.
57. Maspero, *Dawn*, 65; Lippert, 197.
58. Maspero, *Dawn*, 331-2.
59. Moret, 357.
60 Rickard, T. A., i, 192-203; De Morgan, 114.
61. Diodoro, III, xii, traduzido por Rickard, i, 209-10.
62. Erman, *Life*, 451-5.
63. Breasted, *Ancient Times*, 64; Maspero, *Struggle*, 739.
64. Müller-Lyer, *Social Development*, 105.
65. Diodoro, I, lxxiv, 6.
66. Ibid.
67. Hobhouse, *Morals in Evolution*, 283.
68. Erman, *Life*, 124-5.
69. Maspero, *Struggle*, 441.
70. Diodoro, I, lii; Rickard, i, 183.
71. N. Y. *Times*, April 16, 1933.
,2. Heródoto, II, 124; Wilkinson no *Herodotus* de Rawlinson, ii, 200n.
73. Capart, *Thebes*, 32.
74. Erman, *Life*, 488-93; Borchardt and Ricke, *Egypt*, p. v.
75. CAH, ii, 423.
76. Erman, *Life*, 494.
77. Maspero, *Struggle*, 109.
78. Ibid., 285, 289, 407, 582; CAH, ii, 79.
79. Maspero, *Dawn*, 330; Schneider, H., i. 86.
80. CAH, ii, 212.
81. Diodoro, I, lxxvii, 2.
82. Diodoro, I, lxxv, 3.
83. Sumner, *Folkways*, 236.
84. Diodoro, I, lxxviii, 3.
85. Hobhouse, 108; Maspero, *Dawn*, 337, 479-80; Erman, *Life*, 141.
86. Maspero, *Dawn*, 337.
87. Capart, *Thebes*, 161.
88. Breasted, J. H., *Dawn of Conscience*, 208-10.
89. Erman, *Life*, 67; Diodoro, I, lxx.
90. Erman, *Life*, 121.
91. Moret, 124.
92. Erman, *Literature*, 27.
93. Maspero, *Dawn*, 278.
94. Breasted, *History*, 75.
95. Erman, *Life*, 153· Summer, *Folkways*, 485.
96. Maspero, *Dawn*, 51.
97. Erman, *Life*, 76.
98. In Briffault, i, 384.
99. In White, E. M., 46.
100. Petrie, Sir W. F., *Egypt and Israel*, 23.
101. Hobhouse, 187.
102. Ibid., 185.
103. Ibid., 186; Erman, *Life*, 185.
104. Petrie, 23.
105. Frazer, *Adonis*, 397.
106. Briffault, i, 384.
107 Diodoro, I, lxxvii, 7; lxxx, 3.
108. Maspero, *Struggle*, 272.
109. Briffault, ii, 174.
110. Ibid., 383.
111. Maspero, *Struggle*, 503; Erman, *Life*, 155.
112. Ibid.; Sanger, W. W., *History of Prostitution*, 40-1; Georg, 172.
113. Erman, *Life*, 247f.
114. Sumner, *Folkways*, 541; Maspero, *Struggle*, 536.
115. Erman, *Life*, 387.
116. In Breasted, *Dawn of Conscience*, 324; cf. Proverbs, xv, 16-7. Para mais desenvolvimentos, Breasted, 372-7.
117. Hobhouse, 247; Maspero, *Dawn*, 269; *Struggle*, 228.
118. Estrabão, XVII, i, 53.
119. Erman, *Literature*, xxix; 47.
120. Maspero, *Dawn*, 195; *Encyc. Brit.*, viii; 329.
121. Spearing, 230.
122. Maspero, *Dawn*, 47-8, 271.
123. CAH, ii, 422.
124. Breasted, *History*, 27; Erman, *Life*, 229f; Downing, Dr. J. G., *Cosmetics, Past and Present* 2088f.
125. CAH, ii, 421.
126. Maspero, *Struggle*, 504; Erman, *Life*, 212.
127. Schäfer, 235.
128. Sumner, *Folkways*, 191, Maspero, *Struggle*, 494; CAH, ii. 421.
129. Maspero, *Dawn*, 57, 491f.
130. CAH, ii, 421.
131. Diodoro, I, lxxxi; Mencken, H. L., *Treatise on the Gods*, 117.
132. Spencer, *Sociology*, iii, 278.
133. Erman, *Life*, 328, 384.
134. Ibid., 256; Erman, *Literature*, xliii.
135. Ibid., 185.
136. Erman, *Life* 256, 328,
137. Schneider, H. i, 94.
138. Erman, *Life*, 447· Breasted, *History*, 97.
139. Erman, *Literature*, xxxvii, xlii.
140. Maspero, *Dawn*, 46.
141. Erman, *Literature*, xxxvi-vii; Erman, *Life*, 333f; Breasted, *Ancient Times*, 42; Maspero, *Dawn*, 221-3; De Morgan, 256.

142. Father, Batin, conferência no Oriental Institute, Chicago, 29, Março, 1932; CAH, i, 189; Sprengling, M., *The Alphabet passim.*
143. N. Y. *Times*, Oct. 18, 1934.
144. Maspero, *Dawn*, 398.
145. CAH, i, 121; Erman, *Literature*, 1; Breasted, *Development*, 178.
146. Breasted, J. H., *Oriental Institute*, 149f.
147. Erman, *Life*, 370.
148. Erman, *Literature*, 30-1.
149. Ibid., 22-8.
150. Maspero, *Dawn*, 438.
151. Maspero, *Struggle*, 499.
152. Maspero, *Dawn*, 497.
153. Breasted, *Dawn of Conscience*, 71.
154. Erman, *Literature*, 35-6.
155. CAH, ii, 225.
156. Exs. in Erman, *Literature*, xxx-xxxiv.
157. Erman, *Life*, 389.
158. Schneider, H., i, 81.
159. Breasted, *Ancient Records*, i, 51.
160. Schneider, H., i, 91-2.
161. Erman, *Literature*, 109.
162. Erman, *Literature*, xxv-vii; Maspero, *Struggle*, 494f.
163. Maspero, *Dawn*, 204.
164. Hall, M. P., *An Encyclopedic Outline of Masonic, Hermetic, Qabbalistic and Rosicrucian Symbolic Philosophy*, 37.
165. Sedgwick, W. T., and Tyler, H. W., *A Short History of Science*, 312.
166. Maspero, *Dawn*, 328.
167. Sedgwick and Tyler, 29.
168. Schneider, H., i, 85-6.
169. CAH, ii, 216; *Encyc. Brit.*, viii, 57.
170. Sedgwick and Tyler, 30.
171. Ibid., 89; Breasted, J. H., *Conquest of Civilization*, 88.
172. Williams, H. S., *History of Science*, i, 41.
173. Ibid., i, 34.
174. Spencer, *Sociology*, iii, 251.
175. Tabouis, G. R., *Nebuchadrezzar*, 318; Breasted, *Ancient Times*, 91.
176. Estrabão, XVII, i, 46; Diodoro, 1, I, 2.
177. Heródoto, II, 4; CAH, i, 248; Breasted, *History*, 14, 33; *Ancient Times*, 45; Erman, *Life*, 10; Childe, *Ancient East*, 5; Williams, H. S., i, 38f; Maspero, *Dawn*, 16-7, 205-9; Moret, 134; Schneider, H., i, 85; Sedgwick and Tyler, 33; Frazer, *Adonis*, 280, 286-9· *Encyc. Brit.*, iv, 576; v, 654.
178. Ebers Papyrus, 99, lf, in Erman, *Life*, 357-8.
179. Ibid., 353.
180. Garrison, 57.
181. Heródoto, II, 84; III, 1.
182. Erman, *Life*, 362.
183. Garrison, 55-9; Maspero, *Dawn*, 217; Breasted, *Conquest of Civilization*, 88.
184. Smith, G. Elliot, *The Ancient Egyptians*, 57.
185. Himes, Norman, *Medical History of Contraception*, Cap. II, § 1. Os supositórios continham drogas idênticas às usadas hoje em certos anticonceptivos.
186. Erman, *Life*, 360; Maspero, *Dawn*, 219-20; Harding, T. Swann, *Fads*, 328.
187. Garrison, 53.
188. Smith, G. E., *Ancient Egyptians*, 62; Diodoro, I, xxviii, 3.
189. Breasted, *Dawn of Conscience*, 353n.
190. Diodoro, I, lxxxii, 1-2.
191. Plínio, *Historia Naturalis*, VIII, in Tyrrell; Dr. C. A., *Royal Road to Health*, 57.
192. Heródoto, II, 77.
193. Erman, *Life*, 167-96; Capart, *Thebes*, figs. 4 e 107-9.
194. Maspero, *Art*, 132.
195. Pijoan, i, 101; Fergusson, Jas., *History of Architecture in All Countries*, i, 22; Breasted, *History*, 100.
196. E.g., Maspero, *Struggle*, xi.
197. In Beni-Hasan, Lisht, etc.
198. In Medinet-Habu.
199. Maspero, *Art*, 84.
200. Schäfer, *Tafel* VI; Breasted, *Dawn*, 218.
201. Fry, R. E., *Chinese Art*, 13.
202. Schäfer, 358; Capart, *Lectures*, fig. 176.
203. Maspero, *Art*, 174.
204. Schäfer, 343; CAH, ii, 103.
205. Baikie, Jas., *Amarna Age*, 241, 256. Todos os três no Museu de Berlim.
206. Museu do Cairo; Maspero, *Art*, fig. 461; Schäfer, 433.
207. Museu de Atenas; Maspero, *Struggle*, 535.
208. Schäfer, 445.
209. Louvre; Schäfer, 190.
210. Museu do Cairo; Schäfer, 246-7.
211. Museu do Cairo; Schäfer, 254.
212. Capart, *Thebes*, 173f.
213. Museu do Cairo; Breasted, *History*, fig. 55; Maspero, *Art*, fig. 92.
214. Ibid., fig. 194.
215. Schäfer, *Tafel* IX.
216. E. g., Schäfer, 305, 418.
217. Maspero, *Art*. fig. 287.
218. Schäfer, 367.
219. Ibid., *Tafel* XVI.
220. Maspero, *Art*, 67.
221. Erman, *Life*, 448; CAH, ii, 422.
222. CAH, ii, 105; Erman, 250-1.
223. Breasted, *Ancient Records*, ii, 147.
224. Spencer, *Sociology*, iii, 299.
225. Cf., Platão, *Timaeus*, 22B.
226. Maspero, *Dawn*, 399.
227. Brown, B., *Wisdom of the Egyptians*, 96-116; Breasted, *Dawn*, 136f.
228. Ibid., 198.

229. Breasted, *Development*, 215.
230. Ibid., 188; *Dawn of Conscience*, 168.
231. Breasted, *Development*, 182.
232. Maspero, *Dawn*, 639.
233. Ibid., 86.
234. Ibid., 95-92.
235. Ibid., 156-8.
236. Ibid., 120-1.
237. Renard, 121.
238. Capart, *Thebes*, 66; Maspero, *Dawn*, 119; *Struggle*, 536.
239. Maspero, *Dawn*, 102-3.
240. Briffault, iii, 187.
241. Hommel, in Maspero, *Dawn*, 45.
242. Howard, Clifford, *Sex Worship*, 98.
243. Diodoro, I, lxxxviii, 1-3; Howard, C., 79; Tod, Lt.-Col. Jas., *Annals and Antiquities of Rajasthan*, 570; Briffault, iii, 205.
244. Carpenter, *Pagan and Christian Creeds*, 183.
245. Maspero, *Dawn*, 110-1.
246. Breasted, *Development*, 24-33; Frazer, *Adonis*, 269-75; 383.
247. Diodoro, I, xiv, 1.
248. Frazer, *Adonis*, 346-50; Maspero, *Dawn*, 131-2; Macrobius, *Saturnalia*, I, 18, in McCabe, Jos., *Story of Religious Controversy*, 169.
249. *Encyc. Brit.*. 11th ed., ix, 52.
250. Moret, 5; Maspero, *Dawn*, 265.
251. Heródoto, II, 37.
252. Breasted, *Dawn of Conscience*, 46, 83.
253. Breasted, *Development*, 293; Brown, B., *Wisdom of the Egyptians*, 178; Maspero, *Dawn*, 199.
254. Tradução por Robert Hillyer, in Van Doren, Mark, *Anthology of World Poetry*, 237.
255. In Maspero, *Dawn*, 189-90.
256. Breasted, *Development*, 291.
257. Erman, *Life*, 353; exs. in Erman, *Literature*, 39-43.
258. Maspero, *Dawn*, 282; Briffault, ii, 510.
259. Erman, *Life*, 352.
260. Heródoto, II, 82.
261. Breasted, *Development*, 296, 308.
262. Capart, *Thebes*, 95.
263. Ibid., 76.
264. In Weigall, *Akhnaton*, 86.
265. Breasted, *Development*, 315.
266. E. g., Breasted, *Ancient Records*, ii, 369.
267. Breasted, *Development*, 324f.
268. Os paralelismos estão listados em Waigall, *Akhnaton*, 134-6, e em Breasted, *Dawn of Conscience*, 182f.
269. Breasted, *Development*, 314.
270. Weigall, 102, 105.
271. Capart, *Lectures*, fig. 104.
272. Weigall, 103.
273. Petrie in Weigall, 173; Breasted, *History*, 378.
274. Weigall, 116; Baikie, 284.
275. Baikie, 435.
276. CAH, ii, 154; Breasted, *History*, 446.
277. Ibid., 491.
278. Capart, *Thebes*, 69.
279. Erman, *Life*, 129.
280. Weigall, A., *Life and Times of Cleopatra*.
281. Faure, Elie, *History of Art*, i, p, xlvii.

CAPÍTULO IX

1. Maspero, *Passing of the Empires*, 783.
2. CAH, i, 399.
3. As citações são de Heráclito, *Fragments*, e Mallock, W., *Lucretius on Life and Death*.
4. Harper, R. F., *Code of Hammurabi*, 3-7.
5. Jastrow M., *Civilization of Babylonia and Assyria*, 283-4.
6. Sumner, *Folkways*, 504.
7. CAH, iii, 250.
8. Harper, *Code*, 99-100.
9. CAH, i, 489; Maspero, *Struggle*, 43-4.
10. Maspero, *Dawn*, 759; Rawlinson, *Five Great Monarchies of the Ancient Eastern World*, iii, 22-3; MacCabe, 141-2; Delaporte, 194-6.
11. CAH, ii, 429, iii, 101.
12. Harper, *Assyrian and Babylonian Literature*, 220.
13. Maspero, *Passing*, 567.
14. Jastrow. 466
15. Daniel, iv, 30.
16. Rawlinson, ii, 510.
17. Heródoto, I, 178. Para mostrar moderação, Estrabão diz 44 (XVI, i, 5).
18. Tabouis, 306.
19. Rawlinson, ii, 514; Heródoto, I, 180.
20. Diodoro, II, ix, 2.
21. Tabouis, 307.
22. Heródoto, I, 181.
23. CAH, i, 503.
24. Diodoro, II, x, 6; Estrabão, XVI, i, 5· Maspero, *Passing*, 564, 782; CAH, i, 506 8; Rawlinson, ii, 517.
25. Maspero, *Dawn*, 761.
26. CAH, i, 541.
27. Berosus, in Tabouis, 307.
28. Maspero, *Dawn*, 763-4; Delaporte, 107.
29. Maspero, *Dawn*, 556.
30. Estrabão, XVI, i, 15. As chamas foram extintas com torrentes de água.

31. Layard, A. H., *Nineveh and its Remains*, ii, 413.
32. *Code of Hammurabi*, seções 187-9; Delaporte. 113.
33. Lowie, *Are We Civilized?* 119; CAH, i, 501.
34. Lowie, 60; Maspero, *Dawn*, 769; CAH, i, 107, 501; ii, 227.
35. East India House Inscriptions, in Tabouis, 287.
36. Xenofonte, *Cyropaedia*, V, iv, 33. A provável descoberta desta carta por Xenofonte diminui muito a sua pertinência.
37. Tabouis, 210.
38. Maspero, *Dawn*, 751-2.
39. Jastrow, 292n.
40. Ibid., 326; CAH, i, 545; Maspero, *Dawn*, 749, 761 Delaporte, 118, 126, 231; Tabouis, 241.
41. Cf. e. g., Harper, *Assyrian and Babylonian Literature*. xlviii-ix.
42. *Encyc. Brit.*, 863.
43. *Code*. 48.
44. CAH, i, 526; Maspero *Dawn*, 760; Delaporte, 110; Jastrow, 299.
45. Delaporte, 122; Maspero, *Dawn*, 720.
46. CAH, i, 520-1; Maspero, *Dawn*, 742-4; Jastrow, 326.
47. Maspero, 735.
48. Ibid., 708.
49. Olmstead, A. T., *History of Assyria*, 525-8.
50. *Code*, 2, 132.
51. Delaporte, 134.
52. *Code*, 196.
53. 210.
54. 198.
55. Ibid.
56. 202-4.
57. 195.
58. 218.
59. 194.
60. 143.
61. CAH, i, 517-8.
62. *Code*, 228f.
63. Jastrow, 305, 362; Maspero, *Dawn*, 748; CAH, i, 526.
64. Harper, *Code*, p. 11.
65. Jastrow, 488; CAH, i, 513.
66. CAH, iii, 237.
67. Maspero, *Dawn*, 679, 750; CAH, i, 535.
68. Delaporte, 133-4.
69. Maspero, 636.
70. CAH, i, 529-32.
71. Maspero, 645-6.
72. Ibid., 644.
73. Ibid., 643, 650; Jastrow, 193.
74. Briffault, iii, 169.
75. CAH, i, 208, 530.
76. Ibid., 500.
77. Briffault, iii, 88.
78. Maspero, 537.
79. Cf. Langdon, *Babylonian Wisdom*, 18-21.
80. Maspero, 546.
81. Ibid., 566-72.
82. Jastrow, 453-9; Frazer, *Adonis*, 6-7; Briffault, iii, 90; CAH, i, 461; iii, 232.
83. Briffault, iii, 90; Harper, *Assyrian and Babylonian Literature*. liii.
84. Cf. e. g., Harper, 420-1.
85. Tabouis, 387.
86. Jastrow, 280; Maspero, 691-2.
87. Ibid., 687.
88. Ibid., 684-6.
89. Ibid., 689; Jastrow, 381; CAH, i, 531.
90. Jastrow, 249.
91. Maspero, 692.
92. Tabouis, 159, 165, 351.
93. Briffault, iii, 94.
94. Woolley, 125.
95. CAH, iii, 216-7.
96. Harper, *Literature*, 433-9.
97. Maspero, 682.
98. Jastrow, 253-4; Maspero, 643; Harper, lix.
99. Jastrow, 241-9.
100. Ibid., 267; Tabouis, 343-4, 374.
101. Williams, H. S., i, 74.
102. Tabouis, 365.
103. Heródoto, I, 199; Estrabão, XVI, i, 20.
104. "Conceito hoje desacreditado". — Briffault, iii, 202.
105. Assim pensa Farnell — Sumner, *Folkways*, 541. Frazer (Adonis, 50) rejeita essa interpretação.
106. Frazer, 53.
107. Briffault, iii, 203.
108. Amos, ii, 7; Sumner and Keller, ii, 1273.
109. Frazer, 52; Lacroix, Paul, *History of Prostitution*, i, 21-4, 109.
110. Briffault, iii, 220.
111. Jastrow, 309.
112. Maspero, 738-9.
113. Schneider, H., i, 155.
114. CAH, i, 547.
115. Ibid., 522-3; Hobhouse, 180; Maspero, 734.
116. Ibid.
117. Heródoto, I, 196. Diversos escritores, entretanto, dão esse costume como florescente 400 anos antes de Heródoto; cf. *Herodotus* de Rawlinson, i, 271.
118. Maspero, 737.
119. Seção 132.
120. Sumner, *Folkways*, 378.
121. 141-2; Jastrow, 302-3.
122. 143.
123. CAH, i, 524; Maspero, 735-7; *Code*, 142.
124. *Encyc. Brit.*, ii, 863.
125. Maspero, 739.
126. Harper, *Literature*, xlviii; CAH, i, 520.

127. Woolley, 118; White, E. M., 71-5.
128. Maspero, 739.
129. Ibid., 735-8.
130. III, 159.
131. Layard, ii, 411; Sanger, 42.
132. Heródoto, I, 196.
133. V, I, in Tabouis, 366.
134. Delaporte, 199.
135. Jastrow, 31, 69-97; Mason, W. A., 266; CAH, i, 124-5.
136. Jastrow, 275-6; Delaporte, 198; Schneider, H., i, 181; Breasted, *Conquest of Civilization*, 152.
137. Schneider, i, 168.
138. Maspero, 564; CAH, i, 150.
139. Leonard, W. E., *Gilgamesh*, 3.
140. Ibid., 8.
141. Maspero, 570f.
142. Delaporte, ix.
143. Jastrow, 415.
144. Pratt, *History of Music*, 45; Rawlinson, iii, 20; Schneider, i, 168; Tabouis, 354; CAH, i, 533.
145. Perrot and Chipiez, *History of Art in Chaldaea and Assyria*, ii, 292.
146. Cf. "The Lion of Babylon", Jastrow, Chapa, XVIII, trabalho de cerâmica vidrada do reino de Nabucodonosor II.
147. Heródoto, I, 180.
148. Tabouis, 313.
149. Jastrow, 10; Maspero, 624-7
150. Jastrow, 258, 261, 492; Maspero, 778-80; Estrabão, XVI, i, 6; Rawlinson, ii, 580.
151. Sarton, Geo., *Introduction to the History of Science*, 71.
152. Rawlinson, ii, 575; Schneider, i, 171-5; Lowie, 268, Sedgwick and Tyler, 29; CAH, iii, 238f.
153. Tabouis, 47, 317.
154. Schneider, i, 171-5.
155. Maspero, 545.
156. Tabouis, 204, 366.
157. New Orleans *States*, Feb. 24, 1932.
158. *Code*, 215-7.
159. 218.
160. Maspero, 780f; Jastrow, 250f.
161. Ibid.; Tabouis, 294, 393.
162. Heródoto, I, 197; Estrabão, XVI, i, 20.
163. Schneider, i, 166.
164. Jastrow, 475-83; Langdon, If, 35-6.
165. Ibid., I.
166. Jastrow, 461-3.
167. Tabouis, 254, 382.
168. Daniel, iv, 33.
169. Tabouis, 230, 264, 383.
170. Maspero, *Passing*, 626.
171. CAH, iii, 208. Jastrow, 184, crê que foi o partido sacerdotal que, desgostoso com a heresia de Nabonido, admitiu Alexandre.
172. Jastrow, 185; CAH, i, 568.

CAPÍTULO X

1. CAH, i, 468.
2. New York *Times*, Dec. 26, 1932.
3. CAH, ii, 429.
4. Olmstead, 16; CAH, i, 126.
5. N. Y. *Times*, Fev. 24, 1933; Mar. 20, 1934.
6. CAH, ii, 248.
7. Harper, *Literature*, 16-7.
8. Jastrow, 166-7; Maspero, *Struggle*, 663-4.
9. Ibid., 50-2; Maspero, *Passing*, 27, 50.
10. Ibid., 85, 94-5; CAH, iii, 25.
11. Diodoro, II, vi-xx; Maspero, *Struggle*, 617; CAH, iii, 27.
12. Maspero, *Passing*. 243.
13. Olmstead, 309.
14. Maspero, *Passing*, 275-6.
15. Ibid., 345; CAH, iii, 79.
16. Harper, *Literature*, 94-127.
17. Delaporte, 343-4.
18. Maspero, *Passing*, 412f.
19. Olmstead, 488, 494; CAH, iii, 88, 127; Jastrow, 182; Delaporte, 223.
20. Diodoro, II, xxiii, 1-2.
21. Olmstead, 519, 525-8, 531; Maspero, *Passing*, 401-2.
22. Rawlinson, ii, 235.
23. CAH, iii, 100.
24. Maspero, *Passing*, 7.
25. Ibid., 9-10.
26. Rawlinson, i, 474.
27. Ibid., 467.
28. Maspero, *Struggle*, 627-38.
29. CAH, iii, 104-7; Rawlinson, i, 477-9.
30. CAH, l. c.
31. *Encyc. Brit.*, ii, 865.
32. Ibid., 863.
33. Maspero, *Passing*, 422-3.
34. Olmstead, 510, 531.
35. Ibid., 522-3, 558.
36. CAH, iii, 186.
37. Olmstead, 331.
38. Rawlinson, i, 405.
39. Olmstead, 537.
40. Ibid., 518; Maspero, *Passing*, 317-9; CAH, iii, 76, 96-7; Delaporte, 353; Rawlinson, i, 401-2.
41. CAH, iii, 107.
42. Ibid.; Delaporte, 285, 352.
43. Olmstead, 624.
44. Maspero, *Passing*, 269.
45. Delaporte, 282; CAH, iii, 104-7
46. Maspero, *Passing*, 91, 262.

47. Olmstead, 87.
48. CAH, iii, 13.
49. Delaporte, vii.
50. Faure, i, 90.
51. Maspero, 545-6.
52. CAH, iii, 90-1.
53. Ibid., 89-90.
54. Delaporte, 354.
55. CAH, iii, 102, 241, 249.
56. Breasted, *Ancient Times*, 161; Jastrow, 21.
57. Maspero, 461-3.
58. *Encyc. Brit.*, ii, 851.
59. Rawlinson, i, 277; Delaporte, 338; Jastrow, 407; CAH, iii, 109.
60. Schäfer, 555; agora no British Museum.
61. Schäfer, 531.
62. Ibid., 546; no British Museum.
63. Oriental Institute, Chicago.
64. British Museum.
65. Schäfer, *Tafel* XXXIV.
66. Ibid., 537, 558-9; Jastrow, f. p. 24.
67. Faure, i, 91; Br. Mus.
68. Rawlinson, i, 509.
69. Schäfer, 656.
70. E. g., Baikie, f. p. 213; e Pijoan, i, figs. 175-6.
71. Fergusson, *History of Architecture*, i, 35, 174-6, 205.
72. Rawlinson, i, 299.
73. Layard, ii, 262f.
74. Jastrow, 374; tradução levemente melhorada.
75. Br. Mus.
76. Rawlinson, i, 284.
77. CAH, iii, 16, 75-7; Maspero, *Passing*, 45, 260-8, 310-4, 376; Pijoan, i, 121, 111-8; Jastrow, 415; Schäfer, 542-3.
78. Maspero, *Passing*, 460.
79. Harper, *Literature*, 125-6.
80. CAH, iii, 127.
81. Diodoro, ii, xxiii, 3.
82. Conservado em Diodoro, 11, xxvii, 2; cf. Maspero, *Passing*, 448.
83. Nahum, iii, 1.

CAPÍTULO XI

1. Cowan, A.R., *Master-clues in World-History*, 311; Petrie, *Egypt and Israel*, 26.
2. Breasted, *Conquest of Civilization*, 192n.
3. *Encyc. Brit.*, xi, 600-1.
4. Hrozný, F., *ibid.*, 603.
5. Ibid., 606. Certos arqueólogos (como Hrozný) impressionam-se com a leniência do código hitita para com as perversões sexuais.
6. CAH, iii, 200.
7. Heródoto, IV, 64.
8. Maspero, *Passing*, 479f; Hippocrates, *Airs, Waters, Places*, xvii-xxii.
9. Ibid., xvii.
10. Frazer, *Adonis*, 219f.
11. Ibid.; Maspero, *Passing*, 333.
12. Frazer, 34, 219-24; Hall, M. P., *An Encyclopedic Outline of Masonic Philosophy*, 36.
13. Heródoto, I, 93.
14. Ibid., I, 87.
15. Febvre, L., *Geographical Introduction to History*, 322.
16. Moret, 350.
17. Heródoto, II, 44.
18. Estrabão, XVI, ii, 23.
19. Diodorus Siculus V., xxxv; Rickard, i, 276.
20. *Decline and Fall of the Roman Empire*, ed. 1903, i, 296, in Rickard, i, 278.
21. Maspero, *Struggle*, 192f, 203, 585; Day, Clive, *A History of Commerce*, 12-14; Briffault, i, 463; Sedgwick and Tyler, 14.
22. Rickard, i, 283.
23. Heródoto, IV, 42.
24. Maspero, *Struggle*, 199, 740-1.
25. Arrian, II, xv.
26. Ibid., VI, 220.
27. Zechariah, ix, 3.
28. XV, ii, 23.
29. Frazer, *Adonis*, 183-4; Maspero, *Struggle*, 174-9; Bebel, A., *Woman under Socialism*, 39; Briffault, iii, 220; Sanger, *The History of Prostitution*, 42.
30. Sedgwick and Tyler, 15; Doane, T. W., *Bible Myths*, 41.
31. E. g., Heródoto, V, 58.
32. Dussaud, in Venkateswara, 328.
33. CAH, i, 189.
34. Maspero, *Struggle*, 572f.
35. *Proceedings of the Oriental Institute*, Chicago, Mar. 29, 1932.
36. New York *Times*, Aug. 8, 1930.
37. Ward, C. O., *The Ancient Lowly*, ii, 83, 85.
38. CAH, ii, 328-9.
39. Frazer, *Adonis*, 32-5.
40. Ibid., 225-7; Maspero, *Struggle*, 154-9.
41. Ibid., 160-1.
42. Deut. xviii, 10; 2 Kings, xxiii, 10; Sumner, *Folkways*, 554.
43. Frazer, 84; Maspero, *Passing*, 80; CAH, iii, 372.
44. Mason, W. A., *History of the Art of Writing*, 306; Maspero, *Passing*, 35; Rivers, W. H., *Instinct and the Unconscious*, 132.

CAPÍTULO XII

1. Êxodo iii, 8; Núm. xiv, 8; Deut. xxvi, 15, etc.
2. Citado em Huntingdon, E., *The Pulse of Asia*, 368.
3. New York *Times*, Jan. 20, 1932; May 17, 1932.
4. CAH, ii, 719n; *Encyc. Brit.*, xiii, 42.
5. Petrie, *Egypt and Israel*, 108.
6. Gên. xi, 31.
7. Petrie, *Egypt and Israel*, 17.
8. CAH, ii, 356.
9. Breasted, *Dawn of Conscience*, 349.
10. Maspero, *Struggle*, 70-1, 442-3.
11. Êxodo xii, 40; Petrie, 38.
12. Êxodo i; Deut, x, 22.
13. Êxodo i, 12.
14. Josephus, *Works*, ii, 466, *Contra Apion*, i.
15. Estrabão, XVI, ii, 35; Tacitus, *Histories*, V, iii, tr'n Murphy Londres, 1930, 498.
16. Êxodo v, 4-5; Ward, *Ancient Lowly*, ii, 76.
17. Schneider, i, 285.
18. United Press Dispatch from Londres, Jan. 25, 1932.
19. New York *Times*, April, 18, 1932.
20. Núm. xxxi, 1-18; Deut, vii, 16, xx, 13-17; Josué viii, 26, x, 24f, xii.
21. Ibid., xi, 23; Juízes v, 31.
22. CAH, iii, 363; Maspero, *Passing*, 127; *Struggle*, 752; Buxton, *Peoples of Asia*, 97.
23. Renan, *History of the People of Israel*, i, 86.
24. Schneider, i, 300; Mason, *Art of Writing*, 289.
25. N. Y. *Times*, Oct. 18, 1934.
26. Maspero, *Struggle*, 684.
27. Juízes xvii, 6.
28. 1 Sam. viii, 10-20; cf. Deut, xvii, 14-20.
29. Juízes xiii-xvi; xv, 15.
30. 2 Sam. vi, 14.
31. 1 Reis ii, 9.
32. 2 Sam. xi.
33. 2 Sam. xviii, 33
34. 1 Reis, iii, 12.
35. 1 Reis, iv, 32.
36. 1 Reis ix, 26-8.
37. Ibid.
38. 1 Reis x.
39. Ibid., x, 14.
40. *Jewish Encyclopedia*, ix, 350; Graetz, H. *Popular History of the Jews*, i, 271.
41. Renan, ii, 100.
42. 2 Crôn. ix, 21.
43. Maspero, *Struggle*, ?7-40.
44. Josephus, *Antiquitie* VIII, 7.
45. 1 Reis iii, 2.
46. 1 Crôn. xxix, 2-8.
47. CAH, iii, 347.
48. Ibid.
49. 2 Crôn. iii, 4-7; iv, *passim*.
50. 2 Crôn. ii, 7-10, 16; 1 Reis, v. 6.
51. 2 Crôn. ii, 17-18.
52. Cf. 1 Reis vi, 1, com vii, 2.
53. Fergusson, *History of Architecture*, i, 209 11.
54. Shotwell, J., *The Religious Revolution of Today*, 30.
55. Josephus, VIII, 13.
56. CAH, iii, 428.
57. Núm. xxi, 8-9; 2 Reis xviii, 4.
58. Allen, G., *Evolution of the Idea of God.*, 192f; Howard, C., *Sex Worship*, 154-5.
59. Smith, W. Robertson, *Religion of the Ancient Semites*, 101.
60. Reinach, *History of Religions* (1930), 176-7.
61. Êxodo vii.
62. New York *Times*, May 9, 1931.
63. Êxodo xi, 13.
64. Êxodo xxxiii, 19.
65. Gên, xxxi, 11-12.
66. Êxodo xxxiii, 23.
67. 1 Reis xx, 23.
68. Êxodo xv, 3.
69. 2 Sam. xxii, 35.
70. Êxodo xxiii, 27-30.
71. Lev. xxv, 23.
72. Êxodo xiv, 18.
73. Núm. xxv, 4.
74. Êxodo xx, 5-6.
75. Ibid., xxxii, 11-14.
76. Núm. xiv, 13-8.
77. Gên. xviii.
78. Deut. xxviii, 16-28, 61. Cf. a fórmula de excomunhão no caso de Spinoza, em Willis, *Benedict de Spinoza*, 34.
79. Êxodo xx, 5; xxxiv, 14; xxiii, 24.
80. Rute i, 15; Juízes xi, 24.
81. Êxodo xv, 11; xviii, 11.
82. 2 Crôn. ii, 5.
83. Ezequiel, viii, 14.
84. Jer. ii, 28; xxxii, 35.
85. 2 Reis v, 15.
86. 2 Sam, vi, 7; Crôn. xiii, 1
87. Sumner, *Folkways*, 554.
88. CAH, iii, 451f.
89. Núm. xviii, 23.
90. Ezra vii, 24.

91. Núm. xviii, 9f.
92. Isaías xxviii, 7; Juízes viii, 33; ix, 27; 2 Reis xvii, 9-12, 16-17; xxiii, 10-13; Lamentações ii, 7.
93. Ezequiel, xvi, 21; xxiii, 37; Isaías, lvii, 5.
94. Amós ii, 6.
95. CAH, iii, 458-9; Frazer, *Adonis*, 66.
96. Jer. xxix, 26.
97. Maspero, *Passing*, 783.
98. Aplicado por Bernard Shaw para Cristo in "The Revolutionist's Handbook", apenso ao *Man and Superman*.
99. CAH, vi, 188.
100. Como Isaías xl-lxvi.
101. CAH, iii, 462.
102. Amós v-vi.
103. Ibid., iii, 12, 15.
104. New York *Times*, Jan. 7, 1934.
105. Oséias, viii, 6-7.
106. 2 Reis xviii, 27; Isaías xxxv, 12.
107. Maspero, *Passing*, 290; CAH, iii, 390.
108. Sarton, 58.
109. Isaías vii, 8.
110. Ibid., xvi, 7.
111. III, 14-15; v, 8; x, f.
112. I, 11f.
113. Amós ix, 14-15.
114. Isaías vii, 14; ix, 6; xi, 1-6; ii, 4. A última passagem repete-se em Micah iv, 3.
115. Oséias, xii, 7.
116. 2 Reis xxii, 8; xxiii, 2; 2 Crôn. xxxiv, 15, 31-2.
117. Sarton, 63; CAH, iii, 482.
118. 2 Reis xxiii, 2, 4, 10, 13.
119. 2 Reis xxv, 7.
120. Salmo CXXXVII.
121. Jer. xxvii, 6-8.
122. XV, 10; xx, 14.
123. V, 1.
124. V, 8.
125. XXXIV, 8f.
126. VII, 22-3.
127. XXIII, 11; v, 31; iv, 4; ix, 26.
128. XVIII, 23.
129. IV, 20-31; v, 19; 1.
130. Argumentos contra a autoria das *Lamentações* aparecem na *Jew. Encyc.*, vii, 598.
131. Lam. i, 12; iii, 38f; Jer. xii, 1.
132. Ezequiel, xvi, xxiii.
133. Ibid., xxii, xxxviii, 2.
134. Ibid., xxxvi.
135. CAH, vi, 183; *Encyc. Brit.* iii, 503.
136. Isaías lxi, 1.
137. Ibid., xl, 3, 10-11; liii, 3-6.
138. CAH, iii, 498.
139. LXV, 25.
140. XLV, 5.
141. XL, 12, 15, 17, 18, 22, 26.
142. Ezra, i, 7-11; Maspero, *Struggle*, 538f; *Passing*, 784.
143. Neemias, x, 29.
144. 2 Reis xxii, 10; xxiii, 2; Nehem. viii, 18.
145. CAH, vi, 175.
146. *Encyc. Brit.*, iii, 502.
147. *Jew Encyc.*, v, 322.
148. Ibid., Sarton, 108; Maspero, *Passing*, 131-2.
149. CAH, iii, 481.
150. Doane, *Bible Myths*, cap. i, passim.
151. Ibid., 10.
152. Ibid., ch. i.
153. Cf. Doane, 18-48.
154. Sarton, 63.
155. Renan, iv, 163.
156. Reinach (1930), 19; Frazer, Sir J. G., *The Golden Bough*, 472.
157. Êxodo xxi-ii; Lev. xviii.
158. Spencer, *Sociology*, iii, 189.
159. Garrison, *History of Medicine*, 67.
160. Ibid.
161. Ibid.
162. Briffault, iii, 331.
163. Renan, i, 105.
164. Diodoros Siculus, I, xciv, 1-2; Doane, 59-61.
165. Diodoros, ibid.
166. Lev. xxiv, 11-16; Deut. vii, xiii, xvii, 2-5.
167. Petrie, *Egypt and Israel*, 60-1; CAH, iii, 427-8.
168. Ezra, i, 7-11.
169. 2 Crôn. v, 13.
170. 2 Sam., vi, 6.
171. *Encyc. Brit.*, 11th ed., xv, 311; *Jew. Encyc.* vii, 88.
172. Briffault, ii, 433; Sumner and Keller, ii, 1113.
173. Reinach (1930), 195; *Jew. Encyc.*, v, 377.
174. Gên. xxiv, 58; Juízes, 1, 12.
175. Howard, 58.
176. Juízes iv, 4.
177. 2 Reis xxii, 14.
178. Briffault, iii, 362; Howard, 49; Dubois, 212; Sumner, *Folkways*, 316, 321.
179. Gên. xxx, 1.
180. Cf. Maspero, *Struggle*, 733, 776; CAH, ii, 373.
181. Maspero, ibid.
182. Cf. 2 Reis iii, 18-19; Josué vi, 21, 24.
183. 1 Reis xx, 29.
184. Deut. vii, 6; xiv, 2; 2 Sam. vii, 23 etc.
185. Sanger, *History of Prostitution*, 36.
186. Ibid., 35; Gên. xix, 24-5.
187. Sanger, 37-9.
188. Gên. xxix, 20.
189. Deut. xxi, 10-14.
190. Juízes, xxi, 20-1.
191. Gên. xxxi, 15; Rute iv, 10; Hobhouse, *Morals in Evolution*, 197f; Briffault, ii, 212; Lippert, 310.

192. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 609; White, E. M., *Woman in World History*, 169f.
193. Gên. xxx.
194. Deut. xxv, 5.
195. Lev. xx, 10; Deut. xxii, 22.
196. Westermarck, i, 427.
197. Deut. xxiv; 1; Westermarck, ii, 649; Hobhouse, 197f.
198. Gên. xxiv, 67.
199. Lev. xxv, 23.
200. Renard, 160; CAH, i, 201.
201. Deut. xv, 6; xxviii, 12.
202. Sumner, *Folkways*, 276.
203. 2 Reis iv, 1; Mat. xviii, 25.
204. Lev. xxv, 14, 17.
205. Êxodo xxi, 12, Deut. xv, 12-14.
206. Lev. xxv, 10.
207. Deut. xv, 7-8; Lev. xxv, 36.
208. Êxodo xx, 10; Deut. xxiv, 19-20.
209. Gên. xxiv, 2-3.
210. Graetz, i, 173.
211. Deut. xvii, 8-12.
212. Núm. v, 27-9.
213. Ibid., 6-8.
214. Êxodo xxi, 15-21; xxii, 19.
215. Êxodo xxii, 18.
216. Núm. xxxv, 19.
217. Deut. xix.
218. Êxodo xxi, 23-5; Lev. xxiv, 9-20.
219. Êxodo xx, 17.
220. Renan, ii, 307.
221. *Jew. Encyc.*, vii, 381; Graetz, i, 224.
222. *Encyc. Brit.*, iii, 504. Os Salmos parecem vir de *ca.* 150 a. C. — Ibid., xxii, 539.
223. No poema intitulado *Walt Whitman*, sect. 44; *Leaves of Grass*, 84-5.
224. *Jew. Encyc.*, xi, 467, consigna sua composição em 200-100 a.C.
225. *Song of Solomon* i, 13-16; ii, 1, 5, 7, 16, 17; vii, 11, 12.
226. Prov. vii, 26, vi, 32; xxx, 18-19.
227. Ibid., v, 18-19; xv, 17.
228. Ibid., vi, 6, 9.
229. XXII, 29.
230. I, 32; xxviii, 20.
231. XIV, 23, xxviii, 11, xvii, 28.
232. XVI, 22; iii, 13-17.
233. *Encyc. Brit.*, iii, 504.
234. Jastrow, M., *Book of Job*, 121.
235. Kallen, H., *Book of Job as a Greek Tragedy*, Introdução.
236. Carlyle, Thos., *Complete Works*. Vol. i, *Heroes and Hero-Worship*, p. 280, Lect. II.
237. Jó vii, 9-10; xiv, 12.
238. Salmo LXXIII, 12.
239. Salmos XLII, XLIII, 23; LXIV, 22· LXXXIX, 46; CXV, 2.
240. Jó xii, 2-3, 6; xiii, i, 4-5.
241. XXXI, 35.
242. Jó, xix, 20.
243. Renan, xix, 148; Jastrow, *Job*, 180.
244. Jó xxxviii, 1-xl 2. Admite-se que estes capítulos são um poema independente intercalado no *Livro de Jó*.
245. Jó, xlii, 7-8.
246. Sarton, 180.
247. Ecles. i, 1.
248. Ibid., vii, 15; iv, 1; v, 8.
249. IX, 11.
250. V, 10, 12.
251. V, 11.
252. VII, 10.
253. I, 9-10.
254. I, 11.
255. I, 2-7; iv, 2-3; vii, 1.
256. VIII, 15; ii, 24; v, 18; ii, 1.
257. VII, 28, 26.
258. IX, 8.
259. XII, 12.
260. VII, 11, 16.
261. Êxodo xxxiii, 20.
262. Ecles. i, 13-18.
263. III, 19, 22; viii, 10. Para a interpretação talmúdica do último capítulo do *Eclesiastes*, cf. Jastrow, M., *A Gentle Cynic*, 189.
264. Josephus, *Antiquities*, XI, 8; *Works*, i, 417. A narrativa é posta em dúvida por alguns críticos. — cf. *Jew. Encyc.*, i, 342.

CAPÍTULO XIII

1. Huart, C., *Ancient Persian and Iranian Civilization*, 25-6.
2. Maspero, *Passing*, 452.
3. Heródoto, I, 99.
4. Ibid., i, 74.
5. Rawlinson, ii, 370.
6. Daniel, vi, 8.
7. Rawlinson, ii, 316-7.
8. Huart, 27.
9. Heródoto, I, 119.
10. *Encyc. Brit.*, xvii, 571.
11. Rawlinson, iii, 389.
12. Maspero, 668-71.
13. Rawlinson, iii, 398.
14. Heródoto, III, 134.
15. Sykes, Sir. P., *Pérsia*, 6.
16. XV, iii, 10.
17. Os cálculos são os de Rawlinson, iii, 422, 241.

18. Estrabão, XV, ii, 8; Rawlinson; ii, 306; iii, 164; Maspero, 452.
19. Dhalla M. N., *Zoroastrian Civilization*, 211, 222, 259; Rawlinson, iii, 202-4 Köhler, Carl, *History of Costume*, 75-6.
20. Rawlinson, iii, 211, 243.
21. Adaptado de Rawlinson, iii, 250-1.
22. Huart, 22.
23. Schneider, i, 350.
24. Mason, W. A., 264.
25. Dhalla, 141-2.
26. Heródoto, I, 126.
27. Estrabão, XV, iii, 20; Heródoto, I, 133.
28. Dhalla, 187-8.
29. Heródoto, V, 52.
30. CAH, iv, 200.
31. Dhalla, 218.
32. Ibid., 146, 257; Müller, Max, *Índia: What Can It Teach Us?*, 19.
33. Rawlinson, iii, 427.
34. CAH, iv, 185-6.
35. Rawlinson, iii, 245.
36. Ibid., 171-2.
37. Ibid., 228; Plutarco, *Life of Artaxerxes*, caps. 5-17.
38. Rawlinson, iii, 221.
39. Dhalla, 237.
40. Ibid., 89.
41. Rawlinson, iii, 241.
42. Heródoto, VII, 39. Mas talvez Heródoto tenha estado a ouvir contos da carocha.
43. Dhalla, 95-9.
44. Ibid., 106.
45. Heródoto, V, 25.
46. Darmesteter, J., *The Zend-Avesta*, i, p. lxxxiiif.
47. Ibid.
48. Huart, 78; Darmesteter, lxxxvii; Rawlinson, iii, 246.
49. Plutarco, *Artaxerxes*, in *Lives*, iii, 464.
50. Ibid.; Sumner, *Folkways*, 236.
51. Rawlinson, iii, 427; Heródoto, III, 95; Maspero, *Passing*, 690f; CAH, iv, 198f.
52. Maspero, 572f.
53. Vendidad, XIX, vi, 45.
54. Darmesteter, i, xxxvii; *Encyc. Brit.*, xxiii, 987.
55. Dawson, M. M., *Ethical Religion of Zoroaster*, xiv.
56. Rawlinson, ii, 323.
57. Edouard Meyer põe Zaratustra em 1000 a.C.; igualmente Duncker e Hummel (*Encyc. Brit.*, xxiii, 987; Dawson, xv); A. V. W. Jackson coloca-o em 660-583 a.C. (Sarton, 61).
58. Briffault, iii, 191.
59. Dhalla, 72.
60. Schneider, i, 333; CAH, iv, 210f; Rawlinson, ii, 323.
61. *Encyc. Brit.*, xxiii, 942-3; Rawlinson, ii, 322; Dhalla, 38f.
62. Ibid., 40-2; *Encyc. Brit.*, xxiii, 942-3; Maspero, *Passing*, 575-6; Huart, xviii; CAH, iv, 207.
63. *Encyc. Brit.*, l. c.
64. Darmesteter, xxvii, Gour, Sir Hari Singh, *Spirit of Buddhism*, 12.
65. Vend. II, 4, 29, 41.
66. Ibid., 22-43.
67. Darmesteter, lxiii-iv.
68. Yasna, xliv, 4.
69. Darmesteter, lv, lxv.
70. Dawson 52f.
71. *Encyc. Brit.*, xxiii, 988.
72. Dawson, 46.
73. Maspero, *Passing*, 583-4; Schneider, i, 336; Rawlinson, ii, 340.
74. Dawson, 125.
75. *Shayast-la - Shayast*, XX, 6, in Dawson, 131.
76. Vend. IV, 1.
77. Ibid., XVI, iii, 18.
78. Heródoto, 1, 134.
79. *Shayast-la-Shayast*, VII, 6, 7, I, in Dawson, 36-7.
80. Westermarck, *Morals*, ii, 434; Heródoto, VII, 114; Rawlinson, iii, 350n.
81. Estrabão, XV, iii, 13; Maspero, 592-4.
82. Reinach (1930), 73; Rawlinson, ii, 338.
83. *The "Ormuzd" Yast*, in Darmesteter, ii, 21.
84. Nask VIII, 58-73, in Darmesteter, i, 380-1.
85. Vend., XIX, v, 27-34; Yast 22; Yasna LI, 15; Maspero, 590.
86. Yasna XLV, 7.
87. Dawson, 246-7.
88. Ibid., 256f.
89. Ibid., 250-3.
90. CAH, iv, 211.
91. Cf., e.g., Darmesteter, i, pp. lxxii, iii.
92. CAH, iv, 209.
93. Dhalla, 201, 218; Maspero, 505.
94. Harper, *Literature*, 181.
95. Dhalla, 250-1.
96. Heródoto, IX, 109; Rawlinson, iii, 170.
97. Ibid., iii, 518, 524.
98. Ibid., 170.
99. Estrabão, XV, iii, 20.
100. Dhalla, 221.
101. Heródoto, I, 80. Xenofonte, *Cyropaedia*, I, ii, 8; VIII, viii, 9; Estrabão, XV, iii, 18; Rawlinson, iii, 236.
102. Dhalla, 155; Dawson, 36-7.
103. Dhalla, 119, 190-1.
104. E.g. Vend. IX.
105. Darmesteter, i, p. lxxviii.
106. Vend. VIII, 61-5.
107. I, 4.

108. I, 135.
109. Vend. VIII, v, 32; vi, 27.
110. Estrabão, XV, iii, 17; Vend. IV, iii, 47.
111. Ibid., iii, 1.
112. XV, ii, 20f.
113. XX, i, 4; XV, iv, 50-1.
114. XXI, i, 1.
115. Maspero, 588. Estes casos eram aparentemente restritos aos Magi.
116. Heródoto, VII, 83; IX, 76; Rawlinson, iii, 238.
117. Ester, ii, 14; Rawlinson, iii, 219.
118. Dhalla, 74-6, 219; Rawlinson iii, 222, 237.
119. Plutarco, *Artaxerxes, Lives*, iii, 463-6.
120. Dhalla, 70-1.
121. Heródoto, I, 139; Dhalla, 219.
122. Vend. XV, 9-12; XVI, 1-2.
123. Bundahis, XVI, 1, 2, in Dawson, 156.
124. Venkateswara, 177; Dhalla, 225.
125. Ibid., 83-5; Dawson, 151.
126. Heródoto, I, 136.
127. Estrabão, XV, iii, 18.
128. Darmesteter, i, p. lxxx.
129. Vend. VII, vii, 41f.
130. Ibid., 36-40.
131. Rawlinson, iii, 235.
132. N. Y. *Times*, Jan. 6, 1931.
133. Dhalla, 176, 195, 256; Rawlinson, iii, 234.
134. N. Y. *Times*, Jan. 23, 1933.
135. Dhalla, 243-4.
136. Rawlinson, iii, 278.
137. N. Y. *Times*, Jul. 28, 1932.
138. Fergusson, *History of Architecture*, i, 198 9; Rawlinson, iii, 298.
139. Breasted, no N. Y. *Times*, Mar. 9, 1932.
140. CAH, iv, 204.
141. Dhalla, 260-1.
142. Rawlinson, iii, 244, 400.
143. Maspero, 715.
144. Arrian, *Anabasis of Alexander*, I, 15.
145. Josephus, *Antiquities*, XI, viii, 3.
146. Arrian, I, 16.
147. Quintus Curtius, III, 17.
148. Arrian, II, 11, 13; Plutarco, *Life of Alexander*, ch. 20.
149. Quintus Curtius, X, 17; CAH, vi, 369.
150. Plutarco, *Alexander*, ch. 31; Arrian, III, 8.

CAPÍTULO XIV

1. In Rolland, R., *Prophetes of the New India*, 395, 449-50.
2. Winternitz, M., *A History of Indian Literature*, i, 8.
3. Ibid., 18-21.
4. Keyserling, Count H., *Travel Diary of a Philosopher*, 265.
5. Chirol, Sir Valentine, *India*, 4.
6. Dubois, Abbé J. A., *Hindu Manners, Customs and Ceremonies*, 95, 321.
7. Smith, Vicent, *Oxford History of India*, 2; Childe, V. G., *The Most Ancient East*, 202; Pittard, *Race and History*, 388; Coomaraswamy, *History of Indian and Indonesian Art*, 6; Parmelee, M., *Oriental and Occidental Culture*, 23-4.
8. Marshall, Sir John, *The Prehistoric Civilization of the Indus, Illustrated London News*, Jan. 7, 1928, 1.
9. Childe, 209.
10. In Muthu, D. C., *The Antiquity of Hindu Medicine*, 2.
11. Sir John Marshall em *The Modern Review*, Calcutta, April 1932, 367.
12. Coomaraswamy em *Encyclopedia Britannica*, xii, 211-12.
13. New York *Times*, Aug. 2, 1932.
14. Macdonell, A. A., *India's Past*, 9.
15. Ibid.
16. Childe, 211.
17. Woolley, 8.
18. Childe, 202.
19. Ibid., 220, 221.
20. New York *Times*, April 8, 1932.
21. Gour, *Spirit of Buddhism* 524; Radhakrishnan, S., *Indian Philosophy*, 75.
22. Smith *Oxford History*, 14.
23. Davids, T. W. Rhys, *Dialogues of the Buddha*, vols. ii-iv, de *Sacred books of the Buddhists*, ii, 97; Venkateswara, 10.
24. Monier-Williams, Sir. M., *Indian Wisdom*, 227.
25. Winternitz, 304.
26. Jastrow, 85.
27. Winternitz, 64.
28. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 216, 222; Havell, E. B., *History of Aryan Rule in India*, 35; Davids, *Buddhist India*, 51; *Dialogues of the Buddha*, iii, 79.
29. Buxton, *The Peoples of Asia*, 121.
30. Davids, *Buddhist India*, 56, 62; Smith, *Oxford History*, 37.
31. Sidhanta, N. K., *The Heroic Age of India*, 206; *Mahabharata*, IX, v, 30.
32. Havell, 33.
33. Dutt, R. C., tr., *The Ramayana and Mahabharata*, Everyman Library, 189.
34. Davids, *Buddhist India*, 60.
35. Davids, *Dialogues*, ii, 114, 128.

36. Dutt, R. C., *The Civilization of India*, 21; Davids, *Buddhist India*, 55.
37. Macdonell, *India's Past*, 39.
38. Gray, R. M., e Parekh, M. C., *Mahatma Gandhi*, 37.
39. *Buddhist India*, 46, 51, 101-2; Winternitz, 64.
40. *Buddhist India*, 90, 96, 70, 101.
41. Ibid., 70, 98; Winternitz, 65; Havell, *History*, 129; Muthu, 11.
42. Winternitz, 212.
43. *Buddhist India*, 100-1.
44. Ibid., 72.
45. Dutt, *Ramayana*, 231.
46. Arrian, citado em Sunderland, Jabez T., *India in Bondage*, 178; Estrabão, XV, i, 53.
47. Winternitz, 66-7.
48. Venkateswara, 140.
49. Sidhanta, 149; Tagore in Keyserling, *The Book of Marriage*, 108.
50. Sidhanta, 153.
51. Dutt, *Ramayana*, 192.
52. Smith, *Oxford History*, 7; Barnett, L. D., *Antiquities of India*, 116.
53. Havell, *History*, 14; Barnett, 109.
54. Monier-Williams, 439; Winternitz, 66.
55. Lajpat Rai, L., *Unhappy India*, 151, 176.
56. *Mahabharata*, III, xxxiii, 82; Sidhanta, 160.
57. Sidhanta, 165, 168; Barnett, 119; Briffault, i, 346.
58. Radhakrishnan, i, 119; Eliot, Sir, Charles, *Hinduism and Buddhism*, i, 6; *Buddhist Indian*, 226; Smith, 70; Das Gupta, Surendranath, *A History of Indian Philosophy*, 25.
59. *Buddhist India*, 220-4; Radhakrishnan, i, 483.
60. Ibid., 117.
61. Winternitz, 140.
62. Hume, R. E., *The Thirteen Principal Upanishads*, 169.
63. Das Gupta, 6.
64. Radhakrishnan, i, 76.
65. Eliot, i, 58; Macdonell, 32-3.
66. Eliot, i, 62; Winternitz, 76.
67. Eliot, i, 59.
68. Radhakrishnan, i, 105.
69. Ibid., 78.
70. *Brihadaranyaka Upanishad*, i, 4; Hume 81.
71. Radhakrishnan, i, 114-5.
72. *Katha Upanishad*, i, 8; Radhakrishnan, i, 250: Müller, Max, *Six Systems of Hindu Philosophy*, 131.
73. Eliot, i, xv; *Buddhist India*. 241; Radha-Krishnan, i, 108.
74. Ibid., 107; Winternitz, 215; Gour, 5.
75. Frazer, R. W., *A Literary History of India*, 243.
76. Dutt, *Ramayana*, 318; Briffault, i, 346, iii, 188.
77. Ibid.
78. Macdonell, 24.
79. Winternitz, 208; Das Gupta 21.
80. *Buddhist India*, 241.
81. Winternitz, 207.
82. Dutt, *Civilization of India*, 33.
83. Müller, Max, *Lectures on the Science of Language*, ii, 234-7, 276; Skeat, W. W., *Etymological Dictionary of the English Language*, 729f.
84. In Elphinstone, M., *History of India*, 161.
85. *Buddhist India*, 153; Winternitz 41-4.
86. Ibid., 31-2; Macdonell, 7; *Buddhist India*, ĭ14.
87. Ibid., 120.
88. Müller, Max, *India: What Can It Teach Us?* Londres, 1919, 206; Winternitz, 32.
89. Dubois, 425.
90. Radhakrishnan, i, 67; Eliot, i, 51.
91. Ibid., i, 53.
92. Winternitz, 69, 79; Müller, *India*, 97; Macdonell, 35.
93. Tr. por Macdonell, in Tietjens, Eunice, *Poetry of the Orient*, 248.
94. Tr. por Max Müller em Smith, *Oxford History*, 20.
95. In Müller, *India*, 254.
96. Winternitz, 243; Radhakrishnan, i, 137; Deussen, Paul, *The Philosophy of the Upanishads*, 13.
97. Eliot, i, 51; Radhakrishnan, i, 141.
98. Cf. e.g., uma passagem em Chatterji, J. C., *India's Outlook on Life*, 42.
99. E. g., *Chandogya Upanishad*, v. 2; Hume 229.
100. Estão no Radhakrishnan, 143.
101. Eliot, i, 93.
102. Hume, 144.
103. *Shvetashvatara Upanishad*, i, 1; Radhakrishnan, i, 150.
104. Hume, 412.
105. *Katha Upanishad*, ii, 23; *Brihadaranyaka Upanishad*, ii, 5, iv 4· Radhakrishnan, i, 177.
106. *Katha Upan.*, iv, 1; Radhakrishnan, i, 145.
107 *Katha Upan.*, ii, 24.
108. *Chandogya Upan.*, vi, /.
109. Radhakrishnan, i, 151.
110. *Brih. Upan.*, ii, 2, iv, 4.
111. Ibid., iii, 9.
112. *Chand. Upan.*, vi, 12.
113. Radhakrishnan, i, ?4, 96.
114. Radhakrishnan, i, 249-51; Macdonell, 48.
115. *Brih. Upan.*, iv, 4.
116. Radhakrishnan, i, 239.
117. *Mundaka Upan.*, iii, 2; Radhakrishnan, i, 236.

CAPÍTULO XV

1. *Chand. Upan.*, i, 12; Radhakrishnan, 1, 149.
2. Ibid., 278.
3. In Hume, 65.
4. Davids, *Dialogues of the Buddha*, ii, 73-5; Radhakrishnan, i, 274.
5. Dutt, *Ramayana*, 60-1.
6. Müller, *Six Systems*, 17; Radhak., i, 278.
7. Eliot, i, xix; Müller, *Six Systems*, 23; Davids, *Buddhist India*, 141.
8. Radhak., i, 278.
9. Monier-Williams, 120-2.
10. Das Gupta, 78; Radhak., i, 279.
11. Ibid., 281.
12. Das Gupta, 79.
13. Monier-Williams, 120; Müller, *Six Systems*, 100.
14. Radhak., i, 280.
15. Ibid., 281-2.
16. Ibid., 287; Smith, *Oxford History*, 50.
17. Radhak., i, 301.
18. Ibid., 329; Eliot, i, 106.
19. Ibid.
20. Radhak., i, 331, 293.
21. Ibid., 327; Eliot, i, 110, 113, 115; Smith, *Oxford History*, 53; Smith, Vincent, *Akbar*, 167; Dubois, 521.
22. Smith, *Oxford History*, 210.
23. Eliot, i, 112.
24. Ibid., 115.
25. Thomas, E. J., *The Life of Buddha as Legend and History*, 20.
26. Eliot, i, 244n.
27. Gour, introd.; Davids, *Dialogues*, ii, 117; Radhak., i, 347, 351; Eliot, i, 133, 173.
28. Thomas, E. J., 31-3.
29. Eliot, i, 131; Venkateswara, 169; Havell, *History*, 49.
30. Thomas, 50-1.
31. Ibid., 54.
32. Ibid., 55.
33. Ibid., 65.
34. Radhak., i, 343-5.
35. Eliot, i, 129.
36. *Dialogues*, ii, 5.
37. Gour, 405.
38. *Dialogues*, iii, 102.
39. Thomas, 87.
40. Radhak i, 363.
41. Eliot, i, 203.
42. Ibid., 250.
43. Dutt, *Civilization of India*, 44.
44. Radhak., i, 475.
45. *Dialogues*, iii, 154.
46. Radhak., i, 421.
47. *Dialogues*, ii, 35.
48. Ibid., 186.
49. Ibid., 254.
50. Ibid., 280-2.
51. Ibid., 37.
52. Radhak., i, 356; Gour, 10.
53. Radhak., i, 438, 475; *Dialogues*, ii, 123; Eliot, i, xxii.
54. Radhak., i, 354.
55. Ibid., 424; Gour, 10; Eliot, i, 247.
56. Gour, 542; Radhak., i, 465.
57. Eliot, i, xcv.
58. Gour, 280-4.
59. Eliot, i, xxii.
60. Gour, 392-4; Radhak., i, 355.
61. Thomas, 208.
62. Radhak., i, 456.
63. Ibid., 375.
64. Ibid., 369, 385, 392; *Buddhist India*, 188 257; Thomas, 88.
65. Das Gupta, 240; Gour, 335.
66. Eliot, i, 191; *Dialogues*, ii, 188.
67. Eliot, i, 210; *Dialogues*, ii, 71.
68. Eliot, i, 227; Radhak., i, 389.
69. Thomas, 189.
70. Macdonell, 48; Radhak., i, 444; Eliot, i, xxi.
71. Gour, 312-4, 333.
72. *Dialogues*, ii, 190.
73. Eliot, i, 224; Müller, *Six Systems*, 373; Thomas, 187.
74. Radhak., i, 446.
75. Eliot, i, 224.
76. Ibid., i, 227; Thomas, 145.
77. *Dialogues*, ii, 55, iii, 94; Watters, Thos. *On Yuan Chwang's Travels in India*, i, 374.
78. Thomas, 134.
79. *Buddhist India*, 300; Radhak., i, 351.
80. Thomas, 100.
81. Ibid., 100-2.
82. *Dialogues*, ii, 1-26.
83. Eliot, i, 160.
84. *Dialogues*, iii, 87.
85. Ibid., 108.
86. Thomas, 153.

CAPÍTULO XVI

1. Arrian, *Anabasis of Alexander*, V, 19, VI, 2.
2. Smith, *Oxford History*, 66.
3. Kohn, H., *History of Nationalism in the East*, 350.
4. Arrian, *Indica*, X.
5. In Dutt, *Civilization of India*, 50.
6. Arrian, *Anabasis*, VI, 2.
7. Ibid., V, 8; Estrabão, XV, i, 28.
8. *Encyc. Brit.*, xii, 212.
9. Smith, *Oxford History*, 62.
10. Arrian, *Indica*, X.
11. Havell, 75.
12. Smith, *Oxford History*, 77.
13. Ibid., 114.
14. Ibid., 79.
15. Havell, *History*, 82-3.
16. É de duvidosa autenticidade. Sarton (147) aceita-o como de Kautilya, mas Macdonell (*India's Past*, 170) considera-o trabalho de um escritor posterior.
17. In Smith, *Oxford History*, 84.
18. Smith, *Akbar*, 396.
19. Smith, *Oxford History*, 76, 87.
20. Ibid., 311.
21. Estrabão, XV, i, 40.
22. Havell, 82.
23. Barnett, 99-100; Havell, 82.
24. Ibid., 69, 80.
25. Ibid., 74.
26. Ibid., 71f; Barnett, 107.
27. Davids, *Buddhist India*, 264; Havell, ibid.
28. Estrabão, XV, i, 51.
29. Havell, 78.
30. Smith, *Oxford History*, 87.
31. *Candide*.
32. Havell, 88.
33. Ibid., 91-2; Smith, *Oxford History*, 101.
34. Smith, V., *Ashoka*, 67; Davids, *Buddhist India*, 297.
35. Smith, *Ashoka*, 92.
36. Ibid., 60.
37. Provincial Edict I., Havell, 93.
38. Havell; 100; Smith, *Ashoka*, 67.
39. Watters, ii, 91.
40. Muthu, 35.
41. Rock Edit XIII.
42. Havell, 100: Smith *Oxford History*, 135; Melamed, S. M., *Spinoza and Buddha*, 302-3, 308.
43. Rock Edict VI.
44. Pillar Edict V.
45. Watters, 99.
46. Davids, *Buddhist India*, 308; Smith, *Oxford History*, 126.
47. Ibid., 155.
48. Nag, Kalidas, *Greater India*, 27.
49. Besant, Annie, *India*, 15.
50. Smith, *Ox. H.*, 154.
51. Tr. by James Legge, in Gowen, *Indian Literature*, 336.
52. Havell, 158.
53. Nag, 25.
54. Havell, E. B., *The Ancient and Medieval Architecture of India*, xxv.
55. Ibid., 207.
56. Watters, i, 344.
57. Havell, *History*, 204.
58. Watters, ii, 348-9; Havell, 203-4.
59. Fenollosa, E. F., *Epochs of Chinese and Japonese Art*, i, 85.
60. Arrian, *Anabasis*, V, 4.
61. Tod, Lt.-Col. James, *Annels and Antiquities of Rajasthan*, ii, 115.
62. Tod, i, 209.
63. Keyserling, *Travel Diary*, i, 184.
64. Tod, i, 244f.
65. Smith, *Ox. H.*, 311.
66. Ibid., 304.
67. Ibid., 309.
68. Ibid., 308; Havell, *History*, 402.
69. Smith, *Ox. H.*, 308-10.
70. Ibid., 312-13.
71. Ibid., 314.
72. Ibid., 309.
73. Sewell, Robert, *A Forgotten Empire, Vijayanagar*, in Smith, *Ox. H.*, 306.
74. Duma velha crônica islamita, *Tabakat-i-Nasiri*, in Smith, *Ox. H.*, 192.
75. Havell, *History*, 286.
76. Elphinstone, Mountstuart, *History of India*, 333, 337-8.
77. *Tabakat-i-Nasiri*, in Smith, *Ox.H.*, 222-3. 222-3.
78. Smith, 226, 232, 245.
79. Ibn Batuta, in Smith, 240.
80. Smith, 303.
81. In Smith, 234.
82. Ibid.
83. *Queen, Mab*.
84. Havell *History*, 368.
85. Ibid, Smith, 252.
86. Elphinstone, 415; Smith, *Akbar*, 10.
87. Smith, *Ox. H.*, 321.
88. Firishtah, Muhammad Qasim, *History of Hindustan*, ii, 188.
89. Elphinstone, 430.
90. Babur, *Memoirs*, 1.
91. Smith, *Akbar*, 98, 148, 358. Havell, *History*, 479.

92. Smith, *Akbar*, 226, 379, 383; Besant, 23.
93. Smith, *Akbar*, 333.
94. Firshtah, 399.
95. Smith, *Akbar*, 333-6, 65, 77, 343, 115, 160, 108; Smith, *Ox. H.*, 311; Besant, *India*, 23.
96. Havell, *History*, 478.
97. Smith, *Akbar*, 406.
98. Ibid., 424-5.
99. Ibid., 235-7.
100. In Frazer, *History of Indian Literature*, 358.
101. Havell, *History*, 499.
102. Brown, Percy, *Indian Painting*, 49; Smith. *Akbar*, 421-2.
103. Ibid., 350; Havell, *History*, 493-4.
104. Ibid., 494.
105. Ibid., 493.
106. Frazer, 357.
107. Smith, *Akbar*, 133, 176, 181, 257, 350; Havell, *History*, 493, 510.
108. Smith, *Akbar*, 212.
109. Ibid., 216-21.
110. Smith, *Akbar*, 301, 323, 325.
111. Smith, *Ox. H.*, 387.
112. Elphinstone, 540.
113. Lorenz., D. E., *Round the World Traveler*, 373.
114. Smith, *Ox. H.*, 395.
115. Ibid., 393.
116. Elphinstone, 586, 445-7.
117. Ibid., 577; Smith, *Ox. H.*, 445-7.
118. Ibid., 439.
119. Fergusson, Jas., *History of Indian and Eastern Architecture*, ii, 88.
120. Tod, i, 349.
121. Smith, *Ox. H.*, 448.
122. Ibid., 446.

CAPÍTULO XVII

1. Smith, *Akbar*, 401; *Indian Year Book, Bombay*, 1929, 563; Minney R, J., *Shiva: or The Future of India*, 50.
2. Havell, *History*, 160; Eliot, ii, 171; Dubois, 190.
3. Parmelee, 148n.
4. Smith, *Ox. H.*, 315.
5. Havell, 80, 261.
6. Estrabão, XV, i, 40; Siddhanta, 180; Dubois, 57.
7. Barnett, 107; Havell, *Ancient and Medieval Architecture*, 208; Tod, i, 362.
8. Sarkar, B. K., *Hindu Achievements in Exact Science*, 68.
9. III, 102.
10. In Estrabão, XV, i, 44.
11. Sarkar, 68; Laipat Rai, L., *England's Debt to India*, 176.
12. Havell, *Architecture*, 129; Fergusson, *Indian Architecture*, ii, 208.
13. Lajpat Rai, *England's Debt*, ibid.
14. Moon, P. T., *Imperialism and World Politics*, 292.
15. Lajpat Rai, *England's Debt*, 121.
16. III, 106.
17. Sarton, 535.
18. Lajpat Rai, *England's Debt*, 123.
19. Ibid.
20. Polo, *Viagens*, 307.
21. Muthu, 100.
22. Venkateswara, 11; Smith, *Ox. H.*, 15.
23. Lajpat Rai, *England's Debt*, 162-3.
24. Havell, *History*, 75, 130.
25. Ibid., 140.
26. Lajpat Rai, *England's Debt*, 165.
27. Barnett, 211-15.
28. Macdonell, 265-70.
29. Smith, *Akbar*, 157.
30. Fragment XXVII B, in Mc-Crindle, J. W., *Ancient India as Described by Megasthenes and Arrian*, 73.
31. Monier-Williams, 263; Minney, 75.
32. Barnett, 130; Monier-Williams, 264.
33. Dubois, 657.
34. Sidhanta, 178; Havell, *History*, 234. Smith, *Ox. H.*, 312.
35. Besant, 23; Dutt, *Civilization of India*, 121.
36. Dubois, 81-7.
37. Lajpat Rai, *England's Debt*, 12.
38. Smith, *Akbar*, 389-91.
39. Ibid., 393.
40. Ibid., 392.
41. Watters, i, 340.
42. Elphinstone, 329; cf. Smith, *Ox. H.*, 257.
43. Elphinstone, 477.
44. Smith, *Ox. H.*, 392.
45. Smith, *Akbar*, 395.
46. Ibid., 108.
47. Lajpat Rai, *Unhappy India*, 315.
48. Minney, 72.
49. Lajpat Rai, *England's Debt*, 25.
50. Macaulay, T. B., Ensaio sobre Clive, in *Critical and Historical Essays*, i, 544.
51. Havell, *History*, 235; Havell, *Architecture*, xxvi. Esta liberdade foi, no entanto, reduzida ao mínimo sob o domínio de Chandragupta Maurya.
52. Leis de Manu, vii, 15, 20-4, 218, em Monier-Williams, 256, 285.
53. Smith, *Ox. H.*, 229.
54. Ibid., 266.
55. Barnett, 124; Dubois, 654; Smith, *Ox. H.*, 109.

56. Dubois, 654.
57. Smith, *Ox. H.*, 249.
58. Ibid., 249, 313; Barnett, 122.
59. Monier-Williams, 204-6.
60. Max Müller, *India*, 12.
61. Dubois, 722; cf. também 661 e 717.
62. Monier-Williams, 203, 233, 268.
63. Simon, Sir John, *Report of the Indian Statutory Commission*, i, 35.
64. Davids, *Buddhist India*, 150.
65. Tod, i, 479; Hallam, Henry, *View of the State of Europe during the Middle Ages*, ch. vii, p. 263.
66. Barnett, 106; Dubois, 177.
67. Manu xix, 313; Monier-Williams, 234.
68. Maine, *Ancient Law*, 165; Monier-Williams, 266.
69. Barnett, 112.
70. Lubbock, *Origin of Civilization*, 379.
71. Winternitz., 147. Radhak., i, 356; Monier-Williams, 236.
72. Dubois, 590-2.
73. Barnett, 123; Davids, *Dialogues*, ii, 285.
74. Havell, *History*, 50.
75. Monier-Williams, 233.
76. Dubois, 98, 169.
77. Manu, i, 100; Monier-Williams, 237.
78. Dubois, 176.
79. Manu, iii, 100.
80. Barnett, 114.
81. Dubois, 593.
82. Manu, viii, 380-1.
83. Manu, xi, 206.
84. Barnett, 123.
85. Ibid., 121; Winternitz, 198.
86. Eliot, i, 37; Simon, i, 35.
87. Manu, iv, 147.
88. Ibid, ii, 87.
89. XI, 261.
90. IV, 27-8.
91. Dubois, 165, 237, 249.
92. Ibid., 187.
93. Manu, ii, 177-8.
94. VIII, 336-8.
95. II, 179.
96. Book, xviii; Arnold, Sir Edwin, *The Song Celestial*, 107.
97. Tagore, R. *Sadhana*, 127.
98. Smith, *Ox. H.*, 42.
99. Ibid., 34.
100. IX, 45.
101. Barnett, 117.
102. Sumner, *Folkways*, 315.
103. Tod, i, 602; Smith, *Ox. H.*, 690.
104. Wood, Ernest, *An Englishman Defends Mother India*. 103.
105. Dubois, 205; Havell, E. B., *The Ideals of Indian Art*, 93.
106. Tagore in Keyserling, *The Book of Marriage*, 104, 108.
107. Hall, Josef ("Upton Close"), *Eminent Asians*, 505.
108. Lajpat Rai, *Unhappy India*, 186.
109. Dubois, 231; *Census of India*, 1921, i, 151; Mukerji. D. G., *A Son of Mother India Answers*, 19.
110. Barnett, 115.
111. Lajpat Rai, *Unhappy India*, 159.
112. Robie, W. F., *The Art of Love*, 18f; Macdonell, 174.
113. Robie, 36.
114. Ibid., 32.
115. Frazer, *Adonis*, 54-5; Curtis, W. E., *Modern India*, 284-5.
116. Dubois, 585.
117. Cf., e.g., the "Fifty Stanzas" of Bilhana, in Tietjens, 303-6.
118. Coomaraswamy, A. K., *Dance of Shiva*, 103, 108.
119. Monier-Williams, 244.
120. Dubois, 214.
121. Estrabão, I, i, 62.
122. Manu, III, 12-15, ix, 45, 85, 101; Monier-Williams, 243.
123. Tod, i, 284n.
124. Nivedita, Sister (Margaret E. Noble), *The Web of Indian Life*, 40.
125. *Barnett, 109.*
126. XV, i, 62.
127. Havell, *Ideals*, 91.
128. In *Bebel, Woman under Socialism*, 52.
129. In Tod, i, 604.
130. Barnett, 109.
131. Dubois, 339-40.
132. Manu, iv, 43; Barnett, 110.
133. Manu, v, 154-6.
134. Westermarck, *Moral Ideas*, ii, 650.
135. Dubois, 337.
136. Tagore, R., *Chitra*, 45.
137. Manu, ix, 18.
138. III, 33, 82; Sidhanta, 160.
139. Frazer, R. W., 179.
140. VIII, 416.
141. Monier-Williams, 267; Tod, i, 605.
142. Barnett, 116; Wastermarck, ii, 650.
143. Manu, ix, 2, 12, iii, 57, 60-3
144. Tod, i, 604.
145. II, 145; Wood, 27.
146. Tod, i, 590n; Zimand, S., *Living India*, 124-5.
147. Dubois, 313.
148. Heródoto, IV, 71, V, 5.
149. *Encyc. Brit.*, xxi, 624.
150. *Rig-veda*, x. 18; Sidhanta, 165n.
151. I, 125, xv, 33, xvi, 7, xii, 149; Sidhanta, 165.
152. Smith, *Ox. H.*, 309.
153. XV, i, 30, 62.
154. *Encyc. Brit.*, xxi, 625.
155. Tod, i, 604; Smith, *Ox. H.*, 233.

156. Coomaraswamy, *Dance of Shiva,* 93.
157. Smith, *Ox. H.,* 309.
158. Manu, v, 162, ix, 47, 65; Parmelee, 114.
159. Lajpat Rai, *Unhappy India,* 198.
160. Ibid., 192, 196.
161. Tod, i, 575.
162. Dubois, 331.
163 Ibid., 78, 337, 355, 587; Sumner, *Folkways,* 457.
164. Dubois, 340; Coomaraswamy, *Dance,* 94.
165. Bebel, 52; Sumner, 457.
166. IV, 203.
167. Wood, 292, 195.
168. Lajpat Rai, *Unhappy India,* 284.
169. Ibid., 280.
170. Watters, i, 152.
171. Dubois, 184, 248; Wood, 196.
172. Sumner, 457.
173. Dubois, 708-10.
174. O estudioso de escatofilia encontrará esses assuntos minuciosa e piedosamente expostos pelo Abade Dubois, 237f.
175. Sumner, 457; Wood, 343.
176. Wood, 286.
177. Dubois, 325.
178. Ibid., 78.
179. Ibid., 341; Coomaraswamy, *History,* 210.
180. Dubois, 324.
181. Loti, Pierre, *India,* 113; Parmelee, 138.
182. Loti, 210.
183. Dubois, 662.
184. Westermarck, i, 89.
185. Macaulay, *Essays,* i, 562.
186. Manu, viii, 103-4; Monier-Williams, 273.
187. Watters, i, 171.
188. Müller, *India,* 57.
189. Hardie, J. Keir, *India,* 60.
190. Mukerji, *A Son,* 43.
191. Smith, *Ox. H.,* 666f.
192. Dubois, 120.
193. Exemplos dessa última espécie serão encontrados em Dubois, 660, ou em quase todas as narrativas das recentes revoluções.
194. Frazer, R. W., 163; Dubois, 509.
195. Simon, i, 48.
196. Müller, *India,* 41.
197. Davids, *Dialogues,* ii, 9-11.
198. Skeat, *s.v. check; Encyc. Brit.,* art., "Chess".
199. Dubois, 670.
200. *Encyc. Brit.,* viii, 175.
201. Havell, *History,* 477.
202. Nivedita, 11f.
203. Dubois, 595.
204. Briffault, iii, 198.
205. Gandhi, M. K., *His Own Story,* 45.
206. Davids, *Buddhist India,* 78.
207. Watters, i, 175.
208. Westermarck, i, 244-6.

CAPÍTULO XVIII

1. Davids, *Dialogues,* iii, 184.
2. Winternitz, 562.
3. Fergusson, i, 174.
4. Edmunds, A. J., *Buddhistic and Christian Gospels,* Philadelphia, 1908, 2v.
5. Havell, *History,* 101; Eliot, i, 147.
6. Eliot, ii, 110.
7. Ibid., i, xciii, Simon, i, 79.
8. Sarton, 367, 428; Smith, *Ox. H.,* 174; Fenollosa, ii, 213; i, 82; Nag, 34-5.
9. Fergusson, i, 292.
10. Monier-Williams, 429.
11. Dubois, 626; Doane, *Bible Myths,* 278f; Carpenter, Edward, *Pagan and Christian Creeds,* 24.
12. Indian Year Book, 1929, 21.
13. Eliot, ii, 222.
14. Lorenz, 335; Dubois, 112.
15. *Modern Review,* Calcutta, April, 1932, p. 367; Childe, *The Most Ancient East,* 209.
16. Rawlinson, *Five Great Monarchies,* ii, 335n.
17. Eliot, ii, 288; Kohn, 380.
18. Eliot, ii, 287.
19. *Modern Review,* June, 1931, p. 713.
20. Eliot, ii, 282.
21. Ibid., 145.
22. Dubois, 571, 641.
23. Ibid., Coomaraswamy, *History,* 68, 181.
24. Lorenz, 333.
25. Wood, 204; Dubois, 43, 182, 638-9.
26. Zimand, 132.
27. Wood, 208.
28. Eliot, i, 211.
29. Havell, *Architecture,* xxxv.
30. Winternitz, 529.
31. *Vishnupurana,* z, 16, in Otto, Rudolf, *Mysticism, East and West,* 55-6.
32. Dubois, 545; Eliot, i, 46.
33. Monier-Williams, 178, 331; Dubois, 415; Eliot, i, lxviii, 46.
34. Eliot, i, lxvi; Fülop-Miller, R., *Lenin and Gandhi,* 248.
35. Manu, xii, 62; Monier-Williams, 55, 276; Radhak., i, 250.
36. Watters, i, 281.
37. Dubois, 562.
38. Ibid., 248.
39. Eliot, i, lxxvii; Monier-Williams, 55; *Mahabharata,* XII, 2798; Manu, iv, 88-90, xii, 75-77, iv, 182, 260, 32 i 'i 44
40. Dubois, 565.

41. Eliot, i, lxvi.
42. Citado por Winternitz, 7.
43. Artigo sobre "The Failure of Every Philosophical Attempt in Theodicy", 1791, in Radhak., i, 364.
44. Do *Mahabharata;* referência perdida.
45. Em Brown, Brian, *Wisdom of the Hindus,* 32.
46. *Ramayana,* etc., 152.
47. Brown, B., *Hindus,* 222f.
48. Rolland, R., *Prophets of the New India,* 49.
49. Dubois, 379f.
50. Briffault, ii, 451.
51. Davids, *Buddhist India,* 216; Dubois, 149, 329, 382 f.
52. Sumner, *Folkways,* 547; Eliot, ii, 143. Dubois, 629; Monier-Williams, 522-3.
53. Dubois, 541, 631.
54. Murray's, *India,* London, 1905, 434.
55. Eliot, ii, 173.
56. Dubois, 595.
57. Vivekananda in Wood, 156.
58. Havell, *Architecture,* 107; Eliot, ii, 225.
59. In Wood, 154.
60. Simon, i, 24; Lorenz, 332; Eliot, ii, 173; Dubois, 296.
61. Monier-Williams, 430.
62. Dubois, 647.
63. Winternitz, 565; Smith, *Ox. H.*, 690.
64. Dubois, 597.
65. *Encyc. Brit.*, xiii, 175.
66. Smith, *Ox. H.*, 155, 315.
67. Dubois, 110.
68. Ibid., 180-1.
69. Eliot, iii, 422.
70. Dubois, 43; Wood, 205.
71. Dubois, 43.
72. Watters, i, 319.
73. Dubois, 500-9, 523f.
74. Ibid., 206.
75. Eliot, ii, 322.
76. Radhak., i, 345.
77. Ibid., 484.
78. Arnold, *The Song Celestial,* 94.
79. Brown, B., *Hindus,* 218-20; Barnett, *The Heart of India,* 112.
80. Elphinstone, 476; Loti, 34; Eliot, i, xxxvii, 40-1; Radhak., i, 27; Dubois, 119n.
81. Kohn, 352.
82. Smith, *Ox. H.*, x.
83. Gour, 9.

CAPÍTULO XIX

1. Spencer, *Sociology,* ii, 248.
2. Sarton, 378.
3. Ibid., 409, 428; Sedgwick and Tyler, 160.
4. Barnett, 188-90.
5. Muthu, 97.
6. De Morgan, in Sarkar, 8.
7. Referência perdida.
8. *Journal of the American Oriental Society,* vol. 51, nº 1, p. 51.
9. Sarton, 601.
10. Monier-Williams, 174; Sedgwick, 159; Sarkar, 12
11. Ibid.
12. Muthu, 92; Sedgwick, 157f.
13. Ibid.; Lowie, R.H., *Are we Civilized?*, 269; Sarkar, 14.
14. Muthu, 92; Sarkar, 14-15.
15. Monier-Williams, 183-4.
16. Sedgwick, 157.
17. Sarkar, 17.
18. Sedgwick, 157; Muthu, 94; Sarkar, 23-4.
19. Muthu, 97: Radhak., i, 317-8.
20. Sarkar, 36f.
21. Ibid., 37-8.
22. Muthu, 104; Sarkar, 39-46.
23. Ibid., 45.
24. Garrison, 71; Sarkar, 56.
25. Sarkar, 57-9.
26. Ibid., 63.
27. Lajpat Rai, *Unhappy India,* 163-4.
28. Sarkar, 63.
29. Ibid., 65.
30. Muthu, 14.
31. Sarton, 77; Garrison, 71.
32. Barnett, 220.
33. Muthu, 50.
34. Ibid., 39; Barnett, 221; Sarton, 480.
35. Sarton, 77; Garrison, 72.
36. Muthu, 26; Macdonell, 180.
37. Garrison, 29.
38. Muthu, 26.
39. Ibid., 27.
40. Garrison, 70.
41. Ibid., 71.
42. Macdonell, 179.
43. Harding, T. Swann, *Fads Frauds and Physicians,* 147.
44. Watters, i, 174; Venkateswara, 193.
45. Barnett, 224, Garrison, 71.
46. Ibid.; Muthu, 33.
47. Garrison, 71; Lajpat Rai, *Unhappy India,* 286.
48. Eliot, i, lxxxix; Lajpat Rai, 285.
49. Muthu, 44.
50. Garrison, 73.
51. Ibid., 72.
52. Macdonell, 180.
53. Havell, *History,* 255.

54. Lajpat Rai, 287.
55. Radhak., i, 55.
56. Müller, *Six Systems*, 11; Havell, *History*, 412.
57. Das Gupta, 406.
58. Havell, *History*, 208.
59. Coomaraswamy, *Dance*, p. 130.
60. Davids, *Dialogues*, ii, 26f; Müller, *Six Systems*, 17; Radhak., i, 483.
61. Keyserling, *Travel Diary*, i, 106, ii, 157.
62. Müller, *Six Systems*, 219, 235; Radhak., i, 57, 276, ii, 23; Das Gupta, 8.
63. Radhak., ii, 36, 43.
64. Ibid., 34, 127, 173; Müller, 427.
65. Radhak., i, 281, ii, 42, 134.
66. Gowen, *Indian Literature*, 127; Radhak., ii, 29, 197, 202, 227; Dutt, *Civilization of India*, 35; Müller, 438; Chatterji, J. C., *The Hindu Realism*, 20, 22.
67. Radhak., ii, 249.
68. Ibid.
69. Gowen, 128.
70. Ibid., 30; Monier-Williams, 78; Müller, 84, 219f.
71. E. g., XII, 13703.
72. Radhak., ii, 249.
73. Macdonell, 93.
74. Müller, x.
75. Kapila, *The Aphorisms of the Sankhya Philosophy*, *Af.* 79.
76. Gour, 23.
77. Eliot, ii, 302; Monier-Williams, 88.
78. Kapila, Af. 98.
79. Monier-Williams, 84.
80. Müller, xi.
81. Kapila, Af. 100; Monier-Williams, 82.
82. Kapila, p. 75, Af. 67.
83. Radhak., i, 279.
84. In Brown, B., *Hindus*, 212.
85. Eliot, ii, 301.
86. Kapila, in Brown, N., *Hindus*, 213.
87. Kapila, Af. 56.
88. Ibid., Afs. 83-4.
89. In Brown, B., 211.
90. Monier-Williams, 90-1.
91. Ibid., 92.
92. *Rig-veda* x, 136, 3; Radhak., i, 111.
93. Eliot, i, 303.
94. Arrian, *Anabasis*, VII, 3.
95. Algumas autoridades, entretanto, atribuem o *Yoga-Sutra* ao século IV a.D. — Radhak., ii, 340.
96. Watters, i, 148.
97. Polo, 300.
98. Lorenz, 356.
99. Chatterji, *India's Outlook on Life*, 61n; Radhak., i, 337.
100. Müller, *Six Systems*, 324-5.
101. Coomaraswamy, *Dance*, 50; Radhak., ii, 344; Das Gupta, S., *Yoga as Philosophy and Religion*, vii; Parmelee, 64; Eliot, i, 303-4. Davids, *Buddhist India*, 242.
102. Chatterji, *India's Outlook*, 65.
103. Müller, *Six Systems*, 349.
104. *The World as Will and Idea*, tr. Haldane e Kemp, iii, 254; Eliot, i, 309.
105. Radhak., ii, 360.
106. Vyasa, in Radhak., ii, 362.
107. Eliot, i, 305; Radhak., ii, 371; Müller 308-10, 324-5.
108. Chatterji, *Realism*, 6; Dubois, 98.
109. Patanjali, in Brown, B., *Hindus*, 183; Radhak., i, 366.
110. Das Gupta, *Yoga*, 157; Eliot, i, 319; Chatterji, *India's Outlook*, 40.
111. Dubois, 529, 601.
112. Eliot, ii, 295.
113. Radhak., ii, 494. Das Gupta, *History*, 343.
114. Radhak., i, 45-6.
115. Radhak., ii, 528-31, 565-87; Deussen, Paul, *System of the Vedanta*, 241-4; Macdonell, 47; Radhakrishnan, S., *The Hindu View of Life*, 65-6; Otto, 3.
116. Eliot, i, xlii-iii; Deussen, *Vedanta*, 272, 458.
117. Radhak., ii, 544f.
118. Guénon, René, *Man and his Becoming* 259.
119. Deussen, 39, 126, 139, 212.
120. Coomaraswamy, *Dance*, 113.
121. Müller, *Six Systems*, 194.
122. Eliot, ii, 312; Deussen, 255, 300, 477; Radhak., ii, 633, 643.
123. Deussen, 402-10, 457.
124. Eliot, ii, 40.
125. In Deussen, 106.
126. Ibid., 286.
127. Radhak., ii, 448.
128. In Müller, *Six Systems*, 181.
129. Radhak., ii, 771.
130. Dickinson, G. Lowes, *An Essay on the Ci vilizations of India, China and Japan*, 33.
131. Keyserling, *Travel Diary*, i, 257.
132. *Isavasya Upanishad*, in Brown, B., *Hindus*, 159.
133. Ibid.
134. *De Intellectus Emendatione*.
135. Cf. Otto, 219-32. Melamed, S. M., em *Spinoza and Buddha*, tentou demonstrar a influência do panteísmo hindu sobre o grande judeu de Amsterdã.

CAPÍTULO XX

1. Das Gupta, *Yoga*, 16; Radhak., ii, 570.
2. Macdonell, 61; Winternitz, 46-7.
3. *Mahabharata*, II, 5; Davids, *Buddhist India*, 108. Rhys Davids data o mais antigo dos manuscritos (de casca de árvore) indianos no começo da era cristã. (Ibid., 124.)
4. Ibid., 118.
5. Indian Year Book, 1929, 633.
6. Winternitz, 33, 35.
7. Lajpat Rai, *Unhappy India*, 18, 27.
8. Venkateswara, 83; Max Müller em Hardie, 5.
9. Smith, *Ox. H.*, 114.
10. Venkateswara, 83; Havell, *History*, 409.
11. Venkateswara, 85, 100, 239.
12. Ibid., 114, 84; Frazer, R. W., 161.
13. Venkateswara, 148.
14. Havell, *History*, Chapa XLI.
15. Venkateswara, 231-2; Smith, *Ox. H.*, 61 Havell, *History*, 140; Muthu, 32, 74; *Modern Review*, mar., 1915-344.
16. Watters, ii, 164-5.
17. Venkateswara, 239, 140, 121, 82; Muthu, 77.
18. Tod, i, 348n.
19. Ibid.
20. *Ramayana*, etc., 324.
21. Eliot, i, xc.
22. Tietjens, 246.
23. VI, 13, 50.
24. *Ramayana*, etc., 303-7.
25. V, 1217; Monier-Williams, 448.
26. In Brown, B., *Hindus*, 41.
27. In Winternitz, 441.
28. Em Brown, B., 27.
29. Eliot, ii, 200.
30. Radhak., i, 519; Winternitz, 17.
31. Professor Bhandakar, in Radhak., i, 524.
32. Richard Garbe, *Ibid.*
33. Arnold, *The Song Celestial*, 4-5.
34. Ibid., 9.
35. Ibid., 41, 31.
36. Macdonell, 91.
37. Gowen, 251; Müller, *India*, 81.
38. Arthur Lillie, em *Rama and Homer*, tentou demonstrar que Homero tirou ambos seus assuntos dos épicos indianos, mas não há dúvida sobre estes últimos serem posteriores à *Ilíada* e *Odisséia*.
39. Dutt, *Ramayana*, etc., 1-2.
40. Ibid., 77.
41. Ibid., 10.
42. Ibid., 34.
43. Ibid., 36.
44. Ibid., 47-75.
45. Ibid., 145.
46. Gowen *Indian Literature*, 203.
47. Ibid., 219.
48. Macdonell, 97-106.
49. In Gowen, 361.
50. Ibid., 363.
51. Monier-Williams, 476-94.
52. Gowen, 358-9.
53. Coomaraswamy, *Dance*, 33.
54. Kalidasa, *Shakuntala*, 101-3.
55. Ibid., 139-40.
56. Tr. por Monier-Williams, in Gowen, 317.
57. Frazer, R. W., 288.
58. Kalidasa, xiii.
59. Macdonell, 123-9.
60. Macdonell, in Tietjens, 24-5.
61. In Gowen, 407-8.
62. Ibid., 504.
63. Ibid., 437-42.
64. Tietjens, 301; Gowen, 411-13; Barnett, *Heart of India*, 121.
65. Frazer, R. W., 365; Gowen, 487.
66. Coomaraswamy, *Dance*, 105; Rolland, *Prophets*, 6n.
67. Barnett, *Heart*, 54.
68. Sir George Grierson in Smith, *Akbar*, 420.
69. Macdonell, 226; Winternitz, 476; Gan dhi, *His Own Story*, 71
70. Barnett, *Heart*, 63.
71. Venkateswara, 246, 249; Havell, *History*, 237.
72. Frazer, R. W., 318n.
73. Ibid., 345.
74. Eliot, ii, 263; Gowen, 491; Dutt, 101.
75. Tr. de Tagore.
76. Kabir, *Songs of Kabir*, tr. de R. Tagore, 91, 69.
77. Eliot, ii, 262.
78. Ibid., 265.

CAPÍTULO XXI

1. Coomaraswamy, *History*, 4.
2. Ibid., Chapa II, 2.
3. Fergusson, i, 4.
4. Smith, *Akbar*, 412.

5. Coomaraswamy, fig. 381.
6. Ibid., 134.
7. Ibid., figs. 368-78.
8. Ibid., 139.
9. Ibid., 137.
10. Ibid., 138.
11. Smith, *Akbar*, 422.
12. Coomaraswamy, *Dance*, 73.
13. Programa de danças por Shankar, New York, 1933.
14. Coomaraswamy, *Dance*, 75, 78.
15. Brown, Percy, *Indian Painting*, 121.
16. Childe, *Ancient East*, 37; Brown, P., 15, 111.
17. Havell, *Ideals*, 132, Brown, P., 17.
18. Ibid., 38.
19. Ibid., 20.
20. E.g., por Faure, *History of Art.*, ii, 26; e Havell, *Architecture*, 150.
21. Brown, P., 29-30.
22. Havell, *Architecture*, Chapa XLIV; Fischer, Otto, *Die Kunst Indiens, Chinas und Japans*, 200.
23. Havell, *Architecture*, 149.
24. Coomaraswamy, *History*, figs. 7 e 185.
25. Havell, *Architecture*, Ch. XLV.
26. Fischer, *Tafel* VI.
27. *Ibid.*, 188-94.
28. Coomaraswamy, *History*, fig. 269.
29. Coomaraswamy, *Dance*, Ch. XVIII.
30. Brown, P., 120.
31. Cf. um exemplo muito interessante Fischer, 273.
32. Brown, P., 8, 47, 50, 100; Smith, *Ox. H.*, 128; Smith, *Akbar*, 428-30.
33. Brown, P., 85.
34. Ibid., 96.
35. Ibid., 89; Smith, *Akbar*, 429.
36. Ibid., 226.
37. Coomaraswamy, *Dance*, 26.
38. Havell, *Ideals*, 46.
39. Fenollosa, i, 30; Fergusson, i, 52; Smith, *Ox. H.*, 111.
40. Gour, 530; Havell, *History*, 111.
41. Coomaraswamy, *History*, 70.
42. Fenollosa, i, 4, 81; Thomas, E. J., 221; Coomaraswamy, *Dance*, 52; Eliot, i, xxxi Smith, *Ox. H.*, 67.
43. Fischer, 168; Museu Central, Lahore.
44. Fenollosa, i, 81.
45. Coomaraswamy, *History*, fig. 168.
46. Cerca de 950 a. D.; Coomaraswamy, *History*, p. 222. Museu Lucknow.
47. Cerca de 1050 a.D.; Coomaraswamy, *History*, fig. 223. Museu Lucknow.
48. Cerca de 750 a.D.; Havell, *History*, f. p. 204.
49. Cerca de 950 a.D.; Coomaraswamy. *History*, Ch. LXX.
50. Cerca de 700; Havell, *History*, f. 244; uma variante, em cobre, do século XVII, está no Museu Britânico.
51. Cerca de 750, Coomaraswamy, *Dance*, p. 26.
52. Cerca de 1650; Coomaraswamy, *History*, fig. 248.
53. Fenollosa, i, f. 84.
54. Fischer, *Tafel* XVI; Coomaraswamy, *History*, cvi; Museu de Belas-Artes de Boston.
55. Coomaraswamy, fig. 333.
56. Gangoly, *O. C., Indian Architecture*, xxxiv-viii.
57. Ibid., frontispício.
58. Havell, *Ideals*, f. 168.
59. Museu Metropolitano de Arte, Cidade de New York; Coomaraswamy, *History*, fig. 101.
60. Havell, *Ideals*, f. 34.
61. Cerca de 100 a.D.; Coomaraswamy, XCVIII.
62. Ibid., xcv.
63. Havell, *History*, 104; Fergusson, i, 51.
64. Davids, *Buddhist India*, 70.
65. Havell, *Architecture*, 2; Smith, *Ox. H.*, 111; Eliot, iii, 450; Coomaraswamy, *History*, 22.
66. Spooner, D. B., in Gowen, 270.
67. Fischer, 114-5.
68. In. Smith, *Ox. H.*, 112.
69. Havell, *History*, 106; Coomaraswamy, *History*, 17.
70. Havell, *Architecture*, 55.
71. Fergusson, i, 119.
72. Coomaraswamy, *History*, fig. 54.
73. Ibid., fig. 31.
74. Fergusson, i, 55; Coomaraswamy, 19.
75. Fischer, 186.
76. Ibid., *Tafel* IV.
77. Ibid., 175.
79. Havell, *Architecture*, 98, e Ch. XXV.
78. Fergusson, ii, frontispício.
80. Havell, *Architecture*, Ch. XLV.
81. Fergusson, ii, frontispício.
82. Coomaraswamy, LXVIII.
83. Fergusson, ii, 41 e Ch. XX.
84. Ibid., 101.
85. Fergusson, ii, Ch. XXIV.
86. Ibid., 138-9
87. Coomaraswamy, *History*, fig. 252.
88. Havell, *History*, f. p. 344.
89. Havell, *Architecture*, Chapas LXXIV-VI.
90. Fischer, 214-5.
91. Loti 168; Fergusson, ii, 7, 32, 87.
92 E. g., o templo em Baroli, Fergusson, ii 133.
93. Fergusson, i, 352.
94. Ibid., Ch. XII, p. 424.
95. Ibid.
96. Gangoly, Ch. LXXIV.

97. Coomaraswamy, *History*, fig. 211, Fischer, 251.
98. Fergusson, i, 448.
99. Macdonell, 83.
100. Coomaraswamy, *History*, fig. 192; Fischer, 221.
101. Ibid., 222.
102. Havell, *Architecture*, 195. Fergusson, i, 327, 342, 348.
103. E. g., Mukerji, D. G., *Visit India with Me*. New York, 1929, 12.
104. Coomaraswamy, *History*, 95, Ch. LII.
105. Fischer, 248-9; Fergusson, i, 362-6.
106. Ibid., 368-72.
107. Dr. Coomaraswamy.
108. Coomaraswamy, *History*, XCVI.
109. Ibid., 169.
110. Gangoly, 29.
111. Coomaraswamy, *History*, fig. 349; Gangoly, xi.
112. Exs. em Gongoly, xii-xv.
113. Candee, Helen, C., *Angkor the Magnificent*, 302.
114. Ibid., 186.
115. 131, 257, 294.
116. 258.
117. Fischer, 280.
118. Coomaraswamy, *History*, 173.
119. Havell, *History*, 327, 296, 376; *Architecture*, 207; Fergusson, ii, 87, 7.
120. Smith, *Ox. H.*, 223; Frazer, R. W., 363.
121. Smith, f. 329.
122. Fergusson, ii, 309.
123. Ibid., 308n.
124. Lorenz, 376.
125. Chirol, *India*, 54.
126. Lorenz, 379.
127. Smith, *Ox. H.*, 421.

CAPÍTULO XXII

1. Zimand, 31.
2. Smith, *Ox. H.*, 502.
3. In Zimand, 32.
4. Ibid., 31-4; Smith, 505; Macaulay, i, 504, 500; Dutt, R. C., *The Economic History of India in the Victorian Age*, 18-23, 32-3.
5. Macaulay, i, 568-70, 603.
6. Dutt, *Economic History*, 67, 76, 375; Macaulay, i, 529.
7. Ibid., 528.
8. Dutt, xiii, 399, 417.
9. Sunderland, 135; Lajpat Rai, *Unhappy India*, 343.
10. Dubois, 300.
11. Ibid., 607.
12. Eliot, iii, 409.
13. Monier-Williams, 126.
14. Frazer, R. W., 397.
15. Ibid., 395.
16. Eliot, i, xlvi.
17. Rolland, *Prophets*, 119; Zimand, 85-6; Wood, 327; Eliot, i, xlviii; Underwood, A. C., *Contemporary Thought of India*, 137f.
18. Rolland, 61, 260.
19. Ibid., xxvi; Eliot, ii, 162.
20. Brown, B., *Hindus*, 269.
21. Rolland, 160, 243; Brown, B., 264-5.
22. Rolland, 427.
23. Ibid., 251, 293, 449-50.
24. Ibid., 395.
25. Tagore R., *Gitanjali*, New York, 1928; xvii; *My Reminiscences*, 15, 201, 215.
26. Thompson, E. J., *Rabindranath Tagore*, 82.
27. Tagore, R., *The Gardener*, 74-5.
28. Tagore, *Gitanjali*, 88.
29. Tagore, *Chitra*, esp. pgs. 57-8.
30. Tagore, *The Gardener*, 84.
31. Thompson, E. J., 43.
32. Ibid., 94, 99; Fülop-Miller, 246; Underwood, A. C., 152.
33. Tagore, R., *Sadhana*, 25, 64.
34. *The Gardener*, 13-15.
35. Kohn, 105.
36. Zimand, 181; Lorenz, 402; Anuário Indiano, 1929, 29.
37. "Close Upton" (Josef Washington Hall), *The Revolt of Asia*, 235; Sunderland, 204; Underwood, 153.
38. Smith, *Ox. H.*, 35.
39. Simon, i, 37; Dubois, 73.
40. Ibid., 190.
41. Havell, *History*, 165; Lorenz, 327.
42. Kohn, 426.
43. Simon, i, 38.
44. Lajpat Rai, *Unhappy India*, lviii, 191; Mukerji, *A Son*, 27; Sunderland, 247; *Times* de New York, set. 24, 1929, dec. 31, 1931.
45. Wood, 111; Sunderland, 248.
46. Anuário Indiano, 23.
47. Wood, 117.
48. Kohn, 425.
49. Prof. Sudhindra Bose, em *The Nation*. New York, june 19, 1929.
50. *Times* de New York, june 16, 1930.
51. Hall, J. W., 427; Fülop-Miller, 272.
52. Ibid., 171.
53. Ibid., 174-6.
54. Gandhi, M. K., *Young India*, 123.
55. Ibid., 133.
56. Hall, 408.

57. Fülop-Miller, 202-3.
58. Gandhi, *Young India*, 21.
59. Rolland, *Mahatma Gandhi*, 7.
60. Ibid., 40; Hall, 400.
61. Gray e Parekh, *Mahatma Gandhi*, 27; Parmelee, 302.
62. Simon, i, 249.
63. Fülop-Miller, 299; Rolland, *Gandhi*, 220; Kohn, 410-12.
64. Fülop-Miller, 177.
65. Ibid., 315.
66. Ibid., 186.
67. Gandhi, *Young India*, 869, 2.
68. Hall, 506; Fülop-Miller, 227.
69. Zimand, 220.
70. Fülop-Miller, 171-2.
71. Ibid., 207, 162.

CAPÍTULO XXIII

1. Devo esta citação do *Livro de Ritos* a Upton Close. Cf. Gowen e Hall, *Outline History of China*, 50; Hirth, F., *Ancient History of China*, 155.
2. Reichwein, A., China e Europa; Intellectual and Artistic Contacts in the Eighteenth Century, 92.
3. Ibid., 89f,; Voltaire, Obras, New York, 1927, xiii, 19.
4. Keyserling, *Creative Understanding*, 122, 203; *Travel Diary*, ii, 67, 58, 50, 57, 48, 68.
5. Lippert, 91, Keyserling, *Travel Diary*, ii, 53.
6. Smith, A. H., *Chinese Characteristics*, 98.
7. Giles, H. A., *Gens of Chinese Literature; Prose*, 119.
8. Williams, S. Wells, *Middle Kinigdom*, i, 5; Brinkley, Capt. F., *China; Its History, Arts and Literature*, x, 3.
9. Ibid., 2; Hall, J. W., *Eminent Asians*, 41.
10. Pittard, 397; Buxton, 153; Granet, *Chinese Civilization*, New York, 1930, 63; Latourette, K. S., *The Chinese; Their History and Culture*, 35-6; New York *Times*, feb. 15, 1933.
11. Lowie, 182; Fergusson, J., *History of Indian and Eastern Architecture*, ii. 468; Legendre, A. F., *Modern Chinese Civilization*, 234; Granet, 64.
12. Ibid., 215, 230.
13. Gowen e Hall, 26-7.
14. Confúcio (?) *Book of History*, traduzido e coligido por W. G., Old, 20-1.
15. Giles, *Gems*, 72.
16. Hirth, 40.
17. Ibid., 53-7.
18. Wilhelm, R., *Short History of Chinese Civilization*, 124. Granet, 86.
19. Ibid., 87.
20. Confúcio, *Analects*, XIV, xviii, 2, in Legge, Jas. *Chinese Classics*, Vol. I: *Life and Teachings of Confucius*.
21. Legge, 213n.
22. Hirth, 107-8; Latourettes, i, 57; Gowen e Hall, 64; Schneider, H., ii, 796-8.
23. Granet, 78.
24. Ibid., 32-3; Hu Shih; *Development of the Logical Method in Ancient China*, 22; Latourette, ii, 52.
25. Ibid., 58-9; Granet, 87-8; Hirth, 110.
26. Giles, H. A., *History of Chinese Literature*, 5.
27. *Book of Odes*, I, x, 8, e xii, 10, em Hu Shih, Pte. I, p. 4.
28. Granmer-Byng, L., *Book of Odes*, 51.
29. Tr. de Helen Waddell em Van Doren, *Anthology of World Poetry*, 1.
30. In *Yang Chu's, Garden of Pleasure*, 64.
31. Fenollosa, E. F., *Epochs of Chinese and Japonese Art*, 14. Hirth, 59-62; Hu Shih, 28f.; Suzuki, D. T., *Brief History of Early Chinese Philosophy*, 14; Murdoch, Jas., *History of Japan*, iii, 108.
32. Hu Shih, 12.
33. Hu Shih, 12.
34. In Hu Shih, 12.
35. Ibid., 13.
36. Ibid., 12.
37. Giles, *History*, 57; Legge, Jas., *The Texts of Taoism*, i, 4-5.
38. Giles, *History*, 57; Giles, *Gems*, 55.
39. Legge, *Texts of Taoism*, i, 4f.
40. II, lxxxi, 3; lxv, 1-2.
41. In Suzuki, 81.
42. II, lvii, 2-3; lxxx. As passagens entre parênteses, nesta ou noutras citações, são geralmente interpolações explicativas, quase sempre do tradutor.
43. Yang, Chu, 16, 19, Schneider, ii, 810; Hu Shih, 14; Wilhelm, *Short History*, 247.
44. I, xvi, 1-2.
45. I, xliii, 1; xlix, 2; lxi, 2; lxiii, 1; lxxviii, 1; lxxxi, 1; Giles, *History*, 73.
46. II, lxi, 2.
47. II, lvi, 1-2.
48. Granet, 55.
49. II, lvi, 2.
50. I, xvi, 1; II, lvi, 3; Parmelee, 43.
51. Legge, *Texts of Taoism*, 34, *Life and Teachings of Confucius*, 64.
52. Legge, *Texts*, 34

53. Ibid.
54. Szuma Ch'ien in Legge, *Life*, 58n.
55. Ibid.
56. Legge, *Life*, 55-8; Wilhelm, R., *Soul of China*, 104.
57. Hirth, 229.
58. *Analects*, VIII, xiii.
59. VIII, viii.
60. XV, xv.
61. VII, viii.
62. VII, xii.
63. VI, ii, XI, iii.
64. XVII, xxii; XIV, xlvi.
65. Legge, *Life*, 65.
66. Ibid., 79.
67. V, xxvii.
68. VII, xxxii.
69. XIII, x.
70. IX, iv.
71. VII, i.
72. IV, xiv.
73. Legge, *Life*, 67.
74. XII, xi.
75. Legge, *Life*, 68.
76. Ibid., 72.
77. Ibid., 75.
78. IX, xvii.
79. Legge, 83.
80. Ibid., 82.
81. XV, xviii.
82. II, iv.
83. Legge, 82.
84. Mencius, *Works of*, tr. de Legge, III, I, iv, 13.
85. Wilhelm, *Short History*, 143; Legge, *Life*, 16.
86. Ibid., 267, 27; Hu Shih, 4.
87. XV, 40.
88. II, xvii.
89. XIII, iii.
90. III, xiii, 2.
91. IX, xv.
92. Legge, *Life*, 101; Giles, *History*, 33; Suzuki, 20.
93. Legge, 101
94. XI, xi.
95. VI, 20.
96. VII, 20.
97. Giles, *History*, 69.
98. XV, ii.
99. *Great Learning*, I, 4-5, in Legge, *Life*, 266.
100. XIV, xlv
101. XV, xxxi, II, xiv; XIII, iii, 7.
102. VI, xv.
103. *Doctrine the Mean*, XII, 4, in Legge.
104. *Analects*, II, xiii.
105. *Doctrine of the Mean* XIV, 5.
106. XV, xviii-xx.
107. XIV, xxix, XI, xiii, 3; *D. of M.*, XXXIII, 2.
108. Ibid., XI, 3.
109. *Li-Chi*, XVII, i, 11-2.
110. Spinoza, *Ethics*, Liv. III, Prop. 59.
111. *D. of M.*, XXIX, tr. de Suzuki, 64.
112. Suzuki., 63.
113. *Analects*, XII, ii; V, xvi.
114. XV, xxiii.
115. XIV, xxxvi, 1-2.
116. IV, xvii.
117. XII, vi.
118. XIII, xxiii.
119. *D. of M.*, XIV, 3.
120. IV, xxiv; V, iii, 2; XVII, vi; XV, xxi.
121. V, xvi; XVI, xiii, 5.
122. XVI, 10.
123. I, ii, 2; Legge, *Life*, 106.
124. IV, xviii; *Li-Chi*, XII, i, 15; Brown, B., *Story of Confucius*, 183.
125. *Great Learning*, X, 5.
126. *Analects*, XII, vii.
127. XII, xix; II, ii, xx.
128. XII, xxiii, 3.
129. *D. of M.*, XX, 4.
130. *Analects*, XIII, x-xii.
131. *Great Learning*, X, 9.
132. *Analects*, XII, xix, XV, xxxviii.
133. *Li-Chi*, XVII, i, 28; iii, 23; Brown, *Story of Confucius*, 181.
134. *Analects*, XX, iii, 3.
135. *Li-Chi*, XXVII, 33; XXIII, 7-8.
136. Ibid., VII, i, 2-3; citado em Dawson, *Ethics of Confucius*, 299, de Chen Huang-chang, *The Economic Principles of Confucius and His School.*
137. Latourette, i, 80-1.
138. Legge, *Life*, 106.
139. *D. of M.*, XXX-XXXI.
140. Hu Shih, 109f.
141. Hirth, 307.
142. Mencius, VII, i, 26, em Hu Shih, 58.
143. Hu Shih, 72.
144. Ibid., 57, 75; Latourette, i, 78.
145. In Hirth, 281.
146. Hu Shih, 69-70.
147. Thomas, E. D., *Chinese Political Thought*, 29-30.
148. Hu Shih, 58.
149. Mencius, Introd., 111.
150. Wilhelm, *Short History*, 150; Hu Shih, 110.
151. Hu Shih, 62.
152. Mencius, Introd., 93.
153. Yang hu, 10, 51; Latourette, i.
154. Mencius, Introd., 96; Yang Chu, 57.
155. Mencius, Introd., 96-7.
156. Hirth, 27-9.
157. Mencius, III, ii, 9.
158. Mencius, Introd., 14-16.
159. Ibid., 42.
160. Ibid., I, ii, 3, ii, 5; pg. 156, 162.

161. Ibid., 12.
162. VI, i, 2.
163. I, i, 7.
164. III, i, 3.
165. I, i, 3.
166. II, i, 5.
167. Thomas, E. D., 37, Williams, S. Wells, i, 670.
168. IV, ii, 19.
169. Mencius, Introd., 30-1.
170. VI, ii, 4.
171. VII, ii, 4.
172. Citado em Thomas, E. D., 37.
173. I, i, 3.
174. II, ii, 4.
175. VII, ii, 14.
176. V, ii, 9; I, ii, 6-8.
177. Mencius, Introd., 84.
178. Ibid., 79-80.
179. Ibid., 86.
180. In Hu Shih, 152.
181. Legge, *Texts of Taoism*, V, 5.
182. Ibid., Introd., 37.
183. XVII, 11.
184. In Thomas, E. D., 100.
185. XI, 1.
186. XVI, 2; IX, 2.
187. XII, 11.
188. XII, 2.
189. II, 2; XX, 7; Giles, *Gems*, 32.
190. II, 7; XXII, 5.
191. VI, 7.
192. In Suzuki, 36
193. XVII, 4; Hu Shih, 146.
194. XVIII, 6.
195. II, 11; tr. de Giles, *History*, 63.
196. VI, 10, tr. de Suzuki, 181-2.
197. In Giles, *History*, 68.
198. In Reichwein, 79f.
199. Ibid.
200. Ibid. 84.
201. Wilhelm, *Soul of China*, 233.
202. Thomas, E. D., 25.
203. Voltaire, *Works*, iv, 82.
204. Reichwein, 131; Hirth, vii.

CAPÍTULO XXIV

1. Giles, *Gems*, 33.
2. Granet, 37; Gowen e Hall, 84, Giles, *History*, 78.
3. Granet, 41.
4. Voltaire, *Works*, iv, 82.
5. Granet, 37, 97-8, 101-3; Boulger, D. C., *History of China*, i, 68-70; Wilhelm, *Short History*, 157.
6. Boulger, i, 71.
7. Granet, 38.
8. Ibid.
9. Ibid., 103; Schneider, ii, 790; Wilhelm, *Short History*, 160-1; Latourette, i, 96.
10. Gowen e Hall, 84f; Giles, *History*, 78.
11. Hall, J. W., *Eminent Asians*, 6.
12. Boulger, i, 64.
13. Ibid., 62; Latourette, i, 99.
14. Granet, 38-40; Boulger, i, 77; Giles in G (owen) & H (all).
15. Boulger, i. 106, Granet, 44.
16. Suzuma Ch'in em Granet, 113.
17. Ibid.
18. Granet, 112-3.
19. Ibid., 118.
20. Fenollosa, i, 77.
21. Waley, Arthur, *Introduction to the Study of Chinese Painting*, 27; G. & H., 102.
22. Granet, 113-5.
23. Wilhelm, *Short History*, 186, 194.
24. Latourette, i, 121.
25. Ibid., 120-2.
26. Ibid., 122.
27. G. & H. 118.
28. Ibid., 117-21.
29. Fenollosa, i, 117.
30. Voltaire, *Works*, xiii, 26.
31. Tu Fu, *Poems*, tr. de Edna W. Underwood, XLI.
32. Li-Po, *Works*, transpostos para verso inglês por Shigeyoshi Obata, 91.
33. Tu Fu, xlviii.
34. In Li-Po, 1.
35. In Tu Fu, xli.
36. Murdoch, *History of Japan*, i, 146.
37. Waley, *Chinese Painting*. 142.
38. Ibid., 97.
39. Wilhelm, *Short History*, 224.
40. Williams, S. Wells, i, 696f.
41. Li-Po, 20.
42. Ibid., 95.
43. Ibid., 30.
44. Williams, S. Wells, i, 697.
45. Li-Po, 31.
46. G & H, 113.
47. Li-Po, 100.
48. Ibid., 84.
49. 138.
50. 191.
51. 71.
52. 55.

53. 97.
54. Ibid., ii.
55. Ibid., 25.
56. Giles, *History*, 50.
57. Traduções de Arthur Waley, Amy Lowel e Florence Ayscough, in Van Doren, *Anthology*, 18-20.
58. Waley, Arthur, 170 *Chinese Poems*, 106-8.
59. Ibid., 162.
60. Ibid., 168.
61. In Van Doren, 24.
62. Giles, *History*, 156; Ayscough, Florence, *Tu Fu; The Autobiography of a Chinese Poet*, 105.
63. Ibid., 75.
64. Tu Fu, *Poems*, 118, 184, 154.
65. Ibid., 95.
66. 30, 7, 132.
67. 137.
68. 72, 133 e introd.
69. Williams, S. Wells, i, 602.
70. Giles, *History*, 276.
71. Ibid., 102.
72. Ibid.
73. Thomas, E. D., 5.
74. Giles, *History*, 200-3.
75. Ibid., 160.
76. G. & H., 156.
77. Wilhelm, *Short History*, 255; Giles, *History*, 258.
78. Williams, S. Wells, i, 820; Latourette, ii, 220.
79. Ibid., 221.
80. Wilhelm, 141.
81. Pratt, *History of Music*, 32-5.
82. Giles, *Gems*, 117.

CAPÍTULO XXV

1. G. & H., 142.
2. Ibid., 141.
3. Ibid., 140-3; Latourette, i, 252-7; Wilhelm, 237-8; Murdoch, iii, 106f; Fenollosa, ii, 33, 57.
4. G. & H., 133, citando Walter T. Swingle, Bibliotecário do Depart. de Agricultura Americano.
5. Carter, *Invention of Printing*, 2.
6. Ibid., 3.
7. Ibid., 96.
8. Sarton, 369.
9. Carter, 25.
10. Ibid., 145; Sarton, 512.
11. Carter, 41.
12. Ibid., 43, 183.
13. G. & H., 133.
14 Carter, 250.
15. Ibid., 178, 171.
16. Ibid., 177-8; Sarton, 663.
17. Ibid., G. & H., 164; Giles, *History*, 296.
18. Chu Hsi, *Philosophy of Human Nature*, 75; Bryan, J. J., *Literature of Japan*, 122; Latourette, i, 262-3; Williams, S. Wells, i, 683; Wilhelm, *Short History*, 249-50; Aston, W. G., *History of Japanese Literature*, 226-7.
19. Chu Hsi, 68.
20. Wilhelm, 249-50.
21. Wang Yang-ming, *Philosophy*, tr. de Fredk, G. Henke, 177-8.
22. Armstrong, R. C., *Light From the East; Studies in Japoneses Confucianism*, 121; Brinkley, Capt. F., *Japan; Its History, Arts and Literature*, iv, 125.
23. Wang Yang-ming, 8, 12, 50, 59.
24. Brinkley, *Japan*, iv, 125.
25. Wang Yang-ming, 106, 52.
26. Ibid., 115-6.
27. Hobson, R. L., *Chinese Art*, 14.
28. *Encyc. Brit.*, xiii, 575.
29. Cf. a lista de casamento imperial, in Hobson, R. L., Ch. LXXXIII.
30. Ibid., XCI.
31. Ilustrado na *Encyc. Brit.*, xiii, f. p. 576.
32. Fergusson, J. C., *Outlines of Chinese Art*, 67.
33. Hobson, R. L., LXXVIII.
34. Ibid., LXXVII, 1.
35. Lorenz, *Round the World Traveler*, 197.
36. *Encyc. Brit.*, xii, 864.
37. Fry, R. E., *Chinese Art*, 31; Granet, 37, *Encyc. Brit.*, iv, 245.
38. *Chinese Art*, 33.
39. Fischer, Otto, 374.
40. *Encyc. Brit.*, Ch. XIV, f. p. 246; coleção de Warren E. Cox.
41. *Chinese Art*, 47.
42. Faure, *History of Art*, ii, 55.
43. *Encyc. Brit.*, v. f. p. 581.
44. Siren, O., na *Encyc. Brit.*, v, 581, *Chinese Art*, 48.
45. Stein, Sir Aurel, *Innermost Asia*, Vol. i, Chapas VIII, XI, XIX e XXIV.
46. *Encyc. Brit.*, v, f. p. 586, Chapa X, 2; Fischer, 366.
47. *Encyc. Brit.*, v. f. p. 584, Ch. VII, 4.
48. Ibid., f. p. 585, Ch. VIII, 2.
49. Ibid., f. p. 586, Ch. XI, 2 e 3.
50. Fergusson, Jas., *History of Indian and Eastern Architecture*, ii, 454.
51. Fergusson, Jas., in Williams, S. Wells, i, 727.

52. Cf. o desenho decorativo reproduzido em Stein, Sir A., *Innermost Asia*, Vol. iii, Ch. XXV; e o teto ornamental tão pacientemente torneado que se vê em Pelliot, Vol. iv, Ch. CCXXV.
53. Fergusson, p. cit., ii, 464.
54. Coomaraswamy, *History*, 152.
55. Williams, S. Wells, i, 744.
56. Lorenz, 203.
57. *Guide to Peking*, de Cook, 28, 30.
58. Fergusson, ii, 481.
59. Legendre, 79.
60. Ibid., 156.
61. Smith, *Chinese Characteristics*, 134.
62. Waley, *Chinese Painting*, 69-70.
63. Siren, Oswald, *Chinese Painting in American Collections*, i, 36.
64. Giles, H. A., *Introduction to the History of Chinese Pictorial Art*, 2.
65. Wilhelm, *Short History*, 38.
66. Giles, *Pictorial Art*, 3.
67. Ibid., Waley, *Chinese Painting*, 32.
68. Fenollosa, ii, p. xxx.
69. Waley, *Chinese Painting*, 45.
70. *Encyc. Brit.*, art. sobre "*Chinese Painting*", Ch. II, 6.
71. Fischer, 325-31.
72. Waley, 49.
73. Ibid., 51.
74. Giles, *Pictorial Art*, 21.
75. Tu Fu, 97; cf. 175 e 187.
76. Giles, *Pictorial Art*, 79.
77. Wilhelm, 244.
78. Waley, 183.
79. Fenollosa, i, f. p. 120; Fischer, 490.
80. Ibid., 424.
81. Giles, 47-8.
82. Ibid., 50; Ginyon, L., *Flight of the Dragon*, 43.
83. Giles, 47.
84. Croce, Benedetto, *Esthetic*, 50.
85. In Waley, 117.
86. Binyon, 111.
87. Siren, i, Chapas 5-8; *Encyc. Brit.*, "*Chinese Painting*", Ch. II, 4.
88. Fenollosa, ii, 27.
89. Waley, 117.
90. G. & H., 146.
91. Um escritor chinês, in Giles, *Pictorial Art*, 115.
92. Fischer, 492.
93. E.g., Fenollosa, ii, 42.
94. Ibid., 62.
95. Gulland, W. G., *Chinese Porcelain*, i, 16.
96. *Chinese Art*, 11.
97. Ibid., 2.
98. Hsieh Ho in Coomaraswamy, *Dance of Siva*, 43.
99. Binyon, 65-8; *Chinese Art*, 47.
100. In Okakura-Kakuso, *The Book of Tea*, 108.
101. Gulland, i, 3.
102. *Encyc. Brit.*, xviii, 361.
103. Ibid., Legendre, 233.
104 *Encyc. Brit.*, xviii, 362; Carter, 93.
105. Ibid., l.c.
106. Brinkley, *China*, ix, 229.
107. Ibid., 62
108. Ibid., 87; Gulland, 139.
109. Brinkley, 75.
110. G. & H., 165.
111. Brinkley, *China*, ix, 256.
112. *Encyc. Brit.*, viii, 419.
113. Brinkley, *China*, ix, 210, 215.
114. Ibid., 376, 554; *Encyc. Brit.*, art. "Cerâmica".

CAPÍTULO XXVI

1. Polo, *Travels*, 78, 188.
2. Ibid., v-vii; uma perfeita introdução, à qual esta narração muito deve.
3. Polo, 232-40.
4. 152.
5. 129.
6. G. & H., 135f.
7. Giles, *History*, 248-9.
8. Polo, 172.
9. Giles, 247.
10. Polo, 158.
11. Ibid., 125.
12. 149.
13. P. xxiv da Introdução de Komroff.
14. G. & H., 172.
15. Ibid.
16. Latourette, i, 330; Wilhelm, *Short History*, 260; G. & H., 195; Giles, *History*, 291; Gulland, W. G., ii, 288.
17. G. & H., 209.
18. Ibid., 227.
19. Citado em Parmelee, 218, e em Bisland, Elizabeth, *Three Wise Men of the East*, 125.
20. Wilhelm, 204; Latourette, i, 203; G. & H., 186; Brinkley, *China*, x, 4.
21. Latourette, i, 289.
22. Brinkley, l. c., 12.
23. Williams, S. Wells, i, 770.
24. Ibid., 726.
25. Wilhelm, in Keyserling, *Book of Marriage*, 133; Waley, *Chinese Painting*, 165.

26. Legendre, 23.
27. Ibid., 75; Park, No Yong, *Making a New China*, 122.
28. Smith, *Chinese Characteristics*, 127.
29. Polo, 236.
30. Pitkin, *Short Introduction*, 182.
31. Wilhelm, *Short History*, 64.
32. Mason, *Art of Writing*, 154-79.
33. Legendre, 67, 113.
34. Okakura, 3, 36.
35. Granet, 144-5.
36. Legendre, 114.
37. Wilhelm, *Soul of China*, 339.
38. Smith, *Characteristics*, 21; Park, No Yong, 123; Legendre, 86; Williams, S. Wells, i, 775-80.
39. Latourette, i, 225.
40. Park, 121; Smith, *Characteristics*, 19.
41. Eddy, Sherwood, *Challenge of the East*, 81.
42. Giles, *Gems*, 285.
43. Murdoch, iii, 262.
44. Sarton, 452.
45. *National Geographical Magazine*, April, 1932, p. 511.
46. Sumner and Keller, iii, 2095.
47. Wilhelm, *Short History*, 134; Wilhelm, *Soul of China*, 361-2; G. & H., 59.
48. Polo, 236.
49. Peffer, N., *China; The Collapse of a Civilization*, 25-32, Parmelee, 101; Legendre, 57.
50. Williams, S. Wells, i, 413; Wilhelm, *Short History*, 11.
51. Park, 85; G. & H., 290.
52. Park, 67.
53. Latourette, ii, 206; G. & H., 2-3.
54. Renard, 161.
55. Park, 92.
56. Sumner, *Folkways*, 153; Latourette, i, 63.
57. Ibid., 252.
58. Polo, 159; Carter, 77.
59. Carter, 92.
60. Hirth, 126f.
61. Ibid.
62. Carter, 93.
63. Polo, 170n.
64. Legendre, 107-10.
65. Sarton, 371, 676; Schneider, ii, 860.
66. Sarton, 183, 410.
67. Waley, *Chinese Painting*, 30.
68. Schneider, ii, 837.
69. Voltaire, *Works*, iv, 82, Hirth, 119; Wilhelm, *Soul*, 306.
70. Garrison, 73; Schneider, ii, 859; Sarton, 310, 325, 342.
71. Ibid., 436; Garrison, 73.
72. Latourette, 313; Garrison, 75.
73. Williams, S. Wells, i, 738; Legendre, 56.
74. Wilhelm, *Short History*, 79, 81; Smith, *Characteristics*, 290, 297; Spengler, O., *Decline of the West*, ii, 286; Granet, 163; Latourette, ii, 163-5.
75. Smith, *Characteristics*, 292; Suzuki, 47, 112, 139; Wilhelm, *Short History*, 69.
76. Hirth, 81.
77. Ibid., 118; Smith, 164, 331.
78. Granet, 231.
79. Wilhelm, *Soul, 125*.
80. Legge, *Texts of Taoism*, i, 41.
81. Suzuki, 72; Wilhelm, *Short History*, 248.
82. Waley, *Chinese Painting*, 28.
83. Potter, Chas. F., *Story of Religion*, 198.
84. Wilhelm, *Soul*, 357; Murdoch, iii, 104; Waley, 33-4, 79; Sarton, 470, 552; Carter, 32; Gulland, 27; Latourette, i, 171, 214; ii, 154-5; G. & H., 104; Schneider, ii, 803.
85. Smith, *Characteristics*, 89; Latourette, ii, 129; Parmelee, 81.
86. Smith, 304; Legendre, 197.
87. Wilhelm, *Short History*, 224; Lorenz, 202.
88. G. & H., 118, 527.
89. Fenollosa, ii, 149.
90. Voltaire, *Works*, xiii, 29.
91. Citado por Wilhelm, in Keyserling, *Book of Marriage*, 137.
92. Mencius, IV, i, 26.
93. Latourette, ii, 197; Granet, 321; Williams, S. Wells, i, 836; Legendre, 26.
94. Wilhelm, in Keyserling, 137; Wilhelm, *Soul*, 22; Wilhelm, *Short History*, 104; Smith 213.
95. Granet, 345; Williams, S. Wells, i, 836; Westermarck, *Moral Ideas*, i, 462; Ellis, H., *Studies in the Psychology of Sex*, vol. ii, *Sexual Inversion*, 6f.
96. Briffault, iii, 346.
97. Ibid., Wilhelm, in Keyserling, 126.
98. Williams, S. Wells, i, 834.
99. Brinkley, *China*, x, 101.
100. Polo, 134, 152, 235.
101. Parmelee, 182; Briffault, ii, 333.
102. Li-Po, 152.
103. Waley, 170, *Chinese Poems*, 19; Keyserling, *Travel Diary*, ii, 97.
104. Hirth, 116.
105. Williams, S. Wells, 785.
106. Ibid., 787-90.
107. Wilhelm, in Keyserling, *Book of Marriage*, 134.
108. Briffault, ii, 263.
109. Williams, S. Wells, i, 407-8.
110. Park, 133.
111. Wilhelm, *Short History*, 59; Wilhelm, in Keyserling, 123; Briffault, i, 362f.
112. Thomas, E. D., 134; Briffault, i, 368.

113. Granet, 43.
114. Briffault, ii, 331.
115. Cranmer-Byng, *The Book of Odes*, 11; Giles, *History*, 108, 274.
116. Smith, 194, Sumner and Keller, iii, 1754; Legendre, 18.
117. *Li-Chi*, IX, iii, 7; Smith, 215; Sumner and Keller, iii, 1844.
118. Em Briffault, ii, 331.
119. Waley, 170 *Chinese Poems*, 94.
120. Armstrong, 56.
121. Williams, S. Wells, i, 825.
122. Westermarck, *Moral Ideas*, i, 89; Keyserling, *Travel Diary*, ii, 65; Smith, 192; Legendre, 122.
123. Wilhelm, *Soul*, 309.
124. Voltaire, *Works*, xiii, 19.
125. Brinkley, *China*, x, 37, 44, 49.
126. Smith, 225.
127. Thomas, E. D., 236; Williams, S. Wells i, 504; Latourette, ii, 46.
128. Garrison, 75.
129. Williams, i; 391-2; Latourette, ii, 46.
130. Williams, ii, 512; Hirth, 123; *Soul*, 19.
131. Brinkley, l.c., 3.
132. Ibid., 78.
133. Ibid., 92.
134. Williams, i, 544.
135. Legendre, 158; Hall, J. W., *Eminent Asians*, 35.
136. Williams, i, 569.
137. Latourette, ii, 21; Brinkley, *China*, x, 86.

CAPÍTULO XXVII

1. Latourette, 313.
2. Lorenz, 248.
3. Latourette, i, 314.
4. Lorenz, 248; G. & H., 238.
5. Norton, H. K., *China and the Powers*, 55; Latourette, i, 367; Peffer, 57.
6. Latourette, i, 376; 385; Norton, 56.
7. Park, 140.
8. Peffer, 88f; Latourette, i, 413.
9. G. & H., 306.
10. Hall, *Eminent Asians*, 17; Peffer, 151.
11. Latourette, i, 411.
12. Hall, 33.
13. Peffer, 93.
14. G. & H., 314.
15. N. Y. *Times*, Feb. 11, 1934.
16. Eddy, *Challenge of the East*, 73.
17. Park, 86.
18. Latourette, ii, 93-6.
19. Eddy, 74.
20. Park, 89.
21. Eddy, 89.
22. Peffer, 241.
23. Peffer, 251.
24. *Modern Review*, Calcutta May , 1931.
25. Peffer, 185.
26. Latourette, ii, 174.
27. Ibid., 176.
28. Parmelee, 94.
29. Park, 135; Lorenz, 192.
30. Wu, Chao-chu, *The Nationalist Program for China*, 28.
31. Legendre, 240.
32. Park, 114.
33. Close, Upton, *Revolt of Asia*, 245.
34. Lorenz, 250.
35. Hu Shih, 8.
36. Ibid., 7.

CAPÍTULO XXVIII

1. *O Kojiki* (681-711), in Murdoch, i, 59f, e Gowen, H. H., *Outline History of Japan*, 37f.
2. Murdoch, iii, 483.
3. Gowen, *Japan*, 13; Chamberlain, B. H., *Things Japanese*, 249.
4. Gowen, 25, diz que são três dias de chuva ou neve por semana.
5. Gowen, 17, 21; Chamberlain, B. H., 195; Redesdale, Lord, *Tale of Old Japan*, 2.
6. Chamberlain, B. H., 127.
7. Gowen, 99; Murdoch, iii, 211, 395-7; Chamberlain, 130.
8. Ibid., 128.
9. Hearn, Lafcadio, Japan: *An Interpretation*, 455.
10. Gowen, 61; Murdoch, i, 38.
11. Ibid.
12. Hearn, 448; Fenollosa, ii, 159.
13. Fenollosa, i, 64; Murdock, i, 98-9.
14. Gowen, 64.
15. Murdoch, i, 94, 97.
16. Armstrong, 5, 18.
17. Ibid., 2.
18. Hearn, 53.
19. Murdoch, i, 39.
20. Brinkley, Capt. F., *Japan; Its History, Arts and Literature*, v, 118; Hearn, 45 51.
21. Gowen, 67.
22. Ibid., 65.
23. Ibid., 118.
24. Murdoch, i, 240-1.
25. Ibid., i, 377-8; Gowen, 116.

26. Murasaki, Dama, *Tale of Genji*, 27.
27. Tietjens, 156; tr. Curtis Hidden Page. Alguns autores atribuem o poema a Michizane. (Gowen, 119).
28. Close, Upton, *Challenge: Behind the Face of Japan*, 28; Gowen, 105; Latourette, i, 226.
29. Fenollosa, i, 149.
30. Brinkley, Japan, iv, 148.
31. Fenollosa, i, 153.
32. Murdoch, i, 279.
33. Brinkley, i, 230.
34. Murdoch, i, 228-30.
35. Gowen, 147.
36. Murdoch, ii, 711.
37. Close, *Challenge*, 54.
38. Gowen, 156.
39. Ibid., 161-2; Murdoch, i, 545; Brinkley, i, 190.
40. Ibid., ii, 108; viii, 17.
41. Close, 33.
42. Ibid., 34.
43. Murdoch, ii, 305.
44. Ibid., ii, 311.
45. Froez in Murdoch, ii, 369.
46. Gowen, 191.
47. Murdoch, ii, 89, 90, 238; Hearn, 365; Gowen, 191.
48. Hearn, 365.
49. Murdoch, ii, 241.
50. Ibid., 243.
51. Close, 44.
52. Brinkley, ii, 219.
53. Armstrong, 35.
54. Close, 56.
55. Ibid., 57-8.
56. Aston, 218-9; Bryan, 117.
57. Murdoch, ii, 492f.
58. Ibid., ii, 288.
59. Brinkley, ii, 205.
60. Murdoch, iii, 315-30.
61. Hearn, 390.

CAPÍTULO XXIX

1. Hearn, 3.
2. Okakura, 10, 8.
3. Brinkley, iv, 6-7, 134; Murdoch, iii, 171.
4. Brinkley, ii, 115; iv, 172.
5. Ibid., iv, 36.
6. Chamberlain, B. H., 415.
7. Nitobe, Inazo, *Bushido, the Soul of Japan*, 18.
8. Brinkley, iv, 147, 217; Redesdale, 40.
9. Seção 45 da "Legacia" de Iyeyasu, em Hearn, 103, Murdoch, iii, 40.
10. Ibid.
11. J.H. Longford, in Murdoch, iii, 40n. Longford ajunta, *Se non è vero è ben trovato.*
12. Nitobe, 23.
13. Brinkley, iv, 56.
14. Ibid., 142, 109.
15. Hearn, 313; Gowen, 251.
16. Ibid., 364.
17. Murdoch, iii, 221, Aston, 231; Chamberlain, *Things Japanese*, 220-1; Hearn, 318.
18. Close, 59; Nitobe, 141.
19. Redesdale, 13, 16-7, 272; Aston, 230; Murdoch, iii, 235.
20. Nitobe, 121.
21. Murdoch, i, 188-9.
22. Brinkley, Japan, iv, 53; Hearn, 328.
23. Brinkley, iv, 55, 92; Close, 58.
24. Brinkley, iv, 61.
25. Ibid., 63.
26. Hearn, 195.
27. Close, 58.
28. Hearn, 378.
29. Murdoch, iii, 336; Brinkley, iv, 67.
30. Hearn, 260; 225; Murdoch, i, 172; Brinkley, i, 238, 241; iv, 111.
31. Gowen, 97.
32. Chamberlain, 150; Redesdale, 116; Armstrong, 19.
33. Brinkley, i, 133.
34. Murdoch, i, 17.
35. Brinkley, v, 195; ii, 118.
36. Gowen, 98.
37. Brinkley, i, 118; v, 1; Murdoch, i, 603.
38. Ibid.
39. Close, 341.
40. In Aston, 149-50.
41. *History of Japan*, iii, 21, em Murdoch, iii, 171.
42. Cf. Close, 369.
43. Murdoch, iii, 446-50.
44. *Encyc. Brit.*, viii, 910.
45. Gowen, 115.
46. Sansum, W. D., M. D., *Normal Diet*, 76.
47. Brinkley, i, 209, 213.
48. Shonagon, Lady Sei, *Sketch Book*, 29.
49. Brinkley, iv, 176-81; ii, 92, 104; Hearn, 257; Holland, Clive, *Things Seen in Japan*, 172.
50. Brinkley, i, 139, 209-10; iv, 160, 175, 180.
51. Brinkley, iv, 176.
52. Chamberlain, 60.
53. Ibid.
54. Murdoch, i, 40.
55. Brinkley, iv, 164.
56. Ibid.
57. Ibid., i, 146; ii, 106.
58. Ibid., ii, 11-2.
59. Gatenby, E. V., *Cloud Men of Yamato*, 35-6.
60. Brinkley, ii, 258-66.

61. Okakura, 15.
62. Gowen, 213.
63. Ibid.
64. Okakura, 139; Brinkley, ii, 9.
65. Walsh, Clara, *Master-Singers of Japan*, 108.
66. Gowen, 23.
67. Binyon, 30.
68. Gatenby, 25.
69. Hearn, 85.
70. Ibid., 75, 80-1, 89; Murdoch, ii, 75.
71. Aston, 232; Hearn, 78; Redesdale, 92; Brinkley, i, 149.
72. Armstrong, 55.
73. Brinkley, i, 188.
74. Shonagon, 50.
75. Brinkley, iv, 142; Close, 62; Chamberlain, 504.
76. Ibid., 501; Keyserling, *Travel Diary*, ii, 171.
77. Close, 61,
78. Hearn, 68, 83.
79. Gênese, ii, 24; Chamberlain, 166.
80. Nitobe, 141.
81. Cf., e. g., a passagem citada em Bryan, 88.
82. Redesdale, 37; Ficke, A. D., *Chats on Japanese Prints*, 210; Chamberlain, 525; Keyserling, *Travel Diary*, ii, 200.
83. Brinkley, iv, 116.
84. Ibid., 120.
85. Murdoch, ii, 216.
86. Brinkley, ii, 49
87. Redesdale, 34.
88. Brinkley, v, 257.
89. Pelo Príncipe Aki, 740 a. D., in Gatenby, 33.
90. Tr. de Curtis Hidden Page, in Tietjens,, 144.
91. Brinkley, v, 207; Murdoch, iii, 112.
92. Ibid., ii, 18-9.
93. Ibid., ii, 18; Brinkley, i, 181.
94. Ibid., i, 182.
95. Murdoch, i, 489.
96. Ibid., 603.
97. Ibid., 605, Armstrong, 171.
98. Brinkley, v. 254.
99. Murdoch, iii, 101, 113.
100. Ibid., 115-9.
101. Armstrong, 65f.
102. Ibid., 76, 78; Aston, 263-4.
103. Ekken, Kaibara, *Way of Contentment*, tr. de K. Hoshimo, 7f.
104. Ibid., 90.
105. 24, 17.
106. 24.
107. 33, 39, 43.
108. 35, 44, 59, 61, 49, 54. Tomei a liberdade de imprimir as duas últimas linhas em poesia, se bem que o texto as trouxesse em prosa.
109. Murdoch, iii, 127.
110. Armstrong, 133.
111. Ibid.
112. Murdoch, iii, 129f.
113. In Armstrong, 222.
114. Ibid., 236f. 226.
115. 263-4.
116. 261.
117. 241f.
118. 255; Murdoch, iii, 481.
119. Ibid., iii, 343-4.
120. Ibid., 474.
121. Ibid., 476f, 485; Aston, 319-32.
122. Murdoch, iii, 491-2.

CAPÍTULO XXX

1. Close, 28.
2. Bryan, 13-15; Aston, 56-7; Gowen, 125.
3. Carter, 35.
4. Ibid., 178.
5. Close, 77.
6. Brinkley, i, 229; iv, 136
7. Gatenby, 27.
8. Bryan, 54, 74.
9. Aston, 263.
10. Tr. de Curtis Hidden Page, in Tietjens, 162.
11. Tietjens, 163.
12. Murdoch, i, 515.
13. Murasaki, Lady, 239.
14. Ibid., 149, 235; Shonagon, 51.
15. Murdoch, iii, 326.
16. Noguchi, Yone, *Spirit of Japanese Poetry*, 11.
17. Gatenby, 97-102; Tietjens, 150.
18. Holland, 157.
19. Murdoch, iii, 470.
20. Gowen, 128.
21. Murasaki, 33, 29.
22. Ibid., 75.
23. 98, 134.
24. 144.
25. 46.
26. 50.
27. Bryan, 65; Gowen, 128.
28. Holland, 137; Aston, 56.
29. Ibid., 346-8, 391.
30. Ibid., 269-71.
31. Ibid., 392.
32. Murdoch, i, 571.
33. Aston, 255.
34. Brinkley, v, 112.

35. Aston, 249.
36. Gowen, 268.
37. Murdoch, iii, 240.
38. Aston, 116.
39. Ibid., 144f. Mudei a ordem dos últimos cinco itens.
40. Aston, 197-9; Bryan, 100.
41. Redesdale, 84.
42. Close, 65.
43. Okakura, 132.
44. Noguchi, 11.
45. Bryan, 136.
46. Brinkley, iv, 110.
47. Ibid., vi, 113-5.
48. Aston, 279.
49. Okakura, 112; Brinkley, viii, 29.
50. Brinkley, vii, 319.
51. *Encyc. Brit.*, vii, 960.
52. Brinkley, i, 219; iv, 156; Chamberlain, 340-3.
53. Brinkley, iv, 78.
54. Murasaki, 212.
55. Chamberlain, 84.
56. Brinkley, vii, 157.
57. Ibid., vii, 84.
58. Fenollosa, i, 56.
59. Gowen, 105.
60. Murdoch, i, 593.
61. Ledoux, L. V., *Art of Japan*, 62.
62 Armstrong, 9.
63. Brinkley, vii, 77.
64. Gowen, 124.
65. Ibid., 213.
66. Brinkley, viii, 11.
67. Ibid. 265.
68. 25.
69. 180.
70. 185.
71. 236.
72. Brinkley, vii, 339.
73. Ibid., 9.
74. Binyon, 53.
75. Ibid., 25.
76. Fenollosa, ii, 81.
77. Okakura, 113.
78. *Encyc. Brit.*, vii, 964.
79. Ledoux, 26.
80. Ibid., 28.
81. Gowen, 284.
82. Fenollosa, ii, 183. Deve-se acrescentar que na opinião de alguns críticos Matabei é um personagem mitológico.
83. Ficke, 282-94.
84. Gowen, 285; Ficke, 363.
85. Noguchi, 27.
86. Ficke, 363.
87. Gowen, 284.
88. Fenollosa, ii, 204.
89. Gowen, 286.
90. Dickinson, G. Lowes, 65.
91. *Ten O'Clock, sub fine.*

CAPÍTULO XXXI

1. Murdoch, iii, 456; Gowen, 287.
2. Ibid., 298-9.
3. 300.
4. 312.
5. Brinkley, iv, 217.
6. Ibid., 81, 256.
7. Close, 325.
8. Ibid., 165.
9. Gowen, 349.
10. Close, 149.
11. Gowen, 376.
12. Close, 372.
13. *World Almanac*, 1935, p. 667.
14. Close, 395.
15. *Almanac*, 668; Close, 391, N. Y. *Times*, April 15, 1934.
16. Gowen, 341.
17. Close, 289.
18. Eddy, 119, Park, 250; Holland, 148-52; Barnes, Jos., ed., *Empire in the East*, 70.
19. Eddy, 124f.
20. Ibid., 118, 136.
21. Hearn, 488.
22. Barnes, 69; Close, 373. O Relatório Maurette, de 1º de junho de 1934, ao Departamento Internacional do Trabalho, aceita esta explicação da baixa remuneração no Japão.
23. Close, 344.
24. Hearn, 17.
25. Close, 134-42.
26. Chamberlain, 314; Close, 302.
27. Ibid., 198.
28. Chamberlain, 447.
29. Close, 177f.
30. Eddy, 127.
31. *Almanac*, 669.
32. Brinkley, v, 83.
33. *Almanac*, 669.
34. Tsurumi, L., *Present-Day Japan*, 68f.
35. Walsh, 116; Bryan, 40, 194.
36. Tsurumi, 59.
37. Gowen, 416.
38. Barnes, 51.
39. Ibid., 48-50, 197.
40. Gowen, 369-70.
41. Ibid., 402.
42. Barnes, 75; Close, 377.
43. *Almanac*, 674.
44. Barnes, 62.

Sobre os Autores

WILL DURANT nasceu em North Adams, Estado de Massachusetts, em 1885. Cursou escolas paroquiais católicas em sua cidade natal, em Kearny, Estado de Nova Jersey, e posteriormente a faculdade jesuíta St. Peter's College, de Jersey City, Nova Jersey, bem como a Universidade Colúmbia, em Nova York. Trabalhou um verão como repórter no *Journal*, de Nova York, em 1907, mas, por temperamento, não conseguiu adaptar-se ao trabalho e passou a lecionar (1907-11) Latim, Francês, Inglês e Geometria no Seton Hall College, em South Orange, Nova Jersey. Entrou no seminário no Seton Hall em 1909, saindo dois anos depois por motivos que ele descreveu no seu livro *Transição*. Passou da tranqüila vida de seminarista para os círculos mais radicais de Nova York e tornou-se (1911-13) professor da Ferrer Modern School, onde se fazia uma experiência em educação livre. Em 1912 viajou pela Europa a convite e por conta de Alden Freeman, de quem se tornara amigo, e começou a alargar seus horizontes de cultura.

Voltando a Ferrer School, apaixonou-se por uma de suas alunas, demitiu-se do cargo e tomou-a como esposa (1913). Durante quatro anos fez estudos de pós-graduação na Universidade Colúmbia, especializando-se em Biologia e Filosofia. Recebeu o seu Ph.D. em 1917 e lecionou Filosofia um ano em Colúmbia. Em 1914, numa igreja presbiteriana de Nova York, Durant começou a pronunciar palestras bissemanais sobre História, Literatura e Filosofia, que se estenderam por 13 anos e lhe proporcionaram a base inicial para seus trabalhos posteriores.

O inesperado sucesso de *A História da Filosofia* (1926) permitiu-lhe aposentar-se do magistério. Daí em diante, com exceção da publicação de ocasionais ensaios, o casal Durant empregou a maior parte de seu tempo de trabalho (oito a quatorze horas diárias) ao livro *A História da Civilização*. Para se prepararem melhor para a obra, Will Durant e a mulher viajaram pela Europa em 1927, deram a volta ao mundo em 1930, para estudar o Egito, o Oriente Próximo, Índia, China e Japão, e novamente circularam a Terra em 1932, para visitar o Japão, a Manchúria, Sibéria, Rússia européia e Polônia. Essas viagens deram o *background* para o livro *Nossa Herança Oriental* (1935), como primeiro volume de *A História da Civilização*. Várias outras visitas à Europa serviram de preparo para o Volume II, *Nossa Herança Clássica* (1939), e Volume III, *César e Cristo* (1944). Em 1948, seis meses passados na Turquia, Iraque, Irã, Egito e continente europeu forneceram a perspectiva necessária para o Volume IV, *A Idade da Fé* (1950). Em 1951, o casal Durant voltou à Itália para acrescentar um mundo de conhecimentos adquiridos laboriosamente para o preparo e publicação (1953) do Volume V, *A Renascença*; e em 1954, estudos posteriores na Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra abriram novas vistas para o Volume VI, *A Reforma* (1957).

A participação da Sra. Durant no preparo desses volumes tornara-se, a cada ano, tão substancial que no caso do Volume VII, *Começa a Idade da Razão*, por justiça, seu nome juntou-se, na página-título, ao do marido como co-autora. O nome Ariel, de sua mulher, foi pela primeira vez usado por Will Durant no seu romance *Transição* (1927) e no seu livro *Mansões da Filosofia* (1929), republicado como *Os Prazeres da Filosofia*.

Com a publicação do Volume XI, *A Era de Napoleão*, os Durant concluíram uma obra que abrangeu mais de quatro décadas de trabalho.

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de
WILL e
ARIEL
DURANT

ISBN 85-1-288217-4

I

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

NOSSA HERANÇA ORIENTAL

WILL DURANT

28821-7